Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Guilherme Pinheiro Pozzer

A memória persistente
A fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. em Riba d'Ave: memória, história e patrimônio industrial

maio de 2021

A memória persistente. A fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. em Riba d'Ave: memória, história e patrimônio industrial
Guilherme Pinheiro Pozzer
UMinho | 2021

Este trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil sob a forma de Bolsa de Doutoramento.

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Guilherme Pinheiro Pozzer

A memória persistente.
A fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. em Riba d'Ave: memória, história e patrimônio industrial.

Tese de Doutoramento
Doutoramento em História
Especialidade: Patrimônio

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)
Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro

maio de 2021

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

À Mila, sem quem eu não teria começado este trabalho;

À Rita, sem quem eu não teria terminado este trabalho;

Ao Nereu (in memoriam), por ter me ensinado a não ter medo de sonhar;

À Vera, por ter me ensinado a não ter medo de recomeçar;

Ao Benjamin, por me ter recordado o significado da esperança.

Agradecimentos

Ao CNPq, pelo financiamento e investimento em educação pública sem os quais teria sido impossível desenvolver esta investigação;

Ao meu orientador Professor José Manuel Lopes Cordeiro, pela confiança, ensinamentos, paciência com o meu tempo de trabalho e pela inspiradora dedicação ao patrimônio industrial;

À Professora Beatriz Kühl, por ter acompanhado e acreditado neste trabalho desde o princípio; e ao Professor Julián Sobrino, por ter me ajudado a encontrar o caminho para desenvolvê-lo. A ambos agradeço também as palavras de incentivo e a imensa generosidade das leituras cuidadosas;

Ao Professor Jörg Schröder e à Professora Federica Scaffidi pela generosa leitura da tese;

Ao Professor Francisco Costa e às minhas ex-orientadoras Professoras Cristina Meneguello e Silvana Rubino, por terem me apoiado a iniciar o doutoramento;

Às colegas Cláudia Marun e Lettícia Leite, pelas leituras do projeto e dos relatórios;

Aos funcionários da Universidade do Minho e dos arquivos, bibliotecas e outros centros de documentação, pela atenção e dedicação; especialmente Sofia Oliveira (ICS), Carina Silva (Archiv-Ave), Marco Marlier (MIT), Suzana Salazar (MIT) e Nestor Borges (FNF);

À Rita Neves, pelo exemplo de resiliência, pela parceria intelectual, pelo carinho e companheirismo fundamentais para que eu conseguisse terminar a tese que "parecia que eu não queria acabar".

À Camila Pozzer e à Vera Pinheiro, pelos sorrisos e carinho virtuais que me davam forças para enfrentar a saudade. À Vera também agradeço a revisão minuciosa do texto;

Aos amigos que, mesmo à distância, sempre estiveram comigo: Rafael Medeiros de Souza, Viviane Coentro, Rodrigo Araújo, Mariana Marinelli, Bruno Medeiros, Joaquim Fantin Pereira, Ricardo Cardoso Leite e Maíra Chinelatto Alves;

Aos amigos que me acolheram com carinho em Portugal: Cédric Figueiredo, Rita Faria, Luís Martins, Davide Carneiro, Audrey Simões, Alberto Correa, Cátia Conceição, Rui Cruz, Ana Francisca e Olívio Neves;

Ao Carlos Marinho, cuja sensibilidade me ajudou a crescer durante esse percurso;

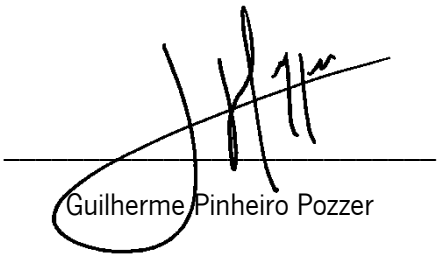
À Alexandra Elbakyan e ao *Z-Library Team*, pela dedicação em prol da democratização do saber científico.

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Braga, Universidade do Minho, 01 de janeiro de 2021.



Guilherme Pinheiro Pozzer

Resumo

A fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. em Riba d'Ave é um caso exemplar dos efeitos da desindustrialização na bacia hidrográfica do rio Ave. Após um período de decadência, a empresa decretou falência e desse processo resultou o abandono, a degradação progressiva e o arruinamento parcial de suas instalações que, paralelamente, passaram a ser ressignificadas como patrimônio industrial da região. Esta investigação identificou que o discurso sobre o qual se estruturou a patrimonialização teve como fundamento narrativas memoriais hegemônicas sobre seu fundador, Narciso Ferreira, e sobre a própria Sampaio, Ferreira & Cia. e seus papéis na industrialização da Bacia do Ave; que ressaltavam perspectivas positivas e esqueceram ativamente aspectos negativos ou divergentes.

A análise da Sampaio, Ferreira & Cia. estruturou-se sobre uma perspectiva de longa duração (1896-2019); sobre uma análise sistemática de diferentes tipos de documentos; e sobre uma metodologia centrada na História, mas com uma abordagem interdisciplinar, como proposta pela Arqueologia Industrial. A investigação parte de uma problemática do presente, o abandono e arruinamento do complexo fabril e sua patrimonialização, para mostrar como estas narrativas memoriais hegemônicas se estruturaram; quais as múltiplas manifestações; como elas foram usadas; e de que modo se relacionam com a própria trajetória da cultura material edificada da fábrica.

A investigação mostra que as diferentes manifestações assumidas pelas narrativas memoriais hegemônicas ao longo do tempo contribuíram para perpetuar as memórias dominantes e funcionaram como instrumentos de fortalecimento político e social, mesmo que, por vezes, apenas simbolicamente. Essa memória persistente capacitou a sociedade a reconhecer a Sampaio, Ferreira & Cia., e outras edificações relacionadas à fábrica e a Narciso Ferreira e seus herdeiros em Riba d'Ave, como símbolos dos valores a eles associados. Desta forma, mesmo após o fim da atividade produtiva e o posterior abandono e arruinamento da fábrica, as narrativas hegemônicas foram adequadas à nova realidade e apresentadas como discursos patrimoniais.

Palavras chave: Desindustrialização da Bacia do Ave; Memória e narrativas memoriais; Patrimônio Industrial; Riba d'Ave (Portugal); Sampaio, Ferreira & Cia.

Abstract

The Sampaio, Ferreira & Cia. factory in Riba d'Ave is an exemplary case of the deindustrialization effects in the river Ave watershed. After a period of decay, the company declared bankruptcy and this process resulted in abandonment, progressive degradation, and ruin of part of its facilities which, at the same time, were re-signified as industrial heritage of the region. This research identified that the discourse on which the heritage making process was structured was based on hegemonic memory narratives about its founder, Narciso Ferreira, and about Sampaio, Ferreira & Cia. itself and their roles in the industrialization of Vale do Ave; which highlighted positive perspectives and actively forgot negative or divergent aspects.

The analysis of Sampaio, Ferreira & Cia. was structured on a long-term perspective (1896-2019); on a systematic analysis of different types of documents; and on a methodology centred on History, but with an interdisciplinary approach on the investigated phenomenon, as proposed by Industrial Archaeology. The research starts from a problematic of the present, the abandonment and ruin of the factory complex and its heritage making process, to show how these hegemonic memory narratives were structured; what are the multiple manifestations they assume; how they were used; and how they relate to the trajectory of the factory's built material culture.

The research shows that the different shapes assumed by hegemonic memory narratives over time contributed to perpetuate dominant memories and acted as instruments of political and social strengthening, even if, at times, only symbolically. This persistent memory enabled society to recognize Sampaio, Ferreira & Cia., and other buildings related to the factory and Narciso Ferreira and their heirs in Riba d'Ave, as symbols of the values associated with them. Thus, even after the end of the productive activity and the subsequent abandonment and ruin of the factory, the hegemonic narratives were adapted to the new reality and presented as heritage discourses.

Keywords: Vale do Ave (Portugal) deindustrialization; Memory and memory narratives; Industrial Heritage; Riba d'Ave (Portugal); Sampaio, Ferreira & Cia.

Índice

Agradecimentos v

Resumo vii

Abstract viii

Índice de figuras xi

Índice de tabelas xxiv

Abreviaturas e siglas xxv

Introdução 29

Parte I 39

Capítulo 1. A memória investigada: breve descrição dos procedimentos de investigação e interpretação sobre a materialidade e a memória da Sampaio, Ferreira & Cia. 41

Capítulo 2. A memória degradada: a Sampaio, Ferreira & Cia. entre o abandono, a ruína e a reutilização desqualificadora. 65

Capítulo 3. A memória explorada: a perspectiva patrimonial das explorações urbanas. 155

Parte II 193

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1896-1933): a Sampaio, Ferreira & Cia. e a industrialização da Bacia do Ave. 195

Capítulo 2. A memória construída: as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira. 237

Capítulo 3. A memória celebrada: a Sampaio, Ferreira & Cia. na dinâmica simbólica da industrialização. 253

Parte III 273

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1934-1945): a fábrica após a morte de Narciso Ferreira e o alinhamento com o Estado Novo. 275

Capítulo 2. A memória edificada: o monumento a Narciso Ferreira e a nova estética da Sampaio, Ferreira & Cia. 291

Capítulo 3. A memória silenciada: Narciso Ferreira e a Sampaio, Ferreira & Cia. na imprensa operária no início do século XX. 327

Parte IV 345

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1945-1957): tensões com os Serviços Hidráulicos para expandir o complexo fabril. 347

Capítulo 2. A memória retratada: as fotografias industriais da Sampaio, Ferreira & Cia. no acervo Domingos Alvão..... 377

Parte V.....409

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1958-1969): uma fábrica ainda em expansão. 411

Capítulo 2. A memória urbanizada: a produção do espaço urbano em Riba d'Ave. 439

Parte VI.....467

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1970-1995): a decadência da Sampaio, Ferreira & Cia. 469

Capítulo 2. A memória suprimida: as transgressões da Sampaio, Ferreira & Cia. 491

Parte VII.....567

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1996-2019): fim das atividades produtivas, abandono, degradação e ressignificação como patrimônio. 569

Capítulo 2. A memória entristecida: o encerramento das atividades da Sampaio, Ferreira & Cia. 579

Capítulo 3. A memória preservada: a patrimonialização da área urbana de Riba d'Ave. 601

Capítulo 4. A memória transmitida: o legado memorial de Narciso Ferreira. 623

Capítulo 5. A memória fracassada: a Sampaio, Ferreira & Cia. na Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave..... 665

Capítulo 6. A memória revitalizada: o Concurso de Ideias para revitalizar a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. 711

Capítulo 7. A memória controlada: as narrativas memoriais hegemônicas e os discursos patrimoniais sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. 741

Conclusão.....763

Post scriptum.....767

Bibliografia.....769

Arquivos, Acervos e Bibliotecas.....799

Índice de figuras

Figura 1: planta da linha de alta tensão entre o Amieiro Galego e Riba d'Ave, 1905. (MIT) 52
Figura 2: carta militar de Portugal, 1948. (CigeoE) 53
Figura 3: carta militar de Portugal, 1978. (CigeoE) 53
Figura 4: carta militar de Portugal, 1997. (CigeoE) 53
Figura 5: a SFC em excerto da planta topográfica de Vila Nova de Famalicão, 1977. (PGVNF) 53
Figura 6: a SFC em excerto da planta topográfica de Vila Nova de Famalicão, 2010. (PGVNF) 53
Figura 7: planta topográfica da SFC, 1968. (MIT) 54
Figura 8: planta topográfica da SFC, sem data. (MIT) 54
Figura 9: plantas topográficas da SFC de 1964 (Archiv-Ave) e de 1978 (MIT). 54
Figura 10: planta topográfica da SFC, 1964. (Archiv-Ave – Proc. 687/1964) 55
Figura 11: planta topográfica da SFC, 1978. (MIT) 56
Figura 12: croqui de referência o complexo fabril da SFC. (CdA) 58
Figura 13: croquis de referência com a trajetória construtiva do complexo fabril da SFC. (CdA) 59
Figura 14: percurso à Ferreira, desde o norte, pela N310 à Av. Narciso Ferreira. (GE) 66
Figura 15: PdV 1 – exterior da Ferreira. (FdA) 67
Figura 16: PdV 2a – exterior da Ferreira. (FdA) 67
Figura 17: PdV 2b – exterior da Ferreira. (FdA) 67
Figura 18: PdV 3 – exterior da Ferreira. (FdA) 67
Figura 19: PdV 4 – exterior da Ferreira. (FdA) 67
Figura 20: PdV 5 – exterior da Ferreira. (FdA) 67
Figura 21: PdV 6 – entrada da Ferreira. (FdA) 68
Figura 22: PdV 7 – chaminé ao sul da Ferreira. (FdA) 68
Figura 23: PdV 8 – posto dos correios – CTT (FdA) 69
Figura 24: PdV 9 – antiga sede dos Bombeiros Voluntários. (FdA) 69
Figura 25: PdV 10 – Mercado Narciso Ferreira. (FdA) 69
Figura 26: PdV 11 – Teatro Narciso Ferreira. (FdA) 69
Figura 27: PdV 12 – Fundação Narciso Ferreira. (FdA) 69
Figura 28: PdV 13 – área ao sul da Ferreira. (FdA) 70
Figura 29: PdV 14 – exterior da Ferreira, margem direita do rio Ave. (FdA) 70
Figura 30: PdV 15 – exterior da Ferreira. (FdA) 71
Figura 31: PdV 16 – exterior da Ferreira desde a margem direita do rio Ave. (FdA) 71
Figura 32: croqui de referência com destaque à portaria e ao monumento a Narciso Ferreira. (CdA) 72
Figura 33: excerto do croqui de referência, destaque à portaria e ao monumento. (CdA) 72
Figura 34: PdV 1 - portaria da SFC, com a lumiária em destaque. (FdA) 73
Figura 35: PdV 2 - "vende-se". (FdA) 73
Figura 36: PdV 3 - portaria da SFC, com a edificação nº 1, do escritório, à esquerda. (FdA) 73
Figura 37: PdV 4 - portaria da SFC. (FdA) 73
Figura 38: bloco de faturação e um crachá de identificação do segurança da SFC. (FdA) 75
Figura 39: PdV 5 - monumento a Narciso Ferreira. (FdA) 76
Figura 40: PdV 6 - busto de Narciso Ferreira no topo do monumento. (FdA) 76
Figura 41: croqui de referência com destaque ao edifício nº 1. (CdA) 77
Figura 42: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 1. (CdA) 77
Figura 43: PdV 1 - fachada edifício nº 1 em que se vê o letreiro da SFC. 77
Figura 44: PdV 2 a 6 - interior do edifício nº 1. 78
Figura 45: croqui de referência com destaque ao edifício nº 2. (CdA) 79
Figura 46: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 2, secção 2.1. (CdA) 79
Figura 47: PdV 1 - edifício nº 2. (FdA) 80
Figura 48: PdV 2 - corredor central abaixo do edifício nº 2. (FdA) 80
Figura 49: PdV 3 - corredor central abaixo do edifício nº 2. (FdA) 80
Figura 50: PdV 4 - corredor central abaixo do edifício nº 2. (FdA) 80

Figura 51: PdV 5 - corredor central abaixo do edifício nº 2. (FdA) *80*
Figura 52: PdV 6 - edifício nº 2, entrada da secção 2.1. (FdA) *81*
Figura 53: PdV 7 - edifício nº 2, interior da secção 2.1 (FdA) *81*
Figura 54: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 2, secção 2.2. (CdA) *82*
Figura 55: PdV 1, 2, 3 e 4 - edifício nº 2, secção 2.2. Ligação com edifício nº 12. (FdA) *82*
Figura 56: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 2, secção 2.3. (CdA) *83*
Figura 57: PdV 1 a 4 - edifício nº 2, secção 2.3. (FdA) *83*
Figura 58: PdV 5 - edifício nº 2, secção 2.3. (FdA) *83*
Figura 59: PdV 6 - edifício nº 2, secção 2.3. (FdA) *84*
Figura 60: PdV 7 - edifício nº 2, secção 2.3. (FdA) *84*
Figura 61: PdV 8 - edifício nº 2, secção 2.3. (FdA) *84*
Figura 62: PdV 8.1 e 8.1.1 - Fotografia da SFC encontrada no edifício nº 2, secção 2.3. (FdA) *84*
Figura 63: a, b, c, d, e - cultura material da produção têxtil na SFC. (FdA) *85*
Figura 64: croqui de referência com destaque ao edifício nº 3. (CdA) *86*
Figura 65: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 3. (CdA) *86*
Figura 66: PdV 1 e 2 - exterior do edifício nº 3. (FdA) *86*
Figura 67: advertências no edifício nº 3. (FdA) *87*
Figura 68 PdV 3, 3.1 e 4 - interior do edifício nº 3. (FdA) *87*
Figura 69: documentos relativos à organização sindical no edifício nº 3. (CSFC) *88*
Figura 70: raio-x em janela do edifício nº 3 alinhado com a chaminé. (FdA) *88*
Figura 71: croqui de referência com destaque ao edifício nº 4. (CdA) *89*
Figura 72: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 4, secção 4.1. (CdA) *89*
Figura 73: PdV 1, 2, 3 e 4 - exterior do edifício nº 4. (FdA) *90*
Figura 74: PdV 5, 6, 7 e 8 - interior do edifício nº 4, secção 4.1. (FdA) *90*
Figura 75: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 4, secção 4.2. (CdA) *91*
Figura 76: a) edifício nº 4 visto de uma fotografia de satélite (GE). *91*
Figura 77: PdV 1, 2, 3 e 4 - edifício nº 4. (FdA) *92*
Figura 78: croqui de referência com destaque ao edifício nº 5. (CdA) *93*
Figura 79: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 5. (CdA) *93*
Figura 80: PdV 1 - possível local do edifício nº 5. (FdA) *93*
Figura 81: PdV 2 - possíveis resquícios do edifício nº 5. (FdA) *93*
Figura 82: croqui de referência com destaque aos edifícios nº 6, 7 e 8. (CdA) *94*
Figura 83: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 6. (CdA) *94*
Figura 84: PdV 1 - resquício da construção em frente ao edifício nº 6. (FdA) *95*
Figura 85: PdV 2 - aterro para nivelar o terreno em frente ao edifício nº 6. (FdA) *95*
Figura 86: PdV 3 - vista da entrada do edifício nº 6 para os edifícios nº 7, 8 e 9. (FdA) *95*
Figura 87: PdV 4, 5 e 6 - interior do edifício nº 6. (FdA) *95*
Figura 88: interior do edifício nº 6, sentido norte-sul. (FdA) *96*
Figura 89: interior do edifício nº 6, sentido sul-norte. (FdA) *96*
Figura 90: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 7. (CdA) *97*
Figura 91: PdV 1 - interior do edifício nº 7, "sala do trono". Detalhes Figuras 92 e 94. (FdA) *97*
Figura 92: símbolo anarquista no edifício nº 7. (FdA) *97*
Figura 93: PdV 2 - interior do edifício nº 7, "liberdade". (FdA) *98*
Figura 94: interior do edifício nº 7, "OM". (FdA) *98*
Figura 95: PdV 3 - interior do edifício nº 7, o "moicano" e o "profeta". (FdA) *99*
Figura 96: PdV 4 - interior da edificação nº 7, antigo acesso à edificação nº 6. (FdA) *99*
Figura 97: PdV 4 - interior da edificação nº 7, "live after death". (FdA) *99*
Figura 98: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 8, secção 8.1. (CdA) *100*
Figura 99: PdV 1 e 2 (exterior) e PdV 3 (interior) - edifício nº 8, secção 8.1. (FdA) *100*
Figura 100: PdV 4 - panorâmica do interior do edifício nº 8, secção 8.1. (FdA) *100*
Figura 101: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 8, secção 8.2. (CdA) *101*
Figura 102: PdV 1 - interior do edifício nº 8, secção 8.2. Sentido sul-norte. (FdA) *101*
Figura 103: PdV 2 - interior do edifício nº 8, secção 8.2. Sentido norte-sul. (FdA) *101*

Figura 104: PdV 3 - interior do edifício nº 8, secção 8.2, porção norte. (FdA) *101*
Figura 105: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 8, secção 8.3. (CdA) *102*
Figura 106: PdV 1 - edifício nº 8, secção 8.3, visto do corredor central. (FdA) *102*
Figura 107: PdV 1.1 - entrada do edifício nº 8, secção 8.3. (FdA) *102*
Figura 108: PdV 1.2 - escada de acesso à secção 8.1. ..... *102*
Figura 109: PdV 1.3 - escada de acesso à secção 8.1. (FdA) *103*
Figura 110: PdV 2 - secção 8.3. Sentido sul-norte. (FdA) *103*
Figura 111: PdV 2 - secção 8.3. Sentido sul-norte. (FdA) *103*
Figura 112: PdV 4 - secção 8.3. Sentido norte-sul. (FdA) *103*
Figura 113: croqui de referência com destaque ao edifício nº 9. (CdA) *104*
Figura 114: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 9. (CdA) *104*
Figura 115: PdV 1 - edifício nº 9, fachada voltada ao corredor central. (FdA) *104*
Figura 116: PdV 2 - destaque da diferença de altura dos edifícios nº 9 e 10. ..... *104*
Figura 117: PdV 3, 4 e 5 - interior do edifício nº 9. Conexão com edifício nº 10. (FdA) *105*
Figura 118: croqui de referência com destaque ao edifício nº 10. (CdA) *106*
Figura 119: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 10, secção 10.1. (CdA) *107*
Figura 120: PdV 1 - porção norte do edifício nº 10. (FdA) *107*
Figura 121: PdV 1.2 - escada do corredor central ao edifício 10 e à chaminé. (FdA) *107*
Figura 122: PdV 2 - corredor central no sentido sul-norte. (FdA) *108*
Figura 123: PdV 2 - corredor central no sentido norte-sul. (FdA) *108*
Figura 124: PdV 4 e 4.1 - vista do açude e da porção norte do edifício nº 10. (FdA) *108*
Figura 125: PdV 5 - entrada edifício nº 10. Secção 10.1. (FdA) *109*
Figura 126: PdV 6 - edifício nº 10. Secção 10.1. (FdA) *109*
Figura 127: PdV 7 - edifício nº 10. Secção 10.1. (FdA) *109*
Figura 128: PdV 7.2 - edifício nº 10. Secção 10.1. Placa "desperdício fibras 2º". (FdA) *109*
Figura 129: PdV 8, 8.1 e 8.2 - edifício nº 10. Secção 10.1. Salão de desperdício. (FdA) *110*
Figura 130: PdV 9 - edifício nº 10. Secção 10.1. Conexões internas. (FdA) *110*
Figura 131: PdV 10 - edifício nº 10. Secção 10.1. Passagem à edificação nº 12 (FdA) *110*
Figura 132: PdV 11 - edifício nº 10. Secção 10.1. Conexões internas (FdA) *111*
Figura 133: PdV 11 - edifício nº 10. Secção 10.1. Conexão interna (FdA) *111*
Figura 134: PdV 12 e 12.1 - edifício nº 10. Secção 10.1. Abridores. (FdA) *111*
Figura 135: PdV 13 - edifício nº 10. Secção 10.1. Entrada para a Tecelagem 'A'. (FdA) *112*
Figura 136: PdV 13 - edifício nº 10. Secção 10.1. Tecelagem 'A', panorama (1). (FdA) *112*
Figura 137: PdV 13 - edifício nº 10. Secção 10.1. Tecelagem 'A', panorama (2). (FdA) *112*
Figura 138: PdV 16, 17, 18 e 19 - edifício nº 10. Secção 10.1. Tecelagem 'A', interior. (FdA) *113*
Figura 139: PdV 20 - edifício nº 10. Secção 10.1. Tecelagem 'A', cultura material (FdA) *113*
Figura 140: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 10, secção 10.2. (CdA) *114*
Figura 141: PdV 1 - edifício nº 10, secção 10.2. Conexão ao edifício nº 11. (FdA) *114*
Figura 142: PdV 2 - edifício nº 10, secção 10.2. "Novos batedores" (FdA) *114*
Figura 143: PdV 3, 4 e 5 - edifício nº 10, secção 10.2. Conexões internas. (FdA) *115*
Figura 144: PdV 6 - edifício nº 10, secção 10.2. (FdA) *115*
Figura 145: PdV 7 - edifício nº 10, secção 10.2. (FdA) *115*
Figura 146: PdV 8 - edifício nº 10, secção 10.2. (FdA) *116*
Figura 147: PdV 9 - edifício nº 10, secção 10.2. (FdA) *116*
Figura 148: PdV 10 - edifício nº 10, secção 10.2. Conexão ao corredor central. (FdA) *116*
Figura 149: conexão do edifício nº 10, secção 10.2, ao corredor central (FdA) *117*
Figura 150: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, armário. (FdA) *117*
Figura 151: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, armário. (FdA) *117*
Figura 152: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, livro de cores. (FdA) *117*
Figura 153: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, livro de cores. (FdA) *117*
Figura 154: edifício nº 10, secção 10.2. Degradação da cultura material. (FdA) *118*
Figura 155: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, manuais de manutenção. (FdA) *118*
Figura 156: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, cartões-ponto. (CSFC) *118*

Figura 157: croqui de referência com destaque ao edifício nº 11. (CdA) 119
Figura 158: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 11. (CdA) 119
Figura 159: PdV 1, 1.1 e 1.2 - interior do edifício nº 11 e suas conexões. (FdA) 119
Figura 160: PdV 2 - área em frente ao edifício nº 11 com acesso ao corredor central. (FdA) 120
Figura 161: PdV 3 - edifício nº 11, chaminé de 1899. (FdA) 120
Figura 162: PdV 4 - edifício nº 11, chaminé de 1899. (FdA) 120
Figura 163: croqui de referência com destaque ao edifício nº 12. (CdA) 121
Figura 164: secções do edifício nº 12. (FdA) 122
Figura 165: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12, secção 12.1. (CdA) 123
Figura 166: PdV 1, 2 e 3 - edifício nº 12, secção 12.1. (FdA) 123
Figura 167: PdV 4 e 5 - edifício nº 12, secção 12.1. Degradação. (FdA) 124
Figura 168: PdV 6 - edifício nº 12, secção 12.1. Conexões internas. (FdA) 124
Figura 169: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12, secção 12.2. (CdA) 125
Figura 170: PdV 1 - edifício nº 12, secção 12.2. Degradação por infiltrações. (FdA) 125
Figura 171: PdV 2 - edifício nº 12, secção 12.2. Conexões. (FdA) 125
Figura 172: PdV 3 e 4 - edifício nº 12, secção 12.2. Conexões. (FdA) 126
Figura 173: edifício nº 12, secção 12.2. Cultura material. (FdA) 126
Figura 174: 4.2 e 4.3: edifício nº 12, secção 12.2. conexão à chaminé e à secção 12.5. (FdA) 126
Figura 175: PdV 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6 - edifício nº 12, secção 12.2; conexões internas. (FdA) 127
Figura 176: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12, secção 12.3. (CdA) 128
Figura 177: PdV 1 - edifício 12, secção 12.3, visto do largo em frente ao monumento. (FdA) 128
Figura 178: PdV 2 - edifício 12, secção 12.3. (FdA) 128
Figura 179: PdV 3 - edifício 12, secção 12.3, destaque ao pequeno escritório. (FdA) 129
Figura 180: PdV 4 - edifício 12, secção 12.3. 129
Figura 181: PdV 5 e 5.1 - edifício 12, secção 12.3. 129
Figura 182: PdV 6 e detalhe "a" - edifício 12, secção 12.3. Cultura material (FdA) 130
Figura 183: detalhe "a.1" - edifício 12, secção 12.3, documentação – cartões. (CSFC) 130
Figura 184: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12, secção 12.4. (CdA) 131
Figura 185: PdV 1 e 1.1 - acesso ao edifício 12, secção 12.4, pelo corredor central. (FdA) 131
Figura 186: PdV 2 - edifício, 12, secção 12.4, porção oeste, sentido norte-sul. (FdA) 132
Figura 187: PdV 3 - edifício, 12, secção 12.4, porção oeste, sentido sul-norte. (FdA) 132
Figura 188: PdV 4 e 4.1 - edifício, 12, secção 12.4, porção leste, sentido norte-sul (FdA) 132
Figura 189: PdV 4 - edifício, 12, secção 12.4, porção leste, sentido sul-norte (FdA) 132
Figura 190: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12, secção 12.5. (CdA) 133
Figura 191: PdV 1 e 2 - edifício nº 12, secção 12.5, sentido sul-norte. (FdA) 133
Figura 192: PdV 3 - edifício nº 12, secção 12.5. porção sul. Seta: edifício nº 13. (FdA) 133
Figura 193: PdV 4 - edifício nº 12, secção 12.5, sentido norte-sul. (FdA) 134
Figura 194: PdV 4.1 - açude mais ao sul da SFC visto do edifício nº 12. (FdA) 134
Figura 195: PdV 5 - edifício nº 12, secção 12.5. escada que leva à secção 12.2. (FdA) 134
Figura 196: PdV 6 e 7 - edifício nº 12, secção 12.5, divisória interna. (FdA) 135
Figura 197: PdV 8 e 8.1 - edifício nº 12, secção 12.5. Salas do laboratório. (FdA) 135
Figura 198: PdV 8.2 e 8.3 - edifício nº 12, secção 12.5. Salas do laboratório. (FdA) 136
Figura 199: PdV 9, 10 e 11 - edifício 12, secção 12.5. Conexões internas. (FdA) 136
Figura 200: croqui de referência com destaque ao edifício nº 12a. (CdA) 137
Figura 201: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12a. (CdA) 137
Figura 202: PdV 1 (montagem), 2 e 3 - edifício nº 12a. (FdA) 137
Figura 203: croqui de referência com destaque ao edifício nº 13. (CdA) 138
Figura 204: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 13. 138
Figura 205: foto de satélite da área do edifício nº 13. (GE) 138
Figura 206: PdV 1 - edifício 13. Sentido norte-sul. (FdA) 139
Figura 207: PdV 2 - edifício 13. Sentido sul-norte. (FdA) 139
Figura 208: PdV 3 - detalhes "a" e "a.1": edifício nº 13, porção sul, escritório. (FdA) 139
Figura 209: PdV 4 - edifício nº 13, mezanino, sentido sul-norte. (FdA) 140

Figura 210: PdV 5 - edifício nº 13, porção sul. (FdA) 140
Figura 211: cultura material abandonada no edifício nº 13. (FdA) 140
Figura 212: PdV 6 - conexão entre o edifício nº 13 e nº 14. (FdA) 141
Figura 213: croqui de referência com destaque ao edifício nº 14. (CdA) 142
Figura 214: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 14. (CdA) 142
Figura 215: PdV 1 e 2 - edifício nº 14. (FdA) 142
Figura 216: PdV 3, 3.1, 3.2, e 4 - edifício nº 14. Conexões (FdA) 143
Figura 217: croqui de referência com destaque ao edifício nº 15. (CdA) 144
Figura 218: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 15. (CdA) 144
Figura 219, área onde se localizava o edifício nº 15. (Google Earth) 144
Figura 220: PdV 1 - área onde se localizava o edifício nº 15. (FdA) 144
Figura 221: croqui de referência com destaque ao edifício nº 16. (CdA) 145
Figura 222: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 16. (CdA) 145
Figura 223: PdV 1 - Chaminé de 1911. (FdA) 145
Figura 224: PdV 2 - azulejo na base da chaminé de 1911. (FdA) 146
Figura 225: azulejo na base da chaminé da Companhia União Fabril, no Porto. (FdA) 146
Figura 226: azulejo na base da chaminé da Central Elétrica da Ribeira, em Viseu. (FdA) 146
Figura 227: croqui de referência com destaque ao edifício nº 17. (CdA) 147
Figura 228: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 17. (CdA) 147
Figura 229: PdV 1 - edifício nº 17 (frente). (FdA) 147
Figura 230: PdV 1 - edifício nº 17 (fundos). (FdA) 147
Figura 231: croqui de referência com destaque ao edifício nº 18. (CdA) 149
Figura 232: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 18. (CdA) 149
Figura 233: PdV 1 - edifício nº 18. (FdA) 149
Figura 234: croqui de referência com destaque ao edifício nº 19. (CdA) 150
Figura 235: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 19. (CdA) 150
Figura 236: PdV 1 - edifício nº 19. Detalhe dos resquícios da estrutura anterior. (FdA) 150
Figura 237: corrente que delimita simbolicamente a SFC. (FdA) 151
Figura 238: divisão entre reutilização (amarelo) e abandono (verde). (GE) 151
Figura 239: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1896-1900. (CdA) 195
Figura 240: SFC em 1900 (sépia). (MIT) 195
Figura 241: SFC em 1900 (preto e branco). (MIT) 206
Figura 242: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1900-1913. (CdA) 207
Figura 243: SFC no jornal O Comércio do Porto Ilustrado (1913). (BPMP) 207
Figura 244: SFC no jornal O Comércio do Porto Ilustrado (1913). Alterações. (BPMP) 208
Figura 245: enquadramento da Figura 244 (Ed. nº 12 e canal). (BPMP) 209
Figura 246: enquadramento da Figura 244 (Ed. nº 6 e 9). (BPMP) 209
Figura 247: enquadramento da Figura 244 (Ed. nº 16). (BPMP) 210
Figura 248: enquadramento da Figura 244 (Ed. nº 11). (BPMP) 213
Figura 249: projeto do açude no Amieiro Galego. Fonte: Archiv-Ave, Proc. 86/1909, pasta 1. 214
Figura 250: planta para o açude no Amieiro Galego. Fonte: Archiv-Ave, Proc. 86/1909, pasta 1 215
Figura 251: canal e casa dos motores. Fonte: Archiv-Ave, Proc. 86/1909, pasta 1 215
Figura 252: planta da linha de alta tensão entre Amieiro Galego e Riba d'Ave, 1905. (MIT) 216
Figura 253: enquadramento da SFC na Figura 252. (MIT) 217
Figura 254: traçado aproximado da linha de alta tensão. (GE) 217
Figura 255: anúncio da OFC no jornal O Comércio do Porto Ilustrado, 1912. (BPMP) 218
Figura 256: "Quadro de recepção de energia elétrica" da OFC, 1912. (BPMP) 219
Figura 257: "Salão de Fiação: grupo de torces movidos a eletricidade" da OFC, 1912. (BPMP) 219
Figura 258: "Salão de Fiação: grupo de contínuos movidos a eletricidade" da OFC, 1912. (BPMP) 219
Figura 259: "Salão de Tecelagem" da OFC, 1912. (BPMP) 219
Figura 260: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1913-1915. (CdA) 224
Figura 261: SFC no jornal O Primeiro de Janeiro. 12 de julho de 1925. (JMLC) 224
Figura 262: enquadramento da Figura 261. Alterações na SFC, 1900-1913. (JMLC) 225

Figura 263: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1915-1917. (CdA) *226*
Figura 264: SFC entre 1915 e 1917. (MIT) *226*
Figura 265: enquadramento da Figura 264 (Ed. nº 2). (MIT) *226*
Figura 266: Planta para elevar o açude no Amieiro Galego (Archiv-Ave. Proc. 171/1915) *227*
Figura 267: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1917. (CdA) *233*
Figura 268: cartaz "No tempo de Narciso Ferreira" (FNF). *233*
Figura 269: enquadramento da SFC na Figura 268 (SFC em 1917). (FNF) *233*
Figura 270: SFC em 1917 no filme "As minas de S. Pedro da Cova" (1917). (CPMC) *234*
Figura 271: enquadramento da SFC na Figura 270. (CPMC) *234*
Figura 272: datação dos edifícios da SFC até 1917. (CPMC) *235*
Figura 273: capa da Revista Indústria Portuguesa de Julho de 1929 (Rollo, 2008, p. 80) *254*
Figura 274: cartaz da Feira de Amostras de Estoril, 1929. (Anjos, 2013, p. 45 dos Anexos) *254*
Figura 275: Inscrição da SFC. "Catálogo Oficial da Feira de Amostras de Estoril" (1929). (FCO) *261*
Figura 276: "Perspectiva do Parque de Estoril onde foi instalada a Feira" (1929). (FCO) *261*
Figura 277: capa do "Catálogo Oficial da Feira de Amostras de Estoril" (1929). (FCO) *262*
Figura 278: planta dos estandes da Feira de Amostras de Estoril (1929). (FCO) *263*
Figura 279: diploma da medalha de ouro da SFC na Feira de Amostras de Estoril (1929). (MIT) *265*
Figura 280: bandeira da fábrica SFC. (1). (MIT/FamalicãoId) *266*
Figura 281: enquadramento da Figura 280 (emblema). (MIT/FamalicãoId) *266*
Figura 282: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1934-1943. (CdA) *275*
Figura 283: SPC entre 1934 e 1943 (norte). (CPF - ALV-004424) *276*
Figura 284: SPC entre 1934 e 1943 (sul). (CPF - ALV-004416) *276*
Figura 285: paisagem-sequência da SFC entre 1934 a 1943. (CPF - ALV-004424 e ALV-004416) *276*
Figura 286: enquadramento da Figura 284 (Ed. nº 16). (CPF - ALV-004416) *277*
Figura 287: Riba d'Ave, possivelmente entre 1944 e 1947. (Machado & Rebelo, 1947 Apud Couto, Correia, & Matos, 2010/2011, p. 491) *277*
Figura 288: Riba d'Ave em, no mínimo, 1949. (APA) *278*
Figura 289: enquadramento da Figura 283 (Ed. nº 1, 2, 3 e 4) (CPF - ALV-004424) *278*
Figura 290: enquadramento da Figura 283 (Ed. nº 10 e 12). (CPF - ALV-004424) *279*
Figura 291: enquadramento da Figura 283 (Ed. nº 6, 7, 8 e 9). (CPF - ALV-004424) *280*
Figura 292: recorte da planta adjunta ao Proc. 752/1948 (Cf. Figura 355). (Archiv-Ave) *281*
Figura 293: SFC por volta de 1940. In "Famalicão – 1940" (aos 7min. e 37seg.). Dir. Manoel de Oliveira. (YouTube; CITI) *282*
Figura 294: enquadramento da Figura 293 (Ed. nº 6, 7 e 8). (YouTube; CITI) *283*
Figura 295: SPC entre 1934 e 1943. Portaria e monumento (1). (CPF - ALV-004425) *291*
Figura 296: SPC entre 1934 e 1943. Portaria e monumento (2). (CPF - ALV-004407) *291*
Figura 297: SPC entre 1934 e 1943. Largo do monumento. (CPF - ALV-004410) *292*
Figura 298: SPC entre 1948 e 1952. Largo do monumento. (CPF - ALV- 004420) *292*
Figura 299: monumento possivelmente entre 1948 e 1952. (CPF - ALV-004419) *292*
Figura 300: enquadramento fotografia ALV-004426. (CPF) *294*
Figura 301: paisagem-sequência da entrada da SFC. (CPF - ALV-004421 e ALV-004408) *294*
Figura 302: "Largo e fachada principal". (CPF - ALV-004418) *295*
Figura 303: cartaz estilo art déco. (Paris, 1925). (D'Elboux, 2013, p. 64) *295*
Figura 304: croqui de referência: monumento (1934), Teatro (1944) e Mercado (1947). (CdA) *297*
Figura 305: Construção do teatro Narciso Ferreira. (MMV) *297*
Figura 306: Teatro Narciso Ferreira. (Machado & Rebelo, 1947 Apud Couto, Correia, & Matos, 2010/2011, p. 491) *298*
Figura 307: Teatro Narciso Ferreira. (AAG) *298*
Figura 308: Teatro Narciso Ferreira, posterior a 1949. (FNF) *298*
Figura 309: Mercado Narciso Ferreira (1), pós-1949. (JFR) *299*
Figura 310: Mercado Narciso Ferreira (2), pós-1949. (APA) *299*
Figura 311: Mercado Narciso Ferreira (3), s/d. (FNF) *299*
Figura 312: Mercado Narciso Ferreira (4), s/d. (JFR) *299*

Figura 313: Mercado Narciso Ferreira (5), s/d. (Leitão & Saraiva, 2012, p. 15) *300*
Figura 314: "Festas do Trabalho em Famalicão – 1º de maio de 1937" (frame aos 2min09s) Dir.: Salazar Diniz (1937) (CPMC) *302*
Figura 315: "Festas do Trabalho em Famalicão – 1º de maio de 1937" (frame aos 4min05s) Dir.: Salazar Diniz (1937) (CPMC) *303*
Figura 316: "Festas do Trabalho em Famalicão – 1º de maio de 1937" (frame aos 4min49s) Dir.: Salazar Diniz (1937) (CPMC) *303*
Figura 317: "Festas do Trabalho em Famalicão – 1º de maio de 1937" (frame aos 6min43s) Dir.: Salazar Diniz (1937) (CPMC) *303*
Figura 318: SFC no filme "Festas do Trabalho em Famalicão – 1º de maio de 1937" (frame aos 6min18s) Dir.: Salazar Diniz (1937) (CPMC) *304*
Figura 319: etiqueta da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela. (Ferreira D. V., 2014, p. 76) *307*
Figura 320: etiqueta da Fábrica de Tecidos da Ponte de Negrelos. (Ferreira D. V., 2014, p. 56) *307*
Figura 321: etiqueta da Empresa Têxtil de Caneiros. (Ephemera) *308*
Figura 322: etiqueta da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães (Ephemera) *308*
Figura 323: etiqueta da Fábrica de Fiação e Tecidos Raúl Ferreira. (Borges, 2012, p. 192) *309*
Figura 324: etiqueta dobrável de amostra de tecidos da SFC. (CSFC) *309*
Figura 325: etiqueta simples de amostra de tecidos da SFC. (CSFC) *309*
Figura 326: etiqueta da SFC com o monumento a Narciso Ferreira (1). (Ephemera) *311*
Figura 327: etiqueta da SFC com o monumento a Narciso Ferreira (2). (MIT) *311*
Figura 328: monumento a Narciso Ferreira, possivelmente 1934-1943. (CPF – ALV-004415) *312*
Figura 329: monumento a Narciso Ferreira, possivelmente 1934-1943. (CPF – ALV-004398) *313*
Figura 330: SFC possivelmente 1934-1943. (CPF - ALV-004417) *314*
Figura 331: monumento a Narciso Ferreira, possivelmente 1934-1943. (CPF - ALV-004414) *315*
Figura 332: monumento a Narciso Ferreira, possivelmente 1934-1943. (CPF - ALV-004396) *315*
Figura 333: placa no monumento, possivelmente 1934-1943. (CPF - ALV-004397) *315*
Figura 334: placa no monumento a Narciso Ferreira. (FdA) *316*
Figura 335: monumento a Narciso Ferreira, em 2016. (FdA) *323*
Figura 336: monumento a Narciso Ferreira, possivelmente entre 1948-1952. (CPF - ALV-004427) *323*
Figura 337: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1948-1952. (CdA) *350*
Figura 338: planta para ampliação da SFC. (Archiv-Ave. Proc. 497/1947) *351*
Figura 339: SPC entre 1948 e 1952 (norte). (CPF - ALV-004428) *351*
Figura 340: SPC entre 1948 e 1952 (sul). (CPF - ALV-004423) *351*
Figura 341: paisagem-sequência da SFC entre 1948 a 1952. (CPF - ALV-004428 e ALV-004423) *351*
Figura 342: enquadramento da Figura 339 (Ed. 16 e 18). (CPF - ALV-004423) *352*
Figura 343: edifício nº 18, inicialmente a cantina da SFC. (FNF) *353*
Figura 344: edifício nº 18, inicialmente a cantina da SFC. (CPF - ALV-004403) *353*
Figura 345: "Cozinha das cantinas da Fábricas de Riba d'Ave", 1947. (MIT) *353*
Figura 346: planta para ampliação da SFC (sul) (Archiv-Ave. Proc. 497/1947) *354*
Figura 347: enquadramento da Figura 338 (Ed. nº 10 e 12). (CPF - ALV-004428) *354*
Figura 348: paisagem-sequência interior da SFC, 1948-1952. (CPF. ALV-004422 e ALV-004409) *355*
Figura 349: enquadramento da Figura 347 (Ed. nº 10). (CPF - ALV-004409) *355*
Figura 350: enquadramento da Figura 338 (Ed. nº 2, 3 e 4). (CPF - ALV-004428) *356*
Figura 351: enquadramento da Figura 347 (Ed. nº 2, 3 e 4). (CPF - ALV-004422) *356*
Figura 352: enquadramento da Figura 338 (Ed. nº 6, 7, 8 e 9). (CPF - ALV-004428) *357*
Figura 353: Destaques na Figura 347 (Ed. nº 7, 8 e 9). (CPF - ALV-004422 e ALV-004409.) *357*
Figura 354: anexo do edifício nº8 (interior). (FdA) *358*
Figura 355: anexo do edifício nº8 (frontal). (FdA) *358*
Figura 356: planta adjunta ao Proc. 752/1948. (Archiv-Ave) *359*
Figura 357: recorte da Figura 356 (1) (Archiv-Ave) *360*
Figura 358: recorte da Figura 356 (2) (Archiv-Ave) *360*
Figura 359: recorte da Figura 356 (3) (Archiv-Ave). *360*
Figura 360: recorte da Figura 356 (4) (Archiv-Ave). *362*

Figura 361: recorte da Figura 356 (5) (Archiv-Ave). *362*
Figura 362: enquadramento da Figura 283 (Ed. nº 6, 7, e 8). (CPF - ALV-004424) *362*
Figura 363: edifício nº 6 (2016). (FdA) *363*
Figura 364. Foto de satélite do edifício nº 6. (GE) *363*
Figura 365: edifício nº 8, secção 8.1. primeiro piso, parte 2. (FdA) *363*
Figura 366: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1952-1954. (CdA) *364*
Figura 367: planta para ampliação da SFC (norte). (Archiv-Ave. Proc. 497/1947) *364*
Figura 368: SFC (norte) entre 1952 e 1954. (MIT) *365*
Figura 369: SFC (sul) entre 1952 e 1954. (MIT) *365*
Figura 370: paisagem-sequência da SFC entre 1952 e 1954 (com croqui hipotético - CdA). (MIT) *365*
Figura 371: enquadramento da Figura 368 (Ed. nº 4, 10 e 12) (MIT) *368*
Figura 372: enquadramento da Figura 347 (Ed. nº 4) (CPF - ALV-004422) *368*
Figura 373: extremo-norte do edifício nº 4 (2016-2018). (FdA) *368*
Figura 374: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1955-1957. (CdA) *369*
Figura 375: a SFC possivelmente entre 1955 e 1957. (Famalicão antigo) *369*
Figura 376: enquadramento da Figura 347 (Ed. nº 10 e 12). (Famalicão Antigo) *370*
Figura 377: Planta da SFC possivelmente entre 1955 e 1957. (Archiv-Ave. Proc. 353/1945) *370*
Figura 378: recorte da Figura 376 (Ed. nº 10 e 12). (Archiv-Ave. Proc. 353/1945). *371*
Figura 379: ALV-004395, "pavilhão com urdideira". (CPF) *378*
Figura 380: ALV-004392, "pavilhão de enrolamento do tecido". (CPF) *379*
Figura 381: edifício nº 4, secção 4.1. Rés do chão. (FdA) *379*
Figura 382: ALV-004390, "pavilhão de tecelagem". (CPF) *379*
Figura 383: edifício nº6. (FdA) *379*
Figura 384: ALV-004393, "pavilhão de tecelagem".(Fonte CPF) *380*
Figura 385: ALV-004391, "operários a trabalhar na secção de estampagem". (Fonte CPF) *380*
Figura 386: ALV-004412, "operários a trabalhar na secção de estamparia". (CPF) *380*
Figura 387: ALV-004391, Análise do telhado. (CPF) *381*
Figura 388: ALV-004412, Análise do telhado. (CPF) *381*
Figura 389: edifício nº 8 por volta de 1969. (FNF) *382*
Figura 390: ALV-004400, "pavilhão com cardas de fiação". (CPF) *382*
Figura 391: ALV-004394, "pavilhão com bobinadeiras". (CPF) *383*
Figura 392: ALV-004402, "laminadores". (CPF) *383*
Figura 393: edifício nº 10, secção 10.2. rés do chão. (FdA) *383*
Figura 394: ALV-004399, "pavilhão de tinturaria de fio". (CPF) *384*
Figura 395: ALV-004413, "secção de acabamentos de tecidos". (Fonte CPF) *384*
Figura 396: enquadramento da Figura 339 (Ed. nº 12) (CPF - ALV-004428). *384*
Figura 397: ALV-004405, "painel de comando da central eléctrica". (CPF) *385*
Figura 398: ALV-004401, "gerador". (CPF) *385*
Figura 399: Enquadramento da Figura 385. (Fonte CPF - ALV-004391) *392*
Figura 400: Enquadramento da Figura 386. (CPF - ALV-004412) *392*
Figura 401: interior da SFC, possivelmente no edifício nº 10. s/d. (Pinto, 2014, p. 215) *394*
Figura 402: interior da SFC, possivelmente no edifício nº 10. s/d. (MIT) *394*
Figura 403: ALV-004424, vulto em frente ao escritório. (CPF) *397*
Figura 404: ALV-004416, possível trabalhador. (CPF) *397*
Figura 405: ALV-004428, trabalhadores. (CPF) *398*
Figura 406: ALV-004423, trabalhadores. (CPF) *398*
Figura 407: ALV-004417, destaque aos trabalhadores. (CPF) *399*
Figura 408: ALV-004422, destaque aos trabalhadores. (CPF) *399*
Figura 409: ALV-004409, destaque aos trabalhadores. (CPF) *399*
Figura 410: ALV-004404, "pormenor das colunas de edifício em construção" (CPF) *403*
Figura 411: ALV-004406, "pormenor das colunas de edifício em construção" (CPF) *403*
Figura 412: ALV-004389, "funcionários a abastecer automóvel em posto da Shell nas instalações da fábrica têxtil Sampaio, Ferreira & Cia. Lda., Riba de Ave" (CPF) *406*

Figura 413: ALV-004408, "gradeamento e fachada principal da fábrica têxtil". (CPF) *406*
Figura 414: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1958. (CdA) *411*
Figura 415: fotografia aérea vertical da SFC, 1958. (CigeoE) *411*
Figura 416: Enquadramento da Figura 368. (MIT) *412*
Figura 417: recorte da Figura 377. (Archiv-Ave. Proc. 353/1945) *412*
Figura 418: enquadramento da Figura 415(Ed. nº 12). (Fonte CigeoE) *413*
Figura 419: enquadramento da Figura 415 (Ed. nº 17). (Fonte CigeoE) *413*
Figura 420: enquadramento da Figura 415 (Ed. nº 6, 7, 8, e 9). (Fonte CigeoE) *414*
Figura 421: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1959-1964. (CdA) *415*
Figura 422: croqui da SFC anexado ao Proc. 313/1961. (Archiv-Ave) *416*
Figura 423: esboço topográfico da SFC anexado ao Proc. 928/1963. (Archiv-Ave) *417*
Figura 424: a SFC possivelmente entre 1959 e 1964. (Sousa F. D., 2017, p. 34) *418*
Figura 425: enquadramento da Figura 424 (Ed. nº 12, 13, 14 e 17). (Sousa F. D., 2017, p. 34) *420*
Figura 426: enquadramento da Figura 423 (Ed. nº 8). (Sousa F. D., 2017, p. 34) *420*
Figura 427: destaques na Figura 348 (Ed. nº 9). (CPF - ALV-004409.) *421*
Figura 428: edificação nº 9 entre 2016 e 2018. (FdA) *421*
Figura 429: edifício nº 9 entre 2016 e 2018. (FdA) *421*
Figura 430: projeção virtual na Figura 348 (Ed. nº 8). (CPF) *422*
Figura 431: SFC entre 2016 e 2018 (anexo em frente ao ed. nº 8). (FdA) *422*
Figura 432: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1964. (CdA) *423*
Figura 433: planta topográfica da SFC anexada ao Proc. 687/1964. (Archiv-Ave) *423*
Figura 434: recorte da Figura 433. (Ed. nº 1) (Archiv-Ave) *424*
Figura 435: recorte da Figura 433. (Ed. nº 13 e 15). Fonte: Archiv-Ave). *424*
Figura 436: projeto de elevação do edifício nº 12. Fonte: Archiv-Ave, Proc.687/1964.) *425*
Figura 437: recorte da Figura 433. (Ed. nº 12)). (Archiv-Ave) *425*
Figura 438: rés do chão do edifício nº 12 (Archiv-Ave, Proc. 687/1964) *427*
Figura 439: primeiro piso do edifício nº 12 Fonte: Archiv-Ave, Proc. 687/1964) *427*
Figura 440: segundo piso do edifício nº 12 (Archiv-Ave, Proc. 687/1964) *427*
Figura 441: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1965. (CdA) *428*
Figura 442: fotografia aérea vertical da SFC, 1965. (DGT) *428*
Figura 443: enquadramento da Figura 442 (Ed. nº 12). (DGT) *429*
Figura 444: enquadramento da Figura 442 (Ed. nº 15 e 17). (DGT) *429*
Figura 445: enquadramento da Figura 442 (Ed. nº 4 e 12, secção 1). (DGT) *430*
Figura 446: enquadramento da Figura 442 (Ed. nº nº 6, 7, 8, e 9) (DGT) *430*
Figura 447: enquadramento da Figura 442 (Bombeiros Voluntários). (DGT) *430*
Figura 448: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1966-1968. (CdA) *433*
Figura 449: fotografia aérea vertical da SFC, 1968. (CigeoE) *433*
Figura 450: enquadramento da Figura 449 (Ed. nº 8 e 9). (CigeoE) *434*
Figura 451: edifícios nº 8 e 9, 2016-2018. (FdA) *434*
Figura 452: fotografia aérea oblíqua baixa da SFC, 1966-1968. (Sousa F. D., 2017, p. 28) *434*
Figura 453: fotografia aérea oblíqua baixa da SFC, 1966-1968. (FNF/MMV) *435*
Figura 454: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1969. (CdA) *436*
Figura 455: fotografia aérea oblíqua baixa da SFC por volta de 1969 (1). (FNF) *436*
Figura 456: fotografia aérea oblíqua baixa da SFC por volta de 1969 (2). (FNF) *437*
Figura 457: fotografia aérea oblíqua baixa da SFC por volta de 1969 (3). (MMV/FNF) *437*
Figura 458: enquadramento da Figura 455 (Ed. nº 6). (FNF) *438*
Figura 459: enquadramento da Figura 456 (Ed. nº 6). (FNF) *438*
Figura 460: enquadramento da Figura 457 (Ed. nº 6). (MMV/FNF) *438*
Figura 461: passeio em frente à SFC, 2016-2018. (FdA) *439*
Figura 462: "Fazer Indústria". (FdA) *440*
Figura 463: "Fazer Cidade". (FdA) *440*
Figura 464: "Fazer região". (FdA) *440*
Figura 465: detalhamento da inscrição-monumento "Fazer Indústria". (FdA) *441*

Figura 466: Posto da GNR. (FNF) *441*
Figura 467: escola primária Narciso Ferreira (1). (SIPA) *441*
Figura 468: escola primária Narciso Ferreira (2). (FNF) *441*
Figura 469: Hospital Narciso Ferreira (1). (Borges, 2012, p. 163) *442*
Figura 470: Hospital Narciso Ferreira (2). (APA) *442*
Figura 471: detalhamento da inscrição-monumento "Fazer Cidade". (FdA) *443*
Figura 472: edifício dos CTT (FNF) *443*
Figura 473: Café de Riba d'Ave. (FNF) *444*
Figura 474: Café de Riba d'Ave (interior). (Famalicão antigo) *444*
Figura 475: Estalagem de São Pedro (1), antes de 1955. (JFR) *444*
Figura 476: Estalagem de São Pedro (2). s/d. (FNF) *444*
Figura 477: Estalagem de São Pedro (3). s/d. (Sousa F. D., 2017, p. 38) *444*
Figura 478: Estalagem de São Pedro (4). Sala de jantar. s/d. (APA) *444*
Figura 479: Estalagem de São Pedro (5), interior sépia. s/d. (APA) *445*
Figura 480: Estalagem de São Pedro (6). Interior p&b. s/d. (APA) *445*
Figura 481: posto de combustível Mobil Oil. s/d. (Leitão & Saraiva, 2012, pp. IX, anexos) *445*
Figura 482: filme "Famalicão" (frames 9min54s a 10min08s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *446*
Figura 483: filme "Famalicão" (frame aos 14min35s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *447*
Figura 484: filme "Famalicão" (frames 14min47s a 15min00s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *447*
Figura 485: filme "Famalicão" (frames 15min06s a 15min16s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *447*
Figura 486: filme "Famalicão" (frames 15min21s a 15min27s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *448*
Figura 487: filme "Famalicão" (frame aos 15min29s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *448*
Figura 488: filme "Famalicão" (frame aos 15min33s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *449*
Figura 489: filme "Famalicão" (frame aos 15min35s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *449*
Figura 490: filme "Famalicão" (frame aos 15min38s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *449*
Figura 491: filme "Famalicão" (frames 15min42s a 15min49s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *450*
Figura 492: filme "Famalicão" (frames 15min50s a 15min59s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *450*
Figura 493: filme "Famalicão" (frames 16min00s a 16min13s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *451*
Figura 494: filme "Famalicão" (frame aos 16min14s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *452*
Figura 495: filme "Famalicão" (frame aos 16min24s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC) *452*
Figura 496: planta "Aqueduto do Ribeiro de Oliveira". (Archiv-Ave. Proc. 861/1965) *455*
Figura 497: "Planta a que se refere o requerimento de SFC" (Archiv-Ave. Proc. 861/1965) *455*
Figura 498: planta do aqueduto da SFC ao Bairro do Quinteiro (Archiv-Ave. Proc. 75/1967) *456*
Figura 499: recorte da Figura 498. (Archiv-Ave. Proc. 75/1967) *456*
Figura 500: restos do aqueduto entre a SFC e o Bairro do Quinteiro (2016-2018). (FdA) *457*
Figura 501: detalhamento da inscrição-monumento "Fazer Região". (FdA) *462*
Figura 502: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1970-1975. (CdA) *469*
Figura 503: fotografia aérea vertical da SFC, 1970. (CigeoE) *469*
Figura 504: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1971-1972. (CdA) *470*
Figura 505: a SFC entre 1971 e 1972. (CSFC) *470*
Figura 506: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1973. (CdA) *471*
Figura 507: croqui anexado ao Proc. 422/1973. (Archiv-Ave) *472*
Figura 508: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1974-1976. (CdA) *473*
Figura 509: fotografia aérea vertical da SFC, 1974. (CigeoE) *473*
Figura 510: fotografia aérea vertical da SFC, 1974. (DGT) *474*
Figura 511: enquadramento da Figura 509 (Ed. nº 1, 2 e 14). (CigeoE) *474*
Figura 512: enquadramento da Figura 510 (Ed. nº 1, 2 e 14). (DGT) *474*
Figura 513: enquadramento da Figura 509 (Ed. nº 6 e 8). (CigeoE) *475*
Figura 514: enquadramento da Figura 510 (Ed. nº 6 e 8). (DGT) *475*
Figura 515: recorte da Figura 356. (Archiv-Ave, Proc. 752/1948) *476*
Figura 516: piso inferior do edifício nº 8 (1). (FdA) *476*
Figura 517: piso inferior do edifício nº 8 (2). (FdA) *476*
Figura 518: fotografia aérea vertical da SFC, início da década de 1970. (Famalicão Id) *477*

Figura 519: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (1). (Ephemera) *478*
Figura 520: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (2). (Ephemera) *478*
Figura 521: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (3). (Ephemera) *478*
Figura 522: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (4). (Ephemera) *478*
Figura 523: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (5). (Ephemera) *479*
Figura 524: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (6). (Ephemera) *479*
Figura 525: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (7). (Ephemera) *479*
Figura 526: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (8). (Ephemera) *479*
Figura 527: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (9). (Ephemera) *479*
Figura 528: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (10). (Ephemera) *479*
Figura 529: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (11). (Ephemera) *480*
Figura 530: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (12). (Ephemera) *480*
Figura 531: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (13). (Ephemera) *480*
Figura 532: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (14). (Ephemera) *480*
Figura 533: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1977-1979. (CdA) *481*
Figura 534: croqui anexado ao Proc. 353/1945. (Archiv-Ave) *482*
Figura 535: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1980-1983/1984. (CdA) *484*
Figura 536: planta anexada ao Proc. 1159/1952. (Archiv-Ave) *484*
Figura 537: fotografia aérea vertical da SFC, 1983. (DGT) *485*
Figura 538: fotografia aérea vertical da SFC, 1984. (DGT) *485*
Figura 539: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1985-1988. (CdA) *486*
Figura 540: fotografia aérea vertical da SFC, 1988. (DGT) *487*
Figura 541: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1994-1995. (CdA) *488*
Figura 542: fotografia aérea vertical da SFC, 1994. (DGT) *488*
Figura 543: fotografia aérea vertical da SFC, 1995. (CigeoE) *489*
Figura 544: planta do açude anexada ao Proc. 353/1945. (Archiv-Ave) *493*
Figura 545: "esboço topográfico" anexado ao Proc. 687/1962. (Archiv-Ave) *522*
Figura 546: esboço topográfico anexado ao Proc. 861/1965. (Archiv-Ave) *528*
Figura 547: Maria da Conceição e Rosa Maria Fonseca Maia (Archiv-Ave) *537*
Figura 548: esboço topográfico anexado ao Proc. 447/1956. (Archiv-Ave) *540*
Figura 549: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2000. (CdA) *569*
Figura 550: fotografia aérea vertical da SFC, 2000. (DGT) *569*
Figura 551: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2004. (CdA) *570*
Figura 552: fotografia de satélite da SFC, 21 de março de 2004. (GE) *570*
Figura 553: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2006. (CdA) *571*
Figura 554: fotografia de satélite da SFC, 30 de outubro de 2006. (GE) *571*
Figura 555: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2010. (CdA) *572*
Figura 556: fotografias de satélite da SFC em 2010. (GE) *572*
Figura 557: fotografia de satélite da SFC, entre agosto e dezembro de 2010. (PGVNF) *573*
Figura 558: paredes do edifício nº 17. (BP) *573*
Figura 559: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2012. (CdA) *574*
Figura 560: fotografia de satélite da SFC, 22 de junho de 2012. (GE) *574*
Figura 561: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2013. (CdA) *575*
Figura 562: fotografia de satélite da SFC, 12 de maio de 2013. (GE) *575*
Figura 563: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2015. (CdA) *576*
Figura 564: fotografia aérea vertical da SFC, 2015. (CigeoE) *576*
Figura 565: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2016. (CdA) *577*
Figura 566: fotografia de satélite da SFC, 07 de julho de 2016. (GE) *577*
Figura 567: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2019. (CdA) *578*
Figura 568: fotografia de satélite da SFC, julho de 2019. (GE) *578*
Figura 569: Avenida Narciso Ferreira, 2005. (JFR) *597*
Figura 570: Avenida Narciso Ferreira, 2016-2018. (FdA) *598*
Figura 571: placa comemorativa das "obras de requalificação" da Avenida Narciso Ferreira. (FdA) *599*

Figura 572: "Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico, 'D'". (PDM).....602
Figura 573: "Planta de Ordenamento III D – Salvaguardas". (PDM).....607
Figura 574: "Planta de Ordenamento I D – Qualificação do Solo". (PDM).....608
Figura 575: planta de Delimitação da ARU de Riba d'Ave (VNF).....611
Figura 576: planta da Proposta de alteração à delimitação da ARU. (VNF).....612
Figura 577: planta da [Re]Delimitação da ARU (VNF).....613
Figura 578: "Envolvimento da comunidade". (VNF).....621
Figura 579: cartaz 150 anos de Narciso Ferreira. (FNF).....635
Figura 580: banner para as comemorações dos 150 de Narciso Ferreira. (1) (FNF).....636
Figura 581: recorte da Figura 578. (FNF).....637
Figura 582: cartaz de atividades, 07 de julho de 2012. (FNF).....637
Figura 583: cartaz de atividades, 08 de julho de 2012. (FNF).....637
Figura 584: vinho em homenagem a Narciso Ferreira. (FNF).....638
Figura 585: exposição fotográfica inaugurada em 07 de julho de 2012. (FNF).....643
Figura 586: placa comemorativa na base do monumento a Narciso Ferreira. (FdA).....646
Figura 587: banner da exposição fotográfica comemorativa no largo da SFC. (FNF).....646
Figura 588: folheto de divulgação e fotografia da peça "Narciso Ferreira In Memorian". (FNF).....647
Figura 589: banner para as comemorações dos 150 de Narciso Ferreira. (2) (FNF).....648
Figura 590: placa do Museu da Memória Viva. (FdA).....651
Figura 591: fachada do Museu da Memória Viva nos antigos CTT. (FdA).....651
Figura 592: exposição MMV - "Território". (FdA).....653
Figura 593: exposição MMV - "evolução urbana de Riba d'Ave". (FdA).....653
Figura 594: exposição MMV - "Indústria e Energia Hidroelétrica" (1). (FdA).....654
Figura 595: exposição MMV - "Indústria e Energia Hidroelétrica" (2). (FdA).....654
Figura 596: exposição MMV - "Patrimônio". (FdA).....655
Figura 597: exposição MMV - busto de Raúl Ferreira. (FdA).....656
Figura 598: exposição MMV - display (1). FdA).....656
Figura 599: exposição MMV - bandeira da SFC (2). (FdA).....656
Figura 600: exposição MMV - display (2). FdA).....656
Figura 601: exposição MMV - display (3). Detalhe para fotografia da SFC em 1915. (FdA).....656
Figura 602: exposição MMV - continuidade da obra de Narciso Ferreira. (FdA).....657
Figura 603: exposição MMV - "Cultura e Pedagogia Cívica". (FdA).....658
Figura 604: exposição MMV - "Narcisinho". (FdA).....658
Figura 605: placa da RPI em frente à SFC. (FdA).....665
Figura 606: menu principal do site da RPI. (RPI).....668
Figura 607: "Polos da Rota". (RPI).....669
Figura 608: site da RPI – "Sampaio, Ferreira". (RPI).....669
Figura 609: "Narciso Ferreira". (RPI).....670
Figura 610: "Exposições Virtuais". (RPI).....672
Figura 611: "Exposições Virtuais" - "Retratos do Trabalho". (RPI).....672
Figura 612: "Exposições Virtuais" - recurso de interatividade (1). (RPI).....674
Figura 613: "Exposições Virtuais" - recurso de interatividade (2). (RPI).....674
Figura 614: "Exposições Virtuais" - "A indústria no tempo". (RPI).....676
Figura 615: "Exposições Virtuais" - "Museu da Indústria Têxtil". (RPI).....678
Figura 616: "Exposições Virtuais" - "História Interativa" - Introdução. (RPI).....679
Figura 617: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 01. (RPI).....680
Figura 618: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 07. (RPI).....681
Figura 619: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 08. (RPI).....682
Figura 620: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 09. (RPI).....682
Figura 621: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 13. (RPI).....682
Figura 622: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 10. (RPI).....682
Figura 623: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 04. (RPI).....683
Figura 624: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 11. (RPI).....683

Figura 625: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 12. (RPI) *683*
Figura 626: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 03. (RPI) *684*
Figura 627: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 16. (RPI) *684*
Figura 628: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 05. (RPI) *684*
Figura 629: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 06. (RPI) *684*
Figura 630: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", fábrica (01, 04, 05, 11 e 13). (RPI) *685*
Figura 631: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", fábrica (02, 03, 06, 09, 14 e 15). (RPI) *686*
Figura 632: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 02. (RPI) *686*
Figura 633: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 14. (RPI) *686*
Figura 634: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", recorte da Figura 616. (RPI) *687*
Figura 635: "relatório". Pereira V. B., 2010b. (RPI) *688*
Figura 636: SFC em modo 3D, sentido sul-norte. (GE) *696*
Figura 637: cópia da planta de 1978 (1). (MIT) *711*
Figura 638: cópia da planta de 1978 (2). (MIT) *711*
Figura 639: proposta CE003. P. 01. "Marcação do percurso da fábrica" (EArq) *724*
Figura 640: proposta CE003. P. 01. Percurso pedonal. (EArq) *724*
Figura 641: proposta CE002. P. 01. Edifícios a serem demolidos. (EArq) *726*
Figura 642: proposta CE002. P. 02 Passagem pedonal e ciclável. (EArq) *726*
Figura 643: proposta CE002. P. 01. Planta do projeto. (EArq) *726*
Figura 644: proposta CA016. P. 01. Edifícios a serem demolidos. (EArq) *727*
Figura 645: proposta CA016. P. 01. Planta do projeto (EArq) *727*
Figura 646: proposta CA017. P. 01. Planta do projeto (EArq) *728*
Figura 647: proposta CA017. P. 01. "Praça sul". (EArq) *729*
Figura 648: proposta CA017. P. 04. P. 04. Alterações no edifício nº 1. (EArq) *730*
Figura 649: proposta CA010. P. 01. Planta do projeto. (EArq) *731*
Figura 650: proposta CA010. P. 02. Maquete do projeto. (EArq) *732*
Figura 651: proposta CE017. 2º lugar. p.03. Alçado rio Ave. (EArq) *736*
Figura 652: proposta CE002. 1º lugar. p.02. Alçado rio Ave. (EArq) *737*
Figura 653: proposta CA016. 3º lugar. p.01. Alçado rio Ave. (EArq) *737*
Figura 654: proposta CA010. 1º lugar. p.03. Alçado rio Ave. (EArq) *737*

Índice de tabelas

Tabela 1: Valor das quotas dos sócios da SFC em 2005. (ENOS) 586
Tabela 2: análise do inventário - número de máquinas da SFC e décadas de fabricação. 588
Tabela 3: patrimônio imóvel em Riba d'Ave relacionado à SFC (1/2). (Famalicão ID e PEA). 601
Tabela 4: patrimônio imóvel em Riba d'Ave relacionado à SFC (2/2). (Famalicão ID e PEA). 602

Abreviaturas e siglas

AAG – Acervo pessoal de Amadeu Gonçalves

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave

AIP – Associação Industrial Portuguesa

ALV – Acervo fotográfico Domingos Alvão no Centro Português de Fotografia

APA – Acervo pessoal do autor

Archiv-Ave – Casa de Sarmento, Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente - Administração da Região Hidrográfica do Norte

ARU – Área de Reabilitação Urbana

BMF – Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco de Vila Nova de Famalicão

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

BP – Blogue Patridacom

CdA – Croqui desenvolvido pelo autor

CSFC – Coleta do autor *in situ* na fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.

CigeoE – Centro de Informação Geoespacial do Exército

CITI – Centro de Investigação para Tecnologias Interactivas

CPF – Centro Português de Fotografia

CPMC – Cinemateca Portuguesa/Museu do Cinema

DCDHD – Divisão de Conservação da Direção Hidráulica do Douro

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DGT – Direção-Geral do Território

DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte

DRE – Diário da República Eletrônico

EArq – Portal Espaço de Arquitectura

Ed. – Edifício(s)

EEM – Estrutura Ecológica Municipal

ENOS – Arquivo online do Administrador da Insolvência da Sampaio, Ferreira & Cia. Escritório Nuno Oliveira da Silva.

Ephemera – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira

Famalicão Antigo – Página do Facebook "Famalicão antigo"

Famalicão ID – Sistema Integrado de Gestão e Informação de Bens Culturais do Município de Vila Nova de Famalicão

FCO – Arquivo Fernando Correia de Oliveira

FdA – Fotografia do Autor

FMS – Fundação Mário Soares - Casa Comum

FNF – Fundação Narciso Ferreira

FS – Fundação de Serralves

GE – Google Earth

IAPMEI – Arquivo do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetônico e Arqueológico

IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

INE – Instituto Nacional de Estatística

JFR – Portal da Junta de Freguesia de Riba d'Ave

JMLC – Acervo pessoal de José Manuel Lopes Cordeiro

MIE-DRP – Ministério da Industria e Energia – Delegação Regional do Porto

MIT – Museu de Indústria Têxtil de Vila Nova de Famalicão

Modelo E1 – Condições Gerais de Higiene, Salubridade e Segurança a Observar na Laboração dos Estabelecimentos Industriais

MMV – Museu da Memória Viva

OFC – Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda

PDM – Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Famalicão

PdV – Ponto de vista

PEA – Património Edificado e Arqueológico de Vila Nova de Famalicão

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PGVNF – Portal Geográfico de Vila Nova de Famalicão

Proc. – Processo

PVNF – Portal do Município de Vila Nova de Famalicão

RPI – Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave

SFC – Sampaio, Ferreira & Cia.

SIPA – Sistemas de Informação para o Patrimônio Arquitetônico

UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

UP – Unidades de Planeamento

Visão25 – "Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014/2025 - 'Famalicão Visão'25'"

VNF – Portal da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Introdução

O processo de desindustrialização da Bacia do Ave levou à falência indústrias cujos complexos edificados acabaram por ser abandonados e entraram em progressiva deterioração e arruinamento. Um desses casos diz respeito à Sampaio, Ferreira & Cia., em Riba d'Ave, fábrica fundada em 1896 por Narciso Ferreira, e uma das pioneiras da indústria têxtil na região, que teve suas atividades encerradas em 2005 e, desde então, parte de seu complexo edificado degrada-se progressivamente.

Ainda durante a decadência de suas atividades produtivas, a Sampaio, Ferreira & Cia. foi ressignificada como patrimônio industrial da região, juntamente com outros imóveis que compõem a cultura material relacionada à atuação de Narciso Ferreira e seus herdeiros em Riba d'Ave. Recentemente, em 2016, a fábrica se tornou objeto de discussão e foi promovido um concurso de ideias sobre como revitalizá-la.

A patrimonialização e as ações patrimoniais, entretanto, organizaram-se verticalmente, com pouca participação da comunidade de Riba d'Ave nas tomadas de decisões e se estruturaram sobre um tipo de narrativa muito particular, em que Narciso Ferreira, seus herdeiros e a própria Sampaio, Ferreira & Cia. eram exaltados como modelos do passado a serem seguidos pelo presente para enfrentar as dificuldades econômicas e sociais que se impuseram com a crise econômica que assolou a região.

A análise da Sampaio, Ferreira & Cia. (como cultura material) e da documentação recolhida sobre ela (textual, fotográfica, iconográfica, cartográfica e filmográfica) revelou narrativas memoriais que assumiram diferentes formas, em períodos diversos, que se consolidaram hegemonicamente em Riba d'Ave e que se relacionavam com a própria trajetória da cultura material edificada da fábrica e das infraestruturas urbanas e sociais patrocinadas pelo fundador Narciso Ferreira e seus herdeiros na localidade. Dentre as manifestações assumidas pelas narrativas memoriais estava a própria ressignificação da Sampaio, Ferreira & Cia. como patrimônio, assim como das infraestruturas urbanas em Riba d'Ave a ela associadas.

Neste sentido, o propósito desta investigação foi compreender como estas narrativas memoriais hegemônicas foram metamorfoseadas em diferentes manifestações, entender como

foram usadas e analisar sua relação intrínseca com a cultura material edificada da Sampaio, Ferreira & Cia. O processo foi analisado em longa duração, desde a fundação da fábrica (1896); passando por seu crescimento e decadência no século XX; pelo encerramento de suas atividades (2005), o que levou ao abandono, degradação, arruinamento parcial e a reutilizações desqualificadoras de alguns de seus edifícios; até sua ressignificação como patrimônio nas duas primeiras décadas do século XXI.

Esta investigação evidencia que as narrativas memoriais hegemônicas, por meio de suas diferentes manifestações, compõem parte do capital simbólico (Bourdieu, 1986 [1983]) transmitido por Narciso Ferreira e mostra que elas funcionaram como instrumentos de fortalecimento político dos grupos que delas fizeram uso, quer tenham sido os herdeiros diretos (os filhos de Narciso Ferreira), quer tenham sido herdeiros simbólicos (instituições públicas e privadas que fazem uso do seu patrimônio); e contribuíram para a manutenção da hierarquia no controle da memória social na localidade.

A partir das diferentes formas que assumiram, as narrativas memoriais hegemônicas não apenas consolidaram uma visão idealizada sobre o passado como silenciaram vozes dissonantes, esqueceram ativamente (Ricoeur, 2007 [2004]) perspectivas que não exaltassem positivamente Narciso Ferreira e a Sampaio, Ferreira & Cia. e colocaram trabalhadores e trabalhadoras da comunidade de Riba d'Ave como coadjuvantes e não como sujeitos de sua própria história; configurando-se, portanto, ao mesmo tempo, instrumento e estratégia de poder local.

O papel da Sampaio, Ferreira & Cia. na história da industrialização da Bacia do Ave já seria suficiente para justificar sua escolha como objeto de estudo. Entretanto, sua singularidade está no fato de que, com o tempo, ela se tornou a materialização de narrativas memoriais hegemônicas e foi a partir dela que se estruturou a organização econômica, política, social, urbanística e simbólica na freguesia de Riba d'Ave, mesmo em seu estado de abandono e degradação.

Compreendê-la de forma plural contribui para sua valorização como patrimônio e para chamar a atenção à necessidade de se conceder dignidade ao patrimônio industrial abandonado e às ruínas industriais. Dignidade esta que passa, necessariamente, pela ampliação das formas de inclusão das comunidades nos debates preservacionistas; e por se pluralizar as maneiras pelas quais os cidadãos podem se relacionar com o patrimônio.

Nesse sentido, em termos patrimoniais, de um lado, esta investigação interessa às instituições (públicas ou privadas) interessadas em preservar o patrimônio, para que reflitam sobre as práticas patrimoniais no sentido de torná-las mais inclusivas, plurais e democráticas.

Por outro lado, a investigação interessa à própria comunidade local, pois possibilita uma perspectiva crítica sobre a experiência humana a partir da cultura material edificada da localidade e sobre como foi narrada a história local. Assim, informada das representações do passado nas múltiplas manifestações das narrativas memoriais hegemônicas, qualifica-se a reivindicação, no presente, por outras formas de representação histórica e memorial e por maior participação ativa no processo de preservação e ativação do patrimônio que lhe diz respeito historicamente.

Além disso, a investigação tem relevância à comunidade científica, seja por evidenciar as relações entre a cultura material edificada e os processos de construção memorial; seja porque os resultados que permitem melhor compreender o processo de industrialização e desindustrialização na Bacia do Ave; seja por apresentar uma proposta inovadora de método de investigação e interpretação do patrimônio industrial.

Nesse sentido, os procedimentos estruturantes da investigação foram: a ampla coleta de documentos; a pluralidade de tipos documentais utilizados; a organização de séries documentais; o exame sistemático e minucioso da documentação; uma abordagem interdisciplinar sobre o fenômeno investigado; a interpretação crítica dos dados recolhidos; uma perspectiva de longa duração; uma análise aprofundada da literatura sobre a industrialização da Bacia do Ave; sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. e sobre as problemáticas a serem analisadas em torno das narrativas memoriais hegemônicas; além do envolvimento relacional com o objeto de estudo, a partir do trabalho de campo no complexo edificado fabril.

As diversas visitas à fábrica para fotografar, registrar, medir, compreender a distribuição do espaço e coletar documentos são parte do método de investigação proposto pela Arqueologia Industrial. Entretanto, ao mesmo tempo, o trabalho de campo acabou por aproximar a investigação da prática das explorações urbanas e despertaram diversas questões que se converteram em problemáticas de pesquisa tanto sobre o patrimônio, quanto sobre a história da fábrica: como valorizar o patrimônio industrial arruinado? O que dizem práticas do espaço, como as explorações de ruínas industriais, sobre o patrimônio e sobre discursos patrimoniais autorizados e instituídos oficialmente? Qual o significado social e político do patrimônio da Sampaio, Ferreira & Cia.? Que

história a arquitetura fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. poderia contar? Como e por que se realizaram as construções sucessivas que podem ser observadas no conjunto edificado? O que sua estética diz sobre sua trajetória? O que o monumento a Narciso Ferreira conta sobre a fábrica e sobre Riba d'Ave? Como este monumento dialoga com as inscrições-monumento no passeio em frente à fábrica? O que estas dizem sobre a urbanização de Riba d'Ave? Quais as relações entre as infraestruturas urbanas como o Teatro, o Mercado, o Hospital Narciso Ferreira, o posto dos CTT, além de terem sido financiadas com o capital proveniente da produção industrial? Que relações estabeleceram com os trabalhadores e trabalhadoras quando estava em funcionamento; e que relações se estabelecem após ter sido encerrada e parcialmente abandonada? O que o abandono diz sobre sua história, passada e presente?

Tais questões surgiram também em função da extensa e plural coleta documental realizada: a cultura material edificada, textos, fotografias (inclusive aéreas e de satélite), iconografia, cartografia e filmografia; foram analisados minuciosamente, sistematizados cronológica e tematicamente para responder às problemáticas da investigação. A pluralidade de documentos permitiu o cruzamento de dados para propor hipóteses sobre a trajetória construtiva do complexo fabril e para perceber as diferentes manifestações das narrativas memoriais hegemônicas ao longo do tempo.

Portanto, foi impossível fugir a uma análise de longa duração (1896-2019) e a uma abordagem interdisciplinar, como proposta pela Arqueologia Industrial (Palmer & Neaverson, 2001 [1998]), ainda que centrada na História. Afinal, para compreender a estruturação das narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. foi preciso, antes, compreender paralelamente duas problemáticas: 1) as diferentes maneiras pelas quais se manifestaram em crônicas, coleções fotográficas, na dinâmica simbólica da industrialização, na estética arquitetônica da fábrica e das outras infraestruturas urbanas em Riba d'Ave, na urbanização local, e no processo decadência, encerramento, patrimonialização e nas ações patrimoniais; e, 2) como essas maneiras se relacionavam com a trajetória da cultura material edificada da Sampaio, Ferreira & Cia. ao longo do tempo, desde sua fundação, em 1896, até as últimas iniciativas de ativação patrimonial investigadas, o concurso de ideias para revitalizar a fábrica (2016) e o Museu da Memória Viva (2019).

As hipóteses para a trajetória construtiva do complexo fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. foram desenvolvidas pela análise sistemática da cultura material edificada da fábrica; de

fotografias antigas preservadas em diversos acervos e de diferentes períodos; de processos de licenciamento junto à Direção Geral dos Serviços Hidráulicos (1909 à década de 1980, mas com uma lacuna entre 1915 e 1945); de filmes antigos; plantas topográficas; fotografias aéreas (a partir de 1958) e de satélite (a partir de 2004). Observe-se que, no caso das fotografias, elas nem sempre possuíam datas precisas, por isso foi essencial a comparação minuciosa com outras imagens, cuja periodização era mais segura, e o cruzamento com as informações provenientes dos outros documentos e com a análise das edificações.

Por sua vez, as diferentes manifestações das narrativas memoriais hegemônicas foram analisadas por meio de crônicas em periódicos dos séculos XX e XXI, o que incluiu notícias e reportagens em portais virtuais de informação; de fotografias industriais; da iconografia industrial da Sampaio, Ferreira & Cia.; da estética *art déco* do conjunto fabril, do monumento a Narciso Ferreira e das outras infraestruturas urbanas a eles associados em Riba d'Ave; de filmes (a partir da década de 1930); até os, mais recentes, processos de patrimonialização e ações patrimoniais que envolveram a fábrica.

Os silêncios verificados nas narrativas memoriais hegemônicas, sobre aspectos contraditórios ou negativos de Narciso Ferreira e da Sampaio, Ferreira & Cia., foram analisados a partir de jornais operários do início do século XX e de Processos junto à Direção Geral do Serviços Hidráulicos e Direção-Geral dos Serviços Industriais. Estes esquecimentos ativos (Ricoeur, 2007 [2004]) se constituíram transgressões da memória que minimizaram, omitiram e silenciaram as visões divergentes sobre relação entre Narciso Ferreira e o operariado, os sistemáticos descumprimentos às regulamentações sobre construções e poluição no rio Ave, e a falta de segurança a que se submetiam trabalhadores e trabalhadoras da fábrica e a própria comunidade de Riba d'Ave.

Em comum a todas as problemáticas está a maneira como se construíram, reforçaram e atualizaram periodicamente as narrativas memoriais hegemônicas. Precisamente pelo fato de estas problemáticas serem diversas ao longo do tempo, optou-se por fazer do primeiro capítulo de cada uma das partes do trabalho uma análise da trajetória do conjunto edificado e, quando necessário, da própria fábrica na dinâmica industrial e política para o período em foco. Somente, então, desenvolvem-se as problemáticas relacionadas às narrativas memoriais, pois verificou-se que elas estavam atreladas à trajetória construtiva e à historicidade da fábrica para o referencial cronológico a que se referiam. Isto explica a opção pela abordagem interdisciplinar proposta pela

Arqueologia Industrial, pois foi necessário buscar outros saberes para explicar e propor hipóteses aos diferentes fenômenos com o qual a investigação se defrontou, pois as diferentes problemáticas e manifestações das narrativas memoriais hegemônicas demandaram diferentes perspectivas.

No que diz respeito à literatura acadêmica sobre a industrialização e sobre o patrimônio industrial da Bacia do Ave, sua revisão serviu para posicionar esta investigação nos debates por meio de uma abordagem original e de resultados que mostram uma perspectiva crítica sobre a produção acadêmica.

Isso porque a historiografia sobre Riba d'Ave, sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., de um lado, não identifica essa estrutura narrativa estabelecida pelas memórias hegemônicas nem suas diferentes manifestações ao longo do tempo; e, por outro lado, há casos em estas narrativas são assumidas pelos autores sem que se questione seu teor e significado historiográfico, social e político; mesmo quando os trabalhos se amparam em análises documentais.

Esta incorporação do teor das narrativas memoriais hegemônicas a investigações acadêmicas encontra ressonância na própria forma como se estruturaram os discursos que embasaram a patrimonialização e as ações patrimoniais da cultura material da Sampaio, Ferreira & Cia. e de outras infraestruturas urbanas associadas à fábrica, a Narciso Ferreira e seus herdeiros. Isso porque o verniz científico que contêm serviu para a manutenção de um discurso de caráter positivo, pois silenciaram perspectivas divergentes e/ou negativas sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia.; similar à produção historiográfica positivista, pela centralização em torno dos grandes heróis locais; e excludente, porque reduziu trabalhadores e trabalhadoras fabris a coadjuvantes numa dinâmica histórica em que participaram ativamente, e impediu a participação ampla e irrestrita nas decisões sobre o destino a dar ao patrimônio hoje parcialmente abandonado e arruinado.

Portanto, os procedimentos escolhidos para desenvolver a investigação buscaram evitar um problema comum em estudos sobre patrimônio industrial, sobretudo na Arqueologia Industrial: a falta de enquadramento teórico para sustentar explicações e interpretações sobre os objetos de estudo (Palmer & Neaverson, 2001 [1998]).

Desta forma, as hipóteses e as interpretações propostas buscaram evidenciar como as diferentes manifestações das narrativas memoriais hegemônicas se configuraram estratégias para

representar uma visão de mundo idealizada sobre Narciso Ferreira, seus herdeiros e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia.; e como as relações políticas, culturais e sociais acabaram por ser moldadas a partir delas (Van Leeuwen, 2005; Bezemer & Jewitt, 2009; Chouliaraki & Fairclough, 2007 [1999]).

Por esta razão, a cultura material da Sampaio, Ferreira & Cia. e os outros documentos são interpretados não como simples resultados das relações sociais, econômicas e políticas, mas também como estratégias para produzi-las e/ou reproduzi-las mesmo que apenas simbolicamente. Estratégias textuais, visuais, iconográficas, estéticas, simbólicas e de organização do espaço etc. configuram-se discursos que são constituídos pelas narrativas memoriais e podem ser interpretados nas suas historicidades e nas relações entre si.

De um lado, esta investigação buscou despertar a "imaginação científica" (Le Goff, 1990) necessária à coleta de dados, à problematização e à interpretação sobre as relações entre a trajetória da cultura material edificada da fábrica e as narrativas memoriais hegemônicas. Por outro lado, buscou evitar fazer uma história da arquitetura ilustrada ou uma análise das narrativas memoriais sem dar importância à materialidade fabril. Afinal, as duas problemáticas estão intrinsecamente ligadas: a cultura material da Sampaio, Ferreira & Cia. tornou-se com o tempo, ela própria, uma manifestação dessas memórias persistentes.

Desta maneira, organizou-se a tese em sete partes, sendo que a Parte I trata a experiência de investigação junto à Sampaio, Ferreira & Cia., cujo capítulo 1 mostra as opções procedimentais de investigação e interpretação. No capítulo 2, organizou-se o registro fotográfico das condições do conjunto fabril entre 2016 e 2019. Paralelamente descreveu-se as percepções, questões e problemáticas suscitadas pela experiência imersiva em meio às edificações abandonadas e em estado de arruinamento e às edificações reutilizadas. Foram estas experiências que aproximaram a investigação das atividades de explorações urbanas que deram origem ao capítulo 3, em que se desenvolveu uma análise dessas práticas para evidenciar a importância de se ampliar as concepções e formas de experimentar e valorizar o patrimônio, de promover maior inclusão e participação das comunidades nas decisões sobre preservação e ativação patrimonial e evidenciar a importância da construção de processos relacionais junto ao espaço e patrimônio industrial abandonado e arruinado.

Da Parte II à Parte VII, cada uma conta com seu respectivo capítulo sobre a trajetória construtiva da cultura material edificada, seguido de capítulos que analisam problemáticas relativas às manifestações das narrativas memoriais hegemônicas.

A Parte II trata da inserção da Sampaio, Ferreira & Cia. na industrialização da Bacia do Ave até a morte de Narciso Ferreira, em 1933. O Capítulo 1 evidencia que a trajetória construtiva do complexo fabril e as mudanças que provocou no território são evidências não apenas das necessidades econômicas da produção industrial, mas também das relações políticas e sociais nas quais a fábrica se envolveu durante a consolidação da indústria têxtil algodoeira. Por meio da revisão da literatura, analisam-se as particularidades da Sampaio, Ferreira & Cia. na industrialização do Vale do Ave e suas especificidades em Riba d'Ave. Através da análise documental evidenciam-se as alterações nas dinâmicas de poder local nas duas primeiras décadas de existência da fábrica. O capítulo 2 analisa as narrativas memoriais hegemônicas por meio de crônicas sobre Narciso Ferreira e mostra que elas se constituíram uma forma de poder simbólico (Bourdieu, 1989) que perpetuou perspectivas positivas sobre a fábrica e seu fundador na memória social. O capítulo 3, por sua vez, analisa a participação da Sampaio, Ferreira & Cia. na Feira de Amostras da Indústria Nacional de Estoril, em 1929, para tratar da inserção da fábrica na dinâmica simbólica da industrialização e de seu papel no fortalecimento das narrativas memoriais.

A Parte III trata da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. imediatamente após a morte de Narciso Ferreira até a criação da Fundação Narciso Ferreira por seus herdeiros (1945). No capítulo 1, além da trajetória do conjunto fabril, evidencia-se como o Estado Novo impactou a produção industrial em Portugal. No capítulo 2 analisam-se as memórias hegemônicas como narrativa simbólica manifestada pelo monumento a Narciso Ferreira e pela estética *art déco* que sua construção inaugura no complexo fabril e nas outras obras de infraestrutura em Riba d'Ave. O Capítulo 3 trata das representações de Narciso Ferreira e a Sampaio, Ferreira & Cia. na imprensa operária no início do século XX e das mudanças de estratégia de controle sobre o operariado, do confronto direto às práticas paternalistas, para evidenciar o silenciamento e o esquecimento ativo (Ricoeur, 2007 [2004]) das vozes que se contrapuseram às narrativas memoriais hegemônicas.

A Parte IV trata da expansão do complexo fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. entre 1945 e 1957. Este período é coberto, em parte, pelo conjunto de fotografias do acervo Domingos Alvão; objeto de análise do capítulo 2 para evidenciar como a fotografia industrial fortaleceu as narrativas

memoriais hegemônicas por meio da idealização do passado e do cotidiano fabril, tendo impactado também na representação de trabalhadores e trabalhadoras na iconografia da fábrica.

A Parte V aborda as transformações no conjunto edificado da fábrica entre 1958 e 1969 e as narrativas memoriais hegemônicas como propulsores da produção do espaço urbano em Riba d'Ave a partir de uma problemática do presente, o processo de musealização da Avenida Narciso Ferreira. Evidencia-se como a Sampaio, Ferreira & Cia. estruturou a urbanização em Riba d'Ave, ditou a estética da cultura material edificada local e fez das obras sociais, promovidas por Narciso Ferreira e seus herdeiros, uma forma de fortalecimento das memórias dominantes.

A parte VI aborda um período de 25 anos, entre 1970 e 1995, quando teve início o declínio da Sampaio, Ferreira & Cia. e no qual se intensificaram as transgressões da fábrica junto às instituições de fiscalização (como a Direção Geral do Serviços Hidráulicos e a Direção-Geral dos Serviços Industriais) e que foram suprimidas das narrativas memoriais hegemônicas sobre a empresa, tendo sido ativamente esquecidas; da mesma forma como foram silenciadas visões negativas sobre Narciso Ferreira.

A Parte VII encerra a tese com a análise da Sampaio, Ferreira & Cia. já no século XXI. Após a descrição do processo de degradação do conjunto edificado, no capítulo 1; o capítulo 2 analisa o encerramento das suas atividades produtivas em 2005; no capítulo 3, analisa-se a patrimonialização da cultura material relacionada a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia.; no capítulo 4, examina-se inserção da Sampaio, Ferreira & Cia. na fracassada Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave (RPI); no capítulo 5, investiga-se a transmissão do capital simbólico de Narciso Ferreira aos seus herdeiros e a sua manifestação em ações patrimoniais como a comemoração dos 150 anos de seu nascimento (2012) e a inauguração do Museu da Memória Viva (2019); no capítulo 6 investiga-se o Concurso de Ideias para a revitalização da fábrica organizado em 2016; e, por fim, no capítulo 7, evidencia-se que o próprio processo de patrimonialização e as ações patrimoniais junto à cultura material relacionada a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia., ao se estruturarem sobre as narrativas memoriais hegemônicas, tornaram-se mais uma de suas manifestações.

Parte I

Capítulo 1. A memória investigada: breve descrição dos procedimentos de investigação e interpretação sobre a materialidade e a memória da Sampaio, Ferreira & Cia.

As coisas que se entendem de verdade, as coisas que podemos entender com a razão e sentir com o coração, são as coisas que somos capazes de olhar de dentro e de baixo.
(Eduardo Galeano. "Sangue Latino")

1.1. Aproximação com objeto de estudo: investigação prévia e hipóteses provisórias

O objeto de estudo desta investigação é a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia., em Riba d'Ave (Município de Vila Nova de Famalicão, Portugal). Fundada em 1896 por Narciso Ferreira, foi uma das pioneiras da indústria têxtil na Bacia do Ave e teve suas atividades encerradas em 2005. Tal como outros casos da região, sua decadência e encerramento tem relação com o longo processo de desindustrialização que a atingiu e da qual uma das consequências foi o abandono de complexos edificados, sua progressiva degradação e, em alguns casos, seu arruinamento.

Ainda durante a decadência de sua atividade produtiva, a Sampaio, Ferreira & Cia. foi ressignificada como patrimônio industrial da região, juntamente com outros imóveis que compõem a cultura material edificada relacionada à atuação de Narciso Ferreira e seus herdeiros em Riba d'Ave. Seguiram-se, então, a promoção de ações patrimoniais com apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, tais como: a inclusão da fábrica na RPI, por volta de 2002; a musealização da Avenida Narciso Ferreira com a inclusão de inscrições-monumento no passeio em frente à fábrica, por volta de 2006; a organização por parte da Fundação Narciso Ferreira, em Riba d'Ave, de comemorações aos 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira, em 2012; a promoção de um concurso de ideias sobre como revitalizar o espaço abandonado e degradado da fábrica com apoio da Câmara de Vila Nova de Famalicão, em 2016; e a inauguração do *Museu da Memória Viva*, em Riba d'Ave, no qual expôs parte do acervo documental da Fundação Narciso Ferreira sobre os empreendimentos de Narciso Ferreira e de seus herdeiros, em 2019.

Ao observar este processo, verificou-se que a patrimonialização e as ações patrimoniais subsequentes se estruturavam sobre um tipo muito peculiar de narrativa, na qual Narciso Ferreira,

seus herdeiros e a própria Sampaio, Ferreira & Cia. eram exaltados como modelos do passado a serem seguidos pelo presente para enfrentar as dificuldades econômicas e sociais impostas pelos impactos da crise econômica na região, no fim da primeira década do século XXI.

Além disso, verificou-se que tais narrativas se amparavam largamente na exaltação da cultura material edificada da Sampaio, Ferreira & Cia. e das outras infraestruturas urbanas de Riba d'Ave que possuíam relação com Narciso Ferreira, com seus herdeiros ou com a própria fábrica. Por sua vez, ao observar esta cultura material edificada, percebeu-se que ela própria, por meio de sua estética e estruturação no espaço urbano da localidade, emitia o mesmo discurso das narrativas verificadas na patrimonialização e nas ações patrimoniais.

Dada a distribuição temporal da construção desta cultura material edificada em Riba d'Ave, optou-se por verificar se este fenômeno era recente e, para isso desenvolveu-se uma investigação prévia, em campo, arquivística e virtual.

Os objetivos da investigação prévia foram: identificar os principais arquivos e acervos a serem pesquisados, inclusive cuja documentação esteja disponível *online*, fossem instituições públicas e privadas; observar *in loco* a cultura material edificada da Sampaio, Ferreira & Cia. e de outras infraestruturas urbanas a ela associadas em Riba d'Ave; coletar amostras de documentos para verificar se era recente a presença daquelas narrativas encontradas no processo de patrimonialização e nas ações patrimoniais, com referência à cultura material edificada da Sampaio, Ferreira & Cia.

A análise dos dados pré-coletados permitiu que se levantassem as hipóteses provisórias da investigação: 1) as narrativas presentes nos processos de patrimonialização e nas ações patrimoniais eram constituídas a partir de narrativas memoriais que se consolidaram hegemonicamente em Riba d'Ave; 2) tais narrativas memoriais hegemônicas assumiram diferentes manifestações, em períodos diversos, desde a fundação da fábrica, dentre as quais estava a própria ressignificação da Sampaio, Ferreira & Cia. como patrimônio; 3) que estas narrativas memoriais hegemônicas se relacionavam com a própria trajetória construtiva da cultura material do complexo fabril e das infraestruturas urbanas e sociais patrocinadas pelo fundador Narciso Ferreira e seus herdeiros na localidade.

A partir das hipóteses provisórias, ficou evidente a necessidade de se desenvolver a investigação como um processo de longa duração, desde a fundação da Sampaio, Ferreira & Cia.

(1896) até ressignificação como patrimônio nas duas primeiras décadas do século XXI, ainda que parcialmente abandonada e degradada.

Neste sentido, a investigação buscou compreender as diferentes formas que as narrativas memoriais hegemônicas assumiram e entender a relação intrínseca com a trajetória construtiva da cultura material edificada da Sampaio, Ferreira & Cia. em Riba d'Ave.

1.2. Os estudos precedentes sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. e a proposta da investigação.

Desde a década de 1960, quando a Arqueologia Industrial se desenvolveu em termos metodológicos (Hudson, 1966; 1967), investigações nesta disciplina sempre sofreram de um problema muito comum: a falta de enquadramento teórico para sustentar explicações e interpretações sobre os objetos de estudo, o que levou a muitos dos trabalhos neste campo terem sido *"antes de natureza descritiva do que analítica",* muito preocupados com os *"resquícios físicos do passado em si mesmos"* e não tanto com os aspectos sociais e culturais (Palmer & Neaverson, 2001 [1998], p. 03).[1]

Tal crítica foi recorrente desde a década de 1970. Raistrick, por exemplo, afirmava que o trabalho da arqueologia industrial, quando coordenado apropriadamente, é valioso, mas que também questionava quanto dele é nada mais que ilustração a ser adicionada à história social ou da arquitetura (Raistrick, 1973, pp. 03-09). Na década de 1990, Cerdá e Bonafé ainda observavam que *"em demasiadas ocasiões se denomina arqueologia industrial ao que nada mais é do que história da arquitetura ou da técnica, ou a qualquer outro estudo sobre algum aspecto da industrialização (...) com a inserção de fotografias e/ou outras ilustrações"* (Cerdá & Bonafé, Arqueología Industrial, 1995, p. 94). Além disso, como salientam Palmer e Neaverson, a prática recente da arqueologia industrial não só se concentrava mais na *"interpretação de sítios, estruturas e paisagem do que em artefatos",* até o momento os arqueólogos industriais tinham se contentado com uma análise funcional dos sítios e estruturas, ou dando-os um contexto econômico ou tecnológico (Palmer & Neaverson, 2001 [1998], p. 04).

[1] Todas as traduções são do autor.

Portanto, até o início do século XXI, tais problemas ainda eram verificados nas investigações em Arqueologia Industrial, de modo que Palmer e Neaverson apontavam a necessidade de que houvesse um programa de trabalho teórico na Arqueologia industrial que englobasse não apenas aspectos funcionais ou tecnológicos, mas também aqueles preocupados, por exemplo, com as relações sociais e o significado simbólico e social das estruturas. (Palmer & Neaverson, 2001 [1998], p. 08).

Somente a partir da primeira década do século XXI verificou-se a ampliação das fronteiras metodológicas e de análise em torno do patrimônio industrial, pois ele passou a ser estudado a partir de questões diversas como espaço urbano, globalização, pós-modernidade, classe, gênero e poder (Martin, 2009, pp. 292-293).

Nesse sentido, esta investigação contribui para a ampliação temática e metodológica da Arqueologia Industrial e para a expansão das abordagens junto ao patrimônio industrial, por meio da análise das relações entre a cultura material edificada da indústria e as narrativas memoriais com as quais se relacionam. Tal proposta ainda não havia sido desenvolvida em investigações que envolvessem a Sampaio, Ferreira & Cia.

Na verdade, são escassos os estudos que tratam exclusivamente da fábrica ou sobre Narciso Ferreira, apesar da importância que se atribui a ambos para a história da industrialização na Bacia do Ave. Há uma investigação dedicada à história do fundador Sampaio, Ferreira & Cia. (Borges, 2012); e duas investigações sobre a fábrica no campo da Arquitetura e Urbanismo, uma curta monografia (Leitão & Saraiva, 2012) e uma investigação com vistas a propor a revitalização de seus espaços (Tomaz, 2017).

Algumas vezes a Sampaio, Ferreira & Cia. e Narciso Ferreira aparecem em meio contextos mais amplos, como estudos sobre a economia e indústria portuguesa (Figueira, 2012; Mónica, 1987), mas, normalmente, são referenciados em meio a análises sobre a Bacia do Ave, nos quais se destacam investigações sobre o processo de industrialização (Costa, F. 2010a; 2010b; 2009; 2004; Mendes, 2002; Pereira V. B., 2002; Pereira, A. C., 2002; Figueira, 2002; Cordeiro, 2001; Ingerson, 1982), sobre a economia têxtil da região (Coelho, 2018; Alves, 2004a; 2002a; 1999a), seja do linho (Cordeiro, 2008; Alves, 2002b) ou do algodão (Fonseca, 2001; Alves, 1999b). Ou ainda, aparecem em estudos sobre a paisagem (Ferreira D. V., 2014), a bacia hidrográfica (Costa

F., 2007; 2004) ou acerca do operariado da região (Alves, 2002c; Pereira A. C., 2002; Pereira A. C., 1998; Ingerson, 1981).

Frequentemente a fábrica aparece referenciada em estudos sobre Vila Nova de Famalicão (Cardoso, 2013; Alves, 2005) e, mais especificamente, sobre Riba d'Ave. Por isso, é comum ela aparecer em análises sobre infraestruturas urbanas associadas diretamente à fábrica e à família de Narciso Ferreira, como a Fundação Narciso Ferreira (Alves, 1994), o Teatro Narciso Ferreira (Sousa F. D., 2017) e o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave (Seixas & Seabra, 2002). Ou ainda, que seja referida em análises sobre o Barão da Trovisqueira (Pastor, Vieira, & Sanchiz, 2017; Alves, 2001) ou estudos sobre a arquitetura local (Sousa F. D., 2017; Sousa J. N., 2013; Couto, Correia, & Matos, 2010/2011).

É comum também que investigações façam referência à fábrica e a Narciso Ferreira como parte de dinâmica econômica e industrial que se processava na região (Cordeiro, 2001; Alves, 2002a; Borges, 2012), embora não tratem da sua dinâmica simbólica. Sobre esse aspecto, somente um estudo faz referência à participação da fábrica em feiras industriais (Santos, 1994), mas que se limita a descrever o estande da empresa. Por sua vez, há apenas um estudo que faz menção às relações simbólicas de poder que a Sampaio, Ferreira & Cia. estabeleceu por meio do exame de algumas fotografias industriais do acervo Domingos Alvão (Serén, 2002).

O complexo fabril costuma ficar em segundo plano, como cenário para os fenômenos analisados, e sempre a partir da organização do espaço produtivo (Costa F. , 2007; Alves, 2005; 1999a; 1999b). A materialidade da Sampaio, Ferreira & Cia., portanto, até agora não havia sido analisada como protagonista e agente das relações políticas e sociais ou das transformações abordadas.

Assim, não havia estudos que reconstituíssem a trajetória da cultura material edificada da Sampaio, Ferreira & Cia. em termos construtivos como faz esta investigação. Embora tenha havido análises arquitetônicas (Tomaz, 2017; Leitão & Saraiva, 2012) que destaquem a estética e sua importância nas transformações urbanísticas de Riba d'Ave, elas não analisam o discurso simbólico destas transformações no espaço e não se preocuparam em relacioná-las ao seu significado social e político. Ou seja, até agora não havia estudos que se preocupassem em interpretar a cultura material edificada da fábrica na sua historicidade e em longa duração, tomando-a como ponto de partida para as problemáticas a serem investigadas.

Também não foram encontrados estudos que analisassem processos de construção da memória a partir da cultura material edificada e industrial. Por isso, esta investigação é pioneira na identificação e análise das narrativas memoriais hegemônicas, a partir de suas múltiplas manifestações, com vistas a problematizar suas ligações com a cultura material, seus usos, e seus significados e implicações sociais, políticas e simbólicas.

Entretanto, talvez pior do que não haver estudos que tenham identificado as narrativas memoriais hegemônicas, é fato de que algumas das investigações que faziam referência à fábrica acabaram por assumir de forma acrítica suas perspectivas (Ferreira, 2017; Borges, 2012; Couto, Correia, & Matos, 2010/2011; Alves, 1999b). Além disso, até agora não havia investigações que tivessem identificado e analisado os processos de esquecimento ativo e silenciamento em relação às transgressões fabris e suas implicações nos processos de construção memorial.

Embora os trabalhos sobre o operariado e as relações de classe deixem evidentes as estratégias de controle utilizadas pelo patronato (Pereira A. C., 2002; 1998; Alves, 2002c; Ingerson, 1981), eles não fazem referência à maneira como trabalhadores e trabalhadoras foram colocados como coadjuvantes nas narrativas sobre a indústria no Vale do Ave, ao mesmo tempo em que se realçaram o protagonismo dos empresários fundadores das fábricas; de modo que a construção dessa memória, em si mesma, se constitui uma forma de controle e de exercício do poder.

Como se pode observar, os estudos que fazem referência à fábrica ou Narciso Ferreira são multidisciplinares, com análises no campo da História, da Arquitetura (Sousa, F. D. , 2017; Tomaz, 2017; Sousa, J. N. , 2013; Leitão & Saraiva, 2012; Couto, Correia, & Matos, 2010/2011) da Geografia (Costa F. , 2009; 2007; 2004), da Arqueologia (Pastor, Vieira, & Sanchiz, 2017), da museologia (Providência & Baptista, 2002).

Entretanto, ainda que a Bacia do Ave seja profícua em exemplares do patrimônio industrial edificado e tenha permitido abordagens multifacetadas (Mendes & Fernandes, 2002), são raros os estudos que assumem as propostas metodológicas da Arqueologia Industrial (Pastor, Vieira, & Sanchiz, 2017), ou seja, que dão atenção à cultura material como fio condutor de suas análises; e inexistentes, até agora, os que considerem a Sampaio, Ferreira & Cia. como principal objeto de investigação.

No que se refere aos estudos sobre patrimônio industrial da Bacia do Ave, a fábrica quase sempre é mencionada nas discussões, tendo sempre sua importância realçada (Costa F. , 2010a; Faro & Cleto, 2002; Providência, 2002; Providência & Baptista, 2002; Seixas & Seabra, 2002).

Nesse sentido, os estudos sobre o patrimônio industrial normalmente destacam a importância histórica do patrimônio da região, de sua conservação e apresentam propostas de reutilização (Sá, 2017; Costa & Cordeiro, 2013a; 2013b; Silva M. Â., 2012; Costa F., 2010a; 2010b; Alves, 2004b). A RPI, por exemplo, foi analisada na sua potencialidade quando de seu lançamento (Alves, 2004b; Faro & Cleto, 2002; Providência & Baptista, 2002), mas, até agora, pouco se falou sobre os problemas que levaram ao seu fracasso como rota turística (Rodrigues J. C., 2019).

Entretanto, os estudos patrimoniais sobre a Bacia do Ave ignoram como se deu ressignificação da cultura material edificada como patrimônio e os discursos estruturantes desses processos de patrimonialização, assim como seus usos e implicações sociais e políticas.

Com isso, o patrimônio industrial da Bacia do Ave é, muitas vezes, analisado em referência ao seu passado (por sua importância histórica) ou ao seu futuro (em propostas de reutilização ou valorização), mas pouco se fala dele no fluxo e nas dinâmicas do tempo presente em contextos de desindustrialização. Embora as discussões sobre a desindustrialização da Bacia do Ave sejam multidisciplinares (Pereira V. B., 2012), a ênfase está nos aspectos sociológicos e econômicos (Monteiro, 2012b; Pereira, V. B., 2010a; 2010b). A cultura material edificada das fábricas da região, abandonadas e degradadas não são mais que um cenário melancólico para o desemprego regional (Queirós J. , 2012; Silva E. G., 2012). E mesmo quando se investigam o abandono e a degradação da cultura material fabril (Ferreira N. , 2017), não há reflexão sobre o significado simbólico, social e político que aqueles espaços podem adquirir.

Portanto, ao analisar as relações entre a cultura material edificada da Sampaio, Ferreira & Cia. e as narrativas memoriais hegemônicas, em um processo de longa duração e a partir de uma perspectiva multidisciplinar como proposta pela Arqueologia Industrial, a investigação busca preencher diferentes lacunas na produção de conhecimento histórico sobre a industrialização e desindustrialização da Bacia do Ave e apresentar propostas metodológicas e interpretativas que contribuam para melhor conhecer e valorizar seu patrimônio industrial.

1.3. Procedimentos de investigação

1.3.1. Coleta de dados

Após a aproximação inicial com o objeto de estudo por meio da investigação prévia, definiu-se que seria necessário traçar paralelamente duas linhas de aproximação com o objeto: o trabalho de campo junto ao complexo fabril; e a investigação arquivística e virtual. Em consequência, a investigação defrontou-se com diferentes tipologias documentais. O trabalho de campo serviu à coleta de dados sobre a cultura material edificada da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. Por sua vez, a extensa pesquisa arquivística e virtual permitiu acessar uma grande quantidade e variedade tipológica de documentos textuais, fotográficos, iconográficos, cartográficos e filmográficos. Com o tempo, o próprio trabalho de campo passou a ser acompanhado de documentos encontrados, especialmente mapas, plantas e fotografias.

1) Trabalho de campo junto ao complexo fabril

Durante o trabalho de campo recolheram-se dados que permitiram:

a) Registrar, por meio de fotografias, o atual estado de preservação e degradação;
b) Identificar as funções dos edifícios;
c) Recolher informações sobre a construção da fábrica (1896-2019);
d) Compreender a implantação da fábrica no território e na produção do espaço urbano de Riba d'Ave;
e) Coletar documentos (textuais, iconográficos e de cultura material) ainda existentes na fábrica;
f) Interpretar sua cultura material edificada em relação às narrativas memoriais hegemônicas;

2) Investigação arquivística e virtual

A investigação arquivística e virtual serviu à recolha de diferentes tipos de documentos, nomeadamente:

a) Textuais: crônicas e reportagens jornalísticas, processos junto a instituições governamentais, informes do governo, leis e decretos etc.

b) Fotográficos: fotografias industriais, aéreas, de satélite e com fins de registro de eventos ou de fotojornalismo
c) Iconográficos: reprodução de pinturas ou gravuras;
d) Cartográficos: plantas e croquis da fábrica, mapas da localidade e cartas militares;
e) Filmográficos: documentários e vídeo-reportagens;
f) Cultura material: artefatos e objetos preservados em instituições de patrimônio.

1.3.2. Organização das séries documentais

A partir da recolha dos documentos foram estruturadas séries documentais a serem analisadas, primeiro, por tipo e arquivo; depois, cronologicamente; e, por fim, a partir da leitura e análise sistemática da documentação, organizadas séries temáticas quanto às manifestações das narrativas memoriais hegemônicas.

A sistematização dos documentos em séries visou identificar as etapas da trajetória construtiva da fábrica (1896-2019) e as funções dos edifícios, de modo a verificar alterações no complexo edificado, tenham sido construções, reformas, demolições, reconstruções, expansões e supressões; identificar e analisar as diferentes manifestações das narrativas memoriais hegemônicas ao longo do tempo; entender e entender as relações entre a trajetória da cultura material edificada da fábrica, as manifestações das narrativas memoriais hegemônicas e os esquecimentos ativos e silenciamentos.

Para isso, a documentação foi organizada em três séries:

1) Séries tipológicas

a) para cada arquivo;
b) por tipo de documento.

2) Séries cronológicas

A análise minuciosa das séries documentais permitiu verificar seis grandes períodos[2] na história da fábrica em que as narrativas memoriais hegemônicas estavam relacionadas à sua trajetória construtiva, nomeadamente:

a) De 1896, fundação da fábrica; a 1933, falecimento de Narciso Ferreira;
b) De 1934, edificação do monumento a Narciso Ferreira e estética *art déco* no complexo fabril; a 1945, criação da Fundação Narciso Ferreira
c) De 1945, criação da Fundação Narciso Ferreira; a 1957, encerramento do Processo mais longo da Sampaio, Ferreira & Cia. junto aos Serviços Hidráulicos do Douro (de 1945 a 1957) para alterações no conjunto fabril;
d) De 1958, primeira fotografia aérea em que aparece a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.; a 1969, inauguração do Centro Residencial Conde de Riba d'Ave;
e) De 1970, início do período de maior número de Processos por transgressões da fábrica, início da desindustrialização têxtil em Portugal; à 1995, última alteração significativa no conjunto fabril
f) De 1996; ano a partir do qual já não se alteram o complexo edificado; a 2019, a Fundação Narciso Ferreira inaugura o Museu da Memória Viva em Riba d'Ave, a última ação patrimonial investigada.

3) Séries temáticas

As séries temáticas subdividiram-se em duas:

a) Nas quais se identificaram as manifestações das narrativas memoriais hegemônicas a partir
    i. de crônicas jornalísticas e memorialistas (ao longo do século XX);
    ii. da inserção da fábrica na dinâmica simbólica da industrialização (década de 1920);
    iii. da construção de um monumento em homenagem ao fundador na entrada da fábrica (1934) e da transformação estética do complexo fabril, que se passou a usar o *art déco* em suas edificações (da década de 1930 à de 1950);

[2] As razões para escolha dos referenciais cronológicos destes períodos variaram: por exemplo, podiam ser datas significativas para a história da fábrica (como ano de fundação e da morte de Narciso Ferreira), alterações importantes em sua estrutura construtiva, uma nova tipologia documental que permitiu uma nova percepção sobre a fábrica (como a primeira fotografia aérea em que aparece a fábrica).

iv. de fotografias industriais pela Sampaio, Ferreira & Cia. (por volta das décadas de 1930 à década de 1950);
v. do processo de urbanização de Riba d'Ave (desde a implantação da Sampaio, Ferreira & Cia. no final do século XIX até o projeto de musealização da Avenida Narciso Ferreira, em frente à fábrica);
vi. do processo de encerramento das atividades produtivas (final do século XX à primeira década do século XXI);
vii. do processo de patrimonialização da área urbana de Riba d'Ave (início do século XXI);
viii. de crônicas jornalísticas e memorialistas sobre os herdeiros do fundador da fábrica (por meio de crônicas ao longo do século XX);
ix. da patrimonialização da Sampaio, Ferreira & Cia. e de ações patrimoniais, tais como: a inserção da fábrica na RPI (início do século XXI); a comemoração aos 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira (2012), na realização de um concurso de ideias para revitalizar o espaço abandonado da fábrica (2016) e da inauguração do Museu da Memória Viva (2019)

b) Nas quais se identificaram processos de esquecimento ativo (Ricoeur, 2007 [2004]) e de silenciamento a partir de:
i. de periódicos operários do início do século XX que tratavam de Narciso Ferreira;
ii. de Processos junto aos Serviços Hidráulicos e aos Serviços Industriais sobre as recorrentes transgressões da Sampaio, Ferreira & Cia.

Com a organização das séries documentais foi possível identificar as etapas construtivas do complexo fabril e relacioná-las às manifestações das narrativas memoriais hegemônicas e aos processos de esquecimento ativo e silenciamento. Por sua vez, foi a identificação dessas temáticas possibilitou estruturar as problemáticas históricas a serem analisadas em relação à Sampaio, Ferreira & Cia., definir as perspectivas teóricas e selecionar a literatura para analisá-las.

1.3.3. A identificação das edificações e das etapas de construção do complexo fabril

Para identificar as funções dos edifícios da Sampaio, Ferreira & Cia. a informação cartográfica foi essencial. Durante a coleta documental, foram encontradas cinco plantas topográficas (de 1905, 1964, 1968, 1978 e uma sem data), dois mapas disponíveis no Portal Geográfico de Vila Nova de Famalicão (de 1977 e de 2010) e de duas cartas militares, uma de 1948 e outra de 1956.

A planta topográfica de 1905 provém do acervo do MIT (Figura 1) e é uma *"Planta geral da linha de alta tensão entre a Central do Amieiro Galego e Riba d'Ave".* Feita numa escala de 1:12500 ela apresenta o caminho que a linha de alta tensão faria até Riba d'Ave e não se preocupa com a fábrica em si, com a disposição precisa das edificações ou com distinção das funções de cada construção da então *"Fábrica de Fiação e Tecidos de Riba d'Ave",* primeira denominação da Sampaio, Ferreira & Cia.

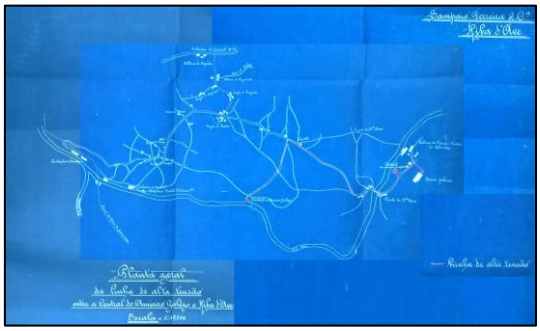


Figura 1: planta da linha de alta tensão entre o Amieiro Galego e Riba d'Ave, 1905. (MIT)

O mesmo pode ser dito das cartas militares de 1948, de 1978 e de 1997 do Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGEOE) (Figura 2, Figura 3 e Figura 4, destaques em vermelho), a preocupação das cartas é com o mapeio topográfico e toponímico da região e não com especificidades locais. Desse modo, embora se perceba a diferença de vulto entre uma e outra representações da fábrica nas cartas, não é possível utilizá-las para identificar as construções.

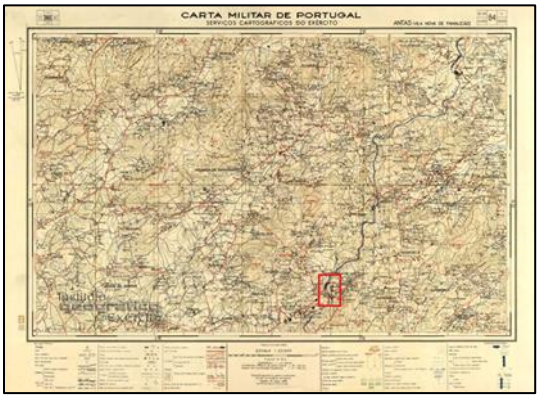


Figura 2: carta militar de Portugal, 1948. (CigeoE)

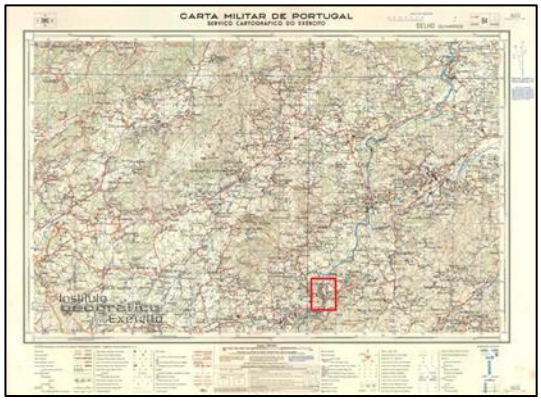


Figura 3: carta militar de Portugal, 1978. (CigeoE)

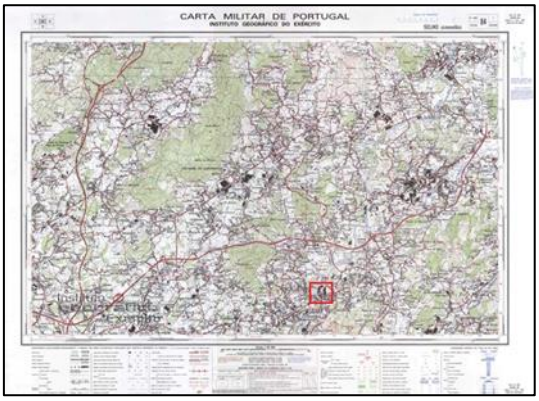


Figura 4: carta militar de Portugal, 1997. (CigeoE)

Os mapas disponíveis no Portal Geográfico de Vila Nova de Famalicão (PGVNF), de 1977 e 2010 (Figura 5 e Figura 6), em contrapartida, evidenciam mais claramente o espaço ocupado pelas edificações fabris, bem como as construções em torno dela. Porém, também não há detalhamento sobre a fábrica em si, embora sirva para marcar as diferenças de ocupação de território entre esses anos.



Figura 5: a SFC em excerto da planta topográfica de Vila Nova de Famalicão, 1977. (PGVNF)

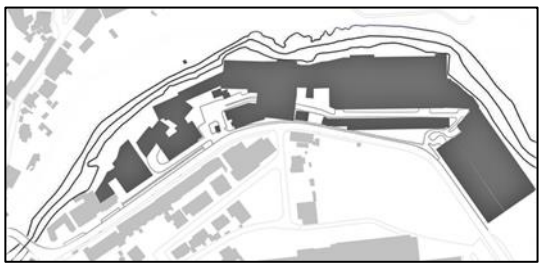


Figura 6: a SFC em excerto da planta topográfica de Vila Nova de Famalicão, 2010. (PGVNF)

Também no MIT se encontram as plantas topográficas de 1968 e uma não datada (Figura 7 e Figura 8). A primeira, numa escala de 1:500 oferece uma boa visualização dos espaços, mas,

além de ser apenas uma vista parcial da fábrica, não identifica as edificações. A planta sem data está numa escala de 1:10.000 e apresenta a fábrica hachurada entre o bairro Sant'Anna, o bairro Quinteiro e Riba d'Ave. Entretanto, além de também não identificar as edificações ela contém erros na representação escalar e das edificações do espaço fabril.

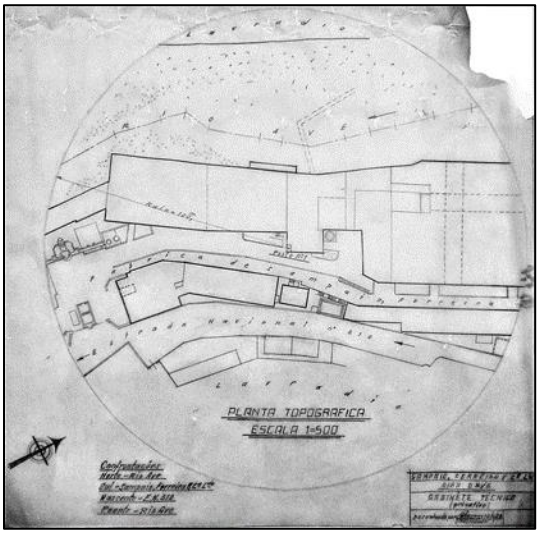


Figura 7: planta topográfica da SFC, 1968. (MIT)

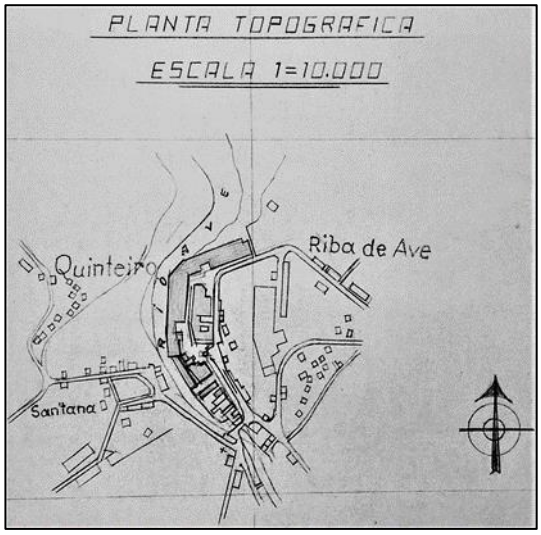


Figura 8: planta topográfica da SFC, sem data. (MIT)

Da informação cartográfica encontrada, as únicas que forneciam indicações das funções das edificações no conjunto fabril eram as plantas topográficas de 1964, preservada no Archiv-Ave (Silva C. d., 2015; Pozzer, 2016), e de 1978, também preservada no MIT (Figura 9). Foram estes os documentos utilizados para identificar as funções dos espaços fabris.

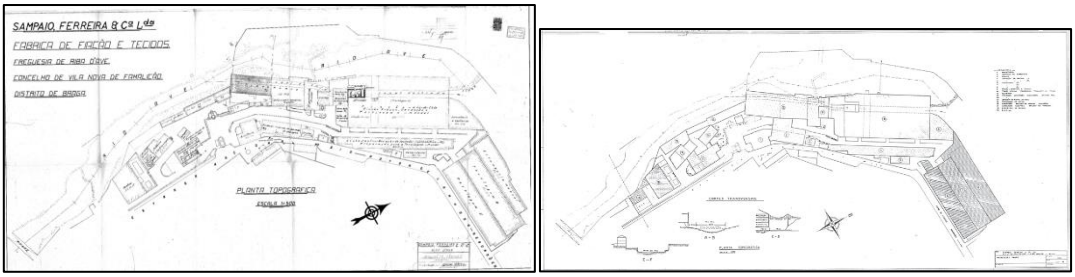


Figura 9: plantas topográficas da SFC de 1964 (Archiv-Ave) e de 1978 (MIT).

Entre as duas plantas verificam-se acréscimos construtivos e mudanças nas funcionalidades dos espaços. Isso mostra que, em anos precedentes ou posteriores às datas das plantas, as funções dos espaços podem também ter mudado conforme as necessidades da empresa, pois as refuncionalizações, as reformas e os acréscimos acompanham a própria

dinâmica produtiva e organização fabril, seja para adaptar novos equipamentos ou para se adequar a novas demandas de mercado, por exemplo.

A planta de 1964 é parte do Processo 687/1964 da Direção-Geral dos Serviços, 2ª Secção da Direção Hidráulica do Douro e foi elaborada em função da solicitação para ampliar o complexo fabril com a construção de um novo edifício (Figura 10).

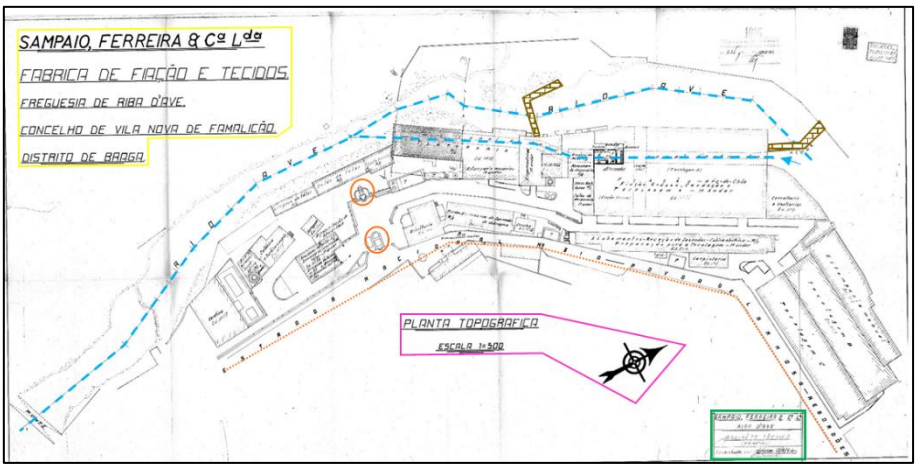


Figura 10: planta topográfica da SFC, 1964. (Archiv-Ave – Proc. 687/1964)

Alterada para preto e branco com finalidade de facilitar a visualização dos destaques.

A planta de 1964 é composta fundamentalmente por quatro elementos:

- o nome da fábrica e as divisões administrativas a que pertence (em amarelo);
- o desenho da planta em si na qual já aparecem indicadas as funções de suas edificações, na qual constam também:
    - a portaria da fábrica e o monumento a Narciso Ferreira (circulado em laranja;
    - o traçado da Avenida Narciso Ferreira, indicada como *"Estrada Nacional nº 310"* (pontilhado em laranja);
    - o rio Ave e o canal para movimentação das turbinas da fábrica (ambos tracejados em azul claro) e os dois açudes construídos pela fábrica (destacados em castanho);
- a identificação do tipo de planta (topográfica), a escala, 1:500; e a seta indicadora no norte (destacados em rosa)
- e o quadro identificador (destacado em verde no canto inferior direito), em que se identifica o gabinete técnico da fábrica como responsável pela sua elaboração em 12 de agosto de 1964.

Por sua vez, a planta de 1978 preservada no MIT não é original, mas uma reprodução (Figura 11).

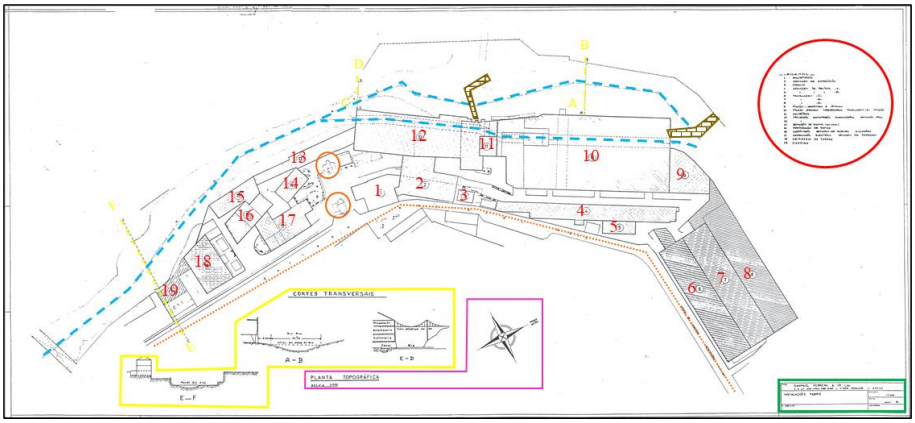


Figura 11: planta topográfica da SFC, 1978. (MIT)

Os elementos em comum com a planta de 1964 são:

- o desenho da planta em si na qual constam também:
    - a portaria da fábrica e o monumento a Narciso Ferreira (circulados em laranja)
    - o traçado da atual Avenida Narciso Ferreira, indicada como *"Estrada Nacional nº 310"* (pontilhado em laranja);
    - o rio Ave e o canal para movimentação das turbinas da fábrica (ambos tracejados em azul claro) e os dois açudes construídos pela fábrica (destacados em castanho);
    - a escala, também 1:500; e a seta indicadora no norte (destacados em rosa)
    - o quadro identificador (assinalado em verde escuro no canto inferior direito) que indica:
        - as divisões administrativas
        - a referência a *"Instalações fabris"*
        - a escala de 1:500.
        - E a data da produção, abril de 1978.

Entretanto, há também elementos diferenciadores:

- a identificação das edificações não se faz diretamente na planta, como em 1964, mas pela legenda a partir dos números em cada edificação (em vermelho), de 1 a 20;

- os cortes transversais em alguns pontos da fábrica de uma margem a outra do rio Ave, A-B, C-D, E-F (assinalados em amarelo).

Desde sua fundação, em 1896, até seu encerramento, em 2005, ocorreram inúmeras alterações volumétricas, funcionais, arquitetônicas, reformas, acréscimos e supressões de edificações. Espaços foram construídos, reconstruídos, ampliados, reformados, adaptados a outros usos e funções e outros até vendidos, deixando de fazer parte do complexo produtivo.

É possível que a planta de 1964 tenha servido de base para a planta de 1978, pois a numeração dos edifícios em 1978 segue o padrão de 1964, com diferenças apenas a partir do momento em que novas construções são acrescentadas ao complexo fabril. Além disso, há estruturas que foram representadas em 1964 e que não foram representadas em 1978, mas não por terem sido demolidas, mas porque não foram indicadas nominalmente, como, por exemplo, as caldeiras, as chaminés e a turbina central.

Além disso, ao se comparar a funcionalidade das edificações no processo produtivo, observa-se que na planta de 1978 algumas estruturas passaram a ter suas funções indicadas de forma mais generalizante e não há mais distinção do que se fazia em cada piso das edificações, como aparece em 1964. Nesse sentido, a planta de 1978 é menos detalhada, mas, ainda assim, permite verificar a ampliação de edificações já existentes em 1964 e quais edifícios foram construídos entre esses anos.

Desta forma, para efeito de sistematização, optou-se por elaborar um croqui de referência (Figura 12) a partir da informação cartográfica coletada, das imagens de satélite e das fotografias aéreas de diferentes períodos que serviram para identificar as edificações no seu estado atual.

Via de regra, manteve-se a nomenclatura mais recente dos espaços, edificações e funções do conjunto fabril da Sampaio, Ferreira & Cia., portanto, o que consta na Planta Topográfica de 1978, pois ali há a indicação dos edifícios construídos após 1964. Sempre que necessário, a nomenclatura de 1964 será utilizada para designar determinados espaços e sempre serão assinaladas as mudanças na funcionalidade das edificações. Além disso, no croqui constam edificações no entorno da fábrica que tiveram, direta ou indiretamente, relação com a trajetória da Sampaio, Ferreira & Cia.

Para cada edificação analisada, há uma reprodução do croqui de referência no qual ela se encontra destacada das demais no conjunto e um recorte desse mesmo croqui em maior

escala, para que se possa perceber o ponto de vista (PdV) do qual se tiraram as fotografias durante o trabalho de campo.

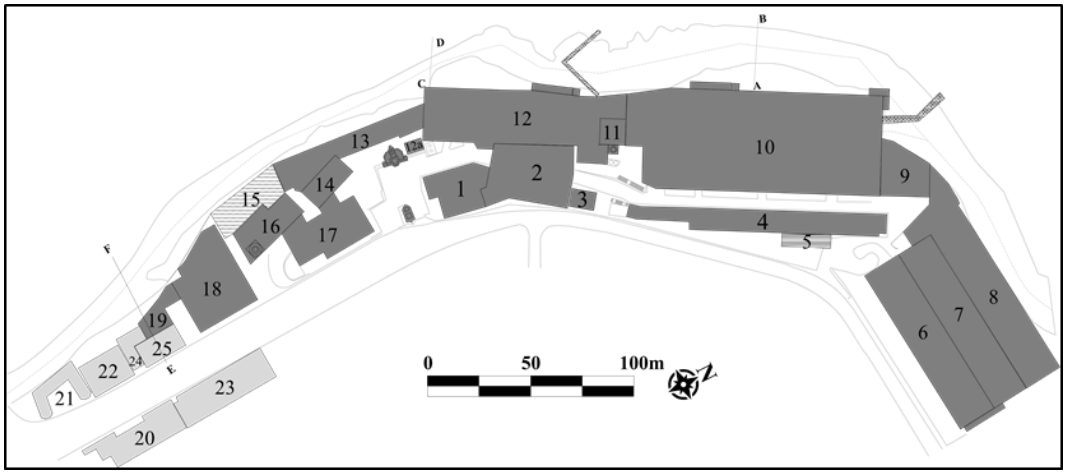


Figura 12: croqui de referência o complexo fabril da SFC. (CdA)

Os números identificam os edifícios que pertencem à fábrica e as edificações que se relacionam com sua trajetória implantados na Avenida Narciso Ferreira.

Legenda:

1. Escritório
2. Armazém de expedição
3. Creche
4. Armazém de revista "A"
5. Armazém de revista "B"
6. Tecelagem "C"
7. Tecelagem "B"
8. Tecelagem "D"
9. Fiação - Abertura e limpeza
10. Fiação Grossa, Torcedores, Tecelagem "A", Fiação
11. Caldeiras
12. Tinturaria, Estamparia, Engomadeira, Armazém de fios

12a. Edifício não identificado

13. Tinturaria, Estamparia, Engomadeira, Armazém de fios
14. Armazém de ramas (em silos)
15. Preparação de ramas
16. Carpintaria, Armazém de Fazenda, Caldeira
17. Serralharia elétrica, Armazém de Ferragem
18. Armazém de fardos
19. Cantina
20. Teatro Narciso Ferreira
21. Mercado Narciso Ferreira
22. Associação dos Bombeiros Voluntários de Riba d'Ave
23. Sede da Fundação Narciso Ferreira e outros espaços comerciais
24. Café de Riba d'Ave
25. CTT - Correios de Portugal

Este croqui de referência, porém, mostra o complexo edificado hoje em dia, ou seja, quando o conjunto edificado já havia atingido sua máxima volumetria, de modo que ele não identifica as fases construtivas ao longo do tempo. Para essa tarefa foi necessário cruzar os dados recolhidos nos registros sistemáticos do sítio e nas séries documentais criadas a partir da investigação arquivística (Palmer & Neaverson, 2001 [1998]; Malaws, 1997; Jesensky, 1998) e criar croquis de referência para cada fase construtiva analisada (Figura 13).

Os dados recolhidos no trabalho de campo somaram-se aos dados coletados junto a documentos arquivísticos para organizar cronologicamente as etapas construtivas do conjunto fabril. Quando uma data não podia ser confirmada de forma absoluta e não havia fontes que a determinassem, *"a posição relativa de um edifício em uma sequência de tipos semelhantes de estrutura"* e sua própria tipologia ajudaram a propor a datação (Palmer & Neaverson, 2001 [1998], pp. 102-103).

Dessa maneira, foram elaborados croquis para as etapas construtivas identificadas entre 1986 e 2019 (Figura 13).

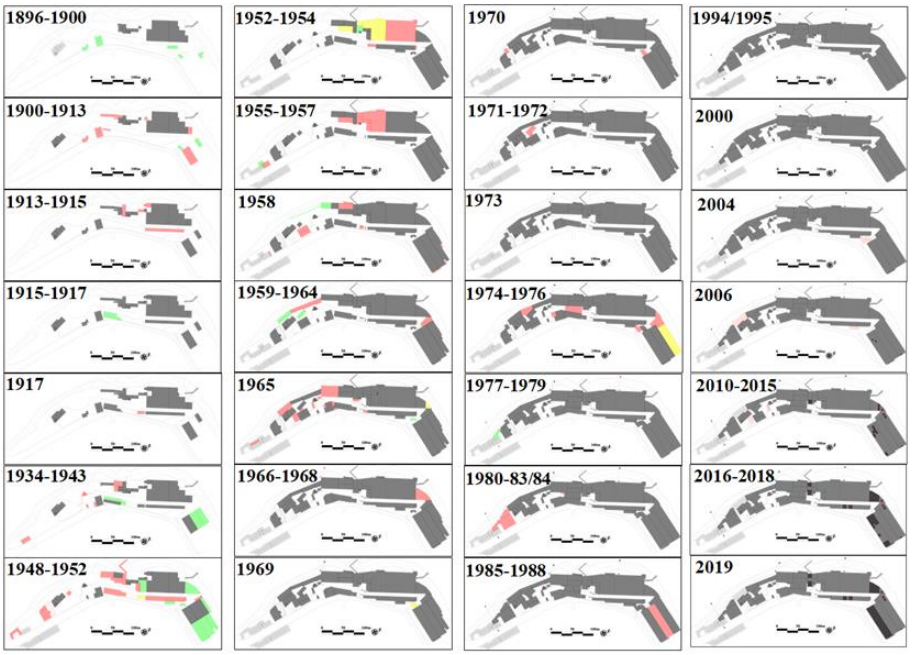


Figura 13: croquis de referência com a trajetória construtiva do complexo fabril da SFC. (CdA)

Neles, indicam-se edifícios já construídos, alterações no período em questão (sejam construções, ampliações ou supressões), alterações em curso evidenciadas segundo documentos de referência, e, em alguns casos, indicam-se as hipóteses de investigação sobre as mudanças que podem ter ocorrido no conjunto edificado. Além disso, nos croquis sobre períodos posteriores ao encerramento das atividades foram indicados os sinais de degradação.

Assim, as cores e hachuras nos croquis das etapas construtivas representam:

Edificações identificadas e conhecimento consolidado sobre localização e registro cronológico a partir da documentação de referência.

Edificações novas em relação ao período precedente a partir da documentação de referência.

 Edificações em processo de construção no período do documento de referência para a análise.

 Hipóteses sobre data, localização e tipologia construtiva em relação ao(s) edifício(s) em questão.

 Edificações ligadas à Sampaio, Ferreira & Cia., mas que não fazem parte do conjunto fabril.

 Demolição controlada parcial, com manutenção de parte da estrutura (paredes exteriores, p.ex.).

 Demolição controlada total, sem resquício do(s) edifício(s) em questão.

 Degradação por falta de manutenção, intempéries ou incêndios.

 Área inacessível (por barreira física ou falta de iluminação p.ex.) ou edificação interditada.

Em alguns casos, a documentação fotográfica, iconográfica e cartográfica está marcada com os seguintes ícones para facilitar a compreensão da análise:

 Salientar detalhes nas figuras.

 Pontos de vista (PdV) dos quais foram tiradas as fotografias



Seta para fazer referência a outra(s) figura(s).

 Setas indicadoras de caminhos para se chegar de um ponto a outro dentro da fábrica

 Sombreado em cores ou linha contínua em torno do objeto: delimitação das edificações ou objetos analisados.

 Linha tracejada: usada para destacar aspecto em uma figura e, quando necessário, para evidenciar que se trata recorte de outra figura, de modo aproximado ou por outra perspectiva.

1.4. Perspectiva de interpretação documental

A investigação leva em consideração que a documentação é um instrumento para conhecer o passado, mas não o acumula em si o conteúdo definitivo sobre ele. Ou seja, eles expressam *"um fragmento da realidade, um enfoque sobre um determinado aspecto do passado,*

que auxiliará na composição da interpretação sobre o objeto de estudo em questão" (Pozzer, 2007, p. 19).

Assim, qualquer que fosse o tipo de documento, a análise buscou duas abordagens: de um lado, uma abordagem descritiva de dados objetivos, tais como: alterações no conjunto da fábrica (anos, edifícios, que tipo de mudanças, medidas etc.), indicadores sobre a distribuição do espaço fabril, tipologia estética e materiais da construção, dados sobre Narciso Ferreira, registros do inventário quando da falência da fábrica ou sobre as atividades das ações patrimoniais.

De outro lado, uma abordagem interpretativa em que se analisavam criticamente os dados por meio de correlações entre si, de sua historicidade, de seus significados na vida social, política e simbólica da Sampaio, Ferreira & Cia., tais como: o que mencionava e o que ocultavam os dados sobre Narciso Ferreira e sobre a fábrica, quais as opções discursivas para se referir a ambos, quem eram os sujeitos das narrativas e como isso se traduzia nas relações sociais e de poder em Riba d'Ave, como se faziam representar essas narrativas em termos construtivos, estéticos, visualmente ou na produção do espaço urbano local, qual o significado político do uso dessas narrativas no processo de decadência e ressignificação como patrimônio da Sampaio, Ferreira & Cia.

Precisamente pela necessidade de se compreender significados sociais, políticos e simbólicos das diferentes manifestações das narrativas memoriais hegemônicas em um processo de longa duração, a perspectiva de análise dos documentos aproximou-se da proposta interpretativa da Análise Crítica do Discurso (Chouliaraki & Fairclough, 2007 [1999]). Isso porque ela *"visa iluminar as ligações entre o discurso e a prática"* o que pode contribuir para o entendimento das *"relações humanas e as ações e questões sociais"* (Smith, 2006, p. 15) Afinal, por exemplo, a escolha de palavras e elementos iconográficos podem sugerir identidades, valores e criar campos de significado, ainda que implicitamente (Machin & Mayr, 2012, p. 29; 56).

Uma preocupação da Análise Crítica do Discurso é a compreensão das relações entre os diferentes discursos e analisar o *"contexto social e político"* em que emergem, pois eles são constrangedores e constituidores de *"relações entre as pessoas"* e, *"como tal, (...) podem ser implantados para ajudar a regular, manter ou desafiar as relações sociais",* de modo que sua internalização pode *"a moldar a vida social e comportamentos e práticas particulares"* e *"vincular coletivos a determinadas ideologias"* (Smith, 2006, p. 15).

Nesse sentido, a Análise Crítica do Discurso aproxima-se da Semiótica Social (Bezemer & Jewitt, 2009; Van Leeuwen, 2005), método que também emprestou à investigação ferramentas de interpretação documental, pois ela se estrutura a partir da *"análise qualitativa e refinada de registros de construção de significado",* como artefatos e textos, *"para examinar a produção e disseminação de discurso"* em diferentes *"contextos sociais e culturais nos quais o significado é construído"* (Bezemer & Jewitt, 2009, p. 01).

Então, assim como um artefato material possui *"potencial semiótico",* ou seja, para produzir significados (Van Leeuwen, 2005, p. 05), a cultura material edificada também pode sê-lo. Por isso, esta investigação entendeu-se a cultura material edificada da Sampaio, Ferreira & Cia. como *"um tipo particular de linguagem"* ou comunicação, que pode ser, portanto, "lida" e interpretada, já que é composta por discursos (Zarankin, 2002, p. 16; Eco, 1986, p. 323). Para Orser, *"questões sociais"* podem ser analisadas *"a partir de estruturas arquitetônicas", pois "estas podem ser 'lidas'"* (Orser, 1999, pp. 15-16) e, assim, serem capazes de fornecer

> *informações sobre quando foram construídos, ou se foram realizadas reformas e quais eram os espaços mais importantes. Alterações no tamanho dos ambientes ao longo do tempo também podem ser usadas como medida para estudar as transformações e as mudanças nas posturas sociais ou culturais. (Orser, 1999, pp. 15-16)*

A análise semiótica da arquitetura (Eco, 1986) busca compreender as edificações sob o aspecto comunicativo e não apenas descrever as funções daqueles espaços. Já no final da década de 1940, Zevi (1981 [1948]; 1969) havia evidenciado a importância de interpretar a arquitetura a partir de seus múltiplos aspectos (culturais, psicológicas, simbolistas e linguísticas etc.) para além de seus aspectos funcionalistas e técnicos. A estes, é necessário acrescentar os aspectos históricos, sociais e simbólicos da arquitetura (Zarankin, 2002).

Nesse sentido, a cultura material pode ser compreendida como a materialização de expressões culturais da sociedade que a gerou (Glassie, 1999, p. 41; Berrocal Ruiz, 1995, p. 233); e, portanto, como qualquer outro documento, é *"carente de significado por ela mesma"* e somente adquire uma *"dimensão ativa e ideológica dentro de um sistema cultural determinado"* (Zarankin, 2002, pp. 15-16).

Entretanto, indicar que a cultura material edificada, por ser um objeto social, possui valores e sentidos próprios da sociedade que a gerou não significa dizer que ela é seu reflexo passivo. Afinal, precisamente por ser interpretada e reinterpretada, a cultura material colabora

para a formação das subjetividades daqueles que a acessam e, portanto, ela participa ativamente na sociedade (Zarankin, 2002, p. 39; Austin & Thomas, 1986, p. 46; Hodder, 1986, p. 143).

A partir desta perspectiva, a cultura material da Sampaio, Ferreira & Cia. e os documentos textuais, fotográficos, iconográficos, cartográficos e filmográficos são analisados em suas historicidades e interpretados criticamente, nas relações entre si e não apenas como resultados de relações sociais e políticas, mas também como estratégias para produzi-las e/ou reproduzi-las ainda que, por vezes, apenas simbolicamente.

Desta forma, os discursos destes documentos (por meio de símbolos, da estética, das estratégias textuais, de organização do espaço etc.) e as narrativas memoriais que os constituem informam *"sobre as consequências políticas do espaço, desempenho e afeto"* (Smith, 2006, p. 13) e *"sobre as relações humanas, as ações e questões sociais"* (Smith, 2006, p. 15).

Assim, as interpretações sobre a documentação buscam compreender como as diferentes manifestações das narrativas memoriais hegemônicas se configuraram estratégias para seu próprio fortalecimento e difusão, quais os usos que pessoas e instituições (públicas ou privadas) fizeram delas, quais seus significados simbólicos e de que forma elas moldaram relações de poder, políticas, culturais ou sociais.

Portanto, a Sampaio, Ferreira & Cia. não é interpretada como simples consequência de relações sociais, econômicas e políticas na localidade, mas como uma protagonista na construção destas relações e da memória em Riba d'Ave.

Capítulo 2. A memória degradada: a Sampaio, Ferreira & Cia. entre o abandono, a ruína e a reutilização desqualificadora.

Era uma vez um mundo que conhecíamos,
mas esse mundo seguiu adiante.
(Stephen King, "As terras devastadas")

O trabalho de campo na Sampaio, Ferreira & Cia. foi realizado em diversos momentos e expressou diferentes formas de experimentação daquele espaço. Obviamente e em última instância, teve-se como objetivo registrar a condição física do antigo espaço fabril no período entre 10 e 15 anos após o encerramento das atividades produtivas têxteis e recolher dados para a composição das hipóteses sobre a trajetória construtiva do conjunto edificado.

Assim, à medida que se encontravam documentos e os organizavam em séries documentais, os retornos ao espaço fabril permitiram sistematizar informações e descrições que compuseram as hipóteses sobre a trajetória construtiva do conjunto edificado.

Simultaneamente ao trabalho de registro fotográfico das condições do conjunto edificado, desenvolveu-se um processo de experiência do espaço proporcionado pelas caminhadas no interior da fábrica. Essas experiências acabaram por se configurar mais *"um diálogo do que um inquérito"* (Holgersson, 2014, p. 223) às estruturas, permitindo também os registros da percepção do autor sobre o espaço.

Portanto, não se pode negar que parte da investigação acarretou um engajamento emocional com o objeto e suscitou diferentes percepções sobre o espaço. Tal engajamento, ao invés de turvar o olhar analítico, foi um dos grandes impulsionadores das questões colocadas à cultura material da Sampaio, Ferreira & Cia., o *"suporte visível"* de sua memória (Bresciani M. S., 1999), desdobradas nas problemáticas historiográficas e analisadas a partir dos dados coletados.

O perímetro do complexo fabril

Pelo norte, chega-se ao complexo fabril pela N-310, que, em Riba d'Ave, torna-se a Avenida Narciso Ferreira, assim nomeada em homenagem ao fundador da fábrica (Figura 14). Seus mais de 35.000m² situam-se ao longo da Avenida Narciso Ferreira, na margem esquerda do rio Ave. O longo muro que cerca parcialmente a área e o declive em que foi implantada dificultam a visibilidade do seu conjunto edificado a partir do exterior ou mesmo que se tenha total noção de sua dimensão.

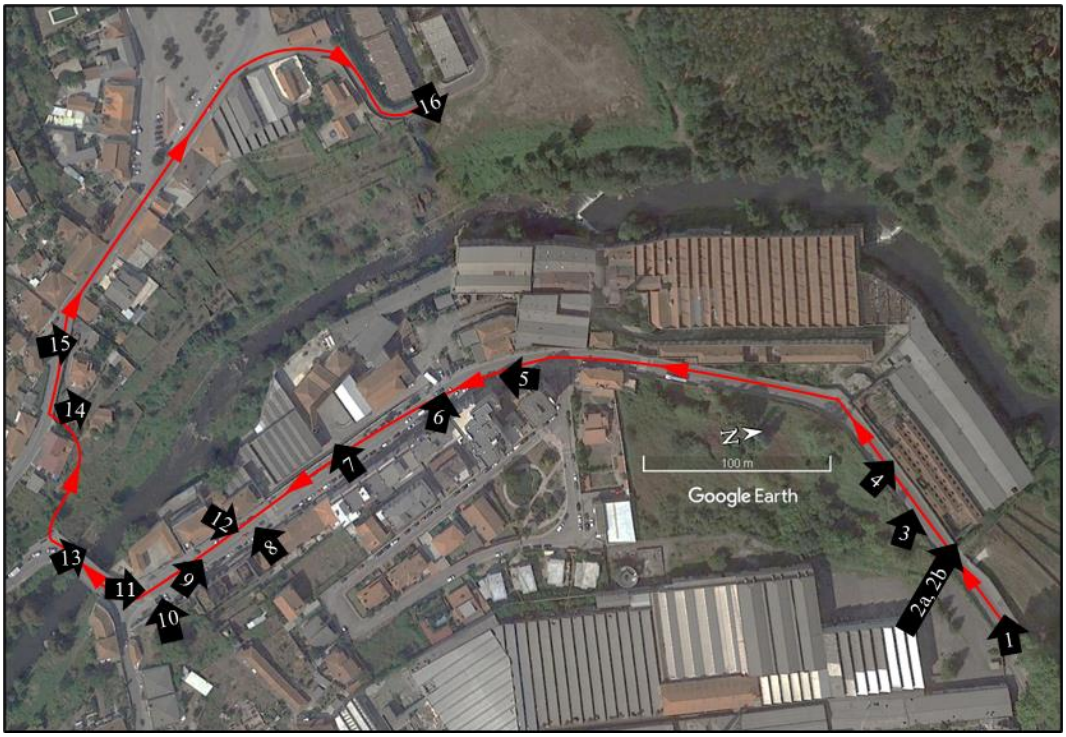


Figura 14: percurso à Ferreira, desde o norte, pela N310 à Av. Narciso Ferreira. (GE)

Ainda assim, é possível ver o telhado de uma das edificações localizadas mais ao norte (Figura 14, PdV 1; Figura 15) e, ao se aproximar da fábrica, pode-se ver claramente parte do telhado destruído (Figura 14, PdV 2a; Figura 16) e verificar que o mato invade o terreno fabril (Figura 14, PdV 2b; Figura 17). Pouco mais adiante, em uma parte onde o muro fica mais baixo (Figura 14, PdV 3; Figura 18), fica visível uma janela, cujos vidros estão praticamente todos quebrados (Figura 14, PdV 4; Figura 19), e é possível espiar o vazio interior recheado por escombros que parecem ser do telhado.



Figura 15: PdV 1 – exterior da Ferreira. (FdA)



Figura 16: PdV 2a – exterior da Ferreira. (FdA)

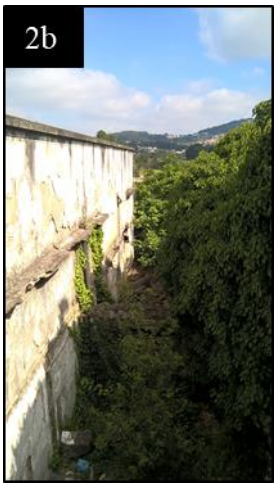


Figura 17: PdV 2b – exterior da Ferreira. (FdA)



Figura 18: PdV 3 – exterior da Ferreira. (FdA)

Rumo à entrada da fábrica avista-se, ainda ao longe, uma construção que foi adaptada para abrigar um minimercado (Figura 14, PdV 5; Figura 20). Mesmo em frente ao portão principal, vê-se o letreiro com o nome da fábrica e, ao fundo, o monumento a Narciso Ferreira (Figura 14, PdV 6; Figura 21).



Figura 19: PdV 4 – exterior da Ferreira. (FdA)



Figura 20: PdV 5 – exterior da Ferreira. (FdA)



Figura 21: PdV 6 – entrada da Ferreira. (FdA)

Mais adiante, passa-se em frente a uma das chaminés (Figura 14, PdV 7; Figura 22), a única, das duas que há, visível em sua totalidade pelo exterior.



Figura 22: PdV 7 – chaminé ao sul da Ferreira. (FdA)

A seguir, passa-se pelo posto dos correios (Figura 14, PdV 8; Figura 23) e pela sede da Associação dos Bombeiros Voluntários de Riba d'Ave (Figura 14, PdV 9; Figura 24). Adiante, vê-se o Mercado Narciso Ferreira (Figura 14, PdV 10; Figura 25) e, no outro lado da Avenida Narciso Ferreira, vê-se o Teatro Narciso Ferreira (Figura 14, PdV 11; Figura 26) e, à esquerda, a sede da Fundação Narciso Ferreira (Figura 14, PdV 12; Figura 27).



Figura 23: PdV 8 – posto dos correios – CTT (FdA)



Figura 24: PdV 9 – antiga sede dos Bombeiros Voluntários. (FdA)

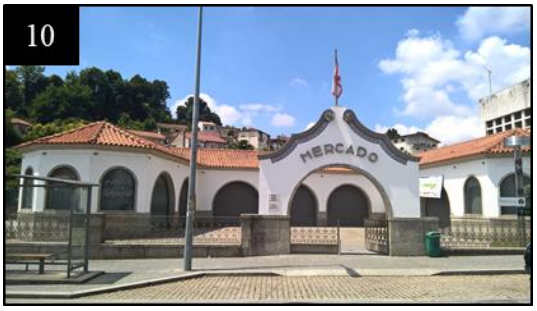


Figura 25: PdV 10 – Mercado Narciso Ferreira. (FdA)



Figura 26: PdV 11 – Teatro Narciso Ferreira. (FdA)



Figura 27: PdV 12 – Fundação Narciso Ferreira. (FdA)

Ao final da Avenida Narciso Ferreira, ao sul, ao se virar à direita, já na Avenida da Cerqueda, na Ponte de Sant'Anna, sobre o rio Ave, vê-se edificação da chaminé encoberta pela vegetação (Figura 14, PdV 13; Figura 28).



Figura 28: PdV 13 – área ao sul da Ferreira. (FdA)

Observe-se parte do Mercado Narciso Ferreira, parte da antiga sede dos Bombeiros Voluntários e, ao fundo, a chaminé da porção sul da fábrica. (FdA)

Ao final da ponte, à direita, há uma pequena passagem para caminhantes, na Travessa das Escadinhas, já na margem direita do rio Ave, de onde é possível ter uma ideia da dimensão da fábrica (Figura 14, PdV 14; Figura 29).



Figura 29: PdV 14 – exterior da Ferreira, margem direita do rio Ave. (FdA)

Ainda pela Travessa das Escadinhas, chega-se à Rua Santa Ana, pela qual, ao longe se vê parte do monumental complexo fabril entre algumas árvores e muros de uma casa (Figura 14, PdV 15; Figura 30, destacado em amarelo), confundindo-se com outras construções na paisagem. Por essa perspectiva, chama a atenção o alinhamento entre o monumento a Narciso Ferreira e uma das chaminés da fábrica, entre o símbolo da memória do fundador da fábrica e o símbolo maior da indústria.



Figura 30: PdV 15 – exterior da Ferreira. (FdA)

Destacado em amarelo o monumento a Narciso Ferreira e a chaminé mais ao norte. À direita, vê-se a chaminé localizada ao sul do complexo fabril.

Depois de aproximadamente 180m em direção ao norte, a Rua Santa Ana transforma-se na Rua São José. Aproximadamente 50m adiante, à direita, há uma viela em direção ao rio Ave e, então, depois de pouco mais de mais 100m, vê-se uma grande extensão da Sampaio, Ferreira & Cia., ainda que parcialmente encoberta pela vegetação. (Figura 14, PdV 16; Figura 31)



Figura 31: PdV 16 – exterior da Ferreira desde a margem direita do rio Ave. (FdA)

Ao longe, as janelas já não parecem quebradas, a estrutura dos edifícios já não parece tão degradada, as paredes já não parecem tão desgastadas. Não se veem os edifícios individualmente, mas fica nítida a sobreposição das construções que formam o conjunto fabril, a adaptação da fábrica às curvas do rio Ave e as modificações que algumas partes desse conjunto sofreram ao longo dos anos. Ao longe, portanto, a monumentalidade da fábrica se sobrepõe à degradação que acaba por ser escamoteada pelo olhar à distância.

A entrada da fábrica: a portaria e o monumento a Narciso Ferreira

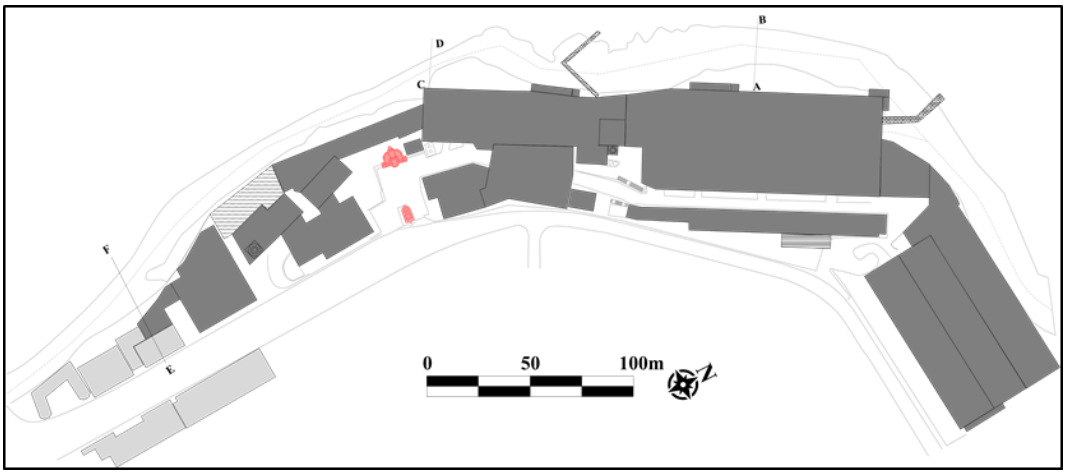


Figura 32: croqui de referência com destaque à portaria e ao monumento a Narciso Ferreira. (CdA)

A primeira edificação com a qual se depara quem entra na Sampaio, Ferreira & Cia. é sua portaria (Figura 32; Figura 33, PdV 1; Figura 34). As luminárias que o ladeiam (Figura 34) parecem ser feitas de bronze e têm no topo o que parece ser um pequeno globo terrestre.

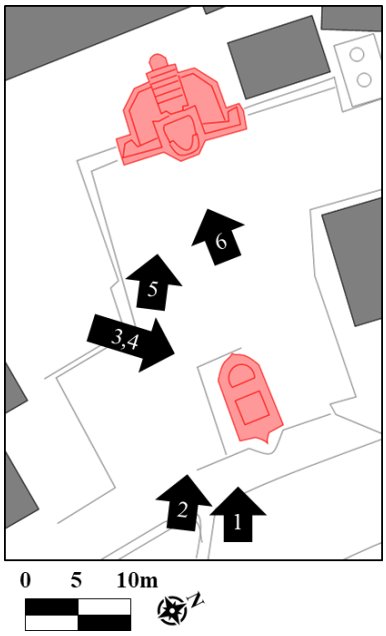


Figura 33: excerto do croqui de referência, destaque à portaria e ao monumento. (CdA)

No portão à esquerda, vê-se pendurada a placa *"Vende-se"* (Figura 33, PdV 2; Figura 35). Uma corrente e um cadeado impedem que ele se abra, embora isso não impeça o acesso às instalações. A visão da placa, com o monumento ao fundo e o portão principal fechado com uma corrente e um cadeado tem uma carga simbólica impactante, pois ao mesmo tempo em que faz referência ao encerramento das atividades fabris, alude ao fato de que, mais de 15 anos depois desse fato, ela ainda não encontrou destino na sua totalidade.

Pelas grades do portão, observam-se gramíneas crescendo entre os paralelepípedos da entrada da fábrica. Talvez quando a fábrica funcionasse elas fossem aparadas naturalmente pela circulação de pessoas e veículos. Nos jardins, antes podados regularmente, ervas daninhas ganham o espaço e as plantas antes ornamentais crescem sem qualquer controle.



Figura 34: PdV 1 - portaria da SFC, com a lumiária em destaque. (FdA)



Figura 35: PdV 2 - "vende-se". (FdA)

Em termos práticos, os portões estarem fechados nada representa, uma vez que o controle regular sobre o acesso ao espaço fabril já não existe. Entretanto, ao se observar a pequena construção da portaria (Figura 33, PdV 3; Figura 36 e Figura 33, PdV 4; Figura 37), nota-se que ela parece não estar desocupada. Na porta, voltada para o interior do espaço fabril, vê-se uma corrente e um cadeado.



Figura 36: PdV 3 - portaria da SFC, com a edificação nº 1, do escritório, à esquerda. (FdA)



Figura 37: PdV 4 - portaria da SFC. (FdA)

Uma rápida espiada pela janela e se vê uma mesa, uma cadeira, uma pequena cama, algumas caixas, um cabide e uma bicicleta. O misto de estranhamento e curiosidade, sobre a quem poderia pertencer aquelas coisas e quem seria o portador da chave do cadeado, foi saciado

com a chegada do sr. Fernando Manuel Gonçalves Pinto, 53 anos, vigia informal da Sampaio, Ferreira & Cia.

Em 2012, sete anos após o encerramento das atividades fabris, ele trabalhava na vigilância da parte sul da fábrica, cujos edifícios haviam sido vendidos. Por ocasião das comemorações dos 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira, segundo o sr. Fernando, a ele foi pedido pelos organizadores que *"botasse os olhos"* à exposição que havia sido organizada no local.

Desde então, por inúmeras vezes ele diz ter tido que intervir em tentativas de roubo e vandalismo no interior da fábrica, tendo chamado a polícia algumas vezes. *"Como eu estou aqui, as pessoas têm medo!"* Telhas, portas, fios de cobre, janelas foram roubadas, ainda assim, segundo o sr. Fernando. A placa de bronze na base do monumento erigido em homenagem a Narciso Ferreira, por ocasião de seu falecimento, já foi quase arrancada, assim como as luminárias do portão principal.

"Eu não estou aqui a ganhar dinheiro daqueles cadeados para aqui", em referência à área da fábrica que hoje está abandonada,

> *estou a fazer de conta que isto aqui é meu. Limpo isto mais ou menos e não deixo ninguém entrar daqui pra dentro. (...) Posso lhe dizer uma coisa,* [na Sampaio, Ferreira & Cia. hoje] *não tem grande coisa pra roubar, mas o pouco que tem, se eu não estivesse aqui, já tinha ido tudo.*

Se, por um lado, o sr. Fernando se orgulha de seu papel na *"proteção"* da fábrica contra roubos, por outro lado, ele é condescendente com a ocupação do espaço abandonado por jovens que ali estiveram para fazer pichações e pequenos atos de vandalismo:

> *agora, desde que eu vim pra aqui, pode vir canalha pintar os muros, que vêm, muitas vezes aos domingos à tarde. Mas é canalha, eu até não ligo nenhuma. Pronto, não vem roubar nada. Andam entretidos pra aí com aqueles carrinhos, skates, eu não digo nada.*

"A fábrica, antes de fechar, estava toda direitinha", diz; e, em seguida, afirma que após o encerramento das atividades houve muito roubo e vandalismo. Entretanto, para o Sr. Fernando, o desaparecimento da infraestrutura fabril, do mobiliário aos equipamentos e máquinas, também foi de responsabilidade da própria fábrica: *"a própria fábrica também vendeu muita coisa",* afirma com certo tom de indignação. *"Caldeiras, maquinaria, isso foi tudo vendido, mas isto, foram os*

responsáveis [pela fábrica] *que venderam",* mas depois, *"o resto que ficou, que havia ainda muita coisa boa"*, foi roubado.

Sorridente, o sr. Fernando convidou-me a entrar na guarita para mostrar algumas *"relíquias"* que ele tem guardadas, um bloco de faturação e um crachá de identificação do segurança da fábrica (Figura 38), para além da própria mesa e cadeira.



Figura 38: bloco de faturação e um crachá de identificação do segurança da SFC. (FdA)

Ele reforçava: *"havia muito disso tudo. Tudo em boas condições",* em referência a materiais de escritório, mesas, cadeiras, armários etc. Não me faltaram convites para tirar fotos e visitar a fábrica. Aos meus *"sim, claro que sim",* ele sempre respondia sempre *"esteja à vontade".*

Logo nos primeiros metros dentro do espaço fabril, vê-se que a tinta dos edifícios já descasca ou já desapareceu por completo. E desde ali se contempla o imponente monumento a Narciso Ferreira (Figura 33, PdV 6; Figura 39; Figura 40). A base granítica da estrutura está coberta por algum musgo e sujeira e o busto está oxidado e coberto por fezes de pássaros. Não passa despercebido o olhar austero e vigilante de Narciso Ferreira a todos os que entram em seus domínios, ele tem a dizer sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. e sobre Riba d'Ave?



Figura 39: PdV 5 - monumento a Narciso Ferreira. (FdA)

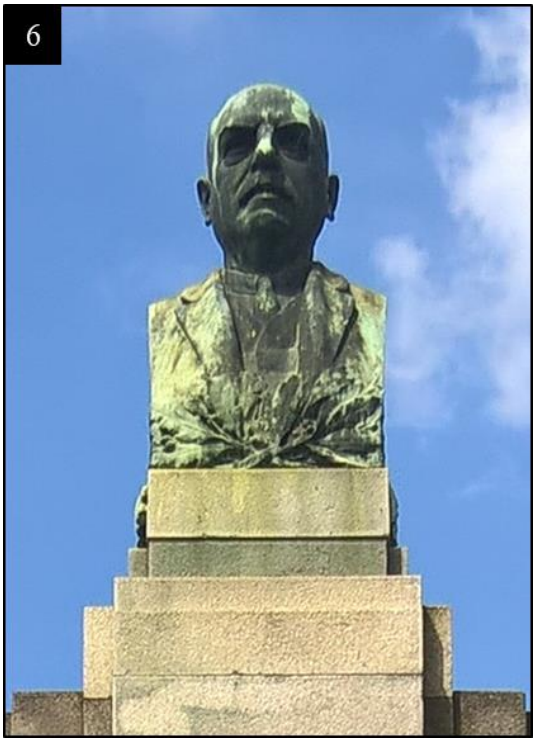


Figura 40: PdV 6 - busto de Narciso Ferreira no topo do monumento. (FdA)

Edifício nº 1: Escritório

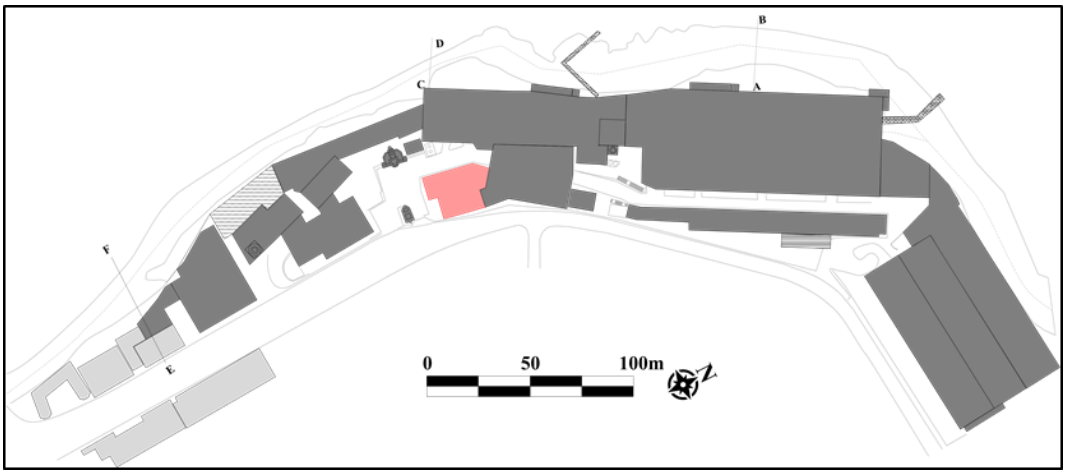


Figura 41: croqui de referência com destaque ao edifício nº 1. (CdA)

Não se demora a perceber que ao abandono das instalações fabris o tempo respondeu com a degradação paulatina provocada pela ausência de quaisquer cuidados e/ou ações de preservação acrescidos do vandalismo e da corrosão natural dos materiais.

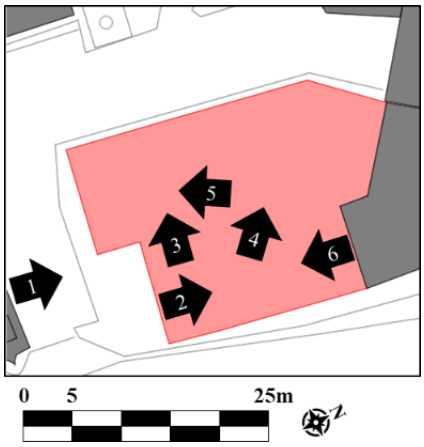


Figura 42: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 1. (CdA)

A porta principal do escritório (Figura 41; Figura 42, PdV 1; Figura 43) está coberta por arbustos e ervas daninhas espinhosas. Na platibanda, o letreiro da fábrica: *"Sampaio Ferreira & Cia. Lda."*. A tinta descascada da parede e a ferrugem em algumas letras são evidências da passagem do tempo e da falta de manutenção.



Figura 43: PdV 1 - fachada edifício nº 1 em que se vê o letreiro da SFC.

A similaridade dos traços do escritório com o Teatro Narciso Ferreira leva à reflexão: o que a estética fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. diz sobre sua trajetória?

O escritório dá uma mostra do nível de degradação dos espaços interiores (Figura 42, PdV 2 a 6; Figura 44). Telhas quebradas, parte do teto caído, o chão parcialmente destruído e coberto de lixo e partes da própria construção que sofre com as intempéries.



Figura 44: PdV 2 a 6 - interior do edifício nº 1.

Edifício nº 2: Armazém de expedição

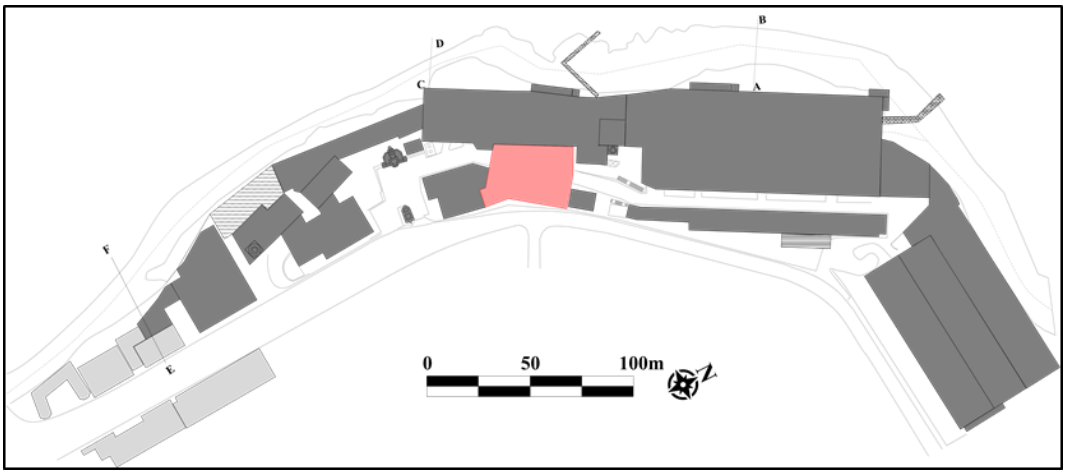


Figura 45: croqui de referência com destaque ao edifício nº 2. (CdA)

A edificação nº 2 (Figura 45) era ocupada pelo "Armazém de expedição" conforme consta na planta de 1964 como subdividido em duas partes: no rés do chão, o "Armazém de fazenda"; e, no primeiro piso, o "Armazém de dobragem".

Secção 2.1. Rés do chão

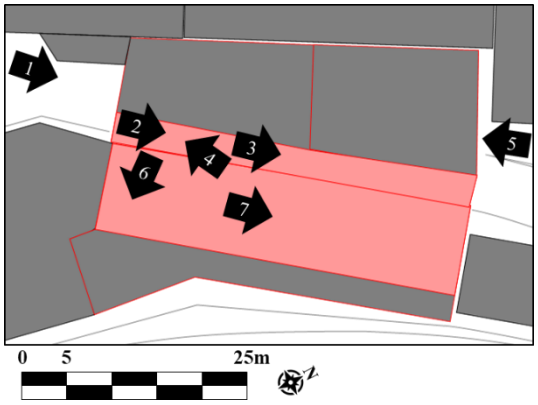


Figura 46: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 2, secção 2.1. (CdA)

O rés do chão da edificação nº 2 tem sua entrada voltada para o corredor central da fábrica que é parcialmente encoberto pelo primeiro piso da edificação nº 2 (Figura 46, PdV 1, Figura 47 e Figura 46, PdV 2; Figura 48). O corredor central permite o acesso à secção 2.2, no rés do chão, do edifício nº 2 e o conecta com edificação nº 12, além de permitir o acesso às edificações mais ao norte do complexo fabril (Figura 46, PdV 3; Figura 49; Figura 46, PdV 4; Figura 50; Figura 46, PdV 5 e Figura 51).



Figura 47: PdV 1 - edifício nº 2. (FdA)



Figura 48: PdV 2 - corredor central abaixo do edifício nº 2. (FdA)



Figura 49: PdV 3 - corredor central abaixo do edifício nº 2. (FdA)



Figura 50: PdV 4 - corredor central abaixo do edifício nº 2. (FdA)



Figura 51: PdV 5 - corredor central abaixo do edifício nº 2. (FdA)

O rés do chão da edificação hoje encontra-se vazio, exceto por uma mesa no local e algum lixo espalhado (Figura 46, PdV 6; Figura 52; Figura 46, PdV 7; Figura 53).



Figura 52: PdV 6 - edifício nº 2, entrada da secção 2.1. (FdA)



Figura 53: PdV 7 - edifício nº 2, interior da secção 2.1 (FdA)

Secção 2.2. Rés do chão – ligação com edifício nº 12

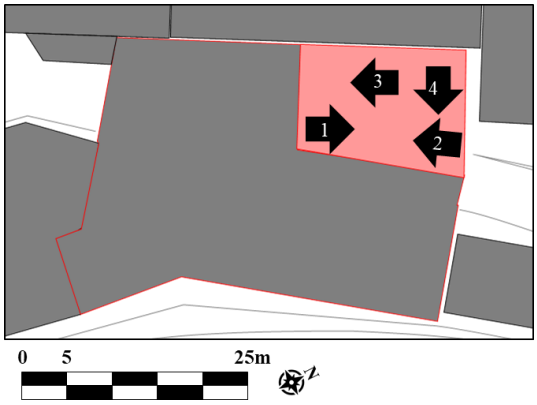


Figura 54: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 2, secção 2.2. (CdA)

A secção 2.2 da edificação nº 2 tem uma cobertura metálica e o pé direito bastante alto. A porta ao fundo da construção não dá acesso a lugar algum, mas permite a visualização da secção 12.1 da edificação nº 12 (Figura 54, PdV 1; Figura 55, PdV 1). A escada de madeira ali construída, por sua vez, dá acesso à secção 2.3 da edificação nº 2 (Figura 54, PdV 2; Figura 55, PdV 2). Ao voltar-se o olhar para a porção sul da secção 2.2 vê-se o acesso à secção 12.3 da edificação nº 12 (Figura 54, PdV 3 e 4; e Figura 55, PdV 3 e 4; respectivamente). Neste espaço, chamam a atenção o pouco de lixo espalhado e as pichações que começam a cobrir algumas das paredes da fábrica.



Figura 55: PdV 1, 2, 3 e 4 - edifício nº 2, secção 2.2. Ligação com edifício nº 12. (FdA)

Secção 2.3. Primeiro piso

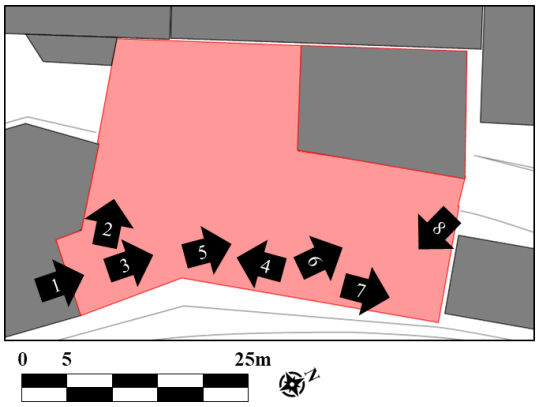


Figura 56: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 2, secção 2.3. (CdA)

O 1º piso da edificação nº 2, secção 2.3, está ligado ao escritório e ao corredor central por meio de um corredor e de dois lanços de escadas (Figura 56, PdV 1 a 4 e Figura 57, PdV 1 a 4; respectivamente).



Figura 57: PdV 1 a 4 - edifício nº 2, secção 2.3. (FdA)

Parte da secção 2.3 foi subdividida em pequenos cubículos interligados por portas, corredores e janelas de vidro (Figura 56, PdV 5; Figura 58).



Figura 58: PdV 5 - edifício nº 2, secção 2.3. (FdA)

Ao fundo, na sua porção mais ao norte e que se conecta com a secção 2.2 pela escada de madeira, ainda é possível encontrar uma grande quantidade de cultura material da Sampaio, Ferreira & Cia. produzida sob a forma de documentos textuais, iconográficos e materiais de

trabalho que ficaram para trás, não tendo sido resguardados, senão por amostras aleatórias recolhidas pelo MIT (Figura 56, PdV 6; Figura 59; e Figura 56, PdV 7; Figura 60).



Figura 59: PdV 6 - edifício nº 2, secção 2.3. (FdA)



Figura 60: PdV 7 - edifício nº 2, secção 2.3. (FdA)

Foi nessa área do "Armazém de expedição" que uma imagem se repetia num pequeno montículo (Figura 56, PdV 8; Figura 61; e Figura 56, PdV 8.1; Figura 62) onde havia cabides para apresentar amostras têxteis, em meio ao mobiliário que sobrou, a restos de tecidos, e blocos de faturas e pedidos. Aparentemente, uma reprodução em preto e branco de uma pintura da Sampaio, Ferreira & Cia. cuja data era, até então, impossível precisar (Figura 62, PdV 8.1.1).



Figura 61: PdV 8 - edifício nº 2, secção 2.3. (FdA)



Figura 62: PdV 8.1 e 8.1.1 - Fotografia da SFC encontrada no edifício nº 2, secção 2.3. (FdA)

No chão, nas estantes e mesas ainda restam exemplares da cultura material da industrial têxtil que ali funcionou: um exemplar de um *"livro protocolo para registrar amostras em arquivo"* (Figura 63 "a"); um livro de amostras de tecidos e cores em inglês com o selo da *"Ribalene Fabrics",* nome usado pela fábrica em seus últimos anos (Figura 63 "b"); cabides com amostras de tecido (Figura 63 "c"); e amostras de linhas (Figura 63 "d"). Além disso, muitos registros de correspondência estão espalhados ali, algo que permitiria, talvez, compreender melhor as conexões nacionais e internacionais entre a Sampaio, Ferreira & Cia. e outras fábricas (Figura 63 "e", amostra dos registros de correspondência da Sampaio, Ferreira & Cia. datado de 1993, com a fábrica de roupas *Slimma PLC*, com sede em Leeks, na Inglaterra, fundada em 1935 e fechada em 2010.



Figura 63: a, b, c, d, e - cultura material da produção têxtil na SFC. (FdA)

Edifício nº 3: Creche

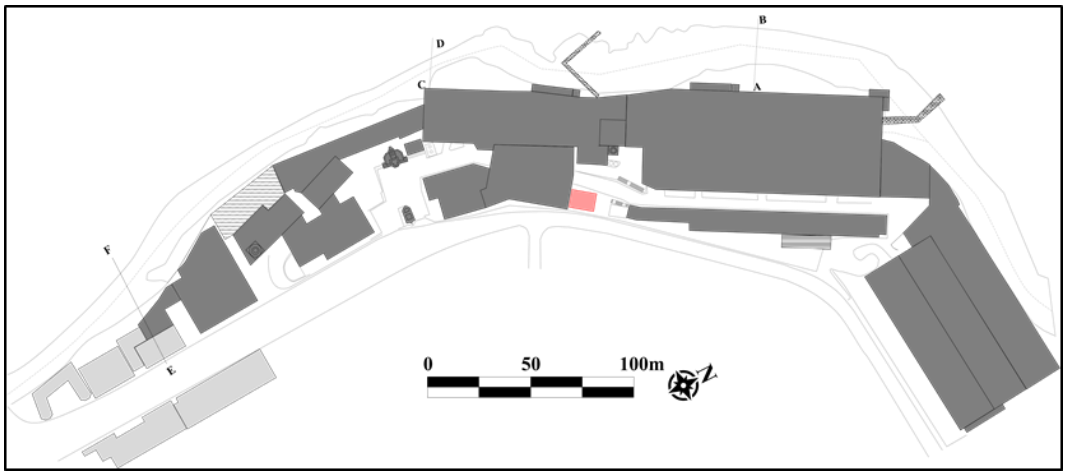


Figura 64: croqui de referência com destaque ao edifício nº 3. (CdA)

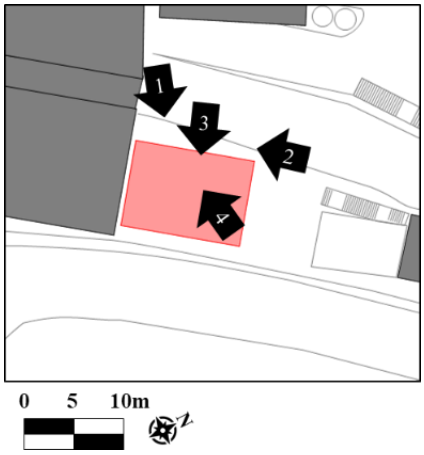


Figura 65: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 3. (CdA)

Na entrada da edificação nº 3 (Figura 64) cresce mato à beira da escadaria tornando difícil o acesso (Figura 65, PdV 1 e 2; e Figura 66 PdV 1 e 2; respectivamente).

Na porta, um aviso de *"Não Passar"*, *"Perigo de queda"*, *"Perigo de tropeçamento"* e, por fim, *"Perigos vários"* (Figura 67).



Figura 66: PdV 1 e 2 - exterior do edifício nº 3. (FdA)



Figura 67: advertências no edifício nº 3. (FdA)

Apesar das advertências, a porta entreaberta é um convite à entrada. Dali, vê-se que a escada ao primeiro piso se encontra quebrada, de modo que o acesso demanda certa cautela para que os degraus não cedam (Figura 65, PdV 3 e 3.1; e Figura 68, PdV 3 e 3.1; respectivamente). O primeiro piso está coberto por fezes de aves, as janelas estão quebradas e a cobertura do telhado está aparente (Figura 65, PdV 4; e Figura 68, PdV 4).



Figura 68 PdV 3, 3.1 e 4 - interior do edifício nº 3. (FdA)

No edifício nº 3 há muitos documentos relativos à organização sindical (Figura 69), os quais foram recolhidos, limpos e organizados para serem entregues ao MIT para avaliação no caso de se desejar preservá-los. Além disso, pela quantidade de documentos relativos à saúde dos trabalhadores, ali parece ter funcionado um posto de saúde que atendia os trabalhadores. Porém, muito da documentação que estava ali se perdeu, pois as chuvas que caem dentro do prédio destruíram a maior parte da documentação em papel.

Numa janela, porém, chama a atenção uma radiografia posicionada sobre o vidro. Do lado de fora, uma das chaminés da fábrica. Uma rápida mudança de posição e a perspectiva e a silhueta osso alinha-se à chaminé (Figura 70).

É o suficiente para pensar que a fábrica foi construída por pessoas e que suas paredes não feitas apenas são apenas de cimento, tijolos ou ferro, mas também de memórias e histórias. O seu patrimônio, hoje arruinado e degradado, quase não se sustenta por si mesmo, mas pelas mudanças que provocou na trajetória das milhares de vidas que por ali passaram. Que relações a fábrica estabeleceu com seus trabalhadores e trabalhadoras quando funcionava; que relações se estabelecem após ter sido encerrada e abandonada?

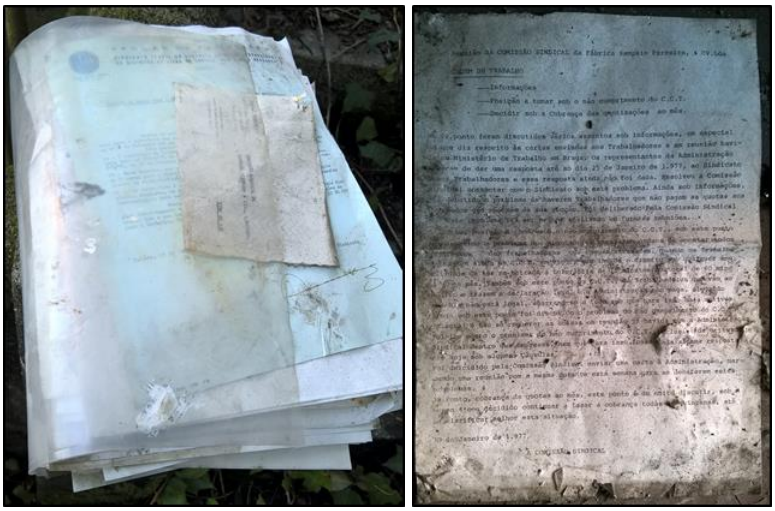


Figura 69: documentos relativos à organização sindical no edifício nº 3. (CSFC)



Figura 70: raio-x em janela do edifício nº 3 alinhado com a chaminé. (FdA)

Edifício nº 4: Armazém de revista "A"

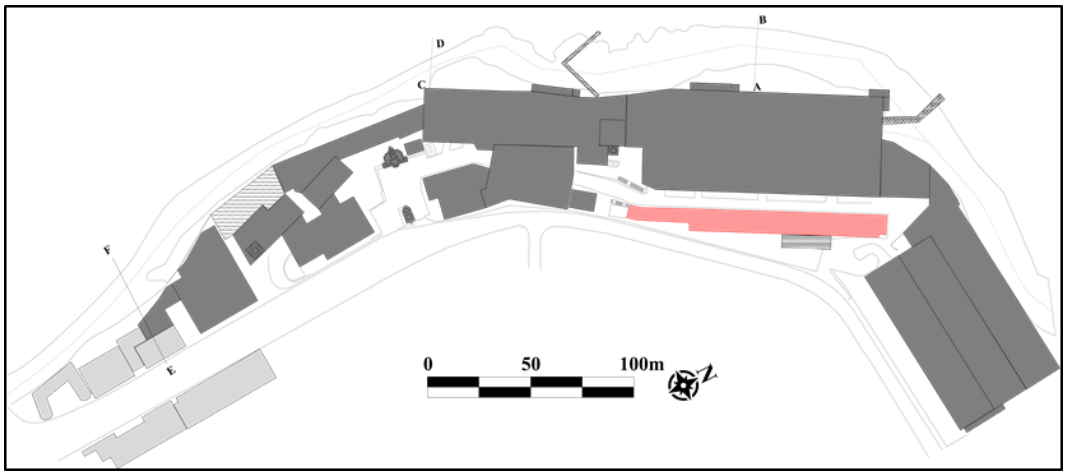


Figura 71: croqui de referência com destaque ao edifício nº 4. (CdA)

O "Armazém de revista 'A'" (Figura 71) em 1964 tinha suas funções divididas pelos pisos: no rés do chão consta como sendo a área para os "Acabamentos", para a "Recepção de fazendas" e para a "cabine elétrica"; enquanto, no 1º andar, desenvolvia-se a "Preparação para tecelagem".

Secção 4.1. Rés do chão

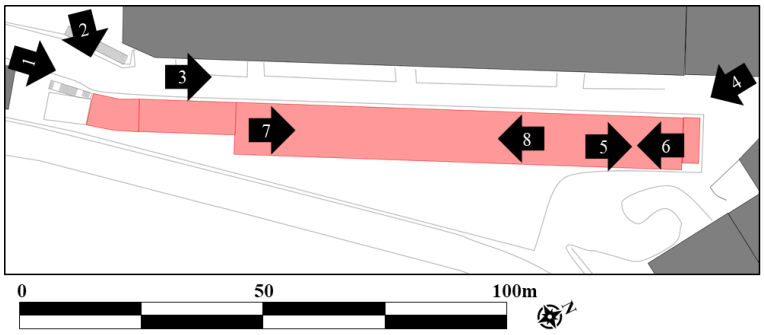


Figura 72: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 4, secção 4.1. (CdA)

Como se observa, o longo corredor, entre o "Armazém de revista 'A'" e a construção nº 10, estava tomado pelo mato, por vidros provenientes das janelas quebradas e por alguns tonéis (Figura 72, PdV 1, 2, 3 e 4; Figura 73, PdV 1, 2, 3 e 4; respectivamente).



Figura 73: PdV 1, 2, 3 e 4 - exterior do edifício nº 4. (FdA)

O rés do chão está completamente vazio e, talvez pelo fato de estar abaixo do solo na sua parte leste (Figura 72, PdV 5, 6, 7 e 8; e Figura 74, PdV 5, 6, 7 e 8; respectivamente), a parede apresente infiltrações e esteja bastante descascada.



Figura 74: PdV 5, 6, 7 e 8 - interior do edifício nº 4, secção 4.1. (FdA)

Secção 4.2. Primeiro piso

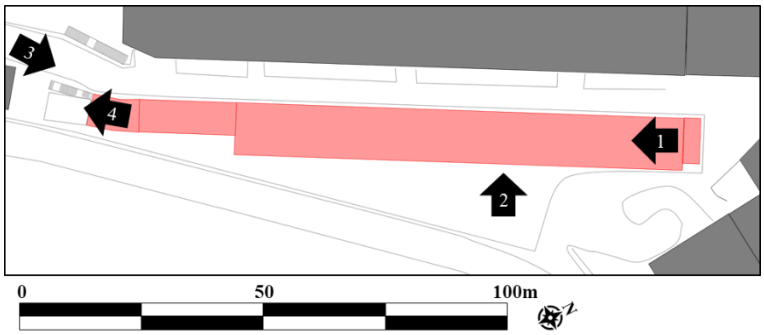


Figura 75: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 4, secção 4.2. (CdA)

O primeiro piso do edifício nº 4 dá mostras de sofrer ainda mais com o desgaste e a falta de cuidados. Nas primeiras visitas à fábrica, o telhado já havia cedido em três pontos (Figura 76, "a", "b", "c", "d").



Figura 76: a) edifício nº 4 visto de uma fotografia de satélite (GE).

As fotos seguintes referem-se à b) porção sul do edifício nº 4 (FdA); c) interior do primeiro piso do edifício nº 4 (FdA).

Entre 2018 e 2019, porém, parece ter sofrido uma intervenção e foi completamente demolido (Figura 75, PdV 1; Figura 77, PdV 1). As telhas das edificações carregavam os nomes das olarias que as fabricaram e poderiam ter permitido compor a história da construção civil industrial no norte de Portugal. Entretanto, elas não foram catalogadas, tendo simplesmente sido destruídas no local, e colocadas no chão para fazer uma pequena rampa de acesso à edificação (Figura 75, PdV 2; Figura 77, PdV 2). Ao sul da edificação nº 4 há uma escada granítica que permite acessar um tanque que deveria conter água a ser usada no complexo fabril, mas que hoje

está tomado por plantas espinhosas (Figura 75, PdV 3 e 4; e Figura 77, PdV 3 e 4; respectivamente).



Figura 77: PdV 1, 2, 3 e 4 - edifício nº 4. (FdA)

Edifício nº 5: Armazém de revista "B" / Carpintaria

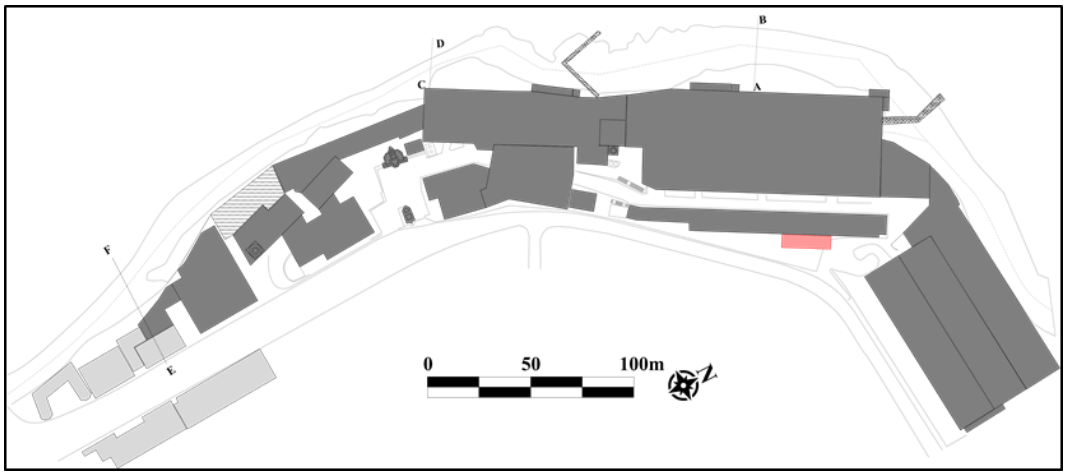


Figura 78: croqui de referência com destaque ao edifício nº 5. (CdA)

O "Armazém de revista 'B'" (Figura 78), em 1978, antes era destinado à Carpintaria, em 1964. Hoje, porém, desapareceu; ao que parece, foi demolido. Pouco se vê, sob o mato, dos resquícios da sua presença (Figura 79, PdV 1; Figura 80). Impresso na parede da edificação nº4 está o traçado que fazia o edifício nº 5, e o que restou da estrutura do telhado ainda ligada àquela construção (Figura 79, PdV 2; detalhe da Figura 81, PdV 2). Daquele ponto, porém, tem-se a primeira impressão de que a ocupação do espaço abandonado não resulta apenas em corrosão e destruição ou que os atos de vandalismo sejam a regra. O grafite de um rosto, no canto interior da fotografia (Figura 81, PdV 2), está integrado ao desgaste do edifício e às plantas que ali crescem. Ali, a ruína deu azo à arte e à criatividade.

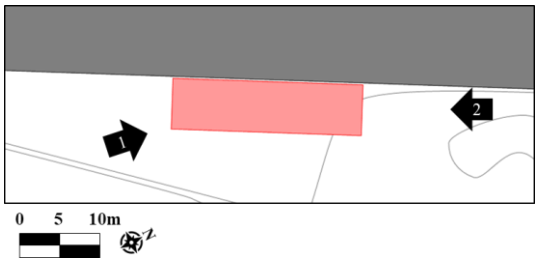


Figura 79: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 5. (CdA)



Figura 80: PdV 1 - possível local do edifício nº 5. (FdA)



Figura 81: PdV 2 - possíveis resquícios do edifício nº 5. (FdA)

Edifícios nº 6, 7 e 8: Tecelagem "C", "B" e "D"

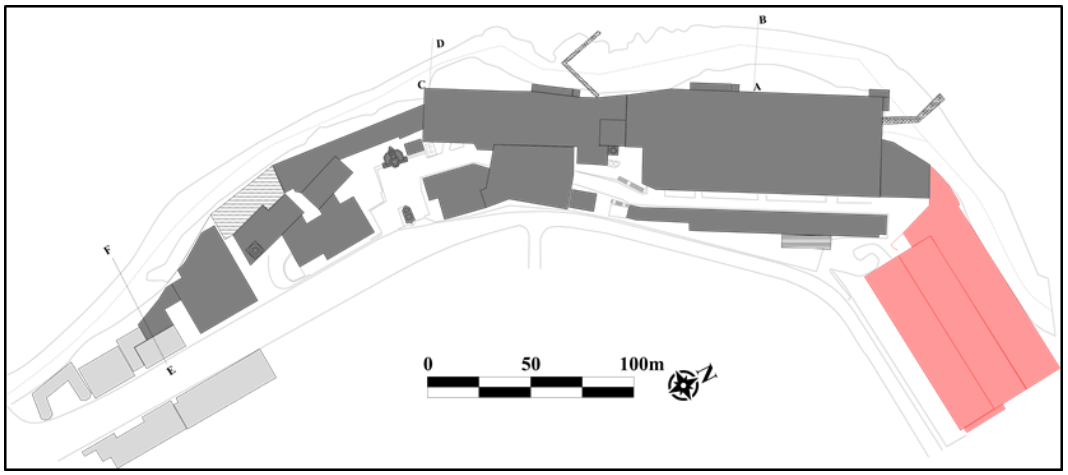


Figura 82: croqui de referência com destaque aos edifícios nº 6, 7 e 8. (CdA)

As edificações da "Tecelagem 'C'" (nº 6), mais próxima da Avenida Narciso Ferreira; da "Tecelagem 'B'" (nº 7), edificações do meio; e a da "Tecelagem 'D'" (nº 8), próxima ao rio Ave; estão implantadas em um declive que vai ao rio, encontrando-se o rés do chão de cada uma em diferentes alturas (Figura 82). Entretanto, a "Tecelagem 'D'" (nº 8), por possuir dois pisos, tem o telhado à mesma altura da "Tecelagem 'B'" (nº 7). Dos três, apenas a "Tecelagem 'C'" possui cobertura de telhas.

Edifício nº 6: Tecelagem "C"

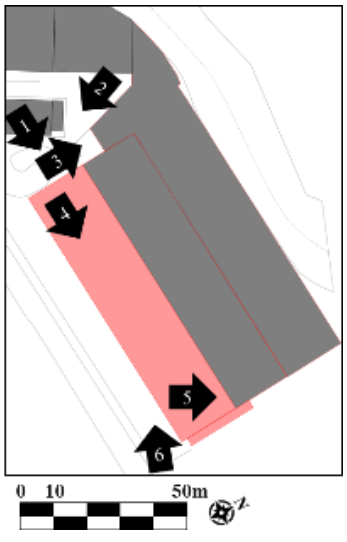


Figura 83: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 6. (CdA)

A "Tecelagem C" não teve sua função alterada entre os anos de 1964 e 1978. À entrada da edificação, vê-se na parede o desenho do que deveria ser uma construção que já não existe mais (Figura 83, PdV 1; Figura 84) e que foi edificada sobre um pequeno aterro para nivelar o terreno, no qual também foi feita uma construção, ao nível da "Tecelagem 'B'" (Figura 83, PdV 2; Figura 85). Dali era possível ver-se a entrada das edificações nº 7, 8 e 9 (Figura 83, PdV 3; Figura 86)

Das três edificações que compõem esse conjunto, a "Tecelagem 'C'" era a mais danificada quando se iniciou a investigação. Uma grande porção do telhado havia caído e o entulho acumulava-se em seu interior. Os pilares de ferro que sustentavam o telhado tinham sua cor branca já desgastada e corroída pela ferrugem, além de a

porta na porção norte, que levava à edificação nº 7, ter sido fechada com tijolos (Figura 83, PdV 4, 5 e 6; e Figura 87; PdV 4, 5 e 6; respectivamente).



Figura 84: PdV 1 - resquício da construção em frente ao edifício nº 6. (FdA)



Figura 85: PdV 2 - aterro para nivelar o terreno em frente ao edifício nº 6. (FdA)



Figura 86: PdV 3 - vista da entrada do edifício nº 6 para os edifícios nº 7, 8 e 9. (FdA)



Figura 87: PdV 4, 5 e 6 - interior do edifício nº 6. (FdA)

Hoje em dia, porém, tal como se fez na edificação nº 4, retiraram-se as telhas sem qualquer cuidado. Entretanto, também desapareceram os pilares, aparentemente, sem que houvesse qualquer preocupação em preservá-los (Figura 88; Figura 89).

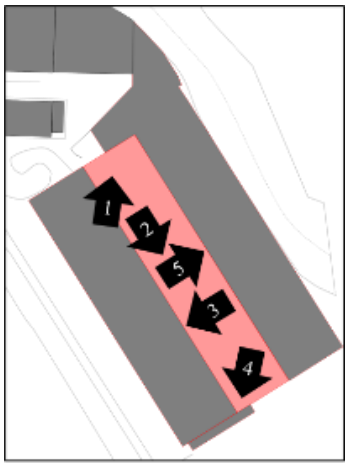


Figura 88: interior do edifício nº 6, sentido norte-sul. (FdA)



Figura 89: interior do edifício nº 6, sentido sul-norte. (FdA)

Edifício nº 7: Tecelagem "B"



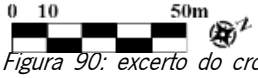


Figura 90: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 7. (CdA)

O pavilhão da "Tecelagem 'B'" (Figura 90) parece ser um dos que ainda recebem "visitas" regulares. Ali organizou-se o que parece ser um pequeno espaço para audiências ou uma pequena "sala do trono": uma poltrona elevada sobre dois caixotes, posicionada em frente a dois bancos paralelos e posicionados ao lado de uma palete e de uma pequena mesa e um caixote que faz as vezes de cadeira (Figura 90, PdV 1; Figura 91). A limpeza dessa área contrasta com o lixo no chão, ao fundo. Não faltam palavras e desenhos grafitados, muitos relacionados à prática do skate, para a qual se utiliza uma pequena rampa (Figura 90, PdV 2; Figura 93, detalhe ao centro).



Figura 91: PdV 1 - interior do edifício nº 7, "sala do trono". Detalhes Figuras 92 e 94. (FdA)



Figura 92: símbolo anarquista no edifício nº 7. (FdA)

Por alguns instantes é impossível não se perguntar que tipo de "evento" se realizaria ali ou quem ocuparia cada uma das posições. Da mesma forma, é inevitável pensar na contradição entre a disposição meticulosamente hierarquizada dos móveis com os grafites de um pequeno símbolo anarquista (Ⓐ) atrás do "trono" (Figura 92). A autoridade e estrutura de poder evocada pela disposição dos móveis no espaço contrastam com a *"liberdade"* grafitada em uma parede lateral (Figura 90, PdV 2; Figura 93). De outro modo, pode-se pensar que o mobiliário, na forma como foi disposto,

evoca certa ordem no espaço arruinado e vazio da fábrica. Essa apropriação do espaço abandonado e, de certa maneira, esquecido e invisível, evoca, portanto, um recomeço.



Figura 93: PdV 2 - interior do edifício nº 7, "liberdade". (FdA)

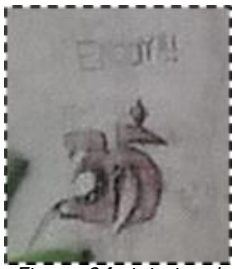


Figura 94: interior do edifício nº 7, "OM". (FdA)

Ao lado do símbolo anarquista na parede atrás do "trono", há um pequeno símbolo do *"OM"* (ॐ) (Figura 94). Pelo significado que possui em relação ao lugar em que se encontra, um espaço abandonado e arruinado, é um convite à reflexão. De origem hindu, o símbolo representa o que é eterno, atemporal e imutável. Contrasta-se o símbolo daquilo que transcende o tempo com a ruína, uma metáfora material da passagem do tempo. E é impossível resistir à experiência de se pronunciar o *"OM"* em voz alta no pavilhão e ouvir um eco da eternidade entre as paredes do que é efêmero.

Uma passagem de Boym vem à memória: *"as ruínas nos fazem pensar no passado que poderia ter sido e no futuro que nunca ocorreu, atormentando-nos com sonhos utópicos de escapar da irreversibilidade do tempo"* (Boym, 2017, p. 43). Para ela, o olhar contemporâneo sobre as ruínas *"requer a aceitação da desarmonia e da temporalidade humana, histórica e natural"* (Boym, 2017, p. 45).

Em direção ao fundo do edifício, na sua porção mais ao norte, na mesma parede em que está escrito *"liberdade",* passa-se por outros dois grafites (Figura 90, PdV 3; Figura 95). Um desenho que lembra pinturas rupestres evoca o que parece ser uma pessoa de cabelo moicano e com os braços abertos. Ao seu lado, o torso monumental da figura masculina com longos cabelos e barba, ambos negros, mas com os bigodes brancos. Penso em um "eremita". O bigode, no entanto, está apenas contornado e a tinta do próprio edifício faz as vezes de tinta do grafite. Chama

a atenção a dualidade que este profeta evoca em conjunto com o edifício. A iluminação natural cobre apenas um lado da pintura. Neste lado, os cabelos estão calmos, mas a sobrancelha está tensa, embora ambos os olhos estejam fechados. No lado escuro do profeta sua sobrancelha sugere tranquilidade, ao passo que os cabelos estão esvoaçantes e agitados enquanto escorrem lágrimas formadas pelas infiltrações do edifício.



Figura 95: PdV 3 - interior do edifício nº 7, o "moicano" e o "profeta". (FdA)

Ao fundo da edificação nº 7, vê-se uma porta que leva a antigas casas de banho e a porta que foi selada com tijolos que daria acesso à edificação nº 6 (Figura 90, PdV 4; Figura 96). No retorno à frente da edificação, cruza-se com vários outros grafites e pichações, mas um chama a atenção: *"live after death"* (Figura 90, PdV 5; Figura 97). Uma possível referência ao álbum "*Live after death*" (1985) da banda inglesa *Iron Maiden*, mas que leva a pensar sobre a vida da Sampaio, Ferreira & Cia. antes da morte das suas atividades industriais. E que vida tem ou terá? O que será de seu corpo?



Figura 96: PdV 4 - interior da edificação nº 7, antigo acesso à edificação nº 6. (FdA)



Figura 97: PdV 4 - interior da edificação nº 7, "live after death". (FdA)

Edifício nº 8: Tecelagem "D"

Secção 8.1. Primeiro piso, parte 1

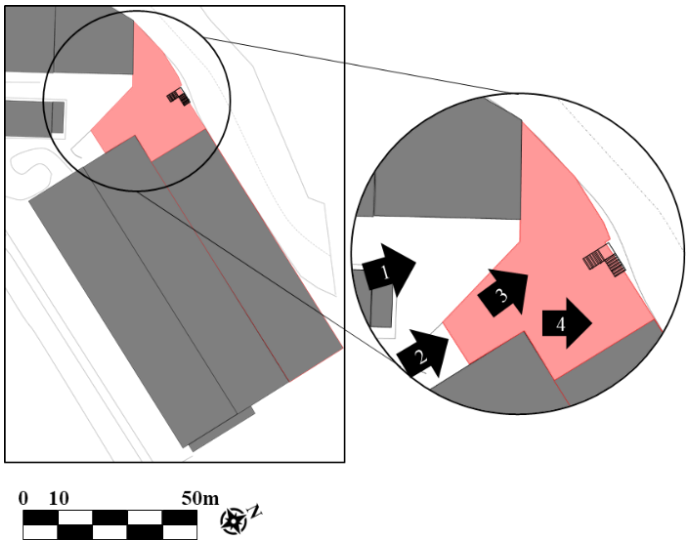


Figura 98: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 8, secção 8.1. (CdA)

Das três tecelagens, a "D" é a maior, tanto porque tem dois pisos quanto porque avança em direção ao corredor central e à edificação nº 9. Na planta de 1964, porém, era de menor comprimento e sua função era de "Estamparia Manual".

O primeiro piso divide-se em duas partes, em que a primeira, onde está a entrada, se conecta com o edifício nº 9 (Figura 98, PdV 1; Figura 99, PdV 1). Uma porta metálica leva ao interior e é possível notar que, acima da janela que fica à direita da porta, parte da platibanda foi demolida (Figura 98, PdV 2; Figura 99, PdV 2). Dentro do edifício há entulho da quebra de paredes, latas de tinta, alguns móveis, o que parecem ser restos de tecidos, paletes e caixotes. O telhado está com muitos furos, as paredes descascadas, muitos dos tijolos estão aparentes e as janelas voltadas ao rio Ave estão com os vidros quebrados e tomadas por hera (Figura 98, PdV 3; Figura 99, PdV 3; e Figura 98, PdV 4; Figura 100).



Figura 99: PdV 1 e 2 (exterior) e PdV 3 (interior) - edifício nº 8, secção 8.1. (FdA)



Figura 100: PdV 4 - panorâmica do interior do edifício nº 8, secção 8.1. (FdA)

Secção 8.2. Primeiro piso, parte 2

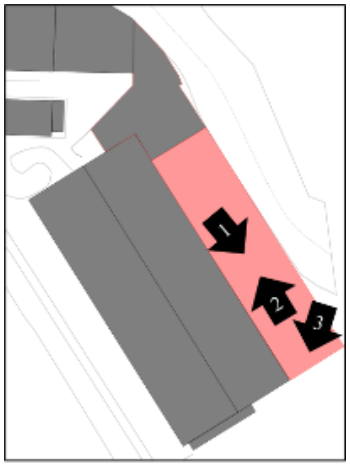




Figura 101: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício n° 8, secção 8.2. (CdA)

A segunda parte do primeiro piso encontra-se vazio (Figura 101, PdV 1; Figura 102; e Figura 101, PdV 2; Figura 103). O telhado conserva-se praticamente inteiro, a não ser por uma área ao fundo do edifício onde há dois grandes buracos. Ali há duas grandes janelas, uma sobre a outra, voltadas ao norte, e parece ter havido algum tipo de maquinário; e uma pequena abertura que lega à edificação n° 7 (Figura 101, PdV 3; Figura 104)



Figura 102: PdV 1 - interior do edifício n° 8, secção 8.2. Sentido sul-norte. (FdA)



Figura 103: PdV 2 - interior do edifício n° 8, secção 8.2. Sentido norte-sul. (FdA)



Figura 104: PdV 3 - interior do edifício n° 8, secção 8.2, porção norte. (FdA)

Secção 8.3. Rés do chão

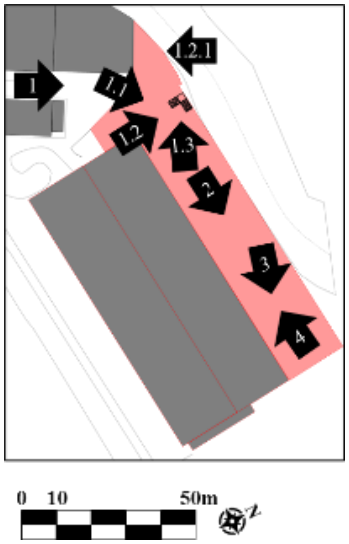


Figura 105: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 8, secção 8.3. (CdA)

A entrada do rés do chão do edifício nº 8, ao fim do corredor central e próximo ao edifício nº 9, possui três aberturas, mas apenas o pórtico do meio é destinado à passagem pedonal (Figura 105, PdV 1; Figura 106). Ao se observar a entrada, verificam-se evidências de ela foi construída em diferentes momentos: as diferentes estruturas construtivas que compõem os pilares e o teto mostram que, em um primeiro momento, pode se ter construído da porta metálica às pilastras circulares e daí às aberturas da entrada (Figura 105, PdV 1.1; Figura 107).

A escada (Figura 105, PdV 1.1, 1.2 e 1.3; e, respectivamente, Figura 107; Figura 108; e Figura 109) parece ter sido construída apenas após a primeira parte, para ligar ao primeiro piso, pois ela atravessa uma parede que parece ser preexistente à sua construção (Figura 105, PdV 1.2 e 1.3; e, respectivamente, Figura 108; e Figura 109). Além disso, há uma pequena abertura que dá acesso a um patamar no exterior do edifício que leva a uma sala entre a edificação nº 8 e 9 (Figura 105, PdV 1.2 e 1.2.1; Figura 108).



Figura 106: PdV 1 - edifício nº 8, secção 8.3, visto do corredor central. (FdA)



Figura 107: PdV 1.1 - entrada do edifício nº 8, secção 8.3. (FdA)

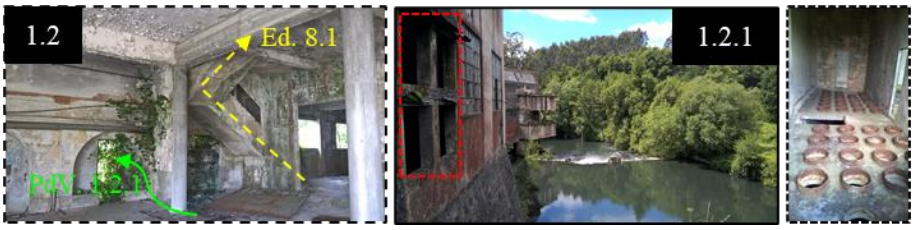


Figura 108: PdV 1.2 - escada de acesso à secção 8.1.

A abertura (PdV 1.2.1) dá acesso a uma sala entre os edifícios nº 8 e 9. (FdA)



Figura 109: PdV 1.3 - escada de acesso à secção 8.1. (FdA)

O piso inferior também está vazio (Figura 105, PdV 2; Figura 110) e possui algumas pichações e grafites (Figura 105, PdV 3 e 4; e, respectivamente, Figura 111 e Figura 112).



Figura 110: PdV 2 - secção 8.3. Sentido sul-norte. (FdA)



Figura 111: PdV 2 - secção 8.3. Sentido sul-norte. (FdA)



Figura 112: PdV 4 - secção 8.3. Sentido norte-sul. (FdA)

Edifício nº 9: Fiação - Abertura e limpeza

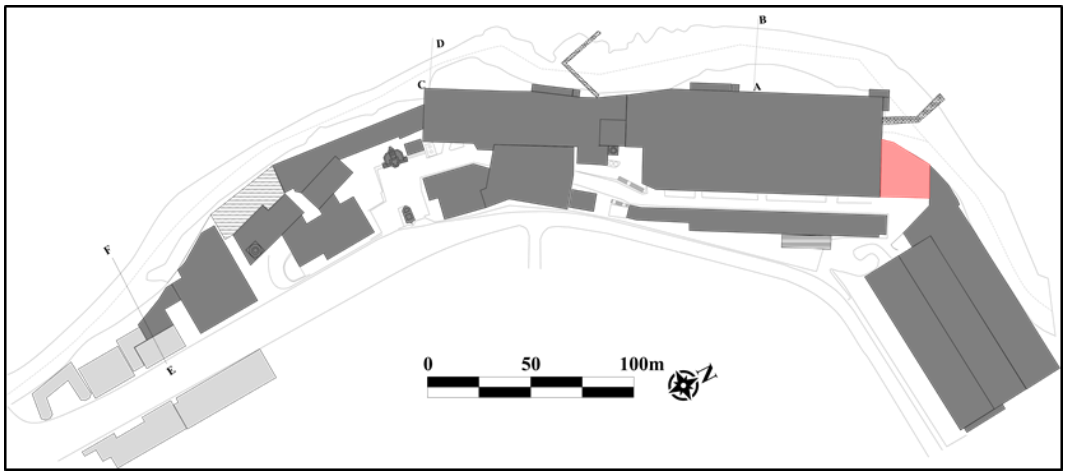


Figura 113: croqui de referência com destaque ao edifício nº 9. (CdA)

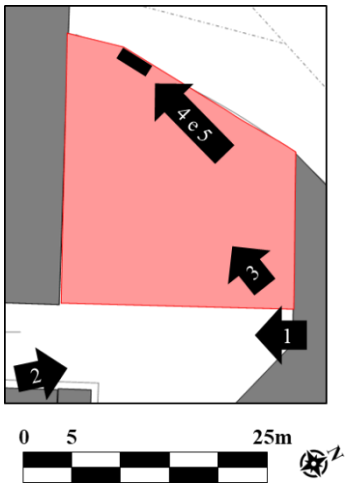


Figura 114: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 9. (CdA)

Na planta de 1964 consta que o edifício da "Fiação – abertura e limpeza" era destinado à Serralheria e aos vestiários (Figura 113).



Figura 115: PdV 1 - edifício nº 9, fachada voltada ao corredor central. (FdA)

Geminada ao edifício nº 19 (Figura 114, PdV 1; Figura 115), chama a atenção o fato de o nível da platibanda do edifício nº 9 ser inferior ao da edificação nº 10 (Figura 114, PdV2; Figura 116).



Figura 116: PdV 2 - destaque da diferença de altura dos edifícios nº 9 e 10.

É uma das edificações mais danificadas, as janelas têm vidros quebrados, a porta para o interior da fábrica já não existe e do telhado tipo *shed* só resta a estrutura metálica e o vidro que deixava entrar a luz natural; o resto cedeu quase totalmente (Figura 114, PdV 3;Figura 117, PdV 3).

Este edifício tem ligação direta com a edificação nº 10 por meio de uma rampa que vai para o piso inferior desta (Figura 114, PdV 4 e 5; e Figura 117, PdV 4 e 5, respectivamente).



Figura 117: PdV 3, 4 e 5 - interior do edifício nº 9. Conexão com edificion nº 10. (FdA)

Edifício nº 10: Fiação Grossa - Torcedores, Tecelagem "A", Fiação

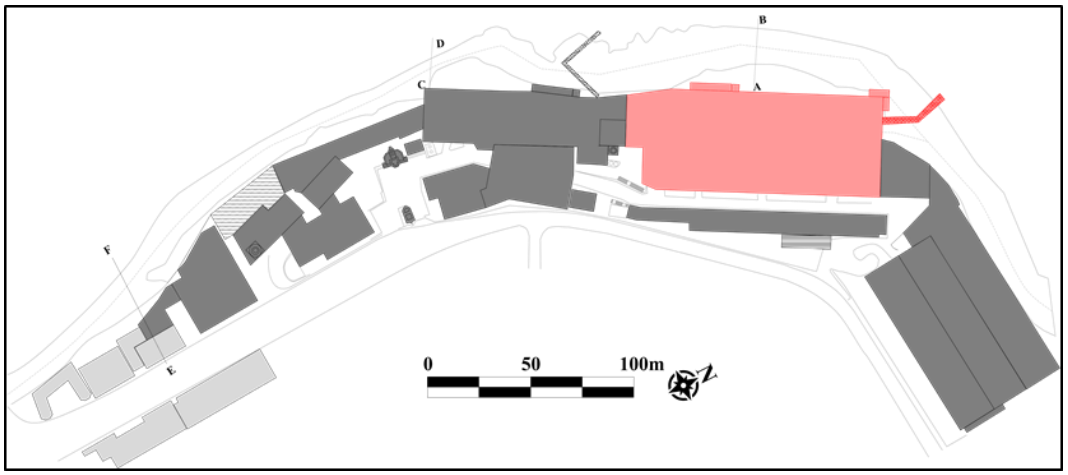


Figura 118: croqui de referência com destaque ao edifício nº 10. (CdA)

Na planta de 1978 a finalidade da edificação nº 10 seria a "Fiação Grossa", subdividindo-o em "Torcedores", "Tecelagem 'A'" e a "Fiação" em si (Figura 118). Por sua vez, a planta de 1964 é bastante mais específica em relação às funções na cadeia produtiva que eram desempenhadas no edifício e subdivide-a nos dois pisos que compõem a construção.

Nesta construção, porém, o rés do chão não está ao nível das edificações anteriores, mas abaixo, sendo o primeiro piso (1º andar, segundo o que se assinala na planta) aquele que está ao nível das edificações 4, 8 e 9. Isso se deve, mais uma vez, à adaptação da fábrica ao terreno, de modo a construí-la mais próximo ao rio Ave, pois essa edificação passa por sobre o canal construído pela fábrica para movimentar as turbinas.

Desse modo, na planta de 1964 consta que no rés do chão desenvolvia-se a "Fiação", sem detalhamento, e no 1º piso a "Fiação Grossa", a "Cardação" e também a "Tecelagem 'A'". Duas construções menores, mais ao sul, estão incorporadas ao edifício 10; e ali outras funções vinculadas à edificação são especificadas na planta de 1964: no rés do chão o "Armazém de telas", o "Armazém de desperdício" e os "Novos batedores"; e no 1º andar localizava-se o "Salão de desperdício". Além disso, a turbina central, com a indicação do quadro, do dínamo e do alternador estão assinalados no edifício.

Secção 10.1. Primeiro Piso

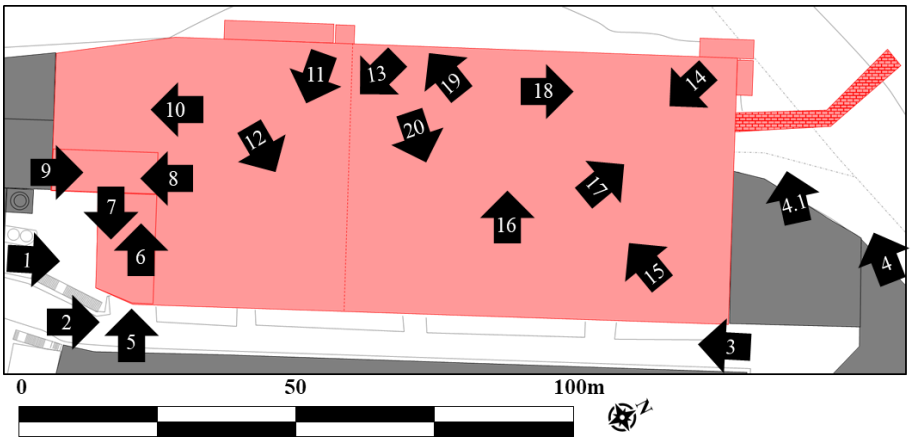


Figura 119: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 10, secção 10.1. (CdA)

O primeiro piso da edificação nº 10 está à esquerda de quem caminha pelo corredor central vindo da portaria e no mesmo nível do rés do chão da edificação nº 4 (Figura 119, PdV 1; Figura 120). Uma escada em frente à chaminé dá acesso ao que equivale ao rés do chão da edificação nº 10, mas ervas daninhas com espinhos impedem a passagem (Figura 119, PdV 1.2; Figura 121) e obriga que se vá em direção ao corredor central de onde é possível ver a edificação em toda sua extensão (Figura 119, PdV 2 e 3; e, respectivamente, Figura 122 e Figura 123).



Figura 120: PdV 1 - porção norte do edifício nº 10. (FdA)



Figura 121: PdV 1.2 - escada do corredor central ao edifício 10 e à chaminé. (FdA)



Figura 122: PdV 2 - corredor central no sentido sul-norte. (FdA)



Figura 123: PdV 2 - corredor central no sentido norte-sul. (FdA)

Do edifício 8 é possível ver a parte mais ao norte do edifício 10, já sobre o rio Ave, de onde se vê o primeiro açude e a entrada do canal que passa por debaixo da edificação (Figura 119, PdV 4 e 4.1; e Figura 124, PdV 4 e 4.1, respectivamente).



Figura 124: PdV 4 e 4.1 - vista do açude e da porção norte do edifício nº 10. (FdA)

De volta ao sul da edificação nº 10, entra-se em uma edificação implantada longitudinalmente no sentido leste-oeste, cujo telhado de duas águas destoa do corpo maior da edificação, que é do tipo *shed*. A entrada, por uma porta de madeira pintada de azul (Figura 119, PdV 5; Figura 125), dá acesso a um amplo salão onde muitas sacas de restos de tecidos já apodrecidos jazem no chão (Figura 119, PdV 6; Figura 126).



Figura 125: PdV 5 - entrada edifício nº 10. Secção 10.1. (FdA)

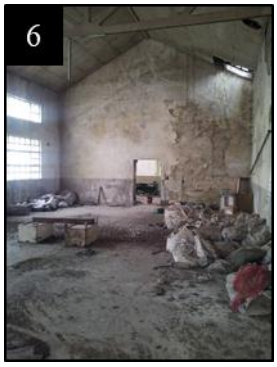


Figura 126: PdV 6 - edifício nº 10. Secção 10.1. (FdA)

Tal como as plantas que ocupam os corredores e as escadas externas, ali, em meio aos restos de um tempo pregresso, a natureza começa a reclamar para si o espaço e reproduz-se no seu próprio tempo, alheia às transformações que levaram à decadência fabril (Figura 119, PdV 7; Figura 127).



Figura 127: PdV 7 - edifício nº 10. Secção 10.1. (FdA)

Segundo a planta de 1964, neste anexo ao edifício 10 funcionava no primeiro piso o "salão de desperdício" e, ao que tudo indica, assim continuou nos anos posteriores, pois uma pequena placa no local indica o espaço como um "Desperdícios de fibras de 2º" (Figura 128).



Figura 128: PdV 7.2 - edifício nº 10. Secção 10.1. Placa "desperdício fibras 2º". (FdA)

Adiante, chega-se à segunda parte dessa edificação, também com telhado em duas águas, mas longitudinalmente disposto no sentido norte-sul (Figura 119, PdV 8; Figura 129, PdV 8) onde também funcionava, segundo a planta de 1964, o "salão de desperdício". No centro desse espaço, vê-se um montículo de bobinas de linhas já apodrecidas (Figura 119, PdV 8; Figura 129, PdV 8 e, no detalhe, PdV 8.2). Vê-se também, em uma das paredes, um suporte para cartões perfurados com

os padrões para tecelagem e muitos deles espalhados pelo chão (Figura 119, PdV 8; Figura 129, PdV 8 e 8.1).

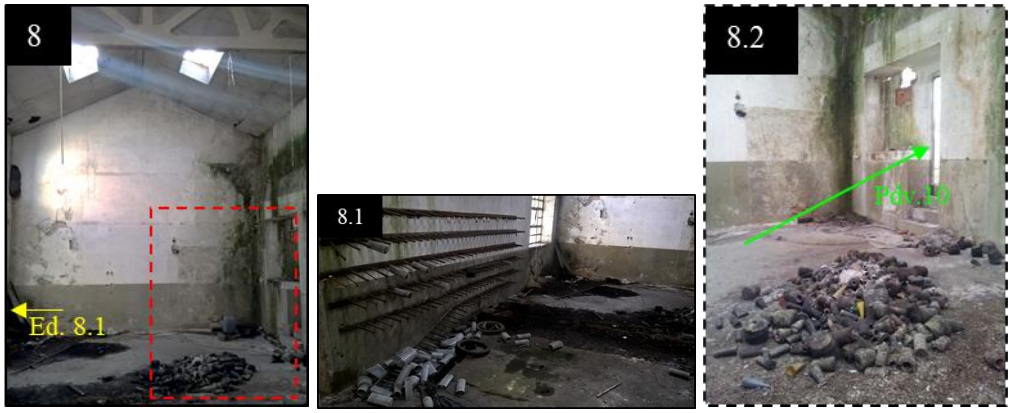


Figura 129: PdV 8, 8.1 e 8.2 - edifício nº 10. Secção 10.1. Salão de desperdício. (FdA)

Desse espaço tem-se acesso a um corredor que leva à secção 12.1 do edifício 12 (Figura 119; Figura 129, PdV 8.2) e ao corpo principal do edifício nº 10 (Figura 119, PdV 9, 10; e, respectivamente, Figura 130 e Figura 131) no primeiro piso, numa área em que a iluminação natural se dá apenas em uma parte do telhado (Figura 119, PdV 11 e 12; e, respectivamente, Figura 132 e Figura 133).



Figura 130: PdV 9 - edifício nº 10. Secção 10.1. Conexões internas. (FdA)



Figura 131: PdV 10 - edifício nº 10. Secção 10.1. Passagem à edificação nº 12 (FdA)



Figura 132: PdV 11 - edifício nº 10. Secção 10.1. Conexões internas (FdA)



Figura 133: PdV 11 - edifício nº 10. Secção 10.1. Conexão interna (FdA)

Ali descansam os restos do que parecem ter sido dois "Abridores" (Figura 119, PdV 13; Figura 135), máquinas cuja função era abrir e limpar as fibras têxteis, enrolando-as para a alimentar a "Carda". Hoje um esqueleto inerte e sem "vida", mas capaz de provocar o observador: quem o operou? Sempre esteve ali? Que sons fazia? Há quanto tempo deixou de funcionar? Por que ficou para trás? Passados alguns anos, já se viam os "Abridores" tombados e com sua estrutura cada vez mais deteriorada (Figura 119, PdV 12; Figura 134). A corrosão do tempo foi acompanhada por atos aleatórios de vandalismo e falta de cuidado.



Figura 134: PdV 12 e 12.1 - edifício nº 10. Secção 10.1. Abridores. (FdA)

O espaço sensibiliza o olhar para reconhecer a beleza da composição em meio a um cenário caótico e degradado. Esse paradoxo estético do processo de arruinamento é acompanhado da angústia de não se saber se o que restava no local, naquele instante, estará lá noutro momento.

Uma grande parede de vidro divide esta secção com a seguinte (Figura 119, PdV 13; Figura 135), a mais ampla e iluminada de toda a fábrica, onde, segundo a planta de 1964, funcionava a "Tecelagem 'A'" (Figura 119, PdV 14 e 15; e, respectivamente, Figura 136 e Figura 137). O telhado em *shed* e a iluminação zenital nesta área amplificam a explosão de cores provenientes do mobiliário que ainda resta ali.



Figura 135: PdV 13 - edifício nº 10. Secção 10.1. Entrada para a Tecelagem 'A'. (FdA)



Figura 136: PdV 13 - edifício nº 10. Secção 10.1. Tecelagem 'A', panorama (1). (FdA)



Figura 137: PdV 13 - edifício nº 10. Secção 10.1. Tecelagem 'A', panorama (2). (FdA)

Mas não só, a mesma água que entra pelo telhado e pelas janelas quebradas corrói e permite o crescimento de líquen e musgo nas paredes brancas e no assoalho (Figura 119, PdV 16, 17 e 18; e Figura 138, PdV 16, 17, e 18, respectivamente), enquanto a hera cresce pelas janelas voltadas ao rio Ave (Figura 119, PdV 19; e Figura 138, PdV 19).



Figura 138: PdV 16, 17, 18 e 19 - edifício nº 10. Secção 10.1. Tecelagem 'A', interior. (FdA)

Misturam-se tons esverdeados e acinzentados da natureza que invadem o local aos amarelos, vermelhos, verdes, castanhos, laranjas e brancos da cultura material que jaz ali (Figura 119, PdV 20; Figura 139). Que história a arquitetura fabril da Sampaio, Ferreira & Cia., sua cultura material edificada, pode contar?



Figura 139: PdV 20 - edifício nº 10. Secção 10.1. Tecelagem 'A', cultura material (FdA)

Secção 10.2. Rés do chão

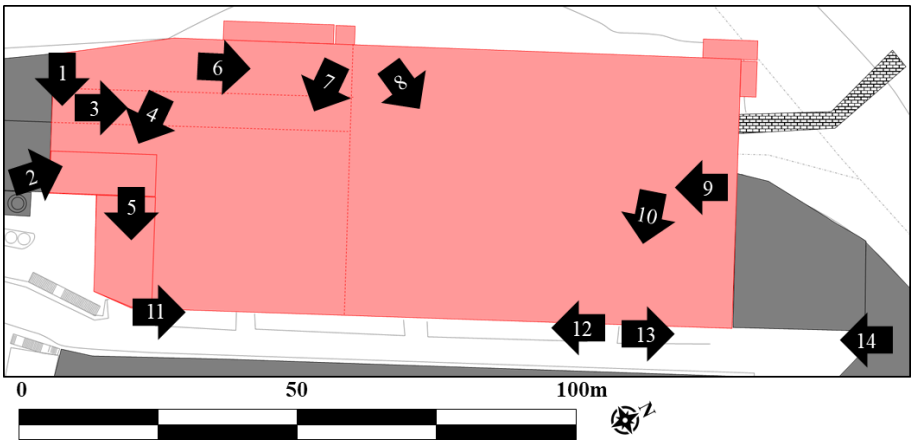


Figura 140: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 10, secção 10.2. (CdA)

O rés do chão da edificação de nº 10 é um dos mais difíceis de se ver o estado em que se encontra, porque a estrutura construtiva dificulta a iluminação, de modo que apenas em algumas horas do dia, e se houver sol, é que se pode ver suas condições. Na parte sul, abaixo do "salão de desperdício" do primeiro piso funcionavam os "novos batedores", segundo a planta de 1964 (Figura 140, PdV 1 e 2; e, respectivamente, Figura 141 e Figura 142).

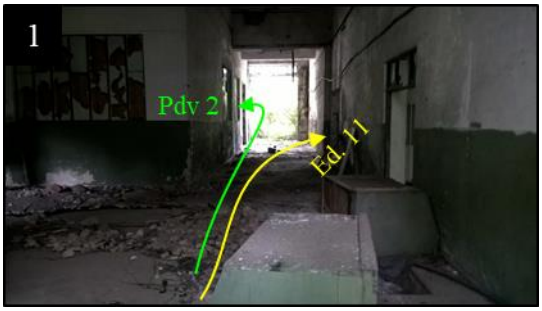


Figura 141: PdV 1 - edifício nº 10, secção 10.2. Conexão ao edifício nº 11. (FdA)



Figura 142: PdV 2 - edifício nº 10, secção 10.2. "Novos batedores" (FdA)

Adiante, voltando-se em direção ao rio Ave, chega-se a um grande corredor no sentido sul-norte (Figura 140, PdV 3; Figura 143, PdV 3) que parece um cenário de guerra: um grande buraco no solo percorre de ponta a ponta a edificação nº 10. Segundo informações de diversas fontes, tais buracos foram feitos para que se roubassem os fios de cobre que ali estavam. Dali, as divisões

internas interligam-se (Figura 140, PdV 4; Figura 143, PdV 4) com a área em frente à chaminé (Figura 140, PdV 5; Figura 143, PdV 5)

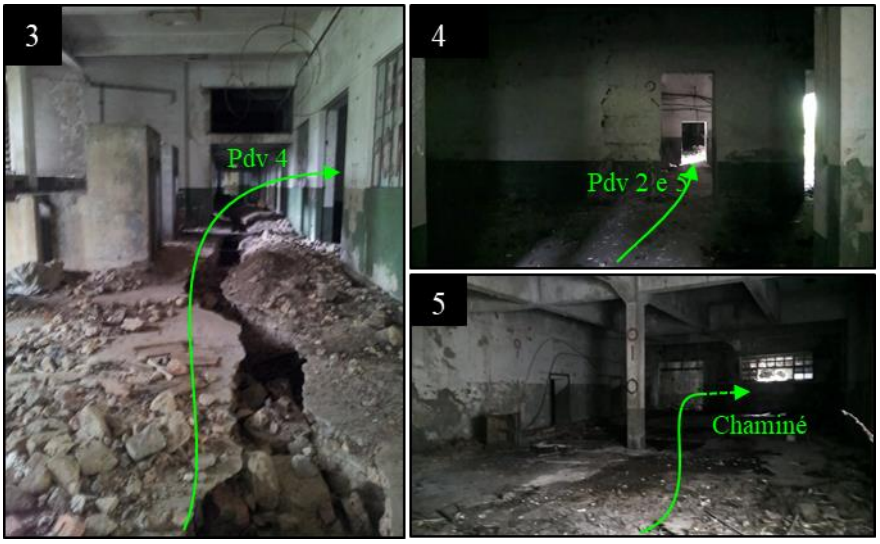


Figura 143: PdV 3, 4 e 5 - edifício nº 10, secção 10.2. Conexões internas. (FdA)

Seguindo-se o corredor esburacado em direção ao norte, vê-se à direita uma parede divisória com janelas (Figura 140, PdV 6; Figura 144). Ali tem-se acesso a uma área ampla que permite visualizar uma abertura com frisos que parece servir como divisória, mas que permite a circulação de ar (Figura 140, PdV 7; Figura 145).



Figura 144: PdV 6 - edifício nº 10, secção 10.2. (FdA)



Figura 145: PdV 7 - edifício nº 10, secção 10.2. (FdA)

Adiante chega-se à área do rés do chão em que funcionava a "Fiação", segundo a planta de 1964, e que faz ligação com a edificação nº 9. O local está repleto de tonéis que continham tecidos, alguns dos quais inclusive ainda estão ali, e outros poucos que parecem ter contido produtos químicos (Figura 140, PdV 8 e 9; e respectivamente, Figura 146 e Figura 147).



Figura 146: PdV 8 - edifício nº 10, secção 10.2. (FdA)



Figura 147: PdV 9 - edifício nº 10, secção 10.2. (FdA)

Ao norte da edificação, ainda no rés do chão, há uma porta que dá acesso ao corredor central do conjunto (Figura 140, PdV 10; Figura 148). A porta dá acesso, antes, a um corredor estreito que percorre a edificação de norte a sul (Figura 140, PdV 11 e 12; e, respectivamente, Figura 149, PdV 11, sentido sul-norte; e PdV 12, sentido norte-sul). Ali, uma rampa voltada ao norte dá acesso ao corredor central e vai ao encontro das edificações nº 8 e 9 (Figura 140, PdV 13 e 14; e, respectivamente, Figura 149, PdV 13 e 14).



Figura 148: PdV 10 - edifício nº 10, secção 10.2. Conexão ao corredor central. (FdA)

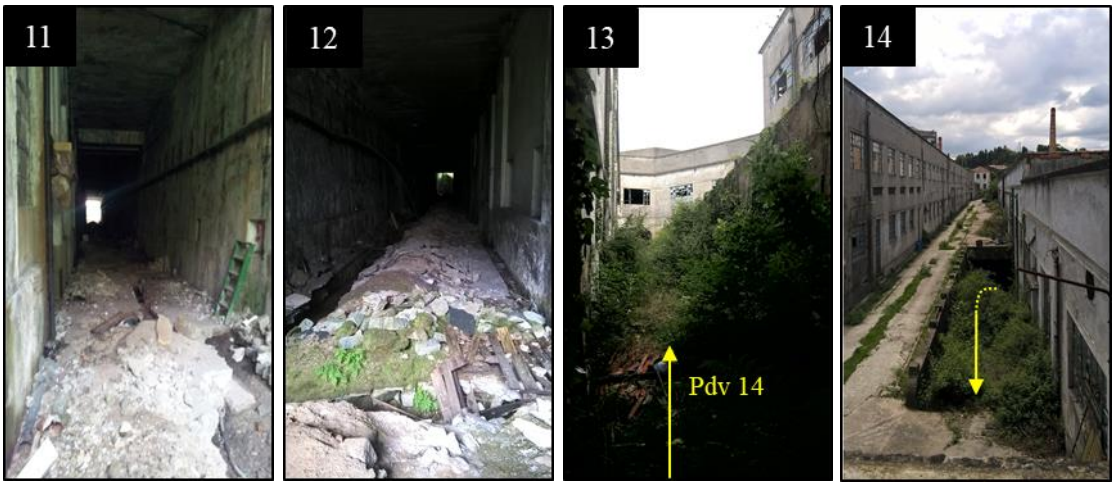


Figura 149: conexão do edifício nº 10, secção 10.2, ao corredor central (FdA)

A edificação nº 10 contém ainda muita cultura material da fábrica, algum mobiliário, especialmente pequenos armários (Figura 150 e Figura 151), num dos quais chama a atenção um "Livro de cores" (Figura 152 e Figura 153). Além disso, há documentação cujo processo de degradação está tão avançado que impede qualquer tentativa de preservação (Figura 154), alguns manuais de manutenção de máquinas entulhados num canto (Figura 155) e muitos cartões-ponto com nomes dos funcionários (Figura 156).



Figura 150: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, armário. (FdA)



Figura 151: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, armário. (FdA)



Figura 152: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, livro de cores. (FdA)



Figura 153: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, livro de cores. (FdA)



Figura 154: edifício nº 10, secção 10.2. Degradação da cultura material. (FdA)



Figura 155: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, manuais de manutenção. (FdA)



Figura 156: edifício nº 10, secção 10.2. Cultura material, cartões-ponto. (CSFC)

Edifício nº 11: Caldeiras

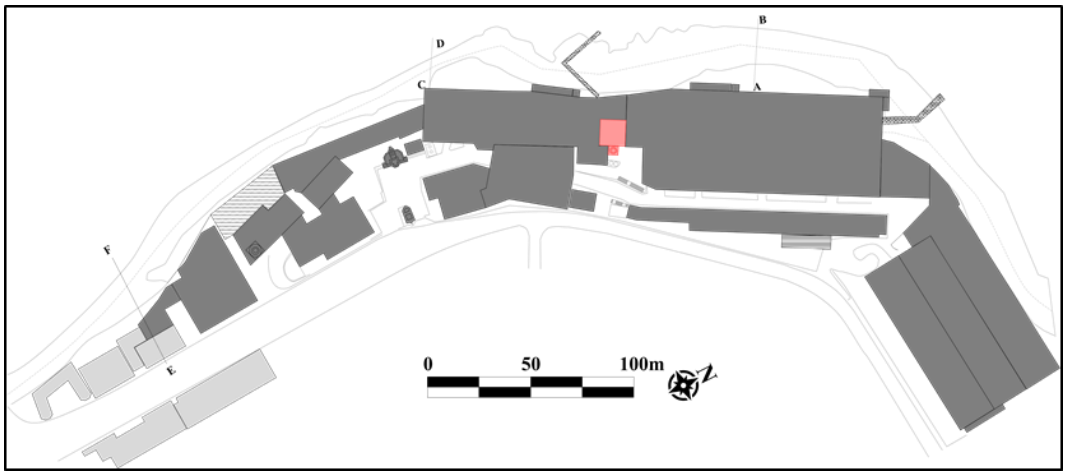


Figura 157: croqui de referência com destaque ao edifício nº 11. (CdA)

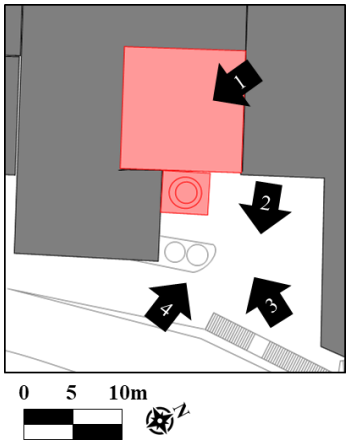


Figura 158: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 11. (CdA)

O edifício das "Caldeiras" vincula-se à chaminé (Figura 157), talvez a mais emblemática das construções de um complexo fabril, a mais antiga das duas que existem na Sampaio, Ferreira & Cia.

O teto sofre com algumas telhas quebradas, a porta que dá ao exterior já não existe e há buracos no piso. Entretanto, há alguma cultura material que poderia ser preservada. Ainda há os canos da serpentina que aquecia a água (Figura 158, PdV 1; Figura 159, PdV 1, no detalhe). Uma grande porta está fechada pelo mato e uma pequena porta permite o acesso a um estreito corredor que, por sua vez, leva a uma sala que dá acesso a um corredor que leva à chaminé e ao edifício nº 12 (Figura 158, PdV 1, Figura 159, PdV 1 e detalhes 1.1 e 1.2).



Figura 159: PdV 1, 1.1 e 1.2 - interior do edifício nº 11 e suas conexões. (FdA)

A porta do rés do chão do edifício nº 10 leva a um pequeno pátio por onde anteriormente não se tinha acesso à escada, pois estava tomada de ervas daninhas espinhosas (Cf. Figura 121). Dali (Figura 158, PdV 2; Figura 160), vê-se a referida escada (Figura 160, seta verde); a edificação nº 3 da Creche, no alto e à direita; e a porção sul da edificação nº 4, à esquerda. Uma rampa (Figura 160, seta amarela) leva ao corredor central abaixo da edificação nº 2 e que vai em direção à entrada (Cf. Figura 51).



Figura 160: PdV 2 - área em frente ao edifício nº 11 com acesso ao corredor central. (FdA)

As setas vermelhas indicam os edifícios nº 3 e 4.

Daquele pequeno pátio contempla-se a chaminé em toda sua imponência (Figura 158, PdV 3; Figura 161). Numa pequena placa lê-se: *"Construtor de chaminés Bernardino J. M. Garcia. 1899"* (Figura 158, PdV 4; Figura 162). Fora construída, portanto, apenas três anos após a fundação da fábrica, em 1896. Como foi construída, como se integrou ao conjunto, quando se acendia e se apagava?



Figura 161: PdV 3 - edifício nº 11, chaminé de 1899. (FdA)



Figura 162: PdV 4 - edifício nº 11, chaminé de 1899. (FdA)

Edifício nº 12: Engomadeiras, Estamparias e Tinturaria

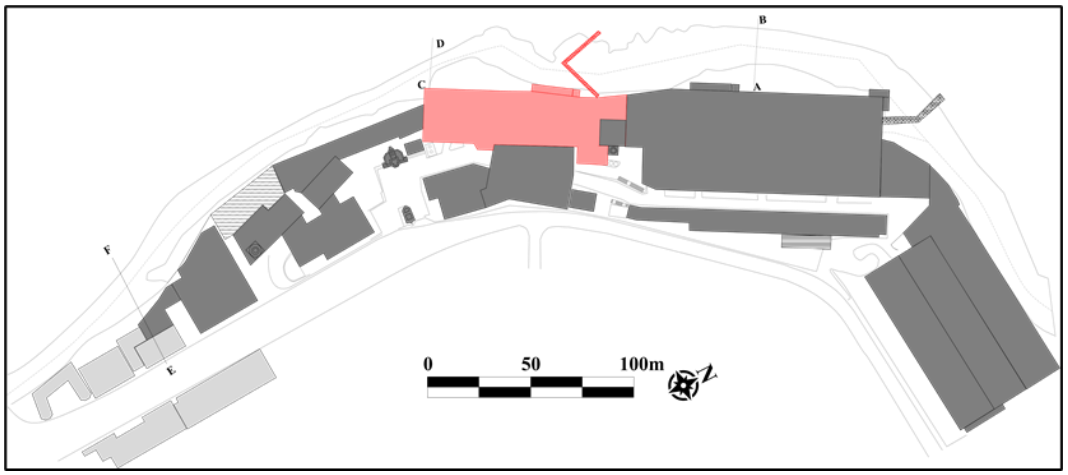


Figura 163: croqui de referência com destaque ao edifício nº 12. (CdA)

A edificação de nº 12 é a que se avistou a partir da margem direita do rio Ave, no percurso pelo exterior da fábrica (Cf. Figura 31). A planta de 1978 não subdivide os espaços da edificação a que se destinam a "Tinturaria", "Estamparia", "Engomadeiras" e "Armazém de fios"; apenas sinaliza que essas atividades eram ali desenvolvidas. A planta de 1964, em contrapartida, por anotar em cada espaço da planta as atividades que se desenvolviam, subdivide cada um desses espaços de acordo com suas funções. Não fica claro, por exemplo, qual era a secção destinada ao "Armazém de fios".

Desse modo, por se tratar de uma edificação muito volumosa e com muitas divisões, embora o conjunto desse edifício seja tratado como um só, conforme a planta de 1978, excepcionalmente e, novamente, para efeitos metodológicos, suas divisões internas por atividades serão apresentadas conforme a planta de 1964. Até porque é deste edifício que trata o acréscimo proposto para a fábrica no Processo do qual se origina a planta de 1964.

Tal como outras edificações, sua implantação adaptou-se ao terreno, de modo que a porção norte da edificação possui dois pisos, enquanto a porção sul da edificação é composta por três pisos, sendo a "Tinturaria" comum a todos, localizada no rés do chão. Fica nítido que esta edificação foi construída com acréscimos e reconstruções e é impossível não perguntar como, em que momentos e por que se realizaram essas construções sucessivas observadas no conjunto edificado.

Deste modo, para efeito de sistematização, dividiu-se o edifício nº 12 em 5 secções (Figura 164):

- Secção 12.1. Engomadeiras (primeiro piso) (destaque em vermelho)
- Secção 12.2. Estamparia mecânica (primeiro piso) (destaque em verde)
- Secção 12.3. Preparação para a tecelagem (segundo piso) (destaque em amarelo)
- Secção 12.4. Estamparia (primeiro piso) (destaque em laranja)
- Secção 12.5. Tinturaria (rés do chão) (destaque em azul)

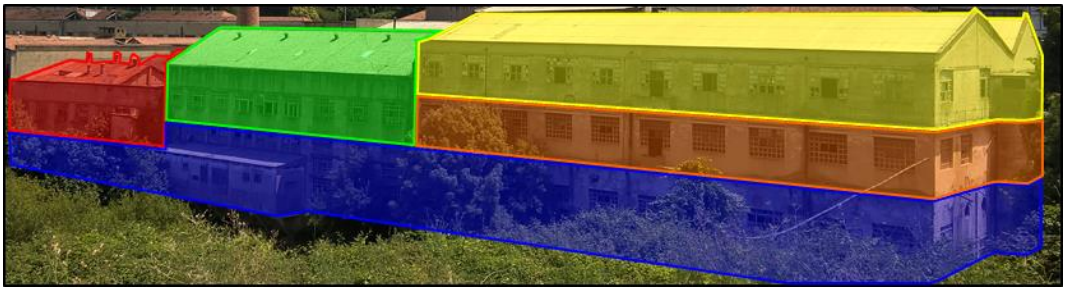


Figura 164: secções do edifício nº 12. (FdA)

Secção 12.1. Engomadeiras (primeiro piso)

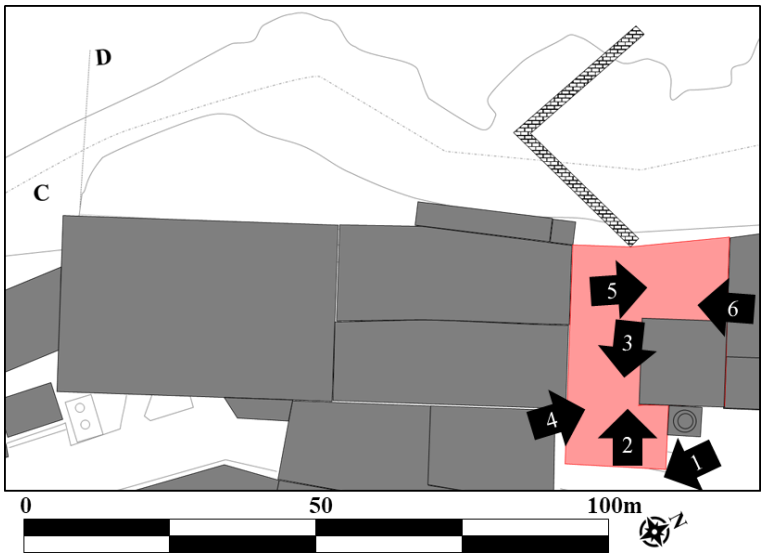


Figura 165: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12, secção 12.1. (CdA)

Ao subir a rampa que leva ao corredor abaixo da edificação nº 2, mencionado na secção anterior, chega-se à edificação das "Engomadeiras" (secção 12.1 da edificação nº 12), conforme a planta de 1978 (Figura 165, PdV 1; Figura 166, PdV 1) e, desde a porta, é possível ver seu grau de degradação; construído longitudinalmente no sentido de leste (interior da fábrica) para oeste (rio Ave), o telhado está caído nos dois extremos (Figura 165, PdV 2 e 3; Figura 166, PdV 2 e 3, respectivamente).



Figura 166: PdV 1, 2 e 3 - edifício nº 12, secção 12.1. (FdA)

Apenas a parte do meio do telhado se mantém e dá visibilidade às asnas de madeira do tipo lanternim. Aparentemente, a queda parece ter tido alguma relação com um incêndio, haja vista a quantidade de madeira e telhas chamuscadas no local (Figura 165, PdV 4 e 5; Figura 167, PdV 4 e 5, respectivamente).



Figura 167: PdV 4 e 5 - edifício nº 12, secção 12.1. Degradação. (FdA)

O extremo oeste da edificação, próxima ao rio Ave, tem uma rampa de acesso à edificação nº 10 ((Figura 165, PdV 6; Figura 168).



Figura 168: PdV 6 - edifício nº 12, secção 12.1. Conexões internas. (FdA)

Secção 12.2. Estamparia mecânica (primeiro piso)

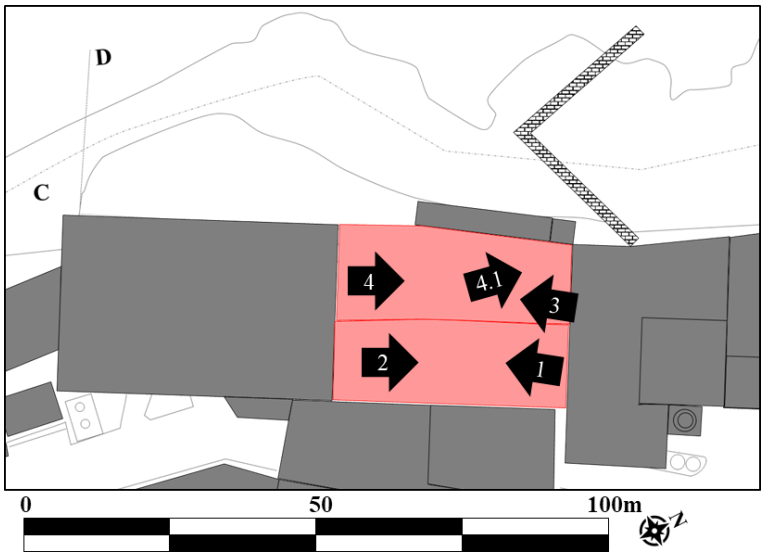


Figura 169: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12, secção 12.2. (CdA)

A secção da "Estamparia mecânica" tem o telhado aparente e as asnas compostas que o sustentam são de betão e estão, ao que tudo indica, em bom estado de conservação.

A metade do edifício mais próxima ao corredor central está bastante desgastada por infiltrações (Figura 169, PdV 1; Figura 170), pois parte do reboco da parede caiu, além de terem sido feitos buracos por onde passariam canos d'água. Ali acumulam-se lixo e entulho. Uma porta leva à porção da edificação mais próxima ao rio Ave (Figura 169, PdV 2; Figura 171)



Figura 170: PdV 1 - edifício nº 12, secção 12.2. Degradação por infiltrações. (FdA)



Figura 171: PdV 2 - edifício nº 12, secção 12.2. Conexões. (FdA)

Dali tem-se acesso à "Estamparia", a secção 12.4 do edifício 12 (Figura 169, PdV 3; Figura 172, PdV 3, setas verdes). Na parte norte desta porção mais próxima ao rio Ave da secção 12.2 há duas rampas, uma em direção às "Engomadeiras", secção 12.1 do edifício nº 12 (Figura 169, PdV 4; Figura 172, PdV 4, seta amarela); e outra que vai ao piso inferior (Figura 169, PdV 4; Figura 172, PdV 4, seta verde).



Figura 172: PdV 3 e 4 - edifício nº 12, secção 12.2. Conexões. (FdA)

Entretanto, não é possível saber se nos últimos anos da fábrica aquele espaço era efetivamente destinado à "Estamparia mecânica". A dúvida surge porque na porção noroeste do edifício há uma divisória na qual ainda resta algum mobiliário do que parece ser um escritório (Figura 172, PdV 4, detalhe; e Figura 173).



Figura 173: edifício nº 12, secção 12.2. Cultura material. (FdA)

A rampa (Figura 174, 4.1 e 4.2) que leva ao piso inferior leva a um corredor sem qualquer iluminação que dá acesso à edificação nº 11, onde está a chaminé (Cf. Figura 199, PdV 10, adiante) e à secção 12.5 da edificação nº 12, onde se localizava a tinturaria.



Figura 174: 4.2 e 4.3: edifício nº 12, secção 12.2. conexão à chaminé e à secção 12.5. (FdA)

Alguns trechos do corredor encontram-se na escuridão absoluta e são necessárias lanternas para que se possa caminhar entre algum entulho que ainda há no chão. O ar é pesado e úmido devido à pouca ventilação e iluminação (Figura 175, 4.3 a 4.6).

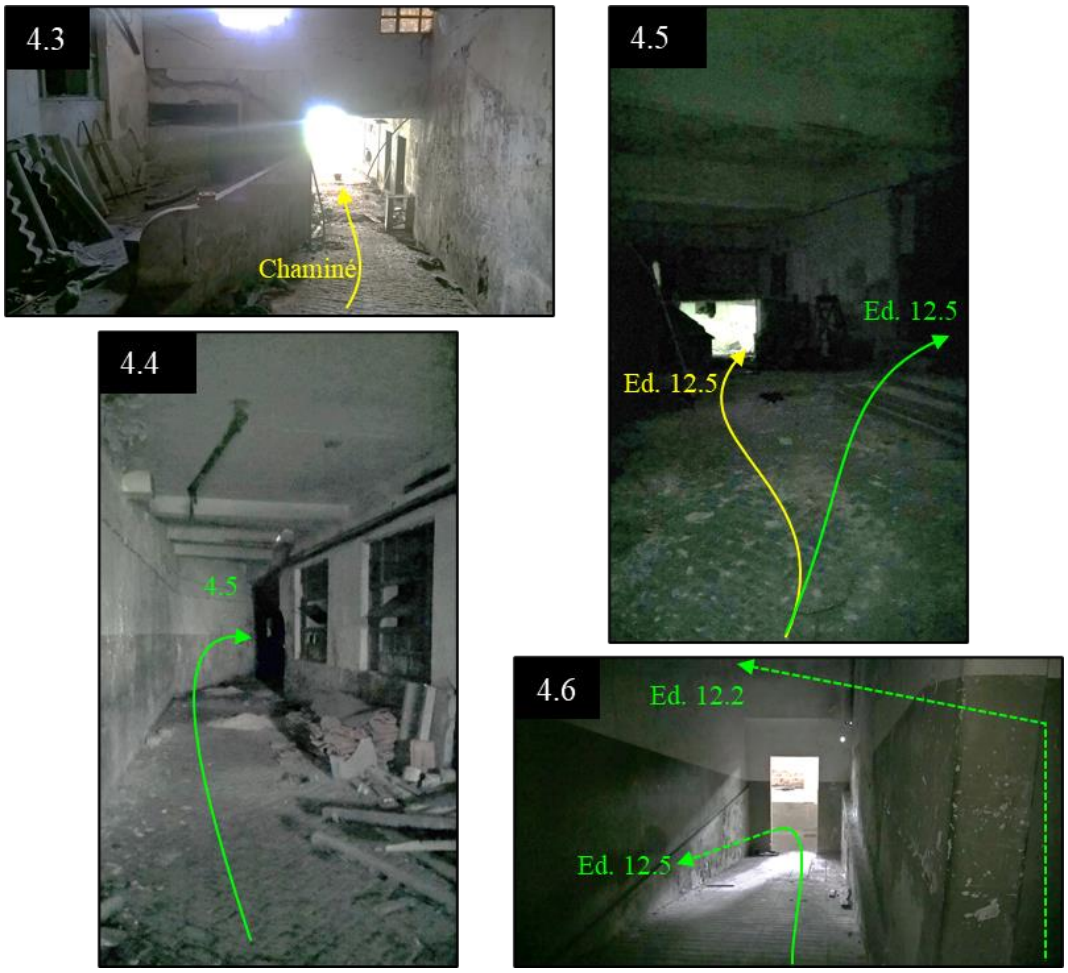


Figura 175: PdV 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6 - edifício n° 12, secção 12.2; conexões internas. (FdA)

Secção 12.3. Preparação para a tecelagem (segundo piso)

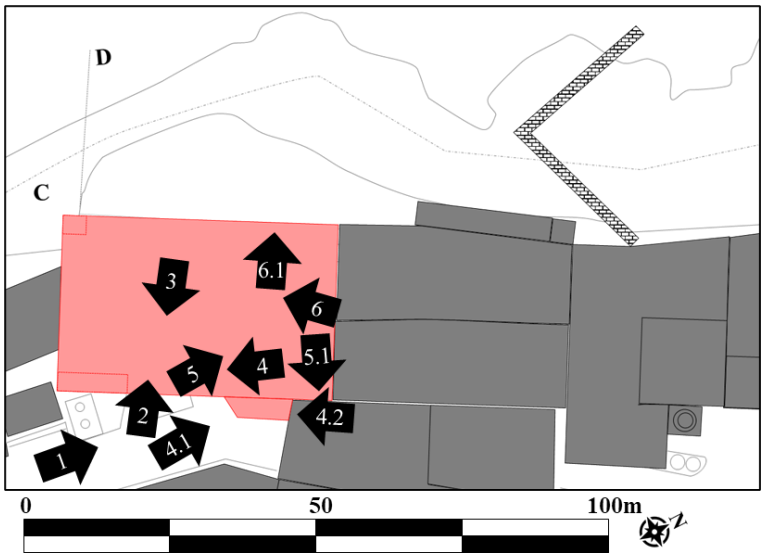


Figura 176: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12, secção 12.3. (CdA)

A "Preparação para tecelagem" (Figura 176) é o segundo piso da porção sul da edificação e está ao nível do escritório (edificação nº 1) e do monumento a Narciso Ferreira, de modo que é avistado logo que se entre no complexo fabril (Figura 176, PdV 1; Figura 177).



Figura 177: PdV 1 - edifício 12, secção 12.3, visto do largo em frente ao monumento. (FdA)

Desde a porta da entrada pode-se ver ao fundo e à esquerda, na parte sudoeste da edificação, um elevador que vai até o rés do chão (Figura 176, PdV 2; e Figura 178, detalhe a). Colado à parede um pequeno cartaz de alerta para que se tenha o cuidado de não sujar tecidos, pois os clientes não aceitariam (Figura 176, PdV 2; e Figura 178, detalhe b).

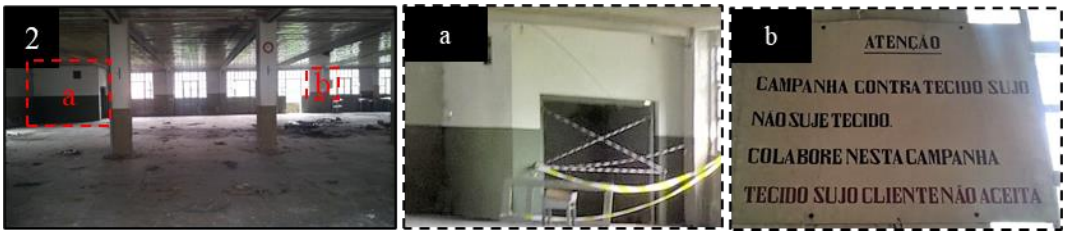


Figura 178: PdV 2 - edifício 12, secção 12.3. (FdA)

Há ainda um pequeno escritório ao lado da porta de entrada (Figura 176, PdV 3; Figura 179, seta vermelha).



Figura 179: PdV 3 - edifício 12, secção 12.3, destaque ao pequeno escritório. (FdA)

Uma porta dá acesso a um anexo que parece ter servido a cargas e descargas (Figura 176, PdV 3, 4, 4.1 e 4.2; Figura 179, no detalhe; Figura 180, PdV 4, detalhe; PdV 4.1 e PdV 4.2)



Figura 180: PdV 4 - edifício 12, secção 12.3.

Seta vermelha indica o pequeno escritório e o detalhe pontilhado vermelho indica os PdV 4.1 e 4.2. (FdA)

Do lado oposto ao elevador, na parte norte da edificação, portanto, uma escada desce ao primeiro piso, secção 12.4, onde funcionava a "Estamparia" (Figura 176, PdV 5; Figura 181, seta vermelha); e uma porta, ao lado do anexo de carga e descarga, leva à secção 2.2 da edificação n° 2 (Figura 176, PdV 5.1; Figura 181, PdV 5.1; Cf. Figura 55, PdV 4).



Figura 181: PdV 5 e 5.1 - edifício 12, secção 12.3.

Conexões secção 12.4 (seta vermelha PdV 5) e edifício 2, secção 2.2 (PdV 5.1). (FdA)

De modo geral essa secção 12.3 parece bem conservada e não parece ser um alvo frequente de vandalismo, talvez por estar exposta à entrada do complexo fabril, onde há constante movimentação de carros e pessoas. Algum mobiliário de pequeno porte ainda está no local, a

maioria pequenas mesas altas, para que se pudessem fazer anotações em pé (Figura 176, PdV 6; e Figura 182, PdV 6).





Figura 182: PdV 6 e detalhe "a" - edifício 12, secção 12.3. Cultura material (FdA)

Nas gavetas ainda é possível encontrar pequenos cartões nos quais se parecem descrever as peças produzidas (Figura 182, a, detalhe a1). Destaca-se nos cartões o símbolo da *"Ribalene Fabrics",* nome comercial adotado pela Sampaio, Ferreira & Cia. nos seus últimos anos. Ali as chaminés continuam a fumegar (Figura 183).

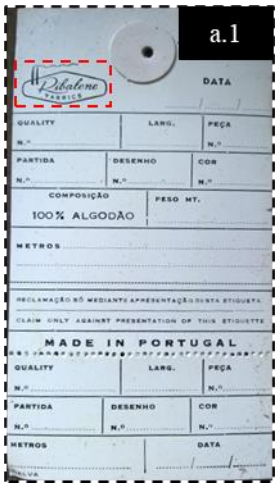




Figura 183: detalhe "a.1" - edifício 12, secção 12.3, documentação – cartões. (CSFC)

Destaque para o símbolo da "Ribalene Fabrics".

Secção 12.4. Estamparia (primeiro piso)

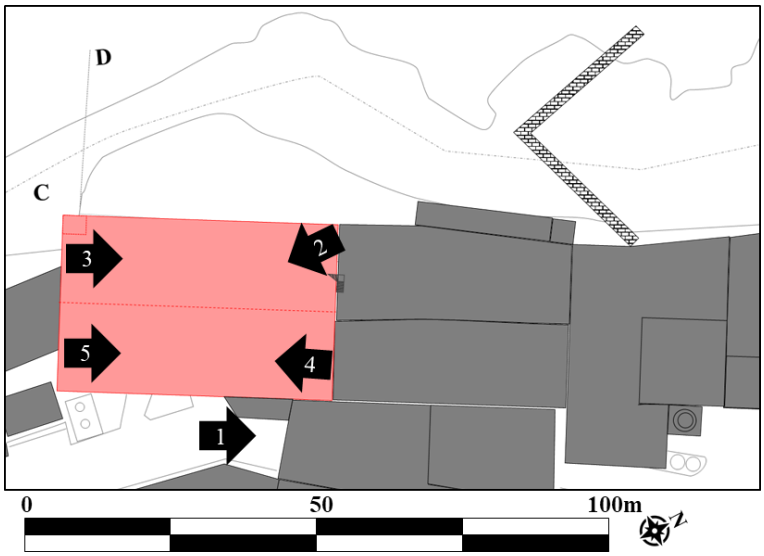


Figura 184: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12, secção 12.4. (CdA)

Há cinco formas de se acessar a secção 12.4 da edificação nº 12 (Figura 184), onde funcionava a "Estamparia": por meio da secção 12.2 (Cf. Figura 172) ; por meio da secção 12.3 (Cf. Figura 181, PdV 5), pelo elevador e pela escada; e pela porta que leva ao corredor central abaixo da edificação nº 2 (Figura 184, PdV 1; Figura 185, PdV 1 e detalhe 1.1).



Figura 185: PdV 1 e 1.1 - acesso ao edifício 12, secção 12.4, pelo corredor central. (FdA)

Da sua porção mais próxima ao rio Ave (Figura 184, PdV 2 e 3; e, respectivamente, Figura 186 e Figura 187) é possível ver o elevador ao fundo e verificar que uma parede com janelas de vidro faz a divisão com a porção voltada ao interior da fábrica (Figura 184, PdV 4 e 5; e, respectivamente, Figura 188, PdV 4; e Figura 189).



Figura 186: PdV 2 - edifício, 12, secção 12.4, porção oeste, sentido norte-sul. (FdA)



Figura 187: PdV 3 - edifício, 12, secção 12.4, porção oeste, sentido sul-norte. (FdA)

Apesar das infiltrações e do lixo no chão a secção está relativamente bem conservada. Há poucos objetos nessa secção, uma grande mesa próxima ao elevador (Figura 184, PdV 3; Figura 187) e vários armários do que possivelmente seria um vestiário (Figura 188, detalhe 4.1).



Figura 188: PdV 4 e 4.1 - edifício, 12, secção 12.4, porção leste, sentido norte-sul (FdA)



Figura 189: PdV 4 - edifício, 12, secção 12.4, porção leste, sentido sul-norte (FdA)

Secção 12.5. Tinturaria (rés do chão)

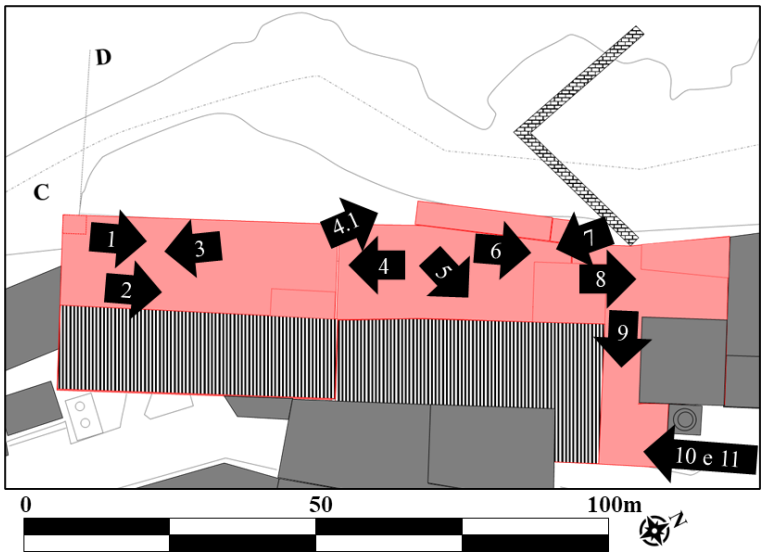


Figura 190: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12, secção 12.5. (CdA)

A secção da "Tinturaria" tem o pé direito mais alto do conjunto e é a mais extensa longitudinalmente, de modo a ocupar todo o rés do chão do edifício nº 12 (Figura 190). É também um dos mais degradados, com infiltrações, paredes mofadas a desfazerem-se aos poucos e o chão muito esburacado (Figura 190, PdV 1 e 2; Figura 191, PdV 1 e 2, respectivamente).



Figura 191: PdV 1 e 2 - edifício nº 12, secção 12.5, sentido sul-norte. (FdA)

A porção sul da tinturaria faz ligação e estende-se pelo edifício nº 13 (Figura 190, PdV 3; Figura 192).



Figura 192: PdV 3 - edifício nº 12, secção 12.5. porção sul. Seta: edifício nº 13. (FdA)

Um conjunto relativamente extenso de pequenas salas parece ter sido construído em momento posterior à construção do edifício, pois, além de ocupar apenas a metade da altura do pé direito, ele se adapta aos pilares (Figura 190, PdV 4; Figura 193, à esquerda). Pelas janelas à direita,

voltadas para o rio Ave, é possível ver o segundo açude construído pela fábrica (Figura 190, PdV 4; Figura 193, detalhe; Figura 194).



Figura 193: PdV 4 - edifício nº 12, secção 12.5, sentido norte-sul. (FdA)



Figura 194: PdV 4.1 - açude mais ao sul da SFC visto do edifício nº 12. (FdA)

Próximo a esse conjunto de pequenas salas, vê-se a rampa que dá acesso ao corredor escuro e que leva à "Estamparia mecânica" no primeiro piso (Figura 190, PdV 5; Figura 195, Cf. Figura 174 e Figura 175, setas verdes).

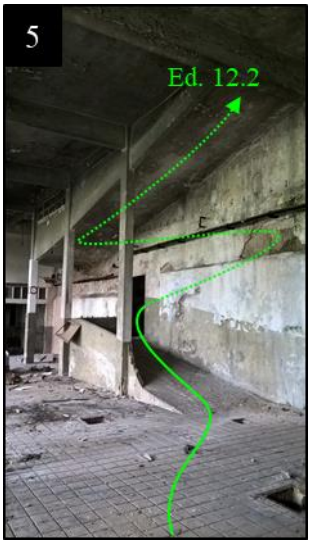


Figura 195: PdV 5 - edifício nº 12, secção 12.5. escada que leva à secção 12.2. (FdA)

Casas de banho foram construídas na parte externa, por sobre o rio Ave, mantendo-se no interior da edificação apenas a entrada para elas (Figura 190, PdV 6; Figura 196, PdV 6, à esquerda). Na porção norte há outra divisória interna que parece ter sido construída

posteriormente ao corpo do edifício, mas que, ao contrário da anterior, é mais estreita e ocupa todo o pé direito (Figura 190, PdV 6; Figura 196, PdV 7).



Figura 196: PdV 6 e 7 - edifício nº 12, secção 12.5, divisória interna. (FdA)

O ponto mais ao norte da "Tinturaria" faz conexão com o rés do chão da edificação nº 10 (Figura 190, PdV 8; Figura 197, PdV 8), pois ao se passar por duas pequenas salas (Figura 197, detalhe 8.1) chega-se ao corredor em que foram feitos buracos no chão para roubarem os fios de cobre (Cf. Figura 143, PdV 3).

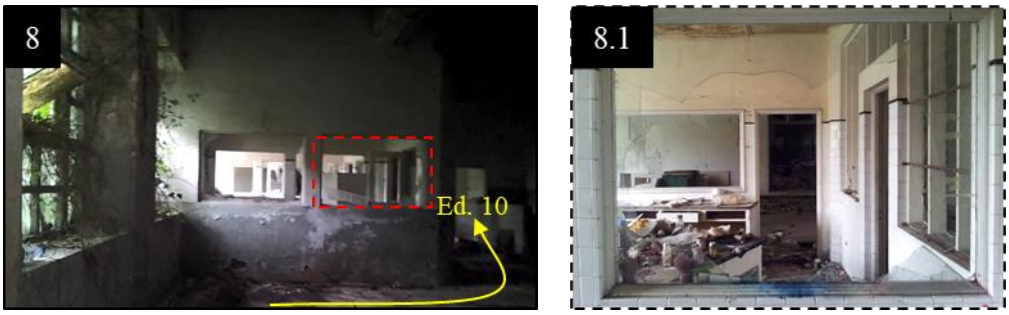


Figura 197: PdV 8 e 8.1 - edifício nº 12, secção 12.5. Salas do laboratório. (FdA)

Embora caótico e vandalizado, nas duas pequenas salas o mobiliário parece estar quase integralmente no local em que era utilizado. Por sobre as bancadas, gavetas e mesas há recipientes de vidro e latas de produtos químicos, e papéis os mais variados. Tudo indica que ali funcionava um tipo de laboratório, hipótese aceitável tendo em vista que esta era a secção em que produtos químicos eram utilizados para tingir a produção têxtil (Figura 198, 8.2 e 8.3).

Se há risco para quem estiver ali nestas condições, é uma questão que surge naturalmente. Assim como a reflexão sobre o significado da ocupação de um espaço que oferece riscos como esse; o que essas práticas dizem sobre o patrimônio e sobre discursos patrimoniais instituídos oficialmente?



Figura 198: PdV 8.2 e 8.3 - edifício n° 12, secção 12.5. Salas do laboratório. (FdA)

Do ponto em que se vê o laboratório (Figura 197, PdV 8), vê-se também uma porta (Figura 190, PdV 9; Figura 199, PdV 9) que leva à chaminé e, consequentemente, ao corredor central, além de dar acesso ao mesmo corredor escuro que leva às secções 12.2 e 12.5 do edifício n° 12 (Figura 190, PdV 10 e 11; Figura 199, PdV 10 e 11, respectivamente).

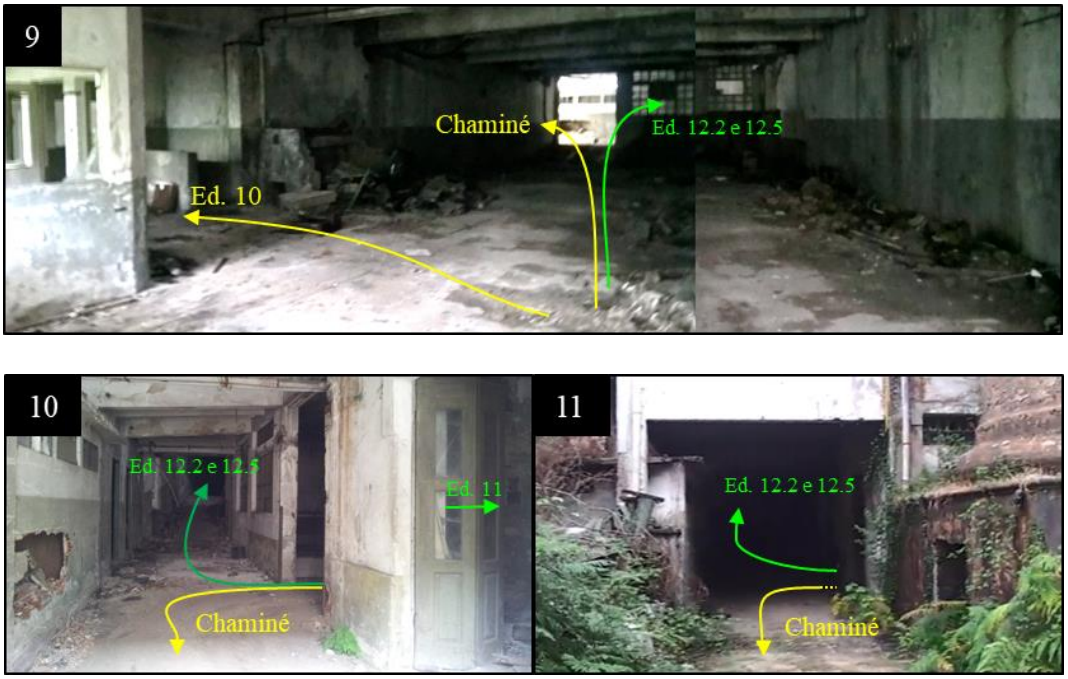


Figura 199: PdV 9, 10 e 11 - edifício 12, secção 12.5. Conexões internas. (FdA)

Edifício nº 12a: Construção não identificada

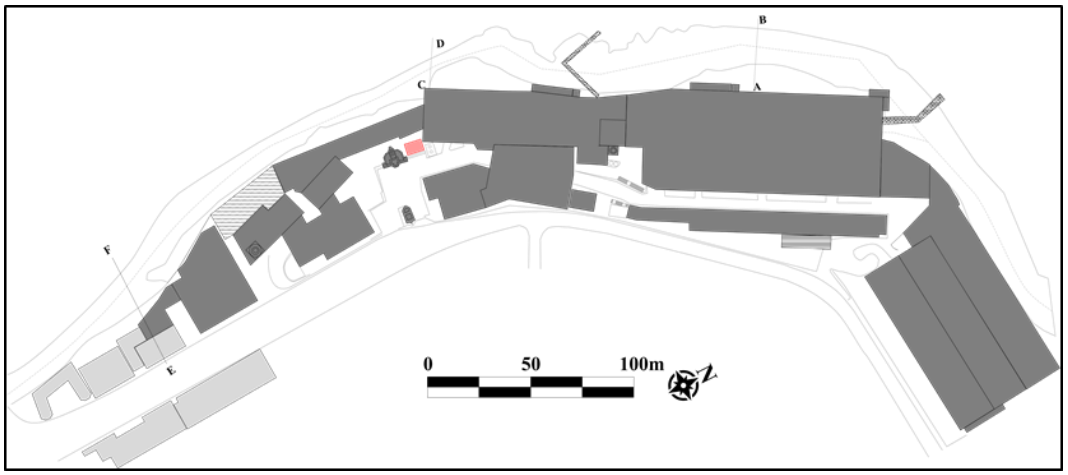


Figura 200: croqui de referência com destaque ao edifício nº 12a. (CdA)

O edifício 12a (Figura 200) aparece representado na planta de 1978, mas não há qualquer menção sobre suas funções.[3] Percebe-se que é composto por dois pisos, sendo o primeiro de tijolos e o segundo em madeira (Figura 201, PdV 1 e 2; Figura 202; PdV 1 e 2, respectivamente). A edificação está inacessível devido à enorme quantidade de plantas no seu entorno que chegaram a invadir o rés do chão. Mesmo assim, vista de fora, é possível verificar que se encontra em mau estado de conservação, com tábuas caindo, janelas quebradas e infiltrações (Figura 201, PdV 3; Figura 202; PdV 3).

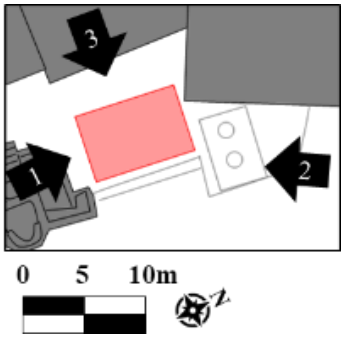


Figura 201: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 12a. (CdA)



Figura 202: PdV 1 (montagem), 2 e 3 - edifício nº 12a. (FdA)

[3] Optou-se por tratá-la como anexo adjunto à edificação nº12 apenas pela proximidade das edificações.

Edifício nº 13: Tinturaria

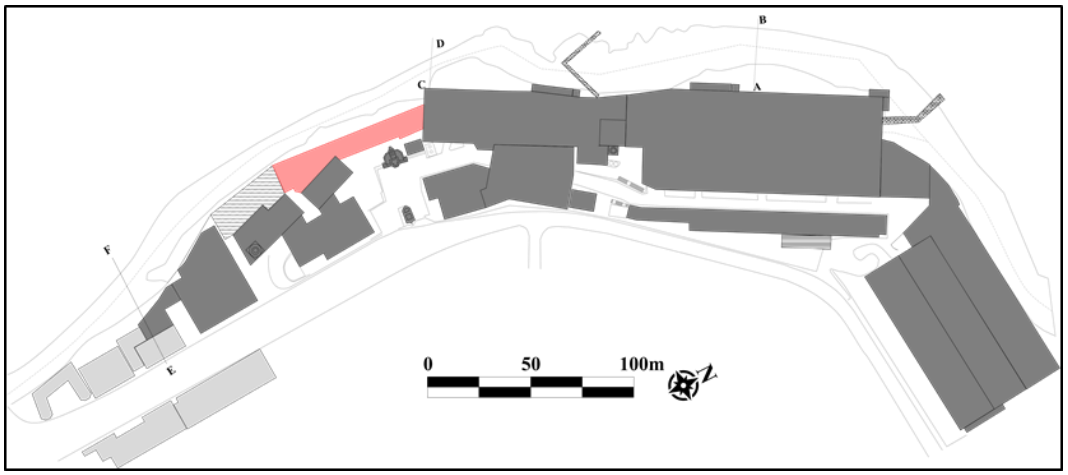


Figura 203: croqui de referência com destaque ao edifício nº 13. (CdA)

Segundo a planta de 1978 o edifício nº 13 (Figura 203; Figura 205) destinava-se à "Tinturaria" apenas, sendo uma extensão do rés do chão do edifício nº 12, conforme a planta de 1964.

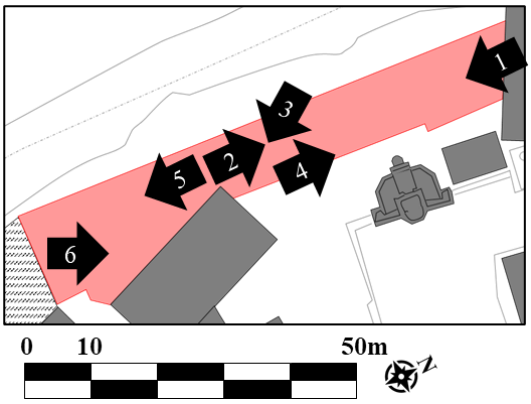


Figura 204: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 13.



Figura 205: foto de satélite da área do edifício nº 13. (GE)

De acordo com a planta de 1964, entretanto, o edifício nº 13 era subdividido em três partes: primeiro, vindo do edifício nº 12, uma continuidade da tinturaria, a seguir o "Salão de telas" e, por fim, a secção destinada à "Limpeza de telas".

O edifício 13 é um dos mais degradados e dos que parecem ter sofrido mais atos de vandalismo, roubos de metais ou desmonte do maquinário que ali estava. Desde a entrada, na parte norte da edificação, é possível verificar a destruição que atinge seu interior. Uma escada à

esquerda dá acesso a um mezanino que percorre toda a edificação (Figura 204, PdV 1 e 2; e, respectivamente, Figura 206 e Figura 207).



Figura 206: PdV 1 - edifício 13. Sentido norte-sul. (FdA)



Figura 207: PdV 2 - edifício 13. Sentido sul-norte. (FdA)

No edifício n°13, um último resquício da estrutura fabril montada na fábrica, ainda em seu local de origem: uma grande engrenagem já enferrujada (Figura 204, PdV 3; Figura 208, PdV 3). Acoplada ao corpo do edifício, é o membro que restou após a amputação das máquinas às quais estava conectada. Na parte sul do mezanino há uma pequena sala cuja função é uma incógnita (Figura 208, detalhe a). Ali descansa uma pequena mesa em contínua degradação (Figura 208, detalhe a.1).

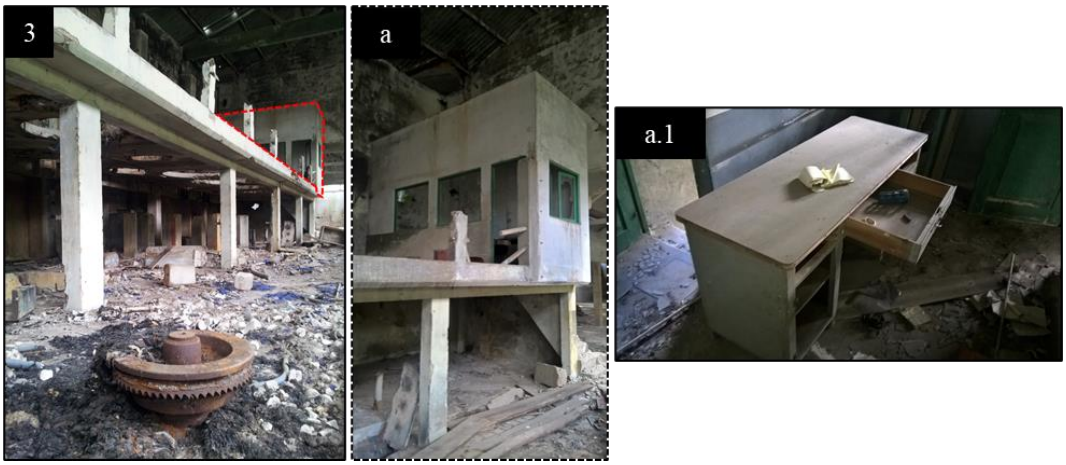


Figura 208: PdV 3 - detalhes "a" e "a.1": edifício n° 13, porção sul, escritório. (FdA)

O piso do mezanino está destruído, com muitas partes em perigo iminente de queda (Figura 204, PdV 4; Figura 209).



Figura 209: PdV 4 - edifício nº 13, mezanino, sentido sul-norte. (FdA)

Adiante, a destruição parece ter seguido o mesmo ritmo, tal como a degradação pós-abandono. Blocos de granito e partes de paredes espalhados no chão misturam-se a outros restos de cultura material deixados para trás (Figura 204, PdV 5; Figura 210).



Figura 210: PdV 5 - edifício nº 13, porção sul. (FdA)

Um caixote amarelo ainda guarda em seu interior bobinas de fios e restos de tecidos (Figura 210, detalhe a; e Figura 211, a). Sem rodas e junto a um suporte de metal, um pequeno carrinho de madeira é um resquício da maquinaria que um dia ali funcionou (Figura 210, detalhe a; e Figura 211, b). Tal como a engrenagem, ou por ser muito pesado ou por estar atrelado ao piso, sobreviveu ao desmonte (Figura 211, c). De que modo esse patrimônio industrial pode ser valorizado?



Figura 211: cultura material abandonada no edifício nº 13. (FdA)

Um buraco numa parede ao sul da edificação concede acesso ao rés do chão da edificação n° 14 (Figura 204, PdV 6; Figura 212).



Figura 212: PdV 6 - conexão entre o edifício n° 13 e n° 14. (FdA)

Edifício nº 14: Armazém de ramas (em silos)

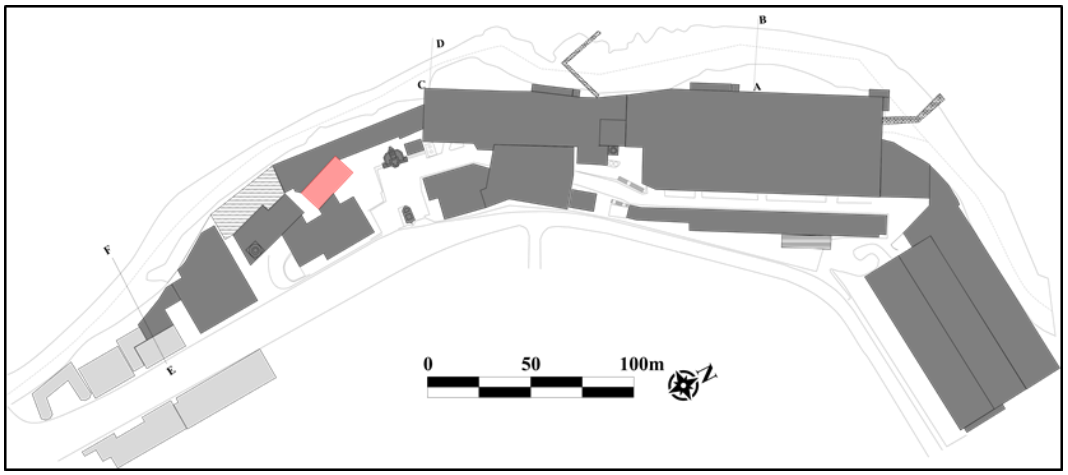


Figura 213: croqui de referência com destaque ao edifício nº 14. (CdA)

A edificação nº 14 (Figura 213) servia de "Garagem" e como "Armazém da Secção África", segundo a planta de 1964. À época, tinha um menor volume do que o representado na planta de 1978, em que sua função era indicada como de "Armazém de ramas (em silos)".

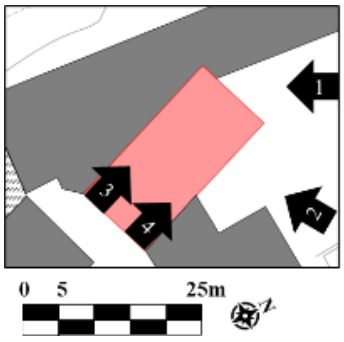


Figura 214: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 14. (CdA)

Apenas o rés do chão do edifício nº 14 está acessível, pois a entrada ao primeiro piso situa-se na área que foi vendida para outros empreendimentos e parece não ter uso no momento. Parece ter sido construído de modo que uma parte se sobrepunha ao edifício nº13 (Figura 214, PdV 1 e 2; e Figura 215, respectivamente, PdV 1 e 2). Sua face longitudinal, voltada para o rio Ave, liga-se com a parte do edifício nº 13 à qual se teve acesso.



Figura 215: PdV 1 e 2 - edifício nº 14. (FdA)

Do buraco na parede no edifício nº 13 (Cf. Figura 212) chega-se a dois corredores, o primeiro leva a uma porta pela qual se pode ver o monumento a Narciso Ferreira, apesar do mato

que ali cresce (Figura 214, PdV 3; Figura 216 PdV 3, 3.1 e 3.2); o segundo corredor possui algumas divisórias em alvenaria e ao fundo possui apenas uma janela (Figura 214, PdV 3; Figura 216 PdV 4).

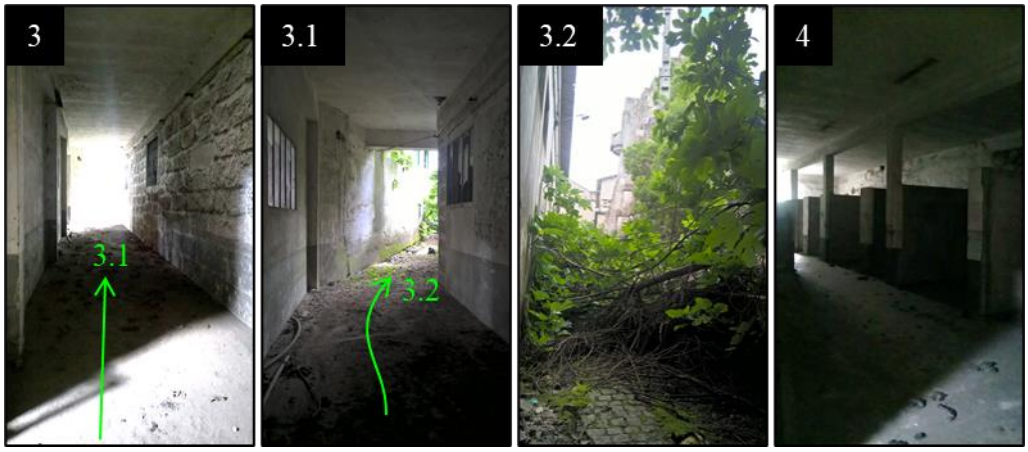


Figura 216: PdV 3, 3.1, 3.2, e 4 - edifício nº 14. Conexões (FdA)

A edificação de nº 14 é a última que se encontra em estado de ruína e abandono. As outras, a seguir, foram vendidas anos antes de se fechar a fábrica e readaptadas a usos comerciais. Talvez por isso o primeiro piso esteja inacessível, pois se encontra na área daquelas edificações que pouco lembram que ali funcionou um espaço de trabalho, destinado à produção fabril.

A partir daqui o complexo fabril foi reutilizado para outros fins e tem-se a nítida impressão de que *"o mundo seguiu adiante"* para a Sampaio, Ferreira & Cia. O que este estado de abandono diz sobre sua história, passada e presente?

Edifício nº 15: Preparação de ramas

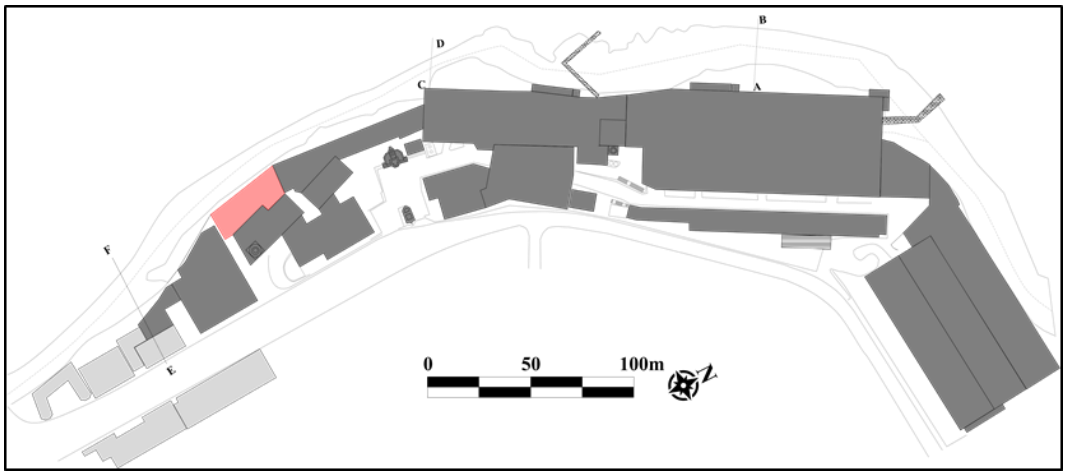


Figura 217: croqui de referência com destaque ao edifício nº 15. (CdA)

A edificação nº 15, da "Preparação de ramas" (Figura 217, Figura 219), foi construída após 1964, de modo que consta apenas na planta de 1978. Aparentemente foi demolida de forma controlada, mantendo-se hoje apenas as paredes exteriores (Figura 218, PdV 1; Figura 220).

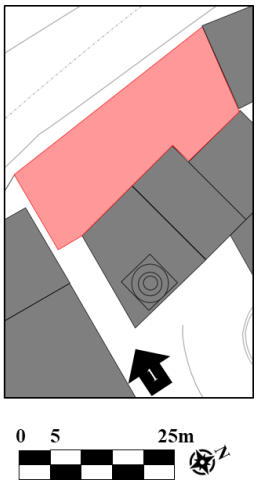


Figura 218: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 15. (CdA)



Figura 219, área onde se localizava o edifício nº 15. (Google Earth)



Figura 220: PdV 1 - área onde se localizava o edifício nº 15. (FdA)

Edifício nº 16: Carpintaria, Armazém de Fazenda, Caldeira

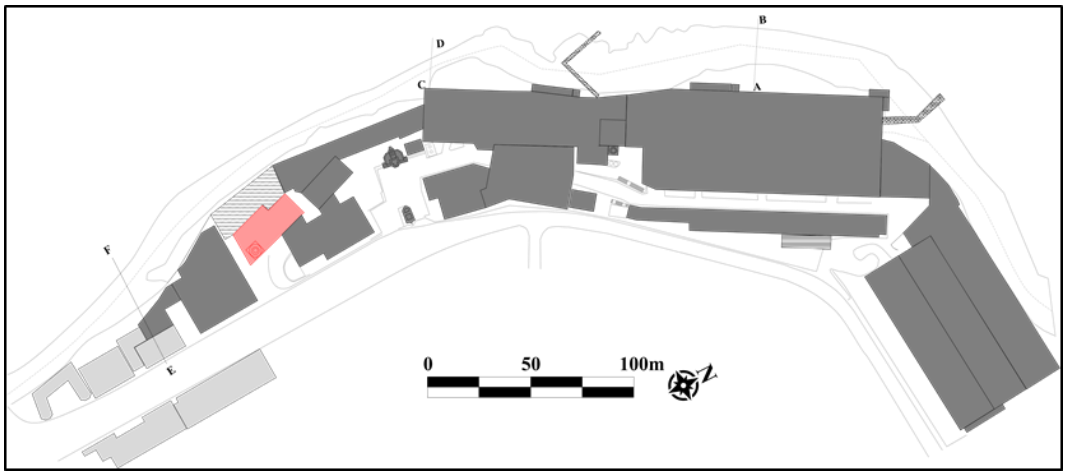


Figura 221: croqui de referência com destaque ao edifício nº 16. (CdA)

Na planta de 1978, a edificação nº 16 da "Carpintaria, Armazém de Fazenda, Caldeira" (Figura 221) é uma das mais antigas no sítio. Entretanto, não foi em sua totalidade construída pela Sampaio, Ferreira & Cia., pois, originalmente, fez parte da fábrica de lã movida por um moinho pertencente ao Barão da Trovisqueira e incorporada ao complexo fabril.

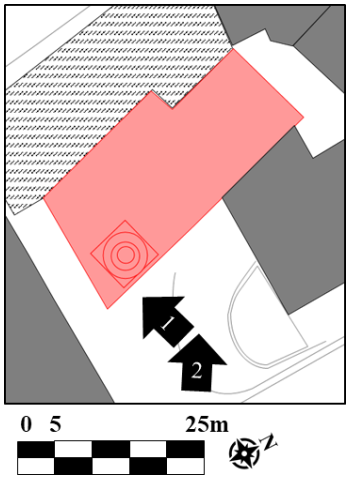


Figura 222: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 16. (CdA)

Na planta de 1964 o edifício nº 16 estava dividido em duas partes que compunham um único volume: a "Caldeira e Turbina a vapor" e o "Armazém e secção África".



Figura 223: PdV 1 - Chaminé de 1911. (FdA)

Pelo exterior, não fosse pela imponente chaminé (Figura 222, PdV 1; Figura 223) e pelo local em que se encontra, possivelmente passaria incógnito como um edifício industrial com mais de 100 anos. Embora não tenha sido permitido fotografar internamente o edifício, é possível ver as estruturas de pedra granítica e alvenaria que sustentam as paredes, remodelados para atender a novos usos.

Na base da chaminé, lê-se numa pequena placa azulejada: *"CONSTRUCTOR / Joaquim Cardoso / Sucessor de Lino S Guedes. / Porto viii-911"* (Figura 222, PdV 2; Figura 224).



Figura 224: PdV 2 - azulejo na base da chaminé de 1911. (FdA)

Quem já fez visitas a outras fábricas e estruturas industriais pode não estranhar o nome de Lino e de Joaquim Cardoso. Na chaminé da antiga Companhia União Fabril, junto à Companhia de Moagens Harmonia, no Porto, localizada num conjunto edificado em ruínas, lê-se no azulejo da chaminé: *"1888. Lino fez"* (Figura 225).



Figura 225: azulejo na base da chaminé da Companhia União Fabril, no Porto. (FdA)

Dificilmente seria outro Lino. E certamente é o mesmo Lino a quem o mesmo Joaquim Cardoso menciona na chaminé da antiga Central Elétrica da Ribeira, em Viseu, numa inscrição muito similar à da Sampaio, Ferreira & Cia.: *"CONSTRUCTOR / Joaquim Cardoso / Sucessor de Lino S. Guedes / 19-6-1909, PORTO"* (Figura 226).



Figura 226: azulejo na base da chaminé da Central Elétrica da Ribeira, em Viseu. (FdA)

Edifício nº 17: Serralharia elétrica, Armazém de Ferragem

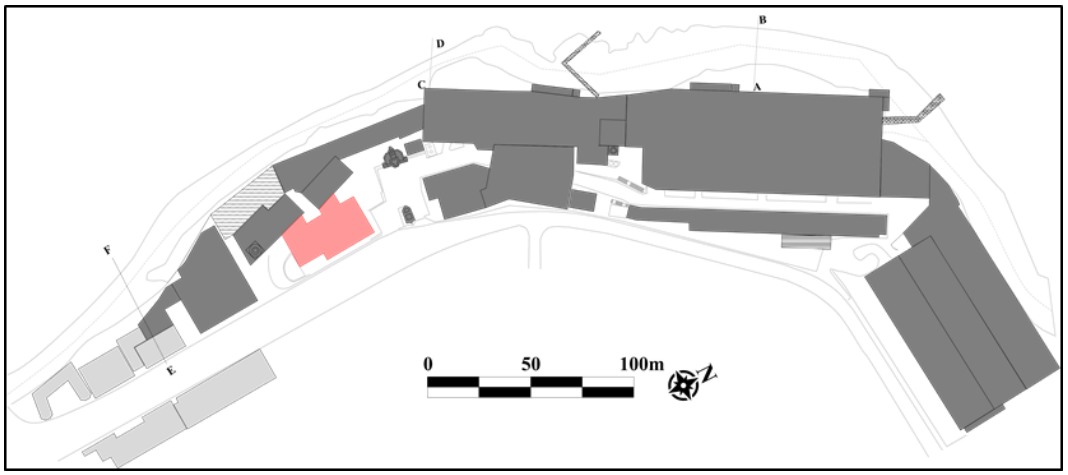


Figura 227: croqui de referência com destaque ao edifício nº 17. (CdA)

A edificação nº 17 (Figura 227), segundo a planta de 1978, era o espaço da "Serralharia elétrica, Armazém de Ferragem". Na planta de 1964, porém, o edifício consta é o de nº13 e estava subdividida segundo os pisos da edificação: na Cave, o "Armazém Secção de África"; no rés do chão, o "Armazém de Fardos"; e no 1º andar, o "Armazém de limpeza das telas" e a "Arrecadação de Acessórios"

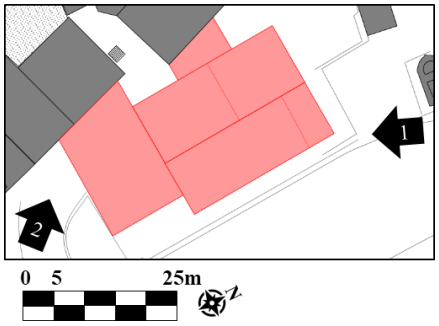


Figura 228: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 17. (CdA)

Possivelmente, é a área mais acessada pelo público hoje em dia, por abrigar um minimercado, à entrada do complexo fabril (Figura 228, PdV 1 e 2; e, respectivamente, Figura 229 e Figura 230).



Figura 229: PdV 1 - edifício nº 17 (frente). (FdA)



Figura 230: PdV 1 - edifício nº 17 (fundos). (FdA)

Tal como a edificação anterior, as adaptações pouco fazem lembrar seu caráter industrial. É esta edificação que fica no limiar do espaço ocupado para o abandonado.

Ali, vê-se que o esquecimento perpassa ambos os espaços: de um lado, por não estar ocupado e em processo de degradação e abandono; de outro, porque a função atual e a requalificação do edifício não fazem qualquer referência à atividade fabril que ali se desenvolvia.

Ali, no limite entre os dois espaços, parece que se está entre duas das cidades invisíveis de Ítalo Calvino. A primeira, Maurília, na qual muitas cidades se sucederam *"no mesmo solo", "com o mesmo nome",* mas que nasceram e morreram *"sem se conhecer", "incomunicáveis entre si"* (Calvino, 2003, p. 23). A segunda, Zora, que foi *"obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização"* e, assim, *"definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo"* (Calvino, 2003, p. 15).

Haverá outros destinos à Sampaio, Ferreira & Cia.?

Edifício nº 18: Armazém de fardos

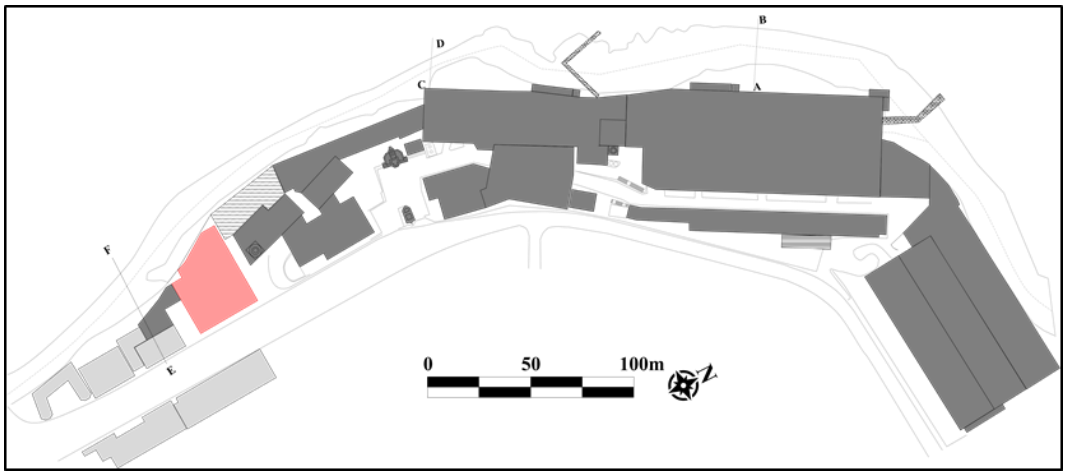


Figura 231: croqui de referência com destaque ao edifício nº 18. (CdA)

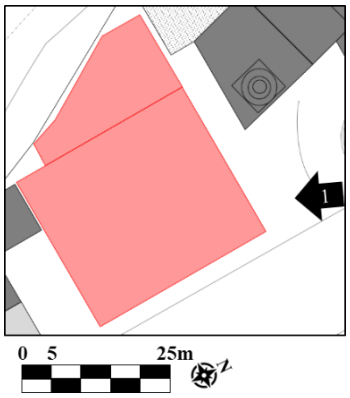


Figura 232: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 18. (CdA)

O edifício nº 18 (Figura 231), destinado ao "Armazém de fardos", em 1978, era a "Cantina da Sampaio, Ferreira & Cia. em 1964.

Juntamente com o minimercado é um espaço constantemente frequentado, sendo utilizado como ginásio poliesportivo (Figura 232; Figura 233). Entretanto, hoje está descaracterizado externa e internamente.



Figura 233: PdV 1 - edifício nº 18. (FdA)

Edifício nº 19: Cantina

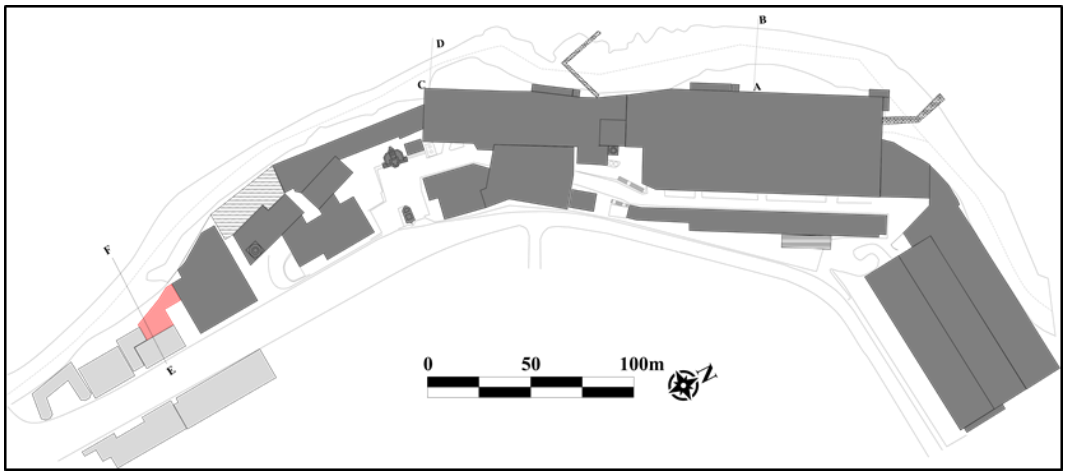


Figura 234: croqui de referência com destaque ao edifício nº 19. (CdA)

O edifício nº 19 (Figura 234) parece ter assumido as funções de Cantina entre os anos de 1964 e 1978. A área ocupada no terreno parece ter se mantido a mesma, mas a edificação está bastante descaracterizada. Ainda assim, há resquícios da forma que poderia ter tido a estrutura anterior das portas (Figura 235, PdV 1; Figura 236). Na área de acesso, o calçamento do piso está desgastado e as ervas daninhas começaram a crescer. Entretanto, à época das visitas estava em reforma para receber um novo destino.

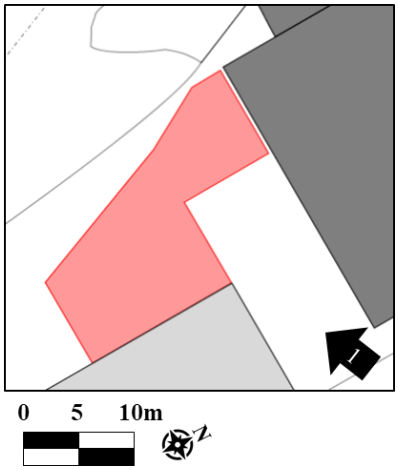


Figura 235: excerto do croqui de referência com destaque ao edifício nº 19. (CdA)

Ao se descer os degraus em direção à cantina e refazer os passos de trabalhadoras e trabalhadores, ouve-se na imaginação as conversas nas refeições, os sussurros abafados pelo som do rio Ave ao fundo; vê-se homens e mulheres cumprirem pequenos rituais do cotidiano fabril. Experiências e vivências para além do trabalho que, com o tempo, se transformaram e desapareceram, silenciadas pelo encerramento da fábrica.



Figura 236: PdV 1 - edifício nº 19. Detalhe dos resquícios da estrutura anterior. (FdA)

De volta à entrada da fábrica

O explorador que não retorna, nem manda suas naves de volta para narrarem a aventura, não é um explorador; não é senão um aventureiro e seus filhos nascerão no exílio.
(Os despossuídos. Ursula K. Le Guin)

A saída do complexo fabril leva novamente à entrada da fábrica. Foi somente após percorrer todos os edifícios que saltou aos olhos a divisão do conjunto edificado da Sampaio, Ferreira & Cia. Enquanto a área ao norte da portaria encontra-se em processo de degradação contínua, a área mais ao sul sofreu reformas com vistas a reutilizar aquelas edificações para comércio e serviços (Figura 237).

Embora mantenha no exterior a volumetria básica, as edificações pouco lembram que ali funcionou uma indústria têxtil. Não fosse pela chaminé de 1911, ter-se-ia a completa impressão de que sua conexão histórica e espacial com a Sampaio, Ferreira & Cia. foi perdida.

Assim, é somente neste caminho de volta à entrada da fábrica, depois de ter percorrido todas as edificações, que se dá atenção a um elemento que antes passara despercebido: uma corrente (Figura 237; e Figura 238, linha vermelha) colocada precisamente entre os espaços abandonados (Figura 238, em verde) e os espaços reutilizados (Figura 238, em amarelo).



Figura 237: corrente que delimita simbolicamente a SFC. (FdA)

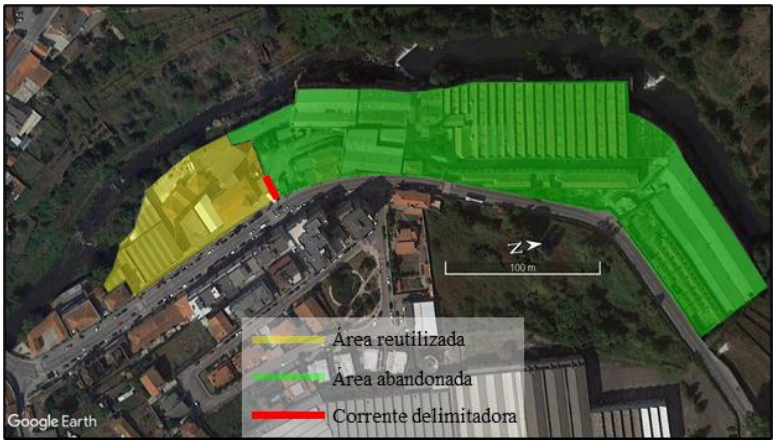


Figura 238: divisão entre reutilização (amarelo) e abandono (verde). (GE)

Dessa forma, embora a reutilização dos espaços obsoletos se constitua uma das práticas mais consolidadas na *"reciclagem"* de edificações e dos territórios que se *"reprogramaram"* fisicamente, funcionalmente e socialmente como resultado do abandono da sua atividade produtiva anterior (Simal, 2015); é nítido que se estabeleceu uma divisão espacial na Sampaio, Ferreira & Cia.: de um lado, o abandono e a ruína; de outro, a refuncionalização desqualificadora, cuja reutilização não parece ter tido uma preocupação com a valorização patrimonial.

Mais do que efetivamente funcionar como uma barreira que impeça a passagem, a corrente divide simbolicamente a fábrica entre o espaço abandonado e arruinado e o espaço em uso para outras funções; pois a divisão que ela parece estabelecer também se dá em termos de temporalidade, de percepções, sentimentos, memórias evocadas etc.

Isso porque, a Sampaio, Ferreira & Cia. atualmente encontra-se num verdadeiro limbo patrimonial: ao mesmo tempo que recebe institucionalmente o valor de patrimônio, está abandonada e isolada pela negligência tanto do poder público quanto da iniciativa privada. Aos cidadãos é negada a visitação e, em consequência, o acesso amplo e irrestrito à história e à memória que aquela cultura material poderia fazer florescer.

E, dadas as relações de poder e propriedade que envolvem a fábrica, aos cidadãos lhes foi tomado o direito de usufruir plenamente daquele espaço e de, sequer, tomar decisões sobre ele. Aos cidadãos foi negado o direito de que a fábrica voltasse a ser um agente de transformação da comunidade precisamente porque permitiriam formar novas relações com os cidadãos envolvidos. Afinal, os possíveis destinos das ruínas industriais se relacionam também à maneira como a sociedade a que pertencem se relaciona com seu próprio passado e com seu presente e, por vezes, com o que vislumbra para seu futuro.

Assim, as múltiplas formas de preservação, valorização, difusão e as diferentes formas de conservação e reutilização, sejam elas a conversão técnico-econômica, a musealização *in situ* ou tradicional, a revitalização, a teatralização; as intervenções arquitetônicas e urbanísticas; são todas maneiras de lidar com o passado a partir de problemáticas do presente.

Nesse sentido, as ruínas industriais possuem um evidente caráter pedagógico, pois têm *"a mesma capacidade de nos ensinar sobre o passado que têm as ruínas da Antiguidade"* (Meneguello, 2013). E como tal, a própria preservação das ruínas industriais enquanto tal seria

uma forma dar ao patrimônio industrial a mesma *"dignidade das ruínas de épocas mais remotas"* (Cordeiro, 2012, p. 11):

> *nos casos em que a reutilização não for possível — por exemplo, em virtude do acentuado grau de degradação das instalações, que alcançaram o estado de ruína — e o patrimônio apresentar um indiscutível valor histórico, então é necessário encará-lo como aquilo que, em última análise, ele representa: um vestígio de determinada etapa da civilização industrial, com a mesma importância e dignidade dos vestígios de outras épocas históricas.* (Cordeiro, 2011, p. 156)

Entretanto, as ruínas industriais, como qualquer outro patrimônio, só podem se tornar um instrumento de informação, reflexão e transformação quando acessadas e experienciadas pela sociedade, quando seus valores estão ativados; tanto por quem as estuda profissionalmente e dissemina sua produção (um historiador, um arqueólogo, um arquiteto etc.), quanto pela comunidade que a envolve por meio da própria ocupação e contato plurais com aquele espaço.

Afinal, há que se levar em consideração que esses *"complexos industriais"* originalmente eram espaços de produção e trabalho que *"perderam abruptamente sua função e valor econômico (...) tornando-se, sob uma visão mercantil, 'resíduos arquitetônicos', máquinas e elementos esquecidos. de outros ciclos de produção, transformando-se em 'ruínas industriais'".* Como patrimônio, converte-se seu *"antigo valor econômico em um valor essencialmente 'qualitativo', ou seja, são valiosos por suas características ou qualidades, na medida em que são significativos para pessoas ou comunidades"* (Gilles, Frías, Ansaldo, Mocarquer, & Illanes, 2018, p. 283).

No caso da Sampaio, Ferreira & Cia., sua situação provoca um distanciamento duplo junto aos cidadãos: de um lado, o acesso é restrito pelas condições de abandono; de outro, as restrições se dão justamente porque apenas os que fazem uso dos serviços fornecidos têm acesso ao espaço.

Paralelamente, as condições em que se encontram a fábrica provoca também uma dupla ressignificação sobre seu conjunto edificado: do lado reformado e reutilizado, torna-se um espaço de comércio e serviços; do lado abandonado, torna-se um espaço visto como degradado e inútil.

Em ambos os casos, o cidadão está alienado do acesso pelo aos valores patrimoniais e históricos do espaço fabril, do direito à memória e à ocupação do espaço sobre o qual se construiu a comunidade a que pertence.

Com isso, estreitam-se as possibilidades pedagógicas, sociais e culturais da Sampaio, Ferreira & Cia. ao distanciá-la de uma visão de patrimônio industrial que potencialize valores intrínsecos à sua história, à memória da comunidade de Riba d'Ave, à história da industrialização da Bacia do Ave do qual a fábrica é exemplar, à diversidade social e aos múltiplos estímulos sensoriais e perceptivos da parte dos que viessem a experimentar e vivenciar aquele espaço.

A fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. em estado de abandono, degradação e isolamento social, gera problemas que vão além das questões técnicas, econômicas, ambientais e urbanísticas. Ao impedir o acesso à cultura material que ela se constitui, nega-se a experiência da história e memória social em sua manifestação material (Bresciani, 1991).

A História, a Arqueologia (Urbana e Industrial), a Antropologia Urbana, a Arquitetura, o Urbanismo, a Geografia e outros saberes interessados em investigar o patrimônio abandonado, degradado e arruinado, buscam compreender seus valores sociais, culturais e históricos, as problemáticas urbanas na sua própria historicidade, além de suas potencialidades contemporâneas. São as diferentes *"construções intelectuais que buscam dar conta das várias facetas da vida urbana"* (Bresciani, 1991, p. 10).

Entretanto, das muitas formas de ativação do patrimônio industrial (Simal, 2012, p. 156), uma ainda pouco investigada diz respeito precisamente à experiência de explorar as ruínas contemporâneas e os espaços abandonados como forma de se entrar em contato com a história e a memória que eles preservam.

Experienciar a degradação da fábrica impulsionou a busca por entender como os espaços abandonados e sua materialidade podem afetar e foram afetados por aqueles que o experienciam; por entender a pluralidade de modos (ou tentativas) de se relacionar com o espaço e com a cultura material; por entender sua formação, configurações e usos; por perceber as sensibilidades e sensações que provocam; por conhecer seus sinais, metáforas e ilusões; por expor as relações de poder que os envolvem, suas contradições, lutas e conflitos; por evidenciar suas múltiplas identidades sociais e seus territórios; por compreender o entrelaçamento entre a trajetória do conjunto edificado da Sampaio, Ferreira & Cia. e as memórias e histórias que ele evoca.

De certa forma, portanto, caminhar no espaço da Sampaio, Ferreira & Cia. fez com que essas explorações urbanas se tornassem, ainda que involuntariamente, parte da própria investigação; o que tornou necessário refletir sobre esse fenômeno.

Capítulo 3. A memória explorada: a perspectiva patrimonial das explorações urbanas.

Nem todos os que vagueiam estão perdidos.
(J. R. R. Tolkien, "A Sociedade do Anel")

O trabalho de campo junto à Sampaio, Ferreira & Cia. despertou na investigação um olhar sensível e curioso sobre o espaço da antiga fábrica, onde a degradação do abandono, escombros e ruínas dividem o presente com reutilizações e reformas descaracterizadoras. A sensibilidade e a curiosidade, por sua vez, impulsionaram não apenas problemáticas historiográficas, mas também a busca por se compreender os múltiplos significados da experiência contemporânea de se estar em meio a edificações degradadas e arruinadas de um complexo industrial.

Nesse sentido, a problemática das explorações urbanas emergiu porque elas se configuram como uma das principais práticas de ocupação, descoberta e experimentação do patrimônio arruinado e abandonado, das ruínas contemporâneas, industriais e urbanas.

3.1. As explorações urbanas e seu potencial patrimonial

A partir do final do século XX, verifica-se uma crescente popularização do interesse por essas *"ruínas da modernidade"* (Boym, 2017; Huyssen, 2006); um fenômeno público, caracterizado como uma verdadeira *"lascívia pelas ruínas"* (Apel, 2015, p. 13; Dillon, 2012) ou uma *"ruinofilia"* (Boym, 2017; Domingues, 2014).[4]

Esse fascínio pode estar relacionado à multiplicidade de estímulos que provocam, tal como evidenciado pelo interesse nas ruínas medievais e clássicas desde o século XVIII, por sua vocação contemplativa, por promover uma renovação do olhar do observador, que tem de lidar com um espaço degradado; por inspirar diferentes sentimentos, uma vez que melancolia, excitação, curiosidade e nostalgia etc. podem misturar-se ao experimentá-la; por estimular a imaginação e

[4] De certa forma, esse *fenômeno "parece recordar o fascínio romântico anterior"* pelas ruínas (Dobraszczyk, 2015, p. 44), pois elas têm sido objeto de interesse no Ocidente desde, pelo menos, o século XVIII, quando o *"pré-romantismo"* tinha se interessado pelas ruínas e pela Antiguidade (Le Goff, 1990, p. 219). Para Fein (2011, p. 17), inclusive, ainda se mantém uma noção de conceitos românticos de beleza às ruínas contemporâneas.

os sentidos, com seus silêncios e ruídos, suas texturas e cores, suas áreas construídas e áreas invadidas pela vegetação (Edensor, 2005).

Entretanto, diferentemente das ruínas clássicas, que *"transmitem uma sensação do passado glorioso"*; essas *"ruínas modernas"* são tomadas como as sobras das transformações e da indiferença das sociedades contemporâneas (Arboleda, 2017, p. 810). Para Arboleda, apesar de haver um número crescente de contribuições acadêmicas que defendem uma nova forma de apreciação das ruínas, o senso comum ainda as vê como resultado da *"futilidade do presente"* e algo com o que ainda é difícil lidar, principalmente porque sua estética não se enquadra nos padrões tradicionais, fazendo com que sejam vistas como pelo público em geral como *"controversas e desagradáveis"* (Arboleda, 2017, pp. 810-811).

Ainda que sejam objeto de controvérsia, há diversos projetos e grupos que mapeiam ruínas contemporâneas e promovem atividades de exploração urbana (Jones, 2008; High & Lewis, 2007).[5] De acordo com Paiva, o termo *"exploração urbana"* foi cunhado em 1996, por Jeff Chapman, para se referir à busca por conhecer lugares e construções desconhecidas ou fora do alcance do público, muitas das quais possuidoras de restrições legais ao acesso, inclusive (Paiva, 2008, p. 09). Dessa forma, a exploração urbana envolve a (re)descoberta e exploração de áreas e conjuntos edificados em estado de abandono ou arruinamento (Garrett, 2011).

O fato de parte desses sítios e edificações terem o acesso restrito pelo poder público ou por serem propriedades privadas faz da atividade também uma prática transgressora. Tirar apenas fotografias, deixar apenas pegadas e permitir-se absorver pela atmosfera e quietude local são atitudes que devem conduzir os exploradores pelos *"mundos"* de beleza decadente e sujidade sedutora permeados por uma sensação de transitoriedade e perda (Arboleda, 2016).

Embora possa possuir diferentes significados aos praticantes, de modo geral, explora-se todo e qualquer tipo de espaços e construções temporárias, obsoletas, abandonadas ou negligenciadas ao ponto de arruinamento; complexos industriais, instalações militares, ferros-velhos, hotéis, hospitais, prisões, usinas de energia, casas e, às vezes, até cidades inteiras (Thomas, 2014, p. 07).

---

[5] Pode-se destacar alguns projetos de mapeio de ruínas contemporâneas e industriais: http://barbarela.net/140-10-ruinas-contemporaneas/; http://www.abandonedberlin.com/; http://www.abandonedamerica.us/; http://www.urbanghostsmedia.com; https://www.28dayslater.co.uk/; http://www.totallylost.eu/; http://www.forbidden-places.net/explo1.php; http://opacity.us/; http://architectureofdoom.tumblr.com/

Segundo Paiva, embora surjam aos exploradores urbanos questões sobre a viabilidade de se restaurar as antigas formas dos lugares e construções ou se seria viável investir para sua preservação, essas são preocupações secundárias, pois a importância desses lugares estaria exatamente na situação em que eles se encontram: *"onde a maioria vê abandono e ruína, eu vejo decadência elegante e o peso do tempo"* (Paiva, 2008, p. 11). Para os exploradores urbanos, os objetos, as ruínas e complexos edificados abandonados são os *"'elos ocultos da cidade', lugares onde as regras de progresso e ordem são diretamente desafiadas"* (Trigg, 2006, pp. 179-186 *Apud* Dobraszczyk, 2010, p. 372).

Nas explorações urbanas o valor do patrimônio arruinado e abandonado não surge, necessariamente, do seu passado nem do seu futuro. O interesse pela cultura material explorada – o que eram e para que serviam, como e por que foram construídos, como eram utilizados e quem utilizou aqueles espaços, construções e objetos – vem após o interesse pelo estado em que se encontra atualmente. Tampouco (ou ainda menos) o interesse está no porvir, no leque de possibilidades (reais ou não) que cercam o que há para ser explorado. É o presente, seu estado de ruína e abandono, de destruição e decadência, que atiça a chama da curiosidade tanto sobre o passado quanto sobre o futuro, ambos incertos aos que se aventuram por esses lugares hoje desconhecidos ou esquecidos.

Não por acaso, a fotografia (profissional ou amadora) é uma das atividades que mais se relacionam às explorações urbanas. Fotografar a decadência dessa cultura material é uma forma de registro, mas também de encontrar beleza no que ficou arruinado:

> *Nós somos os exploradores urbanos que atravessam para o lado errado dos trilhos para encontrar as estruturas em colapso que podem ter abrigado interiores magníficos com candelabros e salões de baile, os edifícios industriais descartados onde os trabalhadores antes laboraram. Nós somos os viajantes que tomam as estradas secundárias na esperança de descobrir uma moradia abandonada onde as pessoas costumavam viver, trabalhar e brincar. Nós paramos e documentamos as coisas deixadas para trás, às vezes imaginando do que se tratavam essas vidas, porque elas se foram, e o que fez essas pessoas que há muito se foram, essas verdadeiras aparições, deixarem suas posses para trás. Nós somos os fotógrafos de decadência.* (Thomas, 2014, pp. 02-03)

Seja por interesse estético ou com fins de registro, o ato de fotografar cristaliza no tempo o presente daqueles locais e objetos, afinal, nada garante sua sobrevivência futura. Para Thomas (2014, pp. 02-03), fotografar é, portanto, uma forma de documentar um momento no tempo, uma

vez que pouco a pouco intempéries e reações químicas e físicas alteram as estruturas aparentemente imutáveis feitas de ferro, aço e concreto. De acordo com Sontag,

> *todas as fotografias são um memento mori. Tirar uma fotografia é participar da mortalidade, vulnerabilidade, mutabilidade de outra pessoa ou coisa. Precisamente porque eles recortam um momento e o congelam, todas as fotografias testemunham a implacável dissolução do tempo.* (Sontag, 2006, p. 32)

Dessa forma, a fotografia também documenta o olhar do sujeito que fotografou, o que chamou sua atenção em particular, de modo que se evidencia a relação que se criou entre o patrimônio arruinado e quem o experiencia.

Assim, como consequência da *"proliferação de imagens da ruína"*, desenvolveu-se paralelamente um debate sobre o que se popularizou como *"pornografia da ruína"* (Apel, 2015, p. 20). Esse debate se aproxima daqueles sobre fotografias de situações de miséria, de atrocidades e de degradação humana, em que se questiona *"se tais fotografias exploram ou dão visibilidade ao que de outro modo poderia ficar escondido da história"* (Apel, 2015, p. 20).

Além disso, a crítica à *"pornografia da ruína"* passa também pela percepção de que a prática comum de descontextualizar as imagens, concentrando-se meramente na estética, *"na beleza da decadência na arquitetura"*, acabam por oferecer uma *"uma narrativa que se distancia e obscurece"* a *"pobreza e desemprego"* (Apel, 2015, p. 75).

Entretanto, a exploração urbana também pode evidenciar e demarcar socialmente as relações entre exploradores das ruínas e aqueles que sofreram as consequências do processo que levou ao arruinamento.

Ao analisar as ruínas de Detroit, Apel verificou que elas foram o resultado da combinação de desinvestimento, emigração e discriminação racializada. Para estes grupos, *"as ruínas carecem de significado específico e são vistas mais como escombros, uma visão que é agravada pelo fato de que eles tendem a estar localizados em bairros pobres e minoritários"* (Apel, 2015, p. 25). Em contrapartida, os praticantes da exploração urbana *"são jovens insatisfeitos, muitos com pelo menos alguma educação universitária, (...) geralmente homens brancos de classe média"* (Apel, 2015, p. 60).

High & Lewis, por seu turno, não apenas evidenciaram que os exploradores urbanos *"eram mais propensos a vir de famílias bem-sucedidas de colarinho branco que viviam nos subúrbios ou*

em outras vilas ou cidades", sem que houvesse qualquer indicativo de que eles próprios ou seus pais já tivessem trabalhado nas fábricas em ruínas que exploravam; como evidenciaram que a *"dicotomia explorador-invasor"*, criada pelos explorados urbanos, não passa de uma invenção, um *"dispositivo retórico usado para justificar uma atividade ilegal e para distanciar os exploradores da classe média dos invasores da classe trabalhadora"* (High & Lewis, 2007, p. 50).

Tais demarcações de classe se evidenciam também nas narrativas dos exploradores urbanos de classe média por se constituírem *"fundamentalmente"* como *"histórias de descoberta e posse: a 'conquista de lugares' onde não se deveria estar"* (High & Lewis, 2007, p. 50) em que se adota *"a voz abafada de um aventureiro europeu do século XIX", explorando uma terra estranha e exótica"* (High & Lewis, 2007, p. 58). Embora os exploradores urbanos não tenham tido que viajar grandes distâncias geográficas, para High & Lewis, as distâncias percorridas, não eram físicas, mas, *"grandes distâncias sociais"* (High & Lewis, 2007, p. 58).

Assim, a própria terminologia para definir as explorações urbanas são passíveis de questionamento; afinal, "exploração" pode ser carregada de conotações não apenas relacionadas ao descobrimento de novas áreas, mas poderia estar associada às relações de poder dela derivadas, como o colonialismo, o imperialismo, a opressão e a própria construção das noções de civilização e barbárie:

> *Isto é, em termos não só de colonizadores descobrindo e 'domesticando' terras e povos distantes, mas também de intrépidos exploradores e reformistas sociais que buscam lançar luz sobre as geografias urbanas 'obscuras' e 'não descobertas' no coração do império. Através da linguagem da exploração imperial, espaços como os do leste de Londres no século XIX, foram roteirizados como parte da 'Inglaterra mais sombria' e seus habitantes como uma 'raça exótica', tendo poderosos efeitos materiais nos mapeamentos e construções da cidade e para projetos de colonização e civilização.* (Pinder, 2005, p. 07)[6]

Segundo a perspectiva de Apel, High & Lewis fica evidente que, apesar do discurso de liberdade em torno da apropriação do espaço abandonado e arruinado, as práticas da exploração

---

[6] Entretanto, não sendo monolíticos os discursos sobre as explorações urbanas, o termo "exploração" também já havia sido usado para outras finalidades, como evidenciado nos anos 1960 e 1970:

> *"O geógrafo radical Bill Bunge forneceu diferentes perspectivas através de suas tentativas de reverter a linguagem capitalista e colonialista da exploração durante o final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Por meio de suas 'expedições' nas áreas centrais da cidade de Detroit e Toronto, ele mostrou como formas progressivas de explorar áreas urbanas poderiam ser desenvolvidas em colaboração com residentes das áreas urbanas." (Pinder, 2005, p. 388)*

urbana podem conter em si componentes bastante segregadores e opressores que se traduzem na composição social dos exploradores; nas narrativas e na representação fotográfica das ruínas, por meio da pornografia da ruína; e nas significações simbólicas atribuídas aos espaços degradados, que não levam em consideração as implicações para os grupos afetados pela decadência urbana e industrial.

Como consequência dessas práticas, as *"vítimas do declínio da cidade"* desaparecem e esse *"apagamento"* acaba por refletir e reforçar sua *"invisibilidade"* social (Apel, 2015, p. 76); ao mesmo tempo em que desaparecem também as responsabilidades dos agentes desse processo, sejam empresas/corporações ou Estados/representantes políticos (Apel, 2015, p. 75).

Por esta razão, ainda que a subjetividade dos fotógrafos fique evidente por meio das imagens e as fotos sejam uma documentação também de seus olhares, a crítica sobre a *"pornografia da ruína"* também deve considerar que existe uma dicotomia entre fotógrafos locais, que vivem nas áreas das ruínas; e os que vem de fora e estão de passagem; entre *"aqueles que se consideram leais à cidade e cujas vidas e trabalho são afetados"* pelos locais onde as ruínas se encontram e que, portanto, *"ganharam o direito de lucrar com isso"*; e aqueles para quem as fotografias não são mais que a concretização de um desejo voyeurístico e até abusivo e que acabam por alimentar *"a miséria da cidade enquanto entendem pouco sobre seus problemas, histórias ou sonhos"* (Apel, 2015, p. 23).

Apel evidencia que a crítica e reflexão quanto à própria terminologia *"pornografia da ruína"* passa pela análise não apenas sobre os propósitos das fotografias da ruína, ainda que fossem apenas para produzir prazer e excitação; mas passa pelo questionamento sobre quais os mecanismos que fazem as imagens de ruínas despertarem prazer, moverem e excitarem as pessoas e a quais fins isso serve: *"é mais útil, então, focar no motivo pelo qual estamos tão atraídos por ruínas e imagens de ruínas e examinar os maiores papéis sociais e culturais que as imagens desempenham"* (Apel, 2015, p. 24).

Nesse sentido, o *"domínio mental daquilo que é aterrorizante é a natureza do imaginário da ruína"* precisamente porque cria um distanciamento entre o observador e o objeto fotografado. Para Apel, *"mesmo que evidencie o desastroso declínio da modernidade, quanto mais refinada e agradável esteticamente a fotografia, mais eficaz é o distanciamento"* (Apel, 2015, p. 93).

Entretanto, as ruínas podem ser também espaços de ressignificação da autopercepção social daqueles que já são invisíveis socialmente e das próprias ruínas como pretende o projeto de fotografia de espaços abandonados e arruinados *Dulcis Domus*, de Mirna Pavlovic. Ali, em meio às ruínas *"o sem-teto, o viciado em drogas, o ladrão de metais, o grafiteiro"* tornam-se *"irmãs e irmãos em um exílio autoimposto"* para reapropriar *"não apenas a estrutura em si, mas também suas próprias histórias pessoais"*. Para Pavlovic as ruínas se tornam locais de *"busca por contexto, significado e definição (...) grotescamente revitalizados, mas permanecem dentro de sua própria realidade"* (Lynch, 2016).

Portanto, por um lado, é, pois, precisamente a incerteza, o campo de possibilidades em aberto no presente que estimula a liberdade imaginativa dos exploradores que fotografam as ruínas e é capaz de incitar a busca por conhecer o passado e a história que circundam as ruínas e os objetos perdidos no tempo.

Por outro lado, conforme alerta Apel, a divulgação dessas mesmas fotografias pode *"agravar"* as condições degradantes dos locais retratados, o que evidencia um dos problemas da *"pornografia da ruína"*; afinal *"o apetite pelas imagens da ruína só cresce conforme o abandono e a decadência se espalham"*. Assim, essas imagens *"intensificam visualmente a realidade de deterioração econômica e cultural"* (Apel, 2015, p. 93).

Para Apel, independentemente das emoções que as fotografias de ruínas despertem, *"desde o prazer até a inquietação"*, independentemente dos objetivos das fotografias, sejam *"lamentar, elogiar ou celebrar a decadência que representa"*, sejam *"criticar implicitamente as forças ou os efeitos do declínio" ou "acolher a beleza ou a melancolia desses efeitos"*; o que as fotografias das ruínas não conseguem fazer é *"disfarçar o impasse do progresso que as ruínas representam"* (Apel, 2015, p. 100). Evidencia-se, portanto, o potencial para desafiar os *"discursos"* (DeSilvey & Edensor, 2012, p. 05), as *"versões"* (Edensor, 2005, p. 15) e as *"ideologias"* (Schönle, 2006, p. 653) do progresso que as ruínas possuem. Elas se tornam, em si mesmas, críticas à *"marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo"* (Benjamin, 1987 [1940], p. 229).

Dessa forma, para Apel,

> *à medida que o medo do declínio cresce, o limiar para o prazer estético compensatório também cresce, exigindo que mais expressões de ruína e desastre sejam dominadas*

> *mentalmente, a fim de obter uma sensação de segurança. O apetite por imagens de ruína aumenta, em outras palavras, à medida que os medos da ruína, que impulsionam a necessidade de conter e controlar esses medos, aumentam mais intensamente, imbuindo as imagens de ruína com um poder cultural cada vez maior.* (Apel, 2015, p. 10)

Portanto, as fotografias dos exploradores urbanos e as próprias explorações urbanas acabam por ocupar uma posição dúbia quando inseridas nos debates sobre patrimônio. Afinal, por um lado, as explorações urbanas podem dar visibilidade a lugares invisíveis; podem exortar memórias esquecidas e sensibilidades adormecidas; e podem contribuir para a ampliação e democratização do debate sobre preservação e interpretação patrimonial (Arboleda, 2016). Por outro lado, as explorações urbanas e a disseminação da imagética das ruínas podem ampliar a degradação simbólica que aqueles espaços podem representar; podem ampliar a invisibilidade social dos que foram afetados pelo processo em si, seja ele resultado de desindustrialização e ou desinvestimento.

Neste sentido, é necessário levar em consideração as próprias maneiras como se desenvolvem as atividades de exploração urbana, pois elas possuem duas vertentes: a primeira sendo a exploração *"performática"*, na qual se coloca em primeiro plano a transgressão da ocupação e a criação de narrativas particulares sobre a importância histórica dos lugares explorados. Essa prática desenvolve-se geralmente sem publicidade para evitar que a cultura material seja vandalizada e para evitar que se torne um local atrativo a turistas. A exploração performática seria uma forma alternativa de preservar o patrimônio sem, no entanto, tomar medidas de preservação; celebrando-se a decadência e assumindo a perda progressiva da cultura material como inevitável.[7]

Talvez por ser a vertente de exploração urbana mais conhecida e disseminada, na exploração performática, com sua forma e estrutura amadoras, os exploradores são vistos como pessoas que não compreendem a importância, os valores e a história dos lugares visitados.

Afinal, conforme critica Apel, os exploradores urbanos em sua *"perpétua missão de recuperar a emoção da descoberta infantil"* (Apel, 2015, p. 61), acabam por fazer da exploração

[7] A essa abordagem também se dá o nome de "laissez-faire", perspectiva na qual não pretende interferir no destino da cultura material, ainda que isso acarrete o seu desaparecimento (Lang, P. 2008. "Stalker Unbounded: Urban Activism and the Terrain Vague." In Heterotopia and the City: Public Space in a Postcivil Society, edited by M. Dehaene and L. De Cauter, 215–224. London: Routledge. P. 223. *Apud* Arboleda, 2016. p. 371.)

urbana *"uma experiência pessoal inestimável"* em que as ruínas não passariam de *"estruturas bonitas que devem ser deixadas em decomposição naturalmente sem intervenção humana"* (Apel, 2015, p. 59).

Para Apel, a *"ênfase na experiência subjetiva"* seria uma *"estratégia estética para sobreviver em um ambiente deprimido"* que acaba por levar seus praticantes a uma percepção de que o declínio não é apenas *"historicamente inevitável, mas até desejável"* (Apel, 2015, p. 59).

Ou seja, as explorações urbanas acabam por se caracterizar também por uma concepção de história carente de criticidade e que se refere a uma *"conexão pessoal imaginada com o passado e seus habitantes anônimos"*, sendo, portanto, desprovidas de historicidade (Apel, 2015, pp. 60-61). Ainda que *"críticas importantes tenham sido feitas a sítios comemorativos ou patrimoniais oficiais"*, fica nítida a *"abordagem a-histórica"* que a maioria dos praticantes de exploração urbana têm em relação às ruínas (Apel, 2015, p. 67).

Assim, qualquer

> *ideia de preservar a história se subordina à experiência pessoal e subjetiva da exploração da ruína - a sensação de tempo suspenso; a emoção da transgressão; o drama da cor, luz e clima; a escala e a magnitude do abandono industrial - fetichizando a beleza da deterioração enquanto contém e controla a ansiedade do declínio.* (Apel, 2015, p. 99)

Estas críticas parecem desconsiderar, porém, que nas explorações performáticas o patrimônio não é cultura material em si ou a história que a partir deles se pode narrar, mas as experiências dos indivíduos com os lugares, construções e objetos. Nas explorações performáticas, portanto, o patrimônio seria a própria *"experiência"* (Smith, 2006, p. 212) que as ruínas podem proporcionar.

Para Arboleda (2016), a *"experiência como patrimônio"* (Smith, 2006) evidencia um tal *"nível de intimidade e senso de pertencimento"* dos exploradores performáticos que sua opção por manter os locais explorados em segredo seria, para eles, uma maneira de protegê-los de eventuais vandalismos e da massificação turística. Arboleda, assim, relaciona as explorações performáticas como casos de *"patrimônio entrópico"* (DeSilvey, 2005) e *"patrimônio alternativo"* (Merrill, 2014), nos quais *"o sigilo busca, respectivamente, a ruína progressiva e a falta de atenção do grande público e instituições como o destino ideal para manter a autenticidade dos locais"* (Arboleda, 2016, p. 369).

Contudo, exatamente pelo fato de tais experiências não serem abertas aos cidadãos em geral, dificulta-se a produção, difusão e troca do conhecimento e saber produzido; o que acaba por restringir o próprio valor das ruínas. Isso significa, porém, que as ações patrimoniais oficiais ou institucionais sejam mais inclusivas ou que promovam uma maior historicização da cultura material patrimonializada.

Isso porque, conforme Smith, tais instituições podem se apresentar como *"discursos autorizados sobre o patrimônio"*, cujo foco

> *concentra a atenção em objetos materiais, locais, lugares e/ou paisagens esteticamente agradáveis, que as gerações atuais 'devem' cuidar, proteger e reverenciar para que possam ser passados às nebulosas futuras gerações para sua "educação" e para criar um senso de comum identidade baseada no passado.* (Smith, 2006, p. 29)

Nesse sentido, esses discursos autorizados sobre o patrimônio acabam por definir *"quem são os legítimos porta-vozes do passado"* (Smith, 2006, p. 31). Como afirma Smith,

> *tradicionalmente, o patrimônio tem sido concebido nos discursos autorizados sobre o patrimônio como um "local", "objeto", edifício ou outra estrutura com limites identificáveis que podem ser mapeados, pesquisados, registrados e colocados em registros de sites nacionais ou internacionais* (Smith, 2006, p. 31).

Em contrapartida, ao contestarem as reivindicações das autoridades sobre os direitos de acesso aos espaços abandonados, *"os exploradores urbanos se reapropriam da arquitetura que foi abandonada"* (Sørensen, 2007, p. 89) e dão visibilidade aos desafios que ruínas industriais colocam às próprias convenções de ordenamento do espaço, especialmente do espaço urbano (DeSilvey & Edensor, 2012, p. 468). Por isso, para Sørensen, as explorações urbanas

> *desafiam tanto a atitude normativa e burguesa quanto ao que a arquitetura representa, as noções históricas culturais de como as ruínas do passado devem ser organizadas e experienciadas, bem como as definições e listas canonizadas de locais de patrimônio cultural.* (Sørensen, 2007, p. 90)

Como consequência, os discursos autorizados sobre o patrimônio, evidencia Smith, reduzem tanto do conceito de patrimônio, quanto dos conflitos que envolvem a seleção patrimonial. Afinal, os conflitos deixam de ter natureza *"social, cultural ou histórica"* sobre o *"significado, valor ou natureza do patrimônio, ou mais amplamente o passado"*, para se tornarem

"conflitos discretos e específicos sobre locais individuais e/ou problemas técnicos de gerenciamento dos sítios" (Smith, 2006, p. 31).

Nesse sentido, as críticas de Apel sobre a ausência de um caráter profissional, no âmbito da história, na abordagem ao patrimônio que se configuram as ruínas contemporâneas e a exclusão/invisibilidade social que as explorações urbanas acabam por reforçar; encontram sua contrapartida nos discursos autorizados do patrimônio que pouco estimulam um *"senso de 'ação' ou envolvimento crítico por parte de usuários não especialistas do patrimônio"*, pois para engajar-se com o patrimônio seria apenas *"receber a sabedoria e o conhecimento de historiadores, arqueólogos e outros especialistas"* (Smith, 2006, p. 34).

É precisamente sobre a problemática da inclusão em torno dos processos de patrimonialização que a segunda vertente de exploração urbana se debruça. Na chamada *"exploração comunicativa"* os exploradores coletam dados sobre a história e o estado atual de conservação da cultura material com o objetivo de torná-la conhecida do público e de autoridades competentes, de modo a dar a visibilidade necessária para ampliar o debate sobre preservação e memória mais inclusivas (Arboleda, 2016).

Apesar de demonstrarem que as terminologias *"invasores"* e *"exploradores"*, utilizadas pelos exploradores urbanos para se referir às diferentes percepções que têm de si, sejam uma forma de evidenciar as demarcações sociais que existem entre os praticantes; Apel, e High & Lewis homogeneízam as práticas sem sequer levar em consideração os próprios conflitos entre exploradores performáticos e comunicativos pelo fato destes atuarem como *"ativistas não oficiais do patrimônio"* (Arboleda, 2016, p. 378).

Além disso, Apel, High & Lewis, ao minimizarem o desejo e a autopercepção dos exploradores urbanos de que seus registros possam contribuir para *"preservar a história"* (High & Lewis, 2007, p. 50), de certa maneira, flertam com os discursos autorizados sobre o patrimônio, pois parecem deslegitimar o valor social da *"concepção subjetiva"* (Apel, 2015, p. 60) que os exploradores urbanos têm da história em favor de uma concepção de história acadêmica e profissional sobre o patrimônio.

Arboleda mostra que, embora não rejeite as práticas da exploração performática, a exploração comunicativa faz da *"ação comunicativa"* (Dicks, 2000; Harrison, 2004) uma forma

de ativismo pela preservação patrimonial da cultura material abandonada e ignorada pelos discursos autorizados sobre o patrimônio.

Ao contribuírem para *"debates públicos abertos sobre formas inclusivas de preservação e interpretação"* (Arboleda, 2016, p. 370) as explorações urbanas comunicativas acabam por promover a democratização do patrimônio. Ao fazer com que a cultura material arruinada e abandonada seja conhecida e acessível a mais pessoas, a exploração urbana comunicativa amplia o público e as questões em torno dos debates patrimoniais, tornando-os mais inclusivos e democráticos.[8]

Não sendo um fim em si mesmo, como a exploração performática, a exploração comunicativa se torna uma forma de engajamento social para preservar e valorizar o patrimônio cultural material.

Para Stones, que não faz distinção entre as duas práticas, a exploração urbana é uma *"forma legítima de visitação, valorização e registro do patrimônio"* (Stones, 2016, p. 301). Para Sørensen, a exploração urbana representa *"uma abordagem prática notável do que pode ser chamado de estudo quase acadêmico de um campo fenomenológico primário de investigação, a saber, o encontro corporal com o mundo material"*. Desse modo, a virtude da exploração urbana estaria precisamente na sua capacidade de focar-se nos detalhes dos espaços que explora, *"isto é, a maneira como eles se materializam como ruína e desolação"*; e no reconhecimento de que *"cada edifício é único em virtude de sua materialidade particular"* (Sørensen, 2007, p. 90).

Dessa perspectiva, o foco das explorações urbanas na cultura material degradada é precisamente o que evidencia seu potencial como forma engajamento com a Arqueologia, por exemplo, porque ela joga luz em como a materialidade da ruína, o abandono e decadência impactam na experiência humana dos lugares (Sørensen, 2007, p. 90); sem significar,

[8] Chama a atenção as semelhanças entre a dificuldade de aceitação enfrentada pela exploração urbana como prática de valorização do patrimônio industrial e a dificuldade que a Arqueologia Industrial teve para se firmar como disciplina autônoma nas décadas de 1960 e 1970 (Pozzer, 2007, p. 227). Isso porque a Arqueologia Industrial se desenvolveu em função da urgência de proteger o patrimônio industrial ameaçado pela renovação urbana que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, inicialmente em Inglaterra, o que determinou também a presença de amadores num primeiro momento (Pozzer, 2007, p. 221). Tal como início das atividades da Arqueologia Industrial (década de 1950), a presença significativa de amadores nas explorações urbanas permite uma grande diversidade de ações e apropriações do patrimônio industrial. Porém, é precisamente a presença de amadores que acaba por se constituir uma de suas forças e uma das fraquezas. Se em ambos os casos, a inclusão de mais cidadãos na defesa e preservação patrimonial pode ampliar o saber e fortalecer a democratização das noções de patrimônio ao ressignificá-lo; em contrapartida, no caso das explorações urbanas, apenas uma parcela de seus praticantes preocupa-se com a preservação da cultura material arruinada; e no caso da Arqueologia Industrial, a presença amadora na década de 1950 e início da década de 1960 dificultaram a própria consolidação acadêmica da disciplina, pois, à época, quaisquer ações e/ou intervenções passaram a ser chamadas de Arqueologia Industrial (Pozzer, 2007, pp. 233-235).

necessariamente, que a experiência estética das ruínas faça com que se ignore a historicidade dos lugares.

Com isso, as explorações urbanas podem desafiar definições de patrimônio convencionais, particularmente no que diz respeito à compreensão, valorização e engajamento, com implicações importantes para o envolvimento e diversificação do público (Stones, 2016).

Até porque as explorações urbanas podem representar uma superação da prática normativa em projetos de reabilitação do patrimônio industrial abandonado e arruinado em que o foco é a sua transformação material. Se reorganizações, reformas, restaurações e reconstruções implicam a *"construção de uma nova realidade"*, pois a transformação do sítio provocaria uma nova percepção (Feucht, 2017, p. 59); o contrário também é possível, pois as percepções sobre o sítios também os transformam sem que seja necessário tanto esforço material para valorizá-los (Feucht, 2017, p. 59).

3.2. O caminho das explorações urbanas: a *flânerie* e a *deriva*

Em termos patrimoniais, as explorações urbanas (sobretudo as comunicativas) constituem uma evidência de sensibilização patrimonial com a cultura material excluída das *"imagens das cidades"* e frequentemente negligenciadas pelas instituições oficiais (Arboleda, 2016, p. 378) e promovem apropriações materiais e simbólicas contestadas dos lugares onde são praticadas (Le Gallou, 2018).

Assim, além de poder servir para ampliar as fronteiras do debate sobre patrimônio, a exploração urbana, em suas diferentes manifestações (que incluem também jogos e instalações de arte), tem potencial para se tornar uma forma de intervenção e engajamento crítico sobre o espaço urbano (Pinder, 2005), podendo impulsionar novas abordagens e análises sobre as cidades.

Em consequência disso, ainda que carregue em si um sem-número de contradições sociais, de significação e de representação simbólica dos espaços arruinados; a exploração urbana torna-se um ato político ao questionar das relações de poder e as formas de ocupação do espaço urbano e da materialidade das cidades.

Tal componente político, porém, não foi gerado pelas explorações urbanas, mas podem ser verificados em um caminho de *"tradições anteriores"* (Coverley, 2006) que remontam a aspectos essenciais da exploração urbana.

Nesse sentido, por exemplo, na década de 1950, a proposta psicogeográfica e o procedimento da *"deriva"*, oriundos da Internacional Situacionista, estão associadas ao desenvolvimento das atividades de exploração urbana. Este movimento surgiu no pós-guerra, entre as décadas 1950 e 1960, quando proliferaram estudos e novas perspectivas sobre as cidades e a vida urbana, incluindo a geografia cultural.

Pinder (2005) mostra que já no editorial do periódico de exploração urbana *Transgressions: A Journal of Urban* Exploration, lançado em 1995, Alastair Bonnett evidenciou a preocupação com a reavaliação crítica da política e potencialidades do espaço urbano. E, embora tradições anarquistas e socialistas compusessem parte do arcabouço teórico da exploração urbana, a inspiração dos situacionistas foi decisiva, pois, conforme Bonnet, *"eram as qualidades lúdicas da visão situacionista, sua afirmação e fascinação pelos prazeres e aventuras da vida urbana, que têm mais que qualquer outra coisa, inspirou a inclusão do termo 'exploração' em nosso título"* (Bonnett, 1995, pp. 05-06 *Apud* Pinder, 2005, p. 389).

Segundo Bonnett (2014), a psicogeografia foi retomada em vários contextos culturais e passou a ser associada a explorações criativas, íntimas e historicamente sintonizadas de lugares ocultos e narrativas de lugares. Sua primeira fase se deu com os Situacionistas e a segunda fase nos anos 1980, quando da redescoberta e reinvenção desse método *"como parte de uma virada mais ampla em direção à importância do lugar dentro da cultura popular, arte e literatura"*. Posteriormente, a partir de meados dos anos 1990 e anos 2000, emergem as atividades de exploração urbana, *"esse nascente movimento popular, que envolve pessoas na redescoberta aos aspectos ocultos dos ambientes locais e que parece refletir um desejo generalizado de redescobrir o lugar como um local de aventura"* (Bonnet, 2014).

Para Coverley (2006, p. 10), a psicogeografia ao mesmo tempo em que foi uma ferramenta para transformar a vida urbana, em princípio esteticamente e depois politicamente, buscou examinar o modo como o espaço urbano impacta as emoções e os comportamentos das pessoas. Para Pinder, tal como outras formas de imersão no espaço urbano, anteriores e posteriores, a psicogeografia possuía um *"ar marginal e subterrâneo não menos importante*

através de seu foco no oculto, esquecido e obscuro", pois assenta suas fundações nas práticas das ruas, *"em seus fragmentos, materiais cotidianos e detritos"* (Pinder, 2005, p. 389).

As próprias características da psicogeografia salientadas por Coverley aproximam-na da exploração urbana, sobretudo na sua vertente performática: *"a perambulação urbana, a reformulação imaginativa da cidade, o senso sobrenatural do espírito do lugar, as percepções e justaposições inesperadas criadas pela deriva sem objetivo, as novas maneiras de experimentar um ambiente familiar"* (Coverley, 2006, p. 31).

A própria *"deriva"*, segundo Guy Debord, fundador do movimento Situacionista, *"está ligada indissoluvelmente ao reconhecimento de efeitos da natureza psicogeográfica, e à afirmação de um comportamento lúdico construtivo, o que se opõe em todos os aspectos às noções clássicas de viagem e passeio"*, porque quem a pratica renuncia temporariamente às relações às quais se submete, *"para entregar-se às solicitações do terreno e das pessoas os que nele venham encontrar"* (Debord, 1958; 2003, p. 87).[9]

Em contrapartida, Lefebvre, cujo trabalho influenciou os Situacionistas e que após um período inicial em que foi atraído pela ideia de engajamento na experimentação espacial, de foco na transformação urbana e na crítica global que propunham (Milgrom, 2008, p. 276); no início da década de 1960, passou a entender o movimento Situacionista como uma resposta utópica aos problemas da cultura tecnológica e da civilização industrial (Merrifield, 2008, p. 180), pois discordava da crença situacionista no potencial revolucionário de situações ou eventos de curto prazo. Segundo McLeod, Lefebvre acreditava que uma transformação revolucionária era um processo mais lento e abrangente, menos teatral e individualista, exigindo um envolvimento mais histórico com a vida cotidiana (McLeod, 1997, p. 21 *Apud* Milgrom, 2008, p. 276).

Para Lefebvre, os Situacionistas concentravam

> *sua atenção na descrição das cidades, no espaço urbano e no seu uso para brincar, e em todas as formas de participação que dele derivam. Resumindo: os situacionistas mais brilhantes estão explorando e testando um tipo de utopismo vivido, buscando uma consciência e uma atividade construtiva que será desalienante, em contraste com as estruturas alienadas e as situações alienantes que são comuns na "modernidade".* (Lefebvre, 1995 [1962], p. 346)

[9] O texto "Teoria da Deriva" foi originalmente publicado na Revista da Internacional Situacionista n° 2, em dezembro de 1958.

Entretanto, como afirmava Khatib, outro membro da Internacional Situacionista, o fato de a deriva e a psicogeografia terem deixado o espaço urbano e a arquitetura dirigirem o movimento do caminhante, tal caminhar não era descompromissado ou passivo, pois a deriva era uma forma de ação e uma forma de conhecimento (Khatib, 1996, p. 73 *Apud* Richardson, 2015, p. 02).

Berenstein (2003) evidencia as mudanças na escala de preocupação e nas áreas de atuação da Internacional Situacionista. Da vanguarda interessada em questionar padrões vigentes da arte moderna, passaram a perceber *"que esta arte total seria basicamente urbana e estaria em relação direta com a cidade e com a vida urbana em geral"*. A atuação passou a ser no sentido de investigar a *"experiência da cidade"* pela psicogeografia e pela deriva, para propor uma *"cidade situacionista"*. Mas o aprofundamento das *"experiências urbanas"* levou ao abandono da *"ideia de propor cidades reais"* para fazerem *"crítica feroz contra o urbanismo e o planejamento em geral"* (Berenstein, 2003, pp. 18-19). Conforme Berenstein,

> *se eles se posicionavam cada vez mais contra o urbanismo, ficaram sempre a favor das cidades, ou seja, eram contra o monopólio urbano dos urbanistas e planejadores em geral, e a favor de uma construção realmente coletiva das cidades.*
> *(...) Qualquer construção dependeria da participação ativa dos cidadãos, o que só seria possível por meio de uma verdadeira revolução da vida cotidiana.*
> *(...) Enquanto os modernos acreditaram, em um primeiro momento, que a arquitetura e o urbanismo poderiam mudar a sociedade, os situacionistas estavam convictos de que a própria sociedade deveria mudar a arquitetura e o urbanismo.* (Berenstein, 2003, p. 19)

Portanto, a deriva e a psicogeografia não apenas se ligam às explorações urbanas por seus métodos, mas também por seus objetivos, independentemente da vertente, porque tanto se configuram como uma imersão na experiência quanto uma produção de saber sobre o local que se experimenta.

Também na exploração urbana fica evidente as mudanças nas práticas, preocupações e formas de se relacionar com o espaço arruinado e abandonado a que se dedicam, pois ampliaram-se os debates nos conceitos de patrimônio buscando democratizá-lo – seja na tipologia dos bens a serem protegidos como na busca por ampliação da participação popular junto às instituições oficiais de preservação patrimonial.

Portanto, da imersão na experiência junto às ruínas e conjuntos edificados abandonados cujo valor estaria em si mesmo, que propunha a exploração performática; a exploração urbana passou ao questionamento da estrutura econômica, social e política que não apenas criaram as ruínas contemporâneas como também as excluíram das definições de patrimônio oficiais.

Embora, conforme indica Coverley, a conceptualização da psicogeografia e da própria deriva possam estar restritas a Paris do final da década de 1950 e meados da década de 1960, ela não apenas foi sucedida por outras vertentes de ocupação do espaço urbano, dentre as quais se destacam as explorações urbanas, como foram precedidas por tradições e sujeitos anteriores muitas vezes negligenciados ou obscurecidos na compreensão da historicidade destas teorias, práticas, métodos e experiências (Coverley, 2006, p. 31). Segundo Monte, as concepções urbanas Situacionistas possuem um *"lastro histórico de experimentações, teorias e bibliografias que já traziam consigo elementos análogos no combate contra uma sociedade racionalista e burocrática"* (Monte, 2016, p. 39).[10]

Este *"lastro histórico"* foi imortalizado nas trajetórias e obras de artistas e escritores cujo palco, ateliê e objeto de análise e criação eram as cidades, as paisagens urbanas e industriais.

Thomas de Quincey, um dos responsáveis pela criação e disseminação do andarilho urbano como personagem central em narrativas literárias, ao lado de William Blake, por exemplo, ofereceu visões sobre a paisagem londrina que estimulavam o imaginário urbano e refletiam os afetos e evidenciavam as subjetividades que se desenvolviam na relação com a cidade. Robert Louis Stevenson e Arthur Machen, ao explorarem a cidade, suas vielas e perímetros mais distantes e anônimos, contribuíram para disseminar um tom ameaçador, sinistro e violento no imaginário da metrópole londrina (Coverley, 2006). Friedrich Engels,[11] em contrapartida, registrou como era a vida dos anônimos trabalhadores ingleses nas áreas pobres das grandes cidades industriais inglesas. Edgar Alan Poe, no seu conto *"O homem da multidão"* (1840), por sua vez, criou as fundações para o *flâneur* de Charles Baudelaire (cuja primeira aparição é no ensaio *Le Peintre de la vie moderne*, de 1863) e que viria a impactar na obra de Walter Benjamin; embora este faça

[10] Incluem-se, obviamente, outras práticas relacionadas à psicogeografia, como o urbanismo unitário dos letristas ou as "andanças" (*déambulations*) dos Surrealistas. Além disso, podem-se incluir a recente Mitogeografia como uma derivação de todas essas práticas. Cf. Smith, Phil. Mythogeography: A Manifesto. *In* https://triarchypress.weebly.com/uploads/1/4/0/0/14002490/mythogeography_manifesto.pdf

[11] Engels, Friedrich. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. Porto: Afrontamento, 1975.

distinção conceitual entre os personagens dos dois autores; *"o homem da multidão não é flâneur"* (Benjamin, 2007, p. 181).

Para McGarrigle, a psicogeografia e a deriva inspiraram-se no *flâneur*, mas substituíram sua *"passividade"* por uma agenda política e ativista aberta que buscava não apenas observar, mas ativamente mudar o espaço urbano (McGarrigle, 2013, p. 02).

Entretanto, a carência de agenda política do *flâneur* não o coloca como mero espectador da vida urbana, pois ele a interpreta, registra e produz saber. Não é, portanto *"apenas um observador"*, mas *"também pode ser um produtor"*, seja de *"textos literários,(...) textos ilustrativos (incluindo pintura), produtor de narrativas e reportagens, produtor de textos jornalísticos, produtor de textos sociológicos"* (Frisby, 2006, p. 83).

Para Featherstone (1998), por um lado, o *flâneur* pode ser visto como alguém dado ao ócio, mas, por outro lado, ele também é um observador, quase um detetive, a pessoa que tem o olhar sempre atento, que toma notas e produz classificações. Para Milburn (2009, p. 02), o *flâneur* adquire *"dados empíricos"* simplesmente pelo fato de passear, olhar, ouvir, cheirar e sentir os lugares pelos quais passa; e, eventualmente, registra os dados sob a forma que melhor lhe convier. Por isso, *"em certo sentido, o flâneur é mais identificável pelo que faz - engajando-se na flânerie - do que por quem ele é ou como é"* (Milburn, 2009, p. 02).

Nesse sentido, tanto o *flâneur* quanto a *flânerie* relacionam-se na essência com a liberdade, com os significados para a existência ou a ausência destes, e com estar junto de outras pessoas no espaço urbano (Tester, 2006, p. 08). Segundo Jenks, seu poder reside precisamente na possibilidade de caminhar livremente e aparentemente sem propósito, mas *"simultaneamente com uma curiosidade inquisitiva e uma capacidade infinita de absorver as atividades do coletivo"*, da *"multidão"* (Jenks, 1995, p. 146).

Para D'Angelo, entretanto, esse poder proveniente da *"versatilidade e mobilidade do flâneur no interior da cidade"* é fruto da *"ilusão de estar isento de condicionamentos históricos e sociais"* (D'Angelo, 2006, p. 242). Conforme assinalam Coverley (2006, p. 61) e Monte (2016, p. 44), o *flâneur* é um personagem idealizado para um cenário igualmente idealizado, a cidade; e, embora seja possível relacionar-se com ele, não há sujeito social concreto que atinja o modelo que ele representa. Para Tester, *"o flâneur é uma fusão de uma pessoa, uma metáfora, um modo de ver e uma maneira de expressar"* (Tester, 2006, p. 07).

Em resumo, como afirma Solnit, *"o único problema com o flâneur é que ele não existia, exceto como um tipo, um ideal e um personagem na literatura"* (Solnit, 2002, pp. Parte III, Capítulo 12, parágrafo 09).

Como figura idealizada, portanto, o *flâneur* possui uma representação social múltipla na ordem capitalista urbana e na própria relação com a cidade. Conforme assinala D'Angelo (2006, p. 244), o *flâneur* submete seu tempo *"ao ritmo de seu próprio devaneio, ele sobrepõe o ócio ao 'lazer' e resiste ao tempo matematizado da indústria"*, o que o torna uma forma de resistência à lógica capitalista.

Por outro lado, segundo Sennet (1978, p. 264), a leitura de Benjamin sobre o *flâneur* mostra que é precisamente a posição de classe, enquanto burguês, que lhe enquadra na lógica capitalista e que lhe dá o privilégio de se deslocar pela cidade sem ser ditado pelo ritmo do trabalho a que se submete a classe operária. Entretanto, como afirma Frisby, o *flâneur* é marginalizado pela burguesia, que o obriga a ocupar uma posição social móvel, mas geralmente descendente, justamente por não se submeter à mudança no conceito de tempo (Schivelbusch, 2014 [1986]; Whitrow, 2013; 1998) operada pela modernidade industrial (Frisby, 2001, p. 33), na qual *"tempo como duração perde sua importância diante do tempo mercadoria"* (D'Angelo, 2006, p. 244).

Desse modo, a marginalidade e ambivalência social do *flâneur* também se observa na sua posição dentro da própria cidade, pois ele busca asilo na multidão (Frisby, 2001, p. 33); e, como evidenciou Benjamin, ele não existe sem ela, mas não se deixa confundir com ela (D'Angelo, 2006, p. 242).

Assim, pode-se afirmar que as transformações nas cidades – industrialização, transformações nas percepções de tempo, alterações nas estruturas e condições sociais, aglomeração populacional etc. – e as circunstâncias materiais que permitiram a idealização do *flâneur* no tecido urbano são tão importantes quanto o desenvolvimento do *flâneur* em si (Milburn, 2009, p. 03). Se *"a cidade é o autêntico chão sagrado da flânerie"* (Benjamin, O Flâneur, 1989, p. 191) e *"fenômeno da banalização do espaço"* de modo a constituir-se em *"experiência fundamental do flâneur"* (Benjamin, 1989, p. 202), o próprio destino do *flâneur* está ligado ao destino da cidade que ele habita (Coverley, 2006, p. 20).

Não por acaso, Benjamin o situou historicamente junto ao aparecimento das galerias no século XIX em Paris, assim como assinalou seu *"desaparecimento"* a partir das reformas de

Haussmann. Por outro lado, Coverley destaca que são precisamente os *"processos invisíveis da cidade industrial"*, que reduzem o *flâneur* a *"uma engrenagem na máquina, um autômato governado pelas pressões de uma multidão bárbara, tanto herói do modernismo como sua vítima"* (Coverley, 2006, p. 64).

Como afirma Harvey, aludindo à Marx, *"viver na cidade é, no entanto, estar sempre sujeito aos seus poderes fetiche"* (Harvey, 2003, p. 54) enquanto mercadoria. Isso porque, segundo Marx, explica Harvey, as relações sociais são mediadas por objetos e coisas produzidas e que entram em circulação. Deste modo, os mesmos objetos e as coisas acabam por ser impregnados de significados sociais porque incorporam o trabalho social, ação humana e acabam, portanto, por representar as relações sociais:

> *As ruas, os bairros, apartamentos, escadas e portas estão impregnados de significado social (...) Os interiores internalizam e espelham forças sociais mais amplas. (...) As relações materiais entre as pessoas estão evidentes em toda parte, assim como as inúmeras maneiras com que as relações sociais estão incorporadas no interior das coisas. Por isso, qualquer reconstrução das coisas envolve uma reconfiguração das relações sociais: ao criar e recriar a cidade nós criamos e recriamos a nós mesmos, tanto individual quanto coletivamente. Construir a cidade como um ser sensível é reconhecer seu potencial como um corpo político.* (Harvey, 2003, pp. 53-54)

E é precisamente nesse aspecto que as práticas do *flâneur*, cujo exemplo de Harvey vem dos escritos de Balzac, servem para *"para entender, confrontar e até dominar o fetiche"* e *"desvendar os mistérios das relações sociais e da cidade"* (Harvey, 2003, p. 54). Para Harvey, essa concepção é democrática, pois qualquer pessoa pode fazer o papel do *flâneur* e, *"portanto, superar o fetichismo e escapar dele"* (Harvey, 2003, p. 55). Desse modo, o *flâneur* torna-se sujeito social e não apenas espectador da realidade urbana. Ao mapear a cidade, evoca-se suas qualidades vívidas, tornando-a legível (Harvey, 2003, p. 55).

Por isso, embora não possa ser descrito ou localizado, a busca por esse personagem idealizado que se constitui o *flâneur* criou *"novas formas de vivenciar a cidade"* (Coverley, 2006, p. 62) e permitiu o engajamento em alguma versão da *flânerie* (Solnit, 2002, pp. Parte III, Capítulo 12, parágrafo 09).

Dessa forma, como assinala Coverley, a figura do *flâneur* recuperou *"a cidade como o local para a experimentação política e estética"* (Coverley, 2006, p. 59) e acabou por desconstruir

a ideia de passividade e de sujeição à cidade, tornando-se a representação de um sujeito social por sua presença e estabelecimento de relações com o espaço urbano que transforma os locais por onde passa ao mesmo tempo em que é transformado por ele.

O *flâneur*, portanto, é um *"leitor da cidade"*, ele *"transforma a cidade em um espaço para ser lido, um objeto de investigação"* (Massagli, 2008, p. 57) semiótica. Sua característica fundamental é fazer *"da rua"*, do espaço urbano, *"sua casa"* (Coverley, 2006, p. 65). A *flânerie* é uma forma de imergir em *"sensações da cidade, banhar-se na multidão, perder-se em sentimentos, sucumbir à atração de desejos aleatórios e aos prazeres da escopofilia"* (Featherstone, 1998, p. 913), um meio para apreender, perceber, experimentar e representar o ambiente, o panorama e o espaço urbano (Massagli, 2008, p. 55).

A *flânerie*, portanto, não é apenas uma experiência que permite ao sujeito completar sua identidade, compreender sua existência e *"substituir a sensação de luto por um sentido de vida"* (Tester, 2006, p. 07), tampouco uma atividade ociosa e passiva. Ela ganha contornos políticos, pois serve também como método *"para descobrir os vestígios de significado social embutidos no tecido em camadas da cidade"*, ajuda a posicionar-se perante o *"choque e a descontinuidade experimentados na cidade moderna"* (Featherstone, 1998, p. 910), age como uma reapropriação do espaço urbano das lógicas do consumismo (McGarrigle, 2013, pp. 01-06).

Desta forma, se é possível afirmar que a *flânerie*, a deriva e as explorações urbanas evidenciam possibilidades para novas sensibilidades estéticas, sociais e políticas na cidade capitalista e industrial (sem ignorar que, no caso das explorações urbanas, as manifestações políticas giram em torno do espaço urbano abandonado e degradado); é possível afirmar também que as formas de a sociedade se relacionar com seus espaços e com sua cultura material produzem sensibilidades também de ordem política e social; cultural e econômica; histórica e geográfica; arquitetônica e urbanística. Ou seja, as formas de engajamento da sociedade com sua cultura material, portanto, podem evidenciar como ela pensa a si mesma no tempo.

3.3. As explorações urbanas entre o *espaço* e o *lugar*

Tanto para o idealizado *flâneur* do século XIX, quanto para os situacionistas das décadas de 1950-1960, quanto para os exploradores urbanos do final do século XX e início do século XXI,

as circunstâncias materiais contribuíram para a definição de suas existências e, ao mesmo tempo, para a construção de suas práticas e sensibilidades.

No século XIX os escritores e personagens, andarilhos urbanos ou *flâneur*s, surgem precisamente quando as cidades cresciam em função da atividade industrial e das mudanças sociais, culturais, temporais e sensoriais naquela realidade. Autores, suas criações e as práticas de experiência urbana neles inspirados são produto e evidência das transformações que se processaram no seio das atividades e cidades industriais disseminadas em diferentes locais, na medida do necessário e do possível, e em diferentes momentos.

No caso dos exploradores urbanos, sua própria existência é condicionada pela existência da cultura material degradada, pelo abandono e pela ruína. A exploração urbana, em sua própria historicidade, então, é resultado dos processos de desindustrialização/desinvestimento e do abandono da cultura material industrial e urbana. Suas práticas se constituem novos olhares e novas formas de se relacionar com o patrimônio, menos institucionais, não apenas acadêmicas e com potencial para serem mais democráticas e plurais, apesar das suas contradições.

Assim, a exploração urbana é uma manifestação contemporânea das múltiplas formas de apropriação social, política e simbólica do espaço urbano e de sua cultura material. Apesar de terem na degradação e na própria manutenção das estruturas degradadas um dos seus pilares fundamentais, a exploração urbana evidencia seu potencial patrimonial ao transformar o espaço explorado pela experiência, ao dar-lhe visibilidade e uma nova possibilidade de existência ao ressignificá-lo social e simbolicamente. Assim, aquela mesma materialidade degradada, aquelas ruínas industriais tornam-se portadoras de novos significados e podem se tornar vetores de transformações individuais e coletivas, daqueles que as experienciam e das comunidades nas quais se inserem.

Não por acaso, *"apesar da privação socioeconômica e da devastação material"*, há evidências de áreas em declínio industrial em que *"casas, bairros e cidades"* continuam investidos das *"noções de unidade familiar e comunitária" em torno da "nostalgia por um passado industrial compartilhado"* e da sensação de *"estabilidade em meio a mudanças socioeconômicas"* (Mah, 2012, p. 153; Mah, 2009).

Embora sejam evidentes os múltiplos valores que o patrimônio industrial abandonado e arruinado pode adquirir (Gilles, Frías, Ansaldo, Mocarquer, & Illanes, 2018); seu isolamento social

reduz sua potencialidade como vetores de transformações sociais ou mesmo ressignificados simbolicamente pelas comunidades que os envolvem.

Esse isolamento social não apenas impede qualquer possibilidade de se dar dignidade a esse patrimônio justamente porque aliena o cidadão de seus valores patrimoniais, sejam eles históricos e memoriais; mas também impede sua integração ao território (Simal, 2015), como vetor de conhecimento técnico, como lugar de trabalho, como arquitetura e engenharia e como paisagem cultural.

Esse isolamento faz com que esse patrimônio deixe de existir física e socialmente no próprio território, que acaba por ter, então, uma lacuna cultural. Como afirmam Bagnato & Martinelli:

> *É por isso que ruínas, relíquias, traços históricos e assentamentos arqueológicos inteiros, se abandonados ou separados (espacial, funcional e socialmente) da vida urbana ou suburbana cotidiana, perdem o significado para a memória coletiva e se tornam resíduos, restos e desperdícios, às vezes até em conflito com a cidade e paisagem própria.* (Bagnato & Martinelli, 2019, pp. 156-157)

Segundo Simal (2015, p. 184), uma das dificuldades para regenerar antigos espaços industriais abandonados, obsoletos e arruinados é justamente encontrar canais eficazes para a participação das comunidades de modo a facilitar a identificação dos objetivos das transformações dos espaços de *"passivos"* para *"lugares ativos"* que contribuam para o desenvolvimento sustentável local em termos econômicos, ambientais e a culturais. Assim, este patrimônio necessita ser *"reabitado"* e *"encontrar sua razão de ser em um processo que deve ir desde a fábrica que fecha até a oportunidade que se abre"* de modo que este comprometimento social fortaleça vínculos entre a população local e o território, entre a memória e a contemporaneidade. (Simal, 2015, pp. 186-188)

Portanto, explorar essas ruínas contemporâneas significaria também entrar em contato com o próprio *"suporte visível da memória"* (Bresciani M. S., 1999). Afinal, as ruínas industriais, como cultura material são *"manifestações de seu próprio passado"* e compõem parte da *"estrutura física de seu próprio presente"*; razão pela qual *"as mudanças feitas no presente nos restos do passado (na forma de reconstruções e rearranjos) nos informam sobre o trabalho de remodelar essa memória coletiva que fortalece o senso de identidade das sociedades"* (Olivier, 2004, pp. 204-205).

Afinal, mesmo que as edificações tenham sofrido processo de alterações constantes, a *"memória está incorporada nos traços materiais dos ciclos de alteração e reparo arquitetônico"* da cultura material (Jones A. , 2007, p. 22). Ou seja, *"no que diz respeito às coisas materiais (...), o presente nada mais é do que a soma total de todos os tempos passados que coexistem fisicamente no momento presente"* (Olivier, 2004, p. 204). Portanto, a cultura material fornece as bases para a experimentação sensorial da memória de forma relacional (Jones A. , 2007, pp. 22-24).

Deste modo, a cultura material, seja na forma de estruturas arquitetônicas ou de artefatos, ao ser interpretada e reinterpretada, colabora para a formação das subjetividades daqueles que a acessam. Como objetos sociais, a cultura material edificada carrega valores e sentidos próprios de cada sociedade, não sendo, portanto, um simples reflexo passivo desta, mas partícipes ativos na sua formação (Zarankin, 2002, p. 39; Austin & Thomas, 1986, p. 46; Hodder, 1986, p. 143).

Experienciar a cultura material e o espaço das ruínas contemporâneas e industriais, então, como propõem as explorações urbanas, especialmente na sua vertente comunicativa, tem o potencial tanto para transformar os sujeitos que as exploram; quanto para ser uma forma de ressignificá-las simbolicamente como patrimônio ao questionar os discursos autorizados sobre ele; de evidenciar e valorizar sua história e de suas comunidades; além de poderem voltar a existir socialmente no espaço urbano precisamente a partir de seus valores enquanto cultura material. Afinal, seriam as *"relações socioespaciais"* que confeririam *"conteúdo ao espaço urbano e imprimem no tempo significados que se adensam materialmente"* (Crestani & Martins de Araújo Klein, 2017, p. 140).

Esse potencial transformador da experiência urbana,[12] tanto para os sujeitos que o experienciam quanto para o próprio espaço, fica evidente já na perspectiva de Lefebvre (1991 [1974]) sobre a produção do espaço urbano.

---

[12] A partir da década de 1960, ampliaram-se os paradigmas e reorientaram-se os olhares sobre o espaço urbano a partir da crítica marxista à cidade capitalista, traduzida nas décadas seguintes em perspectivas de análise sobre as transformações da modernidade "industrial" para "urbana" (Lefebvre, O direito à cidade, 2011 [1968]; A Revolução Urbana, 2002 [1970]; The production of space, 1991 [1974]); sobre a "sociedade do espetáculo" (Debord, A Sociedade do Espectáculo, 2005 [1967]); sobre a consolidação de uma "sociedade pós-industrial" (Touraine, The post-industrial society: Tomorrow's Social History: Classes, Conflicts and Culture in the Programmed Society, 1971 [1969]); sobre o papel da geografia na crítica às desigualdades sociais urbanas (Harvey, Social justice and the city, 2009 [1973]); sobre a ideologia que supunha o conceito de "urbano" e emergência de uma "sociedade da informação" (Castells, La cuestión urbana, 2014 [1972]; The rise of the network society (Information age - v. 1), 2010 [1996]); sobre a emergência da "sociedade disciplinar" (Foucault, Vigiar e punir: nascimento da prisão, 1987 [1975]) e sua transição para uma "sociedade de controle" (Deleuze, Postscript on the Societies of Control, 1992); sobre os conflitos entre modernização, modernismo e

Consciente da *"complexidade dos processos imaginários e simbólicos no domínio do espaço"*, Lefebvre *"reconstrói a crescente espacialização das relações sociais através da filosofia da história e da análise estrutural"* (Prigge, 2008, p. 48) e muda o foco de análise do espaço em si para a forma como ele é produzido, a partir de múltiplas práticas sociais e que o tornam socialmente produtivo; de modo a dar um caráter contraditório, conflitivo e político aos processos de produção do espaço (Stanek, 2011, p. ix).

Para Lefebvre, o domínio do espaço está intrinsecamente ligado à reprodução do capitalismo, sendo o resultado de um processo de produção concreto, um produto social que seria capaz de condensar e de evidenciar as próprias relações sociais que o produzem (Ronneberger, 2008, p. 136; Shields, 1991, p. 51): *"se o espaço é um produto, é de esperar que o nosso conhecimento reproduza e exponha o processo de produção"* (Lefebvre, 1991 [1974], p. 36).

Desta forma, *"a disposição do espaço urbano traduz as relações conflitantes entre o capital e o trabalho"*, evidenciadas materialmente e nas *"relações de poder projetadas territorialmente e nas práticas socioespaciais inscritas no espaço"* (Souza, 2009, p. 01).

Para Lefebvre, a produção do espaço se dá a partir de três dimensões dialeticamente interligadas (Schmid, 2008, p. 29; Shields, 1991, p. 52) e com caráter *"transcultural e transhistórico"* (Stanek, 2011, p. 81), cuja materialidade é produzida por meio das experiências do corpo humano (Schmid, 2008, p. 40) por meio das suas percepções, concepções e vivências.

Desta forma, as *"práticas do espaço"*, as *"representações do espaço"* e os *"espaços de representação"* são produzidos pelas experiências do ser humano ao serem *"percebidas"*, *"concebidas"* e *"vividas"*, respectivamente, mas de forma interconectada.

A primeira dimensão se refere às *"práticas do espaço"* e abrange a *"produção e reprodução, os locais específicos e os conjuntos espaciais característicos de cada formação social. A prática espacial garante continuidade e certo grau de coesão"* (Lefebvre, 1991 [1974], p. 33) social. Refere-se, portanto, à *"dimensão material da atividade e interação social"* permeada pela

modernidade (Berman, Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade, 1986 [1982]); sobre as práticas do cotidiano e a cultura de massas (De Certeau, A invenção do cotidiano: as artes de fazer, 1998 [1980]); sobre as diferentes formas do capital e do poder os símbolos na sociedade (Bourdieu, The forms of capital, 1986 [1983]; O poder simbólico, 1989) sobre o desenvolvimento da sociedade "pós-moderna" (Jameson, Postmodernism, or, The cultural logic of late capitalism., 1992); sobre a "supermodernidade" contemporânea (Augé, Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade, 2012 [1992]) e mesmo da "hipermodernidade" (Lipovetsky, Os tempos hipermodernos, 2004). Essa pluralidade de saberes, disciplinas e perspectivas deixam evidente a multiplicidade fragmentária das experiências no espaço urbano e na sua materialidade, que passaram a ser analisados como construções e produtos sociopolíticos por múltiplos sujeitos, que os transformaram e foram por eles transformados; a partir de suas sucessivas apropriações, significações, ressignificações e representações; de seu usos, relações de poder, produção e simbólicas; práticas, representações e experiências que ali se desenvolvem.

"simultaneidade das atividades" e por *"redes de interação e comunicação"* presentes no cotidiano ou no *"processo de produção"* (Schmid, 2008, p. 36).

Para Lefebvre, *"a prática espacial de uma sociedade é revelada através da decifração do espaço"* nos *"espaços percebidos entre a realidade diária"*, o cotidiano; e a *"realidade urbana"*, ou seja, *"as rotas e redes que ligam os lugares reservados ao trabalho, à vida e ao lazer 'privados'"* (Lefebvre, 1991 [1974], p. 38)

Desta forma, o *"espaço percebido"* é uma *"produção coletiva da realidade urbana"* e se relaciona *"aos ritmos de trabalho, atividades residenciais e de lazer por meio das quais a sociedade desenvolve e reproduz sua espacialidade"* (Ronneberger, 2008, p. 137).

Em segundo lugar, as *"representações do espaço"* se ligam *"às relações de produção e à 'ordem' que essas relações impõem e, portanto, ao conhecimento, aos signos, aos códigos e às relações 'frontais'"* (Lefebvre, 1991 [1974], p. 33). Segundo Schmid, as representações do espaço produzem imagens do espaço e consequentemente acabam por definir o próprio espaço. Por esta razão *"emergem no nível do discurso"* desde falas e descrições até cartografia, iconografia que representem o espaço. Incluem, portanto, os discursos científicos sobre o espaço, razão pela qual englobam *"as disciplinas especializadas que lidam com a produção dessas representações"*, como a arquitetura e urbanismo, *"mas também as ciências sociais"* (Schmid, 2008, pp. 36-37).

Para Lefebvre esses são os *"espaços concebidos"* pelos

> *cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas fragmentadores e engenheiros sociais, além dos artistas com inclinações científicas (...) Este é o espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção). As concepções de espaço tendem (...) a um sistema de sinais verbais (e, portanto, intelectualmente elaborados).* (Lefebvre, 1991 [1974], pp. 38-39)

Dessa forma, esse *"espaço concebido"* é construído pelos saberes científicos que pensam o espaço urbano e que recombinam à sua maneira os elementos que o compõem, de modo a valorizar, quantificar e administrar o espaço, *"apoiando e legitimando os modos de operação do estado e do capital"* (Ronneberger, 2008, p. 137).

Por fim, a terceira dimensão da produção do espaço são os *"espaços de representação"* que *"incorporam simbolismos complexos, ora codificados, ora não; ligam-se ao lado clandestino*

ou subterrâneo da vida social, como também à arte" (Lefebvre, 1991 [1974], p. 33).[13] Para Schmid, os *"espaços de representação"* dizem respeito *"à dimensão simbólica do espaço"* e

> *não se referem aos espaços em si, mas a outra coisa: um poder divino, os logotipos, o estado, o princípio masculino ou feminino e assim por diante. Essa dimensão da produção do espaço refere-se ao processo de significação que se liga a um símbolo (material). Os símbolos do espaço podem ser retirados da natureza, como árvores ou formações topográficas proeminentes; ou eles podem ser artefatos, edifícios e monumentos; eles também poderiam se desenvolver a partir de uma combinação de ambos, por exemplo, como as "paisagens".* (Schmid, 2008, p. 37)

São *"espaços vividos"* por quem faz uso deles cotidianamente *"através da mediação de imagens e símbolos"* e, por esta razão, o *"espaço vivido oferece possibilidades de resistência"* (Ronneberger, 2008, p. 137), pois, uma vez que estes são um *"espaço dominado - e, portanto, passivamente experimentado - que a imaginação procura mudar e se apropriar"* (Lefebvre, 1991 [1974], p. 33).

Ao propor que as experiências sociais produzem o espaço, Lefebvre mostra que *"um espaço social inclui não apenas uma materialidade concreta, mas um conceito de pensamento e um sentimento - uma 'experiência'"*; de modo que a materialidade não existe por si só, ou seja, *"sem o pensamento que as dirige e as representa"* nem sem o vivenciar e o experimentar do espaço que investem de sentimentos essa materialidade (Schmid, 2008, pp. 40-41).

Portanto, para Lefebvre *"o espaço (social) é um produto (social)"* e, como tal, *"também serve de instrumento ao pensamento e à ação"* (Lefebvre, 1991 [1974], p. 26), incorporando *"atos sociais, os de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais"* (Lefebvre, 1991 [1974], p. 33).

Portanto, modificar *"os usos e os processos de reestruturação do espaço"* podem não produzir *"rupturas radicais nos padrões espaciais"*, mas, antes, estas rupturas *"se desenvolvem dentro e contra as estruturas espaciais existentes"* (Ronneberger, 2008, p. 137).[14] Rupturas estas

---

[13] Segundo Lefebvre a arte viria a ser definida não apenas como um código de espaço, mas também como um código de espaços representacionais (Lefebvre, 1991 [1974], p. 33).

[14] Aos espaços com potencial para superar homogeneizadora da ordem vigente (que caracterizam os "espaços abstratos"), Lefebvre chamou de "espaços diferenciais", pois eles advêm das contradições dos espaços abstratos e da "dissolução de relações sociais" por eles homogeneizadas, fragmentadas e hierarquizadas. Dessa forma, os espaços diferenciais permitem o "nascimento de novas relações sociais, radicadas no uso dos espaços e nas suas qualidades múltiplas" (Bastos, et al., 2017, p. 254).

que podem ocorrer pelas *"reapropriações"* de um espaço para novas funções e pelos *"desvios"* das funções para os quais foram projetados inicialmente, a partir de novos usos (Lefebvre, 1991 [1974], p. 167).[15]

Entretanto, apesar de os desvios e as reapropriações do espaço serem importantes por poderem *"ensinar sobre a produção de novos espaços"* (Lefebvre, 1991 [1974], p. 167), Lefebvre é cauteloso, pois os *"desvios"* podem criar a ilusão de que se contrapõem à *"dominação"* dos espaços pela ordem estabelecida sem que o façam efetivamente (Lefebvre, 1991 [1974], p. 385).

Isso porque, se o *"desvio"* se constituir apenas como uma forma de lazer, ele pode ser *"tão alienado e alienante quanto o trabalho; tanto um agente de cooptação, quanto ele próprio é cooptado; ao mesmo tempo parte assimilativa e assimilada do 'sistema' (modo de produção)"* (Lefebvre, 1991 [1974], p. 383), pois apesar de ter sido

> *uma conquista da classe trabalhadora, na forma de dias de folga remunerados, nos fins de semana de férias etc., o lazer se transformou em uma indústria, em uma vitória do neocapitalismo e uma extensão da hegemonia burguesa em todo o espaço. Como uma extensão do espaço dominado, os espaços de lazer são organizados em uma vez funcional e hierarquicamente.* (Lefebvre, 1991 [1974], p. 383)

Portanto, os desvios, como *"experiências e práticas orientadas pelo uso do espaço"*, podem explicitar *"tensões contidas nas concepções espaciais dominadas pela mercantilização da vida"* (Bastos, et al., 2017). Entretanto, caso os desvios se encerrem em si mesmos, eles não farão com que o espaço desenvolva seu potencial social. Como afirma Larsen, ao parafrasear Lefebvre (1991 [1974], p. 137), *"com a falta de 'conjunção com uma prática social (espacial e significante), o conceito de espaço [desviado localmente] pode [não mais] assumir todo o seu significado'"* (Larsen, 2014, p. 328).

Desta forma, as proposições de Lefebvre evidenciam o potencial ambivalente do espaço urbano que é *"cheio de oportunidades, brincadeiras e de potencial libertador, enquanto se entrelaça com espaços de opressão, exclusão e marginalização"* (Heynen, Kaika, Swyngedouw, & Erik, 2006).

[15] Apesar de o termo "desvios" ser compartilhado com os Situacionistas (Larsen, 2014; Pinder, 2005), Lefebvre (Introduction to Modernity, 1995 [1962]) tece duras críticas a eles e os acusa de serem um "'novo romantismo', uma resposta descaradamente utópica aos problemas da cultura tecnológica e da civilização industrial" (Merrifield, 2008, p. 180).

Nesse sentido, ainda que as explorações urbanas corram o risco de se tornarem desvios que acabam por legitimar a dominação do espaço, ao se encerrarem em si mesmas; elas carregam consigo o potencial para ressignificar e transformar o espaço ao valorizar o patrimônio das ruínas que são seu objeto ao reintegrarem-nas socialmente.

Essa potencialidade é reforçada precisamente porque as explorações urbanas se configuram uma experiência do corpo em espaços arruinados e abandonados pela ordem dominante, de modo a permitir que aquela materialidade assuma novos papeis sociais por meio de novas percepções e vivências sobre um espaço que um dia foi concebido para reforçar a dominação.

É precisamente a experiência corpórea junto à cultura material que se mostra fundamental para reorientar o olhar social sobre a materialidade arruinada, especialmente no que se refere à sua reapropriação, ainda que simbólica, como patrimônio para retirá-la do seu isolamento.

Nesse sentido, as proposições de Certeau (1998 [1980]) sobre as experiências do corpo no cotidiano do espaço urbano se coadunam com as potencialidades da exploração urbana como prática espacial; e dialogam com as análises de Lefebvre por tratarem de conceitos transversais aos dois autores.

Certeau, na sua análise de como as práticas do cotidiano caracterizam e constroem a vida moderna nas cidades, indica o caminhar como uma das formas mais elementares de experiência do espaço urbano. Dessa maneira, os corpos dos *"caminhantes, pedestres"* obedecem *"aos cheios e vazios de um 'texto' urbano que escrevem sem poder lê-lo"*, permitindo que *"uma cidade transumante, ou metafórica"* se insinue *"no texto claro da cidade planejada e visível"* (Certeau, 1998 [1980], pp. 171-172), ou seja, *"no interior mesmo dos procedimentos disciplinares descritos por Foucault"* (Dosse, 2013, p. 86).

Para Certeau, *"as práticas do espaço tecem (...) as condições determinantes da vida real"* e *"os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares"* (Certeau, 1998 [1980], pp. 175-176). Para evidenciar sua perspectiva, Certeau correlaciona o caminhar e a linguagem e afirma que *"o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (o speech act) está para a língua ou para os enunciados proferidos"* (Certeau, 1998 [1980], p. 177).

Desta forma, o caminhar é um *"espaço de enunciação"* que exerce uma

> *tríplice função "enunciativa": é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, contratos pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é "alocução", "coloca o outro em face" do locutor e põe em jogo contratos entre locutores).* (Certeau, 1998 [1980], p. 177)

Essa perspectiva permite a Certeau perceber no caminhar o potencial e capacidade para *"atualizar"* o *"conjunto de possibilidades"* e de *"proibições"* em uma determinada *"ordem espacial"* (Certeau, 1998 [1980], p. 177). O uso do espaço pelo caminhante, portanto, pode tanto manifestar a ordem determinada como pode se contrapor a ela ao *"transformar em outra coisa cada significante espacial"* e deslocar *"o uso que faz deles"* (Certeau, 1998 [1980], p. 177).

Para Lima, ao colocar *"foco no corpo que ocupa o espaço"*, Certeau faz uma crítica *"à totalidade visual e ilusória do espaço geométrico planejado pelos urbanistas, ou seja, à representação gráfica que reduz o espaço urbano ao que nele é visível"* e mostra que *"a racionalidade dos urbanistas sobre o espaço são legitimadas ou não por sua apropriação cotidiana"* (Lima E. R., 2013, pp. 206-207).

Nesse sentido, para Certeau, esta *"ordem (qualquer que ela seja) segundo a qual os elementos são distribuídos em relações de coexistência"* que implicam *"uma configuração instantânea de posições"* são os *"lugares"* (Certeau, 1998 [1980], p. 201). Assim, *"o lugar é dominado por uma lógica do 'próprio' ou noções de pertencimento, adequação e aquilo que pertence"* (McNay, 2009, pp. 63-64).

Isso evidencia que os espaços e os *lugares "não são meramente características inertes ou neutras do ambiente construído; em vez disso, eles devem ser ativados pelas práticas 'retóricas' de usuários e transeuntes"* (Morris, 2004, p. 677). Deste modo, seriam as atividades desenvolvidas no espaço que o qualificariam (Dosse, 2013, p. 86),[16] de modo que o espaço seria o resultado das práticas cotidianas nos lugares: *"o espaço é um lugar praticado"* (Certeau, 1998 [1980], p. 202).

[16] Paul Virilio em entrevista a Dosse (2013, p. 88).

Para Creswell, a metáfora da linguagem usada por Certeau serve para evidenciar a *"tensão"* entre uma *"gramática sistêmica do espaço - uma ordem em que habitamos e não é construída por nós"* e a *"capacidade de usar essa gramática de maneiras não predeterminadas"*. Assim, *"enquanto vivemos em lugares pré-estruturados - incorporados a interesses particulares no contexto de relações desiguais de poder -, esses lugares não são operacionais sem prática neles"* (Creswell, 2004, p. 39).

Conforme Solnit evidencia, para Certeau,

> *a cidade é uma língua, um repositório de possibilidades, e caminhar é o ato de falar essa língua, de selecionar dentre essas possibilidades. Assim como a linguagem limita o que pode ser dito, a arquitetura limita onde se pode caminhar, mas o caminhante inventa outros caminhos a seguir.* (Solnit, 2002, pp. capítulo 12, n.p.)

Dosse explica que *"o espaço praticado para Certeau, se encarnava no caminhar de seus habitantes"* e que *"cidade concebida, planejada, se transforma, então, nos passos de seus moradores, em cidade metafórica, carregada de uma rica polissemia de sentidos"* (Dosse, 2013, pp. 90-91). Isto significa realçar *"a multiplicidade de apropriação do espaço praticado"* e evidenciar sua tradução nas *"relações entre o espaço privado e o espaço público, os percursos empreendidos pelos usuários para passar de um ao outro"* (Dosse, 2013, p. 93). Assim, as *"práticas de caminhada"* em diferentes locais são *"manifestamente diferentes e múltiplas"* (Morris, 2004, p. 676).

Para Coverley, *"este é o retorno às ruas promovido pelos Situacionistas que criticaram a perspectiva sistemática e totalizante das autoridades governamentais"*. Com isso, evidencia-se que *"o simples ato de caminhar pode assumir um tom subversivo"* (Coverley, 2006, p. 103) que deixa evidente sua *"dimensão política"* (Morris, 2004, p. 678).

Entretanto, conforme adverte Morris, a possibilidade de esses *"espaços de 'resistência'"* terem sido *"mapeados e codificados (...) sugere a operação de uma ordem de poder mais complicada, articulada por práticas que não são estritamente complacentes nem resistentes"* (Morris, 2004, p. 679). Disto resulta que nem todo ato *"contra oficial"* pode ser tratado como uma prática de resistência e fazê-lo significaria apagar *"diferenças significativas entre grupos sociais"* (Morris, 2004, p. 680) que ocupam estes espaços.

Neste sentido, as explorações urbanas, embora sejam transgressoras, não necessariamente se configuram práticas de resistência. Mas sem compreendê-las nas suas diferentes manifestações deixa-se de perceber que elas também se apropriam do espaço arruinado para denunciar o processo que levou ao arruinamento local, para valorizar a história local e para se contrapor aos discursos autorizados sobre o patrimônio, como propõe a vertente comunicativa.

Assim, da mesma forma que nem todo desvio se contrapõe à dominação, podendo inclusive contribuir para ela, como alertou Lefebvre (1991 [1974], p. 385); *"o caminhante criativo defendido por Certeau pode 'simplesmente seguir outra ordem ou, de fato, instituir tal ordem'"* (Bennett, 1998, p. 181 *Apud* Morris, 2004, p. 680) ou, ainda, que *"possa haver 'cumplicidade e aceitação do domínio' por parte das pessoas"* (Frow, 1995, p. 56 *Apud* Morris, 2004, p. 681).

Nesse sentido, Morris endossa a posição de Bennet de que há práticas do espaço que se localizam entre a cumplicidade e a resistência que articulam as *"múltiplas configurações da caminhada como técnica corporal e como modo de enunciação de uma forma particular de subjetividade em contextos específicos"* (Morris, 2004, p. 682).

Desta forma, é possível verificar a existência de *"diferentes técnicas de caminhada"*, traduzidas por diferentes *"disposições do corpo"* no espaço, que se articulam com diferentes subjetividades em diferentes contextos urbanos (Morris, 2004, p. 686). Dessa forma, o caminhar, mesmo nas suas manifestações mais simples, caracteriza-se como uma *"prática de investimento afetivo"* capaz de *"ter efeitos ideológicos importantes"* (Morris, 2004, p. 691).

Entretanto, os efeitos dessa relação corpo/espaço não se limitam a mudar o sujeito, para Morris que, nesse aspecto, se contrapõe a Certeau, que teria pensando um corpo caminhante que parecia *"agir (na maioria das vezes) em um território urbano bastante estático"*, sendo que *"a relação entre sujeito e cidade"* pode ser vista como *"um processo de mão dupla"* (Morris, 2004, p. 692). Em suma, as relações entre o sujeito-corpo caminhante no espaço mudam o sujeito e o espaço.

Entretanto, esta perspectiva é válida numa situação em que o espaço já não é ocupado regularmente pelas práticas cotidianas? Quando o espaço se arruinou e foi alheado da comunidade que o gerou?

Solnit alerta precisamente para *"uma possibilidade assustadora"* que a metáfora da linguagem proposta por Certeau evoca: *"se a cidade é um idioma falado pelos caminhantes, uma*

cidade pós-pedestre não apenas se calou, mas corre o risco de se tornar um idioma morto" (Solnit, 2002, pp. capítulo 12, n.p.).

Assim, se, sob a ótica de Certeau, as ruínas contemporâneas poderiam ser vistas como antigos lugares praticados, seria possível afirmar que é a ausência das práticas que silenciam os discursos desses espaços. E, se para Solnit *"manter a rua e a cidade vivas depende de entender sua gramática e gerar as novas expressões nas quais elas prosperam"* (Solnit, 2002, pp. capítulo 12, n.p.), seria possível dizer que *"manter vivas"* as ruínas dependeria de entender as novas práticas espaciais que a própria condição de arruinamento e abandono promove, tais como as explorações urbanas.

Nesse sentido, Augé (2012 [1992]), na sua reflexão sobre o papel da antropologia na contemporaneidade da *"supermodernidade"*, ao refletir sobre os *"não-lugares"*, acaba por definir também os *"lugares"* os quais contrapõem e dialogam com as noções de produção dos espaços a partir dos usos; além de fazerem referência às perspectivas de Certeau, das quais diverge.

Para Augé, a *"modalidade essencial"* da supermodernidade é o *"excesso"* que se manifesta em três *"figuras"*: de tempo, de espaço e de ego/indivíduo (Augé, 2012 [1992], pp. 32-39). O excesso de espaço, paradoxalmente, teria se traduzido em um *"encolhimento do planeta"* e resultado em *"consideráveis modificações físicas"*, dentre as quais se destaca a *"multiplicação"* do que ele chama de *"não-lugares, por oposição à noção sociológica de lugar"* (Augé, 2012 [1992], p. 36) e ao *"lugar antropológico"*, termo que ele reserva

> *àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja.* (Augé, 2012 [1992], p. 51)

Nesse sentido, Augé definiu os lugares a partir de três características em comum: *"eles se pretendem (pretendem-nos) identitários, relacionais e históricos"* (Augé, 2012 [1992], p. 52). Conforme Reis, os lugares de Augé se completam *"pela interlocução das narrativas constituídas pelas experiências individuais e coletivas ali construídas pelos seus ocupantes na ação da própria ocupação, pelo compartilhamento de significados acerca do lugar e dos próprios sujeitos que ali inscrevem suas marcas"* (Reis, 2013, p. 139).

Embora se oponham, lugares e não-lugares são *"antes, polaridades fugidias"* em que *"o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza completamente"*; e cuja distinção, antes, *"passa pela oposição do lugar ao espaço"* (Augé, 2012 [1992], p. 75).

Para explicar essa oposição, Augé confronta as definições destes conceitos em Certeau, para quem *"espaço"* e *"lugar"* não eram categorias que se opunham, pois ele pensava o lugar como um *"conjunto de elementos, coexistindo dentro de uma certa ordem"*, enquanto o espaço seria a *"animação desses lugares"* (Augé, 2012 [1992], p. 75) por meio das práticas espaciais.

Dessa forma, o lugar definido por Augé *"não é absolutamente o lugar que Certeau opõe ao espaço, como a figura geométrica ao movimento, a palavra calada à palavra falada ou o estado ao percurso: é o lugar do sentido inscrito e simbolizado, o lugar antropológico"* (Augé, 2012 [1992], p. 75).

Augé inclui neste lugar antropológico *"a possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza"* (Augé, 2012 [1992], p. 77), diferentemente de Certeau, portanto, para quem essas possibilidades seriam as próprias práticas dos lugares que produziriam o espaço.

Para Augé, os *"relatos do espaço"*, diferentemente do que afirma Certeau (1998 [1980], pp. 199-202), não organizam os lugares por meio de suas descrições porque o caminhante *"passa por diferentes lugares antes de constituir um"* efetivamente. Isso significa que a *"pluralidade de lugares, o excesso que ela impõe ao olhar e à descrição (...) e o efeito de 'expatriação' que daí resulta"* criam uma ruptura, entre o sujeito e o espaço percorrido ou contemplado, *"que o impede de ver ai um lugar, de aí se encontrar plenamente, mesmo que tente preencher esse vazio com as informações múltiplas e detalhadas"* produzidas nesses relatos do espaço (Augé, 2012 [1992], p. 77).

Para Augé, esses relatos do espaço são uma recomposição de memórias confusas do deslocamento do caminhante e das visões parciais das paisagens pelas quais ele passa no processo de prática dos lugares. Chamar, como Certeau faz, *"de 'espaço' à prática dos lugares"*, referindo-se ao deslocamento dos sujeitos, exige que se observe a existência de espaços em que o *"indivíduo se experimenta como espectador, sem que a natureza do espetáculo lhe importe realmente"*, sem que se crie relações com o lugar, o que faz deste espaço um não-lugar (Augé, 2012 [1992], pp. 80-81).

Entretanto, Augé sabe que *"na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares misturam-se, interpenetram-se"* de modo que *"a possibilidade do não-lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja"* (Augé, 2012 [1992], p. 98). Desta maneira, se o não-lugar for definido como o espaço criado pelo olhar, Augé admite a possibilidade de o não-lugar, para um sujeito, ser um lugar para outro, e vice-versa (Augé, 2004 [2003], pp. 132-133). Portanto, são os modos de apropriação e o uso pelos sujeitos que fazem os lugares ou não-lugares (Reis, 2013, p. 140).

Desta maneira, apesar das diferenças, essa perspectiva de Augé sobre os lugares recupera as proposições de Certeau sobre a produção do espaço e as considerações de Lefebvre sobre o espaço socialmente produzido; pois o conjunto de relações, significados e ressignificações e investimento emocional, considerando-se as proposições de Morris, permitem aos lugares manterem-se ativos socialmente.

Assim, considerando-se as ruínas contemporâneas e industriais seria possível dizer que mantê-las ativas depende das novas práticas espaciais que sua condição de arruinamento e abandono permite e estimula. Afinal, espaços em decadência e abandonados podem se configurar como experiências alternativas da cidade (Fraser, 2012).

Nesse sentido, sugere-se uma potencialidade transformadora da experiência de caminhar em meio às ruínas que incluem a emergência de novas concepções de espaço (Edensor, 2005)[17] e de condições para o *"surgimento de ordens e apropriações alternativas em espaços urbanos ostensivamente regulados"* (DeSilvey & Edensor, 2012, p. 10).

Dobraszczyk, entretanto, alerta que essas *"avaliações positivas das ruínas industriais"*, como as de Edensor, *"tendem a apresentá-las como espaços alternativos dentro da cidade moderna e ordenada"*, como *"locais isolados que atingem seu valor positivo por justaposição"* (Dobraszczyk, 2010, p. 379). Ou seja, o próprio contraste da degradação em relação ao ordenamento permite às ruínas ganharem destaque no espaço urbano.

Assim, as explorações urbanas podem ser tomadas como um conjunto de práticas do espaço que buscam reapropriar, ressignificar e ativar as áreas e conjuntos abandonados e

[17] Não por acaso a discussão teórica de Edensor sobre o caminhar em meio a ruínas faz referência às deambulações Surrealistas e à deriva Situacionista (Edensor, 2008, p. 139).

arruinados que já não se enquadram no ordenamento vigente. O investimento afetivo, a experiência de caminhar entre as ruínas, de registrar as percepções podem ser o primeiro passo em uma atividade que, posteriormente ou paralelamente, tem potencial para manifestar o investimento de novos significados, pelo conhecimento da história, pela valorização da comunidade que o envolve e pela criação de novos discursos sobre aquele patrimônio.

Nesse sentido, as explorações urbanas têm o potencial de se tornarem capazes de promover e trazer à tona o *"espírito do lugar":* um conceito *"relacional"*, construído a partir de *"vários atores sociais",* portador de *"caráter plural e dinâmico"* e possuidor de *"múltiplos sentidos e peculiaridades de mudança";* capaz de *"pertencer a grupos diversos"* e que, em sua *"permanente reconstrução"*, pode corresponder às necessidades *"por mudança e continuação das comunidades"*.[18]

É o reconhecimento de que o simples engajamento físico com o patrimônio suscita uma resposta emocional nas pessoas e que essas experiências terão efeitos que definirão *"os significados e ideias (...) do passado representado [pelo] patrimônio"* e dos significados que esse patrimônio *"tem para e no presente; e em termos do sentido das construções sociais e culturais de 'lugar' ou identidade que um indivíduo assume"* (Smith, 2006, p. 77).

Neste sentido, Jeudy salienta precisamente as emoções e as reflexões sobre o passado provocadas pelo engajamento com ruínas industriais:

> *Quem não sente ainda grande emoção ao passear por áreas industriais abandonadas, fábricas desocupadas, ou portos onde gruas enferrujam, ou por estações desativadas? Uma emoção estranha, uma vez que não está necessariamente relacionada, como frequentemente se acredita, à nostalgia de uma outra época. Nossa "boa" consciência, por outro lado, nos coloca em estado de alerta: como podemos sentir saudade de um tempo que nossos antepassados eram condenados a horas de trabalho intensivo, em condições sanitárias difíceis? O silêncio desses territórios abandonados, dessas construções desmoronadas, nos coloca, contudo, em um estado de alucinação, uma vez que podemos ver os corpos, escutar vozes e gritos, ter a sensação de uma atmosfera de vida comum que a literatura e o cinema nos sugerem o tempo todo. Um estado visionário, retrospectivo, que nos incomoda.* (Jeudy, 2005, p. 25)

[18] ICOMOS. 2008. Declaração de Québec sobre a preservação do "Spiritu loci". https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf

Por essa razão chama-se a atenção para o fato de que, ao mesmo tempo em que se preserva o patrimônio para evitar *"a perda da presença física de ruínas"*, deve-se *"proteger, manter ou reconstruir a relação social, cultural e funcional desses locais com indivíduos, pessoas e sociedade"* (Bagnato & Martinelli, 2019, pp. 162-163). Portanto, é possível afirmar que *"a condição patrimonial dos complexos industriais abandonados, expostos à natureza, exploráveis e insinuantes, abre sua compreensão e interpretação a três condições humanas: historicidade, emoção e memória"* (Gilles, Frías, Ansaldo, Mocarquer, & Illanes, 2018, p. 283).

Desta forma, é impossível deixar de perceber as explorações urbanas também como uma evidência da necessidade de novas formas de pensar o patrimônio não contempladas pelas instituições e narrativas oficiais. Assim, elas próprias se tornam uma evidência da carência pela inclusão novas formas de se experienciar a cultura material e *"ativar"* o patrimônio (Simal, 2012) de modo a reconectar a sociedade com esse *"suporte visível da memória"* (Bresciani M. S., 1999).

E, sob esta ótica, as explorações urbanas mantêm-se em estado de potência para se tornarem um instrumento de transformação social do espaço e da própria valorização do patrimônio. Ao mesmo tempo, essa potencialidade por se desenvolver indica que elas ainda não se realizaram plenamente enquanto prática espacial patrimonial. Isso porque, ao que tudo indica, tal como as ruínas que elas exploram, a experiência que elas se configuram ainda são uma prática marginal na valorização do patrimônio abandonado e arruinado e, portanto, elas próprias, enquanto experiência e prática do espaço, estão isoladas das comunidades onde se desenvolvem.

Parte II

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1896-1933): a Sampaio, Ferreira & Cia. e a industrialização da Bacia do Ave.

1.1. 1896-1900: a fundação da Sampaio, Ferreira & Cia. e historiografia da industrialização da Bacia do Ave.

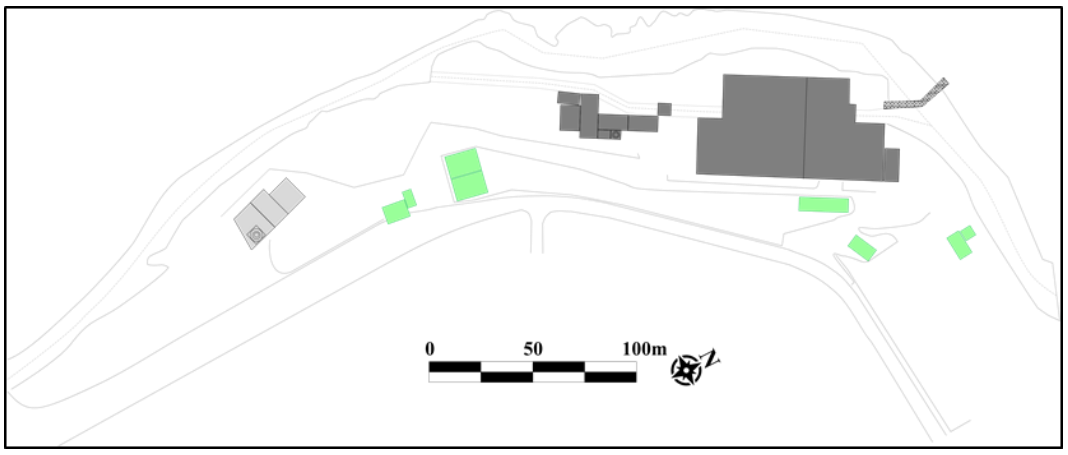


Figura 239: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1896-1900. (CdA)

Em 1896, a Sampaio, Ferreira & Cia., então denominada Fábrica de Fiação e Tecidos de Riba d'Ave, foi fundada por Narciso Ferreira, sua esposa e outros quatro sócios-investidores portuenses. A organização do conjunto fabril no final do século XIX (Figura 239) é conhecida apenas pela fotografia mais antiga da fábrica, para a qual há duas versões: a primeira, em tom de sépia, tem a data de 1900 anotada (Figura 240); e a segunda, em preto e branco, tem um enquadramento que mostra um pouco mais do canal sob o complexo fabril (Figura 241).

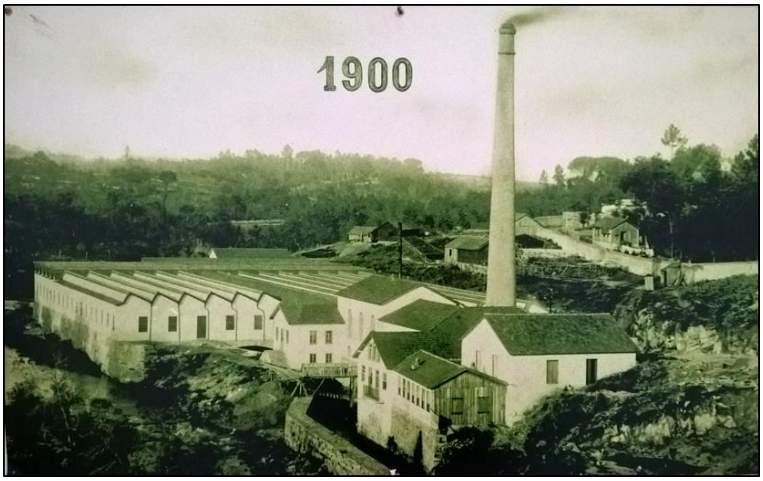


Figura 240: SFC em 1900 (sépia). (MIT)

Embora a data de 1900 possa ter sido acrescida posteriormente, pode-se afirmar com relativa segurança que assim se organizava o conjunto edificado da fábrica no final do século XIX.

A respeito desta configuração estrutural, Borges (2012, p. 117) destaca um trecho do jornal *O Minho* de 1898 em que há uma breve menção ao complexo fabril:

> *um edifício esplêndido, rasgado a toda a luz e desenhado, interior e exteriormente, segundo a forma mais cômoda e típica de construções assim, trabalham ali os primeiros maquinismos modernos. Na fiação como na tecelagem, está ainda incompleta, a Fábrica de Riba d'Ave apresenta-nos verdadeiros modelos em máquinas de trabalhar.*[19]

Caso a data de 1900 seja precisa, portanto, a fotografia captura um momento quatro anos depois de sua fundação e, possivelmente, alguns meses depois do relato e da elevação da chaminé, construída em 1899, quando a Sampaio, Ferreira & Cia. ainda era denominada Fábrica de Fiação e Tecidos de Riba d'Ave.

Segundo Borges (Borges, 2012, p. 85), o pai de Narciso Ferreira era lavrador e moleiro; e a mãe, além de dedicar-se às atividades domésticas e agrícolas, possuía um tear manual. Ainda jovem começou sua trajetória na indústria têxtil como aprendiz de tecelão e, posteriormente, adquiriu teares manuais e passou a produzir tecidos por conta própria na casa de sua mãe. A produção domiciliar deu-lhe autonomia e permitiu-lhe produzir o suficiente para vender os tecidos nas feiras, como faziam muitos dos tecelões manuais da Bacia do Ave do final do século XIX (Cordeiro, 2001, pp. 62-63; Alves J. F., 2005, p. 456; 1999b, pp. 13-14; 1994, p. 03; Coelho, 2018, p. 56; Borges, 2012; Fonseca, 2001, p. 380).

Segundo Alves, embora os pequenos tecelões preferissem vender diretamente ao público, aqueles que conseguissem um comprador fixo de caráter regular estavam mais seguros nos *"circuitos de comercialização"* (Alves J. F., 1999b, pp. 12-13; Alves J. F., 1994, p. 03). Na Aldeia da Ponte, em Riba d'Ave, instalou uma oficina à margem do rio Ave para aproveitar a força das águas (Coelho, 2018, p. 56; Alves J. F., 1994, p. 03), *"inicialmente apetrechada com apenas dois teares manuais, que fabricou os tecidos que, por conta própria, começou a vender nas feiras de Amarante, Lixa, Penafiel, Vila Real e Mesão Frio"* (Cordeiro, 2001, pp. 62-63).

À medida que o negócio prosperou, Narciso Ferreira reinvestiu parte do capital no aprimoramento da oficina e na compra de mais teares (Cordeiro, 2001, pp. 62-63). Sobre esta pequena fábrica de Narciso Ferreira o Inquérito Industrial de 1890 (Alves, 2005, p. 452; Alves,

[19] Jornal "O Minho". 05 de maio de 1898. *Apud* Borges, 2012, p. 117.

1999a, p. 52) destaca que tinha um capital fixo de 400$000 réis e um total de 51 operários, sendo 16 homens e 35 mulheres que produziam 90 mil metros de tecido de algodão ao ano. Embora o capital fixo seja o segundo maior do setor algodoeiro de Vila Nova de Famalicão, no que se refere a número de trabalhadores e total da produção, Narciso Ferreira está à frente de todos os outros industriais.

Conforme mostra Alves, os *"50 teares manuais"* da oficina faziam dela a maior do Concelho e de Narciso Ferreira *"o maior tecelão, no modelo tradicional, ou seja, com teares próprios e entregando ao domicílio, vendendo ele mesmo pelas feiras da região e nos centros urbanos, em que se destacava o Porto"* (Alves, 1999a, p. 58) *"onde colocava a produção de maior qualidade que os teares mecânicos agora lhe permitiam"* (Cordeiro, 2001, pp. 62-63). Para Cordeiro, foram precisamente esses contatos no Porto que levou *"armazenistas têxteis daquela cidade a interessarem-se pelo seu projeto de fundação de uma fábrica têxtil moderna"* (Cordeiro, 2001, pp. 62-63).

Em 24 de junho de 1896 legalizou-se a escritura da Fábrica de fiação, tecidos e tinturaria de Riba d'Ave, primeiro nome da Sampaio, Ferreira & Cia. assinada por Narciso Ferreira, pelo engenheiro Vasco Ortigão de Sampaio, pelo industrial têxtil Manuel Joaquim Oliveira, pelo banqueiro José Augusto Dias e pelo investidor José Fernandes Machado. Encarregado da direção técnica, ficou estabelecido por contrato que Narciso Ferreira viveria em Riba d'Ave, próximo à fábrica, para acompanhá-la de perto, enquanto a sede seria no Porto e a direção comercial a cargo de Vasco Ortigão Sampaio. O capital inicial foi de 50 contos de réis, dos quais só 10 pertenciam a Narciso Ferreira, o que lhe conferia 20% das cotas por meio de 2500$000 em dinheiro, da cedência dos terrenos e das edificações, bem como teares e outros equipamentos de sua oficina (Cordeiro, 2008; Costa F. , 2007, 2004; Alves J. F., 2004a, 1999a, 1994; Fonseca, 2001).[20]

[20] Segundo Ingerson,

> *para se poder determinar como foi realmente financiada e gerida a indústria algodoeira no vale do Ave, teríamos de descobrir o relacionamento entre os bancos portugueses, os financiamentos estatais portugueses, o capital estrangeiro e as manobras semilegais frequentemente imputadas às empresas pelos seus concorrentes, mas raramente documentadas. (Ingerson, 1982, pp. 1481-1482)*

No entanto, fica evidente para a autora que *"a maioria [das famílias proprietárias de empresas] parece ter considerado a terra mais como uma 'caixa económica' do que como uma oportunidade de expansão"*. (Ingerson, 1982, pp. 1481-1482)

A fundação da Sampaio, Ferreira & Cia. levanta uma questão bastante debatida na historiografia: *"quem financiou a industrialização do Vale do Ave?"* (Mendes, 2002, p. 23)

Para Fonseca, ela foi resultado da nova dinâmica política, comercial e produtiva internacional, a partir de meados do século XIX, com o surgimento de novos países produtores de têxteis, que fez a Inglaterra perder mercados de modo que

> *o noroeste português e especificamente algumas áreas próximas do Porto, como por exemplo o vale do médio Ave se poderão ter convertido, no final do século e início deste, numa alternativa possível para levar a cabo a reestruturação indispensável à sobrevivência de (alguma) indústria têxtil inglesa.* (Fonseca, 2001, p. 135)

Portanto, para Fonseca, a industrialização do Vale do Ave ocorre em função da internacionalização da produção a partir da necessidade inglesa de retomar a primazia na indústria têxtil, de modo que *"o impacto do domínio inglês sobre a indústria têxtil do algodão em Portugal, no final do século XIX, se fez sentir ao nível da estrutura da produção (organizando-a e controlando-a)"*, além de um espaço para *"comercializar as suas máquinas têxteis"* (Fonseca, 2001, pp. 136-137):

> *A indústria têxtil algodoeira, neste período específico da viragem do século e até praticamente aos anos trinta deste século foi, na sua maior parte, o resultado das estratégias inglesas de internacionalização da produção e assumiu a dimensão e as características que essas estratégias ditaram. Morfologicamente, sobre o território, este processo construiu uma região industrial específica, no noroeste português, no vale do médio Ave.* (Fonseca, 2001, p. 137)

Contrariamente a importantes trabalhos historiográficos sobre a industrialização do Vale do Ave, que evidenciam seu caráter multidimensional (Cordeiro, 2008; 2001; Costa F., 2007; Alves J. F., 2005; 2002a; 1999a; Mendes, 2002); o posicionamento de Fonseca, embora reconheça a importância de outros fatores, coloca este processo, necessariamente, como dependente da conjuntura externa e submisso ao comércio e indústria do Porto.

Rei (2016, p. 54), em contrapartida, lembra que a indústria têxtil com base no algodão permitiu, precisamente, *"desafiar um longo período de dependência da importação de fio e panos de Inglaterra"* a partir da assinatura do Tratado de Methuen (1703).

Alves, por sua vez, apesar de reconhecer que os *"reordenamentos da economia-mundo, particularmente da perda de hegemonia inglesa"* tenha permitido *"aos países semiperiféricos*

criarem o seu próprio mercado, muito através de condicionalismos protecionistas" (Alves, 1999a, p. 86), afirma que são as *"características estruturais e potencialidades industriais"* próprios do Vale do Ave que o constituíram um *"polo de atracção de iniciativas empresariais e de capitais"* que fez com que surgissem alguns empreendimentos *"mais expeditos"* que souberam *"atrair capitais e tecnologias em iniciativas com alguma dimensão"* e *"outros de forma mais lenta mas posteriormente importantes (...) enquanto muitos nunca chegaram a ultrapassar a dimensão oficinal"* (Alves J. F., 2002a, p. 01; 06).

Para Pereira, entretanto, ainda que *"uma parte dos empreendedores"* venha *"sobretudo do Porto,* (...) *esta situação não caracteriza, contudo, a industrialização do Vale do Ave. O grosso das unidades, grandes e pequenas, são criadas e desenvolvidas por empresários oriundos do meio oficinal ou industrial"*, em um processo paulatino (Pereira A. C., 2002, pp. 24-25).

Em resumo, embora a pergunta de Mendes sobre os agentes financiadores da industrialização do Vale do Ave seja *"pertinente"*, como o próprio afirma, ela varia conforme as perspectivas adotadas para analisar a questão e, *"até o presente, ainda não foi possível encontrar respostas satisfatórias"* (Mendes, 2002, p. 23).

O fato é que, como afirma Cordeiro, a industrialização do Vale do Ave ocorreu segundo *"dois processos distintos"*: um resultante *da "aplicação de capitais gerados noutras esferas e, geralmente, estranhos à região (resultantes da atividade industrial existente noutras zonas do país, do comércio, ou ainda, capital de emigrantes no Brasil)"*; e outro *"endógeno à própria região"*, que representou a passagem da indústria artesanal à indústria mecânica numa transição, a partir da *"acumulação de capital com a atividade manufatureira"* (Cordeiro, 2008, pp. 14-15).[21] É deste segundo processo que Narciso Ferreira e a Sampaio, Ferreira & Cia. são exemplares.

Tanto a trajetória de Narciso Ferreira, quanto a da Sampaio, Ferreira & Cia. permitem evidenciar e debater perspectivas de análise e particularidades da industrialização do Vale do Ave e das especificidades de Riba d'Ave quando comparadas a outras áreas da região; permitem evidenciar o papel da produção têxtil de caráter doméstico e artesanal dedicadas ao linho e à lã, aliada à atividade agrícola na região; sugerem a dinamização comercial entre os Concelhos e freguesias e a cidade do Porto por meio das feiras e mercados em que se vendiam tecidos; além

[21] Segundo Cordeiro (2008, pp. 14-15) uma outra forma de passagem da indústria artesanal para a mecânica que se encontra na região é a "*situação que a historiografia denomina como de putting-out, ou sistema de indústria ao domicílio*".

de permitirem refletir sobre a circulação de mão de obra e a estrutura de organização fabril na passagem do século XIX para o século XX.

Assim, a fiação e a tecelagem doméstica do linho se constituíram *"pelo menos até o último quartel do século XIX, uma das atividades mais importantes das famílias camponesas"* (Gonçalves & Costa, 2002, p. 52) e tiveram *"um papel significativo nas economias familiares da região que, deste modo, encontravam nestas atividades um importante suplemento para a sua subsistência"* (Cordeiro, 2008, p. 07).

Para parte da historiografia, a razão de as famílias buscarem alternativas à atividade agrícola estava no tipo de propriedade a que os camponeses tinham acesso, pois, sua pequenez não lhes permitia uma produção suficiente sequer para a subsistência. Daí o porquê de oficinas artesanais de caráter doméstico, como as têxteis de linho e lã, terem se tornado uma forma de complementar a renda familiar para garantir-lhes o sustento (Ferreira D. V., 2014, p. 43). Neste sentido, Ingerson afirma que os tecelões rurais do final do século XIX *"raramente tinham suficiente independência económica que lhes permitisse recusar trabalho mal pago"* e, por isso eram, na verdade, *"proletários nitidamente dependentes de salários"*, para quem o trabalho nas fábricas significava uma *"ascensão na escala social e económica"* (Ingerson, 1982, p. 1486).

Assim, um aspecto que comumente é mencionando na historiografia da industrialização do Vale do Ave diz respeito ao tipo de propriedade rural destes artesãos e agricultores, a qual é caracterizada, de modo geral, como sendo minifundiária (Pinheiro, Laranjeira, & Bandeira, 2018, p. 89; Ferreira P. R., 2016, p. 106; Costa F. , 2009, pp. 03-04; Alves J. F., 2004a, p. 441; Pereira V. B., 2002, p. 60).

Segundo Pereira, foi precisamente o *"grande retalhamento da propriedade que inviabilizava a sobrevivência das famílias (muito densas) em quadros reprodutivos exclusivamente agrícolas, fomentando, por isso e através da fome, a procura de trabalho exterior à agricultura"* (Pereira V. B., 2002, p. 60). Entretanto, Ingerson (1982) sugere outra perspectiva e afirma que *"a pequenez dos minifúndios no Minho parece, pelo menos para alguns fins, ter sido exagerada"*, criticando o possível anacronismo presente nesse tipo de avaliação:

> *enquanto o tamanho médio fundiário atual é com certeza muito inferior ao que os engenheiros agrónomos consideram o mínimo viável, isso nada diz quanto ao tamanho médio fundiário na região no seu todo, ou nas suas sub-regiões, de há 150 anos atrás* (Ingerson, 1982, p. 1477).

Para Ingerson, há duas possibilidades predominantes na avaliação dos tamanhos médios das propriedades: uma em que a dimensão é dada a partir de muitas propriedades de tamanho mediano; e outra em que a dimensão é dada por alguns latifúndios cercados de muitos minifúndios. Para a autora, o primeiro cenário é o mais evocado em *"debates políticos e econômicos"*, entretanto, *"a tradição oral e algumas outras fontes demonstram que a segunda imagem é mais exata"*, o que faria com que se pensasse que *"os pequenos proprietários dependeriam já do trabalho assalariado por conta de proprietários médios, muito antes, portanto, do advento de qualquer indústria"* (Ingerson, 1982, p. 1477).

Entretanto, para a autora, não é coincidência *que "o advento do sistema têxtil domiciliário de empreitada"* tenha surgido no mesmo momento em que se introduziram reformas liberais em Portugal, em meados do século XIX, que afetaram os regimes de partilha de propriedades familiares e por consequência as atividades agrícolas:

> *É provável que os minifundiários do Vale do Ave dividissem as suas terras igualmente por todos os filhos antes da aprovação da lei; os maiores proprietários perseveraram, talvez, na transmissão de heranças indivisas, mesmo depois da aprovação da lei. Parece-nos, contudo, evidente que alguns focos populacionais relativamente excedentários foram tanto criados pelo Estado como descobertos por uma indústria flutuante em busca de mão de obra barata.* (Ingerson, 1982, p. 1477)

Neste sentido, a questão da mão de obra na industrialização do Vale do Ave pode ser analisada tanto em termos de disponibilidade quanto de proximidade da população com as atividades têxteis na região, pois, segundo Ingerson, *"a tradição da indústria do linho" estruturou o "relacionamento entre a terra e as populações"*, exigindo trabalho intensivo *"em todas as fases da produção"* (Ingerson, 1982, p. 1478).

Para Ingerson, a exigência do trabalho intensivo na produção têxtil de linho não só *"podem explicar, parcialmente, a persistência da fiação manual do linho"* como, *"por consequência, a continuação da densidade populacional no vale do Ave"* (Ingerson, 1982, p. 1478). Possivelmente por essa razão, a historiografia classificou a mão de obra no Vale do Ave não apenas como abundante, mas experiente na produção têxtil (Mendes, 2002, p. 19; Pereira A. C., 2002; Cordeiro, 2001, p. 82).

No caso específico de Riba d'Ave, onde se instalou a Sampaio, Ferreira & Cia., é interessante verificar a estatística demográfica antes e depois da instalação fabril e confrontá-la

com o número de trabalhadores na fábrica, para verificar se pode haver alguma conexão entre ambas.

Segundo o censo de 1890 (seis anos antes da fundação da Sampaio, Ferreira & Cia., portanto) a população de Riba d'Ave era de 522 habitantes, sendo 243 homens e 279 mulheres.[22] Dez anos depois, em 1900, ou seja, quatro anos após a instalação da fábrica, a população era de 668 habitantes, sendo 297 homens e 371 mulheres. Já em 1911, 15 anos após a fundação da Sampaio, Ferreira & Cia., a população era de 900 habitantes,[23] sendo 479 mulheres e 421 homens.[24]

Ao se levar em conta que apenas na Sampaio, Ferreira & Cia. o número de operários em 1910 era de 846 trabalhadores, sendo 473 homens e 373 mulheres (Costa F. , 2007; Alves, 1999a; 1994),[25] pode-se levantar algumas possibilidades de correlação com a demografia do local nesse período inicial de atividade da Sampaio, Ferreira & Cia. Em primeiro lugar, o fato de os dados evidenciarem que a população flutuante em Riba d'Ave era superior à população residente permite pensar que os trabalhadores vinham de outras freguesias, o que evidencia o poder de atração da atividade fabril. Em segundo lugar, é provável que a implantação da fábrica tenha estimulado o aumento da população residente no local, pois, entre 1890 e 1900, a população de Riba d'Ave aumentou em 146 pessoas; e entre 1900 e 1910 aumentou em 232 pessoas. Com isso, em terceiro lugar, talvez o impacto demográfico nesses primeiros 15 anos tenha acompanhado a própria expansão das atividades da fábrica e dos empreendimentos de Narciso Ferreira, dado que em 1909 fundou-se a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. também em Riba d'Ave.

Portanto, ao que tudo indica, não ocorre um processo de migração e assentamento de toda a mão de obra necessária à atividade industrial da Sampaio, Ferreira & Cia., mas é possível afirmar que a flutuação populacional é uma evidência das dinamizações das relações sociais e econômicas em função do trabalho nas fábricas. Nesse sentido, a própria característica da estrutura produtiva no Concelho de Vila Nova de Famalicão, destacada na historiografia econômica por sua *"ambiguidade"* (Ingerson, 1981, p. 863), pode ter contribuído para o fenômeno, uma vez

---

[22] INE. Censo da população do Reino de Portugal no 1° de dezembro de 1890, Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896. Pp. 84-85

[23] *"População de facto ou presente"*, conforme o censo, pois a *"população de residência habitual"* era de 901 habitantes.

[24] INE. Censo da população de Portugal no 1° de dezembro de 1911, Parte I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913. Pp. 64-65

[25] Ao relatar uma greve, em 1910, o jornal operário *"O Fiandeiro"* relatou que a Sampaio, Ferreira & Cia. empregava 800 trabalhadores: *"A fábricas, cujo pessoal abandonou o trabalho são – a de Riba d'Ave, onde se empregam 800 operários (...)"*. MIT. O Fiandeiro. 31 de julho de 1910. P. 01.

que o desenvolvimento das atividades industriais ocorreu paralelamente às atividades agrícolas voltadas para subsistência.

Ainda sobre esse aspecto, Ingerson (1981, p. 863) afirma que, em termos sociológicos, convencionou-se caracterizar a população local como semiproletária ou camponesa-operária, ou seja, os mesmos trabalhadores que exerciam funções como operários assalariados nas fábricas também trabalhavam na agricultura, normalmente familiar, em pequenos terrenos cuja produção em pequena escala serviria à subsistência. Para Ingerson (1981) essa população se caracteriza como um desafio às teorias que afirmam haver uma transição da mão de obra agrícola para industrial em zonas que passam por processos de industrialização, ou mesmo que houvesse, necessariamente, êxodo rural ou decadência do campesinato em função do crescimento do proletariado.

As diferenças na fabricação de tecidos de linho e algodão são tão grandes que os Relatórios Industriais de 1881 e de 1890, já com a industrialização do Vale do Ave em curso e com base no algodão, a atividade manufatureira têxtil de linho ainda persistia (Cordeiro, 2008, p. 08; Alves J. F., 2002b, p. 29).

Cordeiro mostra que o Inquérito Industrial de 1890 assinalou a existência de *"duas centenas de pequenas oficinas de fiação e tecelagem"* na região o que, de certa forma, comprova *"que apesar de constituir uma potencial ameaça, o têxtil algodoeiro estava ainda longe de suplantar"* a manufatura do linho (Cordeiro, 2008, p. 08). A esse processo de convivência, entre um sistema artesanal e outro moderno, Cordeiro chama de *"'dualismo de crescimento', presente em todas as economias que se modernizam"*, mas no Vale do Ave agravado pelo seu *"prolongado período de transição"* (Cordeiro, 2008, p. 13).

Entretanto, parte da historiografia sobre a industrialização do Vale do Ave parece superdimensionar o processo que alçou o algodão ao posto de principal matéria-prima da indústria têxtil. Alguns autores afirmam que nesse período, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, a produção artesanal e caseira de linho foi sendo reorganizada a tal ponto que praticamente desaparecem as manufaturas de linho ao mesmo tempo em que a indústria de tecidos de algodão ganhava espaço (Costa F. , 2009, pp. 03-04; 2007, p. 440; Alves J. F., 1999a, p. 04; Marques, 1988, p. 57).

Da mesma forma, a questão da disponibilidade da mão de obra causa divergência na produção historiográfica, especialmente porque os pontos nevrálgicos ainda não foram estudados suficientemente, como a dita *"docilidade"* do operariado da Bacia do Ave, para o que teria contribuído *"a elevada percentagem de força laboral feminina e infantil ou de menores"*; e se isto, efetivamente, foi fator de deslocação da indústria têxtil do Porto para a Bacia do Ave (Mendes, 2002, pp. 30-31).

Alguns estudos afirmam categoricamente que a existência de uma baixa consciência de classe e de capacidade de organização profissional do operariado da região (Leitão & Saraiva, 2012, p. 07; Alves, 1999a) ou que era, ao menos, *"pouco reivindicativa"* (Mendes, 2002, p. 19); e o baixo preço da mão de obra em relação aos operários do Porto (Ferreira N. , 2017, p. 332; Alves, 1999a, p. 88) teria sido fator determinante para a transferência das indústrias para a região da Bacia do Ave. A partir do Inquérito Industrial de 1890, Alves mostra que os salários dos trabalhadores das indústrias da Bacia do Ave

> *oscilavam entre $120 a $160 réis/dia, ou seja, o trabalho do tecelão era remunerado, no máximo, por cerca de metade dos salários mínimos (...) dos tecelões das fábricas do Porto (nas melhores fábricas, o salário mínimo era de 300 réis).* (Alves J. F., 1999b, p. 08)[26]

É desta perspectiva que Fonseca parte para afirmar que na indústria urbana do Porto *"a mão de obra encontrava-se relativamente organizada e politizada"*(Fonseca, 2001, p. 148), o que se traduzia na consciência das próprias condições de trabalho a que estavam submetidos, fazendo com que a *"pressão sobre os salários"* que tinha sido *"determinante no processo de valorização do capital"* (Fonseca, 2001, pp. 151-152) na segunda metade do século XIX já não surtisse efeito na passagem para o século XX e início deste.

Além disso, segundo Fonseca, para que a indústria crescesse, foi preciso *"mobilizar mão de obra das áreas rurais"*, onde seria mais barata e estaria menos organizada. Entretanto, *"não indiscriminadamente*, (...) *mas exatamente aquela que* (...) *dispunha ainda de outro fator de atratividade: rios com potencialidades para a instalação de máquinas movidas a energia hidráulica e para a produção de energia eléctrica"* (Fonseca, 2001, p. 149).

[26] Para este autor, isto explicaria também a concentração de mulheres e jovens na indústria da Bacia do Ave, pois os homens emigrariam em busca de melhores salários (Alves J. F., 1999b, pp. 08-09).

Com esta proposição, ao contrário de boa parte dos trabalhos sobre a industrialização do Vale do Ave, que equacionam as condições sociais e geográficas com igual peso no processo, Fonseca parece colocar a atração pela mão de obra como predominante em relação ao potencial energético hidrográfico da região. Entretanto, a própria autora afirma que essa tese não se aplica à Sampaio, Ferreira & Cia., pois, Narciso Ferreira já era proprietário de uma pequena fábrica em Riba d'Ave e foi a justamente a localização desta *"que determinou a localização da Sampaio, Ferreira & Cia."* (Fonseca, 2001, p. 380) à margem do rio Ave.

Desde as oficinas artesanais, os rios tornaram-se elementos essenciais à produção têxtil. Ao lado da composição social e econômica do Ave, que fornecia mão de obra abundante, barata, experiente na manufatura têxtil, além dos baixos preços dos terrenos na região; os recursos hídricos estão entre os principais fatores para a industrialização da Bacia do Ave, pois permitiram usar a água para produzir energia hidráulica para movimentar as máquinas e nas múltiplas fases da produção têxtil, da lavagem à tinturaria (Ferreira D. V., 2014, p. 43; Mendes, 2010, pp. 83-84; 2002, pp. 18-19; Costa F. , 2009, pp. 03-04; 2007, p. 440; Cordeiro, 2008, p. 14; 2001, p. 82; Alves J. F., 2002a; 1999a, p. 80; Marques T. S., 1988, p. 102).[27]

Neste aspecto, a Sampaio, Ferreira & Cia. é um exemplo claro de fábrica que teve em conta o uso dos recursos hídricos para planejar a construção do seu conjunto edificado para organizar a distribuição das atividades têxteis, alinhando-se ao próprio traçado do rio Ave, como bem evidencia sua fotografia mais antiga.

Conforme Leitão & Saraiva, ao se analisar o conjunto edificado da Sampaio, Ferreira & Cia. hoje, percebe-se que a própria *"expressão construtiva"* das fases posteriores conservou o *"paralelismo ao rio"* e articulou *"diferentes blocos"* que culminaram *"numa morfologia heterogénea de sobreposições sucessivas"* (Leitão & Saraiva, 2012, p. 08).

Antes de qualquer razão, essa expressão construtiva deve-se ao fato de a fábrica ter sido projetada como *"completa"* (Leitão & Saraiva, 2012, p. 10; Costa F. , 2007, p. 444; Alves, 2005, p. 456; 1999a, p. 58), com uma estrutura verticalizada das atividades, composta essencialmente pela fiação e tecelagem (Figura 241, destacadas em vermelho), localizadas mais ao norte, à montante; e tinturaria, possivelmente localizada junto ao núcleo original da fábrica de Narciso

[27] Mendes salienta que "a necessidade de as próprias firmas procederem ao provisionamento de água das respectivas fábricas acentuava-se, pelo fato de os sistemas públicos/municipais de abastecimento ainda não estarem, ao tempo, generalizados" (Mendes, 2002, p. 19).

Ferreira (Figura 241, destacado em verde), mais ao sul, à jusante. Além disso, pelo nível da água do rio Ave, aparentemente a fotografia foi tirada em um período de estiagem (Figura 241, em azul).

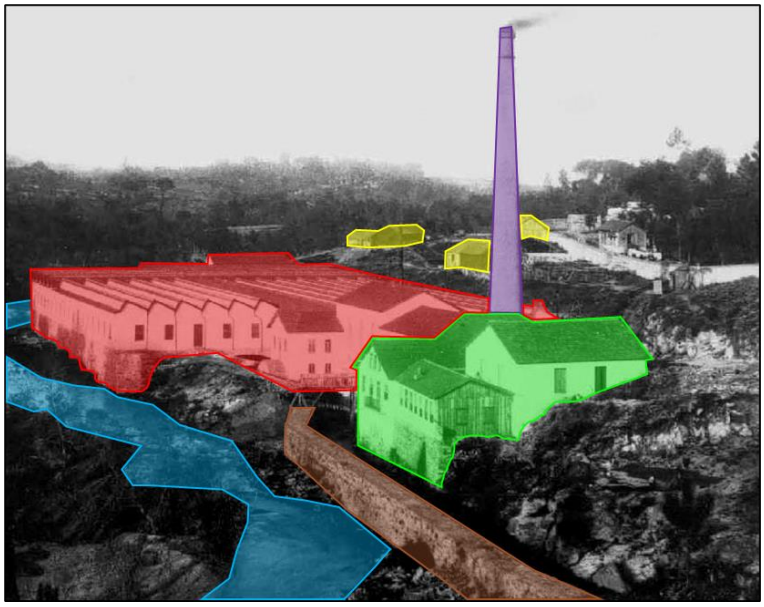


Figura 241: SFC em 1900 (preto e branco). (MIT)

Tanto o canal, que passa por debaixo dos edifícios da fiação e tecelagem, quanto o primeiro açude da fábrica (que não se vê a partir deste ponto de vista), foram construídos de modo a adequá-la ao traçado do rio, mas também o modificando de acordo com as necessidades que surgissem. Ambos estão alinhados ao núcleo original da fábrica de Narciso Ferreira, que parece ter sido composto por parte do que veio a se tornar o edifício nº 12, na primeira configuração do que viria a ser o edifício das engomadeiras e da tinturaria. De todas as construções dessa primeira fase, apenas o edifício 10 parece ter telhado em *shed* com iluminação zenital, sendo os outros aparentemente telhados com duas águas.

Ao fundo na fotografia, na área da fábrica que corresponderia futuramente aos edifícios nº 6, 7 e 8, veem-se três pequenas construções cujas funções são desconhecidas por não haver registro das mesmas (Figura 241, destacado em amarelo), razão pela qual, no croqui com a organização do complexo fabril para o período 1896-1900 (Figura 239), suas localizações não são precisas, sendo, portanto, hipotéticas. Outra hipótese que a fotografia de 1900 sugere é que a expansão da fábrica já era cogitada desde sua fundação, pois o canal que viria a mover as turbinas e que levava água à tinturaria fora construído com uma extensão muito superior ao espaço edificado até então (Figura 241, destacado em castanho).

1.2. 1900-1913: ampliações do conjunto (edificações nº 1, 2, 6, 10 e 12) da Sampaio, Ferreira & Cia. e a eletrificação de Riba d'Ave

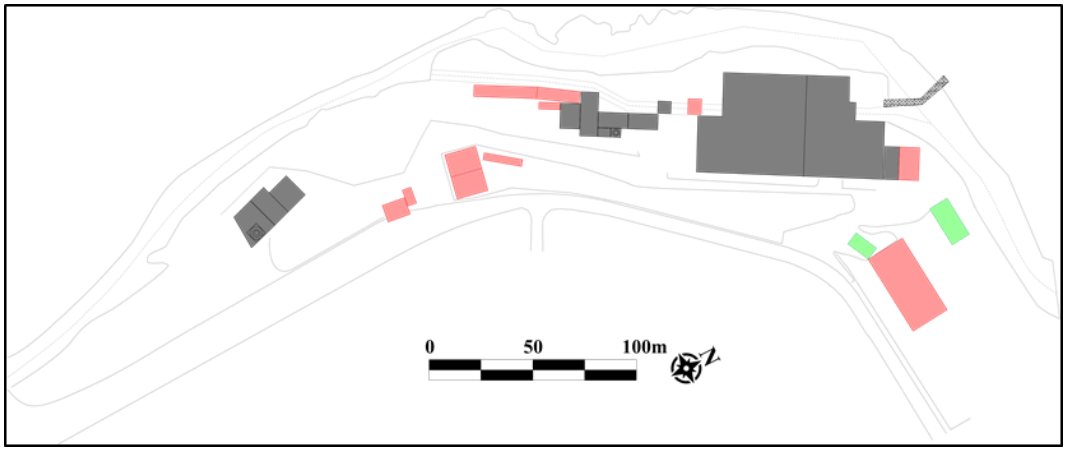


Figura 242: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1900-1913. (CdA)

Em 1893, o jornal *O Comércio do Porto* passou a publicar um suplemento anual chamado de *O Comércio do Porto Ilustrado*, que circulou até 1941. Chamam a atenção nessa publicação os vários anúncios de fábricas portuguesas, o que incluiu muitas da Bacia do Ave. Dentre elas, a partir de 1913 até 1930, veiculou-se uma propaganda da Sampaio, Ferreira & Cia. e da Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda., fundada no ano de 1909.

De 1913 até 1930, veicularam-se anúncios das fábricas Sampaio, Ferreira & Cia. e Oliveira Ferreira & Cia. Ltda., as *"Fábricas de Fiação e Tecidos"*, em que se salientava a *"especialidade de tecidos em cru e de cor"*. A ilustração era uma fotografia da *"vista geral das fábricas de Riba d'Ave"*, na qual o primeiro plano estava a Sampaio, Ferreira & Cia., que incluía a já incorporada Fábrica de Sant'Anna (à direita na imagem) e, ao fundo, a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. (Figura 243). É esta fotografia que permite verificar a ampliação do complexo fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. no período entre 1900 e 1913 (Figura 242).

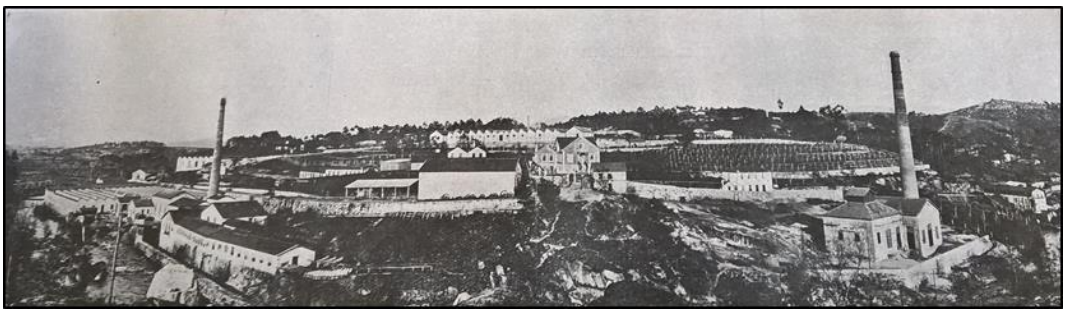


Figura 243: SFC no jornal O Comércio do Porto Ilustrado (1913). (BPMP)

Curiosamente, embora varie a disposição dos textos e mudem os elementos gráficos que enfeitavam os anúncios da Sampaio, Ferreira & Cia. e da Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda., nos anos em que foram veiculados no jornal *O Comércio do Porto Ilustrado*, o conteúdo do texto e a fotografia permaneceram rigorosamente os mesmos. Assim, na edição de 1930, por exemplo, 17 anos após a primeira publicação do anúncio, portanto, ainda se usava a mesma fotografia, ainda que a fábrica e a paisagem tenham se transformado nesse período.

Embora seja desconhecido o fotógrafo, chama a atenção a escolha do ponto de vista para a fotografia, pois o espaço entre a tinturaria da Sampaio, Ferreira & Cia. e a antiga Fábrica de Sant'Anna fica no centro e em primeiro plano. E ali não há construções nem qualquer vegetação, embora o solo pareça ter sido, em algum momento, revolvido. Esse vazio parece sugerir o estado de potência em que a fábrica se encontrava. Ele instiga a indagação sobre o que virá, se virá; como será preenchido, se o for. É um estímulo à imaginação sobre o porvir da fábrica. Na disposição dos elementos da imagem, portanto, o vazio contém em si, simbolicamente, o próprio futuro da fábrica.

Entre 1900 e 1913, foram feitos acréscimos às estruturas preexistente e novas edificações foram levantadas. Diferentemente do ponto de vista da fotografia de 1900, a imagem de 1913 cobre toda a extensão da Sampaio, Ferreira & Cia., de modo que aparecem também a edificação do escritório, composto por duas construções com telhados de duas águas e um pequeno alpendre. Ao fundo, vê-se a fábrica Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. cuja configuração é, aparentemente, a mesma da edição de 1912 do jornal *O Comércio do Porto Ilustrado* (Figura 244, indicado pela seta nº 1). É possível supor, porém, que o edifício do escritório (Figura 244, destacado em rosa) já tivesse sido construído em 1900 dado que ali seria a entrada da fábrica. E mesmo em frente à entrada, estava a residência de Narciso Ferreira (Figura 244, indicada pela seta nº 2)

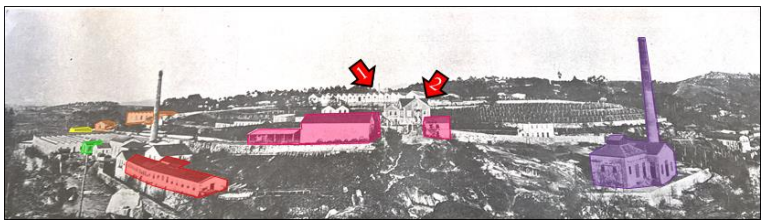


Figura 244: SFC no jornal O Comércio do Porto Ilustrado (1913). Alterações. (BPMP)

Tal como sugeria a imagem de 1900, a extensão do canal permitiu a extensão da edificação da tinturaria em, aproximadamente, três vezes o tamanho inicial do espaço, além de ter sido edificado um pequeno anexo logo acima dele (Figura 244, em vermelho; e Figura 245).

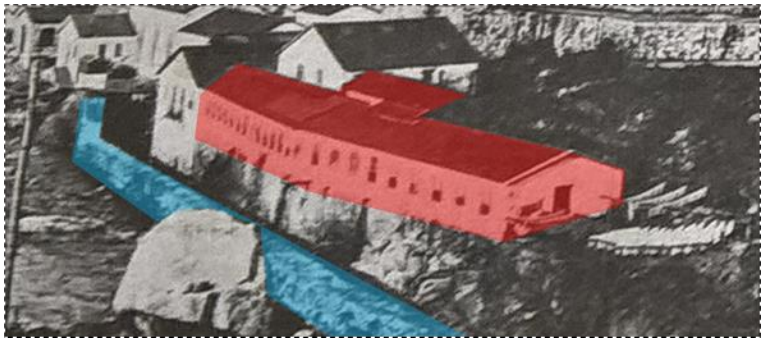


Figura 245: enquadramento da Figura 244 (Ed. nº 12 e canal). (BPMP)

Na fotografia também se vê o edifício nº 6 que abrigaria a "Tecelagem 'C'" (Figura 246, em laranja). Ampliando-se a imagem, verifica-se, pelos traços da fachada, que o telhado era em *shed*, de modo a permitir o melhor aproveitamento da iluminação natural. Além disso, a pequena construção na área do edifício 8 aproximadamente, que já aparecia na fotografia de 1900, ainda se encontrava ali (Figura 246, em laranja). A porção mais ao norte do edifício nº 9 também parece ter sido ampliada. Antes, aparentemente, composto por apenas um corpo edificado, parece ter sido ampliado para dois, ambos os telhados com duas águas.

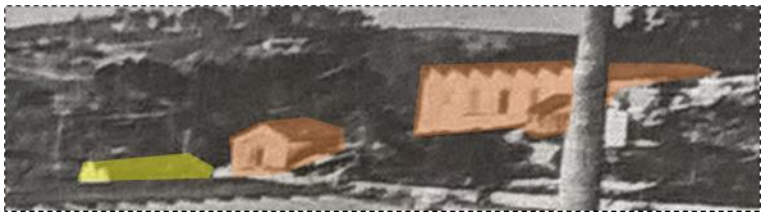


Figura 246: enquadramento da Figura 244 (Ed. nº 6 e 9). (BPMP)

À direita da fotografia vê-se o que viria a ser a edificação nº 16 (carpintaria e da caldeira) da Sampaio, Ferreira & Cia., a antiga fábrica de lã de Sant'Anna que pertencia ao Barão da Trovisqueira (Figura 247, destacado em roxo).

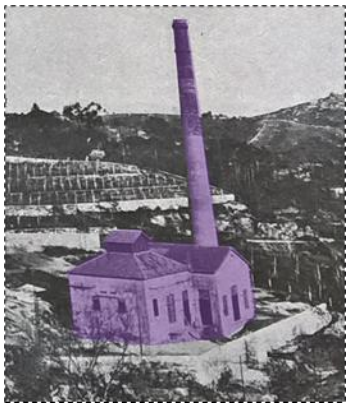


Figura 247: enquadramento da Figura 244 (Ed. nº 16). (BPMP)

De acordo com Alves (2005, pp. 449-450), Aurélio Fernando, *"um autor famalicense"* encontrou *"o registo da propriedade adquirida em 1873 pelo Barão, a Azenha da Igreja, a montante da Ponte de Riba d'Ave, uma casa térrea coberta de telha, com duas rodas, com horta e mato devidamente murados"* e, em 1881, contava com

> *casa torre e térrea, com uma fábrica de lanifícios, 'cujas máquinas são movidas pelas águas do rio Ave, por meio de uma turbina, para o que se fizeram as respectivas obras no rio Ave, e o amplo edifício apropriado para a dita fábrica e seus pertences, cujo valor venal o sobredito Barão calcula em 16.ooo$ooo réis, aproximadamente'.*[28]

Conforme Cordeiro,

> *tratava-se de uma fábrica muito pequena, empregando apenas doze operários, que produzia lã fiada para as fábricas de sapatos de liga da cidade do Porto, e para os particulares da localidade, que exerciam a indústria doméstica de tecelagem, e cuja principal particularidade residia no facto de utilizar uma turbina hidráulica.* (Cordeiro, 2001, p. 60)

Outra menção à fábrica do Barão da Trovisqueira encontra-se no relato de José Augusto Vieira no ano de 1887:

> *Depois do encanto da paisagem volve o espírito de homem às inquirições do que mais avulta a seus olhos, e neste intuito visita a fábrica de fiação de lã, pertencente ao sr. Barão da Trovisqueira, única manifestação de trabalho que aí pode interessá-lo. Ocupa a fábrica um pessoal de doze operários, e fornece a lã fiada para as fábricas de sapatos*

[28] Fernando, Aurélio. Riba d'Ave em Terras de Entre-ambos-os-Aves. II Volume. Riba d'Ave, 1994. Pp. 22-23. *Apud* Alves J. F., 2005, pp. 449-450; 1999b, p. 11.

de liga, do Porto, e para os particulares da localidade, que exercem a indústria doméstica da tecelagem.[29]

A historiografia costuma assinalar que, após o encerramento das atividades, o terreno e os edifícios da fábrica do Barão da Trovisqueira foram vendidos a Narciso Ferreira em 1913 no intuito de ampliar a Sampaio, Ferreira & Cia. (Alves, 2001; 1999b, pp. 11-12). Entretanto, em investigação recente, Pastor, Vieira, & Sanchiz (2017) afirmam que essa informação é, na verdade, um equívoco recorrente na historiografia sobre a industrialização de Riba d'Ave e da Bacia do Ave e sobre a própria trajetória empresarial de Narciso Ferreira.

Conforme Pastor, Vieira & Sanchiz (2017), foi precisamente no ano de 1900 que esta fábrica foi incorporada à Sampaio, Ferreira & Cia., pois em 09 de dezembro de 1900, o terreno e as instalações da antiga Fábrica de Sant'Anna foram vendidos em hasta pública por quatro contos e 1000 réis em Vila nova de Famalicão e a transmissão da propriedade registrada em 13 de agosto de 1901 (Pastor, Vieira, & Sanchiz, 2017, pp. 101-102).

A informação de que a aquisição da antiga fábrica do Barão da Trovisqueira teria se dado em 1900/1901, e não em 1913, altera a percepção sobre a trajetória construtiva da Sampaio, Ferreira & Cia., pois se pode inferir que a segunda chaminé da fábrica (1911), junto àquela edificação, foi pensada e projetada pela Sampaio, Ferreira & Cia. no seu processo de expansão e busca por garantia de energia à produção; e não que tivesse sido adquirida na compra das benfeitorias da antiga fábrica que ali estava.

Na base da chaminé, lê-se numa pequena placa de cerâmica: *"CONSTRUCTOR / Joaquim Cardoso / Sucessor de Lino S Guedes. / Porto viii-911"* (Cf. Figura 224). Embora se desconheça como eram construídas as chaminés em Portugal, acredita-se que operários portugueses aprenderam a construí-las ao observarem o trabalho de *"artistas especializados"* vindos da Inglaterra. Dentre eles, teria se destacado Lino Soares Guedes *"que deixou como legado várias chaminés espalhadas pelo país, sempre assinadas com uma inscrição em cerâmica com seu nome e data de construção"* (Costa, Ornelas, Guedes, & Paupério, 2014, p. 217). Com isso, o registro na placa azulejada de que Joaquim Cardoso era sucessor de Lino Soares Guedes seria uma forma de atestar a qualidade de seu trabalho, pois Lino era reconhecido nacionalmente.

[29] VIEIRA, José Augusto - O Minho Pitoresco, Tomo II. Lisboa: 1887, p. 98.

Costa, Ornelas, Guedes & Paupério ressaltam a relevância da construção de chaminés ao final do século XIX e afirmam que *"a maioria das chaminés do país foi construída por operários, mestre-de-obras e fabricantes de tijolos que detinham o saber de as levantarem corretamente"*; saber esse que, por ter sido transmitido por via oral, não foi registrado em documentos escritos (Costa, Ornelas, Guedes, & Paupério, 2014, p. 217). Portanto, tanto Bernardino J. M. Garcia, que ergueu a chaminé de 1899, quanto Joaquim Cardoso, que construiu a chaminé de 1911, fazem parte de processo de transmissão de saber e de ofício entre operários que põe em evidência outras dinâmicas culturais na indústria que não as controladas pelos proprietários das fábricas.

Além disso, para Pastor, Vieira & Sanchiz, mais do que auxiliar na melhor compreensão da trajetória fabril, a assimilação da Fábrica de Sant'Anna pela Sampaio, Ferreira & Cia. representa transformações nas dinâmicas sociais e políticas, pois fora realizada por um representante do novo empresariado, mais jovem, sem os títulos de nobreza do liberalismo monárquico português; o caminho para a mudança que logo levaria ao estabelecimento da República Portuguesa (Pastor, Vieira, & Sanchiz, 2017, p. 102).

Neste sentido, conforme assinala Ingerson, histórias de empreendedores como Narciso Ferreira, que foram da *"'miséria à opulência' constituem uma parte importante das relações de classe no vale do Ave"*, pois muitos desses *"novos-ricos dos têxteis"* procuraram camuflar-se exatamente pela *"entrada para a aristocracia local"*, o que levou a que *"pelo menos alguns dos filhos e netos dos primitivos fundadores"* exibissem *"os vários títulos que podiam ser 'comprados', tais como os de conde, visconde, comendador etc., atribuídos pelo Governo por serviços prestados à economia nacional, ou pela Igreja por serviços prestados à sociedade civil"* (Ingerson, 1982, pp. 1481-1482), que foi exatamente o caso do próprio Narciso Ferreira e de seus filhos.

Narciso Ferreira foi condecorado, em 30 de janeiro de 1928, Comendador da Ordem de Mérito Industrial; em 20 de maio de 1929, Grande-Oficial da Ordem de Mérito; em 21 de março de 1930, recebeu a Grã-Cruz da Ordem de Mérito Industrial;[30] além de ter sido, em 10 de fevereiro de 1933, eleito presidente da Associação comercial e Industrial de Famalicão. O mesmo ocorreu com os seus herdeiros: Raúl Ferreira, recebeu do Papa Pio XII o título de *"Conde de Riba d'Ave"* (1947) e as condecorações de Grande-Oficial da Ordem do Mérito (03 de agosto de 1950) e de

[30] Página oficial do Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas. http://www.ordens.presidencia.pt. Em Borges (2012) a comenda aparece como "Grã-Cruz da Ordem Civil de Mérito Agrícola e Industrial" e "Grã-Cruz da Ordem de Benemerência".

Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique (em 22 de setembro de 1964); Alfredo Ferreira foi condecorado Comendador da Ordem Militar de Cristo (em 02 de junho de 1938) e o de Oficial da Ordem do Mérito (21 de junho de 1938); Joaquim Ferreira foi condecorado Comendador do Mérito Industrial e Agrícola (em 29 de novembro de 1937); e Delfim Ferreira foi condecorado Comendador da Ordem do Mérito Industrial (em 10 de outubro de 1930), Comendador da Ordem de Cristo (em 05 de outubro de 1933), Grande-Oficial da Ordem do Mérito Industrial (em 26 de agosto de 1948) e recebeu a Grã-Cruz do Mérito Industrial (em 20 de junho de 1951).

Portanto, paralelamente às transformações econômicas que representam o estabelecimento de uma fábrica como a Sampaio, Ferreira & Cia. na Bacia do Ave, a fotografia de 1913 traz à tona o caráter simbólico em termos políticos que a empresa teria, pois representou o fortalecimento da própria família de Narciso Ferreira.

Outra construção desse período foi o pequeno edifício, localizado entre a edificação nº 10 e a edificação nº 11 (da caldeira e da chaminé de 1899), e acima do canal, que pode ter sido construído para abrigar uma turbina da Sampaio, Ferreira & Cia. (Figura 244, em verde; Figura 248).



Figura 248: enquadramento da Figura 244 (Ed. nº 11). (BPMP)

Esse período, entre 1900 e 1913, parece ter sido um período de investimento em tecnologia na Sampaio, Ferreira & Cia., como se pode perceber pelas inspeções de dois geradores a vapor com uma diferença de nove anos entre si.

Em 1º de abril de 1902, o Engenheiro Chefe de 2ª Classe de Obras públicas e Chefe da 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria, Visconde de Villarinho, certificou o exame e a inspeção do gerador a vapor, *"monocilíndrico"* e com *"capacidade de dezesseis mil e duzentos litros"*, da caldeira nº 2 da Sampaio, Ferreira & Cia., então ainda chamada Fábrica de Fiação e Tecidos de Riba d'Ave, *"que foi experimentado em conformidade"* com a regulamentação vigente.[31]

[31] MIT. Certificação de inspeção de gerador a vapor. 1º de abril de 1902.

E o mesmo ocorreu em 1904, quando da inspeção da Caldeira nº 1, realizada por Joaquim Augusto de Moraes Freitas.[32] Já em 1911, Luiz Ferreira Girão, Engenheiro Chefe da 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria, inspecionou o gerador *"nº 1 [ou 4? Não fica claro no documento] no referido estabelecimento industrial"*, sendo o mesmo *"de sistema multitubular Buthmen e tem capacidade de superfície de aquecimento de 320 m² e a capacidade de 2600 litros"*.[33]

Enquanto em 1902 e em 1904 os geradores foram submetidos no teste a uma pressão hidráulica de 14 kg/cm² e foram autorizados a funcionar a uma pressão de até 8 kg/cm²; em 1911, o gerador foi testado a 19 kg/cm², tendo sido autorizado a funcionar a uma pressão de até 13 kg/cm²; uma diferença que certamente se traduziria em desempenho produtivo.

Outro investimento de ordem técnico-científica que potencializou a produção industrial foi a Central Hidroelétrica do Amieiro Galego, que viria a entrar em funcionamento em 1909.

Em 30 de março de 1909, foi feito à 2ª secção dos Serviços Fluviais e Marítimos, em Braga, um requerimento da Sampaio, Ferreira & Cia. com três solicitações acompanhadas das plantas e desenhos. A primeira solicitação era para *"construir um açude na mesma corrente, a fim de elevar 7,30m o nível atual das águas, em substituição a vários açudes que a referida empresa ali possui"* (Figura 249).[34]

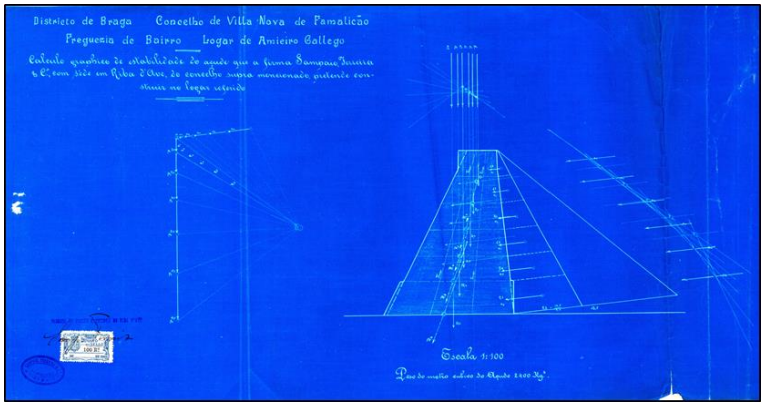


Figura 249: projeto do açude no Amieiro Galego. Fonte: Archiv-Ave, Proc. 86/1909, pasta 1.

[32] MIT. Certificação de inspeção de gerador a vapor. 12 de janeiro de 1904.

[33] MIT. Certificação de inspeção de gerador a vapor. 14 de junho de 1911

[34] Archiv-Ave. Proc. 86/1909. pasta 1. Nota de Serviço nº 35. 30 de março de 1909. P. 01

As plantas adjuntas ao Processo mostram a extensão do rio Ave a que se referem os açudes a serem substituídos (Figura 250, destacados em laranja) pelo açude do Amieiro Galego (Figura 250, destacado em vermelho); os respectivos cálculos gráficos de estabilidade do açude (Figura 249); um *"corte transversal do açude"*, o *"detalhe da escada para o peixe"*, o *"corte transversal do rio e longitudinal do açude"* (Figura 251, destacados em vermelho).

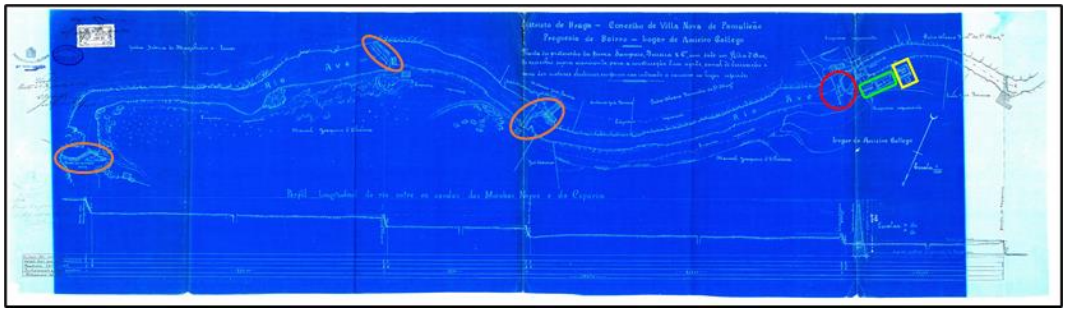


Figura 250: planta para o açude no Amieiro Galego. Fonte: Archiv-Ave, Proc. 86/1909, pasta 1

A segunda solicitação era para *"construir um canal de derivação na largura de 7,00m para a instalação de turbinas guardadoras de eletricidade"* (Figura 250, destaque em verde) junto ao açude (Figura 250 e Figura 251, destacado em vermelho), para o qual se apresentou também um corte transversal do canal (Figura 251, destacado em verde) e sua posição em relação à *"casa dos motores"* (Figura 250 e Figura 251, destaques em amarelo), o objeto da terceira solicitação de construção, para o qual também se apresentou projeto (Figura 251, destacado em amarelo).[35]

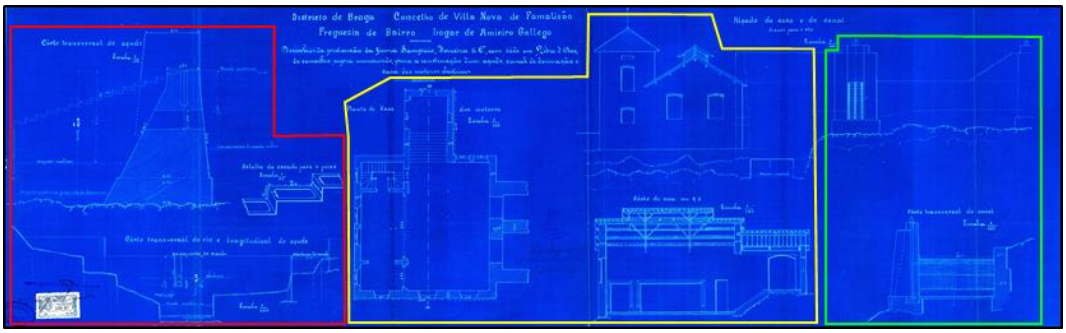


Figura 251: canal e casa dos motores. Fonte: Archiv-Ave, Proc. 86/1909, pasta 1

Conforme Borges (2012, p. 124), após a experiência bem-sucedida na Empresa Têxtil Elétrica (fundada em 1905 e que tinha sua própria central hidroelétrica), Narciso Ferreira buscou

[35] Archiv-Ave. Proc. 86/1909. pasta 1. Nota de Serviço nº 35. P. 01

a eletrificação da Sampaio, Ferreira & Cia., *"construindo para isso a Central Hidroelétrica do Amieiro Galego, no rio Ave, a cerca de 3 km de distância, para jusante"*.

A Central Hidroelétrica do Amieiro Galego não apenas facilitou o trabalho por turnos nas fábricas de Riba d'Ave como serviu ao uso doméstico (Alves, 1999b, p. 16), como se vê pela *"Planta geral da linha de alta tensão entre a Central do Amieiro Galego e Riba d'Ave"*.[36] A Central forneceria energia para a Sampaio, Ferreira & Cia. e para a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. (Figura 252), mas também serviria à comunidade envolvente, como a freguesia de Delães, passando pelos lugares de Portela e Sant'Anna, como se vê pelo percurso da linha de energia (Figura 252, destacado em vermelho).

Além disso, esta planta também indica o caminho de ferro de Guimarães e a Estação de Caniços (Figura 252, destacados em laranja), mostra outros lugares que provavelmente seriam afetados futuramente com a construção da Central Hidroelétrica do Amieiro Galego (Figura 252, destacado em verde) e outro empreendimento industrial do próprio Narciso Ferreira, a *"Fábrica de Caniços"*, a Empresa Têxtil Elétrica (1905) (Figura 252, destacada em amarelo).

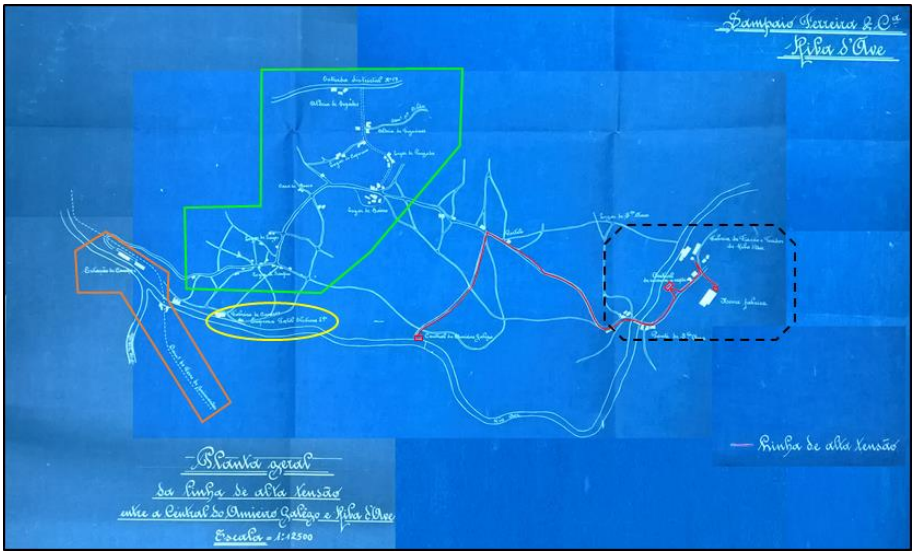


Figura 252: planta da linha de alta tensão entre Amieiro Galego e Riba d'Ave, 1905. (MIT)

Já em Riba d'Ave (Figura 252, detalhe pontilhado), a linha de alta tensão passaria pela Ponte de Sant'Anna até a *"Central de reserva a vapor"*, nomenclatura que não aparece em nenhum outro documento para se referir a algum espaço da Sampaio, Ferreira & Cia. Porém, por sua posição em relação aos outros edifícios ali representados, pode-se supor que sejam as

[36] MIT. Planta da linha de alta tensão entre a Central do Amieiro Galego e Riba d'Ave. 1905.

instalações da antiga Fábrica de Sant'Anna. Isso porque, a partir de 1911, quando foi edificada a chaminé, ela contaria com uma caldeira própria e uma turbina a vapor. Dali, a linha iria para uma edificação não identificada na planta e, a seguir iria para a *"Nova fábrica"*, a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. (Figura 253, Figura 254)

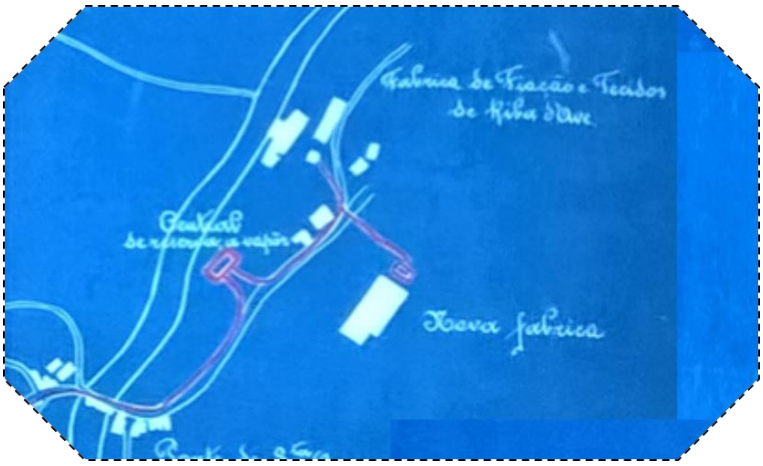


Figura 253: enquadramento da SFC na Figura 252. (MIT)

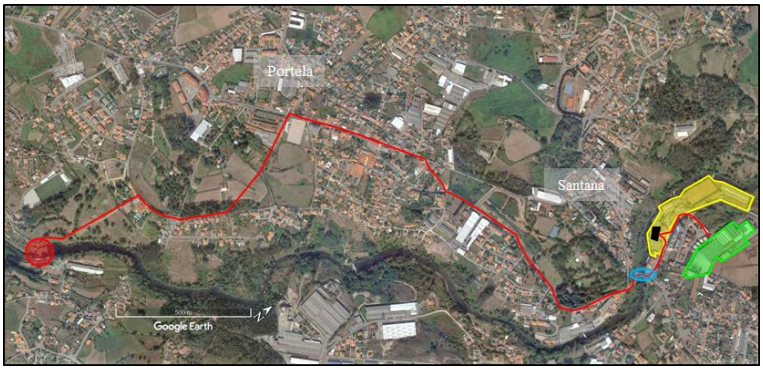


Figura 254: traçado aproximado da linha de alta tensão. (GE)

Em 30 de outubro de 1909, a Inspeção Geral dos Telégrafos e Indústrias Elétricas concede, em nome de *"Sua Majestade El-Rei"*, a autorização à *"firma Sampaio, Ferreira & Cia. a abrir exploração à instalação elétrica que possui em Amieiro Galego"*. Entretanto, para tal era imperativo que seguissem algumas normas de segurança:

> *1º A estabelecer nos postes que sustentam as linhas aéreas de alta tensão, ao longo da estrada, entre Amieiro Galego e Riba d'Ave, letreiros bem visíveis de que há perigo em tocar os postes e condutores elétricos;*
>
> *2º A resguardar as barras não isoladas que em Riba d'Ave ligam o transformador ao quadro de distribuição;*
>
> *3º A resguardar a rede de alta tensão, no ponto mais baixo, à entrada da central em Amieiro Galego;*

4º A ligar à terra todas as redes de resguardo e todas as partes metálicas que possam ser atingidas pelo alto potencial. [37]

A preocupação do poder público com a segurança evidencia que se estava ciente da capacidade de a eletricidade aumentar o potencial produtivo industrial, mas também do perigo que poderia representar aos incautos.

A eletrificação fabril poderia servir ao público como referência do quão modernas eram as indústrias, razão pela qual ganha destaque, em 1912, um anúncio no jornal *O Comércio do Porto Ilustrado* que traduz exatamente certa euforia pela inovação. Publicado um ano antes do início da sequência de anúncios da Sampaio, Ferreira & Cia. e da Oliveira Ferreira & Cia. Ltda., o anúncio ocupa uma página inteira do suplemento e trata apenas da Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda.

No anúncio a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. aparece em uma *"vista geral da fábrica"* e é descrita como uma *"Fábrica de Fiação e Tecidos"* cuja *"especialidade"* é em *"tecidos finos em cru e de cor".* A fotografia insere a fábrica de forma isolada numa paisagem eminentemente rural; em meio a um campo de agricultura, à frente, e a bosques cujas árvores acabam por delinear o horizonte, ao fundo. (Figura 255)



Figura 255: anúncio da OFC no jornal O Comércio do Porto Ilustrado, 1912. (BPMP)

Além disso, há quatro imagens do interior fabril: uma do *"quadro de recepção de energia elétrica"* (Figura 256); duas do *"Salão de Fiação"*, uma em que se mostra o *"grupo de torces movidos a eletricidade"* (Figura 257) e uma em que se mostra o *"grupo de contínuos movidos a eletricidade"* (Figura 258); e a última do *"Salão de Tecelagem"* (Figura 259). Em três delas, portanto, as legendas salientam o uso da eletricidade como fonte de energia para movimentação das máquinas. Essa repetição da mesma informação em diferentes fotografias pode ser analisada como recurso discursivo, pois poderia servir ao reforço da ideia de modernização e avanço

[37] MIT. Autorização da Inspeção Geral dos Telégrafos e Indústrias Elétricas para o funcionamento da Central Hidroelétrica do Amieiro galego.

tecnológico no qual estava imersa a fábrica, como forma de demonstrar seu alinhamento com as descobertas científicas derivadas do processo de industrialização.

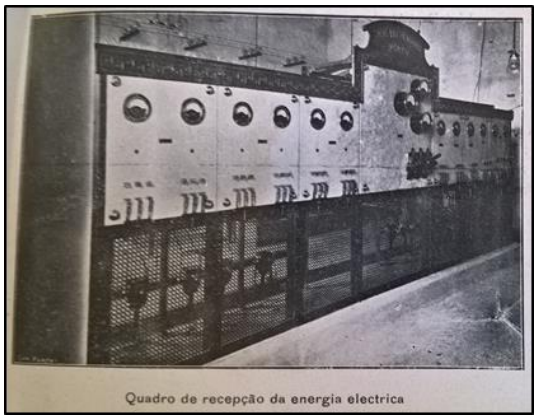


Figura 256: "Quadro de recepção de energia elétrica" da OFC, 1912. (BPMP)

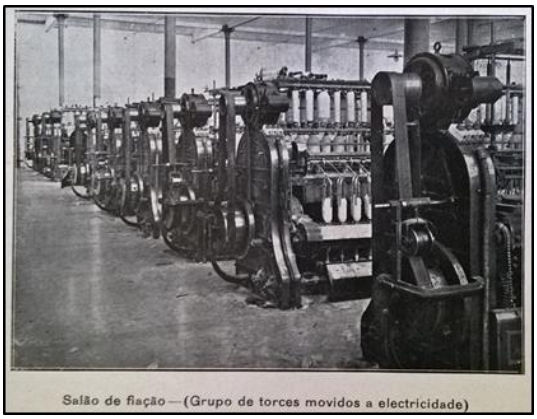


Figura 257: "Salão de Fiação: grupo de torces movidos a eletricidade" da OFC, 1912. (BPMP)



Figura 258: "Salão de Fiação: grupo de contínuos movidos a eletricidade" da OFC, 1912. (BPMP)



Figura 259: "Salão de Tecelagem" da OFC, 1912. (BPMP)

Para Figueira (2002, p. 197) a eletricidade tornou-se um *"fator de afirmação da indústria e dos industriais do Vale do Ave"* e dela retiraram proveito econômico e social, *"pois sua utilização advinha de um grande prestígio empresarial e social, decorrente em grande medida, dos elevados meios financeiros envolvidos nestes projetos"*.

Dito de outra forma, na verdade, a eletricidade adquiriu também importância simbólica, pois a divulgação da eletrificação das fábricas de Riba d'Ave permitia associar suas fábricas e seus empreendimentos ao que havia de mais moderno em termos tecnológicos. Conforme Alves:

> *Eram as fábricas. em particular as têxteis, que introduzindo a nova energia para efeito motriz e para ampliação dos horários por turnos, acabam por trazer às aldeias a luz do*

> *progresso, embora numa dimensão paroquial que, contudo, suscitará a emulação e a consciência do desenvolvimento tecnológico.* (Alves J. F., 2005, p. 461)

Por outro lado, em termos pragmáticos, o uso da eletricidade traria vantagens econômicas às empresas porque reduziria os gastos na produção a longo prazo, afinal, Narciso Ferreira estava ciente dos custos do uso do carvão como matriz energética em Portugal. O entusiasmo de Narciso Ferreira pela eletricidade está atrelado, portanto, ao custo da energia a vapor e à própria disponibilidade dos recursos hídricos na Bacia do Ave.

Não é ao acaso que na industrialização da Bacia do Ave, as fábricas fizeram uso principalmente da energia hídrica, inicialmente com sistemas hidráulicos e posteriormente com o uso da eletricidade, tendo recorrido às máquinas a vapor nos períodos de estiagem (Ferreira D. V., 2014, p. 119; Costa F. , 2009, pp. 02-03; 2010a, pp. 350-351; 2007, p. 436; Mendes, 2002, p. 21; Alves J. F., 2002a, p. 376; 1999b, pp. 06-07; Cordeiro, 2001, p. 41).

Diferentemente da Sampaio, Ferreira & Cia., que aproveitava a energia do rio Ave tanto por meio de uma turbina, quanto por meio de uma máquina a vapor de reserva (Cordeiro, 2001, pp. 62-63), a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. não estava localizada à beira do rio Ave e a eletricidade, proveniente da Central do Amieiro, era sua principal fonte de energia.

Anos depois dos projetos de eletrificação fabril em Riba d'Ave, ao explicar o preço que se pagava por *"cavalo-hora"* para manter o funcionamento do maquinário fabril, ele diria *"avalie-se por aí o problema"* que se tinha à época. Narciso Ferreira vislumbrara no início do século XX que as vantagens da hidroeletricidade estavam no fato de ser *"um recurso energético renovável, isto é, a sua fonte, a água, é teoricamente inesgotável, pois circula na natureza em circuito fechado"*.[38]

Assim, o nascimento e a expansão da Sampaio, Ferreira & Cia. tornaram-se paradigmáticos na região, pois foi a partir deste momento que o microcosmo de Riba d'Ave começou a passar por transformações urbanísticas e sociais cujo impacto não se traduz, necessariamente, em números expressivos, mas nos símbolos dessas mudanças que derivaram daquele momento para aquela localidade.

Ao se analisar o processo de industrialização, não se devem levar em consideração apenas as transformações em termos quantitativos ou as transformações estruturais de grande vulto no

[38] O Primeiro de Janeiro, 14 de junho de 1930. *In* Borges, 2012.

espaço urbano, mas também deve-se ter mente em a carga simbólica que tais mudanças carregam em si. (Pozzer, 2007, p. 98)

Portanto, embora não tenha jamais se aproximado de ter passado por transformações nas mesmas proporções que uma metrópole industrializada, Riba d'Ave refletiu e reproduziu, numa escala menor, conforme as particularidades e temporalidades locais, as transformações mais amplas advindas do desenvolvimento industrial. Segundo Benevolo (1989, p. 21), após desenvolverem-se na Inglaterra do século XVIII, o aumento populacional, o aumento da produção industrial e a mecanização dos sistemas de produção, como consequências do processo de industrialização, *"repetem-se, com maior ou menor atraso"* nos outros Estados da Europa.

Mumford, quando analisou a formação da cidade industrial, utilizando-se do exemplo londrino, afirmou que *"os principais elementos do novo complexo urbano foram a fábrica, a estrada de ferro e o cortiço"* (Mumford, 1961, p. 458).[39] Eles, em si mesmos, constituíam a *"cidade industrial", expressão singular por conseguir descrever o fato de milhares de pessoas estarem reunidas "dentro de uma área que podia ser designada por um nome próprio"* (Mumford, 1961, p. 458). Benevolo (1989, p. 20) evidenciou que o conjunto de transformações urbanas advindas da industrialização originaram mudanças nos modos de vida, na utilização do solo e na própria paisagem. E nesse contexto, *"a fábrica se tornou o núcleo do novo organismo urbano"* (Mumford, 1970, p. 161; 1961, p. 458) e *"a urbanização aumentou quase em proporção direta à industrialização"* (Mumford, 1970, p. 146; 1961, p. 448).

Na historiografia sobre a Bacia do Ave, ainda que se saliente que sua industrialização tenha sido difusa (Pinheiro, Laranjeira, & Bandeira, 2018; Couto I. S., 2015; Cardoso, 2013; Costa F. , 2010a; 2009; 2007, 2004; Alves, 2005; 2002a; 1994; Cordeiro, 2001; Marques & Domingues, 1987), caracterizada por uma dispersão territorial; no qual a *"pluriatividade"* era comum entre a população, com a manutenção de atividades agrícolas e industriais; e que não tenha proporcionado uma significativa urbanização (Alves J. F., 2005; Pires, 1986, p. 239); persiste, de forma contraditória, uma visão de que ali também se desenvolveu um *"modelo de desenvolvimento industrial clássico"* (Pires, 1986)*, "que impõe não só uma grande precocidade,*

[39] Mumford em *The culture of cities*, cuja primeira edição data de 1938, assinala apenas a fábrica e o cortiço como elementos fundamentais da cidade industrial. Apenas em 1961, na primeira edição de *The city in History* é que a estrada de ferro é adicionada aos outros dois elementos urbanos.

como uma acentuada rapidez" (Cordeiro, 2001, p. 03) nas transformações advindas dos processos de industrialização.

Assim, difunde-se a ideia de que, no final do século XIX e início do século XX, a Bacia do Ave era uma região industrial de grande *"densidade empresarial"* (Coelho, 2018, p. 40; Costa F. , 2007, p. 435), *"favorável à instalação de grandes fábricas nesta região, num movimento de afirmação e de gradual expansão"* (Costa F. , 2007, p. 435) e onde se via *"pulular um conjunto de fábricas algodoeiras instaladas nas margens daquele rio ou dos seus afluentes, com edifícios construídos de raiz, com alguns equipamentos modernos, mecanização e significativa concentração operária"* (Alves J. F., 2002a, p. 377). Essa perspectiva dá sustento, por exemplo, à ideia de que na Bacia do Ave a indústria se constituiu *"um motor da economia e da urbanização"* que promoveu *"uma densificação in loco, pelo que as fábricas e as habitações passam a intercalar-se com edifícios mais antigos, numa conciliação tão sublime que se torna impossível dizer onde acaba a cidade e começa o campo"* (Pinheiro, Laranjeira, & Bandeira, 2018, p. 89).

Entretanto, essas perspectivas, além de contraditórias com a realidade de um processo de industrialização difusa, parecem idealizar o modelo de industrialização clássico e transpô-lo à realidade a Bacia do Ave, quando, mesmo na Grã-Bretanha, *"embora o ritmo de crescimento se tenha acelerado, este foi substancialmente mais lento do que era tradicionalmente aceite"* (Cordeiro, 2001, p. 03).

Desta forma, para evitar tais equívocos ao se analisar o papel da Sampaio, Ferreira & Cia. na industrialização de Riba d'Ave e da Bacia do Ave, ainda que ela tenha sido o centro de um processo que desenvolveu infraestruturas típicas de uma urbanização derivada da atividade industrial e possa ser tomada como um *"marco simbólico do têxtil no rio Ave"* (Costa & Cordeiro, 2013a, p. 488; Costa F. , 2010a, p. 04; 2009, pp. 06-07; 2007, p. 444; Alves J. F., 2004a, p. 443); não se deve entendê-la como modelo do processo de industrialização da Bacia do Ave, porque, na região, ele próprio foi mais lento e heterogêneo do que se supõe, no qual atividades rurais e infraestruturas industriais arcaicas conviveram com a indústria moderna até muito tardiamente.

Ainda em 1939, por exemplo, o número de fábricas de tecelagem manual que estavam em funcionamento era significativo, o que indica *"a lentidão e o atraso com que se processou a industrialização do sector têxtil da Bacia do Ave"* e evidencia a *"existência de uma realidade*

económica parcialmente caracterizada pela sobrevivência de um modo de produção arcaico" (Cordeiro, 2001, p. 74). E, segundo o autor, isto fica ainda mais evidente ao se considerar o Concelho de Vila Nova de Famalicão, onde se localiza Riba d'Ave, pois ali o número de teares manuais era mais do que o dobro do número de teares mecânicos.

Para Cordeiro,

> *este atraso na mecanização revela-nos a existência, em 1939, e coexistindo com um sector moderno da economia, de uma estrutura socioeconômica de características marcadamente agrárias, empregando a maioria da população, a qual usufruía baixos níveis de rendimento e, portanto, exercendo uma influência reduzida na procura de produtos manufaturados, dado que a sua própria produção artesanal satisfazia as suas necessidades fundamentais.* (Cordeiro, 2001, p. 74).

Desta forma, em contraste com a ideia que salienta a intensidade do desenvolvimento industrial da Bacia do Ave já ao final do século XIX e início do século XX, a industrialização difusa permitiu tanto a *"coexistência com o sector da economia tradicional"* quanto o *"prolongamento da sua sobrevivência, o que em parte explica o carácter lento com que se processou a transição para uma economia moderna"* (Cordeiro, 2001, p. 82).

Assim, apesar de a Bacia do Ave se constituir o *"melhor exemplo à escala nacional de um aproveitamento intensivo dos seus recursos energéticos"*, a industrialização da região contraria *"uma imagem incorreta, mas muito difundida"* de que *"tal processo se encontra marcado não só por um grande pioneirismo, como por um ritmo de difusão muito intenso"* (Cordeiro, 2001, p. 51). Afinal, *"a indústria moderna da Bacia do Ave reduzia-se, no final do século XIX, apenas a pouco mais de uma dezena de unidades fabris - na sua quase totalidade fábricas têxteis -, embora algumas delas fossem de dimensões apreciáveis"* (Cordeiro & Costa, 2016, p. 315; Costa & Cordeiro, 2013a, p. 485; Cordeiro, 2001, pp. 50-51).

Isso significa que, embora se reconheçam as transformações na Bacia do Ave resultantes da industrialização, elas foram proporcionais e condizentes com as condições materiais e culturais próprias da historicidade local. Percebê-lo não é ignorar o impacto que estas transformações tiveram na realidade local, mas observar que as narrativas sobre esse processo não são meros reflexos de seu tempo, mas construtores da própria visão sobre aquela realidade histórica e que impactam em discursos historiográficos e memoriais.

1.3. 1913-1915: ampliações do conjunto (edificações nº 4, 10 e 12) da Sampaio, Ferreira & Cia.

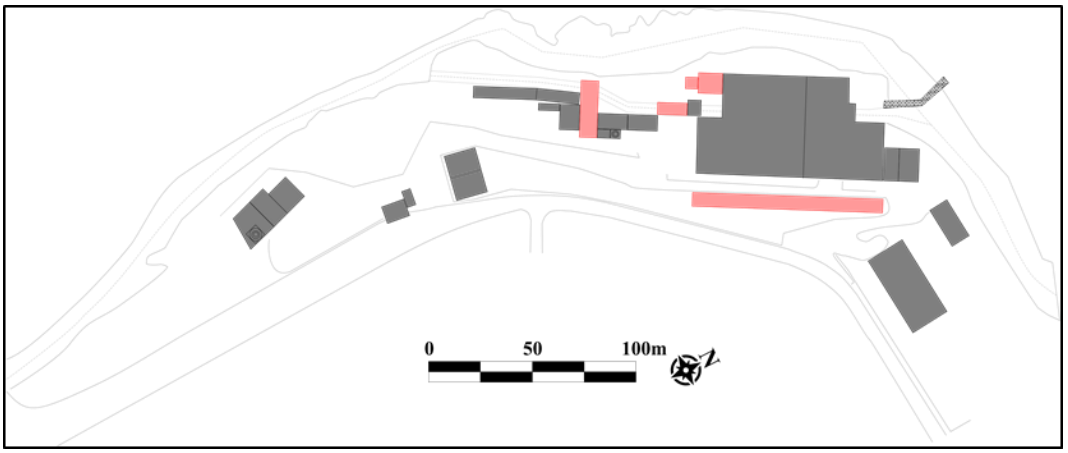


Figura 260: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1913-1915. (CdA)

Em meados da década de 1920 o jornal portuense *O Primeiro de Janeiro* fez uma série de reportagens sobre Vila Nova de Famalicão cujo título geral era *"No coração do Minho. Vila Nova de Famalicão: as indústrias e o comércio de Famalicão"*.[40] No exemplar de 12 de julho de 1925,[41] a imagem que estampava a capa tinha como legenda *"Vista geral de Riba d'Ave"*, na qual a Sampaio, Ferreira & Cia. aparecia em destaque no primeiro plano (Figura 261), o que permite verificar as alterações no conjunto de edifícios (Figura 260). Mal se vê, ao fundo, a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. e a composição iconográfica praticamente sugere que nessa época a Sampaio, Ferreira & Cia. era a própria Riba d'Ave.

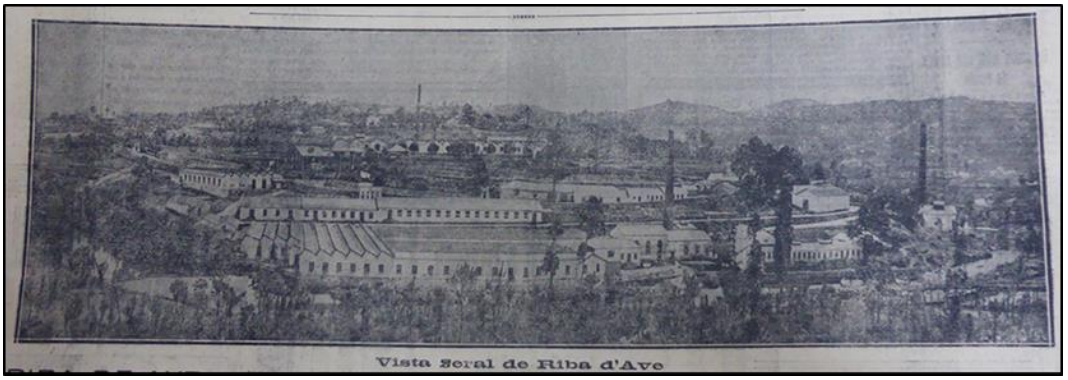


Figura 261: SFC no jornal O Primeiro de Janeiro. 12 de julho de 1925. (JMLC)

[40] As reportagens eram de diferentes jornalistas e cobriam temáticas variadas: Sebastião de Carvalho – "Camilo e Fanny"; Viriato de Almeida – "Numa Faina dos Campos"; Veloso de Araújo – "Esboço Histórico de Vila Nova de Famalicão"; "A Obra da Vereação Actual"; Viriato de Almeida – "A Laboriosa Região de Joane: um centro fabril sem serviço de correio"; Alfredo Costa – "A Agricultura do Concelho de Famalicão". Destaca-se, no entanto, Viriato de Almeida e seu artigo "Riba d`Ave e Narciso Ferreira".

[41] O Primeiro de Janeiro. "Riba d`Ave e Narciso Ferreira". 12 de julho de 1925.

Entretanto, a representação da fábrica parece não condizer com a data de publicação (1925). No jornal *O Comércio do Porto Ilustrado*, como se mostrou antes, a publicação usou durante 17 anos a mesma imagem (até 1930), cuja data mínima era 1913, ano em que foi publicada no suplemento pela primeira vez. É possível que a mesma situação tenha ocorrido aqui e reproduziu-se uma imagem mais antiga que a data da publicação. Isso porque, quando confrontada com uma fotografia posterior, datada de 1915 (Figura 264), vê-se que muitos dos elementos que já aparecem em 1915 ainda não estão presentes na imagem do jornal *O Primeiro de Janeiro*. Por esta razão, supõe-se que a data da imagem varie entre 1913, data da fotografia mais antiga no jornal *O Comércio do Porto Ilustrado*, e 1915, cuja fotografia será analisada adiante.

Em relação ao período de 1900 a 1913, poucas alterações foram realizadas entre 1913 e 1915 (Figura 262).

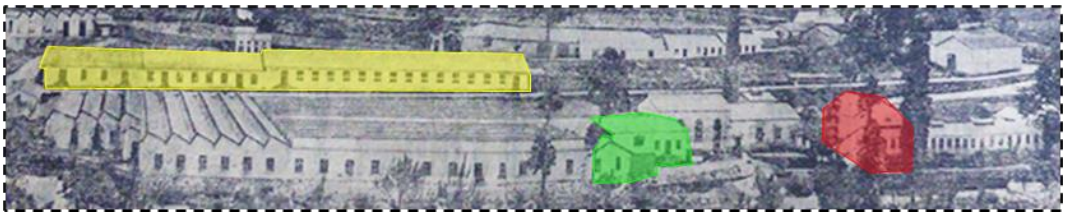


Figura 262: enquadramento da Figura 261. Alterações na SFC, 1900-1913. (JMLC)

O alpendre atrás do escritório parece ter sido retirado, pois a edificação nº 2 (o futuro Armazém de Expedição) seria ali construída. Junto à "Tecelagem 'A'" (nº 10) foi construído um pequeno edifício com telhado de duas águas, próximo ao rio Ave (Figura 262, destacado em verde). As duas alterações mais significativas, porém, são a ampliação da edificação que compunha a Secção 1 da edificação nº 12, a área das engomadeiras, quando ainda era apenas térrea, de modo a estendê-la por sobre o canal da fábrica (Figura 262, destacado em vermelho); e a construção da edificação nº 4, ainda como um edifício térreo (Figura 262, destacado em amarelo).

1.4. 1915-1917: ampliações do conjunto (edificação nº 2) da Sampaio, Ferreira & Cia. e as alterações nas dinâmicas de poder em Riba d'Ave

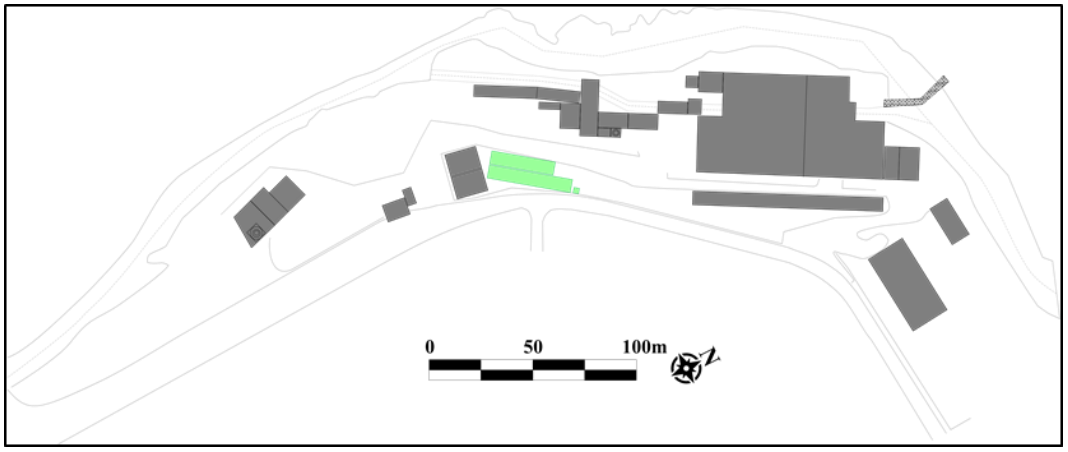


Figura 263: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1915-1917. (CdA)

Entre 1915 e 1917 a Sampaio, Ferreira & Cia. parece ter apenas construído a edificação nº 2 (Figura 263), como se pode ver por uma fotografia da Sampaio, Ferreira & Cia. (Figura 264) datada de 1915 (Borges, 2012, pp. 136-137).

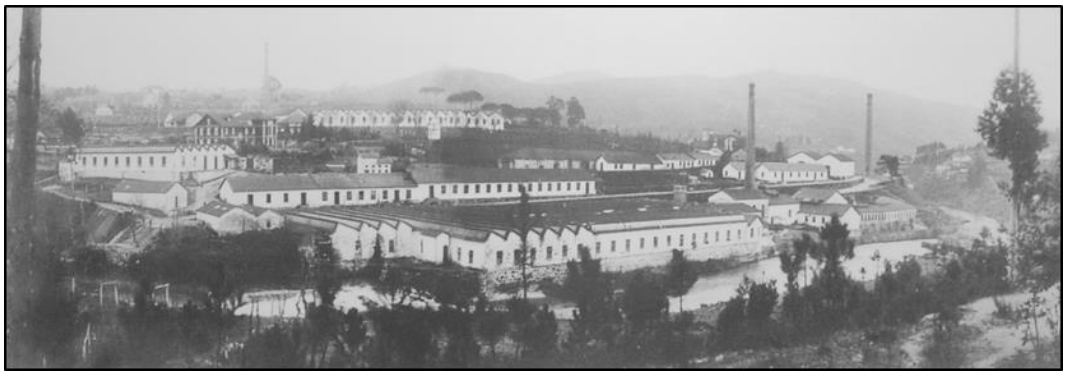


Figura 264: SFC entre 1915 e 1917. (MIT)

Comparada à imagem do período de 1913 a 1915 (Cf. Figura 261), a única diferença significativa é a extensão da edificação nº 2 e a construção de uma pequena casota ao seu lado (Figura 265).



Figura 265: enquadramento da Figura 264 (Ed. nº 2). (MIT)

Entre 1915 e 1917, a Sampaio, Ferreira & Cia., com o intuito manter a produção energética na central do Amieiro Galego mesmo em períodos de estiagem do rio Ave, solicita aos Serviços Fluviais e Marítimos a permissão para uma alteração na estrutura do açude.[42]

No requerimento, explica-se que o *"açude de derivação"* tinha como objetivo *"alimentar duas turbinas produtoras de energia elétrica para a laboração"* da Sampaio, Ferreira & Cia. Solicitava-se, então, a licença para se elevar *"temporariamente"* o nível da água em *"0,25m por meio de pranchões móveis e postes de ferro para o necessário aproveitamento da força motriz durante a estiagem"*.[43] Para tal, a fábrica anexou uma *"planta e desenhos"* que explicavam o que viria a ser feito (Figura 266).

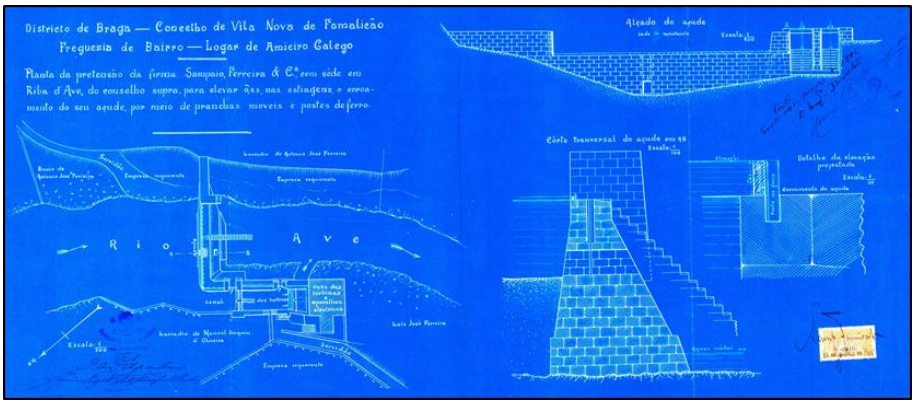


Figura 266: Planta para elevar o açude no Amieiro Galego (Archiv-Ave. Proc. 171/1915)

Aparentemente nenhum problema se interpunha ao projeto, pois *"já em 29 de julho de 1909",* quando da construção da Central do Amieiro Galego, a Sampaio, Ferreira & Cia. *"adquiriu por compra , em título legal, feito ao então proprietário da levada ou açude superior Bernardino de Faria Neves e sua esposa, da cidade do Porto, o direito de elevar com madeira o seu referido açude".*[44] Tal aumento, como se apresentava na solicitação, teria caráter temporário e não poderia estender-se para além do tempo de estiagem.

> *Sucede, porém, que, posteriormente à mencionada escritura de 28 de julho de 1909, os proprietários daquele açude venderam o referido estabelecimento a uma outra firma [Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. Ltda.], e esta alega que no respectivo contrato*

[42] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Requerimento. 21 de junho de 1915. P. 01.

[43] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Requerimento. 21 de junho de 1915. P. 01.

[44] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Requerimento. 21 de junho de 1915. P. 01.

nenhuma declaração se fez daquele ônus, aceitando, assim, toda a propriedade livre de quaisquer encargos.[45]

De acordo com o Chefe de Conservação, Bernardino Manuel Pinheiro, em Nota de Serviço para o Engenheiro Chefe da 2ª Secção dos Serviços Fluviais e Marítimos, em Braga, o caráter temporário da obra, realizada apenas para períodos de estiagem, não alteraria a corrente do rio Ave, nem prejudicaria *"os terrenos marginais compreendidos na extensão da represa, pois que a referida elevação é inferior ao nível das águas médias"*.[46]

Bernardino Manuel Pinheiro lembra que a Sampaio, Ferreira & Cia. deveria levantar os pranchões antes do início do período de chuvas ou quando o nível das águas ultrapassasse o nível pretendido de 0,25m, *"conforme se acha expresso na mencionada escritura de 28 de julho de 1909"*.[47] Caso a fábrica não o fizesse deveria pagar as indenizações necessárias por cada dia que deixasse de cumprir tal obrigação.

E, então, eis que surge um problema: como os atuais compradores (Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. Ltda.) se declaram alheios ao contrato que a Sampaio, Ferreira & Cia. tinha com os proprietários anteriores (Bernardino de Faria Neves e sua esposa) eles não poderiam exigir da Sampaio, Ferreira & Cia. a indenização prevista. *"Portanto",* diz Bernardino Manuel Pinheiro, *"só na concessão é que a mesma firma* [Sampaio, Ferreira & Cia.] *deverá ficar sujeita ao que se obrigou na referida escritura, pela mesma razão que dela se utiliza para provar o direito que adquiriu de elevar a represa de seu açude".*[48]

Explicado o problema, entregou-se ao Engenheiro Chefe da 2ª Secção dos Serviços Fluviais e Marítimos, em Braga, uma Nota de Serviço para que tomasse uma decisão sobre o caso: *"No entanto, Vossa Excelência dignar-se-á determinar como julgar mais conveniente".*[49] O Engenheiro Chefe não teve dúvidas, já em 26 de agosto de 2015 publicou um edital em que explicava a solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia. no qual convidava

[45] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Nota de serviço nº 295. 09 de agosto de 1915. P. 02.

[46] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Nota de serviço nº 295. 09 de agosto de 1915. P. 03.

[47] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Nota de serviço nº 295. 09 de agosto de 1915. Pp. 03-04.

[48] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Nota de serviço nº 295. 09 de agosto de 1915. Pp. 04.

[49] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Nota de serviço nº 295. 09 de agosto de 1915. Pp. 04.

> *todos os indivíduos a quem tal obra possa prejudicar a, no prazo de 20 dias, a contar da data deste edital, examinar a pretensão e apresentar por escrito as reclamações que a bem dos seus direitos julguem dever fazer contra a execução da obra referida.*[50]

A 7 de setembro, a firma Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. Ltda. enviou sua contestação. A realização da obra produziria *"manifestos prejuízos ao regular funcionamento do motor hidráulico"*, que a firma acabara de instalar em 1913 e que se localizava *"imediatamente superior àquele açude"* do Amieiro Galego.[51]

E a Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. Ltda. vai além; afirma que a Sampaio, Ferreira & Cia. *"sabe perfeitamente que qualquer aumento"* no nível das águas do açude do Amieiro Galego iria *"embaraçar o referido motor (...) o qual é atingido por tal represa".* Tanto sabia que, em 1º de julho de 1910 a Sampaio, Ferreira & Cia. teria solicitado por escrito a permissão para colocação de tábuas provisórias, ao que a Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. Ltda. *"não se opôs, salvaguardando, contudo, os seus direitos"*.[52]

Mas em 1910 os tempos erma outros para a Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. Ltda. Já em 1913, ela própria estava em expansão e tinha realizado obras de ampliação de seu canal de derivação que servia às suas antigas moendas e tinha substituído sua antiga *"roda hidráulica por uma turbina horizontal"* (Costa, 2004, p. 5), o referido motor que seria prejudicado com a elevação do açude.

Esta empresa, uma fábrica têxtil, localizada na margem direita do rio Ave, em 1915, tinha de defender seus interesses na disputa com a Sampaio, Ferreira & Cia. pela *"ocupação"* do rio Ave. Para ela, a solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia. não podia *"ser deferido sem grave ofensa aos direitos"* que possuía.[53]

Também em 7 de setembro de 1915 o Sr. Antônio Augusto Ferreira Dias protestou contra a solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia., pois *"a concessão da licença pedida"* seria *"altamente ofensiva"* aos seus *"direitos de propriedade"* porque *"com o levantamento do nível do açude o refluxo da água"* causaria *"inundação e prejuízo na bouça denominada da Cerqueda, sita no lugar*

---

[50] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Edital. 26 de agosto de 1915. P. 01.

[51] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Contestação da Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. 7 de setembro de 1915.

[52] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Contestação da Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. 7 de setembro de 1915.

[53] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Contestação da Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. 7 de setembro de 1915.

do mesmo nome e aludida Freguesia de Bairro".[54] O Sr. Joaquim Pereira de Castro, por sua vez, fazia a mesma reclamação, mas referindo-se à *"bouça denominada da Cova da Raposa, sita no lugar do mesmo nome e aludida Freguesia de Bairro"*.[55]

Após receber as três reclamações contra a solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia., o Engenheiro Chefe da 2ª Secção dos Serviços Fluviais e Marítimos, reencaminhou *"o problema"* ao Chefe de Conservação, Bernardino Manuel Pinheiro, solicitando que ele mediasse uma vistoria na central do Amieiro Galego no dia 16 de outubro de 1916 com a presença de todas as partes envolvidas.[56]

O auto de vistoria,[57] a carta do Engenheiro Chefe da 2ª Secção à Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos[58] e o termo de responsabilidade imposto à Sampaio, Ferreira & Cia.[59] explicam a resolução da situação.

A Sampaio, Ferreira & Cia. apresentou como seu perito um advogado, João Machado da Silva, enquanto a Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. Ltda. apresentou como perito um engenheiro civil, Casimiro Jerônimo de Faria. A escolha dos peritos por cada uma das empresas mostra as questões que queriam defender.

De um lado, a Sampaio, Ferreira & Cia. sabia que tinha direito a construir a elevação do açude desde a escritura de 1909, as questões que lhe importavam eram, portando, de ordem jurídica: iria defender seus interesses, pois eles, supostamente, estariam garantidos pela força da lei.

Do outro lado, a Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. Ltda. levou um engenheiro para ter certeza de que a elevação proposta não as afetasse e iria demonstrá-lo caso viesse a ser prejudicada, pois acreditava que como não tivera parte na escritura de 1909, nada temia quanto

[54] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Contestação de Antônio Augusto Ferreira. 7 de setembro de 1915.

[55] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Contestação de Joaquim Pereira de Castro. 7 de setembro de 1915.

[56] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Nota de serviço do Engenheiro Chefe da 2ª Secção dos Serviços Fluviais e Marítimos ao Chefe de Conservação, Bernardino Manuel Pinheiro. 11 de outubro de 1915.

[57] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Auto de vistoria no Processo de licença requerida pela Sampaio, Ferreira & Cia. 16 de outubro de 2015.

[58] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Carta Engenheiro Chefe da 2ª Secção à Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos. Fevereiro de 1916.

[59] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Termo de responsabilidade imposto à Sampaio, Ferreira & Cia. 31 de março de 1916.

a lei, sua preocupação era de ordem econômica: a elevação do açude poderia trazer prejuízos às suas turbinas.

Após momentos possivelmente tensos de marcações e medições chegou-se a uma resolução em que ambas as empresas declaravam que *"estavam harmoniosas e compostas"* afinal. Para tal, firmaram o seguinte acordo com quatro pontos fundamentais: 1) a colocação das pranchas deveria ir apenas de 1° de julho a 15 de outubro de cada ano; 2) a altura das pranchas seria reduzida em cinco centímetros (de 25 cm para 20 cm) para que no refluxo não viesse a embaraçar as turbinas da Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. Ltda.; 3) Fora do tempo de estiagem ou quando o volume de águas ultrapassar a altura das pranchas no açude a Sampaio, Ferreira & Cia. se comprometia-se a retirá-las; 4) Caso a Sampaio, Ferreira & Cia. não retirasse as pranchas em qualquer um dos casos, a Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. Ltda. teria permissão para fazê-lo e receberia indenização de cinco escudos por dia que a Sampaio, Ferreira & Cia. deixar de fazê-lo. [60]

Quanto aos reclamantes senhores Antônio Augusto Ferreira e Joaquim Pereira de Castro, não houve acordo amigável com a Sampaio, Ferreira & Cia. ficando a decisão acerca de suas contestações a cargo do Chefe de Conservação, Bernardino Manuel Pinheiro. O quesito estipulado por ele era saber se os prédios dos reclamantes seriam atingidos pela elevação das águas em 20cm:

> *Entregue o processo aos peritos, passaram estes a examinar todos os documentos e o local da obra questionada, declarando, após decorrido algum tempo, que se achavam habilitados a responder ao quesito proposto.* [61]

Ficaram a sós, confabularam e concluíram que os terrenos não ficariam submersos. A própria vegetação das margens mostrava a altura máxima das águas nas cheias. Com a elevação de 20 cm, no máximo algumas poucas árvores à margem teriam suas raízes asfixiadas pelo excesso de água.

Por fim, então, decidiu-se por dar parecer favorável à Sampaio, Ferreira & Cia. na sua solicitação de licença.

---

[60] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Auto de vistoria no Processo de licença requerida pela Sampaio, Ferreira & Cia., 16 de outubro de 1915; Termo de responsabilidade imposto à Sampaio, Ferreira & Cia., 31 de março de 1916.

[61] Archiv-Ave. Proc. 171/1915. Auto de vistoria no Processo de licença requerida pela Sampaio, Ferreira & Cia. 16 de outubro de 1915. P. 05.

Esse pequeno processo é sintomático de um período de transição, de um conflito de temporalidades rural e urbana, de choques na ocupação do território entre um mundo ainda rural, representado pelas figuras de Antônio Augusto Ferreira e Joaquim Pereira de Castro, de um mundo que seguia adiante, rumo à industrialização crescente, representado pelas fábricas Sampaio, Ferreira & Cia. e Pinheiro, Marques e Madeira & Cia. Ltda.

A melhor compreensão da trajetória da Sampaio, Ferreira & Cia. permite evidenciar suas peculiaridades no processo de industrialização do Vale do Ave. Desde os primeiros anos de sua existência, sua materialidade fabril não foi apenas o resultado passivo de necessidades produtivas, mas também partícipe ativo da consolidação política e social da fábrica e de Narciso Ferreira na localidade, tendo, portanto, alterado as dinâmicas de poder local.

Esta dinâmica de forças na qual a Sampaio, Ferreira & Cia. estava envolvida permite verificar os diferentes interesses em torno da industrialização da Bacia do Ave e as disputas pela ocupação do próprio rio Ave. Nesse sentido, a atuação de Narciso Ferreira e da Sampaio, Ferreira & Cia. também deve ser entendida no campo da territorialização do poder (Fadigas, 2017) em Riba d'Ave e na Bacia do Ave.

Desta forma, além da prosperidade econômica a Narciso Ferreira, trazida pela produção industrial, este processo o fortaleceu simbólica, política e socialmente. Após a sua morte, em 1933, consolidaram-se narrativas memoriais sobre ele que fortaleceram também os seus herdeiros e que foram materializadas por intervenções urbanas em Riba d'Ave cujo financiamento e referencial estético foram a cultura material edificada da Sampaio, Ferreira & Cia.

1.5. 1917: ampliação do conjunto (edificação nº 4).

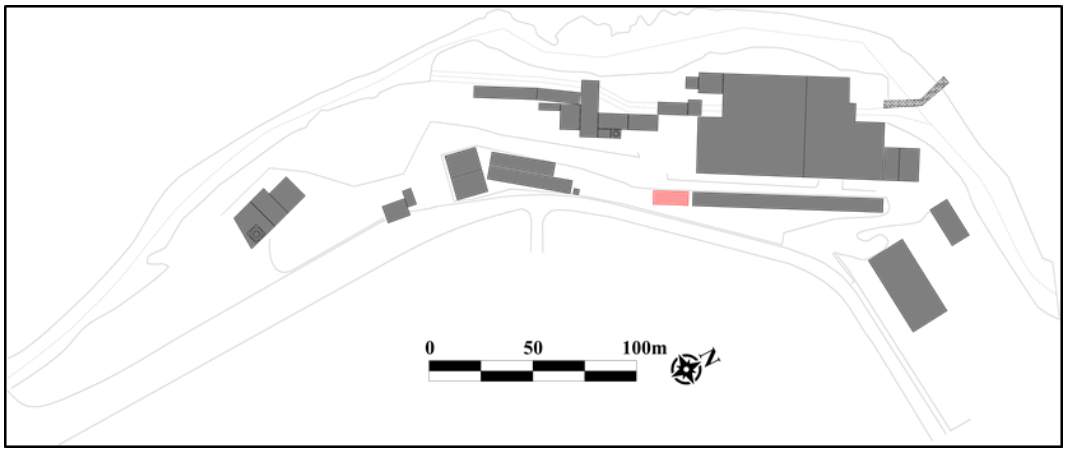


Figura 267: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1917. (CdA)

Durante as comemorações dos 150 anos de Narciso Ferreira (2012), um dos eventos foi a apresentação de um documentário sucedido por uma tertúlia presidida pelo Comendador Raul José Jordans Ferreira e moderada pelo *Comissário das Comemorações* Nestor Rebelo Borges. O cartaz de divulgação do evento *"No tempo de... Narciso Ferreira"* era ilustrado por uma imagem da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. (Figura 268). Ladeada por um projetor antigo à esquerda e por um retrato de Narciso Ferreira à direita, a imagem em preto e branco apresenta a inscrição *"Riba d'Ave 1917"*, que parece ter sido acrescentada durante a produção do cartaz (Figura 269).



Figura 268: cartaz "No tempo de Narciso Ferreira" (FNF).



Figura 269: enquadramento da SFC na Figura 268 (SFC em 1917). (FNF)

A imagem era um enquadramento de um *frame* do filme de caráter documental *"As minas de S. Pedro da Cova"*, de 1917,[62] produzido pela *Invicta Film* e que tinha como sócio um dos proprietários da Sampaio, Ferreira & Cia., o banqueiro José Augusto Dias. Entre os 38min54s e 39min35s o filme mostra a Sampaio, Ferreira & Cia. a partir da margem direita do rio Ave, num enquadramento do sul ao norte do complexo fabril (Figura 270).



Figura 270: SFC em 1917 no filme "As minas de S. Pedro da Cova" (1917). (CPMC)

A paisagem-sequência permite verificar com clareza a ampliação do edifício nº 12, da tinturaria, realizada entre 1900 e 1913. Fica evidente também a mudança no telhado desta edificação, que passou de duas águas para um telhado do tipo lanternim (Figura 271, destaque em vermelho). Esta modificação possivelmente se deu porque na tinturaria eram utilizados produtos tóxicos voláteis e os telhados do tipo lanternim possibilitariam uma renovação do ar mais eficiente, além de ajudar a regular a temperatura interna da edificação.

Além disso, quando comparada à configuração anterior da Sampaio, Ferreira & Cia., a paisagem-sequência do filme de 1917 permite verificar apenas uma alteração significativa no conjunto fabril, uma pequena construção, ao lado da edificação nº 4 (Figura 271, destaque em verde).



Figura 271: enquadramento da SFC na Figura 270. (CPMC)

[62] CPMC. "As minas de S. Pedro da Cova". *Invicta Film* (1910-1928) - Companhia Produtora, Portugal, 1917. https://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3078&type=Video

Com a identificação desta última alteração, é possível verificar as diferentes fases construtivas da Sampaio, Ferreira & Cia. até 1917 (Figura 272).



Figura 272: datação dos edifícios da SFC até 1917. (CPMC)

Legenda:
Ano de construção → cor
1896-1900 → castanho
1900-1913 → vermelho
1913-1915 → azul
1915-1917 → amarelo
1917 → verde

Assim, do que foi construído entre os anos 1896 e 1900 vê-se a parte sul do edifício nº 10, a chaminé de 1899 e parte do núcleo original da fábrica de Narciso Ferreira antes da fundação da Sampaio, Ferreira & Cia. (Figura 272, destacados em castanho). Do pequeno edifício da casa da turbina construído entre 1900 e 1913 vê-se o telhado (Figura 272, destacado em vermelho, no centro da imagem). Em frente à casa da turbina, vê-se a construção voltada ao rio Ave; e, ao lado, outra construção, de maior volume, próxima do núcleo original; ambas, construídas entre 1913 e 1915, assim como a edificação de nº 4, ao fundo (Figura 272, destacado em azul). Vê-se também, ao fundo, à direita na fotografia, o que parece ser a extensão do edifício do escritório (nº 2) com a pequena construção ao lado, ambas do período entre 1915 e 1917 (Figura 272, destacado em amarelo). Por fim, vê-se, ao lado da edificação nº 4, a construção que teria sido construída por volta de 1917 (Figura 272, destacado em verde).

Naquele ano, em 19 de fevereiro de 1917, a Primeira Circunscrição Industrial levou a cabo a inspeção de dois motores a vapor da Sampaio, Ferreira & Cia. Os certificados de inspeção indicam que se referiam aos geradores números 1 e 2, ambos *"de sistema Lancashire",* com *"superfície de aquecimento de 75,00m² e a capacidade de 16.200 litros".* Após terem sido os dois submetidos a pressão hidráulica de 14 kg/cm², foram aprovados e permitidos a funcionar a uma pressão máxima de 8 kg/cm².[63]

Deste ano até 1934, o ano seguinte à morte de Narciso Ferreira, não há registros sobre as alterações no conjunto edificado da Sampaio, Ferreira & Cia.

[63] MIT. Certificado de inspeção de 26 de fevereiro de 1917 de motor a vapor nº 1. 23 de março de 1917. Certificado de inspeção em 19 de fevereiro de 1917 de motor a vapor nº 2. 23 de março de 1917.

Capítulo 2. A memória construída: as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira.

Quando pensamos no passado são as coisas bonitas que escolhemos sempre. Queremos acreditar que tudo era assim.
(Margaret Atwood. "O Conto da Aia")

Ao se analisar obituários, artigos, notas e reportagens publicadas em periódicos verifica-se que a construção memorial da biografia de Narciso Ferreira é estruturada, tal como que aparece no monumento erigido à entrada da Sampaio, Ferreira & Cia. em Riba d'Ave, sobretudo, no destaque à suas características pessoais e na sua vida pública, em sua atividade industrial e pelas obras sociais a ela relacionadas.

Especialmente após a morte de Narciso Ferreira, em 23 de março de 1933, os periódicos da época não se furtaram de enaltecê-lo, de modo que a narrativa memorial sobre ele evidencia a dimensão do impacto que sua trajetória teria provocado em nível regional e nacional, *"Narciso Ferreira não morreu; deixou a sua obra, incólume ao tempo e à voragem dos homens"*.[64] Ainda que a atual situação da Sampaio, Ferreira & Cia. seja evidência de que sua obra não sobreviveu por inteiro, é possível afirmar que a estrutura sob a qual se construiu a narrativa memorial sobre Narciso Ferreira se manteve praticamente incólume à passagem do tempo.

A importância desses relatos se encontra na difusão dos valores associados a Narciso Ferreira e na percepção de que estes estavam intimamente relacionados às fábricas do qual foi proprietário ou sócio, como a Sampaio, Ferreira & Cia., que, de certa maneira, faziam as vezes de elemento difusor desses valores por meio da ingerência de seu fundador no modo de conduzir a atividade fabril e pela influência e transformações que provocaram nos locais em que se encontravam.

Os pilares sobre os quais as narrativas da memória sobre Narciso Ferreira foram construídas, principalmente a partir de seu falecimento, foram tão sólidos que nas décadas

[64] MIT. Dossiê "Exposição Pólo". Periódico não identificado. P. 210.

posteriores puderam não apenas ser reproduzidas, como também foram ampliados e transmitidos aos seus herdeiros. Nesta construção memorial sobre Narciso Ferreira, é possível verificar alguns elementos transversais presentes ao longo das décadas que se seguiram à sua morte: suas características individuais, sua obra industrial e o seu impacto social que produziu, tenham sido realizadas por ele próprio ou por seus herdeiros.

Quando do seu falecimento, o jornal *Estrela do Minho* anunciou em letras garrafais:

> *MORTE DE NARCISO FERREIRA* [sic.]
> *Em Riba d'Ave faleceu cerca das 13 horas de quinta-feira [23 de março de 1933] o grande industrial e benemérito famalicense sr. Narciso Ferreira, presidente da Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão".*[65]

O *Jornal de Santo Thyrso* chamou-lhe de *"insigne homem de bem, verdadeira glória da Indústria portuguesa, e espírito da mais arrojada concepção"*.[66]

A caracterização individual de Narciso Ferreira, passa por uma estrutura semelhante nos textos dos periódicos: destacam-se traços que comumente seriam tidos como negativos, como a falta de instrução formal, para servirem de respaldo e suporte aos traços positivos que as narrativas vão elencar.

> *Desprendido e inculto este homem, este homem extraordinário era dotado de uma inteligência invulgar, de uma rara tenacidade que não conhece obstáculos, de uma vontade inflexível e de um espírito organizador fantástico!* [67]

E mais adiante, afirma a *Estrela do Minho*, Narciso Ferreira era *"altamente inteligente e prático"*.[68]

Para as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira, não importava, portanto, que ele não tivesse sido formado *"nos grandes centros de estudo, onde é de ver, se procuram delinear carreiras",* pois ele não teria precisado, afinal *"o seu instinto era tal que lhe*

---

[65] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

[66] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01.

[67] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

[68] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

facultava a certeza de uma previsão grandiosa, a ponto de formar um juízo verdadeiramente seguro e consciente, que lhe dava foros de um convencimento absoluto para vencer".[69]

Não passa em branco o fato de ter sido eleito presidente da Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão ao mesmo tempo em que é enaltecido como homem de *"alma generosa e simples"*, que teria sempre fugido *"das ostentações que detestava, porque as tornavam incompatíveis com o seu espírito simples e popular".* Essa fuga, essa esquiva, seria uma forma de manter-se *"útil à coletividade que solicitava seus serviços"* como presidente da referida Associação. [70] A isso, completa-se a afirmação do *Jornal de Santo Thyrso* sobre sua simplicidade: *de índole modesta, não suportava nenhuma espécie de exibicionismos e ostentações, comprazendo-se em viver entre os seus humildes operários a quem sempre estimou e considerou como os seus melhores colaboradores.* [71]

A origem pobre de Narciso Ferreira surge como elemento decisivo para exaltar os valores do esforço, da vontade e do trabalho. *"Era oriundo de família modestíssima"*,[72] *"filho de pais pobríssimos"* e *"nato de um triste canto de aldeia"*,[73] *"Narciso Ferreira (...) nasceu em 7 de julho de 1869 e possuía um tal poder de realização, uma tal energia e atividade que o triunfo coroava sempre seus empreendimentos"*,[74] era *"homem com um trabalho tremendo, mas que não cansava nas iniciativas que profundamente marcam, pois foram arrojadas todas aquelas em que labutou e firmou"*.[75]

Nas narrativas sobre Narciso Ferreira, o trabalho foi o substituto à instrução formal que não recebera:

> *Formou-se exclusivamente na escola do trabalho, a melhor das escolas, aquela que como virtude mais honrosamente brasona e valoriza o Homem, ele, do nada que era,*

[69] BMF. Estrela do Minho. 02 de abril de 1933. P. 03

[70] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

[71] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01

[72] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01

[73] BMF. Estrela do Minho. 02 de abril de 1933. P. 03

[74] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

[75] BMF. Estrela do Minho. 02 de abril de 1933. P. 03

> *veio marcando pouco a pouco e subindo sempre, tornou-se estrela de relevante grandeza.*[76]

As narrativas destacam sua ética de trabalho, pois dizia-se que *"trabalhou desde criança infatigavelmente!"*,[77] e seu espírito empreendedor:

> *(...) arriscou-se antes, como jamais deixou de arriscar todo o rendimento das suas iniciativas em iniciativas maiores ainda! (...) principiando por tecer num humilde tear ele mesmo se deslocava ao Porto a fim de vender sua reduzida e humilde produção manual: uns escassos metros de riscado!*[78]

Chama a atenção que tal exaltação dos valores do trabalho ganham destaque na exposição de que Narciso Ferreira nunca teria deixado de trabalhar, mesmo após ter enriquecido: *"nunca teve férias e amealhando pelo seu esforço uma fortuna considerável não a colocou comodamente nos bancos poderosos para viver uma vida de pacata burguesia"*,[79] *"quantos, atingida esta etapa, por aqui se quedavam certamente, passando uma vida de tranquila felicidade, ensaiando seus filhos na administração deste verdadeiro potentado"*,[80] afirmam as crônicas à época de sua morte.

Narciso Ferreira foi caracterizado como alguém *"dotado de rara energia e extraordinária atividade, duma pertinência inigualável, via sempre triunfar seus projetos por mais audaciosos que fossem"*[81] e sua morte *"fez desaparecer essa cabeça privilegiada para quem o trabalho foi sempre o mais nobre título de glória"*:[82]

Descrito como homem pobre e de modos simples, com valores morais associados à perseverança, à dedicação ao trabalho, ao espírito empreendedor e dotado de uma inteligência pouco comum para os negócios, a construção memorial de Narciso Ferreira nas narrativas dos periódicos individualiza suas ações, geralmente deslocando-as do contexto em que se inserem, recurso típico das narrativas que buscam construir a memória dos chamados *"self-made men"*,

---

[76] BMF. Estrela do Minho. 02 de abril de 1933. P. 03

[77] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

[78] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

[79] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

[80] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01

[81] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01

[82] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01

alguém que *"fez-se por si"*,[83] *"fez-se pelo seu esforço, pela sua indomável vontade de vencer na vida"*.[84] Como diz o *Jornal de Santo Thyrso:*

> *De simples tecelão manual, passou a modestíssimo industrial, possuindo apenas alguns teares que fez instalar numa pequena casa nas margens pedregosas do Ave, ao mesmo lugar onde, mais tarde, o seu extraordinário poder de realização fez construir essa grande fábrica que é a Sampaio, Ferreira & Cia., de cujo esforço mais tarde brotaram as fábricas Oliveira, Ferreira & Cia. e Empresa Têxtil Elétrica, todas elas das mais poderosas e progressivas desta ridente região que é o Vale do Ave.* [85]

As narrativas em torno dos valores do trabalho são típicas da passagem do século XIX para o século XX e sua conotação gira em torno do fato de que funcionariam como um regenerador social (Pozzer, 2007). É frequente nas narrativas desse período que grandes industriais, administradores, empreendedores, engenheiros, arquitetos fossem verdadeiros representantes de valores transformadores da sociedade, tanto física e materialmente, quanto simbólica e moralmente.

Ao lado dos valores do trabalho, a defesa da ciência, da técnica e da razão foram tomadas como instrumentos para se caminhar rumo ao progresso e ao desenvolvimento (Castro, 1993, p. 08) e seus representantes seriam os vetores dessas transformações. As figuras dos empreendedores também eram destacadas porque seus papéis iriam além de suas funções administrativas, empresariais ou industriais, mas atuariam como transformadores dos locais em que atuavam, no aspecto social, moral, econômico, urbanístico etc.

E Narciso Ferreira se enquadra perfeitamente no papel deste personagem que apareceu com regularidade nas diversas histórias da industrialização: o empreendedor. Narciso Ferreira foi um dos muitos tecelões manuais que nos finais do século XIX existiam na Bacia do Ave. Cordeiro (2001, pp. 64-65) mostra que foi na sua oficina instalada no lugar de Aldeia da Ponte, em Riba de Ave, inicialmente equipada com apenas dois teares manuais, que fabricou os tecidos e, por conta própria, começou a vendê-los nas feiras de Amarante, Lixa, Penafiel, Vila Real e Mesão Frio. A prosperidade do negócio permitiu-lhe investir na compra de mais teares e no desenvolvimento

[83] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

[84] BMF. Estrela do Minho. 30 de março de 1933. P. 01

[85] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01

da oficina e, com os contatos que fez na cidade do Porto, onde colocava a produção de maior qualidade que os teares mecânicos lhe permitiam, levaram armazenistas têxteis daquela cidade a se interessarem pelo seu projeto de fundação de uma fábrica têxtil moderna, a Sampaio, Ferreira & Cia., fundada oficialmente 1896.

A eleição da razão, da ciência, da técnica como responsáveis pelo progresso nas sociedades que passaram por processos de industrialização fez com que os empreendedores tivessem papéis de destaque e reconhecida importância no desenvolvimento industrial.

A partir do século XIX, para Castro (1993, p. 08), os portadores de conhecimentos especializados, representantes da técnica e da indústria ultrapassaram suas responsabilidades como sendo ligadas apenas ao avanço tecnológico e industrial:

> *a construção de uma nova ordem social dependia, em grande parte, destes personagens, que em suas ações ultrapassavam o plano material, imbuídos da certeza de que suas obras iam além de meras estruturas físicas e estavam fadadas a desempenhar uma função mais ampla. (Castro, 1993, p. 18)*

Para a autora, *"seus trabalhos acompanhavam, ao mesmo tempo em que edificavam, uma nova forma de vida e de organização social"*. Dessa maneira, esses homens alteravam as paisagens, tanto urbanas quanto rurais, dando a elas uma *"nova configuração física e espacial ao mundo, condizente com a ordem social, política e econômica"* instituídas (Castro, 1993, p. 18 *Apud* Pozzer, 2007, p. 81). O *"espírito empreendedor"* seria o próprio *"desejo não preconcebido de novos resultados, e a confiança em poder obtê-los por meio de cálculos e reflexões".* (Castro, 1993, p. 22)

Contudo, não se pode pensar num encadeamento de *"condições favoráveis"* à industrialização, como se o terreno estivesse pronto a ser fertilizado pelos empreendedores. Ao contrário, como salientou Benevolo (1989, p. 22), aquele mesmo *"espírito de iniciativa"* fazia com que estes empreendedores e entusiastas do desenvolvimento industrial tenham tomado *"decisões arriscadas, a ações incompletas e contraditórias"* e tenham cometido erros que afetaram a sociedade nas quais estavam inseridos.

Conforme Bresciani (1984), os processos de industrialização inauguram um novo tipo de sensibilidade, no qual *"a imagem da técnica, acrescentando potencialidades infinitas às capacidades humanas"* impôs-se *"soberana",* no qual as máquinas, as inovações tecnológicas, as

indústrias eram sua *"tradução maior"* e formavam os alicerces da busca pelo progresso industrial. A maquinaria era a *"expressão simbólica e material"* da vitória do homem sobre as limitações impostas pela natureza, por seu poder *"transformador e produtor da abundância".* Mas não só: às máquinas *"foi conferido o poder transformador da estrutura social"* (Bresciani, 1984, p. 37).

Embora Bresciani se refira à maquinaria especificamente, o mesmo pode valer para a fábrica, a indústria e para os empreendedores, pois, em conjunto assumiram os papéis de transformadores da sociedade, fosse nos seus aspectos físicos, com as alterações na natureza (açudes, barragens, desvios de rios, obras de terraplanagem); na dinâmica das comunidades em que se localizavam (fosse urbanistas, com a aberturas e desvios de estradas, com novas ocupações territoriais; fossem políticas por maior reconhecimento ou poder); nos seus aspectos sociais (com a construção de escolas, creches, instituições de manutenção da ordem social como o posto da guarda, hospitais); e nos seus aspectos culturais e sensoriais (o fumo das chaminés, o barulho das máquinas, os horários das tarefas que se determinaram pela atividade produtiva industrial e não mais pela natureza).

A industrialização em Riba d'Ave, como em outros locais, transformou, à sua maneira, seus espaços e suas formas de sociabilidade, seu cotidiano e os modos de viver, suas temporalidades e sensibilidades. Como símbolos dessas transformações lá estavam Narciso Ferreira e a *"fábrica-mãe",* a Sampaio, Ferreira & Cia.

A historiografia assinala que a atuação de Narciso Ferreira foi fundamental para a industrialização e urbanização de Riba d'Ave, o que já era reconhecido por seus contemporâneos e que lhe trouxe prestígio social reconhecido nacionalmente. Não foi por acaso que a atuação de Narciso Ferreira no campo industrial e social foi motivo das mais altas horarias portuguesas.[86]

Segundo periódico não identificado que consta na no Dossiê *"Exposição Pólo"* do Museu de Indústria Têxtil,

> *um facto – um homem, melhor dizendo – alterou de forma profunda essa realidade: Narciso Ferreira. Deixou obra em Riba d'Ave e sentenciou a 'Colina Ignorada', que nunca mais o foi. Tocou-a 'no sortilégio dum destino, que faria parte da sua alma'.*[87]

[86] Cf. Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1896-1933), subitem 1.2.

[87] MIT. Dossiê "Exposição Pólo". Periódico não identificado. P. 210

Por décadas, cronistas reproduziram uma perspectiva que centrava o desenvolvimento de Riba d'Ave unicamente em torno de Narciso Ferreira e seus herdeiros. Nas palavras de um memorialista: *"Riba de Ave é a família Ferreira. Uma é a história da outra"*.[88]

Na Bacia do Ave Narciso Ferreira atuou em duas frentes: na expansão do que veio a ser chamado de seu *"império industrial"* e no desenvolvimento de obras urbanas e sociais, especialmente em Riba d'Ave (o posto da guarda, em 1910-1911; fontanários públicos, 1915; a escola primária, entre 1915 e 1917; o hospital, construído entre 1923 e 1927)

As narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira destacam sua atuação a partir dos empreendimentos que levou a cabo pessoalmente ou que a eles estivesse vinculado por meio de seus herdeiros: a Sampaio, Ferreira & Cia.; a Oliveira Ferreira & Cia., a Empresa Têxtil Elétrica de Caniços, por exemplo, são frequentemente mencionadas para destacar o papel de destaque que Narciso Ferreira adquiriu no desenvolvimento de Riba d'Ave, da Bacia do Ave ou mesmo de Portugal.

É em função dessa mesma razão que também as chamadas obras sociais de Narciso Ferreira recebem destaque. Então, se os empreendimentos industriais são vistos como os principais transformadores materiais dos locais em que foram instalados, as chamadas obras sociais são destacadas porque seriam as condutoras de transformações sociais positivas das comunidades que eram atendidas e, precisamente por isso, Narciso Ferreira é frequentemente congratulado.

Foi a *"série ininterrupta de melhoramentos que dia a dia"* que fez de Riba d'Ave, antes um local com *"meia dúzia de rústicos casebres disseminados e ocultos pelas matas e pinheiros, silveiras e penedias",* tornar-se uma *"próspera e laboriosa povoação"*[89] aos olhos dos contemporâneos:

> *Abriram-se estradas, montaram.se fábricas, construíram-se prédios importantes que rivalizam com as melhores cidades e arrotearam-se os diversos terrenos que até aí permaneciam incultos.*

[88] Souto, José Correia do. (1985) Minha terra e minha musa: Riba de Ave. Braga: n/a.

[89] MIT. Gazeta de Famalicão. 07 de janeiro de 1917.

> *O principal iniciador e propulsor de todos os melhoramentos foi incontestavelmente o importante industrial e capitalista Narciso Ferreira.*[90]

Não fosse por Narciso Ferreira, a *"instrução popular"* não teria acompanhado *"os progressos materialistas": "foi Narciso Ferreira que mandou construir um excelente edifício escolar com todas as condições de higiene e pedagógicas exigidas nos tempos modernos".* O elogio a Narciso Ferreira, entretanto, não se pauta apenas pela defesa da iniciativa privada, mas por uma crítica ao poder público que não cumpriu as promessas de construir escolas.[91]

As obras sociais, portanto, assumiram o protagonismo na construção memorial sobre Narciso Ferreira:

> *Além de outros melhoramentos de ordem material, fundou um belo hospital para os operários de suas fábricas, cinco bairros operários, escolas, cantina e uma creche que já teria sido inaugurada se não fora o agravamento da sua doença.*
> *Estava construindo um outro bairro, de que já estão edificadas dez casas.*
> *Construiu também um quartel para a guarda republicana, e que é um prédio excelente e está em vias de execução o mais moderno dos melhoramentos: a construção de cinco fontanários para o abastecimento de água à população.* [92]

Iluminação pública, hospital, escolas, cantinas, creches, residências em bairros inteiros para os operários, acesso à água e segurança por meio da guarda republicana são frequentemente mencionados para evidenciar o quanto Narciso Ferreira teria se preocupado com as condições da população que vivia nos arredores de suas fábricas e que nelas trabalhavam.

Chama a atenção nessa construção narrativa a relação que se faz entre as obras construídas e a falta de assistência pública por parte do governo:

> *Fundou o Hospital, que hoje tem seu nome, as Escolas Primárias de Riba d'Ave, à época as maiores do Concelho, criou cantinas e creches e instituiu os Montepios operários, que solucionaram os problemas graves, resultantes da falta de assistência no país.*[93]

---

[90] MIT. Gazeta de Famalicão. 07 de janeiro de 1917.

[91] MIT. Gazeta de Famalicão. 07 de janeiro de 1917.

[92] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

[93] MIT. Dossiê "Exposição Pólo". Periódico não identificado. P. 210.

Verifica-se que, para os cronistas da época, a obra social de Narciso Ferreira seria fruto de suas *"inciativas altruístas onde seu coração magnânimo punha notas de verdadeira filantropia"*;[94] fruto da origem humilde, semelhante à dos operários que lhe teria feito passar *"por experiência direta as agruras do labor anónimo e sacrificado da gente humilde sobre cujas angústias levedava, afinal, a prosperidade das minorias favorecidas"*;[95] e também resultado do seu caráter inerentemente bom que, por sua vez era resultado dos valores associados ao trabalho*: "a par destes extraordinários dotes de lutador no campo das atividades econômicas, impulsionava este poderoso organismo uma alma da mais pura bondade, da mais fina nobreza de caráter"*.[96]

Para os cronistas, portanto, a bondade inerente de Narciso Ferreira contribuiu muito para que ele levasse a cabo sua obra social: *"e assim o seu rincão sagrado, Riba d'Ave, foi engrandecido pela sua característica benemerência"*.[97] Chega-se a dizer que

> *não foi sua categoria de grande ou importante industrial quem fez vibrar as multidões, mas as suas faculdades de trabalho, os seus méritos, a sua bondade e a modéstia em que sempre viveu e que jamais o deixou aperceber do império vastíssimo que a sua persistência criou.*[98]

De forma ainda mais explícita, o *"bondoso"* [99] Narciso Ferreira, um *"homem de coração e grande bondade"* que *"quis ainda proporcionar aos seus humildes colaboradores todo o bem-estar"*.[100]

Nesse último trecho, a meticulosa escolha dos termos para descrever a relação de trabalho estabelecida nas fábricas de Narciso Ferreira é significativa, pois não se fala em operários ou empregados, mas em *"colaboradores",* termo que horizontaliza as relações de poder existentes entre o proprietário da fábrica e seus funcionários: eles "co-laboravam", ou seja, laboravam/trabalhavam cooperativamente.

---

[94] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

[95] Bastos, Carlos. (1947) *O Algodão no Comércio e na Indústria Portuguesa*, Porto, p. 70 Apud Alves, 1994, p. 06.

[96] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01

[97] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

[98] BMF. Estrela do Minho. 02 de abril de 1933. P. 01

[99] BMF. Estrela do Minho. 09 de abril de 1933. P. 01

[100] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01

A construção da narrativa histórica e da própria memória sobre Narciso Ferreira foi tão eficaz que a própria historiografia reproduziu essas imagens. Borges (2012), por exemplo, embora faça um minucioso trabalho de levantamento documental que permite uma descrição pormenorizada da biografia de Narciso Ferreira, em alguns momentos, reproduz a narrativa histórica sobre ele do qual o trecho abaixo é exemplar:[101]

> *Narciso sobrepunha o bem comum ao interesse individual. Não foram muitos os industriais que, acumulando riquezas, tiveram as preocupações com o próximo – o operário ou o familiar do operário, para além da ação de melhoramentos e de investimento local. Por isso Narciso era objeto de uma tremenda simpatia popular, sendo exigente, rigoroso, mas humilde e justo. Respeitava com simplicidade natural todos os seus trabalhadores que na maioria eram originários do mesmo meio de onde Narciso saíra, o rural.*
>
> *As suas indústrias eram organizadas graças a uma familiaridade e confiança, em que parecia não haver dirigentes nem dirigidos, mas uma interação e uma cooperação progressista.* (Borges, 2012, p. 137)

Ou ainda,

> *Narciso Ferreira tinha um espírito aberto. Apesar de exigente e rigoroso, via em cada atitude mais rude uma aprendizagem, não um castigo. Amante da disciplina, mas também da justiça e do bem social comum, acumulou uma fortuna considerável fruto do intenso trabalho e da imensa dedicação, e nunca esqueceu as terras e as suas gentes. A inteligência invulgar, a rara tenacidade, a vontade inflexível, o espírito organizador, forma o leque de características que o levaram a produzir uma grande riqueza. Não gostava de ostentações e talvez por isso, não colocou a sua fortuna nos poderosos bancos, optando por viver uma vida de burguês, antes arriscava o rendimento em novas iniciativas.* (Borges, 2012, p. 167)

---

[101] Outros exemplos podem ser encontrados na produção acadêmica que aborde Narciso Ferreira, tais como:

- Ferreira (2017) que o trata por "*carismático fundador"* (p. 393) e que tinha "*caridade cristã reconhecida"* (p. 362).
- Alves (1999b), que reproduz as palavras de Carlos Bastos (1947, O Algodão no Comércio e na Indústria Portuguesa, Porto, p.70):
  > *Conhecia, como disse expressivamente Carlos Bastos , "por experiência directa as agruras do labor anónimo e sacrificado da gente humilde sobre cujas angústias levedava, afinal, a prosperidade das minorias favorecidas" aspecto que os jornais operários, enquanto se publicaram, não se cansaram de lembrar a Narciso Ferreira, confrontando-lhe o passado de tecelão e os novos comportamentos de empresário. (pp. 23-24)*
- Couto, Correia, & Matos (2010/2011):
  > *No entanto, ao longo da década de 90 [do século XIX] tudo se alterou, muito por culpa de um único homem, de seu nome Narciso Ferreira. (...) Sempre atento às necessidades dos seus trabalhadores (...) Narciso Ferreira construiu um conjunto de infraestruturas e equipamentos com o objetivo de proporcionar aos seus trabalhadores e à pequena localidade (...) todas as condições para a população aí viver e trabalhar. (pp. 490-491)*

Nesse mesmo sentido, Alves assume a mesma posição de Carlos Bastos que, num texto de 1947, afirmava terem sido as obras sociais decorrentes do fato de o próprio Narciso Ferreira ter conhecido *"por experiência direta as agruras do labor anónimo e sacrificado da gente humilde sobre cujas angústias levedava, afinal, a prosperidade das minorias favorecidas"*. [102] Para Alves as obras sociais seriam uma *"atitude redistributiva"* para seus *"colaboradores"* (Alves J. F., 1994, p. 06).

Nesses trechos, tanto Alves como Borges acabam por reproduzir os mesmos discursos sobre Narciso Ferreira presentes nas perspectivas dos cronistas e memorialistas: Alves chega a chamar os operários de "colaboradores", exatamente como se lê em uma crônica sobre Narciso Ferreira publicada em 1933;[103] Borges, por sua vez reproduz as palavras de um artigo da *Estrela do Minho* também daquele ano, citado anteriormente, que dizia que Narciso Ferreira *"nunca teve férias e amealhando pelo seu esforço uma fortuna considerável não a colocou comodamente nos bancos poderosos para viver uma vida de pacata burguesia"*.[104]

Para Borges, as ações de Narciso Ferreira parecem ser fruto de uma essência naturalmente boa, de modo que toda intencionalidade nas suas ações visava o outro, a comunidade e não a si próprio; Narciso Ferreira era popular não porque construiu sua imagem a partir de suas ações e porque as narrativas sobre ele tinham teor de publicidade em torno de sua figura, mas porque o povo reconhecia o bem que lhe fazia; Narciso Ferreira se identificava com o povo, assim como o povo se identificava com ele e por isso ele retribuía com melhoramentos urbanos e obras sociais.[105]

Com essa perspectiva, o discurso do historiador acaba por servir à confirmação do discurso dos documentos que privilegiam o sujeito histórico em posição de poder e não à crítica historicizada sobre os discursos que venham a expressar palavras ou ações dos sujeitos históricos

---

[102] Bastos, Carlos. 1947. O Algodão no Comércio e na Indústria Portuguesa. P.70. *Apud*. Alves J. F., 1994, p. 06.

[103] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01

[104] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01)

[105] Sobre essa identificação entre patrões e empregados, Mónica afirma que a familiaridade, ao contrário do que afirma Borges, poderia não promover a *"boa convivência",* mas, *"pelo contrário",* poderia tornar *"explosivo o ambiente vivido dentro das oficinas",* especialmente nas menores (Mónica, 1987, p. 843).

em questão. Com isso, o historiador cai no *"perigo" de "apenas restaurar memórias",* ao invés de buscar uma *"representação crítica do passado"* (Motta, 2012, p. 26). Conforme salienta Motta,

> *A história seria, então, uma operação intelectual que, ao criticar as fontes, reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação na qual o que importa não é só a noção de um consenso, mas também a do conflito. Nesse sentido, ela não serve para glorificar o passado, pois o que ela realiza, na maioria das vezes, é a deslegitimação de algo construído pela memória, e que muitas vezes permanece escrito, registrado, mantido no presente.* (Motta, 2012, p. 26)

Uma fusão entre o Narciso Ferreira da análise histórica, ainda que em uma biografia, e o Narciso Ferreira das narrativas memorialistas serve precisamente à essa *"glorificação do passado",* agora legitimado por um verniz acadêmico. Tal fusão evidencia um problema metodológico, pois não se leva em consideração a historicidade das ações de Narciso Ferreira e das próprias narrativas das crônicas, o que significa ignorar as relações de poder e o teor político e social intrínseco a eles.

E pior, ao se posicionar conforme a tradição memorialista, o historiador corre o risco de optar pela posição daqueles cujo poder foi instituído historicamente a partir de um sistema estruturado e estruturante de desigualdades sociais, além de se arriscar a contribuir para silenciar ainda mais aqueles cujas vozes foram emudecidas precisamente pelos discursos de poder. Por isso, *"o historiador não pode ser e não deve ser o guardião da memória",* pois seu *"olhar" é analítico, crítico, atento à complexidade e cauteloso quanto às generalizações"* e ele deve *"ousar desafiar a complacência e a rotina já existentes em seu domínio"* (Friedländer, 2000, p. 13).

Ao se tornar complacente com narrativas memoriais hegemônicas, a prática historiográfica acaba por se tornar porta-voz dos grupos que ocupam posições de poder e ignora a voz dos que foram silenciados por ele; deixa de analisar, de historicizar e de perceber as múltiplas manifestações discursivas do poder para reproduzir esses discursos; deixa de compreender as relações de poder e os seus campos de disputa material, social e cultural para colaborar com o fortalecimento das narrativas historicamente hegemônicas.

Nesse sentido, mesmo que sejam pontuais, as narrativas historiográficas que tomam as ações de Narciso Ferreira como desprovidas de intencionalidade política e social (ou providas apenas de uma intencionalidade altruísta) e não as consideram (a partir do campo das disputas de poder) como parte das estratégias de consolidação de seu poder na região, sem a necessidade

de recorrer à violência ou a conflitos abertos com aqueles que estavam sob suas ordens (os operários, por exemplo); cometem o equívoco de ignorar o contraste radical em relação aos discursos encontrados sobre Narciso Ferreira nos periódicos operários até meados da década de 1910, a partir de quando há claramente uma mudança de estratégia que tendeu ao paternalismo nas relações com os trabalhadores.

Conforme Balandier:

> *O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo. Logo que a dramaturgia política traduz a formulação religiosa, ela faz uma réplica da cena do poder ou uma manifestação do outro mundo. (Balandier, 1982, p. 07)*

As narrativas sobre Narciso Ferreira buscaram eliminar todo o peso e estrutura das relações altamente verticalizadas e hierarquizadas que na realidade existiam no ambiente fabril de modo que, sutilmente, produziram-se novas imagens sociais, manipularam-se os símbolos de representação social e reorganizaram-se o *"quadro cerimonial"* das relações fabris para minimizar as diferenças sociais na aparência, ao mesmo tempo em que as reforçaram efetivamente, para lembrar os termos de Hardman (1988).

Desta forma, a construção discursiva das narrativas sobre Narciso Ferreira, que o colocou como provedor benfeitor da comunidade de Riba d'Ave, não apenas assentou as fundações da construção da memória social sobre Narciso Ferreira, como personalidade trabalhadora, empreendedora e boa; mas tentou construir também a própria memória do trabalho e do trabalhador, cuja voz está apagada dessa narrativa *("parecia não haver dirigentes nem dirigidos").*

A reprodução desse discurso em análises historiográficas, da qual Borges é exemplar, não sugere apenas problemas de ordem metodológica, mas evidencia a força das narrativas memoriais sobre Narciso Ferreira ao longo do tempo, capaz de construir uma determinada *"realidade"* na memória social sobre qual ou não há contraponto ou na qual o contraponto está sufocado pela imagem idealizada de Narciso Ferreira.

A persistência das visões positivas sobre Narciso Ferreira nas narrativas memoriais hegemônicas e em trabalhos historiográficos é evidência do seu *"poder simbólico"* (Bourdieu, 1989); e os que reproduziram esses discursos submeteram-se a esse poder, mesmo muitos anos após seu falecimento.

Ao selecionar certos aspectos de sua trajetória para construir essas memórias ou ao suavizar os menos positivos, as narrativas memoriais e historiográficas estabeleceram um *"sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)"* dando-lhe uma *"ordem gnosiológica"* (Bourdieu, 1989, p. 09) que se consolidou como dominante, mesmo que ela esteja distante de outras *"realidades"* que possam ser construídas por meio de outras perspectivas de análise ou a partir das vozes de outros sujeitos históricos.

O processo de construção memorial sobre Narciso Ferreira permitiu ao seu poder simbólico converter os seus capitais econômico e social (construídos a partir de seus empreendimentos industriais, participação política e obras sociais) em um *"capital simbólico"* aceito e naturalizado pela sociedade que pôde, então, ser *"percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio"* (Bourdieu, 1989, p. 145).

Nesse sentido, as próprias distinções e comendas recebidas por Narciso Ferreira ainda em vida são, na verdade, *"transfigurações simbólicas das diferenças de fato"*, nos quais *"níveis, ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas, são produto da aplicação de esquemas de construção que (...) [por sua vez] são produto da incorporação das estruturas a que eles se aplicam".* As distinções tornam-se, assim, evidências da posição econômica, social e política de Narciso Ferreira. Portanto, o *"reconhecimento da legitimidade mais absoluta"* se deu tanto por meio do reconhecimento em vida, que as comendas lhe proporcionaram, quanto pela reprodução de uma visão positiva sobre ele nas narrativas memoriais e historiográficas, que significou não outra *"coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural"* (Bourdieu, 1989, p. 145).

Ainda em vida, Narciso Ferreira soube converter seu capital econômico em capital social e ambos em capital simbólico. E este, tal como os dois anteriores, foi acumulado, reproduzido e transmitido. Dessa forma, a memória construída sobre Narciso Ferreira é tanto parte constitutiva de capital simbólico como estruturante do mesmo e, como tal, é uma *"a forma sublimada"* com

a qual se revestem realidades objetivas de modo a transfigurá-las *"pela percepção encantada, mistificada e cúmplice"* (Bourdieu, 2013, p. 110).

Portanto, se para Bourdieu, *"o capital simbólico, com as formas de lucro e de poder que assegura, só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas"* e *"indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a reconhecer (...) essas propriedades"* (Bourdieu, 2013, p. 111); é possível afirmar que as narrativas memoriais hegemônicas predispuseram a sociedade a reconhecer a Sampaio, Ferreira & Cia. e a obra social em Riba d'Ave como símbolos dos valores associados a Narciso Ferreira, de forma a contribuir para a perpetuação dessas perspectivas na memória social.

Capítulo 3. A memória celebrada: a Sampaio, Ferreira & Cia. na dinâmica simbólica da industrialização.

Há ainda outro erro, muito na moda, que estou ansioso por evitar como o próprio diabo. Refiro-me à ideia de "progresso".
(Charles Baudelaire. "A exposição universal, 1855")

Se a primeira década do século XX e a década de 1910 foram de expansão da fábrica na dinâmica produtiva, energética e territorial, a década de 1920 foi de consolidação da Sampaio, Ferreira & Cia. em nível nacional.

Entretanto, a documentação sobre a fábrica nesse período é escassa. Entre 1917 e 1933, não foram encontradas fotografias ou ilustrações do complexo fabril diferentes da reprodução da imagem que vinha sendo publicada no jornal *O Comércio do Porto Ilustrado* desde 1913 até 1927. O jornal *O Primeiro de Janeiro*, em 1925, ao que tudo indica, parece ter usado uma fotografia de quase uma década antes. Mesmo nos Processos junto à *Administração da Região Hidrográfica do Norte* (ARH-Norte), há uma lacuna de 30 anos, entre 1915 e 1945.

Da documentação da década de 1920 sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., destaca-se um diploma recebido pela fábrica que lhe concedia Medalha de Ouro na Feira de Amostras da Indústria Nacional de Estoril, em 1929, promovida pela *Associação Industrial Portuguesa* (AIP), *"como expositor na 5ª classe 'Tecidos de Algodão'"*.[106]

Ao menos desde maio de 1929, cinco meses antes do evento, a AIP já o divulgava por meio da revista *Indústria Portuguesa*. Postais, selos, anúncios e artigos em jornais sucederam-se como estratégias de divulgação. Além disso, promoveu-se um concurso de cartazes oficiais do qual participaram 22 artistas. A capa da revista *Indústria Portuguesa* de julho de 1929 estampava dois pôsteres do concurso (Figura 273), um dos quais (Figura 274) traz as mesmas referências estéticas da entrada da Feira pelo cenógrafo Augusto Pina (Figura 277), que havia sido contratado para desenvolver o *"delineamento artístico"* (Santos, 1994, p. 64) da Feira de Amostras.

[106] MIT. Diploma de Medalha de Ouro na Feira de Amostras da Indústria Nacional de Estoril, em 1929.



Figura 273: capa da Revista Indústria Portuguesa de Julho de 1929 (Rollo, 2008, p. 80)



Figura 274: cartaz da Feira de Amostras de Estoril, 1929. (Anjos, 2013, p. 45 dos Anexos)

Assinado por P. Campos, o cartaz (Figura 274) fora concebido com um fundo azul escuro e possuía três planos fundamentais: no terceiro plano havia um quarto de uma roda dentada dourada que contrastava com o fundo azul. Embora a referência à entrada da Feira de Amostras fosse nítida (Figura 277), a roda dentada do cartaz possuía mais dentes do que a que compunha o grande arco que dava acesso ao parque da exposição.

No segundo plano duas figuras dividem o protagonismo: à direita do cartaz, vê-se a metade superior de um obelisco branco encimado pelo brasão de armas de Portugal, tal como os da entrada da Feira de Amostras. Porém, o brasão repousa por sobre o que parecem ser folhas de acanto, que adornavam as colunas de ordem coríntia. Estas folhas, por sua vez, repousam por sobre um fuste liso sem caneluras, que lembra a ordem toscana. À esquerda do cartaz, uma figura feminina vestida com uma túnica branca, que deixa seu ombro esquerdo nu, usa uma coroa de louros por sobre os cabelos encaracolados. Ela tem o seu braço esquerdo ocultado pelo obelisco e carrega na sua mão direita, que está à altura de seu rosto, uma tocha em tom bege. Em sua face simétrica se destaca a boca vermelha que contrasta com o tom dourado da pele; a fineza dos traços horizontais que compõem seus olhos e sobrancelhas transmitem calma e serenidade. Muito

comum na iconografia industrial, a figura feminina pode fazer referência à deusa Atena/Minerva (Alexander, 2016, pp. Cap. 5, parág. 5) do panteão greco-romano, uma vez que ela é comumente associada à capacidade estratégica, à sabedoria e ao progresso.

Por fim, em primeiro plano, estão os textos que compõem o cartaz. Em estilo tipográfico que remete ao *art déco* (D'Elboux, 2013), eles dão aos observadores as informações principais sobre a Feira de Amostras, por sobre o conjunto de imagens e fora de seu enquadramento, embora alinhado na parte superior com o topo do obelisco, aparecem em castanho e vermelho a localidade e o ano, *"Estoril 1929"*; exatamente em frente às imagens identificam-se o evento e o organizador nas cores dourada, vermelha e castanha, *"Feira de Amostras de Indústria Nacional organizada pela Associação Industrial Portuguesa"*; abaixo, também fora do enquadramento das imagens, em castanho, estão identificados os meses *"setembro e outubro"*.

A correlação dos elementos que compõem o cartaz parece buscar estimular o patriotismo dos que o observam, convidando-os a verem pessoalmente as novidades que promovem o desenvolvimento e o progresso industrial português.

A consciência da AIP sobre a *"modesta"* produção industrial portuguesa não impedia de afirmar seu valor, como na solicitação de isenção de encargos fiscais aos empresários nacionais para viabilizar e estimular sua participação: *"augurando-se uma condigna representação dos nossos industriais servirá* [a Feira] *simultaneamente à afirmação de que, embora modesto, não é de todo nulo o valor da nossa produção"*.[107]

Assim, a Feira de Amostra se trataria de *"uma verdadeira parada das atividades nacionais que, como tal, tem de ser vista e apreciada"*,[108] configurando-se uma oportunidade para *"admirar e apreciar tudo o que de bom e de belo a indústria nacional pode produzir"*.[109] Tratava-se, portanto, de celebrar o presente, a capacidade inventiva e produtiva industrial portuguesa.

A Feira de Amostras investia-se, portanto, de um caráter político e com forte tom patriótico (Anjos, 2013, p. 65) que se traduziu precisamente pela exaltação da indústria portuguesa. Ali estaria *"efetivamente, representado tudo o que a nossa atividade possui de marcante e digno de*

[107] Revista *Indústria Portuguesa*, junho de 1929, p. 09. *Apud* Anjos, 2013, p. 64

[108] FMS. Diário de Lisboa. 04 de outubro de 1929. P. 02.

[109] FMS. Diário de Lisboa. 04 de outubro de 1929. P. 02.

nota. Nele figuram as mais importantes casas, as que com as suas firmas já consagradas e as que constituem tentativas louváveis a acarinhar e a encorajar".[110] Desta maneira, *"uma das grandes vantagens desta Feira de Amostras"* seria *"precisamente a de demonstrar que entre nós se produz tão bem, e muitas vezes se produz melhor do que lá fora"*.[111]

Além da exaltação à nação, o caráter político da Feira de Amostras fica evidente pela composição da comissão organizadora do evento. Embora a AIP presidisse a Comissão Organizadora, personagens de vulto na política portuguesa se encontrassem na Comissão de Honra, presidida pelo Chefe de Estado; e na Comissão Administrativa, presidida Ministro do Comércio (Anjos, 2013, pp. 62-63).

O envolvimento de figuras de vulto da política portuguesa no evento se dera já em junho de 1929, quando a AIP solicitou isenção fiscal como maneira de facilitar a participação dos empresários (Anjos, 2013, p. 64), a quem foi preciso *"demonstrar (...) toda a vantagem que para eles devia resultar de uma colaboração assídua e carinhosa"*.[112] Foi apenas após *"uma propaganda saturada e de demonstração real de decidida vantagem, que a cooperação dos industriais se tornara numerosa, valiosa e entusiástica"*.[113]

À época, não faltaram louvores aos *"dirigentes da Associação Industrial Portuguesa"* que *"tomaram sobre os seus ombros" a realização de um evento que se mostrara uma "tão pesada como honrosa (..) iniciativa"*; sobretudo, porque muitos desacreditaram que *"ela pudesse ser levada a cabo com êxito"*, afinal *"os céticos não eram em pequeno número e vibravam a nota consagrada das dificuldades de ocasião"*.[114]

Foi preciso, portanto,

> *remover dificuldades de toda a ordem, desde as que se referem à organização de uma parte artística cuidadosa e posta de acordo com as circunstâncias especiais em que o*

[110] FMS. Diário de Lisboa. 04 de outubro de 1929. P. 02.

[111] FMS. Diário de Lisboa. 02 de novembro de 1929. P. 02.

[112] FMS. Diário de Lisboa. 04 de outubro de 1929. P. 02.

[113] FMS. Diário de Lisboa. 04 de outubro de 1929. P. 02.

[114] FMS. Diário de Lisboa. 04 de outubro de 1929. P. 02.

> *certame era preparado, até às que implicam a colaboração de entidades oficiais. E tudo se removeu.*[115]

O resultado deste esforço teria sido que *"a comissão organizadora conseguiu, por fim, ver reunido a sua volta, um conjunto de pessoas que são a clara indicação da empatia com que os poderes públicos encaram a marcha desta iniciativa"*.[116]

Portanto, a expectativa era de que após a superação das *"dificuldades e contratempos que, porventura, surgiram no seu caminho"* os integrantes da comissão organizadora fossem *"suficientemente compensados pela importância e significado que"* se haveria *"de revestir o ato solene"* da inauguração da Feira de Amostras. Assim, *"em nome até do interesse geral"* era necessário *"augurar e desejar para essa instituição [AIP] o concurso e o reconhecimento de um público que saiba corresponder integralmente aos sacrifícios que, para sua satisfação, foram feitos"*.[117]

O ato inaugural, caracterizado como *"de grande importância"* e de *"grande brilhantismo"*, culminou com a abertura da Feira de Amostras aos visitantes, que deram uma *"volta (...) pelo Parque do Estoril, e que terminou muito tarde"* deixando *"a todos deixou magnificamente impressionados"*.[118] Porém, apesar de a Feira ter sido aberta ao público, o ato inaugural é simbólico na sua configuração como um ato político com forte demarcação social evidenciada pela *"pela natureza e qualidade das pessoas que se associaram a tão importante acontecimento, como pelo ambiente em que este decorreu"*.[119]

Participaram da inauguração

> *o Chefe do Estado e o chefe do Governo, diversos ministros, categorias dos elementos do funcionalismo, representantes das coletividades econômicas, da imprensa e muitos expositores (...) [e] (...) antes da festa oficial da abertura da Feira foi o almoço oferecido aos expositores, ao qual assistiram cerca de duzentos convivas e que serviu de pretexto a discursos de interesse e significado.*[120]

---

[115] FMS. Diário de Lisboa. 04 de outubro de 1929. P. 02.

[116] FMS. Diário de Lisboa. 04 de outubro de 1929. P. 02.

[117] FMS. Diário de Lisboa. 04 de outubro de 1929. P. 02.

[118] FMS. Diário de Lisboa. 07 de outubro de 1929. P. 02.

[119] FMS. Diário de Lisboa. 07 de outubro de 1929. P. 02.

[120] FMS. Diário de Lisboa. 07 de outubro de 1929. P. 02.

Destacaram-se os discursos dos representantes da indústria, o presidente da AIP José Maria Alvarez e o empresário Fausto de Figueiredo; e das autoridades políticas, um representante do ministro do Comércio,[121] do presidente do Ministério[122] e do Presidente da República.[123]

Enquanto nas falas das autoridades políticas se deu destaque à associação do governo *"a tão significativa manifestação de atividade"*[124] e do seu decisivo *"apoio e proteção à Feira de Amostras"*;[125] os representantes da indústria puseram *"em relevo tudo o que dele ['do certame'] pode resultar de benéfico"*[126] e que *"iniciativas (...) como esta, visam o progresso e o futuro do país"*.[127]

Portanto, fica evidente a percepção de que a Feira de Amostras não apenas serviria à celebração das capacidades da indústria portuguesa daquele momento presente, mas também de suas potencialidades futuras: *"pode-se assegurar que a iniciativa da Associação Industrial Portuguesa se destina a ser correspondida por todos aqueles a quem interessa o futuro e a prosperidade nacionais"*.[128] Assim, a Feira de Amostras se constituía aos olhos de seus contemporâneos *"a prova eloquente de que as nossas possibilidades devem considerar-se imensas e de que se apresentam justificadas e legítimas as mais ousadas esperanças postas no nosso futuro industrial"*.[129]

Desde o advento da industrialização, os eventos inauguradores de máquinas, espaços e edificações sempre foram profundamente marcados por perspectivas futuras positivas e progressistas sobre o desenvolvimento regional ou nacional (Pozzer, 2015). Configuravam-se ao mesmo tempo rituais de autocongratulação e de projeção de um futuro promissor.

Entretanto, apesar de haver um discurso de que tal desenvolvimento seria compartilhado pela nação como um todo, os atos inaugurais sempre foram lembrados pela participação quase

---

[121] João Antunes Guimarães foi ministro do comércio de Portugal entre 08 de julho de 1929 e 05 de julho de 1932.

[122] O Primeiro-Ministro de Portugal entre 9 de julho de 1929 e 16 de outubro de 1929 foi Artur Ivens Ferraz.

[123] Supõe-se António Óscar de Fragoso Carmona que presidiu Portugal entre 15 de abril de 1928 e 11 de abril de 1933.

[124] FMS. Diário de Lisboa. 07 de outubro de 1929. P. 02. Fala do representante do ministro do Comércio.

[125] FMS. Diário de Lisboa. 07 de outubro de 1929. P. 02. Fala do Primeiro-Ministro e do Presidente da República.

[126] FMS. Diário de Lisboa. 07 de outubro de 1929. P. 02. Fala do presidente da AIP José Maria Alvarez.

[127] FMS. Diário de Lisboa. 07 de outubro de 1929. P. 02. Fala do empresário Fausto de Figueiredo.

[128] FMS. Diário de Lisboa. 07 de outubro de 1929. P. 02.

[129] FMS. Diário de Lisboa. 07 de outubro de 1929. P. 02.

exclusiva da elite local e/ou nacional, evidenciando a demarcação política, econômica e social que simbolizavam (Pozzer, 2015).

Desta forma, embora a Feira de Amostras pudesse mascarar as diferenças e as desigualdades de poder na sociedade, a celebração em torno de um ideal de progresso comum acabava por servir precisamente à manutenção destas desigualdades. Portanto, o alcance social da Feira de Amostras e a *"larga adesão popular"* (Santos, 1994, p. 69) que teve o evento serviam também como forma de realçar as posições sociais dos grupos envolvidos.

É significativo nesse sentido que a Feira tenha ocorrido *"no reduto aristocrático e mundano de Estoril"* (Santos, 1994, p. 69), pois a localidade fora escolhida como sede por duas razões fundamentais: em primeiro lugar pela *"urbanidade"* local, pois o ramal ferroviário de Cascais já estava devidamente eletrificado e pela *"modernidade"* da arquitetura *art déco* do Cais do Sodré; em segundo lugar, pela *"afluência"* ao local, pois, conforme explicou à época a AIP,[130] por ali passariam viajantes, inclusive sul-americanos, rumo às exposições espanholas de Barcelona e Sevilha (Anjos, 2013, p. 62). Nesse sentido, a visibilidade que o evento daria não seria apenas às empresas participantes, mas dos seus próprios valores e símbolos.

O *Catálogo Oficial da Feira de Amostras*[131] realça que a organização optou por um *"Agrupamento dos Expositores"* por *"secções"*:

- Secção I – *Ourivesaria e Joalharia*, com 03 expositores;
- Secção II – *Tecidos e Vestuário*, com 14 expositores, incluindo-se a Sampaio, Ferreira & Cia., sob a inscrição nº 33;
- Secção III – *Artes gráficas, objetos de escritório e papelaria*, com 05 expositores;
- Secção IV – *Vidros, loiças, utilidades e mobiliário*, com 15 expositores;
- Secção V – *Alimentação*, com 18 expositores;
- Secção VI – *Química e Minas*, com 16 expositores;
- Secção VII – *Cortiças, Madeiras, Materiais de construção*, com 14 expositores;
- Secção VIII – *Metalurgia, aparelhagem elétrica*, com 10 expositores;
- Secção IX – *Engenharia e arquitetura*, com 05 expositores;

[130] Revista *Indústria Portuguesa,* junho 1929, p.46. Apud Anjos, 2013, p. 62.

[131] FCO. Catálogo Oficial da Feira de Amostras da Indústria Nacional realizada pela Associação Industrial Portuguesa no Parque do Estoril. Outono de 1929.

- Secção X – *Indústrias diversas (borracha, peles etc.)*, com 09 expositores.

A diversidade produtiva da indústria portuguesa não se evidenciava apenas pelas secções, mas também pela participação de algumas companhias portuguesas em mais de uma secção.

Assim, embora houvesse 98 empresas inscritas na Feira de Amostras, o total de expositores por secção era de 111:[132]

- Instituto Superior Técnico (inscrição nº 8) participou das secções IX e X;
- Fábrica Portugal - H. Meira, Ltda. (inscrição nº 19) participou das secções IV e VIII;
- Empresa Electro-Cerâmica (inscrição nº 25) participou das secções IV e VIII;
- Empresa de João Ferreira Gomes (inscrição nº 29) participou das secções IV e VII;
- Empresa d'Encerados e Oleados (inscrição nº 30) participou das secções IV e VII;
- Companhia Industrial e Mineira de Portugal (inscrição nº 36) participou das secções VI e VII;
- Laboratório Sanitas (inscrição nº 51) participou das secções VI e X
- Fábrica de Cerâmica Constância, Ltda. (inscrição nº 71) participou das secções IV e VII;
- Companhia Industrial Portuguesa (inscrição nº 77) participou das secções IV, VI e VII;[133]
- Fábrica de Loiça de Sacavem (inscrição nº 83) participou das secções IV e VII;
- Empresa de Carlos de Lima (inscrição nº 86) participou das secções IV e VIII;
- Companhia Decoradora Predial (inscrição nº 96) participou das secções V e VII

Os dados que constavam na Lista de Expositores eram o nome da empresa, a localidade, o telefone, o telegrama, a sua especialidade e a secção e os estandes que ocupariam na Feira de Amostras.

[132] No caso das empresas que participaram em mais de uma secção, há uma disparidade nas informações providas pelo Catálogo no "Agrupamento dos Expositores, por secções" e na "Lista de Expositores", pois nesta não se mostram todas as secções de que estes expositores participaram.

[133] A referência à Companhia Industrial Portuguesa na Secção VI aparece repetida.

No caso da Sampaio, Ferreira & Cia., inscrita sob o nº 33, constava que era especializada em *"Riscados, Cotins, Cobertores"* e indicavam que ela teria três estandes, apesar de participar de apenas uma secção (Figura 275).

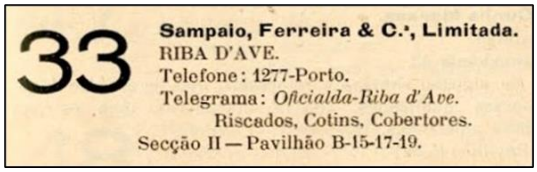


Figura 275: Inscrição da SFC. "Catálogo Oficial da Feira de Amostras de Estoril" (1929). (FCO)

Ainda que haja disparidades nas informações sobre o número de estandes no *Catálogo*, ao que tudo indica, das 98 empresas que estavam inscritas na Feira de Amostras, a Sampaio, Ferreira & Cia. era uma das duas que possuíam três estandes participando de apenas uma secção,[134] sendo que as outras com três ou mais estandes participaram de mais de uma secção.[135]

O croqui com a perspectiva do parque onde foi instalada a Feira, que consta no *Catálogo*, mostra que a feira foi disposta no sentido sul–norte; da entrada da Feira (com os obeliscos e a roda dentada) próxima à orla marítima, ao Cassino de Estoril (à época em construção) (Figura 276).

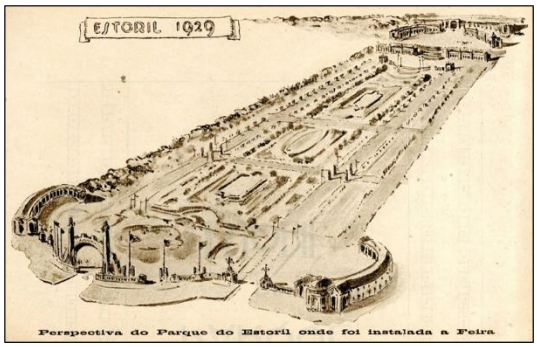


Figura 276: "Perspectiva do Parque de Estoril onde foi instalada a Feira" (1929). (FCO)

No lado oposto da entrada, para encobrir a obra do Cassino de Estoril, *"as Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade montaram dois pilares para suportar placares luminosos"* (Anjos, 2013, p. 63) com um *"ecrã colossal de 5m x6m"* (Santos, 1994, p. 66) no qual se projetaram filmes, *"películas comerciais"* (Anjos, 2013, p. 63) e *"documentários de propaganda relativos à*

[134] A outra era a empresa José Olaio & Companhia, Filho, inscrita sob o nº 89.

[135] A Fábrica Portugal - H. Meira, Ltda. (inscrição nº 19) parece que possuía 3 estandes apenas na secção IV e ao menos um estande na secção VIII; e a Companhia Industrial Portuguesa (inscrição nº 77) possuía dois estandes na secções IV e VI e, ao menos, um estande na secção VII.

vida industrial do país, que alternavam com filmes cômicos e dramáticos, convertendo o local num verdadeiro 'cinematógrafo ao ar livre'" (Santos, 1994, p. 66).[136]

O monumental arco de entrada (Figura 277) parece ter sido inspirado no cartaz de P. Campos e fora elaborado na forma de uma roda dentada com dois obeliscos adornados, na sua parte superior, com o brasão de armas de Portugal. As metades inferiores dos obeliscos foram *"apoiadas em pirâmides decoradas com linhas irradiantes"*, cujo estilo *art déco "harmonizava-se com o monumentalismo dos obeliscos"* (Santos, 1994, p. 65).



Figura 277: capa do "Catálogo Oficial da Feira de Amostras de Estoril" (1929). (FCO)

Segundo Santos,

> *Augusto Pina foi o primeiro a realizar publicamente a proposta arquitetural de um modernismo domesticado e monumentalista que, no escapando ao olhar oficial, teria vida longa assegurada em pedra e cal no quadro posterior de uma involução plástica do modernismo arquitetônico nacional.* (Santos, 1994, p. 65)

[136] Revista *Indústria Portuguesa*, Setembro 1929 *Apud* Anjos, 2013, p. 63; e Revista *Indústria Portuguesa*, Outubro de 1929, *Apud* Santos, 1994, p. 66.

Os estandes de exposição foram dispostos em quatro fileiras ao longo das palmeiras do Parque de Estoril e na área em frente ao Cassino. Isso permitiu *"dedicar a zona central do recinto a passeios e a manifestações lúdicas paralelas"* (Anjos, 2013, p. 63).

Para Santos, as fileiras de estandes *"funcionavam como uma 'guarda avançada dos pavilhões da feira', concentrados no terraço superior fronteiro ao Cassino em 'três filas sobrepostas e a toda a largura', rematadas por dois pares de 'torreões artísticos'"* (Santos, 1994, p. 65), conforme se pode verificar pela planta da Feira de Amostras que consta em seu *Catálogo* (Figura 278).

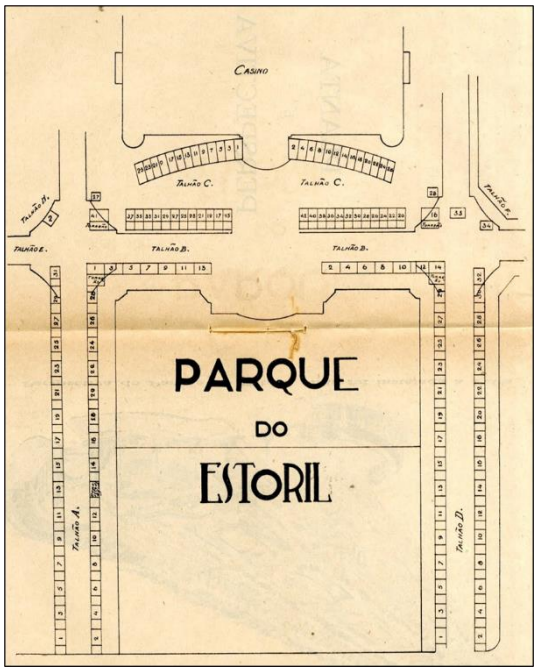


Figura 278: planta dos estandes da Feira de Amostras de Estoril (1929). (FCO)

Assim, este *"jogo de ortogonais"* e a *"uniformização arquitetural das duas alas de pavilhões centrais, concebidos como 'um único e grande pavilhão, dividido em numerosos stands (...) absolutamente iguais'"*; evidenciavam *"um certo racionalismo"* que se adequava ao evento (Santos, 1994, p. 65).

A estética *art déco* caracterizou as estruturas edificadas (Santos, 1994, p. 66) que tiveram como prioridade a funcionalidade, o custo e a velocidade de construção, pois

> *não se tratavam de 'construções artísticas, de difícil arquitetura e custoso fabrico', não só porque a escassez de tempo não o permitira como também, para facilitar a inscrição dos expositores, a Associação Industrial Portuguesa tomara a iniciativa da sua*

> *construção, 'em condições econômicas excelentes e sem preocupações demoradas de estilo'.*[137] (Santos, 1994, pp. 65-66)

Nesse sentido, a revista *Indústria Portuguesa* teceu elogios ao conjunto dos pavilhões e estandes por mostrar-se versátil, *"alegre e harmonioso"*.[138] Segundo Santos,

> *tais qualidades manifestavam-se sobretudo nas três filas sobrepostas, de pavilhões corridos, dispostas no terraço superior: eram limitadas por torreões quadrangulares salientes, sulcados de pilastras caneladas e rematados por grandes vasos decorativos assentes em esferas, que se repetiam esporadicamente a intervalos numa escala menor, assim definindo o espaço de cada um dos stands.*
> *Destes torreões partia uma arquitrave corrida, pintada de linhas quebradas em zigue-zagues contínuos de cores vibrantes, que se apoiava em pilaretes ortogonais dispostos aos pares, rematados de elementos semelhantes a plumas ou espigas geométricas.* (Santos, 1994, p. 66)

Embora a decoração interna dos estandes tenha ficado a cargo dos próprios expositores, *"consoante o seu gosto próprio e a apresentação particular dos seus produtos"*,[139] na generalidade, as *"soluções foram mais ou menos modestas"*, exceto por alguns expositores que *"revelaram maior opulência"* (Santos, 1994, p. 69). Este foi o caso da Sampaio, Ferreira & Cia. que teria cativado *"o público e a imprensa, que o considerou o mais luxuoso, capaz de competir com qualquer uma 'das elegantes lojas de modas e de tecidos do nosso Chiado'"* (Santos, 1994, p. 69), como assinalou a revista *Indústria Portuguesa*.

Conforme Santos, o estande da Sampaio, Ferreira & Cia. foi

> *inserido nas estruturas desenhadas por Augusto Pina, foi concebido como uma loja, com a sua característica frontaria ostentando um guarda-vento central e duas montras poliédricas envidraçadas. No interior, as paredes e o teto eram forrados a tecido cinzento, o piso alcatifado a vermelho e o 'elegante' mobiliário polido, com as poltronas estofadas a flanela. A iluminação era 'notável', servida por três lustres de vidro translúcido, com recurso ainda a iluminação indireta, de 'efeito surpreendente', através de vidros transparentes embutidos nas colunas e vigas da construção, ornamentados com delicadas pinturas colorida* (Santos, 1994, p. 69) *s.*

---

[137] Revista *Indústria Portuguesa*, nº 20, de Outubro de 1929. *Apud* Santos, 1994, pp. 65-66.

[138] Revista *Indústria Portuguesa*, nº 20, de Outubro de 1929. *Apud* Santos, 1994, pp. 66.

[139] Revista *Indústria Portuguesa*, nº 20, de Outubro de 1929. *Apud* Santos, 1994, pp. 66.

O resultado de tamanho investimento na apresentação dos seus produtos foi que a Sampaio, Ferreira & Cia. recebeu uma das medalhas de ouro da Feira de Amostras de Estoril em 1929. O diploma recebido pela fábrica era uma adaptação do cartaz com a roda dentada, o obelisco, o brasão de armas e a figura feminina (Figura 279).



Figura 279: diploma da medalha de ouro da SFC na Feira de Amostras de Estoril (1929). (MIT)

Estes mesmos elementos simbólicos da industrialização podem ser encontrados na bandeira da fábrica (Figura 280), cuja data de concepção e confecção não se pôde precisar. Sobre um fundo azul escuro, identifica-se a empresa pelos dois nomes que possuiu; em letras douradas lê-se: *"Fábrica de Fiação e Tecidos de Riba d'Ave Sampaio, Ferreira & Cia. Lda.".* No centro da bandeira há um emblema formado por elementos associados à iconografia industrial estão organizados na forma de um escudo posicionados acima de uma grinalda com um laço amarelo (Figura 281).



Figura 280: bandeira da fábrica SFC. (1). (MIT/Famalicãold)



Figura 281: enquadramento da Figura 280 (emblema). (MIT/Famalicãold)

À direita do emblema, uma roda dentada e o rosto uma figura feminina em tom esbranquiçado, com cabelos loiros adornados com uma coroa de louros. Seus traços fazem referência à estética *art déco* e, diferentemente da figura feminina do cartaz da Feira de Amostras de Estoril, possui um semblante austero, muito adequado, inclusive à memória que se criou em torno de Narciso Ferreira.

À esquerda, uma lançadeira flutua por sobre duas chaminés que se erguem em meio a alguns edifícios fabris com paredes brancas e telhados avermelhados e que lembram os de tipo *shed*. Caso se trate de uma bandeira da segunda metade do século XX, quando a fábrica já havia passado por uma transformação estética em direção ao *art déco*,[140] com platibandas escondendo os telhados, é clara a referência que se quis fazer às primeiras décadas de existência da fábrica.

Ao centro e abaixo, aparece uma referência clara ao patriotismo que a fábrica queria expressar, pois, tal como no brasão de armas de Portugal, vê-se um pequeno escudo com fundo branco, ladeado com asas douradas, com cinco escudetes azuis dispostos em cruz, cada um com cinco besantes de prateados.

Embora não se saiba precisar a época em que se produziu a bandeira, fica evidente o compartilhamento dos ideais que os ícones da indústria e do progresso representavam, pois os mesmos elementos iconográficos, presentes no cartaz da Feira de Amostras e no Diploma de

[140] Cf. Parte IV, Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1945-1957).

Medalha de Ouro da Sampaio, Ferreira & Cia., aparecem também incorporados à bandeira a fábrica.

Ao incorporá-los em um objeto com visibilidade pública como a bandeira, que seria hasteada em comemorações e exposições, a fábrica marca publicamente sua identidade como associada ao progresso industrial nacional, evidenciando a importância dada pela fábrica à sua inserção na dinâmica simbólica da industrialização internacional e que associava o desenvolvimento industrial e a capacidade de produzir com qualidade ao patriotismo e ao progresso social.

Nesse sentido, a participação da Sampaio, Ferreira & Cia. na Feira de Amostras é apenas parte desse processo simbólico. Segundo Fontes, as feiras de amostras *"são um produto característico do desenvolvimento urbano e industrial do século XIX"* e que, quaisquer que fossem suas dimensões (regional, nacional ou internacional), *"procuraram corresponder às novas exigências de promoção e divulgação dos produtos"* e, ao mesmo tempo, tornaram-se *"meios de afirmação de regiões ou países"* (Fontes, 1999, p. 32).

Segundo Fontes (1999, p. 33), *"Portugal acompanhou de perto este movimento"*[141] de tal modo que *"a importância destas feiras e exposições foi aumentando à medida que Portugal se empenhou na sua afirmação na cena internacional, nomeadamente devido às suas pretensões coloniais"*. Conforme mostram Matos & Malveiro,

> *o governo português nomeou comissões compostas por engenheiros e homens de ciência que tinham por missão estudar nestas exposições os progressos que pudessem interessar ao país. Procurando aumentar a formação dos operários, o governo português enviou também operários a estas exposições, tal como o fizeram vários outros países. (Matos & Malveiro, 2015, p. 262)*

Destaca-se nesse sentido, a atuação Sociedade Promotora da Indústria Nacional ao longo do século XIX na organização de feiras e exposições de caráter industrial em Portugal, a partir da *"definitiva instauração do Liberalismo"* tendo desenvolvido *"um publicismo [sic.] tecnológico de carácter utilitário, acompanhado por novos ritmos de industrialização e de desenvolvimento agrário"*. Assim, *"a exemplo do que acontecia em França e em Inglaterra"*, promoveram-se as

[141] Fontes (1999, p. 32) destaca que em Portugal as primeiras feiras nacionais foram ligadas à exposição de artes e manufaturas no último quarto do século XVIII.

exposições *"como espaço privilegiado de contato com novas técnicas e novos produtos"* (Castanheira, 1996, p. 429).

Portugal, então, alinha-se ao contexto internacional da organização de exposições industriais, e, tais como os processos de industrialização que se disseminaram tendo em consideração as particularidades históricas, possibilidades materiais e temporalidades locais; os rituais que os circundaram, como as exposições dos produtos industriais também adquirem as feições próprias dos locais onde ocorrem e têm sua escala e características adaptadas às suas realidades.

Até o final da primeira metade do século XIX, as exposições industriais que se organizaram possuíam caráter nacional (Matos & Malveiro, 2015; Benevolo, 1989, p. 129), situação que se transformou na segunda metade do século XIX. Uma razão imediata para tal mudança seria porque a dinâmica das economias europeias se transformaram com a expansão do liberalismo e as barreiras alfandegárias foram atenuadas (Benevolo, 1989, p. 129). Surgiram daí, a partir de 1851, as exposições "internacionais", "mundiais" e "universais".

Entretanto, apenas essa perspectiva econômica deixa escapar o significado político e cultural das transformações que a industrialização teria provocado nas sociedades nas quais se desenvolveu. Desta forma, foi também o *"assombro ante as transformações industriais"* que levou empresários e governos a organizar exposições que despertassem na consciência pública o caráter universal da indústria (Plum, 1979, p. 60).

Conforme explicam Matos e Malveiro, tais exposições eram *"espaços privilegiados de divulgação do conhecimento científico e técnico"* provenientes dos processos de industrialização de modo que favoreceram *"a circulação das ideias científicas e de novas técnicas a nível internacional"*. Desta forma, as exposições *"contribuíram também para a educação científica e técnica da sociedade industrial, ao mesmo tempo que foram um incentivo para o progresso técnico e para o desenvolvimento económico dos países anfitriões e participantes"* (Matos & Malveiro, 2015, p. 262).

As exposições não apenas manifestavam o desejo de *"informatizar, explicar, inventariar e sintetizar"*, herdado do Iluminismo do século XVIII, mas, ao mesmo tempo, funcionaram como uma *"janela para o mundo"*, exibindo *"o novo, o exótico, o desconhecido, o fantástico, o longínquo"* (Pesavento, 1997, p. 45), *"com a montagem de espetáculos populares em que ser*

alternavam fascinantemente o mistério de territórios exóticos, a magia das artes mecânicas – de suas criaturas que se põem em movimento" (Hardman, 1988, pp. 49-50).

Assim, além de terem sido *"manifestações da universalidade das mudanças na técnica e na ciência"*, as exposições foram também manifestações das transformações *"na cultura e na arte, na política social e nas relações internacionais"* (Plum, 1979, p. 60).

Tornaram-se um fenômeno de massa (Matos & Malveiro, 2015, p. 262; Hardman, 1988, p. 49), e *"determinaram o modo como os governos, os industriais e a opinião pública em geral passaram a encarar e aceitar a utilização de novas técnicas na indústria e na vida quotidiana"* (Matos & Malveiro, 2015, p. 262).

Para Hardman (1988), as exposições foram também espaços para *"o simples desejo de entretenimento e, sobretudo, o transe lúdico do fetiche-mercadoria"* (Hardman, 1988, pp. 49-50). Na verdade, como evidenciou Benjamin, as exposições universais *"idealizam valor de troca das mercadorias"*, passando-o ao *"segundo plano"*. Elas *"inauguram uma fantasmagoria a que o homem se entrega para divertir-se. A indústria de entretenimento facilita isso elevando-o ao nível da mercadoria. Ele se abandona às suas manipulações ao desfrutar da sua própria alienação e a dos outros"* (Benjamin, 2009, p. 44).

Como afirma Neves, *"as exposições são um espaço de lazer, não resta dúvida, mas são o espaço de um lazer eminentemente didático"* (Neves, 1986, p. 21), pois se configuravam uma *"exhibitio universal da civilização burguesa"* (Hardman, 1988, p. 49) e expunham *"símbolos das exuberantes atitudes da sociedade moderna"* (Graham, 1973, p. 17). Daí também o caráter pedagógico das exposições que, como outros espaços de lazer, espaços destinados ao divertimento e à disciplinarização das multidões características dos grandes centros urbanos que surgiram à época, serviram também para *"divertir e disciplinar"* (Neves, 1986, p. 21) o público que as frequentavam.

Desta forma, as exposições adquirem valores político-ideológicos, culturais, sociais e pedagógicos, pois passaram a *"demonstrar didaticamente o progresso e a imaginar o amanhã"* (Costa Â. M., 2000, p. 11). Um amanhã, porém, à *"imagem e semelhança"* do mundo burguês e industrial (Plum, 1979, p. 11).

Para Castro (1993) as exposições

> *representavam, para a burguesia, uma oportunidade ímpar de difundir amplamente o quanto a civilização europeia podia contribuir para o aperfeiçoamento da vida humana e para a introdução de 'valores universais' como o trabalho, a justiça, a paz e a moral. E, principalmente, demonstravam o quanto ainda poderia ser feito, via técnica e inventos, para extirpar do mundo a barbárie e qualquer princípio contrário à civilização. (Castro, 1993, pp. 17-18)*

Não por acaso, conforme evidencia Hardman, *"os catálogos e relatórios desses eventos iluminam de forma ímpar vários aspectos do otimismo progressista que impregnava a atmosfera da sociedade burguesa em formação"* (Hardman, 1988, p. 49). As exposições podem ser analisadas como representações da tentativa de expandir os valores dessa mesma burguesia industrial por meio do poderio econômico e político, fortalecidos pela crença de que seriam os mensageiros do progresso e da civilização, sob o manto do discurso de modernização que a industrialização continha em si, *"europocentrismo [sic.], garbosamente fantasiado de cosmopolitismo liberal e altruísta"* (Hardman, 1988, p. 50).

Portanto, as exposições, como *"símbolos produzidos pela ideologia do progresso", seriam uma forma de "penetração e a consolidação"* dessa mesma ideologia *"ao nível das mentalidades"* (Neves, 1986, p. 19). Entretanto, são, antes de qualquer coisa, *"espaços da dramatização do que se espera do real, constroem a ilusão do progresso como realidade tangível para aqueles que as visitam ou delas têm notícias através da imprensa"* (Neves, 1986, p. 17).

Os espaços em que se realizavam estas exposições tornaram-se verdadeiros templos da sociedade industrial, *"lugares de peregrinações ao fetiche mercadoria"* (Benjamin, 2009, p. 45), nas quais eram realizados *"gigantescos rituais de autocongratulação"* (Hobsbawm, 1996, pp. 57-58), com *"sua própria liturgia, seu ritual e seus símbolos"* (Neves, 1986, p. 25)

Rituais e símbolos, uma vez encenados, servem à atualização e renovação periódica dos mitos das sociedades a que pertenciam (Campbell, 1990; Eliade, 1972). Entretanto, ao contrário das *"sociedades arcaicas"*, para as quais o decorrer do tempo implica um distanciamento progressivo do princípio e, portanto, na perda da perfeição inicial a ser recuperada pelos rituais (Eliade, 1972, pp. 32-34); nas sociedades que passaram por processos de industrialização, às quais pertenciam os templos das exposições industriais, esses rituais atualizavam-nas acerca do próprio progresso que adveio com o transcorrer do tempo: eram as novas invenções, eram os novos espaços e lugares, os novos modos de agir, as novas formas de pensar, as novas formas

de viver. Os eventos das exposições eram rituais que atualizavam os mitos da civilização e do progresso contínuo como resultados da razão e do trabalho e se reproduziram por todos os locais aonde a indústria chegou, em diferentes escalas e formatos.

Se, nas sociedades arcaicas, havia a crença de que os rituais beneficiariam a comunidade inteira; nas sociedades industrializadas, embora os rituais fossem controlados pela burguesia industrial, eles visavam beneficiar a *"nação"* e eram acessados também por operários e trabalhadores: *"era preciso que estes se reconhecessem nos produtos saídos de suas jornadas de trabalho e que ficassem na obra da civilização e do progresso mundiais"* (Neves, 1986, p. 28).

No espaço das construções das exposições, de modo geral, a *"emoção mecânica encontrava o seu melhor cenário. Sonho e cotidiano harmonizavam-se segundo os artifícios da técnica"*, tornando *"visível e táctil o conceito de mercado mundial".* Nutrindo a fé na unidade humana, esses *"rituais esplendorosos de confraternização do mercado mundial, o otimismo esclarecido e triunfante da sociedade burguesa joga ainda com a crença em projetos de paz factíveis entre as nações"* (Hardman, 1988, pp. 56-61).[142] Mesmo as *"manifestações de colonialismo"* (Plum, 1979, p. 60) eram mostradas como benéficas às colônias e exploravam *"ideias de como levar a civilização a outros povos e aproveitar economicamente os recursos de lugares longínquos"* (Matos P. F., 2006, p. 163). As exposições deveriam se constituir, portanto, *"sob todos os pontos de vista numa arena pacífica"* (Neves, 1986, p. 28).

Com isso, porém, a celebração do progresso, ao reunir *"milhares de visitantes com formações e objetivos diversificados"* (Matos & Malveiro, 2015, p. 262), também mostrava-se *"capaz de minimizar, ou mesmo anular, nas consciências de muitos contemporâneos, a dura realidade que quase sempre se contrapunha a ela"* (Castro, 1993, p. 02). Para Hardman, esse é um aspecto marcante das exposições, *"a exhibitio burguesa"* foi capaz de induzir a sociedade a *"pináculos da falsa euforia"* e, ao mesmo tempo em que se constituíam os espelhos *"da sociedade surgida nos bastidores da indústria moderna"*, configuraram-se também *"seu delírio mais bem arquitetado"* (Hardman, 1988, pp. 51-56).

[142] Vale notar que foram organizadas também as chamadas "exposições coloniais", cujo objetivo era divulgar os impérios, seus recursos naturais e humanos (Matos P. F., 2006, p. 162). Estas também, "no geral, procurava-se mostrar os benefícios do colonialismo e do imperialismo, considerados essenciais para o progresso e para a civilização" (Ribeiro, 2014, p. 05).

Tal como se verificou em estudo sobre as estações ferroviárias do século XIX (Pozzer, 2007, p. 135), outro templo da sociedade tecnológica (Lessa, 1993; Bem, 1998), as *"catedrais do século XIX"* (Hardman, 1988, p. 37); as exposições industriais ao também receberem pessoas de todas as condições sociais poderiam ser consideradas *"monumentos para as relações sociais do mundo moderno"* (Graham, 1973, p. 124). Entretanto, também como as estações, elas poderiam se configurar como *"palcos diletos nas artes modernas de simular"* e minimizar diferenças sociais apenas *"na aparência, realçando-as, porém, efetivamente"* (Hardman, 1988, pp. 37-38).

Isso porque as exposições podem ser analisadas também como uma tentativa sutil de imposição do poder de governos e empresários, de seus valores e formas de pensar, à sociedade; sem que se precisasse recorrer à força ou violência, conferindo-lhes legitimidade e credibilidade. (Neves, 1986)

Para Neves, a imprensa (mas pode-se acrescentar também a publicidade) multiplicou *"os efeitos destas verdadeiras procissões secularizadas"* e atraiu *"a opinião pública por ocasião das premiações. Os vencedores, como heróis, recebem medalhas e diplomas"* (Neves, 1986, p. 25), tal como a Sampaio, Ferreira & Cia. recebeu na Feira de Amostras, em 1929.

Entretanto, a medalha de ouro na Feira de Amostras de 1929 é mais do que um indício do sucesso da fábrica na dinâmica econômica da produção têxtil e industrial. Era a evidência da capacidade da Sampaio, Ferreira & Cia. de tornar pública sua competência técnica, sua sofisticação e suas contribuições para o progresso da nação portuguesa. Seu estande e seus produtos eram os símbolos de seus valores e da identidade fabril que criara para si e foram incorporados à sua própria bandeira pela inserção de elementos simbólicos da indústria. Não fora, portanto, apenas capacidade produtiva da fábrica que valeu à Sampaio, Ferreira & Cia. a medalha de ouro, mas sua competência em mostrar publicamente que estava inserida na dinâmica simbólica da industrialização.

Parte III

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1934-1945): a fábrica após a morte de Narciso Ferreira e o alinhamento com o Estado Novo.

1.1. 1934-1943: ampliações do conjunto (monumento a Narciso Ferreira e edificações nº 2, 3, 7, 8 e 12).



Figura 282: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1934-1943. (CdA)

A morte de Narciso Ferreira, em 23 de março de 1933, fez com que a Sampaio, Ferreira & Cia. registrasse a importância de seu fundador no próprio conjunto fabril edificado, pois, à entrada da fábrica, foi construído um monumento em sua homenagem, ao que se sabe, em 1934 (Borges, 2012, p. 179). O recorte historiográfico para este período vai, portanto, da construção deste monumento à criação da Fundação Narciso Ferreira em 1945 (Figura 282).

Uma das bases documentais para registrar as transformações no conjunto edificado provém do Centro Português de Fotografia, onde está preservado o acervo da Casa Fotográfica de Domingos Alvão, que conta com um total de 40 fotografias sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. Entretanto, os registros do CPF não indicam com precisão os anos das fotografias e apenas assinalam que foram tiradas entre 1920 e 1950, cobrindo um período de 30 anos.

Desta forma para se levantar hipóteses o mais precisas possíveis sobre as datas das imagens foi preciso analisá-las a partir do confronto com informações de outros documentos provenientes de diferentes arquivos e da análise minuciosa da composição fotográfica para identificar a trajetória construtiva do conjunto fabril. Esta análise envolveu, portanto, a busca por outros elementos estruturais, da própria fábrica ou do entorno (como o Teatro ou o Mercado Narciso Ferreira), sobre os quais as datas estão registradas com precisão e que, pela presença ou

ausência nas imagens, poderiam auxiliar na restrição do recorte histórico a que pertencem as fotografias.

Desse conjunto de fotografias, dois pares foram tirados da margem direita do rio Ave e formam paisagens-sequência da fábrica em períodos distintos. O primeiro par (Figura 283; Figura 284) tem sua datação sugerida a partir do ano de inauguração do monumento a Narciso Ferreira, presente na imagem, de modo que ela é de no mínimo 1934; e da inauguração do Teatro Narciso Ferreira (1944), ausente na fotografia, o que faz com que ela seja de, no máximo, 1943.



Figura 283: SPC entre 1934 e 1943 (norte). (CPF - ALV-004424)



Figura 284: SPC entre 1934 e 1943 (sul). (CPF - ALV-004416)

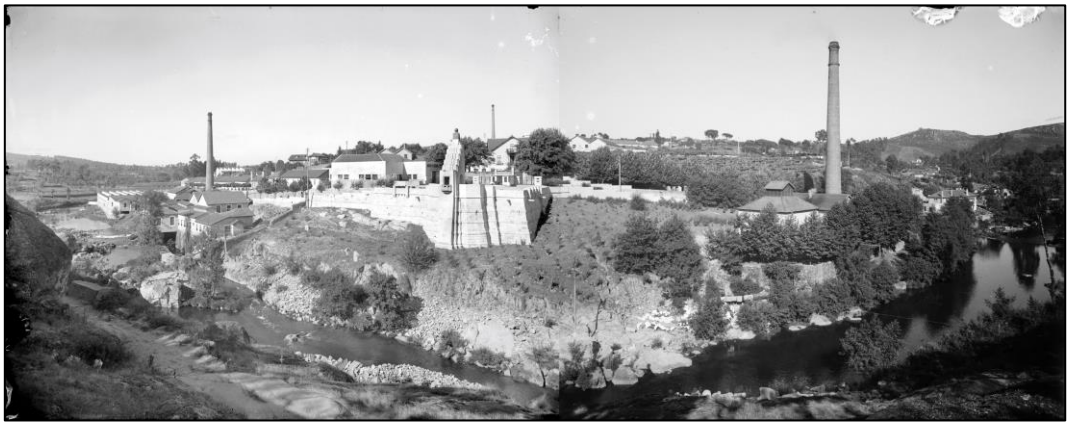


Figura 285: paisagem-sequência da SFC entre 1934 a 1943. (CPF - ALV-004424 e ALV-004416)

À direita na paisagem-sequência (Figura 285) destacam-se duas edificações, a antiga fábrica do Barão da Trovisqueira (Figura 286, destacado em amarelo), agora incorporado totalmente ao espaço da Sampaio, Ferreira & Cia., e uma edificação que viria a se tornar sede dos Bombeiros Voluntários (Figura 286, destacado em verde), embora, nesse período, não haja indicação do uso que se dava àquela edificação.

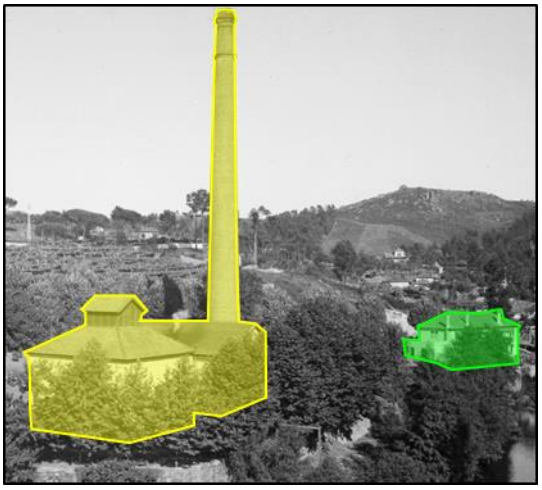


Figura 286: enquadramento da Figura 284 (Ed. nº 16). (CPF - ALV-004416)

Destaque ao edifício nº 16 e à edificação no local da sede dos Bombeiros Voluntários de Riba d'Ave.

A identificação do edifício que viria a se tornar sede dos Bombeiros Voluntários, ao menos no que se refere à implantação no local em que está, foi possível pela análise de fotografias posteriores. A primeira fotografia em que ele aparece, possivelmente, é datada entre 1944 e 1947 (Figura 287, destacada em verde). Isso porque, na imagem o Teatro Narciso Ferreira, de 1944, já aparece, mas o Mercado Narciso Ferreira, de 1947, ainda não. À esquerda da fotografia mostra-se uma construção que pode ser a edificação que aparece na fotografia do CPF.

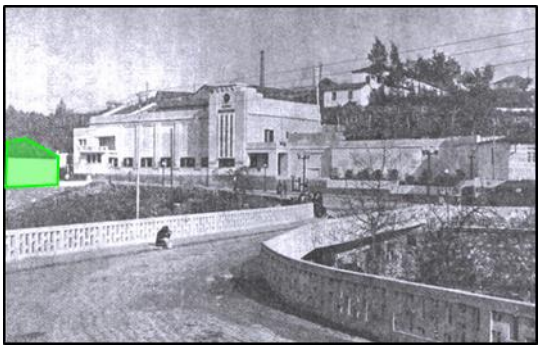


Figura 287: Riba d'Ave, possivelmente entre 1944 e 1947. (Machado & Rebelo, 1947 Apud Couto, Correia, & Matos, 2010/2011, p. 491)

A segunda fotografia é um postal que data de 1949, no mínimo, na qual aparecem as chaminés da edificação que viria a ser dos bombeiros (Figura 288, destacado em verde) por detrás da edificação do Mercado (1947). À esquerda da fotografia, vê-se a edificação da antiga fábrica do Barão da Trovisqueira e a chaminé de 1911 (Figura 288, destacado em amarelo). Ao fundo, vê-se o Teatro Narciso Ferreira e a edificação que viria a ser a Estalagem de São Pedro (que não aparece na Figura 287), de 1949, razão pela qual a fotografia é, pelo menos, desse ano. Nenhuma das outras edificações aparecem, nem o Café de Riba d'Ave, nem os CTT.

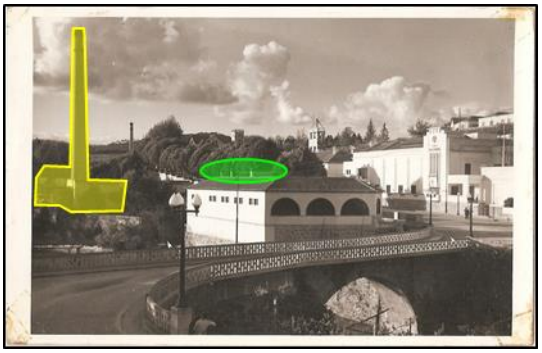


Figura 288: Riba d'Ave em, no mínimo, 1949. (APA)

Já o lado esquerdo da paisagem-sequência entre 1934 e 1943 (Figura 285) apresenta mais elementos da Sampaio, Ferreira & Cia. e mostra algumas alterações no conjunto fabril.

A começar pelas edificações sobre as quais a fotografia permite ter maior grau de probabilidade de que as mudanças aconteceram, confirma-se a presença da edificação (Figura 289, destacado em roxo) que apareceu pela primeira vez na fotografia de 1917 (Cf. Figura 271), construída ao lado da edificação nº 4. Ao que tudo indica, foi construído o edifício nº 3, da creche (Figura 289, destacado em amarelo); e o edifício nº 2 parece ter sido estendido em direção ao corredor central do conjunto, ganhando um novo corpo edificado (Figura 289, destacado em verde).



Figura 289: enquadramento da Figura 283 (Ed. nº 1, 2, 3 e 4) (CPF - ALV-004424)

Destaque aos edifícios nº 1 (vermelho), 2 (verde), 3 (amarelo) e 4 (roxo).

Como não há, porém, nenhuma planta dessas alterações, registre-se que a hipótese sobre a extensão do edifício nº 2 tem como referência as outras edificações que o circundam, como o edifício nº 3 e o escritório (nº 1). O escritório passou por uma reforma que parece se harmonizar com a estética do monumento a Narciso Ferreira: construiu-se uma extensão onde se colocou o letreiro com o nome da fábrica, mudou-se os telhados de duas águas e construiu-se uma platibanda na edificação.

Houve também significativas mudanças no conjunto de edifícios nº 12 (hoje identificados como espaço das engomadeiras, das estamparias e da tinturaria) e, aparentemente, a construção do segundo açude, ainda numa versão aparentemente menor do que veio a ser (Figura 290, destacado em azul).

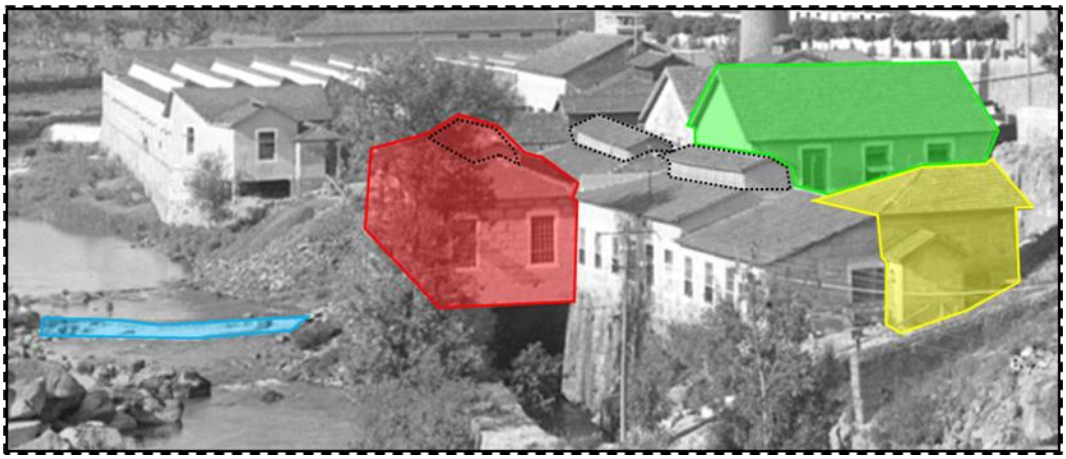


Figura 290: enquadramento da Figura 283 (Ed. nº 10 e 12). (CPF - ALV-004424)

Destaque aos edifícios nº 10 (ao fundo) e 12 (destacado) e do segundo açude na fotografia da SFC entre 1934 e 1943 (norte).

Foi construído um segundo edifício, ao que tudo indica idêntico a um já existente, voltado para o corredor central do complexo fabril (Figura 290, destacado em verde) e um anexo ao edifício da tinturaria que havia sido construído entre 1900 e 1913 (Figura 290, destacado em amarelo). Acrescentou-se também um novo edifício à tinturaria (edificação nº 12), construído por sobre o canal (Figura 290, destacado em vermelho) que seguiu o mesmo padrão estabelecido pela alteração entre 1900 e 1913, mantendo-se o telhado do tipo lanternim (Figura 290, destacado pela linha preta pontilhada).

No recorte da fotografia que mostra o extremo-norte do complexo fabril da Sampaio, Ferreira & Cia., o edifício nº 9 (Figura 291, destacado em amarelo) parece ter tido o pé-direito ampliado, pois em comparação com as fotografias anteriores o nível do topo do telhado parece estar mais alto do que o telhado da edificação nº 10 da fiação e tecelagem.

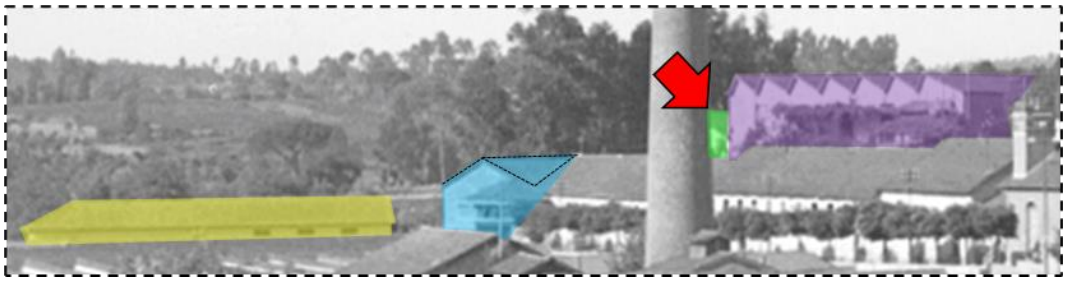


Figura 291: enquadramento da Figura 283 (Ed. nº 6, 7, 8 e 9). (CPF - ALV-004424)

Destaque aos edifícios nº 6 (roxo), 7 (seta vermelha), 8 (azul) e 9 (amarelo).

À direita vê-se mais claramente a edificação nº 6 e seu telhado tipo *shed* (Figura 291, destaque em roxo). Há algumas dúvidas que surgem sobre esta edificação e sobre as edificações nº 7 e nº 8: a) qual a extensão da edificação nº 6? b) a edificação nº 7 (Figura 291, destacada em verde) já estava construída? Se sim, qual sua configuração? c) A edificação que parece ocupar a área do edifício nº 8 (Figura 291, destacado em azul) é a mesma que construída já em 1900 e também nas fotografias dos anos seguintes?

A ausência de registros construtivos sobre a maior parte do conjunto edificado da Sampaio, Ferreira & Cia., na verdade, dificulta que se responda com certeza às questões. Exemplo disso é o fato de que apesar de o ponto de vista do fotógrafo não favorecer a análise dos edifícios nº 6, 7 e 8 na parte norte da fábrica, pode-se levantar algumas hipóteses sobre a trajetória construtiva do conjunto a partir de "análise reversa" da documentação. Ou seja, por meio da análise de dados posteriores, pode-se levantar hipóteses sobre a trajetória da possível configuração daquelas edificações naquele período.

No que se refere à primeira questão, sobre a extensão da edificação nº 6, para se chegar a uma resposta o primeiro passo foi medir o comprimento total da edificação nº 6 hoje em dia, 90m, aproximadamente. A seguir, a partir de um pedido de licença à Direção Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos (1ª Direção Hidráulica – Douro; 2ª Seção) datado de 1948,[143] a Sampaio, Ferreira & Cia. fez uma solicitação para executar uma ampliação dos edifícios da fábrica que correspondem aos nº 7 e 8.

Na informação sobre as licenças, a obra é descrita de forma bem generalista como *"aumentar o edifício da fábrica de tecidos na extensão de 58,0m x 35,5m de fundo, conforme a*

[143] Archiv-Ave. Proc. 752/1948. Solicitação realizada em 31 de agosto de 1948.

planta adjunta".[144] Posteriormente, ratificou-se a área a ser construída como sendo *"uma frente de 58 metros x 53,5 metros de fundo"*.[145] Por fim, a execução do projeto acabou por ter uma área construída de 58m X 50m, aproximadamente.

Hoje em dia, estes 58m, correspondem à soma total aproximada da largura (frente) dos edifícios nº 6, nº 7 e nº 8. Na planta topográfica adjunta ao Processo, verifica-se uma área designada como *"Fábrica do requerente",* em referência à área pertencente à Sampaio Ferreira (Figura 292, destacado em amarelo). Levanta-se aqui a hipótese de que essa área potencialmente já continha as edificações nº 6, nº 7 e uma construção que viria a ser a edificação nº 8, que já havia aparecido nas fotografias entre 1900 e 1915, próximo à edificação nº 9. Caso seja assim, a hipótese é de que a edificação nº 6 tinha extensão de aproximadamente 40m, pouco menos que a metade de sua extensão atual. Isso, por sua vez, explicaria a existência de apenas 8 janelas voltadas ao rio Ave verificada nas fotografias entre 1913 e 1917.

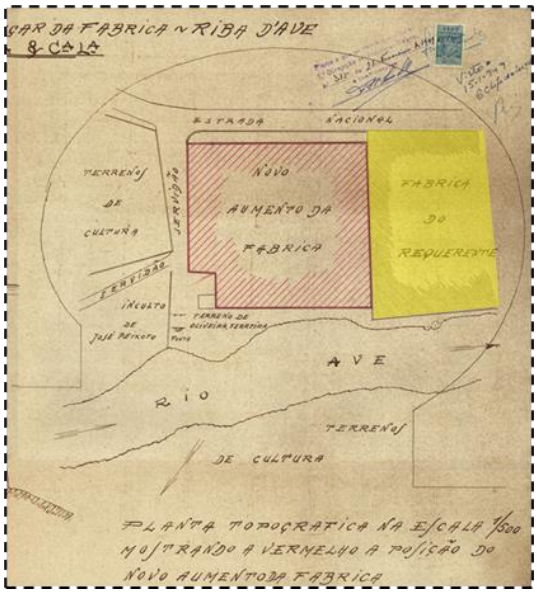


Figura 292: recorte da planta adjunta ao Proc. 752/1948 (Cf. Figura 355). (Archiv-Ave)

A segunda questão (sobre a existência da edificação nº 7 e sua possível configuração) surge precisamente da fotografia entre 1934 e 1943, pois, ao lado da edificação nº 6 aparece uma construção que, infelizmente, ficou coberta pela chaminé. Além disso, a análise do

[144] Archiv-Ave. Proc. 752/1948 Informação sobre licenças para obras a conceder pela Direção Geral ou pela Direção Hidráulica. 15 de janeiro de 1949. P. 01

[145] Archiv-Ave. Proc. 752/1948 Manuscrito anexo à Informação sobre licenças para obras a conceder pela Direção Geral ou pela Direção Hidráulica. 15 de janeiro de 1949. P. 01

requerimento de 1948, porém, permite que se levante a hipótese de que, sim, a edificação nº 7 já estava construída no período e, tal como a edificação nº 6, era menos extensa, afinal, a solicitação de 1948 é precisamente sobre uma expansão das edificações nº 7 e nº 8.

As hipóteses sobre a configuração da fachada e da extensão confirmam-se pela análise do filme de Manuel Oliveira intitulado *"Famalicão – 1940"*.[146] Esta produção é um híbrido audiovisual situado entre a ficção e o documentário que tenta fazer um retrato socioeconômico e cultural de Famalicão. Aos 6min. 58seg. o narrador afirma: *"Famalicão modernizou-se, Famalicão progride. É hoje um meio industrial dos mais importantes do país. As suas fábricas são inúmeras e espalham-se por toda parte".* Segue-se uma música frenética e aos 7min. e 37seg., e por não mais que três segundos, aparece uma filmagem da Sampaio, Ferreira & Cia. a partir da margem direita do rio Ave (Figura 293).



Figura 293: SFC por volta de 1940. In "Famalicão – 1940" (aos 7min. e 37seg.). Dir. Manoel de Oliveira. (YouTube; CITI)

Embora a posição da imagem se assemelhe à da fotografia de 1934-1943, ela foi posicionada um pouco mais ao norte, de modo que é possível visualizar a fachada das edificações

[146] In http://www.citi.pt/cultura/cinema/manoel_de_oliveira/famalicao.html; https://youtu.be/ISIIneupRHg?t=457

nº 6, 7 e 8. Ampliando-se a imagem naquela área (Figura 294), é possível verificar as três edificações construídas em níveis diferentes, as fachadas alinhadas e que as edificações nº 7 e 8 eram compostas por três telhados de duas águas cada uma (Figura 294, pontilhado preto). Além disso, aparentemente, a extensão das edificações é de mais ou menos 40m como se supõe, pois se pode ver os fundos do telhado da edificação nº 8.

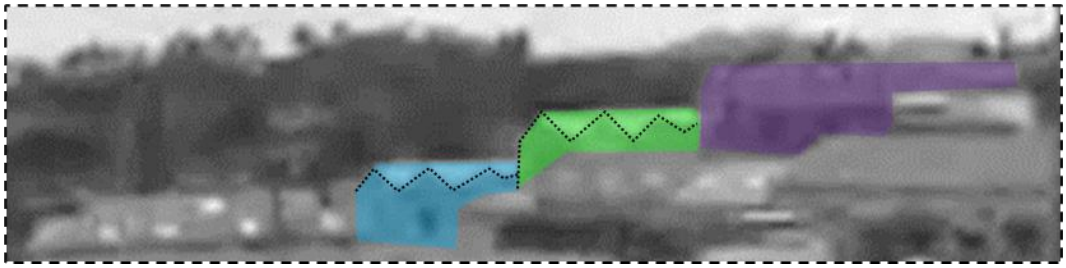


Figura 294: enquadramento da Figura 293 (Ed. nº 6, 7 e 8). (YouTube; CITI)

A última questão, entretanto, permanece em aberto pois não é possível saber se a construção que aparece na fotografia 1934-1943 é a mesma que aparece construída já em 1900 e que está nas fotografias dos anos seguintes. Não há documentos de que tratem de uma reforma que pudesse ter ocorrido ali. O que se pode afirmar, porém, é que, caso seja a mesma edificação, ela foi ampliada; e caso não seja a mesma, ela foi demolida para dar lugar à que se vê na foto 1934-1943 e no filme de 1940.

Para construir a edificação nº 8, teria sido necessário construir um muro de arrimo para nivelar o terreno e, possivelmente, isso alteraria a margem do rio Ave naquele local. Entretanto, a obra deve ter sido realizada no período de 30 anos sem Processos junto à Direção Geral dos Serviços Hidráulicos sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. (entre 1915 e 1945), sendo que a legalização das obras realizadas na fábrica nesse período[147] só ocorreram a partir de 1945 e não tratam da edificação nº 8.

Embora seja exígua a documentação existente sobre as alterações estruturais na fábrica no período de 1934 a 1943, as reformas no conjunto fabril iniciadas a partir da morte de Narciso Ferreira são simbolicamente representativas do período de transição na trajetória da fábrica, que passou a ser administrada pelos herdeiros de Narciso Ferreira, cuja atuação em Riba d'Ave estava alinhada com o projeto social do Estado Novo. Este, por sua vez, atuou diretamente sobre a

[147] Archiv-Ave. Proc. 353/1945.

indústria e energia em Portugal, e, por consequência, afetou as indústrias têxteis como a Sampaio, Ferreira & Cia.

Para Cordeiro, apesar do pioneirismo da *"indústria têxtil algodoeira no processo de industrialização da região da Bacia do Ave, é forçoso reconhecer que aquela, só ao longo da primeira metade do século XX se irá verdadeiramente industrializar"* (Cordeiro, 2001, p. 69). E, mesmo assim, com realidades distintas para indústrias completas, como o caso da Sampaio, Ferreira & Cia., que possuíam fiação, tecelagem e tinturaria; indústrias apenas de fiação e indústrias apenas de tecelagem.

No que tange às indústrias completas, elas cresceram *"progressivamente durante as primeiras décadas do século XX"* até contarem, em 1939, com um total de 36 unidades do tipo na Bacia do Ave, com um total de 252477 fusos, 120 teares manuais, 8090 teares mecânicos e 16672 operários (Cordeiro, 2006, p. 508; 2001, pp. 69-70).

Considerando-se, portanto, apenas as unidades têxteis completas, em 1939 a Sampaio, Ferreira & Cia. já não possuía teares manuais e, sim, 709 teares mecânicos e contava com 1253 operários (Alves J. F., 2005, p. 468), o que representava em torno de 28% dos operários do Concelho de Vila Nova de Famalicão, que tinha um total de 4434 operários em unidades têxteis completas em 1939 (Cordeiro, 2001, p. 71). Também em Riba d'Ave, a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda., por sua vez, contava com 432 teares mecânicos e 828 operários (Alves J. F., 2005, p. 468). Juntas, a Sampaio, Ferreira & Cia. e a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. contavam com 2081 trabalhadores, um número maior que a população residente em Riba à época, que em 1940 totalizava 1992 habitantes.[148]

Em termos energéticos, entretanto, a dinâmica da industrialização reduziu a participação da Sampaio, Ferreira & Cia. e das três empresas da família Ferreira no Concelho de Vila Nova de Famalicão em termos de produção energética, conforme se vê pelos quadros da Relação dos aproveitamentos hidráulicos, produtores de energia eléctrica, existentes na área da 4ª Secção de Conservação dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos da Direção do Douro para os anos de 1924 e 1936 que apresenta Costa (2004, pp. 03-04).

[148] INE. VIII Recenseamento Geral da População no continente e ilhas adjacentes em 12 de março de 1940. Vol. IV Distrito de Braga. P. 32.

Embora a potência de aproveitamento energético do rio Ave na fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. tenha se mantido o mesmo entre 1924 e 1936, com um total de 150 HP; na Central do Amieiro Galego houve uma diminuição de 800 HP em 1924 para 500 HP em 1936; e na Empresa Têxtil Eléctrica Ltda. caiu de 300 HP para 180 HP.

Na Bacia do Ave, em 1924, a potência produzida era de 6943 HP no total, da qual apenas o rio Ave produzia 2632 HP. A Sampaio, Ferreira & Cia. respondia por apenas 150 HP, mas as três empresas da família Ferreira juntas produziam 1250 HP, o que correspondia a 18% do total da região, mais de 47% da energia produzida no aquele rio. Já em 1936, a potência produzida era de 8020 HP no total, sendo que o rio Ave produzia 3720 HP. Nesse montante, a Sampaio, Ferreira & Cia. continuava a responder por apenas 150 HP e as três empresas da família Ferreira juntas produziam 830 HP, o equivalente a pouco mais de 10% na Bacia do Ave e a pouco mais de 22% no rio Ave.

Considerando-se apenas o Concelho de Vila Nova de Famalicão, a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia., Empresa Têxtil Eléctrica, Ltda. e a Central do Amieiro Galego colocavam a família de Narciso Ferreira no controle de aproximadamente 87% da energia hidroelétrica no Concelho em 1924; e no controle de 66% em 1936. A partir da análise dos quadros, essa diminuição percentual em Vila Nova de Famalicão parece se dever à redução de potência produzida por duas das três centrais da família Ferreira, pois a potência produzida pela Sampaio, Ferreira & Cia. permaneceu igual; à elevação da potência produzida por fábricas como Fábrica de Fiação e Tecidos do Bairro, que em 1924 produzia 40 HP e passou a produzir 250 HP em 1936; e ao surgimento de outras pequenas centrais produtoras no rio Ave dentro do Concelho de Famalicão (Companhia Rio Ave e Francisco Inácio da Cunha Guimarães & Filhos); processo este que, inclusive, acompanhou o próprio rio Ave, no qual passaram de 7 aproveitamentos hidroelétricos em 1924 para 10 em 1936.

O aumento do número de centrais tem como fator fundamental a Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos de 1926, pela qual foram estabelecidos *"os princípios duma intervenção protecionista (...) no sector eléctrico e especialmente hidroelétrico, como forma a reduzir os custos de importação do carvão estrangeiro e de valorizar os recursos nacionais"*. Segundo Costa, após uma década, em 1936, os resultados podiam ser sentidos, pois houve *"implantação e crescimento da rede eléctrica em Portugal"* (Costa F. , 2007, pp. 556-557).

O fim da década de 1930, em específico o ano de 1939, porém, pode ser considerado como o *"fim do primeiro ciclo de transformação do sector industrial"* da Bacia do Ave devido às *"consequências e às alterações provocadas pelo surgimento do segundo conflito mundial"* (Cordeiro, 2001, pp. 69-70), especialmente no que se refere ao setor de energia em Portugal, pois a II Guerra não apenas provocou, em parte, *"irregularidades no fornecimento de energia"* originadas da *"escassez de combustíveis, em parte pela insuficiência da potência instalada nas centrais eléctricas do norte do país"* (Cordeiro, 2001, p. 26).

Para Cordeiro, a própria Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos de 1926 embora tenha lançado *"as bases da opção energética que o país deveria seguir"*, a *"carência de meios financeiros"* não permitiu concretizar de modo satisfatório o aproveitamento hidroelétrico; situação que veio se alterar com a Lei da Eletrificação Nacional (n° 2002 de 26 de dezembro de 1944) que estabeleceu *"as bases da produção, transporte e distribuição da energia eléctrica"* em Portugal (Costa F. , 2007, p. 558) e permitiu a *"coparticipação do Estado no seu financiamento"* (Cordeiro, 2001, p. 29)

Com o objetivo de privilegiar a energia elétrica de origem hidráulica como a base para a eletrificação em Portugal, a lei deixava as centrais térmicas em segundo plano, num papel de suporte à energia hidroelétrica (Costa F. , 2007, p. 558; Cordeiro, 2001, p. 27). Ainda assim, conforme recorda Cordeiro, *"no âmbito de uma política de incentivo ao consumo dos carvões nacionais, agora preconizada pelo Estado Novo como uma manifestação de patriotismo"* (Cordeiro, 2001, p. 45), desde 1926, por meio do decreto 11.852, de 3 de Julho daquele ano, estimulou-se *"o estudo dos carvões nacionais"* e tomaram-se uma série de *"medidas legislativas"* com vistas à sua melhor utilização (Cordeiro, 2001, p. 43). Nesse sentido, a própria Bacia do Ave se destacou, pois, conforme um dos estudos desenvolvidos em 1933 ali encontravam-se bons exemplos de indústrias que utilizavam o carvão nacional *"conforme as condições de exploração do respectivo estabelecimento industrial e conforme as condições de trabalho das respectivas caldeiras"*.[149]

Ao se confrontar as determinações governamentais do Estado Novo sobre a política energética portuguesa entre as décadas de 1930 e 1940 e a estrutura produtiva instalada na Bacia do Ave, verifica-se que esta região, pelas particularidades históricas de sua industrialização,

[149] J. A. Lopes Galvão (1933), "Força motriz: elementos nacionais de produção e distribuição de energia e seu embaratecimento", 1° Congresso da Indústria Portuguesa. Lisboa, p. 14. *Apud* Cordeiro, 2001, p. 45.

estava desde o princípio alinhada com as diretrizes energéticas impostas pelo Estado Novo, uma vez que o uso dos recursos hídricos para gerar energia elétrica estava na base do seu desenvolvimento industrial. Essa característica se estende à própria Sampaio, Ferreira & Cia., pois ela tinha na hidroeletricidade sua principal matriz energética e recorria ao carvão para alimentar as turbinas a vapor apenas nos períodos de estiagem.

Entretanto, para o desenrolar deste processo de incremento energético, Cordeiro verifica que foi necessário surgir, ainda na década de 1930,

> *uma nova orientação económico-industrial que rompe (ainda que dentro dos limites impostos pela própria política do Estado Novo) com 'a teoria do desenvolvimento harmónico e prudente que iria entrar em crise após o choque do segundo conflito mundial ter rompido a precária estabilidade global do sistema'.*[150] (Cordeiro, 2001, p. 29)

Talvez por esta razão, Costa afirme que, apesar de uma intervenção protecionista ter sido iniciada em 1926, a década seguinte, até 1936, continuou marcada pelas principais *"características do primeiro ciclo de desenvolvimento"* industrial, *"a iniciativa local e a não regulamentação dos mercados",* pois se manteve o *"quadro jurídico da lei nº 5785, de 1919, que instaura uma política de facilitar a outorga de concessões"* (Costa F. , 2007, p. 556).

Para Costa, o período entre 1926 e a II Guerra é caracterizado pela ingerência estatal *"ao nível da evolução do sector eléctrico português pela criação de estruturas de controlo"* (Costa F. , 2007, p. 557). Essa mesma ingerência do Estado Novo é encontrada na atividade industrial nesse período com regime de condicionamento industrial, a partir de 1931.[151] Segundo Alves, *"a iniciativa empresarial, a racionalização técnica e produtiva, a mão de obra etc. passam a ser limitadas por intervenção administrativa"* (Alves J. F., 2005, p. 467).

Entretanto, no que se refere à indústria têxtil, a partir do momento em que se buscou incentivar a ampliação das exportações de tecidos, foi preciso modernizar o maquinário. Tal situação se fez sentir, especialmente, após a II Guerra (Alves J. F., 2005, p. 467), pois já no início da década de 1940, relatórios oficiais passaram a caracterizar *"a indústria têxtil, como apresentando excessiva pulverização industrial tanto na fiação como na tecelagem, número de*

[150] Rosas, 1986, p. 34 *Apud* Cordeiro, 2001, p. 29.

[151] Decretos nº 19354, 19404 e 29521), de 1931.

fusos reduzido em relação aos teares instalados, obsolência [sic.] dos maquinismos, em particular dos fusos, número reduzido de teares automáticos" (Alves J. F., 2005, p. 470).

A limitação do número de fusos e teares, com vistas a evitar o acúmulo de estoque e a consequente redução dos preços, acarretou um atraso tecnológico na indústria têxtil, razão pela qual, por meio de despacho de 17 de dezembro de 1946, estabeleceu-se *"novas normas de condicionamento que permitiam a instalação de novas fiações autónomas, a instalação de novas fábricas completas"* (Alves J. F., 2005, p. 470). Pouco antes, com o objetivo de estabelecer *"condições de fornecimento de algodão ultramarino"* para evitar a flutuação de preços da matéria-prima (Alves J. F., 2005, pp. 466-467), o Estado Novo, em 31 agosto de 1946, havia lançado o Decreto 35844 para regulamentar a cultura de algodão nas colônias portuguesas concedendo-lhes isenção fiscal.

Ao se olhar em retrospecto, apesar de ter sido durante o Estado Novo, com a Lei da Eletrificação Nacional (1944), que se aumentou a *"produção de energia eléctrica como resultado dos grandes aproveitamentos hidroelétricos",* que acabaram por contribuir *"para um incremento da industrialização do país"* (Cordeiro, 2001, p. 26);

> *as condições artificiais mantidas durante os restantes anos do Estado Novo – que prolongaram a situação de protecionismo, aliadas a salários baixos e ausência de reivindicações, à manutenção de um parque tecnológico obsoleto, à relutância pela inovação tecnológica, assim como à progressiva descapitalização das empresas – traria graves consequências a médio e longo prazo.* (Cordeiro, 2006, p. 509)

Assim, embora haja perspectivas que busquem analisar o condicionamento industrial, não como uma das *"causas de estagnação",* e, sim, como uma tentativa de remediar *"a subsistência de atividades excedentárias num mundo industrial objetivamente exíguo, mas, mesmo assim endemicamente ferido pelo sobreequipamento [sic.] e pela sobreprodução [sic.]"* (Rosas, 1994, p. 878); para Mendes, o condicionamento industrial imposto pelo Estado Novo, somado às *"preferências agraristas de alguns responsáveis máximos do regime político",* pode, sim, ser apontado como responsável pelo fato de que o *"crescimento industrial fosse moderado, até aos anos 50"* (Mendes, 2010, p. 84).

Mas na conjuntura da década de 1930, para o patronato, era *"prioritária a regulação da entrada na produção e da capacidade instalada: a necessidade de condicionamento é o primeiro ponto da agenda dos meios patronais"* (Madureira, 1998, p. 788).

Por esta razão, há uma perspectiva historiográfica que afirma, especificamente sobre a década de 1930, que o Estado Novo não se constituiu *"um travão ao (ou o atraso do) desenvolvimento capitalista em Portugal, mas foi, antes, um dos seus suportes, nas condições existentes então na formação social portuguesa"* exatamente pelo seu papel na regulação e controle social tanto sobre a burguesia quanto sobre o operariado. Segundo Amaro, o Estado Novo teria se sobreposto às divergências entre *"facções da burguesia"* ao mesmo tempo em que reprimiu a *"classe operária"* (Amaro, 1982-3, p. 1006).

Para Madureira, porém, a *"tese de que o Estado Novo corresponde à tentativa de arbitragem entre os diferentes interesses da classe dominante, ou entre as fracções da lavoura e da indústria, ou ainda entre todas as camadas da burguesia e da classe média"* ganhou força precisamente porque, de um lado, *"as relações entre o Estado Novo e o patronato industrial português"* evoluíram com frequência *"da cooperação para a indiferença e da cumplicidade táctica para a divergência pública"*, de modo que *"raras vezes existiu hostilidade aberta"*. Por outro lado, as investigações que propõem esta tese ignoram a necessidade de se delimitar sociologicamente se conceitos como *"'classe', 'camada' ou 'fracção de classe' se adequam aos dados empíricos disponíveis sobre a sociedade portuguesa das primeiras décadas do século XX"*; ao mesmo tempo em que não definem o que significa a *"arbitragem",* pois ela pode ter sentidos múltiplos[152] (Madureira, 1998, p. 778). Segundo Madureira, *"toda a dinâmica de luta, reivindicação e confronto nas vésperas do salazarismo procede de interesses sociais fragmentados"* (Madureira, 1998, p. 820), razão pela qual *"o Estado Novo não foi, assim, obrigado a dialogar nem com uma frente patronal unida nem com uma fronda operária forte"*, mas, antes, ouviu *"os interesses instalados" e desenvolveu "uma política paternalista em relação ao operariado"* (Madureira, 1998, p. 821), *"subordinada a fins instrumentais de 'ordem pública' e 'paz social'"* (Garrido, 2018, p. 201).

Na Bacia do Ave tais práticas paternalistas, porém, são anteriores à emergência do Estado Novo. Em Riba d'Ave, foi preconizado por Narciso Ferreira, a partir de uma reorientação estratégica no trato com o operariado, após as greves da primeira metade da década de 1910; e,

[152] Segundo Madureira,

> *esta expressão pode comportar sentidos bastante diferentes, caracterizando a procura tanto de equilíbrios a partir de interesses autónomos ao Estado e regulados por este (arbitragem em sentido estrito) como de equilíbrios entre formas de representação de interesses não autónomos do Estado (co-arbitragem), ou ainda processos de regulação de conflitos totalmente diferidos da expressão e representação dos interesses (regulação sem arbitragem).* (Madureira, 1998, p. 778)

posteriormente à sua morte, consolidado por seus herdeiros no controle das fábricas e também por meio da Fundação Narciso Ferreira, fundada em 1945.

Em Riba d'Ave, de um lado, essas práticas de controle político e social paternalistas sufocaram as mobilizações operárias, mas, por outro lado, a construção memorial sobre Narciso Ferreira e a Sampaio, Ferreira & Cia. foi fundamental para silenciar as vozes dissonantes sobre a atuação do fundador da fábrica em Riba d'Ave. Neste processo, a construção do monumento a Narciso Ferreira em 1934, e as consequentes alterações na entrada e no escritório da fábrica (entre 1934 e 1943), inauguraram uma nova estética na arquitetura da Sampaio, Ferreira & Cia. que não só dialogou com a narrativa memorial hegemônica sobre Narciso Ferreira como contribuiu para sua consolidação e evidenciou simbolicamente seu alinhamento com a estrutura política que caracterizou o Estado Novo em termos sociais.

Capítulo 2. A memória edificada: o monumento a Narciso Ferreira e a nova estética da Sampaio, Ferreira & Cia.

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie.
(Walter Benjamin. "Sobre o conceito da história")

Em 1934, a entrada da Sampaio, Ferreira & Cia. passou pela transformação estética que a caracteriza até hoje. Naquele ano erigiu-se um monumento à entrada da fábrica (Figura 295; Figura 296), *"ao jeito de um pequeno templo"*,[153] em homenagem a Narciso Ferreira, que havia falecido no ano anterior, com um busto voltado para a entrada da fábrica, de costas para o rio Ave. Segundo a epígrafe, a iniciativa de sua construção partiu dos filhos, da própria fábrica, da Oliveira Ferreira e Cia., da Empresa Têxtil Eléctrica e da Companhia Hidro Eléctrica do Varoza.



Figura 295: SPC entre 1934 e 1943. Portaria e monumento (1). (CPF - ALV-004425)



Figura 296: SPC entre 1934 e 1943. Portaria e monumento (2). (CPF - ALV-004407)

Em termos de estrutura construtiva, o monumento é composto por uma base granítica (Figura 297; Figura 298) que sustenta o busto de Narciso Ferreira (Figura 299) em que há uma área de circulação ao público, cujo acesso se dá por dois pequenos lanços de escadas, à esquerda e à direita, que levam a um arco pelo qual se pode atravessar de um lado a outro ou ir ao fundo, onde há um pequeno mirante voltado para o rio Ave.

[153] http://www.famalicaoid.org/ficha.aspx?t=i&id=2692



Figura 297: SPC entre 1934 e 1943. Largo do monumento. (CPF - ALV-004410)



Figura 298: SPC entre 1948 e 1952. Largo do monumento. (CPF - ALV- 004420)

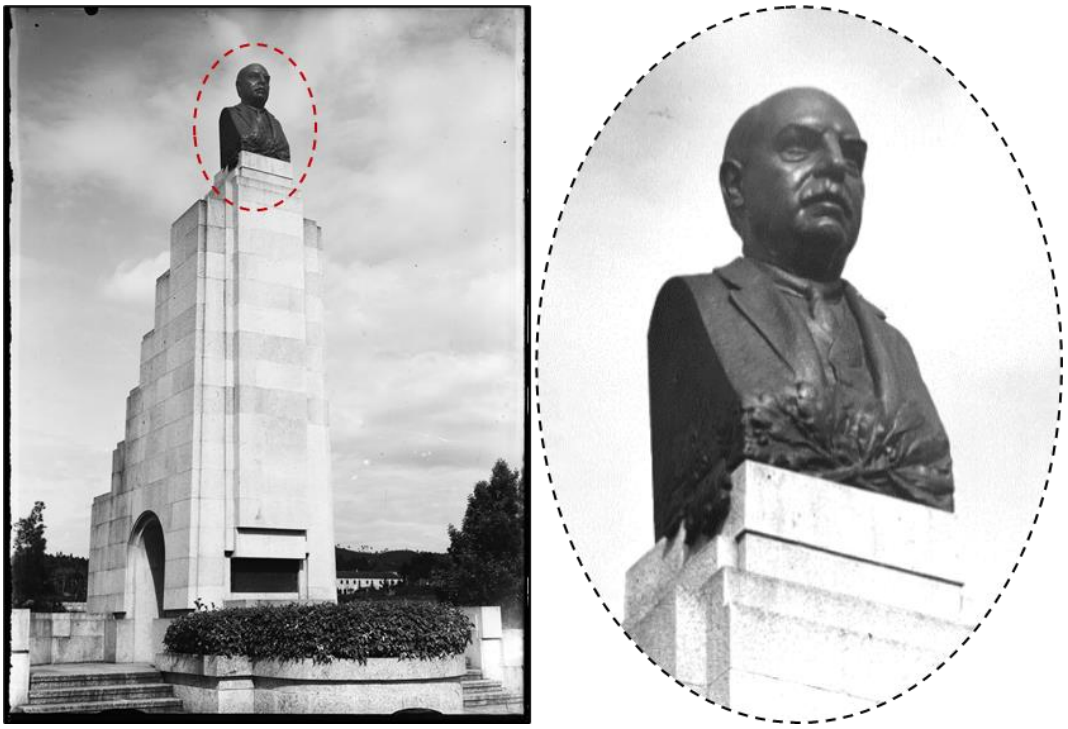


Figura 299: monumento possivelmente entre 1948 e 1952. (CPF - ALV-004419)

Destaque para o busto a Narciso Ferreira no topo.

Luís Pereira (2011, pp. 190-191) afirma que *"o poder sempre utilizou meios espetaculares para marcar sua entrada e posição na história"* e suas manifestações *"não se coadunam com a simplicidade, sendo a grandeza o seu veículo"*. Entretanto, paradoxalmente, são as linhas despojadas de adornos ou rebuscamento do monumento a Narciso Ferreira que o tornam verdadeiramente grandioso, pois evocam características que foram exaltadas na própria construção de sua memória, como a austeridade, a simplicidade de sua origem e dos modos, a seriedade e a organização com que conduziu seus negócios.

O projeto do monumento dialoga com a arquitetura *art déco*, que prima pela precisão geométrica, pelas linhas limpas e verticais, cujo propósito é dar a sensação de que as construções são mais altas e, consequentemente, mais imponentes. A própria escolha deste estilo, para homenagear um industrial como Narciso Ferreira, é significativa na medida em que o *art déco* evidencia a presença cada vez mais forte da indústria e do desenho industrial nas diferentes formas de manifestação artística.

Celebrado na *Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas*, em 1925, o *art déco* teve seu apogeu nos anos 1920 e 1930 e tornou-se o símbolo de todas as tendências entre as décadas de 1910 e de 1930 (Charles, 2012; Miller J. , 2005; Bayer, 1999; Brunhammer, 1983).

Segundo Bayer (1999), em muitos casos buscou-se inspiração em estilos do passado e lhes imbuiu de um *"inegável senso de modernismo"*:

> *Este não era o modernismo que nós atribuímos hoje ao "Movimento Internacional", mas "modernismo" em forma mais simples, como aplicado nos anos 20 e 30, significando alguma coisa nova e diferente, alguma coisa excitante e heterodoxa, alguma coisa caracterizada pelo senso de "alegria de viver" que se manifestava em termos de cores, altura, decoração e, algumas vezes, nos três ao mesmo tempo.* (Bayer, 1999, p. 12)

Para Correia, entretanto, o termo *art déco* apresenta restrições enquanto estilo arquitetônico, pois *"o que se entende por arquitetura art déco" pode não apenas "englobar uma diversidade de formas"* como algumas construções associadas a ele podem conter em si *"aspectos relevantes que podem ser associados a outras vertentes arquitetônicas"* (Correia, 2008, p. 48). Além disso, o termo passou a ser utilizado na arquitetura apenas após a década de 1960 (Correia, 2008, p. 48) quando *"após ser utilizado pelo historiador inglês Bevis Hillier, ao referir-se a esse estilo, consagrado na exposição de 1925, e que foi tema da mostra retrospectiva Les Anées 25, realizada em 1966 no Museu de Artes Decorativas de Paris"* (D'Elboux, 2013, p. 61).[154] Até então o estilo era conhecido por *"Style Moderne"* ou *"Paris 1925"* (Sousa F. D., 2017, p. 41).

[154] D'Elboux (2013, p. 61) mostra que antes da década de 1960 a expressão *art déco "já havia aparecido anteriormente no livro Paris 1925 de Armand Lanoux, de 1957*" (Roiter, Marcio. 2011. Rio de Janeiro *Art Déco*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. P. 46) e fora utilizada de maneira polêmica por Le Corbusier em seu livro *L'art décoratif d'aujourd'houi*, de 1925, na forma de vinheta de introdução aos diferentes capítulos, como "*1925 – EXPO. ARTS. DÉCO*". (Bresler, Henri. 1997. "O Art Décoratif Moderno na França". In: Art Déco na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo – 1°. Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar Grandjean de Montigny – PUC/RJ. P. 16)."

Conforme evidencia D'Elboux, *"uma definição formal mais exata do Art Déco tem se mostrado difícil e imprecisa, devido à grande quantidade de influências e versões encontradas no estilo"* (D'Elboux, 2013, p. 61), além de seu uso ter sido *"expresso não somente nas artes aplicadas, mas também na escultura, arquitetura, fotografia, moda e desenho industrial"* (Duncan, 2009, p. 06 *Apud* D'Elboux, 2013, p. 61).

Nesse sentido, não só o monumento, mas a tipografia escolhida para o letreiro com o nome da fábrica também é *art déco* (Figura 300; Figura 301, Figura 302). Assim, colocado na fachada do escritório, à direita do portão de entrada, estava integrado à nova estética arquitetônica que iria caracterizar a Sampaio, Ferreira & Cia. dali em diante.

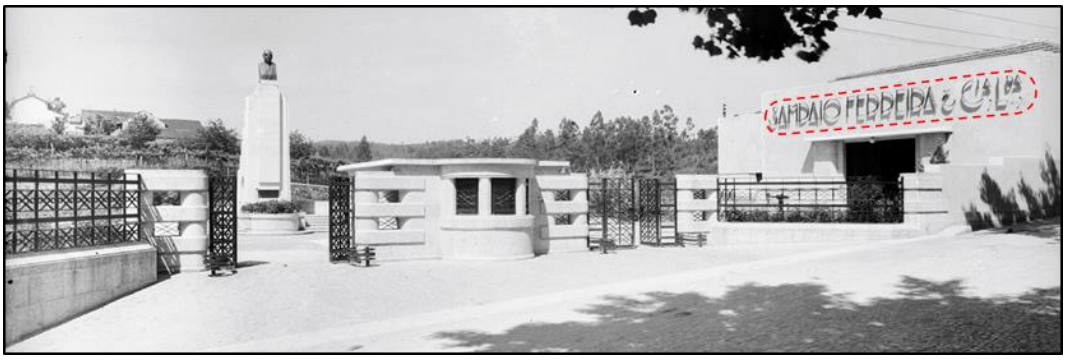


Figura 300: enquadramento fotografia ALV-004426. (CPF)

Destaque ao letreiro da fábrica em fotografia da SFC possivelmente ente 1934 e 1943.



Figura 301: paisagem-sequência da entrada da SFC. (CPF - ALV-004421 e ALV-004408)

A composição enquadra o monumento, a portaria e o edifício nº1 com o letreiro, possivelmente, entre 1934 e 1943. Observe-se que o padrão da grade lembra as tramas de um tecido.



Figura 302: "Largo e fachada principal". (CPF - ALV-004418)

Destaque para o letreiro art déco na fachada do escritório (edifício n° 1)

Como em outras manifestações do *art déco*, a tipografia também desenvolveu uma série de estilos (D'Elboux, 2013). No caso da Sampaio, Ferreira & Cia., a fonte tipográfica escolhida para o letreiro tem semelhança com o tipo usado no cartaz da *Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas* de Paris (1925) de autoria de Émile Antoine Bourdelle (Figura 303).



Figura 303: cartaz estilo art déco. (Paris, 1925). (D'Elboux, 2013, p. 64)

Cartaz da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas de Paris (1925) de Émile Antoine Bourdelle.

Ambos, o letreiro da Sampaio, Ferreira & Cia. e o cartaz da Exposição de 1925, têm a barra horizontal das letras "A", "P" e "R" em posição abaixo da linha central; têm a linha horizontal dos "E" e "F" e o vértice central dos "M" posicionados acima da linha central; os "S" têm em

comum o fato de a curva acima da linha central ter um raio menor que a curva da linha inferior; os "O" têm seu desenho na forma de círculos; os "I" são uma linha vertical simples. Além disso, tanto no cartaz, quanto no letreiro da fábrica, as letras possuem traços afinados e são desprovidas de serifas; o que se explica pelo fato de que estas, segundo D'Elboux, seriam uma referência a procedimentos caligráficos manuais, de modo que sua retirada representava a busca por *"uma linguagem que fosse relacionada à máquina e aos processos mecânicos e industriais"* (D'Elboux, 2013, p. 99).

Intimamente relacionada ao *"progresso industrial"*, a expressão arquitetônica do *art déco* destaca-se também por ser resultado da busca por novos materiais e métodos construtivos, eficientes e econômicos, tendo se beneficiado, portanto, de descobertas técnicas e científicas (Charles, 2012, p. 15). Nesse sentido, para Tostões, na base da estética *art déco* está a coincidência *"a partir de meados dos anos 20"* entre *"o primeiro ciclo do betão armado"* e *"o ciclo modernista apoiado já nas possibilidades estruturais e plásticas"* daquele material (Tostões, 2004). Para Sousa, o *art déco* tinha como princípio recorrer *"às novas técnicas da construção para relacionar elementos decorativos característicos da época e, com isto, dar resposta ao rápido desenvolvimento económico da sociedade"*. (Sousa F. D., 2017, p. 41).

Segundo Bayer, a arquitetura *art déco* se destaca por seu *"espírito, energia e impacto visual imediato"* (Bayer, 1999, p. 12), características imediatamente identificadas ao se observar o monumento a Narciso Ferreira. A construção celebra seu espírito empreendedor e a sua energia que movimentaram a indústria e modernizaram Riba d'Ave; sua localização à entrada da fábrica e sua magnitude impactam a todos que adentram a Sampaio, Ferreira & Cia. ou que a vislumbrem de fora.

O monumento a Narciso Ferreira não apenas deu início a uma nova estética arquitetônica à fábrica, que sofreria reformas em direção ao *art déco*; mas também moldou a estética das principais obras sociais em Riba d'Ave que estivessem diretamente ligadas à Sampaio, Ferreira & Cia. ou à família Ferreira por meio da Fundação Narciso Ferreira, dentre as quais se destacam o Teatro Narciso Ferreira e o Mercado Narciso Ferreira (Figura 304).

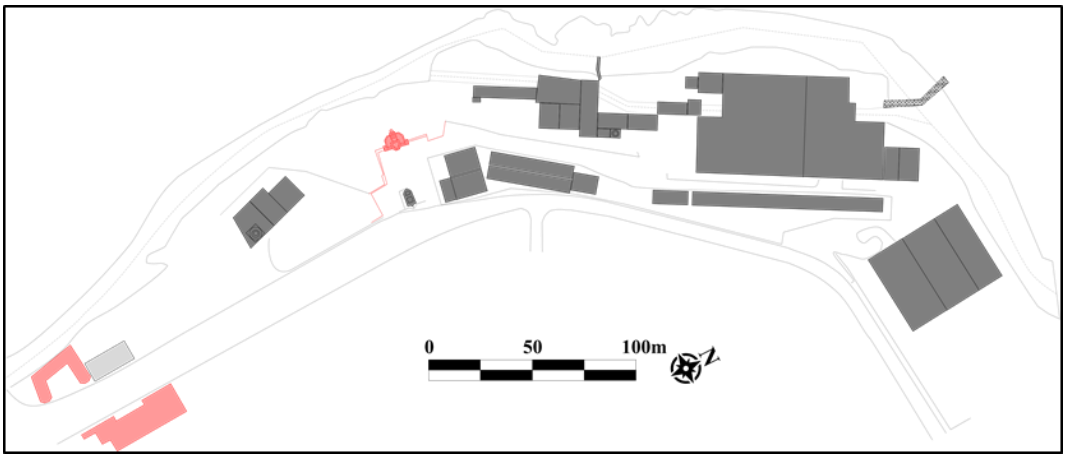


Figura 304: croqui de referência: monumento (1934), Teatro (1944) e Mercado (1947). (CdA)

O Teatro Narciso Ferreira foi construído ao final da atual Avenida Narciso Ferreira, próximo à Ponte de Sant'Anna (Figura 305), e inaugurado em 1944 com uma área de aproximadamente 700m² e capacidade para 476 pessoas. Conforme Leitão & Saraiva,

> *a planta retangular organiza em dois pisos o programa com a entrada e o palco nos topos, deixando a sala de espetáculos com a plateia e o balcão no espaço central. As fachadas constituídas por paredes com espessura de 50cm, pedra de granito eram rebocadas e pintadas de branco, com um embasamento em cantaria tosca.* (Leitão & Saraiva, 2012, pp. 28, anexo VI)



Figura 305: Construção do teatro Narciso Ferreira. (MMV)

Segundo o Sistema integrado de Gestão e Informação de Bens Culturais de Vila Nova de Famalicão (Famalicão-ID),

> *apesar da ideia inicial ser a de se proporcionar ao pessoal das fábricas duas sessões, por semana, de forma graciosa, desde logo esta pretensão foi alterada, dando lugar a*

> *apenas uma sessão por semana (ao Domingo, com matinnée e soirée), por um preço módico para que os resultados de exploração pudessem ser reservados para a construção de um Sanatório e de uma Casa de Repouso e de assistência a inválidos, cumprindo-se, desta forma uma vertente solidária do projeto.*[155]

O projeto arquitetônico foi assinado pelo arquiteto portuense Manuel Amoroso Lopes (Sousa F. D., 2017, p. 39; Leitão & Saraiva, 2012, p. 15), a memória descritiva do projeto justificou sua implantação no local, que acabou por tornar a obra mais dispendiosa, pois foi necessário cortar um grande bloco de pedra na encosta adjacente: *"atendendo à centralização do movimento fabril e ainda, por uma questão estética, visto que [era] neste ponto que o acesso a Riba d'Ave [era] mais acentuado"*.[156] Ou seja, a decisão atendia precisamente a relação a ser estabelecida entre a fábrica, a atividade fabril e à visibilidade que ganharia a obra por ali estar localizada Figura 306; Figura 307; Figura 308).

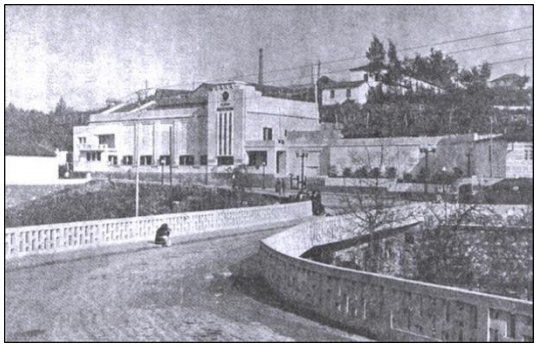


Figura 306: Teatro Narciso Ferreira. (Machado & Rebelo, 1947 Apud Couto, Correia, & Matos, 2010/2011, p. 491)

Fotografia tirada, possivelmente entre 1944 e 1947, pois o Mercado Narciso Ferreira não havia sido construído.



Figura 307: Teatro Narciso Ferreira. (AAG)



Figura 308: Teatro Narciso Ferreira, posterior a 1949. (FNF)

[155] Famalicão Id. http://www.famalicaoid.org/ficha.aspx?t=i&id=911 Acesso em 04 de novembro de 2017.

[156] Processo nº 2163/1943 do Ministério da Educação Nacional, hoje parte do arquivo da IGAC. *Apud* Leitão & Saraiva (2012, p. 15)

Para Leitão & Saraiva, a linguagem arquitetônica *art déco* do Teatro Narciso Ferreira se destaca pela *"ausência de ornamento, carácter monumental, aparelho de pedra ou na linguagem estilística depurada assente na forte composição volumétrica e na limpeza formal das geometrias elementares"* (Leitão & Saraiva, 2012, p. 15). Para as autoras, os *"princípios modernistas"* do edifício são denotados *"por meio da concepção espacial, da estrutura formal assimétrica, do rigor construtivo ou do tratamento das fachadas decoradas apenas por arestas e planos definindo os vãos"* e também pela *"grande racionalidade volumétrica e funcional, e num certo abstracionismo geométrico do alçado, marcado, a sul, por uma torre, onde figura o patrono"* (Leitão & Saraiva, 2012, p. 15).

Poucos anos depois, já com a Fundação Narciso Ferreira oficialmente constituída em 1945, foi inaugurado o Mercado Narciso Ferreira, em 1947, construído no lado oposto ao Teatro na Avenida Narciso Ferreira, ao lado da Ponte de Sant'Anna (Figura 309; Figura 310; Figura 311; Figura 312; Figura 313).



Figura 309: Mercado Narciso Ferreira (1), pós-1949. (JFR)

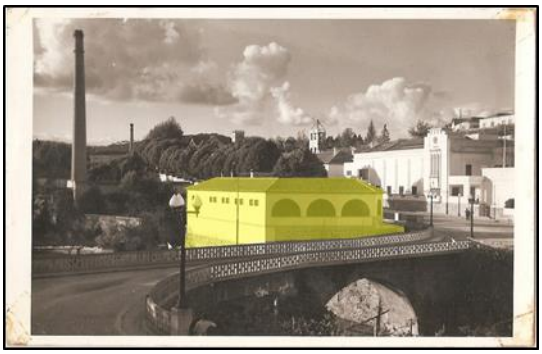


Figura 310: Mercado Narciso Ferreira (2), pós-1949. (APA)



Figura 311: Mercado Narciso Ferreira (3), s/d. (FNF)



Figura 312: Mercado Narciso Ferreira (4), s/d. (JFR)



Figura 313: Mercado Narciso Ferreira (5), s/d. (Leitão & Saraiva, 2012, p. 15)

Conforme Leitão & Saraiva, o Mercado Narciso Ferreira é

> *um equipamento de apenas um piso e planta em U estava dividido em várias células na zona central relativamente recuadas da fachada, enquanto os braços laterais eram espaços mais amplos quase sem compartimentação. Ao longo do edifício disposto em claustro existem 7 arcos grandes, de volta perfeita, envolvendo as bancada [sic.] onde outrora se vendiam os produtos. Nas extremidades laterais do edifício tem 2 arcos pequenos, estes ladeando as janelas. Também o muro que delimita o pátio exterior era rematado por um arco igual aos anteriores, mas decorado com 2 semi-volutas e um friso de azulejo, marcando desta forma a entrada no equipamento.* (Leitão & Saraiva, 2012, pp. 28, anexo VI)

Para Sousa, a presença da arquitetura *art déco* em Riba d'Ave se deveu à proximidade entre Delfim Ferreira (filho de Narciso Ferreira) e o Conde Carlos Alberto Cabral, o Conde de Vizela, pois a quinta em que vivia foi vendida à Delfim Ferreira e é considerada, hoje, um dos maiores exemplares do *art déco* em Portugal, a atual Casa de Serralves. Para Sousa *"é neste sentido que Delfim Ferreira decide trazer a arquitetura atual para a vila de Riba d'Ave de Ave"* (Sousa F. D., 2017, p. 44). Entretanto, o autor se equivoca ao não historicizar as informações sobre este ponto específico, pois, em primeiro lugar, a Casa de Serralves teve sua construção finalizada no mesmo ano do Teatro Narciso Ferreira (1944) e só foi vendida a Delfim Ferreira em 1955;[157] e, em segundo lugar, é possível afirmar que o *art déco* já se encontrava presente em Riba d'Ave desde, pelo menos, 1934 quando se erigiu o monumento a Narciso Ferreira nesse estilo e deu-se início às reformas arquitetônicas na fábrica seguindo o mesmo padrão estético. Assim, embora se trate de

[157] FS. https://www.serralves.pt/institucional-serralves/casa-de-serralves-historia/

um trabalho no campo da Arquitetura com vistas a um processo de *"regeneração do teatro"*, Sousa utiliza um fundo historiográfico para fundamentar sua análise; mas, ao omitir dados cronológicos das obras que quer correlacionar, sua interpretação não apenas se torna imprecisa historicamente como parece forçar uma sincronicidade inexistente sobre a presença do *art déco* em Riba d'Ave.

A estética arquitetônica do Teatro Narciso Ferreira dialoga com o que se produzia no Porto na década de 1940 (Leitão & Saraiva, 2012, p. 15), ainda que tenha sido nas décadas de 1920 e 1930 que o *art déco* tenha encontrado maior expressão e relevância em Portugal. Para Salgueiro, *"vários são os exemplos que se estendem desde a decoração de cafés, exposições e stands, arquitetura, moda, pintura, desenho e escultura, teatro, ballet"* (Salgueiro, 2012, p. 75); sendo, portanto, aplicado *"em, praticamente, todos os tipos de equipamentos, desde a habitação social e prédios, a cinemas, fábricas e teatros".* (Sousa F. D., 2017, p. 42).

Assim, em Portugal, *"ao nível da art déco produziam-se criações geométricas de linhas verticais, recorrendo a materiais ancestrais (pedra, tijolo, madeira e mosaico), sendo as fachadas ornadas por baixos-relevos"* (Anjos, 2013, p. 68), com destaque para obras como o Cineteatro Capitólio (Lisboa, 1929), o teatro Éden (Lisboa, 1937), o Coliseu do Porto (1941) e a Casa de Serralves (Porto, 1931). A própria Feira de Amostras da Indústria Nacional, em 1929, na qual a Sampaio, Ferreira & Cia. ganhou uma medalha de ouro, evidencia o destaque atingido pelo *art déco* em Portugal, pois a *"modernidade"* arquitetônica expressa pelas formas e materiais do Cais do Sodré foi um dos fatores decisivos para a escolha de Estoril como local de realização (Anjos, 2013, p. 62).

Entretanto, segundo Tostões, ao final da década de 1930, a nova ordem política instituída pelo Estado Novo teria encerrado *"quaisquer possibilidades de continuidade para este 'efémero' ciclo modernista"*, pois seu *"internacionalismo"* intrínseco tornava-se *"incompatível com o crescente nacionalismo"* que *"passara a fazer parte do discurso oficial de Salazar, Duarte Pacheco e António Ferro"*. (Tostões, 2004, p. 142)

O fato de, paulatinamente, o *art déco* perder força com o Estado Novo, não impedia de utilizá-lo nas comemorações em sua homenagem, como se pode observar pela análise de um filme oficial do governo sobre as comemorações ao *Dia do Trabalho* de 1937, realizado em Vila Nova de Famalicão. Nesse sentido, destaca-se o carro alegórico das *"Fábricas de Riba d'Ave"* cuja

estética seguiu esse estilo que lhes era próprio, conforme permite verificar o filme oficial do evento.[158]

Torgal chama a atenção para o fato de que *"o cinema foi considerado um instrumento importante da propaganda do regime"* para *"impor a sua doutrina"* (Torgal, 2011, p. 67). Exatamente por se compreender a importância do cinema na formação da população portuguesa, o Estado Novo criou *"órgãos governamentais que o promovessem"* e que refletissem no cinema a ideologia do regime, como o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) de 1933, dirigido por António Ferro (Recchia, 2018, pp. 73-74).

Se é possível afirmar que as produções cinematográficas de modo geral serviram como instrumento propagandístico do Estado Novo, isso fica ainda mais claro em um filme oficial do regime. Tanto o desfile quanto a montagem do filme exibem claramente as componentes paternalista, corporativista e nacionalista do Estado Novo por meio da participação dos trabalhadores na promoção de exaltações de cunho patriótico a partir da exibição da riqueza cultural e produtiva, rural e industrial, do Concelho; e por meio da presença do Ministro do Comércio, Pedro Teotónio Pereira, e Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Rebelo de Andrade, e de outras autoridades locais (Figura 314).



Figura 314: "Festas do Trabalho em Famalicão – 1º de maio de 1937" (frame aos 2min09s) Dir.: Salazar Diniz (1937) (CPMC)

Antes de ser uma ode aos valores do trabalho e aos trabalhadores, o filme (mas também o desfile em si) do diretor Salazar Diniz era, portanto, uma ode ao Estado Novo e ao discurso de valorização aos trabalhadores pelo regime. Desse modo, ao formarem os valores do operariado e

[158] CPMC. "Festas do Trabalho em Famalicão – 1° de maio de 1937" Dir.: Salazar Diniz (1937) Portugal, Prod.: Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) In http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3156&type=Video

conduzirem-nos ideologicamente, os filmes funcionavam como instrumentos de controle político e social.

Por esta razão o filme destaca a presença do carro alegórico da Secção de Braga do Sindicato Nacional da Indústria Têxtil que, segundo o filme, possuía *"já pra cima de 15 mil sócios";* e dos trabalhadores sindicalizados que soltavam *"aclamações de exaltação nacionalista e patriótica"* (Figura 315 e Figura 316).



Figura 315: "Festas do Trabalho em Famalicão – 1º de maio de 1937" (frame aos 4min05s) Dir.: Salazar Diniz (1937) (CPMC)



Figura 316: "Festas do Trabalho em Famalicão – 1º de maio de 1937" (frame aos 4min49s) Dir.: Salazar Diniz (1937) (CPMC)

De maneira exagerada o filme afirma que de Riba d'Ave participaram do desfile *"milhares de operários e operárias"* que repetiam *"as mais vibrantes aclamações à Pátria, a Carmona e a Salazar, victoriando também o Dr. Teotónio Pereira e o Engenheiro Rebelo de Andrade"* (Figura 317).



Figura 317: "Festas do Trabalho em Famalicão – 1º de maio de 1937" (frame aos 6min43s) Dir.: Salazar Diniz (1937) (CPMC)

O carro alegórico das *"Fábricas de Riba d'Ave"* tem como destaque Narciso Ferreira, a atividade têxtil e foi, nitidamente, inspirado na estética *art déco* pelas formas geométricas e verticalização do corpo central que o compõe (Figura 318).



Figura 318: SFC no filme "Festas do Trabalho em Famalicão – 1º de maio de 1937" (frame aos 6min18s) Dir.: Salazar Diniz (1937) (CPMC)

À frente e ao alto, vê-se uma efigie circular com o rosto de Narciso Ferreira, inclusive, muito semelhante à que veio adornar a fachada principal do Teatro alguns anos depois; abaixo da efígie, parece haver um tear manual e, em volta da alegoria central, operárias parecem tecer o algodão. Embora pequeno (e efêmero), o carro alegórico carregava símbolos da industrialização de Riba d'Ave: a mão de obra feminina, que compunha grande parte do operariado fabril e a memória do empreendedor cujas origens humildes ligavam-se à tecelagem manual.

Além disso, no desfile de 1937, o carro alegórico das *"Fábricas de Riba d'Ave",* ao exibir o mesmo estilo *art déco* que começara a ser promovido como a principal linguagem estética e arquitetônica na Sampaio, Ferreira & Cia. desde a construção do monumento a Narciso Ferreira em 1934; era, em si mesmo, não apenas uma ode aos valores do trabalho e à importância da indústria têxtil, mas uma ode ao progresso industrial, à modernização e à modernidade que ele representava simbolicamente.

Então, ao contrário do que afirma Silva (2012), para quem *"a arquitetura industrial não foi destinada à transmissão de valores para a posteridade, como sempre foi o destino da arquitetura monumental"*, de modo que *"a sua razão de ser consiste unicamente na extração, na produção, no fabrico, na transformação ou na armazenagem dum produto específico"* (Silva M. Â., 2012, p. 435)*;* a partir da edificação do monumento a Narciso Ferreira, a arquitetura da Sampaio, Ferreira & Cia. se tornou uma manifestação das narrativas memoriais hegemônicas e, portanto, uma forma de transmitir valores da fábrica e de Narciso Ferreira à posteridade.

Entretanto, se, por um lado, os significados simbólicos da estética do monumento a Narciso Ferreira evidenciam a trajetória e os valores associados a ele e à fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.; por outro lado, esses mesmos significados evidenciam o paradoxo de sua utilização como estratégia de construção memorial. Segundo Mumford (1970, p. 438) a própria noção de um monumento moderno é verdadeiramente uma contradição em termos: *"se é um monumento não é moderno, e se é um moderno não pode ser um monumento".* Isso porque, ao mesmo tempo em que é esteticamente associado à modernização e à modernidade para simbolicamente glorificar aquele que foi considerado o responsável por modernizar Riba d'Ave; o monumento é uma tentativa de moldar, cristalizar e transmitir o passado segundo a interpretação que melhor convém à manutenção da memória positiva sobre Narciso Ferreira e sua obra industrial.

Edificado com uma simplicidade imponente, os blocos de granito que estruturam o monumento transmitem robustez, resistência e tenacidade duradouras. A base vertical tem o formato de uma escada, o que evoca simbolicamente a ascensão econômica e social de Narciso Ferreira, além de ser uma referência ao poder que adquiriu ao longo de sua vida, aos degraus que galgou para se tornar quem se tornou. O busto é adornado com motivos florais em sua base que lembram as coroas de louro comumente associadas à vitória, ao triunfo, ao sucesso, à prosperidade, características típicas dos *self-made men*, imagem recorrente na construção memorial de Narciso Ferreira.

E esses valores não escaparam à percepção das narrativas memoriais, como se vê pela descrição da *Estrela do Minho* que faz uma associação direta entre o monumento e os valores positivos com os quais se construíram a memória sobre Narciso Ferreira:

> *Mais do que um símbolo, o bronze de Narciso Ferreira que encima o monumento de granito que em sua homenagem os filhos fizeram erguer, no coração de Riba d'Ave, dominando a entrada desse templo de trabalho que soube construir a golpes de talento*

> *e de vontade, mais do que um símbolo, como dizíamos, o bronze de Narciso Ferreira é uma afirmação de presença cuja sombra estimula e protege os continuadores da sua obra grandiosa e revolucionária.*[159]

Se a fábrica era um templo ao trabalho, o trabalho em si seria a prece; e talento e vontade, os valores esperados de quem a ele se dedicasse. O monumento era a *"afirmação de presença"* de Narciso Ferreira, que ganhava ares santificados de protetor daqueles que continuariam a *"obra grandiosa e revolucionária"*, fossem eles os herdeiros, os trabalhadores ou a própria Riba d'Ave.

Os valores positivos que o monumento busca transmitir se fizeram sentir também por uma pequena, mas significativa, mudança simbólica na cultura fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. que parece destacá-la de outras empresas da Bacia do Ave. Enquanto outras empresas utilizavam nas etiquetas dos rolos de tecidos apenas desenhos de seus respectivos conjuntos fabris, a Sampaio, Ferreira & Cia. utilizava também a imagem do monumento a Narciso Ferreira.

Na etiqueta da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela (Figura 319), a mais antiga fábrica de fiação e tecidos da Bacia do Ave, tendo sido fundada em 1845, verifica-se que o complexo fabril foi inserido de forma harmônica com a paisagem natural na qual está inserido. Além disso, na representação iconográfica, as edificações estão dispostas de uma forma diferente da realidade. A centro o selo de marca registrada da fábrica aparece cercado por pequenas medalhas douradas e com a inscrição *grand prix paris 1900*, em referência ao prêmio recebido na Exposição Universal de Paris de 1900, algo que serviria de indicador à qualidade de seus tecidos.

[159] MIT. Estrela do Minho. 03 de outubro de 1949.



Figura 319: etiqueta da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela. (Ferreira D. V., 2014, p. 76)

A etiqueta da Fábrica de Tecidos da Ponte de Negrelos (Figura 320), fundada em 1928, destaca o próprio rio Vizela, a ponte romana de Negrelos (ao fundo), seu açude e um par de rodas d'água que compunha sua antiga fábrica de moagem e serração de madeira que ali funcionava antes de reconstruírem e ampliarem a edificação fabril também representada com sua chaminé.



Figura 320: etiqueta da Fábrica de Tecidos da Ponte de Negrelos. (Ferreira D. V., 2014, p. 56)

A Empresa Têxtil de Caneiros, localizada em Guimarães (Figura 321), por sua vez apresenta em sua etiqueta a imagem da fábrica com três chaminés fumegantes em meio a uma paisagem natural, no centro de uma composição adornada com o que parecem ser um ramo de louro, à esquerda; e uma figura feminina em tronco nu, sentada ao lado de uma engrenagem com um braço a estender uma coroa de louros sobre a fábrica, à direita. Antes de um personagem real, a figura feminina pode ser a personificação de um ideal, seja de modernidade, progresso ou modernização.



Figura 321: etiqueta da Empresa Têxtil de Caneiros. (Ephemera)

A etiqueta da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães (Figura 322), por sua vez, apresenta a imponente figura de Afonso Henriques ladeado por representações da *"Fábrica da Avenida"* e da *"Fábrica de Campelos"*, ambas inseridas numa paisagem natural com imponentes edificações.



Figura 322: etiqueta da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães (Ephemera)

A Fábrica de Fiação e Tecidos Raúl Ferreira (Figura 323), também aparece, em sua etiqueta, inserida numa paisagem natural pouco vistosa, mas, em compensação, apresenta a representação de grande edifícios e uma chaminé ao fundo. Chama a atenção o destaque ao nome do proprietário, filho de Narciso Ferreira, talvez como forma de fazer referência à própria família e à tradição têxtil que foi herdada por ele.



Figura 323: etiqueta da Fábrica de Fiação e Tecidos Raúl Ferreira. (Borges, 2012, p. 192)

Por fim, a própria Sampaio, Ferreira & Cia. produziu etiquetas de amostras de tecidos nos quais o complexo fabril era o destaque (Figura 324; Figura 325). As etiquetas possuem pequenas diferenças de enquadramento, mas reproduzem a mesma imagem na qual a fábrica é representada praticamente na sua totalidade. O corte que há nas edificações nº 6, 7 e 8, à esquerda da etiqueta, provavelmente foi feito porque, do ângulo escolhido para a reprodução, caso não se cortassem aqueles edifícios, a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. apareceria ao fundo na imagem. A paisagem natural em volta da fábrica é reproduzida de forma esfumaçada/sombreada, sem a mesma definição que se dá às edificações; e o rio Ave, por sinal, só aparece nitidamente em uma delas (Figura 325).

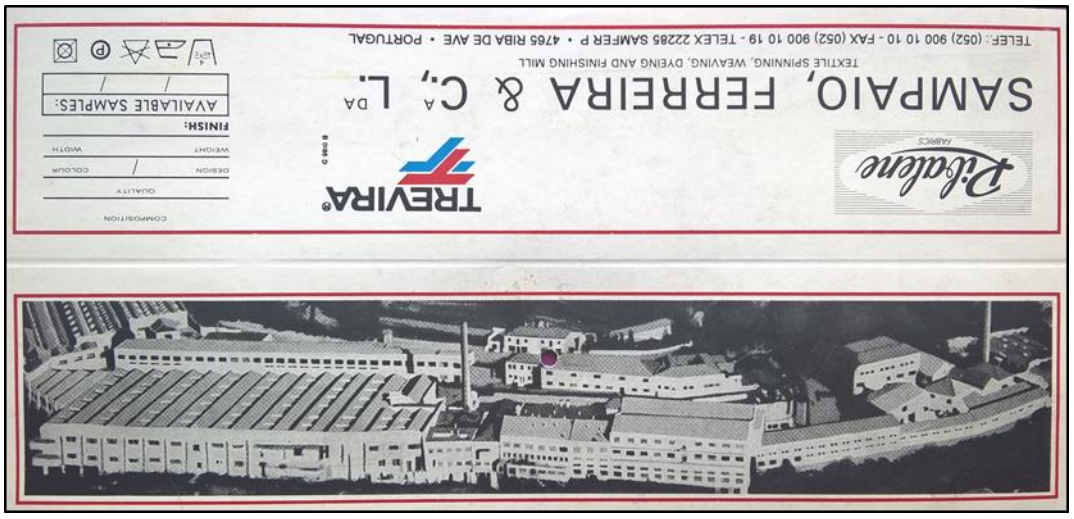


Figura 324: etiqueta dobrável de amostra de tecidos da SFC. (CSFC)



Figura 325: etiqueta simples de amostra de tecidos da SFC. (CSFC)

A reprodução das etiquetas da Sampaio, Ferreira & Cia., em preto e branco e com alto contraste, torna difícil perceber que a imagem não é uma pintura, assemelhando-a com uma fotografia. Com isso, ao salientar a magnitude do complexo fabril com a reprodução da extensão quase total da fábrica, a etiqueta parece buscar um efeito de realidade que demonstraria todo o poderio da empresa. Diferentemente das empresas anteriores, em ambas as etiquetas da Sampaio, Ferreira & Cia., a imagem da fábrica aparece isolada dos outros elementos que fazem referência à ela; e em uma delas (Figura 325), não há nenhuma referência a nome ou contatos da empresa, como se a apenas a iconografia bastasse para reconhecê-la.

Em uma análise de selos corporativos, González (2003) detalha o significado simbólico dessas representações iconográficas. No estudo, ela afirma que, embora atuassem sobre uma base real mais ou menos sólida, os desenhistas realçavam as edificações, engrandecendo-as e embelezando-as, com o objetivo de valorizá-las e frequentemente idealizavam-nas. Não raro, diferentes complexos arquitetônicos eram integrados no mesmo desenho, por exemplo. Imagens das sedes comerciais e industriais, dos complexos financeiros e dos grandes imóveis serviam para representar o sucesso dos empreendedores industriais e comerciais.

Ao incorporar edifícios ou conjuntos edificados à iconografia em selos de todo o tipo, buscava-se transmitir os grandes feitos comerciais dessas empresas. A representação iconográfica da arquitetura das empresas se converteu, portanto, em um elemento que não só destacava o potencial econômico das empresas, mas também poderia representar a hierarquia dos espaços, a ordem social estabelecida e o volume de atividade industrial com que a empresa poderia atuar. Por vezes os desenhos dos complexos edificados eram inseridos em um panorama paisagístico, cujo objetivo vai além de prover um referencial geográfico e podia representar a disponibilidade de recursos naturais à disposição da indústria. Para González, não há dúvidas de que as edificações se transformavam, então, em um *"emblema de prestígio"* (González, 2003, p. 213) das empresas.

Nos cinco exemplos de outras fábricas da Bacia do Ave, os conjuntos das estruturas fabris são representados de forma imponente e suas chaminés a fumegar como que em uma evocação do trabalho contínuo e de suas capacidades produtivas. Nas composições iconográficas harmonizam-se as relações entre as estruturas das fábricas e a natureza, o que acaba por suavizar o impacto que, na realidade, havia na paisagem; de modo que a força transformadora da indústria é mostrada sem que se traga à tona seus aspectos negativos.

Dessa forma, as etiquetas dos rolos de tecido além de servirem ao propósito de atestar a qualidade dos produtos pela associação à grandeza das próprias fábricas, estas estão representadas nas iconografias de forma idealizada, algo que fica claro ao se observar o uso de cores primárias e de forte saturação e a absoluta ausência de pessoas nos desenhos, pois as que aparecem são personagens históricos idealizados, como Afonso Henriques; ou personagens desprovidos de identidade, que representam ideais, e não sujeitos históricos reais. Os operários, por exemplo, cuja presença se destaca no ambiente fabril, e que seriam facilmente reconhecíveis, não aparecem representados de forma alguma. Com isso, desaparece o componente humano nas representações de modo a fazer da "fábrica" em si o sujeito social e histórico.

Entretanto, se nos exemplos de etiquetas os conjuntos fabris e suas representações arquitetônicas são os símbolos do progresso e modernização das empresas; no caso da Sampaio, Ferreira & Cia. especificamente, a estratégia escolhida para a composição iconográfica de suas etiquetas foi além, pois não apenas optou por destacar o conjunto fabril, mas também colocou como elemento principal o monumento a Narciso Ferreira (Figura 326; Figura 327).

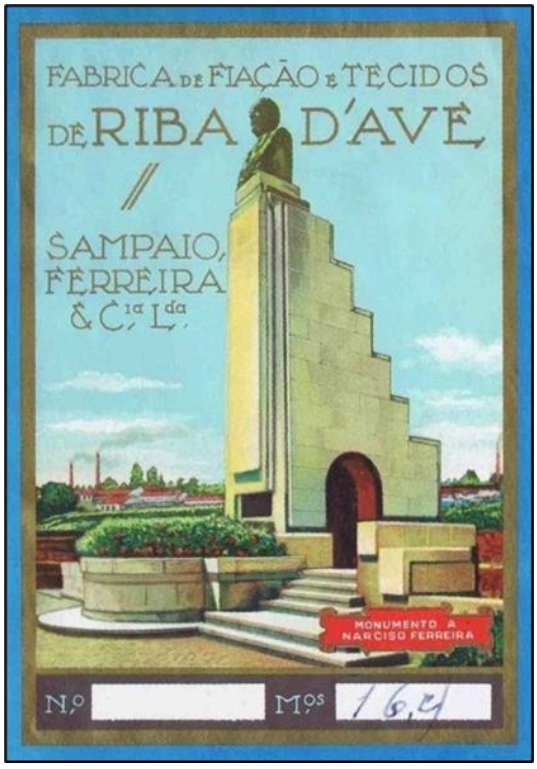


Figura 326: etiqueta da SFC com o monumento a Narciso Ferreira (1). (Ephemera)

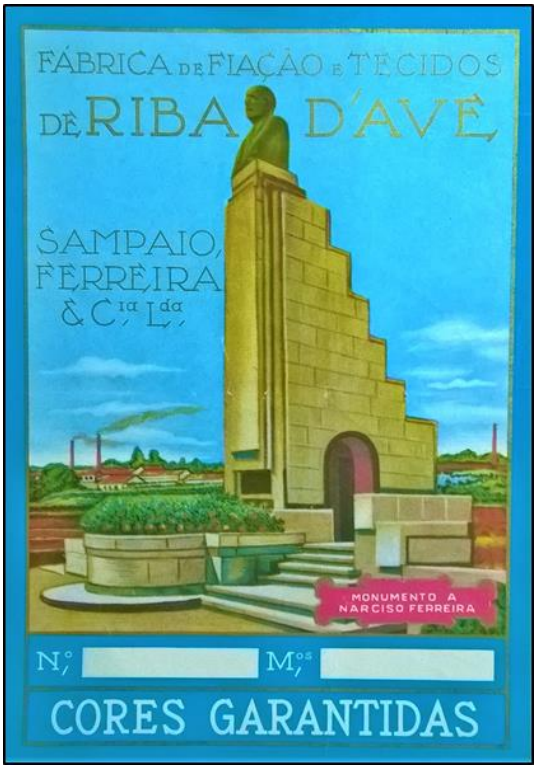


Figura 327: etiqueta da SFC com o monumento a Narciso Ferreira (2). (MIT)

Nestas etiquetas, o nome da fábrica encontra suas duas versões: *"Fábrica de Fiação e Tecidos de Riba d'Ave"* e *"Sampaio, Ferreira & Cia."*. Ambas usam outra forma do estilo tipográfico

art déco. O desenho do monumento tem um ponto de vista voltado para o sul e coloca o monumento em meio a um fundo azul, sendo que o busto de Narciso Ferreira está posicionado em meio à palavra *"Riba d'Ave"* escrita em maiúsculas e com o mesmo tom dourado, numa referência direta à relação entre a localidade da fábrica e o seu fundador.

Ao fundo, a linha do horizonte é composta pela fusão entre paisagem natural e paisagem cultural da indústria: árvores e um pequeno trecho do rio Ave em azul, logo atrás do monumento, misturam-se a três chaminés, uma posicionada no lado direito da imagem e as outras duas à esquerda. Porém, esta é uma composição idealizada que superdimensiona a industrialização de Riba d'Ave, uma vez que apresenta mais estruturas industriais que na realidade existiam na paisagem vista daquela posição, pois, mesmo que haja fábricas naquela área, elas não ficam visíveis a partir daquele enquadramento (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Possivelmente, portanto, o objetivo desse superdimensionamento é associar esse processo de industrialização à atuação de Narciso Ferreira e da Sampaio, Ferreira & Cia.



Figura 328: monumento a Narciso Ferreira, possivelmente 1934-1943. (CPF – ALV-004415)

A fotografia assemelha-se às etiquetas e, talvez, até tenha servido de modelo à sua confecção. Destaca-se, em vermelho, a única chaminé visível do ponto de vista das etiquetas.

Da mesma forma que as imagens das outras fábricas da Bacia do Ave, destacam-se as cores primárias e a alta saturação, que fica ainda mais forte em uma segunda versão da etiqueta que traz a inscrição *"cores garantidas",* como que a evidenciar visualmente a promessa feita na etiqueta (Figura 327).

Mais uma vez, estão ausentes pessoas da composição iconográfica, embora Narciso Ferreira seja a referência da composição. Entretanto, tal como Afonso Henriques, da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, ou a figura feminina que personifica ideias como modernidade, progresso e modernização, da Empresa Têxtil de Caneiros; Narciso Ferreira não é representado como uma figura real, mas como um personagem idealizado: ele é a personificação dos valores a ele atribuídos por meio de sua construção memorial.

E é precisamente essa idealização que garante a força necessária para que se coloque o monumento a Narciso Ferreira como elemento central nas etiquetas, pois a memória sobre sua trajetória e os valores a ele associados serviriam como a garantia necessária para atestar a qualidade dos tecidos produzidos. Nas etiquetas de tecidos da Sampaio, Ferreira & Cia., portanto, era o próprio Narciso Ferreira o símbolo de progresso e modernização da fábrica.

Ocorre, portanto, uma fusão simbólica entre a imagem idealizada de Narciso Ferreira, construída por meio das narrativas memoriais hegemônicas, e a própria Sampaio, Ferreira & Cia. Fusão essa que se materializa no monumento, pois ele foi construído de modo que sua estrutura arquitetônica pareça estar fundida com a estrutura da própria fábrica, de modo que um olhar distanciado não pode distinguir onde começa ou termina um e outro, como se, após a morte de Narciso Ferreira, ele e seu legado tivessem se tornado um só (**Erro! Fonte de referência não e ncontrada.**).



Figura 329: monumento a Narciso Ferreira, possivelmente 1934-1943. (CPF – ALV-004398)

A dimensão do monumento o coloca numa posição mais elevada que todos os outros edifícios, apenas a chaminé o supera em altura (Figura 330); o que equipara simbolicamente em importância a construção que materializa a memória de Narciso Ferreira e a construção-símbolo da própria atividade industrial; impulsionada pela energia hidráulica e, posteriormente, hidroelétrica, como evoca o rio Ave na foto. No contexto em que se encontram, o simbolismo da chaminé e do monumento se entrecruzam para destacar Narciso Ferreira como o representante maior da indústria em Riba d'Ave.



Figura 330: SFC possivelmente 1934-1943. (CPF - ALV-004417)

Sua localização à entrada da fábrica exprime uma lembrança constante da cautela de seu fundador com quem quer que passe por lá. A *"afirmação de presença"*[160] de Narciso Ferreira transmitida pelo busto, ganha, portanto, outra conotação, menos positiva do que o periódico *Estrela do Minho* quis passar. Os funcionários, à época do funcionamento da empresa, mesmo aqueles que vieram a trabalhar lá anos ou décadas depois da morte de Narciso Ferreira, conviveram com a sombra vigilante de seu fundador, antigo patrão, pai dos herdeiros que então controlavam a atividade fabril. Aos visitantes, ainda hoje, é a recordação de que seu legado é tão imponente quanto o monumento observado; de que dali para diante, ao entrarem no espaço fabril, estão nos domínios de Narciso Ferreira.

Mas o monumento a Narciso Ferreira não foi construído apenas para ser observado, mas experimentado e sentido. Para se chegar à parte de trás passa-se por debaixo do monumento, na área coberta entre os dois arcos que podem ser acessados pelos pequenos lances de escada nas laterais do monumento (Figura 331). Embaixo do monumento, na parte coberta (Figura 332), há uma placa de bronze em baixo-relevo com a dedicatória a Narciso Ferreira (Figura 333).

[160] MIT. Estrela do Minho. 03 de outubro de 1949.



Figura 331: monumento a Narciso Ferreira, possivelmente 1934-1943. (CPF - ALV-004414)

As setas indicam as entradas para o monumento.



Figura 332: monumento a Narciso Ferreira, possivelmente 1934-1943. (CPF - ALV-004396)

Observa-se os arcos que dão acesso à placa. Ao fundo, à direita, vê-se a portaria da Sampaio, Ferreira & Cia.



Figura 333: placa no monumento, possivelmente 1934-1943. (CPF - ALV-004397)

Chama a atenção o enquadramento da proposto pelo fotógrafo ao posicionar a chaminé de 1899 no arco. Ao mesmo tempo em que está na base, esse símbolo da indústria serviu de propulsor à construção do império de Narciso Ferreira.

A inscrição na placa (Figura 334) diz o seguinte:



Figura 334: placa no monumento a Narciso Ferreira. (FdA)

À

Narciso Ferreira

Comendador e Grão Cruz da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial – Grande Oficial da Ordem de Benemerência – Fundador de Empresas Industriais e Instituições de Beneficência e Utilidade Pública, entre elas:

Sampaio, Ferreira & Cia. Lª.

Empresa Têxtil Elétrica Lª.

Oliveira, Ferreira & Cia. Lª.

Cia. Hidroelétrica do Varosa

Hospital Narciso Ferreira

Escolas Primárias

Nasceu em Pedome a 7-7-1862

Faleceu em Riba d'Ave a 23-3-1933

Nenhuma menção é feita à vida privada de Narciso Ferreira, à sua família, às relações pessoais que construiu. Para além da data de nascimento e morte, sua biografia é resumida a homenagens e títulos que recebeu (*"Comendador e Grão Cruz da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial" e "Grande Oficial da Ordem de Benemerência"*) e a iniciativas industriais, têxteis e energética, e obras sociais, na área da saúde e da educação, que levou adiante.

Não é, portanto, um monumento ao Narciso Ferreira como pai, marido, avô, amigo, mas ao Narciso Ferreira fundador da Sampaio, Ferreira & Cia., empreendedor e provedor de obras sociais. Dessa forma, a identidade de Narciso Ferreira evocada pelo monumento e pela narrativa que ele busca promover se relaciona apenas à sua vida pública, às preocupações que teve como industrial e cidadão, pois registram-se apenas seus empreendimentos e o reconhecimento por seus pares pela sua trajetória.

Ao privilegiar a trajetória de Narciso Ferreira como exclusivamente vinculada às suas obras industriais e sociais, o monumento acaba por fazer uma homenagem ao próprio desenvolvimento de Riba d'Ave e do própria Bacia do Ave, que, tais como os descendentes diretos de Narciso Ferreira, também seriam herdeiros não apenas dos empreendimentos exaltados no monumento, mas dos valores associados a Narciso Ferreira.

Poder-se-ia dizer, então, que não é ao acaso o fato de a varanda da parte traseira do monumento estar voltada para o rio Ave; este, sim, o grande propulsor da indústria regional e dos

próprios empreendimentos de Narciso Ferreira. Portanto, quem ali se posiciona, reverencia não apenas a memória do homem, mas também o símbolo máximo da paisagem da Bacia do Ave, o rio que dá nome à região.

O monumento, se observado isoladamente, pode ser visto nada mais como como uma homenagem ao fundador da fábrica. Entretanto, sua construção estética, a localização e as inscrições na placa, permitem interpretá-lo sob a perspectiva simbólica de sua estrutura, de sua posição na fábrica e no próprio espaço urbano, uma vez que a narrativa memorial sobre Narciso Ferreira é parte da memória coletiva local.

Analisá-lo sob essa perspectiva, e no diálogo com outros registros da memória sobre Narciso Ferreira, só é possível ao considerá-lo como resultado das necessidades da época em que se construiu; como resultado das relações de poder que se estabeleceram no pequeno espaço urbano de Riba d'Ave no período; como resultado dos aspectos culturais nos quais estava imerso; como resultado dos anseios e conflitos dos múltiplos sujeitos históricos envolvidos, tenham sido eles ativos na construção da memória ou "receptores" dos discursos promovidos.

O fato de o monumento a Narciso Ferreira ser *"intencional"* lhe confere um valor específico deste tipo de obra, como afirma Uhle (2006, p. 12), um *"valor de rememoração"*. Por um lado, o monumento é um marco memorial do passado; mas, por outro lado, a narrativa histórica e simbólica em torno de Narciso Ferreira promove os valores e características individuais associados à sua figura que foram exaltados por narrativas memoriais, sob outras formas e transmitidos também como um legado a seus herdeiros, tornando-se, portanto, uma visão de futuro almejado, glorioso, tal como o passado idealizado e encarnado na figura de Narciso Ferreira.

Assim, o discurso simbólico expresso pelo monumento não apenas dialoga com as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira, mas é uma manifestação delas e contribui para sua consolidação, legitimando-as por meio da efetiva materialização de uma determinada perspectiva histórica. Fica evidente, portanto, o caráter pedagógico e político do monumento, pois, por um lado, ele contribui para a perpetuação de uma narrativa histórica sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. que apenas os favorece; e, por outro lado, exatamente por participar dessa construção memorial por meio de suas expressões simbólicas, o monumento consolida posições de poder na sociedade por aqueles que fazem uso dessa narrativa.

Como evidenciam Bellentani & Panico,

> *muitas vezes, as elites políticas erguem monumentos para promover narrativas históricas seletivas que se concentram em eventos e indivíduos convenientes, ao mesmo tempo em que eliminam o que é desconfortável. Ao representar narrativas históricas seletivas, monumentos podem inculcar concepções específicas do presente e encorajar possibilidades futuras. Como tal, os monumentos tornam-se essenciais para a articulação das políticas nacionais de memória e identidade, através das quais as elites políticas definem agendas políticas e legitimam o poder político.* (Bellentani & Panico, 2016, p. 28)

Desta forma, o monumento a Narciso Ferreira, além de apresentar um valor estético, desempenha uma função política ao representar valores por meio de sua estética. Assim, ele cumpre também a função de conferir um *"significado dominante ao espaço"* em que está alocado (Bellentani & Panico, 2016), quer se considere a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia., quer se considere Riba d'Ave.

Entretanto, o monumento a Narciso Ferreira tem uma particularidade justamente pelas características dessa narrativa memorial hegemônica que, ao mesmo tempo, evoca o poder de Narciso Ferreira e de seus herdeiros e remete constantemente aos valores adquiridos graças à sua origem humilde. Desse modo, ao mesmo tempo que o monumento representa uma ordem social altamente hierarquizada, ele permite que diferentes estratos sociais dessa hierarquia se identifiquem com o sujeito ali representado: o Narciso Ferreira que construiu um império industrial é o mesmo que nasceu em uma família pobre. Com isso, o monumento transmite à comunidade valores transversais (trabalho, perseverança, dinamismo) que podem ser apropriados de acordo com a posição social de quem observa e experimenta o monumento.

Com isso, o próprio monumento imita o duplo papel na ordem social que a própria fábrica assumia: de um lado, era eficaz *"como espaço de exploração capitalista" que legitimava "hierarquias de autoridade";* por outro, era um *"espaço de socialização do operariado".* E, *"enquanto tal, assumia-se, portanto, como espaço-tempo de mediação indispensável nas estratégias de reprodução social do patronato e operariado locais"* (Monteiro, 2012a, p. 454).

Então, por um lado, precisamente por transmitir valores transversais, o monumento, embora sugira uma minimização das diferenças sociais, ele acaba por reforçá-las, coadunando-se com as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira. Entretanto, por outro lado, *"uma vez erguidos, os monumentos tornam-se propriedades sociais e os usuários podem*

reinterpretá-los de maneiras diferentes ou contrárias às intenções dos projetistas" (Bellentani & Panico, 2016, p. 28).

Assim, o mesmo monumento que visa perpetuar a memória hegemônica sobre Narciso Ferreira pode servir como um instrumento de questionamento dos próprios valores e memória que ele quer transmitir, não apenas porque os sujeitos sociais que se apropriam desses símbolos têm suas próprias perspectivas, mas porque a condição do monumento se alterou ao longo do tempo. Antes inserido numa fábrica que representava o progresso, a modernização, a modernidade e o poder de seus proprietários; hoje encontra-se em meio a um espaço abandonado, obsoleto, arruinado e despojado de suas funções originais.

Portanto, o monumento a Narciso Ferreira, como documento de cultura material, é o que Le Goff (1990, p. 546) chama de *"produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder":*

> *o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.* (Le Goff, 1990, p. 548)

Dessa forma, o monumento a Narciso Ferreira, como documento de cultura material, além de ter sido resultado do período em que foi construído, também foi resultado de todos os presentes subsequentes, por meio das transformações no entorno, nas percepções sobre o mesmo, na realocação na memória coletiva ao longo do tempo, nas ressignificações pelas quais passou, nas condições de existência do mesmo.

Por isso, tal como propõe Eco (1986) ao sugerir uma análise semiótica da arquitetura, o monumento a Narciso Ferreira também poderia ser lido como um discurso, detentor de linguagem ou comunicação própria, e que pode ser, então, interpretado. Assim, o monumento configura-se um intermediário, um significante semiótico da memória que se quer transmitir, servindo à necessidade de atualizá-la ao estabelecer uma ligação entre memória e o espaço (Dimković, 2016). O monumento contém em si, portanto, uma *"narrativa simbólica"* que *"expressa um modo de pensar a sociedade, com vistas à sua história",* como afirma Uhle (2006, p. 57).

Para essa autora, *"o estudo da imaginária urbana é capaz de revelar ao historiador o processo de construção de representações, a partir de diversos símbolos – artísticos, arquitetônicos, urbanísticos – inscritos na cidade"*. E é apenas ao se perceber que há uma *"íntima relação entre a memória coletiva e o espaço urbano"* é que pode compreender *"o potencial simbólico dos monumentos e o espaço de conflito que se consolida na cidade"* (Uhle, 2006, p. 09).

Para Bourdieu, os símbolos possuem o poder de construir a realidade, de promover a integração social e de confirmar ou transformar a visão de mundo. Entretanto, para que seja eficaz é necessário que seja sutil, isto é, que não seja percebido como *"arbitrário"*, uma vez que ele nada mais é do que uma forma *"transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder"* (Bourdieu, 1989, pp. 09-14).

Uhle evidencia, a partir da perspectiva de Paulo Knauss,[161] que os monumentos possuem uma *"capacidade de homogeneizar e universalizar, abstraindo os conflitos sociais, através da elevação do sentimento de grupo".* Daí a importância de se observar que a estrutura construtiva simbólica do monumento a Narciso Ferreira possui uma função social que vai além da construção da memória, pois ele propõe esteticamente valores e modos de agir incorporados pela figura idealizada de Narciso Ferreira materializadas pela construção.

É por isso que o monumento seleciona apenas alguns aspectos da vida de Narciso Ferreira em detrimento de outros, nomeadamente aqueles que tiveram impacto público e que estimulam a continuidade dos progressos que representam, pois ele faz parte da constituição do imaginário urbano e serve, entre outras coisas, *"à construção de discursos sobre o passado"* (Uhle, 2006, p. 12). Assim,

> *cada sociedade elege seus heróis, eventos representativos, ou seja, seus lugares da memória. Essa escolha não se dá de maneira essencialmente coletiva, geralmente são grupos específicos, de maior influência política, que perpetuam sua memória e a dos seus.* (Uhle, 2006, p. 11)

Desse modo, segundo Knauss,

[161] Knauss, Paulo. Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Tese de Doutorado em História, UFF, 1998.

> *a constituição do acervo de imagens urbanas se caracteriza por operações de significação, que organizam simbolicamente o tempo e o espaço da cidade ao instaurar referências universais no cotidiano da vida urbana. Frequentemente, esse movimento relaciona-se com motivações da conjuntura social, atualizando e redefinindo constantemente o significado das imagens urbanas.* (Knauss, 1998 *Apud* Uhle, 2006, pp. 11-12)

Pode-se afirmar, portanto, que o monumento funciona como um dispositivo de representação, pois interpretá-lo permite observar três formas de se relacionar com o mundo social (Chartier, 2002, p. 11). Assim, o monumento é, em primeiro lugar, evidência de uma realidade *"contraditoriamente construída pelos diferentes grupos"* que compõem a sociedade, pois é o resultado das dinâmicas sociais que permitiram a ascensão econômica e social de Narciso Ferreira e que o consolidaram como símbolo máximo da industrialização da região da Bacia do Ave. Em segundo lugar, o monumento permite identificar *"as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição";* pois a construção é um registro simbólico da trajetória (ainda que selecionada) de Narciso Ferreira e dos valores a ele associados. Em terceiro lugar, o monumento joga luz sobre *"as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns 'representantes' (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade";* porque a trajetória de Narciso Ferreira que o monumento evoca serve tanto como ode ao passado (individual de Narciso Ferreira e coletivo da comunidade de Riba d'Ave) como vislumbre de futuro àqueles que o contemplam.

Dessa maneira, a função simbólica do monumento oscila entre *"substituição da realidade e sua evocação mimética"* (Ginzburg, 2001, p. 63), ao mesmo tempo em que solidifica a memória sobre Narciso Ferreira, sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. e seu papéis na narrativa sobre Riba d'Ave. Por um lado, tem a capacidade de fazer as vezes de realidade representada, isto é, consolida a narrativa da trajetória e dos valores representados pela figura de Narciso Ferreira (trabalho, esforço individual, a indústria, o progresso de Riba d'Ave e da Bacia do Ave etc.); por outro lado, tem o potencial de tornar visível a realidade representada, chamando a atenção do observador para a narrativa histórica ali delineada e para o próprio lugar em que se encontra o observador, ou seja, a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. e a própria Riba d'Ave.

A própria etimologia do termo monumento remete a essa construção da realidade, por meio da memória à qual ele se vincula. Do latim *monumentum*, termo derivado do verbo *monere*,

que significa advertir, recordar, avisar, iluminar, instruir (Le Goff, 1990; Choay, 1999), um monumento é um *"sinal do passado"* (Le Goff, 1990, p. 536) e, em seu sentido original, *"interpela a memória"* (Choay, 1999, p. 16) e *"é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação"* e *"ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas",* constituindo-se, portanto, um *"legado à memória coletiva"* (Le Goff, 1990, pp. 536-537).

Para Halbwacks, *a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais"* (Halbwacks, 1990 [1950], p. 136), de modo que *"as demandas sociais se traduzem em termos espaciais"* (Uhle, 2006, p. 09). Portanto, *"quando um grupo humano vive muito tempo em um lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão de imagens que lhe representam os objetos exteriores"* (Halbwacks, 1990 [1950], p. 136).

Com isso, seria possível afirmar que a cultura material na qual uma sociedade está imersa seria fortalecedora dos laços dos homens com o local em que vivem, sendo participe da própria modelagem da realidade social com as quais se constroem as memórias. Estas, por sua vez, num processo de retroalimentação, fortalecem a relação entre os homens e a cultura material produzida, ainda que venham a ocorrer múltiplas mutações na sua apropriação ao longo da sua existência.

O monumento, portanto, busca *"excitar, pela emoção, uma memória viva"* (Choay, 1999, p. 16), de modo que possui, necessariamente uma intencionalidade (Le Goff, 1990, p. 537; Choay, 2011, p. 12). Segundo Choay,

> *a especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de ação sobre a memória. Não só ele trabalha, como também mobiliza pela mediação da afetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode diretamente contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.* (Choay, 1999, p. 16)

Uhle, ao analisar a perspectiva sobre os monumentos de Alois Riegl,[162] explica que os monumentos intencionais, por terem sido atribuídos no passado a algum sujeito *"idealizado e construído"*, estão imersos *"em referenciais e valores contemporâneos à obra, mas com a prescrição da imortalidade e da perenidade de seu estado original"* (Uhle, 2006, p. 12).

Sendo assim, afirma a autora,

> *a beleza das marcas do tempo impregnadas no edifício, a lenta degradação da obra simbolizando a continuidade e o enraizamento de determinada sociedade (...) seriam, de fato, inimigos mortais do monumento intencional [, pois] a celebração desta ou daquela memória depende do perfeito estado da obra, tendo em vista a visibilidade e compreensão das alegorias, dos detalhes e das inscrições.*[163] (Uhle, 2006, pp. 11-13)

Também por essa razão, torna-se significativo e simbólico o estado atual do monumento a Narciso Ferreira (Figura 335), sobretudo pela comparação quase inevitável com as imagens de seus primeiros anos (Figura 336). Nas condições em que se encontra, quando confrontado com as condições da Sampaio, Ferreira & Cia, em meio às construções obsoletas, abandonadas e em ruínas da fábrica, em meio à degradação material do espaço fabril, o monumento se mantém intacto na sua estrutura construtiva, mas desgastado e em processo de degradação, aparentemente, mais lento que o conjunto fabril edificado.



Figura 335: monumento a Narciso Ferreira, em 2016. (FdA)



Figura 336: monumento a Narciso Ferreira, possivelmente entre 1948-1952. (CPF - ALV-004427)

Para Mumford, *"o impulso humano de criar monumentos eternos surge, talvez, do desejo dos vivos de se perpetuar"* de *"superar o fluxo e a evanescência de todas as coisas vivas"*

[162] Riegl, Alois. Le culte moderne des monuments: son essence et sa genèse. Paris, Éditions du Seuil, 1984.

[163] Riegl, Alois. Idem.

(Mumford, 1970, p. 433). Nesse mesmo sentido, Choay afirma que um *"monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança"* que *"assegura, sossega, tranquiliza ao conjurar o ser do tempo".* Os monumentos se apresentam como *"uma garantia das origens"* e procuram acalmar *"a inquietude que gera a incerteza dos princípios"*, de modo a *"apaziguar a angústia da morte e da aniquilação"* (Choay, 1999, p. 16).

Em sentido contrário, as ruínas evocam a *"onipresença da morte"* (Schönle, 2006, p. 649) e põem quem as experimenta de frente com a morte e a aniquilação, confrontando-os com a própria finitude. Ao contrário dos monumentos, portanto, que tentam dar respostas a quem o observa, a quem o experimenta e a quem o sente, as ruínas suscitam perguntas, dúvidas e incertezas; sugerem sensações confusas, ambíguas e, não raro, absolutamente contraditórias.

Se, por um lado, o monumento de Narciso Ferreira teve *"por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo"* (Choay, 1999, p. 22); por outro lado, quando confrontado com a degradação da fábrica, fica evidente sua exposição permanente às *"injúrias do tempo vivido"* (Choay, 1999, p. 22) e a fragilidade, em oposição à imponência original. Da mesma maneira, se, por um lado, a degradação paulatina da obra pode representar consolidação e a transmissão das características de uma sociedade (Uhle, 2006, p. 12), por outro lado, faz questionar se suas promessas de perenidade não eram falsas.

Assim, as edificações degradadas, parcialmente arruinadas, da Sampaio, Ferreira & Cia. ganham nova conotação simbólica porque passam a ter o que Apel (2015) chama de *"apelo paradoxal":* uma *"beleza"* que *"ajuda a lidar com o terror de um declínio apocalíptico"* (Apel, 2015, p. 75). Contemplar e experimentar o monumento a Narciso Ferreira, cujo propósito é fazer perdurar sua memória e seu significado de modo a evocar sua presença de forma atemporal; e confrontá-lo com a degradação do local em que está, permite uma experiência vívida de temporalidade por meio do espaço, do lugar, da cultura material.

A trajetória do monumento em meio à trajetória da fábrica e à própria construção memorial sobre Narciso Ferreira não difere, portanto, da trajetória de outros monumentos, conforme explica Eco (1986, p. 308), para quem a história há de os revestir com novos significados e os acontecimentos os modificam, quando o que se pretendia, ao serem erigidos, era, na verdade, justamente o oposto.

Assim, com todo seu potencial simbólico, ao mesmo tempo em que evoca a força de tudo o que pretendeu simbolizar, em seu estado atual, na situação em que se encontra; e com as múltiplas apropriações que se possa ter sobre seu significado; o monumento suscita, paralela e contraditoriamente, a fragilidade a que o tempo submete todas as coisas, por mais fortes e perenes que se proponham ser. Dessa maneira, embora o atual estado físico do monumento ainda o distancie relativamente daquele em que se encontra a Sampaio, Ferreira & Cia., ele se aproxima simbolicamente das ruínas da fábrica, pois deixa de ser uma ode à eternidade para se tornar uma evidência da finitude.

Capítulo 3. A memória silenciada: Narciso Ferreira e a Sampaio, Ferreira & Cia. na imprensa operária no início do século XX.

Eu aprendi agora que, enquanto aqueles que falam acerca das suas misérias normalmente sofrem, aqueles que guardam silêncio sofrem mais.
(C. S. Lewis. "Carta para Sir Henry Willink")

À medida que o processo de industrialização atingiu a Bacia do Ave com mais intensidade, a partir do final do século XIX, seu desenvolvimento promoveu o aumento do número de trabalhadores na atividade fabril, mesmo que muitos deles não tenham abandonado as atividades agrícolas (Ingerson, 1981; Lima M. P., 1982). Com isso, novas relações sociais e de trabalho passaram a fazer parte do cotidiano da Bacia do Ave e trouxeram consigo novas questões associadas às condições de trabalho que os operários enfrentavam (Alves J. F., 2005; Lima, 1982).

Desde a publicação dos decretos de 14 de abril de 1891 e de 16 de março de 1893 aprovou-se uma legislação que regulamentava e orientava a inspeção do trabalho de menores de idade e de mulheres em *"estabelecimentos industriais"*, pelos quais definia-se a idade mínima de admissão, a proibição de que executassem trabalhos penosos ou perigosos, além de fixar duração máxima do trabalho, que, para homens, ficou estabelecida em oito horas.[164] Além disso, a legislação estabelecia que as fábricas que operassem com mais de 50 mulheres por dia deveriam ter uma creche (fosse da própria fábrica ou não) a, no máximo, 300m do local de trabalho, com as acomodações e condições higiénicas conforme os dispunham os regulamentos. Para Alves, entretanto, esta *"legislação restou letra morta na maioria dos casos, quer durante a fase final da monarquia, quer com a república"* (Alves J. F., 1999b, p. 24).

Assim, embora já houvesse legislação que tentasse oferecer alguma proteção ao trabalhador, isso não impediu que as fábricas fossem *"alvos atacados pelo discurso operário, que fazia sobressair os rigorismos disciplinares, a oposição ao associativismo e à ação operária, bem*

[164] ACT. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Decreto de 14 de abril de 1891. E Decreto de 16 de Março de 1893.

como o não cumprimento da legislação (no tocante a mulheres e menores, e ao cumprimento dos horários de trabalho)", como ocorria nas fábricas de Riba d'Ave e de Negrelos (Borges, 2012, pp. 130-131)

Ainda que já houvesse ocorrido movimentos operários em pequena escala em Vila Nova de Famalicão (Pereira A. C., 1998 *Apud* Alves, 2005, p. 481), as greves só atingiram o Concelho em 1910, pouco antes da Proclamação da República, e, como afirma Lima (1982, p. 1302), sua combatividade foi significativa.

As razões que levaram os trabalhadores a se manifestarem podem ser encontradas nos relatos da imprensa operária do período. Com um tom bastante emotivo afirmava-se que

> *os numerosos operários dos diversos ramos têxteis dos Concelhos de Santo Tirso, Famalicão e Guimarães, levados pela fome, aguilhoados pela miséria, acabam de lançar um grito de revolta para pela força alcançar mais um bocado de pão, mais algumas horas de descanso e mais um bocado de liberdade.* [165]

Os proletários, na situação em que se encontravam, são caracterizados como um *"povo desgraçado, que vivia acorrentado aos velhos preconceitos do passado, mais escravizado do que as tribos selvagens e bárbaras"*, que *"vivia gemendo sob o peso esmagador das injustiças da exploração, da miséria e da ignorância, que sofria todas as tiranias e não protestava";* e *"era conduzido pelas mãos ignóbeis de seus senhores como carneiros para o abismo de lama e cuja via-sacra era uma estrada de sangue".* [166]

A manifestação dos trabalhadores, ante as condições de trabalho a que estavam submetidos, sob a forma de uma greve, foi descrita como um *"despertar",* um *"gesto abençoado"* no sentido de *"dar um passo para o seu bem-estar e para a sua emancipação"*, um *"grito fremente de dor ou de cólera, clamando contra a vil exploração de que era vítima e contra a infame iniquidade em que vivia".* [167]

A violência física a que eram submetidos está registrada como uma evidência, aos olhos dos operários, de que sua situação se assemelhava à escravidão:

---

[165] MIT. O fiandeiro. 31 de julho de 1910. P. 01

[166] MIT. O fiandeiro. 31 de julho de 1910. P. 01

[167] MIT. O fiandeiro. 31 de julho de 1910. P. 01

> *os escravos negros hoje têm sua carta de alforria, e Negrelos, Riba d'Ave e Pevidém não são as terras de África, mas o chicote e a palmatória ali estão como prova da barbárie a que as crianças estão submetidas e tiranizadas, aí estão esses instrumentos de tortura como troféus da batalha a desmentir as palavras de humanidade e de amor que os industriais dizem ter pelos operários.*[168]

Portanto, ao contrário do que a construção da memória sobre Narciso Ferreira fez supor sobre sua atuação junto aos trabalhadores, do ponto de vista do operariado, a violência era uma constante no período em Riba d'Ave, prática da qual, dificilmente, a Sampaio, Ferreira & Cia. se esquivou de adotar.

Mónica (1987, p. 849) evidencia que as resoluções dos conflitos passavam por *"alguns 'açoites', acompanhados do célere despedimento dos dirigentes"* das manifestações e que, muitas vezes, essa violência era um recurso dos patrões tidos como *"paternalistas"*, uma vez que, acostumados com a submissão incondicional de seus trabalhadores, não poderiam tolerar quais quer formas de manifestações.

Para a imprensa operária, os *"burgueses",* os proprietários das fábricas, eram uma *"raça de miseráveis sem alma"* para quem os trabalhadores só teriam nascido *"para ser escravo, para trabalhar, para arrancar da terra, à custa do seu próprio sangue".* Tal exploração visaria prover o *"luxo, a ostentação, às comodidades e à vanglória da ociosidade em que viveis"*.[169]

Portanto, a descrição da imprensa operária sobre os proprietários das fábricas vai, novamente, no sentido contrário daquilo que as narrativas memoriais sobre Narciso Ferreira disseram sobre ele, que foi lembrado como alguém que não teria se entregado aos prazeres que o acúmulo de riquezas poderia proporcionar, que não teria se entregue aos prazeres da burguesia.

Ao contrário, Narciso Ferreira foi lembrado como alguém dedicado ao trabalho, como alguém que viveu para o trabalho, quase como um modelo aos operários. Estes, porém, em 1910, não queriam apenas trabalhar, pois na busca por melhores condições de trabalho afirmavam ter

[168] MIT. O fiandeiro. 31 de julho de 1910. P. 01

[169] MIT. O fiandeiro. 31 de julho de 1910. P. 01

"direito à vida e ao gozo como vós [os burgueses]*; ele* [o povo trabalhador] *tem deveres, mas também direitos"*.[170]

Portanto, pelas *"reclamações dos operários"*, para usar o termo do *Fiandeiro*, pode-se ter um vislumbre das condições de trabalho nas fábricas têxteis da Bacia do Ave, no início do século XX, que incluíam mão de obra infantil, baixa remuneração, horas de trabalho excessivas, abusos patronais sob a forma de castigos físicos e multas:

> *Aumento geral no preço de mão de obra, de modo a ficar equivalente ao das fábricas congêneres do Porto;*
> *Carretas igualmente pagas como no Porto;*
> *Diminuição das horas de trabalho, devendo ser: de verão, das 6 horas da manhã às 6 horas da tarde, e de inverno, das 7 às 7. Uma hora para a refeição do jantar e meia hora para a do almoço.*
> *Abolição dos castigos corporais aplicados aos menores e das multas não justificadas.* [171]

Alves, nesse sentido, salienta que *"a questão do horário de trabalho foi sempre das que mais problemas levantou, apesar das várias regulamentações, bastando o carácter sucessivo destas para evidenciar a sua ineficácia"*, algo reconhecido, inclusive pela *Estrela do Minho*, *"jornal afeto ao empresariado local de Vila Nova de Famalicão"* (Alves J. F., 2005, p. 482):

> *Excluído o comércio de Lisboa e Porto e alguns - muito poucos - estabelecimentos industriais, o grosso da indústria continuou a laborar sempre consoante a vontade dos seus dirigentes, certo de que a falta de uma conveniente fiscalização o poria a coberto das suas manifestas infracções à lei.*[172]

Esta insistência por parte das empresas em ignorar tanto a legislação quanto as reivindicações operárias configuravam-se, aos olhos do operariado, *"grandes injustiças humanas e sociais"* que para *"remediar"* foi preciso organizar as greves de 1910. O movimento operário grevista, segundo o *Fiandeiro*, tem uma *"grande vantagem civilizadora: é que veio pôr a lume, escândalos, abusos, imposições e imoralidades"*, ou seja, *"veio demonstrar a situação tristíssima*

---

[170] MIT. O fiandeiro. 31 de julho de 1910. P. 01

[171] MIT. O fiandeiro. 31 de julho de 1910. P. 01

[172] Estrela do Minho. 28 de outubro de 1934. *Apud* Alves J. F., 2005, p. 482.

e desgraçada em que vive a classe operária do país, explorada ignobilmente pelos elementos capitalistas".[173]

E, ao que parece, na Sampaio, Ferreira & Cia. a situação do operariado não era diferente, segundo relatos que se podem encontrar nos periódicos operários do período. Nas narrativas dos jornais operários à época das greves de 1910, por exemplo, encontra-se uma descrição da atuação de Narciso Ferreira no trato com seus funcionários muito diferente daquele construído à época do seu falecimento e nos anos que se seguiram.

O cronista Zeferino Coelho, do periódico *A luta operária*, produziu um relato sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. intitulado *"Um atentado à liberdade dos cidadãos"* no qual descreve sua ida à Riba d'Ave para encontrar operários da fábrica:

> *Logo que cheguei às proximidades daquela fábrica, surgiu-me um operário que pertence ao número dos expulsos por ocasião da recente greve de Pevidém e S. Jorge, e que para ali havia sido escorraçado pelo autoritário Sr. Ferreira (...) por ter pedido em frente ao portal da fábrica aos seus companheiros uma esmola para saciar a fome a si e aos seus.*[174]

Segundo o relato, Narciso Ferreira *"estava resolvido a não deixar que os seus companheiros despedidos e sem trabalho pedissem esmola"* que ele, Zeferino Coelho, *"também não poderia passar ali, sob pena de ser repreendido".* De certa maneira, esse episódio evidencia a sobreposição do poder privado de Narciso Ferreira sobre o auxílio mútuo entre os operários e, mais além, sobre o espaço público, algo que não passa desapercebido pelo cronista: *"isso é um abuso! Pois sendo a estrada pública, como e com que direito é que o sr. Ferreira pode proibir que nela permaneça um cidadão honrado, ou um pobre, mas também honrado operário"*.[175]

Zeferino Coelho, um pouco incrédulo do que lhe fora contado, decidiu entrar em um estabelecimento em frente à fábrica para comprar tabaco; cansado, sentou-se em um banco para *"embrulhar um cigarro": "ainda não estava bem embrulhado, e já o sr. Ferreira mandava um dos*

[173] MIT. O fiandeiro. 31 de julho de 1910. P. 02

[174] MIT. Luta Operária. Setembro de 1910.

[175] MIT. Luta Operária. Setembro de 1910.

militares que ainda se conservavam ali desde a greve (a guardar-lhe as costas) a participar-me que não podia estar ali!... talvez sob a pena de me... mandar prender?!".[176]

Observe-se que a ameaça de reclusão é uma constante nos relatos da imprensa operária ao se referir sobre o trato de Narciso Ferreira para com aqueles operários que, de certa forma, desafiassem suas determinações. Noutra ocasião, um operário da Sampaio, Ferreira & Cia. desempregado que estava em frente à Sampaio, Ferreira & Cia. pedindo *"esmola"* foi impedido de fazê-lo e obrigado a retirar-se dali, mas não sem, antes, fazer uma *"advertência": "Então o sr. Ferreira mandou-me embora, roubando-me o trabalho, e sem motivos, e agora também quer proibir que meus companheiros me socorram?"* A isto Narciso Ferreira teria respondido: *"E tu que queres? Talvez que te mande prender?"* Em seguida à ameaça e após o ex-funcionário ter se distanciado 200m do portão da fábrica, *"o sargento que comanda a força que ali está, a avisá-lo para que se retirasse".* Tendo se recusado, *"o sargento ameaçou-o logo de prisão!"*[177]

Ainda sobre o ocorrido com Zeferino Coelho, este foi para os portões da fábrica onde foi recebido pelo próprio Narciso Ferreira, um filho *"e a força militar, certamente para guardar o sr. Ferreira!":*

> *Dirigindo-me a ele, perguntei por que motivo sua exª. me mandava ordem de marcha, sendo eu bastante conhecido ali, e nacional, legítimo, morador em Burgães. – Não tenho satisfações a dar-lhe, respondeu imediatamente o sr. Ferreira.*
> *Mas a estrada é pública, e portanto em pleno dia v. exª. mandando-me sair daqui comete uma arbitrariedade, e está fora das leis do país! – Já disse: não admito que esteja aqui e retire-se imediatamente!.*[178]

Esses episódios evidenciam a relação estreita, e às vezes perniciosa, entre o poder público e privado na atuação de Narciso Ferreira, seja pelas restrições ao uso do espaço público àqueles que pudessem desafiar suas determinações ou opor-se a ele por meio de manifestações sociais, como no caso das greves; seja nas frequentes ameaças de prisão, imbuindo-se do direito de decretá-la, mesmo não possuindo autoridade legal para tal; seja pelo apoio efetivo a Narciso Ferreira por parte do poder público.

---

[176] MIT. Luta Operária. Setembro de 1910.

[177] MIT. Luta Operária. 05 de novembro de 1910.

[178] MIT. Luta Operária. Setembro de 1910.

Não foi por acaso, portanto, que Narciso Ferreira veio a financiar a criação de um posto de segurança para manter o controle sobre a possíveis manifestações operárias, tendo se comprometido a pagar salários mensais e alojar o efetivo. Conforme afirma Borges (2012: 132) o grupo era *"inicialmente composto por 6 homens selecionados pelas redondezas, tendo por critério, possuírem alguma prática militar, e que tivessem cumprido serviço no Regimento de Infantaria de Braga".*

Na verdade, a própria estrutura organizacional da Sampaio, Ferreira & Cia. previa um alto controle por parte dos proprietários sob a produção e o operariado. Desde 1908, quando a fábrica assumiu o nome de Sampaio, Ferreira & Cia. e alterou-se o pacto social que a originou em 1896, foi colocada como condição que o sócio incumbido da gerência técnica residisse na localidade e que acompanhasse diariamente os trabalhos, para dirigir seu funcionamento.

A presença física constante do patrão, associada à sua relação com o poder público, funcionaram como um eficiente instrumento de repressão de manifestações do operariado, de modo que havia total arbitrariedade sobre o operariado e as demissões eram corriqueiras para excluir um trabalhador indisciplinado.

O próprio relato de Zeferino Coelho encerra-se com a menção de que Narciso Ferreira havia demitido operários em virtude da participação deles na greve daquele ano: *"pois se esse sr. tratasse de readmitir os operários expulsos sem razão alguma, que não fosse a vingança, daria um passo para a humanidade; assim despe-a desde a cabeça até as biqueiras das botas".*[179]

As narrativas operárias permitem perceber que a relação de trabalho ou, para ser mais preciso, que a relação entre capital e trabalho expostas pelas greves na fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. não eram tão pacíficas quanto a construção memorial de Narciso Ferreira fez supor posteriormente.

Passados dois meses da demissão, afirmavam ser *"triste"* a situação dos seis operários que ainda não sabiam *"verdadeiramente o motivo porque fomos expulsos",* sem saber as razões de lhes ter tirado *"o pão deixando-nos sem trabalho",* mas indica que seria pelo fato de terem sustentado a greve, *"como muitos outros operários";* e questiona:

[179] MIT. Luta Operária. Setembro de 1910.

> *se todos os operários se declararam em greve, por que razão fomos vistos apenas seis? Mas se não tínhamos outro defeito, que não de ser grevistas e éramos trabalhadores, por que razão nos retiraram o trabalho? (...) Vinganças, e só vinganças, é o que vemos.*[180]

O que os operários chamaram de vingança por parte do empresário proprietário da fábrica pode ser interpretado, por um lado, como fruto da ausência de legislação que os protegesse, pois, à época, a greve era considerada ilegal e que só viria a ser estabelecida como direito com o decreto republicano de 06 de dezembro de 1910 (Borges, 2012, p. 130). Por outro lado, pode ser considerada parte da estratégia de controle sobre os operários por parte de Narciso Ferreira, visto que a demissão dos seis viria servir de exemplo a outros que apoiassem tais movimentos grevistas no futuro, de modo a tentar garantir, assim, a continuidade do trabalho fabril.

Como mostrado antes, a construção da memória do fundador da Sampaio, Ferreira & Cia. passou pela recordação constante de sua origem pobre. Origem essa lembrada também do ponto de vista do operariado ao fazer críticas à sua atuação muitas vezes truculenta para com seus funcionários. Não por acaso, na crônica escrita em nome dos seis empregados demitidos por apoiarem a greve, busca-se utilizar a própria origem de Narciso Ferreira como fator sensibilizador para ele viesse a recontratar os operários:

> *Não se lembra o tal sr. Ferreira do tempo em que andavam mendigando, de porta em porta? Não. Agora só se lembra do que tem explorado, aos pobres operários com multas pesadíssimas, se reparar se esses operários as poderão pagar".*[181]
>
> *Não se lembra o sr. Ferreira do tempo em que era tecelão como eles? Não, por certo. Pois quisesse lembrar-se de tempos antigos, readmitia imediatamente no trabalho esses desgraçados arremessados à miséria, ao menos aqueles que têm um rebanho de filhos para sustentar, e que um dia arrebatados pela fome, podem precipitar-se no caminho do roubo e da desgraça familiar.*[182]

Sua atuação na manutenção do controle sobre o operariado é, para a crônica, fator decisivo para que amealhasse sua fortuna: *"Ainda há pouco tempo porque dois operários se zangaram, por qualquer motivo, não tendo a mínima importância –, o sr. Ferreira mandou-os*

[180] MIT. Luta Operária. 15 de outubro de 1910.

[181] MIT. Luta Operária. 15 de outubro de 1910.

[182] MIT. Luta Operária. 22 de outubro de 1910.

embora com 8 dias de multa cada um! (...) Ora e com estes processos de gatuno que o sr. Ferreira juntou alguma fortuna que possui".[183]

Ou seja, da parte do operariado, ao contrário do que veio destacar a memória construída sobre Narciso Ferreira, sobretudo após sua morte, destaca-se a exploração do trabalhador com um dos fatores para seu enriquecimento. Além disso, a narrativa salienta a contradição entre o que disse Narciso Ferreira à época da greve, como forma de retomar as atividades fabris, em comparação com sua atuação depois desta ter cessado:

> *Ainda lembramos aquelas palavras de ternura, que o sr. Ferreira dirigiu ao povo na ocasião da greve. Disse das grades do seu quintal, que fica próximo à fábrica estando o pessoal reunido, que era amigo de todos os seus operários, e, portanto, que fossem trabalhar porque os receberia todos de braços abertos, que nenhum seria expulso pelo motivo de ser grevista etc. etc. Pois bem. Como o sr. Ferreira disse alto e em bom som que não se vingava de ninguém por causa do movimento grevista, e nós estamos sem trabalho, simplesmente porque éramos grevistas. (...) quase a chorar, com lagrimas de manhoso, disse que tudo estava perdoado aos operários; agora morde-os como uma víbora.*[184]

Da mesma forma, a pouca instrução, que foi motivo para evidenciar a capacidade de superação e a inteligência para os negócios na construção memorial de sua figura, para os operários era motivo de escárnio. Por ocasião da greve, os operários fizeram um caderno de reclamações e reinvindicações para ser entregue nas diversas fábricas que participaram do movimento grevista.

Assim, quando em Riba d'Ave, foram à residência de Narciso Ferreira, situada em frente à fábrica Sampaio, Ferreira & Cia., para entregar o referido documento. Segundo o relato da crônica, Narciso Ferreira não só não aceitou recebê-los, como disse a um repórter do *Diário de Notícias* que os acompanhava e queria entrevistá-lo sobre a greve, que não lhe devia explicações. Bastou isso para dizerem que Narciso Ferreira possuía uns *"modos um tanto burlescos, de quem não tem nenhuma educação social nem cívica"* e que *"educação, nunca soube o que é; instrução*

[183] MIT. Luta Operária. 15 de outubro de 1910.

[184] MIT. Luta Operária. 15 de outubro de 1910.

muito menos" e, por fim, que *"esse sr. Ferreira não é mais nem menos do que um desqualificado".*[185]

As tensões entre a imprensa operária e a Narciso Ferreira talvez tenham como marco mais importante o dia em que funcionários da Sampaio, Ferreira & Cia. atacaram o vendedor da *Luta operária*, tomaram 200 exemplares do jornal e atearam fogo. Além de acusar os operários de traição, o jornal responsabiliza pessoalmente Narciso Ferreira pelo ocorrido e o acusa de *"atentar contra a liberdade individual dos cidadãos"*.[186]

Segundo Mónica (1987, p. 848), em Portugal, para os industriais, *"qualquer protesto lhes parecia uma insurreição, qualquer greve um ato de ingratidão, qualquer associação de classe uma organização criminosa".* Segundo a autora, era incompreensível ao patronato que seus operários se voltassem contra eles e localizavam em *"elementos de fora"* as razões para tais ações. No episódio da queima da *Luta operária*, em sentido oposto, a acusação de que teria sido Narciso Ferreira o mandante da ação, colocam os operários no papel de sujeitos manipulados pelos patrões (Borges, 2012, p. 130).

Como se vê, se os operários se revoltavam, eram acusados pelos patrões de serem manipulados por agentes externos; e se eram contrários aos movimentos eram tomados pelas organizações operárias como manipulados pelos patrões.

Ou seja, quer nos discursos patronais ou das organizações operárias, o trabalhador deixa de ser sujeito e torna-se objeto das vontades dos adversários desse campo político; sua voz parece ser silenciada não apenas pela falta de registros que não passem pelo filtro da imprensa operária ou da visão dos patrões, mas pela construção da memória sobre esse período em que ele se torna um peão no tabuleiro dos jogos de poder que se constituem as lutas por melhores condições de trabalho.

Para Alves, episódios como a queima da *Luta operária* são evidências de que teria sido *"radicalismo"* da imprensa operária que a impediu de *"chegar aos trabalhadores que dizia representar",* uma vez que não raro se voltavam contra *"o próprio operariado não aderente às suas teses"* (Alves J. F., 1999b, pp. 20-21). Entretanto, essa interpretação parece transferir a

[185] MIT. Luta Operária. 22 de outubro de 1910.

[186] MIT. Luta Operária. 29 de outubro de 1910. P. 01

responsabilidade desse distanciamento aos operários, às organizações de trabalhadores e aos veículos difusores de suas ideias, mas esquece de que o próprio sistema econômico e social organizado em torno da atividade fabril era estruturado de modo a colocar os trabalhadores sob a proteção, dependência e submissão ao patronato. Conforme assinala Ingerson (1982, p. 1497), entre os trabalhadores têxteis da Bacia do Ave, a *"sempre presente ameaça de despedimento" criava uma "atmosfera de medo e desconfiança".*

Assim, a violência física, sob a forma de castigos corporais, e a violência psicológica, sob a forma da ameaça de despedimento sumário e, pior, pela possibilidade de não mais encontrar trabalho posteriormente, foram instrumentos de poder que, entre outras coisas, possibilitavam reduzir a proximidade entre os operários e as organizações que tentavam representá-los.

Várias são as razões que se buscaram encontrar para explicar o porquê de as associações de operários terem sido enfraquecidas perante o poder dos industriais. Para Alves, *"a transferência da indústria para o Vale do Ave representa um rude golpe para as organizações operárias habituadas à dinâmica urbana"* em função da dificuldade de difundir ideais socialistas e mutualistas em função de haver um *"operariado majoritariamente feminino, vigiado e alvo de reduzidas contemplações no que tocava despedimentos"* (Alves J. F., 1999b, pp. 20-21).

Para Ingerson, é precisamente porque os tecelões rurais viam na atividade industrial uma forma de ascensão social que acabaram por se distanciar dos movimentos operários. Nas análises da autora sobre os inquéritos de 1888 e 1910, todos os sindicatos de trabalhadores têxteis que os responderam eram do Porto, o que pode significar que *"esses inquéritos ignorassem os sindicatos que atuam junto dos trabalhadores têxteis rurais, ou então esses sindicatos não responderam".* Entretanto, tanto os sindicatos portuenses quanto os *"trabalhadores que responderam aos inquéritos, se queixavam da concorrência por parte dos trabalhadores rurais".* Desta forma, em áreas como Riba d'Ave, entre o final do século XIX e a década de 1910, não se pode ignorar a possibilidade de que *"os sindicatos urbanos parecem ter encontrado poucos ativistas ou simpatizantes fora das cidades"* (Ingerson, 1982, p. 1486).

Para Alves, dois outros fatores desmobilizadores das manifestações do operariado residem em características próprias da industrialização da Bacia do Ave: de um lado, a dispersão das fábricas pela região tiveram um *"efeito desmobilizador"*; por outro lado, o patrocinato que se

desenvolveu na região a partir das greves de 1910 acabou por *"recrutar"* para si o operariado, o que reduziu as possibilidades de mobilização (Alves, 2005, p. 481).

Para Borges (2012, p. 131), Riba d'Ave acaba por congregar todos estes fatores como razões atenuantes da mobilização operária na Bacia do Ave: o trabalho nas fábricas era complementar ao trabalho rural; a implantação dispersa das fábricas; a existência de formas de frágeis de associação operária; a *"atmosfera mental propícia ao patrocinato, ao autoritarismo e a padrões de obediência e dependências";* além da atuação de caráter paternalista de Narciso Ferreira.

Cabe lembrar, porém, que o fato de o movimento operário ter sido desmobilizado na Bacia do Ave não significa que os patrões das fábricas e proprietários de empresas estivessem perfeitamente organizados. Ao contrário, como mostra Alves, pois, mesmo tendo se organizado em 1921 a Associação Comercial e Industrial, as rivalidades sobre a direção da instituição acabaram por gerar *"abandonos constantes"*, *"inscrições efêmeras"* e uma *"instabilidade que originava a necessidade de recorrer a sócios beneméritos, como foi o caso de Narciso Ferreira, em alturas de sufoco financeiro"* (Alves J. F., 2005, p. 482).

Lima (1982, p. 1302) mostra que, no período da 1ª República, a organização do movimento operário foi limitada por uma série de fatores: a *"fraca concentração industrial"* que teria levado a *"uma grande dispersão dos operários";* a persistência do *"sistema de semiproletariado";* a *"subsistência de modos de submissão formal do trabalho ao capital (indústria doméstica, oficinas artesanais)";* as rivalidades entre diferentes correntes político-ideológicas dentro do movimento (reformistas, sindicalistas-revolucionários e anarquistas); a fraca organização dos sindicatos, além, é claro, da aberta repressão ao movimento proletário.

De todo modo, embora as razões para a fragilidade do movimento operário na Bacia do Ave advenham de vários fatores, é inegável que as greves da década de 1910 foram significativas ao ponto de marcar uma mudança fundamental na estratégia de controle de Narciso Ferreira sobre o operariado: do confronto direto passou-se à concessão de benefícios. Dessa forma, na década de 1920, mesmo que a facilidade de transportes permitisse aos ativistas sindicais se deslocarem das cidades às áreas mais rurais e contribuíssem para a organização dos trabalhadores fabris (Ingerson, 1982, pp. 1486-1487), estavam assentadas as bases da estrutura de controle social

de cunho paternalista que acabou por sufocar quaisquer possibilidades de mobilizações de maior vulto.

A resolução dos movimentos grevistas passou a se dar de forma cada vez menos conflituosa, como ocorreu na greve de 1913, quando da convocação à nova mobilização em função da aplicação de multas a alguns operários: *"o sr. Administrador compareceu no lugar para solucionar a greve, o que se conseguiu sem ser preciso o emprego da força ou ameaças da autoridade. Antes assim"*.[187]

Para Lima (1982, pp. 1302-1303), fica claro que o patronato precisava ultrapassar as *"formas de luta excessivamente perturbadoras",* como as greves, e que para isso era importante *"modernizar"* as relações com o operariado. Infere-se que as *"diferentes tentativas de enquadramento e de integração ideológica da classe operária"* ocorreria segundo as necessidades da indústria, mas sob o manto do *"objetivo comum de progresso social".*

Conforme evidencia a autora, ganharam destaque no período discursos sobre a *"cooperação de classes para o arranque económico"* e propostas de *"reorganização industrial"* que se manifestariam, entre outros projetos, por exemplo, pela doutrinação dos operários a partir ênfase na ideia do valor do trabalho, através de propostas educacionais reformistas cuja finalidade seria formar mão de obra para as indústrias, além da aplicação de sistemas de racionalização do trabalho (Lima, 1982, pp. 1302-1303).

Todos esses processos configuraram-se estratégias para disciplinar os trabalhadores, tal como o desenvolvimento de relações paternalistas entre o patronato e o operariado. Lima, ao explorar o tema, utiliza uma definição da Companhia União Fabril (CUF), datada de 1945: *"na perspectiva paternalista, a empresa torna-se uma grande família, em que o patronato toma a seu cargo todos os aspectos da vida do seu pessoal, criando um clima de cooperação e de reprodução endógena da força do trabalho"*.[188]

Cantinas, creches, hospitais, escolas, residências, bairros operários, e todas as infraestruturas das chamadas obras sociais como as que a Narciso Ferreira criou, serviriam ao

[187] MIT. Fonte não identificada. 15 de fevereiro de 1913. P. 01.

[188] Álbum Comemorativo da CUF, 1945, pp. 13-14. *Apud* Lima, 1982, p. 1329, nota 107.

propósito de controlar os trabalhadores, mantê-los sob a vigilância da empresa e submetê-los às necessidades desta sem que fosse preciso recorrer a métodos diretamente conflituosos.

Conforme Ribeiro, o domínio dos donos das fábricas passou pela *"esfera laboral e social, e as obediências estão dominadas pelo fator económico"* (Ribeiro L. S., 2017, p. 56) e se estendeu *"ao uso de equipamentos"* (Rémy & Voyé, 1994, p. 56 *Apud* Ribeiro L. S., 2017, p. 56). Moradias operárias, por exemplo, tornaram-se extensões do poder do proprietário fabril sobre a própria *"moralidade das populações":*

> *uma vez que a promoção de habitações era uma iniciativa pontual, teriam acesso a alojamento de promoção fabril apenas os operários considerados exemplares, que agradassem ao patrão. Inclusivamente, por vezes, nesta dinâmica de relações de poder, uma parte mais ou menos significativa do salário do operário era dada sob a forma de bens de consumo imediato, como pão ou carvão, com mais ou menos validade para serem consumidos, sobrepondo-se a dependência salarial a uma dependência paternalista, que se queria, como já referido, educativa.* (Ribeiro L. S., 2017, p. 56)

O paternalismo em Riba d'Ave iniciado com Narciso Ferreira por meio de suas obras sociais teve continuidade com seus herdeiros que criaram a Fundação Narciso Ferreira em 1945:

> *Primeiro com os Montepios do pessoal das empresas – Sampaio, Ferreira & Cia., Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda., Empresa Têxtil Elétrica Ltda. – garantia-se ao pessoal subsidias na doença, no parto e na invalidez, no caso de morte o subsídio de funeral e em casos de depauperamento o estágio em sanatórios, surgindo depois o hospital, as escolas primárias. Finalmente a Fundação veio ampliar e dar sentido de conjunto a essas e outras iniciativas, que inclui arranjos urbanísticos. Igreja local e um importante património imobiliário (Teatro, Quartel de Bombeiros, Estalagem, Mercado), ao mesmo tempo que desenvolvia apoio a indigentes e desprotegidos e ação educativa. numa vasta ação filantrópica.* (Alves J. F., 2005, p. 483)

Para Lima, o paternalismo fazia um tipo de *"investimento a longo prazo",* em que os trabalhadores entravam nas fábricas muito jovens e paulatinamente galgavam postos na hierarquia da fábrica durante toda sua vida produtiva. Tal investimento na produção de trabalhadores seria rentabilizado por meio da criação de vínculos pessoais entre os operários e as empresas, *"numa progressiva apropriação do espaço e do tempo do trabalhador"* (Lima, 1982, p. 1329). Não por acaso, portanto, a Sampaio, Ferreira & Cia. pode ser analisada como uma *"fábrica-escola"* que empregou *"sucessivas gerações de operários locais"* tendo dali saído

"trabalhadores mais especializados para assumirem lugares de direção" em outras fábricas da família (Alves, 2005, p. 456).

Entretanto, é interessante observar como os periódicos da Bacia do Ave construíam as narrativas sobre essa mudança de paradigma na relação entre patronato e operariado que levou ao desenvolvimento do paternalismo nas empresas, no período em que elas ocorriam. Isso porque tais narrativas são parte fundamental da própria construção memorial de Narciso Ferreira e da Sampaio, Ferreira & Cia. na sua atuação junto à comunidade local.

As obras sociais não foram explicitadas ao público como formas de controle do operariado e de exploração do trabalho, mas como formas de superar as falhas da legislação, no que se refere a direitos trabalhistas, e da ausência ou leniência por parte do Estado em prover as necessidades da comunidade. A atuação da iniciativa privada da parte da Sampaio, Ferreira & Cia. seria, então, uma forma de compensar a inação do Estado no provimento de direitos e infraestruturas básicas à comunidade de Riba d'Ave.

É por isso que, quando da morte de Joaquim Ferreira, filho de Narciso Ferreira em 1948, a *Estrela do Minho* não hesitou em explicar essa mudança de modo a evidenciar o papel da Sampaio, Ferreira & Cia. na contenção das manifestações por meio não do atendimento a reinvindicações, mas de interesses dos trabalhadores:

> *Estava longe a legislação que viria acautelar e defender os interesses sagrados das massas trabalhadoras e já Riba d'Ave, com os Montepios das suas três poderosas empresas (Sampaio, Ferreira & Cia., Ltdª, Oliveira, Ferreira & Cia., Ltdª, e Empresa Têxtil Elétrica, Ltdª) enfrentava o momentoso problema que garantia ao pessoal de ambos os sexos o subsídio na doença, no parto e na invalidez, no caso de morte o subsídio de funeral e em casos de depauperamento o estágio em sanatórios.*
>
> *E surgiram juntamente as creches, os lactários, os bairros operários e as cantinas e toda uma obra social que é legítimo título de orgulho para a região de Riba d'Ave e que a Fundação Narciso Ferreira hoje ampliou extraordinariamente e administra com enorme carinho e não menor zelo".*[189]

Não é fortuita, portanto, a afirmação categórica da *Estrela do Minho* de que nas fábricas de Narciso Ferreira, posteriormente administradas por seus herdeiros, *"não havia um ambiente*

[189] MIT. Estrela do Minho. 11 de abril de 1948. P. 01.

político, dando à expressão um sentido de reivindicação operária, pela simples razão de o social haver sido atacado na hora própria. A revolução foi operada de cima para baixo".[190]

E, possivelmente, mesmo que houvesse qualquer espaço para mobilização operária, a narrativa dos periódicos se alinha aos interesses da fábrica e coloca sua administração como concessora de benesses e não os trabalhadores como reivindicadores de direitos. Na construção da memória do trabalho na Sampaio, Ferreira & Cia., não houve movimentações operárias porque não era preciso que houvesse, afinal, os operários já tinham tudo que necessitavam. Reclamar seria visto como ingratidão.

Práticas paternalistas, como as adotadas pela Sampaio, Ferreira & Cia., ganharam espaço e se difundiram não apenas pela *"inexistência de iniciativas por parte de líderes de eventuais movimentos operários",* mas também porque o próprio Estado português falhou em dar assistência pública ao operariado, *"ação insuficiente do estado",* que era *"mais sentida em zonas descentralizadas como o Vale do Ave"* (Ribeiro L. S., 2017, p. 55), sobretudo entre 1910 e 1926 (Pereira D. , 2013). Por esta razão as medidas paternalistas se tornaram ainda mais presentes a partir da década de 1930, na medida em que passaram a ter respaldo do governo de Salazar.

Tal como a mudança de paradigma nas práticas da Sampaio, Ferreira & Cia. no trato com seus trabalhadores, a reorganização da indústria têxtil em Portugal na década de 1930 pelo Estado Novo se deu *"de cima para baixo"* (Ingerson, 1982); e, seja no microcosmo de Riba d'Ave ou no macrocosmo do Estado português, o paternalismo configurou-se como a principal estratégia política de controle social (Madureira, 1998; Ingerson, 1982; Lima M. P., 1982).

Entretanto, segundo Alves (1999b), por um lado, não se deve pensar que as medidas do Estado Novo para controlar as manifestações operárias tenham surtido efeito porque desapareceram os problemas que causavam reivindicações operárias: *"rigorismos disciplinares, a oposição ao associativismo e à ação operária, o não cumprimento da legislação (no tocante a mulheres e crianças e ao cumprimento dos horários de trabalho)"* continuaram a existir; *"o cumprimento do horário de trabalho de 8 horas decretado durante a República era de novo ignorado ou contornado, bem como a utilização, contrária à lei, de mulheres e crianças nos turnos da noite"*; acrescenta-se uma hora ao trabalho, *"voltando-se às 9 horas como compensação pela*

[190] MIT. Estrela do Minho. 11 de abril de 1948. P. 01.

obrigatoriedade imposta pelo governo do desconto de 2% para o desemprego" (Alves J. F., 1999b, p. 21).

Para Alves, não foi a falta de problemas enfrentados pelo operariado que reduziu as mobilizações operárias na Bacia do Ave e, sim, as próprias características do operariado da Bacia do Ave que atenuaram os conflitos entre patrões e empregados (Alves J. F., 1999b, p. 22). Entretanto, Ingerson afirma que a atuação do Estado Novo foi fundamental para a contenção das mobilizações operárias, pois, frequentemente, tentativas de greves eram abafadas rapidamente com a ajuda do governo, por meio da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) que, não raro, prendia, interrogava, humilhava e espancava os operários considerados líderes dos movimentos. Geralmente, porém, o *"maior castigo"* seria *"a subsequente impossibilidade de encontrar emprego".* Tudo isso contribuía para que se tornasse muito difícil a realização de manifestações operárias por direitos e melhores condições de trabalho (Ingerson, 1982, p. 1487).

Por outro lado, para Alves, não se pode supor também que as medidas de controle político e social do Estado Novo sobre os trabalhadores, tais como a *"aniquilação das associações de classe"* e a criação dos *"sindicatos nacionais, num processo acompanhado de muito perto pelos delegados do Instituto Nacional do Trabalho, o órgão oficial mediador entre patrões e trabalhadores no sistema corporativista";* tenham feito com que o patronato, por sua vez, deixasse de se opor a medidas do governo:

> *Bastará dizer como foi sentida e alvo de inquérito a oposição do patronato local à instalação, em Delães, da secção concelhia do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do distrito de Braga, ou evocar os folhetins das revisões salariais, ainda que com o hábito de nivelar os ordenados mínimos pelos habitualmente pagos nas principais fábricas.* (Alves J. F., 1999b, p. 22)

Segundo Ingerson, entretanto, ainda que tenha havido atritos entre o patronato e o Estado Novo quando este, por exemplo, tentou

> *forçar os industriais a cumprir as suas obrigações sociais e a garantir uma sobrevivência digna aos seus trabalhadores" os conflitos entre ambos acabavam por ser efêmeros dado que "as relações entre o Estado e os industriais acabaram por seguir as regras do mercado da contratação.* (Ingerson, 1982, p. 1489)

Além disso, mesmo os investimentos em cantinas, creches e bairros operários ou em infraestruturas de caráter público como escolas, hospitais, iluminação, tinham como objetivos

precaverem as empresas *"de uma eventual agitação laboral ou da falta de mão de obra causada pela emigração"* (Ingerson, 1982, p. 1489); e assegurarem isenção de impostos aos seus financiadores (Alves J. F., 1999b, pp. 24-25; Ingerson, 1982, p. 1489); ou, então, servirem como garantias de que as *"autoridades locais ou mesmo nacionais não insistissem rigidamente no cumprimento dos salários mínimos, tetos de importação, contribuições industriais ou prediais, etc."* (Ingerson, 1982, p. 1489).

É possível afirmar, portanto, que o alinhamento das práticas paternalistas das empresas e do regime salazarista servia à manutenção de ambos. Conforme Madureira, tanto o patronato quanto o Estado se beneficiaram dessa situação, de modo que a manutenção da estrutura produtiva, a salvaguarda das empresas e o protecionismo eram formas de atrelar *"os interesses ao governo através das organizações".* (Madureira, 1998, p. 822)

O paternalismo, os benefícios, materializados em obras sociais, somados ao desenvolvimento industrial, serviram ao controle social dos trabalhadores ou como símbolos de poder político.

Porém, as narrativas memoriais hegemônicas idealizaram um Narciso Ferreira que não teria agido de forma autoritária para com seus empregados, como chegaram a mencionar discursos operários; mas, que apenas era austero, sério, simples nas maneiras ou disciplinador com seus *"colaboradores"*;[191] cuja rudeza de atitudes deveria ser vista como uma forma de aprendizagem e não um castigo; cujas obras sociais não serviram ao propósito de controlar política e socialmente o operariado; mas foram ações fruto de sua bondade inerente, de sua preocupação com sua terra e sua gente.

Portanto, o legado social e industrial foram peças fundamentais na sua construção memorial sobre Narciso Ferreira, cujas narrativas, quando não ignoraram e silenciaram as vozes dissonantes que comprometessem a visão positiva sobre ele; suavizaram os discursos de forma a atenuar ou justificar positivamente suas atitudes. Desta forma, a construção e o fortalecimento das narrativas memoriais hegemônicas manipularam a própria memória social e coletiva ao privar trabalhadores e trabalhadoras de serem sujeitos de sua própria história.

[191] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01. Cf. Capítulo 2. A memória construída: as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira.

Parte IV

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1945-1957): tensões com os Serviços Hidráulicos para expandir o complexo fabril.

Entre 1915 e 1945, há uma lacuna nas solicitações de licenças para a Sampaio, Ferreira & Cia. junto à Direção Hidráulica do Douro para fazer modificações na sua estrutura junto ao rio Ave. Isso não significa, porém, não tenha havido modificações na fábrica nesse período, pois, em 1945 a Sampaio, Ferreira & Cia. tomou a iniciativa de legalizar as alterações na estrutura fabril e, ao mesmo tempo, solicitou autorização para ampliar as dependências da fábrica.[192]

Entretanto, demorou quase dois anos para que houvesse uma primeira resposta, quando em 31 de março de 1947 o *"mestre de rios"* encaminha ao Chefe da 2ª Secção da Direção Hidráulica do Douro, em Braga, a descrição completa do pedido para *"pedir a legalização do seu aproveitamento de águas do rio Ave por meio de açude e levado próprio com rodas de força motriz, que movimentam a sua fábrica de tecidos"*.[193]

O pedido pelo deferimento se fundamentou no fato de que as obras realizadas sobre as quais pediam legalização não causavam *"prejuízos à corrente* [do rio Ave] *nem a terceiros"* e porque as obras já existiam *"há muito"* e não havia reclamações contra elas. Por fim, sugere ao Chefe da Secção que o processo seja desdobrado, sendo a solicitação de ampliação realizada em outro pedido de licença.[194]

Ao que tudo indica, as obras a serem legalizadas são as que construíram o primeiro açude da fábrica, da edificação nº 10 e do canal que passava por debaixo dela e que desviava água do rio Ave para acionar as turbinas.

Tendo acatado a sugestão do *"mestre dos rios"*, o Chefe da Secção Eduardo Rodrigues confirma, ao Chefe do 5º Lanço do rio Ave, a necessidade de se desdobrar o pedido em dois: o requerimento feito poderia servir para a *"legalização do aproveitamento";* e outro requerimento para solicitar a ampliação da fábrica; além de solicitar o *"conhecimento da contribuição industrial relativo ao corrente ano".*[195]

---

[192] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 777. 28 de abril de 1945.

[193] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 657 (manuscrito). 31 de março de 1947. P.01

[194] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 657 (manuscrito). 31 de março de 1947. P.02

[195] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 584. 02 de abril de 1947. P.01

Esta comunicação teve dois desdobramentos: 1) o Processo 353/1945 seguiu como pedido de legalização, para o qual a Sampaio, Ferreira & Cia. deveria entregar plantas topográficas para que se verificassem quais eram as estruturas a legalizar; 2) devolveram-se as plantas entregues que fariam parte de um novo requerimento para realizar as obras de ampliação do conjunto fabril, que se desdobrou no Processo 497/1947. [196]

Pouco mais de um ano depois, em junho de 1948, o Chefe da Secção realizou nova comunicação com o Chefe do 5º Lanço, na qual explicava que as obras de ampliação estavam atreladas ao processo de legalização e que apesar de já ter feito um requerimento para aumento (com o Processo 497/1947),[197] era preciso que a Sampaio, Ferreira & Cia. entregasse *"com a maior urgência as plantas respeitantes, pois, sem isso, não se poderá dar andamento a qualquer pedido de obras que aquela forma solicita".*[198] Desta comunicação resultou o requerimento da Sampaio, Ferreira & Cia. que deu origem ao Processo 752/1948 que solicitava fazer um aumento no edifício da fábrica.[199]

Entretanto, alguns meses depois, o Chefe da Secção fez nova solicitação com a ressalva de que se não fossem entregues as plantas para a *"legalização da fábrica" em 30 dias seriam "levantados autos de transgressão pela infração praticada".*[200] Tendo sido entregues as plantas,[201] faltava ainda entregar o conhecimento sobre a contribuição industrial,[202] o que foi feito em seguida.[203] Este documento, além de conter as informações sobre o requerimento do Processo 353/1945 acrescenta que a fábrica tinha uma potência *"superior a 20 C.V.* [HP] *".*[204]

Em resumo, o Processo 353/1945 desdobrou-se em três: seguiu como processo de legalização das áreas já construídas e originou dois novos pedidos de ampliação da fábrica, o Processo 497/1947 o Processo 752/1948.

---

[196] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 2278. 17 de junho de 1948. P.01

[197] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Ordem de Serviço 1068 (manuscrito). 07 de julho de 1947. P.01

[198] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 2278. 17 de junho de 1948. P.01

[199] Archiv-Ave. Proc. 752/1948. Ordem de Serviço 2454. 31 de agosto de 1948. P.01

[200] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 2995. 03 de setembro de 1948. P.01

[201] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 2778. 16 de outubro de 1948. P.01

[202] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 3303. 27 de outubro de 1948. P.01

[203] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 2890. 05 de novembro de 1948. P.01

[204] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Informe sobre pagamento da Contribuição industrial, conhecimento nº 1423. 27 de julho de 1948. P.01

Portanto, para este período de 1945 a 1957, há uma série documental bastante profícua para se tentar compreender a trajetória construtiva do conjunto fabril composta fundamentalmente pelos Processos 353/1945, 497/1947 e 752/1948 do Archiv-Ave e por fotografias de fontes diversas, dentre as quais se destacam as preservadas no CPF e no MIT.

Por meio da comparação sistemática da iconografia de plantas dos projetos de aumento da fábrica fornecida nos processos do Archiv-Ave e das fotografias pôde-se traçar propor uma periodização cronológica do aumento das instalações fabris e levantar hipóteses sobre aspectos que não ficam claros pela documentação.

1.1. 1948-1952: ampliações do conjunto (edificações nº 2 a 10, 12, 14 e 18) na Sampaio, Ferreira & Cia. a partir da opção estética pelo *art déco*.

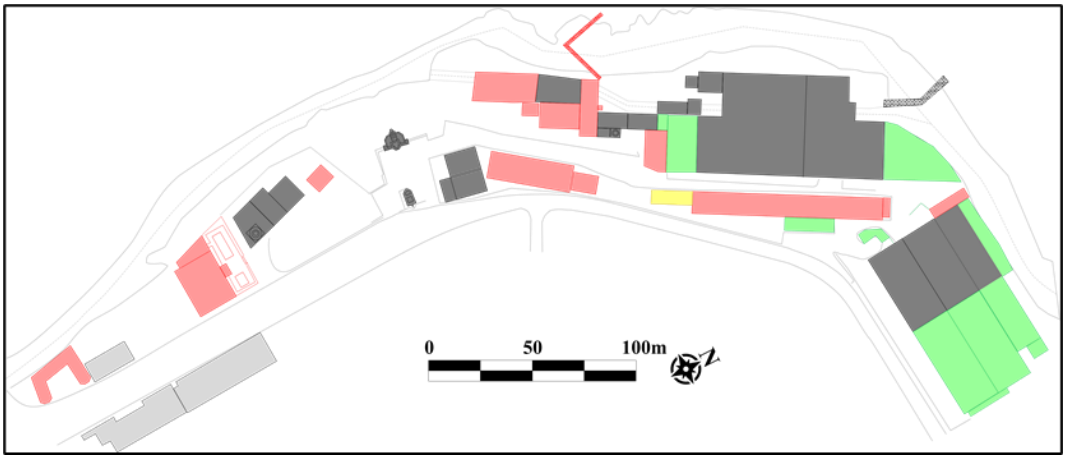


Figura 337: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1948-1952. (CdA)

Entre 1948 e 1952, identificou-se muitas alterações no conjunto fabril (Figura 337). Conforme comunicado do *"mestre dos rios"*[205] e conforme o edital do Processo 497/1947 junto à Direção Geral do Serviços Hidráulicos, a Sampaio, Ferreira & Cia. requeria licença para *"ampliar uma fábrica de fiação e tecidos em quatro pontos diferentes, na margem esquerda do rio Ave"*.[206] De modo mais específico, o formulário de Informação sobre Licenças assim descreve o objetivo da obra: *"o aumento do edifício destina-se à arrecadação de fio, que fica anexo à secção da tinturaria"*.[207] A licença para ampliar o conjunto fabril foi concedida em 17 de agosto de 1948 e resumiu as obras como sendo destinadas a *"melhorar as instalações"* e deu 360 dias para completar as obras. [208]

Entretanto, essa descrição não contempla todas as modificações propostas pelo projeto, que incluíam a construção de um segundo piso na porção norte da edificação nº 10 (Figura 338, destacado pela linha azul) e a extensão da edificação nº 12 na parte da *"Arrecadação do fio"* a partir do edifício da *"Tinturaria"* (Figura 338, destacado pela linha verde).

[205] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Ordem de Serviço 1068 (manuscrito), 07 de julho de 1947. P. 01.

[206] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Edital. 15 de julho de 1947. P. 01.

[207] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Registro do Requerimento nº 442. Informação sobre Licenças para obras a conceder pela Direção Geral ou pela Direção Hidráulica. 13 de abril de 1948 P. 01

[208] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Diploma de licença 1035, Proc. 475/948. P. 01

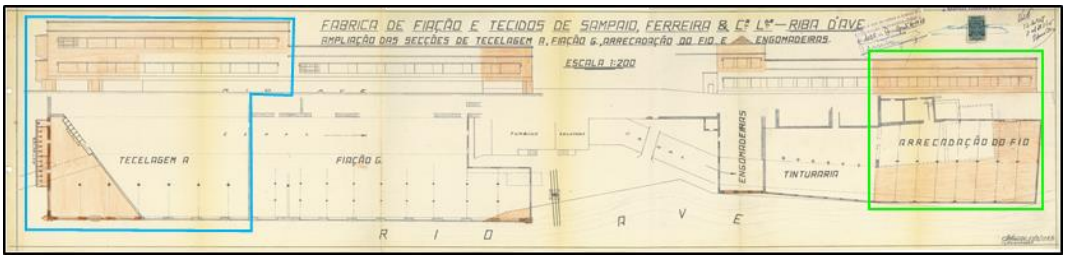


Figura 338: planta para ampliação da SFC. (Archiv-Ave. Proc. 497/1947)

Da série de fotografias identificadas como relativas a esse período duas fotos se destacam (Figura 339 e Figura 340) e parecem ter sido tiradas a partir do mesmo ponto de vista das fotografias do período 1934-1943 (Cf. Figura 283 e Figura 284).



Figura 339: SPC entre 1948 e 1952 (norte). (CPF - ALV-004428)



Figura 340: SPC entre 1948 e 1952 (sul). (CPF - ALV-004423)

Tal como nas fotografias entre 1934 e 1943 (Cf. Figura 285), as fotografias se complementam para formar uma paisagem-sequência da fábrica, de norte a sul (Figura 341).



Figura 341: paisagem-sequência da SFC entre 1948 a 1952. (CPF - ALV-004428 e ALV-004423)

Mais uma vez, por meio dos elementos que compõem a fotografia é possível supor o período em que foi tirada. Na parte sul da fábrica, à direita da fotografia, ao fundo, vê-se o edifício do Teatro Narciso Ferreira, de 1944 (Figura 342, destacado em roxo); o Mercado Narciso Ferreira, de 1947 (Figura 342, destacado em vermelho); e, ao lado do Teatro, a construção que abrigou a Estalagem São Pedro, de 1949 (Figura 342, destacado em verde). Vê-se também a mesma edificação que viria a ser usada como sede dos Bombeiros Voluntários, que já aparecia entre 1934 e 1943. Se o ano inicial de referência para essas fotografias é 1948 em função de ter sido nesse ano que se concedeu a licença para ampliar o conjunto fabril; a hipótese para a data limite é o ano de 1952, pois corresponde ao ano em que se deu início ao Processo 1159 junto à Direção geral dos Serviços Hidráulicos[209] para uma nova ampliação do que se acredita ser a edificação nº 10. Entretanto, ainda que a fotografia seja posterior ao 1952, ela não deve ser posterior ao ano de 1955, pois ali não se não se vê a edificação que viria a ser usada pelos CTT, a partir de 1955.



Figura 342: enquadramento da Figura 339 (Ed. 16 e 18). (CPF - ALV-004423)

Além dos edifícios nº 16 (azul) e nº 18 (amarelo), destacam-se outras infraestruturas urbanas: Mercado (vermelho), Teatro (roxo) e a Estalagem São Pedro (verde)

Além disso, na fotografia 1948-1952 veem-se duas novas construções que fazem parte do conjunto fabril: a primeira (Figura 342, destacada em azul) foi construída próxima à edificação nº 16 (que compunha a antiga fábrica do Barão da Trovisqueira) e que inicialmente era uma garagem e depois, conforme a planta de 1978, se tornou o "Armazém de ramas (em silos)"; e a segunda construção do edifício nº 18 que abrigou inicialmente a cantina da fábrica (Figura 342, destacada em amarelo), que além de ser uma edificação de grande porte, em harmonia com a arquitetura *art déco* que passou a predominar na fábrica, chama a atenção pelo ajardinamento à sua frente (Figura 343, Figura 344 e Figura 345).

[209] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952.



Figura 343: edifício nº 18, inicialmente a cantina da SFC. (FNF)



Figura 344: edifício nº 18, inicialmente a cantina da SFC. (CPF - ALV-004403)

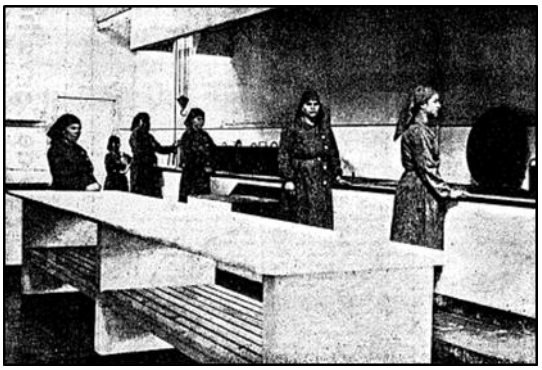


Figura 345: "Cozinha das cantinas da Fábricas de Riba d'Ave", 1947. (MIT)

In "O Concelho de Famalicão: econômico, monumental e pitoresco", 1947.

O lado esquerdo da fotografia panorâmica, por sua vez, permite perceber que a primeira fase do projeto de ampliação fabril do Processo 497/1947 (Figura 346) foi a única descrita na Informação sobre Licenças de 1948 e dizia respeito à extensão da edificação nº 12 na parte da "Arrecadação do fio" a partir do edifício da "Tinturaria" (Figura 347, destacado em amarelo). Além disso, verifica-se que a construção do segundo piso na porção norte da edificação nº 10 ainda sequer havia começado. Por isso, caso tenha se seguido o cronograma estabelecido pela Direção Geral de Serviços Hidráulicos, a fotografia é de, pelo menos, 1948.

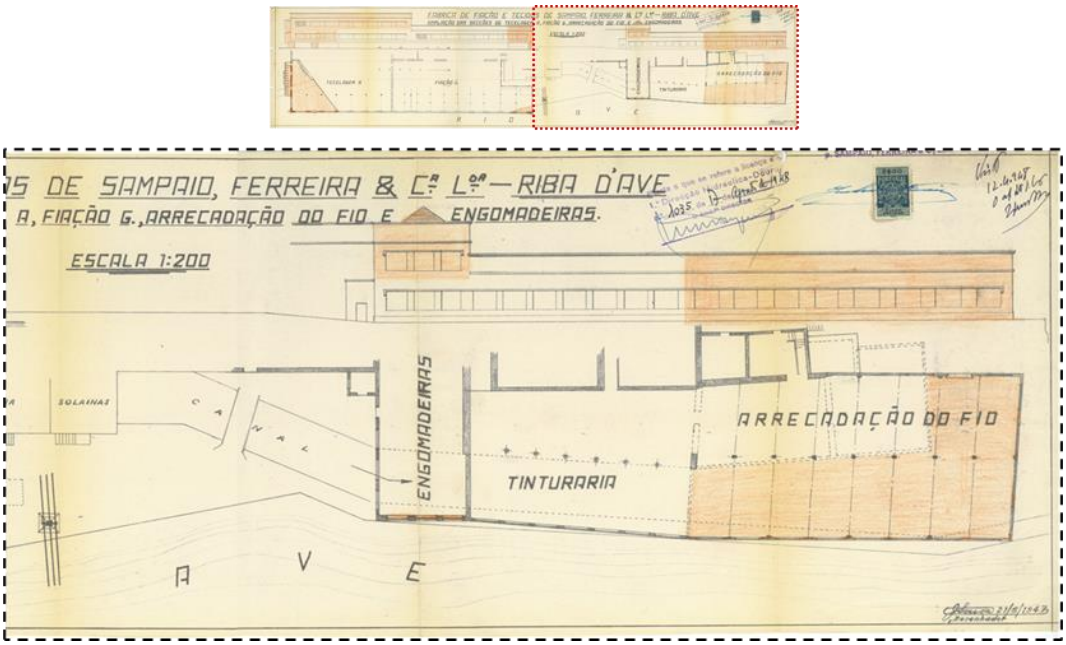


Figura 346: planta para ampliação da SFC (sul) (Archiv-Ave. Proc. 497/1947)

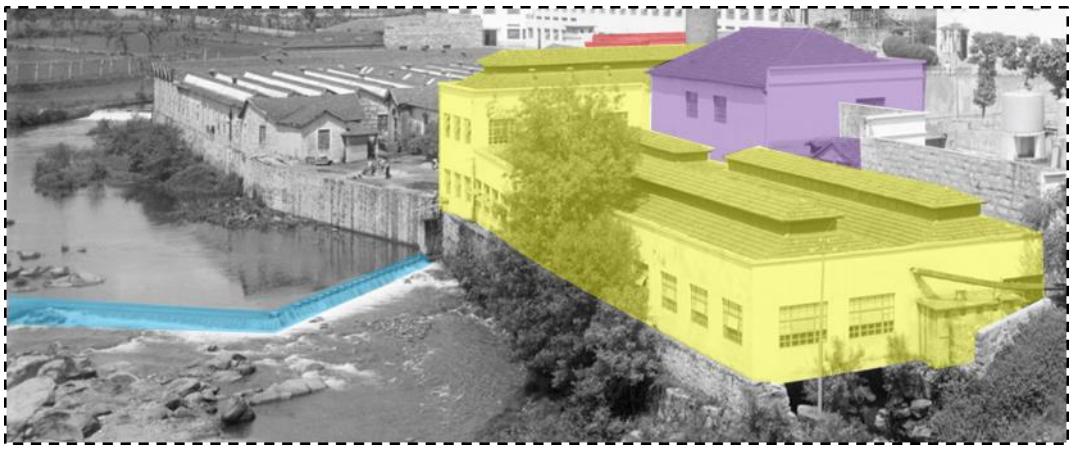


Figura 347: enquadramento da Figura 338 (Ed. nº 10 e 12). (CPF - ALV-004428)

Chama a atenção o fato de que o segundo açude sofreu um aumento (Figura 347, destacado em azul) e as duas edificações voltadas para o interior da fábrica, que possuíam telhado de duas águas cada uma, foram unidas em um único edifício com um pequeno anexo ao sul (Figura 347, destacado em roxo).

A série fotográfica da qual faz parte a fotografia de 1948-1952 contém duas imagens que unidas produzem uma paisagem-sequência do interior do conjunto fabril a partir do ponto mais ao norte do corredor central, em direção ao sul (Figura 348).

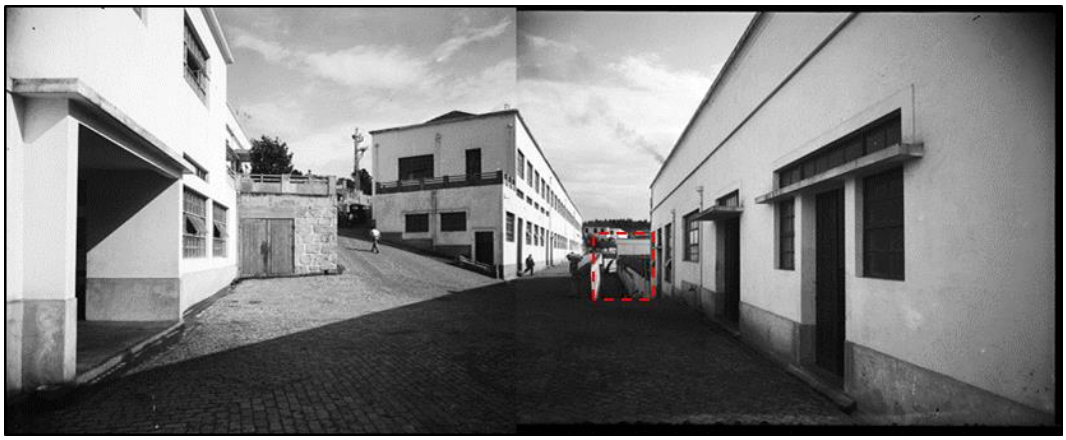


Figura 348: paisagem-sequência interior da SFC, 1948-1952. (CPF. ALV-004422 e ALV-004409)

À direita da paisagem-sequência, pode-se ver que a parte do edifício nº 10 destinada ao "salão de desperdício" e "novos batedores" aparece construída já nessa época (Figura 347 e Figura 349, ambos destacados em vermelho). O rés do chão dessa construção é geminado à edificação nº 10; dessa forma, é possível supor que em função da construção do edifício do "salão de desperdício" houve uma extensão do edifício nº 10 até ali (Figura 349, destaque em verde).

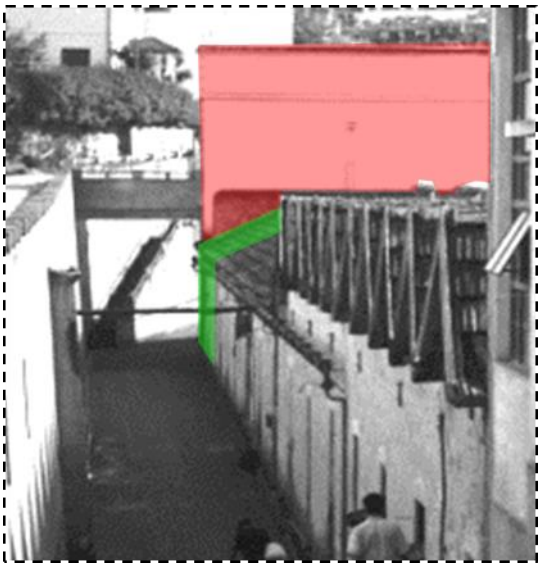


Figura 349: enquadramento da Figura 347 (Ed. nº 10). (CPF - ALV-004409)

Outras alterações no conjunto da edificação que a fotografia de 1948-1952 permite visualizar diz respeito às edificações nº 2, nº 3 e nº 4 (Figura 350).



Figura 350: enquadramento da Figura 338 (Ed. nº 2, 3 e 4). (CPF - ALV-004428)

Destaque aos edifícios nº 2 (vermelho), 3 (azul) e 4 (amarelo e verde).

À edificação nº 2 foi acrescida um segundo piso (Figura 350, destacada em vermelho), de modo que seu telhado ficou relativamente nivelado com a edificação nº 1, do escritório. Também ganhou um segundo piso a edificação nº 3, além de uma cobertura em frente à porta de entrada (Figura 350, destacada em azul). Já a edificação nº 4, antes seccionada em quatro partes, foi unificada em um único edifício de grande porte (Figura 350 e Figura 351, ambos destacados em verde) tendo sua porção mais ao norte com apenas um piso e com menor profundidade em relação ao resto da edificação (Figura 351, tracejado preto). Além disso, à época da fotografia, a edificação nº 4 tinha sua porção sul em construção (Figura 350, destacado em amarelo), onde se construiu também um tanque d'água.

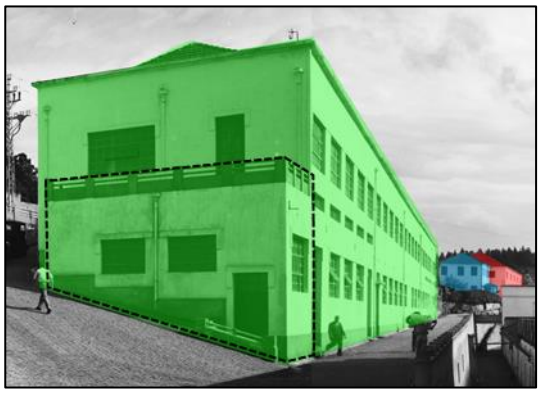


Figura 351: enquadramento da Figura 347 (Ed. nº 2, 3 e 4). (CPF - ALV-004422)

Destaque ao edifício nº 2 (vermelho), nº 3 (azul) e nº 4 (verde), no qual se mostra pela linha tracejada sua porção mais ao norte.

Nesse período, também sofreram modificações as edificações nº 6, 7, 8 e 9. Os registros de alterações na edificação nº 9 são apenas fotográficos; e as imagens do período 1948-1952 evidenciam que seus dois edifícios foram unidos em uma só construção e sua fachada remodelada a partir do novo padrão *art déco* que se disseminou pelo conjunto fabril (Figura 352 e Figura 353 destacado em amarelo).

Sobre o edifício nº 6 não há registros senão os fotográficos; e sobre os outros dois edifícios (nº 7 e 8) só existem porque afetariam o rio Ave. Desse modo, dada a escassez documental, apresentam-se aqui hipóteses sobre o processo construtivo desses três.

Os edifícios nº 6, 7, e 8 foram construídos em diferentes patamares, estando o nº 6 num patamar mais elevado, mais próximo da atual Avenida Narciso Ferreira (Figura 352, em verde); a seguir do nº 7 (Figura 352, pontilhado verde; e Figura 353, em verde); e do nº 8 (Figura 352 e Figura 353, em vermelho), cujo rés do chão está ao mesmo nível do rés do chão dos edifícios nº 4 e 9 (Figura 353) e está mais próximo do rio Ave.

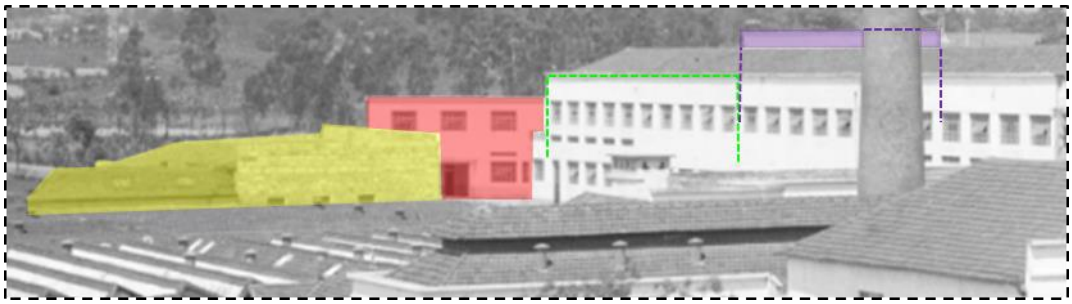


Figura 352: enquadramento da Figura 338 (Ed. nº 6, 7, 8 e 9). (CPF - ALV-004428)

Enquadramento do extremo-norte do complexo fabril da SFC entre 1948 e 1952. Em destaque, edifícios nº 6, em roxo; nº 7, pontilhado verde; nº 8 em vermelho; e nº 9 em amarelo.



Figura 353: Destaques na Figura 347 (Ed. nº 7, 8 e 9). (CPF - ALV-004422 e ALV-004409.)

Destaque para edifícios nº 7, em verde; nº 8, em vermelho; e nº 9 em amarelo; na paisagem-sequência do interior da SFC, possivelmente entre 1948 e 1952.

Quanto ao edifício nº 8, o que se vê nas fotografias (Figura 352 e Figura 353, em vermelho) é, na verdade, a primeira fase construtiva de um anexo edificado à sua frente (Figura 354 e Figura 355, em vermelho). Ao que tudo indica, um dos propósitos desse anexo era conectar internamente as edificações nº 7 e nº 8 por meio de uma escada (Figura 354 e Figura 355, destacada em

amarelo), pois estavam em níveis diferentes. A análise *in situ* deixa evidente as diferenças na estrutura em relação ao pavilhão da edificação nº 8 (Figura 354 e Figura 355, destacada em azul).



Figura 354: anexo do edifício nº8 (interior). (FdA)

Vista do interior do anexo (em vermelho) construído em frente ao edifício nº 8 para conectar o rés do chão ao primeiro piso. Em azul, o local da fachada anterior. Em amarelo a escada.



Figura 355: anexo do edifício nº8 (frontal). (FdA)

Vista frontal do anexo (em vermelho) construído em frente ao edifício nº 8 para conectar o rés do chão ao primeiro piso. Em azul, o local da fachada anterior. Em amarelo a escada.

Como evidenciado anteriormente, a hipótese é de que a edificação nº 6 tenha tido, na sua primeira configuração algo em torno de 40m de extensão, quando construída entre 1900 e 1913. O primeiro registro de que poderia haver uma construção na área do edifício nº 7 está na foto entre 1934 e 1943 e, caso tenha existido, talvez possuísse a mesma extensão da edificação nº 6. Aproximadamente na área onde se encontra a edificação nº 8 já havia um edifício desde 1900 e, pelas fotos, possuía uma extensão bastante inferior à edificação nº 6.

A hipótese sobre a extensão das edificações nº 6 e 7 terem aproximadamente 40m se deve ao fato de elas estarem no limite norte da fábrica e de que ali, por meio do Processo 752 de 1948, derivado do Processo 353 de 1945, junto à Direção Hidráulica do Douro, foi solicitado o

uso do terreno para a ampliação da Sampaio, Ferreira & Cia., com a extensão dos edifícios nº 7 e 8, que os acrescia em torno de 50m.[210]

Segundo o edital daquele Processo, a Sampaio, Ferreira & Cia. solicitou de forma vaga *"fazer um aumento no edifício na margem esquerda do rio Ave, no sítio da Fábrica".*[211] Apenas no documento de informações para licenças, no campo *"especificação da obra",* é que se tem uma primeira descrição das medidas do projeto, pois evidencia que se queria *"aumentar o edifício da fábrica de tecidos na extensão de 58,0m x 35,5m de fundo, conforme planta junta"* (Figura 356).[212]

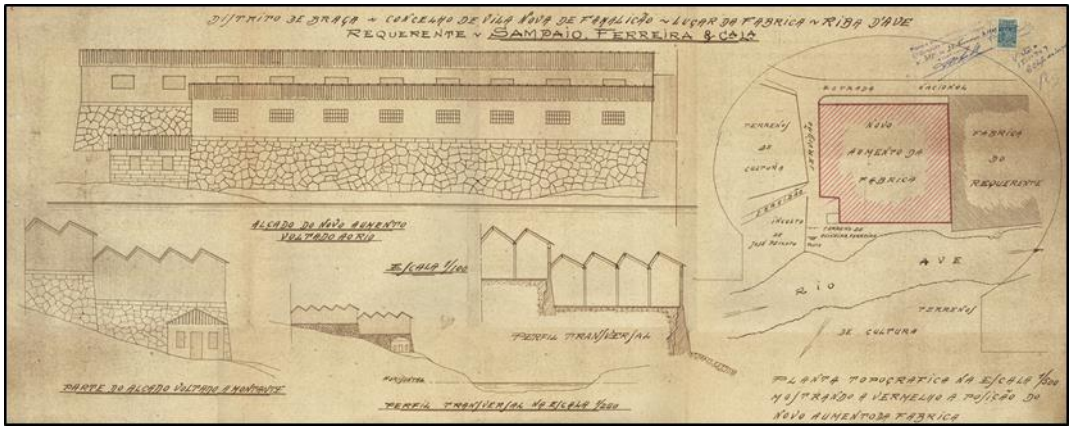


Figura 356: planta adjunta ao Proc. 752/1948. (Archiv-Ave)

Esta planta adjunta ao Processo 752/1948 (Figura 356) subdividia-se em uma planta topográfica, na escala 1/500 (em que o *"novo aumento da fábrica"* estava hachurado em vermelho); num *"alçado do novo aumento voltado ao rio"* e num *"perfil transversal"* dos edifícios, ambos em escala 1/100; num perfil transversal, na escala 1/260, que mostrava o próprio rio Ave; e num recorte da *"parte do alçado voltado à montante",* sem escala.

Ao que tudo indica, a "frente" do projeto era o *"alçado do novo aumento voltado ao rio"* (Figura 357) e os "fundos" correspondiam ao *"perfil transversal"* (Figura 358), a distância da parte mais próxima do rio até a parte construída mais próxima da atual Avenida Narciso Ferreira.

[210] Archiv-Ave. Proc. 752/1948.

[211] Archiv-Ave. Proc. 752/1948. Edital. 03 de setembro de 1948. P. 01

[212] Archiv-Ave. Proc. 752/1948. Informação sobre Licenças para obras a conceder pela Direção Geral ou pela Direção Hidráulica. 01 de janeiro de 1949. P. 01

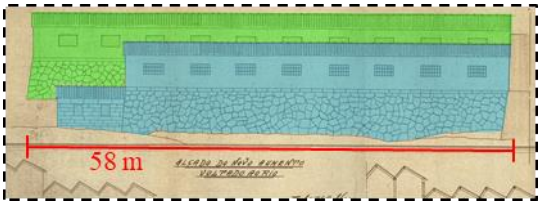


Figura 357: recorte da Figura 356 (1) (Archiv-Ave)

Recorte do "alçado do novo aumento voltado ao rio" da planta adjunta ao Proc. 752/1948, com indicação da extensão de 58m de "frente".

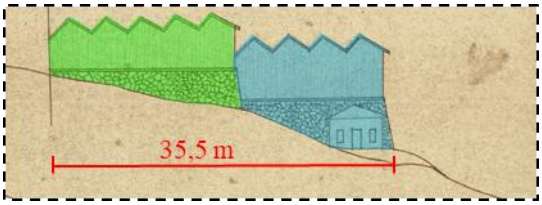


Figura 358: recorte da Figura 356 (2) (Archiv-Ave)

Recorte do "perfil transversal na escala 1/260" da planta adjunta ao Proc. 752/1948, com indicação da extensão de 35,5m de "fundos".

Entretanto, pela escala de 1/500 sugerida na planta topográfica, a área delimitada na planta do que viria a ser o *"novo aumento da fábrica"* tem mais do que os 35,5m de fundo (Figura 359, assinalado pela linha azul).

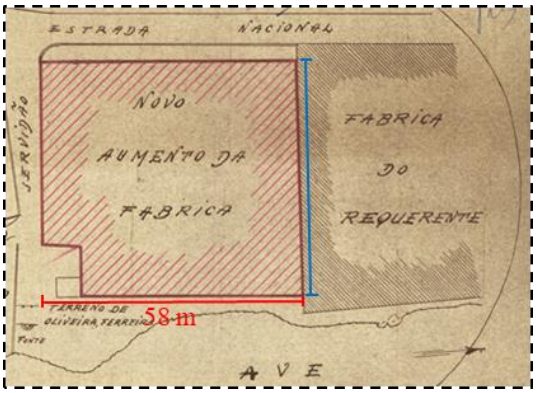


Figura 359: recorte da Figura 356 (3) (Archiv-Ave).

Recorte da planta topográfica adjunta ao Proc. 752/1948. Em azul a indicação de que a área hachurada tinha um "fundo" maior do que os 35,5m que constavam na solicitação.

Um comunicado ao Engenheiro Diretor da 1ª Direção Hidráulica do Douro, no Porto, sobre o pagamento do *"imposto do selo da taxa de cinco escudos",* dá uma informação que pode esclarecer as medidas: *"A tempo – o comprimento da obra a realizar é uma frente de 58 metros X 53,5 metros de fundo".*[213] Tal medida de 53,5m é o valor aproximado do que se apresenta na planta topográfica, cuja escala é de 1/500. Entretanto, no *"Diploma de Licença"* constou apenas a autorização para *"aumentar o edifício da 'Fábrica de Tecidos', na extensão de 58,00m, por 35,50 metros de fundo".*[214]

Em 12 de outubro de 1948, a fábrica solicitou aos Serviços Hidráulicos uma licença para *"reformar"* um *"muro de suporte"* que se encontrava *"em ruínas",* sem maiores detalhes sobre

[213] Archiv-Ave. Proc. 752/1948. Comunicado manuscrito sobre o pagamento do "imposto do selo da taxa de cinco escudos". 15 de janeiro de 1949. P. 01

[214] Archiv-Ave. Proc. 752/1948. Diploma de Licença nº 315. 21 de fevereiro de 1949. P. 01

sua localização no conjunto fabril, embora fique claro que era junto à margem do rio Ave. Como se trata de uma obra que ocorreria paralelamente ao Processo 752/1948, as dimensões de *"50 metros de comprimento por 6,35 metros de altura"*,[215] do muro após a reforma, indicadas na solicitação, podem revelar que o muro que se queria reformar viria a servir de arrimo para dar suporte ao terreno[216] onde seria construída a expansão das edificações nº 7 e 8. Assim, de acordo com a licença expedida, os trabalhos deveriam concluídos em 31 de março de 1949,[217] pouco mais de um mês depois de ter sido expedida a licença para as obras do projeto do Processo 752/1948.

A escassez de documentos referentes aos edifícios nº 6, 7 e 8 torna difícil reconstruir de forma precisa sua trajetória construtiva e os documentos preservados, embora permitam levantar algumas hipóteses, trazem consigo algumas dúvidas sobre o processo de expansão daqueles edifícios.

No que se refere ao Processo 752/1948, por exemplo, fica a dúvida sobre por que, mesmo ciente do aumento da área do *"novo aumento da fábrica"* ser de 53,5m, a Direção Hidráulica ter autorizado apenas a construção dos 35,5m, relativos ao aumento dos edifícios nº 7 e nº 8?

A hipótese que se levanta aqui é de que teria sido porque alterações no edifício nº 6 (Figura 360, em roxo) não afetariam o rio Ave e, portanto, não seria de responsabilidade da Direção Hidráulica. Assim, é possível que o fato de se solicitar um aumento maior na área total (58m x 53,5m) do que a área da construção do projeto (58m x 35,5m), de modo a cobrir também a área do edifício nº6, signifique que este foi estendido também por mais 58m, tendo chegado na sua extensão máxima com a inclusão dos edifícios nº 7 (Figura 360, em verde) e 8 (Figura 360, em azul).

[215] Archiv-Ave. Proc. 883/1948. Comunicado da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Chefe dos Serviços Hidráulicos. 12 de outubro de 1948. P. 01.

[216] Archiv-Ave. Proc. 883/1948. Ordem de Serviço 2766 Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da Secção de Braga. 16 de outubro de 1948. P. 01.

[217] Archiv-Ave. Proc. 883/1948. Alvará de Licença nº 549. 17 de novembro de 1948. P. 01.

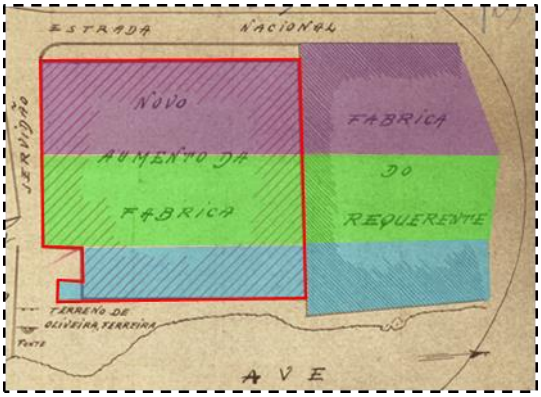


Figura 360: recorte da Figura 356 (4) (Archiv-Ave).

Recorte da planta topográfica adjunta ao Proc. 752/1948. A linha vermelha sinaliza a área do novo aumento da fábrica. Em roxo, a área que do edifício nº 6; em verde a área do edifício nº 7; e, em azul, a área do edifício nº 8.

Outra dúvida relacionada às etapas construtivas das edificações diz respeito à imprecisão das datas das fotografias do acervo Domingos Alvão, pois pode haver até 18 anos de diferença (1934-1952) entre as fotos estimadas como tendo sido tirada no período 1934-1943 (Figura 283, Figura 284) e as fotos estimadas como sendo de 1948-1952 (Figura 339 e Figura 340).

Uma primeira possibilidade é que a reforma solicitada no Processo 752/1948, realizada em 1949 e que estendeu as edificações nº 7 e 8, foi anterior às fotografias entre 1948 e 1952 (Figura 339 e Figura 340), pois a configuração dos telhados do projeto do Processo 752/1948 têm formatos de serra (Figura 361), muito parecido com a primeira configuração do telhado da edificação nº 6 (Figura 362).

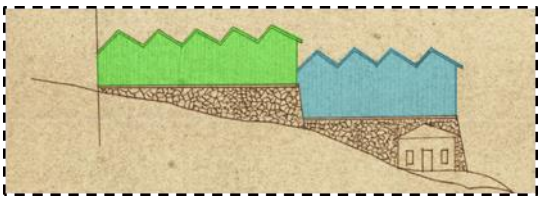


Figura 361: recorte da Figura 356 (5) (Archiv-Ave).

Recorte do "perfil transversal na escala 1/260" da planta adjunta ao Proc. 752/1948. Em verde, o edifício nº 7; em azul, o edifício nº 8.

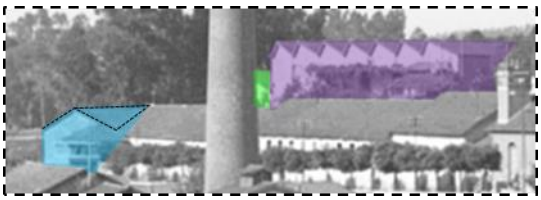


Figura 362: enquadramento da Figura 283 (Ed. nº 6, 7, e 8). (CPF - ALV-004424)

Destaque aos edifícios nº 6 (roxo), 7 (verde), 8 (azul) na fotografia da SFC entre 1934 e 1943 (norte).

Ao que tudo indica, já na época das fotografias entre 1948 e 1952 (Figura 339 e Figura 340) o telhado do edifício nº 6 foi mudado para três coberturas paralelas em extensão, com asnas de madeira e com espaços regulares em vidro para a entrada de luz, algo que se manteve até recentemente (Figura 363, Figura 364).



Figura 363: edifício n° 6 (2016). (FdA)



Figura 364. Foto de satélite do edifício n° 6. (GE)

Quanto aos edifícios n° 7 e 8, há duas possibilidades: 1) construiu-se conforme o projeto do Processo 752/1948 (com telhado em serra) e em algum momento, entre 1949 e 1952, seus telhados passaram a ser configurados como o do edifício n° 6; 2) ignorou-se o desenho que consta no projeto do telhado e aplicou-se a nova configuração do telhado tão logo foi concedida a autorização para a extensão do edifício, tendo se realizado a mudança nos três edifícios (n° 6, 7 e 8) com intervalos muito pequenos entre um e outro.

No caso específico do edifício n°8, ainda hoje se veem as marcas do telhado na parte interna da parede que teria sido a fachada do edifício e que hoje está primeiro piso da edificação (Figura 365, destacado pela linha vermelha)



Figura 365: edifício n° 8, secção 8.1. primeiro piso, parte 2. (FdA)

Foto tirada no sentido norte-sul. Destaque para as marcas do telhado da edificação quando seu único piso era o rés do chão.

Em qualquer um dos casos, o fato é que, provavelmente, a partir de 1952, os três edifícios já estavam com as coberturas no mesmo padrão e com a fachada já no estilo *art déco*.

1.2. 1952-1954: ampliações do conjunto (edificações nº 4; e nº 10, 11 e 12 – parte I).

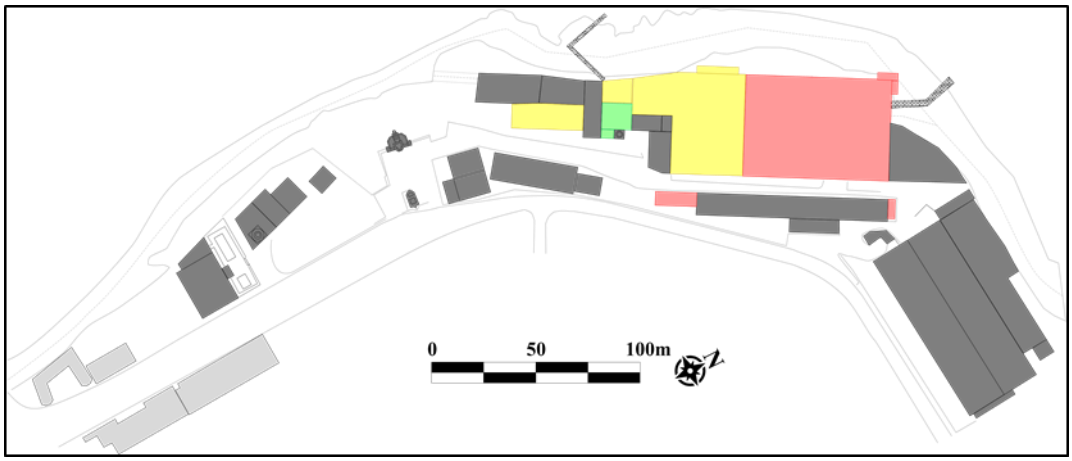


Figura 366: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1952-1954. (CdA)

A segunda parte do projeto de ampliação fabril do Processo 497/1947 a ser desenvolvida foi a construção do segundo piso da edificação nº 10 (Figura 366, em amarelo; Figura 367).

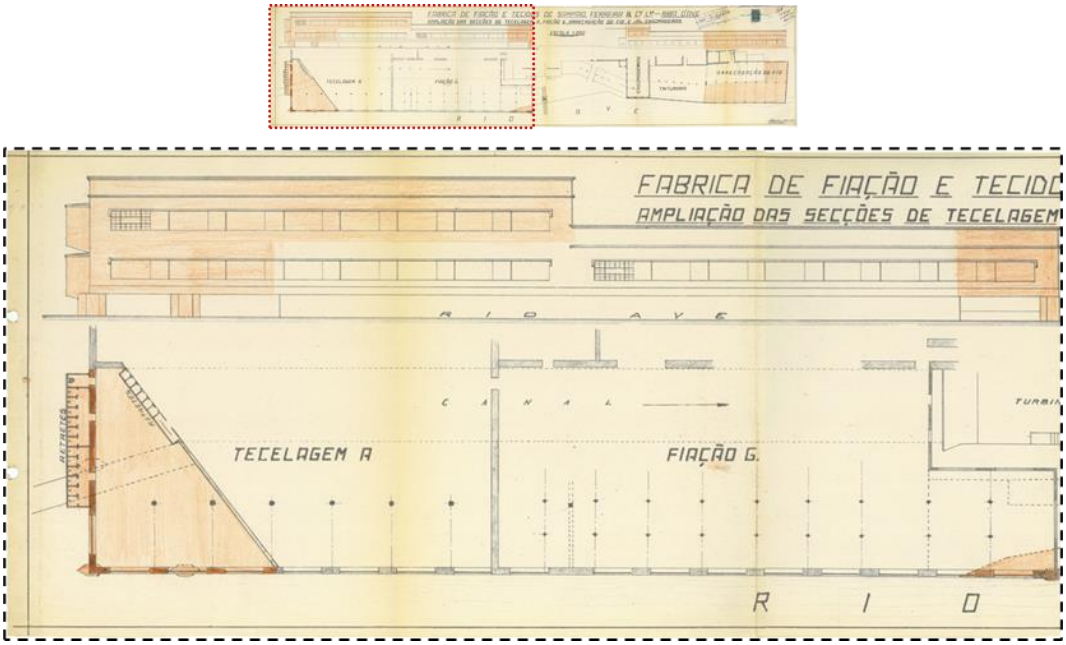


Figura 367: planta para ampliação da SFC (norte). (Archiv-Ave. Proc. 497/1947)

A fotografia de 1948-1952 da porção sul da fábrica (Cf. Figura 347) mostrou que a construção da edificação nº 12 foi realizada antes da ampliação da metade norte do edifício nº 10, também proposta pelo projeto do Processo 497/1947. Isso porque, outra fotografia (Figura 368) mostra uma ampliação em curso da metade sul da própria edificação nº 10, tirada do mesmo ponto de vista das anteriores (1934-1943 e 1948-1952), na margem direta do rio Ave e voltando-se para o Norte do complexo fabril, que haviam sido realizadas pela Casa Fotográfica Domingos

Alvão. Junto dela, encontrou-se uma outra, voltada para a porção sul da fábrica (Figura 369), também tirada do mesmo ponto na margem direita do rio Ave.

É possível que, tal como as que foram tiradas pela Casa Domingos Alvão nos anos 1934-1943 (Figura 285) e 1948-1952 (Figura 341), com uma terceira fotografia elas formassem uma paisagem-sequência (Figura 370).

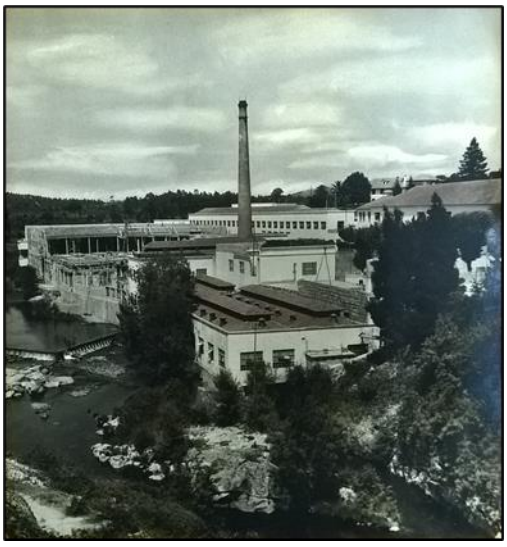


Figura 368: SFC (norte) entre 1952 e 1954. (MIT)

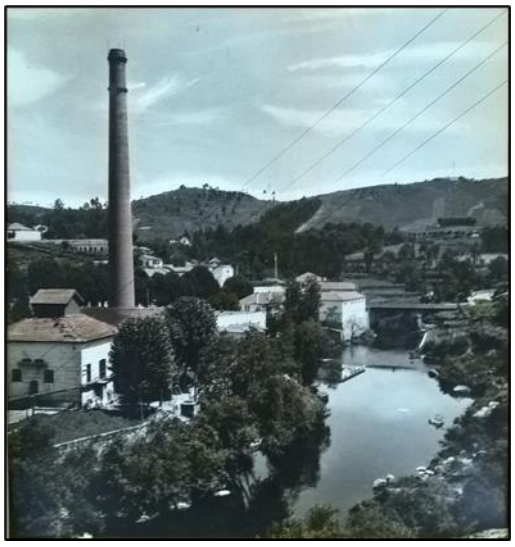


Figura 369: SFC (sul) entre 1952 e 1954. (MIT)



Figura 370: paisagem-sequência da SFC entre 1952 e 1954 (com croqui hipotético - CdA). (MIT)

Possivelmente, estes trabalhos de ampliação na parte sul da edificação nº 10 se referem ao Processo 1159 de 1952.[218] Por isso, ao mesmo tempo, essa é a data limite para as fotografias da Casa Domingos Alvão e a data mínima para estas fotografias do MIT. Estas, por sua vez, têm como data limite o ano de 1954, pois segundo o Processo 1159/1952, as obras na edificação nº 10 já estavam finalizadas em 1954. Além disso, o fato de o edifício dos CTT, que data de 1955,

[218] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952.

não aparecer na fotografia da porção sul da fábrica, que compõe a paisagem-sequência, reforça a hipótese de que a data de 1954 seja a mais precisa.

Em 09 de dezembro de 1952 a Sampaio, Ferreira & Cia. enviou um comunicado ao Engenheiro Diretor da Direção Hidráulica do Douro no qual solicita licença para

> *ampliar o edifício da sua fábrica na parte confinante com a corrente [do] Rio Ave, construindo mais um andar sobre o já existente, e destinado ao mesmo fim, aplicando materiais de alvenaria, ferro e cimento armado, em ótimas condições de segurança, sem prejuízos para a corrente nem para terceiros.*[219]

Em 25 de fevereiro de 1953 a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. foi notificada para *"apresentar na 2ª Secção destes Serviços em Braga, planta devidamente elaborada, do pedido formulado, para ampliação do edifício da sua fábrica".*[220] Porém, conforme a Folha de Informação, até 07 de maio de 1954 a fábrica não deu *"cumprimento à intimação"* de quase nove meses antes e que a obra já se encontrava pronta.[221]

Em 24 de março de 1955, o 5º lanço comunicou ao Chefe da 2ª Secção de Braga que, durante uma fiscalização em Riba d'Ave realizada por ele e pelo Guarda-rios, aproveitou *"a ocasião para insistir com a Sampaio, Ferreira & Cia. para a apresentação do projeto".* Segundo o chefe do 5º lanço, a *"firma"* disse *"que só por lapso não tinham enviado a planta e que a insistência da mesma não tinha chegado ao conhecimento da gerência, pois que doutra forma teria sido oportunamente elaborada e apresentada".* Dito isto, o chefe do 5º Lanço ressalva que como se tratava *"duma obra de elevado valor e que abriga maquinarias e que só teria de ser demolida por capricho da firma ou renitência da mesma em legalizá-la",* o que ele acreditava que não aconteceria. Com isso, solicita ao Chefe da 2ª Secção que se suspendesse *"o processo de execução coerciva",* pois em 15 dias a Sampaio, Ferreira & Cia. seria *"lembrada"* e as plantas certamente seriam entregues.[222]

---

[219] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Comunicado da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Engenheiro Diretor da Direção Hidráulica do Douro. (assinatura ilegível) 09 de dezembro de 1952. P. 01.

[220] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Notificação da Direção geral dos Serviços Hidráulicos. 25 de fevereiro de 1953. P. 01.

[221] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Folha de Informação nº 155/54. 07 de maio de 1954. P. 02.

[222] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 82. 24 de março de 1955. P. 01

E realmente foram entregues, em 11 de abril de 1955.[223] Infelizmente, porém, tais plantas não se encontram na pasta do Processo arquivado junto ao Archiv-Ave.

Tendo a obra sido finalizada em abril de 1954, a licença requerida no Edital não era para construção, como seria o habitual, tendo se tornado um requerimento de licença para *"legalizar a ampliação".*[224] Por essa razão, na Folha de Informação de 11 de maio de 1955 consta em uma observação posterior que, em 30 de maio de 1955, a fábrica *"foi autuada por ter feito a obra sem licença",* multa que pagou *"voluntariamente".*[225] Entretanto, o Alvará de Licença que legalizou as obras do Processo 1159/1952 somente foi concedido mais de dois anos depois, em 27 de julho de 1957.[226]

A fotografia da porção norte da fábrica nesse período mostra algumas alterações significativas na fábrica que incluem algumas que provavelmente não dizem respeito ao Processo 1159/1952. A fotografia mostra que o projeto 497/1947 já completamente executado, pois a metade norte da edificação nº 10 já estava construída (Figura 371, destacado em vermelho) e a imagem mostra já as obras propostas pelo Processo 1159/1952, que ampliou com um segundo piso a metade sul do edifício nº 10 (Figura 371, destacado em amarelo).

Outra hipótese diz respeito a possíveis obras no realizadas no edifício nº 11, da caldeira, para adequá-lo à nova configuração do edifício nº 10, uma vez que a parir de agora seriam edificações geminadas. A Leste da tinturaria, próximo ao corredor central, portanto, as edificações que viriam também foram ampliadas (Figura 371, destacado em azul). Por sua vez, o extremo-sul da edificação nº 4, que estava em construção na fotografia entre 1948 e 1952, estava completada; assim como se verifica que o extremo-norte desse mesmo edifício foi ampliado (Figura 371, destacado em verde).

[223] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Comunicado da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Engenheiro Diretor dos Serviços Hidráulicos do Douro (cópia). 11 de abril de 1955. P. 01.

[224] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Edital 07 de maio de 1955. P. 01

[225] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Folha de Informação nº107/1955. 11 de maio de 1955. P. 01

[226] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Alvará de Licença nº 941. 27 de julho de 1957

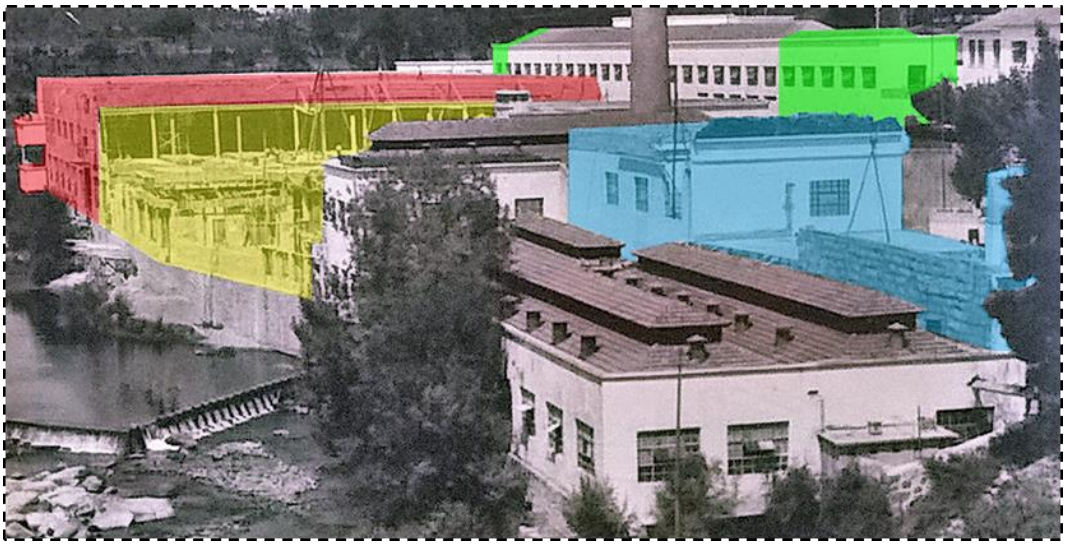


Figura 371: enquadramento da Figura 368 (Ed. nº 4, 10 e 12) (MIT)

Porção norte da SFC, entre 1952 e 1954, para destacar as obras finalizadas e em andamento na fábrica no período: edifício nº 4 (verde), nº 10 (vermelho e amarelo) e 12 (azul).

A porção do extremo-norte da edificação nº 4 era composta apenas pelo rés do chão, conforme mostram as fotografias da Casa Domingos Alvão (Figura 372); mas a partir de 1952-1954 construiu-se um primeiro piso (Figura 373) que homogeneizou a volumetria da edificação ficou. Curiosamente, o rés do chão não sofreu qualquer alteração para que se construísse o primeiro piso sobre ele, tendo permanecido com a mesma extensão. Ou seja, o rés do chão tem menor em profundidade do que o primeiro piso ali construído.

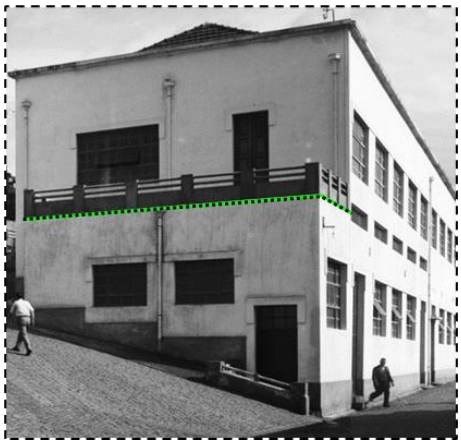


Figura 372: enquadramento da Figura 347 (Ed. nº 4) (CPF - ALV-004422)

Enquadramento do edifício nº 4 possivelmente entre 1948 e 1952.

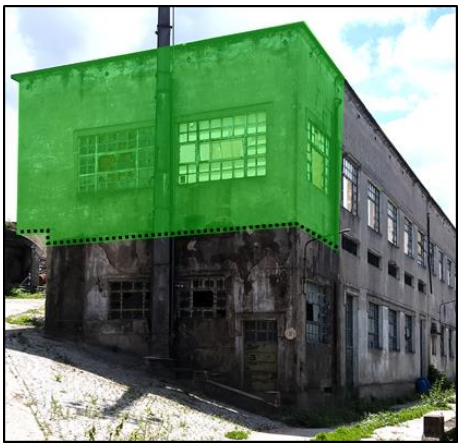


Figura 373: extremo-norte do edifício nº 4 (2016-2018). (FdA)

Destaque para a extensão do primeiro piso realizada, possivelmente entre 1952 e 1954.

1.3. 1955-1957: ampliações do conjunto (edificações nº 4; e nº 10, 11 e 12 – parte II).

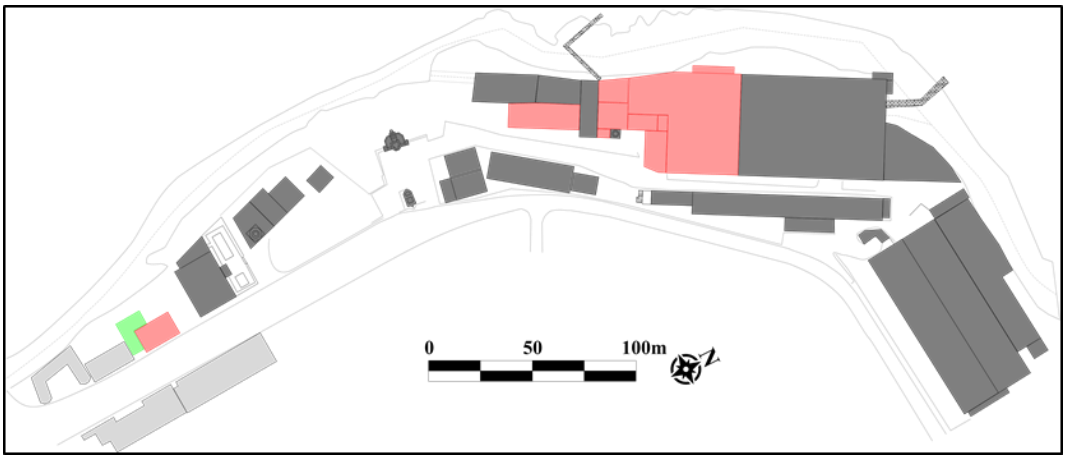


Figura 374: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1955-1957. (CdA)

A identificação das mudanças no conjunto edificado para o período entre 1955 e 1957 (Figura 374) foi possível graças à estratégia de busca de imagens antigas da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. em que um dos recursos foi realizar pesquisas *online*. Foi assim que se encontrou uma fotografia com a seguinte legenda: *"Panorâmica sobre Riba de Ave, com a Fábrica Têxtil 'Sampaio, Ferreira & Ca' [sic.] em primeiro plano"* (Figura 375).[227]

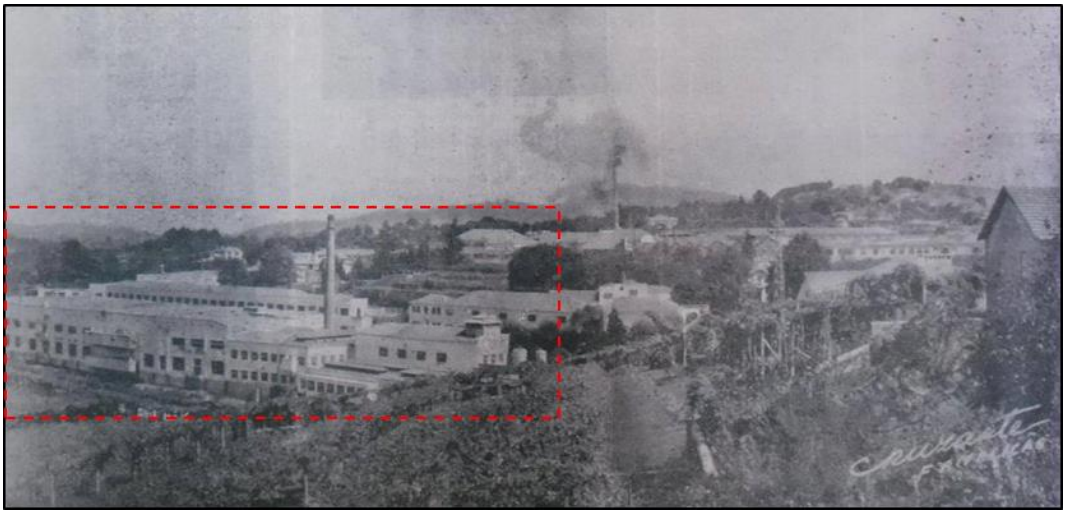


Figura 375: a SFC possivelmente entre 1955 e 1957. (Famalicão antigo)

Esta fotografia mostra um momento posterior à finalização das obras de ampliação da Sampaio, Ferreira & Cia. em realização entre 1952 e 1954, pois tanto as obras de expansão da

[227] *Facebook*. Página Famalicão Antigo, publicação de 22 de fevereiro de 2015.

https://www.facebook.com/famalicaoantigo/photos/a.178816565597624/650287831783826/?type=3&theater Acesso em 13 de fevereiro de 2019. A publicação ainda indicava que a fotografia provinha da Casa Fotográfica Cruzarte, como inclusive se vê no canto inferior direito da imagem. Entretanto, apesar dos contatos realizados para se conseguir mais informações sobre a fotografia, não houve resposta.

metade sul da edificação nº 10 (Figura 376, destacada em amarelo) quanto a ampliação nº 12 com a construção do segundo piso do edifício próximo ao corredor central (Figura 376, destacado em azul), a Leste da tinturaria (Figura 376, destacada em vermelho); já estavam terminadas. Assim, embora não se tenha a data em que a fotografia foi tirada, pode-se supor que no mínimo é de 1954/1955, quando estas obras foram finalizadas, como evidencia o Processo 1159/1952 junto à Direção Geral dos Serviços Hidráulicos.

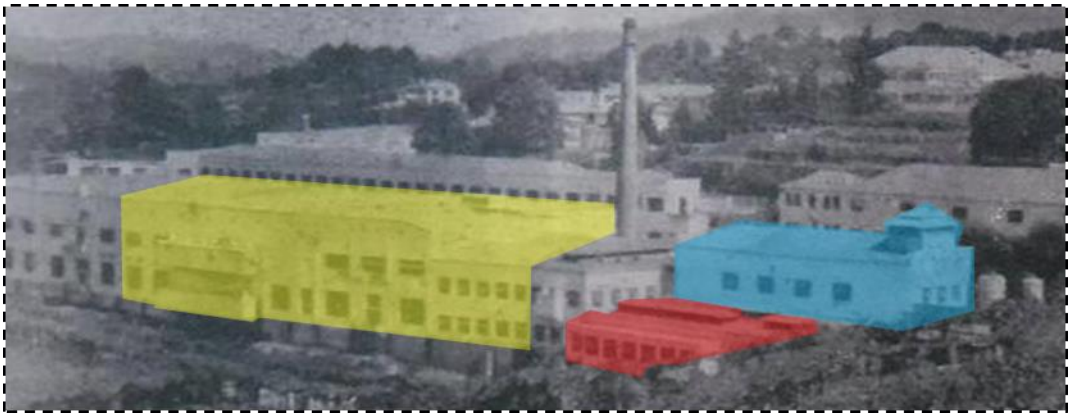


Figura 376: enquadramento da Figura 347 (Ed. nº 10 e 12). (Famalicão Antigo)

Outro documento, que reforça a ideia de esta configuração da fábrica ser deste período, provém da continuidade do Processo 353/1945 no ano de 1979. Neste ano, a fábrica solicitou autorização para *"elevar de 3 para 5 metros a altura de um armazém [não identificado], situado nas suas instalações"*.[228] Tendo sido solicitada que enviasse uma planta das obras a serem realizadas, a fábrica enviou uma versão que, entretanto, já não correspondia à sua estrutura em 1979 (Figura 377).

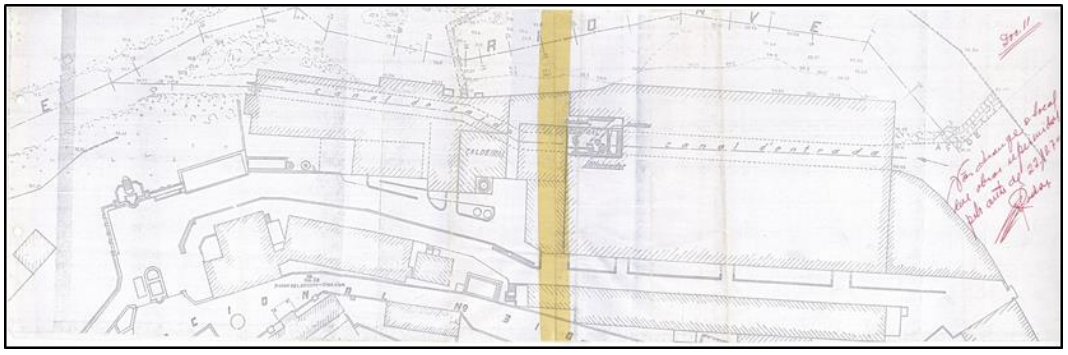


Figura 377: Planta da SFC possivelmente entre 1955 e 1957. (Archiv-Ave. Proc. 353/1945)

Esta planta topográfica foi anexada à uma solicitação junto à Hidráulica do Douro em 09 de novembro de 1979.

[228] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Diretor da Hidráulica do Douro. 09 de novembro de 1979. P. 01.

Entretanto, a configuração da fábrica que aparece na planta aproxima-se da configuração do conjunto fabril tal como representada na fotografia que se acredita ser de 1955-1957 (Figura 375) e aproxima-se da possível evolução do conjunto fabril entre os anos de 1955 e 1957.[229]

Na planta, a edificação nº 10 em sua configuração final após o aumento de sua metade sul (Figura 378, destacado em amarelo) e o edifício a Leste da tinturaria, ao que parece, já com os limites definidos (Figura 378, destacado em verde).



Figura 378: recorte da Figura 376 (Ed. nº 10 e 12). (Archiv-Ave. Proc. 353/1945).

Destaque para as edificações nº 10 (amarelo) e nº 12 (vermelho e verde) em recorte da planta topográfica anexada à solicitação da SFC ao Diretor da Hidráulica do Douro (09 de novembro de 1979).

Outro aspecto que chama a atenção na planta, mas que o enquadramento da fotografia entre 1955 e 1957 (Figura 375) não permite verificar, é que até esse período a edificação da tinturaria (Figura 376 e Figura 378, destacada em vermelho) ainda mantinha a mesma extensão que adquiriu após as obras de ampliação do projeto do Processo 497/1947 junto à Direção Geral do Serviços Hidráulicos,[230] levadas a cabo entre 1948 e 1952. Por essa razão, se, por um lado, a data inicial para essa configuração espacial e edificada do complexo fabril é 1954/1955, em função do término das obras na edificação nº 10 propostas pelo Processo 1159/1952; por outro lado, assinala-se o ano de 1957 como data limite exatamente porque uma fotografia aérea vertical de 1958 mostra a tinturaria já tendo sido expandida (ver adiante Figura 415).[231]

---

[229] Essa situação expõe a defasagem entre as plantas preservadas nos órgãos de fiscalização, como os Serviços Hidráulicos, e as estruturas da fábrica no mesmo período. Ou seja, a fábrica não enviava à fiscalização uma nova planta à medida que alterava sua estrutura.

[230] Archiv-Ave. Proc. 497/1947.

[231] Cf. Parte V, Capítulo 1, Subcapítulo 1.1. 1958: ampliações do conjunto (edificações nº 3, 12 e 17).

Entretanto, o Processo 353/1945, para legalizar as alterações na estrutura fabril e, ao mesmo tempo, solicitar autorização para ampliar as dependências da fábrica[232] ainda não havia sido finalizado nesse período.

Em 17 de novembro de 1948 a própria situação do Processo ainda não estava completamente regularizada, conforme reforço das solicitações para desdobramento da legalização e solicitações de aumento.[233] E mais de um ano depois ainda não havia se resolvido,[234] situação que se arrasta[235] até julho de 1950, quando, finalmente chegou-se a uma conclusão: por se tratar de uma fábrica cujo aproveitamento era superior a 20 HP, deveria ser diretamente a *"Exmª Direção Geral"* e não a 2ª Secção a tratar da questão.[236]

Passados mais quase dois anos o Chefe da 2ª Secção de Braga volta a perguntar ao Chefe do 5º Lanço sobre o andamento do pedido da Sampaio, Ferreira & Cia. junto à Direção Geral dos Serviços Hidráulicos.[237] Novamente em uma demorada troca de comunicados a fim de se saber como andava o processo,[238] a Sampaio, Ferreira & Cia. responde em 13 de abril de 1853:

> *em virtude do nível da água ainda cobrir o n/ [sic.] açude tornando-nos impossível fazer a medição do mesmo, não apresentamos ainda a documentação que nos foi solicitada (...), esperando que na próxima estiagem o possamos fazer e enviaremos à Direção Geral dos Serviços Hidráulicos toda a documentação devida.*[239]

Ou seja, mais uma temporada haveria de ser esperada para que a fábrica providenciasse a documentação que havia sido solicitada, pelo menos, desde 1947. No total, desde que se fez o primeiro requerimento sobre a legalização, já se passaram 8 anos da abertura do Processo 353/1945, mas a situação ainda estava por se resolver.

Em 24 de abril de 1954 o Chefe da Secção de Braga parece ter dúvidas sobre se Sampaio, Ferreira & Cia. havia feito o pedido diretamente à Direção-Geral, conforme recomendado em 27

---

[232] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 777. 28 de abril de 1945.

[233] Archiv-Ave. Proc. 353/1945.Ordem de Serviço 3447. 17 de novembro de 1948. P.01

[234] Archiv-Ave. Proc. 353/1945.Ordem de Serviço 1857. 25 de novembro de 1949. P.01

[235] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordens de Serviço: 1673, 06 dezembro de 1949; 2206, 14 de dezembro de 1949; 848, 17 de março de 1950.

[236] Archiv-Ave. Proc. 353/1945.Ordem de Serviço 1112. 27 de julho de 1950.

[237] Archiv-Ave. Proc. 353/1945.Ordem de Serviço 1236. 25 de abril de 1952.

[238] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordens de Serviço: 383, 16 de maio de 1952; 789, 28 de março de 1953.

[239] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Comunicação da SFC ao Chefe da Seção dos Serviços Hidráulicos de Braga. 13 de abril de 1953.

de julho de 1950, e encaminha um comunicado diretamente ao Engenheiro Diretor dos Serviços Hidráulicos no qual explica toda a situação e ao final diz: *"em face do exposto, tenho a honra de propor a V. Exª. que à Direção-Geral seja perguntado se o pedido já foi apresentado e, em caso negativo, seja a requerente notificada por escrito"*.[240]

Ao que parece, a dúvida do Chefe da Secção não foi à toa, pois a resposta afirmava que em 28 de junho de 1954 (ou seja, após o comunicado do Chefe da Secção ao Engenheiro Diretor), a Sampaio, Ferreira & Cia. havia sido notificada de que teria de completar o pedido de legalização em 60 dias. E acrescentava que em 26 de dezembro de 1952 essa solicitação já havia sido feita à fábrica e ela respondera.[241]

Um ano e três meses depois, em outubro de 1955, o Engenheiro Diretor finalmente escreveu ao Chefe da Secção sobre a tão esperada resposta da Sampaio, Ferreira & Cia... e não, a fábrica não havia ainda apresentado a documentação para a legalização das estruturas fabris.

Deveria ser mais uma vez notificada para fazê-lo. Mas agora, parece que a paciência institucional havia se esgotado: a fábrica deveria entregar a documentação necessária em 30 dias *"sob pena das sanções legais"* se não o fizesse.[242] Para um Processo de dez anos, 30 dias a mais não seriam um problema.

E não foram.

Como não foram nove meses seguintes a esses 30 dias até a vistoria das instalações fabris da Sampaio, Ferreira & Cia., que veio a se realizar em 23 de agosto de 1956 e cujo Auto de Inspeção, realizado pelo Chefe do 5º Lanço Manuel Fernandes Rodas, serviria para *"informar o pedido de concessão, em regime de interesse privado, do aproveitamento hidroelétrico do Rio Ave, para acionar uma fábrica de fiação e tecidos* [a Sampaio, Ferreira & Cia.] *"*.[243]

Conforme o Auto de Inspeção, *"a planta estava exata"* e o *"pedido era de deferir por virtude de não causar prejuízos ao bom regime das águas, de não afetar qualquer concessão de utilidade pública e de satisfazer às condições impostas na lei das águas e Regulamento das*

---

[240] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Comunicado do Chefe da Secção de Braga ao Engenheiro Diretor. 24 de abril de 1954. P. 01.

[241] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Ordem de Serviço 3176: Resposta do Eng. Diretor ao Chefe da Secção de Braga. 27 de julho de 1954. P. 01.

[242] Archiv-Ave. Proc. 353/1945: Ordem de Serviço 4549. 07 de outubro de 1955. P. 01; Notificação à SFC de 18 de outubro de 1955. P. 01.

[243] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Auto de Inspeção para legalização das instalações fabris. 23 de agosto de 1956. P. 01

concessões".[244] A partir disso, o documento acrescenta cinco informações únicas sobre o funcionamento da fábrica.

A primeira informação que o Auto de Inspeção fornece é sobre a turbina instalada na fábrica e afirma que o

> *alvará tem por objeto o aproveitamento das águas do rio Ave para movimentar uma turbina de eixo vertical, tipo Francis, que produzirá energia motriz de cerca de cento e setenta e seis cavalos vapor [176 HP], destinando-se a estacar um alternador produtor de energia elétrica sob a forma de corrente alternada a duzentos e vinte volts [220V].* [245]

O segundo aspecto ressaltado no Auto de Inspeção é uma descrição pormenorizada do primeiro açude da fábrica, ao norte do complexo fabril, pelo qual se desviava o fluxo do rio Ave para o canal que passava por debaixo do edifício nº 10, onde se localizava a turbina, e pela tinturaria do edifício nº 12:

> *O aproveitamento far-se-á por meio de um açude de alvenaria argamassada, de forma angular, com o vértice para a montante, o perfil trapezoidal, como comprimento total de trinta e nove metros [39,0m] e as alturas a montante de dois metros e trinta centímetros [2,30m] e à jusante de três metros e dezoito centímetros [3,18m], ficando a sua crista de nível em toda a sua extensão e com o centro de um sinal em forma de cruz gravado em pedra firme, na margem esquerda, junto ao travamento do açude.*[246]

A terceira informação dada pelo Auto de Inspeção trata justamente do canal que acionava a turbina:

> *As águas são derivadas do açude por meio de um canal de alvenaria argamassada, com largura média de seis metros e meio [6,50m] e o comprimento de oitenta e cinco metros e oitenta centímetros [85,50m], no extremo da qual existem duas comportas de madeira, acionadas por mecanismo apropriado, que regulam a entrada de água na câmara da turbina, e restituídos à corrente por meio de um canal de fuga de alvenaria argamassada, com a largura média de cinco metros [5m] e o comprimento de noventa e três metros [93m].*[247]

---

[244] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Auto de Inspeção para legalização das instalações fabris. 23 de agosto de 1956. P. 01.

[245] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Auto de Inspeção para legalização das instalações fabris. 23 de agosto de 1956. Pp. 01-02.

[246] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Auto de Inspeção para legalização das instalações fabris. 23 de agosto de 1956. P. 02.

[247] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Auto de Inspeção para legalização das instalações fabris. 23 de agosto de 1956. P. 02.

A quarta observação diz que *"o máximo caudal concedido é de cinco mil e quinhentos litros por segundo [5500L/s]".*[248]

Por fim, o Auto de Inspeção afirma que a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. não poderia *"se opor a que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, proceda a captação de águas do rio Ave, a montante do açude, destinada a abastecimento da população daquela vila e de diversas povoações do Concelho".*[249] A pertinência de tal observação se dá porque a retirada de água a montante do primeiro açude poderia reduzir a quantidade de água que seria desviada para o canal e, consequentemente, destinada a movimentar a turbina.

Estas mesmas informações do Auto de Inspeção constam no Alvará de Concessão *"de interesse privado para legalização do aproveitamento das águas do rio Ave"*,[250] como as condições números 1 a 5, respectivamente, do total de 11 a que a Sampaio, Ferreira & Cia. deveria se submeter.[251] As outras condições estabelecidas pelo Alvará definem as obrigações a que ficava submetida a fábrica em termos legais. A sexta condição estabelecia que o período da concessão seria de 20 anos e, na sétima condição, definia que o Estado não teria responsabilidade em caso de

> *diminuição de caudal, erro de cálculo ou qualquer outro motivo previsto ou imprevisto não podendo as águas desviadas ao abrigo desta concessão ter utilização diferente da mencionada na mesma, em todo ou em parte, sem novo pedido e nova concessão.*[252]

Além disso, pela oitava condição, estabelecia que ao Estado, por meio da *"Direção Hidráulica do Douro da Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos"* se reservava *"o direito de (...) proceder à fiscalização da exploração da concessão"* e as despesas deveriam ser pagas pela Sampaio, Ferreira & Cia.[253]

A nona condição do Alvará de concessão afirmava que a Sampaio, Ferreira & Cia. não estaria livre de requerer futuras *"licenças ou autorizações das entidades públicas ou particulares"*

---

[248] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Auto de Inspeção para legalização das instalações fabris. 23 de agosto de 1956. P. 02.

[249] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Auto de Inspeção para legalização das instalações fabris. 23 de agosto de 1956. Pp. 02-3

[250] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Alvará de Concessão. 29 de dezembro de 1956. P.01.

[251] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Alvará de Concessão. 29 de dezembro de 1956. P.02.

[252] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Alvará de Concessão. 29 de dezembro de 1956. P.03.

[253] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Alvará de Concessão. 29 de dezembro de 1956. P.03.

que viessem a ser realizadas na fábrica. Por fim, as duas últimas condições, afirmavam que o não cumprimento da legislação[254] ou o descumprimento da as condições do Alvará levariam à caducidade do mesmo,[255] ficando, portanto, a Sampaio, Ferreira & Cia. obrigada *"ao cumprimento de todas as condições nele exaradas bem como a quaisquer outras disposições legais que lhes sejam aplicadas"*.[256]

E, então, após 12 anos, encerrou-se o Processo 353/1945 com a entrega do Termo de Responsabilidade à Sampaio, Ferreira & Cia. em 1957.[257]

[254] Artigo 3° da Lei n° 16.767, de 20 de abril de 1929.

[255] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Alvará de Concessão (condição n° 10). 29 de dezembro de 1956. P.03.

[256] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Alvará de Concessão (condição n° 11). 29 de dezembro de 1956. P.03.

[257] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Termo de responsabilidade. 06 de fevereiro de 1957. P.01.

Capítulo 2. A memória retratada: as fotografias industriais da Sampaio, Ferreira & Cia. no acervo Domingos Alvão.

Fragmento de um todo ou da sua aparência, cada fotografia, por sua vez, é fragmento de fragmentos, e, por um movimento de aproximação e expansão em todas as direções, ao mesmo tempo que pelo movimento contrário de conversão ao ponto de resolução que finalmente é, torna-se, na imagem única que apresenta, leitura múltipla do mundo.
(José Saramago, "Cadernos de Lanzarote Diário III")

Entre 1896, data da fundação da Sampaio, Ferreira & Cia., e 1933, quando faleceu Narciso Ferreira; foram encontradas cinco fotografias da fábrica (Figuras 240/241, 243, 261, 264, 269/270), todas tiradas a partir da margem direita do rio Ave para retratar a paisagem fabril.

A partir da morte do fundador, porém, ocorreu uma transformação estética na arquitetura da fábrica com base na estética *art déco*, inaugurada pelo monumento a Narciso Ferreira, em 1934. Foi a partir deste ano, até por volta de 1957, que a Casa Fotográfica Domingos Alvão realizou uma série de fotografias industriais na Sampaio, Ferreira & Cia.

O acervo Domingos Alvão no Centro Português de Fotografia contém 40 fotografias da Sampaio, Ferreira & Cia. e retratam sua paisagem fabril, o exterior das edificações e algumas mostram o interior das instalações e o maquinário têxtil. Este conjunto imagens é o único que possui tratamento arquivístico que permite identificar com relativa segurança o "assunto" específico de cada fotografia e que indica, ainda que vagamente, o período a que se referem.

Embora o conjunto de fotografias da Sampaio, Ferreira & Cia. do acervo Domingos Alvão sejam de um período entre 1934 e 1957, sendo que para algumas fotografias do exterior é possível afirmar que sejam de até 1952; ao que tudo indica, as fotografias do interior são do período entre 1948 e 1957, pois retratam espaços ou construídos por volta desse período ou cuja configuração estrutural se alinha com a configuração fabril do período de acordo com outros documentos.

Apesar de cada fotografia no catálogo do arquivo do CPF possuir um título que identifica as máquinas ou as atividades desenvolvidas, foi necessário também fazer uma análise da estrutura

interna das edificações retratadas para se tentar localizá-las no conjunto edificado com a maior precisão possível.

Assim, a observação minuciosa da tipologia de asnas dos telhados; a análise da distribuição e posição de portas, janelas e pilares estruturais nos espaços em relação ao ponto de vista do fotógrafo; a comparação com a configuração atual da fábrica, a partir de observações *in situ*; a comparação com outras fotografias, atuais e antigas; permitiram identificar quais eram os edifícios do conjunto fabril que foram retratados nas fotografias.

Da edificação nº 4, identificada na planta de 1964 como destinada à *"preparação para tecelagem",* há uma foto do que parece ser seu primeiro piso na qual se vê as esquinadeiras, estruturas de *"suporte dos cones/bobines para alimentar a urdideira"*,[258] também ali retratada, e cuja função era preparar *"o órgão de teia por secções que vai para o tear"*[259] (Figura 379).

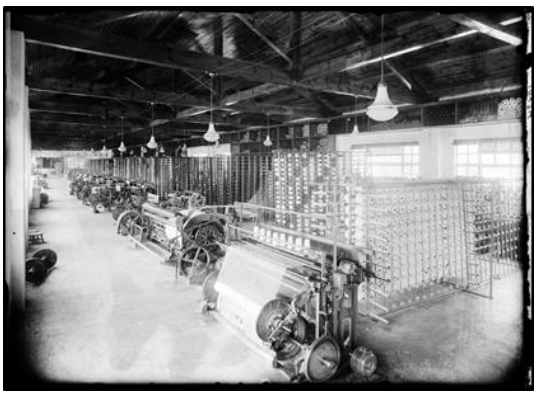


Figura 379: ALV-004395, "pavilhão com urdideira". (CPF)

A segunda fotografia (Figura 380) do interior do edifício nº 4 é do seu rés do chão, destinado ao "Armazém de fazenda" segundo a planta de 1964; e é intitulada como *"pavilhão de enrolamento do tecido"*. A identificação desse local se faz pelo tipo e altura das janelas e por ser a mesma estrutura da edificação (Figura 381).

[258] MIT http://www.museudaindustriatextil.org/pop.php?co=64&codpai=63&cr=1

[259] MIT http://www.museudaindustriatextil.org/pop.php?co=118&codpai=63&cr=1



Figura 380: ALV-004392, "pavilhão de enrolamento do tecido". (CPF)



Figura 381: edifício nº 4, secção 4.1. Rés do chão. (FdA)

A seta vermelha se refere ao ponto de vista do fotógrafo na foto ALV-004392 (Figura 380).

Intitulada *"pavilhão de tecelagem",* sem especificar qual, a próxima fotografia (Figura 382) parece ser do edifício 6, pois, além de ter se indicado que ali funcionava a "Tecelagem 'C'", em ambas as plantas de 1964 e de 1978; a configuração das asnas do telhado e os pilares de ferro que o sustentam parecem ser os que ainda se conservavam na fábrica até recentemente (Figura 383). Na imagem, vê-se os teares mecânicos que produzem *"o tecido através do cruzamento ortogonal dos fios da teia com os da trama".*[260]



Figura 382: ALV-004390, "pavilhão de tecelagem". (CPF)



Figura 383: edifício nº6. (FdA)

A fotografia seguinte (Figura 384) também mostra teares, mas não especifica o *"pavilhão de tecelagem"* a que se refere seu título. Ao que tudo indica, parece ser do edifício nº 7 que, tal como o edifício nº 6, tinha a mesma designação nas plantas de 1964 e 1978, sendo a "Tecelagem

[260] MIT. http://www.museudaindustriatextil.org/pop.php?co=125&codpai=63&cr=1

'B'". Outra pista para que se identifique o pavilhão retratado como o edifício 7 é o fato de que as janelas só estão posicionadas em um dos lados da edificação, o que se explicaria no caso do edifício nº 7 por ele estar num nível inferior ao 6, deixando o seu lado direito de quem entra no edifício (representado na fotografia) sem janelas. Além disso, ao fundo, vê-se uma escada, tal como existe até hoje na edificação, embora tenha sido modificada e esteja fechada por tijolos (Cf. Figura 96).

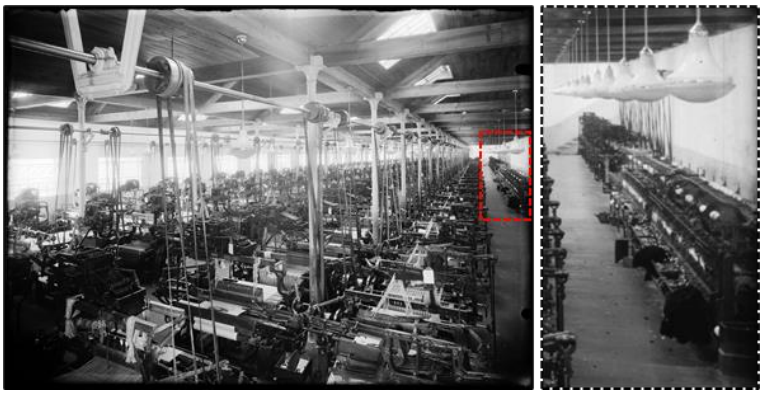


Figura 384: ALV-004393, "pavilhão de tecelagem".(Fonte CPF)

No detalhe, a escada ao fundo que, possivelmente, dava acesso ao edifício nº 6.

A duas fotografias seguintes (Figura 385 e Figura 386) são das poucas da série em que aparecem trabalhadores e, ainda assim, provavelmente foram tiradas uma após a outra (embora não se possa precisar qual foi tirada primeiro), pois aparentemente apenas mudou-se apenas o grau de exposição à luminosidade na foto, uma vez o ponto de vista é exatamente o mesmo e há apenas mínimas variações nas posições dos operários.



Figura 385: ALV-004391, "operários a trabalhar na secção de estampagem". (Fonte CPF)



Figura 386: ALV-004412, "operários a trabalhar na secção de estamparia". (CPF)

Há algumas razões que permitem supor que seja a edificação nº 8 retratada na fotografia. A primeira razão é porque, provavelmente, somente após o período entre 1955 e 1957 a

estamparia passou para a edificação nº 12, pois foi quando a secção 2 daquele edifício foi construída, tendo sido posteriormente ampliada com a construção das seções 3, 4 e ampliação da 5 (tinturaria), pelo projeto da planta de 1964. Assim, até 1955, pelo menos, o edifício nº 8 era destinado à "estamparia manual", atividade ali desenvolvida, como se vê nas fotografias.

Em segundo lugar, a edificação possui apenas uma fileira de pilares de sustentação do telhado, que fé formado por uma sequência de duas asnas de madeira alinhadas (Figura 387 e Figura 388). No total, portanto, o telhado tem quatro águas, de modo que sua configuração exterior seria idêntica ao que se verifica em fotografia posterior (Figura 389, destacado em amarelo). Deste modo, as fotografias foram tiradas na parte mais antiga e extensa da edificação, o que explicaria a existência de janelas à esquerda e que permitem visualizar, aparentemente, o espaço da edificação mais curto e próximo do rio Ave (Figura 389, destacado em roxo)

Além disso, observa-se nas fotografias que a parede direita não possui janelas, algo condizente com o fato de que o rés do chão da edificação nº 8 ser geminada ao edifício nº 7, mas abaixo do nível do solo deste, o que faz com que o ponto de vista do fotógrafo seja no sentido sul-norte (Figura 387, Figura 388 e Figura 389; conforme setas vermelhas).

Outra evidência é a posição das entradas de luz no telhado: as entradas menor espaçamento entre si (Figura 387, Figura 388 e Figura 389, destacado em azul) estão mais próximas da parede sem janelas; enquanto que as com maior espaçamento entre uma e outra (Figura 387, Figura 388 e Figura 389, destacado em verde) estão mais próximas o último terço da edificação, próximo ao rio Ave.

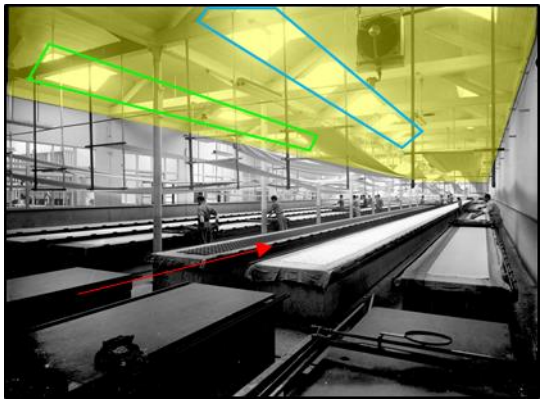


Figura 387: ALV-004391, Análise do telhado. (CPF)

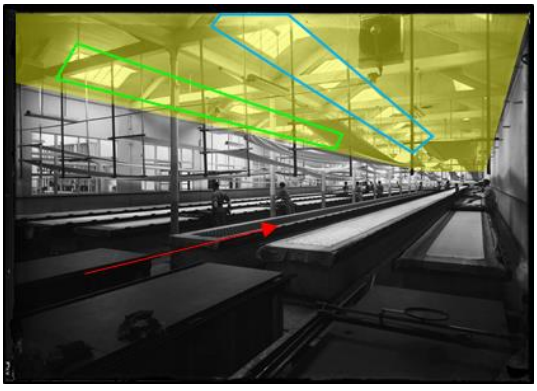


Figura 388: ALV-004412, Análise do telhado. (CPF)

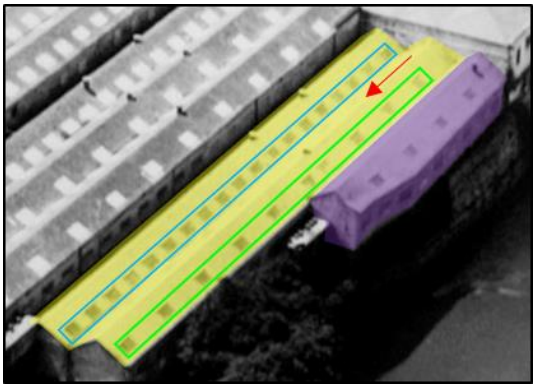


Figura 389: edifício nº 8 por volta de 1969. (FNF)

Cf. Figura 456

As duas fotografias a seguir foram tiradas no primeiro piso da edificação nº 10, cujo espaço era ocupado pela "fiação grossa, a cardação e tecelagem 'A'", segundo a planta de 1964. Além das atividades descritas nos títulos das fotografias, o extenso telhado do tipo *shed* e a enorme quantidade de colunas que o sustentam permitem verificar sua localização no conjunto edificado.

A primeira fotografia, cujo título é *"pavilhão com cardas de fiação"* (Figura 390), mostra o processo de cardação, pelo qual as fibras têxteis seriam abertas, limpa e individualizadas *"transformando o material numa fita para os laminadores"*.[261]



Figura 390: ALV-004400, "pavilhão com cardas de fiação". (CPF)

A segunda fotografia tem o título de *"pavilhão com bobinadeiras"* (Figura 391), cujo propósito era bobinar *"o fio do contínuo em cones lisos ou perfurados"*.[262]

[261] MIT. http://www.museudaindustriatextil.org/pop.php?co=60&codpai=59&cr=1

[262] MIT. http://www.museudaindustriatextil.org/pop.php?co=114&codpai=59&cr=1



Figura 391: ALV-004394, "pavilhão com bobinadeiras". (CPF)

A fotografia seguinte mostra alguns *"laminadores"* (Figura 392), conforme o próprio título indica; máquina cujo propósito era estirar, paralelizar e regularizar *"a massa de fibras pela dobragem, podendo ser utilizado para fazer mistura de algodão com outras fibras".*[263] Não foi possível precisar o local em que foi tirado a foto, mas tendo em vista que no primeiro piso da edificação nº 10 realizava-se a cardação, etapa imediatamente anterior à laminação, é possível que a fotografia seja do rés do chão desse edifício. Além disso, ainda hoje, há centenas de cilindros que onde as fibras eram transportadas dos laminadores para as cardas, alguns, ainda com restos de fibras, inclusive (Figura 392, hoje em dia Figura 393).



Figura 392: ALV-004402, "laminadores". (CPF)



Figura 393: edifício nº 10, secção 10.2. rés do chão. (FdA)

Na série fotográfica há também duas fotografias da secção da tinturaria do edifício nº 12 (Figura 394 e Figura 395), ambas tiradas do lado das janelas, mais próximas ao rio Ave e em pontos opostos da edificação (Figura 396). Internamente a edificação era aberta, estando a porção norte e sul da edificação separada por uma parede com duas grandes aberturas na forma de

[263] MIT. http://www.museudaindustriatextil.org/pop.php?co=62&codpai=59&cr=1

arcos. Diferentemente dos outros edifícios da fábrica que em forros recobriam o telhado e parte das asnas de madeira, a estrutura do tipo lanternim da lavanderia não possui forro e deixa as telhas aparentes, de modo permitir a circulação do ar no local, pois ali produtos químicos seriam usados para tingir os tecidos.



Figura 394: ALV-004399, "pavilhão de tinturaria de fio". (CPF)



Figura 395: ALV-004413, "secção de acabamentos de tecidos". (Fonte CPF)

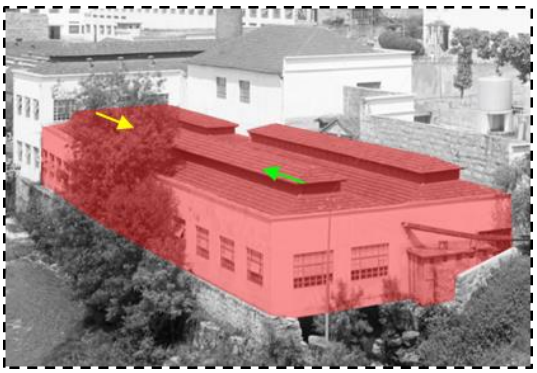


Figura 396: enquadramento da Figura 339 (Ed. nº 12) (CPF - ALV-004428).

Enquadramento do edifício nº 12 na fotografia da SPC entre 1948 e 1952 (norte). Setas indicam o ponto de vista do fotógrafo: seta amarela na Figura 394 (ALV-004399) e a seta verde na Figura 395 (ALV-004413).

As duas últimas fotos da série da Casa Domingos Alvão preservadas que mostram o interior das instalações e o maquinário não são da Sampaio, Ferreira & Cia. propriamente dita, mas da Central Hidroelétrica do Amieiro Galego, de propriedade da empresa. A primeira mostra o *"painel de comando da Central Eléctrica"* (Figura 397) e a segunda mostra a turbina e alternador da marca *Oerlikon* (Figura 398).



Figura 397: ALV-004405, "painel de comando da central eléctrica". (CPF)

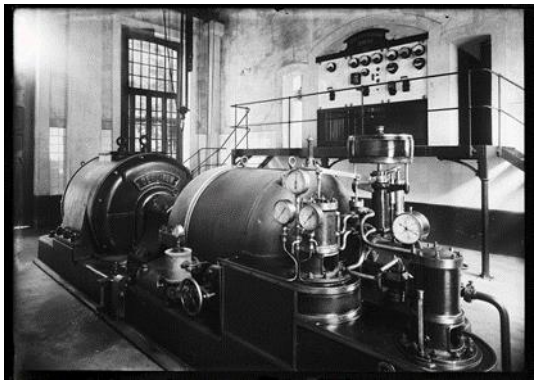


Figura 398: ALV-004401, "gerador". (CPF)

A partir da análise das fotografias do acervo Domingos Alvão é possível verificar que elas foram tiradas em momentos distintos, com diferenças que podem chegar a mais 20 anos da Sampaio, Ferreira & Cia., de 1934 a 1957.

Das 40 fotografias, 8 delas formam paisagens-sequências;[264] e duas delas parecem ter sido tiradas com poucos instantes de diferença do mesmo ponto de vista.[265] Assim, embora haja 40 fotografias no acervo Domingo Alvão, pode-se dizer que há 32 fotografias individuais e 4 composições fotográficas do tipo paisagens-sequência que, para fins de identificação das edificações, dos espaços, das alterações estruturais, estéticas e arquitetônicas; podem ser tratadas individualmente.

Em 36 destas fotografias enquadram-se edificações da Sampaio, Ferreira & Cia., incluindo uma em que aparece um automóvel da família Ferreira (sendo abastecido em uma bomba de gasolina com a fábrica ao fundo).[266] Das quatro restantes, duas não foram identificadas como sendo de construções pertencentes ao complexo fabril, embora o acervo as ligue à Sampaio,

[264] CPF. ALV-004424 e ALV-004416, formam a paisagem-sequência do conjunto fabril entre 1934 e 1943 (Figura 285); ALV-004428 e ALV-004423, formam a paisagem-sequência do conjunto fabril entre 1948 e 1952 (Figura 341); ALV-004421 e ALV-004408, a composição em que aparece entrada da fábrica, com o escritório, a portaria, as grades e o monumento (Figura 301); ALV-004422 e ALV-004409, mostram a sequência do interior fabril no qual aparecem os edifícios nº 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10 e o monumento ao fundo (Figura 348).

[265] CPF. ALV-004391 (Figura 385) e ALV-004412 (Figura 386)

[266] CPF. ALV-004389 (Figura 412)

Ferreira & Cia.;[267] e duas, embora não tenham sido tiradas no conjunto edificado da fábrica, ligam-se diretamente à ela por retratarem a Central Hidroelétrica do Amieiro Galego.[268]

Destas 36 imagens em que edificações da Sampaio, Ferreira & Cia. aparecem nos enquadramentos, há nove fotos do complexo fabril que foram tiradas de posições em que o fotógrafo se encontrava fora dos limites da fábrica. Em três delas, posicionado em frente à entrada, nas quais os principais elementos são o monumento, o escritório, a portaria.[269] E em cinco delas o fotógrafo se posicionou na margem direita do rio Ave, sendo que em uma delas faz um enquadramento em que aparecem ao mesmo tempo o monumento, o escritório, a chaminé de 1899 e o rio Ave;[270] e em duas imagens fez-se as paisagens-sequência do complexo fabril, a primeira entre 1934 e 1943,[271] e a segunda entre 1948 e 1952.[272] A última imagem em que o fotógrafo se encontrava fora do limite do conjunto edificado, mas na qual a fábrica aparece, é a fotografia do abastecimento do automóvel.

As fotografias tiradas a partir de um ponto de vista do interior da fábrica totalizam 27 imagens, sendo 11 para mostrar o interior das edificações, incluindo o maquinário; e 16 para mostrar construções a partir de seu exterior.

Das 40 imagens, 13 foram dedicadas à maquinaria no interior das edificações, sendo 11 em edifícios da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.[273] e duas em edifício da Central Hidroelétrica do Amieiro Galego.[274]

Com maior ou menor destaque, em 16 imagens, praticamente todos os edifícios da Sampaio, Ferreira & Cia. tiveram seu exterior fotografados a partir de um ponto de vista do interior da fábrica: em duas delas que forma uma paisagem-sequência, tirada a partir da entrada do

---

[267] CPF. Ambas foram intituladas como "pormenor das colunas de edifício em construção" (ALV-004404, Figura 410; e ALV-004406, Figura 411).

[268] CPF. ALV-004405 (Figura 397) e ALV-004401 (Figura 398)

[269] CPF. ALV-004426 (Figura 300), ALV-004425 (Figura 295), ALV-004407 (Figura 296)

[270] CPF. ALV-004417 (Figura 330)

[271] CPF. ALV-004424 (Figura 283) e ALV-004416 (Figura 284)

[272] CPF. ALV-004428 (Figura 339) e ALV-004423 (Figura 340)

[273] CPF. Edifício nº 4: ALV-004395 (Figura 379) e ALV-004392 (Figura 380); nº 6: ALV-004390 (Figura 382); nº 7: ALV-004393 (Figura 384); nº 8: ALV-004412 (Figura 386) e ALV-004391 (Figura 385); nº 10: ALV-004400 (Figura 390), ALV-004394 (Figura 391), ALV-004402 (Figura 392); nº 12: ALV-004399 (Figura 394) e ALV-004413 (Figura 395)

[274] CPF. ALV-004405 (Figura 397) e ALV-004401 (Figura 398)

edifício nº 8, aparecem as edificações nº 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10 e o monumento a Narciso Ferreira;[275] uma fotografia é dedicada à cantina (edifício nº 18);[276] e o escritório (edifício nº 1) aparece em quatro.[277] A chaminé de 1899 aparece em sete[278] das 40 fotografias e a chaminé de 1911 aparece apenas em duas imagens.[279]

A análise iconográfica, do acervo Domingo Alvão sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., ou seja, a análise *"das informações visuais que compõem o conteúdo do documento"* (Kossoy, 2001, p. 77) e a observação sistemática do conteúdo das imagens *"em seus elementos icônicos formativos, o aspecto literal e descritivo"* (Kossoy, 2001, p. 95) permitiu identificar o "assunto" específico de cada fotografia.

Assim, a análise dos elementos que compõem as imagens permitiu evidenciar o *"fragmento da realidade"* (Kossoy, 2001, p. 107) representado em cada fotografia e reconhecer a distribuição das fotografias pelos espaços ali representados; compreender parte da trajetória construtiva do conjunto fabril; e identificar edifícios, máquinas e atividades fabris ali retratadas.

Isso não significa, porém, retornar à antiga concepção oitocentista de que a fotografia era um *"espelho do real (o discurso da mimese)",* em que *"o efeito de realidade ligado à imagem fotográfica" era "atribuído à semelhança existente entre a foto e seu referente"* (Dubois, 1993, p. 26) como consequência da *"estética da transparência e da ética da exatidão"* (Rouillé, 2005, p. 62), atribuindo-lhe uma suposta objetividade, desprovida de qualquer subjetividade e intencionalidade, conferindo-lhe *"credibilidade"* ao seu *"valor de iconicidade"* (Kossoy, 2001, p. 103).

Ao contrário do que tenta sugerir, esta perspectiva não é isenta e interfere diretamente no trabalho historiográfico, pois o observador assume a fotografia como um processo neutro de captura de imagem cujo resultado é absolutamente *"verdadeiro";* assume que a imagem retratada é uma reprodução fiel da realidade, uma mimetização do real; um *analogon* (Barthes, 1984), ou

---

[275] CPF. ALV-004422 (Figura 348) e ALV-004409 (Figura 348)

[276] CPF. ALV-004403 (Figura 344)

[277] CPF. ALV-004396 (Figura 332), ALV-004397 (Figura 333), ALV-004408 (Figura 413), ALV-004418 (Figura 302)

[278] CPF. ALV-004389 (Figura 412), ALV-004397 (Figura 333), ALV-004408 (Figura 301), ALV-004417 (Figura 330), ALV-004418 (Figura 302), ALV-004424 (Figura 283), ALV-004428 (Figura 339).

[279] CPF. ALV-004416 (Figura 284), ALV-004423 (Figura 340)

seja, como a *"transposição 'literal' da aparência do assunto situado em frente à câmara para a chapa fotográfica"* (Kossoy, 2001, pp. 103-104). Assim, induz-se à redução da criticidade intrínseca ao trabalho historiográfico e à incompreensão da historicidade das fotografias e de seus referentes: em que condições as imagens foram produzidas? Quais os sujeitos envolvidos na sua produção? Quais as intencionalidades intrínsecas à sua produção? O que revelam e o que escondem? O que pode significar as opções pelo que foi revelado e pelo que foi escondido? Como as fotografias dialogam entre si enquanto conjunto documental e de que forma se relacionam à historicidade do que foi fotografado?[280]

Dessa maneira, segundo Bourdieu (2003, pp. 135-136), uma fotografia seleciona elementos do real, reduz suas características a apenas qualidades visuais, e expõe cores e volumes em tons e cores que variam do preto ao branco, tudo de acordo com uma determinada perspectiva. Assim, a própria ideia de que a fotografia é um modelo de verdade e objetividade foi determinada pelos usos sociais e pelos sistemas de representação dominantes. Para Flusser, *"Toda intenção estética, política ou epistemológica deve, necessariamente, passar pelo crivo da conceituação, antes de resultar em imagem"* (Flusser, 1985, p. 19) e as *"imagens oferecem aos seus receptores um espaço interpretativo: símbolos 'conotativos'"* (Flusser, 1985, p. 07).

Nesse sentido, uma fotografia não apenas não é um simulacro da realidade, como pode ser considerada como *"um instrumento de transposição, de análise, de interpretação e até de transformação do real, como a língua, por exemplo, e assim, também, culturalmente codificada"* (Dubois, 1993, p. 26), passível de ser analisado semiótica e ideologicamente, para evidenciar que *"a foto e eminentemente codificada (sob todos os tipos de ponto de vista: técnico, cultural, sociológico, estético etc.)"* (Dubois, 1993, p. 37).

Desta forma, essa perspectiva compreende as fotografias como uma forma de comunicação visual por meio de *"signos figurativos"* (Eco, 1986, p. 173) ou como como uma *"interpretação-transformação do real, como uma formação arbitrária, cultural, ideológica e perceptualmente codificada"* (Dubois, 1993, p. 53); cujas *"mensagens fotográficas"* e *"código de*

[280] Deve-se considerar, portanto, o próprio historiador um receptor/observador e que os resultados da sua interpretação são a síntese de "duas 'intencionalidades'" (Flusser, 1985, p. 07): a do "emissor" , quem produziu o documento; e a do "receptor" que, no caso do trabalho historiográfico, é o historiador.

leitura" (Dubois, 1993, pp. 41-42) ou *"códigos de reconhecimento"* (Eco, 1986, p. 174), que permite dar-lhes significado, são determinados culturalmente.

Entretanto, conforme Dubois, essa *"desconstrução"* semiótica e ideológica não dissociou a fotografia de seu *"referente",* ou seja, dos elementos da realidade que foram capturados na imagem, e, portanto, não a dissociou de seu efeito de realidade. Assim, além de *"ícone" que* mimetizava o real e de *"símbolo"* que possuía mais significados do que estavam presentes na imagem, a fotografia pode ser analisada como um traço do real, um *"índice"* (Dubois, 1993, pp. 26-27) *"inseparável de sua experiência referencial, do ato que a funda"* (Dubois, 1993, p. 53).

Isso significa dizer que é possível reconhecer a existência real do referente, da *"coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva, na falta do que não haveria fotografia"* (Barthes, 1984), de modo que as próprias fotografias se tornam uma manifestação daqueles referentes, um traço do real que foi capturado na imagem. Ao mesmo tempo, é possível compreender que as fotografias são uma forma de comunicação que contêm em si significados dependentes de códigos culturais que, por sua vez, interferiram no processo fotográfico e, em momentos posteriores, na interpretação das imagens.

Para Kossoy, a análise fotográfica deve retomar a *"iconologia"* proposta por Panofsky (Panofsky, 2007) para compreender o significado intrínseco às imagens. Essa *"interpretação mais profunda do documento"* serviria para *"alcançar o sentido maior da fração da vida representada naquilo que ele não tem de visível fotograficamente"* (Kossoy, 2001, p. 77), levando-se em consideração que o fotógrafo funciona como um *"filtro cultural"* (Kossoy, 2001, p. 42) que *"dramatizando ou valorizando esteticamente os cenários, deformando a aparência dos seus retratados, alterando o realismo físico da natureza das coisas, omitindo ou introduzindo detalhes, elaborando a composição do meio",* manipula as fotografias em termos técnicos, estéticos ou ideológicos. Ou seja, a própria fotografia é uma interpretação do passado *"antes mesmo do ato da tomada do registro e ao longo das sucessivas etapas de sua materialização (laboratório, edição e publicação)"* (Kossoy, 2001, p. 108).

Portanto, uma análise fotográfica que se restringisse à listagem e/ou descrição dos elementos da Sampaio, Ferreira & Cia. presentes nas imagens, por um lado, impediria que se compreendesse as fotografias no seu conjunto, dado que embora tratem da fábrica, seus assuntos específicos diferem entre si; e , por outro lado, reduziria este conjunto documental a meras

ilustrações de uma narrativa historiográfica, o que acabaria por excluir sua potencialidade como documentos históricos constitutivos dessa própria narrativa e da própria interpretação proposta para a análise da Sampaio, Ferreira & Cia.

Desta forma, se, por um lado, a análise sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. aqui desenvolvida tem nas fotografias um registro de um aspecto da realidade sobre a materialidade fabril, ou seja, não ignora que as imagens evidenciem aspectos das estruturas que compunham a fábrica, que serve como uma das bases para a compreensão da trajetória construtiva do conjunto edificado e da configuração interna da fábrica em determinado momento; por outro lado, entende-se as fotografias, especialmente as do acervo Domingos Alvão, como portadoras discursos cujos significados podem ser interpretados ao se considerar a relação entre as suas próprias historicidades e a historicidade da fábrica.

Neste sentido, a análise de Monteiro (2013) sobre o acervo Domingos Alvão é crucial e torna-se referência para a compreensão da historicidade das imagens sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. produzidas pela Casa Domingos Ação, pois permite verificar que elas não são excepcionais em termos de prática fotográfica, mas que são exemplares da produção de *"fotografias industriais"* sob encomenda, cujos discursos visuais expressam *"os princípios de classificação da fábrica e do trabalho emergentes do discurso industrialista, vocabulário de motivos organizado em torno às ideias de 'eficiência', 'organização', 'produtividade' ou 'normalização', parecem sair caucionados, como que demonstrados como evidentes, pelas paisagens industriais"* (Monteiro, 2013, p. 578).

Tal como outras fotografias produzidas pelas Casa Fotográfica Domingos Alvão, ocorreu uma apropriação racional *"da materialidade e das representações da fábrica e do trabalho fabril"* para *"produzir fábricas racionais e fotografias com uma perspectiva racional"* (Monteiro, 2013, pp. 588-589). Para Monteiro,

> *ao mostrarem o funcionamento optimizado das novas fábricas, estas fotografias anunciam a nova ordem fabril idealizada e necessitada pela emergência de um novo tipo de observador. Este, o empresário capitalista, reencontra nas fotografias industriais expressão metafórica das vantagens económicas e políticas que retira da racionalização e do ordenamento da fábrica.* (Monteiro, 2013, pp. 588-589)

A percepção de que as imagens da Sampaio, Ferreira & Cia. são parte de uma cultura industrial de fabricação de uma imagem de si mesma, porém, não exclui a importância que tais fotografias adquiriam na historicidade específica das empresas a que se referiam. Ou seja, no caso

específico da Sampaio, Ferreira & Cia., o que as fotografias podem significar na trajetória dessa fábrica especificamente, como ela se relaciona como o momento em que foram produzidas.

Claramente pode-se afirmar que as fotografias não visam representar o cotidiano fabril, pois embora as máquinas e espaços representem processos de produção têxtil na Sampaio, Ferreira & Cia., desde a produção de energia, passando pela fiação, tecelagem e tinturaria; as imagens não representam a atividade produtiva em si.

Segundo Monteiro, nas fotografias industriais, os fotógrafos apresentam uma

> *atitude contemplativa para com o espaço fabril, manifesta e celebra o ponto de vista daqueles que não só têm interesse em concretizar a racionalização e o controlo da fábrica, como também têm uma postura de fruição e idílio perante a fábrica, vendo-a de um posto de observação que, mesmo quando está fisicamente próximo, é socialmente mente distinto dos operários.* (Monteiro, 2013, p. 590)

O ambiente fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. representado pelas imagens é estéril, limpo, organizados com máquinas milimetricamente posicionadas e inertes; o que pode significar a busca por evidenciar

> *a omnipotência e materialidade da fábrica mecanizada, o fotógrafo sanciona e justifica a qualidade intrinsecamente fotografável da indústria "moderna" e fornece a medida e o meio para eternizar a mundivisão do espaço fabril "puro", a que corresponde e obedece o próprio ato de decidir fotografar a fábrica na sua assepsia e harmonia exclusivamente mecânicas.* (Monteiro, 2013, p. 583).

As fotografias da Sampaio, Ferreira & Cia. praticamente excluem os operários da vida na fábrica e destacam sua materialidade construída ou tecnológica. Para Monteiro, a prática de excluir as pessoas das fotografias industriais correspondia à própria perspectiva dos proprietários ao encomendar as imagens, cujo foco na modernização de suas empresas levavam os fotógrafos *"a uma concepção impessoal, sistemática e ordenada da fábrica"* (Monteiro, 2013, p. 582).

Nas duas únicas vezes que são retratados com clareza nas fotografias, os trabalhadores aparecem como meros elementos no cenário fabril, como é o caso das fotografias da estamparia (Figura 399 e Figura 400).



Figura 399: Enquadramento da Figura 385. (Fonte CPF - ALV-004391)

Fotografia com maior exposição à luz. Destaque para os trabalhadores retratados.



Figura 400: Enquadramento da Figura 386. (CPF - ALV-004412)

Fotografia com menor exposição à luz. Destaque para os trabalhadores retratados.

Embora semelhantes, as imagens não devem ser tratadas como documentos equivalentes, pois a repetição das fotografias pode ser apenas aparente, uma vez que os observadores podem não possuir *"os esquemas de leitura com e para os quais foram criadas estas fotos"* (Monteiro, 2013, p. 576). Segundo Monteiro:

> *Só chegam a parecer idênticas (ou mesmo "todas iguais") quando não possuímos aqueles princípios de discriminação que permitiam aos visualizadores originais (os fotógrafos e, eventualmente, os clientes) sinalizarem, inclusive como fundamentais, certos traços e contornos, variações infinitamente pequenas que eram, contudo, significantes.* (Monteiro, 2013, p. 576)

As fotografias da estamparia parecem ter sido tiradas em sequência e possuem diferenças sutis, dentre as quais a mais evidente é a iluminação das imagens devido à exposição do negativo à luz. Na fotografia com menor exposição (Figura 400), as linhas das asnas e das entradas de luz do telhado ficam mais evidentes, enquanto as longas mesas da estamparia ficam mais escuras; o que atrai o olhar do observador para a materialidade edificada. Por sua vez, a fotografia com maior exposição à luz (Figura 399) ofusca as linhas do telhado ao passo que ilumina e delineia com mais precisão os trabalhadores e a atividade que desenvolvem, colocando-os como destaques na imagem.

Para Monteiro, porém, repetições fotográficas de uma mesma cena podem ser interpretadas de outra forma:

> *Na repetição do disparo, realizada após versões que parecem ser preparatórias ou fracassadas, não só as falhas técnicas são corrigidas, como é também contornada qualquer aparência de pusilanimidade e falta de firmeza nos gestos ou afastado tudo quanto sugira negligência e relaxamento no ofício. A impessoalização dos operários e do trabalho fabril é reforçada nas fotografias que apresentam os trabalhadores de costas, ocultos parcial ou totalmente pela maquinaria, pura e simplesmente ausentes da fábrica. Até mesmo a presença do fotógrafo é neutralizada: ninguém contradireciona o olhar na direção da objetiva e o fotógrafo pode, assim, manter a ficção da sua não-interferência e do caráter puramente documental do seu trabalho, reforçando a impressão de espontaneidade e naturalidade das imagens realizadas* (Monteiro, 2013, p. 587).

Tal como em outras fotografias industriais da Casa Domingos Alvão, cristalizaram-se os movimentos dos trabalhadores da estamparia da Sampaio, Ferreira & Cia., *"congelando o instante e situando a ação fora do tempo"* (Monteiro, 2013, p. 590).

Além disso, é justamente a repetição das mesmas posições entre uma foto e outra que promove a ideia de operários concentrados na execução das tarefas que evidenciam a teatralização do trabalho fabril para fotografia. Assim, representavam-se *"trabalhadores que correspondem a um modelo idealizado pela organização racional do trabalho e que estão aptos a funcionarem como exemplos pedagógicos, morais e profissionais"* (Monteiro, 2013, p. 584).

Duas outras imagens mostram do interior fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. aparentemente tirados no edifício nº 10 (Figura 401 e Figura 402), também mostram os trabalhadores da fábrica. Preservadas em outros acervos, não apresentam registros de quando teriam sido tiradas, embora a qualidade das imagens permita supor serem anteriores às fotografias da Casa Domingos Alvão.

As imagens trazem algumas diferenças significativas em relação às fotografias da estamparia, a começar por mostrarem também as mulheres operárias. Além disso, ao contrário da estamparia, os operários e operárias na edificação nº 10 não aparecem simulando o trabalho; eles posaram efetivamente para as fotografias, parados voltaram seu olhar na direção da câmera. Um mesmo homem aparece em ambas as imagens vestido de maneira elegante e usando um chapéu; o que sugere que seja algum administrador ou, talvez, proprietário.



Figura 401: interior da SFC, possivelmente no edifício nº 10. s/d. (Pinto, 2014, p. 215)



Figura 402: interior da SFC, possivelmente no edifício nº 10. s/d. (MIT)

Se nas imagens da estamparia (Figura 399 e Figura 400) era a simulação do trabalho que revelava a encenação, nas fotografias do interior edifício nº 10 (Figura 401 e Figura 402) ela se evidencia pelo próprio cessar do trabalho para que se tirasse a foto. Se nas fotografias da estamparia os rostos e semblantes estão imperceptíveis porque os trabalhadores estavam de costas ou de perfil ou porque o contraste e a distância escondiam suas faces; nas do interior do edifício nº 10, ao mesmo tempo em que a distância oculta e dissolve a maioria das faces, a proximidade evidencia o semblante sério e taciturno dos operários e operárias.

Enquanto nas fotografias da estamparia o trabalho representado dá sentido e função ao espaço fabril (são estampadores realizando suas tarefas); nas fotos da edificação nº 10 os trabalhadores e trabalhadoras estão inertes e não passam de partes do cenário fabril, em cujo horizonte infinito as silhuetas dos homens e mulheres aos poucos se confundem com as silhuetas de máquinas e da própria estrutura fabril até desaparecerem por completo.

E nas fotografias do edifício nº 10, diferentemente das fotografias das estamparias, há um sujeito que aparece sem ser visto: o fotógrafo. O olhar em direção câmera, a seriedade e o certo constrangimento, as poses eretas dos fotografados denunciam sua presença, embora ele próprio seja um anônimo. Na estamparia, o próprio fotógrafo participa da encenação, pois é o próprio

fotógrafo que busca criar a percepção de que ele não está ali; a simulação do trabalho artificializa a exclusão do sujeito que fotografa, como se a câmera trabalhasse sozinha.

Em comum está o fato de que, tanto nas fotografias da estamparia quanto nas fotografias do edifício nº 10, os fotografados têm suas identidades vinculadas às funções e ocupações e em referência ao empregador: são os operários e operárias da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. Não têm nomes, nem idades, são sujeitos coletivos e não indivíduos portadores de uma própria subjetividade e história pessoal. E mesmo estas identidades coletivas estão sujeitas ao olhar determinado pelo fotógrafo, que, por sua vez, representa o olhar da própria fábrica.

Nas quatro fotografias (Figura 399, Figura 400, Figura 401, Figura 402) o esforça no controle e a domesticação dos corpos parece evidente: na estamparia revelada pela repetição das poses de trabalho, pelos corpos tensos e cabeças inclinadas à frente, indicando olhares fixos na execução das tarefas; no edifício nº 10 na ausência coletiva de movimento, na fusão dos corpos humanos com a maquinaria, na tensão provocada pela presença da câmera fotográfica. Tanto nas fotos da estamparia, nas quais os operários teatralizam o cotidiano fabril; quanto nas fotografias do edifício nº 10, em que trabalhadores e trabalhadoras posam estáticos para a câmera; sugere-se não apenas a hierarquização das relações de trabalho a que eram submetidos, como também a busca por mascarar aspectos menos positivos do ambiente fabril.

Assim, os registros fotográficos dos trabalhadores não têm como objetivo retratar o cotidiano fabril dos trabalhadores e trabalhadoras, mas, sim, buscam representar o resultado do exercício diário disciplina: a produção de *"corpos dóceis".* Segundo Foucault,

> *A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (Foucault, 1987 [1975], pp. 164-165)*

Para Monteiro, as fotografias industriais *"ao neutralizarem a representação de certas ocorrências fabris, como o sofrimento, a revolta ou a exploração, conduzem a uma sublimação da*

situação histórica vigente, são também a projeção de uma operação massiva de assepsia dos corpos, espaços e comportamentos" (Monteiro, 2013, p. 591). Conforme o autor,

> *aparentemente, estes são trabalhadores moralizados, abstémios nos consumos e nos gestos; competentes e dedicados; incansáveis; limpos; conformistas e resignados, se não satisfeitos; fisicamente incorruptíveis e impecáveis. Todos são fotografados totalmente absorvidos no seu trabalho. Todos parecem conscienciosos e zelosos. A autoridade pode permanecer latente, invisível, simplesmente porque os corpos dóceis dos trabalhadores não requerem sequer a sua intervenção.* (Monteiro, 2013, pp. 591-592)

Porém, isso não significa que os operários fossem passivos ou que se sujeitassem, antes é uma forma de ocultar as diferentes formas de resistência dos operários e operárias precisamente por um registro que buscar representar sua docilidade. Afinal, é isso que as fotografias transmitem a quem as observa, pois as imagens ocultam quaisquer outras formas de ocupação do espaço fabril pelos trabalhadores e trabalhadoras. Afinal, *"a fotografia não apenas documenta passivamente, mas defende ativamente uma posição interpretativa"* (Bohrer, 2005, p. 182).

Se, por um lado, o olhar vigilante dos proprietários, administradores e da câmera fotográfica artificializa as ações dos operários; por outro lado, a ausência desse olhar ou a mera a inconsciência sobre a presença dele, pode criar pequenos espaços de liberdade mesmo em um ambiente altamente hierarquizado e controlado.

Talvez seja por isso que uma certa espontaneidade no cotidiano fabril das ações dos sujeitos representados nas fotografias do acervo Domingos Alvão possa existir apenas nas imagens à distância, quando, possivelmente, os trabalhadores e trabalhadoras não soubessem que estavam sendo fotografados e quando não seriam mais do que pontos na fotografia ante a monumentalidade edificada.

Nas fotografias que formam a paisagem-sequência fabril entre 1934 e 1943, a que se volta ao norte do complexo fabril (Figura 403) mostra não mais do que uma sombra a passar pela porta de entrada do escritório. Na imagem voltada para o sul (Figura 404), alguém sobe a rampa no sentido norte sul, aproximando-se da entrada da fábrica.

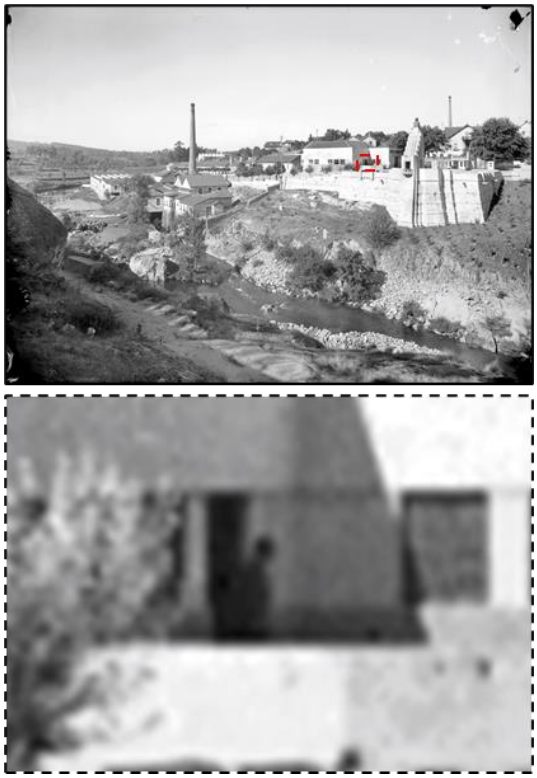


Figura 403: ALV-004424, vulto em frente ao escritório. (CPF)



Figura 404: ALV-004416, possível trabalhador. (CPF)

Na paisagem-sequência da fábrica entre os anos de 1948 e 1952, na fotografia que aponta para a porção norte do complexo fabril vê-se, entre as edificações nº 10 e nº 12, um grupo de pessoas reunidas como que a conversar próximas ao muro de arrimo à margem do rio Ave (Figura 405.a). Na entrada da fábrica, alguém aparentemente uniformizado (um vigia?) prostra-se em frente ao portão; no edifício do escritório, um trabalhador parece fazer a manutenção do letreiro sob o olhar atento de um colega enquanto alguém desce o caminho central da fábrica em direção ao norte da fábrica (Figura 405.b).



Figura 405: ALV-004428, trabalhadores. (CPF)

Na outra fotografia que compõe a paisagem-sequência fabril entre 1948 e 1952 (Figura 406), vê-se novamente o vigia e alguém que caminha em sua direção, vindo do Norte.



Figura 406: ALV-004423, trabalhadores. (CPF)

Na fotografia que enquadra o rio Ave, o monumento, a chaminé e o escritório com o letreiro da Sampaio, Ferreira & Cia., um funcionário parece acessar a pequena edificação da portaria (Figura 407)



Figura 407: ALV-004417, destaque aos trabalhadores. (CPF)

Na composição fotográfica tirada a partir da entrada do edifício nº 8, a imagem da esquerda, mostra uma silhueta em baixo da cobertura em frente à edificação nº 7 (Figura 408.a); atrás da porção mais ao norte da edificação nº 4, uma pick-up parece ser carregada ou descarregada, enquanto alguém se dirige naquela direção (Figura 408.b); também ao norte da edificação nº 4, mas em frente a ela, entre esta edificação e o edifício nº 10, uma mulher parece olhar e segurar a própria saia com a mão direita enquanto parece carregar no braço esquerdo algum tipo de vasilha (Figura 408.c).

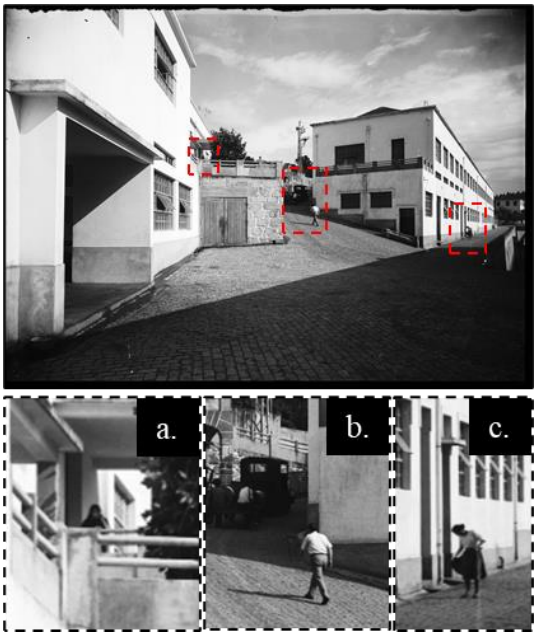


Figura 408: ALV-004422, destaque aos trabalhadores. (CPF)



Figura 409: ALV-004409, destaque aos trabalhadores. (CPF)

Na imagem à direita da paisagem-sequência, um homem é capturado quando sai pela porta mais ao norte da edificação nº 4; à sua frente, dois trabalhadores caminham de costas para

o fotógrafo, em direção a sul do complexo fabril, com sacos nas costas. Um homem parece descer a escada que dá acesso ao nível inferior, onde fica o rés do chão da edificação nº 10, enquanto outra pessoa parece caminha no sentido contrário (Figura 409).

Se nas narrativas memoriais sobre Narciso Ferreira, as vozes operárias foram silenciadas para compor uma imagem positiva do fundador da fábrica; nas fotografias produzida pela Casa Domingos Alvão sob encomenda da Sampaio, Ferreira & Cia., suas imagens foram suprimidas, controladas ou tornaram-se não mais que sombras, fantasmagorias, em fotos à distância, onde trabalhadores e trabalhadoras perdem em meio à monumentalidade das edificações. Não se retratam ou não se identificam seus trabalhos, seus conflitos, suas subjetividades; não se lhes dá rostos ou nomes, nas fotografias suas identidades são definidas pelo papel que se supõe terem no espaço fabril, operários e operárias.

Entretanto, é esse mesmo distanciamento que os esconde em meio a construções monumentais que, paradoxalmente, pode ter dado visibilidade a instantes de espontaneidade cotidiana, quando não de liberdade, no ambiente de trabalho; é o caminhar pela fábrica, o segurar distraído da saia, a conversa próximo ao rio, a execução de uma tarefa ou o simples olhar atento à atividade de um outro trabalhador.

Por um lado, a presença dos trabalhadores e trabalhadoras nas fotografias, seja de forma encenada e domesticada, em proximidade ou à distância, sugere e incita a curiosidade sobre uma vida fabril que ia além da maquinaria e da monumentalidade das edificações e permite questionar como se relacionavam com aqueles espaços, como eram as relações sociais, de gênero, de classe, como eram os pequenos momentos cotidianos dos mundos do trabalho particulares e coletivos; por outro lado, a própria ausência de trabalhadores e trabalhadoras no momento das fotografias conduz a outros questionamentos: o que isso diz das relações de trabalho? O que diz sobre o ambiente fabril? Quais os objetivos de se ocultar o operariado? O que diz das relações entre a fábrica e os fotógrafos?

Portanto, não é apenas o que as fotografias mostram, não é apenas o que aparece retratado; mas também o que elas ocultam ou tentam ocultar que revelam encenações e manipulações dos referentes para fins de compor as imagens e que evidenciam a pluralidade de significados que se podem atribuir às fotografias.

Para Monteiro, por exemplo, o ocultamento proposital de trabalhadores das fotografias industriais, tratando-os nada mais como *"elementos do cenário", evidencia "toda a fluidez do 'fator humano' quando comparada com a solidez do capital fixo"* (Monteiro, 2013, p. 581).

No caso da Sampaio, Ferreira & Cia., as fotografias da Casa Domingos Alvão buscaram evidenciar a grandiosidade e modernidade da fábrica por meio da materialidade do conjunto edificado e do maquinário representados nas imagens. Não foi por acaso que as fotografias do conjunto edificado foram tiradas em períodos distintos do mesmo ponto de vista, com isso expressava-se o crescimento progressivo da fábrica e a grandiosidade do espaço ocupado.

Tal como não foi ao acaso a escolha dos ângulos para se tirar as fotografias, tanto das máquinas quanto dos edifícios: o maquinário foi fotografado com uma perspectiva que faz com que se perca a noção de quantas máquinas e de qual a dimensão dos espaços internos; as fotografias do exterior dos edifícios ampliavam a monumentalidade das construções e destacavam a arquitetura *art déco* incorporada à fábrica a partir de 1934, com a remodelação da entrada do complexo fabril, com a reforma do escritório e com a construção do monumento a Narciso Ferreira. Este, sim, o grande destaque do conjunto fotográfico do acervo Domingos Alvão.

O monumento está presente em 18 das 40 fotografias o, em nove delas é o único elemento de foco.[281] Ele divide o "protagonismo" com outras estruturas em seis fotografias: três com o escritório,[282] uma com o escritório e a chaminé ao fundo (na qual também aparece o rio Ave),[283] uma foto da placa do interior do monumento com a chaminé ao fundo[284] e uma a partir do exterior com a portaria à frente e o monumento ao fundo.[285] Em apenas três fotografias o monumento a Narciso Ferreira é "coadjuvante", ou seja, parte do conjunto fabril, visto do exterior nas paisagens-sequência de 1934-1943 e de 1948-1952 ou na composição que mostram os edifícios a partir do interior do conjunto fabril.[286]

[281] CPF. ALV-004398, ALV-004407, ALV-004410, ALV-004411, ALV-004414, ALV-004415, ALV-004419, ALV-004420, ALV-004427

[282] CPF. A composição ALV-004421 e ALV-004408; e as fotos ALV-004396 e ALV-004426

[283] CPF. ALV-004417

[284] CPF. ALV-004397

[285] CPF. ALV-004425

[286] CPF. ALV-004422 e ALV-004409

Tento em vista que as fotografias do acervo Domingos Alvão sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. eram encomendadas, é importante salientar que *"o modo de atuação dos fotógrafos orientava-se imperceptivelmente no sentido de produzir uma representação da fábrica compatível com a sensibilidade dos seus potenciais clientes".* Deste modo, mesmo que haja *"preocupações realistas"* nas fotografias, ficam evidentes *"as pré-ocupações* [sic.] *do fotógrafo que estão, em geral silenciosa e tacitamente, presentes no momento de concepção e execução da fotografia"* (Monteiro, 2013, p. 575).

Para Monteiro, a percepção de que as fotografias correspondiam à realidade não se dava apenas por uma reprodução fiel do real, mas porque correspondiam *"ao sistema de preferências de proprietários e especialistas das empresas".* Ou seja, para os fotógrafos, as fotografias tecnicamente competentes eram as que se alinhavam com *"a representação difusa ou idealizada"* que os proprietários, dirigentes e especialistas fabris tinham das suas fábricas, eram as imagens nas quais encontravam *"uma projeção visual dos seus interesses e aspirações"* (Monteiro, 2013, pp. 576-577).

Nesse sentido, uma vez que todas as fotografias da Sampaio, Ferreira & Cia. no acervo Domingos Alvão são posteriores à morte de Narciso Ferreira, ao tornarem o fundador da fábrica a referência maior do conjunto fotográfico por meio das imagens do monumento; acaba-se por associar a própria fábrica às características que foram a ele atribuídas ao longo dos anos. Ao evidenciarem a ampliação do conjunto fabril em períodos distintos, sua modernidade e modernização e a progressiva adoção da estética *art déco* pela fábrica que se deu após a construção do monumento, o conjunto fotográfico perpetua iconograficamente a memória de Narciso Ferreira por meio de sua obra.

Assim, mesmo que parte das fotografias mostrem panoramas do conjunto fabril em épocas distintas, mesmo que destaquem o exterior das edificações e sua imponente arquitetura *art déco* ou que destaquem o maquinário no interior dos edifícios de modo a permitir compreendê-las como um registro do processo produtivo têxtil, incluindo-se aí a produção de energia; ao optar por imagens que excluíram os trabalhadores e trabalhadoras do ambiente fabril ou que apresentavam-nos de forma idealizada e/ou disciplinada; ao optar pelo foco em símbolos de modernidade e progresso material da fábrica, por meio da arquitetura e da maquinaria; e, principalmente, ao tornar o monumento a seu fundador o principal objeto das lentes do fotógrafo; a Sampaio, Ferreira & Cia. não buscava apenas registrar as fases da produção e, menos ainda,

fazer o registro de um espaço de trabalho e, sim, apresentar a fábrica como um espaço de poder, sobretudo, simbólico, cujas manifestações se encontram na estética e monumentalidade arquitetônica, na tecnologia e nas próprias opções estéticas e técnicas dos fotógrafos para compor as imagens do acervo Domingos Alvão sobre a Sampaio, Ferreira & Cia.

Dos muitos *"espaços discursivos"* (Krauss, 2006) que as fotografias sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. no acervo Domingos Alvão podem englobar, parece ser da perspectiva da representação simbólica do poder, de um discurso estético de poder, portanto, que as fotografias formam um todo coerente e homogêneo. É somente a partir desta perspectiva que se explica, por exemplo, as duas fotografias de varandas de edifícios em construção (Figura 410 e Figura 411) e, principalmente, a fotografia do abastecimento do automóvel da família Ferreira em meio a imagens da fábrica (Figura 412).

Não é possível saber se as fotografias da varanda se referem a um mesmo imóvel ou a dois imóveis distintos, embora ambas retratem uma construção em andamento. Em ambas, o fotógrafo se posiciona debaixo da cobertura da varanda e diminui o ângulo entre a câmera e a parede do edifício à sua esquerda, onde se encontra o ponto de fuga das duas imagens, ou seja, o ponto para onde convergem as linhas dos elementos que compõem a cena; ao mesmo tempo, as colunas das edificações ficam centralizadas no enquadramento das fotografias.



Figura 410: ALV-004404, "pormenor das colunas de edifício em construção" (CPF)



Figura 411: ALV-004406, "pormenor das colunas de edifício em construção" (CPF)

Destaque para a chaminé não identificada.

Por sua vez, as imagens possuem diferenças significativas no que se refere ao aspecto técnico, pois, enquanto o enquadramento da primeira fotografia (Figura 410) verticaliza a imagem, reduz o campo de visão e diminui a sensação de profundidade e distância em relação ao ponto

de fuga; a segunda fotografia (Figura 411) faz exatamente o contrário, uma vez que tem um enquadramento que horizontaliza a imagem, amplia o campo de visão e cria uma sensação de maior distanciamento em relação ao ponto de fuga. Dessa forma o "túnel" que se forma visualmente pela varanda, do local onde se encontra o fotógrafo até o ponto de fuga das imagens, é mais largo na primeira imagem, enquanto na segunda imagem é mais estreito e afunilado.

Tal diferença das distâncias entre o observador e o ponto de fuga nas fotografias e a diferença entre uma ter optado por verticalizar e a outra horizontalizar o enquadramento podem se dever à configuração do espaço construído, de modo em que numa delas poderia haver mais espaço para o posicionamento do fotógrafo do que em outra.

Na primeira fotografia, a opção pela verticalização cria um efeito ótico no qual a parede granítica antes da primeira coluna, à direita da fotografia, mistura-se com a vinheta escura na parte superior da fotografia de modo a criar no primeiro plano da imagem um arco ilusório que se liga ao arco material que aparece ao fundo, pelo qual se acessaria uma outra varanda sem qualquer cobertura. A materialidade retratada na primeira foto é composta pelo granito das colunas, parede e arco e pelo cimento no teto. A verticalidade da fotografia harmoniza-se com o perfil esguio e vertical que as próprias colunas possuem e sua estética parece dialogar com a ordem toscana, tendo uma base circular, um fuste liso sem caneluras e o capitel adornado com formas geométricas triangulares esculpidas em baixo-relevo. Das três colunas, uma delas está adossada ao arco do fundo da foto enquanto as outras duas encontram-se distribuídas pelo vão.

Na segunda fotografia a horizontalidade do enquadramento é condizente com a própria materialidade retratada, uma vez que a distância ao ponto de fuga parece ser maior e as colunas são mais robustas e mais baixas que as da primeira fotografia, pois o invés de sustentarem a cobertura diretamente, sustentam os arcos que, por sua vez, sustentam a cobertura. A colocação de um pequeno muro azulejado embaixo e entre as colunas graníticas cria a sensação de que elas são ainda menores, pois sua base está ao nível do muro e não do solo. Os materiais da varanda retratados na imagem são mais variados, pois além do granito e dos azulejos de padrão, vê-se que a cobertura parece ter um revestimento de madeira, que talvez até seja estrutural, pois as linhas da cobertura parecem estar assentadas sobre os arcos, no mesmo eixo vertical das colunas. A imagem mostra cinco colunas, sendo que a primeira está adossada à parede que chega ao fundo da edificação onde se encontra uma porta também no formato de arco. Em ambas as fotografias as colunas graníticas são lisas e sem adornos e os capitéis possuem o mesmo padrão geométrico

triangular das colunas da primeira fotografia esculpidos em baixo-relevo, porém, nesta segunda fotografia, os vértices das bases e dos capitéis foram "aparados".

Em ambas as fotografias, os planos intermediários mostram cenários de obras em andamento, sendo que na primeira imagem pode-se ver o telhado de uma outra edificação através do arco ao fim da varanda. O terceiro plano de ambas é composto por uma paisagem natural; mas enquanto na primeira fotografia há o que parece ser uma casa ao fundo, na segunda vê-se nitidamente a chaminé de uma fábrica.

É impossível afirmar se é uma das chaminés da Sampaio, Ferreira & Cia. uma vez que não se conseguiu identificar o local a que se referem as fotografias. Em termos de composição fotográfica as imagens destoam das outras fotografias do acervo Domingos Alvão sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. que registraram o exterior e o interior das edificações, o maquinário e o monumento a Narciso Ferreira já consolidados em suas estruturas e organização. Por sua vez, estas fotografias das varandas evidenciam o porvir do local representado, o momento de transição, em construção do que virá a ser. Ao adotar as colunas, o suporte da edificação, como elemento central das imagens representa-se a própria força de sustentação e solidez edificada. Da perspectiva simbólica, é o poder e a força da própria Sampaio, Ferreira & Cia. que as colunas podem representar.

A fotografia do abastecimento (Figura 412), tal como as fotografias da estamparia, também parece ter sido encenada; e, por sua vez, mostra a bomba de combustível onde o automóvel de luxo da marca Jaguar aparece estacionado em frente estava localizada alguns metros a norte da fábrica (Figura 413) e, pela placa acima da porta de entrada, verifica-se que ali também funcionava um *"Posto Público"* de telefone. Destacam-se nessa edificação as linhas geométricas características da arquitetura *art déco* que a Sampaio, Ferreira & Cia. estava imprimindo em Riba d'Ave. Atrás do veículo, vê-se o motorista vestido com uniforme e alguém, que pode ser um funcionário da bomba, a abastecer o veículo.



Figura 412: ALV-004389, "funcionários a abastecer automóvel em posto da Shell nas instalações da fábrica têxtil Sampaio, Ferreira & Cia. Lda., Riba de Ave" (CPF)



Figura 413: ALV-004408, "gradeamento e fachada principal da fábrica têxtil". (CPF)

Destacado em vermelho a bomba de combustível ao fundo.

O fato de a fotografia ter uma alta profundidade de campo, em que todos os elementos aparecerem nítidos, evidencia que cada um tem um papel a desempenhar na composição. Embora pareça destoar do conjunto fotográfico, a imagem é reveladora do papel da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. na opulência e poder da família Ferreira em Riba d'Ave, não apenas pelo cenário e pelos elementos da fotografia, a fábrica ao fundo, a arquitetura *art déco*, o carro de luxo, o funcionário uniformizado; mas pela própria organização desses elementos entre si naquele cenário particular.

Os elementos humanos têm suas posições sociais definidas pelas vestimentas e pelas funções; e, tal como outros trabalhadores do conjunto fotográfico, não possuem nome, nem

história própria para além da que a fotografia sugere; suas identidades estão vinculadas à atividade que desempenham na sua relação com fábrica. A perspectiva da fotografia faz com que eles apareçam diminutos em meio à monumentalidade material e cria a ilusão de que os elementos materiais sejam muito maiores do que são, como fica evidente pelo tamanho do automóvel em relação ao motorista. Enquanto sujeitos, esses trabalhadores acabam por serem desumanizados e por se tornarem meros elementos num cenário para reforçar o poder que a materialidade representa e o protagonismo que ela ocupa na cena e no próprio conjunto fotográfico.

Ao se encontrar o ponto de fuga da fotografia, verifica-se que tanto a posição do fotógrafo e dos elementos da imagem foram meticulosamente escolhidos; pois as linhas do muro da fábrica, as linhas de energia ao alto, as linhas do edifício da bomba de combustível, da cobertura, das janelas e do próprio veículo, todas convergem para o elemento ao fundo, símbolo maior das indústrias em representações iconográficas, a chaminé de 1899 da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.

Ainda que não faça uma análise iconográfica da fotografia do abastecimento do Jaguar, Serén (2002, p. 97) utiliza-a como exemplo para afirmar que *"Domingos Alvão e a sua Casa Fotográfica tinham a noção dos símbolos do poder"* e, embora não problematize a coleção, a autora associa-a ao processo de *"construção da imagem de si mesmo"* iniciada anos antes pelo próprio Narciso Ferreira.

Portanto, as fotografias da coleção Domingos Alvão alinham-se às narrativas memoriais hegemônicas e contribuem para a construção memorial de Narciso Ferreira e da própria Sampaio, Ferreira & Cia. Ao selecionarem e manipularem aspectos da realidade, as fotografias tornam-se instrumentos utilizados na construção dessa realidade idealizada e servem, por um lado, à transmissão do legado memorial de Narciso Ferreira e, por outro lado, ao silenciamento dos outros sujeitos sociais que participavam da vida fabril, rebaixando-os de partícipes ativos na vida da fábrica e de Riba d'Ave a coadjuvantes de sua própria história.

Parte V

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1958-1969): uma fábrica ainda em expansão.

1.1. 1958: ampliações do conjunto (edificações nº 3, 12 e 17).

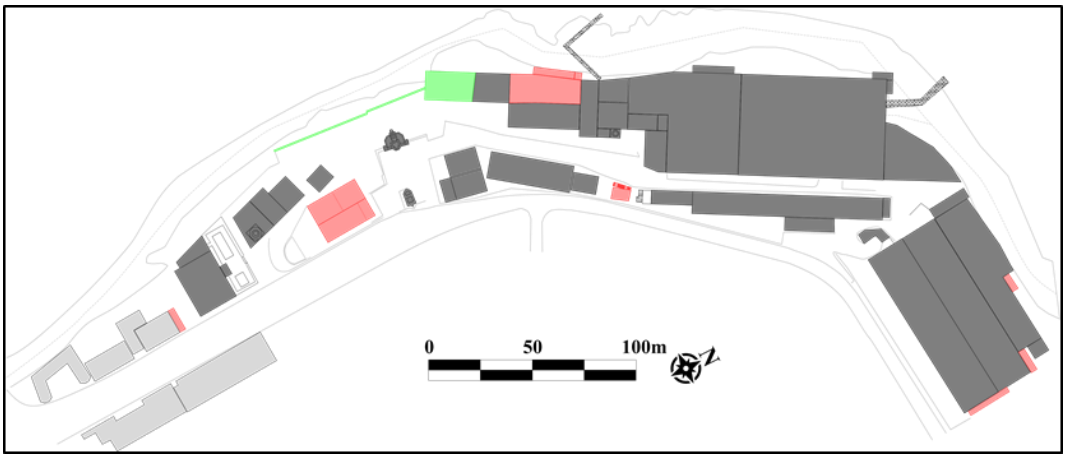


Figura 414: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1958. (CdA)

A configuração da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. em 1958 (Figura 414) tem como base a fotografia aérea vertical[287] preservada no CigeoE, o que lhe confere precisão à datação (Figura 415).

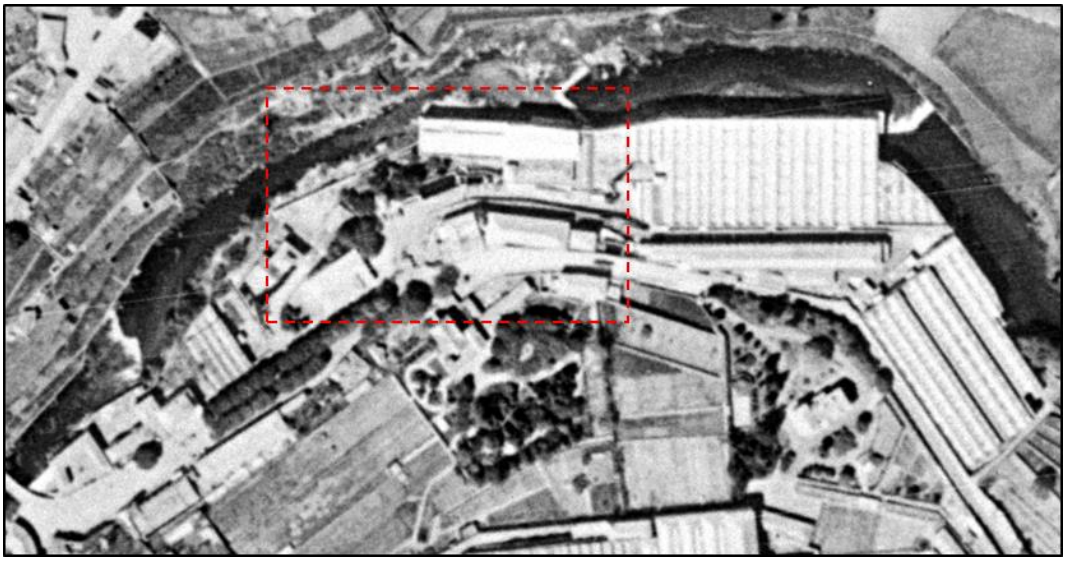


Figura 415: fotografia aérea vertical da SFC, 1958. (CigeoE)

[287] As características técnicas das fotografias aéreas produzem diferentes classificações tipológicas. Para caracterizá-las nesta investigação, leva-se em consideração o grau de inclinação ou do ângulo do disparo. Assim, há três tipos de fotografias aéreas a se considerar: a) Fotografias aéreas verticais: aquelas em que o eixo ótico da câmera aponta verticalmente (entre 0° e 3°) para a superfície de modo a produzir uma visão que se assemelha a um plano de terra; 2) Fotografias aéreas oblíquas baixas: são aquelas em que a inclinação do eixo ótico está entre 3° e 45° e é não possível ver o horizonte na imagem 3) Fotografias aéreas oblíquas altas: são aquelas em que a inclinação do eixo ótico está entre 45° e 90° e é possível ver o horizonte na imagem. (Jensen, 2009, pp. 93-96)

Fundamentalmente, há três grandes alterações ocorridas no conjunto fabril que se podem verificar por meio da fotografia: uma ampliação do edifício nº 12, o que parece ser preparação do terreno no local em que se viria a construir a edificação nº 13 e a construção da edificação nº 17. Além dessas, é possível verificar a construção de pequenos anexos ao norte dos edifícios nº 6, 7 e 8 e uma pequena ampliação no edifício dos CTT, já fora do complexo fabril.

Tanto a fotografia do complexo fabril entre 1952 e 1954, quanto a primeira das três plantas encontrada no Processo 353/1945[288] que mostram a configuração da fábrica entre os anos 1955 e 1957, deixam claro que o edifício nº 12 da tinturaria ainda não cobria a totalidade do canal, até a sua junção com o rio Ave (Figura 416 e Figura 417, destacado em azul), embora naquele último trecho não pareça ter o revestimento de alvenaria argamassada que o caracterizava.[289]

Pela fotografia aérea vertical de 1958 é possível verificar que houve uma extensão deste edifício (Figura 416, Figura 417 e Figura 418, destacado em verde). Além disso, ao se verificar a projeção da sombra das edificações (Figura 418, linha pontilhada amarela e vermelha) vê-se um desnível que indica que o piso da secção 2 (estamparia mecânica) do edifício nº 12 (Cf. Figura 164) já havia sido construído à época da fotografia.

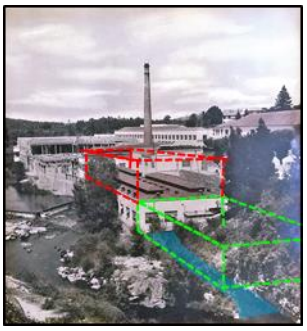


Figura 416: Enquadramento da Figura 368. (MIT)

Projeção virtual das alterações no conjunto edificado perceptíveis no ano de 1958.

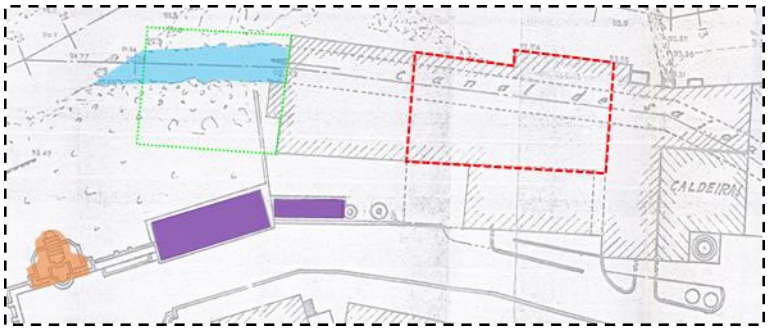


Figura 417: recorte da Figura 377. (Archiv-Ave. Proc. 353/1945)

Destaque para alterações no conjunto edificado perceptíveis no ano de 1958. Representação sobre recorte da planta topográfica anexada à solicitação da SFC ao Diretor da Hidráulica do Douro. 09 de novembro de 1979.

[288] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Planta que cobre o complexo fabril do monumento edifício nº 8, anexa ao Processo. 22 de outubro de 1979.

[289] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Auto de Inspeção para legalização das instalações fabris. 23 de agosto de 1956. P. 02.

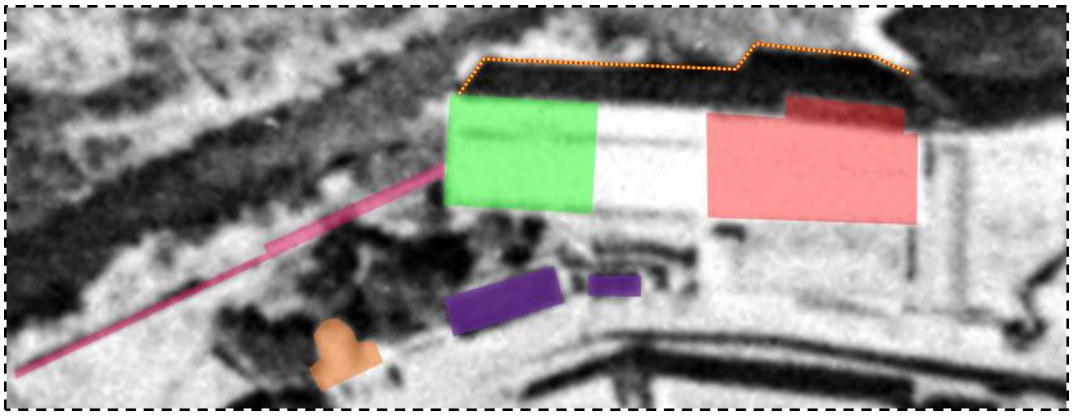


Figura 418: enquadramento da Figura 415(Ed. nº 12). (Fonte CigeoE)

No local em que se veio a construir a edificação nº 13 já aparece algo que se pode supor ser um muro de arrimo que não aparecia em nenhuma das imagens até então (Figura 418, destacado em rosa).

Além disso, a edificação nº 17 já aparece na fotografia aérea vertical de 1958 (Figura 419, destacada em amarelo). Entretanto, a última fotografia que mostra o local desta edificação é a paisagem-sequência de 1948-1952 (Cf. Figura 341). As duas fotografias posteriores não mostram aquele ponto da fábrica, a fotografia intermediária que possivelmente formaria a paisagem-sequência de 1952-1954 (Cf. Figura 370) se perdeu; e a fotografia identificada como sendo de 1955-1957 (Cf. Figura 375) tem aquela área encoberta por vegetação.[290] Ou seja, pode-se afirmar que a edificação nº 17 já estava presente em 1958, mas pode ter sido construída a partir de 1952.

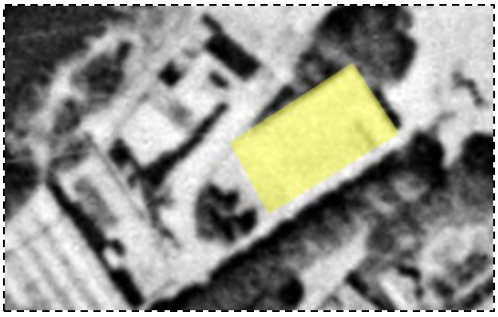


Figura 419: enquadramento da Figura 415 (Ed. nº 17). (Fonte CigeoE)

Por fim, a fotografia aérea vertical de 1958 confirma a configuração que os edifícios nº 6, 7, 8 e 9 teriam adquirido entre 1948 e 1952 (Figura 420, edifícios nº 6, 7 e 8 destacados em

[290] Vale lembrar que não há outros documentos sobre as alterações no conjunto edificado, pois a documentação se perdeu num incêndio no Arquivo da Câmara de Vila Nova de Famalicão.

verde e edifício nº 9 destacado em amarelo) e mostra três pequenos anexos construído no ponto mais ao norte dos edifícios nº 6, 7 e 8 (Figura 420, destacado em vermelho).

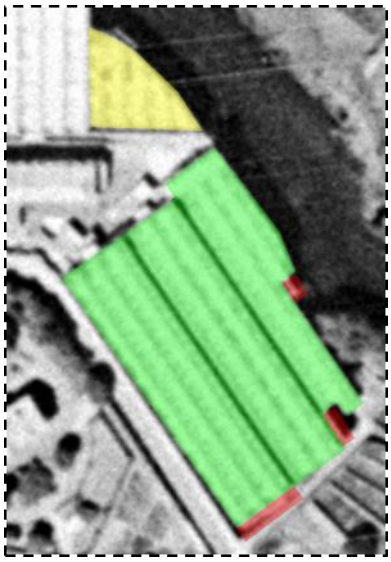


Figura 420: enquadramento da Figura 415 (Ed. nº 6, 7, 8, e 9). (Fonte CigeoE)

1.2. 1959-1964: ampliações do conjunto (edificações n° 8, 13, 14, 15)

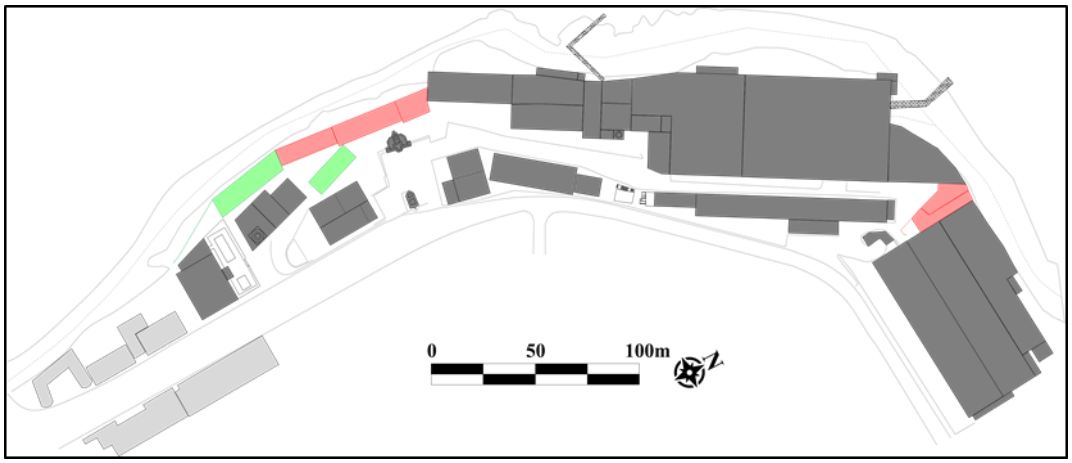


Figura 421: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1959-1964. (CdA)

Entre 1959 e 1964, identificou-se alterações nas edificações n° 8, 13, 14, 15 (Figura 421).

Em 24 de abril de 1961 a Sampaio, Ferreira & Cia. fez um pedido de licença para

> *construir um alpendre-abrigo sobre o muro de suporte de terras que possui nos terrenos de sua fábrica, na margem esquerda do rio Ave e num comprimento de 30 metros como vai indicado a vermelho no croquis que envia junto deste; outro sim [sic.] desejava também prolongar o dito muro de suporte de terras num comprimento de 70 metros como também vai indicado a vermelho no dito croquis* [Figura 422].[291]

Como se observa no croqui anexado ao Processo 313/1961 (Figura 422), verifica-se que o alpendre do qual trata a solicitação é, na verdade, o último terço da edificação n° 13. Ou seja, isso significa que as duas primeiras partes da edificação n° 13, mais próximas ao edifício n° 12, portanto, já estavam construídas nessa data. Essa informação confirma a hipótese, levantada a partir da análise da fotografia aérea vertical de 1958, de que no local da edificação n° 13 estavam a ser realizados trabalhos de terraplanagem; e também indica que a maior parcela da edificação n° 13 já estava construída entre 1959 e 1961. Dessa mesma forma, o croqui indica que a edificação n°14 (à época uma garagem) já havia sido ampliada, tendo sido estendida até próximo do edifício n° 13, portanto, entre 1958 e 1961.

[291] Archiv-Ave. Proc. 313/1961. Comunicado ao "Engenheiro-Diretor da Hidráulica do Douro". 24 de abril de 1961. P. 01.

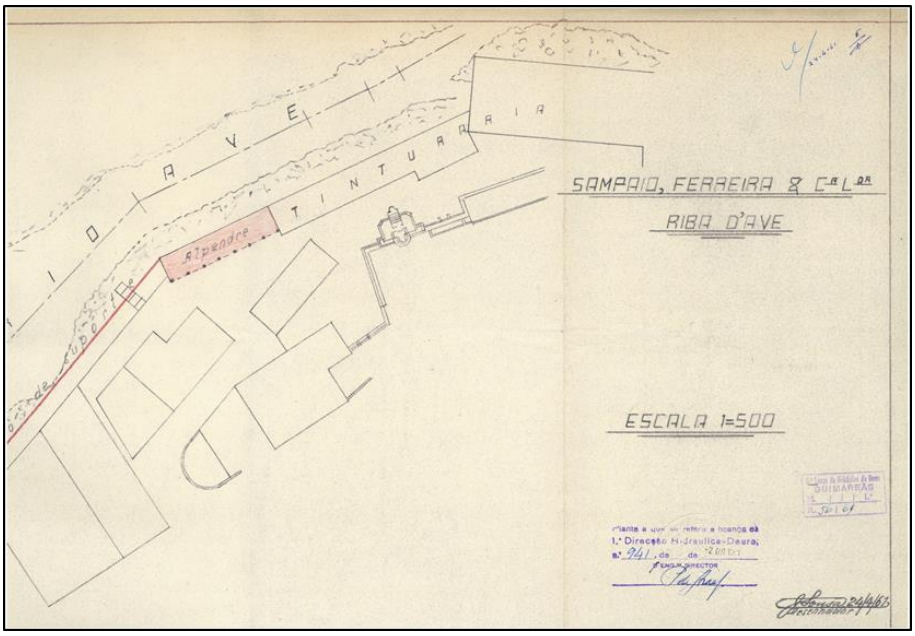


Figura 422: croqui da SFC anexado ao Proc. 313/1961. (Archiv-Ave)

Tanto o edital do Processo 313/1961[292] quanto a Folha de Informação[293] dão mais detalhes sobre as características do alpendre que estenderia a edificação nº 13: ele seria construído em *"alvenaria argamassada"* e teria as medidas de 30m de comprimento, 3,5m de largura e 3m de altura. O muro que seria prolongado, por sua vez, teria 70m de comprimento, 2,5m de altura e 1,2m de espessura, sendo construído em torno de 25m da margem oposta (direita). O Alvará de Licença,[294] que também traz estas informações, foi concedido em 02 de outubro de 1961 e a obra deveria ser realizada em 12 meses.

Dois anos depois, em 30 de outubro de 1963, a Sampaio, Ferreira & Cia. deu continuidade às obras naquele ponto e fez nova solicitação à Direção Hidráulica do Douro para *"construir um alpendre-abrigo em seguimento dos existentes sobre o muro de suporte de terras".* Pela descrição do local é possível supor que o *"alpendre-abrigo"* a que se refere o Processo 928/1963 diz respeito à edificação nº 15 que, segundo o Processo, teria *"o comprimento de 37 metros por 8 metros"*.[295]

Em 23 de novembro de 1963, o Guarda-rios Manuel António Dias anexou à solicitação um *"esboço topográfico"* não muito apurado da localização que o dito alpendre ocuparia na fábrica

[292] Archiv-Ave. Proc. 313/1961. Edital nº 141. 27 de maio de 1961. P. 01.

[293] Archiv-Ave. Proc. 313/1961. Folha de informação nº 95. P. 01.

[294] Archiv-Ave. Proc. 313/1961. Alvará de Licença nº 941. Pp. 01-02.

[295] Archiv-Ave. Proc. 928/1963. Comunicado ao "Engenheiro-Diretor da Hidráulica do Douro". 30 de outubro de 1963. P. 01.

(Figura 423). Trata-se de um pequeno papel pardo, manuscrito e desenhado toscamente à mão no qual se vê um "retângulo" cujo lado mais comprido está na horizontal onde se lê *"Fábrica Sampaio, Ferreira & Cia."*, abaixo aparece a representação do rio Ave colorido em azul e com setas que indicam o sentido da corrente. À direita, assinalado em vermelho, aparece o *"alpendre-abrigo"*, o qual dá a entender que teria aberturas voltadas para o interior da fábrica.

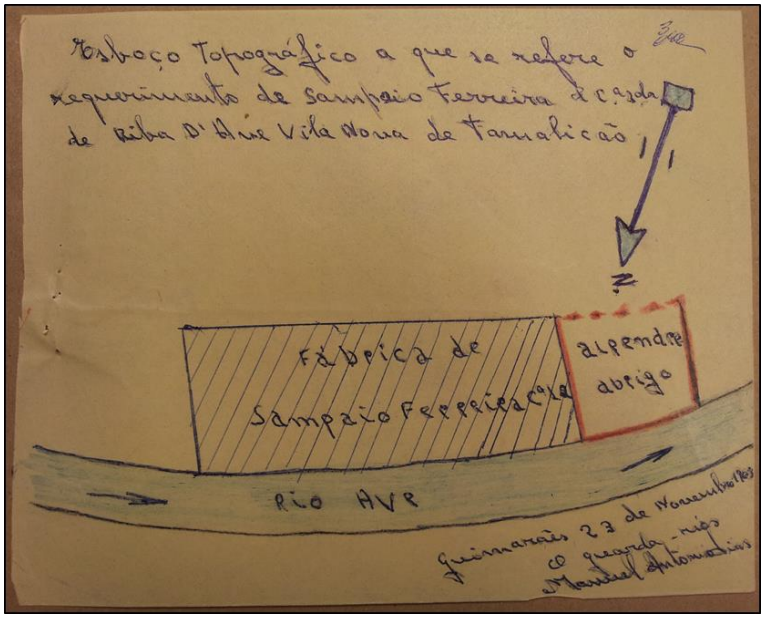


Figura 423: esboço topográfico da SFC anexado ao Proc. 928/1963. (Archiv-Ave)

O Edital, a Folha de Informações e o Alvará de Licença do Processo 928/1963 são consistentes entre si e indicam algumas outras características do *"alpendre-abrigo",* que seria construído em alvenaria de tijolos e a cobertura seria de *"luzalite"*[296] e acrescenta a medida de 4,5m que, provavelmente se refere à altura da edificação, cuja finalidade seria para *"arrecadação industrial"*.[297]

Na busca por trabalhos acerca de Riba d'Ave, encontrou-se duas dissertações de mestrado em Arquitetura: a primeira de João Nuno Pinto de Sousa (2013), na qual o autor busca desenvolver proposta de reabilitação e a criação de um novo programa para um edifício existente em Riba d'Ave, próximo ao Teatro Narciso Ferreira ; a segunda, de Francisco Durval Pinto de Sousa (2017), na qual busca abordar a problemática da intervenção no edifício do Teatro Narciso Ferreira . Na

[296] Provavelmente se refere a telhas de asbesto-cimento ou fibrocimento, cuja composição continha cimento associado a 10 a 15% de fibra de amianto. O termo "luzalite" pode ser uma referência à fábrica Lusalite que produzia esse material em Portugal.

[297] Archiv-Ave. Proc. 928/1963. Edital nº 544. 26 de dezembro de 1963. P. 01; Folha de Informações nº 381/1963. P. 01; Alvará de Licença nº 144. 05 de fevereiro de 1964. Pp. 01-02.

sua aproximação ao problema, Sousa (2013) menciona a importância da família Ferreira para Riba d'Ave, pois *"implementou um complexo fabril que estruturou o núcleo central da vida"* (Sousa J. N., 2013, p. 19); Sousa (2017) faz o mesmo ao afirmar que *"ao longo dos anos, e de modo a dar resposta às exigências a nível de produtividade, as fábricas foram sofrendo várias ampliações"* (Sousa F. D., 2017, p. 34). Estes dois trechos são ilustrados com a mesma imagem, uma fotografia aérea oblíqua baixa da Sampaio, Ferreira & Cia. (Figura 424).



Figura 424: a SFC possivelmente entre 1959 e 1964. (Sousa F. D., 2017, p. 34)

Nenhum dos dois autores faz qualquer análise da fotografia, utilizando-a meramente como ilustração de uma narrativa já consolidada. Em ambos os trabalhos o único dado sobre ela encontra-se na listagem das imagens utilizadas nas dissertações: Sousa (2013, p. 123) apenas diz que a fotografia seria proveniente do livro de Borges (2012), *"Narciso Ferreira – Um contemporâneo do seu tempo",* sem sequer mencionar a página em que se encontraria; Sousa (2017, p. v) ao menos diz ser esta fotografia a que estampa a capa do livro, ainda que não seja.

Ambos são trabalhos no campo da Arquitetura e buscam trazer fundamentos historiográficos às suas propostas. Porém, apresentam graves problemas metodológicos na utilização de documentação fotográfica e na referenciação das fontes. Além disso, ambos estão equivocados no fornecimento da informação sobre a proveniência fotografia, que sequer consta

no livro de Borges (2012).[298] Ainda que o fato de esta e a que ilustra a capa do livro serem fotografias aéreas oblíquas baixas com a Sampaio, Ferreira & Cia. em primeiro plano e tenham uma posição da câmera relativamente semelhante, elas são significativamente diferentes a um olhar atento. Infelizmente, qualquer tentativa de entrar em contato com os autores fracassou e não se pode obter mais informações sobre a proveniência da imagem.

Ainda assim, a fotografia é importante à investigação precisamente porque a observação sistemática das características do conjunto edificado permite verificar que se trata de um retrato da Sampaio, Ferreira & Cia. entre os anos de 1959 e 1964. Saliente-se que, diferentemente da fotografia aérea vertical de 1958, ela não tinha propósitos fotogramétricos ou fotocartográficos, mas era uma fotografia da paisagem com foco na Sampaio, Ferreira & Cia.

A imagem confirma a configuração da Sampaio, Ferreira & Cia. sugerida pela análise da fotografia aérea vertical de 1958, na qual se propôs que a projeção da sombra indicava que se havia construído sobre a porção norte da tinturaria um piso que viria a ser a Secção 2 (estamparia mecânica) da edificação nº 12 (Figura 425, destacado em vermelho). Além disso, confirma a extensão da edificação da tinturaria até o ponto em que o canal se une ao rio Ave e mostra que a tipologia arquitetônica para esse aumento foi exatamente a mesma (Figura 425, destacado em verde). Confirma também que edifício nº14 (então, uma garagem) já havia sido ampliado, conforme sugeria a planta anexada ao Processo 313/1961 (Figura 425, destacado em azul) e mostra a edificação nº 17, que já aparecia na fotografia aérea vertical de 1958 (Figura 425, destacado em amarelo). Além disso, a fotografia mostra a edificação nº 13 aparentemente já construída na sua totalidade, o que permitiria datá-la como sendo, no mínimo, de 1962, pois a finalização das obras deveria se dar no máximo 12 meses após a data do Alvará de Licença.[299] Fixa-se 1964 como data limite para a fotografia porque em 1965 a fábrica já havia passado por uma série de reformas que alteram o conjunto fabril, sobretudo na edificação nº 12.

[298] A fotografia da capa de Borges (2012) é semelhante, mas não é a mesmo, pois se trata de uma imagem de período posterior, conforme se constatou na investigação (Cf. Figura 455, adiante).

[299] Archiv-Ave. Proc. 313/1961. Alvará de Licença nº 941. 02 de outubro de 1961. Pp. 01-02.



Figura 425: enquadramento da Figura 424 (Ed. nº 12, 13, 14 e 17). (Sousa F. D., 2017, p. 34)

Destaque para as alterações no conjunto edificado da SFC, entre 1959 e 1964, nos edifícios nº 12 (vermelho e verde), nº 13 (rosa), nº 14 (azul) e nº 17) (amarelo).

Outra alteração que a fotografia permite inferir diz respeito à porção da fábrica entre os edifícios nº 8 e 9. Como se evidenciou anteriormente, após a reforma do projeto proposto no Processo 752/1948, construiu-se um anexo à frente do edifício nº 8 cujo propósito parece ter sido conectar internamente as edificações nº 7 e nº 8 por meio de uma escada, uma vez que os níveis dos respectivos rés do chão eram diferentes (Cf. Figura 352, Figura 353, Figura 354 e Figura 355). Esse anexo aparece representado nas fotografias que formam a paisagem-sequência do exterior da fábrica entre 1948-1952, tirada a partir da margem direita do rio Ave (Cf. Figura 341), e nas fotografias tiradas a partir da entrada do edifício nº 8 que também formam uma paisagem-sequência, porém, voltada para o interior fabril (Cf. Figura 348).

Nesta fotografia entre 1959 e 1964, porém, parece ter havido uma ampliação do anexo em direção ao interior do complexo fabril, que o geminava à edificação nº 9 (Figura 426).



Figura 426: enquadramento da Figura 423 (Ed. nº 8). (Sousa F. D., 2017, p. 34)

Ao se analisar a estrutura da edificação nº 9 na fotografia do acervo Domingos Alvão (Figura 427), verifica-se que no sentido sul-norte, próximo à edificação nº 10, havia uma janela, seguida de uma porta e de outra janela (Figura 427, destacado em amarelo); a seguir, havia outra janela (Figura 427, destacado em verde); e em seguida mais uma porta (Figura 427, destacado

em azul). Todas estas ainda se mantêm hoje em dia (Figura 428 e Figura 429, destacadas em amarelo, verde e azul, respectivamente).



Figura 427: destaques na Figura 348 (Ed. nº 9). (CPF - ALV-004409.)



Figura 428: edificação nº 9 entre 2016 e 2018. (FdA)

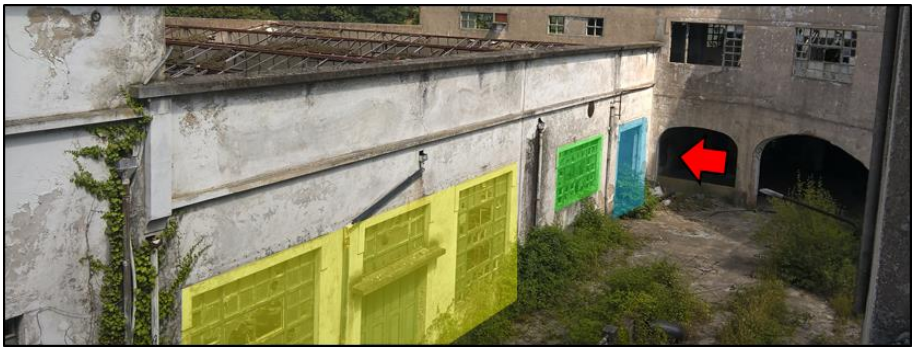


Figura 429: edifício nº 9 entre 2016 e 2018. (FdA)

A seta vermelha mostra a localização onde deveria estar a porta que foi encoberta pela extensão do anexo ao edifício nº 8.

Por fim, conforme a fotografia do acervo Domingos Alvão, havia uma última porta que se distinguia por ter uma janela que emoldurava sua parte superior (Figura 427, destacado em laranja). Esta porta, porém, já não aparece no complexo edificado hoje em dia (Figura 429).

Provavelmente, esta última porta foi suprimida devido à redução da fachada frontal da edificação nº 9 para que houvesse a expansão do anexo em frente ao edifício nº 8 (Figura 430, projeção em vermelho) conforme permanece até hoje em dia (Figura 431, destacado em vermelho).

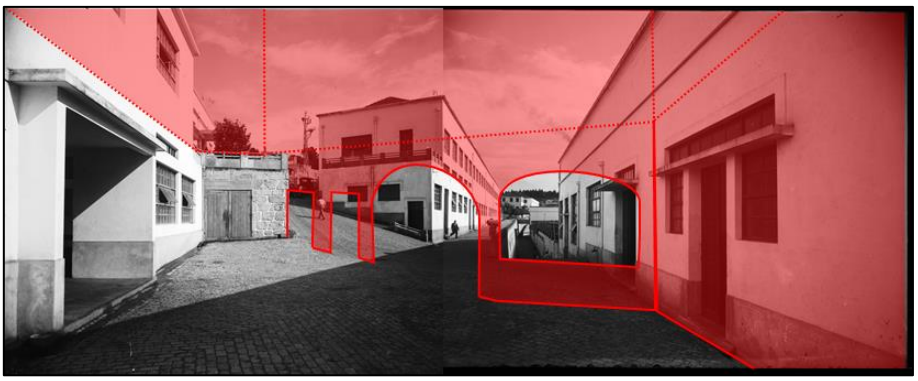


Figura 430: projeção virtual na Figura 348 (Ed. nº 8). (CPF)

Representação virtual da extensão do anexo em frente ao edifício nº 8 (possivelmente realizada entre 1959 e 1964 e que existe até hoje) sobre paisagem-sequência do interior da SFC, possivelmente entre 1948 e 1952.



Figura 431: SFC entre 2016 e 2018 (anexo em frente ao ed. nº 8). (FdA)

Em fotografia da SFC entre 2016 e 2018, destaca-se em vermelho o anexo construído em frente ao edifício nº8 possivelmente entre 1959 e 1964. Em verde e azul, respectivamente, a janela e a porta presentes na Figura 427.

1.3. 1964: ampliações do conjunto (edificações nº 01, 02) e projeto do edifício nº 12.

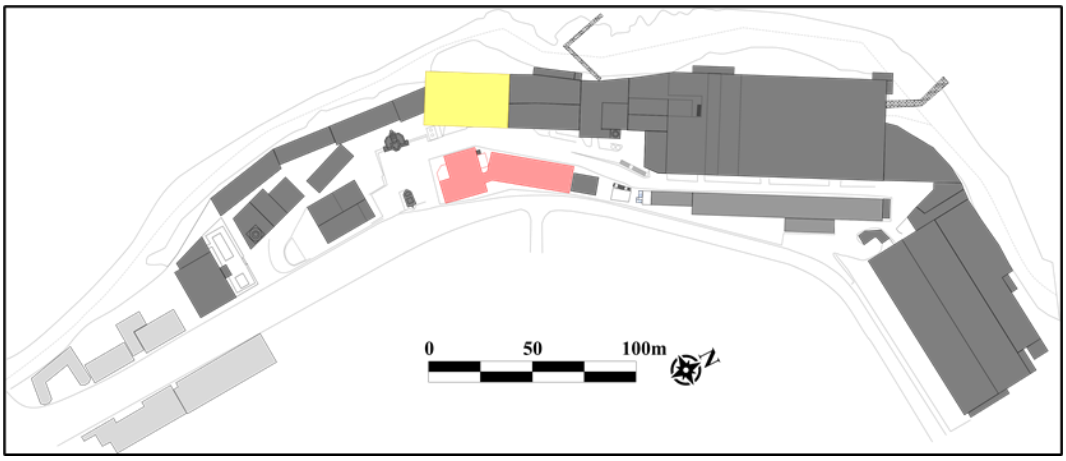


Figura 432: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1964. (CdA)

Em agosto de 1964, a Sampaio, Ferreira & Cia. fez uma solicitação junto aos Serviços Hidráulicos do Douro para *"elevar a secção de tinturaria, a que diz respeito a uma parte do edifício nº 12"*.[300] Essa solicitação permite verificar também alterações nos edifícios nº 1 e 2 (Figura 432).

Ao contrário da maior parte das solicitações anteriores junto aos Serviços Hidráulicos, o Processo 687/1964 é bastante completo em termos de informações sobre o projeto de reforma que se pretendia fazer no complexo fabril. Um dos documentos nele contido é a planta topográfica de 1964 (Figura 433) que mostra todas as edificações da Sampaio, Ferreira & Cia.

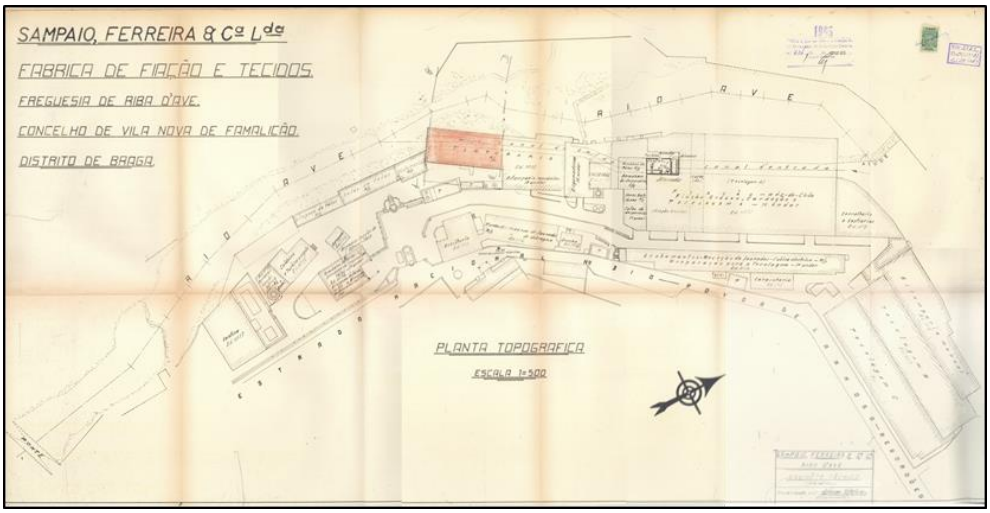


Figura 433: planta topográfica da SFC anexada ao Proc. 687/1964. (Archiv-Ave)

A hachura em vermelho indica as obras para a qual se solicitava licença para serem realizadas.

[300] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Comunicado ao "Engenheiro-Diretor da Hidráulica do Douro". 12 de agosto de 1964. P. 01.

Nesse sentido, a importância desse Processo para a investigação recai no fato de informar sobre a configuração fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. naquele momento e possibilitar o conhecimento sobre as funções específicas de cada edificação na atividade fabril têxtil. Em relação à configuração fabril entre 1959 e 1964, a planta topográfica indica apenas alterações pontuais no conjunto fabril, como as alterações na edificação nº 1 e o início da ligação estrutural com a edificação nº 2 (Figura 434, destaque em vermelho).

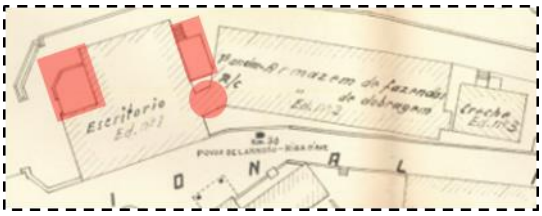


Figura 434: recorte da Figura 433. (Ed. nº 1) (Archiv-Ave)

Entretanto, a planta também apresenta algumas inconsistências em relação à própria fotografia de 1958 e à planta do Processo 313/1961, como o fato de mostrar a edificação nº 14 (garagem) em sua primeira configuração (Figura 435, em amarelo), quando ainda não havia sido prolongada até a edificação nº 13.



Figura 435: recorte da Figura 433. (Ed. nº 13 e 15). Fonte: Archiv-Ave)

Além disso, a planta topográfica mostra apenas o contorno da edificação nº 15 (Figura 435, em vermelho), o *"alpendre-abrigo"* do Processo 928/1963, sem as hachuras que caracterizam as edificações já construídas e em funcionamento, e sem a designação específica do edifício, ainda que tudo indique que essa edificação já houvesse sido construída à época da abertura do Processo 687/1964. Isso porque, entre a concessão do Alvará de Licença do Processo 928/1963 e a abertura do Processo 687/1964 há uma diferença de aproximadamente 6 meses.

O Processo também contém um corte transversal específico do *"Projeto de elevação do edifício nº 12 sobre a tinturaria"* (Figura 436). No corte transversal fica evidente que o rés do chão onde ficaria a tinturaria, receberia dois pisos. À esquerda do desenho, há a indicação de que esses dois pisos se prolongariam para o interior fabril (Figura 436, destacado em amarelo). Entretanto, essa parte do edifício, que também viria a ser construída, não consta no projeto provavelmente

porque os Processos junto aos Serviços Hidráulicos dizem respeito apenas a alterações construtivas que pudessem interferir no rio Ave, o que não era o caso daquela parte da edificação.

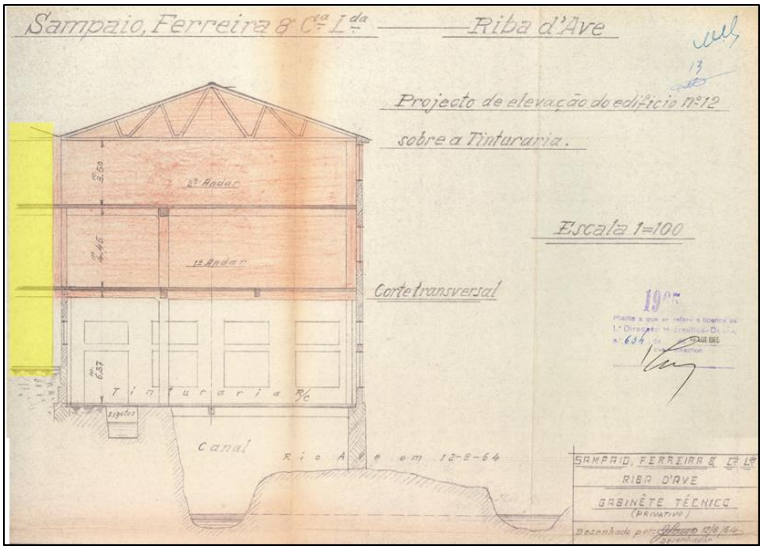


Figura 436: projeto de elevação do edifício nº 12. Fonte: Archiv-Ave, Proc.687/1964.)

Na planta topográfica do complexo fabril é possível ver que há o esboço dessa parte da edificação voltada para o interior (Figura 437, destacado em amarelo).

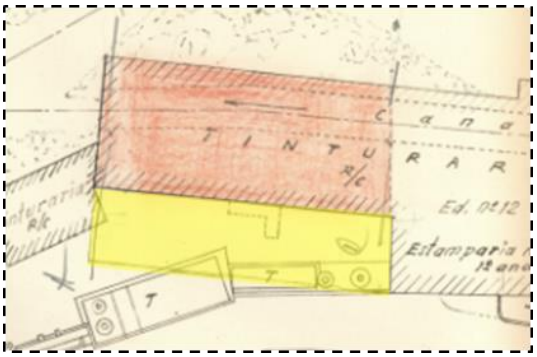


Figura 437: recorte da Figura 433. (Ed. nº 12)). (Archiv-Ave)

Também diferentemente de Processos anteriores, o chefe da Secção de Braga (Sr. Fernando Eugênio do Carvalhal de Sousa Teles) solicitou ao Guarda-rios (Sr. Avelino dos Santos Pinheiro) *"o nome, morada e profissão do autor do projeto"*.[301] Segundo o Guarda-rios, e como consta nas próprias plantas, o projeto era de responsabilidade do *"Gabinete técnico da Sampaio, Ferreira & Cia.",* mas que havia sido *"desenhado por José de Sousa, residente da Vila das Aves, Concelho de Santo Tirso, profissão desenhador"*.[302]

[301] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Nota de Serviço 2794. 03 de outubro de 1964. P. 01

[302] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Nota de Serviço 2794. 06 de outubro de 1964. P. 02

Pelo edital do Processo 687/1964, observa-se que a edificação já existente, localizada no rés do chão e que serviria de base para os dois pisos a serem construídos, possuía 40m de comprimento e seria estendida em mais 8m. A largura do que seria uma nova edificação seria de 18m e sua estrutura construída com *"cimento armado"*.[303]

Entretanto, mais uma vez de forma atípica, quando comparado a Processos anteriores, ao que parece apenas as plantas não seriam suficientes para conceder a Licença, pois alguns dias depois da publicação do Edital o Chefe da Secção de Braga solicitou que a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. apresentasse a *"memória descritiva e os cálculos de estabilidade da estrutura de cimento armado, apresentando ainda os alçados e cortes do edifício a elevar".* Além disso, afirma que *"elementos desenhados ou cálculos"* só poderiam ser aceitos *"depois de assinados pelo seu autor com a indicação da profissão, cartão profissional e morada"* e que caso as obras fossem *"iniciadas sem a devida licença"* a Sampaio, Ferreira & Cia. deveria ser autuada e notificada *"a paralisar imediatamente com os trabalhos"*.[304]

A razão para tal procedimento fica explicada na Folha de Informações do Processo 687/1964 e tinha relação com o fato de que *"a elevação se processa em parte sobre o leito da corrente"*.[305] Ou seja, ao estender em 8m o edifício já existente, um dos pilares da nova edificação seria construído já dentro do rio Ave e isso poderia interferir na corrente das águas.

À essa solicitação a Sampaio, Ferreira & Cia. respondeu com relativa rapidez, especialmente ao se comparar com Processos anteriores (recorde-se que o Processo 353/1945 demorou mais de dez anos para ser finalizado devido à não entrega das plantas pela fábrica). Assim, em 02 de março de 1965, o Chefe da Secção de Braga já tinha em mãos a memória descritiva e os *"cálculos de betão armado"* apresentados pela Sampaio, Ferreira & Cia. e os encaminhou ao Engenheiro Diretor dos Serviços Hidráulicos.[306]

Assinada pelo engenheiro civil António G. P. Vallada, a *"memória descritiva e justificativa"* do projeto indica que inicialmente o edifício seria utilizado para *"a instalação de teares"*.[307]

---

[303] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Edital n° 364. 06 de outubro de 1964. P. 01.

[304] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Nota de Serviço n° 2837. 09 de outubro de 1964. P. 01.

[305] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Folha de Informações n° 216/1964, "Informação do lanço". 30 de setembro de 1964. P. 01.

[306] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Nota de Serviço n° 239. 02 de março de 1965. P. 01.

[307] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Memória descritiva e justificativa. P. 01.

Inclusive, já no comunicado ao Diretor dos Serviços Hidráulicos do Douro, em 12 de agosto de 1964, pedia-se urgência à concessão da Licença porque o *"maquinismo"* que ali seria posto já estava em um *"armazém"*,[308] provavelmente em referência a teares para serem ali instalados. Porém, sem que haja explicações, a fábrica optou por ali instalar a tinturaria (secção 5, no rés do chão, (Figura 438), a preparação para a tecelagem (secção 3, no segundo piso, ao nível da entrada do complexo fabril, (Figura 439) e a estamparia (secção 4 no primeiro piso, Figura 440).[309]

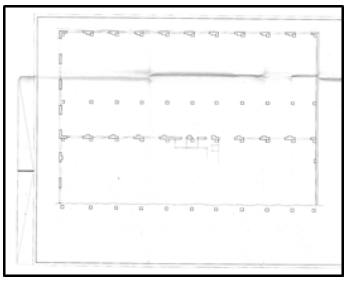


Figura 438: rés do chão do edifício nº 12 (Archiv-Ave, Proc. 687/1964)

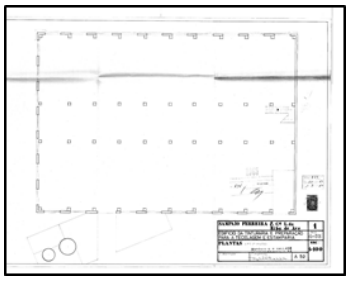


Figura 439: primeiro piso do edifício nº 12 Fonte: Archiv-Ave, Proc. 687/1964)

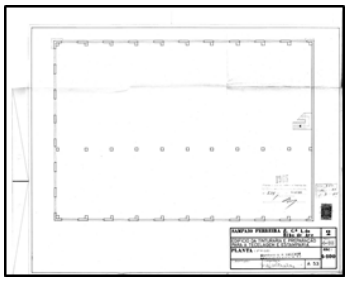


Figura 440: segundo piso do edifício nº 12 (Archiv-Ave, Proc. 687/1964)

Plantas adjuntas à "Memória descritiva e justificativa" do Processo 687/1964.

A estrutura da edificação teria lajes *"maciças com armadura cruzada, apoiadas nas vigas dos pórticos e nas vigas transversais que servem ao mesmo tempo de vigas de travação".* As fundações seriam assentadas em um terreno de *"rocha granítica, pelo que se previram sapatas do tipo habitual";* alguns *"pilares centrais"* ficariam *"localizados sobre um canal pelo que se previram sapatas constituídas por perfilados assentes nas paredes do canal e convenientemente ligados entre si e ao pilar".* A cobertura seria *"constituída por asnas de betão pré-reforçado e convenientemente travadas por terças do mesmo material para suporte de chapas de alumínio"*.[310]

Tendo sido entregues a memória descritiva e os cálculos solicitados, em 18 de outubro de 1965 concedeu-se o Alvará de Licença e o prazo de 12 meses para a conclusão das obras.[311]

[308] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Comunicado ao "Engenheiro-Diretor da Hidráulica do Douro". 12 de agosto de 1964. P. 01.

[309] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Memória descritiva e justificativa. P. 01.

[310] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Memória descritiva e justificativa. Pp. 01-02.

[311] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Alvará de Licença nº 634. Pp. 01-02.

1.4. 1965: ampliações do conjunto (edificações nº 12, 15, 17 e outros pequenos acréscimos).



Figura 441: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1965. (CdA)

O Alvará de Licença para a execução do projeto do Processo 687/1964 foi concedido apenas em 18 de outubro de 1965, menos de 3 meses para o final do ano.[312] Ou seja, dificilmente uma obra de tal magnitude seria acabada ainda em 1965. Entretanto, uma fotografia aérea vertical daquele ano (Figura 442) mostra que, sim, a obra estava acabada (Figura 443, destacado em vermelho) e permite verificar várias outras alterações no complexo fabril (Figura 441).



Figura 442: fotografia aérea vertical da SFC, 1965. (DGT)

Essa situação sugere duas possibilidades: ou acabou-se a obra em dois meses e 11 dias, o que parece bastante improvável; ou, o que é mais provável, como em outras ocasiões, a Sampaio, Ferreira & Cia. deu início às obras sem que tivesse licença para tal, mesmo correndo o

[312] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Alvará de Licença nº 634. Pp. 01-02.

risco de ser multada, como havia advertido o Chefe da Secção de Braga, ainda em outubro de 1964.[313]

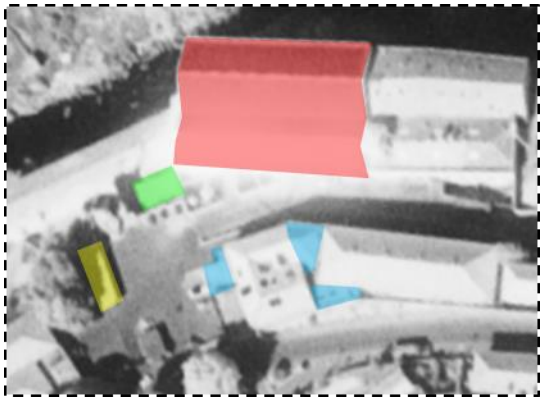


Figura 443: enquadramento da Figura 442 (Ed. nº 12). (DGT)

Além da alteração significativa no edifício nº 12 (Figura 443, destacado em vermelho), a fotografia aérea vertical de 1965 permite verificar várias outras alterações de menor impacto no conjunto edificado da fábrica. No espaço entre os edifícios nº 12, 13 e o monumento, construiu-se a edificação nº 12a (Figura 443, destacado em verde), cuja função não pôde ser identificada. O edifício nº 1 construiu um pequeno anexo na sua porção frontal e completou-se sua conexão interna com a edificação nº 2 (Figura 443, destacado em azul). Além disso, na entrada da fábrica, próximo ao monumento, ergueu-se uma cobertura para automóveis (Figura 443, destacada em amarelo).

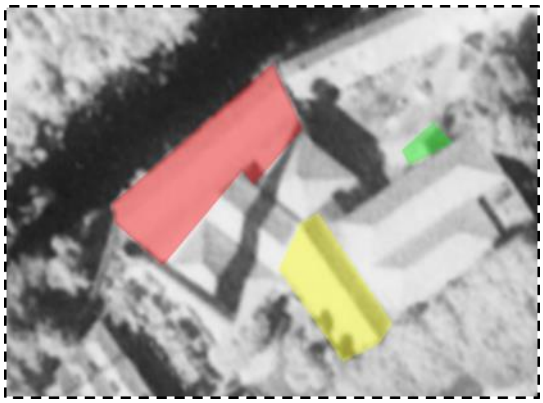


Figura 444: enquadramento da Figura 442 (Ed. nº 15 e 17). (DGT)

Na porção sul da fábrica, ampliou-se o edifício nº 17 (Figura 444, destacada em amarelo), ligando-o tanto ao edifício nº 16 quanto ao edifício nº 14 (Figura 444, conexão destacada em verde). A edificação nº 15 (o alpendre-abrigo, Figura 444, destacada em vermelho) parece ter sido modificado de tal modo que seu telhado ficasse geminado à edificação nº 16.

Por sua vez, ao centro da fábrica, próximo à chaminé, a secção 1 (Engomadeiras) do edifício nº12 recebeu uma pequena ampliação na sua porção frontal (Figura 445, destacado em amarelo); e ampliou-se a edificação nº 4 na porção mais ao sul com a construção de um anexo que chega até ao tanque que se encontrava entre aquele

[313] Archiv-Ave. Proc. 687/1964. Nota de Serviço nº 2837. 09 de outubro de 1964. P. 01.

edifício e o edifício nº 3 e tem sua estrutura adaptada aos limites do terreno da fábrica de tal modo que faz uma "curva" em direção ao interior fabril (Figura 445, destacado em vermelho).

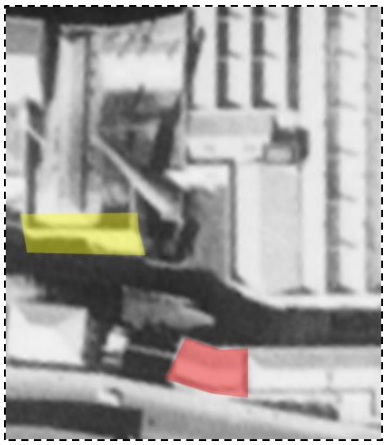


Figura 445: enquadramento da Figura 442 (Ed. nº 4 e 12, secção 1). (DGT)

Por fim, as últimas alterações visíveis ocorrem ao norte do complexo fabril. A fotografia aérea vertical de 1965 confirma a hipótese de que entre 1959 e 1964 teria havido uma ampliação do anexo em frente à edificação nº 8 em direção ao interior do complexo fabril (Figura 446, destacado em vermelho), que o geminava à edificação nº 9. Essa construção parece ter tido implicações estruturais na edificação nº 9, pois na fotografia aérea vertical de 1965 sua porção mais ao norte parecia não ter cobertura, inclusive permitindo que a luz do sol incidisse sobre o espaço que antes tinha um telhado (Figura 446, destacado em amarelo). Além disso, a fotografia aérea vertical de 1965 sugere que tinha dado início a alguma modificação na entrada da edificação nº 6 (Figura 446, destacado em verde), talvez apenas a ampliação da área, visto que embaixo havia um pequeno depósito. Porém, é possível que tal alteração fosse anterior, mas a resolução da fotografia aérea vertical de 1958, por exemplo, não permite afirmá-lo.

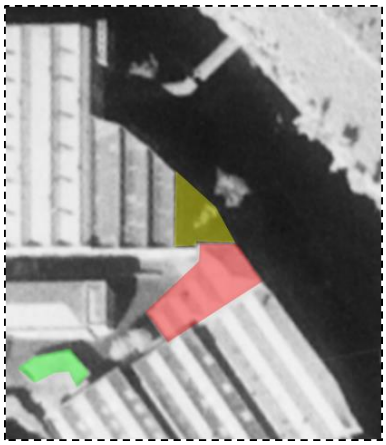


Figura 446: enquadramento da Figura 442 (Ed. nº nº 6, 7, 8, e 9) (DGT)

A fotografia aérea vertical de 1965 também evidencia uma ampliação da edificação dos Bombeiros Voluntários de Riba d'Ave (Figura 447), que foi cedida pela Fundação Narciso Ferreira, como elucida o Processo 509/1960.

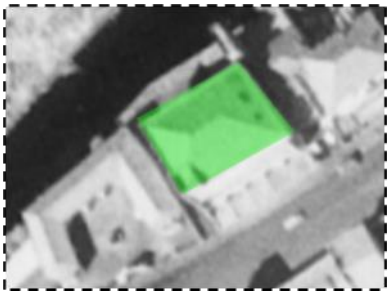


Figura 447: enquadramento da Figura 442 (Bombeiros Voluntários). (DGT)

Em julho de 1960, após terem avisado *"mais que uma vez",* o Guarda-rios Maximino Alves autuou[314] *"Amadeu Ferreira*

[314] Archiv-Ave. Proc. 509/1960. Auto de notificação s/nº. 12 de julho de 1960. P. 01

Soares, na qualidade de chefe de contabilidade" da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. por ter

> *construído um tanque de perpianho ligado para a margem esquerda do rio Ave (...) a fim de por ali derramar as águas da corrente com esgotos domésticos e concentrados no referido tanque e tendo no mesmo local posto mais tubo subterrâneo ligado dum edifício para a margem a fim de por ali serem conduzidas para a corrente águas provenientes duma garagem de bombeiros.*[315]

Por não terem tirado a licença, foram autuados e notificados e à época da autuação, a fábrica sequer havia *"requerido a legalização das referidas obras ainda em curso"*.[316]

Entretanto, a dúvida sobre se a obra era realizada *"com comparticipação* [sic.] *do Estado, pelos Bombeiros Voluntários de Riba d'Ave"*, como perguntou o Chefe da 2ª Secção, Sr. Fernando Eugenio do Carvalhal de Sousa Teles, ao Chefe do Lanço, Sr. Manuel Rodas,[317] é que iria determinar o andamento do Processo.

Segundo o Sr. Rodas, *"o próprio notificado"* Sr. Amadeu Ferreira Soares, que era *"o funcionário mais categorizado naquela firma"*, quando foi feita a autuação, não havia esclarecido a quem pertencia o edifício em construção, à fábrica ou à Fundação Narciso Ferreira.[318]

O esclarecimento veio por um comunicado dos Bombeiros Voluntários ao Diretor da Hidráulica do Porto:

> *A Direção dos Bombeiros Voluntários de Riba d'Ave (...) vem participar que está a construir uma FOSSA SÉPTICA (capacidade 5m³) conforme o desenho junto, de harmonia com as indicações dos Serviços de Urbanização de Braga e também junto ao seu novo Quartel que está sendo construído e comparticipado pelo Governo, por despacho de Sua Exª. e Subsecretariado de Estado das Obras Públicas.*[319]

Dessa forma, segundo a Folha de Informação do requerimento, como os requerentes eram os Bombeiros Voluntários e como o Estado era coparticipante, a fábrica teria sido *"indevidamente*

---

[315] Archiv-Ave. Proc. 509/1960. Nota de Serviço nº 62. 14 de julho de 1960. P. 01

[316] Archiv-Ave. Proc. 509/1960. Nota de Serviço nº 62. 14 de julho de 1960. P. 02

[317] Archiv-Ave. Proc. 509/1960. Nota de Serviço nº 1734. 26 de julho de 1960. P. 01

[318] Archiv-Ave. Proc. 509/1960. Nota de Serviço nº 106. 03 de agosto de 1960. P. 01

[319] Archiv-Ave. Proc. 509/1960. Comunicado dos Bombeiros Voluntários de Riba d'Ave ao Engenheiro Diretor da Hidráulica do Porto. 03 de agosto de 1960. P. 01

autuada".[320] Tudo indica que a confusão se deveu ao fato de que o edifício dos Bombeiros Voluntários foi cedido pela Fundação Narciso Ferreira. Como tais esclarecimentos não foram dados ao Guarda-rios, a fábrica acabou por ser autuada.[321]

Na Folha de Informação e, posteriormente, no Edital, também se informava que o objetivo da obra era *"derramar na corrente esgotos sanitários do respectivo quartel, depois de decantados em fossa séptica construída junto da margem"*.[322]

Por fim, o Engenheiro Diretor não se opôs à obra desde que se obtivesse *"autorização dos proprietários marginais no local da obra";* de que fosse retirado *"todos os entulhos e materiais sobrantes para fora do alcance das águas das cheias":* e de que não se causassem *"prejuízos a terceiros nem no regime de corrente"*.[323]

Tudo indica que a obra do tanque pode ter acompanhado a própria obra da edificação da sede dos Bombeiros Voluntários. Embora não fique clara a data de seu término, a foto de 1965 já evidencia sua conclusão.

[320] Archiv-Ave. Proc. 509/1960. Folha de Informação nº 119/1960. "Informação do Lanço", 03 de agosto de 1960. P. 01.

[321] Archiv-Ave. Proc. 509/1960. Nota de Serviço nº 1916. 22 de agosto de 1960. P. 01

[322] Archiv-Ave. Proc. 509/1960. Folha de Informação nº 119/1960. "Informação do Lanço", 03 de agosto de 1960. P. 01; Edital, 27 de agosto de 1960. P. 01.

[323] Archiv-Ave. Proc. 509/1960. Comunicado do Engenheiro Diretor à Associação dos Bombeiros Voluntários de Riba d'Ave. 14 de outubro de 1960. P. 01

1.5. 1966-1968: ampliações do conjunto (edificação nº 9).

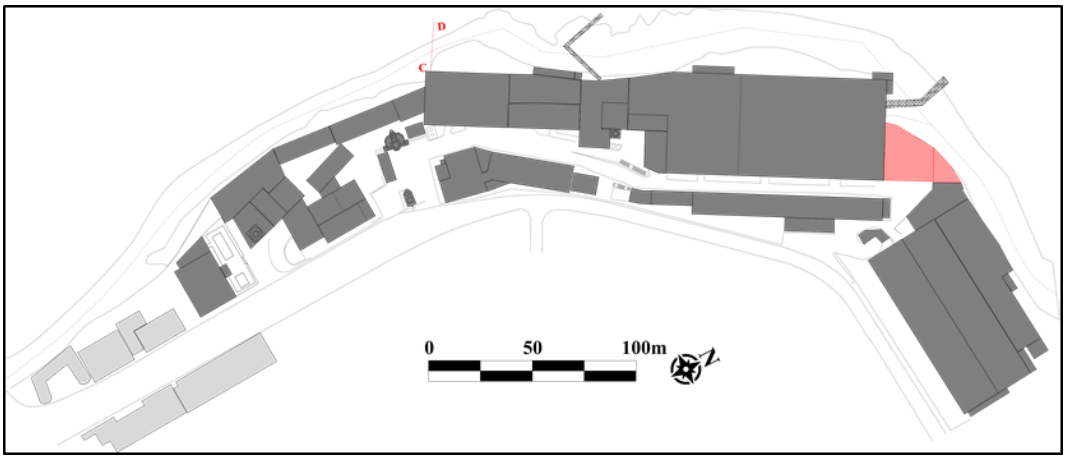


Figura 448: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1966-1968. (CdA)

No período de 1966 a 1968 houve apenas duas alterações significativas no conjunto edificado da Sampaio, Ferreira & Cia. (Figura 448).



Figura 449: fotografia aérea vertical da SFC, 1968. (CigeoE)

Uma destas alterações é evidenciada pela fotografia aérea vertical de 1968 (Figura 449) e se relaciona à edificação nº 9, pois a reforma que se mostrava na fotografia aérea vertical de 1965 era um novo prolongamento do anexo em frente à edificação nº 8, que passou a encobrir a porção mais ao norte do edifício nº 9 (Figura 450 e Figura 451, destacados em vermelho). O rés do chão por debaixo dessa extensão do anexo foi selada e só é possível acessá-lo pelo exterior da edificação (Cf. Figura 108).



Figura 450: enquadramento da Figura 449 (Ed. nº 8 e 9). (CigeoE)



Figura 451: edifícios nº 8 e 9, 2016-2018. (FdA)

Sousa (2017), ao tratar brevemente da história de Riba d'Ave, destaca o papel da Sampaio, Ferreira & Cia. na transformação de Riba d'Ave e ilustra seu texto com uma fotografia aérea oblíqua baixa da fábrica (Sousa F. D., 2017, p. 28) (Figura 452).

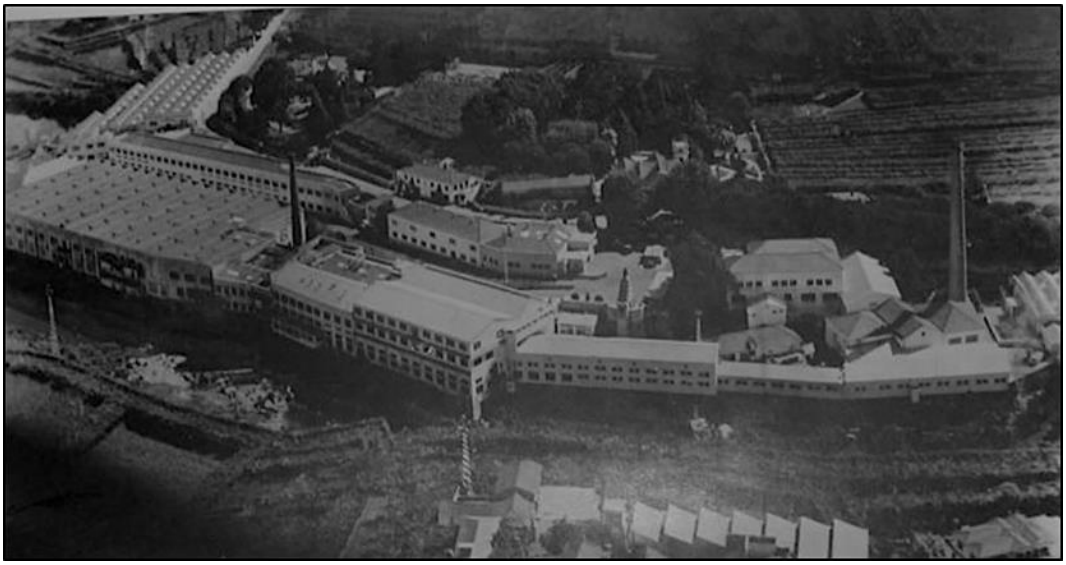


Figura 452: fotografia aérea oblíqua baixa da SFC, 1966-1968. (Sousa F. D., 2017, p. 28)

Novamente sem qualquer análise ou relação direta da imagem com o texto, a não ser pelo fato de o autor mencionar a Sampaio, Ferreira & Cia. ao fim do capítulo, a única informação sobre a imagem é de que seria uma *"fotografia do autor"* (Sousa F. D., 2017, p. v), talvez em referência ao fato de ser uma fotografia tirada de outra fotografia pelo autor, mas cuja proveniência se desconhece, o que evidencia problema metodológico de referenciação da documentação utilizada.

Porém, tal como a fotografia tirada no período de 1959 a 1964 (Sousa F. D., 2017, p. 34; Sousa J. N., 2013, p. 20), esta imagem é importante por mostrar, possivelmente, a Sampaio, Ferreira & Cia. entre os anos de 1966 e 1968. Embora a resolução seja má, parece que o

prolongamento do anexo por sobre a edificação nº 9 está em construção; que ainda não se tinha construído o anexo à frente da edificação nº 6, que se verá adiante; e que todas as outras alterações no conjunto fabril verificáveis nas fotografias aéreas verticais de 1965 e de 1968 já estão presentes na fotografia publicada por Sousa (2017).

Outra fotografia aérea oblíqua baixa (Figura 453) evidencia que estas alterações já haviam sido realizadas, o que sugere que ela retrate a fábrica entre 1966 e 1968.[324]

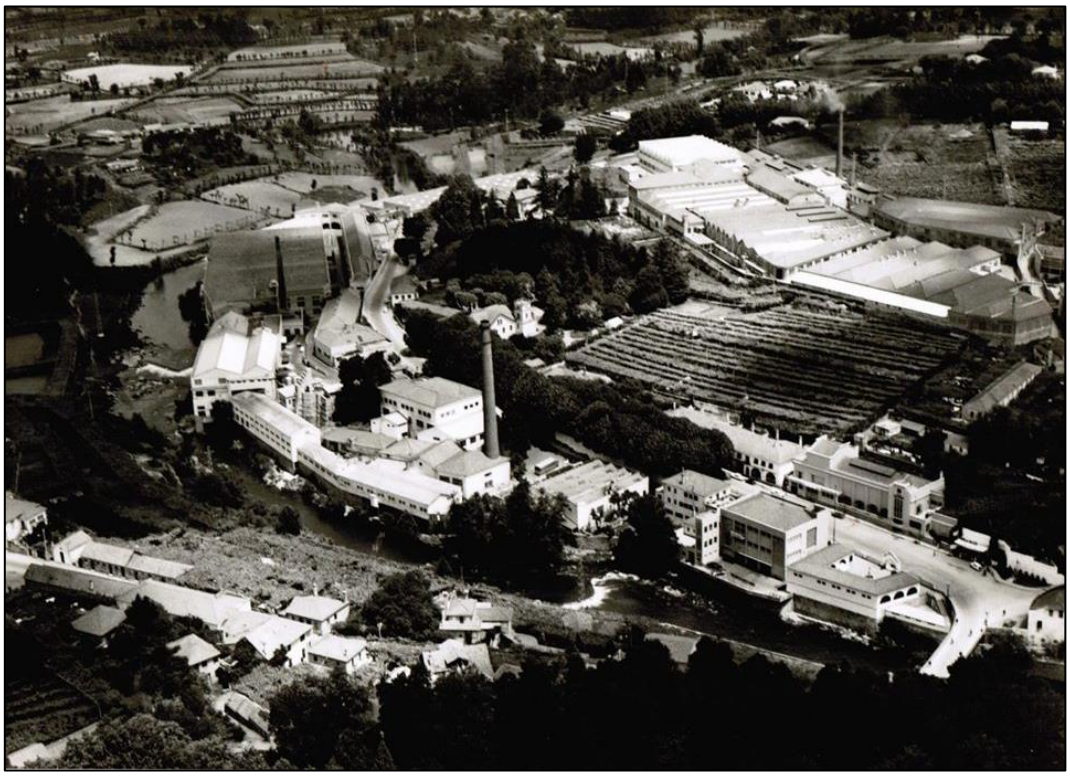


Figura 453: fotografia aérea oblíqua baixa da SFC, 1966-1968. (FNF/MMV)

A segunda alteração na Sampaio, Ferreira & Cia. verificada entre 1966 e 1968 diz respeito à tubulação instalada no edifício nº 12, que traria água do Bairro do Quinteiro.[325] Embora não diga respeito ao conjunto fabril em si, pois não afeta estruturalmente as edificações, a alteração se relaciona ao papel da fábrica na construção de infraestruturas urbanas em Riba d'Ave.

[324] Facebook, perfil "Narciso Ferreira",

https://www.facebook.com/photo.php?fbid=138479110936044&set=a.104352727682016&type=3&theater Publicada em 03 de dezembro de 2019, às 16:27. Acesso em 03 de dezembro de 2019.

[325] Archiv-Ave. Proc. 75/1967. Comunicado ao Engenheiro Diretor da Hidráulica do Douro. 02 de fevereiro de 1967. P. 01. O Alvará de Licença (nº 283) tinha validade de um ano para a construção da tubulação a partir da data de sua emissão, em 23 de março de 1967.

1.6. 1969: ampliações do conjunto (edificação nº 6).

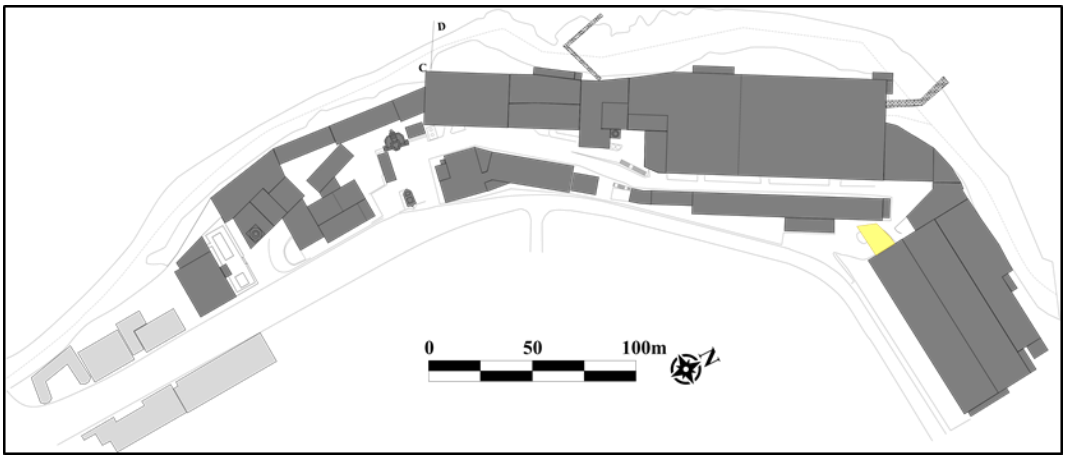


Figura 454: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1969. (CdA)

A configuração do conjunto fabril atribuída ao ano de 1969 (Figura 454) é representada por três fotografias aéreas oblíquas baixas; duas preservadas na Fundação Narciso Ferreira e a terceira encontrada no trabalho de Leitão & Saraiva (2012, p. 11), cuja proveniência se desconhece. A primeira imagem foi capturada com a câmera voltando-se para o sentido norte-nordeste e cobre a maior parte do complexo fabril, pois aparecem os edifícios nº 1 a nº 17 (ainda que das edificações nº 15 e nº 16 apareçam apenas uma pequena parte), além do monumento e do açude próximo ao edifício 12 (Figura 455).

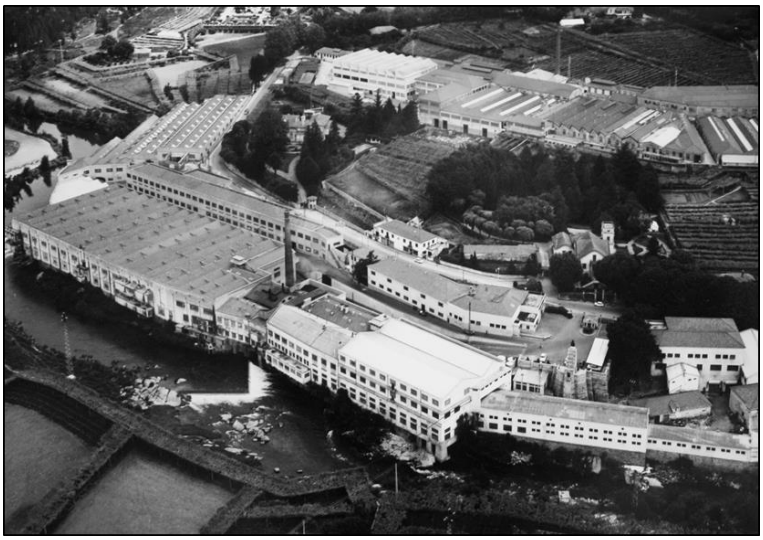


Figura 455: fotografia aérea oblíqua baixa da SFC por volta de 1969 (1). (FNF)

A segunda fotografia foi tirada com a câmera posicionada a norte da fábrica e tendo seu eixo ótico voltado para sul, de modo que em primeiro plano estão as edificações nº 6, 7, 8 9 e o

primeiro açude da fábrica; no plano intermediário os edifícios nº 4, 5 e 10; e, ao fundo, as edificações nº 1, 2, 3, 11 e 12 (parcialmente) (Figura 456).



Figura 456: fotografia aérea oblíqua baixa da SFC por volta de 1969 (2). (FNF)

A última fotografia também tem o eixo ótico voltado para sul e cobre toda a extensão da fábrica desde sua porção mais ao norte até as edificações em torno do monumento a Narciso Ferreira. Ainda que parcialmente encobertas ou de forma distorcida pela distância, ao fundo aparece o restante das edificações de nº 13 a 18 (Figura 457).

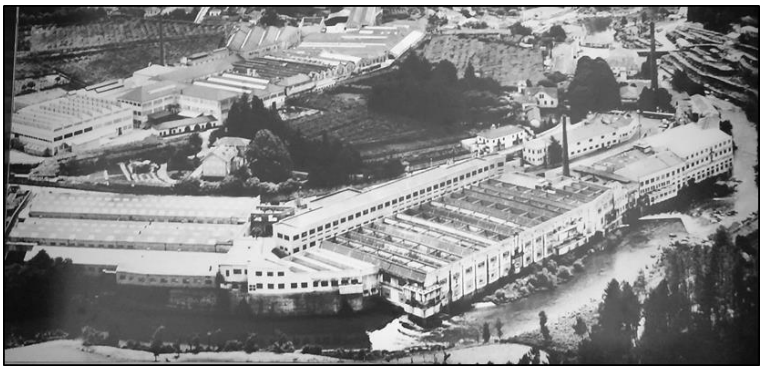


Figura 457: fotografia aérea oblíqua baixa da SFC por volta de 1969 (3). (MMV/FNF)

A datação das fotografias como tendo sido tiradas por volta do ano de 1969 e a consequente atribuição desse ano à configuração fabril é uma hipótese que se fundamenta em quatro documentos: a fotografia aérea vertical de 1968, analisada anteriormente; as duas fotografias oblíquas baixas preservadas na Fundação Narciso Ferreira, que, quando adquiridas, não possuíam data; e a fotografia aérea vertical de 1970, que será analisada mais adiante.

Ao se comparar os elementos que compõem o conjunto fabril presentes nas fotografias aéreas verticais de 1968 e 1970, verificou-se que há apenas duas diferenças no conjunto fabril: a construção de um anexo em frente à edificação nº 6 (cujos resquícios de sua construção ainda permanecem marcados na parede do edifício – cf. Figura 84) e uma ampliação na edificação nº 18 (à época, a cantina da fábrica).

Embora as fotografias aéreas oblíquas baixas da Sampaio, Ferreira & Cia. não permitam verificar a alteração no edifício nº 18, seja porque ele não aparece ou porque está ao fundo e distorcido; elas mostram com muita clareza que a construção do anexo em frente à edificação nº 6 estava em andamento, como evidencia o fato de o seu telhado ainda não ter sido completado (Figura 458, Figura 459 e Figura 460, destaques em vermelho).



Figura 458: enquadramento da Figura 455 (Ed. nº 6). (FNF)



Figura 459: enquadramento da Figura 456 (Ed. nº 6). (FNF)



Figura 460: enquadramento da Figura 457 (Ed. nº 6). (MMV/FNF)

Portanto, pode-se afirmar que esse anexo em frente à edificação nº 6 foi construído no período entre as fotografias aéreas verticais de 1968 e 1970, razão pela qual se pode atribuir que ambas as fotografias foram tiradas por volta de 1969. A terceira fotografia, por sua vez, além de mostrar a mesma configuração do conjunto edificado, possui elementos transitórios que estão no mesmo lugar (os mesmos carros parecem estar estacionados nos mesmos lugares, por exemplo), de modo que também se pode datá-la com certa segurança como sendo do mesmo ano.

Capítulo 2. A memória urbanizada: a produção do espaço urbano em Riba d'Ave.

A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir.

(Ítalo Calvino. "As cidades invisíveis")

Na Avenida Narciso Ferreira, em frente à Sampaio, Ferreira & Cia., há três placas de betão com inscrições metálicas incrustradas no passeio (Figura 461) junto com representações de plantas topográficas em que edificações são esculpidas em metal; ruas e estradas, em alto relevo; e o rio Ave em baixo relevo.



Figura 461: passeio em frente à SFC, 2016-2018. (FdA)

Em vermelho, a posição das inscrições-monumento criadas para a intervenção museológica.

As inscrições são parte de uma intervenção museológica realizada no âmbito da criação da RPI e foram inspirados no artigo de Seixas & Seabra (2002, p. 170) como uma das bases do próprio *"projeto de musealização urbana levado a cabo pelo Paulo Providência"* (Seixas P. , 2019). Inseridas, portanto, em um projeto de musealização da área urbana de Riba d'Ave, as inscrições funcionam como monumentos intencionais, pois estas inscrições-monumentos têm como propósito celebrar aquilo a que se referem.

No sentido sul-norte, em direção à portaria da Sampaio, Ferreira & Cia., a primeira inscrição-monumento intitula-se *"Fazer Indústria"* (Figura 462) e a segunda tem como título *"Fazer Cidade"* (Figura 463). Ambas reproduzem parte de uma planta topográfica de Riba d'Ave, nas quais se destacam edificações que possuem relação histórica com a Sampaio, Ferreira & Cia. e com a própria atuação de Narciso Ferreira e de seus filhos em Riba d'Ave. A terceira inscrição-monumento intitula-se *"Fazer Região"* (Figura 464) e compõe um mapa de parte da Bacia do Ave.



Figura 462: "Fazer Indústria". (FdA)



Figura 463: "Fazer Cidade". (FdA)



Figura 464: "Fazer região". (FdA)

A inscrição-monumento *"Fazer Indústria"* destaca a Sampaio, Ferreira & Cia. (Figura 465, destacado em vermelho) à margem do rio Ave (Figura 465, destacado em azul). Apenas algumas ruas do núcleo central de Riba d'Ave estão representadas (Figura 465, destacado em preto). A Estrada Nacional N-310 é mostrada em seu trecho original (Figura 465, destacada pelo pontilhado verde) e no desvio que sofreu para passar em frente à fábrica (Figura 465, destacado pelo pontilhado amarelo), onde se tornou a Avenida Narciso Ferreira.

As outras edificações representadas são a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. (Figura 465, destacada em verde-escuro); o posto da Guarda Nacional Republicana (Figura 465, destacado em castanho; e Figura 466), que originalmente (1910/1911) se localizava em frente à fábrica; a escola primária (Figura 465, destacada em verde-claro; e Figura 467 e Figura 468), criada entre 1915 e 1917; o Hospital Narciso Ferreira (Figura 465, destacado em amarelo; e Figura 469 e Figura 470), construído entre 1923 e 1927.



Figura 465: detalhamento da inscrição-monumento "Fazer Indústria". (FdA)



Figura 466: Posto da GNR. (FNF)

Originalmente, em 1910, instalado em frente à SFC, foi transferido para próximo ao Hospital Narciso Ferreira.



Figura 467: escola primária Narciso Ferreira (1). (SIPA)



Figura 468: escola primária Narciso Ferreira (2). (FNF)

Note-se que em comparação à Figura 466, a fachada recebeu o nome da escola, logo acima da escada central.

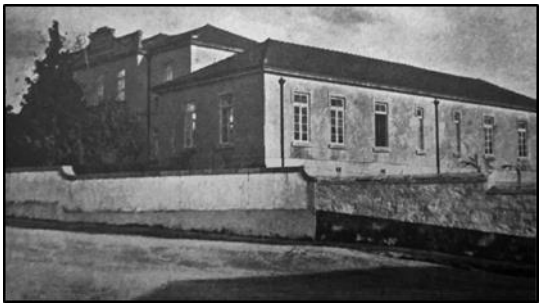


Figura 469: Hospital Narciso Ferreira (1). (Borges, 2012, p. 163)



Figura 470: Hospital Narciso Ferreira (2). (APA)

A segunda inscrição-monumento, *"Fazer Cidade",* novamente apresenta o rio Ave em baixo relevo (Figura 471, destacado em azul), mas agora posicionado mais ao centro da inscrição-monumento. As ruas continuam em alto relevo (Figura 471, destacadas em preto), mas agora com novos trechos para destacar outros elementos de Riba d'Ave. Porém, ao que tudo indica, como o foco desta inscrição-monumento era evidenciar as estruturas urbanas de Riba d'Ave, as fábricas Sampaio, Ferreira & Cia. (Figura 471, destacada em vermelho) e Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. (Figura 471, destacada em verde-escuro) já não aparecem destacadas em metal, estando apenas em alto relevo.

Em metal estão as estruturas urbanas com relação direta com a atuação da família Ferreira. Repetem-se o Hospital Narciso Ferreira (Figura 471, destacado em amarelo) e a escola primária (Figura 471, destacada em verde-claro); e acrescentam-se outras estruturas urbanas: no canto superior direito, a Igreja de São Pedro (Figura 471, destacada em Rosa); próximo à escola primária, o edifício que parece ser da junta de freguesia (Figura 471, destacado em laranja).

Destacam-se também as estruturas construídas a sul da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.: o Teatro Narciso Ferreira, o Mercado Narciso Ferreira, o edifício da Estalagem de São Pedro, a Sede dos Bombeiros Voluntários e o edifício dos CTT (Figura 471, todos destacados em roxo). No canto superior esquerdo, aparece um conjunto de edificações para assinalar o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave (Figura 471, destacado em branco), bairro construído para atender a população operária das fábricas.

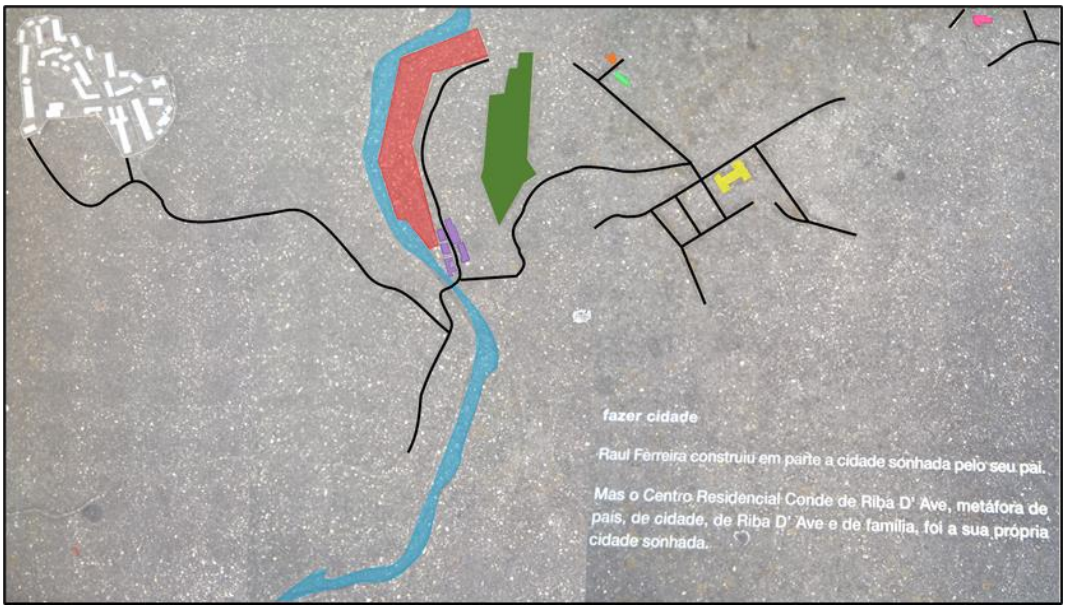


Figura 471: detalhamento da inscrição-monumento "Fazer Cidade". (FdA)

Exceto pelo Centro Residencial Conde de Riba d'Ave, todas as infraestruturas mencionadas na inscrição-monumento *"Fazer Cidade"* estavam finalizadas já em 1955, quando foi inaugurado o edifício dos CTT (Figura 472) e, possivelmente, o Café de Riba d'Ave (Figura 473 e Figura 474) a ele geminado, ambos na Avenida Narciso Ferreira. A tipologia arquitetônica dos CTT dialogava com a da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia., do Teatro Narciso Ferreira e do Mercado Narciso Ferreira, além de se assemelhar muito ao estilo da Estalagem de São Pedro (Figura 475), que ficava imediatamente do outro lado da avenida; esta, por sua vez, harmonizava-se com a simplicidade elegante do Café de Riba d'Ave.



Figura 472: edifício dos CTT (FNF)



Figura 473: Café de Riba d'Ave. (FNF)



Figura 474: Café de Riba d'Ave (interior). (Famalicão antigo)

A Estalagem de São Pedro (1949), hoje sede da Fundação Narciso Ferreira, também teve sua arquitetura harmonizada com o novo padrão estabelecido pela Sampaio, Ferreira & Cia. em Riba d'Ave, no qual se destacam as linhas simples e as formas geométricas que a compõem (Figura 476 e Figura 477). A sobriedade do exterior, porém, ao mesmo tempo que evoca a simplicidade, contrasta com o requinte de seu interior (Figura 478, Figura 479 e Figura 480).



Figura 475: Estalagem de São Pedro (1), antes de 1955. (JFR)



Figura 476: Estalagem de São Pedro (2). s/d. (FNF)



Figura 477: Estalagem de São Pedro (3). s/d. (Sousa F. D., 2017, p. 38)



Figura 478: Estalagem de São Pedro (4). Sala de jantar. s/d. (APA)



Figura 479: Estalagem de São Pedro (5), interior sépia. s/d. (APA)



Figura 480: Estalagem de São Pedro (6). Interior p&b. s/d. (APA)

Até o Posto de Combustível *Mobil Oil* Portuguesa (Figura 481), construído a Sul do Teatro, em 1961, por iniciativa da Fundação Narciso Ferreira, com projeto de Vasco Martim Morão de Paiva de Sousa Chichorro (Leitão & Saraiva, 2012, pp. IX, anexos), dialogava com o padrão estético das edificações anteriores.



Figura 481: posto de combustível Mobil Oil. s/d. (Leitão & Saraiva, 2012, pp. IX, anexos)

A influência do traço *art déco* e o branco das fachadas que passou a caracterizar Riba d'Ave foi resultado das transformações arquitetônicas na fábrica a partir de 1934 com a construção do monumento a Narciso Ferreira.[326] A configuração de Riba d'Ave em termos arquitetônicos e urbanísticos, por um lado, é resultado do papel central que a fábrica assumiu no local; por outro lado, é a representação simbólica do poder de Narciso Ferreira e de seus filhos, sobretudo após a criação da Fundação Narciso Ferreira, em 1945.

Além disso, ao se harmonizar esteticamente as infraestruturas urbanas de Riba d'Ave, tendo como base a estética em vigor na fábrica, não apenas transmitiu-se à localidade os mesmos valores simbólicos, como reforça-se e amplia-se o raio de alcance das narrativas hegemônicas que

[326] Cf. Parte III, Capítulo 2. A memória edificada: o monumento a Narciso Ferreira e a nova estética da Sampaio, Ferreira & Cia.

caracterizaram a construção memorial de Narciso Ferreira, de seus herdeiros e da própria Sampaio, Ferreira & Cia.

Essa relação fica clara ao se analisar o filme de curta-metragem *"Famalicão",* de Ricardo Malheiro, produzido em 1955 e subsidiado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.[327] O filme tinha como objetivo apresentar diferentes aspectos de Vila Nova de Famalicão, suas feiras, paisagens, indústria, folclore e costumes.

Por volta dos 9min54s (Figura 482), o narrador diz que em Vila Nova de Famalicão *"é grande o incremento industrial traduzido pela sua infinita variedade de estabelecimentos fabris",* com destaque para a produção de tecidos, nomeadamente o algodão, a seda e a lã; relógios e máquinas agrícolas, pneus, botões, gráficas, brinquedos, materiais de construção e aparelhamento de madeiras. Note-se, porém, que apesar da listagem de uma ampla variedade de indústrias, a maior parte das cenas ao fundo mostram o funcionamento de máquinas têxteis, embora não identifique em qual ou quais fábricas tais cenas foram filmadas especificamente.



Figura 482: filme "Famalicão" (frames 9min54s a 10min08s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)

Ao falar de Lousado, por volta dos 14min35s (Figura 483), o narrador tem a oportunidade de citar as *"águas cristalinas do* [rio] *Ave, que enfeitiça as moças lavadeiras e inspira poetas à luz crepuscular das tarde outonais".*

[327] CPMC. Filme: "Famalicão". Dir.: Ricardo Malheiro (1955) Portugal. In http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=19567&type=Video



Figura 483: filme "Famalicão" (frame aos 14min35s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)

Com um tom idílico, o narrador afirma que *"poesia, e da mais deliciosa, é o rodar das azenhas velhinhas na sua tarefa sagrada e incansável de triturar o trigo, o centeio e o milho que, depois, hão de florir no pão nosso de cada dia".* As duas cenas apresentadas para "ilustrar" esse trecho da narrativa mostram açudes construídos no rio Ave (Figura 484 e Figura 485), sendo que na segunda cena, pode-se ver rodas d'água de azenhas, uma em cada margem do rio, à beira do açude (Figura 485, destacado em vermelho).



Figura 484: filme "Famalicão" (frames 14min47s a 15min00s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)



Figura 485: filme "Famalicão" (frames 15min06s a 15min16s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)

A partir das menções ao rio Ave, o filme aproveita para falar de Riba d'Ave: *"e por falarmos no rio Ave, subamos a Riba d'Ave, cuja panorâmica temos diante dos olhos"*, diz o narrador, enquanto a câmera, posicionada na margem direita do rio, em um ponto a alguns metros a sul da Ponte de Sant'Anna, move-se da esquerda para a direita de modo a exibir a chaminé de 1911 da Sampaio, Ferreira & Cia., os CTT e o Teatro Narciso Ferreira, no plano de fundo; o Mercado Narciso Ferreira, num planto intermediário; e a Ponte de Sant'Anna em primeiro plano (Figura 486).



Figura 486: filme "Famalicão" (frames 15min21s a 15min27s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)

Um corte súbito leva a um *close* de uma placa enquanto o narrador diz: *"neste importante rincão famalicense não há pobres".* Na placa, o aviso: *"Riba d'Ave – Esta freguesia sustenta os seus pobres. Proibido pedir esmolas"* (Figura 487).



Figura 487: filme "Famalicão" (frame aos 15min29s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)

A seguir o narrador diz: *"os que já pagaram seu contributo à sociedade encontram na Fundação Narciso Ferreira a solidariedade da vida de esforço que produziram e à riqueza que*

criaram". No exato momento em que o nome de Narciso Ferreira é mencionado, aparece o monumento seguido de um *close* do busto no seu topo (Figura 488 e Figura 489).



Figura 488: filme "Famalicão" (frame aos 15min33s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)



Figura 489: filme "Famalicão" (frame aos 15min35s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)

É simbólico que o filme apresente a placa sobre a ausência de mendigos em Riba d'Ave e, em seguida, mostre o monumento a Narciso Ferreira, pois sugere que ele contribuiu para a eliminação da mendicidade; que ele supriu a ausência de assistência ao povo; e que seus filhos por meio da Fundação criada em seu nome, deram continuidade às obras sociais que beneficiam trabalhadores e ex-trabalhadores (aqueles *"que já pagaram seu contributo à sociedade"*).

No exato momento em que o narrador diz *"e à riqueza que criaram"*, a câmera corta para uma imagem do Correio, com o Café de Riba d'Ave à sua esquerda e a chaminé de 1911 à sua direita (Figura 490), como que a criar um vínculo na narrativa entre Narciso Ferreira, a Fundação Narciso Ferreira, os trabalhadores e o progresso material de Riba d'Ave representado pelas infraestruturas urbanas resultantes da atuação da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.



Figura 490: filme "Famalicão" (frame aos 15min38s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)

A câmera então, posicionada no meio da avenida, voltando-se para o norte, percorre da direita para a esquerda para mostrar o Teatro Narciso Ferreira, as construções que se sucedem a ele, até parar no momento em que aparece o Mercado Narciso Ferreira (Figura 491), enquanto o narrador diz *"ao longo da Avenida Principal de Riba d'Ave vemos o quartel dos bombeiros, a Estalagem de São Pedro, a estação dos CTT, o Banco Português do Atlântico, o Teatro, o Hospital, o Mercado e outras instituições",* e, por fim, a câmera volta seu foco para o Mercado Narciso Ferreira na sequência seguinte (Figura 492).



Figura 491: filme "Famalicão" (frames 15min42s a 15min49s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)



Figura 492: filme "Famalicão" (frames 15min50s a 15min59s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)

Ao fim dessa sequência, o narrador diz *"dominando a povoação na sua parte mais alta, encontra a linda Igreja de São Pedro de Riba d'Ave, cujo carrilhão ecoa no formosíssimo jardim*

que a emoldura", enquanto a câmera se desloca da direita para a esquerda para enquadrar a Igreja de São Pedro na imagem (Figura 493).



Figura 493: filme "Famalicão" (frames 16min00s a 16min13s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)

Conforme Leitão & Saraiva (2012, p. 15; p. VII nos anexos), a Igreja de São Pedro foi projetada pelo mesmo autor do projeto do Teatro Narciso Ferreira, o arquiteto portuense Manuel Amoroso Lopes. Sua construção foi obra de seus filhos por meio da Fundação Narciso Ferreira com o intuito de ali colocarem o túmulo de Narciso Ferreira e Eva Rosa Ferreira. A construção foi iniciada em 1938, cinco anos após a morte de Narciso Ferreira, portanto; por volta de 1940, uma lápide em honra do patriarca e da matriarca foi colocada na fachada, tendo sido as obras concluídas, em torno de 1943. Sua inauguração, porém, só ocorreu em 1950.[328]

Embora pareça diferir esteticamente, a igreja mantém algumas semelhanças físicas e simbólicas com as outras estruturas arquitetônicas impulsionadas pela família Ferreira: o uso da cor branca, o uso do granito, a valorização de traços geométricos; e tal como o monumento a Narciso Ferreira na entrada da fábrica, a igreja se caracteriza por uma simplicidade dos ornamentos ao mesmo tempo em que impõe seu caráter monumental.

No seu interior, o túmulo também de caráter imponente foi esculpido em baixo-relevo com motivos de folhas e flores e assentado sobre pés esculpidos no formato de cabeças de leão. Ou seja, difere esteticamente de tudo o que se produziu em referência a Narciso Ferreira até então, e possivelmente seja a referência mais explícita à riqueza e ao seu poder, que em nada lembra a figura austera e simples das narrativas memoriais.

[328] BMF. Estrela do Minho. 02 de julho de 1950.

O filme prossegue de modo a mostrar a igreja em *close*, com a câmera a mover-se da base para o topo (Figura 494) enquanto o narrador diz *"lá dentro, no seu rico interior, está o túmulo de Narciso Ferreira..."*, seguido de um novo corte com um *close* do túmulo por detrás do portão que o protege (Figura 495), e encerra a frase ao dizer *"...glorioso fundador da Riba d'Ave industrial, homenagem de seus filhos e fiéis continuadores"*, seguido de um *fade-out*.



Figura 494: filme "Famalicão" (frame aos 16min14s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)



Figura 495: filme "Famalicão" (frame aos 16min24s). Dir.: Ricardo Malheiro. (1955) (CPMC)

O trecho do filme que trata de Riba d'Ave tem em torno de um minuto e seis segundos. Nestes pequeníssimos instantes, porém, suas imagens e palavras harmonizam-se plenamente com as ideias que se encontram nas narrativas hegemônicas sobre Narciso Ferreira, colocando-o como o grande responsável pelo desenvolvimento local, o *"glorioso fundador da Riba d'Ave industrial"*.

Não é por acaso que no pequeno trecho do filme a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. fique em segundo plano, ela sequer é mencionada na narrativa do filme. Por um lado, isso faz com que o foco recaia sobre a materialização dos projetos sociais de seu fundador e de seus herdeiros, por meio da Fundação Narciso Ferreira, esta, sim, citada no filme nominalmente para dar continuidade às obras sociais de Narciso Ferreira. Por outro lado, é precisamente a ausência da fábrica no filme que acaba por evocar sua presença real e simbólica. Afinal, todas as estruturas estão conectadas pela Estrada Nacional que foi desviada para se transformar na Avenida Narciso Ferreira. Segundo Ferreira (2014), essa transformação e a posterior inclusão das estruturas urbanas ali são

"representativos de uma nova centralidade" que *"reforça o poder simbólico da fábrica, que passa assim a estar localizada num lugar central ao novo espaço urbano, ao longo de uma estrada que percorre todo o Ave de Caniços à Póvoa de Lanhoso"* (Ferreira D. V., 2014, p. 41).

Embora seja um documento audiovisual, a estética do filme e das imagens dialoga com a estética das fotografias industriais produzidas sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. nesse período e que se encontram no acervo Domingos Alvão. Tal como o olhar dos fotógrafos, o olhar do diretor traveste-se de um olhar documental, mas que, por meio do simbolismo das edificações enquadradas e das palavras do narrador, buscava transmitir aos seus espectadores o mesmo conteúdo das narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e cujos valores foram transmitidos a seus herdeiros.

E é precisamente a perpetuação dessas narrativas memoriais hegemônicas que se observa nas inscrições-monumentos do passeio da Avenida Narciso Ferreira. Posicionadas de modo a aproximar o norte das plantas nelas desenhadas do norte geográfico real, para lê-las, é preciso estar voltado para o norte e para a própria entrada da Sampaio, Ferreira & Cia.

No sentido sul-norte, a primeira inscrição-monumento, *"Fazer Indústria",* coloca Narciso Ferreira como protagonista da sua narrativa textual e iconográfica, o fundador das fábricas Sampaio, Ferreira & Cia. e Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. e responsável pelas primeiras infraestruturas urbanas em Riba d'Ave:

> *Narciso Ferreira fez de Riba de Ave um importante polo industrial com a Sampaio, Ferreira & Cia. e com a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda.*
> *Sonhou Riba de Ave como cidade e dessa cidade construiu a escola, o hospital, o posto da guarda.*[329]

Infere-se que a transformação de Riba d'Ave em um *"importante polo industrial"* foi condição anterior e essencial que permitiu Narciso Ferreira sonhar *"Riba d'Ave como cidade".* A construção da escola primária, do hospital e do posto da guarda teriam sido os primeiros passos para a concretização desse sonho que só viria acontecer, ao menos *"em parte",* por seu filho Raúl Ferreira, como consta na inscrição-monumento seguinte, *"Fazer Cidade":*

> *Raúl Ferreira construiu em parte a cidade sonhada pelo seu pai.*

[329] Inscrição-monumento "Fazer Indústria". Avenida Narciso Ferreira, Riba d'Ave.

> *Mas o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave, metáfora de país, de cidade, de Riba de Ave e de Família, foi a própria cidade sonhada.*[330]

Embora haja outras estruturas urbanas esculpidas nesta inscrição-monumento, a única estrutura mencionada no texto que acompanha é o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave. O tom adotado retoma um trecho do artigo de Seixas & Seabra (2002, p. 168),[331] mas ao ser deslocado do texto original, que interpreta efetivamente o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave, acaba por tornar-se um tanto eufórico e bastante ufanista ao afirmar que essa obra pode ser considerada uma *"metáfora de país, de cidade, de Riba d'Ave e de família"* e que ele, em si mesmo, era *"a própria cidade sonhada".*

Segundo a Fundação Narciso Ferreira, Raúl Ferreira doou duas quintas em Oliveira de São Mateus,[332] uma delas a Quinta do Quinteiro, razão pela qual, o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave também ficou conhecido como Centro Residencial do Quinteiro.

Já em 1965, a Sampaio, Ferreira & Cia. solicitou à Diretoria Hidráulica do Douro autorização para *"aquedutar duas linhas d'água incluídas na rede hidrográfica do Ribeiro de Oliveira de S. Mateus (...) para se poder construir o conjunto habitacional designado por Bairro da Quinta do Quinteiro"*.[333]

De forma mais ampla, segundo a Folha de Informação do Processo aberto junto à Direção Hidráulica do Douro, a *"especificação e objetivo da obra"* diziam respeito à *"urbanização da Quinta do Quinteiro com o aquedutamento de duas linhas de água"*.[334] Na mesma Folha de Informação, onde consta a *"Informação do Lanço",* a obra teve *"patrocínio dos Ministérios das Obras P.* [Públicas] *e das Corporações através dos respectivos departamentos"*.[335]

Em anexo ao Processo 861/1965, duas plantas: a primeira detalha a estrutura construtiva de *"alvenaria seca de pedra talhada"* do *"Aqueduto do Ribeiro de Oliveira"* (Figura 496); e a

---

[330] Inscrição-monumento "Fazer Cidade". Avenida Narciso Ferreira, Riba d'Ave.

[331] "O Centro Residencial é, de facto, um espaço mandálico, metáfora de país, de cidade, de Riba d'Ave e de família, em que a construção do espaço serve evidentes fins simbólicos". (Seixas & Seabra, 2002, p. 168)

[332] FNF. http://fnarcisoferreira.org/fundadores/ Acesso em 27 de setembro de 2019.

[333] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Solicitação ao "Engenheiro-Diretor da Hidráulica do Douro". 6 de setembro de 1965. P. 01.

[334] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Folha de Informação nº 271/1965. 6 de setembro de 1965. P. 01.

[335] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Folha de Informação nº 271/1965. 6 de setembro de 1965. P. 01.

segunda planta evidencia as linhas de água (em azul) e mostra parte da distribuição das construções realizadas no bairro (Figura 497).

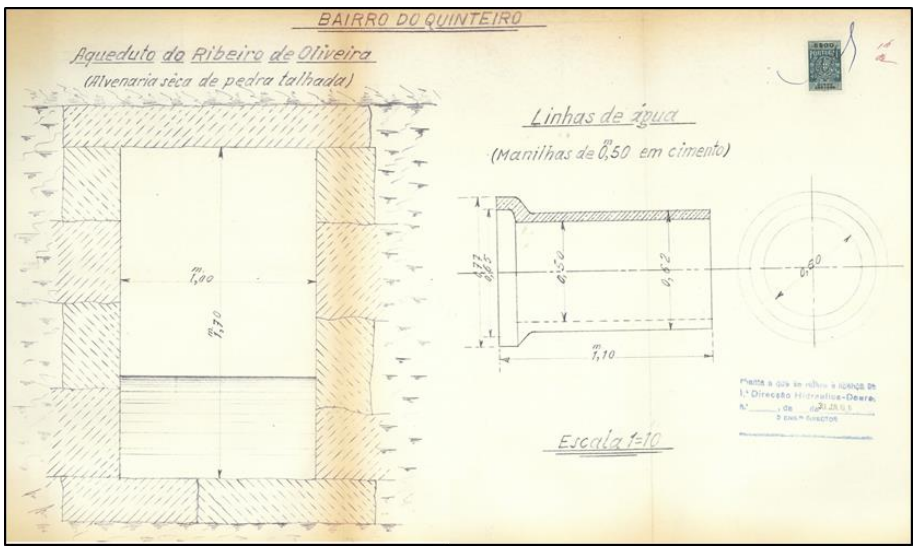


Figura 496: planta "Aqueduto do Ribeiro de Oliveira". (Archiv-Ave. Proc. 861/1965)

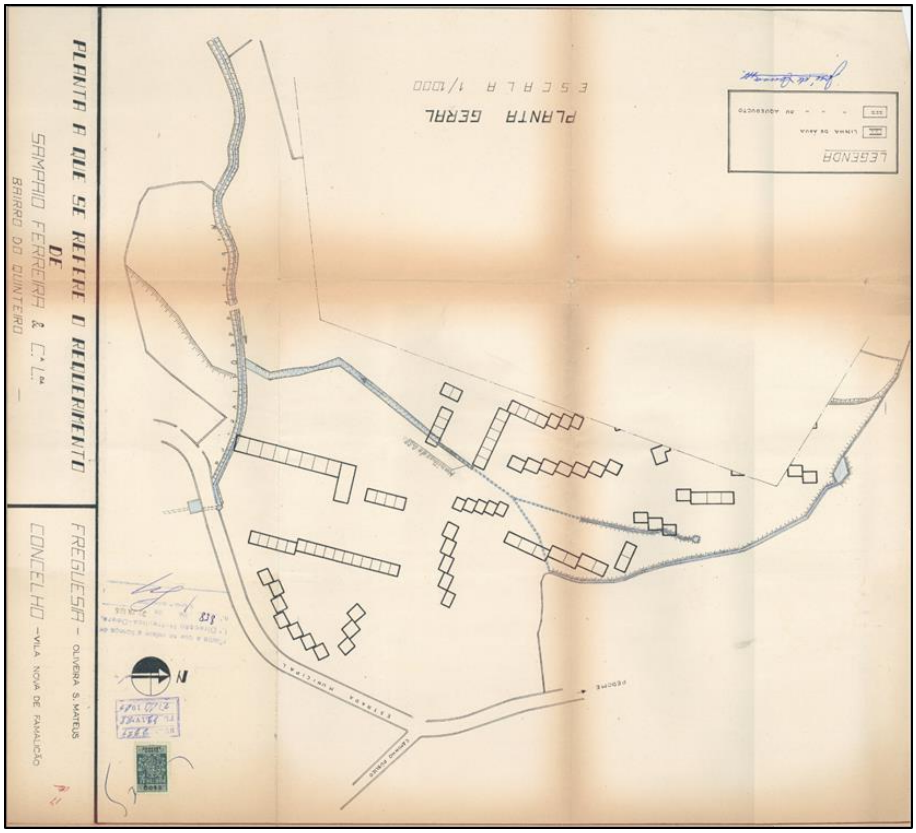


Figura 497: "Planta a que se refere o requerimento de SFC" (Archiv-Ave. Proc. 861/1965)

Em 1967, a Sampaio, Ferreira & Cia. faz nova solicitação junto à Diretoria Hidráulica do Douro para

proceder a instalação duma tubagem de 4" aereamente sobre o Rio Ave e sobre uma corrente deste subsidiária, e destinada a conduzir águas particulares exploradas no Bairro do Quinteiro (...) para abastecimento da fábrica têxtil da requerente.[336]

A planta em anexo ao Processo 75/1967 (Figura 498) indica em vermelho a tubulação que chegaria à fábrica no Edifício nº 12 e evidencia que um dos pontos de conexão seria o Aqueduto do Ribeiro de Oliveira.

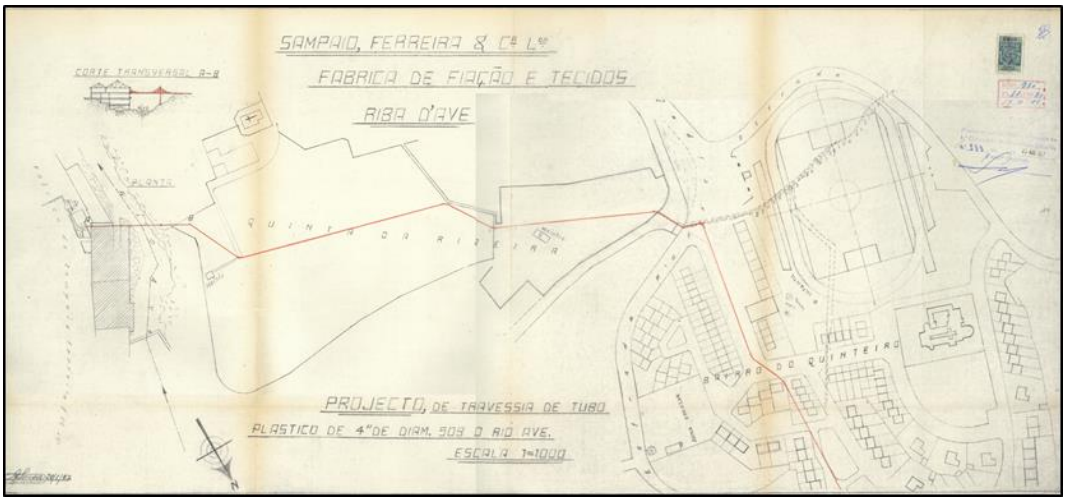


Figura 498: planta do aqueduto da SFC ao Bairro do Quinteiro (Archiv-Ave. Proc. 75/1967)

No canto superior esquerdo, há o corte transversal da estrutura pênsil construída sobre o rio Ave (Figura 499).

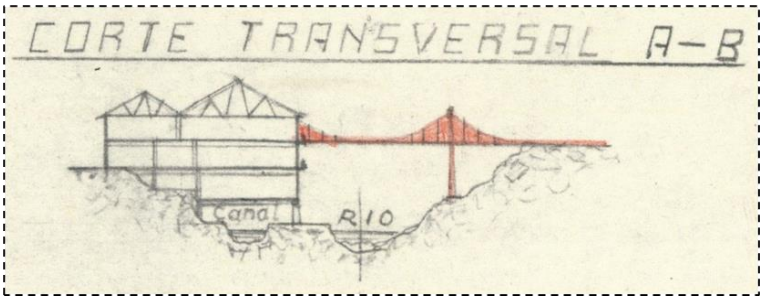


Figura 499: recorte da Figura 498. (Archiv-Ave. Proc. 75/1967)

"Corte transversal do aqueduto A-B". Planta do aqueduto da SFC ao Bairro do Quinteiro.

Os restos dessa tubulação ainda estão visíveis na fábrica hoje (Figura 500), com o cano em pedaços e o poste da estrutura pênsil na margem direita do rio Ave coberto pela vegetação.

[336] Archiv-Ave. Proc. 75/1967. Solicitação ao "Engenheiro-Diretor da Hidráulica do Douro". 02 de fevereiro de 1967. P. 01.



Figura 500: restos do aqueduto entre a SFC e o Bairro do Quinteiro (2016-2018). (FdA)

Além disso, a planta dá uma visão mais completa do que viria a ser o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave. Destacam-se a Zona Escolar e o que parece ser o parque infantil, onde há o desenho de um campo poliesportivo e a Igreja de São Mateus de Oliveira. Além disso, obviamente, aparecem as habitações geminadas ali construídas, dispostas em sequências lineares e que viriam a ser 180 no total.

Inaugurado em junho de 1969, segundo Seixas & Seabra, o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave

> *surgiu como consequência, não apenas do processo de desenvolvimento industrial que transformou uma pequena freguesia rural numa vila de grande concentração operária, mas também da obra social levada a cabo por Raúl Ferreira que procurou dotar a localidade dos equipamentos sociais imprescindíveis à população.* (Seixas & Seabra, 2002, p. 170)

Entretanto, para os autores (Seixas & Seabra, 2002, p. 170), mais do que por um *"objetivo filantrópico",* Raúl Ferreira teria decidido construir o, então, Bairro do Quinteiro como forma de materializar uma *"criação mítico-espacial":*

> *Fazer cidade parece ter sido como que um rito de instituição dinástica em que o culto de um antepassado fundador do clã se expressa pela reprodução periódica da sua história – tornada mito cosmogónico familiar local em discursos, notícias de jornais e boletins – nas refundações familiares que cada uma daquelas obras possibilitava.* (Seixas & Seabra, 2002, p. 168)

Dessa forma, segundo os autores, Raúl Ferreira teria propiciado *"as condições de produção mítica (textos, discursos, notícias, etc.) contínua"* de Narciso Ferreira e fez *"da produção do espaço em Riba d'Ave um ritual litúrgico em que cada obra feita pela Fundação* [Narciso

Ferreira]*"* se tornaria uma *"memória presente do fundador do clã, uma espécie de reatualização da própria fundação do clã".* (Seixas & Seabra, 2002, p. 168)

A análise dos autores, portanto, alinha-se com a perspectiva de que as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira foram alicerçadas, reforçadas e perpetuadas pelos investimentos materiais em Riba d'Ave, a começar pela fábrica Sampaio, Ferreira & Cia, embora ignorem que as obras sociais tenham servido ao propósito de perpetuação do poder da família e controle social na localidade. Seixas & Seabra, entretanto, centralizam a evidência deste processo apenas no Centro Residencial Conde de Riba d'Ave, enquanto as outras estruturas urbanas ocupam uma posição secundária na produção do espaço urbano em Riba d'Ave.

Para os autores, o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave seria expoente máximo e o *"espelho espacial da relação entre empreendimento industrial e vontade urbanizadora"* que *"evidencia também como a produção do espaço pode ser um ato simbólico de consagração de uma dinastia industrial e do seu antepassado fundador"* (Seixas & Seabra, 2002, p. 164). Para além do significado simbólico atribuído pelos autores, o fato de o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave ser a obra que encerra o ciclo das grandes intervenções urbanas associadas à Sampaio, Ferreira & Cia. permite-os vê-lo como um *"símbolo patrimonial vivo da história da indústria portuguesa"* e *"expoente de fazer cidade levado a cabo pela família Ferreira"* (Seixas & Seabra, 2002, p. 164).

Entretanto, sob a perspectiva da longa duração da relação entre os empreendimentos industriais e sociais e as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e seus herdeiros, torna-se impossível realçar a importância de uma delas sem que se ignore ou reduza o papel das outras na consolidação dessas memórias.

Nesse sentido, cada uma a seu tempo, o próprio espaço fabril da Sampaio, Ferreira & Cia., a escola, o posto da guarda, o monumento a Narciso Ferreira, o teatro, o mercado, a igreja de São Pedro, a Estalagem de São Pedro, a sede dos Bombeiros Voluntários, os CTT, o Café de Riba d'Ave e o próprio Centro Residencial Conde de Riba d'Ave; todos foram igualmente manifestações culturais materiais empreendidas pela família Ferreira que contribuíram simbolicamente na perpetuação dessas narrativas memoriais hegemônicas.

Neste sentido, o espaço urbano serviu, conforme Lefebvre alertava, *"como ferramenta de pensamento e ação",* configurando-se *"também um meio de controle e, portanto, de dominação*

do poder" (Lefebvre, 1991 [1974], p. 26). Para Lefebvre, o espaço urbano continha também as próprias *"representações das relações de produção, que incluem as relações de poder, também ocorrem no espaço"* (Lefebvre, 1991 [1974], p. 33) por meio de seus edifícios e monumentos.

No caso de Riba d'Ave, o espaço urbano e sua cultura material, construídos a partir da Sampaio, Ferreira & Cia. e da atuação de Narciso Ferreira e seus herdeiros; tiveram as narrativas memoriais hegemônicas como fio condutor de sua produção. De um lado, possuíram um caráter político, pois serviram à comunicação e à demarcação física e simbólica das assimetrias de poder; e, por outro lado, funcionavam como instrumentos pedagógicos dos papéis sociais locais.

O espaço urbano tornou-se mais uma forma de manifestação das narrativas memoriais hegemônicas, além das textuais, materiais e iconográficas; às quais se une não só pelo teor, mas também pela posição de poder e visibilidade social e política de seus emissores, tanto no passado quanto no presente, tenham sido eles cronistas de jornais, lideranças políticas em celebrações públicas ou instituições de patrimônio.

A força de tais narrativas fica evidente por terem sido incorporadas aos diferentes discursos sobre a produção do espaço urbano em Riba d'Ave de modo a reforçar e perpetuar as memórias hegemônicas sobre Narciso Ferreira e seus herdeiros.

Mesmo análises sobre a produção do espaço urbano em Riba d'Ave que buscam usar um pano de fundo historiográfico acabam por reproduzir o teor das narrativas memoriais hegemônicas e por perpetuar os mesmos discursos. Isso fica evidente, por exemplo, quando Borges faz referência às inscrições-monumentos no passeio da Avenida Narciso Ferreira e afirma que *"os passeios pedonais do lado do rio e das fábricas, perpetuam a identidade e a memória deste vasto e rico patrimônio imaterial"* (Borges, 2012, p. 55). Tal afirmação, porém, contrasta com o discurso simbólico presente nas próprias inscrições-monumento uma vez que as elas uniformizam e homogeneízam a comunidade de Riba d'Ave e da própria Bacia do Ave a partir de uma identidade e de uma memória filtradas, consagradas e perpetuadas pelo discurso dos que exerceram (e em certo sentido exercem) o poder político e social.

Para Borges (2012, p. 161), por exemplo, a escolha por Narciso Ferreira do local para a implantação do hospital em Riba d'Ave foi para fazer *"o serviço extensível à população em geral":*

> *A este fator não foi alheia a escolha do local de implantação do edifício, situado próximo das fábricas de Riba de Ave, dos bairros operários, junto do posto da GNR, na margem*

> *da via rodoviária principal e num espaço com possibilidade de alargamento, para Sul.* (Borges, 2012, p. 161)

Como outros na historiografia, por um lado, o autor evidencia o papel de Narciso Ferreira na produção do espaço urbano em Riba d'Ave; entretanto, por outro lado, reproduz a imagem construída sobre o patriarca da família Ferreira ao longo das décadas, ao afirmar que *"o plano idealizado por Narciso Ferreira* [para a construção do hospital] *personifica o homem visionário e empreendedor também no campo da solidariedade"* (Borges, 2012, p. 161).

No mesmo sentido, embora a historiografia reconheça a industrialização em Riba d'Ave, algumas análises sobre a produção do espaço urbano amplificam esse processo e transformam a localidade em *"importante polo industrial"* (Sousa F. D., 2017, p. 28) ou em uma verdadeira *"cidade industrial"* (Ferreira D. V., 2014, p. 39).

Além dos problemas metodológicos intrínsecos às análises que reproduzem, ainda que parcialmente, as narrativas memoriais hegemônicas sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., sobre Narciso Ferreira e seus herdeiros e sua relação com Riba d'Ave; uma das consequências é o fato de acabarem por legitimar "cientificamente" as decisões sobre como compor a narrativa patrimonial sobre o espaço urbano.

É precisamente esta legitimação que se encontra no caso das inscrições-monumentos na Avenida Narciso Ferreira, pois foi a análise de Seixas & Seabra (2002) que serviu de inspiração e chegou a ter trechos transcritos para as inscrições-monumentos na Avenida Narciso Ferreira. Apesar de se concentrarem na análise simbólica do espaço do Centro Residencial Conde de Riba d'Ave como um *"espelho espacial da relação entre empreendimento industrial e vontade urbanizadora"* e um *"ato simbólico de consagração de uma dinastia industrial e do seu antepassado fundador",* os autores acabam por superdimensionar o papel do Centro Residencial ao afirmá-lo como uma metáfora não apenas para Riba d'Ave e para a família Ferreira, mas como uma *"metáfora de país, de cidade"* (Seixas & Seabra, 2002, p. 168), sem que haja a problematização histórica para tais afirmações.

As inscrições-monumentos no passeio da Avenida Narciso Ferreira, portanto, acabam por funcionar como monumentos em homenagem à própria produção do espaço urbano em Riba d'Ave e são resultantes da convergência de múltiplos discursos e ações políticas: dos discursos das crônicas urbanas, tenham sido elas escritas ou filmografadas, como no filme de 1955; do

discurso governamental, que levou a cabo a requalificação da Avenida Narciso Ferreira; do discurso acadêmico, uma vez que se inspirou em parte num trabalho científico; e, por fim, no próprio discurso patrimonialista local.

Todos, em maior ou menor grau, beberam na fonte das narrativas memoriais hegemônicas, de modo que as narrativas sobre a produção do espaço urbano em Riba d'Ave acabam por ser também uma evidência do entrelaçamento entre o poder privado e o poder público na construção e perpetuação da memória urbana em Riba d'Ave por meio da produção do espaço.

Planejadas para serem lidas em uma sequência determinada, as plantas topográficas das inscrições-monumentos variam em escala, selecionam eventos (as obras sociais e industriais) e organizam-nos de modo fortalecer e propagar uma narrativa que evidencia a ampliação das áreas de atuação e a perpetuação do poder e influência da família Ferreira. Segundo as inscrições-monumentos, Narciso Ferreira, o patriarca, fortaleceu seu poder ao *"Fazer indústria"* transmitiu a seus herdeiros não apenas o capital econômico, mas também social e simbólico que lhes permitiu materializar seus sonhos ao *"Fazer cidade".* Riba d'Ave, por sua vez, aparece como o ponto de partida para a extensão do império industrial da família Ferreira na Bacia do Ave.

Por isso a terceira inscrição-monumento, *"Fazer Região"* (Figura 501), registra o papel da família Ferreira no desenvolvimento energético dessa região. No alto da inscrição-monumento, destaca-se o *"aproveitamento hidroelétrico do Ermal"* (Figura 501, destacado em verde) e mostra-se a área que corresponde à albufeira da barragem construída no rio Ave (Figura 501, destacado em azul) para alimentar a central hidroelétrica. O trecho do rio Ave representado na inscrição-monumento vai até a Central Térmica de Caniços (Figura 501, destacada em verde, no canto inferior esquerdo). Três localidades aparecem assinaladas: a Póvoa de Lanhoso e as Taipas (Figura 501, ambas destacadas em amarelo) e a própria Riba d'Ave (Figura 501, destacada em vermelho).

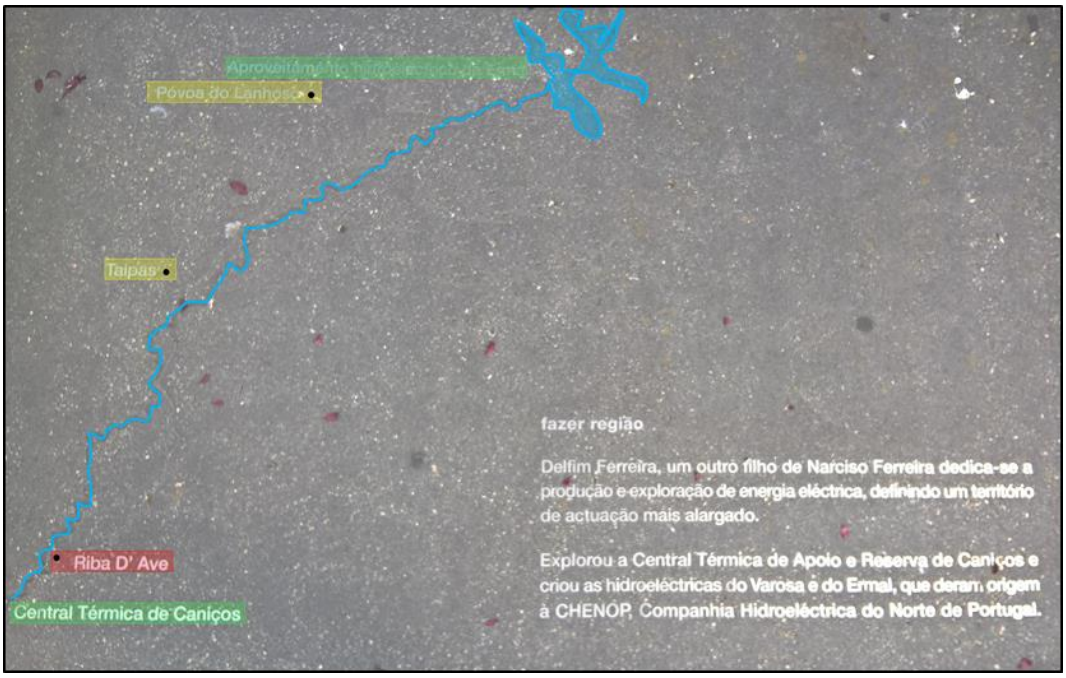


Figura 501: detalhamento da inscrição-monumento "Fazer Região". (FdA)

O texto que acompanha a inscrição-monumento diz:

> *Delfim Ferreira, um outro filho de Narciso Ferreira, dedicou-se à produção e exploração de energia elétrica, definindo um território de atuação mais alargado.*
> *Explorou a Central Térmica de Apoio e Reserva de Caniços e criou as hidroelétricas do Varosa e do Ermal, que deram origem à CHENOP, Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal.*

Nesta terceira inscrição-monumento, *"Fazer Região",* Delfim Ferreira é o protagonista e responsável pela ampliação do território de atuação da família Ferreira graças à exploração do potencial hidroelétrico do rio Ave, embora omita que foi o próprio Narciso Ferreira quem deu início à promoção da eletrificação da região após a fundação da fábrica Têxtil Eléctrica Ltda. (inaugurada em 1905) e da Central Hidroelétrica do Amieiro Galego (inaugurada em 1909).

Tais elementos estão presentes também na explicação do projeto de como Riba d'Ave, *"aldeia que um dia sonhou ser cidade"* tornou-se *"exemplo de ação de musealização"* da RPI, que abria a *"possibilidade de trabalhar sobre as alterações paisagísticas e urbanísticas operadas pelo processo de industrialização"* (Providência & Baptista, 2002, p. 191).

Segundo Providência & Baptista, as *"legendas inseridas no pavimento ou noutros elementos de projeto"* dariam *"informação sucinta mas necessária à compreensão da componente temática específica de cada unidade"* (Providência & Baptista, 2002, p. 187).

Com isso, *"as ações de musealização"* da RPI, como a inserção das três inscrições-monumentos no passeio em frente à Sampaio, Ferreira & Cia., eram *"projetos de intervenção (...) nas unidades escolhidas e materializam-se no desenho de percursos e pontos de visibilidade que reforçam a capacidade narrativa do próprio local"* (Providência & Baptista, 2002, p. 187).

Porém, os autores não questionaram qual *"narrativa do próprio local"* foi reforçada com as inscrições-monumentos, apenas reproduziram discursos já consolidados nas narrativas memoriais hegemônicas e ressaltaram as relações entre a atuação da família Ferreira, a obra social e industrial e o desenvolvimento de Riba d'Ave e da própria Bacia do Ave. Mais uma vez, a comunidade local, sobretudo, operária, ou foi colocada como coadjuvante ou foi silenciada nas narrativas que a intervenção museológica veio a consolidar.

Para Monteiro, *"o perecimento da memória operária, a começar pelo desaparecimento físico dos próprios operários e que é acentuada pelo desaparecimento das matrizes operárias locais que suportavam uma cultura predominantemente somática".* Para ao autor, isso *"obriga a um trabalho de preservação das múltiplas expressões da existência operária",* dentre elas o *"património edificado"* (Monteiro, 2012b, p. 06).

Entretanto, o que se vê em Riba d'Ave é que, de um lado, a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia., o principal espaço de ocupação operária, não foi preservada; e, de outro lado, a narrativa histórica do projeto de musealização, ao ter se sustentado sobre as narrativas memoriais hegemônicas, ignorou trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos históricos efetivamente, contribuindo para o silenciamento de suas vozes.

A visão de Providência & Baptista sobre Riba d'Ave como um local que *"reproduz claramente o modelo de Cidade Industrial Moderna experimentado na primeira metade do século XX"* (Providência & Baptista, 2002, p. 190) ou ainda que *"é o exemplo urbanístico mais significativo do poder da indústria na transformação e organização social da primeira metade do século XX"* (Providência & Baptista, 2002, p. 191); encontra ressonância nas crônicas memorialistas produzidas ao longo do século XX e, portanto, reproduz uma visão exagerada sobre a realidade local, fruto muito mais de percepções sobre as transformações do que sobre dados concretos que pudessem respaldar tais afirmações.[337]

[337] Cf., adiante, Parte VII, Capítulo 4. A memória transmitida: o legado memorial de Narciso Ferreira.

Para os autores, a Sampaio, Ferreira & Cia. *"assume-se como símbolo de progresso na região"* (Providência & Baptista, 2002, p. 191) e não como tendo seus símbolos construídos de forma paulatina, social e culturalmente, por meio de uma determinada perspectiva que se consolidou nas narrativas memoriais hegemônicas, graças ao exercício do poder econômico e político que Narciso Ferreira e seus herdeiros mantinham na região.

Embora os autores reconheçam corretamente que a fábrica *"está na origem das transformações urbanísticas operadas em Riba d'Ave"* (Providência & Baptista, 2002, p. 191), não parecem perceber que a Riba d'Ave *"que um dia sonhou em ser cidade e centro de um império"* (Providência & Baptista, 2002, p. 191), na verdade, é apenas a Riba d'Ave dos Ferreira.

Da mesma forma, apesar de os autores identificarem que as obras de Raúl Ferreira, que deu *"continuidade ao trabalho do pai, refletem o espírito corporativista do Estado Novo"* (Providência & Baptista, 2002, p. 191); não há problematização das implicações políticas e sociais em Riba d'Ave do exercício do poder, do controle sobre o operariado ou das implicações simbólicas na construção memorial em torno de Narciso Ferreira e de seus herdeiros.

Nesse sentido, tal como nas narrativas memoriais hegemônicas, o protagonismo, na perspectiva dos autores, é dado a Narciso Ferreira que, dotado de um *"espírito filantrópico republicano",* tinha

> *três linhas na sua ação como empresário industrial: o investimento e fundação de uma séries de fábricas; a investigação e produção de energia elétrica; e, por último, transformar a aldeia [Riba d'Ave] onde implantou a sua primeira fábrica [Sampaio, Ferreira & Cia.] numa verdadeira cidade industrial moderna* (Providência & Baptista, 2002, p. 191).

Assim, os autores retomam a mesma estrutura das narrativas memoriais hegemônicas e destacam o papel de Narciso Ferreira e de seus filhos, em especial Raúl, como continuadores de sua obra industrial, social e urbanística em Riba d'Ave.

Para Providência & Baptista, teria sido precisamente a construção de infraestruturas urbanas próximas à Sampaio, Ferreira & Cia. que fizeram da Avenida Narciso Ferreira um *"novo centro urbano de Riba d'Ave", "estratégia de localização"* esta que teria reforçado *"o poder simbólico da fábrica, que assim passa a estar localizada numa avenida no centro do novo espaço urbano"* (Providência & Baptista, 2002, p. 191).

É precisamente essa percepção, de que a fábrica veio a adquirir uma conotação simbólica, que teria justificado a *"intervenção museológica sob o tema 'Paisagem industrial – persistências locais e modernização'"* e que consistiu *"na proposta de um novo pavimento para o passeio público da alameda* [Avenida Narciso Ferreira] *junto ao muro da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.".* Desta forma, segundo Providência & Baptista, o passeio, *"pelo fato de constituir charneira entre a fábrica e o espaço urbano, é fortemente simbólico e evocativo"* e nele, portanto, foram *"inscritas referências relativas às duas fases de urbanização ligadas ao poder transformador da indústria e ao sonho maior de transformar Riba d'Ave no centro de um império familiar"* (Providência & Baptista, 2002, p. 191).

Ou seja, ainda que os autores tenham percebido o poder simbólico da estrutura urbana em Riba d'Ave, eles não fazem uma aproximação crítica do que esse poder significou historicamente. Apenas assumem o discurso consolidado das narrativas memoriais hegemônicas sobre a família Ferreira e sobre Riba d'Ave, de modo que a *"intervenção museológica"* no passeio em frente à fábrica alinha-se a elas e as reforça, sem, no entanto, jamais questioná-las.

Portanto, as inscrições-monumentos na intervenção museológica da RPI assumem o papel de monumentos[338] e se tornam instrumentos de intervenção na memória, no caso, urbana, por meio do reforço a narrativas já estabelecidas social e culturalmente sobre Narciso Ferreira, seus herdeiros e sobre a urbanização local.

Dessa forma, mesmo que o espaço urbano possa *"ser suporte de memórias diferentes, cenários contrastados, múltiplos"* (Bresciani, 1991, p. 17), em Riba d'Ave, sua produção foi alimentada pelas narrativas memoriais hegemônicas ao mesmo tempo que contribuiu para reforçá-las. As inscrições-monumentos são, portanto, o registro simbólico da memória que foi urbanizada e de que a urbanização foi instrumentalizada para perpetuar as mesmas narrativas memoriais sobre Narciso Ferreira e seus herdeiros.

[338] Cf. Parte III, Capítulo 2. A memória edificada: o monumento a Narciso Ferreira e a nova estética da Sampaio, Ferreira & Cia.

Parte VI

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1970-1995): a decadência da Sampaio, Ferreira & Cia.

1.1. 1970: ampliações do conjunto (edificações nº 6 e 18).

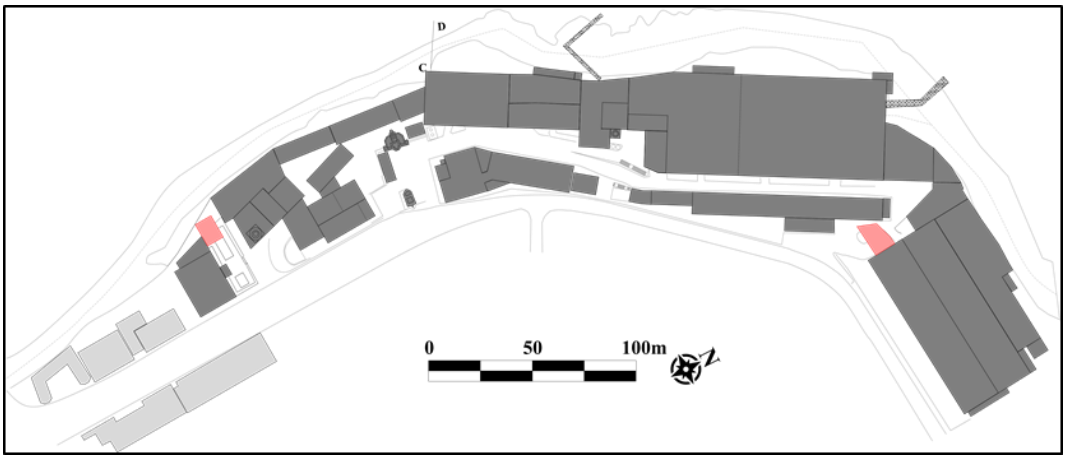


Figura 502: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1970-1975. (CdA)

Duas pequenas alterações no conjunto fabril da Sampaio, Ferreira & Cia em 1970 (Figura 502) são verificadas a partir de uma fotografia aérea vertical daquele ano (Figura 503): vê-se que a construção do anexo em frente à edificação n°6 já estava finalizada e que foi construído um pequeno anexo à edificação n° 18, originalmente a cantina da fábrica, mas que a partir de 1978 já parece como o "Armazém de fardos".

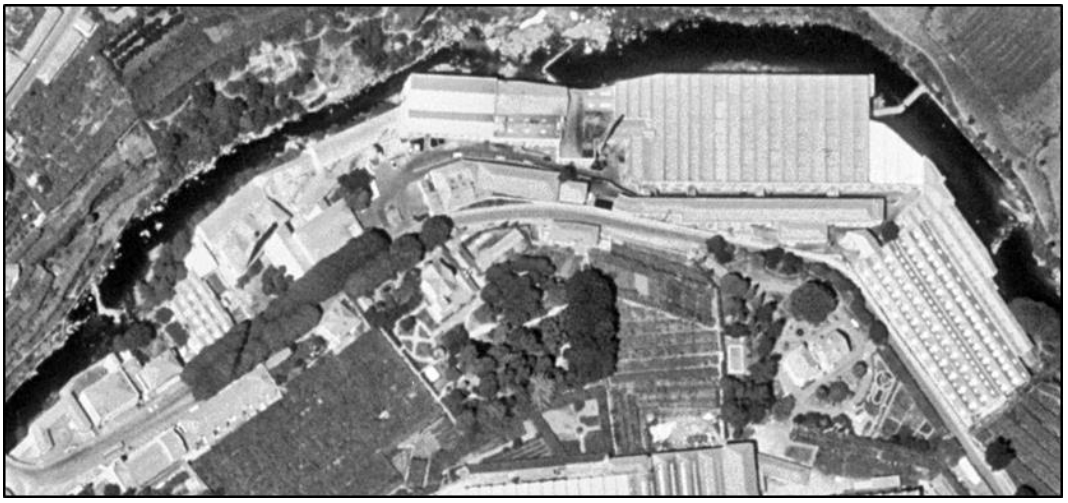


Figura 503: fotografia aérea vertical da SFC, 1970. (CigeoE)

1.2. 1971-1972: ampliações do conjunto (edificação nº 14).

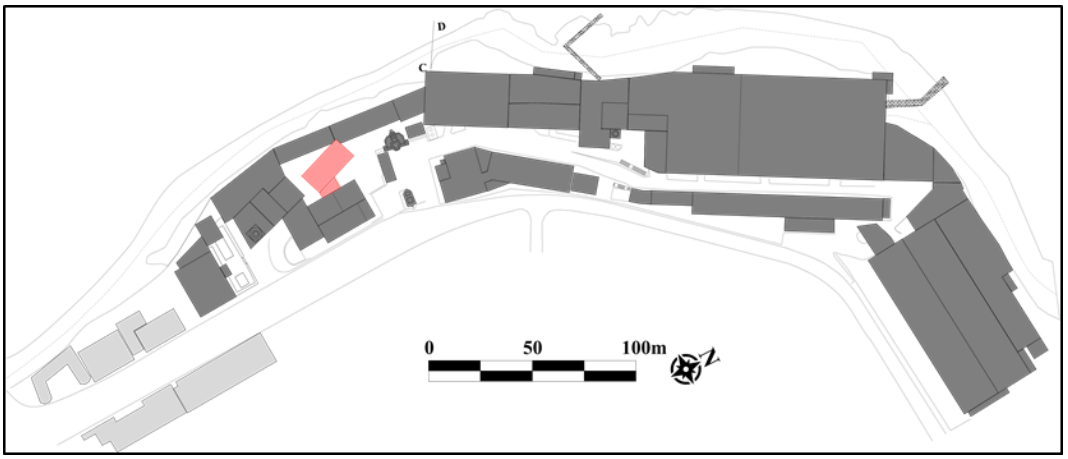


Figura 504: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1971-1972. (CdA)

A alteração entre os anos de 1971 e 1972 na fábrica (Figura 504) são verificadas graças à imagem nos cabides de amostras têxteis encontradas no primeiro piso do "Armazém de expedição" da Sampaio, Ferreira & Cia (Cf. Figura 62). A imagem parece ser uma reprodução em preto e branco de uma pintura (Figura 505).

Ao se comparar a estrutura do conjunto fabril com as imagens dos anos anteriores e com os dados dos anos posteriores pode-se afirmar que ela representa a fábrica por volta dos anos de 1971 e 1972. Isso porque, na imagem, o anexo em frente à edificação nº 6 já estava edificado por completo e a edificação de nº14 já apresenta o piso superior que não se vê na imagem de 1970. Além disso, a fábrica retratada não mostra o elevador de cargas montado no edifício nº10 em 1973, na porção oeste do edifício, próximo ao rio Ave, portanto.



Figura 505: a SFC entre 1971 e 1972. (CSFC)

A imagem parece ser uma representação pictórica de uma fotografia aérea oblíqua baixa.

1.3. 1973: ampliações do conjunto (edificação nº10).

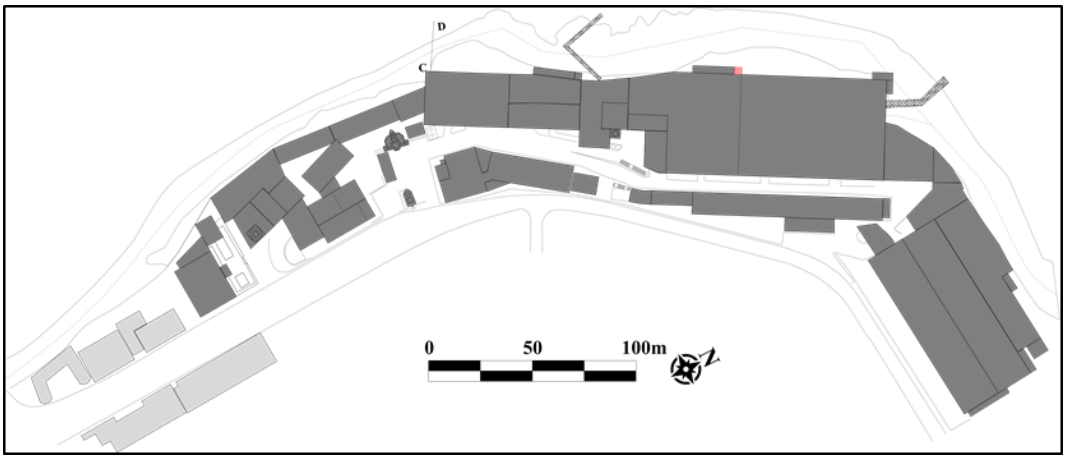


Figura 506: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1973. (CdA)

Aparentemente não houve grandes alterações na fábrica em 1973 (Figura 506) Entretanto, a confirmação de que houve em 1973 a construção de um elevador *"monta-cargas"* serviu de referência para fortalecer as hipóteses sobre a periodização da trajetória construtiva do conjunto edificado.

Para a construção deste elevador *"monta-cargas"* (Figura 507), foi preciso abrir um Processo junto à Direção Hidráulica do Douro porque ele seria anexado na parte exterior da edificação nº 10 *"na margem esquerda do rio Ave",* consistindo de uma cabine de 2,40 x 2,90m, *"para a utilização entre os 2 pisos"*.[339]

A razão para ter sido construído no exterior da edificação está relacionada ao custo da obra e aos problemas estruturais que acabaria por criar:

> *A hipótese da sua construção na parte interior do edifício, seria muito dispendiosa e levantor-nos-ia [sic.] problemas bastante complicados, uma vez que, para o fazermos, seríamos obrigados a desmontar e a transferir de lugar algumas máquinas que temos instaladas nesse ponto, razão por que só nos convém a sua instalação na parte exterior.*

[339] Archiv-Ave. Proc. 422/1973. Solicitação à "Direção da Hidráulica do Douro". 28 de agosto de 1973. P. 01.

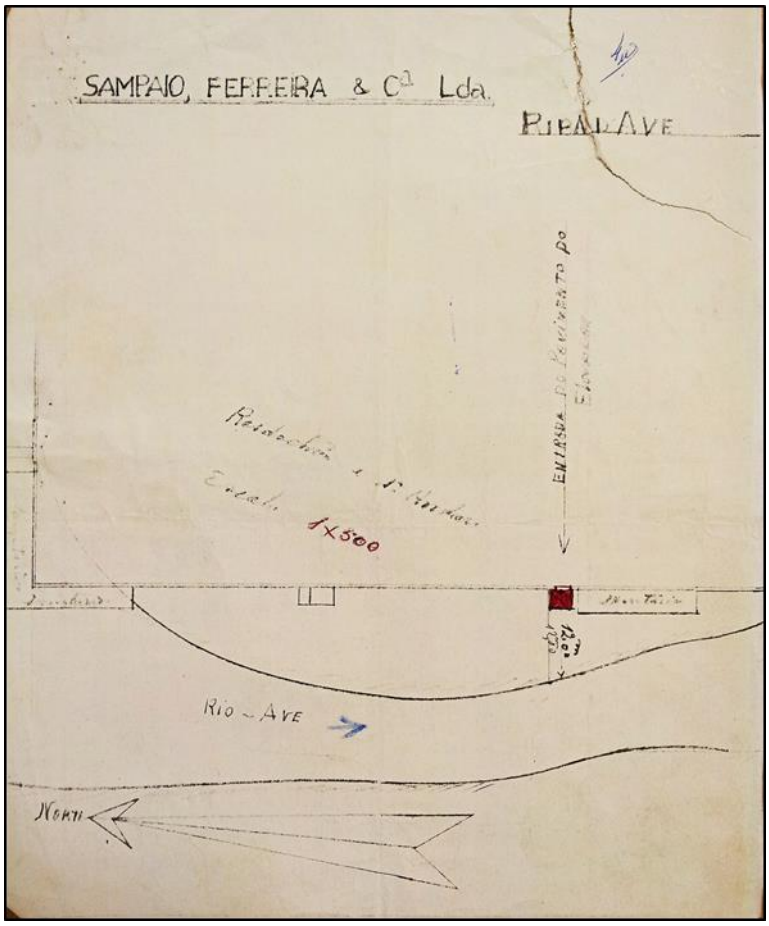


Figura 507: croqui anexado ao Proc. 422/1973. (Archiv-Ave)

Em vermelho o elevador "monta-cargas".

Como estava a mais de 10m da margem e, portanto, fora da zona de jurisdição da Direção Hidráulica do Douro e, ao mesmo tempo, pelas dimensões da construção, a obra não traria prejuízos à corrente do rio Ave,[340] então decidiu-se pelo arquivamento do Processo[341] e a obra teve seu prosseguimento normal.

[340] Archiv-Ave. Proc. 422/1973. Folha de Informação nº 122/1973. Informação do lanço, 19 de setembro de 1973. P. 01.

[341] Archiv-Ave. Proc. 422/1973. Nota de Serviço nº 1063/1973. 12 de abril de 1974, P. 01; e Nota de Serviço nº429. 27 de abril de 1974, P. 01.

1.4. 1974-1976: ampliações do conjunto (edificações nº 1, 2, 6, 8 e 13).



Figura 508: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1974-1976. (CdA)

No ano de 1974 a Sampaio, Ferreira & Cia. fez algumas alterações significativas na estrutura do conjunto fabril (Figura 508). Duas fotografias aéreas verticais tiradas em períodos distintos daquele ano permitem mostrar o encaminhamento dado às obras nas edificações (Figura 509 e Figura 510).



Figura 509: fotografia aérea vertical da SFC, 1974. (CigeoE)



Figura 510: fotografia aérea vertical da SFC, 1974. (DGT)

Algumas alterações estão presentes em ambas as imagens, o que permite afirmar que ocorreram em data anterior, possivelmente entre 1972 e 1974. A primeira destas alterações ocorreu na edificação nº 2, quando se construiu uma extensão do primeiro piso por sobre o corredor central, que inclui a secção 2.2, ligando essa construção ao edifício nº 12 (Figura 511 e Figura 512, destacado em vermelho). A segunda alteração ocorreu no edifício do escritório que teve sua porção sudoeste estendida (Figura 511 e Figura 512, destacado em azul). A terceira alteração ocorreu no edifício nº 13 que foi estendido para se conectar com a edificação nº 14 (Figura 511 e Figura 512, destacado em verde).

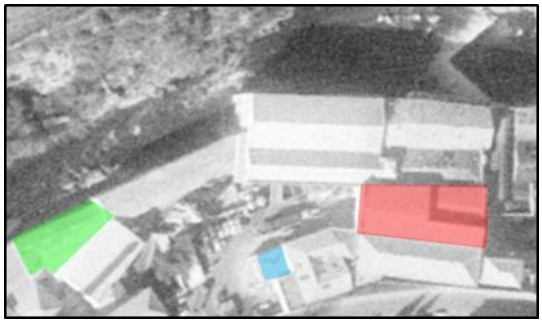


Figura 511: enquadramento da Figura 509 (Ed. nº 1, 2 e 14). (CigeoE)

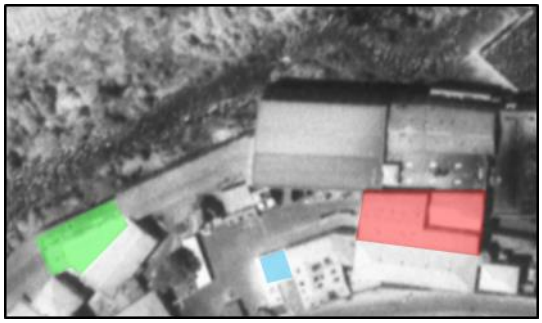


Figura 512: enquadramento da Figura 510 (Ed. nº 1, 2 e 14). (DGT)

A quarta alteração que as fotos aéreas verticais permitem verificar refere-se a uma conexão que ligava o edifício nº 6 ao nº 4 (Figura 513 e Figura 514, destacado em verde). Por fim, as fotografias permitem verificar o início das obras para a construção do primeiro piso da edificação nº 8. Em ambas as fotografias é possível observar que a secção 8.1, que faz ligação com a edificação nº 9, já havia sido acrescida (Figura 513 e Figura 514). Entretanto, na fotografia do

CigeoE, o restante da edificação nº 8 (Figura 513, destacado pelo pontilhado vermelho) ainda tinha apenas o rés do chão construído; enquanto na fotografia da DGT, o telhado já havia sido retirado e parece que o piso estava sendo nivelado para ser estendido até a porção mais ao norte da fábrica, alinhando-o com as edificações nº 6 e 7 (Figura 514, destacado pelo pontilhado vermelho).

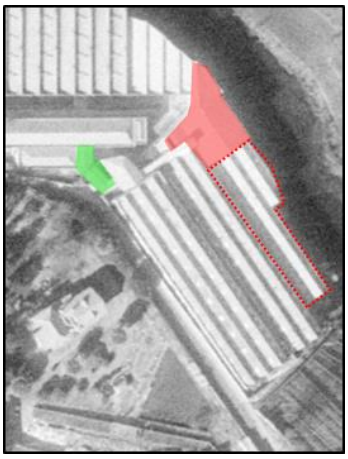


Figura 513: enquadramento da Figura 509 (Ed. nº 6 e 8). (CigeoE)

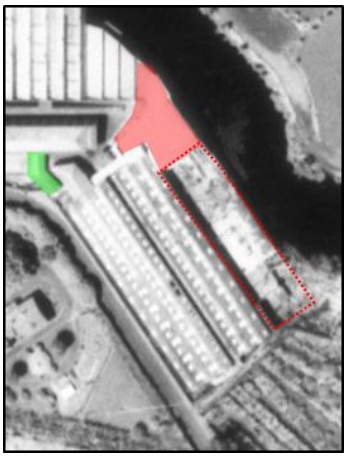


Figura 514: enquadramento da Figura 510 (Ed. nº 6 e 8). (DGT)

Embora não se identifique textualmente o edifício nº 8, o tipo de obra e extensão da edificação indicam que a solicitação para sua extensão foi feita num desdobramento do Processo 497/1947. Em 05 de janeiro de 1974, a Sampaio, Ferreira & Cia. solicitou à Direção Hidráulica do Douro autorização para *"ampliar as suas instalações (...) por alargamento de um dos pavilhões confinantes com o Rio Ave, prolongando o alinhamento de uma das paredes existentes"* por meio de *"uma estrutura constituída por pilares, vigas e lajes de betão armado na referida zona"*.[342]

A confusão surge, porém por duas razões. Em primeiro lugar porque a única planta anexada ao Processo 497/1947 é a que mostra as edificações nº 10 e nº 12, produzida no ano de 1947 (Cf. Figura 346 e Figura 367). Em segundo lugar porque, em documento posterior, o Engenheiro Diretor afirma que a obra se tratava *"de uma ampliação destinada à fiação"*,[343] sendo que a fiação era realizada no edifício nº 10, enquanto no edifício nº 8 se realizava a Tecelagem.

[342] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia. à Direção Hidráulica do Douro (cópia). 05 de janeiro de 1974. P. 01.

[343] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Nota de Serviço nº 243. 27 de abril de 1974. P. 02.

Entretanto, as dimensões da obra na Folha de Informação parecem não deixar dúvidas de que se trata da expansão da edificação nº 8, pois a obra teria 45,00m X 6,20m X 10,00m.[344] Todos estes indícios, somados às fotografias aéreas verticais do mesmo ano, que mostram apenas alterações na edificação nº8 e nenhuma na edificação nº 10, corroboram para que o Processo se refira, efetivamente ao edifício nº 8.

A extensão do edifício nº 8 se deu por sobre a base da edificação já existente (Figura 515, em verde; e Figura 516, em verde) e prolongou-se com as pilastras, criando um vão para o lado do rio Ave (Figura 517). Ao que tudo indica, parte do pequeno anexo a norte da edificação foi mantida (Figura 515, em amarelo) e sua porção mais ao norte foi estendida para ficar alinhado com as edificações nº 6 e nº 7 (Figura 516, em vermelho), como evidencia a diferença no cimento e nos tijolos utilizados na extensão.

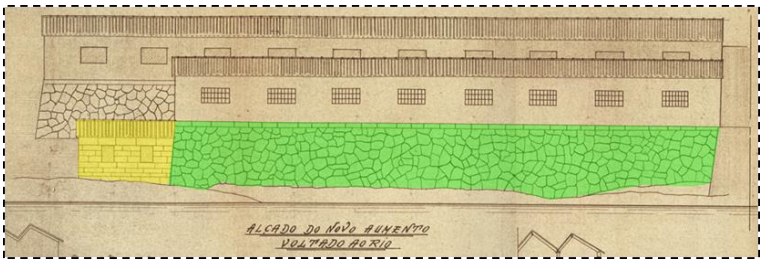


Figura 515: recorte da Figura 356. (Archiv-Ave, Proc. 752/1948)

"Alçado do novo aumento voltado ao rio"



Figura 516: piso inferior do edifício nº 8 (1). (FdA)

Muro de arrimo que consta no projeto anexado ao Proc. 752/1948



Figura 517: piso inferior do edifício nº 8 (2). (FdA)

Na ficha catalográfica da Sampaio, Ferreira & Cia. no Famalicão-ID há uma fotografia (Figura 518) que, pelas características do conjunto fabril, parece registrar a fábrica no início da

[344] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Folha de Informação nº 8/1974. "Especificação e Objetivo da obra". P. 01.

década de 1970. Trata-se de uma fotografia vertical oblíqua, assinada pela Casa Fotográfica Cruzarte (no canto inferior esquerdo), que também mostra parte de Riba d'Ave, da Avenida Narciso Ferreira e das estruturas ali construídas, além da fábrica Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda.



Figura 518: fotografia aérea vertical da SFC, início da década de 1970. (Famalicão Id)

Foi essa configuração fabril que viu a queda do regime fascista do Estado Novo em 25 de abril de 1974 e a manifestação do 1° de maio daquele ano (Figura 519 a Figura 532).

Ao contrário do que se viu 37 anos antes, no 1° de maio de 1937,[345] em que as comemorações exaltavam o paternalismo, o corporativismo e nacionalismo do Estado Novo e nos quais os trabalhadores eram coadjuvantes e instrumentalizados pelo governo e pelo patronato; com a queda do fascismo, os operários tomaram o protagonismo e expuseram suas condições e reivindicações na transição democrática como se vê pelos cartazes que os manifestantes carregavam (Figura 526 a Figura 532).[346]

Adelino Mota, que participou na manifestação, relembra aquele dia:

> *Concentramo-nos no Café, que era o Café central em Riba d'Ave. (...) Recordo-me de virmos num grupo de jovens de lá de cima do alto da vila até este local onde nos*

[345] CPMC. "Festas do Trabalho em Famalicão – 1° de maio de 1937" Dir.: Salazar Diniz (1937) Portugal, Prod.: Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) In http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3156&type=Video Cf. Parte III, Capítulo 2. A memória edificada: o monumento a Narciso Ferreira e a nova estética da Sampaio, Ferreira & Cia.

[346] Costa, Artur Sá da (Dir.) 2016/04/25. "25 de Abril em Famalicão" (Documentário em curta-metragem). Projeto "Conta-me a História" do Município de Vila Nova de Famalicão. In. Fama TV https://youtu.be/YMubgu7xlJo Acesso em 12 de junho de 2018.

encontramos [a Ponte de Sant'Anna] e já quando cá chegamos já estavam milhares, alguns milhares de trabalhadores das empresas envolventes. (..)

Portanto, havia aqui um movimento de euforia, de alegria dos trabalhadores porque, finalmente, alguma coisa lhes dizia. Sentiam que, finalmente, estavam a comemorar o seu dia; o dia 1º de maio que era o dia do trabalhador.[347]

Nas fotos, não se veem as milhares de pessoas, como disse o Sr. Adelino Mota, talvez algumas poucas centenas, mas fica evidente a euforia que a liberdade e a democracia recém conseguidas deram aos trabalhadores para se expressarem a partir de sua condição de classe trabalhadora, agora que novos ares circulavam pelas ruas de Riba d'Ave.



Figura 519: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (1). (Ephemera)

Aglomeração entre o Teatro Narciso Ferreira e a sede dos Bombeiros Voluntários.



Figura 520: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (2). (Ephemera)

Aglomeração em frente ao Mercado Narciso Ferreira.

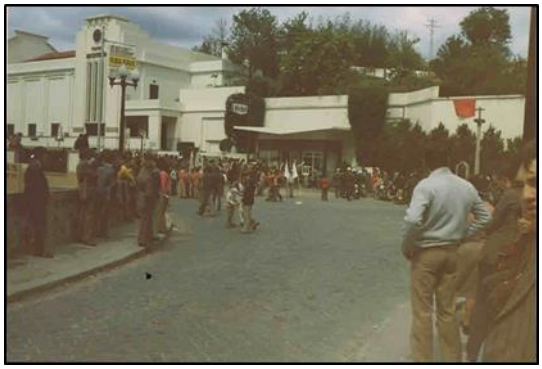


Figura 521: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (3). (Ephemera)

Aglomeração em frente posto de combustível Mobil Oil com o Teatro ao fundo.



Figura 522: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (4). (Ephemera)

Aglomeração em frente posto de combustível Mobil Oil.

[347] Costa, Artur Sá da (Dir.) 2016/04/25. "25 de Abril em Famalicão" (Documentário em curta-metragem). Projeto "Conta-me a História" do Município de Vila Nova de Famalicão. In. Fama TV https://youtu.be/YMubgu7xlJo Acesso em 12 de junho de 2018.



Figura 523: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (5). (Ephemera)

Chegada à Ponte de Sant'Anna (1).



Figura 524: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (6). (Ephemera)

Chegada à Ponte de Sant'Anna (2).



Figura 525: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (7). (Ephemera)

Aglomeração cruza a Ponte de Sant'Anna (1).



Figura 526: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (8). (Ephemera)

Aglomeração cruza a Ponte de Sant'Anna (2).



Figura 527: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (9). (Ephemera)

Aglomeração cruza a Ponte de Sant'Anna (3). Cartaz "O povo unido jamais será vencido".



Figura 528: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (10). (Ephemera)

Aglomeração ultrapassa a Ponte de Sant'Anna (4). Cartaz "Viva o comunismo".



Figura 529: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (11). (Ephemera)

Aglomeração ultrapassa a Ponte de Sant'Anna (5). Cartaz "As caixas de previdência dirigidas pelos trabalhadores" e "Viva o 1º de maio, viva a liberdade".



Figura 530: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (12). (Ephemera)

Cartaz "Jovens exigem um ensino ao serviço do povo".



Figura 531: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (13). (Ephemera)

Cartaz "Viva a classe operária".



Figura 532: Riba d'Ave em 1º de maio de 1974 (14). (Ephemera)

Cartaz "Camaradas da S. Ferreira, não vos deixeis amedrontar. Obrigai vossa firma as meias horas vos pagar".

1.5. 1977-1979: ampliações do conjunto (edificações nº 18 e 19).

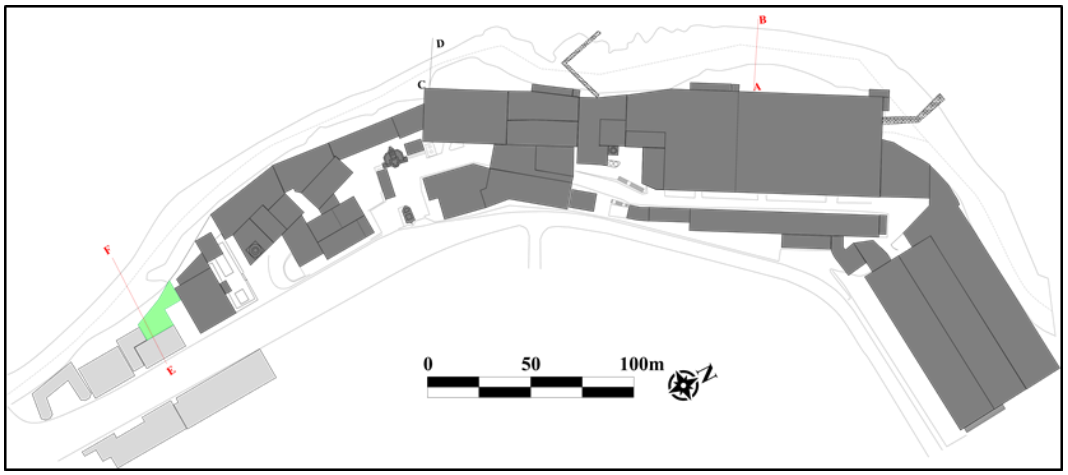


Figura 533: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1977-1979. (CdA)

Embora haja apenas três alterações dignas de nota entre 1977 e 1978 (Figura 533), a análise da configuração do complexo fabril nesse período merece atenção por duas razões: primeiro pela existência de uma planta topográfica de 1977, preservada pelo Portal Geográfico de Vila Nova de Famalicão (Cf. Figura 5), na qual não se vê mais do que a silhueta do complexo fabril e de outras estruturas urbanas da localidade. Em segundo lugar, porque 1978 é o ano da planta topográfica da Sampaio, Ferreira & Cia. preservada no MIT (Cf. Figura 10 e Figura 12) e que mostra a ocupação dos edifícios do complexo fabril naquele período. Em relação à configuração anterior da fábrica e em comparação à própria planta de 1977, a planta de 1978 evidencia três mudanças significativas no complexo fabril.

Primeiro, registra que a ampliação da edificação nº 8 já tinha sido completada, pois ela se encontra alinhada aos edifícios nº 6 e 7.

A segunda mudança diz respeito à marcação do que viria a ser a nova cantina da fábrica (edifício nº 19), logo atrás do anterior e próximo à edificação dos CTT. Entretanto, o registro dessa edificação na planta de 1978 é inconsistente com a data de solicitação para a construção da edificação nº 19 junto aos Serviços Hidráulicos, que foi realizada no final de 1980.[348]

A hipótese para essa inconsistência é que não se registraram na planta de 1978 apenas as edificações existentes, mas também os planos para ampliação do complexo fabril.

[348] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Chefe da 2ª Secção. 16 de dezembro de 1980. P. 01.

Isso porque, ao se comparar, verifica-se que o registro cronológico da construção dos edifícios nº 18 e nº 19 é inconsistente com a planta de 1978, pois um decalque de uma planta da fábrica (Figura 534), elaborado pelo Chefe do Lanço,[349] datado de 19 de dezembro de 1979, mostra a edificação nº 18 ainda assinalada como *"Cantina",* enquanto a edificação nº 19 sequer aparece desenhada, o que pode indicar que ela ainda não estava construída naquela data.

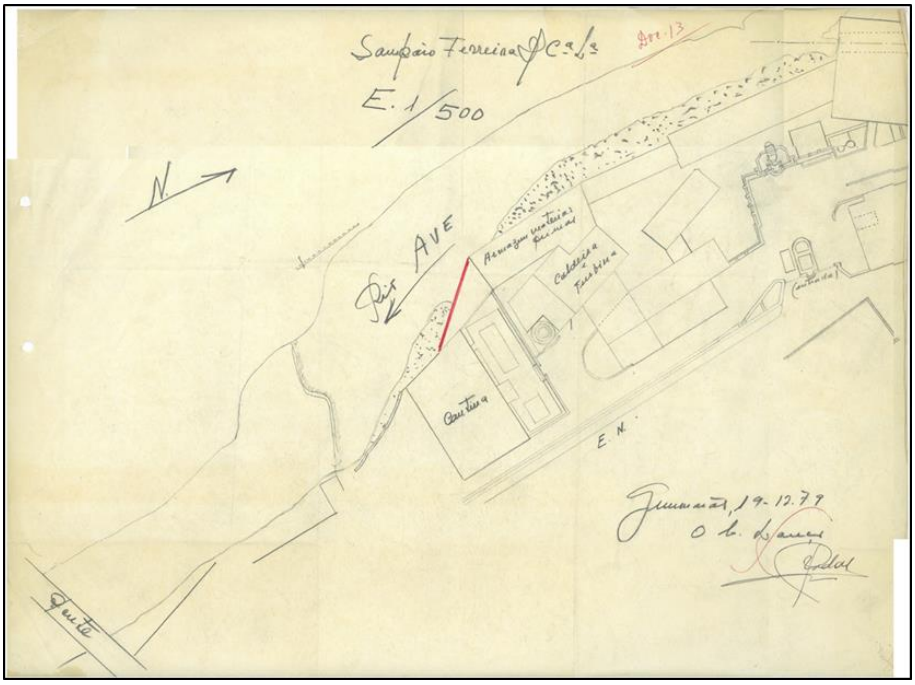


Figura 534: croqui anexado ao Proc. 353/1945. (Archiv-Ave)

Ao se ter em mente que a planta de 1978 representava também os projetos de expansão do complexo fabril para os meses que se seguiram à sua produção, tem-se uma possível explicação para essas divergências cronológicas, pois em abril de 1978 a planta teria sido produzida também para registrar os novos planos para o complexo fabril: transformar a antiga cantina (nº 18) em um armazém de fardos e construir o edifício da nova cantina (nº 19). Isso explica por que no fim de 1979 o edifício nº 18 era ainda usado como cantina; que viria a ser transferida para o edifício nº 19, construído no final do ano de 1980 e início de 1981.

Vale notar que, na legenda da planta de 1978, as edificações nº 18, do Armazém de Fardos; e nº 19, da cantina, aparecem grafadas em letras maiores que as demais, o que poderia justamente indicar as construções a serem realizadas não muito tempo depois. Infelizmente, pelo

[349] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço nº 513. 19 de dezembro de 1979. P. 01.

fato de a planta de 1978 não ter sua versão original preservada, pois é uma cópia, não é possível saber também se as hachuras poderiam ter algum significado específico.

Tomar a planta de 1978 também como o registro do que o complexo fabril viria a ser explicaria também a ausência do anexo que ligava as edificações nº 4 e 6, construído entre 1974 e 1976, mas que acabou por ser demolido duas décadas depois. Assim como explicaria a indicação de duas novas tubulações que saem da fábrica e passam por sobre o rio Ave, para as quais, entretanto, não existe registro na documentação junto à Direção Hidráulica, diferentemente do que ocorreu com a tubulação feita por ocasião da construção do Bairro do Quinteiro,[350] e d as quais não resta nenhum registro material.

[350] Archiv-Ave. Proc. 75/1967. Solicitação ao "Engenheiro-Diretor da Hidráulica do Douro". 02 de fevereiro de 1967. P. 01.

1.6. 1980-1983/1984: ampliações do conjunto (edificações nº 18 e 19).

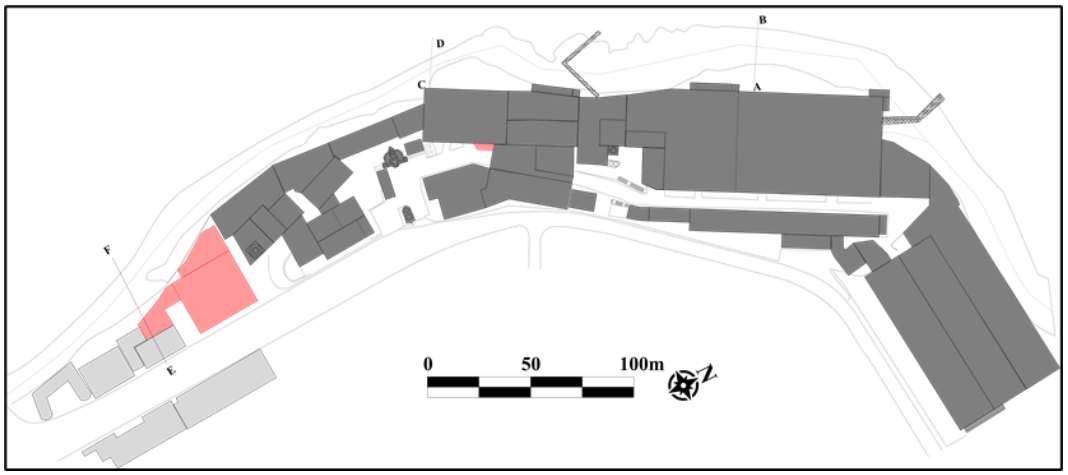


Figura 535: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1980-1983/1984. (CdA)

No ano de 1980, a Sampaio, Ferreira & Cia. solicitou autorização para construir a nova cantina aos operários, localizada na porção sul da fábrica (Figura 535), na qual anexou uma planta (Figura 536).[351]

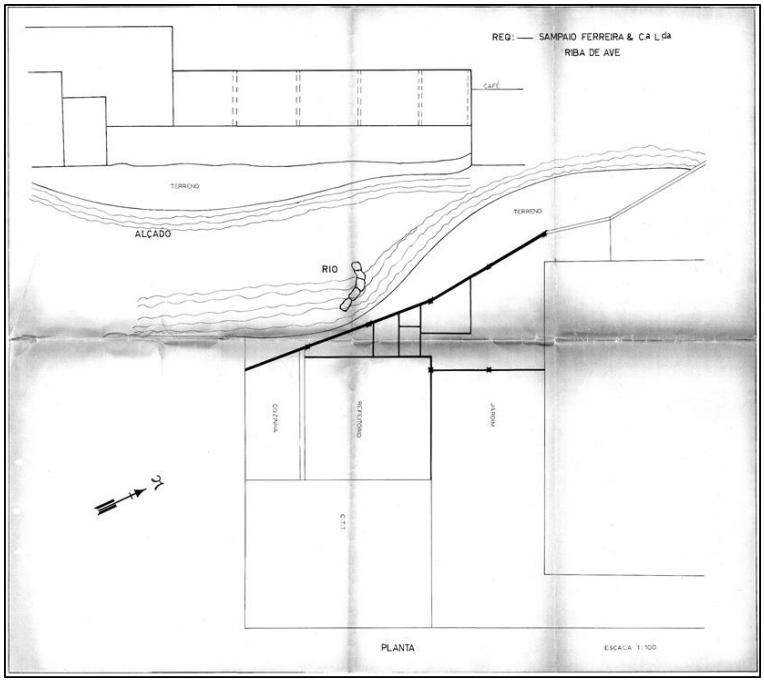


Figura 536: planta anexada ao Proc. 1159/1952. (Archiv-Ave)

A fotografia aérea vertical de 1983 (Figura 537) permite verificar que as edificações nº 18 e 19 teriam uma cobertura semelhante. Além de um pequeno acréscimo em frente à edificação

[351] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Chefe da 2ª Secção. 16 de dezembro de 1980. P. 01.

n°12 para carga e descarga, não parece ter havido outras alterações significativas no conjunto edificado.

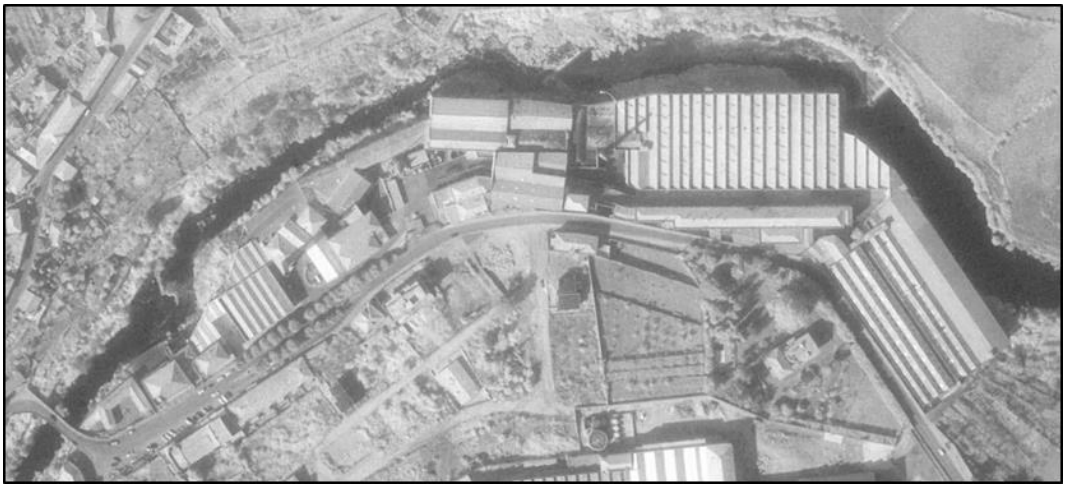


Figura 537: fotografia aérea vertical da SFC, 1983. (DGT)

A fotografia aérea vertical de 1984 (Figura 538), mostra a fábrica parcialmente encoberta por nuvens o que dificulta saber se houve alguma grande alteração naquele ano.



Figura 538: fotografia aérea vertical da SFC, 1984. (DGT)

Ao que tudo indica, foi entre 1981 e 1984 que a Sampaio, Ferreira & Cia. atingiu a sua máxima volumetria no que se refere ao número de edificações no complexo fabril. Daí em diante, todos as mudanças realizadas foram mínimas e não relacionadas a adequações do complexo fabril para atender atividades produtivas desempenhadas em cada espaço.

1.7. 1985-1988: ampliações do conjunto (edificação nº 7)

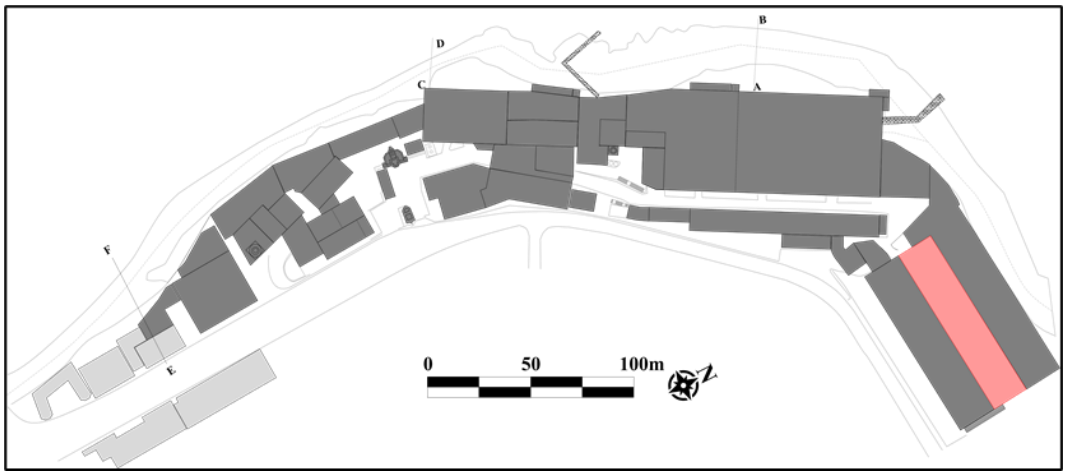


Figura 539: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1985-1988. (CdA)

Em 11 de fevereiro de 1985, durante uma vistoria da Direção-Geral dos Serviços Industriais, constava a observação de foi *"declarado que a tecelagem"* seria *"toda remodelada e instalada num pavilhão para a receber".* Portanto, diz o auto de vistoria, deveria *"ser apresentado, para aprovação, o respectivo projeto dessa alteração e remodelação, no qual também poderão ser inseridas outras alterações que, porventura, sejam ou venham a ser realizadas"*.[352]

Segundo o comunicado enviado à fábrica a respeito da vistoria, a Sampaio, Ferreira & Cia. teria *"60 dias para requerer a aprovação do projeto relativo à remodelação e alteração do setor de tecelagem"*.[353]

Entretanto, em resposta ao comunicado dos Serviços Industriais, a Sampaio, Ferreira & Cia. afirmou que a *"remodelação do setor de tecelagem (Tecelagem B)",* edificação nº 7, portanto (Figura 539); era uma *"secção parada neste momento que prevemos o seu reequipamento, mas que ainda nada está definido, nem quanto ao projeto de C. Civil, nem quanto a máquinas".* Dito isto, a fábrica afirmou que assim que tivessem *"definido o projeto e o parque de máquinas"* tomariam as providências determinadas pelos Serviços Industriais.[354]

Nem o projeto nem a solicitação foram encontrados no Processo da Sampaio, Ferreira & Cia. junto aos Serviços Industriais. Talvez porque tenha sido uma obra realizada sem autorização,

---

[352] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 11 de fevereiro de 1985. Pp. 01-02.

[353] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1481/4º.S.) em 19 de abril de 1985. P. 01. O prazo era definido pelo "Regulamento de Instalação e Laboração dos Estabelecimentos Industriais" (Decreto nº 46924, de 28 de março de 1966).

[354] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Resposta ao Ofício nº 1481/4º.S. Nº de referência AS/MF-1435 de 29 de abril de 1985. P.01.

talvez porque os documentos preservados se tratam, na verdade, de um resumo do Processo original; o fato é que a obra acabou por se realizar, mas não se pode precisar quando exatamente.

Uma fotografia aérea vertical de 1988 (Figura 540). mostra que houve uma substituição do telhado da edificação nº 7 e, possivelmente se trata da remodelação que se falou à época da vistoria. Verifica-se que a cobertura, que antes assemelhava-se ao telhado do edifício nº 6, com 6 águas, passou a ter apenas duas, tal como a edificação nº 8.



Figura 540: fotografia aérea vertical da SFC, 1988. (DGT)

1.8. 1994-1995: fim das ampliações significativas no conjunto edificado.

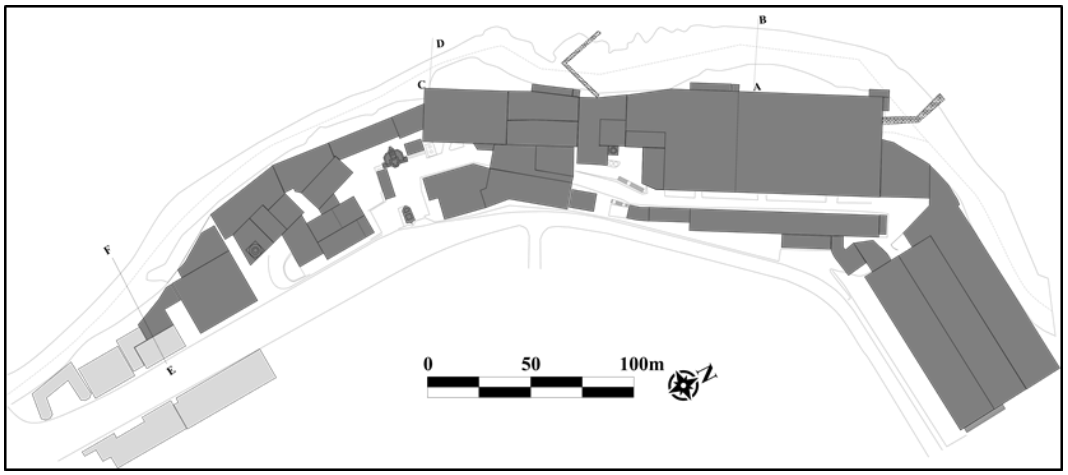


Figura 541: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 1994-1995. (CdA)

A partir de 1994/1995 não houve mais alterações significativas no complexo fabril (Figura 541) que possam ser percebidas pelas fotografias aéreas verticais daqueles anos (Figura 542 e Figura 543). Isso não significa que não tenha havido mudanças no uso dado aos espaços internos.

No ano seguinte, em 1996, a fábrica fez 100 anos.

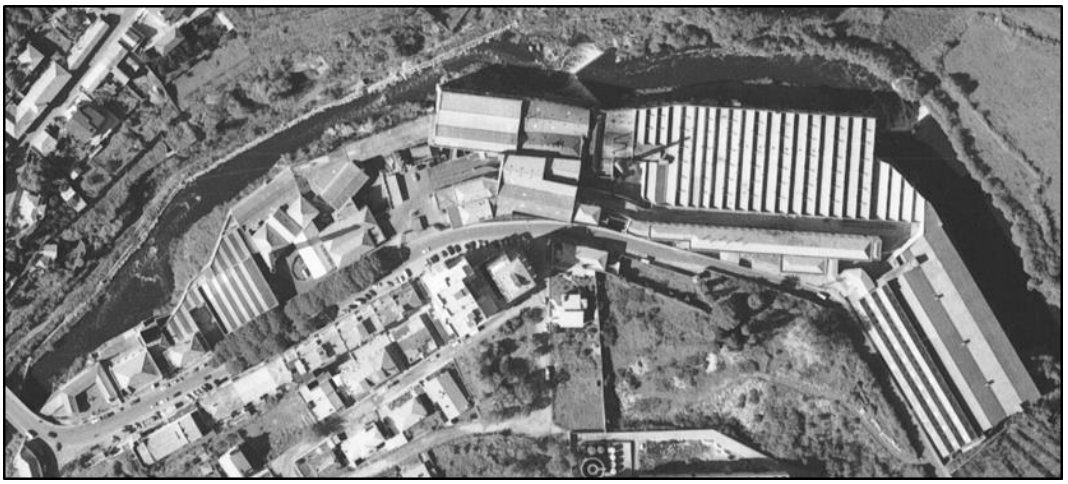


Figura 542: fotografia aérea vertical da SFC, 1994. (DGT)



Figura 543: fotografia aérea vertical da SFC, 1995. (CigeoE)

Capítulo 2. A memória suprimida: as transgressões da Sampaio, Ferreira & Cia.

Uma história deve ser contada ou não haverá história e, ainda assim, são as histórias não contadas que são mais comoventes.
(J. R. R. Tolkien. "Carta a Christopher Tolkien")

As narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira colocam a Sampaio, Ferreira & Cia. como a raiz do império industrial da família Ferreira na Bacia do Ave. Do mesmo modo, as transformações urbanas em Riba d'Ave foram realizadas tendo a fábrica como principal referência. As obras sociais ali realizadas atendiam muitas das famílias que trabalhavam naquela que foi tratada como a primeira fábrica moderna, "projetada como completa", a surgir no Concelho de Famalicão; um exemplo do avanço industrial.

Ou seja, tal como com as narrativas sobre a figura de Narciso Ferreira, incorporou-se hegemonicamente às narrativas sobre Sampaio, Ferreira & Cia. apenas perspectivas positivas sobre ela, que passou a ser vista como símbolo de progresso industrial e social.

Entretanto, da mesma forma que na construção memorial sobre o fundador, as narrativas sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. minimizaram, omitiram e silenciaram quaisquer perspectivas que não contribuíssem para a visão idealizada sobre ela.

São estas minimizações, omissões e silêncios os objetos deste capítulo.

2.1. Transgressões fabris e tensões políticas nos Serviços Hidráulicos.

Em 25 de outubro de 1979, o Chefe do 5º Lanço, Sr. Manuel Fernandes Rodas, denunciou precisamente esta situação em um desdobramento do Processo 353/1945, iniciado em abril de 1979, quando a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. solicitou autorização à Direção Hidráulica do Douro para

> *vedar a passagem da água por uma levada,*[355] *sob um dos edifícios da fábrica, que se destina a acionar uma turbina hidroelétrica para a produção de energia elétrica, vem requerer à V. Exª., se digna a autorizar a construção de um muro, no topo de montante.*[356]

Reencaminhado à Secção de Braga pelo Engenheiro Diretor,[357] incluiu-se na Folha de Informação a análise do Chefe do 5º Lanço, Sr. Manuel Fernandes Rodas, sobre a solicitação na qual ele diz que a fábrica não havia enviado os desenhos necessários para a compreensão do que se trata a obra. E ainda salienta que, por não tê-lo feito, deveria ter descrito os detalhes da alteração requerida.

> *O não envio dos desenhos [por parte da Sampaio, Ferreira & Cia.] à fiscalização e a emissão de outros dados pelo cant. [sic.] Não permitem deduzir se o aproveitamento deixa de ser utilizado, pormenores que caso não constem do projeto deveriam ser pormenorizados pela requerente [a fábrica].*[358]

O Processo, então, seguiu seu curso normal, com o Edital da obra tendo sido publicado em 19 de julho no qual constava que era para *"vedar a passagem da água num canal de aproveitamento hidroelétrico, conforme projeto junto ao Processo"*,[359] mesmo com o alerta do Chefe do 5º Lanço de que não havia plantas adjuntas.

Na mesma Folha de Informação, o Chefe da Secção de Braga afirma ser importante saber o porquê da realização de uma obra que deixará de produzir energia elétrica num momento em que ela se torna cada vez mais escassa:

> *Com a obra requerida, fica inutilizado o aproveitamento hidroelétrico. É de perguntar qual a justificação válida para inutilizar uma fonte de ENERGIA [sic.] quando a sua escassez é cada vez maior em todo o mundo.*[360]

A questão, entretanto, passou incógnita; mas a ausência do projeto, não. Em 21 de agosto de 1979, o Engenheiro Diretor (Sr. Lopes Coelho) solicitou ao Chefe da Secção de Braga que o

---

[355] Canal construído para conduzir água. **"**levada"**,** in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, https://dicionario.priberam.org/levada [consultado em 15-10-2019].

[356] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Solicitação ao Diretor da Hidráulica do Douro. 19 de abril de 1979. P. 01.

[357] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n. 830. 23 de maio de 1979. P. 01.

[358] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Folha de informação nº 119/1979. "Informação do Lanço", 16 de julho de 1979. P. 01.

[359] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Edital nº 457. 19 de julho de 1979. P. 01.

[360] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Folha de informação nº 119/1979. "Informação da Secção", 6 de agosto de 1979. P. 01.

enviasse, pois ele não havia acompanhado a Folha de Informação,[361] o que foi feito em 4 de setembro de 1979 (Figura 544).[362]

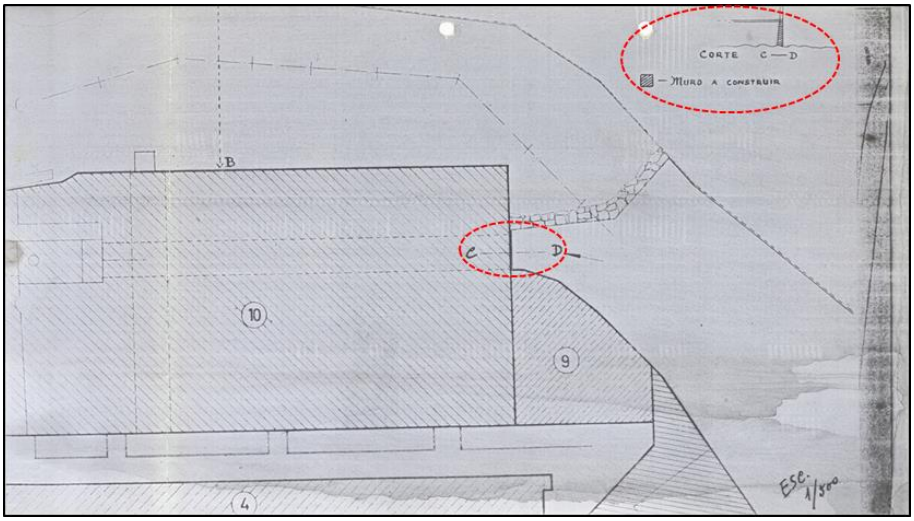


Figura 544: planta do açude anexada ao Proc. 353/1945. (Archiv-Ave)

No dia 12 de outubro de 1979, o Engenheiro Diretor solicitou ao Chefe da Secção de Braga a informação sobre se existiria *"alguma concessão e qual o nº do alvará respectivo"*.[363]

Tendo sido encaminhada ao Chefe do Lanço, este responde que encontrou *"duas notas s. [Notas de Serviço] referentes à emissão de dois alvarás de concessão":* o primeiro dizia respeito *"ao aproveitamento hidroelétrico que a firma explora em Amieiro Galego";* e o segundo referindo-se *"ao aproveitamento junto das instalações fabris da firma",* que lhe parecia *"já não estava a ser utilizado quando da inspeção oportunamente feita",* possível razão para a fábrica ter solicitado a autorização para vedar o canal. O Chefe do Lanço termina a Nota de Serviço que a Sampaio, Ferreira & Cia. não possuía *"quaisquer outros aproveitamentos sujeitos a concessão"* e que, por isso, *"o lanço"* estranhava *"a pergunta formulada",* mas que fornecia os dados que dispunha.[364]

Em 23 de outubro, porém, o Guarda-rios (Sr. Avelino dos Santos Pinheiro) enviou ao Engenheiro Diretor dos Serviços Hidráulicos do Douro uma Nota de Serviço que comunicava *"um auto de notícia e uma notificação referente a uma transgressão cometida pela firma Sampaio,*

[361] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Solicitação do Engenheiro-Diretor dos Serviços Hidráulicos do Douro ao Chefe da Secção de Braga. Ordem de Serviço nº 1156. 21 de agosto de 1979. P. 01.

[362] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Comunicado do Chefe da Secção de Braga ao Engenheiro-Diretor dos Serviços Hidráulicos do Douro. Ordem de Serviço nº 1443. 04 de setembro de 1979. P. 01.

[363] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço nº 1449. 12 de outubro de 1979. P. 01.

[364] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço nº 416. 22 de outubro de 1979. P. 01.

Ferreira & Cia.",[365] o que levaria à interrupção de quaisquer obras que estivessem a ser realizadas sem autorização.

Então, em 25 de outubro de 1979, em virtude dessa situação, o Chefe do Lanço escreveu ao Chefe da Secção de Braga um comunicado para comentar a situação da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. perante os Serviços Hidráulicos. Foi quando ele evidenciou, em linhas gerais, como se deu o processo de ampliação fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. e, ao mesmo tempo denunciou a prática comum de as fábricas realizarem obras sem as autorizações necessárias por parte das instituições públicas de fiscalização:

> *Dada a extensão da fábrica ao longo da corrente* [do rio Ave] *é provável que a ampliação agora reprimida não seja contígua a outras anteriormente também reprimidas.*
> *Esta firma tem suportado vários autos, quer por uso ou abuso de águas da corrente (poluição) quer por obras abusivamente feitas, obras que nunca foram legalizadas, de resto à semelhança do que vem sucedendo com tantas e tantas outras firmas industriais e mesmo casos particulares.*[366]

O Chefe do Lanço prossegue com um questionamento duro sobre os próprios procedimentos de fiscalização das instituições públicas:

> *Não obstante serem na maioria dos casos requeridas as licenças, ou posteriormente as legalizações, o que é fato é que as licenças continuam a não serem passadas, e a fiscalização acaba por duvidar dos objetivos dos AUTOS* [sic.] *de transgressão, visto que estes não resolvem nem solucionam situações, antes traduzem um castigo pelo abuso praticado.*[367]

Ou seja, o Chefe do Lanço critica o fato de que os Serviços Hidráulicos acabavam por ser um órgão apenas punitivo para quem não cumpria as normas estabelecidas e não um órgão que estabelecesse boas práticas no uso dos recursos hídricos pelas empresas. Com isso, as fábricas acabavam por ter total liberdade para agir conforme bem entendessem, pois bastaria pagar uma multa e a situação estaria resolvida.

---

[365] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 62. 23 de outubro de 1979. P. 01.

[366] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 420. 25 de outubro de 1979. P. 01.

[367] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 420. 25 de outubro de 1979. P. 01.

A lentidão no despacho das licenças apontada pelo Chefe do Lanço seria uma das razões para essa forma de agir das fábricas:

> *Não se pode também deixar de apontar que quer às empresas quer aos particulares não restará outro recurso que não seja fazer as obras sem possuírem licenças dos SH [Serviços Hidráulicos], pois a sistemática demora na passagem das mesmas poderia até inviabilizar os projetos e os planos. Efetivamente os requerentes não poderão continuar a aguardar Meses e ANOS* [sic.] *à espera de beneplácitos para a realização de seus planos.*[368]

Assim, o Chefe do Lanço acaba por questionar a própria razão da aplicação de multas, irrisórias quando comparadas aos próprios valores das obras realizadas pelas empresas. Face à lentidão dos processos, às empresas seria preferível pagar as multas e terem as obras acabadas no prazo que lhes convinha do que esperarem um prazo indeterminado para sua realização:

> *E, como as MULTAS* [sic.] *que possam ou devam ser aplicadas não resolvem as situações, cada vez é mais preocupante e intrigante a razão de ser das* [sic.] *sua aplicação, pois tudo continua na mesma, e o valor material e econômico da multa nenhuma influência tem na construção de verdadeiras obras, de valor de centenas e milhares de contos.*[369]

Tendo em vista a afirmação do Chefe do Lanço, é possível levantar a hipótese de que uma das razões para a fábrica não ter solicitado autorização junto aos Serviços Hidráulicos para fazer alterações e acréscimos no conjunto fabril junto ao rio Ave, entre os anos 1915 e 1945, relacione-se precisamente com a estrutura burocrática e normas a que teria que se submeter. Era mais fácil fazer as alterações e, posteriormente, legalizá-las e, eventualmente pagar as multas requeridas. E mesmo assim, a fábrica não mostrava a diligência necessária; basta lembrar que, ao solicitar a legalização das estruturas fabris realizadas entre 1915 e 1945, a fábrica demorou mais de dez anos para entregar as plantas solicitadas pelos Serviços Hidráulicos.

O Chefe do Lanço aproveita o caso da Sampaio, Ferreira & Cia. para fazer uma crítica explícita aos procedimentos dos Serviços Hidráulicos que ignoraria a gravidade de algumas transgressões e permitiria a legalização de quaisquer obras desde que as multas fossem pagas:

---

[368] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 420. 25 de outubro de 1979. P. 01.

[369] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 420. 25 de outubro de 1979. P. 01.

> *No caso concreto e em apreço, é intrigante, como em muitos outros semelhantes e parecidos, a indecisão dos Serviços Hidráulicos: as obras executam-se e a licença nunca mais é passada. De resto a função da fiscalização não será de andar a promover e executar AUTOS* [sic.]*, mas antes a apontar transgressões, obviamente umas legalizáveis e outras, pelos critérios que veem [sic.] sendo apontados, serão ou deveriam ser ILEGALIZÁVEIS* [sic.]. [370]

O Chefe do Lanço, então, acaba por listar os processos referentes a *"concessões"*, *"águas industriais"* e *"ampliações da unidade fabril"* relacionados à Sampaio, Ferreira & Cia.[371] No que se refere às *"concessões",* faz menção apenas à construção de uma ponte provisória sobre o rio Ave[372] que, nesse período, já não existia mais.

Sobre as águas industriais, o Chefe do Lanço acaba por descrever o papel da Sampaio, Ferreira & Cia. e de outras fábricas na poluição do no rio Ave.

> *Extração de águas para abastecimento fabril parece ainda não ter sido ultimada, não obstante ter ocorrido pelo P.S. 687/962 – PL29/G5,*[373] *e se assim for, resulta em defraudamento da receita do Estado, dado que a firma deverá extrair apreciável candau* [sic.] *de água, a julgar pelas descargas de efluentes urbanos e industriais que evacua para o rio Ave.*
>
> *O saneamento desta firma continua como o de todas as outras, embora que nesta até o saneamento urbano se tenha chegado a fazer (no todo ou apenas em parte) em queda livre para a corrente ou para a sua margem.* [374]

Para o Chefe do Lanço *"a indefinição geral quanto ao saneamento industrial ou poluição de correntes públicas terá até servido para que alguns processos jazem aguardando solução".* [375]

Por fim, o Chefe do Lanço trata das ampliações que ocorreram no conjunto fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. e diz que há três Processos que não haviam sido solucionados até aquela data *("497/47 – 797/47 e 405/79").* Salienta, porém, o fato de o Lanço não dispor *"nem duma planta cadastral das instalações fabris, nem das cópias das licenças"* que eram passadas à

---

[370] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 420. 25 de outubro de 1979. P. 01.

[371] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 420. 25 de outubro de 1979. P. 02.

[372] Cf. Archiv-Ave. Proc. 447/1956.

[373] Archiv-Ave. Proc. 687/1962.

[374] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 420. 25 de outubro de 1979. P. 02.

[375] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 420. 25 de outubro de 1979. P. 02.

empresa. Com isso, em referência às obras realizadas nos Processos, *"dificilmente"* o Lanço poderia *"concretamente precisar e demonstrar o que acima se afirma",* a menos que fosse por meio de *"precárias anotações e recurso a observação persistente".*[376]

O "desabafo" indignado do Chefe do Lanço, Sr. Manuel Fernandes Rodas permanece na conclusão:

> *Como os autos de transgressão não resolvem problemas, nem situações haveria equacionar os diversos problemas que estão pendentes para que não prevaleça a impressão que vai crescendo de que NADA INTERESSA AUTUAR* [sic.]*, nem policiar. Efetivamente apontam-se, por comunicação ou auto, obras e transgressões e estas perduram e AVOLUMAM-se* [sic.] *sem licenciamento.*[377]

Embora não fique claro se o Sr. Rodas se referia a mais alguém indiretamente, ao dizer que *"crescia a impressão"* de que não interessava autuar, ele expressa a indignação de um funcionário com, pelo menos, 24 anos de serviço e que viu por anos e anos as mesmas práticas por parte de empresas como a Sampaio, Ferreira & Cia.: fazer primeiro as obras que lhes interessavam sem se importar com a legislação; autorizações dos órgãos competentes e não poluir os rios eram preocupações menores, meros problemas a serem sanados com o pagamento de uma pequena multa e posterior solicitação para legalizar as construções.

E mesmo quando a fiscalização decidia medidas mais enérgicas contra obras realizadas sem permissão, como a paralisação ou a demolição; a Sampaio, Ferreira & Cia. simplesmente ignorava as autuações e prosseguia com a obra, para depois legalizá-las. Ou ainda, a fábrica se beneficiava dos erros e conflitos procedimentais dos fiscais para finalizarem as obras e das próprias tensões nos órgãos de fiscalização.

Foi precisamente o que ocorreu no segundo desdobramento do Processo 353/1945, também no ano de 1979.

Três dias antes do "desabafo" do Chefe do Lanço,[378] a Sampaio, Ferreira & Cia. havia sido novamente autuada pelo Guarda-rios por ter realizado obras no conjunto fabril, sem ter a licença dos Serviços Hidráulicos. A fábrica *"procedia à elevação de 6m para 9m da parede lateral de uma*

---

[376] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 420. 25 de outubro de 1979. P. 02.

[377] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 420. 25 de outubro de 1979. P. 02.

[378] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 420. 25 de outubro de 1979. P. 02.

secção da sua indústria têxtil, destinada à instalação de máquinas, em alvenaria de blocos de cimento de 0,20m na extensão de 20m";[379] e, por isso, ela deveria *"proceder à demolição"* da obra.[380]

Como era de se esperar, somente após ter sido notificada a Sampaio, Ferreira & Cia. decidiu proceder à solicitação de licença para realizar a obra, cuja especificação diferia do que foi anotado pelo Guarda-rios, pois seria para *"elevar de 3 para 5 metros a altura de um armazém [não identificado], situado nas suas instalações"*;[381] e, alguns dias depois, pagou a multa de 600$00 escudos.[382]

Os procedimentos adotados pelo Guarda-rios, porém, foram considerados equivocados pelo Chefe do Lanço, pois no auto de transgressão constava que a *"a obra estava em construção, ou em execução".* Ainda que a fábrica tenha sido intimada a demolir a obra pelo Guarda-rios, este não dizia nada sobre ter mandado suspender os trabalhos,[383] como *"insistentemente"* tinha recomendado o Chefe do Lanço, conforme ele explicou ao Chefe da 2ª Secção.[384] Para o Chefe do Lanço *"nem seria admissível que na localidade o Guarda-rios deixasse ultimar uma ampliação sem tomar conhecimento da mesma"*.[385]

Conforme o Chefe do lanço explicou ao Chefe da 2ª Secção *"parece que ou a obra, quando do auto, ainda estava em execução, e então deveria ser notificada a firma a cessar com os trabalhos, ou a obra já estava concluída e não havia legitimidade para tal formalismo"*.[386]

De qualquer modo, para o Chefe do Lanço, o procedimento do Guarda-rios, mais do que um equívoco, era uma *"sabotagem a todas as instruções"* que haviam sido dadas pelos Serviços Hidráulicos. Assim, o Guarda-rios deveria ter comunicado se as obras continuaram ou não após o

[379] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Auto de Notícia nº 295/1979. 22 de outubro de 1979. P. 01.

[380] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Auto de Notificação s/nº. 22 de outubro de 1979. P. 01.

[381] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Diretor da Hidráulica do Douro. 09 de novembro de 1979. P. 01.

[382] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Memorando da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Chefe da 2ª Secção de Braga da Direção Hidráulica do Douro. 12 de novembro de 1979. P. 01.

[383] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço nº 451. 12 de novembro de 1979. P. 01.

[384] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço nº 452. 12 de novembro de 1979. P. 01.

[385] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço nº 452. 12 de novembro de 1979. P. 01.

[386] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço nº 452. 12 de novembro de 1979. P. 01.

auto; e, caso as obras tenham continuado, o Chefe do Lanço questiona o porquê de o Guarda-rios não ter avisado tal ocorrência.[387]

Em quaisquer das situações, para o Chefe do Lanço era necessário *"curar saber das razões de tal obra ter sido feita sem pronta repressão"*[388] e exige que o Guarda-rios justifique suas *"omissões praticadas, pois, ter-se-á de concluir que se promove a possibilidade de a firma concluir a obra sem que os Serviços tenham intervido* [sic.] *energicamente, como parece ser a Orientação Superior"*.[389]

Às questões do Chefe do Lanço, o Guarda-rios respondeu que as obras eram *"de pequeno vulto"* e que, *"quando a firma foi autuada",* já se encontravam em *"estado adiantado",* razão pela qual ele não solicitou sua paralisação.[390]

A tréplica do Chefe-do-Lanço foi enérgica desde o início ao dizer que a resposta do Guarda-rios pecava *"por deficiências e anomalias",* que nada esclarecia o assunto e, pior, *"antes complica".*[391] Era imperativo que o Guarda-rios explicasse

> *a) por que razão não fez notificação para interrupção dos trabalhos (...);*
> *b) porque não descreveu no auto o dimensionamento da obra e nada foi dito quanto ao seu afastamento da corrente (distância entre a obra e a margem, até para se poder opinar um conceito de viabilização ou inviabilização da mesma obra).*[392]

E acusa: *"c) a alegação de volume de serviço não creio que possa justificar o silenciamento quanto ao cumprimento da circular 20/79-DHD",* que determinava que era preciso informar se as obras continuaram depois do Auto de Notificação, *"dado que tal serviço até tem prioridade sobre outros, que não tenho visto de urgência".*[393]

---

[387] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 451. 12 de novembro de 1979. P. 01.

[388] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 452. 12 de novembro de 1979. P. 01.

[389] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 451. 12 de novembro de 1979. P. 01.

[390] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço s/n° manuscrita pelo Guarda-rios. 14 de novembro de 1979. P. 01.

[391] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 456. 15 de novembro de 1979. P. 01.

[392] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 456. 15 de novembro de 1979. P. 02.

[393] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 456. 15 de novembro de 1979. P. 02.

Por fim, pede ao Guarda-rios *"d) indicar a data certa ou aproximada do início dos trabalhos"* e para *"e) esclarecer porque ainda não INFORMOU* [sic.] *se [os] trabalhos estavam ou não concluídos"*.[394]

A desconfiança sobre o trabalho do Guarda-rios, por parte do Chefe do Lanço, fica explícita quando este diz que *"estes fatos terão de ser inequivocamente esclarecidos e será inútil tentar camuflá-los ou evitar uma informação correta, clara e precisa, até porque Superiormente não será dispensada a informação real".*[395]

O tom, no mínimo, assertivo do Chefe do Lanço no comunicado ao Guarda-rios demarca muito claramente a estrutura hierárquica de cada funcionário e evidencia que sua preocupação com sua própria posição perante seus superiores em caso de incumprimento das normas estabelecidas (ou de uma interpretação diferente delas) por quem estava sob suas ordens.

Não por acaso, a resposta do Guarda-rios adotou um tom bastante ameno quando comparado ao do Chefe do Lanço. Disse que as medidas da obra foram *"juntamente com o colega do Cantão 18"* e que não foram mencionadas no auto *"por esquecimento, pelo que peço desculpas"*. Afirmou que *"a obra estava quase concluída"* e que como havia notificado a demolir, acho *"desnecessário ser mencionado cessar".* Além disso, comunicou que *"as obras deviam ter sido iniciadas entre 18 ou 19 de outubro de 79* [sic.]*"* e que *"depois do levantamento do auto",* realizado dia 22 de outubro de 1979, havia voltado ao local em 27 de outubro e as obras já se encontravam concluídas, Além disso, informou que as obras *"faceiam com a corrente/rio Ave"*.[396]

Com estas informações, o Chefe do Lanço voltou a escrever[397] ao Chefe da 2ª Secção para explicar a situação, pois este aguardava seu parecer.[398]

Neste documento fica explícito que a razão de inquirir veementemente o Guarda-rios era o fato de ser responsabilidade do Lanço embargar as obras irregulares. E nesta tarefa os Guarda-rios eram sua linha de frente: *"ainda que o Lanço desejasse cuidar do embargo da obra, não o*

---

[394] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 456. 15 de novembro de 1979. P. 02.

[395] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 456. 15 de novembro de 1979. P. 02.

[396] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 65. 19 de novembro de 1979. P. 01.

[397] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 464. 19 de novembro de 1979. P. 01.

[398] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 3076. 19 de novembro de 1979. P. 01.

poderia ter feito, ou dificilmente o poderia ter feito, porque segundo o Guarda-rios, esta desenvolveu-se e concluiu-se em curto espaço de tempo etc."[399]

Paralelamente à sua preocupação em executar as normas estabelecidas pelos Serviços Hidráulicos, o Chefe do lanço evidencia também um caráter pragmático das implicações de tal tarefa:

> *como continuo a aguardar despacho requerido ao Exmº Snr. Engº Diretor Geral sobre serviços desta natureza, por entender que é inviável aos Chefes do lanço terem de suportar de seus bolsos deslocações para instrução de processos desta natureza, somente pretenderia formalizar o auto de embargo se tal me fosse expressamente determinado (...)"*[400]

Ou seja, o custo das viagens para embargar obras recairiam sobre os funcionários e não sobre os Serviços Hidráulicos. Daí também tentar se evitar que se chegasse a esse ponto tendo como primeira medida a paralisação dos trabalhos.

Por fim, o Chefe do Lanço diz que o fato de a obra facear a corrente do rio Ave

> *à semelhança de tantas outras será de presumir inviabilização da obra, mas como a mesma se situa na 'zona non aedificandi' também, à semelhança de outros casos, a viabilização somente poderia deduzir-se depois de projeto apresentado, o que não aconteceu, também por semelhança de outros casos, seria inoportuno formalizar uma informação com esboço, etc.*[401]

Ou seja, por um lado, não era possível inviabilizar a obra, porque a Sampaio, Ferreira & Cia. não cumpriu os passos estabelecidos pelo Serviços Hidráulicos; e, por outro lado, formalizar uma Folha de Informações da obra com esta já concluída, não faria sentido.

Ao repetir monotonamente *"à semelhança de outros casos"* na descrição da situação da Sampaio, Ferreira & Cia. o Chefe do Lanço evidencia sutilmente que, na verdade, o descumprimento da legislação por parte das fábricas para realizarem obras junto aos rios era absolutamente comum, senão a regra estabelecida no própria Bacia do Ave.

---

[399] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 464. 19 de novembro de 1979. P. 01.

[400] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 464. 19 de novembro de 1979. P. 01.

[401] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 464. 19 de novembro de 1979. P. 01.

Por fim, o Chefe do Lanço sugeriu que poderia *"ser útil ou indispensável para o presente processo creio que seria boa oportunidade para os S* [Serviços Hidráulicos] *promoverem que a transgressora forneça planta de suas instalações implantadas em toda a zona dos 10,00m"*.[402]

Em "resposta" a essa sugestão, a Sampaio, Ferreira & Cia. enviou uma planta (Cf. Figura 377) que explicita sua indiferença com a fiscalização, pois além de não abranger *"o local das obras reprimidas pelo auto de 22.10.1979"*;[403] estava completamente defasada em relação à configuração estrutural do conjunto fabril em 1979, e mostrava a fábrica no que deveria ser sua composição entre 1955 e 1957.

Por esta razão, o Chefe do Lanço se viu obrigado a elaborar um *"extrato decalcado duma planta da firma"* (Cf. Figura 534).[404]

E conclui:

> *Este fato creio ser suficientemente claro e explícito para que sejam normalizados os casos em que devem ser apresentados projetos ou desenhos e aqueles que 'a prioria' poderão disso estar dispensados, mas que certamente a indústria e grandes construções nunca deveriam ser dispensadas de plantas para obras dentro da zona de jurisdição dos 10,00m ainda que para obras, como no presente caso, para ocupação da zona non aedificandi tenham de formular um projeto demonstrativo, uma vez que a prioritariamente, e como consta de vários processos, tal zona não é passível de edificações.*[405]

Portanto, para o Chefe do Lanço, as indústrias não deveriam nunca ser dispensadas de entregar plantas para qualquer obra que quisessem, mas especialmente para aquelas dentro da zona dos 10m; de modo que as licenças deveriam ser concedidas pelos Serviços Hidráulicos a partir de solicitações e projetos anteriores às construções, para que a fiscalização tivesse a oportunidade de autorizá-las ou não.

No caso do aumento da parede, entretanto, sequer se chegou a conceder licença. O caso encerrou-se com a comunicação do Chefe da 2ª Secção ao Engenheiro Diretor no início de 1980,

---

[402] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 464. 19 de novembro de 1979. P. 01.

[403] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Anotação manuscrita na planta (Figura 377).

[404] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 513. 19 de dezembro de 1979. P. 01.

[405] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço n° 513. 19 de dezembro de 1979. P. 01.

que inclusive chama de *"numerosas e confusas"* as *"considerações"* do Chefe do Lanço. Além disso, disse que *"se gastou muito tempo (...) improdutivo"* sem que se fizesse o embargo efetivamente, desconsiderando o fato de que a fábrica continuou a realizar obras mesmo tendo ordens para demolir o que já havia sido feito.[406]

As tensões, entretanto, não cessaram, pois no fim daquele mesmo ano (1980) a fábrica realizou nova solicitação que também expôs ainda mais as tensões nos Serviços Hidráulicos.

Por ocasião da construção da nova cantina na fábrica,[407] a Sampaio, Ferreira & Cia. enviou uma solicitação aos Serviços Hidráulicos e, ao contrário da prática comum, enviou também um desenho prévio da obra (Cf. Figura 536).

Entretanto, o Chefe da 2ª Secção não pode aceitá-lo porque não satisfaziam as finalidades *"em vista".*[408] Desta forma, enviou um ofício à fábrica no qual solicitava que ela enviasse também:

> *a) esboço corográfico na escala de 1/25000, com a obra assinalada;*
> *b) planta topográfica na escala 1/1000;*
> *c) perfil longitudinal do Rio Ave;*
> *d) perfis transversais da corrente, especialmente nos pontos singulares;*
> *e) planta e alçados da construção;*
> *f) pormenores referentes aos órgãos de saneamento básico e*
> *g) memória descritiva e justificativa.*[409]

Além disso, o Chefe da Secção lembrou a fábrica de que *"a faixa marginal com largura de 5,00m, é considerada 'NON AEDIFICANDI'* [sic.] *".*[410]

Após ter recebido a solicitação e o ofício,[411] o Chefe do Lanço mais uma vez manifesta sua indignação com a situação da fábrica, com as dificuldades para realizar as fiscalizações e com a leniência dos Serviços Hidráulicos em relação às transgressões.

---

[406] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Nota de Serviço nº 193. 18 de janeiro de 1980. Pp. 01-02.

[407] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Chefe da 2ª Secção. 16 de dezembro de 1980. P. 01.

[408] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Ofício nº 1719. 19 de dezembro de 1980. P. 01.

[409] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Ofício nº 1719. 19 de dezembro de 1980. P. 01.

[410] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Ofício nº 1719. 19 de dezembro de 1980. P. 01.

[411] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 2740. 19 de dezembro de 1980. P. 01.

Inicia por retomar os alertas que fez quanto aos Processos da Sampaio, Ferreira & Cia. referentes a obras que não haviam *"sido ainda legalizadas, não obstante terem sido motivo de autos de transgressão"*. Além disso, relembra que apontou os *"processos de transgressão e de legalização de obras"*.[412]

Em seguida, esclarece que o fato de os Lanços não receberem cópias das licenças passadas pela Direção dos Serviços Regionais de Hidráulica do Douro *("DSRHD")* não tornava *"viável nem praticável saber-se quais as licenças que legalizaram obras",* pois não seria possível fazê-lo *"pelas simples notas de remessa das licenças".*[413]

E, para o caso específico da solicitação da fábrica para construir a nova cantina, o Chefe do Lanço acreditava que houvesse nos Serviços Hidráulicos *("no Lanço não há como é normal e natural",* reforçou) *"uma planta geral de todo o complexo fabril e aonde seriam anotadas as transgressões praticadas, pois seria de extrema utilidade que todo e qualquer projeto quer de construção quer de complexos industriais apresentassem sempre uma planta atualizada";* o que não vinha sendo a norma.[414]

Além disso, o Chefe do Lanço afirmou que o Ofício do Chefe da 2ª Secção enviado à fábrica não levou em consideração as obras que ainda não haviam sido *"legalizadas e que foram reprimidas",* mas tratava exclusivamente da obra da cantina que seria realizada. Por esta razão, mais uma vez o Chefe do Lanço sugere ao Chefe da 2ª Secção que *"poderia ser de aproveitar a oportunidade para solicitar à firma projeto global onde fosse tentado apreciar todo o volume de obras ainda não solucionado"*.[415]

Por fim, o Chefe do Lanço ironiza a situação da Sampaio, Ferreira & Cia. perante os Serviços Hidráulicos ao levar em consideração o histórico de transgressões sistemáticas da fábrica:

> *Não será de estranhar que a interessada [Sampaio, Ferreira & Cia.] possa vir a curto prazo a iniciar a obra cuja repressão com auto de notícia pela transgressão praticada (a praticar) nada terá que mero simbolismo, quer pela modéstia da multa quer pela*

---

[412] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 2740. 19 de dezembro de 1980. P. 01.

[413] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 2740. 19 de dezembro de 1980. P. 01.

[414] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 2740. 19 de dezembro de 1980. P. 01.

[415] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 2740. 19 de dezembro de 1980. P. 01.

> *indisponibilidade ou impossibilidade de realmente impedir a obra, principalmente se ela se desenvolver na zona non aedificandi dos 5,00m, ou em zona inundável, como pode acontecer, ainda que de momento o signatário [o Chefe do Lanço] não preveja a localização precisa da obra.*
>
> *Como resulta de variados processos, continuam a consumar-se obras tecnicamente condenáveis e em desobediência às normas Superiormente determinadas e estabelecidas.*[416]

Ou seja, afirma explicitamente que não seria nenhuma surpresa se a fábrica iniciasse os trabalhos sem autorização e que viesse a ser autuada por mais essa transgressão.

E, realmente, não deve ter sido nenhuma surpresa.

Menos de um mês depois, em 07 de janeiro de 1981, a Sampaio, Ferreira & Cia. foi autuada pelo Guarda-rios por ter iniciado a obra sem licença,[417] notificada a cessar com os trabalhos e a *"desfazer todas as obras ali executadas"*[418] e multada no valor de 600$00 escudos.[419]

Uma primeira vistoria após a autuação, em 12 de janeiro de 1981, o Guarda-rios verificou que, de fato, a fábrica havia cessado os trabalhos.[420] Entretanto, não foi o que verificaram o Chefe da 2ª Secção, Sr. Fernando Carvalhal; e do Chefe do Lanço, Sr. Rodas; na companhia de um engenheiro dos Serviços Hidráulicos, Sr. Carvalho Moreira; que visitaram o local alguns dias depois, em 16 de janeiro.[421]

Dessa nova transgressão da Sampaio, Ferreira & Cia., resultou que a autuação ficou *"ultrapassada",* de modo que não foi possível realizar o embargo da obra, pois teria sido necessário lavrar nos autos de notícia e notificação.[422]

---

[416] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 2740. 19 de dezembro de 1980. P. 01.

[417] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Auto de Notícia nº 4/1981. 07 de janeiro de 1981. P. 01.

[418] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Auto de Notificação s/nº. 07 de janeiro de 1981. P. 01.

[419] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Ofício nº 46. 15 de janeiro de 1981. P. 01.

[420] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 3 (manuscrito do Guarda-rios). 12 de janeiro de 1981. P. 01.

[421] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 3 (Informação do Lanço). 22 de janeiro de 1981. P. 01.

[422] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 3 (Informação do Lanço). 22 de janeiro de 1981. P. 01; Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 14. 23 de janeiro de 1981. P. 01.

Além disso, o Chefe do Lanço traz novamente um problema constante para a fiscalização, o fato de que teriam de ser os fiscais do Lanço a pagarem as deslocações para que se realizassem embargos.:

> *Inúmeras e consecutivas vezes tem o signatário [Chefe do Lanço] informado de se considerar impossibilitado de fazer deslocações para além de 5 km da sede do lanço, quer seja para autos de embargo, quer seja para organizar processos de execução coerciva (...).*[423]

Além disso, o Chefe do Lanço informou que suas reclamações persistentes quanto à *"falta de condições para fazer deslocações"* lhe permitiria se julgar *"provisoriamente dispensado de as executar"*.[424]

Ou seja, o Chefe do Lanço chama a atenção para a responsabilidade dos seus superiores para dar condições de a fiscalização realizar seu trabalho. Ao fazê-lo, acaba por denunciar problemas internos de infraestrutura dos Serviços Hidráulicos dos quais as fábricas transgressoras se beneficiariam, pois a capacidade de atuação dos fiscais ficava reduzida.

Ciente do impacto de sua recusa em pagar pelas deslocações, o Chefe do Lanço reconheceu ser *"responsável e punível por não cumprir essas funções",* que eram *"prerrogativas do cargo"* que exercia. Entretanto, reafirmou sua posição ao dizer que *"considera que reclamando da falta de condições, requerendo que lhe sejam fornecidas, lícita e legitimamente"* lhe restava aguardar que alguma medida fosse tomada nesse sentido.[425]

Pouco menos de um mês depois, em 18 de fevereiro de 1981, o Guarda-rios novamente visitou a obra e constatou que a Sampaio, Ferreira & Cia. já havia concluído a obra de elevação da parede *"junto à corrente"* tendo, inclusive, finalizado a *"cobertura do telhado"*.[426]

E tendo em vista que a obra já estava concluída, o Chefe do Lanço sugeriu que *"talvez fosse oportuno coagir a empresa a fazer um muro de concordância com o prédio de jusante para*

---

[423] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 14. 23 de janeiro de 1981. P. 01.

[424] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 14. 23 de janeiro de 1981. P. 01.

[425] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 14. 23 de janeiro de 1981. P. 02.

[426] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 8 (manuscrito do Guarda-rios). 18 de fevereiro de 1981. P. 01.

que águas fortes" não aumentassem *"a fenda nele existente, além de que "bom seria que parte de um antigo açude fosse retirado para melhor escoamento da água"*.[427]

Pressionado pelo Engenheiro Diretor dos Serviços Hidráulicos a dar explicações sobre o porquê de a obra ter sido finalizada a despeito das ordens de paralisação e demolição e a cumprir tais ordens efetivamente, o Chefe da 2ª Secção pressionou, por sua vez, o Chefe do Lanço.

Este, porém, não aceitou para si exclusivamente a responsabilidade pela continuidade da transgressão da Sampaio, Ferreira & Cia. Primeiro, porque reiterou considerar-se *"legitimamente (...) disciplinarmente dispensado de deslocações para atuação (...) enquanto, já desesperadamente" aguardava o "despacho do que persistentemente"* havia *"reclamado e recorrido"* para que lhe fosse dado verba para as viagens.[428]

Em segundo lugar, porque a responsabilidade recaía também diretamente sobre o Chefe da 2ª Secção justamente porque ele havia ido com o Chefe do Lanço à fábrica para visitar a obra em 16 de janeiro de 1981 e poderia ter ele próprio notificado a fábrica:

> *Para a fiscalização não é nada eficiente, e para os Srs. não será nada dignificante, nem prestigiante, que tendo sido feita (...) uma inspeção ao local e ao assunto (...) não tenha a firma interessada* [Sampaio, Ferreira & Cia.] *atempadamente sido informada e esclarecida do que poderia ou deveria fazer, certamente até porque a diligência efetuada não terá deixado de ser feita a instâncias suas;*
> *Realmente não deixaria de ser da maior utilidade que face a diligência efetuada a firma fosse esclarecida, seriamente elucidada das penalidades em que estava incursa e até aconselhada a paralisar os trabalhos.*[429]

E então, o Chefe do Lanço faz um comentário que põe em causa o profissionalismo e a honestidade dos seus superiores:

> *Não o fazer* [ou seja, esclarecer a Sampaio, Ferreira & Cia. na ocasião da vistoria conjunta] *e determinar passados 10 dias o embargo dos trabalhos até pode ser considerado ou para dar tempo a que a firma ultime os trabalhos ou então para*

[427] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 3 (Informação do Lanço). 18 de fevereiro de 1981. P. 01.

[428] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 62. 11 de março de 1981. P. 01.

[429] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 62. 11 de março de 1981. P. 01.

apresentar os agentes da fiscalização, neste caso o Chefe do Lanço, como esbirro policial;[430]

Por um lado, portanto, acaba por acusar seus superiores, em especial o Chefe da 2ª Secção, não apenas de leniência, mas de conivência tácita para com as transgressões da fábrica; que, após pagar a multa devida, poderia ter suas obras legalizadas pelos Serviços Hidráulicos, como há muitos anos ocorria. Por outro lado, acaba por acusar o Chefe da 2ª Secção de desviar a função dos fiscais que seriam transformados em oficiais de justiça.

Por todas estas razões e hipóteses, o Chefe do Lanço declinava qualquer responsabilidade por não ter formalizado o embargo da obra.[431]

Após receberem as explicações do Chefe do Lanço,[432] tanto o Engenheiro Diretor quanto a, aparentemente, Divisão de Conservação fizeram seus pareceres. Para o Srs.(as) J. Monteiro e A. Freitas, ambos da Divisão de Conservação, a obra não obedecia às condições exigidas para poder ser licenciada.[433]

Além disso, A. Freitas julgou *"não ser prática recomendável deixar-se as obras reexecutadas, colocando os Serviços* [Hidráulicos] *perante fatos consumados e manietadas para fazerem respeitar as leis em vigor".* Para que isso não voltasse a se repetir, portanto, os Serviços Hidráulicos deveriam *"fazer um esforço - que legalmente lhes é exigido - para agirem em tempo oportuno e assim evitarem situações deste gênero"*.[434]

Pode-se inferir que os *"esforços"* a que se refere A. Freitas são, possivelmente, os pagamentos dos custos das viagens pelos Chefes dos Lanços, se assim fosse necessário; pois era uma obrigação legal que lhes cabia. Sutilmente, portanto, acusa o próprio Chefe do Lanço de cometer, ele próprio, uma transgressão das funções de fiscal que acabava por deixar os Serviços Hidráulicos de mãos atadas perante as transgressões das fábricas.

---

[430] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 62. 11 de março de 1981. Pp. 01-02.

[431] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 62. 11 de março de 1981. P. 02.

[432] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 452. 13 de março de 1981. P. 01.

[433] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Parecer de A. Freitas. 25 de março de 1981. P. 01; Informação nº 246/1981 da Direção de Conservação, assinado por J. Monteiro. 19 de março de 1981. P. 01.

[434] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Parecer de A. Freitas. 25 de março de 1981. P. 01

Ou seja, ignora-se o papel dos Serviços Hidráulicos em dar as condições solicitadas e coloca-se sobre os ombros dos fiscais obrigação de coibir as transgressões sob quaisquer condições, pois eles próprios estariam submetidos à lei.

Não por acaso, afinado com o parecer de A. Freitas, o despacho de A. Gonçalves reforça a ideia de que foi *"a fiscalização que não atuou com a devida antecedência e oportunidade",* embora reconheça que a Câmara Municipal não devia licenciar obras *"sem o prévio parecer"* dos Serviços Hidráulicos, como a própria lei estipulava.[435] No mesmo sentido, a Informação de J. Monteiro, afirmou tacitamente que fora a *"deficiente fiscalização (...) que permitiu que uma obra em condições hidráulicas inconvenientes atingisse um 'adiantado estado de construção'".*[436]

Para a Direção de Conservação, portanto, as transgressões somente ocorreram porque a fiscalização não agiu em conformidade com a lei e não porque a Sampaio, Ferreira & Cia. transgrediu duplamente ao iniciar a obra sem licença e, mesmo depois de autuada, ter dado continuidade a ela. Tal posicionamento evidencia a normalização das situações de transgressão das fábricas mesmo depois de terem sido notificadas a cessar com as obras ou até a desfazê-las.

O parecer de A. Freitas, o despacho de A. Gonçalves e a informação de J. Monteiro são de datas posteriores ao posicionamento do próprio Engenheiro Diretor sobre a obra e sobre a transgressão da Sampaio, Ferreira & Cia. Ao contrário dos membros da Divisão de Conservação, ele não entrou no mérito da fiscalização; antes preocupou-se com a obra em si e sua conclusão é surpreendente.

Primeiro, afirmou entender que a obra não deveria ser licenciada.[437]

Em seguida, entretanto, disse ter levado em conta o fato de que a obra se encontrava *"em adiantado estado de construção";* que ela não seria *"atingida pelas cheias";* que se tratava *"de uma obra de interesse social",* pois seria *"destinada à cantina de 1700 operários";* e que a obra não atrapalharia *"a passagem da fiscalização nem de máquinas para eventuais operações de limpeza".*[438]

---

[435] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Parecer de A. Gonçalves. 25 de março de 1981. P. 01

[436] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Informação nº 246/1981 da Direção de Conservação, assinado por J. Monteiro. 19 de março de 1981. P. 01.

[437] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Informação nº 127/81/DSRHD. 09 de março de 1981. P. 01.

[438] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Informação nº 127/81/DSRHD. 09 de março de 1981. P. 01.

A conclusão do Engenheiro Diretor, portanto, foi de que a obra não deveria ser demolida e, de forma surpreendente, propôs que ela deveria ficar *"na situação clandestina perante os Serviços* [Hidráulicos] *"*.[439]

Ou seja, sequer seria regularizada a obra ou concedida a licença. E, com isso, todas as autuações fizeram-se nulas, assim como o próprio trabalho da fiscalização. Tal situação não apenas colocou em xeque o papel dos fiscais como evidenciou que a leniência dava lugar à conivência para com as transgressões.

Não foi por acaso, portanto, que a Divisão de Conservação colocou a responsabilidade pelo desfecho da situação nos ombros dos fiscais, que não teriam cumprido suas obrigações, pois seria uma forma de justificar a decisão oficial de manter a obra da Sampaio, Ferreira & Cia. na irregularidade com a ciência e o beneplácito do poder público.

Esse evidente "fechar de olhos oficial" para as transgressões da Sampaio, Ferreira & Cia. não passaria incólume às críticas do Chefe do Lanço, quando este soube dos apontamentos da Divisão de Conservação e da decisão do Engenheiro Diretor.

No seu mais longo comunicado (cinco páginas), o Chefe do Lanço, Sr. Rodas, não apenas se defendeu das acusações de não ter cumprido a tarefa de embargar a obra, como denunciou a regularidade do excesso de tolerância com as transgressões das fábricas pelos Serviços Hidráulicos.

Ao responder à acusação de que *"a fiscalização não atuou com a devida antecedência e oportunidade",* recordou que a Lei Geral dos Serviços Hidráulicos conferia *"direito a subsídios pelas deslocações efetuadas"* sempre que superassem a distância de 5 km da sede do Lanço e que ainda esperava decisão superior sobre o pagamento das viagens. Precisamente por esta razão, ele somente atuou em localidades cuja distância não fossem maiores que o limite de 5 km, como atestavam os 121 Processos agendados até então.

Por isso reforçou que continuava *"a considerar ilegítimo e mesmo abusivo poder ser forçado a custear de seu bolso, por tempo indeterminado e mesmo definitivamente, tais*

[439] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Informação nº 127/81/DSRHD. 09 de março de 1981. P. 01.

deslocações". Posição essa, da qual ele *"pacificamente"* não tinha intenção de retirar-se, apesar de *"ameaças"* que recebera após reunião realizada em 30 de maio de 1980, conforme relatou.[440]

Ao explicar novamente sua perspectiva, o Chefe do Lanço não deixou explicitar sua desconfiança, inclusive, sobre os motivos dos procedimentos adotados por seus superiores face à situação da obra da Sampaio, Ferreira & Cia.

O Chefe do Lanço começou por questionar o fato de que o custo das deslocações deveria ser pago pelas empresas autuadas e repassados ao Lanço, o que não ocorreu, particularmente, no caso da Sampaio, Ferreira & Cia.[441]

Em seguida, questionou o porquê de a data da vistoria em que ele participou juntamente com o Chefe da 2ª Secção e com o Engenheiro Carvalho Moreira, foi marcada, *"curiosamente"*, para o mesmo dia em que o Guarda-rios avisou que a Sampaio, Ferreira & Cia. continuava a trabalhar na obra, mesmo após ter sido autuada:

> *Desconhecidas e ignoradas as causas e formalismos que determinaram ou justificaram tal diligência, isso não pode impedir de considerar que a mesma, à semelhança de outras, terá sido realizada com desrespeito do legalmente estabelecido pelo artigo 4º, considerando ao preâmbulo do Decreto 12.445 de 29/09/1926, pois que "aos particulares e não ao Estado devem caber os encargos de vistorias e demais diligências".*[442]

E acrescenta que quando o Engenheiro da fábrica estava no Lanço, após o auto de notícia, informou-lhe *"da repressão de que poderia ser exercida sobre a firma",* o embargo em si; e que este só não ocorreria por ordem superiores.[443]

Por esta razão, não seria *"assim irracional admitir que face a tal, a firma tenha diligenciado prosseguir com a obra* [como constatou o Guarda-rios no dia 12 de janeiro de 1981] *e procurado evitar o embargo, o que evidentemente conseguiu".* Seu alerta à Sampaio, Ferreira & Cia., sobre

---

[440] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 209. 23 de julho de 1981. P. 01.

[441] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 209. 23 de julho de 1981. Pp. 01-02.

[442] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 209. 23 de julho de 1981. P. 02.

[443] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 209. 23 de julho de 1981. P. 02.

as *"penalidades"* que poderia sofrer, teria sido em função da *"lealdade e respeito pelas leis e instruções recebidas",* ao contrário do que sugeriam as observações da Divisão de Conservação.[444]

Ele estranhou, porém, que na ocasião da vistoria do dia 16 de janeiro de 1981, na qual o Chefe da 2ª Secção, a quem o Chefe do Lanço dirigia a palavra, *"não se tenham prestados à firma os esclarecimentos necessários, já que por as obras nesse dia não estarem em curso não poderiam ser embargadas"*.[445]

Além disso, não foi *"nada eficiente que, posteriormente, a firma não tenha concreta e objetivamente sido elucidada do que houvesse por conveniente, e que quase passado um mês dessa diligência",* em 12 de fevereiro de 1981, tenha sido *"determinado ou transmitido ao Lanço"*, em 18 de fevereiro de 1981, que se embargasse, apesar de este já ter avisado que a obra estava concluída; e que se voltasse a insistir no mesmo em 26 de fevereiro de 1981.[446]

Dito isto, o Chefe do Lanço expõe sua percepção sobre a situação dos Serviços Hidráulicos perante as transgressões fabris:

> *a repressão a obras sem licença, praga que parece afligir muitos departamentos estatais e também das autarquias, para ser atenuada, tem que ser exercida e praticada com real e efetiva prontidão, inconciliáveis com a falta de recursos e de meios e mesmo de esclarecimentos, e certamente que a repressão com embargos, até pelo longo espaço de tempo que as pretensões apresentadas aos Serviços gastam em serem apreciadas deveria ser praticada com moderação.*[447]

Ou seja, para o Chefe do Lanço, os Serviços Hidráulicos eram carentes de recursos para a aplicação da legislação e demoravam muito tempo para dar seus pareceres às fábricas. Por um lado, ele sugeriu que explicou que as falhas na fiscalização advinham da falta de recursos ou de cumprimento dos procedimentos estabelecidos; por outro, sugeriu a demora dos Serviços Hidráulicos em analisar as solicitações das empresas como uma das causas para que elas burlassem a lei com tanta frequência.

---

[444] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 209. 23 de julho de 1981. P. 02.

[445] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 209. 23 de julho de 1981. P. 03.

[446] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 209. 23 de julho de 1981. P. 03.

[447] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 209. 23 de julho de 1981. P. 04.

Além disso, o Chefe do Lanço mostra que o procedimento de colocar as obras irregulares na clandestinidade perante os Serviços Hidráulicos, como fez o Engenheiro Diretor, não era tão incomum, como pode parecer, ao dizer que vinha *"sendo muito usual remeter para a clandestinidade muitos processos por obras ilegalmente feitas, depois para os mesmos serem exigidos projetos, plantas, etc."*[448]

Esse procedimento, como já evidenciado, apenas beneficiava as fábricas transgressoras, pois *"os contraventores mediante o pagamento de uma multa de 600$00* [escudos] c*onseguem ver arquivados seus processos e regularizadas as suas situações".* Por isso era *"inútil e desprestigiante que a fiscalização ande a insistir com eles para antecipadamente legalizarem a situação".* E, como consequência, *"os agentes de fiscalização acabaram por serem desautorizados, pois com o pagamento da multa, quando esta é paga tudo vai se diluindo".* E nos casos de entulhos jogados aos rios esta situação tornava-se *"assaz aberrante", "pois aí, muito lucram os transgressores, em utilizarem as correntes de preferência a deslocarem os entulhos para maiores distâncias".*[449]

Por fim, o Chefe do Lanço afirmou ironicamente que *"pretender culpabilizar a fiscalização pelo volume de obras clandestinas que se processam seria tão absurdo como culpabilizá-la pela poluição das correntes públicas".* E conclui: *"a suavidade das medidas repressivas e o irrealismo para a sua aplicação poderão ser causas palpáveis, mas não únicas de tanta contravenção que impunemente prevalece".*[450]

Encaminhado ao Engenheiro Diretor,[451] a explicação do Chefe do Lanço nunca foi debatida ou questionada, tendo o Processo sido arquivado em 1985.[452]

Transgressões como as da Sampaio, Ferreira & Cia., por um lado, expunham lacunas procedimentais e os conflitos de interpretação sobre as formas de se aplicar a lei que geravam tensões internas nos próprios Serviços Hidráulicos. As palavras do Sr. Rodas, o Chefe do Lanço, transmitem um certo senso de justiça e urgência perante as transgressões, mas também de

---

[448] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 209. 23 de julho de 1981. P. 04.

[449] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 209. 23 de julho de 1981. P. 04.

[450] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 209. 23 de julho de 1981. P. 04.

[451] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 1266. 06 de agosto de 1981. P. 01.

[452] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Nota de Serviço nº 1266, anotação manuscrita 06 de agosto de 1981. P. 01.

impotência, como funcionário que era, perante as disputas entre poderes público e privados. Não por acaso, o Chefe do Lanço pressionou veementemente o Guarda-rios em outra ocasião, dois anos antes; ele próprio sofria pressão de seus superiores que, por sua vez, também ignoravam suas reivindicações.

Por outro lado, os conflitos entre interesses públicos e privados evidenciados nos processos da Sampaio, Ferreira & Cia., revelam a extensão de sua influência e poder, de tal modo que a fábrica se permitia descumprir normas estabelecidas pela lei, certa de que se resolveria com o pagamento de multas e com a legalização das obras. Foi precisamente essa situação que o Chefe do Lanço, Sr. Rodas, expôs e denunciou em diferentes ocasiões.

Além disso, os processos demonstram que as transgressões fabris eram comuns e que os Serviços Hidráulicos estavam sempre autuando, multando e legalizando obras sem licença, mesmo que estas ferissem explicitamente a legislação. Assim, as transgressões da Sampaio, Ferreira & Cia. acabavam por sobrepor o interesse privado da fábrica ao bem público e faziam do seu capital financeiro um instrumento para burlar a legislação por meio do pagamento de multas. Tais práticas, porém, não eram exceções nem se resumiram aos anos de trabalho do Sr. Rodas, mas estiveram na gênese do crescimento industrial da Sampaio, Ferreira & Cia. e da industrialização da Bacia do Ave.

2.2. Tensões e embates na primeira metade do século XX.

Em 1909, por ocasião da construção da Central Hidroelétrica do Amieiro Galego, a então 2ª Secção (Braga) da Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos recebeu uma reclamação do Sr. José da Costa Ribeiro Guimarães contra a construção do açude que serviria à Central porque interferiria com o seu próprio, que se localizava acima e movia suas moendas.[453] A reclamação, entretanto, em nada resultou, pois o então Chefe de Conservação, Sr. Bernardino Manuel Pinheiro, demonstrou que o açude da Sampaio, Ferreira & Cia. não interferiria no açude do *"reclamante",* de modo que não havia, portanto, *"direitos alguns ofendidos com as obras projetadas"* pela fábrica.[454]

[453] Archiv-Ave. Proc. 81/1909, pasta 1. Nota de Serviço nº 47. 19 de maio de 1909. P. 01.

[454] Archiv-Ave. Proc. 81/1909, pasta 1. Nota de Serviço nº 47. 19 de maio de 1909. P. 02.

Na verdade, o próprio Sr. José da Costa Ribeiro Guimarães não tinha *"a certeza de que a conclusão das obras"* viesse *"resultar qualquer prejuízo para as suas moendas"* nem o próprio Sr. Bernardino Manuel Pinheiro podia conhecer *"de um modo positivo e concludente o efeito do refluxo acima da cota mínima das águas da represa, por ser um estudo deveras complexo, sujeito a múltiplas circunstâncias".* Portanto, restaria ao *"reclamante somente em vista esperar pelos efeitos da conclusão das obras a fim de fazer valer os seus direitos, pelos meios legais, quando daí lhe passar a resultar qualquer prejuízo"*.[455] Dessa forma, para o Sr. Bernardino Manuel Pinheiro, a reclamação não deveria impedir a construção do açude pela Sampaio, Ferreira & Cia.[456]

Entretanto, outro aspecto que a reclamação contemplava dizia respeito ao fato de a obra ter sido iniciada sem as devidas licenças:

> *Quanto à parte da reclamação que diz achar-se a obra já adiantada, é verdade que a firma requerente há muito tinha iniciado a construção do canal e casa de turbinas que ficam muito fora daquela margem, e ultimamente, depois de apresentar o pedido de licença e de correr o inquérito, desenvolveu os trabalhos até o açude por ter já toda a pedra aparelhada e querer aproveitar a quadra atual.*[457]

Por ter iniciado as obras sem licença, a Sampaio, Ferreira & Cia. foi *"autuada e intimada a pagar multa respectiva, bem como suspender a obra do açude até ser legalmente autorizada"*.[458] Tendo assumido *"prontamente o delito",* a fábrica alegou *"boa-fé, visto estar harmonizada com todos os proprietários marginais a quem previamente havia comprado todos os terrenos banhados pela represa até o último açude superior"*.[459]

Ou seja, para a fábrica, sua boa-fé se justifica por estar em harmonia com outros interesses privados, com os direitos de propriedade dos vizinhos, de quem, por sinal, comprou os terrenos e que não poderiam mais reclamar das obras, a não ser o Sr. José da Costa Ribeiro

[455] Archiv-Ave. Proc. 81/1909, pasta 1. Nota de Serviço n° 47. 19 de maio de 1909. P. 03.

[456] Já em 1° de junho de 1909 o Sr. Bernardino Manuel Pinheiro apresentou a desistência da relação do Sr. José da Costa Ribeiro Guimarães, pois este já se dizia "convencido de que as obras projetadas pela firma requerente [Sampaio, Ferreira & Cia.] nenhum prejuízo podem causar aos seus direitos como proprietário que é". Archiv-Ave. Proc. 81/1909, pasta 1. Nota de Serviço n° 59. 01 de junho de 1909. Pp. 01-02.

[457] Archiv-Ave. Proc. 81/1909, pasta 1. Nota de Serviço n° 47. 19 de maio de 1909. P. 04.

[458] Archiv-Ave. Proc. 81/1909, pasta 1. Nota de Serviço n° 47. 19 de maio de 1909. P. 04.

[459] Archiv-Ave. Proc. 81/1909, pasta 1. Nota de Serviço n° 47. 19 de maio de 1909. P. 05.

Guimarães. Para a fábrica, pouco importava a existência de normas públicas que estabelecessem a ordem de execução de obras em zonas fluviais. Era importante adiantá-las o máximo possível.

Um contraste entre as práticas da empresa em relação às normas públicas diz respeito à preservação dos peixes do rio Ave. Era obrigatório que os açudes tivessem obrigatoriamente escadas que possibilitassem a subida dos peixes contra a corrente, algo que a Sampaio, Ferreira & Cia. cumpriu à risca quando da construção do açude na Central do Amieiro Galego. O Sr. Bernardino Manuel Pinheiro salienta que o projeto estabelecia

> *a escada para a subida do peixe com uma inclinação de 30%, o que permite a maior facilidade de acesso a todas as espécies daquela corrente, tendo os degraus a concavidade necessária para conter a porção d'água suficiente à vida dos seres durante o percurso de ascensão.*[460]

Em contrapartida, essa mesma preocupação é descartada quando se observa que já em 1916 a fábrica possuía autos de transgressão sobre a poluição do rio Ave. Ainda que inexistam documentos anteriores, não seria equivocado supor que essa prática já estava estabelecida desde a instalação da empresa em Riba d'Ave, vinte anos antes.

Naquele ano de 1916, a Sampaio, Ferreira & Cia. recebeu duas intimações judiciais: a primeira, para *"não lançar na corrente do rio quaisquer objetos nocivos à salubridade pública, à vegetação das margens e à existência do peixe, proveniente da exploração da sua indústria ou doutros quaisquer causas"*.[461] A segunda, para *"remover para fora do alcance das cheias ordinárias todos os resíduos de carvão e outros materiais que possam ser facilmente arrastados pelas águas, devendo deixar o leito e passagem perfeitamente limpos até a largura de três metros"*.[462]

Ou seja, até então, cumpria-se à risca a legislação que poderia cessar, ainda que temporariamente, a atividade industrial, como a paralisação ou mesmo demolição de obras junto ao rio Ave; mas, tendo em vista que jogar dejetos no rio levariam apenas às multas, optava-se por descumprir as normas estabelecidas.

---

[460] Archiv-Ave. Proc. 81/1909, pasta 1. Nota de Serviço n° 61. 05 de junho de 1909. P. 01.

[461] MIT. 1° Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos. Intimação de infração ao artigo n° 290. 20 de junho de 1916. P. 01.

[462] MIT. 1° Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos. Intimação de infração ao artigo n° 282. 20 de junho de 1916. P. 01.

Foi precisamente isso que aconteceu em 1947, quando a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. foi autuada pelo Cabo José de Freitas, da Guarda Nacional Republicana, por ter deixado escorrer no rio Ave *"tanques com água de cloreto" que acabou "originando a destruição de grande quantidade de peixes"*[463] *"de diversos tamanhos"*.[464]

Segundo depoimento do Cabo, em 19 de julho de 1947 havia chegado ao seu *"conhecimento que no rio Ave (...) boiava à tona da água, grande quantidade de peixes de diversos tamanhos, uns já mortos e outros atordoados".* Decidiu, então, tomar *"as necessárias diligências no sentido de averiguar o motivo a que isso tinha dado causa".* O Cabo descobriu que *"o motivo foi o esvaziamento para o rio de grande porção de água de cloreto de uns tanques da fábrica de fiação e tecidos pertencente à firma industrial Sampaio, Ferreira & Companhia Limitada".*[465]

A descoberta da causa se deu graças a ter interrogado alguns operários tintureiros da fábrica: João Marinho, 32 anos, casado, residente de Riba d'Ave, natural de Regadas (Concelho de Fafe), filho de Antonio Marinho e de Deolina Alves; Henrique Machado, 27 anos, solteiro, residente e natural do lugar de Monte Baixo (Freguesia de Riba d'Ave), filho de José Machado de Abreu e de Antônia de Araújo; e Joaquim Faria de Sousa, 42 anos, casado, residente do lugar de Linhares (Freguesia de Oliveira de São Mateus), natural da Freguesia de Oliveira (Santa Maria, Concelho de Vila Nova de Famalicão).[466]

Os três operários disseram que naquele dia 19 de julho de 1947,

> *três tanques cheios de água com a dose precisa de cloreto para a aplicação dos respectivos banhos na obra, o tubo de esgoto dos referidos tanques, que é de chumbo, rebentou, esvaziando-se os referidos tanques e por cujo desastre não poderiam evitar que alguma dessa água fosse ter ao rio.*[467]

O Auto de Notícia foi lavrado em setembro, quase dois meses após o vazamento e nele constam informações diferentes das que foram fornecidas pelo Cabo posteriormente: primeiro, o

---

[463] Archiv-Ave. Proc. 530/1947. Nota de Serviço n° 262. 21 de julho de 1947. P. 01.

[464] Archiv-Ave. Proc. 530/1947. Nota de Serviço n° 1166. 26 de julho de 1947. P. 01.

[465] Archiv-Ave. Proc. 530/1947. Depoimento do Cabo José de Freitas ao Engenheiro Chefe da 3ª Secção (Viana do Castelo) da 1ª Direção Hidráulica do Douro. 30 de novembro de 1947. P. 01.

[466] Archiv-Ave. Proc. 530/1947. Depoimento do Cabo José de Freitas ao Engenheiro Chefe da 3ª Secção (Viana do Castelo) da 1ª Direção Hidráulica do Douro. 30 de novembro de 1947. Pp. 01-02.

[467] Archiv-Ave. Proc. 530/1947. Depoimento do Cabo José de Freitas ao Engenheiro Chefe da 3ª Secção (Viana do Castelo) da 1ª Direção Hidráulica do Douro. 30 de novembro de 1947. P. 02.

Auto afirma que o ocorrido se deu *"pelas nove horas do dia 06 de setembro de 1947";* e depois diz que a Sampaio, Ferreira & Cia. estava sendo autuada por *"descuido"* de terem deixado *"escorrer as tintas de sua fábrica para a corrente originando a morte de algumas dezenas de peixes, com a referida substância nociva à vida dos mesmos"*.[468]

Já em 09 de setembro, o Guarda-Rios que lavrou o Auto de Notícia, Sr.José Antonio Martins Antonoa, afirmava que a fábrica estava disposta a *"pagar a multa que lhe foi imposta",* mas que não havia conseguido entregar a notificação porque a fábrica estava *"em férias (parada)",* não tendo, portanto, *"a quem dirigir"*.[469]

Para a aplicação da multa utilizaram-se os artigos 1° e 2° da Lei 1083 de 08 de dezembro de 1920.[470]

O artigo 1° da lei 1083 dizia que seria

> *punido com prisão correcional nunca inferior a 3 meses, e multa nunca inferior a 90$, todo aquele que pescar com dinamite, ou qualquer outro explosivo, ou com sulfato de cobre, ou qualquer substância venenosa com que se mata o peixe.*[471]

Ou seja, o vazamento da água de cloreto enquadrava-se como a *"substância venenosa"* que ameaçava a vida da fauna fluvial.

Por sua vez, o artigo 2° tratava da distribuição dos valores da multa aplicada, sendo *"uma terça parte das multas cobradas em cumprimento da presente lei pertencerá a quem der, em juízo, ou perante a autoridade administrativa, conhecimento ou participação do fato criminoso";*[472] ou seja, o primeiro terço seria pago ao Cabo José de Freitas, da Guarda Nacional Republicana.

O segundo terço da multa deveria ser *"entregue às instituições de assistência e beneficência de cada Concelho em cuja área tenham sido cometidos os crimes, preferindo os hospitais; e a terça parte restante pertencerá ao Estado"*.[473] O Estado estava representado pela

---

[468] Archiv-Ave. Proc. 530/1947. Auto de Notícia n° 56. 09 de setembro de 1947. P. 01.

[469] Archiv-Ave. Proc. 530/1947. Nota de Serviço n° 326. 09 de setembro de 1947. P. 01.

[470] Archiv-Ave. Proc. 530/1947. Guia n° 59. 11 de novembro de 1947. P. 01.

[471] DRE. Diário do Governo. 08 de dezembro de 1920. Série I, n° 249. P. 01.

[472] DRE. Diário do Governo. 08 de dezembro de 1920. Série I, n° 249. P. 01.

[473] DRE. Diário do Governo. 08 de dezembro de 1920. Série I, n° 249. P. 01.

própria Direção Hidráulica do Douro, já as *"instituições de assistência e beneficência",* nesse caso concreto, acabaram por se referir ao Hospital Narciso Ferreira.

Ou seja, o terço da multa imposta à fábrica da família Ferreira foi pago ao Hospital Narciso Ferreira, também por ela administrado. Tal situação coloca ainda mais em evidência a concentração de poder da família Ferreira em Riba d'Ave, pois uma multa imposta à família Ferreira por uma instituição pública, em função de uma transgressão a um bem público, o rio Ave; acabou por ser, ainda que em parte, paga a uma instituição cujo controle estava na própria família.

Por fim, em 28 de outubro de 1947 a Sampaio, Ferreira & Cia. *"liquidou a multa (...) e o terço respeitante ao autuante"* e *"em conformidade com o artigo 2º da Lei 1083 foi entregue ao Hospital de Riba d'Ave a quantia de 60$00".* Com isso, e *"em virtude de se tratar duma transgressão por acidente"* o Processo foi arquivado.[474]

Também chama a atenção no Auto de Notícia uma indicação que dizia que a Sampaio, Ferreira & Cia. *"não é reincidente"*.[475] Tal afirmação é dúbia, pois ignora a intimação judicial de 1916, por exemplo; e porque apenas atesta que a fábrica não havia sido autuada anteriormente, o que não significa que ela que não tivesse provocado algum dano ao rio Ave.

Entretanto, como a lei utilizada para penalizar a fábrica era de 1920, ou seja, posterior à intimação judicial de 1916, pode ser que se refira ao fato de ser a primeira ocorrência baseada nessa lei. O que não significa, porém, que casos de poluição no rio por parte da Sampaio, Ferreira & Cia. não tivessem ocorrido; significando apenas que ela não foi autuada ou que casos como esse não foram denunciados.

2.3. A poluição do rio Ave.

Segundo Cordeiro & Costa (2016, p. 328), *"a concentração das unidades ligadas à fileira têxtil foi, sem dúvida, a principal responsável pelos impactes nocivos no ambiente fluvial,*

[474] Archiv-Ave. Proc. 530/1947. Nota de Serviço nº 375. 22 de novembro de 1947. P. 01.

[475] Archiv-Ave. Proc. 530/1947. Auto de Notícia nº 56. 09 de setembro de 1947. P. 01.

assumindo-se, claramente, como um problema à escala regional".[476] Por esta razão, era *"com as unidades industriais de maiores dimensões, que a fiscalização tenta atuar duma forma mais efetiva"* no controle da poluição (Costa F. , 2007, p. 741).

Porém, em se tratando da Sampaio, Ferreira & Cia., a mesma eficácia não parece ter existido com as obras estruturais à margem do rio Ave, pois, entre os processos de 1915 e de 1945,[477] a fábrica realizou, durante trinta anos, alterações significativas que passaram incólumes aos olhos dos mesmos órgãos fiscalizadores.

Posteriormente ao Processo de legalização das obras realizadas entre 1915 e 1945, cuja demora excedeu dez anos,[478] ao que tudo indica, a fiscalização sobre a fábrica ficou um pouco mais intensa, dando origem a diversos Processos, a partir da década de 1950, nos quais se observam transgressões quanto à realização de obras sem a devida autorização dos Serviços Hidráulicos.

Ainda assim, ocorriam casos, como o do Processo 1159/1952,[479] nos quais a Sampaio, Ferreira & Cia. solicitou licença para ampliar as instalações industriais[480] já com as obras em andamento e que, pela demora, acabou por se tornar um Processo de legalização de uma obra já construída, pois havia sido finalizada em 1954.[481] Por esse motivo, ela foi autuada e bastou-lhe pagar a multa[482] para receber o alvará.[483]

Geralmente, constavam nas condições dos alvarás que as obras deveriam ser executadas segundo a demarcação realizada pelos Serviços Hidráulicos e que não poderiam atrapalhar o *"livre curso das águas",* devendo ser deixada *"uma servidão marginal no interesse geral da pesca,*

---

[476] Segundo Mumford a poluição foi um problema comum ao processo de industrialização. As margens dos rios passaram a ser ocupadas pelas fábricas *"pois grandes quantidades de água eram agora necessárias, no processo de produção, para abastecer as caldeiras da máquina, resfriar as superfícies quentes, preparar as soluções necessárias e tintas químicas",* mas também para depositar detritos industriais, o que ocasionou o *"envenenamento da vida aquática, destruição de alimentos, poluição da água, que passava assim a ser imprópria para banhos".* (Mumford, 1970, p. 161; Mumford, 1961, p. 459).

[477] Archiv-Ave. Proc. 171/1915 e 353/1945.

[478] Archiv-Ave. Proc. 353/1945. Alvará de Concessão. 29 de dezembro de 1956.

[479] Cf. Parte 4, Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1945-1957).

[480] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Comunicado da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Engenheiro Diretor da Direção Hidráulica do Douro. (assinatura ilegível) 09 de dezembro de 1952. P. 01.

[481] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Edital 07 de maio de 1955. P. 01

[482] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Folha de Informação nº107/1955. 11 de maio de 1955. P. 01

[483] Archiv-Ave. Proc. 1159/1952. Alvará de Licença nº 941. 27 de julho de 1957

fiscalização e polícia da corrente", na qual não se deveriam derramar *"outras águas que não sejam exclusivamente pluviais"*.[484] No entanto, estas duas condições foram ignoradas em mais de uma ocasião pela fábrica.

No ano de 1964, por exemplo, quando a Sampaio, Ferreira & Cia. foi autuada por ter lançado *"entulho na margem esquerda do rio Ave"*.[485] O Processo não indica se a fábrica resolveu o problema, retirando o entulho; apenas informa que ela pagou uma multa de 64$00 escudos.[486]

Outras vezes, porém, transgressões por construções sem licença acabavam por denunciar a poluição do rio Ave e geravam Processos que tratavam de ambas as questões ao mesmo tempo, como no caso do Processo 313/1961, que especificava a obra de um alpendre, em cuja Folha de Informação consta uma observação do Chefe da 2ª Secção de que a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. continuava *"a lançar esgotos industriais à corrente"*.[487]

O mesmo ocorreu no Processo 687/1962, pelo qual a Sampaio, Ferreira & Cia. fez uma solicitação para legalizar alguns grupos de *"moto-bombas elétricos instalados na margem esquerda do rio Ave, no local junto ao açude da Tinturaria"* que eram usados para a *"elevação da água do rio e laboração da sua Fábrica Têxtil ali instalada: 2 bombas de 4" com motores de 7 HP* [e] *3 bombas de 3,5" com motores de 6 HP"*.[488] Alguns dias depois, em 17 de agosto de 1962, o Guarda-rios Manuel António Dias anexou à solicitação um *"esboço topográfico"* não muito apurado (Figura 545).

[484] Archiv-Ave. Proc. 928/1963. Alvará de Licença nº 144. 05 de fevereiro de 1964. P. 01.

[485] Archiv-Ave. Proc. 324/1964. Auto de notificação nº 50. 01 de junho de 1964. P. 01.

[486] Archiv-Ave. Proc. 324/1964. Comunicado da Sampaio, Ferreira & Cia. aos Serviços Hidráulicos. 11 de junho de 1964. P. 01.

[487] Archiv-Ave. Proc. 313/1961. Folha de informação nº 95. P. 01.

[488] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Comunicado ao "Engenheiro-Diretor da Hidráulica do Douro". 13 de agosto de 1962. P. 01.

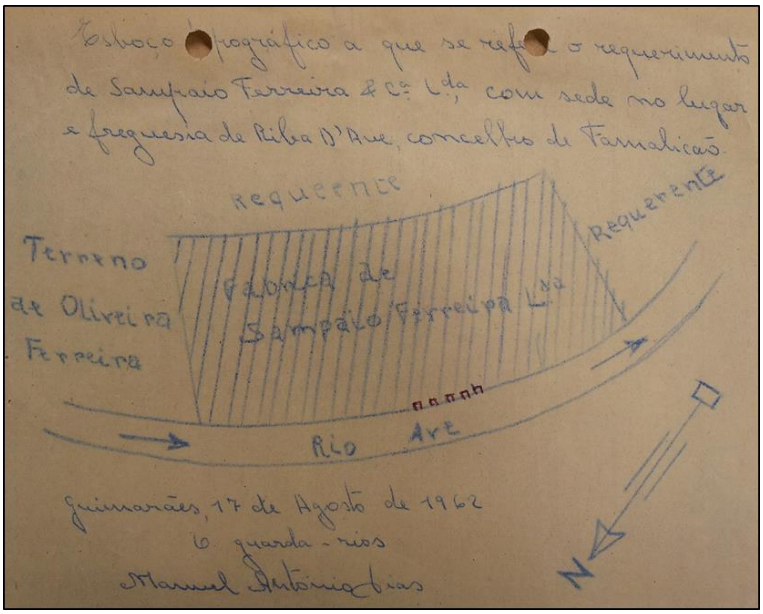


Figura 545: "esboço topográfico" anexado ao Proc. 687/1962. (Archiv-Ave)

Na Folha de Informação, o Chefe do Lanço alertou categoricamente: *"como é sabido, esta firma* [Sampaio, Ferreira & Cia.]*, como tantas outras tiram* [sic.] *água de corrente* [sic.] *públicas e devolvem-nas à corrente depois de utilizadas na sua indústria, poluindo assim correntes públicas, neste caso o rio Ave".* [489]

Ainda assim, publicou-se o edital público, segundo o qual o objetivo da solicitação era legalizar a

> estação de bombagem em abrigo de alvenaria, coberto de telha, constituída por cinco moto-bombas de potência total de 32 C.V. [HP], acionados a eletricidade, destinados à elevação de água, captada diretamente na corrente e conduzida para as Secções da fábrica Têxtil da requerente e para a laboração desta.[490]

Para o Chefe da 2ª Secção, o pedido de licença não deveria ser deferido sem que a fábrica *"se resolva a solucionar o assunto de seus esgotos industriais, dando cumprimento à notificação*

[489] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Folha de Informação nº 226/1962. "Informação do Lanço", 31 de agosto de 1962. P. 01.

[490] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Edital nº 268. 08 de setembro de 1962. P. 01.

de 17 de julho de 1958",[491] e que a empresa fosse notificada para *"proceder à desmontagem dos grupos elevatórios"*,[492] sugestão acatada pelo Engenheiro Diretor.[493]

Como a determinação de encerramento dos trabalhos não foi cumprida, a fábrica foi autuada *"na pessoa do seu chefe de contabilidade, Amadeu Ferreira Soares"* para *"proceder à desmontagem dos grupos elevatórios (...) privando-se de extrair água de correntes públicas para a sua fábrica têxtil (...) uma vez que não curou do tratamento daquela unidade fabril"*.[494]

Dois dias depois de notificada, a fábrica entrou em contato como Engenheiro Diretor da Hidráulica do Douro:

> *desejamos, antes de mais nada, manifestar a nossa profunda surpresa em uma tal resolução intempestiva, que teria como resultado imediato, pura e simplesmente, a paralisação da laboração da nossa fábrica, fato cujas consequências julgamos inútil esclarecer.*
> *Por outro lado (...) o problema da poluição das águas do rio Ave e tratamento dos esgotos está atualmente em estudo no Ministério de Obras públicas, de harmonia com o despacho de 04 de outubro de 1962, de Sua Excelência o Ministro e isto implica, sem dúvida, a suspensão de qualquer medida baseada na situação anterior.*
> *Pedimos, pois, a V. Exª. para que sejam ponderados os fatos acima apontados e que seja dada sem efeito aquela notificação.*[495]

Ou seja, para a fábrica, a decisão sobre a paralisação das obras não apenas era súbita como era equivocada, dado que não caberia aos Serviços Hidráulicos tratar das questões relativas à poluição.

E com isso, a Sampaio, Ferreira & Cia. não cumpriu a notificação.[496]

O Chefe do Lanço, Sr. Manuel F. Rodas, chegou a dizer ao Chefe da 2ª Secção que *"era de prever que a mesma não foi cumprida".* Para ele restava *"à fiscalização aguardar o que for*

---

[491] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Folha de Informação nº226/1962. "Informação da Secção", 03 de outubro de 1962. P. 01. O auto de notificação de 17 de julho de 1958 (P.D. 32/54), citado pelo Chefe da 2ª Secção, não foi encontrado entre os documentos pesquisados.

[492] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço nº 116/1962. 04 de dezembro de 1962. Este documento não estava anexado ao Processo, mas foi citado na 1ª recordatória à Sampaio, Ferreira & Cia. Nota de Serviço nº 747. 20 de março de 1963. P. 01

[493] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço nº 933. 06 de dezembro de 1962. P. 01

[494] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Auto de Notificação s/nº. 02 de abril de 1963. P. 01.

[495] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Comunicado da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Engenheiro Diretor da Hidráulica do Douro. 04 de abril de 1963

[496] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço nº 344. 25 de abril de 1963. P. 01

determinado, muito embora a firma se encontre em transgressão todas as vezes que extrai água, o que deve ser feito continuamente".[497]

Além disso, o Chefe do Lanço acrescenta que a outra fábrica da família Ferreira em Riba d'Ave, a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda., deveria ser observada com atenção:

> *Nas condições desta firma encontram-se mais, e algumas já foram prevenidas de idênticas sanções. No entanto, permito-me chamar a atenção para outra fábrica vizinha da em epígrafe [Sampaio, Ferreira & Cia.] 'Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda.', tanto para o seu processo de saneamento como para o de legalização de bombagens para a sua indústria.*[498]

No dia seguinte a esse comunicado do Chefe do Lanço, o Engenheiro Diretor escreve ao Chefe da 2ª Secção dizendo que *"tendo sido proposto superiormente que na próxima estiagem os Serviços e os Industriais interessados, estudassem o modo de resolver a poluição dos rios Ave e Vizela, digne-se a aguardar decisão superior a respeito"*.[499]

Ou Seja, os Serviços Hidráulicos deveriam resolver o assunto conjuntamente com as empresas poluidoras que tivessem interesse, mas antes o Chefe da 2ª Seção deveria aguardar ordens superiores.

Como as ordens superiores não chegavam, cinco anos depois, o Chefe do Lanço volta a perguntar ao Engenheiro Diretor informação de *"qualquer diligência a efetuar (ou formalidade a cumprir"*, pois a Sampaio, Ferreira & Cia. continuava *"a elevar água da corrente"*.[500]

Em resposta, o Engenheiro Diretor disse que era para *"aguardar que o problema dos esgotos do rio Ave seja solucionado em conjunto"*.[501]

---

[497] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço n° 95. 29 de abril de 1963. P. 01

[498] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço n° 95. 29 de abril de 1963. P. 01

[499] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço n° 359. 30 de abril de 1963. P. 01

[500] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço n° 1284. 26 de dezembro de 1967. P. 01

[501] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço n° 02. 02 de janeiro de 1968. P. 01

Entretanto, somente 21 de maio de 1970, o Chefe da Secção entrou em contato com a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. para recordá-la de que ela era uma das partes que deveriam estar interessadas em resolver a questão da poluição.[502]

Em julho de 1971, foi enviada a segunda recordatória;[503] em dezembro de 1973, a terceira;[504] em outubro de 1974, a quarta;[505] em maio de 1975, a quinta.[506] Passaram-se os anos e, apesar das tentativas de contato, nenhuma resposta da Sampaio, Ferreira & Cia. consta no Processo 687/1962.

Em 1977, o Chefe do 5º Lanço perguntou ao Chefe da Secção sobre como deveria proceder a fiscalização para fazer com que as empresas fossem envolvidas na busca pela solução do problema da poluição.[507]

A questão foi reencaminhada ao Engenheiro Diretor dois dias depois,[508] e novamente, dois anos depois, já em 1979.[509] Em nenhuma das vezes houve resposta, o Processo se encerra em aberto sobre a questão e a solução conjunta para o problema da poluição não veio.

Por volta do mesmo período, em 10 de abril de 1978, a solução conjunta para a poluição voltou a ser lembrada, mas em um desdobramento do Processo relacionado à urbanização do Bairro do Quinteiro. A construção deste bairro, a partir de 1965, deu oportunidade para o Chefe da 2ª Secção denunciar o pouco interesse da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. em cumprir a legislação ou mesmo as recomendações dos Serviços Hidráulicos.

Em novembro de 1965, o Chefe da 2ª Secção, Sr. Fernando Eugénio do Carvalhal de Sousa Teles, devolveu ao Chefe do 5º Lanço a planta anexada ao Processo para que solicitasse à Sampaio, Ferreira & Cia. que colorisse em azul as *"linhas de água a aquedutar"* e indicasse o

---

[502] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço nº 748 (1ª Recordatória). 21 de maio de 1970. P. 01

[503] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço nº 961 (2ª Recordatória). 16 de julho de 1971. P. 01

[504] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço nº 2017 (3ª Recordatória). 21 de dezembro de 1973. P. 01

[505] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço nº 1595 (4ª Recordatória). 04 de outubro de 1974. P. 01

[506] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço nº 899 (5ª Recordatória). 13 de maio de 1975. P. 01

[507] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço nº 43. 16 de fevereiro de 1977. P. 01

[508] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço nº 273. 18 de fevereiro de 1977. P. 01

[509] Archiv-Ave. Proc. 687/1962. Nota de Serviço nº 412. 09 de fevereiro de 1979. P. 01

"sentido das correntes e seus nomes, bem como as secções de vazão a atribuir nos diversos setores".[510]

Era 13 de abril de 1966 e, entretanto, a Sampaio, Ferreira & Cia. ainda não havia devolvido os desenhos à fiscalização, conforme informa o Chefe do 5º Lanço, que ainda faz uma ressalva:

> *Uma vez que a urbanização se encontra em execução, e atendendo a que se trata, segundo creio, duma obra com patrocínio Estadual, ouso sugerir a V. Exa. a vantagem de ser oficiado ao requerente ao mesmo aos S. U. para que sejam fornecidos os elementos necessários.*[511]

Em face deste comunicado, o Chefe da 2ª Secção decide escrever ao Engenheiro Diretor para comunicar a situação. Depois de explicar que devolveu o projeto para ser completado pela Sampaio, Ferreira & Cia. com a coloração das linhas de água e de transcrever a mensagem de 13 de abril de 1966 que havia recebido do Chefe do 5º Lanço; o Sr. Fernando Carvalhal solicita:

> *Uma vez que a obra está em curso e bastante adiantada, atendendo a que a requerente* [Sampaio, Ferreira & Cia.] *costuma ser pouco diligente a cumprir as instruções dos Serviços, tenho a honra de propor a V. Exª. seja indagado junto da D.G.S.U. da intervenção sobre o assunto e, caso a obra seja de exclusiva responsabilidade da requerente seja a mesma autuada.*[512]

Neste trecho, fica explícita a relação que se construiu entre a Sampaio, Ferreira & Cia. e o poder público ao longo dos anos e, também, a maneira como a fábrica passou a ser vista pelos órgãos de fiscalização. As multas recorrentes aplicadas à Sampaio, Ferreira & Cia. evidenciam a pouca preocupação em seguir as determinações do poder público por parte da fábrica que ignorava, de forma sistemática, as orientações das instituições públicas responsáveis pela conservação dos recursos hídricos e mostrava descaso pela legislação, ao preferir pagar as multas compensatórias que lhe permitiam fazer o que lhe convinha.

Dez anos depois, a mesma obra de urbanização do Bairro do Quinteiro continuou a gerar autos de notificação e multas por construções ilegais e por poluir o Ribeiro de Oliveira.

---

[510] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Comunicado do Chefe da Secção de Braga da Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos. Nota de Serviço nº 3497. 08 de novembro de 1965. P. 01.

[511] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Comunicado do Chefe do 5º Lanço. Nota de Serviço nº 74. 13 de abril de 1966. P. 01.

[512] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Comunicado do Chefe da Secção de Braga da Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos. Nota de Serviço nº 492. 16 de abril 1966. P. 01.

Em novembro de 1975, o Chefe da 2ª Secção, Sr. Fernando Eugênio do Carvalhal de Sousa Teles, informou ao Chefe do Lanço, Sr. Manuel F. Rodas, *"que as águas do Ribeiro de Oliveira se encontravam fortemente poluídas com esgotos provenientes da urbanização da 'Quinta do Quinteiro'"*[513] que havia sido realizada pela fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.[514]

Alguns meses depois, em fevereiro de 1976, a fábrica, *"na pessoa do encarregado de pessoal José Cerqueira Pimentel",* foi autuada porque *"construiu uma barragem de pedra argamassada com o comprimento de 16m, altura de 2m e a espessura de 0,70m destinado a represar águas para rega de terrenos, sem licença destes Serviços"*.[515]

Em consequência, a Sampaio, Ferreira & Cia. deveria pagar uma multa de 300$00 escudos[516] e demolir a barragem *"só podendo proceder à sua reconstrução depois de legalizado"* pelos Serviços Hidráulicos.[517]

Como em outras ocasiões, apenas após ter sido lavrado o Auto de Notificação por ter iniciado obra sem autorização, a fábrica decidiu solicitar *"autorização para construir"* a barragem[518] e, posteriormente, pagou a multa.[519]

Entretanto, a obra da barragem obviamente não foi demolida e a solução encontrada para a situação também foi a mesma de outros casos, legalizar o que já havia sido construído (Figura 546),

> *uma poça (represa) de alvenaria argamassada com 16,00m X 2,70m, munida de duas comportas (uma na levada de cada margem) para irrigação da Quinta do Ribeira com 8000m², confinando a NORTE* [sic.] *com Maria Azedo Carvalho e outros, SUL* [sic.] *com*

---

[513] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço nº 2477. 13 de novembro de 1975. P. 01

[514] Além disso, descobriu-se que além dos esgotos da Quinta do Quinteiro, a fábrica de acabamentos Sacramento e Araújo Ltda. Também despejava a água usada na indústria no Ribeiro de Oliveira. Cf. Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Resposta do Guarda-rios, em 31 de março de 1976, no verso da Nota de Serviço nº 2477 de 13 de novembro de 1975.

[515] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Auto de Notícia nº 19/1976. 10 de fevereiro de 1976. P. 01.

[516] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Auto de Notícia nº 19/1976. 10 de fevereiro de 1976. P. 02.

[517] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Auto de Notificação s/nº. 10 de fevereiro de 1976. P. 01.

[518] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Comunicado da Sampaio, Ferreira & Cia. à Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos e à Direção Hidráulica do Douro (cópia). 18 de fevereiro de 1976. P. 01.

[519] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Comunicado da Sampaio, Ferreira & Cia. à Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos e à Direção Hidráulica do Douro. 31 de março de 1976. P. 01.

requerente [Sampaio, Ferreira & Cia.], *NASCENTE* [sic.] *com a Quinta de Real e NASCENTE* [sic.] *com requerente e caminho de servidão.*[520]

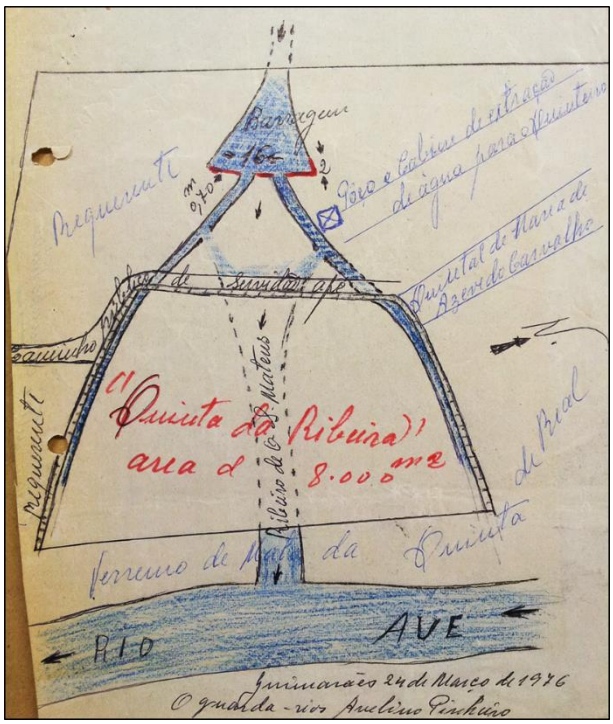


Figura 546: esboço topográfico anexado ao Proc. 861/1965. (Archiv-Ave)

Assim, em 21 de maio de 1976 foi concedido o Alvará de Licença para a legalização da barragem com a condição de que fosse válida por cinco anos.[521]

Entretanto, a barragem e os aquedutos não resolveram o problema da poluição do Ribeiro de Oliveira, pois em 17 de novembro de 1977, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão encaminhou à 2ª Secção dos Serviços Hidráulicos uma fotocópia de um ofício da Junta de Freguesia de Oliveira São de Mateus, local do Bairro Quinteiro.[522]

Neste ofício, acusava-se outra fábrica local, a Sacramento & Araújo Ltda., *"de poluir o Ribeiro de Oliveira, próximo dum poço onde é feita a captação de águas para abastecimento de três fontanários, tornando impróprias as suas águas",* problema cuja resolução poderia se dar pelo *"aquedutamento da corrente numa extensão de 200 metros".*[523]

---

[520] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Edital nº 126. 07 de abril de 1976. P. 01; Folha de Informação nº 25/1976. P. 01.

[521] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Alvará de Licença nº 609. 21 de maio de 1976. P. 01.

[522] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço nº 199. 08 de fevereiro de 1978. P. 01.

[523] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço nº 199. 08 de fevereiro de 1978. P. 01.

Entretanto, segundo o Chefe do Lanço, cujas observações o Chefe da 2ª Secção reproduziu, o porquê de o poço ter suas águas poluídas não se devia ao fato de a Sacramento & Araújo Ltda. e o Bairro Quinteiro estarem localizados à montante da barragem construída e o poço à jusante, o que poderia fazer supor que o poço recebia águas já contaminadas. A poluição do poço devia-se, sim, ao fato de ele ter sido mal construído, pois a *"afecção resulta não de infiltração, mas pelo fato de o próprio poço ser inundado através de uma abertura".* [524] Assim, aquedutar a *"levada"* que passa ao lado do poço seria *"menos prático do que remodelar e proteger o próprio poço de captação"*.[525]

Por fim, a recomendação do Chefe da Secção, era de que *"todas as construções e habitações existentes e a construir só possam ligar os seus esgotos domésticos às correntes ou à rede de águas pluviais, depois de convenientemente neutralizados em fossas sépticas"*.[526]

Apenas dois meses depois deste comunicado, em 10 de abril de 1978, o Chefe da 2ª Secção voltou a escrever ao Engenheiro Diretor sobre a barragem e a poluição do Ribeiro de Oliveira. De novo, ele reproduz a informação do Chefe do Lanço, mas desta vez as comenta, deixando explícito que as tensões decorrentes das relações entre as instituições públicas de fiscalização e as fábricas chegavam a provocar embates de hierarquias dentro dos próprios Serviços Hidráulicos.

O Chefe do Lanço, Sr. Rodas, começa por dizer que *"nada se pode dizer concretamente"* sobre *"o tratamento de esgotos da firma* [em referência à Sacramento & Araújo] *"* ou sobre a *"forma ou processo como os esgotos urbano* [sic.] *do bairro da Quinta do Quinteiro atingem a corrente, dado que esta passa aquedutada no local".*[527]

Ao comentar a situação da poluição causada pela Sacramento & Araújo, o Chefe do Lanço afirma que a fábrica teria de *"proceder ao tratamento de seus esgotos fabris"* e deveria *"haver disposições e condicionamentos"* que obrigassem *"a indústria a tratar esgotos",* pois *"TODOS OS ESGOTOS CAUSAM PREJUÍZOS PÚBLICOS* [sic.] *"*.[528]

---

[524] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço n° 199. 08 de fevereiro de 1978. P. 01.

[525] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço n° 199. 08 de fevereiro de 1978. P. 02.

[526] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço n° 199. 08 de fevereiro de 1978. P. 02.

[527] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço n° 574. 10 de abril de 1978. P. 01.

[528] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço n° 574. 10 de abril de 1978. P. 01.

Para o Chefe do Lanço, seria *"oportuno aguardar-se a orientação dos Serviços de Controle de Poluição",* pois *"há mais de 20 ANOS* [sic.] *que se intimam industriais para tratarem esgotos, que se multam, etc., e até hoje tudo permanece como então, e veremos até quando"*.[529]

Aos olhos do Chefe do Lanço, no que dependesse dos industriais, a *"solução conjunta"* parecia que nunca viria, portanto. Por outro lado, ao mostrar que as ações dos Serviços Hidráulicos foram ineficazes no estímulo à indústria para solucionar o problema da poluição, o Sr. Rodas, expõe a leniência do poder público perante o boicote das empresas em assumir a sua responsabilidade na questão.

A seguir, ao tratar da *"URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO QUINTEIRO* [sic.] *"*, o Chefe do Lanço diz que *"até que se prove em contrário teremos que admitir que tudo ESTÁ LEGAL* [sic.], *que tudo se efetuou como dos projetos consta"*.[530]

E defende seu papel como fiscalizador expondo as limitações a que foi submetido para realizar suas tarefas: *"infelizmente, a fiscalização não foi incumbida de fiscalizar a obra, nem lhe foram, como em todos os casos fornecidos elementos (projetos, desenhos etc.) nem condições para com eficiência a poder fiscalizar".*[531]

Além disso, relembra o Chefe da Seção do seu papel na questão, dizendo ter *"memória que V. Exª. também observou ou visitou as obras* [do Bairro do Quinteiro]*, e creio que sobre elas não fez recomendações à fiscalização"* e que ele próprio não poderia *"agora, passados 12 anos dizer como os aquedutos, fossas etc. estão enterrados"*.[532]

E finaliza: *"a fiscalização para ser útil precisa de condições de exercer sua atividade. Assim, jamais poderá ser eficiente, se alguma vez se desejar que ela o seja"*.[533]

O tom desafiador do Chefe do Lanço, Sr. Rodas, parece ter sido tomado como um ataque pelo Chefe da 2ª Secção que, no seu comunicado ao Engenheiro Diretor, chamou de *"INFELIZ"* [sic.] *"a expressão do Snr. Chefe do Lanço"* ao dizer que não havia recebido a incumbência de

[529] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço n° 574. 10 de abril de 1978. P. 01.

[530] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço n° 574. 10 de abril de 1978. P. 01.

[531] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço n° 574. 10 de abril de 1978. P. 01.

[532] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço n° 574. 10 de abril de 1978. P. 01.

[533] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço n° 574. 10 de abril de 1978. Pp. 01-02.

fiscalizar a obra e que nem teve as condições necessárias para fazê-lo. Para o Chefe da 2ª Secção, tal incumbência já era *"tácita na Lei"*.[534]

Inclusive, diz o Chefe da 2ª Secção, teria sido o Chefe do Lanço a propor a condição de que não se poderiam derramar no rio *"outras águas que não"* fossem *"exclusivamente as pluviais, pelo que o saneamento a processar-se a qualquer corrente pública"* teria *"de ser previamente autorizado pelos S. Hidráulicos".* E, por ter feito o Chefe do lanço essa proposta, *"com certeza ponderou a forma de fiscalizar o seu cumprimento".* Para o Chefe da 2ª Secção, a ineficácia da fiscalização não se poderia explicar pela *"falta de duplicado da licença e do exemplar da planta, aliás nunca pedido para o efeito",* pois para fiscalizar bastava que *"usasse do direito que lhe assiste",* expresso nas próprias licenças.[535]

De fato, os fiscais tinham o direito de solicitar o Alvará de Licença das obras a serem realizadas sempre que fossem aos locais das obras, como lembra o Chefe da 2ª Secção.[536] Porém, não haveria maneira de os fiscais saberem o que deveria ser fiscalizado sem que tivessem em mãos as plantas pelas quais poderiam verificar se as obras em realização estavam de acordo com a solicitação de licença junto aos Serviços Hidráulicos. E mesmo que não fosse condição necessária à fiscalização em si, a entrega das plantas era uma obrigação das empresas requerentes e que a Sampaio, Ferreira & Cia. diversas vezes falhou em cumprir.

Por fim, o Chefe da Secção ataca diretamente o Chefe do Lanço ao dizer que *"como por outros processos venho realçando, o Snr. Chefe do Lanço, Manuel Fernandes Rodas, vem reagindo, por vezes intempestivamente, a determinações superiores"* e que por isso seria conveniente que o Engenheiro Diretor enviasse *"instruções concretas"* para a fiscalização.[537]

Fica nítido, portanto, que as tensões e embates entre o poder público e as fábricas acabavam por gerar também conflitos internos nos próprios órgãos de fiscalização. A espera pela solução conjunta, que nunca vinha, para o problema da poluição criava rupturas nas próprias práticas de fiscalização.

---

[534] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço nº 574. 10 de abril de 1978. P. 02.

[535] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço nº 574. 10 de abril de 1978. P. 02.

[536] Em todos os alvarás de licença o artigo 8º das condições impostas aos requerentes dizia: Este Alvará deverá ser apresentado aos agentes da Direção, ou aos de quaisquer outras repartições, que tenham também jurisdição no mesmo local, sempre que for exigido.

[537] Archiv-Ave. Proc. 861/1965. Nota de Serviço nº 574. 10 de abril de 1978. P. 02.

Afinal, a Sampaio, Ferreira & Cia. tratava-se de uma fábrica que sistematicamente desrespeitava a legislação e as determinações das instituições reguladoras há décadas e nunca se importou com a tal solução conjunta da poluição; tal como não se importava em transgredir a legislação para ampliar suas instalações. Não é por acaso que, sem saber como agir, tendo em vista que todas as ações eram frustradas pelo sistemático boicote da fábrica às normas, cada instância da fiscalização apelava à instâncias hierárquicas superiores: o Guarda-rios ao Chefe do Lanço, este ao Chefe da Secção; que, por fim, comunicava ao Engenheiro Diretor. Mas mesmo este precisava esperar ordens superiores.

Por outro lado, as empresas, como a Sampaio, Ferreira & Cia., por sua vez, beneficiavam-se da leniência das *"ordens superiores"* para com suas transgressões e, ao mesmo tempo, usavam o seu capital para burlar a legislação por meio do pagamento de multas cujo valor era irrisório em comparação ao volume gasto com as obras e com os prejuízos ambientais que causavam, tal como ocorreu quando se realizou a ampliação da edificação nº 8, entre 1974 e 1976, por meio de um desdobramento do Processo 497/1947.

Este desdobramento do Processo 497/1947, ao mesmo tempo em que reforça a indiferença da fábrica para com os procedimentos solicitados pelos Serviços Hidráulicos para a realização dessas obras; evidencia que os próprios Serviços Hidráulicos ignoravam as orientações técnicas sobre como tratar da questão da poluição.

Em 19 de janeiro de 1974, o Chefe da 2ª Secção não aceitou a planta entregue pela fábrica, pois *"dada a natureza da obra e a sua proximidade da corrente"* era *"insuficiente".*[538] Ainda assim, no mesmo dia, 19 de janeiro de 1974, encaminhou o edital (com data posterior, de 22 de janeiro de 1974) à Junta de Freguesia de Riba d'Ave,[539] no qual se repetiam os termos da solicitação da fábrica.

Alguns dias depois, porém, o Guarda-rios observou que a fábrica já *"procedia à abertura de poços ao longo da corrente pela margem esquerda do rio Ave (...) tendo aberto quatro com a profundidade de 4,30m com argolas de cimento do diâmetro de 2,00m."* Tais poços serviriam à construção de *"pilares em ferro e cimento para nova ampliação do seu edifício fabril".* Entretanto,

[538] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Nota de Serviço nº 88. 19 de janeiro de 1974. P. 01

[539] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Ofício nº 67. 19 de janeiro de 1974. P. 01

mais uma vez, a Sampaio, Ferreira & Cia. deu início à obra sem que possuísse *"licença dos Serviços Hidráulicos".*[540]

Com isso, o Guarda-rios autuou a Sampaio, Ferreira & Cia. e mandou *"cessar com os trabalhos em curso e obstruir os poços"* devendo deixar *"as margens desobstruídas e limpas como no anterior estado, só sendo viável a construção dos poços mediante licença dos Serviços Hidráulicos".* Além disso, aplicou-se uma multa de 300$00 escudos.[541]

Talvez porque a fábrica descumpriu, mais uma vez, a legislação vigente e deu início à obra sem licença; em 06 de Fevereiro de 1974, o Chefe da 2ª Secção afirmou que *"o pedido só é de apreciar depois de apresentado o competente projeto"* tal como ele havia indicado no dia 19 de janeiro[542] e que havia sido aprovado pelo Engenheiro Diretor.[543]

As obras não foram desfeitas, mas foram paralisadas, até porque as cheias do rio Ave não permitiram dar continuidade. Porém, a fábrica alegou ao Chefe do Lanço que as plantas foram entregues diretamente à Direção Hidráulica;[544] tal como se lê, inclusive pelo comunicado de entrega das plantas ao Engenheiro Diretor.[545]

Em resposta do Chefe da 2ª Secção à fábrica, porém, fica claro que a fábrica continuava a não entregar uma planta das obras a serem realizadas e dizia claramente: *"o desenho apresentado de nada serve"* e as obras deveriam continuar paralisadas *"até a concessão da licença".*[546]

Nos Serviços Hidráulicos a dúvida era sobre a liberação ou não da licença para realizar a obra tendo em vista a poluição do rio Ave pela Sampaio, Ferreira & Cia., pois, em casos similares, conforme observou o Chefe do Lanço, o projeto enviado pela fábrica sequer referia *"o saneamento fabril".*[547]

---

[540] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Auto de Notícia nº 7. 31 de janeiro de 1974. P. 01.

[541] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Auto de Notificação s/nº. 31 de janeiro de 1974. P. 01.

[542] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Folha de Informação nº 8/1974. "Informação da Secção". P. 01.

[543] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Nota de Serviço nº 174. 08 de fevereiro de 1974. P. 01.

[544] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Nota de Serviço nº 21. 11 de fevereiro de 1974. P. 01.

[545] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia. à Direção Hidráulica do Douro (cópia). 12 de fevereiro de 1974. P. 01.

[546] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Ofício nº 153. 19 de fevereiro de 1974. P. 01.

[547] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Nota de Serviço nº 24. 04 de março de 1974. P. 01.

Para o Chefe da Secção, a decisão deveria caber ao Engenheiro Diretor, pois ainda que o projeto não estivesse de acordo com as instruções dos Serviços Hidráulicos *"a secção de vazão"* da água do rio Ave não era *"agravada, tendo em vista as limitações* [não especificadas] *existentes a jusante",* de modo que caberia ao Engenheiro Diretor decidir pela *"exigência do estudo hidráulico"*.[548]

Entretanto, o Chefe da Secção fez uma ressalva ao Engenheiro Diretor e lembrou do descaso da Sampaio, Ferreira & Cia. em relação à poluição, pois já em 19 de maio de 1955 a fábrica teve um projeto de estação de tratamento de esgotos industriais reprovado. Tendo apresentado novo projeto, ela *"foi notificada* [em 1956], *por determinação superior a construir uma estação depuradora no prazo de quatro meses, notificação que nunca foi cumprida".* Além disso, nunca cumpriu a exigência de *"apresentar boletins de análise dos esgotos"*.[549]

O Engenheiro Diretor, por sua vez, em seu parecer, ignora a poluição produzida pela Sampaio, Ferreira & Cia. afirmando que como a solicitação da fábrica se tratava de uma ampliação destinada à fiação não haveria *"quaisquer esgotos a considerar".* E como não afetava a corrente era de deferir o pedido.[550]

Entretanto, a própria Divisão de Conservação da Direção Hidráulica do Douro (DCDHD) emite dois pequenos pareceres nos quais ressalta a importância de se solicitar projetos de tratamento dos esgotos fabris. O primeiro deles, dizia que *"o efluente proveniente de uma fábrica de fiação apresenta características poluentes e necessita, por isso, de ser convenientemente tratado"*. Por esta razão seria de se exigir da Sampaio, Ferreira & Cia. um *"projeto de tratamento dos esgotos industriais e domésticos não só da fábrica já existente como também relativamente à ampliação pretendida"*.[551]

Por sua vez, o segundo parecer recorda ao Engenheiro Diretor que *"a DHD* [Direção Hidráulica do Douro] *precisa de completar a instrução deste processo no tocante a 'esgotos' –*

[548] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Nota de Serviço n° 601. 11 de março de 1974. P. 01.

[549] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Nota de Serviço 601. 11 de março de 1974.

[550] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Informação n° 274 – 2ª Secção Div. Conserv. 17 de maio de 1974. P. 01

[551] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Informação n° 274 – 2ª Secção Div. Conserv. 09 de maio de 1974. P. 01

industriais e domésticos". Isso porque a Sampaio, Ferreira & Cia. tratava-se de uma fábrica que constava no *"cadastro das fontes poluidoras do rio Ave".* E conclui: *"logo, há poluição".*[552]

Entretanto, mais uma vez, a responsabilidade da fábrica para com a poluição foi ignorada e bastou-lhe pagar a multa, referente ao início das obras sem autorização dos Serviços Hidráulicos,[553] para ter seus interesses atendidos e receber a licença, ainda que mais de quatro anos depois da solicitação e com a obra já realizada.[554]

Paralelamente à fiscalização realizada pelos Serviços Hidráulicos, a Direção-Geral dos Serviços Industriais realizou vistorias relativamente regulares a partir da década de 1960, vistorias que acabaram por identificar sistematicamente o problema da poluição provocada pela fábrica.

Na vistoria realizada em 24 de fevereiro de 1968, os peritos identificaram que uma das irregularidades era a 36ª das *"condições gerais de higiene, salubridade e segurança (...) na laboração dos estabelecimentos industriais"* (*"Modelo E1"*):

> *36ª – A laboração do estabelecimento deve fazer-se sem prejuízo ou incômodo para operários e terceiros, nas suas pessoas e bens, que resultem de quaisquer elementos insalubres, perigosos ou incômodos, tais como poeiras, fumos, gases, vapores, ruídos e trepidações, águas residuais e outros.*[555]

E salientaram que a observação na inspeção dizia respeito ao *"tratamento das águas residuais da tinturaria, branqueação e estamparia, muito principalmente"*[556] que, subentende-se, não ser adequado ou, talvez inexistente.

Apesar disso, os Serviços Industriais afirmaram que a fábrica seria capaz de

> *garantir suficientemente uma exploração sem graves inconvenientes (...) muito particularmente no que respeita às exigências vitais da piscicultura do rio Ave, uma vez*

---

[552] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Informação nº 274 – 2ª Secção Div. Conserv. 17 de maio de 1974. P. 01

[553] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Memorando à Direção Geral dos Serviços Hidráulicos. 25 de fevereiro de 1974. P. 01.

[554] Archiv-Ave. Proc. 497/1947. Alvará de Licença. 09 de outubro de 1978. P. 01

[555] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Modelo E1: condições gerais de higiene, salubridade e segurança a observar na laboração dos estabelecimentos industriais. Pp.01-02.

[556] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 24 de fevereiro de 1968. P. 04.; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1448-4º.S.), 06 de abril de 1968. Pp.01.02

executado o projeto apresentado de instalação de tratamento das águas residuais provenientes da laboração.[557]

A irregularidade voltou a ser observada na inspeção de 10 de março de 1969 ao ser mencionado, mais uma vez, a 36ª condição do *"Modelo E1",* com destaque para a necessidade de se realizar *"tratamento e neutralização das águas residuais"*.[558]

E também na inspeção de 11 de junho de 1970,[559] possivelmente de 19 de janeiro de 1973, [560] que apenas menciona a necessidade de se cumprir o que havia sido solicitado anteriormente. O mesmo ocorreu na vistoria de 21 de julho de 1975, em referência *"ao tratamento das águas residuais, principalmente das secções de tinturaria e estamparia"*.[561]

Da mesma forma em 07 de dezembro de 1978;[562] 19 de maio de 1980;[563] e em 12 de outubro de 1982; na qual os peritos detalharam a necessidade de *"providenciar no sentido de ser solucionado o assunto do lançamento das águas residuais da fábrica no rio Ave - após indispensável e eficiente neutralização do efluente, em estação de tratamento adequada e superiormente aprovada";* em referência *"à Direção dos Serviços Regionais de Hidráulica do Douro, a fim de ser devidamente informada do modo de proceder para apresentação do necessário projeto de tratamento de esgotos residuais da unidade fabril"*.[564]

Possivelmente o problema persistiu e não foi registrado pelas vistorias realizadas em 11 de fevereiro de 1985[565] e em 26 de novembro de 1985;[566] pois o mesmo texto da inspeção de 12

---

[557] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 24 de fevereiro de 1968. P. 04.

[558] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 10 de março de 1969. P.04; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício n° 1635-4°.S.), 12 de maio de 1969. Pp.01.

[559] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 11 de junho de 1970. P. 04; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício n° 2943-4°.S.), 14 de julho de 1970. Pp. 01-02.

[560] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 19 de janeiro de 1973. Pp. 01-04. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício n° 1756-4°.S.), 16 de abril de 1973. Pp. 01

[561] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 21 de julho de 1975. Pp. 01-04. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício n° 5111-4°.S.), 15 de outubro de 1975. Pp. 01.

[562] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 07 de dezembro de 1978. P. 04. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício n° 3322-4°.S.), 02 de julho de 1979. Pp. 01.

[563] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 19 de maio de 1980. Pp. 01-02. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício n° 3566/4°.S.), 28 de julho de 1980. P. 01.

[564] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 12 de outubro de 1982. P. 02; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício n° 1018/4°.S.) em 08 de março de 1983. P. 02.

[565] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 11 de fevereiro de 1985. Pp. 01-02.

[566] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 26 de novembro de 1985. Pp. 01-02.

de outubro de 1982 foi registrado nos autos da vistoria feita em 16 de outubro de 1990.[567] Na última vistoria da qual se tem registro, datada de 29 de janeiro de 1992, o problema do lançamento de resíduos poluentes no rio Ave permanecia tanto domésticos, que eram *"enviados diretamente ao rio Ave";* quanto industriais das secções de *"tingimento e lavagem"*.[568]

Em conclusão, no caso dos Serviços Hidráulicos apesar de a fiscalização sobre a fábrica ter ficado um pouco mais intensa a partir do Processo de legalização das obras realizadas entre 1915 e 1945, já na década de 1960 ficava clara a incapacidade da instituição de reagir às transgressões da fábrica e ao descumprimento sistemático das leis. Tal situação se repetiu no âmbito de atuação dos Serviços Industriais que se viram impotentes para fazer cumprir a legislação e impedir a poluição no rio Ave pela Sampaio, Ferreira & Cia.

2.4. A ponte das meninas.

Quando Maria de Lourdes, uma menina de 13 anos, olhou para trás já não viu sua irmã mais velha Maria da Conceição, de 15 anos, nem sua irmã mais nova Rosa Maria, de 6 anos (Figura 547). Ambas tinham sido engolidas pelo rio Ave ao caírem de uma ponte irregularmente construída pela Sampaio, Ferreira & Cia. no Amieiro Galego. Era uma quinta-feira, 19 de maio de 1966.



Figura 547: Maria da Conceição e Rosa Maria Fonseca Maia (Archiv-Ave)

In Comércio do Porto. 21 de maio de 1956.

Como muitas outras meninas da época e da região, eram filhas de um casal de operários, Augusto Ferreira Maia e Maria Irene Fonseca Simões. A menina mais velha seguia o mesmo caminho dos pais e de tantas outras meninas e trabalhava em uma fábrica da região. Com seu

[567] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 16 de outubro de 1990. Pp. 01-02.

[568] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 21 de janeiro de 1992. Pp. 01-05.

"pequeno salário", "auxiliava ao sustento dos seus irmãos que eram sete, todos menores como ela".[569]

O pouco que se sabe da história das meninas se confunde com a própria história social da industrialização da Bacia do Ave. Família de operários, mão de obra feminina sendo extensamente utilizada nas fábricas da região e com os filhos e filhas trabalhando nas fábricas para ajudar nas despesas da casa desde muito jovens.

Da mesma forma, a tragédia que vitimou Maria da Conceição e Rosa Maria também se confunde com a industrialização da Bacia do Ave, pois assenta-se no desrespeito sistemático das determinações legais sobre como as fábricas deveriam proceder para realizar obras nas suas instalações.

Em 13 de julho de 1960, o Guarda-rios, Sr. Maximino Alves, encaminhou ao Engenheiro Chefe da Secção de Braga um Auto de Notificação realizado no dia anterior

> *contra Amadeu Ferreira Soares, na qualidade de chefe de contabilidade da Sampaio, Ferreira & Cia. (...) por terem iniciado a construção duma ponte, quebrado e extraído cerca de 10 m³ de pedra no leito do rio Ave, no lugar de Amieiro Galego (...)*[570]

Segundo o Guarda-rios, o Sr. Amadeu Ferreira Soares, que representava a fábrica no Processo, *"foi ainda muito em antes avisado (...) para que não começassem os trabalhos sem que tirassem a licença dos Serviços Hidráulicos".* Entretanto, *"não ligaram importância".* Assim, *"para que a fiscalização não tivesse de ir para lá muitas vezes e a perder tempo que é necessário aos Serviços Hidráulicos",* o Guarda-rios sentiu-se na obrigação de *"levantar o respectivo auto e notificá-los".*[571]

Como resultado, foi dado o *"prazo de 10 dias à demolição da obra iniciada e a reposição e enchimento da pedra extraída".*[572]

Entretanto, o Chefe do Lanço solicitou a devolução do Auto de Notificação ao Chefe da Secção para que se acrescentasse que o Sr. Amadeu Ferreira Soares era empregado da fábrica e

---

[569] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Recorte do Jornal "O Comércio do Porto". 21 de maio de 1966.

[570] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço n° 61. 13 de julho de 1960. P. 01.

[571] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço n° 61. 13 de julho de 1960. P. 01.

[572] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Auto de Notificação. 12 de julho de 1960. P. 01.

não responsável por ela. Isso porque, o Guarda-rios havia solicitado a gerência, mas foi *"informado que estava ausente",* de modo que o autuado era o *"primeiro empregado responsável".* Esta situação fez o Chefe do Lanço caracterizar ao Chefe da Secção de Braga, Sr. Fernando Eugênio do Carvalhal de Sousa Teles, que o serviço do Guarda-rios tinha sido mal executado, *"o que seria conveniente evitar"*.[573] As anotações foram realizadas e os autos devolvidos em 22 de agosto de 1960.[574]

Somente em 20 de julho de 1960, a Sampaio, Ferreira & Cia. realizou a solicitação formal junto à Direção Hidráulica do Douro:

> *Sampaio, Ferreira & Cia. (...) desejando fazer a reposição duma ponte de serviço (em madeira) que desde maio de 1956 se encontra em Amieiro Galego, junto à central hidráulica e que que a última cheia levou rio abaixo, vem muito respeitosamente pedir a V. Exª. licença para a dita reposição, pelo que envia planta em triplicado, da referida ponte e memória descritiva. Ainda requere para extrair 20 m³ de pedra.*[575]

A Folha de Informação da obra descreve a ponte como tendo *"comprimento de 26 metros por 1,20m de largo, com travejamento, pavimento e guardas de madeira e assente em três pegões de alvenaria argamassada, para passagem de pessoal que trabalha na central hidroelétrica"*.[576] Como não houve qualquer contestação a partir da abertura do inquérito público entre 23 e 27 de agosto,[577] o edital foi publicado em 27 de agosto de 1960.[578]

Entretanto, quando a solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia. chegou à Direção Hidráulica do Douro, o Engenheiro Diretor questionou-a junto ao Chefe da 2ª Secção, pois *"se a antiga ponte foi destruída por uma cheia, não é de aceitar, sem conveniente justificação, um projeto que não esclareça e justifique a solução adotada"*,[579] deixando evidente que a proposta da fábrica não atendia a tais critérios e que, por isso, o projeto deveria ser devolvido.

---

[573] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço nº 1634. 03 de agosto de 1960. P. 01.

[574] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço nº 1915. 09 de agosto de 1960. P. 01.

[575] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Solicitação de Licença ao Engenheiro Diretor da Hidráulica do Douro. 20 de julho de 1960. P. 01.

[576] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Folha de Informação nº 118/1960. P. 01

[577] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Folha de Informação nº 118/1960. P. 01

[578] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Edital. 27 de agosto de 1960. P. 01. Paralelamente, foi emitida uma multa de 64$00 escudos que seria remetida a tribunal, caso não fosse paga no prazo de oito dia. In. Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço nº 2102. 24 de agosto de 1960. P. 01

[579] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço nº 685. 20 de setembro de 1960. P. 01

A resposta ao Engenheiro Diretor veio num comunicado do Chefe do Lanço, Sr. Manuel F. Rodas, ao Chefe da 2ª Secção, em 23 de setembro de 1960, na qual se explica a situação do Processo.[580]

A primeira informação fornecida pelo Chefe do Lanço dizia que a Sampaio, Ferreira & Cia. já possuía no local *"uma ponte provisória, de madeira, creio que construída em 1956 e que até abusivamente foi mantida para além do autorizado na respectiva licença conforme se averiguou".*[581]

O Chefe do Lanço faz referência ao Processo 447/1956, quando a Sampaio, Ferreira & Cia. solicitou licença para *"construir um passadiço em madeira, com uma extensão de 30m por 1,20m e altura de 3m acima do nível normal do rio, a fim de serem cimentadas as paredes de ambas as margens"* e afirmou na solicitação que o *"referido passadiço"* seria *"retirado logo que aquele trabalho esteja concluído"*.[582]

Um esboço de projeto foi apresentado em junho de 1956 e destacava o local da ponte na Central Hidroelétrica do Amieiro Galego (Figura 548).

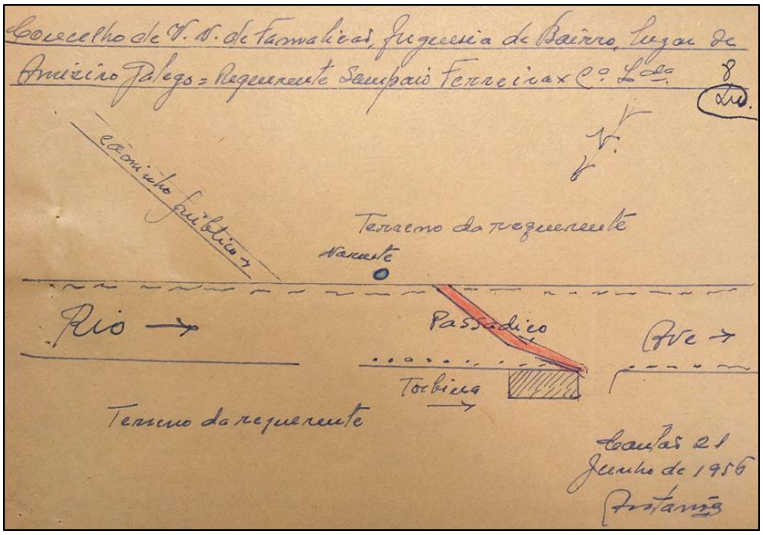


Figura 548: esboço topográfico anexado ao Proc. 447/1956. (Archiv-Ave)

[580] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço n° 135. 23 de setembro de 1960. P. 01

[581] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço n° 135. 23 de setembro de 1960. P. 01

[582] Archiv-Ave. Proc. 447/1956. Solicitação ao Engenheiro Diretor da Hidráulica do Douro. 10 de maio de 1956. P. 01

Ao entregar um esboço como este, a fábrica não se submeteu à necessidade legal de entregar um projeto efetivamente, o que evidencia a autonomia que a fábrica se auferia perante o poder público.

Entretanto, o próprio caráter provisório que a ponte deveria ter assumido pode explicar o descaso com a necessidade de um projeto por parte da Sampaio, Ferreira & Cia. Em 1956, a opinião do Chefe do Lanço na Folha de Informação era de que *"em virtude de a ponte se localizar logo a jusante da barragem da requerente* [Sampaio, Ferreira & Cia.] *não se prevê inconveniente na sua manutenção provisória, e para serventia numas obras que traz em curso (fora da jurisdição dos S.H.* [Serviços Hidráulicos]*)"*.[583] Desta forma, em 1956, concedeu-se um Alvará de Licença Temporária no qual também se reforçava a *"serventia provisória da firma, para a passagem de materiais e pessoal em obras que traz em curso"* e no qual se concediam 12 meses para construir e retirar ponte.[584]

Quando da nova solicitação em 1960, segundo o Chefe do Lanço, a Sampaio, Ferreira & Cia. foi *"informada que tinha de expressamente esclarecer se a ponte seria de caráter definitivo ou temporário, e que neste caso não poderia a sua manutenção exceder um ano".*[585]

Entretanto, segundo o Chefe do Lanço, a ponte nada teria de provisória:

> *pelos informes dado pela requerente e expostos no projeto apresentado, conclui-se tratar-se duma ponte com características de uso industrial, pelo que foi dito à requerente a vantagem em instruir o pedido com uma planta ou pelo menos com um esboço elucidativo por onde, quem de direito pudesse avaliar além do mais das características e condições de segurança da ponte.*[586]

Tanto não seria provisória que a ponte serviu de *"acesso à utilização das águas sulforosas, existentes na margem esquerda".*

[583] Archiv-Ave. Proc. 447/1956. Folha de Informação nº 317/1956. "Informação do Lanço", 14 de julho de 1956. P. 01

[584] Archiv-Ave. Proc. 447/1956. Alvará de Licença Temporária nº 326. 31 de julho de 1956. P. 01

[585] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço nº 135. 23 de setembro de 1960. P. 02

[586] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço nº 135. 23 de setembro de 1960. Pp. 01-02

Conforme o Chefe do Lanço explicou ao Chefe da 2ª Secção, em 23 de setembro 1960, durante sua fiscalização não foi *"exigido expressamente o projeto"* da ponte; mas ele próprio havia avisado

> *ao autor dos desenhos, funcionário privativo da requerente (Sampaio, Ferreira & Cia.), (...) a vantagem de apresentar senão um projeto em forma pelo menos [de] um esboço elucidativo do traçado da ponte e vigamento da mesma, com as respectivas secções de vasão, tanto mais que o autor do projeto disse que o havia elaborado para poder executar a obra que iria dirigir.*[587]

O projeto e a memória descritiva, porém, não foram preservados junto com os outros documentos do Processo, de modo que não se pode saber se foram feitas à semelhança do que se entregou em 1956 ou se efetivamente produziram desenhos técnicos da obra.

A resposta do Chefe Interino da 2ª Secção, Sr. Ricardo Teixeira Monteiro, ao comunicado do Chefe do Lanço, Sr. Manuel Rodas, porém, afirmava que *"a presente memória não é suficiente, pois não relaciona a ponte (destruída) com a que se pretende construir. Torna-se necessário justificar a secção de vazão e cálculo da estabilidade dos pegões. Devolve-se o projeto"*.[588]

Com essa devolutiva da 2ª Secção, o Sr. Manuel Rodas, Chefe do Lanço, solicitou ao Guarda-rios, Sr. Maximino Alves, que devolvesse o projeto à Sampaio, Ferreira & Cia. e que comunicasse as recomendações. Ao comunicar que já havia realizado a tarefa, o Guarda-rios aproveita para avisar que, nesse meio tempo, a fábrica já havia construído uma nova ponte e que esta, *"depois de construída, foi derrubada pelas cheias de inverno da presente época [1960]; apenas ficou uma parte sólida de 13 m. de extensão assente em dois pegões sobre a margem direita da corrente"*.[589]

Ou seja, mais uma vez, a Sampaio, Ferreira & Cia. realizou a obra sem a licença ter sido concedida. Mais uma vez também, foram expostas as fragilidades da fiscalização, pois a obra seguiu sem que houvesse nenhum auto de notícia; e, ao mesmo tempo, evidencia a falta de compromisso da fábrica em relação às normas estabelecidas e aos compromissos assumidos junto ao poder público.

---

[587] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço n° 135. 23 de setembro de 1960. P. 02

[588] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço n° 2404. 29 de setembro de 1960. P. 02

[589] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Comunicado do Guarda-rios ao Chefe do Lanço. 29 de novembro de 1960. P. 01

A tensão entre a fábrica e os Serviços Hidráulicos fica explícita na posição demarcada pelo Chefe da 2ª Secção, Sr. Fernando Eugênio Carvalhal de Sousa Teles, ao saber do ocorrido:

> *Uma vez que a ponte foi novamente derrubada pelas águas da corrente, não poderá ser permitida a sua reconstrução sem obtenção prévia da licença.*
> *Se a requerente teimar em fazer os trabalhos, autuá-la todos os dias enquanto os estiver a fazer.*[590]

A "teimosia" da fábrica parece ter endurecido o tom dos Serviços Hidráulicos que, aparentemente, fariam inspeções frequentes enquanto a fábrica não solicitasse a licença que deveria ser *"acompanhado de projeto elaborado conforme as exigências"* já constantes no Processo.[591]

A nova solicitação da Sampaio, Ferreira & Cia. foi realizada pouco mais de seis meses depois, em junho de 1961. A ponte continuaria a ser de madeira e de caráter provisório *"com 7 metros por 1,30*[m] *"*.[592]

Em 26 de junho de 1961, o Chefe do Lanço alertou na Folha de Informação que *"o passadiço, pelas suas características não tem a menor probabilidade de permanecer no local, não só no inverno como em cheias, pelo que a sua colocação somente pode ser utilizada no período de estiagem e águas baixas"*.[593]

Assim, concedeu-se um Alvará de Licença Temporária em 03 de julho de 1961, sem que se informasse sua validade em número de meses, mas com a ressalva de que a ponte deveria ser *"retirada até dia 15 de outubro do corrente [1961], definitivamente, e antes sempre que as águas subam de volume"*.[594]

Até este pontoa a documentação não explicita se a Sampaio, Ferreira & Cia. acabou por retirar a ponte. Talvez a ausência de Autos de Notícia seja um indício de que a fábrica cumpriu,

---

[590] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço nº 3292. 03 de dezembro de 1960. P. 01.

[591] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço nº 3292. 03 de dezembro de 1960. P. 01.

[592] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Solicitação ao Chefe da Secção dos Serviços Hidráulicos. 23 de junho de 1961. P. 01.

[593] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Folha de informação nº 123/1961. "Informação do Lanço", 26 de junho de 1961. P. 01.

[594] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Alvará de Licença Temporária nº 239. 03 de julho de 1961. P. 01.

de fato, o prazo estabelecido; mas, talvez, seja apenas mais uma evidência das falhas da fiscalização e a ponte ali se manteve.

Qualquer que seja o caso, no ano seguinte, em 1962, a fábrica faz uma nova solicitação na qual diz que

> *tendo o ano findo* [1961] *obtido licença para a colocação de uma ponte de madeira provisória para a utilização do pessoal da Turbina, e verificando-se atualmente as necessidades que motivaram a sua instalação, vem requerer a revalidação da citada licença, nas mesmas condições e objetivos, para a corrente época de estiagem. O seu comprimento é de 16 metros por 1,20 m.*[595]

Da mesma maneira, concedeu-se um Alvará de Licença Temporária nas mesmas condições, de que a ponte fosse *"retirada até dia 15 de outubro do corrente* [1961], *definitivamente, e antes sempre que as águas subam de volume".*[596]

O mesmo ocorreu no ano de 1964 e em 1965, quando foram feitas solicitações para construir a ponte provisória que seria *"desmontada logo que a estiagem termine"*,[597] o que deveria ocorrer, no máximo, em 15 de novembro daqueles anos, segundo o limite imposto pelos Serviços Hidráulicos.[598]

Até que em 1966, em 19 de maio, uma ponte improvisada, construída no mesmo local das anteriores, cedeu e duas crianças caíram no rio Ave e morreram afogadas.[599]

Foi a mãe das crianças que narrou ao jornal o ocorrido e informou sobre *"uns trabalhos de desaterro"* que ocorriam em Amieiro Galego:

> *A ligar as duas margens foi improvisada uma pequena ponte, ao que parece para servidão do pessoal que trabalha no referido desaterro. Porém, como só há cerca de dois quilômetros existe a ponte de Romão, (...) para encurtar distâncias havia quem utilizasse a improvisada ponte.*

---

[595] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Solicitação ao Chefe da Secção dos Serviços Hidráulicos. 15 de junho de 1962. P. 01.

[596] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Alvará de Licença Temporária nº 243. 17 de julho de 1962. P. 01.

[597] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Solicitação ao Chefe da Secção dos Serviços Hidráulicos. 01 de julho de 1964. P. 01; Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Solicitação ao Chefe da Secção dos Serviços Hidráulicos. 01 de julho de 1965. P. 01;

[598] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Alvará de Licença Temporária nº 455. 12 de novembro de 1964. P. 01; Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Alvará de Licença Temporária nº 337. 26 de julho de 1965. P. 01.

[599] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Recorte do Jornal "O Comércio do Porto". 21 de maio de 1966.

> *Tendo necessidade de visitar sua mãe que vive na Vila das Aves, foi o que fez, ontem, à tarde, o Augusto Ferreira Maia, na companhia das suas três filhas, Maria da Conceição, Maria de Lourdes e Rosa Maria Fonseca Maia, de 15, 13 e 6 anos, respectivamente.*
> *Porque necessitasse de fazer uns serviços no quintal da mãe, o Augusto Maia mandou as pequenas para casa, nunca lhe passando pela mente a tragédia que pouco depois iria consumar-se, pois ao atravessar da margem esquerda para a oposta, as duas irmãs Maria da conceição, de 15 anos e Maria Rosa, de 6 anos, caíram à água, perecendo afogadas.*
> *Não se sabe bem como aconteceu, pois a sua irmã Maria de Lourdes, que caminhava à frente, dada a insuficiente largura da ponte, só se apercebeu da queda das duas crianças quando estas já aflitivamente se debatiam com as águas que naquele lugar tem uma certa profundidade. Aos seus gritos aflitivos de socorro acudiram alguns populares, mas como a corrente das águas era bastante forte, os corpos das desditosas crianças não voltaram a ser vistos.*[600]

O Auto de Notificação foi lavrado dois dias depois do ocorrido contra o Sr. Armindo de Sousa Machado, 64 anos, turbineiro, pois era ele quem estava presente na Central Hidroelétrica quando lá foi o Guarda-rios, Sr. Avelino dos Santos Pinheiro, *"por ter construído um passadiço de duas varas de eucalipto e travessas em tábuas de madeira, que teria sido colocada em dezesseis ou dezessete e retirada após depois [sic.] da tragédia que vitimou duas crianças"*.[601]

Mais uma vez, a Sampaio, Ferreira & Cia. ignorou os procedimentos legais e mandou realizar a obra sem autorização, sem dar a chance sequer de que as instituições públicas verificassem as condições de segurança da ponte. A situação fica mais grave porque, no mesmo dia em que as crianças morreram, a fábrica realizou a solicitação para construir a ponte na qual o acidente ocorreu.

E não foi por uma infeliz coincidência, como sugere a cronologia dos eventos narrada pelo Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção.[602]

---

[600] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Recorte do Jornal "O Comércio do Porto". 21 de maio de 1966.

[601] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Auto de notificação nº 61. 21 de maio de 1966. P. 01.

[602] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/nº. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, nº493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 01.

Ele começa sua narrativa por tratar das notícias sobre a tragédia que saíram em Jornais como *O Primeiro de Janeiro* e *O Comércio do Porto* sobre o *"triste desaparecimento de duas crianças no turbilhão das águas do rio Ave, a ele caídas duma IMPROVISADA PONTE* [sic.] *"*.[603]

Somente na tarde do dia 21 ele se dirigiu ao local na companhia do Guarda-rios *"e isto por ser do conhecimento da fiscalização que normalmente a firma em epígrafe* [Sampaio, Ferreira & Cia.] *costuma anualmente ali colocar uma ponte de madeira nas quadras de verão, e que tem sido licenciada".*[604]

Ao chegar no local, porém, o Chefe do Lanço verificou *"que nenhuma ponte existia";* mas que no dia 16 ou 17 daquele mês de maio,

> *sobre o leito do rio Ave, aproveitando dois penedos como encontros, havia ali sido constituída uma passagem, constituída por duas varas de eucalipto que se encontravam arrumadas na margem esquerda, e sobre as quais teriam sido pregadas algumas tábuas de madeira, para permitir elementar passagem a pessoal ao serviço da firma.*[605]

A ponte, que teria sido *"colocada por empreiteiro que faz obras na dita firma"* foi *"retirada depois da triste ocorrência".*[606]

A descrição da ponte e do local em que fora construída é fundamental para entender a responsabilidade da fábrica na tragédia.

Ainda que a ponte já tivesse sido retirada do local, o Chefe do Lanço pôde averiguar que *"a referida passagem não estava munida de qualquer guarda ou resguardo e teria uma largura de uns 0,60m",* ou seja, metade do que a fábrica indicou no pedido de licença e sem qualquer proteção aos transeuntes, mesmo que estes fossem operários.[607]

---

[603] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/n°. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, n°493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 01. Item 01.

[604] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/n°. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, n°493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 01. Item 02.

[605] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/n°. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, n°493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 01. Item 03.

[606] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/n°. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, n°493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 01. Item 03.

[607] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/n°. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, n°493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 02. Item 06.

Quanto ao *"local onde a fatídica ponte foi colocada",* segundo o Chefe do Lanço, *"é bastante inacessível pela margem esquerda, e pela margem direita quase impossível o acesso à malvada ponte sem que seja com passagem pelo edifício da central hidroelétrica que a firma ali possui"*.[608]

Depois de averiguar que as crianças haviam caído na passagem *"da margem direita para a esquerda"* e que teriam de ter atravessado a central hidroelétrica, o Chefe do Lanço é categórico ao afirmar que isso não poderia *"ser feito sem consentimento ou tolerância do pessoal ali destacado".*[609]

Para o Chefe do Lanço, a ponte descrita pela Sampaio, Ferreira & Cia. no pedido de licença possuía funções muito além das quais se explicitava na solicitação, pois tudo indicava que o público em geral fazia uso dela para ir de uma margem à outra no verão, quando era reconstruída:

> *Na margem esquerda, margem oposta ao edifício da central, dispõe a firma de umas pequenas termas, que costumam funcionar no verão, e que se averiguou serem frequentadas por pessoas da margem direita e que, portanto, terão de transpor a ponte provisória que a firma ali pretende colocar.*[610]

Isso o levou a concluir que não se tratava, *"pois, duma simples ponte para obras, acesso de pessoal e materiais",* o que deveria ser motivo suficiente para *"condicionar cautelosamente a licença a passar, pois afigura imperioso passá-la para as obras que a firma pretende fazer, de forma que a ponte não possa ser utilizada pelo público, ainda que por favor"*.[611]

Em resumo, a fábrica construiu a ponte sem autorização, fora das especificações, sem condições de segurança, foi leniente ao não impedir a passagem das meninas, e do público em geral; tão logo ocorreu a tragédia, simplesmente, desmontou a ponte e somente, então, deu entrada com pedido de licença.

---

[608] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/n°. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, n°493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 01. Item 04.

[609] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/n°. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, n°493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 01. Item 04.

[610] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/n°. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, n°493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 02. Item 10.

[611] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/n°. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, n°493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 02. Item 10.

Sobre a fábrica ter solicitado a licença no mesmo dia em que as crianças se afogaram, o Chefe do Lanço afirmou: *"estranha-se a triste coincidência do pedido ter sido feito em 19 – data do desastre"*.[612] É impossível, porém, saber se o tom foi de ironia ou de genuína surpresa, pois todas as ações da Sampaio, Ferreira & Cia. indicam que ela sabia dos erros que havia cometido e sabia que eles contribuíram para a tragédia no dia 19 de maio de 1966. Era preciso mitigá-los o quanto fosse possível.

Ao afirmar que presumia que não cabeira *"aos Serviços* [Hidráulicos] *fazer incriminações penais"*[613] na sua narrativa, antes de mencionar a falta de segurança da ponte construída e antes de expressar seu "estranhamento", o Chefe do Lanço sugeriu nas entrelinhas que não se tratou apenas de um acidente, mas que a Sampaio, Ferreira & Cia. tinha sua parcela de responsabilidade na morte das crianças.

Aos Serviços Hidráulicos, porém, só caberia agir contra a fábrica no que era de sua responsabilidade: aplicar uma multa de 64$00 escudos por ter infringido o artigo 261 do regulamento dos Serviços Hidráulicos;[614] que foi paga seis dias depois, em 01 de junho de 1966.[615] Daí em diante, a documentação encontrada silencia sobre o caso das meninas.

Um ano depois, em 02 de junho de 1967, a fábrica voltou a solicitar licença para reconstruir a ponte, indicando seu comprimento em 16m. e largura de 1,20m.[616]

Em 21 de junho, em um comunicado ao Chefe da 2ª Secção sobre esse pedido, o Chefe do Lanço diz lembra que *"se é fato que a passagem em causa se destina ou pode destinar a passagem de pessoal da firma que trabalhe"* na Central hidroelétrica, localizada na margem direita do rio Ave; *"também parece ter sido fato que pela dita ponte passam pessoas que utilizam"* a estância termal, localizada na margem esquerda.[617]

---

[612] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/n°. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, n°493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 02. Item 09.

[613] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço s/n°. Comunicado do Chefe do Lanço ao Chefe da 2ª Secção (carimbo de registro, em 24 de maio de 1966, n°493/73/B33). 23 de maio de 1966. P. 02. Item 06.

[614] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço n°295. 25 de maio de 1966. P. 01.

[615] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Memorando da Sampaio, Ferreira & Cia. 01 de junho de 1966. P. 01.

[616] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Solicitação ao Chefe da Secção dos Serviços Hidráulicos. 02 de junho de 1967. P. 01

[617] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço n° 72. 21 de junho de 1967. P. 01

Além disso, informa sobre o estado do local naquele momento, que teve o acesso vedado pela margem esquerda, enquanto na margem direita o acesso só seria possível com permissão da Central Hidroelétrica:

> *Fato é, que pela margem esquerda, junto do modesto balneário da estância termal desemboca um caminho público, enquanto que na margem direita o acesso à ponte somente pode ser utilizado com anuência do pessoal da central elétrica, visto que da margem da corrente se encontra naquele espaço inacessível, com as obras efetuadas e que vedaram o acesso ao rio.*[618]

Não há nenhuma Folha de Informação ou Alvará de Licença sobre o pedido realizado em 1967. E o mesmo aconteceu quando da solicitação no ano de 1968.[619]

O Processo só foi retomado em 1974, quando o Chefe da Secção, Sr. Fernando Eugênio do Carvalhal de Sousa Teles, respondeu ao comunicado do Chefe do Lanço realizado no ano de 1967,[620] ou seja, quase sete anos depois, quando questionou se *"a ponte tem continuado a ser instalada todos os anos".*[621] Mas não houve resposta. Este é o último documento no Processo 508/1960 sobre a ponte construída irregularmente pela fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. e que acabou por vitimar as duas meninas.

2.5. A (in)segurança dos trabalhadores.

O descumprimento da legislação pela Sampaio, Ferreira & Cia. era prática recorrente e suas transgressões se traduziram em obras irregulares, na poluição do rio Ave e embates com os Serviços Hidráulicos. Porém, por maiores que fossem as tentativas de subverter a legislação, a verdade é que a continuidade da atividade produtiva estava condicionada ao recebimento dos alvarás de funcionamento por parte dos órgãos reguladores.

No caso dos Serviços Hidráulicos isto acabou por criar uma situação de tensão tal que, apesar da vigilância e regulamentação por parte dos órgãos competentes, muitas das transgressões acabaram por serem toleradas e regulamentadas, tenham sido pela insistência da

---

[618] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço n° 72. 21 de junho de 1967. P. 01

[619] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Solicitação ao Chefe da Secção dos Serviços Hidráulicos. 03 de junho de 1968. P. 01

[620] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço n° 72. 21 de junho de 1967. P. 01

[621] Archiv-Ave. Proc. 508/1960. Nota de Serviço n° 327. 11 de março de 1974. P. 01

Sampaio, Ferreira & Cia. em transgredir as normas ou pela leniência e conivência dos órgãos reguladores perante tantas infrações.

Quando a atividade fabril afetava de alguma forma os rios era a Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos e seus representantes regionais, como a Direção Hidráulica do Douro, no caso da Sampaio, Ferreira & Cia., os responsáveis pela fiscalização e concessão ou não das licenças. Mas na segunda metade do século XX, as fábricas portuguesas também passaram a ser submetidas a vistorias e inspeções regulares por parte da Direção-Geral dos Serviços Industriais;[622] sendo que a Sampaio, Ferreira & Cia. encontrava-se na área da 1ª Circunscrição Industrial.

Com a entrada em vigor do Decreto nº 46924, de 28 de março de 1966, que promulgava *"o Regulamento de Instalação e Laboração dos Estabelecimentos Industriais",* estas vistorias e inspeções tinham como objetivo verificar as condições de salubridade e segurança do ambiente fabril, razão pela qual, inclusive, às vezes, representantes da Direção Geral de Saúde acompanhavam as visitas às fábricas.

Algumas destas inspeções eram realizadas em função de obras que se queriam fazer na estrutura construtiva das fábricas, pois, a partir de então, *"as instalações, alterações ou ampliações dos estabelecimentos industriais de 1.ª classe",* caso da Sampaio, Ferreira & Cia.; somente poderiam *"efetuar-se depois da aprovação dos respectivos projetos pela direção-geral que superintenda na indústria considerada"*.[623]

Deste modo, *"a laboração dos estabelecimentos industriais de 1.ª e 2.ª classe"* não poderia *"iniciar-se sem aprovação das condições de salubridade, higiene, segurança, comodidade e técnico-funcionais, próprias de cada modalidade industrial"*.[624] E o mesmo valia para *"alterações ou ampliações introduzidas nos referidos estabelecimentos".* Ou seja, fábricas anteriores ao decreto, como a Sampaio, Ferreira & Cia., deveriam agora submeter-se à nova legislação.

Então, *"depois de terminadas"* as obras de construções ou as ampliações dos estabelecimentos industriais, *"as instalações"* deveriam ser *"vistoriadas a pedido dos interessados".* Isto significa que a responsabilidade por requerer as inspeções recaíam sobre as

---

[622] A Direção-Geral dos Serviços Industriais foi criada em 1958 e estava sob a tutela da Secretaria de Estado da indústria que, por sua vez, fora criada pelo Ministério da Economia como uma derivação da extinta Subsecretaria de Estado do Comércio e Indústria.

[623] DRE. Diário do Governo n.º 73/1966, Série I de 1966-03-28. Decreto nº 46924, de 28 de março de 1966. Art. 3º. P. 425.

[624] DRE. Diário do Governo n.º 73/1966, Série I de 1966-03-28. Decreto nº 46924, de 28 de março de 1966. Art. 11º. P. 426.

empresas e somente a partir desse pedido os Serviços Industriais *"conjuntamente por técnicos da Direção-Geral por onde correr o processo, da Direção-Geral do Trabalho e Corporações e da Direção-Geral de Saúde, podendo, sempre que necessário, ser requisitada a intervenção de outros técnicos"*.[625]

Somente após a realização destas vistorias, então, seriam lavrados os autos que apreciariam as solicitações realizadas pelas empresas. Nestes autos poderiam constar se as fábricas observavam *"as condições de aprovação"* para que recebessem licença de funcionamento; se os estabelecimentos satisfaziam as *"condições próprias da sua laboração, definidas em disposições legais"*; se, em caso de reclamações, os pedidos das empresas deveriam ou não ser atendidos; se havia *"quaisquer condições"* a serem cumpridas que se julgassem importante mencionar a serem impostas e o *"prazo a fixar para o seu cumprimento";* ou ainda, caso fosse necessário, que se fixasse um prazo para funcionamento das fábricas *"a título experimental, quando esta se mostrar conveniente".*[626]

Portanto, foi em função desta nova legislação que, em 8 de junho de 1966, a Sampaio, Ferreira & Cia. solicitou a permissão para fazer uma *"alteração ou ampliação"* em seu conjunto fabril; o que, obviamente, implicou a realização uma *"vistoria nos termos do artigo 12º do decreto nº 46924",*[627] que havia sido promulgado menos de três meses antes.

Entretanto, apenas um ano e meio depois, em 18 de dezembro de 1967, a Sampaio, Ferreira & Cia. realizou o pagamento de mil escudos referente à execução da vistoria. E esta só viria a ser realizada dali a dois meses, em 24 de fevereiro de 1968.[628]

Os peritos indicaram apenas 6 de um total de 37 irregularidades que constavam nas orientações do *"Modelo E1".*[629]

> *14ª – Devem manter-se em todos os locais de trabalho, natural ou artificialmente, condições atmosféricas convenientes, sem correntes de ar perigosas, calor ou frio*

[625] DRE. Diário do Governo n.º 73/1966, Série I de 1966-03-28. Decreto nº 46924, de 28 de março de 1966. Art. 12º. P. 426.

[626] DRE. Diário do Governo n.º 73/1966, Série I de 1966-03-28. Decreto nº 46924, de 28 de março de 1966. Art. 13º. P. 427.

[627] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. "Resumo Proc. 1/2722". P.01.

[628] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Guia nº 2456 referente ao pagamento de vistoria da Direção-Geral dos Serviços Industriais. Pp.01-02.

[629] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 24 de fevereiro de 1968. P. 04.; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1448-4º.S.), 06 de abril de 1968. Pp.01.02

excessivo, variações bruscas de temperatura e, sempre que a natureza das operações o permita, sem humidade ou secura excessivas e cheiros desagradáveis;

15ª – Devem existir, em locais de fácil acesso, bem visíveis e presos por braçadeiras de fácil e rápida manobra e tendo afixada etiqueta com a data da última carga, extintores de incêndio do tipo, na quantidade e com a capacidade seguir indicados: do tipo espuma química de 9/10 L, cada; num mínimo de 10 em cada uma das principais secções de fabrico; (...)

16ª – Devem existir, cheios de areia fina e bem seca, 1 baldes de ferro pintado de vermelho e com as iniciais S. I. a preto; junto de cada extintor. (...)

20ª – Os órgãos perigosos de máquinas e transmissões de movimento devem manter-se eficazmente resguardados durante a laboração;

35ª – Nos locais onde se lhes exija longa permanência ou em que existam escorrências, os operários devem trabalhar sobre estrados de madeira, que, de preferência, devem estar ao nível do solo.

36ª – A laboração do estabelecimento deve fazer-se sem prejuízo ou incômodo para operários e terceiros, nas suas pessoas e bens, que resultem de quaisquer elementos insalubres, perigosos ou incômodos, tais como poeiras, fumos, gases, vapores, ruídos e trepidações, águas residuais e outros.[630]

Além destas 6 irregularidades, os peritos acrescentaram outras 4:

38ª – Não fumar nem fazer lume nas oficinas ou armazéns ou nas suas proximidades imediatas; afixar letreiros com tal proibição;

39ª – Adotar as medidas necessárias, mas eficientes para evitar a dispersão de poeiras nas oficinas, bem como a sua acumulação, e de outros resíduos;

40ª – Os aparelhos elétricos suscetíveis de originar faíscas, serem convenientemente protegidos e frequentemente limpos.[631]

A última das irregularidades dizia respeito a *"condições de segurança a observar"* nas *"operações"* de *"Soldadura e corte oxiacetilénicos"* e de *"Soldadura elétrica"*:[632]

41ª – Na secção de serralharia, os trabalhos de soldaduras obedecerem às prescrições dos impressos juntos Modelos E101 e E102.[633]

---

[630] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Modelo E1: condições gerais de higiene, salubridade e segurança a observar na laboração dos estabelecimentos industriais. Pp.01-02.

[631] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 24 de fevereiro de 1968. P. 04.; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1448-4º.S.), 06 de abril de 1968. Pp.01.02

[632] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Modelo E101: Soldadura e corte oxiacetilénico. P. 01.; Modelo E102: Soldadura elétrica. P.01.

[633] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 24 de fevereiro de 1968. P. 04.; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1448-4º.S.), 06 de abril de 1968. Pp.01.02.

Como se pode observar, as principais irregularidades relacionadas à saúde, segurança e bem-estar laboral; diziam respeito ao perigo de incêndios na fábrica, de acidentes de trabalho junto a máquinas em movimento, à poluição sonora e do ar a que estavam sujeitos os operários e as operárias.

Apesar dessas irregularidades, os peritos caracterizaram a Sampaio, Ferreira & Cia. como

> *uma unidade bem estruturada, cujas instalações obedecem de uma maneira geral às condições técnico-funcionais, de higiene, salubridade e segurança regulamentares", que podem garantir suficientemente uma exploração sem graves inconvenientes para o pessoal e vizinhança (...).*[634]

Entretanto, essa avaliação positiva na generalidade não garantiu à Sampaio, Ferreira & Cia. a aprovação para funcionar, pois o resultado da inspeção informava que a fábrica teria de cumprir algumas condições para poder laborar:

> *5.3 – A instalação não merece aprovação visto não obedecer a disposições regulamentares aplicáveis (...)*
> *5.4 – A laboração pode ser autorizada devendo manter-se cumpridas as disposições regulamentares aplicáveis (...)*[635]

Por fim, conforme o item 5.5, que também concluía o documento que comunicava à fábrica o resultado, a *"laboração"* poderia ser *"autorizada a título experimental pelo prazo de 180 dias (...)"*,[636] prazo que ela teria para *"dar cumprimento"* às condições que lhe eram impostas.[637]

Conforme estabelecia o Decreto nº 46924 em seu artigo 16º, ao fim do prazo o cumprimento das *"condições ou para a laboração a título experimental",* como no caso da Sampaio, Ferreira & Cia., deveria ser realizada uma nova inspeção no estabelecimento industrial.[638]

Porém, apesar de o artigo 16º determinar que a vistoria deveria ser realizada *"nos 30 dias seguintes ao termo do prazo fixado",*[639] ou seja, ao fim dos 180 dias a contar da data do

---

[634] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 24 de fevereiro de 1968. P. 04.

[635] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 24 de fevereiro de 1968. P. 02.

[636] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 24 de fevereiro de 1968. P. 02; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1448-4º.S.), 06 de abril de 1968. P.02.

[637] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1448-4º.S.), 06 de abril de 1968. P.02

[638] DRE. Diário do Governo n.º 73/1966, Série I de 1966-03-28. Decreto nº 46924, de 28 de março de 1966. Art. 16º. P. 427.

[639] DRE. Diário do Governo n.º 73/1966, Série I de 1966-03-28. Decreto nº 46924, de 28 de março de 1966. Art. 16º. P. 427.

comunicado dos Serviços Industriais à fábrica, em 06 de abril de 1968; a inspeção acabou por se realizar apenas em 10 de março de 1969.[640]

Como os peritos deixam de citar duas das irregularidades identificadas na inspeção anterior, pode-se inferir que a vistoria acabou por verificar que ambas tivessem sido solucionadas, sendo elas: a 40ª, sobre a necessidade de se limpar os *"aparelhos elétricos suscetíveis de originar faíscas";* e a 41ª, referente às condições de segurança nas *"operações"* de *"Soldadura"*.[641]

Entretanto, as outras irregularidades persistiam: 14ª, sobre as *"condições atmosféricas",* com destaque para a *"secção de estamparia",* o que implica uma situação pior ali do que em outras áreas da fábrica; 15ª e 16ª, referentes aos cuidados para combater incêndios; 20ª, sobre os *"resguardos de órgãos perigosos de máquinas";* 35ª, sobre a necessidade de *"estrados em locais de piso molhado";* 38ª, sobre a importância de se colocar *"avisos com a proibição de fumar e de foguear";* e 39ª, que se referia à *"aspiração e captação eficiente de poeiras".*[642]

Além destas, acrescentaram-se outras três irregularidades que tinham relação com a necessidade de se prevenir incêndios:

> *17ª – Deve manter-se equipado com 10 lanço(s) de mangueira de 20 m, uma agulheta adaptada e uma chave de cruzeta, cada uma das bocas de incêndio existentes;*
> *18ª – Devem existir uma reserva de água e/ou de areia, em depósito, bem como meios adequados para a sua utilização;*
> *19ª – Devem manter-se livres e acessíveis e devidamente sinalizados os locais onde estão instalados os dispositivos de defesa contra incêndios, para a pronta utilização destes em caso de sinistro;*[643]

E outra sobre as instalações sanitárias disponibilizadas aos operários:

> *32ª – As instalações sanitárias, os balneários, os vestiários, os refeitórios e as instalações sociais existentes, devem-se manter no melhor estado de limpeza; deve haver toalhas, em impecável estado de asseio, e sabão não irritante; as torneiras,*

[640] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 10 de março de 1969. P. 01

[641] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1635-4º.S.), 12 de maio de 1969. P.01.

[642] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1635-4º.S.), 12 de maio de 1969. P.01.

[643] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Modelo E1: condições gerais de higiene, salubridade e segurança a observar na laboração dos estabelecimentos industriais. P. 02.

autoclismos, chuveiros e bebedouros devem manter-se em bom estado de funcionamento e conservação;[644]

No caso da irregularidade 32ª, o problema na Sampaio, Ferreira & Cia. estava na falta de *"vestiários e armários individuais para o pessoal que trabalha no edifício da preparação",* pois os ali existentes estavam em *"locais impróprios"*.[645]

Por sua vez, a preocupação com os incêndios nos estabelecimentos fabris por parte dos Serviços Industriais não era ao acaso. A primeira metade do século XX, sobretudo, mostrou que produtos químicos e inflamáveis combinados com negligência e descuido (afinal, era preciso advertir os funcionários e funcionárias de que não deviam fumar em áreas com produtos inflamáveis) poderiam ser uma mistura perigosa. A própria Sampaio, Ferreira & Cia. sofreu alguns incêndios de grande porte que foram noticiados na imprensa. Em 1910 uma *"trovoada"* deu início a um incêndio.[646] No mesmo ano, *"uma faísca (...) produziu um incêndio nos algodões ali armazenados em grande quantidade, sendo os prejuízos calculados em 20 contos"*.[647] Em 1937, outro incêndio *"teve o seu início na estufa"*.[648]

Mesmo recomendações de segurança como resguardar as partes móveis das máquinas (20ª) não eram em vão. Ao contrário, tal como as medidas de prevenção aos incêndios, ficar preso a uma engrenagem era um tipo de acidente comum o suficiente para que se precisasse orientar as fábricas a tentar impedir que acontecesse. Na Sampaio, Ferreira & Cia. o primeiro caso de um acidente desse tipo que se teve notícia ocorreu em 1911 quando o senhor Álvaro de Souza, um *"azeitador das máquinas",* foi *"colhido por uma roda do motor".* Segundo uma nota da imprensa à época, *"o infeliz"* havia ficado *"triturado"*.[649]

A prevenção a acidentes poderia ser custosa às empresas, mas era uma necessidade real a partir de experiências compartilhadas por trabalhadores em muitos estabelecimentos. E vale lembrar que as fábricas, especialmente as de grande porte como a Sampaio, Ferreira & Cia., se

---

[644] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Modelo E1: condições gerais de higiene, salubridade e segurança a observar na laboração dos estabelecimentos industriais. P. 02.

[645] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1635-4º.S.), 12 de maio de 1969. P.01.

[646] MIT. Jornal Famalicense. 03 de outubro de 1910. P. 01.

[647] MIT. Novidades de Famalicão. 03 de novembro de 1910. P. 01.

[648] MIT. Notícias de Famalicão. 11 de dezembro de 1937. P. 01.

[649] MIT. Novidades de Famalicão. 12 de agosto de 1911. P. 01.

valiam dos seguros para cobrir os prejuízos de um incêndio, por exemplo. Uma realidade bem diferente de operários e operárias, em que o próprio trabalho era, muitas vezes, a única garantia de sustento das famílias.

Enfim, a vistoria de 10 de março de 1969 acabou por decidir que a Sampaio, Ferreira & Cia. voltaria a receber uma permissão de *"laboração a título experimental (...) pelo prazo de 90 dias",* tempo que deveria ter para, então, mostrar a resolução das irregularidades na segurança dos trabalhadores.[650]

Conforme o artigo 17° do Decreto n° 46924,

> *no caso do não cumprimento das condições que tiverem sido fixadas, o chefe dos serviços externos ordenará as providências necessárias para remediar os inconvenientes que se pretenda evitar, incluindo, nomeadamente, a selagem de parte ou de todo o equipamento fabril".*[651]

Portanto, em tese, deveria ser imperativo eliminar as irregularidades para evitar que os Serviços Industriais chegassem a impedir o uso do equipamento produtivo.

Tal como a anterior, a vistoria seguinte foi realizada com atraso, mais de um ano depois do prazo previsto, em 11 de junho de 1970.[652] Também como na vistoria anterior, praticamente poucas alterações foram realizadas para sanar as irregularidades da fábrica.

O auto de vistoria, porém, é mais detalhado ao comentar alguns dos itens presentes no *"Modelo E1"* que já haviam sido mencionados nas vistorias anteriores. Assim, apontaram-se irregularidades nas seguintes condições gerais de higiene, salubridade e segurança: 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 32ª (com a observação de que os armários individuais não poderiam *"situar-se nos locais de trabalho, mas sim junto dos respectivos balneários, que aliás deverão existir nas proporções regulamentares"*), 38ª e 39ª. Excluiu-se apenas a irregularidade em relação à condição

[650] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 10 de março de 1969. P. 03; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício n° 1635-4°.S.), 12 de maio de 1969. P.01.

[651] DRE. Diário do Governo n.° 73/1966, Série I de 1966-03-28. Decreto n° 46924, de 28 de março de 1966. Art. 16°. P. 427.

[652] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 11 de junho de 1970. P. 01

35ª, mas acrescentou-se a 41ª, pela qual se recomendava que *"na soldadura elétrica"* deveria *"haver biombos apropriados contra as radiações"*.[653]

Segundo os peritos que realizaram a vistoria, apesar da *"falta de cumprimento das condições anteriormente mencionadas",* a Sampaio, Ferreira & Cia. era

> *uma unidade fabril de vultuosa dimensão e de elevado nível técnico-funcional, condignamente instalada (...) e cuja laboração não resultam quaisquer inconvenientes graves para o pessoal ou terceiros, pelo menos com efeitos imediatos.*[654]

Dito isto, observaram que a fábrica *"entre outras alterações",* estava em meio *"à instalação de uma máquina de estampar"* que substituiria a *"secção de estamparia manual".* Estas alterações na fábrica foram suficientes para a fábrica ser *"intimada a requerer tais alterações nos termos do artigo 12º do Decreto nº 46924"*.[655]

Assim, ao final do comunicado dos Serviços Industriais à Sampaio, Ferreira & Cia. sobre o resultado da inspeção, uma vez que a fábrica estava *"a proceder a alterações de maquinismo"* ficava *"por tal motivo intimado a requerer a legalização de acordo com a norma junta"* e a pagar os valores obrigatórios nas Finanças.[656]

Entretanto, apesar da intimação, na prática, voltavam-se dois passos no processo de cumprimento das normas do Decreto nº 46924. Afinal, a próxima inspeção não se daria nos termos do artigo 16º ou 17º, que poderiam levar ao fechamento temporário do estabelecimento; mas antes, no do 12º, a primeira etapa de verificação. Dessa forma, acabava-se por conceder à fábrica mais tempo para realizar as alterações solicitadas ou, então, para continuar sem que houvesse nenhuma repercussão legal para sua atividade, mesmo que não sanasse as irregularidades sobre as quais fora notificada.

Mais uma vez, portanto, a fábrica recebeu autorização para *"laboração a título experimental",* agora, porém, pelo prazo de 270 dias.[657]

---

[653] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 11 de junho de 1970. P. 04; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 2943-4º.S.), 14 de julho de 1970. Pp. 01-02.

[654] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 11 de junho de 1970. P. 04.

[655] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 11 de junho de 1970. P. 04.

[656] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 2943-4º.S.), 14 de julho de 1970. Pp. 01-02.

[657] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 11 de junho de 1970. P. 03.

Findo o prazo, a Sampaio, Ferreira & Cia. não havia requerido junto aos Serviços Industriais a legalização da fábrica após a instalação das máquinas de estampar. Por esta razão, em 21 de março de 1971, recebeu uma nova intimação que concedia 30 dias para *"dar integral cumprimento"* às determinações anteriores *"sob pena de aplicação das disposições legais como reincidente"*.[658]

Em resposta, a fábrica afirma que *"por lapso"* não havia se apercebido do *"conteúdo"* do *"último parágrafo no verso"* do ofício em que os Serviços Industriais comunicavam a necessidade de fazer o requerimento da legalização dos seus equipamentos industriais, conforme fora intimada. Segundo a Sampaio, Ferreira & Cia., foi por ter *"confundido as instruções",* que não havia cumprido as instruções e deixado de pagar os valores nas finanças. Portanto, por ter sido em razão de uma *"tal circunstância, inteiramente involuntária"* que ela havia recebido a intimação de 21 de março de 1971, pedia para que se reencaminhassem as guias de pagamento para que a fábrica pudesse proceder ao pedido de legalização.[659]

Um ano e três meses se passaram até que os Serviços Industriais respondessem à fábrica, por meio de uma nova intimação, em 29 de julho de 1972,[660] e mais um mês até que a Sampaio, Ferreira & Cia. cumprisse a ordem de solicitar nova inspeção:

> *Sampaio, Ferreira & Cia. (...) tendo concluído a instalação de uma máquina de estampar ao quadro, marca BUSER, no seu estabelecimento fabril (...) requer, nos termos do artigo 12º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 46924 (...) que seja feita a respectiva vistoria para efeitos de aprovação.*[661]

Assim, entre a vistoria de 11 de junho de 1970 e a seguinte passaram-se mais de dois anos e meio, pois a nova vistoria foi realizada apenas em 19 de janeiro de 1973;[662] sendo que as irregularidades detectadas e a serem corrigidas datavam de 24 de fevereiro de 1968, quase cinco anos antes.

---

[658] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Intimação à Sampaio, Ferreira & Cia. 21 de março de 1971. P. 01.

[659] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Comunicado da Sampaio, Ferreira & Cia. à 1ª Circunscrição industrial (Lv.61, Fls. 49, nº de ordem 2713). 01 de abril de 1971. P. 01.

[660] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Intimação à Sampaio, Ferreira & Cia. 29 de julho de 1972. P. 01.

[661] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Requerimento da Sampaio, Ferreira & Cia. à 1ª Circunscrição Industrial (Lv.63, Fls. 76, nº de ordem 6896). 29 de agosto de 1971. P. 01.

[662] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 19 de janeiro de 1973. Pp. 01-04.

O resultado desta inspeção não foi diferente dos dois anteriores, pois concedia à fábrica um novo *"prazo de 150 dias para o cumprimento das condições anteriormente impostas (...), chamando-se a atenção à necessidade urgente de rever as más condições atmosféricas na secção de estamparia manual"*.[663] Ou seja, aparentemente nada se resolveu; as irregularidades persistiram e a fábrica continuou a funcionar *"a título experimental"*[664] até que se cumprissem as determinações dos Serviços Industriais.

Deste modo, tendo em vista que esta inspeção de 19 de janeiro de 1973 foi realizada nos termos do artigo 12º do Decreto nº 46924, a próxima vistoria deveria ser, necessariamente com base no artigo 16º; como, de fato, veio a ser, quando foi realizada em 21 de julho de 1975.[665]

Embora o auto desta vistoria não enumere as irregularidades pelo *"Modelo E1"*, os peritos fizeram uma descrição das que observaram com base naquele documento. Por não serem mencionadas, é possível que se tenham solucionado as irregularidades nas condições 38ª, 39ª e 41ª, ou simplesmente não foram observadas. As outras (14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª e 32ª) persistiram.

Observe-se, porém, que os peritos deram particular atenção à 32ª, sobre os vestiários e balneários disponíveis aos trabalhadores e trabalhadoras, pois acrescentaram que os vestiários, além de não estarem localizados próximos dos *"armários individuais"* e em menor quantidade do que o necessário; não estavam *"separados para ambos os sexos"*.[666]

Esta situação se torna mais grave ao se levar em consideração a desigualdade, o assédio e outras violências de gênero a que as operárias eram submetidas no ambiente fabril. Em depoimento realizado em 2016, a senhora Maria Cândida, que tinha por volta de 80 anos, contou que começara a trabalhar na Sampaio, Ferreira & Cia. com 10 anos de idade, ao final da década de 1940, na secção de urdissagem. Ela tinha bem viva na memória o *"engolir de sapos"* ou os nove meses sem salários após o 25 de abril de 1974, mas que seu *"pior momento"* foi o assédio

[663] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1756-4º.S.), 16 de abril de 1973. Pp. 01.

[664] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 19 de janeiro de 1973. P. 02.

[665] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 21 de julho de 1975. Pp. 01-04.

[666] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 21 de julho de 1975. P. 04. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 5111-4º.S.), 15 de outubro de 1975. Pp. 01.

sexual que sofreu por um superior, prática que, segundo ela, era comum. *"Eu ainda tinha coragem de falar, mas muitas calavam-se... choraram-se muitas lágrimas ali dentro",* afirmara à época.[667]

De todo modo, tal como em autos de vistoria anteriores, este afirmava que a Sampaio, Ferreira & Cia. se tratava

> *de uma unidade fabril de grande dimensão, já muito antiga, mas que mercê dos sucessivos melhoramentos e constantes remodelações do equipamento e edifícios, oferece um aspecto geral bastante razoável e decente, e um elevado nível técnico-funcional, não obstante a falta de cumprimento das condições anteriormente mencionadas.*[668]

E conclui que *"dadas as naturais deficiências numa empresa de grande envergadura, da sua laboração, são suportáveis – até a presente ocasião - os inconvenientes resultantes"*,[669] o que justificaria, mais uma vez a concessão da autorização de funcionamento a título experimental, por 240 dias.[670]

E o mesmo aconteceu na vistoria realizada em 07 de dezembro de 1978;[671] e em 19 de maio de 1980;[672] e em 12 de outubro de 1982;[673] e em 11 de fevereiro de 1985;[674] e em 26 de novembro de 1985;[675] e em 16 de outubro de 1990.[676] Em nenhuma delas atenderam-se às

---

[667] Narciso Ferreira e o império degradado. In http://simaosa.xyz/wordpress/narciso-ferreira-e-o-imperio-degradado/ Acesso em 22 de junho de 2016.

[668] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 21 de julho de 1975. P. 04.

[669] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 21 de julho de 1975. P. 04.

[670] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 21 de julho de 1975. Pp. 01-02; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 5111-4º.S.), 15 de outubro de 1975. Pp. 01.

[671] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 07 de dezembro de 1978. Pp. 01-04. Vistoria realizada nos termos do artigo 17ª do Decreto nº 46924, com permissão para funcionamento a título experimental de 180 dias.

[672] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 19 de maio de 1980. Pp. 01-02. Vistoria realizada nos termos do artigo 16ª do Decreto nº 46924, pelo qual se concedeu mais 150 dias para a fábrica cumprir as determinações dos Serviços Industriais, conforme o Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 3566/4º.S.) em 28 de julho de 1980. P. 01.

[673] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 12 de outubro de 1982. Pp. 01-02. Vistoria realizada nos termos do artigo 17ª do Decreto nº 46924, pelo qual se concedeu mais 150 dias para a fábrica cumprir as determinações dos Serviços Industriais, conforme o Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1018/4º.S.) em 08 de março de 1983. Pp. 01-02.

[674] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 11 de fevereiro de 1985. Pp. 01-02. Vistoria realizada nos termos do artigo 17ª do Decreto nº 46924, com permissão para funcionamento a título experimental de 180 dias para a fábrica cumprir as determinações dos Serviços Industriais, conforme o Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1481/4º.S.) em 19 de abril de 1985. Pp. 01-02.

[675] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 26 de novembro de 1985. Pp. 01-02. Vistoria realizada nos termos do artigo 17ª do Decreto nº 46924, com permissão para funcionamento a título experimental de 270 dias para a fábrica cumprir as determinações dos Serviços Industriais, conforme o Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 551/DL) em 02 de abril de 1986. Pp. 01-02.

[676] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 16 de outubro de 1990. Pp. 01-02. Vistoria realizada nos termos do artigo 17ª do Decreto nº 46924, com permissão para funcionamento a título experimental de 270 dias para a fábrica cumprir as determinações dos Serviços Industriais, conforme o Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 551/DL) em 04 de dezembro de 1990. Pp. 01-03.

condições estabelecidas pelos Serviços Industriais; e, em todas, a fábrica recebera autorização para funcionar em caráter experimental; sem que se resolvessem os problemas que acabavam por colocar em risco a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os resguardos de todas as máquinas que pudessem *"originar desastres pessoais",* como chamou a atenção a vistoria de 12 de outubro de 1982 nunca foram realizados na totalidade, por exemplo; pois os peritos notaram a inexistência dos resguardos em *"volantes, tambores, correias, veias, engrenagens etc."* e para um dos *"batedores"* que não estavam protegidos, como outros estavam, ao menos.[677]

Este mesmo auto de vistoria chamava a atenção para a necessidade de se remodelar *"os blocos sanitário-balneares e vestiários de ambos os sexos, bem como o refeitório"*.[678] A precariedade destas instalações parecia ser tamanha que foi necessário entregar uma *"Nota Anexa"* para chamar a atenção à Sampaio, Ferreira & Cia. de que havia uma legislação específica sobre elas:

> *As instalações sanitárias e de higiene, tendo em atenção o que dispõe os artigos 139º, 140º, ne 141º do Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho nos Estabelecimentos Industriais, a provado pela Portaria nº 53/71, de [03 de fevereiro de 1971], devem ficar nos recintos apropriados, bem iluminados e ventilados do exterior, separadas por sexos e isoladas dos locais de trabalho , com os quais não podem comunicar diretamente (...)*[679]

Na *"Nota Anexa"* se descreviam as especificações de retretes, bacias de assento, urinóis, vestiários, armários, lavatórios e *"cabine de banho com chuveiros dotados de antecâmara de despir-vestir, água fria e quente, um por cada 15 operários e sexo";* além de assinalarem que o refeitório deveria estar localizado em área apropriada, isolada e higiênica, com *"dimensões calculadas em função do número de pessoas"* que o utilizassem ao mesmo tempo e *"provido de meios para se poder preparar ou aquecer as comidas"*.[680]

---

[677] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 12 de outubro de 1982. P. 01; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1018/4º.S.) em 08 de março de 1983. Pp. 01-02.

[678] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 12 de outubro de 1982. Pp. 01-02; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 1018/4º.S.) em 08 de março de 1983. Pp. 01-02.

[679] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 12 de outubro de 1982. "Nota Anexa" P. 01.

[680] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 12 de outubro de 1982. "Nota Anexa" P. 01.

Dadas estas observações, verifica-se que a fábrica não cumpria com muitos dos requisitos mínimos impostos pela legislação para prover trabalhadores e trabalhadoras de condições adequadas de higiene. Da mesma forma que parecia não cumprir com os cuidados em relação à poluição sonora a que estavam submetidos, pois chama a atenção para a necessidade do uso de *"protetores auriculares adequados para cada caso"* por *"todo o pessoal"* que trabalhava *"em setores sujeitos a um nível de ruídos bastante elevado (superior a 85 dB) como sejam as secções de fiação, batedores, tecelagem etc."* [681]

Na vistoria realizada em 26 de novembro de 1985 os Serviços Industriais passaram a exigir da fábrica uma *"atualização dos serviços de segurança"* e por isso solicitaram um levantamento dos *"dispositivos de detecção de incêndios e de combate automáticos dos mesmos"*.[682] Afinal, as falhas na prevenção e capacidade de combate a incêndios não foram solucionadas na sua totalidade.

O mesmo aconteceu em relação ao problema de captação dos resíduos e da sujeira do ar, pois foi uma irregularidade que não tivera solução. Por isso, solicitou-se à Sampaio, Ferreira & Cia. um levantamento *"dos dispositivos de captação de poeiras instalados que impedem que o ar ambiente possa ser contaminado pelas poeiras recolhidas ou mesmo com fibras soltas, mesmo durante a limpeza dos referidos dispositivos de captação"*.[683]

O mesmo auto de vistoria acrescentou ainda a necessidade de se verificar as *"tarefas e produtos perigosos usados e de equipamento de proteção individual"* disponíveis e quais eram as medidas que a fábrica tinha tomado no sentido de educar e obrigar operários e operárias a se autoprotegerem contra esses riscos por meio de um levantamento

> *das medidas tomadas para obrigar os trabalhadores em contatos com processos e/ou produtos perigosos a usar o equipamento de proteção recomendados; das ações de esclarecimento dos trabalhadores quanto aos riscos a que estão sujeitos no desempenho de suas tarefas, das precauções que devem ser tomadas, do significado dos símbolos*

[681] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 12 de outubro de 1982. P. 02; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício n° 1018/4°.S.) em 08 de março de 1983. Pp. 01-02.

[682] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 26 de novembro de 1985. Pp. 01-02; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício n° 551/DL) em 02 de abril de 1986. P. 01.

[683] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 26 de novembro de 1985. P. 02; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício n° 551/DL) em 02 de abril de 1986. P. 01.

> *contidos nos rótulos das embalagens dos produtos perigosos que manipulam e da necessidade de cumprir rigorosamente as instruções aí contidas.*[684]

Por fim, as irregularidades mencionadas em praticamente todos os autos anteriores foram elencadas na vistoria de 16 de outubro de 1990, a última realizada sob o Decreto nº 46924.[685]

A vistoria seguinte, e última que se realizou na Sampaio, Ferreira & Cia., ocorreu em 29 de janeiro de 1992[686] e foi realizada nos termos do Decreto-Lei 109/91, de 15 de março de 1991; que

> *estabeleceu as regras disciplinadoras do exercício da atividade industrial com o objetivo de prevenir os riscos e inconvenientes resultantes da laboração dos estabelecimentos industriais, tendo em vista salvaguardar a saúde pública e dos trabalhadores, a segurança de pessoas e bens, a higiene e segurança dos locais de trabalho, o correto ordenamento do território e a qualidade do ambiente.*[687]

Tal como em todas as inspeções anteriores, concedeu-se a autorização para *"laboração a título provisório"* e foi dado 365 dias para a Sampaio, Ferreira & Cia. cumprir as condições impostas pelos Serviços Industriais.[688] A fábrica contava, então, com 868 postos de trabalho ocupados.

Em conclusão, durante a maior parte da segunda metade do século XX ocorria a mesma situação: fazia-se uma vistoria na Sampaio, Ferreira & Cia.; detectava-se que a fábrica não cumpria com algumas normas relativas às condições de higiene, salubridade e segurança (ou também sobre outras questões, como a poluição que provocava no rio Ave); dava-se permissão de funcionamento em caráter experimental/provisório com um prazo para solucionar as irregularidades. Ao fim deste prazo, fazia uma nova vistoria; detectava-se que a Sampaio, Ferreira & Cia. não havia dado solução às irregularidades; apontavam-se as irregularidades anteriores e outras que porventura fossem percebidas; e dava-se nova permissão de funcionamento em caráter experimental/provisório com um novo prazo para solucionar as irregularidades. Findo este prazo,

---

[684] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 26 de novembro de 1985. P. 02; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 551/DL) em 02 de abril de 1986. P. 01.

[685] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 16 de outubro de 1990. Pp. 01-02; Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício nº 551/DL) em 04 de dezembro de 1990. Pp. 01-03.

[686] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Auto da vistoria de 21 de janeiro de 1992. Pp. 01-05.

[687] DRE. Diário da República n.º 62/1991, Série I-B de 1991-03-15. Decreto Regulamentar n.º 10/91 de 15 de março de 1991. P. 1377.

[688] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Comunicado à Sampaio, Ferreira & Cia. (Ofício 1195/DL) em 10 de março de 1992. P. 01.

uma nova vistoria era realizada, às vezes com muitos meses de atraso, e o ciclo se repetia. Deste modo, a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. acabou por nunca receber dos Serviços Industriais a aprovação definitiva para funcionamento, desde 1966, quando foi promulgado o Decreto nº 46924; tampouco deu solução às irregularidades que punham em risco a vida de trabalhadores e trabalhadoras.

2.6. As transgressões da memória.

A idealização de Narciso Ferreira e da Sampaio, Ferreira & Cia., construída pelas narrativas memoriais hegemônicas, fez com que fosse silenciada toda perspectiva que se contrapusesse à imagem positiva a ele atribuída. A seleção cuidadosa de eventos narrados e repetidos ao longo de décadas; a atribuição de valores morais positivos; a construção simbólica material, monumental, arquitetônica e urbanística; e a seleção dos sujeitos sociais a quem se dava voz formaram os alicerces sobre o qual se assentaram as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira.

O mesmo ocorreu com a própria Sampaio, Ferreira & Cia., pois dela se recorda o seu importante papel na industrialização e no desenvolvimento urbano de Riba d'Ave e da própria Bacia do Ave. Assim, as narrativas memoriais hegemônicas, ao tratarem da fábrica, também suprimiram as vozes dissonantes que evidenciariam seus aspectos negativos, sobretudo no que diz respeito às transgressões que cometia, ao provocar forte impacto ambiental pela poluição do rio Ave e ao descumprir sistematicamente a legislação que regulamentava as construções e ampliações fabris e que estabelecia normas mínimas de segurança aos trabalhadores e trabalhadoras.

Durante décadas, suas transgressões provocaram embates entre a fábrica e o poder público e evidenciam que a Sampaio, Ferreira & Cia. sistematicamente sobrepôs seu interesse privado sobre o interesse público; e mostram que seu poder econômico e político foram instrumentos para que não precisasse se submeter às leis, autorizando-se a transgredir.

A saúde, a segurança e a dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras ficaram em segundo plano. O rio Ave foi poluído por décadas. As instituições reguladoras foram sistematicamente ignoradas e desafiadas. Nunca mencionavam os proprietários ou sócios da Sampaio, Ferreira & Cia. nos autos de transgressão. Sempre os responsáveis eram "turbineiros", "encarregados", "chefe de pessoal" etc. Suas existências como sujeitos históricos só eram

lembradas quando era preciso que fossem responsabilizados por algum problema causado pela fábrica.

Desse modo, as narrativas memoriais hegemônicas, em suas múltiplas manifestações, consolidaram e, ao mesmo tempo, evidenciam o abismo social e a disparidade de poder entre Narciso Ferreira e seus herdeiros em relação a seus trabalhadores, trabalhadoras e à comunidade que sofreu diretamente com as transgressões da Sampaio, Ferreira & Cia., independentemente dos benefícios que a ela tenham sido concedidos.

Todas as transgressões sistemáticas, porém, foram suprimidas das narrativas memoriais hegemônicas, tendo sido, portanto, ativamente esquecidas (Ricoeur, 2007 [2004], p. 455); ou então, apenas brevemente mencionadas, como uma nota de rodapé ao desenvolvimento industrial. Tal como foram silenciadas as vozes dissonantes sobre Narciso Ferreira; toda a memória que não convinha à Sampaio, Ferreira & Cia. também fora suprimida. E estas transgressões, as transgressões da memória, que minimizaram, omitiram e silenciaram; ao lado das outras transgressões, talvez não tenham sido as mais graves, mas, certamente, as mais duradouras.

Parte VII

Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1996-2019): fim das atividades produtivas, abandono, degradação e ressignificação como patrimônio.

1.1. 2000: o fim do século XX.

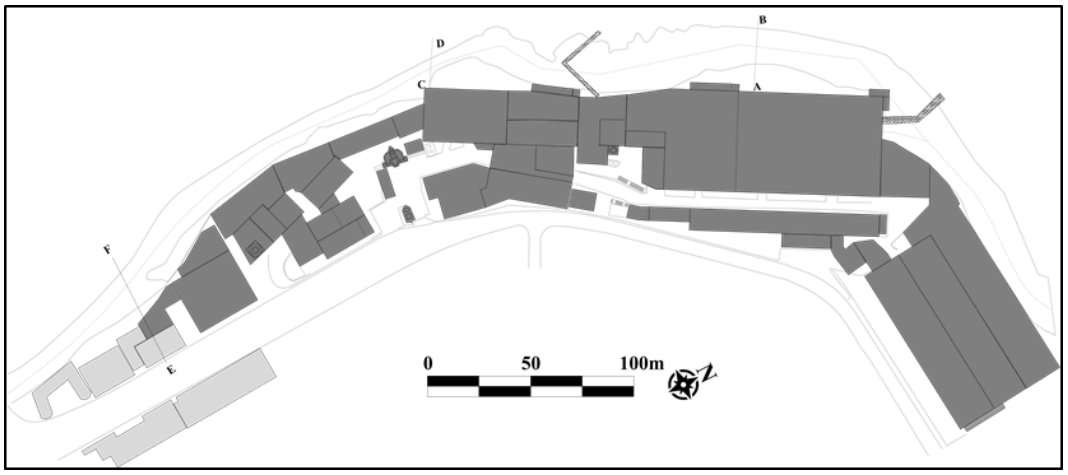


Figura 549: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2000. (CdA)

No último ano do século, o conjunto edificado da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. parecia ainda não ter sentido os efeitos do declínio econômico das décadas anteriores e nenhuma alteração na volumetria do conjunto foi realizada (Figura 549). Embora suas atividades tivessem se reduzido, a fábrica a inda estava em funcionamento (Figura 550).

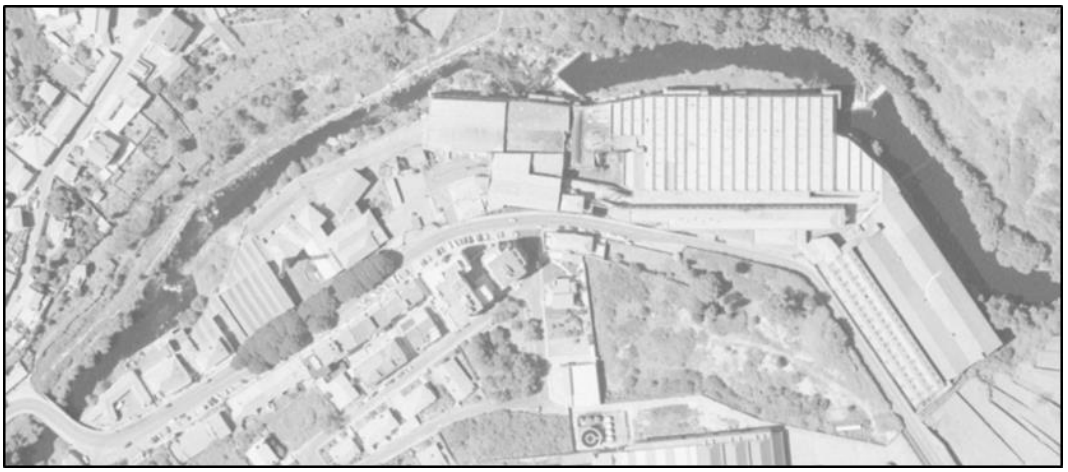


Figura 550: fotografia aérea vertical da SFC, 2000. (DGT)

1.2. 2004: o último ano de atividades

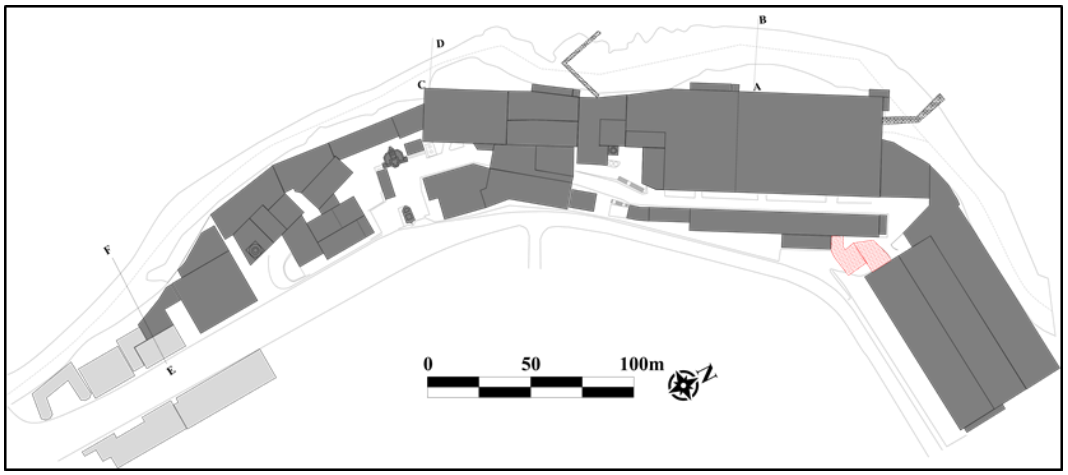


Figura 551: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2004. (CdA)

Entretanto, no ano de 2004 já se começava a sentir os efeitos da diminuição das atividades produtivas no seu conjunto edificado e do desuso progressivo de suas instalações. A pequena conexão entre os edifícios nº 5 e 6 aparecia demolida em fotografia de satélite daquele ano (Figura 551 e Figura 552).

Este seria o último ano de funcionamento da atividade produtiva.

Em 2005 a Sampaio, Ferreira & Cia. fechou suas portas. Ela tinha 109 anos.



Figura 552: fotografia de satélite da SFC, 21 de março de 2004. (GE)

1.3. 2006: 110 anos de história

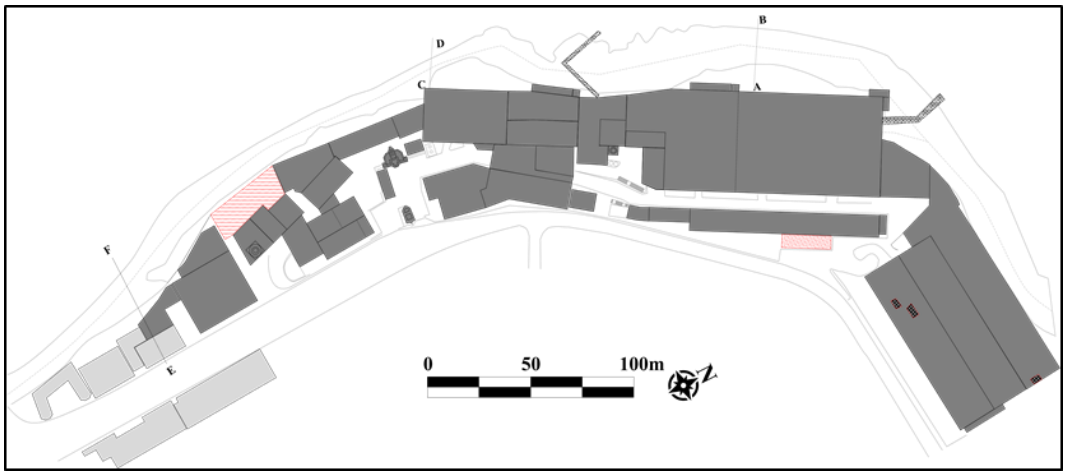


Figura 553: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2006. (CdA)

2006 seria o ano em que ano em que a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. completaria 110 anos de história. Entretanto, acabou por se tornar o primeiro ano de abandono após o encerramento das atividades produtivas. Naquele ano já se viam outras demolições em edifícios do complexo fabril (Figura 553), como o caso das edificações nº 5, da qual nada sobrou; e nº 15, da qual se conservou a parede exterior voltada para o rio Ave (Figura 554).



Figura 554: fotografia de satélite da SFC, 30 de outubro de 2006. (GE)

1.4. 2010-2015: degradação em curso.

1.4.1. 2010

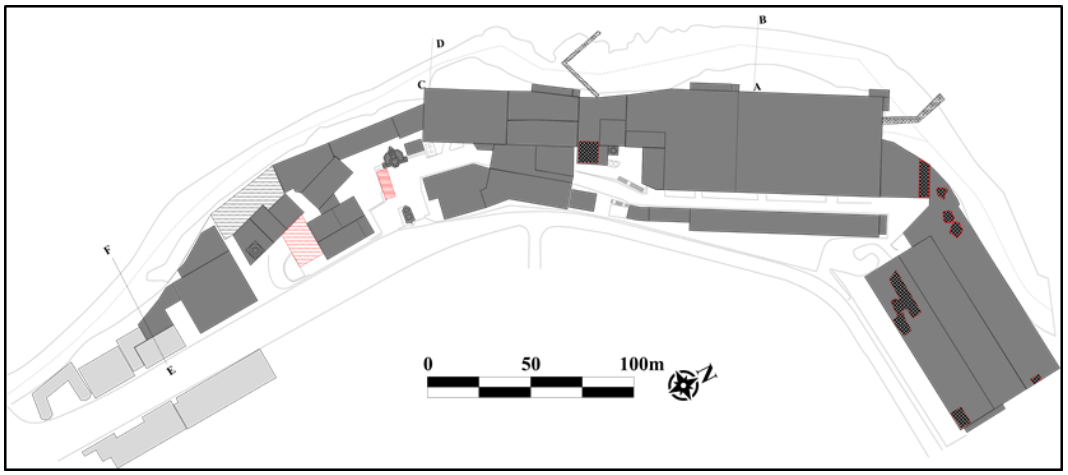


Figura 555: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2010. (CdA)

O ano de 2010 foi o primeiro ano sobre o qual se encontrou registros fotográficos que evidenciavam de maneira explícita os sinais da degradação pelo qual a fábrica havia passado nos 5 anos anteriores, desde o encerramento da atividade produtiva (Figura 555). Há cinco fotografias de satélite do complexo fabril para o ano de 2010. Naquele ano quatro fotos de satélite foram tiradas entre março e julho (Figura 556) que mostram ervas daninhas a tomarem parte dos corredores e o entulho por ali acumulado. Na edificação n° 6 muitas das telhas estavam quebradas e já havia grandes buracos no seu telhado. O mesmo ocorrera na edificação n° 12, na sua secção 12.1, do lado voltado ao corredor central, em que o telhado também cedeu. Além disso, a cobertura para automóveis em frente ao monumento a Narciso Ferreira já havia sido retirada.



Figura 556: fotografias de satélite da SFC em 2010. (GE)

a. 14 de março de 2010; b. 18 de junho de 2010; c. 26 de junho de 2010; d. 04 de julho de 2010

A quinta imagem de satélite do conjunto fabril pode ser encontrada no Portal Geográfico de Vila Nova de Famalicão (Figura 557) e possivelmente foi tirada entre agosto e dezembro. Isso porque a cobertura da porção mais ao norte da edificação nº 9 aparece como tendo caído, mas está intacta nas quatro imagens anteriores.



Figura 557: fotografia de satélite da SFC, entre agosto e dezembro de 2010. (PGVNF)

Além disso, todas as cinco imagens mostram que a porção mais ao sul da edificação nº 17 havia sido parcialmente demolida, tendo sido mantidas apenas as paredes exteriores. Esta alteração, provavelmente, foi realizada no período entre 2006 e 2010, pois em um vídeo de janeiro de 2010 ela já aparecia sem cobertura (Figura 558).[689]



Figura 558: paredes do edifício nº 17. (BP)

Frame aos 1min05s do vídeo "Armando Carvalho, presidente da Junta de Freguesia de Riba d`Ave".

[689] BP. http://patridacom.blogspot.com/2010/01/presidente-da-junta.html acesso em 01 de março de 2017.

1.4.2. 2012

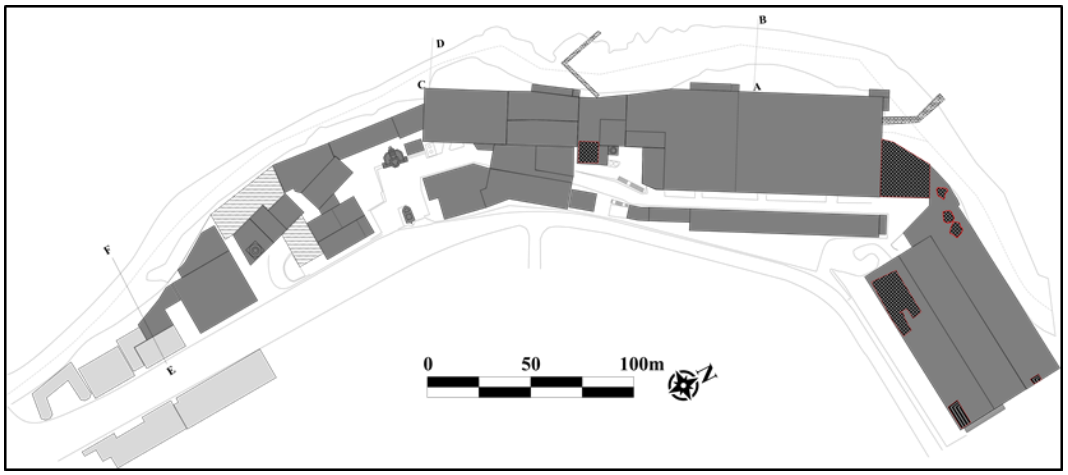


Figura 559: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2012. (CdA)

Em 2012, verifica-se que desde 2010 progrediu a degradação dos telhados dos edifícios nº 6, 8 e 9, sendo que o último perdeu totalmente a cobertura (Figura 559 e Figura 560).



Figura 560: fotografia de satélite da SFC, 22 de junho de 2012. (GE)

1.4.3. 2013

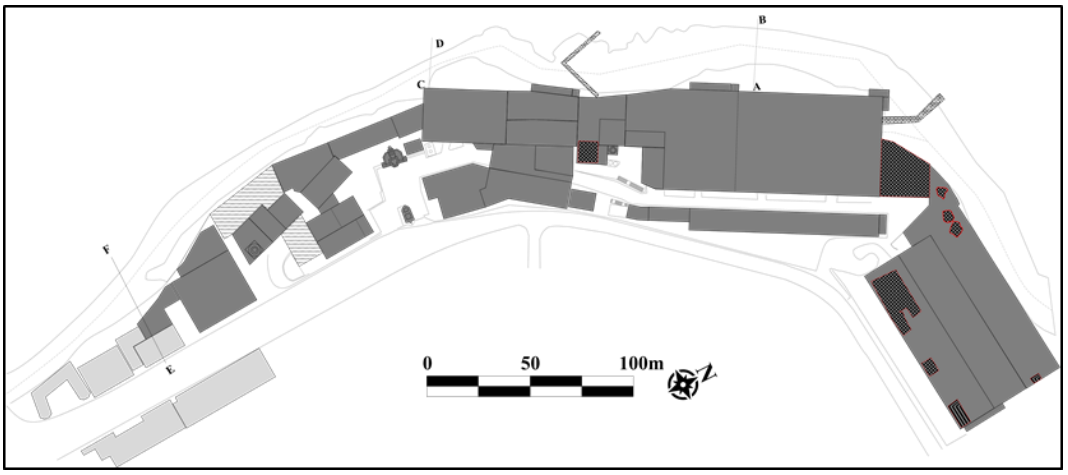


Figura 561: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2013. (CdA)

As mesmas edificações mencionadas a respeito do ano de 2012 continuaram a se degradar ainda mais, especialmente a edificação de nº 6 (Figura 561 e Figura 562).



Figura 562: fotografia de satélite da SFC, 12 de maio de 2013. (GE)

1.4.4. 2015

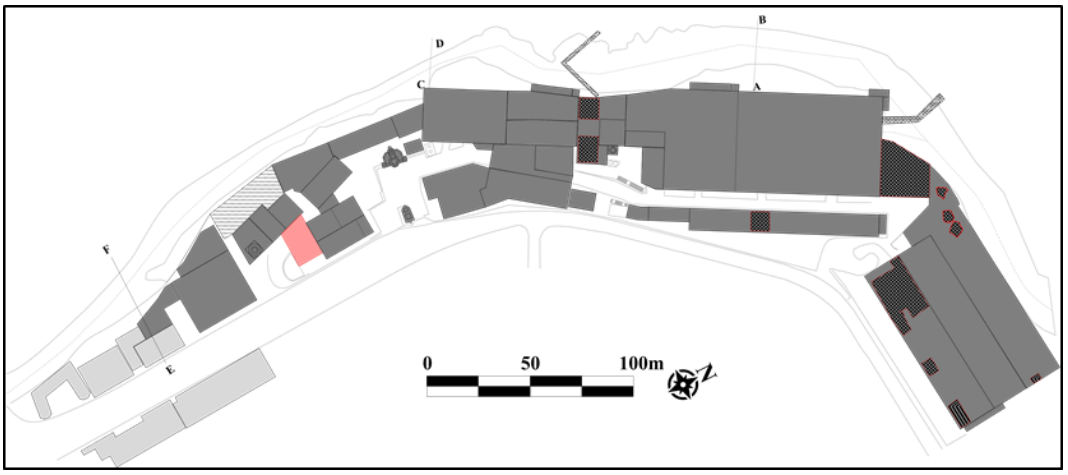


Figura 563: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2015. (CdA)

Nos três anos entre 2012 e 2015 o abandono agravou a deterioração do conjunto fabril (Figura 563). Além de se agravar a situação da edificação de nº 6, especialmente; a edificação de nº 12, na sua secção 12.1, perdeu outra parte do telhado, na área voltada para o rio Ave. Também a edificação de nº 4 perdeu parte do telhado, na área mais ao centro do edifício. Por sua vez, foi nesse período que a edificação de nº 17 ganhou uma cobertura, pois ela fazia parte do conjunto reutilizado para fins privados (Figura 563 e Figura 564).

Foi no início de 2015 que ocorreram as primeiras visitas à Sampaio, Ferreira & Cia. para desenvolver esta investigação.



Figura 564: fotografia aérea vertical da SFC, 2015. (CigeoE)

1.8. 2016-2018: dos 120 anos da Sampaio, Ferreira & Cia. ao Museu da Memória Viva

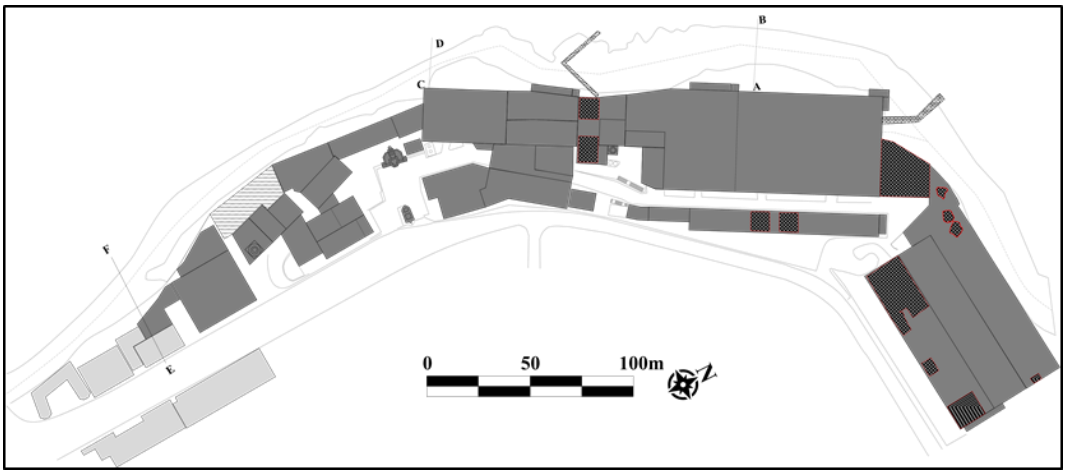


Figura 565: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2016. (CdA)

Foi no estado de abandono e arruinamento progressivo em que se encontrava em 2016 (Figura 565 e Figura 566) que a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. foi alvo de um concurso de ideias para reabilitá-la. A fábrica completou naquele ano 120 anos de história.



Figura 566: fotografia de satélite da SFC, 07 de julho de 2016. (GE)

1.9. 2019: inauguração do Museu da Memória Viva

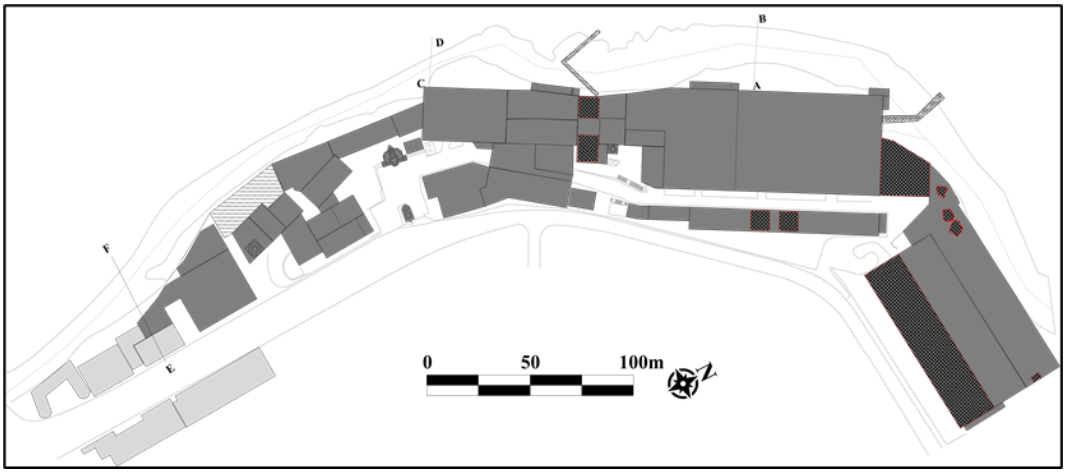


Figura 567: croqui de referência sobre a organização do complexo fabril para 2019. (CdA)

Em outubro de 2019, quando da inauguração do Museu da Memória Viva em Riba d'Ave para comemorar os 75 anos da Fundação Narciso Ferreira, verificou-se a última grande alteração na fábrica com a demolição do telhado da edificação nº 6 sem que houvesse qualquer preocupação em preservar as telhas e os pilares de ferro que o sustentavam (Figura 567e Figura 568).



Figura 568: fotografia de satélite da SFC, julho de 2019. (GE)

Capítulo 2. A memória entristecida: o encerramento das atividades da Sampaio, Ferreira & Cia.

As coisas florescem no tempo devido. Elas brotam e dão botões, florescem e desaparecem. Tudo em sua hora.
(Neil Gaiman. "O Livro do Cemitério")

"Fim da linha para pioneira do têxtil no Vale do Ave",[690] *"Têxtil 'Sampaio Ferreira' declarada falida"*,[691] *"Sampaio Ferreira encerrada"*.[692] Estes foram alguns dos títulos das reportagens publicadas em agosto de 2005 que anunciavam o fim das atividades da Sampaio, Ferreira & Cia., cuja insolvência ocorrera em 07 de junho de 2005.[693]

No jornal *Público*, afirmava-se que

> *os credores da empresa Sampaio, Ferreira, de Riba de Ave, Famalicão, decidiram (...) em assembleia, encerrar "em definitivo" aquela que foi a primeira e a maior empresa da região do Vale do Ave, com mais de cem anos de história. Após décadas de sucesso, que lhe permitiram ter mais de dois mil funcionários, a fábrica viveu uma lenta agonia que levou, nos últimos meses, a que os 200 trabalhadores que restavam fossem rescindindo os contratos de trabalho.*[694]

Ressaltou-se, portanto, o contraste entre as décadas de sucesso e a *"lenta agonia"*[695] ou as *"dificuldades sentidas"*[696] nos últimos meses de sua existência, que fizeram com que os operários da fábrica passassem a fazer, *"oficialmente, parte dos 40 mil desempregados do Vale*

---

[690] Monteiro, Emília. "Fim da linha para pioneira do têxtil no Vale do Ave". In Jornal Público. 19 de agosto de 2005. https://www.publico.pt/2005/08/19/jornal/fim-da-linha-para-pioneira-do-textil–no-vale-do-ave-35182 Acesso em 29 de março de 2016.

[691] Magalhães, Álvaro. "Têxtil 'Sampaio Ferreira' declarada falida". In Jornal Diário do Minho. 20 de agosto de 2005. http://www.diariodominho.pt/conteudos/23782 Acesso em 04 de novembro de 2015.

[692] Sem autoria. "Sampaio Ferreira encerrada". In Jornal Portugal Têxtil. 25 de agosto de 2005. http://www.portugaltextil.com/sampaio-ferreira-encerrada/ Acesso em 29 de março de 2016.

[693] DRE. Diário da República – III Série. N° 130. 08 de julho de 2005. P. 14690.

[694] Monteiro, Emília. "Fim da linha para pioneira do têxtil no Vale do Ave". In Jornal Público. 19 de agosto de 2005. https://www.publico.pt/2005/08/19/jornal/fim-da-linha-para-pioneira-do-textil–no-vale-do-ave-35182 Acesso em 29 de março de 2016.

[695] Monteiro, Emília. "Fim da linha para pioneira do têxtil no Vale do Ave". In Jornal Público. 19 de agosto de 2005. https://www.publico.pt/2005/08/19/jornal/fim-da-linha-para-pioneira-do-textil–no-vale-do-ave-35182 Acesso em 29 de março de 2016.

[696] Sem autoria. "Sampaio Ferreira encerrada". In Jornal Portugal Têxtil. 25 de agosto de 2005. http://www.portugaltextil.com/sampaio-ferreira-encerrada/ Acesso em 29 de março de 2016.

do Ave"[697] e para receber o que lhes era de direito teriam de esperar pela venda dos bens da fábrica.[698]

Entretanto, esta *"lenta agonia"* durou mais do que os meses antecedentes ao fim de suas atividades, como evidencia o *Relatório do Processo de Insolvência da Sampaio, Ferreira & Cia.,* produzido pelo Administrador da Insolvência, Sr. Nuno Oliveira da Silva.[699]

Segundo o *Relatório do Processo de Insolvência*, desde 05 de maio de 1998 a fábrica já exercia suas atividades no regime de gestão controlada, sob o abrigo do Decreto Lei 132 de 23 de abril de 1993,[700] que aprovava o *Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência*.[701]

Entretanto, os acordos com o Estado não foram concretizados pela Sampaio, Ferreira & Cia., como *"previsto no Projeto de Revitalização", "assim como o reflexo em termos patrimoniais desse contrato de cessão de créditos".* Então, *"as negociações com o IGFSS* [Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social] *foram penosamente arrastadas ao longo de sete anos",* na qual o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave foi dado como pagamento da dívida, tendo sido o contrato *"assinado em dezembro de 2003 e só escriturado em março de 2005 por inércia do IGFSS"*.[702]

A dação de um prédio da Sampaio, Ferreira & Cia. para regularizar os créditos apurados pelo processo judicial de 1998 foi proposta pela gerência da fábrica em 2001 e era *"condição*

---

[697] Monteiro, Emília. "Fim da linha para pioneira do têxtil no Vale do Ave". In Jornal Público. 19 de agosto de 2005. https://www.publico.pt/2005/08/19/jornal/fim-da-linha-para-pioneira-do-textil–no-vale-do-ave-35182 Acesso em 29 de março de 2016.

[698] Monteiro, Emília. "Fim da linha para pioneira do têxtil no Vale do Ave". In Jornal Público. 19 de agosto de 2005. https://www.publico.pt/2005/08/19/jornal/fim-da-linha-para-pioneira-do-textil–no-vale-do-ave-35182 Acesso em 29 de março de 2016.; Sem autoria. "Sampaio Ferreira encerrada". In Jornal Portugal Têxtil. 25 de agosto de 2005. http://www.portugaltextil.com/sampaio-ferreira-encerrada/ Acesso em 29 de março de 2016.

[699] ENOS. Relatório de Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. In https://www.nunooliveiradasilva.pt/insolvencia/33 arquivo: "Relatório nos termos do artigo 155º do C.I.R.E.". Acesso em 13 de abril de 2017.

[700] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 06.

[701] DRE. Decreto-Lei n.º 132/93. Diário da República n.º 95/1993, Série I-A de 23 de abril de 1993. In https://data.dre.pt/eli/dec-lei/132/1993/04/23/p/dre/pt/html

[702] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 06.

necessária à viabilização econômica e financeira da empresa".[703] Entretanto, *"foi tal solução sucessivamente adiada, refletindo um mutismo sistemático".*

Até que em outubro de 2004, a gerência da Sampaio, Ferreira & Cia. reuniu-se com o Chefe de Gabinete do Ministro da Segurança Social da Família e da Criança e com um representante do IGFSS para apresentarem um dossier para o processo de recuperação econômica da fábrica: *"a situação era fortemente deficitária e perspectivavam-se uma certa contestação dos trabalhadores e pressão dos fornecedores só sanada com o recurso ao financiamento bancário a médio prazo".* A proposta foi aceita com a condição de que um edifício da empresa fosse entregue para liquidar as dívidas de 1998. Com isso, previu-se *"um equilíbrio tem termos patrimoniais"* e foi elaborado *"um projeto de financiamento de apoio à tesouraria e ao investimento tecnológico".*[704]

Porém, mais uma vez impasses na realização da escritura[705] atrasaram sua concretização, o que levou o relator a salientar que a atividade têxtil não possuía *"oxigênio para tal inércia"* que acabou por se traduzir

> *numa limitação de ordem financeira crescente, acumulando improdutividade e inviabilizando qualquer acesso a fontes de financiamento bancário para a poio à tesouraria corrente, que originou paragens na atividade produtiva reflexo da ruptura no abastecimento de matérias-primas e na satisfação de encomendas à última estação Outono/Inverno 2005.*[706]

Desta forma, conforme assinala o *Relatório de Insolvência*, *"os déficits da tesouraria",* somados à *"recessão econômica mundial e nacional, à estagnação da procura do mercado de tecidos e* [à] *concorrência com novos países terceiros, comprometeu o projeto de recuperação econômico-financeira"* da Sampaio, Ferreira & Cia., pois a fábrica não conseguiu diversificar a

---

[703] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 06.

[704] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 07.

[705] O IGFSS colocou o contrato como sendo de "Dação e Usufruto", mas deveria ter sido "Dação e Contrato de arrendamento", pois conforme o relator da insolvência, o primeiro era "impossível de se fazer".

[706] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 07.

produção, não realizou investimentos em tecnologia e marketing e não promoveu a *"racionalização da estrutura de pessoal"*.[707]

Segundo o *Relatório de Insolvência*, a atuação da Sampaio, Ferreira & Cia. em *"nichos de produtos tradicionais"* não foi suficiente para enfrentar a competição estrangeira pelo mercado de têxteis. Somado a isso, o *"terceiro quadrimestre de 2004"* foi *"excepcionalmente fraco"*, de modo que os lucros sequer cobriam os custos com pessoal. A solução proposta pela fábrica aos delegados sindicais era de reduzir o número de trabalhadores para a metade e como justificativa usou o fato de idade média dos operários ser de 50 anos e de que o mercado exigia *"adaptação da quantidade e qualidade de trabalhadores à nova realidade tecnológica"*.[708]

Os atrasos no subsídio de Natal de 2004 e nos salários de janeiro e fevereiro de 2005 fizeram com que os operários da fábrica entrassem em greve em março. Na negociação a Sampaio, Ferreira & Cia. propôs que 20 trabalhadores suspendessem a greve para finalizar uma encomenda no valor de 200.000 euros, valor suficiente para pagar *"um mês de salários e retomar a atividade da empresa, a qual já detinha uma carteira de encomendas satisfatória e recente"*.[709]

A resposta dos sindicatos teria sido de que *"os trabalhadores 'não estão para venderem seus postos de trabalho'"* e, segundo o relatório, estavam irredutíveis,[710] pois, à época do *Relatório de Insolvência* os trabalhadores remanescentes ainda estavam em greve. De um total de cerca de 200 operários, *"durante os meses de março e abril* [de 2005] *cerca de 140 rescindiram os contratos de trabalho devido aos salários em atraso",* enquanto os cerca de 60 trabalhadores restantes *"mostravam-se insuficientes para assegurar uma eventual retomada da atividade produtiva da sociedade, tendo-se mantido, como forma de protesto, na entrada das instalações da sociedade".*[711]

---

[707] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) Pp. 07-08.

[708] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 08.

[709] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 08.

[710] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 08.

[711] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Relatório (artigo 155º do C.I.R.E.) P. 03.

O *Relatório de Insolvência* mostra que também os *"quadros médios e superiores da empresa também já a haviam abandonado, tendo inclusive o Técnico Oficial de Contas resolvido o contrato de prestação de serviços".*[712] Dias antes de a Sampaio, Ferreira & Cia. apresentar-se para declarar a insolvência, um dos gerentes[713] havia *"cessado as suas funções, por renúncia em 20 de Abril de 2005, dois dias antes da sociedade apresentar-se a Tribunal".*[714]

Além disso, a situação se agravava com o *"corte do fornecimento de energia eléctrica à parte fabril, devido a uma dívida que já ultrapassava os 25.000,00 euros".*

Assim, *"em face à irredutibilidade dos trabalhadores (...) a empresa deixou de gerar receitas e de obter meios financeiros para pagar os fornecedores",*[715] o que teria levado a gerência da Sampaio, Ferreira & Cia. a decidir-se por *"apresentar a empresa a tribunal em processo de insolvência",* em 21 de março de 2005.[716]

No processo de insolvência, a Sampaio, Ferreira & Cia. afirmou atender tanto às exigências dos trabalhadores quanto do IGFSS. Por um lado, a fábrica acusou os trabalhadores de serem *"manipulados pelos delegados sindicais"* por entenderem que *"a falência da empresa"* lhes seria *"mais vantajosa que a sua continuidade",* pois adquiririam *"direitos a usufruírem dum pacote subsidiário composto pelo 'Fundo de Garantia Social + Fundo de Desemprego + Reforma Antecipada'"* que lhes asseguraria *"o pagamento dos salários em atraso e respectivas indenizações por rescisão do contrato de trabalho".* Por outro lado, acusou o IGFSS de *"não ter querido concretizar em tempo útil as negociações e assinaturas relativas ao crédito aprovado em processo judicial de* [05 de maio de 1998]*, ao abrigo do DL132/93 de 23 de abril".*[717]

Em sua conclusão, o relator afirma que a decretação de insolvência da Sampaio, Ferreira & Cia. deveu-se *"à incapacidade da empresa a operar com capitais próprios negativos, em*

---

[712] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Relatório (artigo 155º do C.I.R.E.) P. 03.

[713] O Eng.º Joaquim António Magalhães Moura; o outro gerente era o Eng.º Abílio Augusto Seixo.

[714] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Relatório (artigo 155º do C.I.R.E.) P. 02.

[715] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 08.

[716] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 09.

[717] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 09.

assegurar a entrada de fundos e recursos próprios suficientes para permitir o cumprimento das suas obrigações para com seus fornecedores, banca, setor público e trabalhadores".[718]

Com isso, *"face à situação em que a sociedade se encontrava à data da declaração de insolvência, nomeadamente a permanência dos trabalhadores à porta das suas instalações, foi promovido (...) o encerramento antecipado do seu estabelecimento industrial".*[719]

Assim, conforme foi anunciado no Diário da República, *"no dia 07 de junho de 2005 (...) foi proferida a sentença de declaração de insolvência da devedora Sampaio, Ferreira & Cia., Lda.".* Fixou-se, então, o prazo de 30 dias para a *"reclamação de créditos"* e marcou-se para *"o dia 18 de agosto de 2005 (...) a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório* [de insolvência] *".*[720]

Alguns dias depois da sentença de insolvência, três deputados da República[721] enviaram um *Requerimento ao Presidente da Assembleia da República* para solicitar urgência na liberação dos direitos dos trabalhadores que se encontravam desempregados após o fechamento da fábrica.[722]

No documento, os deputados fizeram um breve relato da situação da fábrica e salientaram que a Sampaio, Ferreira & Cia. era *"uma das mais antigas fábricas têxteis do Vale do Ave"* e que veio, *"progressivamente, a proceder a uma redução substancial do seu número de trabalhadores".*[723] Porém, diferentemente do *Relatório de Insolvência*, que indica a perspectiva da fábrica sobre o encerramento e, de certa forma, culpabiliza os trabalhadores por uma posição *"irredutível",* o requerimento dos deputados apresenta, em parte, a situação dos trabalhadores sobre o fechamento da fábrica:

---

[718] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 09.

[719] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Relatório (artigo 155º do C.I.R.E.) P. 04. Embora no relatório a data da insolvência seja indicada como 07 de julho, no Diário da República de 08 de julho de 2005 (III Série, p. 14.690) consta que a insolvência foi em declarada em 07 de junho de 2005.

[720] DRE. Diário da República – III Série. Nº 130. 08 de julho de 2005. P. 14690.

[721] Os membros do Partido Socialista Nuno Sá, Miguel Laranjeiro e Manuel Mota.

[722] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Requerimento nº 548/x (1ª) – AC. 23 de Junho de 2005.

[723] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Requerimento nº 548/x (1ª) – AC. 23 de Junho de 2005. P. 01.

> *Em finais do ano de 2004, a empresa, alegando falta de encomendas e dificuldades de competir com os preços praticados por unidades fabris de outros países, deixou de pagar os salários e subsídios dos trabalhadores.*
> *Esta situação, de falta de pagamento de salários e subsídios, prolongou-se até a primeira quinzena do mês de março de 2005, sendo que a partir desse momento, cerca de 150 trabalhadores, num universo de 192, optaram por resolver, com base na referida justa causa, os seus contratos de trabalho com a Sampaio, Ferreira, S.A.* [sic.].
> *Imediatamente, em 19 de março de 2005, os cerca de 150 trabalhadores dirigiram-se ao Centro de Emprego, bem como o fundo de garantia salarial, tendo iniciado as competentes diligências para receberem os seus créditos salariais.*
> *Contudo, já decorreram 3 meses e os trabalhadores despedidos da Sampaio, Ferreira, S.A.* [sic.] *ainda não receberam os subsídios desemprego, nem o fundo de garantia salarial, bem como os seus créditos laborais.*[724]

A preocupação dos deputados era mais do que justificada, afinal, tal situação afetava *"centenas de famílias, sobretudo dos Concelhos de Vila Nova de Famalicão e de Guimarães, que se vêm agora sem quaisquer rendimentos e com graves carências econômicas, enfrentando dramáticas condições de vida"*.[725]

Além disso, o requerimento dos deputados acaba por salientar uma condição comum ao operariado das indústrias têxteis da Bacia do Ave, o envelhecimento e a baixa qualificação:

> *Mais se diga que, dada a pouco formação profissional da maioria dos desempregados, a sua idade avançada e o processo de insolvência em que a Sampaio, Ferreira S.A.* [sic.] *se encontra, não é previsível que os trabalhadores, a curto médio prazo, encontrem outra fonte de rendimentos.*[726]

Saliente-se que os trabalhadores não tiveram seus direitos garantidos precisamente porque a fábrica estava em dívida com a Segurança Social. Deste modo, após a declaração de insolvência, restaria esperar que se vendessem os bens da empresa para que lhes fosse pago o que era devido.

Entretanto, ainda que os imóveis que tenham passado obrigatoriamente a servir como garantia de que a Sampaio, Ferreira & Cia. cumpriria suas obrigações *"perante credores,*

---

[724] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Requerimento nº 548/x (1ª) – AC. 23 de junho de 2005. P. 01.

[725] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Requerimento nº 548/x (1ª) – AC. 23 de junho de 2005. P. 01.

[726] IAPMEI. MIE-DRP. Proc. 1/2722. Requerimento nº 548/x (1ª) – AC. 23 de junho de 2005. P. 02.

Segurança Social e BPI SA."; seu valor de mercado era insuficiente para cobrir o total das dívidas que possuía.[727]

Apenas as dívidas com a Segurança Social[728] ultrapassavam os 34 milhões de euros[729] e as dívidas salariais ultrapassavam os 5 milhões e 600 mil euros.[730]

Já o valor das cotas da Sampaio, Ferreira & Cia. totalizavam 142.513,67 euros[731] (Tabela 1) e o inventário do patrimônio predial contabilizava 191.606,68 euros para 55 edifícios.[732]

Sócios	Valor das Quotas
RIBALENE – Indústria Têxtil, S.A.	Euros 91.577,03
Maria Pia Jordans F. Lobo Vasconcelos	Euros 26.974,87
Abílio Augusto Seixo, Eng.º	Euros 18.879,88
José Luís Ferreira de Paiva	Euros 2.066,66
Jorge Sequeira da Costa Ferreira José Carlos Sequeira Ferreira Maria José Sequeira Costa Ferreira	Euros 1.946,28
Rui Thessen Ortigão de Oliveira, Eng.º Maria Emília Thessen Ortigão de Oliveira	Euros 745,06
Sampaio, Ferreira & Cª, Lda	Euros 323,89
	Euros 142.513,67

Tabela 1: Valor das quotas dos sócios da SFC em 2005. (ENOS)

In Relatório Insolvência de SFC Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Relatório (artigo 155º do C.I.R.E.) P. 02.

[727] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.) P. 09.

[728] Instituto de Segurança Social, I.P. (Centro Distrital de Braga)

[729] ENOS. Lista dos créditos de acordo com decisão a folhas 422 do Apenso de Reclamação de Créditos. Credor nº 141: Instituto de Segurança Social, I.P. (Centro Distrital de Braga). P. 07.

[730] ENOS. Proposta de Mapa de Rateio Parcial. P. 06.

[731] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Relatório (artigo 155º do C.I.R.E.) P. 02.

[732] ENOS. Inventário Predial da Sampaio, Ferreira & Cia. (Nº contribuinte 500239347) 10 de agosto de 2005. In Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. P. 38.

O patrimônio móvel da fábrica, por sua vez, aparece inventariado no *Relatório de Insolvência*,[733] mas não há a indicação do valor das peças, o que só foi realizado em 31 de julho de 2006.[734]

O inventário do *Relatório de Insolvência* de 2005 listou materiais das secções administrativa, comercial e produtiva da fábrica. A maquinaria têxtil foi organizada segundo algumas das secções e subsecções da produção têxtil: preparação, 1° bobinagem, contínuos, torcedores, Tinturaria Ramas, Tinturaria Telas, Acabamentos, Revista 1°, Revista 2°, Tecelagem, Remetagem e Urdissagem. Entretanto, em 2006, quando se organizou os *Termos da Venda* dos bens móveis da Sampaio, Ferreira & Cia., acrescentou-se alguns itens que não constavam no inventário, ainda que em alguns casos faltassem detalhes como a data e o modelo das máquinas.[735]

Fica evidente, pela análise do inventário, que a falência da Sampaio, Ferreira & Cia. representou também a perda de parte do patrimônio industrial móvel que compunha a história do têxtil na Bacia do Ave. Perderam-se peças ainda em funcionamento que remontavam à consolidação e ao apogeu da indústria têxtil na região: no setor de Preparação havia um abridor da marca britânica *Tweedales*, do ano de 1935; e outro da marca alemã *Hergeth*, do ano de 1952; no setor de Acabamentos, duas Cardas da marca alemã *Franz Müller*, datadas de 1945; na Tinturaria, uma autoclave da marca alemã *Thies*, de 1950; e uma máquina de secar *Welker* de 1955.

Sobretudo no aspecto produtivo, ali estava presente parte do patrimônio industrial têxtil não apenas da Sampaio, Ferreira & Cia., mas da própria Bacia do Ave. Portanto, a perda dessa cultura material também tem significado porque compunha parte da história do desenvolvimento tecnológico da indústria têxtil, das relações de circularidade tecnológica na Europa, uma vez que o maquinário provinha de diferentes países; e de como se dava o incremento industrial em Portugal sob o Estado Novo e na sua transição para a democracia. Isso sem contar a perda documental

---

[733] ENOS. Inventário (artigo 153° do C.I.R.E.). In Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo n° 1414/05.5TJVNF do 4° Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. P. 30-38.

[734] MIT. Processo de Insolvência de Sampaio, Ferreira & Cia. Processo n° 1414/05.5TJVNF do 4° Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. "Termos da venda a realizar, tendo por objeto os bens móveis que ainda integram a massa insolvente". 31 de julho de 2006.

[735] MIT. Processo de Insolvência de Sampaio, Ferreira & Cia. Processo n° 1414/05.5TJVNF do 4° Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. "Termos da venda a realizar, tendo por objeto os bens móveis que ainda integram a massa insolvente"; lista dos 44 lotes a serem vendidos. 31 de julho de 2006. Pp. 1-16.

textual e virtual que estavam nos computadores da empresa, que poderiam contribuir para melhor compor a história econômica e social em volta da fábrica.

Considerando-se apenas o maquinário relacionado diretamente à produção têxtil, sem considerar a área administrativa e comercial da empresa; o inventário permite verificar que o número absoluto de máquinas em funcionamento, quando do fechamento da Sampaio, Ferreira & Cia., eram na sua maioria das décadas de 1960, 1970 e 1980 (Tabela 2).

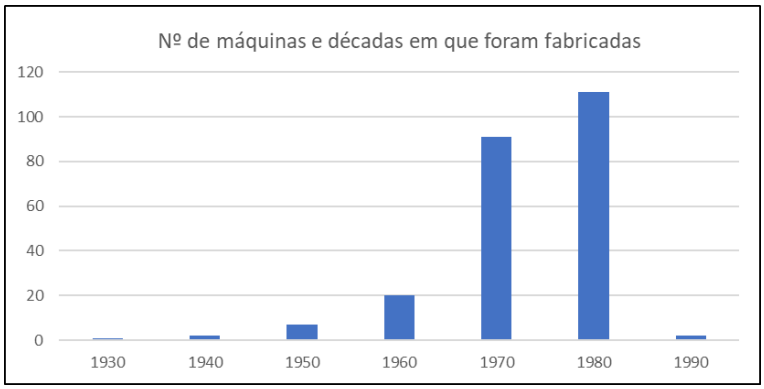


Tabela 2: análise do inventário - número de máquinas da SFC e décadas de fabricação.

A década de 1970 se destaca pelo número de Cardas e Contínuos utilizados na fábrica e que foram produzidos naquela década: havia 20 contínuos da marca *Weller*, modelo S75 para 432 fusos, todos do ano de 1976; no setor de Preparação, havia 20 exemplares da Carda da marca *Crostrol Varga*, modelo S5, todas do ano de 1977. Já a década de 1980 se destaca porque nos setores de Revista nº 1 e nº 2, havia 25 máquinas de revista da marca *SF* do ano de 1984; 20 aspiradores têxteis *Electro Jet*, de 1989; na Tecelagem, 14 da marca *Somet*, modelo master SM 93, do ano de 1987; e outros 20 teares *Dornier*, modelo HTV6/S, do ano de 1989.

Entretanto, o número de máquinas não significa que a fábrica as tenha adquirido no ano em que foram fabricadas. Ou seja, pode ter acontecido de que as máquinas incorporadas à produção fossem de anos anteriores ou, talvez, até ultrapassadas, senão obsoletas. Isso porque o inventário só registra o ano de fabricação das máquinas e não o ano em que foram adquiridas.

O ano de aquisição só aparece em referência aos bens das áreas administrativa e comercial. Estes dados evidenciam que, enquanto nos anos 1990 parece ter havido uma queda abrupta na aquisição de maquinário produtivo têxtil, houve investimentos em tecnologia nas áreas administrativa e comercial. Por exemplo, dos 16 computadores da fábrica, 15 foram adquiridos entre 1999 e 2004 e um em 1996; e as licenças dos softwares foram adquiridas entre 2001 e

2004. No laboratório, quatro dos 10 itens listados foram adquiridos nos anos 90 e os outros cinco em 1989 e um em 1985; além de duas balanças de 1991 e uma balança dos anos 2000.

Ainda assim, o inventário evidencia a obsolescência do maquinário e o consequente atraso tecnológico na produção têxtil da Sampaio, Ferreira & Cia. no início da década de 2000, com máquinas cuja tecnologia datava de até 45 anos antes do encerramento da fábrica; isso sem se considerar as máquinas em uso fabricadas nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

Portanto, de um lado, o inventário da Sampaio, Ferreira & Cia. confirma que a fábrica se beneficiou nos *"anos sessenta da abertura econômica do país ao exterior e constituindo desde então o principal ramo exportador da economia"* (Silva E. G., 2012, p. 105), que pode ter lhe permitido investir em tecnologia produtiva naquela década e na seguinte, como evidencia o volume de máquinas do período presente no inventário, ainda que em termos estruturais a fábrica tenha crescido em volume do conjunto edificado, principalmente nas décadas de 1950 e 1960.

Segundo Silva, *"o setor têxtil foi alvo de uma progressiva liberalização que acompanhou o movimento global de integração econômica do país e os Acordos estabelecidos no âmbito do GATT*[736] *(atual OMC)"* que *"durante algum tempo",* beneficiaram a indústria têxtil pela adoção de *"um conjunto de práticas protecionistas, no quadro do Acordo Multi-Fibras (Multi-Fiber Arrangement) estabelecido em 1974"* (Silva E. G., 2012, p. 105).

Aguiar & Martins vão além e sugerem que esta progressiva liberalização econômica, de que fala Silva, é um dos três fatores que contribuíram para que o período entre 1951 e 1973 fosse um ciclo *"positivo de crescimento tendencial da produtividade industrial"* em Portugal. Segundo os autores, essa *"política de abertura económica do país ao exterior"* foi materializada pela *"adesão à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) em 1960",* à *"Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE), ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial em 1961, e ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1962".*

Entretanto, os autores salientam que, antes disso, foram as políticas governamentais industrialistas, *"consagradas nos Planos de Fomento quinquenais instituídos a partir de 1953",* com o objetivo de substituir as *"importações no mercado interno"* criaram *"infraestruturas públicas",* promoveram o *"investimento em setores industriais estratégicos capital-intensivos"* e

[736] General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio)

desenvolveram *"políticas fiscais e de crédito incentivadoras da industrialização e da reorganização das indústrias tradicionais".* Os autores não ignoram, porém, que *"apesar do Estado Novo ter assegurado um ambiente favorável ao investimento, preservou um conjunto de instituições que bloqueavam a afetação eficiente de recursos – protecionismo (moderado), condicionamento industrial e preços administrativos".* Por fim, a indústria portuguesa teria se beneficiado do *"dinamismo das economias europeias (...) que permitiu não apenas a expansão das exportações, mas também a emigração massiva",* que teria resultado também num aumento da produtividade industrial (Aguiar & Martins, 2004, pp. 09-10).

Em contrapartida, para Silva, *"a crescente exposição à concorrência internacional (...) tornou mais difícil a sobrevivência das empresas do setor* [têxtil], *refletindo-se mais recentemente num processo de desindustrialização"* (Silva E. G., 2012, p. 105). Para Aguiar & Martins, este processo coincide com um período de mudanças político-econômicas em Portugal que *"constituíram um ciclo negativo da tendência da produtividade industrial",* a partir de 1973 e, sobretudo entre 1974 e 1984 (Aguiar & Martins, 2004, pp. 09-10).[737]

Neste sentido, os autores identificam três fatores que contribuíram para o processo de desindustrialização que afetou Portugal a partir de meados da década de 1980. Em primeiro lugar, a deterioração econômica de importantes consumidores de produtos industrializados portugueses, em função da crise petrolífera de 1973 *"e de políticas económicas menos saudáveis"* (Aguiar & Martins, 2004, p. 11). Em segundo lugar, a instabilidade política, econômica e social que se seguiu ao 25 de abril de 1974, com

> *as nacionalizações, a subida desmesurada de salários e a rigidificação [sic.] do mercado de trabalho, a contração das remessas de emigrantes e da própria emigração, os impactos da descolonização,*[738] *as restrições impostas ao sistema financeiro, e políticas económicas inconsistentes.* (Aguiar & Martins, 2004, p. 11)

Por fim, as *"políticas contracionistas de saneamento macroeconómico concretizadas em 1978-79 e em 1983-84 sob os auspícios do FMI, então necessárias para combater os graves*

---

[737] Não por acaso quando entrevistado, em 2005, sobre o encerramento das atividades da fábrica e sobre as crises pelas quais passara, um ex-operário da Sampaio, Ferreira & Cia., que havia sido funcionário desde 1970, disse que os primeiros anos da década de oitenta "foi um tempo tão mau, tão mau que nem quero lembrar" In. Monteiro, Emília. "Fim da linha para pioneira do têxtil no Vale do Ave". In Jornal Público. 19 de agosto de 2005. https://www.publico.pt/2005/08/19/jornal/fim-da-linha-para-pioneira-do-textil–no-vale-do-ave-35182 Acesso em 29 de março de 2016.

[738] A independência das colônias portuguesas interrompeu o fornecimento de matérias-primas a preços mais baixos que se traduzia na capacidade de ofertar mercadorias mais baratas (Rocha, 1977).

desequilíbrios da balança de pagamentos, do défice público e da inflação" (Aguiar & Martins, 2004, p. 11).

Aguiar & Martins evidenciam que *"a partir de 1985 a produtividade industrial voltou a crescer tendencialmente a um ritmo superior à média, mas agora num contexto de desindustrialização"* (Aguiar & Martins, 2004, p. 11).

Tal processo de desindustrialização em Portugal[739] encontrou na primeira década do século XXI, na Bacia do Ave, uma de suas maiores expressões simbólicas, a proliferação de espaços industriais abandonados, quando não arruinados ou em progressivo arruinamento, como é o caso da Sampaio, Ferreira & Cia., decorrente do crescente número de insolvências e falências que levaram ao desmantelamento da atividade produtiva.

Portanto, analisar a falência da empresa e as ruínas de seu conjunto fabril permite tratar diretamente das consequências da desindustrialização sob perspectivas múltiplas que não apenas o impacto econômico do processo num país.

Isso porque, nos estudos sobre desindustrialização, a abordagem econômica foi uma das primeiras utilizadas para descrever o fenômeno, traduzindo-o como a *"redução da capacidade industrial de regiões industriais ou estados-nação"* (Strangleman & Rhodes, 2014, p. 412), ainda que a partir de um aspecto social tão fundamental quanto os índices de desemprego.[740] Afinal, o indicador mais comum a partir do qual se buscou definir a desindustrialização baseou-se inicialmente na percentagem de desempregados na indústria (Strangleman & Rhodes, 2014, p. 412; Tregenna, 2009, p. 436; Saeger, 1997, pp. 582-583).[741]

---

[739] O processo de desindustrialização em Portugal deu-se de longa duração e contém em si fatores econômicos e políticos nacionais e internacionais. Embora não haja consenso sobre as causas da desindustrialização (Britto, 2011, p. 78), segundo Ferreira (Ferreira J. M., 2011), a tendência à desindustrialização pode ser explicada tanto pelo próprio dinamismo industrial quanto pelo dinamismo do sistema econômico no qual ocorre.

[740] Por este viés, os dados sobre período entre 1999 e 2008 confirmam o processo de desindustrialização em Portugal, pois verifica-se decréscimo de 157 mil empregos na indústria, caindo o número de trabalhadores na indústria de 18,2% em 1995 para 13,7% em 2008, tendência essa que atingiu a maioria dos países mais desenvolvidos (Araújo, 2015, p. 05).

[741] Cf. Palma, G. 2008. Deindustrialisation, premature deindustrialisation, and the Dutch Disease, in Blume, L. and Durlauf, S. (eds), The New Palgrave: A Dictionary of Economics (2nd edn). Basingstoke, Palgrave Macmillian; Rowthorn, R. and Coutts, K. 2004. 'Commentary: Deindustrialisation and the balance of payments in advanced economies', Cambridge Journal of Economics', vol. 28, no. 5, 767–790; Rowthorn, R. and Wells, J. 1987. De-industrialization and foreign trade, Cambridge, Cambridge University Press.

Mais recentemente, Tregenna (2009), por sua vez, sugeriu que a desindustrialização deve ser não apenas definida em termos de um declínio de empregados na indústria, mas também por sua parcela no PIB de um país. Sob essa perspectiva, a autora evidenciou que, na maioria dos casos, o declínio no emprego industrial está associado, principalmente, à diminuição da intensidade do uso da mão-de-obra na indústria e não a um declínio do setor industrial em si. Por esta razão, na análise de Tregenna, Portugal, onde se verificou a diminuição do uso de mão-de-obra na indústria, estava na lista de países em que a indústria havia crescido em termos reais, apesar de ter caído como uma parcela do PIB (Tregenna, 2009, pp. 446, 460).

Segundo Strangleman & Rhodes, as primeiras investigações sobre o fenômeno da desindustrialização aproximaram-se da problemática pelo viés econômico com análises sobre o desmantelamento não apenas da indústria em si, mas de como as indústrias estavam inseridas no capitalismo moderno em nações industriais avançadas, dando enfoque ao fechamento de fábricas, e às respostas imediatas dos trabalhadores, políticos e sindicatos (Strangleman & Rhodes, 2014, p. 412). Os autores chamam a atenção para o fato de que mesmo a História Social buscou uma abordagem clássica da história do trabalho, com destaque para os trabalhadores, para os sindicatos e greves; a geografia e a economia, em um primeiro momento, deram destaque aos componentes quantitativos relacionados à desindustrialização, tais como diminuição de postos de trabalho, estatística de desemprego, a distribuição espacial das perdas na indústria etc. (Strangleman & Rhodes, 2014, pp. 413-414).

Para Ferreira (J. M., 2011), em regiões industrializadas, o processo de desindustrialização tem consequências inevitáveis na economia, mas também no aspecto social:

> *Associado a elevadas taxas de desemprego, quebra na base económica regional, levando a uma depressão territorial da região. Estas regiões perdem competitividade e dinamismo económico, tornando-se em zonas enfraquecidas. A fuga da sua força de trabalho, nomeadamente jovens, para regiões mais competitivas, com mais emprego, pode enfatizar esta consequência.* (Ferreira J. M., 2011, p. 09)

Desta forma, a desindustrialização não se refere apenas aos índices estatísticos que dela se podem extrair, mas também às alterações que essas transformações e reestruturações provocaram na sociedade para além da economia. Por isso é importante evidenciar perspectivas multidisciplinares sobre a desindustrialização para compreendê-la na sua dimensão histórica, social, cultural, política (Strangleman & Rhodes, 2014, p. 414).[742]

Nesse sentido, Cowie & Heathcott (2003) propõem uma abordagem à desindustrialização a partir de múltiplas perspectivas sobre as questões culturais, sociais e políticas, indo além do que se pode chamar de *"contagem de corpos de desempregados"* (High, 2013, p. 998) para interrogar o significado cultural da desindustrialização após o encerramento das fábricas. Por isso, deve-se

[742] Cf. Goch, S. 2002. 'Betterment without Airs: Social, Cultural, and Political Consequences of De-industrialization in the Ruhr.' International Review of Social History 47: 87–111; Newman, K. 1985. 'Urban Anthropology and the Deindustrialization Paradigm.' Urban Anthropology and Studies of Cultural Systems and World Economic Development 14(1/3): 5–19; Bluestone, B. and B. Harrison. 1982. The Deindustrialization of America: Plant Closings, Community Abandonment and the Dismantling of Basic Industry. New York: Basic Books.

acrescentar às *"marcas profundas na economia urbana (...) os terrenos industriais abandonados e os seus edifícios contíguos"* (Ferreira J. M., 2011, p. 09).

Afinal, algumas das regiões que experimentaram as primeiras etapas de industrialização geraram em seu processo de crescimento uma abundância de infraestruturas de transporte, instalações fabris, assentamentos humanos, obras públicas etc. que acabaram por se converter em ruínas industriais (Juaristi, 2004, p. 01).

Tais ruínas industriais passaram a ser cada vez mais comuns na paisagem urbana, edificações cujo propósito inicial já não existe e que, por inúmeros fatores, foram abandonadas sem ter, especificamente, um propósito, seja produtivo, cultural, arquitetônico ou urbanístico; que, muitas vezes, contrasta com a importância histórica para a economia e sociedade, seja em nível local ou nacional.

Precisamente por sua presença cada vez mais marcante no dia a dia das comunidades desindustrializadas, não se pode desconsiderar que o desaparecimento da atividade industrial e a proliferação desses espaços abandonados e arruinados tenha impactado de forma tão forte quanto a própria industrialização, sobretudo no que se refere à sociabilidade, às sensibilidades, às temporalidades e às percepções do espaço.

Nesse sentido, a investigação de Monteiro (2012a) mostra que a desindustrialização de Riba d'Ave ao mesmo tempo que afetou diretamente a materialidade local com o abandono das fábricas, houve uma recomposição das relações sociais e perceptivas sobre a própria realidade da comunidade numa tentativa de *"conferir coerência à existência"* (Monteiro, 2012a, p. 467), agora, fragmentada pelo desemprego e pela precariedade.

Em oposição às narrativas memoriais hegemônicas sobre Riba d'Ave que colocaram historicamente a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. e a família Ferreira como protagonistas em uma comunidade movimentada pela indústria e pelo trabalho fabril; Monteiro dá voz aos ex-trabalhadores que passaram a conviver com uma Riba d'Ave *"parada",* em que *"a impressão de vazio ('aqui não há nada')"* acompanhou *"o esvaziamento das fábricas e das ruas";* em que a *"paralisação das rotinas e dos ritmos criados pelo tempo industrial"* difundiu um estado de apatia e *"de estupor (...) a desdobrar a fixidez da própria realidade"* (Monteiro, 2012a, pp. 468-469).

Para Monteiro, a voz da comunidade de ex-operários e ex-operárias da Riba d'Ave desindustrializada exprime uma *"linguagem de dores físicas e agressões sensoriais"* que fazem

"mais do que representar estes processos de transformação social"; pois esta linguagem *"é a memória incorporada desses mesmos processos"* (Monteiro, 2012a, pp. 468-469).

Tal memória, ou melhor, tais memórias não passam pelo filtro do patrão na fábrica, não passa pelo filtro dos herdeiros da Sampaio, Ferreira & Cia., nem pelo da Fundação Narciso Ferreira. E embora ainda contenham em si resquícios das ordens social e temporal aprendidas no trabalho fabril e da ideologia que sobrepunha em seus discursos os benefícios morais do trabalho à contestação da exploração que sofriam, estas memórias fogem ao controle das narrativas hegemônicas sobre Riba d'Ave.

Nesse sentido, foi preciso que a indústria têxtil entrasse em decadência e que, posteriormente, a Sampaio, Ferreira & Cia. falisse, tivesse seu maquinário e mobiliário vendido, saqueado ou abandonado; a maior parte de sua documentação perdida ou destruída; seus edifícios deixados à própria sorte sem que houvesse qualquer preocupação com a manutenção ou preservação do espaço; e que o desemprego viesse a ser uma realidade maciça e cotidiana para que os operários, enfim, pudessem ter sua voz ouvida.

Afinal, *"o desemprego raramente se afirma pacificamente na vida das sociedades e das pessoas"* (Pereira V. B., 2010a). Não por acaso, a conclusão de Monteiro sobre *"as asserções discursivas" e "expressões referentes às dimensões somáticas e cognitivo-emocionais"* das vozes da comunidade de ex-trabalhadores e ex-trabalhadoras de Riba d'Ave a respeito da sua própria realidade é de que traduzem *"a experiência íntima da vivência individual e coletiva de um violento processo de desindustrialização"* (Monteiro, 2012a, pp. 468-469).

Uma violência que as reproduções no presente das narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. ajudaram a suprimir e a esconder sob a ótica da esperança em um futuro positivo tendo o passado como modelo. Não é por acaso que mesmo ao tratar do encerramento das atividades da fábrica em 2005, as reportagens da época reproduziam o conteúdo das narrativas memoriais hegemônicas.

Em duas das principais reportagens sobre o encerramento das atividades da Sampaio, Ferreira & Cia. em 2005, verifica-se a menção a alguns dados da história da fábrica para ilustrar aos leitores o que significava o fechamento da Sampaio, Ferreira & Cia., como por exemplo, o número de operários em 1910 *("473 homens e 373 mulheres"*) e os 200 teares que funcionaram desde sua fundação.

No jornal *Público*, as palavras de Jorge Fernandes Alves, *"docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador da história da indústria têxtil no Vale do Ave",* davam a credibilidade académica necessária aos números apresentados: *"a Sampaio, Ferreira foi a 'primeira grande unidade industrial do Vale do Ave completa com fiação, tecelagem e tinturaria'"*.[743]

Além disso, as reportagens destacaram a importância de Narciso Ferreira para a industrialização de Riba d'Ave e para a própria Bacia do Ave, sendo que o jornal têxtil destacou outras inciativas do fundador da Sampaio, Ferreira & Cia.:

> *Em lugar de ir aumentando sucessivamente a dimensão da fábrica, este empresário* [Narciso Ferreira] *fundou entretanto novas unidades: em 1905 criou a têxtil Eléctrica, vocacionada para o fabrico de cobertores e de cotins grossos para aproveitar os desperdícios de algodão, e a primeira empresa eletrificada da região; e fundou a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda., destinada à produção de telas cruas e flanelas. Em 1939 as três empresas empregavam quase três mil trabalhadores e vinte anos depois o grupo já dava emprego a doze mil pessoas na zona de Riba de Ave.*[744]

Além disso, ambas destacaram a obra social do *"benemérito Narciso Ferreira"*[745] e chegaram a reproduzir parcialmente as mesmas palavras ao comentarem que *"foram sendo construídas estruturas de apoio aos trabalhadores, algumas delas ainda hoje em funcionamento"* para em seguida mencionarem, praticamente na mesma ordem, as infraestruturas urbanas de Riba d'Ave associadas à Sampaio, Ferreira & Cia. e à família Ferreira.

No Público lia-se:

> *Por iniciativa de Narciso Ferreira, ao longo dos anos foram sendo construídas estruturas de apoio aos trabalhadores, algumas delas ainda hoje em funcionamento. Escolas, o hospital (agora entregue à Santa Casa de Misericórdia local), bombeiros, um cineteatro, bairros operários e até estradas e o mercado local.*[746]

Enquanto no Portugal Têxtil lia-se:

---

[743] Monteiro, Emília. "Fim da linha para pioneira do têxtil no Vale do Ave". In Jornal Público. 19 de agosto de 2005. https://www.publico.pt/2005/08/19/jornal/fim-da-linha-para-pioneira-do-textil–no-vale-do-ave-35182 Acesso em 29 de março de 2016.

[744] Sem autoria. "Sampaio Ferreira encerrada". In Jornal Portugal Têxtil. 25 de agosto de 2005. http://www.portugaltextil.com/sampaio-ferreira-encerrada/ Acesso em 29 de março de 2016.

[745] Sem autoria. "Sampaio Ferreira encerrada". In Jornal Portugal Têxtil. 25 de agosto de 2005. http://www.portugaltextil.com/sampaio-ferreira-encerrada/ Acesso em 29 de março de 2016.

[746] Monteiro, Emília. "Fim da linha para pioneira do têxtil no Vale do Ave". In Jornal Público. 19 de agosto de 2005. https://www.publico.pt/2005/08/19/jornal/fim-da-linha-para-pioneira-do-textil–no-vale-do-ave-35182 Acesso em 29 de março de 2016.

> *No decorrer da sua longa vida [da vida da Sampaio, Ferreira & Cia.] foram sendo construídas estruturas de apoio aos trabalhadores, algumas delas também ainda em funcionamento, como escolas, um hospital, um quartel de bombeiros, um cineteatro, um mercado, bairros residências e até estradas, numa estrutura onde, para além da empresa, envolvia os operários e os seus familiares muito para além das suas atividades fabris; tudo por iniciativa do benemérito Narciso Ferreira.* [747]

Tanto a organização quanto o conteúdo dos textos jornalísticos sobre o encerramento da fábrica reproduzem a estrutura das narrativas memoriais hegemônicas que, historicamente, consolidaram certa maneira de se contar a história de Narciso Ferreira e da Sampaio, Ferreira & Cia. em Riba d'Ave e na própria Bacia do Ave.

Como qualquer outro discurso, as reportagens não relatam as informações e os dados de forma neutra, mas reproduzem apenas informações e dados que contribuam para o objetivo das suas próprias narrativas: evidenciar o significado da perda da fábrica no presente por meio do enaltecimento de seu passado.

Portanto, a melancolia inerente ao encerramento da fábrica foi ressaltada, paradoxalmente, pela própria visão positiva construída sobre o passado pelas narrativas memoriais hegemônicas e ainda reproduzidas no presente. Dali em diante,

> *fica para a história da indústria desta região têxtil por excelência o itinerário empresarial de um tecelão visionário e inovador, que fez pela primeira vez o aproveitamento hidráulico para produção de energia e abastecimento de água para acabamentos têxteis, e que montou toda uma rede de infraestruturas que envolveu grande parte da população e que sinergicamente ajudaram a criar a maior empresa têxtil algodoeira do país.* [748]

Assim, em oposição ao passado idealizado e positivo da fábrica, exaltado pelas narrativas memoriais hegemônicas e reproduzido no presente; criava-se paralela e contraditoriamente, naquele momento, uma memória entristecida pela própria situação da Sampaio, Ferreira & Cia., reforçada pelas vozes sem alento dos sem-emprego sobre a própria realidade presente.

Entretanto, em contraste com o presente melancólico para a Sampaio, Ferreira & Cia., no mesmo ano em que a fábrica fechava suas portas e mais de 200 trabalhadores perdiam seus

---

[747] Sem autoria. "Sampaio Ferreira encerrada". In Jornal Portugal Têxtil. 25 de agosto de 2005. http://www.portugaltextil.com/sampaio-ferreira-encerrada/ Acesso em 29 de março de 2016.

[748] Sem autoria. "Sampaio Ferreira encerrada". In Jornal Portugal Têxtil. 25 de agosto de 2005. http://www.portugaltextil.com/sampaio-ferreira-encerrada/ Acesso em 29 de março de 2016.

empregos e aguardavam a venda dos bens da empresa para receberem seus direitos, Riba d'Ave passou por uma *"reabilitação urbana"*, um processo de *"renovação":*

> *Depois de dois meses de trabalho, a Avenida Narciso Ferreira, artéria que atravessa o centro de Riba de Ave, apresenta-se completamente transfigurada, fruto das obras de requalificação urbana que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão está a levar a cabo naquela vila da zona ribeirinha do Ave.*[749]

O Portal do Município de Vila Nova de Famalicão (PVNF) informava que *"as velhas tílias* [Figura 569] *deram lugar a 22 novas ameixeiras de jardim, agora colocadas de ambos os lados da avenida, uma vez que o separador central foi eliminado"*.[750]



Figura 569: Avenida Narciso Ferreira, 2005. (JFR)

Com esta mudança, a Câmara Municipal buscou *"ampliar e regular o espaço de estacionamento automóvel, assim como o próprio espaço pedonal. Além disso, cuidou da segurança das pessoas e bens, uma vez que as tílias, por serem muito antigas e se encontrarem deterioradas, ameaçavam cair"* (Figura 570).[751]

[749] VNF. "Centro de Riba d'Ave em renovação". In VNF. 07 de novembro de 2005. https://www.vilanovadefamalicao.org/?it=printnew&co=20363 Acesso em 20 de junho de 2016.

[750] VNF. "Centro de Riba d'Ave em renovação". In VNF. 07 de novembro de 2005. https://www.vilanovadefamalicao.org/?it=printnew&co=20363 Acesso em 20 de junho de 2016.

[751] VNF. "Centro de Riba d'Ave em renovação". In VNF. 07 de novembro de 2005. https://www.vilanovadefamalicao.org/?it=printnew&co=20363 Acesso em 20 de junho de 2016.



Figura 570: Avenida Narciso Ferreira, 2016-2018. (FdA)

Também segundo o PVNF,

> *a obra incluiu ainda a criação de um ponto de paragem de táxis, a colocação de redes de drenagem de águas pluviais e residuais, a repavimentação da via e dos passeios pedonais, a renovação da iluminação pública e a requalificação e aproveitamento do muro de suporte da avenida, com criação de bancos públicos.*[752]

Além disso, foi precisamente nessas obras que se incrustaram no passeio em frente à fábrica as inscrições-monumentos (*"Fazer Indústria", "Fazer Cidade" e "Fazer Região"*)[753] que celebram a obra industrial e social de Narciso Ferreira e de seus herdeiros.

Na parte sul da Avenida Narciso Ferreira, próximo ao Teatro, um pequenino monumento com uma placa, datado de 20 de fevereiro de 2006, celebra as *"obras de requalificação"* e registra o seu uso político em Riba d'Ave: *"as obras de requalificação desta avenida foram inauguradas pelo senhor presidente da Câmara Municipal Arquiteto Armindo Costa na presença do senhor presidente da junta* [de freguesia de Riba d'Ave] *Armando Carvalho"* (Figura 571).

[752] VNF. "Centro de Riba d'Ave em renovação". In VNF. 07 de novembro de 2005. https://www.vilanovadefamalicao.org/?it=printnew&co=20363 Acesso em 20 de junho de 2016.

[753] Cf. Parte V, Capítulo 2. A memória urbanizada: a produção do espaço urbano em Riba d'Ave.



Figura 571: placa comemorativa das "obras de requalificação" da Avenida Narciso Ferreira. (FdA)

Não por acaso, o Sr. Armindo Costa aproveitou a ocasião para apresentar *"projetos estratégicos para Riba de Ave"* em referência *"ao novo quartel dos Bombeiros Voluntários, à reinstalação da GNR, à conclusão da rede de saneamento básico e à reabilitação do Teatro Narciso Ferreira"*, sendo que este último seria *"uma grande aposta na cultura, recuperando um cineteatro histórico, que foi construído em Riba de Ave nos tempos áureos do sector têxtil"*.[754]

Isto foi o mais próximo que o Sr. Armindo Costa chegou de mencionar a indústria em Riba d'Ave naquele momento. Esse silêncio é revelador dos assuntos indesejáveis que a menção à Sampaio, Ferreira & Cia. poderia trazer: o desemprego e as dívidas da empresa com os ex-trabalhadores e ex-trabalhadoras, o abandono das instalações fabris e a falta de alternativas para contornar a decadência da principal atividade econômica da região.

Ao invés disso, exclamou *"hoje, podemos dizer que a vila de Riba de Ave está mais bonita e mais segura! Hoje, podemos dizer que o pequeno comércio da Avenida Narciso Ferreira está mais valorizado"*.[755]

A renovação da Avenida Narciso Ferreira no mesmo ano em que a Sampaio, Ferreira & Cia. fechou suas portas constitui-se um marco simbólico para a vida de Riba d'Ave. Era o fim de um tempo na vida da comunidade que agora teria de se adaptar a uma nova realidade. Uma

[754] VNF. "Armindo anuncia projectos estratégicos para Riba de Ave". In VNF. 23 de fevereiro de 2006. https://www.vilanovadefamalicao.org/?it=printnew&co=20457 Acesso em 20 de junho de 2016.

[755] VNF. "Armindo anuncia projectos estratégicos para Riba de Ave". In VNF. 23 de fevereiro de 2006. https://www.vilanovadefamalicao.org/?it=printnew&co=20457 Acesso em 20 de junho de 2016.

realidade escancarada cotidianamente pela situação de abandono e ruína da fábrica entrara e que despertava memórias do trabalho que agora viriam carregadas de nostalgia, melancolia, tristeza e desesperança que o desemprego e a precariedade do presente provocavam.

Nesse sentido, a omissão da memória sobre a Riba d'Ave têxtil e sobre a própria Sampaio, Ferreira & Cia., cujo tempo havia passado e que a fábrica, que ali começava a definhar, despertava; torna-se uma forma de manipular as sensibilidades sociais em um ato político como a inauguração da renovação da Avenida Narciso Ferreira em um tempo e local que contrastavam radicalmente com as narrativas memoriais hegemônicas construídas ao longo de mais de um século. Estas, carregadas de uma visão positiva sobre um passado idealizado, passariam a conviver com memórias entristecidas por um presente desolador.

Assim, Riba d'Ave e a Sampaio, Ferreira & Cia. tornaram-se campos em disputa que punham em confronto as narrativas memoriais hegemônicas, carregadas de uma visão positiva sobre um passado idealizado; e as narrativas memoriais entristecidas pelo presente desolador.

Capítulo 3. A memória preservada: a patrimonialização da área urbana de Riba d'Ave.

Nada distingue memórias de momentos comuns. Só mais tarde eles se tornam memoráveis pelas cicatrizes que deixam.
(Chris Marker. "La Jetée", 1962)

O conjunto do patrimônio imóvel de Riba d'Ave tem sua história relacionada à trajetória da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. e à atuação de Narciso Ferreira e seus herdeiros (desde as infraestruturas urbanas, antigas residências, esculturas até o patrimônio religioso). Sua identificação consta na *Lista do Património Edificado e Arqueológico* (PEA)[756] do *Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Famalicão* (PDM, 2015) e no *Sistema Integrado de Gestão e Informação de Bens Culturais do Município de Vila Nova de Famalicão* (*Famalicão ID*, 2014); e totalizam 17 imóveis (Tabela 3 e Figura 572).

	Localização	Identificação Código DOGU	Nº Imóvel PEA	Nº Imóvel Famalicão Id	Designação	Tipo de Imóvel
1	Riba d' Ave	303	GPC.3407C03	GPC.3417C01	Mercado Narciso Ferreira	Mercado
2	Riba d' Ave	411	GPC.3407C04	GPC.3417C02	Cine-Teatro Narciso Ferreira	Edifício\Cultural
3	Riba d' Ave	412	GPC.3407C05	n.a.	Bombeiros de Riba d'Ave	Edifício\Serviços
4	Riba d' Ave	413	GPC.3407C06	n.a.	Correios (CTT)	Edifício\Serviços
5	Riba d' Ave	735	GPC.3407C07	GPC.3422	Sampaio, Ferreira & C.ª Lda.	Edifício\Industrial
6	Riba d' Ave	304	GPC.3407C08	GPC.3417C05	Escolas Narciso Ferreira	Edifício\Escolar
7	Riba d' Ave	305	GPC.3407C09	n.a.	Casa Delfim Ferreira	Casa\Solarenga
8	Riba d' Ave	306	GPC.3407C10	GPC.3410C02	Capela da Casa de Delfim Ferreira ou Capela da Avé Maria	Capela
9	Riba d' Ave	736	GPC.3407C11	GPC.3403C02	Hospital Narciso Ferreira	Edifício\Serviços\Saúde
10	Riba d' Ave	307	GPC.3407C12	GPC.3403C01	Capela da Misericórdia	Capela
11	Riba d' Ave	737	GPC.3407C13	n.a.	Posto da GNR de Riba d'Ave	Edifício\Serviços\Segurança\Forças de Segurança e Proteção
12	Riba d' Ave	301	GPC.3401C01	GPC.3401C01	Igreja de São Pedro de Riba d'Ave	Igreja\Paroquial
13	Riba d' Ave	733	GPC.3401C02	n.a.	Capela dos Condes de Riba D'Ave	Capela\Mortuária
14	Riba d' Ave	734	GPC.3401C03	n.a.	Casa Paroquial de Riba d'Ave	Casa\Paroquial
15	Riba d'Ave	n.a. (A)	n.a.	GPC.3403C03	Busto de Raúl Ferreira	Escultura\Busto
16	Riba d'Ave	n.a. (B)	n.a.	GPC.3417C08	Café de Riba d'Ave	Edifício\Serviços
17	Riba d'Ave	n.a. (C)	n.a.	GPC.3428	Monumento a Narciso Ferreira	Escultura\Busto

Tabela 3: patrimônio imóvel em Riba d'Ave relacionado à SFC (1/2). (Famalicão ID e PEA).

[756] Regulamento do Plano diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Famalicão Anexo I: Património Edificado e Arqueológico.

Este número aumenta para 25 imóveis ao se contabilizar aqueles que estão no entorno de Riba d'Ave, nas freguesias de Oliveira de São Mateus e Bairro (Tabela 4 e Figura 572) e que também estão ligados à Sampaio, Ferreira & Cia. e a Narciso Ferreira e seus herdeiros.

	Localização	Identificação Código DOGU	Nº Imóvel PEA	Nº Imóvel Famalicão Id	Designação	Tipo de Imóvel
18	Oliveira S. Mateus	829	GPC.4217C	n.a.	Centro Residencial Conde de Riba d'Ave	Conjunto\Habitacional
19	Oliveira S. Mateus	355	GPC.4201	GPC.4201C01	Igreja de São Mateus de Oliveira	Igreja\Paroquial
20	Oliveira S. Mateus	n.a. (D)	n.a.	GPC.4201C03	Busto do "Conde de Riba D`Ave" (Raúl Ferreira)	Escultura\Busto
21	Oliveira S. Mateus	823	GPC.4209C02	GPC.4209C02	Capela da Casa do Conde de Riba d'Ave	Capela
22	Oliveira S. Mateus	822	GPC.4209C01	n.a.	Solar do Conde de Riba d'Ave	Casa\Solarenga
23	Bairro	56	GPC.0426C01	GPC.0426C	Edifício Industrial (Têxtil Eléctrica)	Edifício\Industrial
24	Bairro	57	GPC.0426C02	GPC.0426C02	Mini-Hídrica (Têxtil Eléctrica)	Mini-Hídrica
25	Bairro	58	GPC.0427	n.a.	Mini-Hídrica Amieiro Galego	Mini-Hídrica

Tabela 4: patrimônio imóvel em Riba d'Ave relacionado à SFC (2/2). (Famalicão ID e PEA).

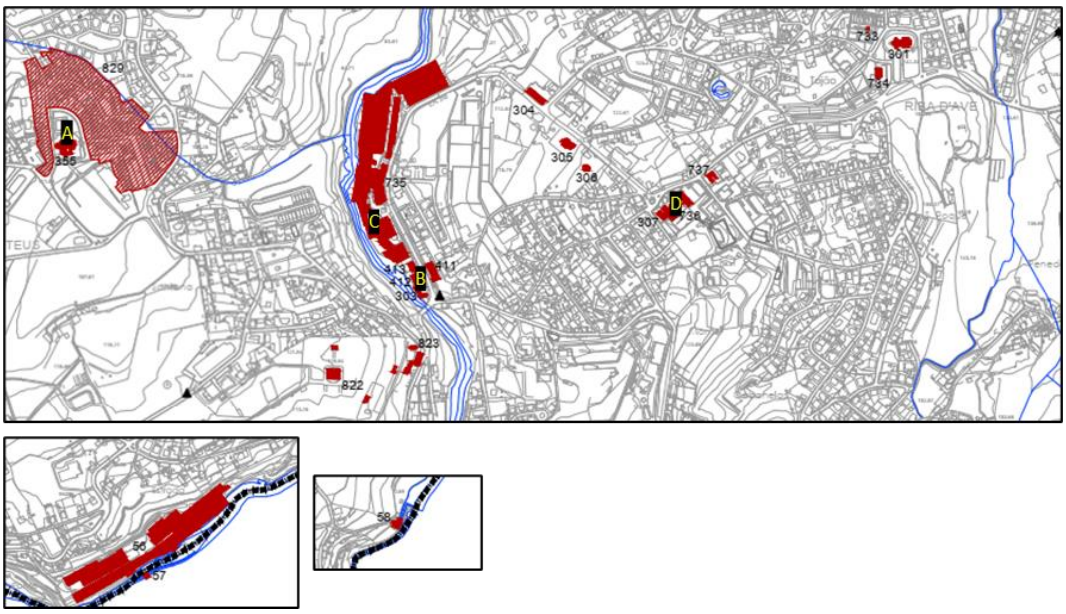


Figura 572: "Planta de Ordenamento II - Património Edificado e Arqueológico, 'D'". (PDM).

Excerto com a localização do patrimônio imóvel de Riba d'Ave que têm sua história relacionada à trajetória da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. e à atuação de Narciso Ferreira e seus herdeiros.

Supostamente, *"toda a informação recolhida* [por *"trabalho de campo"* ou por *"pesquisa de gabinete"*]*"* seria *"condensada"* no *Famalicão ID*, pois esse deveria ser um *"sistema de gestão (base de dados) integrado, o qual constitui também toda a base que permite o acesso online (em tempo real) de toda a informação"*.[757]

[757] VNF. Relatório do Património Edificado e Arqueológico. Outubro de 2014. P. 09.

Entretanto, verificam-se discrepâncias sobre os dados presentes na *Lista do PEA* e na plataforma do *Famalicão ID* no que se refere ao patrimônio edificado de Riba d'Ave.

Quatro bens imóveis associados à família de Narciso Ferreira, não aparecem na *Lista do PEA*[758] do PDM, mas aparecem no *Famalicão ID*: dois bustos de Raúl Ferreira (um em Riba d'Abe, próximo ao Hospital Narciso Ferreira; e um em Oliveira de São Mateus, junto ao Centro Residencial Conde de Riba d'Ave), o Café de Riba d'Ave, o Monumento a Narciso Ferreira na entrada da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.

Por outro lado, são nove os bens imóveis que aparecem na *Lista do PEA*, mas não aparecem no *Famalicão ID* (Bombeiros de Riba d'Ave, Correios/CTT, Casa Delfim Ferreira, Posto da GNR de Riba d'Ave, Capela dos Condes de Riba d'Ave, Casa Paroquial de Riba d'Ave, Centro Residencial Conde de Riba d'Ave, Solar do Conde de Riba d'Ave, Mini-Hídrica Amieiro Galego).

Além disso, outra discrepância está nas próprias fichas individuais descritivas, anexadas ao *Relatório do PEA*,[759] pois elas não contemplam todos os imóveis da *Lista do PEA* presentes no regulamento do PDM.[760]

Estas, entretanto, não são as únicas diferenças no registro dos bens entre a *Lista do PEA* e o *Famalicão ID*. No *Famalicão ID*, por exemplo, agrupam-se alguns imóveis em conjuntos, como o caso do *"Conjunto Narciso Ferreira";* já no PEA, por exemplo, não há uma designação específica dos conjuntos edificados, ainda que arrole alguns imóveis sob a mesma raiz do *"número do imóvel".* Aliás, os *"números dos imóveis"* da *Lista do PEA* e das fichas descritivas dos imóveis do *Relatório do PEA* são diferentes dos que constam no *Famalicão ID* para os mesmos imóveis. Por fim, a *Lista do PEA* não fornece dados suficientes sobre os regimes de proteção e classificação de todos os seus bens que ali constam, apenas dos que são de *"interesse público"* ou de *"interesse nacional".*

[758] VNF. Regulamento do PDM. Maio de 2015. Anexo I: Património Edificado e Arqueológico. Esta lista é composta pelas "Tabelas do Património" que estão anexas ao *Relatório do PEA* produzido em outubro de 2014.

[759] VNF. Relatório do Património Edificado e Arqueológico. Outubro de 2014. Anexo II: Fichas individuais descritivas dos elementos patrimoniais.

[760] Os únicos imóveis relacionados a Narciso Ferreira e seus herdeiros para os quais foram produzidos Fichas individuais descritivas são: Cine-Teatro Narciso Ferreira; Bombeiros de Riba d'Ave; Correios (CTT); Sampaio, Ferreira & C.ª Lda.; Casa Delfim Ferreira; Hospital Narciso Ferreira; Posto da GNR de Riba d'Ave; Capela dos Condes de Riba D'Ave; Casa Paroquial de Riba d'Ave; Solar do Conde de Riba d'Ave; Edifício Industrial (Têxtil Eléctrica); Mini-Hídrica (Têxtil Eléctrica); Mini-Hídrica Amieiro Galego.

Nesse sentido, segundo o *Famalicão ID*, os únicos imóveis que possuem um regime de proteção em instâncias superiores ao PDM são o Café de Riba d'Ave e o Monumento a Narciso Ferreira.

O Café de Riba d'Ave, segundo o *Famalicão ID*, é protegido por uma legislação específica a bens que se enquadrem como patrimônio azulejar, uma vez que seu interior é azulejado.[761]

Quanto ao monumento a Narciso Ferreira, o *Famalicão ID* indica que ele usufruiu, por breve período, do estatuto de *"proteção pela inventariação"*[762] por ter sido aberto um procedimento de classificação a pedido da Fundação Narciso Ferreira em 31 de março de 2008,[763] junto ao, então, *Instituto de Gestão do Património Arquitetônico e Arqueológico* (IGESPAR), que daria origem à *Direção-Geral do Património Cultural* (DGPC).[764] No ano seguinte, em 07 de janeiro de 2009, a *Direção Regional de Cultura do Norte* (DRCN) realizou uma proposta de classificação como *"Imóvel de Interesse Municipal"*. Alguns dias depois, porém, o procedimento acabou por ser arquivado por despacho de encerramento do Diretor do IGESPAR em 14 de janeiro de 2009, por considerar que o monumento a Narciso Ferreira não possuía *"valor nacional"* e, portanto, deveria perder os efeitos de proteção legal por vias de classificação.

As informações da DGPC contradizem as informações do *Famalicão ID* quanto à situação atual da proteção do monumento. Enquanto a DGPC, no seu conteúdo sobre património imóvel classificado e em vias de classificação, afirma que, após o encerramento e arquivamento do processo de classificação, o monumento a Narciso Ferreira encontra-se *"sem proteção legal";* o *Famalicão ID* afirma que esta proteção se encontra em vigor. Não há nenhuma atualização sobre o regime de proteção vigente, uma vez que a proteção por inventário inexiste desde 2009. Ainda assim, pode-se supor que, por estar dentro dos limites da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia., o monumento esteja automaticamente protegido pelo PDM.

---

[761] Famalicão Id. Lei n.º 79/2017 de 18 de agosto. Protege o património azulejar, procedendo à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

[762] Famalicão Id. De acordo com a alínea 6 do artigo 19º da lei 107/2001, "Ficarão a constar do inventário independentemente do desfecho do procedimento os bens que se encontrem em vias de classificação".

[763] DGPC. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/13257213

[764] O IGESPAR foi criado pela Lei orgânica do Ministério da Cultura, D.L. 215/2006 de 27 de outubro (Artigo 21°, § 1) e deu origem à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC, Diário da República, 1.ª série — N.º 102 — 25 de maio de 2012) ao ser fundido com Instituto dos Museus e da Conservação (IMC).

O mesmo ocorre com relação ao Hospital Narciso Ferreira e à Escola Narciso Ferreira. Junto à DGPC, no seu *Sistema de Informação para o Património Arquitetônico* (SIPA) também se encontram informações sobre o Hospital Narciso Ferreira[765] e sobre a Escola Narciso Ferreira.[766] Além de oferecer descrições de suas estruturas arquitetônicas e comentários sobre seu enquadramento urbanístico, o SIPA informa sobre o regime de proteção em que se enquadra cada patrimônio arquitetônico na sua base de dados. No caso do Hospital e da Escola, afirma para ambos que é inexistente, sem considerar, mais uma vez a informação do *Famalicão ID* sobre a proteção do PDM.

Portanto, verifica-se que o PDM acaba por ser o principal instrumento de proteção ao patrimônio constituído pelo resultado da atuação de Narciso Ferreira e seus herdeiros em Riba d'Ave e em seu entorno, como nas freguesias de Oliveira de São Mateus e Bairro. É o PDM que estabelece *"em conjunto, as regras e orientações a que devem obedecer às ações de ocupação, uso e transformação do solo na totalidade do território do município"*[767] de Vila Nova de Famalicão.

Nesse sentido, *"o modelo de organização territorial"* criou *"um conjunto de unidades de planeamento* [UP], *cuja identidade se encontra na sua própria unidade paisagística, urbanística e sociodemográfica",* dentre as quais inclui-se a *"UP4. Vale do Ave (nascente)/Riba de Ave"* que *"abrange parte da bacia hidrográfica do rio Ave, sendo a principal aglomeração a vila de Riba d'Ave, cujo desenvolvimento industrial levou ao estabelecimento de importantes funções urbanas complementares, designadamente no sector dos serviços".*[768]

Na busca por *"concretizar um modelo de desenvolvimento territorial sustentável",* o PMD incluiu como vetores estratégicos a *"salvaguarda e valorização do património cultural, edificado e arqueológico"* e a *"reorganização do sistema urbano, através do reforço da concentração nas polaridades urbanas existentes e na consolidação do espaço urbano e promoção da reabilitação urbana".*[769] Ambos têm implicações diretas na preservação do patrimônio em Riba d'Ave e,

---

[765] SIPA. www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17294

[766] SIPA. www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21609

[767] VNF. Regulamento do PDM. Título I - das disposições gerais Artigo; 1.º- Natureza e âmbito territorial. Item 1. Maio de 2015. P. 05

[768] VNF. Regulamento do PDM. Título I - das disposições gerais Artigo; Artigo 2.º- Estratégia e objetivos. Item 2, subitem d. Maio de 2015. P. 05.

[769] VNF. Regulamento do PDM. Título I - das disposições gerais Artigo; Artigo 2.º- Estratégia e objetivos. Item 3, subitens b e c. Maio de 2015. P. 06.

consequentemente, na preservação da cultura material resultante das obras industriais e sociais, mas também privadas, de Narciso Ferreira e seus herdeiros.

Para concretizar estes objetivos, o PDM fez uma revisão da *"Carta do Património Cultural, anexa ao Plano Diretor Municipal"* na sua primeira versão, de 1994, e produziu um *"Relatório do Património Edificado e Arqueológico"*.[770]

Segundo o PDM, os *"valores patrimoniais"* constituiriam uma das *"áreas de salvaguarda"* e seu *"objeto de proteção"*[771] e, como tal, condicionariam o uso e a ocupação do solo em consonância com o nível da *Estrutura Ecológica Municipal* (EEM)[772] em que o patrimônio a ser preservado se encontrasse.

A Sampaio, Ferreira & Cia., os CTT, o Café de Riba d'Ave, a sede dos Bombeiros Voluntários e o Mercado Narciso Ferreira se encontram no Nível III da EEM, como uma *"Estrutura Ecológica de Conexão"* (Figura 573):

> *Nível III – Estrutura Ecológica de Conexão – Corresponde a áreas lineares, de corredores que interligam componentes ambientais e paisagísticas dos níveis anteriores, bem como, a áreas culturais associadas a contextos urbanos ou a locais de culto e/ou lazer, relevantes não só para a salvaguarda dos ecossistemas, mas também para evidenciar singularidades identitárias do tecido urbano e compreende, entre outras componentes:*
>
> *i. Prédios ou parte destes, por vezes identificados como quintas e geralmente delimitadas por muros, constituindo referências históricas, arquitetônicas e paisagísticas com valor assinalável que se pretende integrar nas atividades urbanas ou de recreio e lazer;*
>
> *ii. Outros espaços urbanos tais como equipamentos que dinamizam ou podem dinamizar estruturas de suporte à mobilidade urbana suave ou a espaços de utilização coletiva.*[773]

[770] VNF. Relatório do Património Edificado e Arqueológico. Outubro de 2014. No Concelho de Vila Nova de Famalicão, existe património classificado em categorias de Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público, Monumentos de Interesse Público, Sítio de Interesse Público, Imóveis de Interesse Municipal e Imóveis em Vias de Classificação. P. 05.

[771] VNF. Regulamento do PDM. Título III; Capítulo II; Secção I, Artigo 12º; Itens 1 e 2 (Subitem a). Maio de 2015. P. 14.

[772] VNF. Regulamento do PDM. Título III; Capítulo II; Secção I; Subsecção I. P. 14. "2. A EEM visa a proteção da rede hidrográfica e do solo, a conservação dos recursos genéticos e a valorização das zonas de maior sensibilidade biofísica".

[773] VNF. Regulamento do PDM. Título III; Capítulo II; Secção I; Subsecção I. Artigo 13º. P. 15.

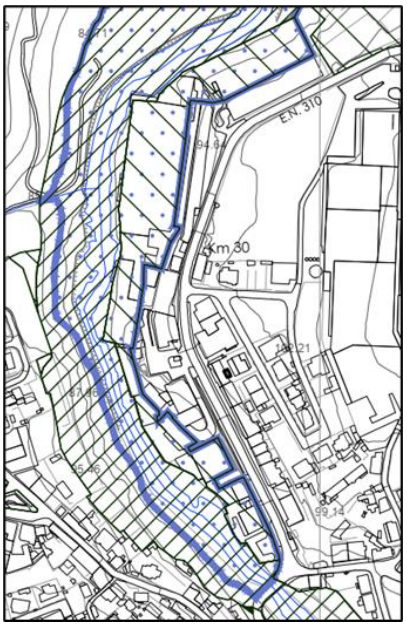


Figura 573: "Planta de Ordenamento III D – Salvaguardas". (PDM)

Excerto da área da SFC com a delimitação da Estrutura ecológica municipal.

Legenda:

Nível I – Estrutura Ecológica Fundamental

Nível II – Estrutura Ecológica Complementar (não consta no excerto do mapa)

Nível III – Estrutura Ecológica de Conexão

Limite da Zona Inundável

Segundo o PDM, nas áreas da EEM de Nível III, quaisquer intervenções deveriam obrigatoriamente, *"respeitar e manter a memória local",* o que incluía salvaguardar seus *"elementos singulares, nomeadamente edifícios, muros, levadas, noras, tanques, eiras ou qualquer outro elemento arquitetônico".*[774]

Esta garantia da memória local junto ao patrimônio imóvel só seria possível com a aplicação de *"medidas de proteção e valorização"* dos *"bens culturais imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como, os imóveis singulares, conjuntos de imóveis ou sítios (...) pelo seu interesse social, histórico, arquitetônico".*[775]

Com isto, quaisquer *"operações urbanísticas"* deveriam *"preservar, valorizar ou, quando se justifique reabilitar as suas características arquitetônicas e elementos identitários"* de modo a permitir que *"intervenções arquitetônicas"* possam ser realizadas com o intuito de *"adaptar os imóveis identificados (...) à vida contemporânea"* ou *"a usos diferentes dos originais".* Além disso, dever-se-ia proteger *"o contexto onde se encontram inseridos através do condicionamento à ocupação e à alteração do edificado na área abrangida pelo perímetro de proteção".* [776]

Esta determinação incluía a própria ocupação do solo urbanizado cuja qualificação foi definida a partir de sua funcionalidade sendo, portanto, subdividido em: espaço central; espaço

[774] VNF. Regulamento do PDM. Título III; Capítulo II; Secção I; Subsecção I. Artigo 14°. P. 15.

[775] VNF. Regulamento do PDM. Título III; Capítulo II; Secção I; Subsecção II. Artigo 16°. P. 17.

[776] VNF. Regulamento do PDM. Título III; Capítulo II; Secção I; Subsecção II. Artigo 16°. P. 40-44.

residencial; espaço urbano de baixa densidade; espaço de uso especial – equipamentos; espaço de atividades económicas; e espaço verde urbano.[777]

A fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. se encontra no *"espaço central de nível 2"* (Figura 574), que *"corresponde aos eixos urbanos das vilas de Riba d'Ave/Oliveira de S. Mateus/Delães/Bairro";* e, como tal, é qualificada como uma área que desempenha *"funções de centralidade e graus de estruturação mais elevados e complexos, geradores de fluxos significativos de população, bens e serviços"*.[778]



Figura 574: "Planta de Ordenamento I D – Qualificação do Solo". (PDM)

Excerto com a delimitação da do "Solo Urbano, da "Rede Viária" e do limite da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG)".

Segundo o PDM, nos *"espaços centrais"*

> *privilegia-se a requalificação e o acréscimo de espaço público, bem como o incremento de funções terciárias, nomeadamente comércio, serviços e turismo, sem prejuízo da indispensável manutenção da função habitacional, preferencialmente em tipologias de usos mistos ou multifamiliares.*[780]

Desta forma, as requalificações e reabilitações urbanas deveriam obedecer às necessidades do território em que estavam inseridos nas suas dimensões patrimoniais, ecológicas

---

[777] VNF. Regulamento do PDM. Título V; Capítulo III; Secções I a VI. Pp. 17-18.

[778] VNF. Regulamento do PDM. Título V; Capítulo III; Secção I; Artigo 68°. P. 40

[779] "Nível 3 - Rede Municipal: a) Distribuidoras Principais – Abrange uma grande parte das antigas estradas nacionais desclassificadas, bem como algumas das Estradas Municipais que, à escala municipal, estruturam as ligações entre as principais aglomerações urbanas; b) Distribuidoras secundárias – Abrange uma parte significativa de outras vias municipais que assumem um papel complementar na distribuição e ligação entre os aglomerados urbanos". In VNF. Regulamento do PDM. Título VI; Capítulo II; Artigo 94°; Subitem 1. P. 40.

[780] VNF. Regulamento do PDM. Título V; Capítulo III; Secção I; Artigo 69°; Subitem 1. P. 40

e urbanísticas. As *"áreas de reabilitação urbana"* foram divididas em dois tipos de situação, as *"Áreas de Reabilitação Urbana"* em si e os *"Núcleos Urbano-rurais";* e consistiam em áreas consideradas como *"territórios em perda"*.[781]

Enquanto *"Regime Jurídico"*, uma *"Área de Reabilitação Urbana"* (ARU) é

> *a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana;*[782]

Para dar respostas às necessidades das áreas consideradas como *"territórios em perda"*, subdividiu-se o território de Vila Nova de Famalicão nas unidades de planeamento, mencionadas anteriormente. As chamadas *"Unidades Operativas de Planeamento e Gestão"* (UOPG) correspondem *"a subsistemas urbanos enquadrados por estudos urbanísticos"* cujo objetivo era coordenar as *"ações e operações urbanísticas e a execução programada das ações propostas no Plano* [PDM] *"*.[783]

Riba d'Ave encontrava-se no centro das propostas para a UP4 (Vale do Ave (nascente)/Riba de Ave) e a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. estava na primeira das áreas para as quais se propôs a requalificação urbana, a chamada *"UOPG 4.1 - Zona Ribeirinha de Riba D'Ave"*, para a qual se delineou os seguintes *"objetivos programáticos"*:

> *a) Pretende-se a requalificação das margens do rio, enquadrando os edifícios da antiga fábrica Sampaio Ferreira e integrando-os no sistema ambiental;*
> *b) Prolongamento do espaço natural até às quintas urbanas de ambos os lados do rio, na zona norte da UOPG;*
> *c) Relações visuais e pedonais a estabelecer com o aglomerado na margem direita do rio.*

---

[781] VNF. Regulamento do PDM. Título V; Capítulo II; Secção I; Artigos 57° e 58°. P. 35. "Territórios em perda" podem ser considerados os espaços em que a "vitalidade urbana" perdeu "fulgor" (Moura, et al., 2005, p. 42) ou está em "queda" (Marques T. S., 1999, p. 36).

[782] DRE. Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto. Artigo 2°; Alínea b. In. Diário da República, 1.ª série — N.º 157 — 14 de agosto de 2012. Pp.4452-4453.

[783] VNF. Regulamento do PDM. Título VII; Capítulo I; Artigos 104°; Subitem 1. P. 51.

> *d) As cedências deverão localiza-se* [sic.] *junto ao Rio Ave e em locais que facilitem e promovam o acesso à margem do rio;*[784]

Com o estabelecimento, pelo PDM, das diretrizes gerais para a reabilitação urbana, deu-se início à delimitação da ARU do centro de Riba d' Ave e do centro de Oliveira de São Mateus, cuja perspectiva buscava não se restringir apenas *"à conservação das estruturas arquitetônicas",* mas também contemplar *"a manutenção e a conservação do espaço e das infraestruturas públicas"*.[785]

Para isso, estabeleceram-se os seguintes critérios:

> *1. Centralidade. Considerou-se a preponderância da área no sistema urbano do Concelho e o seu nível nesta hierarquia. Por outro lado, também se teve em conta a natureza multifuncional da área (existência de comércio, serviços e equipamentos coletivos);*
> *2. Valor. A presença de ativos culturais e simbólicos que fazem parte da história e da identidade local, assim como a existência de elementos patrimoniais relevantes e o valor paisagístico dos lugares foram fundamentais para a identificação destas áreas;*
> *3. Degradação e desadequação. Identificaram-se sinais de degradação ambiental, do edificado e espaço público, o que levou a diagnosticar este tecido como "territórios em perda". Por outro lado, também se considerou a existência de infraestruturas com níveis de desempenho deficientes ou desadequadas às novas solicitações, numa ótica de sustentabilidade;*
> *4. Perspectivas de projetos estruturantes. Identificaram-se as zonas com maiores perspectivas de investimento (público e privado).* [786]

Nesse sentido, ao se considerar a situação da Sampaio, Ferreira & Cia., especificamente, verifica-se que ela se enquadrava em todos os critérios: encontrava-se numa área cuja natureza multifuncional a colocava com um dos centros de Riba d'Ave; ela em si se constitui um ativo cultural e simbólico, por seu papel histórico na comunidade de Riba d'Ave e de Oliveira de São Mateus. Encontra-se em situação de abandono, arruinamento e degradação, mas ao mesmo tempo constitui-se um espaço em aberto para projetos futuros. Não por acaso, a delimitação da

[784] VNF. Regulamento do PDM. Anexo III – UOPG. P. 20.

[785] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 42.

[786] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 42.

ARU colocava a Avenida Narciso Ferreira como um dos pilares para o projeto de reabilitação urbana.

Desta forma, em 25 junho de 2015, a Câmara de Vila Nova de Famalicão aprovou a proposta de delimitação da ARU do centro de vila Riba d'Ave e do centro de Oliveira de São Mateus, totalizando 104 hectares (Figura 575).[787]

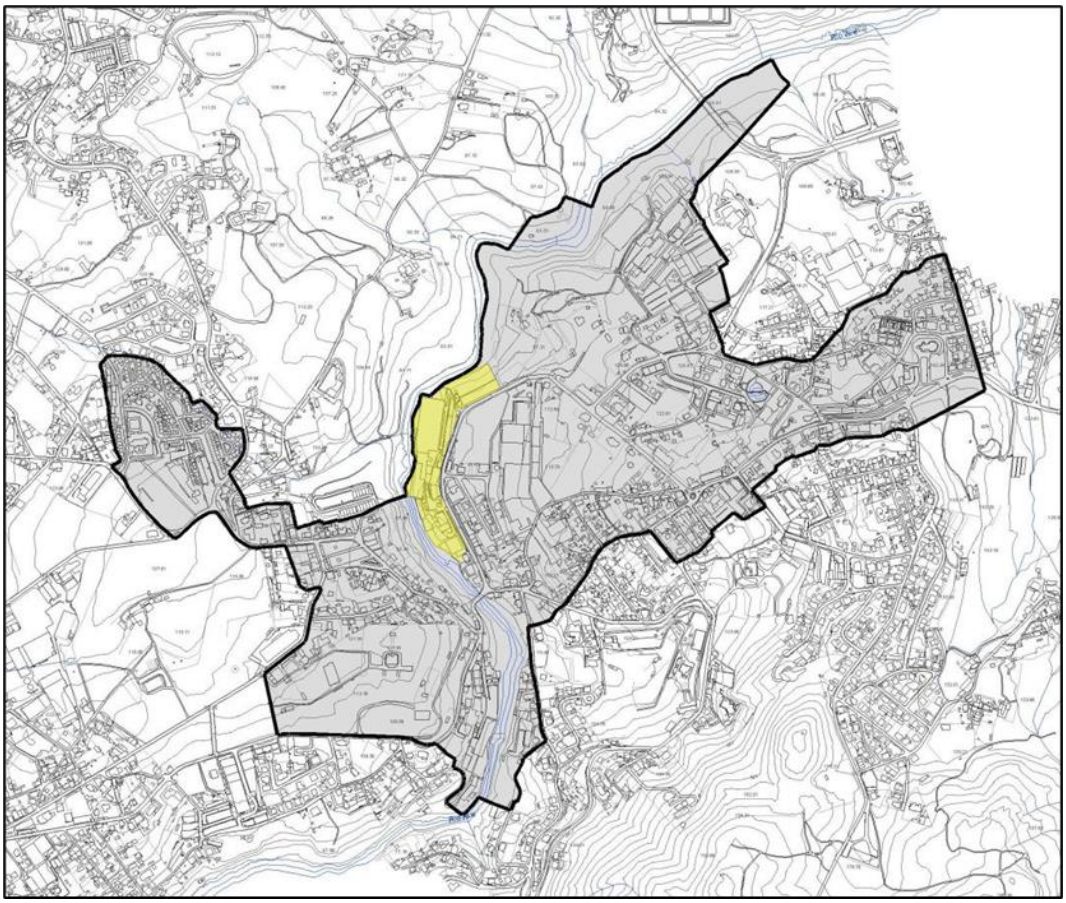


Figura 575: planta de Delimitação da ARU de Riba d'Ave (VNF)

Destaque da SFC (amarelo) na planta de Delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira de São Mateus, publicada em Diário da República através do aviso n.º 11362/2015. In Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da Área de Reabilitação Urbana do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 43.

Entretanto, durante o *"trabalho de campo para início da elaboração da operação de reabilitação urbana",* a equipe responsável constatou *"que áreas contíguas apresentam as*

[787] https://www.cm-vnfamalicao.pt/aru-centro-de-riba-de-ave-e-de-oliveira-de-sao-mateus. Além disso, "em outubro de 2015, através do aviso n.º 11362/2015, foi publicada em Diário da República, 2.ª série, a delimitação ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira de São Mateus, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na atual redação". In VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 43.

mesmas características morfológicas, tipológicas e de época construtiva das incluídas na ARU" (Figura 576).[788]

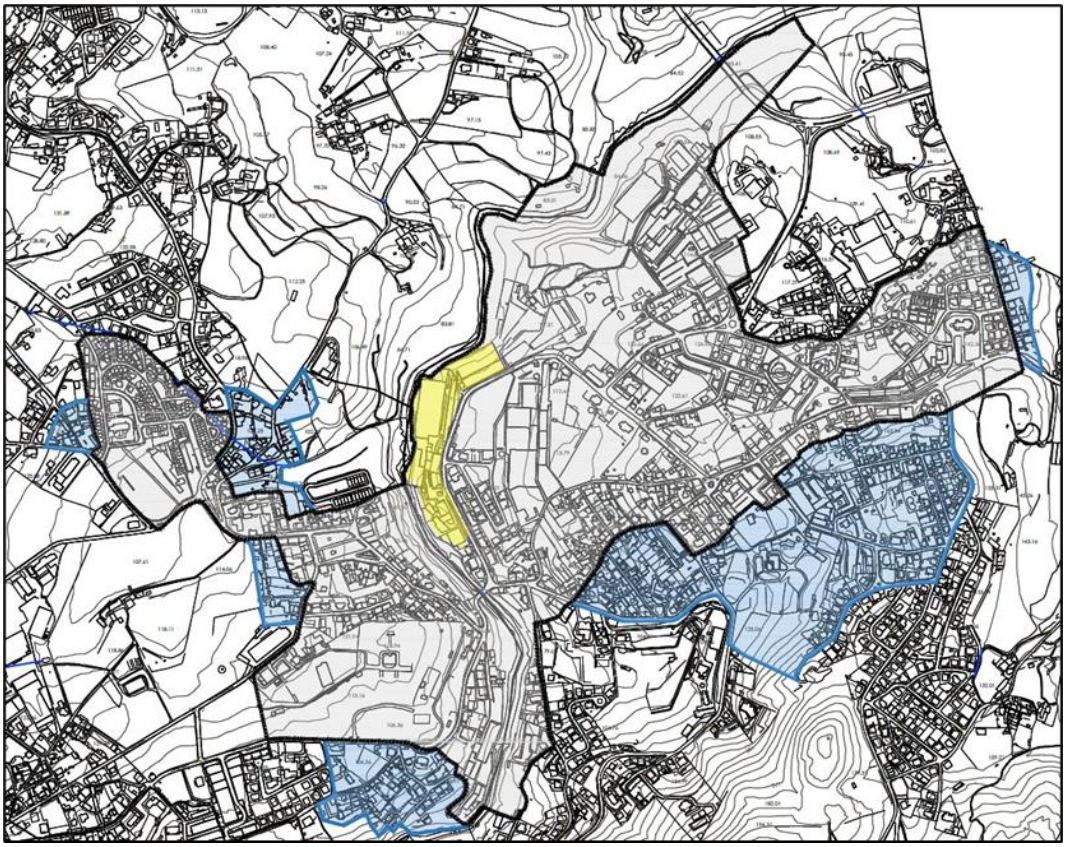


Figura 576: planta da Proposta de alteração à delimitação da ARU. (VNF)

Destaque da SFC (amarelo) na do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira São Mateus. In Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da Área de Reabilitação Urbana do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 45.

Isto levou a uma alteração da delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira de São Mateus, tendo sido ampliada para 136 hectares, aprovada pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, em 12 de janeiro de 2017 (Figura 577).[789]

[788] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 44.

[789] DRE. Aviso n.º 8883/2017. In. Diário da República, 2.ª série — N.º 151 — 7 de agosto de 2017. P. 16535; VNF. https://www.vilanovadefamalicao.org/relatorioecontas2017/ordenamento.htm;

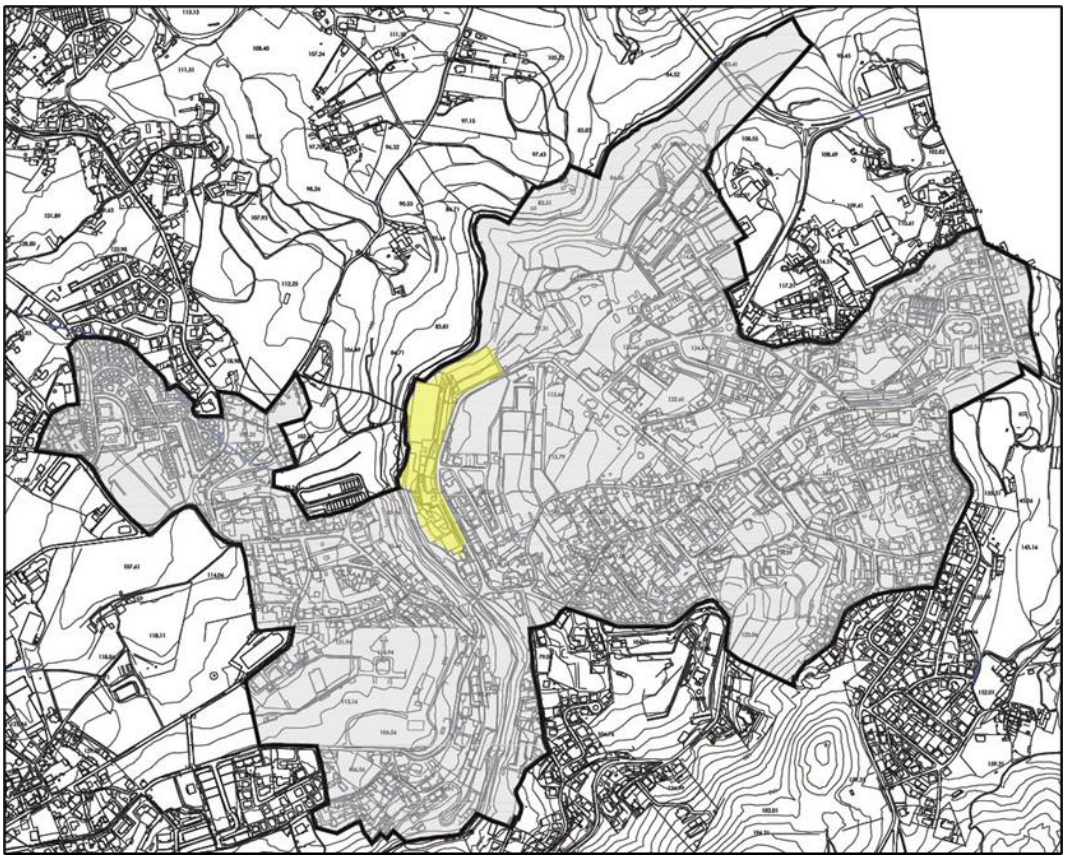


Figura 577: planta da [Re]Delimitação da ARU (VNF)

Destaque da SFC (amarelo) na planta da [Re]Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira de São Mateus Fonte: VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da Área de Reabilitação Urbana do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 45.

A ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira de São Mateus, assim como a *Lista do PEA*, deixa em evidência a importância da atividade industrial da Sampaio, Ferreira & Cia. e das obras sociais de Narciso Ferreira e de seus herdeiros para o desenvolvimento destes núcleos urbanos, pois a maioria do patrimônio ali preservado estava diretamente associado a eles e viriam a se tornar eixos estruturantes da localidade e das propostas de intervenção.

Não é por acaso que que a *Memória Descritiva* da redelimitação da área de reabilitação em Riba d'Ave[790] caracteriza estas infraestruturas urbanas como *"ativos culturais e simbólicos":*

> *A vila de Riba d'Ave é marcada pela história industrial associada a Narciso Ferreira e seus filhos, protagonistas de diversas unidades fabris construídas a partir do último decénio do século XIX. Esta cultura industrial mantém-se hoje presente na estrutura*

[790] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017.

> *edificada da vila, com a presença de diversos edifícios industriais com valor patrimonial e de arqueologia industrial muito significativo.*
> *Também é significativo em termos de património arqueológico industrial o Bairro dos Pobres,*[791] *mandada construir por Raúl Ferreira na freguesia de Oliveira de S. Mateus, na margem do rio Ave oposta a Riba d'Ave, empreendimento com 180 residências inaugurado em 1969. (...)*
> *Ainda inserido no legado da família Ferreira, inscrevem-se os edifícios do Teatro Narciso Ferreira, construído nos anos 40 do século passado e que funcionou até ao final do século, (...) o mercado já recuperado, o quartel dos bombeiros, o edifício antigo do hospital, para além de outros. (...)*
> *No Centro urbano de Riba d'Ave, distinguem-se:*
> *1. Eixo central da Av. Narciso Ferreira, concentra um conjunto de equipamentos centrais (Mercado, Bombeiros, Estação de Correios, antiga Fábrica Sampaio Ferreira e Cª, (...) Fundação Narciso Ferreira; antigo Teatro Narciso Ferreira (...); Escola Narciso Ferreira (...), Centro Residencial Conde de Riba d'Ave etc. (...) - Eixo da Av. 25 de Abril (incluindo Externato, Hospital Narciso Ferreira);*[792]

A importância de Narciso Ferreira e de seus herdeiros foi reforçada no *"enquadramento morfológico"* da *Memória Descritiva* ao retomar elementos que estão no cerne das narrativas memoriais hegemônicas sobre eles.

Nesse sentido, destaca-se que, *"durante séculos"* Riba d'Ave nada mais foi do que *"uma pequena povoação rural",* cuja *"evolução (...) na última década do século XIX e século XX"* deve ser *"associada aos negócios na indústria têxtil protagonizados por Narciso Ferreira",* que soube aproveitar *"o vale do rio para favorecer o acesso das unidades industriais à água – nos últimos anos do século XIX foi construído um açude no rio Ave que permitia mover os teares mecânicos instalados na nova unidade fabril da empresa Sampaio Ferreira & Lda".*[793]

Para a *Memória Descritiva*, a evolução de Riba d'Ave acompanhou a própria *"evolução do império industrial Ferreira",* o qual se configurou como *"um exemplo relativamente modelar da estrutura de ocupação fabril do território"*[794] com a

[791] Bairro do Quinteiro, Centro Residencial Conde de Riba d'Ave.

[792] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. Pp. 22-23.

[793] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 15.

[794] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 15.

> *construção das unidades fabris a que se associam construções de natureza social, como bairros operários, escola primária, hospital, mercado, quartel de bombeiros e posto de guarda e construções de prestígio, como o caso do Teatro Narciso Ferreira, para além da Estalagem e Café.*[795]

Por outro lado, não seria equivocado dizer que foi o processo inverso que acabou por tornar necessária uma proposta de reabilitação em urbana Riba d'Ave, pois ela se enquadra historicamente como uma necessidade resultante do longo processo de desindustrialização que atingiu a Bacia do Ave; e cujas consequências foram o encerramento, abandono e arruinamento de muitas de suas indústrias e, consequentemente, a ampliação do desemprego fabril na região, colocando a freguesia na posição de território em perda. Esta situação é reconhecida pela *Memória Descritiva*:

> *Em termos económicos, a degradação da situação económica que tem afetado o setor têxtil tradicional, concentrado nesta região, tem vindo a afetar nas últimas décadas um número muito significativo das unidades industriais localizadas na vila e na freguesia (ou freguesias vizinhas), com repercussões significativas também ao nível do desemprego. A substituição da estrutura industrial tradicional não se tem, contudo, processado de forma representativa na maioria das freguesias do Concelho, repercutindo-se também na capacidade de atrair investimento exterior.*[796]

Entretanto, se, por um lado, pode-se supor que sejam estas as *"transformações sociais e económicas dos últimos anos"* de que fala a *Memória Descritiva* em seu *"Enquadramento";* por outro lado, o documento não as relaciona diretamente com a degradação do patrimônio industrial e com o arruinamento dos seus conjuntos edificados. Apenas afirma em sua *"Proposta"* que se ia *"assistindo à degradação progressiva das estruturas urbanas, dos edifícios e dos espaços exteriores. Uma degradação decorrente do envelhecimento próprio, da sobrecarga de usos, ou ainda do desajustamento da sua arquitetura aos novos modos de vida"*.[797]

Além disso, ao contrário do que diz o documento, essas *"transformações sociais e econômicas"* não apenas *"vieram pôr em evidência as consequências de uma conduta de*

[795] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 15.

[796] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 20-21.

[797] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 41.

negligência do edificado urbano existente em detrimento da construção nova";[798] mas estão na gênese da própria negligência.

Apesar de a *Memória Descritiva* não conectar os processos que desencadearam a decadência da produção têxtil na Bacia do Ave à emergência de um território em perda, ela parece reconhecer seu impacto na cultura material industrial da região e, talvez, precisamente por isso reconhece que a *"memória industrial"* da localidade se mantém *"viva"* não apenas *"na arquitetura e estrutura urbana da vila"*, mas também em *"algumas estruturas organizativas e alguns equipamentos, como são o caso da Fundação Narciso Ferreira e de alguns equipamentos que lhe estão associados, já recuperados ou com projeto de recuperação, como são o mercado e o teatro"*.[799]

Talvez por isso, também, a *Memória Descritiva* caracterizasse Riba d'Ave como possuidora de *"um potencial interessante em termos de valorização das suas dinâmicas socioculturais"*[800] e tenha traçado em seus *"objetivos estratégicos de reabilitação urbana"*[801] a valorização da identidade cultural local:

> *6. Valorizar a identidade cultural como forma de afirmação urbana garantindo a qualidade de vida e a sustentabilidade dos espaços urbanos e do edificado:*
>
> *a) Definir prioridades e linhas de intervenção ao nível da valorização e/ou reutilização do património arquitetônico, monumental e vernacular e, sobretudo, o industrial, contribuindo para a requalificação da imagem e da identidade;*
>
> *b) Requalificar os espaços públicos e os espaços verdes, valorizando artérias e áreas com elevado impacto na percepção das qualidades paisagísticas dos dois centros;*
>
> *c) Promover a recuperação de áreas e edifícios de elevado valor e referência na cidade, quer públicos, quer privados – Complexo fabril Sampaio Ferreira, Teatro Narciso Ferreira, antigo Quartel de Bombeiros de Riba d'Ave, antigo Posto da GNR, largo da feira de Sant'Ana.*[802]

---

[798] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 05.

[799] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 21.

[800] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 21.

[801] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 38.

[802] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 39.

Talvez por reconhecer que não se trata de um processo de simples degradação física de edificações antigas, a *Memória Descritiva* salienta que as soluções para proteger e valorizar o patrimônio edificado de Riba d'Ave deveriam buscar *"reforçar a identidade urbana evitando soluções que não atendam ao enquadramento urbanístico e arquitetônico, como por exemplo a substituição pura e simples de fachadas e a perda de referências"*.[803] Desta forma, suas intervenções deveriam se orientar também por questões *"ligadas à sua vivência e usufruto"*,[804] infere-se, por parte das comunidades.

Tal como no *Relatório do PEA*, no cerne da proteção ao patrimônio de Riba d'Ave estavam as relações que se estabeleciam entre patrimônio, memória e identidades das comunidades. Por isso, tinha-se como objetivo compilar *"os vestígios arqueológicos e arquitetônicos considerados especiais, pela sua antiguidade, pela sua estrutura ou mesmo pelo vínculo sentimental e identitário das diversas comunidades famalicenses"* e pretendia *"despertar a consciência e a responsabilidade cívica da proteção da memória e da herança do passado"*.[805]

Esta proteção e salvaguarda se dariam *"em nome das gerações futuras e do seu direito em conhecer e usufruir dos vestígios dos seus antepassados"* sem, no entanto, conferir-lhes *"um estatuto estático, petrificado, sagrado e imóvel";* e, sim, *"integrados na modernidade sustentável, auxiliada pela tecnologia e pela ciência, de modo a tornarem-se atraentes, rentáveis e dinâmicos, contribuindo para o desenvolvimento do turismo e da atração de novos públicos".*[806]

Portanto, o *Relatório do PEA*, *"no que respeita ao património cultural",* buscava *"proceder ao registro dessas materialidades, à criação da sua memória, salvaguardando a informação para o futuro e o conhecimento legítimo do passado"*.[807] Desta forma, procurava-se *"valorizar o conhecimento como forma de preservação da memória e da identidade local"*, independentemente de serem bens classificados e/ou protegidos pelo PDM.[808]

---

[803] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 46.

[804] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 05.

[805] VNF. Relatório do Património Edificado e Arqueológico. Outubro de 2014. P. 05.

[806] VNF. Relatório do Património Edificado e Arqueológico. Outubro de 2014. P. 05.

[807] VNF. Relatório do Património Edificado e Arqueológico. Outubro de 2014. P. 05.

[808] VNF. Relatório do Património Edificado e Arqueológico. Outubro de 2014. P. 09. Além disso, o "'Estado da Arte' do inventário passou (...) a abranger todos os Bens Culturais, independentemente do seu interesse patrimonial e/ou protecionista (bens classificados e/ou protegidos por instrumentos de gestão territorial, como os P.D.M.), existentes ou já destruídos".

A própria concepção de organização do território, subdividindo-o em UP's buscava uma identidade urbana, sociodemográfica e paisagística[809] em que se queria *"valorizar a identidade cultural"*[810] a partir da identificação dos *"ativos culturais"* que faziam *"história e da identidade local".*[811] Desta forma, conforme o *"Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014/2025 - 'Famalicão Visão'25'"* (Visão25), *"atributos tangíveis e intangíveis reconfiguram as identidades próprias de cada território"*. [812]

Nesse sentido, o processo de patrimonialização e a sua integração social seriam os caminhos para salvaguardar a cultura material edificada e arqueológica. Esta perspectiva inclusiva da comunidade, além de ter sido orientada pelo PDM, teve como base a Visão25,[813] *"uma proposta de Visão Estratégica para o território"*[814] de Vila Nova de Famalicão para os anos de 2014 a 2025.

A Visão25 afirma reconhecer *"o território como um produto da ação coletiva de todos e surge enquanto projeto agregador do coletivo social, apoiado nos valores identificados no território, estimulando o orgulho coletivo e suportando a identidade local".* Tal identidade seria constituída por *"atributos tangíveis", "as componentes físicas, patrimoniais e infraestruturais";* e *"intangíveis", "as relações e os símbolos relacionados com os valores e a cultura"*.[815]

Para a Visão25, *"a identidade apresenta-se como algo variável e em contínua construção"*,[816] de modo que

> *não importa construir apenas uma identidade original assente numa imagem falsa e não reconhecida pela comunidade, pois não será possível inventar valores inexistentes. Importa sim que os valores da comunidade sejam de fato reconhecidos e expressos de maneira evidente e clara.*[817]

---

[809] VNF. Regulamento do PDM. Título I - das disposições gerais Artigo; Artigo 2.°- Estratégia e objetivos. Item 2, subitem d. Maio de 2015. P. 05.

[810] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 39.

[811] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 42.

[812] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 05.

[813] VNF. Memória Descritiva e Justificativa da [re]delimitação da ARU do centro de Riba d'Ave e do centro de Oliveira S. Mateus. 2017. P. 08. É importante observar que em Vila Nova de Famalicão o Documento de Orientação Estratégica para a Reabilitação Urbana (DOERU, 2013) já havia selecionado "áreas de intervenção consideradas prioritárias numa rede urbana concelhia". Entretanto, a *Memória Descritiva* considera-o como sendo "de leitura por vezes pouco clara".

[814] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 16.

[815] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 21.

[816] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 21.

[817] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 21.

Entende a Visão25 que o envolvimento da comunidade na construção da identidade local seria uma forma de aumentar a qualidade de vida e o bem-estar de seus cidadãos: *"este sentimento de integração e participação ativa na comunidade constitui-se como fundamental para o sentimento de bem-estar pessoal e social, pois o bem-estar e a qualidade de vida correlacionam-se com os níveis de participação cívica e envolvimento comunitário"*.[818]

Nesse sentido, uma das ações planejadas foi o *"Programa de Participação e Envolvimento da Comunidade"* no projeto *"Famalicão Visão'25 – 25 Ideias de Futuro"* com vistas a fazer com que a Visão25 se tornasse *"uma ferramenta de comunicação e animação partilhada para um horizonte de futuro conjunto"*.[819]

Das 33 atividades programadas para o primeiro ano de atividades (entre 11 de setembro a 10 de outubro 2014), apenas uma tratava diretamente do patrimônio material edificado de Vila Nova de Famalicão (*"P18 – 'Se as paredes falassem...'"*), com os objetivos de *"sensibilizar a população para o tema da Reabilitação Urbana"*[820] e para o *"património edificado da cidade, desocupado e abandonado",* com vistas a identificar *"edifícios devolutos"* e *"ideias para reconversão funcional"*.[821]

Portanto, para a Visão25, dentre outros elementos patrimoniais reconhecidos, a cultura material edificada, *"o património arquitetônico (...) se apresenta enquanto elemento identitário"*[822] e seria uma das formas de as comunidades expressarem suas identidades e seus valores, pois estas se reconheceriam naquilo que foi preservado e valorizado.

Precisamente porque *"Vila Nova de Famalicão possui uma forte tradição industrial, refletida na sua identidade"*,[823] *"no âmbito do património material existente"* incluía-se também o seu patrimônio industrial, *"fortemente associado ao sector do têxtil e à produção de energia hídrica"*.[824]

---

[818] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 88.

[819] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 07; 192.

[820] VNF. Visão'25. 25 ideias de futuro. 2014. P. 134.

[821] VNF. Visão'25. 25 ideias de futuro. 2014. P. 133.

[822] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 48.

[823] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 23.

[824] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 138.

Possivelmente tenha sido por esta razão que Riba d'Ave ganhou destaque no planejamento de território de Vila Nova de Famalicão e seu patrimônio cultural edificado e industrial tenha tido sua importância realçada, conforme se infere do discurso da Visão25 sobre a localidade.

Segundo a Visão25, Riba d'Ave caracteriza-se *"por possuir um núcleo urbano singular"* cuja *"consolidação (...) associa-se à sua origem industrial e a todo o processo de desenvolvimento a ela associado"* e *"fortemente impulsionada pela indústria têxtil da qual se destaca a criação, no final do século XIX, da fábrica Sampaio Ferreira e Companhia Limitada".* Foi o *"pioneirismo da sua indústria têxtil"* que permitiu a Riba d'Ave se tornar *"uma das primeiras localidades de Portugal a beneficiar de eletricidade e iluminação pública elétrica"*.[825] Portanto, a Visão25 salienta, inevitavelmente, a importância de Riba d'Ave para a industrialização em Vila Nova de Famalicão.

Entretanto, ainda que afirme que *"este processo de industrialização representa igualmente as relações sociais e as múltiplas interações e dinâmicas da comunidade"*,[826] a Visão25 constrói uma narrativa que acaba por personalizar tal processo na figura de Narciso Ferreira:

> *A ascensão do pequeno artesão domiciliário ao estatuto de grande industrial de nível regional e nacional reflete-se como um símbolo da realização da iniciativa e capacidade empreendedora deste tecido social.*[827]

Das *"várias (...) figuras que se destacam da história deste Concelho",* Narciso Ferreira é um dos lembrados pela Visão25, ao lado apenas de Artur Cupertino; e o único cujas realizações aparecem em destaque.

A força da imagem de Narciso Ferreira é tamanha que a Visão25 coloca inclusive as obras de seus herdeiros como fruto de suas realizações. Assim, a Fundação Narciso Ferreira, por exemplo, criada mais de uma década depois de seu falecimento, em 1945, foi colocada como tendo sido criada por ele: *"as fundações criadas por estas duas personalidades* [Narciso Ferreira e Arthur Cupertino] *surgiram com objetivos de natureza social e cultural, exerceram um relevante impacto social e cultural na sociedade local, mantendo-se as suas atividades nessas áreas"*.[828]

---

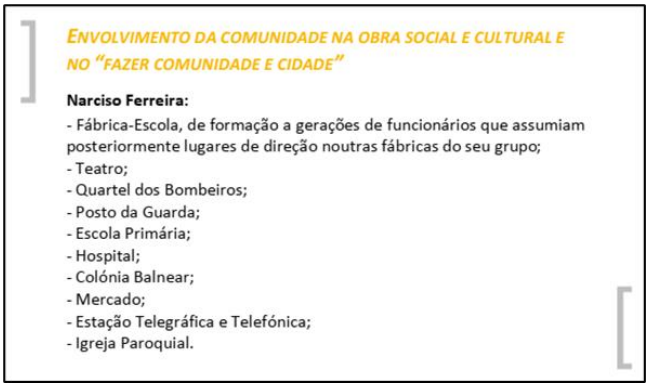
[825] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 40.

[826] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 50.

[827] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 50.

[828] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 50.

O mesmo ocorre com as outras infraestruturas urbanas de Riba d'Ave criadas por seus herdeiros. Para a Visão25, Narciso Ferreira é o exemplo maior da *"tradição de ação social e filantrópica, surgida desde o início do século XIX"* e da *"dinâmica de intervenção de atores locais no 'fazer-comunidade' e no 'fazer-cidade'"*, que teriam criado *"um certo lastro no envolvimento e na participação de diversos atores locais em atividades de apoio social"*.[829] Ao afirmá-lo, exemplifica com uma caixa de texto em destaque que acaba por misturar as obras industriais e sociais do pai com as dos filhos (Figura 578).


ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NA OBRA SOCIAL E CULTURAL E NO "FAZER COMUNIDADE E CIDADE"

Narciso Ferreira:
- Fábrica-Escola, de formação a gerações de funcionários que assumiam posteriormente lugares de direção noutras fábricas do seu grupo;
- Teatro;
- Quartel dos Bombeiros;
- Posto da Guarda;
- Escola Primária;
- Hospital;
- Colónia Balnear;
- Mercado;
- Estação Telegráfica e Telefónica;
- Igreja Paroquial.

Figura 578: "Envolvimento da comunidade". (VNF)

In Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 50.

Como se pode observar, o discurso da Visão25 retoma elementos estruturantes das narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e parece tomá-lo um modelo de empreendedorismo a ser seguido para um futuro que se pretendia promissor.

Isso fica evidente quando se leva em consideração que a própria construção da Visão25 teve como motivação enfrentar o impacto das adversidades resultantes da crise econômica daquele momento. Não por acaso já nas duas primeiras linhas de sua *"Introdução",* destaca-se que *"a crise financeira mundial alterou na Europa as trajetórias de desenvolvimento territoriais, bem como os objetivos políticos e medidas em todos os níveis de governança"*.[830]

Para enfrentar o *"quadro de incerteza, de aceleração de mudanças e acontecimentos"*,[831] a Visão25 teria amparo não apenas no planeamento territorial, mas também na segurança que perspectivas positivas sobre o passado de desenvolvimento e progresso industrial da região poderia proporcionar.

[829] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 50.

[830] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 16.

[831] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 16.

Assim, tanto para Vila Nova de Famalicão, mas sobretudo para Riba d'Ave especificamente, o teor das narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira voltou a ganhar destaque na Visão25 e nos instrumentos de planejamento territorial a ela associados, como o PDM, na ARU, na *Lista do PEA* e no *Famalicão ID*.

Desta forma, verifica-se que a Visão25 buscou instrumentalizar as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira, sobre Sampaio, Ferreira & Cia. e sobre Riba d'Ave como modelos de enfrentamento das dificuldades do presente que permitissem a projeção de um futuro mais esperançoso.

Em Riba d'Ave, entretanto, observa-se um processo duplo: ao mesmo tempo que a patrimonialização contribuiu para fortalecer as narrativas memoriais hegemônicas por meio da preservação da cultura material edificada vinculada à trajetória de Narciso Ferreira e seus herdeiros; foram essas mesmas memórias preservadas, precisamente por já estarem consolidadas hegemonicamente, que delinearam a seleção e definição do que seria considerado patrimônio e como este deveria ser lembrado. Com isso, as narrativas memoriais hegemônicas assumiram um papel central na legitimação da patrimonialização e no próprio planejamento territorial e reabilitação propostos para Riba d'Ave.

Neste sentido, as ações e intervenções patrimonialistas em Riba d'Ave, especialmente no que se referem à Sampaio, Ferreira & Cia., acabaram por carregar consigo, em maior ou menor grau, o teor das narrativas memoriais hegemônicas, como se verificou na inclusão da Sampaio, Ferreira & Cia. na RPI,[832] que levou à intervenção museológica em Riba d'Ave na década de 2000;[833] nas Comemorações dos 150 anos de Narciso Ferreira (2012) e na inauguração do Museu da Memória Viva (2019);[834] e no Concurso Internacional de ideias (Desafios Urbanos'16) para reabilitar o conjunto edificado da fábrica, criado no âmbito da Visão25.

[832] A RPI fora retomada pela Visão25 como uma área "com potencial de intervenção" em Vila Nova de Famalicão. Cf. VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 142.

[833] Cf. Parte V, Capítulo 2. A memória urbanizada: a produção do espaço urbano em Riba d'Ave.

[834] Cf. Parte VII, 4. A memória transmitida: o legado memorial de Narciso Ferreira.

Capítulo 4. A memória transmitida: o legado memorial de Narciso Ferreira.

Depois que vocês nasceram, sua mãe, ela me disse algo que eu nunca entendi direito. Ela disse: "Agora, estamos aqui apenas para ser memórias para nossos filhos". Acho que agora entendo o que ela quis dizer. Quando você é pai, é o fantasma do futuro de seus filhos.
(Jonathan Nolan & Christopher Nolan. "Interestellar")

Já à época do falecimento de Narciso Ferreira, em 1933, os valores positivos com os quais foi caracterizado, bem como seu engrandecimento perante a história local, estavam presentes nas primeiras narrativas memoriais sobre ele. A construção da memória sobre o fundador da Sampaio, Ferreira & Cia., entretanto, não se deu exclusivamente por meio de textos, crônicas ou homenagens, mas adotou estratégias de comunicação que resultaram na produção de cultura visual e material que simbolizavam precisamente as características atribuídas a Narciso Ferreira.

Nesse sentido, em termos iconográficos, destacam-se as fotografias encomendadas junto à Casa Domingos Alvão; e, em termos arquitetônicos e urbanísticos, destacam-se a adoção do estilo *art déco* que passou a caracterizar a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. a partir de 1934 e, posteriormente, as próprias estruturas urbanas e as obras sociais em Riba d'Ave impulsionadas por seus herdeiros por meio da Fundação Narciso Ferreira, num processo de transformação e transmissão do capital econômico e do capital simbólico de Narciso Ferreira. Todas essas produções culturais são diferentes expressões discursivas das narrativas memoriais hegemônicas, que chegaram a ser reproduzidas inclusive por trabalhos historiográficos.

A força de tais narrativas, porém, não se verifica apenas pela perpetuação por meio de múltiplas formas, ao longo das décadas após a morte de Narciso Ferreira, mas é observada também porque transmitiram a seus filhos as mesmas características atribuídas ao pai. Portanto, o legado de Narciso Ferreira não se limitou ao seu capital econômico, pois seu capital simbólico também foi transmitido a seus herdeiros e à própria Riba d'Ave, sobretudo após a criação da Fundação Narciso Ferreira.

Para Alves, a criação da Fundação representou a institucionalização da *"atitude"* de Narciso Ferreira sobre as obras sociais como *"de forma a assegurarem a sua perpetuação e*

desenvolvimento" e seria ela própria *"fruto de representações específicas sobre a função empresarial, ideologicamente marcadas e articuladas com estratégias de legitimação"* (Alves J. F., 1994, p. 01).

Segundo Alves, a Fundação Narciso Ferreira havia sido constituída inicialmente por 10 sócios-fundadores compostos pelos descendentes de Narciso Ferreira e pelas três empresas criadas pelo próprio Narciso Ferreira: a Sampaio, Ferreira & Cia., a Empresa Têxtil Eléctrica e a Oliveira, Ferreira & Cia. Ltda. Entre seus objetivos estavam a assistência *"espiritual, de harmonia com a autoridade e disciplina da Igreja Católica; educativa, com escola para instrução elementar e possibilidade de bolsas de estudo para educação profissional; materno-infantil, doença e invalidez"* (Alves J. F., 1999b, p. 26). As infraestruturas sociais já existentes, como o Hospital Narciso Ferreira, o Teatro Narciso Ferreira e a Igreja de São Pedro, à época ainda em construção, entre outras obras sociais foram unificadas sob a administração da Fundação Narciso Ferreira, para *"prestar assistência económica e moral às famílias da mesma freguesia e em especial às dos empregados e operários das fábricas pertencentes aos sócios fundadores",* conforme dizia o primeiro artigo de seu *Regulamento de 1945* (Alves J. F., 1999b, p. 27).

Entretanto, mais do que atender a comunidade de Riba d'Ave por meio da continuidade das obras sociais, a Fundação participou ativamente da construção memorial de Narciso Ferreira precisamente por meio destas obras sociais e das obras industriais, que permitiram, por sua vez, aos seus descendentes herdarem seu capital social e simbólico. Não é por acaso que, ao longo das décadas subsequentes ao falecimento de Narciso Ferreira, ainda se podia encontrar a reprodução dos mesmos discursos que criaram, reforçaram e consolidaram as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira ao mesmo tempo que se transmitiam aos seus herdeiros os mesmos valores ali encontrados.

Com o tempo, Narciso Ferreira ganhou novas atribuições e qualidades, tendo passado a ser descrito também como *"engenheiro, matemático, contabilista e industrial ao mesmo tempo, sem nunca haver manejado o lápis ou a pena"*.[835] As crônicas desenvolveram seus traços

[835] BMF. Estrela do Minho. 25 de março de 1934. P. 01

individuais e colocaram em evidência sua obra industrial e social, frutos de seu *"espírito forte e fé inquebrantável"*,[836] fé esta digna de um *"apóstolo do trabalho e da benemerência"*. [837]

Os jornais da região passaram a fazer menção à *"profunda saudade"*[838] que ele havia deixado com sua morte e passam a potencializar as qualidades que vinham sendo mencionadas ao longo do tempo. Não é raro encontrar a afirmação de que Narciso Ferreira, por exemplo, era homem *"generoso e bom"*,[839] de *"extraordinária bondade"*,[840] possuidor de *"extraordinárias qualidades do trabalho"*,[841] uma *"extraordinária figura de trabalhador"*,[842] um *"herói do trabalho"*,[843] um *"industrial clarividente e honesto"*,[844] dotado de *"superior visão e admirável força de vontade, foi o extraordinário animador e grande criador"*.[845] Assim, paulatinamente, a cada crônica ou nota, suas qualidades eram potencializadas ao mesmo tempo que novas eram acrescidas: *"Narciso Ferreira deixou o seu nome ligado aos progressos morais, espirituais e materiais da sua terra"*.[846]

Narciso Ferreira passou de *"o representante máximo da indústria do Concelho",* a *"um dos mais preponderantes elementos da indústria de Portugal"*[847] e, posteriormente, *"o maior industrial português de todos os tempos"*.[848] Passou a ser retratado como *"figura de rara grandeza, que não pertence somente a Famalicão, sua terra natal, pois todo o país o considerou muito justamente como figura primacial entre os maiores e dinâmicos portugueses"*.[849]

---

[836] BMF. Estrela do Minho. 25 de março de 1934. P. 01

[837] MIT. Notícias de Famalicão. 10 de outubro de 1936. P. 01.; Estrela do Minho. 19 de março de 1938. P. 01.

[838] MIT. Estrela do Minho. 21 de março de 1937. P. 01.

[839] MIT. Estrela do Minho. 26 de março de 1944. P. 01.

[840] MIT. Estrela do Minho. 19 de março de 1938. P. 01.

[841] MIT. Estrela do Minho. 21 de março de 1937. P. 01.

[842] MIT. Estrela do Minho. 21 de março de 1943. P. 01.

[843] MIT. Jornal de Riba d'Ave. 22 de março de 1958. P. 01.

[844] MIT. Estrela do Minho. 26 de março de 1944. P. 01.

[845] MIT. Notícias de Famalicão. 22 de abril de 1944; Estrela do Minho. 23 de abril de 1944. P. 01. Transcrição do discurso do vereador Joaquim José de Lemos quando propôs que se erigisse uma estátua em homenagem a Narciso Ferreira.

[846] MIT. Estrela do Minho. 21 de março de 1937. P. 01.

[847] MIT. Estrela do Minho. 21 de março de 1943. P. 01.

[848] MIT. Jornal de Riba d'Ave. 08 de outubro de 1958. P. 01.

[849] MIT. Notícias de Famalicão. 22 de abril de 1944; Estrela do Minho. 23 de abril de 1944. P. 01. Transcrição do discurso do vereador Joaquim José de Lemos quando propôs que se erigisse uma estátua em homenagem a Narciso Ferreira.

As obras sociais que desenvolveu passaram a destacar também seu papel político como vereador. Ao nomear uma das ruas em homenagem a Narciso Ferreira

> *a Câmara de Famalicão pagou assim uma dívida de gratidão para com a memória do seu antigo e devotado vereador, a quem a Terra deve esse grande melhoramento da luz elétrica, cujo plano e caderno de encargos foram inteiramente gizados pela sua pessoa.*[850]

Ele foi *"o vereador que deixou vincada a sua passagem por este Município pela maior obra de então: a luz elétrica"*.[851]

A memória sobre Narciso Ferreira na sua relação com Riba d'Ave foi construída de forma paulatina; de homem de origem humilde que venceu pelo próprio esforço e dedicação ao trabalho, passando por industrial preocupado com o bem-estar de seus operários a vereador devoto à sua terra e, por último, seu *"fundador",* como aparece em nota sobre os 25 anos de seu falecimento: *"representou uma grande perda para Riba d'Ave a morte de seu Fundador"*.[852]

Embora não especifique a que se refere esse papel de fundador, o periódico parece explicitar uma visão sobre Narciso Ferreira que se apresentou publicamente no discurso de José de Oliveira durante o funeral, em 1933: *"homem bom, ativo e generoso, a cujas virtudes cívicas presta culto, de chefe e fundador glorioso de uma verdadeira cidade industrial que assombra os mais empreendedores"*.[853] Para ele e, possivelmente, para o periódico, um quarto de século depois, Narciso Ferreira por suas obras e seu legado, foi o responsável pela Riba d'Ave que se conhecia até então.

O *Jornal de Riba d'Ave*, já em sua primeira edição, dizia ser *defensor dos interesses morais e materiais desta terra bendita, rico alfobre de trabalhadores e fonte inesgotável de valiosos recursos".* A missão adotada pelo jornal, portanto, remete à maneira como a memória sobre Narciso Ferreira foi construída ao longo do tempo. Não por acaso, o jornal adotou um tom não apenas saudoso e respeitoso, mas reverente a ele, que foi chamado de *"patrono"* do periódico. Ao falar de Narciso Ferreira, o texto adota um tom quase religioso de oração, em que clama para

---

[850] MIT. Estrela do Minho. 26 de março de 1944. P. 01.

[851] MIT. Notícias de Famalicão. 22 de abril de 1944; Estrela do Minho. 23 de abril de 1944. P. 01. Transcrição do discurso do vereador Joaquim José de Lemos quando propôs que se erigisse uma estátua em homenagem a Narciso Ferreira.

[852] MIT. Jornal de Riba d'Ave. 22 de março de 1958. P. 01.

[853] BMF. Estrela do Minho. 02 de abril de 1933. P. 01.

"que seu espírito nos acompanhe em todos os nossos passos no caminho ingrato e duro que vamos trilhar e nos dê alentos para seguir em frente e vencer esta nova e árdua batalha".[854]

Praticamente todas as características que construíram memória sobre Narciso Ferreira foram passadas a seus filhos, como *"naturais e apaixonados continuadores"* de sua obra.[855]

Alfredo Ferreira chegou a dizer que a reforma não foi um direito concedido aos filhos de Narciso Ferreira, estes *"foram predestinados para viverem para o trabalho e no trabalho morrerem"*.[856] Tal como seu pai, foi descrito como sendo de *"trato amabilíssimo",* distinto de *"maneiras"* e *"pela sua extrema e característica bondade"*.[857]

José Ferreira, morto ainda em 1922, administrou a Sampaio, Ferreira & Cia. com Narciso Ferreira e é descrito como *"grande industrial"*,[858] *"de larga visão"*,[859] que possuía, *"detrás duma máscara de austeridade um coração diamantino"* e *"herdara de seu Pai, de quem fora grande colaborador, as qualidades de ação e dinamismo"*[860] e *"as sublimes qualidades do trabalho"*.[861]

Joaquim Ferreira, que dirigia a Oliveira, Ferreira & Cia. e a Companhia Hidroelétrica de Varosa, era descrito como *"dotado de extraordinária energia e de um grande espírito de iniciativa", "apóstolo do trabalho"* sendo *"bem o herdeiro do gênio empreendedor de seu pai"*, *"disciplinado e disciplinador, sem, contudo, poder ocultar os seus dotes inatos de bondade"*.[862]

> *Nas suas fábricas – e manda a verdade dizer que em todas as outras dirigidas por seus irmãos e em cujo ambiente se respira ainda e há de respirar-se sempre o espírito compreensivelmente revolucionário de Narciso Ferreira.*[863]

---

[854] MIT. Jornal de Riba d'Ave. 18 de maio de 1957. P. 01.

[855] MIT. Estrela do Minho. 21 de março de 1937. P. 01.

[856] MIT. Estrela do Minho. 25 de maio de 1938. P. 01.

[857] MIT. Estrela do Minho. 25 de maio de 1938. P. 01.

[858] MIT. Jornal de Riba d'Ave. 08 de outubro de 1958. P. 01.

[859] MIT. Jornal de Riba d'Ave. 12 de novembro de 1960. P. 01.

[860] MIT. Jornal de Riba d'Ave. 08 de outubro de 1958. P. 01.

[861] MIT. Jornal de Riba d'Ave. 12 de novembro de 1960. P. 01.

[862] MIT. Estrela do Minho. 22 de maio de 1938. P. 01.

[863] MIT. Estrela do Minho. 11 de abril de 1948. P. 01.

Era a Narciso Ferreira que *"a florescente indústria de fiação e tecidos deve no nosso Concelho o esplendor e a grandeza de que beneficia hoje"*,[864] afirmou-se 11 anos após a sua morte.

Foi a obra industrial de Narciso Ferreira que teria permitido que Riba d'Ave se transformasse radicalmente:

> *tratou de assegurar a venda de seus artigos e montou em seguida uma pequena fábrica manual que sucessivamente se foi modificando e engrandecendo até que hoje Riba d'Ave, a pequenina e deserta aldeia de outrora é aquele poderoso empório industrial que todos nós admiramos.*[865]

Para os cronistas, *"assim operou aquele homem de vontade férrea o milagre de transformar em verdadeiros empórios industriais aquelas plagas outrora desertas e alcantiladas de Riba d'Ave!"*[866]

Segundo o *Jornal de Santo Thyrso*, *"a indústria de fiação e de tecidos de algodão, que teve nele o maior de seus impulsionadores"*[867] para tirar Riba d'Ave do atraso: *"Riba d'Ave, que era das mais pobres e inóspitas freguesias de Famalicão, é hoje das mais belas e progressivas. Tudo se deve à inciativa daquela cabeça prodigiosa"*.[868]

O destaque, tal como na construção memorial de Narciso Ferreira fica por conta dos progressos materiais e sociais dos quais se beneficiou a região com a atividade industrial têxtil: *"Estradas, hospital, avenidas, luz elétrica, escolas, bairros operários, água, casas lindas e formosos parques, tudo deve neste Homem a sua origem"*.[869]

Observe-se que as narrativas não parecem mencionar as conquistas materiais de Riba d'Ave apenas como forma de registro, senão também como maneira de amplificar o seu desenvolvimento, dando a entender que é muito maior do que a realidade: Riba d'Ave, aos olhos dos cronistas, era um *"poderoso empório industrial"*[870], o *"rincão formoso do Concelho e seu*

---

[864] MIT. Estrela do Minho. 26 de março de 1944. P. 01.

[865] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01.

[866] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01.

[867] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01.

[868] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01.

[869] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01.

[870] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01.

coração industrial"[871] que, com suas *"grandes chaminés das fábricas"*,[872] havia se tornado uma *"verdadeira cidade industrial que assombra os mais empreendedores"*,[873] o que teria possibilitado que ela se tornasse *"das mais belas e progressivas"*[874] freguesias de Famalicão.

Essa percepção de grandiosidade sobre Riba d'Ave (e da própria Bacia do Ave) encontra-se em algumas narrativas com uma forma muito particular de expressão, que remonta ao século XIX e ao advento da industrialização, em que metáforas da natureza eram utilizadas para descrever fenômenos industriais:

> *Na região do Vizela e do Ave, onde as grandes chaminés das fábricas, todos os dias, lançavam no ar o silvo agudo que chamava ao trabalho milhares de operários, paira um ar de desolação e desconfiança. (...) Não sobe o fumo negro, em rolos, das bocas enormes daqueles centauros modernos. Monstros de força, as máquinas de milhares de cavalos estão paradas, silenciosas.* [875]

Riba d'Ave começou a conviver com novos sons, como os apitos das fábricas que produziam um *"silvo agudo que chamava ao trabalho",* com os novos odores e cores do *"fumo negro das chaminés",* com as novas máquinas, cuja força e barulho só poderiam ser medidas quando em comparação com milhares de cavalos.

Por um lado, tais metáforas são evidências de que as transformações pelas quais passou Riba d'Ave, a partir da instalação de indústrias na região, não se caracterizaram apenas por alterações de ordem material e social, mas por terem promovido também alterações nas sensibilidades. Por outro lado, o uso desses termos pelos cronistas pode ser interpretado de uma ótica pedagógico-social, pois funcionariam como intérpretes às novas sensibilidades de modo a educar os sentidos da comunidade para a nova realidade que os cercava. Dessa forma, as narrativas sobre essas transformações, portanto, não são apenas relatos passivos do que acontecia, mas se constituíam uma forma de intervenção na própria sensibilidade social.

---

[871] MIT. 22 de abril de 1944. P. 01.

[872] MIT. O Fiandeiro. 31 de julho de 1910. P. 02.

[873] BMF. Estrela do Minho. 02 de abril de 1933. P. 01.

[874] MIT. Jornal de Santo Thyrso. 30 de março de 1933. P. 01.

[875] MIT. O Fiandeiro. 31 de julho de 1910. P. 02

Nesse sentido, a própria percepção sobre as relações sociais sofreu mudanças a partir dos processos de industrialização que atingiram a região. Por isso, nas narrativas em que aparecem descrições das relações e grupos sociais é possível encontrar analogias com o mundo natural para explicar o impacto que elas provocavam na sociedade.

A imprensa operária, durante as greves de 1910, assim descreveu os proprietários das fábricas:

> *foi a burguesia que tem vindo pela nossa história fora, como uma loba sempre farta, mas sempre faminta de carne palpitante, essa fera traiçoeira; de olhar vesgo e rasteiro, tendo toda a crueldade das jaulas em todas as moléculas do seu ser, desde a ponta das garras às pontas dos dentes.*[876]

Se, por um lado, as analogias com o mundo natural foram um recurso utilizado pelos cronistas para descrever o impacto de fenômenos completamente novos, fossem materiais ou sociais, com a única linguagem que lhes era familiar; por outro lado, o uso dessas metáforas naturais como estratégia discursiva é extremamente eficiente na descrição das relações de poder entre patrões e empregados, pois criava-se no imaginário do público leitor uma associação automática entre a burguesia como um predador e o proletariado como uma presa a ser caçada, como se vê pelo exemplo acima.

O uso das metáforas da natureza, portanto, não era apenas um recurso estilístico que se desenvolveu pela necessidade de se descrever fenômenos inovadores, mas também era uma estratégia de comunicação política para possibilitar a difusão de ideais para grupos sociais cujos instrumentos de compreensão podiam estar limitados pela falta de instrução formal, uma vez que uma parte significativa do operariado, a quem o discurso se dirigia, era analfabeta,[877] ou, pelo menos, *"pouco escolarizados"* (Pereira A. C., 2002, p. 26).

Conforme observado em investigação anterior (Pozzer, 2007), no século XIX era frequente o uso de metáforas da natureza para descrever as cenas e as sensações que os adventos industriais

[876] MIT. O fiandeiro. 17 de abril de 1910. P. 01.

[877] A inferência sobre o analfabetismo advém da análise dos censos do período: o de 1890 indica que dos 522 habitantes de Riba d'Ave, 407 eram analfabetos; em 1911, dos 900 habitantes, 696 eram analfabetos. Cf. INE. Censo da população do Reino de Portugal no 1° de dezembro de 1890, Volume I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896. Pp. 84-85; Censo da população de Portugal no 1° de dezembro de 1911, Parte I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913. Pp. 64-65)

provocaram nas pessoas onde quer que tenham chegado, de modo a evocar um paralelo entre as máquinas e o mundo natural, animalesco e selvagem.

O regozijo constante sobre o desenvolvimento industrial, o progresso social, civilização, a ode aos valores do trabalho personificados em Narciso Ferreira, as formas de expressão metafóricas e simbólicas sobre as transformações urbanas e industriais são próprias da experiência da modernização e da modernidade cuja percepção chegou onde quer que processos de industrialização tenham deixado sua marca (Pozzer, 2015), ainda que fosse num ambiente eminentemente rural, como o caso de Riba d'Ave ou da Bacia do Ave em si.

Ideias como as de progresso, civilização e modernidade não são concebidas como pertencentes a este ou àquele país, e sim seriam ideais internacionalizáveis (Pozzer, 2015, p. 133); assim como não dependiam de uma sociedade em desenvolvimento industrial pleno para serem aceitas, defendidas ou almejadas. Para Ádrian Gorelik (1999, p. 59), *"ideias"* e *"climas culturais" "viajariam"* mais rápidos que objetos e processos a que se referiam, havendo certo desajuste em relação ao modelo típico da industrialização e modernização, de modo que os resultados seriam originais e específicos. Cada lugar, portanto, ao defender tais ideais, o fez de acordo com suas possibilidades e necessidades e dentro da sua própria temporalidade (Pozzer, 2007, p. 133).

Desde o século XIX, a natureza dos fenômenos que se desenvolviam nas áreas urbanas era totalmente nova, com *"a multidão dos habitantes, o número de novas casas, a capacidade das novas zonas industriais e comerciais, os quilômetros de novas estradas e canais, o número de veículos que circulam nas estradas"* (Benevolo, 1989, p. 20). Esse conjunto de transformações originou mudanças nos modos de vida, modificou a utilização do solo e a própria paisagem.

Hardman afirma que o século XIX expressou múltiplas reações *"entre indignação, espanto e encantamento"* ante aquelas transformações:

> *No vasto e intrincado painel que se desenhava em torno das novas relações entre técnica e sociedade, os efeitos de uma ilusão óptica generalizada percorriam povos e países, dominavam o olhar das multidões, faziam-se sentir nos veios recônditos do planeta.* (Hardman, 1988, p. 24)

Progresso, civilização, modernização e modernidade vislumbradas

> *pelas novas ideias em voga e, por uma série de inventos que mudaram o ritmo das capitais do mundo na segunda metade do século XIX. O deslumbramento com as novas tecnologias: o transporte ferroviário que deslocava mais rapidamente homens e*

> *mercadorias, o telefone que revolucionou as comunicações nas cidades e, a fotografia que registrava imagens com velocidade e precisão, o debate em torno das raças e sociedades humanas, o racismo científico, o evolucionismo. Toda essa carga de novas técnicas e novos conceitos fascinava o homem e criava um otimismo na capacidade de superação humana.* (Cunha, 2010)

Para Lapa, existem

> *certas palavras que exercem um fascínio por parecerem conter a capacidade de idealizar e representar a realidade de uma maneira mais acabada. (...) Modernos, modernidade, modernismo e modernização estão nesse caso e têm uma identidade que não impede as diferenças e especificidades que também guardam entre si.* (Lapa, 1996, p. 18)

Ao analisar os termos moderno, modernização e modernidade, Jacques Le Goff (1990, pp. 169, 179) salienta as diferenças entre cada um e mostra que seus usos dizem respeito a situações diversas, principalmente após o advento da industrialização. Movimentos de ordem literária, artística e religiosa são chamados ou assumem-se como modernistas; a modernização poderia se dar no campo da economia, da técnica, mas também no âmbito social e cultural, o que se verificou no choque entre *"países desenvolvidos"* e *"atrasados";* por último, ligado à aceleração na produção cultural no ocidente, se consolida no campo da criação estética, das mentalidades e dos costumes o conceito de modernidade, e a consciência sobre essa última nasceria do sentimento de ruptura com o passado.

Segundo Berman, a modernização seria fruto do processo econômico, o modernismo fruto da experiência cultural, e a modernidade se encontraria entre ambos, funcionando como uma ligação, como *"um tipo de experiência vital" compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo"* (Berman, 1986 [1982], p. 15).[878]

Assim, modernização e modernidade designam as transformações da relação do homem com a natureza, seja ela original ou já transformada por sua ação; uma mudança nas relações dos homens entre si, se não superando antigos hábitos e tradições, ao menos questionando-os. Ocorreria, então, uma modificação no modo de pensar a relação do homem com a própria realidade que o cerca, no sentido de superar tudo aquilo que não poderia ser considerado urbano,

[878] Observa-se que, para Berman (1986 [1982], p. 15), tal experiência, no entanto, teria uma contradição intrínseca, porque ao mesmo tempo que permite a construção de perspectivas positivas sobre a realidade ela *"ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos"*.

civilizado e compatível com a ideia de progresso, como *"sinônimo de desenvolvimento, que só se atinge transformando a vida social, para melhorá-la"* (Lapa, 1996, p. 18).

Nesse sentido, a experiência da modernidade terá como palco principal as áreas urbanas:

> *a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite.* (Berman, 1986 [1982], pp. 18-19)

Segundo Cunha, *"modernidade era a palavra de ordem, aqueles que representavam social e politicamente a sociedade europeia e suas sociedades satélites usavam com frequência esse termo, como promessa para os países periféricos e realidade para as nações prósperas da Europa"* (Cunha, 2010, p. 29).

Em consonância com essa visão, ao comentar a análise de Le Goff (1990), Lapa afirma que a modernidade é *"criação eminentemente cultural e burguesa, gerada no ventre da Revolução Industrial, identifica valores, estilos, maneiras de ser"* (Lapa, 1996, p. 18) paradoxais no ocidente. Dessa forma, entende-a *"em correspondência com aquela racionalidade burguesa que se estende pelo econômico, pelo social, pelo político e pelo cultural, atingindo as mentalidades, os costumes e a criação estética, não necessariamente nessa ordem"* (Lapa, 1996, p. 19).

Então, o ideal de modernidade representaria uma ruptura com o passado (Kumar, 1997, p. 97; Le Goff, 1990, p. 196) e uma nova maneira de encarar o presente e o futuro precisamente ao questionar o passado por meio do elogio às transformações urbanas que ocorriam. As transformações de ordem material e tecnológica promovidas pela industrialização afetaram diversos aspectos da vida cotidiana, o que parece ficar mais nítido ao se estudar como a vida urbana foi transformada, fossem de ordem estrutural ou associadas aos novos comportamentos sociais e visões de mundo concebidos por quem tinha contato com essas mudanças. Hábitos, convicções, percepções e reflexos instintivos das pessoas foram transformados, assim como as relações sociais, que se estreitaram à medida que as transformações atingiram o cotidiano (Lessa, 1993; Castro, 1993; Hardman, 1988; Schivelbusch, 2014 [1986]; *Apud* Pozzer, 2007).

Em Riba d'Ave, os maiores exemplos dessa experiência de modernização e percepção de modernidade foram as obras e os empreendimentos relacionados à atuação de Narciso Ferreira,

dos quais se destaca a Sampaio, Ferreira & Cia. por ser a primeira fábrica dita moderna e grande impulsionadora e catalizadora das transformações locais. Não é por acaso que, conforme os anos passaram, na construção memorial, Narciso Ferreira passou de tecelão a proprietário de fábricas, a gênio da industrialização, a fundador de Riba d'Ave. Obviamente, esse termo não é usado em seu sentido literal, senão também simbólico: Narciso Ferreira era o fundador da Riba d'Ave almejada como moderna e industrializada.

Quando do funeral de Narciso Ferreira, anunciava-se que *"foi grande o número de personalidades que da sede do Concelho se deslocaram à freguesia formosa de Riba d'Ave, a mais importante do Concelho pelo seu valor industrial, a mais progressiva e a que mais se modernizou".* E destaca-se o discurso de José de Oliveira, feito em homenagem ao falecido, o qual falou do *"homem bom, ativo e generoso, a cujas virtudes cívicas presta culto, de chefe e fundador glorioso de uma verdadeira cidade industrial que assombra os mais empreendedores"*.[879]

A construção memorial sobre Narciso Ferreira e a Sampaio, Ferreira & Cia. compõem uma narrativa que, simbolicamente, cria um mito moderno sobre a fundação da freguesia: se a Riba d'Ave, almejada como industrial, progressista e moderna, encontra suas origens na Sampaio, Ferreira & Cia. como sua "fábrica mãe" (termo utilizado com frequência nos periódicos), que promoveu as primeiras das transformações locais; não seria exagero dizer que se encontra em Narciso Ferreira a figura do "pai" da Riba d'Ave imaginada, cuja trajetória foi tão mitificada quanto a visão sobre a localidade no período.

A experiência da modernização e da modernidade se deu para além dos campos material, social ou perceptivo daqueles que vivenciaram suas primeiras manifestações, mas chegou também, em um processo de longa duração, ao campo do discurso simbólico e das representações sobre o presente vivido, o passado imaginado e o futuro almejado.

Por esta razão ganha significado a comemoração dos 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira, em 2012, porque é quando todas as referências e memórias sobre ele, sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. e outros empreendimentos, sobre a obra social e industrial e suas transformações; aparecem consolidadas e são tomadas, no presente, como um modelo a ser seguido para enfrentar as dificuldades contemporâneas e projetar um futuro mais esperançoso.

---

[879] BMF. Estrela do Minho. 02 de abril de 1933. P. 01

Com frequência emergem nas notícias, artigos, crônicas e discursos a mesma estrutura construtiva da memória sobre Narciso Ferreira: suas características individuais, sua trajetória, seus empreendimentos industriais, sua obra social e as transformações que provocou em Riba d'Ave, em Vila Nova de Famalicão e na Bacia do Ave como um todo. E, ao lado de Narciso Ferreira, cujo nome ficou gravado *"na história da indústria têxtil do Vale do Ave, e do país",* a Sampaio, Ferreira & Cia. é lembrada como *"a primeira fábrica moderna a surgir no Concelho de Famalicão",* exemplo maior do avanço industrial, dotada de *"mecanismos avançados para a época"*.[880]

Ao longo do ano de 2012, a Fundação Narciso Ferreira organizou uma série de atividades em que se buscava celebrar a memória de seu patrono. Com fins de divulgação das atividades, houve grande produção textual e iconográfica que fazia referência à importância de se comemorar tal data.

Um dos cartazes produzidos para o evento (Figura 579) era dividido em três partes: à esquerda, um pequeno texto biográfico sobre Narciso Ferreira; no centro, o recorte de uma fotografia do acervo da Fundação Narciso Ferreira; à direita, uma composição textual e iconográfica que mostra um retrato de Narciso Ferreira e a silhueta de uma fábrica com chaminés a fumegar e uma engrenagem ao fundo, numa clara alusão à indústria, enquanto o texto fornece alguns detalhes dos eventos que se realizariam.

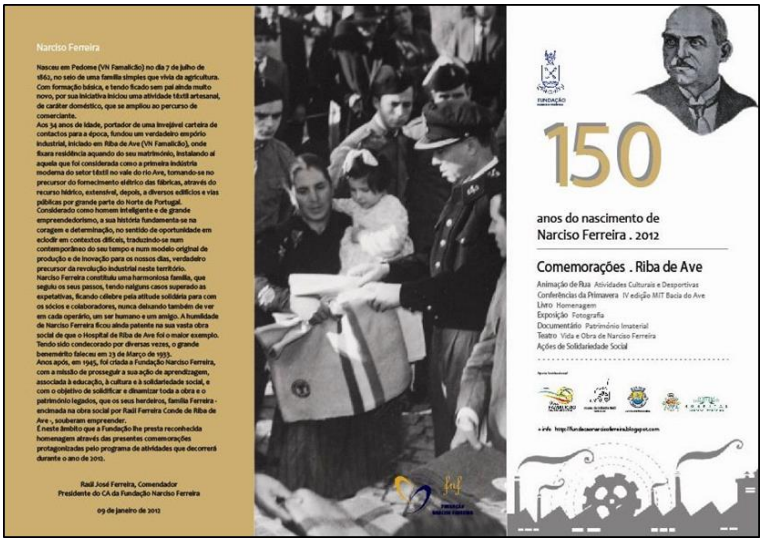


Figura 579: cartaz 150 anos de Narciso Ferreira. (FNF)

[880] Correio do Minho. "Famalicão celebra 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira". [Internet] Disponível em http://correiodominho.com/noticias.php?id=58393

Chama a atenção que o texto biográfico do cartaz é o mesmo texto assinado por Raul José Jordans Ferreira, Presidente do Conselho da Administração da Fundação Narciso Ferreira no *Programa das Comemorações dos 150 anos do Nascimento de Narciso Ferreira*.[881] Ali, mantém-se a mesma estrutura narrativa que se consolidou na produção memorialista sobre Narciso Ferreira, na qual estão presentes a menção à sua origem pobre, a busca por evidenciar sua trajetória e pioneirismo na atividade industrial em Riba d'Ave e na Bacia do Ave (foi o *"precursor da revolução industrial neste território")*; e, então, destacam-se suas características individuais positivas *("inteligente", "grande empreendedorismo", "coragem e determinação", "sentido de oportunidade", "atitude solidária", "humildade")*, que culminaram na realização de obras sociais que foram continuadas por seus herdeiros por meio da Fundação Narciso Ferreira.

Um dos *banners* produzidos (Figura 580), por sua vez, correlaciona iconograficamente Narciso Ferreira, a atividade fabril, a energia elétrica e o rio Ave, interligando-os como que a evidenciar a relação intrínseca estabelecida entre as condições naturais e a exploração destas para gerar energia e transformá-la em força motriz das fábricas administradas por Narciso Ferreira.



Figura 580: banner para as comemorações dos 150 de Narciso Ferreira. (1) (FNF)

No canto inferior direito do *banner*, vê-se o logotipo criado para as comemorações (Figura 581). No *Programa das Comemorações*, a própria Fundação Narciso Ferreira esclarece o significado que lhe atribuiu: *"um coração, a simbolizar a afetividade, entre duas partes separadas e simultaneamente complementares, o passado e o presente"*.[882]

[881] FNF. Programa das Comemorações dos 150 anos do Nascimento de Narciso Ferreira. Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão: Fundação Narciso Ferreira, 2012. P. 07. http://www.vilanovadefamalicao.org/op/document/?co=1947&h=32df3

[882] FNF. Programa das Comemorações dos 150 anos do Nascimento de Narciso Ferreira. Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão: Fundação Narciso Ferreira, 2012. P. 19. http://www.vilanovadefamalicao.org/op/document/?co=1947&h=32df3



Figura 581: recorte da Figura 580. (FNF)

Detalhe do logotipo no banner para as comemorações dos 150 de Narciso Ferreira.

Para as atividades dos dias 07 e 08 de julho de 2012, produziram-se cartazes específicos para cada dia. O cartaz para os eventos do dia 07 (Figura 582) trazia uma fotografia parcial da chaminé de 1899 da Sampaio, Ferreira & Cia., e anunciava a realização da apresentação do livro de Nestor Rebelo Borges *"Narciso Ferreira, um contemporâneo do seu tempo"* (Borges, 2012) e a inauguração de uma exposição fotográfica ao ar livre na qual seria descerrada uma placa comemorativa a ser colocada no monumento. O cartaz do dia 08 de julho (Figura 583) mostra uma fotografia do busto de Narciso Ferreira e do seu monumento, e anunciava a realização de uma missa a ser celebrada na Igreja Paroquial de Riba de Ave, uma romagem ao túmulo de Narciso Ferreira e o descerramento de outra placa a ser colocada junto ao túmulo.



Figura 582: cartaz de atividades, 07 de julho de 2012. (FNF)



Figura 583: cartaz de atividades, 08 de julho de 2012. (FNF)

Os eventos do dia 07 tinham um caráter memorialista, mas também historiográfico, em razão do lançamento do livro, que, inclusive, foi acompanhado da produção de um vinho em homenagem a Narciso Ferreira (Figura 584).[883] Além disso, os eventos do dia 7 foram permeados por uma clara conotação política, dado que dele também participaram representantes do poder público, como Armindo Costa, o então Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.



Figura 584: vinho em homenagem a Narciso Ferreira. (FNF)

Por sua vez, os eventos do dia 08 de julho adquirem uma conotação religiosa no qual Narciso Ferreira adquire uma aura de santidade, a ele se celebrava a missa e se fazia uma pequena peregrinação ao túmulo.

À Fundação Narciso Ferreira, as comemorações serviriam, ainda, para que a instituição assumisse *"uma nova dinâmica de âmbito cultural, educativo e de solidariedade social para os anos seguintes, procurando, de igual modo, desenvolver um projeto de valorização e de preservação do seu património histórico, edificado e imaterial"*.[884]

Como se observa, no discurso em torno do logotipo, do *banner* e do próprio âmbito de atuação da Fundação Narciso Ferreira, o passado tornava-se determinante na percepção do presente e na projeção do futuro. O fato de terem Narciso Ferreira e sua obra como modelo para tal, reforça a construção de sua memória, para a qual o patrimônio material e imaterial a ele associado é fundamental para sua perpetuação, uma vez que se constituiriam elementos sensíveis e significativos à comunidade de Riba d'Ave.

No impresso do *Programa das Comemorações* há três pequenos textos de apresentação: de Armindo Costa, então presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; de Raul José Jordans Ferreira, Presidente do Conselho da Administração da Fundação Narciso Ferreira, Raúl Alexandre Lopes Ferreira, Presidente da Santa Casa da Misericórdia de Riba de Ave. O

[883] FNF. http://fnarcisoferreira.org/publicacoes/

[884] FNF. Programa das Comemorações dos 150 anos do Nascimento de Narciso Ferreira. Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão: Fundação Narciso Ferreira, 2012. P. 19. http://www.vilanovadefamalicao.org/op/document/?co=1947&h=32df3

primeiro é representante maior do poder público na região e os outros dois como herdeiros de Narciso Ferreira e continuadores de sua obra, por meio da Fundação e do Hospital, e, nos três, observa-se uma clara convergência a respeito de quem foi Narciso Ferreira, do impacto de sua obra na região e de seu significado no contexto atual.

Todos as três apresentações retomam a narrativa de superação das dificuldades no início da trajetória de Narciso Ferreira, sendo que as duas primeiras, de Armindo Costa e Raul José Jordans Ferreira, dão ênfase à situação familiar de Narciso Ferreira: *"seu caminho não foi fácil. Nascido no seio de uma família simples, que vivia sobretudo da agricultura, Narciso Ferreira ficou sem pai muito cedo e viu-se obrigado a trabalhar para ajudar a mãe e irmãos"*;[885] *"Narciso Ferreira nasceu em Pedome (VN Famalicão) no dia 7 de julho de 1862, no seio de uma família simples que vivia da agricultura. Com formação básica, e tendo ficado sem pai ainda muito novo".*[886] Apenas a terceira apresentação, de Raúl Alexandre Lopes Ferreira, busca, de certa forma, historicizar as ações de Narciso Ferreira ao evidenciar o contexto político e econômico de Portugal e sua inserção no panorama geopolítico internacional:

> *Narciso Ferreira viveu numa época difícil, no entanto, não muito diferente da que vivemos hoje em Portugal. Nessa altura, o nosso país encontrava-se em sérias dificuldades financeiras. Narciso Ferreira viu o país falir e viu a abolição da monarquia. Viu Portugal metido numa guerra mundial e viveu a grande depressão de 1929. A conturbação social era enorme.* [887]

A caracterização individual de Narciso Ferreira nas três apresentações é feita de modo a mencionar apenas aquilo que haveria de positivo na sua identidade. A apresentação de Armindo Costa afirma que *"Narciso Ferreira continua vivo em Riba de Ave e na memória de todos"* e já pelo título começa por defini-lo como um *"empreendedor e visionário", uma "figura ímpar",* dotado de um espírito empreendedor e pioneiro, cuja *"coragem e determinação alimentaram o seu espírito inovador e formaram o Homem íntegro, visionário e dinâmico que ele foi".*[888] Para Raul

---

[885] Costa, Armindo. Apresentação: Empreendedor e Visionário. In FNF. Programa das Comemorações dos 150 anos do Nascimento de Narciso Ferreira. Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão: Fundação Narciso Ferreira, 2012. P. 03. http://www.vilanovadefamalicao.org/op/document/?co=1947&h=32df3

[886] Ferreira, Raul José Jordans. Apresentação. In FNF. Programa das Comemorações dos 150 anos do Nascimento de Narciso Ferreira. Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão: Fundação Narciso Ferreira, 2012. P. 03. http://www.vilanovadefamalicao.org/op/document/?co=1947&h=32df3

[887] Ferreira, Raúl Alexandre Lopes. Apresentação. In FNF. Programa das Comemorações dos 150 anos do Nascimento de Narciso Ferreira. Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão: Fundação Narciso Ferreira, 2012. P. 07. http://www.vilanovadefamalicao.org/op/document/?co=1947&h=32df3

[888] Costa, Armindo. Ibidem P. 03.

José, Narciso Ferreira fora *"considerado como homem inteligente e de grande empreendedorismo, a sua história fundamenta-se na coragem e determinação, no sentido de oportunidade".*[889] Para Raúl Alexandre, Narciso Ferreira foi um homem que *"não se deixou desanimar e nunca desistiu de levar para a frente aquilo em que acreditava", "um visionário e um pioneiro do seu tempo".*[890]

Os três discursos destacam os empreendimentos industriais de Narciso Ferreira e enfatizam seu impacto, seja em nível local ou nacional. Raul José salienta que

> *aos 34 anos de idade, portador de uma invejável carteira de contatos para a época, fundou um verdadeiro empório industrial, iniciado em Riba de Ave (VN Famalicão), (...) instalando aí aquela que foi considerada como a primeira indústria moderna do setor têxtil no vale do rio Ave [a Sampaio, Ferreira & Cia.].*[891]

Armindo Costa destaca que *"com apenas 40 anos, Narciso Ferreira era já considerado 'o maior industrial do Norte'"*[892] e, não menos enfático, Raúl Alexandre destaca que

> *no auge da sua carreira [Narciso Ferreira] (...) era proprietário de mais de 50 empresas, incluindo a empresa elétrica que fundou com as suas próprias mãos e que fornecia energia a grande parte do norte de Portugal. (...) a primeira fábrica em solo português totalmente movida a energia elétrica, a Têxtil Elétrica.*[893]

Paralelamente aos empreendimentos industriais, os discursos destacam a importância da obra social de Narciso Ferreira, sempre associada à bondade que lhe é frequentemente atribuída. Para Armindo Costa, teria sido o *"sentido de responsabilidade social"* de Narciso Ferreira que o teriam tornado um *"grande benemérito"* que se distinguiu no *"apoio aos mais carenciados".* Tanto para ele quanto para Raul Jordans, é o Hospital que se destaca *"marco na sua obra social",*[894] como seu *"maior exemplo".*[895]

Raúl Alexandre também destaca que a preocupação social de Narciso Ferreira e a continuidade desta por seus filhos, mas apenas ele faz menção ao papel que a esposa teve na

---

[889] Ferreira, Raul José Jordans. Ibidem. P. 06

[890] Ferreira, Raúl Alexandre Lopes. Ibidem. P. 07

[891] Ferreira, Raul José Jordans. Ibidem. P. 06

[892] Costa, Armindo. Ibidem. P. 03.

[893] Ferreira, Raúl Alexandre Lopes. Ibidem. P. 07

[894] Costa, Armindo. Ibidem. P. 03.

[895] Ferreira, Raul José Jordans. Ibidem. P. 06

trajetória da família Ferreira. Se por um lado, para Raúl Alexandre, é *"impensável falar de Narciso Ferreira sem referir os seus filhos",* por outro lado, *"seria injusto também não referir Eva Ferreira, sua mulher",* pela importância que teve na formação dos filhos. [896]

Esse discurso é das poucas vezes em que, publicamente se destaca o papel de Eva Ferreira na trajetória de Narciso Ferreira para além do papel de esposa e mãe. Para Raúl Alexandre *"Eva e Narciso Ferreira, como família organizada e unida, fizeram equipa na construção de um império que gerava riqueza e dava trabalho a muitos milhares de pessoas, sem nunca terem deixado de pensar no futuro".*[897]

Nesse sentido, é importante observar o valor intrínseco da família presentes nos discursos de Raul José e de Raúl Alexandre, ambos membros da família Ferreira, que assinalam a importância dos herdeiros na continuidade da obra de Narciso Ferreira. Uma *"harmoniosa família, que seguiu os seus passos",*[898] *"uma descendência prolífica de grandes industriais e beneméritos, os quais foram educados para continuar a sua obra".*[899] Nesse processo, a Fundação Narciso Ferreira (criada em 1945) e administrada pelos herdeiros, teria papel fundamental, pois deu continuidade à

> *sua ação de aprendizagem, associada à educação, à cultura e à solidariedade social, e com o objetivo de solidificar e dinamizar toda a obra e o património legados, que os seus herdeiros, família Ferreira (...) souberam empreender.*[900]

Embora ambas as apresentações dos membros da família Ferreira façam menção à importância dos herdeiros na continuidade da obra de Narciso Ferreira novamente é apenas Raúl Alexandre quem destaca o papel de Eva Ferreira no papel de formação dos filhos:

> *a instrução dada pelos seus pais, Eva e Narciso, estavam vincados [sic.] na sua personalidade. Levaram para diante a construção benemérita de infraestruturas para melhorar a vida das populações, quer em Riba de Ave, (...), quer noutros lugares do país ou fora dele (África).*[901]

---

[896] Ferreira, Raúl Alexandre Lopes. Ibidem. P. 07

[897] Ferreira, Raúl Alexandre Lopes. Ibidem. P. 07

[898] Ferreira, Raul José Jordans. Ibidem. P. 06

[899] Ferreira, Raúl Alexandre Lopes. Ibidem. P. 07

[900] Ferreira, Raul José Jordans. Ibidem. P. 06

[901] Ferreira, Raúl Alexandre Lopes. Ibidem. P. 07

O impacto em Riba d'Ave, como se vê, não passa despercebido nos discursos, Narciso é lembrado como o *"Homem que lançou Vila Nova de Famalicão como centro da indústria têxtil em Portugal",*[902] o *"verdadeiro precursor da revolução industrial neste território".* Na Bacia do Ave, Narciso Ferreira soube explorar o território para se tornar *"precursor do fornecimento elétrico das fábricas através do recurso hídrico",* inovação que se estendeu *"a diversos edifícios e vias públicas".*[903]

Para além da caracterização de Narciso Ferreira, de seu legado e seu impacto no território e da importância de seus herdeiros na continuidade de sua obra, um último aspecto chama a tenção nas três apresentações: a ideia de que Narciso Ferreira é um modelo a ser seguido. Tal como o logo das comemorações, que visa simbolizar a união entre passado e presente, como se mencionou anteriormente, os discursos selecionam determinados aspectos da construção memorial sobre Narciso Ferreira para este propósito.

Armindo Costa afirma que Narciso Ferreira deveria servir de *"inspiração para muitos famalicenses",* para que seguissem *"o seu espírito empreendedor, a sua coragem e a sua determinação"* e deseja que as *"comemorações despertem o espírito empreendedor dos jovens famalicenses, tendo como exemplo Narciso Ferreira".*[904] Para Raul José, Narciso Ferreira se constitui um *"modelo original de produção e de inovação para os nossos dias",*[905] enquanto Raúl Alexandre deseja que Narciso Ferreira seja *"um exemplo para muitas outras pessoas da minha geração. Que seja um exemplo no empreendimento empresarial, mas que sirva também de exemplo como marido e pai de família".*[906]

Portanto, a mitificação e idealização sobre a figura de Narciso Ferreira se pautam pela seleção de elementos na sua trajetória. Fica evidente nos três discursos do *Programa das Comemorações* que eles reproduzem um discurso memorial construído e transmitido ao longo do tempo e que se consolidam na ideia de que o passado é um modelo para o futuro.

---

[902] Costa, Armindo. Ibidem. P. 03.

[903] Ferreira, Raul José Jordans. Ibidem. P. 06

[904] Costa, Armindo. Ibidem. P. 03.

[905] Ferreira, Raul José Jordans. Ibidem. P. 06.

[906] Ferreira, Raúl Alexandre Lopes. Ibidem. P. 07.

Tais ideias foram desenvolvidas em outras oportunidades durante as comemorações, dentre as quais se destaca a cerimônia de 07 de julho de 2012, quando se realizou o lançamento do livro do historiador Nestor Rebelo Borges e a abertura da exposição fotográfica à entrada da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. (Figura 585), cujo objetivo era funcionar como *"um complemento ilustrativo da ação de Narciso Ferreira e dos seus descendentes e herdeiros, a família Ferreira"*.[907]



Figura 585: exposição fotográfica inaugurada em 07 de julho de 2012. (FNF)

No evento, a intervenção discursiva de Armindo Costa é significativa, pois também conteve elementos que fizeram parte do processo de construção memorial em torno de Narciso Ferreira e de sua obra industrial e social. Assim, o destaque às características individuais de Narciso Ferreira foi, novamente, ponto fundamental na sua fala, bem como suas implicações na comunidade local e nacional:

> *Narciso Ferreira foi uma figura ímpar do nosso Concelho. Um empreendedor e um Homem com uma capacidade de visão extraordinária". (...) "A fibra que Narciso Ferreira demonstrou no mundo empresarial foi a mesma que veio a revelar como cidadão e homem de causas.*[908]

[907] FNF. Programa das Comemorações dos 150 anos do Nascimento de Narciso Ferreira. Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão: Fundação Narciso Ferreira, 2012. P. 15. http://www.vilanovadefamalicao.org/op/document/?co=1947&h=32df3

[908] Costa, Armindo. Intervenção nas comemorações dos 150 anos do Nascimento de Narciso Ferreira. [Internet] Disponível em http://www.cm-vnfamalicao.pt/_armindo_costa_homenagear_narciso_ferreira_e_um_acto_de_justica_mas_sobretudo_um_gesto_de_pedagogia_civica

São, novamente, trazidas à tona imagens de Narciso Ferreira como *self-made man* proveniente de *"uma família simples, que vivia sobretudo da agricultura",* que superou as dificuldades que lhe foram impostas pela vida para se tornar, *"com apenas 40 anos", o "maior industrial do Norte".* Os mesmos pilares da memória construída sobre Narciso Ferreira são destacados no discurso ao se afirmar que teriam sido sua *"coragem e determinação"* que *"alimentaram o seu espírito inovador e formaram o Homem íntegro, visionário e dinâmico"* que, dotado de *"grande sentido de responsabilidade social (...) foi ainda um grande benemérito, tendo-se distinguido no apoio aos mais carenciados".*[909]

Ao representante maior do poder público na região, as razões para a homenagem sustentar-se-iam não apenas pelos valores associados à figura de Narciso Ferreira, mas porque deveriam ser apropriados como exemplos à contemporaneidade.

Para Armindo Costa,

> *na nossa vida, precisamos de modelos, de verdadeiras referências. Personalidades que, pelo seu carácter, constituam um padrão de conduta. O trajeto de vida de Narciso Ferreira é exemplar. (...)*
> *O empreendedorismo profundo e inabalável de Narciso Ferreira é a maior lição que podemos tirar da sua vida singular.*
> *Saibamos ser dignos da sua memória e do seu exemplo.*[910]

Para além da referência memorial e da transmissão de valores ao presente e ao futuro, o discurso de Armindo Costa possui um caráter profundamente associado ao uso político que se faz da memória e do passado. Sua fala transita entre o louvor aos valores do passado, afinal homenagear Narciso Ferreira seria *"um ato de justiça";* passando pela seleção de aspectos do passado para servir de exemplo ao presente, homenageá-lo seria *"sobretudo um gesto de pedagogia cívica";* até chegar à transmissão ao futuro dos valores positivos, selecionados e construídos pela memória, *"porque a virtude é algo que se transmite através do exemplo. E os bons exemplos devem ser divulgados a todos e para o bem de todos".*[911]

E prossegue:

---

[909] Costa, Armindo. *Ibidem*

[910] Costa, Armindo. *Ibidem.*

[911] Costa, Armindo. *Ibidem.*

> *Nos tempos de crise que vivemos, vale a pena sublinhar a sua capacidade empreendedora, o espírito de iniciativa, a abertura à inovação e a coragem e determinação com que enfrentou as dificuldades.*
> *Ao recordá-lo, alguns empresários sentir-se-ão porventura mais motivados para agir, ultrapassando receios e incertezas.*[912]

O discurso de Armindo Costa alinha-se com o discurso do Arcebispo Primaz D. Jorge Ortiga, dois dias depois, em 09 de julho de 2012, durante a missa em homenagem a Narciso Ferreira. Na ocasião, o Arcebispo pediu aos *"fiéis para que não se deixassem 'instalar' perante o atual momento de crise, mas para buscarem dar o seu 'contributo para melhorar a sociedade'"*. Além disso, o Arcebispo afirmou que considera Narciso Ferreira um *"exemplo de inovação e empreendedorismo",* disse que ele foi um homem que *"não se conformou com seu destino"* e evidenciou os valores do trabalho; de modo a sugerir que essa deveria ser a atitude dos fiéis em relação ao momento pelo qual passava o país.[913]

Portanto, durante as comemorações dos 150 anos de Narciso Ferreira, os discursos sobre ele fazem-no um exemplo do passado que deveria ter papel fundamental na superação das dificuldades enfrentadas pelo presente, materializadas na crise econômica que provocou o fechamento das fábricas e o desemprego. Tais narrativas individualizam as responsabilidades dos cidadãos do presente no enfrentamento da situação, sem contextualizar as possibilidades de ação de cada um e sem equacionar o papel de outros sujeitos, sejam eles o poder público, as empresas etc. Portanto, os *self-made men* do século XXI seriam os únicos responsáveis por suas trajetórias, tal como Narciso Ferreira teria sido no final do século XIX e início do século XX; numa normalização anacrônica das condições históricas à época de Narciso Ferreira e do presente.

Naquela ocasião, o monumento a Narciso Ferreira na entrada da Sampaio, Ferreira & Cia. ganhou uma placa comemorativa que reforça os mesmos valores perpetrados pela construção memorial em suas diversas manifestações e tinha como objetivo *"perpetuar no tempo, o reconhecido mérito de visionário, empreendedor e solidário, qualidade ímpares que o distinguiram como grande industrial e saudoso benemérito"* (Figura 586).

---

[912] Costa, Armindo. *Ibidem.*

[913] VNF. Revista de Imprensa. "Comendador Narciso Ferreira é 'exemplo de inovação e empreendedorismo". In http://www.cm-vnfamalicao.pt/_comendador_narciso_ferreira_e_exemplo_de_inovacao_e_empreendedorismo

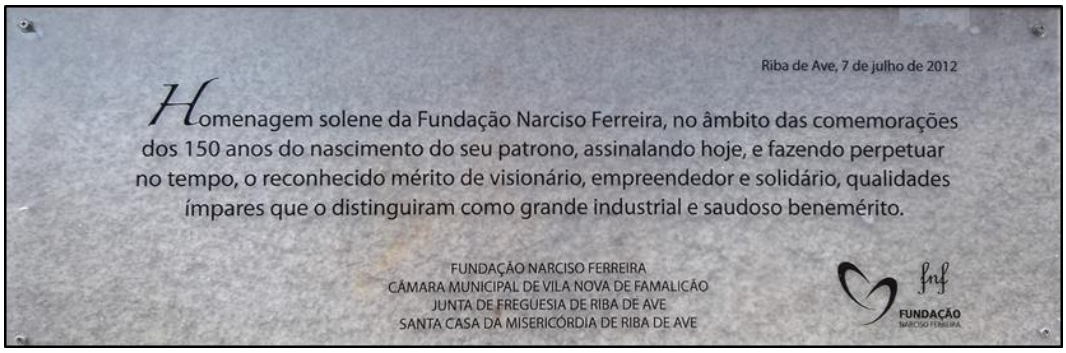


Figura 586: placa comemorativa na base do monumento a Narciso Ferreira. (FdA)

Observe-se que é simbólico o contraste entre a durabilidade do material do qual é feito do próprio monumento (granito com placas em bronze) e a fragilidade do material da placa comemorativa (acrílico com as letras impressas em tinta): enquanto o primeiro alude à perenidade, o segundo evoca fugacidade.

Chama a atenção que o *banner* da exposição fotográfica (Figura 587) exibia uma imagem de pessoas que parecem ser trabalhadores, os mesmos que foram silenciados pelas narrativas memoriais hegemônicas. Além disso, se no presente o cartaz faz uma mera referência aos operários, ele também ignora a presença feminina na mão de obra fabril, pois a imensa maioria dos que estão na foto são homens. Soma-se a isso a ironia de que, no presente, já não há mais operários e operárias na fábrica e proliferavam os desempregados da indústria em Riba d'Ave, cujas vozes eram as menos ouvidas na celebração.



Figura 587: banner da exposição fotográfica comemorativa no largo da SFC. (FNF)

Em contrapartida, a sessão de documentário e tertúlia, *"No tempo de... Narciso Ferreira"*, realizada em 06 de outubro de 2012, convidava o público a *"assistir a um filme de época (1917-*

1931)" (Cf. Figura 268), no qual o tema seria o *"património imaterial criado a partir de Narciso Ferreira e consolidado pelos continuadores da sua obra"*.[914]

Com *"imagens inéditas"* e *"testemunhos vivos",* o documentário apresentaria *"memórias dos tempos de labor nas fábricas têxteis, em Riba de Ave e Bairro - Caniços, fundadas por Narciso Ferreira e em atividade até finais do século passado".* Assim,

> *grande parte dos protagonistas do filme, recordam o modus operandi da época, os cargos e funções que exerciam nas fábricas, mas também o impacto industrial no desenvolvimento urbano, nas suas vidas, os tempos livres, as músicas, e muitas outras histórias e tradições que valem a pena recordar.*[915]

Curiosamente, provavelmente, nenhum dos trabalhadores apresentados chegou efetivamente a conhecer as fábricas de Narciso Ferreira, que faleceu 79 anos antes. Nesse sentido, há certa discrepância na temporalidade proposta para se discutir (1917-1931) e o período de atividade fabril dos funcionários. Entretanto, este é o único evento que claramente tenta dar protagonismo ao discurso dos ex-trabalhadores e ex-trabalhadoras, ainda que com o intuito de reforçar a memória hegemônica sobre Narciso Ferreira.

Em 22 de dezembro realizou-se a apresentação de uma peça de teatro *"sobre a vida e obra de Narciso Ferreira"*,[916] intitulada *"Narciso Ferreira In Memorian",* que seria *"uma adaptação do livro de Nestor Rebelo Borges 'Narciso Ferreira, um contemporâneo do seu tempo'"* (Borges, 2012), como revela o texto de divulgação do evento (Figura 588).



Figura 588: folheto de divulgação e fotografia da peça "Narciso Ferreira In Memorian". (FNF)

[914] FNF. Cartaz de divulgação do evento de 06 de outubro de 2012.

[915] FNF. Programa das Comemorações dos 150 anos do Nascimento de Narciso Ferreira. Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão: Fundação Narciso Ferreira, 2012. P. 17. http://www.vilanovadefamalicao.org/op/document/?co=1947&h=32df3

[916] FNF. Programa das Comemorações dos 150 anos do Nascimento de Narciso Ferreira. Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão: Fundação Narciso Ferreira, 2012. P. 18. http://www.vilanovadefamalicao.org/op/document/?co=1947&h=32df3

A descrição da peça no cartaz reforça a imagem sobre Narciso Ferreira construída pelas narrativas memoriais: *"Narciso sonhava..., e dos seus sonhos brotavam projetos, e dos projetos edificou-se um empório industrial. Esta é a vida de Narciso, marcada por um sentido de sacrifício e luta constantes".* Observe-se que ao chamá-lo apenas pelo primeiro nome, busca-se criar maior proximidade e empatia da parte de quem lê a descrição para com o personagem principal. Assim, a peça teria como objetivo reanimar *"a personalidade e os momentos mais marcantes da vida deste homem, também conhecido pelo seu espírito benemérito, pela obra social e legados continuados pela família Ferreira".*[917]

Portanto, as comemorações dos 150 anos de Narciso Ferreira não apenas reproduziram, mas também contribuíram para fortalecer as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira, sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., sobre as obras sociais em Riba d'Ave. As múltiplas e simbólicas manifestações dessa memória, os textos, a cultura material, a produção iconográfica, audiovisual e teatral, e todos os outros eventos que se desenvolveram; foram utilizadas como instrumentos de poder político na medida em que houve uma seleção criteriosa do que deveria ser transmitido.

Nesse sentido, a *"'Exposição comemorativa dos 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira: 'História, Património, Identidade e Memória'"* (Figura 589) assinala esse aspecto de forma absolutamente clara e direta, pois evidencia as múltiplas manifestações da obra de Narciso Ferreira em Riba d'Ave, por meio de recortes fotográficos da Sampaio, Ferreira & Cia. do teatro, da igreja e de algumas pessoas.

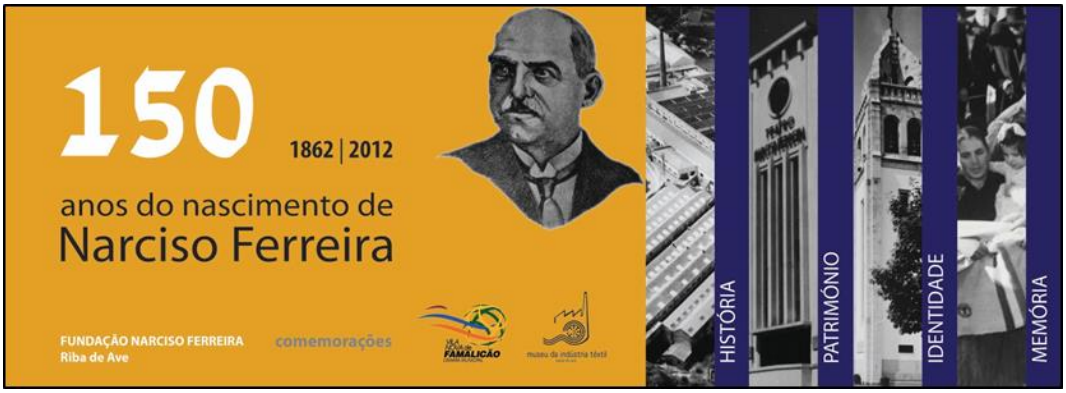


Figura 589: banner para as comemorações dos 150 de Narciso Ferreira. (2) (FNF)

[917] FNF. http://fundacaonarcisoferreira.blogspot.com/

A descrição da exposição, mais uma vez retoma os valores positivos sobre Narciso Ferreira: *"a exposição (...) é constituída por um conjunto de imagens da época que percorrem a vida e obra deste grande industrial e benemérito, figura ímpar da sociedade famalicense do século XIX"*.[918]

A trajetória de Narciso Ferreira sua obra industrial e as obras sociais, enquanto patrimônio, tornam-se a materialização da memória e da história e, enquanto patrimônios que são, contribuem para a construção da história, do patrimônio, da identidade e da memória local. No centro desse processo, Narciso Ferreira, ou, pelo menos, o Narciso Ferreira que se queria recordar.

Do mesmo modo, a divulgação da exposição no PVNF reverberou o mesmo teor positivo sobre Narciso Ferreira, consolidado hegemonicamente:

> *Narciso Ferreira continua assim vivo na memória de todos, pelo que o seu espírito empreendedor e pioneirismo servem, ainda hoje, de inspiração para muitos famalicenses. A sua coragem e determinação alimentaram o seu espírito inovador e formaram o homem íntegro, visionário e dinâmico que ele foi. Com grande sentido de responsabilidade social, Narciso Ferreira foi ainda um grande benemérito, tendo-se distinguido no apoio aos mais carenciados.*[919]

Não seria equivocado afirmar que, como um todo, desde o princípio a divulgação das comemorações dos 150 anos de Narciso Ferreira na imprensa e nos comunicados oficiais da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão se sustentou sobre um modelo que reproduzia a trajetória e os valores positivos atribuídos a ele e a seus herdeiros e relacionavam-nos à suas obras industriais e sociais.

A reprodução integral de um mesmo texto em veículos de imprensa no início de 2012 com a finalidade de divulgar o evento evidencia o reforço a essas narrativas.[920] Nele novamente se evidencia a obra industrial de Narciso Ferreira e a formação de seu *"empório industrial"*,[921] termo já utilizado na década de 1930 para descrever os resultados de sua atuação na fundação ou

---

[918] Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Agenda Cultural. Março/2013. Pp. 31-32

[919] VNF. "Vida e obra de Narciso Ferreira patente no Parque da Devesa". 08 de janeiro de 2013. http://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnewbreve&co=27153

[920] VNF. "Programa é apresentado nesta segunda-feira. Famalicão celebra 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira". 06 de janeiro de 2012. http://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=25340; Correio do Minho. "Famalicão celebra 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira". 06 de janeiro de 2012. https://www.correiodominho.pt/noticias/famalicao-celebra-150-anos-do-nascimento-de-narciso-ferreira/58393; Portal SAPO.PT. "Famalicão celebra 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira". 02-08 de janeiro de 2012. http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/6819.

[921] BMF. Estrela do Minho. 26 de março de 1933. P. 01

participação na atividade de várias empresas; destaca-se seu pioneirismo por ter *"dotado as suas fábricas de mecanismos avançados para a época",* dentre as quais se destaca a Sampaio, Ferreira & Cia., *"considerada a primeira fábrica moderna a surgir no Concelho de Famalicão".* Destacam-se seus valores individuais como causas para a realização das obras sociais:

> *Mas o empresário foi também um grande benemérito. Ainda hoje é vasta e rica a obra social orientada por Narciso Ferreira, que nunca esqueceu a importância da educação (escolas), da cultura e do apoio aos mais carenciados - através de ações de solidariedade social e de intervenções no campo habitacional -, áreas associadas ao forte protagonismo comercial e industrial.*[922]

Ao final, reproduzem parcialmente o texto de Armindo Costa no *Programa das Comemorações* no qual reforçava os valores positivos de que as narrativas memoriais hegemônicas revestiram Narciso Ferreira:

> *a sua coragem e determinação alimentaram o seu espírito inovador e formaram o Homem íntegro, visionário e dinâmico que ele foi. Com grande sentido de responsabilidade social, Narciso Ferreira foi ainda um grande benemérito, tendo-se distinguido no apoio aos mais carenciados.*[923]

A semelhança da narrativa presente nos periódicos em comparação ao texto de Armindo Costa, evidencia não apenas a continuidade da reprodução das narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira; mas mostra que essas narrativas eram autorizadas por uma posição de poder cujo discurso se alinhava ao dos próprios herdeiros de Narciso Ferreira e se apropriava de um discurso sobre o passado para finalidades políticas do presente.

E é precisamente essa *"aliança entre o presente e o passado",* com vistas ao futuro, que se encontra nos discursos em torno da inauguração do Museu da Memória Viva, em 25 de outubro de 2019. Criado 14 anos após o encerramento da Sampaio, Ferreira & Cia. e sete anos após as comemorações dos 150 anos de Narciso Ferreira, portanto, a iniciativa estava ligada às comemorações dos 75 anos da Fundação Narciso Ferreira (Figura 590 e Figura 591).

---

[922] VNF. "Programa é apresentado nesta segunda-feira. Famalicão celebra 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira". 06 de janeiro de 2012. http://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=25340; Correio do Minho. "Famalicão celebra 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira". 06 de janeiro de 2012. https://www.correiodominho.pt/noticias/famalicao-celebra-150-anos-do-nascimento-de-narciso-ferreira/58393; Portal SAPO.PT. "Famalicão celebra 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira". 02-08 de janeiro de 2012. http://www.e-cultura.sapo.pt/artigo/6819.

[923] Correio do Minho. "Famalicão celebra 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira". 06 de janeiro de 2012. https://www.correiodominho.pt/noticias/famalicao-celebra-150-anos-do-nascimento-de-narciso-ferreira/58393; VNF. "Programa é apresentado nesta segunda-feira. Famalicão celebra 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira". 06 de janeiro de 2012. http://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=25340



Figura 590: placa do Museu da Memória Viva. (FdA)



Figura 591: fachada do Museu da Memória Viva nos antigos CTT. (FdA)

Observe-se que pela primeira vez que as mulheres, herdeiras de Narciso Ferreira, são incluídas com visibilidade, ainda que sua relevância não seja mencionada: da esquerda para a direita: Rita de Oliveira Ferreira, Delfim Ferreira, Alfredo Ferreira, Joaquim Ferreira, Raúl Ferreira e Luciana de Oliveira Ferreira

Além disso, o Museu da Memória Viva faz parte da própria estratégia de sobrevivência da Fundação Narciso Ferreira, que *"já não tem o suporte das fábricas, mas encontrou soluções com o estabelecimento de parceiras",* como a que estabeleceu com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.[924]

Raul José Jordans Ferreira, herdeiro de Narciso Ferreira e presidente da Fundação Narciso Ferreira, afirmou que

> *aqui era o edifício onde estavam os CTT, então resolvemos, em primeiro lugar, fazer aqui a sede das comemorações dos 75 anos [da Fundação Narciso Ferreira]; e depois, a propósito disso, então, fomos pondo aqui, digamos, o passado e o presente e daí se chamar a Casa da Memória* [Museu da Memória Viva].[925]

O vereador de Vila Nova de Famalicão, Leonel Rocha, um dos representantes do poder público presentes na cerimônia, afirmou algo semelhante:

---

[924] Jornal Cidade Hoje. 31 de outubro de 2019.

[925] Azevedo, Cristina. (Repórter). (2019/10/26). Fundação Narciso Ferreira abriu o Museu de Memória Viva (Reportagem). In Fama TV https://www.famatv.pt/video/4/853/fundacao-narciso-ferreira-abriu-o-museu-de-memoria-viva/ Acesso em 01 de novembro de 2019.

> *esta Casa da Memória* [Museu da Memória Viva] *é importante para dar a conhecer às novas gerações aquilo que foi o desenvolvimento de Riba d'Ave a partir de Narciso Ferreira e aquele que foi o legado de Narciso Ferreira. Ganhamos todos com isso, porque acho que aprendemos com a história a construir o presente e o futuro.*[926]

Além disso, disse que a iniciativa do Museu da Memória Viva era

> *importante para dar a conhecer às novas gerações aquilo que foi o desenvolvimento de Riba d'Ave, a partir de Narciso Ferreira, aquilo que foi o legado de Narciso Ferreira com a ação da Fundação [Narciso Ferreira] e ao mesmo tempo mostrar que quando todos nos envolvemos no contexto comunitário, ganhamos todos com isso. Acho que podemos aprender com a história a construir, claramente, o presente e o futuro.*[927]

Mais uma vez, o passado foi instrumentalizado pelo presente como forma de valorizar a própria condição; mas não qualquer passado, apenas aquele cujas vozes narram em uníssono a mesma versão, sejam os herdeiros da família Ferreira, por meio da Fundação Narciso Ferreira; ou poder público, que é sabedor do peso político do capital simbólico de Narciso Ferreira.

Nessa versão, entretanto, estão ausentes os operários e operárias da própria comunidade de Riba d'Ave que trabalharam nas fábricas. Ainda que o discurso do vereador queira passar o contrário, a história da comunidade narrada no discurso museológico não inclui a comunidade em si, senão como sujeitos passivos a quem se concedeu benefícios. Estão ausentes também quaisquer narrativas que não se encaixem na perspectiva positiva sobre o passado ali narrado: não se mencionam os maus tratos aos operários por Narciso Ferreira; as transgressões da lei para fazer valer a vontade da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. em ampliar suas instalações; não se mencionam a responsabilidade da fábrica na poluição do rio Ave ou casos como a construção irregular da ponte que vitimou as meninas.

O próprio Museu da Memória Viva torna-se, portanto, mais uma obra social da Fundação Narciso Ferreira, mais uma peça na idealização do passado e no fortalecimento e instrumentalização da memória construída sobre si mesma e sobre o patriarca da família Ferreira.

---

[926] Jornal Cidade Hoje. 31 de outubro de 2019.

[927] Azevedo, Cristina. (Repórter). (2019/10/26). Fundação Narciso Ferreira abriu o Museu de Memória Viva (Reportagem). In Fama TV https://www.famatv.pt/video/4/853/fundacao-narciso-ferreira-abriu-o-museu-de-memoria-viva/ Acesso em 01 de novembro de 2019.

Não por acaso, as áreas da exposição, composta por fotografias e cultura material do espólio da Fundação Narciso Ferreira, reproduzem a trajetória da família Ferreira, das fábricas, das obras sociais tais como se encontram nas narrativas memoriais hegemônicas.

Logo à direita da porta de entrada, delimita-se o território da Bacia do Ave com uma representação gráfica do rio Ave (Figura 592). Embora não fique claro se faz parte da mesma área temática, expõe-se também as plantas produzidas por Leitão e Saraiva (2012) sobre a evolução da malha urbana em Riba d'Ave (Figura 593), com uma legenda que mostra as principais infraestruturas urbanas na localidade.

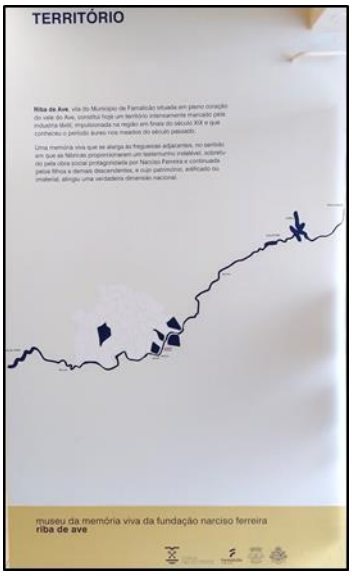


Figura 592: exposição MMV - "Território". (FdA)



Figura 593: exposição MMV - "evolução urbana de Riba d'Ave". (FdA)

A descrição do território pelo museu vincula o seu desenvolvimento à indústria têxtil e à atuação de Narciso Ferreira, cujas obras industriais e sociais foram tamanhas que a memória daqueles tempos segue viva no presente:

> *Riba de Ave (...) constitui hoje um território intensamente marcado pela indústria têxtil, impulsionada na região em finais do século XIX e que conheceu o período áureo nos meados do século passado.*
> *Uma memória viva que se alarga às freguesias adjacentes, no sentido em que as fábricas proporcionaram um testemunho indelével, sobretudo pela obra social protagonizada por Narciso Ferreira e continuada pelos filhos e demais descendentes, e cujo patrimônio, edificado ou imaterial, atingiu uma verdadeira dimensão nacional.* [928]

À esquerda da entrada, encontra-se a temática *"Indústria e Energia Hidroelétrica"* (Figura 594), em que se destacam informações e imagens antigas de Narciso Ferreira e sua família, da própria Sampaio, Ferreira & Cia., da Têxtil Elétrica e Central do Amieiro Galego. Além disso, essa

[928] MMV. "Território".

área conta com uma reprodução de uma chaminé, comumente utilizada como símbolo da industrialização e caracterizada na exposição como *"elemento identitário das antigas fábricas têxteis".*[929] À direita da secção há uma pequena escada com três degraus que leva a uma fotografia dos sócios-fundadores da Sampaio, Ferreira & Cia., próximo a uma fotografia do monumento a Narciso Ferreira (Figura 595). Na base da escada lê-se: *"descansa / coração ansioso / espírito inquieto",* certamente referindo-se a Narciso Ferreira.



Figura 594: exposição MMV - "Indústria e Energia Hidroelétrica" (1). (FdA)



Figura 595: exposição MMV - "Indústria e Energia Hidroelétrica" (2). (FdA)

Na secção *"Indústria e Energia Hidroelétrica"* o museu salienta que as iniciativas de Narciso Ferreira deram *"contornos de modernização"* ao *"fenômeno de industrialização do vale do Ave"* e seu *"papel preponderante de empreendedorismo"* fica evidente por ter sido *"precursor do aproveitamento hidroelétrico",* cuja continuidade por seu filho Delfim Ferreira aparece em destaque; por ter fundado a *"primeira indústria moderna no Concelho de Vila Nova de Famalicão"*; e pela *"aquisição e modernização"* da barragem do Varosa.[930]

[929] MMV. "Indústria e Energia Hidroelétrica", descrição da obra "Canudo", uma "representação simplificada de uma chaminé industrial".

[930] MMV. "Indústria e Energia Hidroelétrica".

A área temática seguinte refere-se ao *"Patrimônio"* e parece se apoiar no trabalho de Leitão & Saraiva (2012) para apresentar imagens e dados sobre a Escola Narciso Ferreira, o Teatro Narciso Ferreira, o Mercado Narciso Ferreira, o Hospital Narciso Ferreira, sobre a Igreja Paroquial, os CTT, a Estalagem de São Pedro, o Café de Riba d'Ave, o Posto da Guarda Municipal, o Posto de Combustível *Mobil Oil* e sobre o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave (Figura 596).



Figura 596: exposição MMV - "Patrimônio". (FdA)

Esta área temática coloca em evidência o *"patrimônio edificado"* resultante da obra social e do investimento em infraestruturas urbanas em Riba d'Ave pela família Ferreira e administrados pela Fundação Narciso Ferreira. Tal como nas referências na secção sobre indústria e energia, em que se destacou o papel de um dos herdeiros de Narciso Ferreira na continuidade de sua obra, aqui destaca-se o papel de Raúl Ferreira ao ter conferido à Fundação Narciso Ferreira *"um dinamismo notável, sobretudo pelas ações de urbanização e de enriquecimento do patrimônio".*[931]

A área seguinte da exposição exibe um busto de Raúl Ferreira (Figura 597) sucedido por três *displays* com parte da cultura material do acervo da Fundação Narciso Ferreira, na qual, objetos diversos, livros, postais e fotografias (Figura 598 e Figura 600). A descrição do busto retoma a ideia apresentada nas inscrições-monumentos do passeio da Avenida Narciso Ferreira e caracteriza Raúl Ferreira como um *"notável dinamizador da Fundação Narciso Ferreira"* que *"sonhou fazer cidade. A ele se deve o grande impulso urbanístico verificado em Riba de Ave e no lugar do Quinteiro, em Oliveira de São Mateus".*[932]

Entre os dois primeiros *displays*, ao fundo, está a bandeira da Fundação Narciso Ferreira, cujo símbolo maior é uma representação do monumento a Narciso Ferreira (Figura 599).

[931] MMV. "Patrimônio".

[932] MMV. Descrição do busto de Raúl Ferreira (1895-1974).



Figura 597: exposição MMV - busto de Raúl Ferreira. (FdA)



Figura 598: exposição MMV - display (1). FdA)

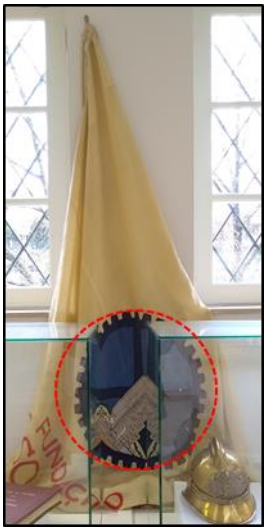


Figura 599: exposição MMV - bandeira da SFC (2). (FdA)



Figura 600: exposição MMV - display (2). FdA)

Por fim, no último *display*, destacam-se algumas medalhas das comendas oferecidas aos membros da família Ferreira, uma bandeira de Riba d'Ave e, ao fundo o livro onde consta a imagem da Sampaio, Ferreira & Cia. em 1915 (Figura 601).



Figura 601: exposição MMV - display (3). Detalhe para fotografia da SFC em 1915. (FdA)

Com menos espaço, a exposição do Museu da Memória Viva contava ainda com áreas temáticas dedicadas à *"Solidariedade Social"* e à *"Cultura e Pedagogia Cívica"* para destacar o papel de Narciso Ferreira e de seus herdeiros por meio da Fundação Narciso Ferreira em atividades junto à população mais carenciada de Riba d'Ave.

O Museu retoma os princípios consolidados nas narrativas memoriais hegemônicas e associa *"umbilicalmente"* a solidariedade social ao *"crescimento das fábricas"* e ao *"aumento do patrimônio edificado"*, pois *"os lucros evidenciados por intermédios das empresas"* teria permitido à Fundação Narciso Ferreira ocupar-se das *"famílias mais pobres e carenciadas, especialmente em Riba de Ave e Bairro, em Oliveira de São Mateus, por influência do Conde de Riba d'Ave, e em*

Pedome, terra natal de Narciso Ferreira". Desta forma, para o Museu da Memória Viva, a Fundação Narciso Ferreira se *"desenvolveu de acordo com os princípios da Igreja Católica (...), seguindo as boas práticas e o desejo que fora de Narciso Ferreira e esposa Eva Rosa de Oliveira Ferreira".*[933]

Além disso, o Museu faz duas colagens de fotografias antigas e recentes que acabam por guiar a interpretação do espectador no sentido de reforçar a ideia de continuidade da obra de Narciso Ferreira e de seus herdeiros por meio da Fundação Narciso Ferreira, no passado e no presente (Figura 602).



Figura 602: exposição MMV - continuidade da obra de Narciso Ferreira. (FdA)

Tal estratégia de congregar imagens do passado e do presente também é adotada ao tratar da *"Cultura e Pedagogia Cívica"* (Figura 603) embora reconheça que a Fundação Narciso Ferreira, por já não contar com o apoio financeiro das empresas, possua uma *"atuação mais discreta",* mas ainda bastante voltada para *"objetivos culturais, educativos e de formação, por vezes em parceria com as autarquias, com as paróquias e com a Santa Casa de Misericórdia em Riba de Ave".*

[933] MMV. "Solidariedade Social".



Figura 603: exposição MMV - "Cultura e Pedagogia Cívica". (FdA)

De forma bastante clara, o Museu da Memória Viva aponta para o futuro da Fundação Narciso Ferreira:

> *Tendo como visão estratégica a modernização dos espaços e a valorização do seu património, material e imaterial, no respeito pelos Estatutos e na preservação da memória viva, a Fundação Narciso Ferreira prevê desenvolver um plano de ação sustentável nos próximos 25 anos, que lhe confira a importância e a visibilidade que mercê no âmbito nacional, bem como o dinamismo e o empreendedorismo que projete a Instituição para o reconhecimento da sua obra social aquando das comemorações do centenário.*[934]

De forma simbólica, o Museu da Memória Viva também mira os mais jovens da comunidade por meio do futuro lançamento de uma banda desenhada cujo personagem principal *"Narcisinho"* alça Narciso Ferreira a um novo patamar na memória coletiva ao se tornar *"o super-herói da indústria têxtil"* (Figura 604).



Figura 604: exposição MMV - "Narcisinho". (FdA)

O projeto museológico do Museu da Memória Viva presente na coleção exposta torna impossível não levantar questões sobre a narrativa histórica apresentada e sobre a

[934] MMV. "Cultura e Pedagogia Cívica".

historicidade a que ele próprio pertence. É inevitável perguntar qual o impacto ao reproduzir um discurso do poder historicamente consolidado em uma comunidade desindustrializada e profundamente afetada pelo desemprego na indústria? Qual seu impacto na comunidade de ex-trabalhadores e ex-trabalhadoras ao se reduzir seus papéis ao de meros coadjuvantes na história do trabalho e na sua própria história e não como sujeitos sociais ativos, portadores de voz própria e herdeiros também da trajetória dos que lhes antecederam no trabalho fabril? Afinal, o museu propõe-se a preservar a memória viva, mas não há sequer um relato de ex-trabalhadores ou ex-trabalhadoras da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia., por exemplo. Que senso de memória e identidade coletiva o Museu da Memória Viva fortalece em uma comunidade desindustrializada e diretamente afetada pelo desemprego provocado pela falência de fábricas originadas pela família que o Museu celebra?

Tais questões surgem porque o discurso museológico presente na exposição converte, mais uma vez, o passado em um instrumento de perpetuação das narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e família. Deste modo, o Museu da Memória Viva não aproveita o potencial contemporâneo que espaços museológicos podem assumir em comunidades desindustrializadas. Nesse sentido, processos de desindustrialização não apenas mudam as sociedades social e culturalmente, mas também mudam o papel que o passado desempenha em sua reconstrução contínua (Rhodes, 2013, p. 59).

Frequentemente, durante o declínio industrial, os museus emergem apenas como um *"local de descanso"* da cultura material da indústria que alcançou um novo reconhecimento estético (Debary, 2004, p. 123).

No entanto, o passado e sua herança cultural não se tornam uma mera curiosidade nostálgica com apenas valores acadêmico/científico (Debary, 2004, p. 123; Wallace, 1987, p. 10), mas têm um contínuo potencial de significado social (Rhodes, 2013, p. 59) como *"ferramentas culturais e sociais na lembrança e na memória, que sustentam um senso autoconsciente de classe e identidade regional"* (Smith, 2006, p. 196).

Portanto, museus podem desenvolver um papel nas comunidades como *"lugares da memória"* (Nora, 1993), na medida em que exercem uma *"vontade de memória",* uma intenção memorialista que busca garantir a identidade do lugar, servindo como mediador de *"instâncias entre passado e presente"* (Rivera-Orraca, 2009, p. 32).

Os museus podem, assim, atuar como meios pelos quais são trazidas à tona lembranças dos sujeitos que os frequentam (Davis, 2011, p. 32), acionando memórias pessoais ou coletivas que ajudam a moldar a memória e a identidade coletivas das comunidades.

Quando o patrimônio está relacionado à memória, à comunidade e ao passado, os museus podem se conectar à identidade do local (Pozo & González, 2012); o investimento de significado em lugares (Kuusisto, 1999, p. 15) pode facilitar as conexões das pessoas, físicas ou emocionais (Creswell, 2004), com os locais, transformando-os em lugares relacionais e históricos (Augé, 2012 [1992], p. 52), unindo-os em termos de pertença e identidade (McDowell, 2008, p. 38).

Como mediadores da memória e identidade coletivas, os museus podem ter um potencial valor na promoção de um relacionamento entre o patrimônio e bem-estar das comunidades em que se inserem, sendo o bem-estar entendido, de forma ampla, como a maneira que as pessoas sentem, funcionam e avaliam suas vidas, em nível pessoal e coletivo, em termos psicológicos, físicos e sociais (Cooper, 2014; Dodge, Daly, Huyton, & Sanders, 2012, p. 230; Michaelson, Mahony, & Schifferes, 2012, pp. 06-07).

Os museus, ao lado de locais históricos, eventos/atividades artísticas e esportes, já demonstraram ter impactos positivos no bem-estar, na felicidade e na saúde das pessoas (Fujiwara, Kudrna, & Dolan, 2014; Fujiwara, 2013). Há estudos que sugerem estar o envolvimento com o patrimônio local positivamente correlacionado com um senso mais forte de bem-estar social e melhor saúde, derivado de um senso de envolvimento com outras pessoas e com a identidade da comunidade (Power & Smyth, 2016).

Além disso, estudos indicam gênero como um determinante significativo na maneira como as pessoas experimentam o patrimônio industrial (Remoaldo, Vareiro, Ribeiro, & Santos, 2014; Meng & Uysal, 2008). A Unesco demonstrou que *"as lacunas entre mulheres e homens nas escolhas e nas vozes do patrimônio afetam o papel do patrimônio na comunidade, bem como sua gestão e representação"* (Unesco, 2014, p. 39) e que *"a igualdade de gênero pode ser fundamental para ampliar a definição de patrimônio cultural e enriquecendo seu escopo e significado para o benefício da sociedade em geral"* (Unesco, 2014, p. 36).

Nos museus industriais e do trabalho, é prática comum representar o trabalho nas indústrias como predominantemente masculino enquanto a participação das mulheres é representada em posições auxiliares e não como trabalhadoras industriais, de modo que seus

papéis são negligenciados e, em consequência, são representadas como sujeitos passivos e tendo apenas papéis de apoio na história. Ainda mais negligenciadas são as mulheres sem posses, sublinhando que as questões de classe estão emaranhadas às de gênero (Cramer & Witcomb, 2018). Nesse sentido, estudos recentes têm investigado se os museus podem ir além de seus papéis tradicionais e se tornarem agentes do empoderamento das mulheres (Malt, 2007).

Juntamente com o gênero, há indicações de que a idade é relevante para o grau de envolvimento com o patrimônio industrial (Milligan, Payne, Bingley, & Cockshott, 2015; Wexler, 2009). Embora os estudos sugiram que geralmente são os idosos a participarem ativamente de práticas locais de criação de patrimônio com resultados positivos na promoção da saúde e bem-estar, também há uma correlação positiva entre identidade e patrimônio coletivo e o bem-estar dos jovens (Wexler, 2009).

Ao ignorar esse potencial museológico contemporâneo em comunidades desindustrializadas, o Museu da Memória Viva, que parece estar alheio às circunstâncias que o cercam no presente (desindustrialização, desemprego, ruína e abandono da Sampaio, Ferreira & Cia.; busca por equidade e direitos por diferentes sujeitos sociais em termos de gênero, faixa etária e classe; etc.) e se fecha sobre si mesmo ao reproduzir uma visão sobre o passado que não encontra qualquer ressonância com as questões urgentes e importantes à comunidade.

Como projeto museológico, o Museu da Memória Viva parte de premissas ultrapassadas, configurando-se mais um espaço de homenagem e reverência a um passado idealizado e construído a partir dos mesmos discursos que sustentaram as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sua família.

O Museu da Memória Viva trata o passado com nostalgia e se esquiva das questões enfrentadas pela comunidade no presente e deixa de exercer um papel de mediador crítico entre a localidade e sua própria história: embora seja um museu para a comunidade, não oferece meios para que a comunidade se veja ali representada; embora seja um museu profundamente conectado à história do trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras são, mais uma vez, coadjuvantes e espectadores da história narrada sobre os Ferreira em Riba d'Ave.

Nesse sentido, tanto a memória quanto o senso de identidade da comunidade em Riba d'Ave promovidos pelo Museu da Memória Viva passam pelo filtro da família Ferreira e das narrativas hegemônicas: as atividades de operários e operárias ali representados servem para

compor a narrativa de enaltecimento da atuação da família Ferreira; estão ausentes os laços da comunidade que se construíram no dia-a-dia das fábricas, na ocupação dos espaços urbanizados pelos trabalhadores e trabalhadoras, no cotidiano, nas experiências de classe, de gênero e geracional num mesmo local. O Museu da Memória Viva, embora exponha uma cultura material que poderia servir de suporte para reflexão sobre a história de Riba d'Ave, insere-a numa linha discursiva predeterminada que acaba por impossibilitar quaisquer perspectivas dissonantes.

A cultura material, os documentos textuais, fotográficos, iconográficos e cartográficos ou adquirem um teor de curiosidade ou servem de comprovação à narrativa histórica composta pela exposição; e não são utilizados como instrumentos de reflexão crítica sobre o passado e o presente; pois nenhum dos dois são, efetivamente, problematizados. As problemáticas do presente somente são abordadas pelo projeto museológico quando servem ao propósito de evidenciar o papel de Narciso Ferreira e de sua família, por meio da Fundação Narciso Ferreira, como mitigadores desses problemas através da solidariedade social, da caridade, da benemerência que se dizem herdadas do patriarca da família Ferreira.

Assim, o Museu da Memória Viva ignora o potencial pedagógico, inclusivo e reflexivo que poderia ter para se converter em um antiquário mantenedor de relíquias de tempos mais generosos e perpetuador de um discurso histórico consolidado que favorece e coloca em posição de protagonistas apenas os herdeiros do capital simbólico de Narciso Ferreira, no presente representados pela Fundação Narciso Ferreira.

Desta forma, tanto as Comemorações dos 150 anos de Narciso Ferreira quanto o Museu da Memória Viva tornam-se ao mesmo tempo evidências da força das narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e instrumentos de perpetuação dessas mesmas narrativas.

Quer tenham sido discursos edificados, no caso do monumento e da própria arquitetura fabril; escritos, no caso dos textos dos periódicos ao longo das décadas subsequentes à sua morte, ou em trabalhos com teor acadêmico sobre ele, sobre seus herdeiros e suas obras; iconográficos e audiovisuais, como fotografias, filmes, *banners* e logotipos; ou, ainda, expostas nas falas públicas de representantes do poder político e econômico local; e no próprio Museu da Memória Viva; todos são manifestações da memória que contam a mesma história, possuem o mesmo teor e convergem para as mesmas ideias e perspectivas.

No presente, as construções memoriais sobre Narciso Ferreira, sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. e sobre os impactos que provocaram em Riba d'Ave, na própria Bacia do Ave ou em nível nacional, adquirem um caráter eminentemente político ao serem usadas pelo poder instituído como fios condutores de uma narrativa de esperança ao presente que ainda sente os efeitos da última crise econômica e das consequências do longo processo de desindustrialização pelo qual passou Portugal, que atingiu em cheio a indústria têxtil do país e que levou, paulatinamente, a própria fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. à falência, ao abandono e à ruína.

Conforme Motta, a memória *"constrói uma linha reta com o passado, alimentando-se de lembranças vagas, contraditórias e sem nenhuma crítica às fontes que, em tese, embasariam essa mesma memória";* como consequência, ela seria *"também positiva e positivista, reafirmando, muitas vezes, um passado de riquezas que antecipa um futuro pleno de potencialidades"* (Motta, 2012, p. 25).

E é precisamente essa *"linha reta"* e esse caráter *"positivista"* que se construiu nas Comemorações dos 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira e na inauguração do Museu da Memória Viva, pois ambos evidenciam que narrativas memoriais hegemônicas – sobre Narciso Ferreira, sobre seus herdeiros, suas obras e sobre as comunidades afetadas por eles, como Riba d'Ave – enquanto discursos sobre o passado, foram utilizadas para se construir novas narrativas de esperança e de segurança necessária ao enfrentamento das adversidades presentes e futuras.

Entretanto, ao se emitir discursos sobre o passado, para se construir novas narrativas no presente, não se estabeleceu reflexão crítica sobre as narrativas memoriais hegemônicas, não se questionou a posição de poder e as relações entre os diferentes sujeitos históricos e tampouco se questionou de que formas elas se manifestavam. Ao contrário, acabou-se por reforçar uma idealização do passado constituído apenas a partir das narrativas memoriais hegemônicas.

Tal carência de criticidade sobre o passado nas narrativas do presente, porém, não é ingênua; assim como não o é a idealização do passado ou seu uso como modelo para ações no presente. Elas são em si mesmas atos políticos que garantem a posição de poder por parte de quem controla e emite essas narrativas históricas e memoriais.

De forma paradoxal, ao mesmo tempo que fortaleceram no presente as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e seu legado, por meio de múltiplas manifestações

discursivas sobre o passado (sob a forma de cultura material, textos, fotografias, iconografias etc.); a decadência da atividade industrial e a degradação física atingiram a Sampaio, Ferreira & Cia.

Paralelamente a este processo, e talvez até em função dele, verifica-se a emergência de um novo discurso de poder, de uma nova narrativa também profundamente associada às suas narrativas memoriais hegemônicas: a materialidade resultante das obras industriais e sociais de Narciso Ferreira e seus herdeiros deveria ser apropriada como patrimônio a ser preservado e transmitido às gerações futuras de Riba d'Ave.

Capítulo 5. A memória fracassada: a Sampaio, Ferreira & Cia. na Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave.

Nem tudo é silêncio nos salões dos mortos e nos espaços em ruína.

(Stephen King. "Mago e vidro")

Próximo à entrada da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia., à direita do portão principal, vê-se uma placa metálica, de cor cinza e desgastada em algumas partes, com a indicação *"Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave"* e, abaixo *"Fábrica Têxtil Sampaio, Ferreira & Cia."* (Figura 605).



Figura 605: placa da RPI em frente à SFC. (FdA)

As informações fornecidas pela placa dividem-se em duas partes: a primeira composta por uma descrição do sítio e a segunda com informações para visitas.

O primeiro dos três parágrafos da descrição do sítio destaca a fundação da fábrica, assinalando seu nome original *("Fábrica de Fiação, Tecidos e Tinturaria de Riba d'Ave"),* sua data de fundação (1896), o nome de seu fundador (Narciso Ferreira) e sua estrutura verticalizada de produção (fiação, tecelagem e tinturaria).

O segundo parágrafo, assinala a importância da Sampaio, Ferreira & Cia. para o desenvolvimento regional

> *como um importante marco no desenvolvimento industrial da região, dando origem a várias outras fábricas bem como a investimentos em experiências pioneiras de produção e de energia elétrica.*[935]

Na terceira parte, o texto evidencia o papel de Narciso Ferreira e de seus filhos na transformação de Riba d'Ave no *"pequeno centro do universo industrial do Vale do Ave"*:

[935] Placa da RPI em frente à entrada da Sampaio, Ferreira & Cia.

A aldeia que um dia sonhou ser cidade, é hoje uma vila que conta a história de uma família de industriais e de um importante período da industrialização do Vale do Ave.[936]

Tal como nas inscrições-monumentos realizadas no passeio da Avenida Narciso Ferreira em frente à fábrica, a placa repete uma expressão criada por Seixas & Seabra (2002, p. 170) para se referir a Riba d'Ave ao dizer que era uma *"aldeia que um dia sonhou ser cidade";* afinal, a própria intervenção museológica, para a qual se fizeram as inscrições-monumentos no passeio, fazia parte do projeto da RPI.

Na segunda parte do texto da placa encontra-se a secção de *"Informações",* onde se leem os dados de contatos para visitas ao local. Oferece-se a possibilidade de *"marcação prévia através do Museu de Indústria Têxtil de Vila Nova de Famalicão"* ou, *"diretamente na empresa",* uma vez que, à época do projeto da RPI, a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. ainda estava em atividade. Entretanto, algumas das letras da placa já desapareceram e já não é possível ler o nome do engenheiro responsável pelas marcações.

O projeto da RPI foi desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (ADRAVE, em 2002) e cofinanciado no âmbito do Programa Operacional da Região Norte para implementar *"um circuito de visita a um conjunto de testemunhos significativos da atividade pré-industrial e industrial da região"* (Faro & Cleto, 2002, p. 148).

Segundo Suzana Faro (coordenadora do projeto) e Joel Cleto, a RPI teria nascido da *"preocupação de inventariar, estudar, valorizar, musealizar e, acima de tudo, em divulgar e tornar acessível, a um número crescente de interessados, esta importante parcela do Patrimônio da região"* (Faro & Cleto, 2002, p. 149).

No projeto, o rio Ave seria o aglutinador do território de oito Concelhos que fariam parte da rota e subdividiam-se em sub-rotas temáticas que iram dos resquícios pré-industriais aos energéticos, pela indústria têxtil, pelos curtumes e por cutelarias, num total de 24 unidades industriais (Faro & Cleto, 2002, p. 148; Providência & Baptista, 2002, p. 187).

A estratégia de musealização temática da RPI assentava-se em *"ligar todas as unidades"* que seriam musealizadas e assinalá-las por *"redes temáticas"* que se materializariam *"em percursos sugeridos no material promocional e na sinalização de estrada",* o que deveria tornar

[936] Placa da RPI em frente à entrada da Sampaio, Ferreira & Cia.

"visível e acessível aspectos locais fundamentais para a compreensão dos temas da rota" (Providência & Baptista, 2002, p. 187). Com isso, esperava-se que ao visitar um polo da rota ter-se-ia um ponto de partida para um percurso aos outros conjuntos que a integrariam (Faro & Cleto, 2002, p. 148).

A RPI continha *"unidades a visitar", "centros de interpretação"* específicos a cada tema, *"percursos e pontos de paisagem referenciais"* além de, em cada Concelho,[937] ter uma unidade que seria objeto de musealização a partir de *"três temas fundamentais na compreensão dos processos de industrialização do Vale do Ave": "Rio e mecanismos da água: da energia hidráulica à energia elétrica"; "Espaços de Produção: variedade e complexidade";* e *"Paisagem Industrial: modernização e persistências locais",* ao qual se incluía a Sampaio, Ferreira & Cia. e o *"espaço urbano de Riba d'Ave"* como *"unidades objeto de intervenção museológica"* em Vila Nova de Famalicão (Providência & Baptista, 2002, p. 187; 190).

Faro & Cleto (2002, p. 151) indicam a indústria têxtil como uma das sub-rotas da RPI, por ser emblemática na industrialização de Vila Nova de Famalicão e da Bacia do Ave como um todo e destacam a importância da Sampaio, Ferreira & Cia., que ainda estava em funcionamento à época da implantação do projeto da RPI:

> *Neste Concelho, mais precisamente em Riba d'Ave, desafia-se igualmente o visitante a conhecer o histórico edifício da 'Sampaio, Ferreira & Cia.' que, ainda em laboração sob outra designação, e fundada em 1896, é a mais antiga unidade industrial têxtil deste Concelho.* (Faro & Cleto, 2002, p. 151)

Hoje, mais de 14 anos após a declaração de falência e do encerramento da Sampaio, Ferreira & Cia. (em 2005), a mesma placa se encontra no local. A empresa já não pode, obviamente, ser contatada e não há marcações prévias de visitas ao local por meio do Museu de Indústria Têxtil (MIT). Sequer a Fundação Narciso Ferreira, localizada em frente à fábrica, tem qualquer relação com o local. Para um visitante que quisesse buscar informações, a alternativa

[937] Os polos da RPI englobavam seguintes concelhos: Vieira do Minho (Barragem de Guilhofrei, Conjunto de Rossas, Lagar de azeite de Vilar Chão); Póvoa de Lanhoso (Central do Ermal, Museu do Ouro de Travassos); Fafe (Central Hidroelétrica de Santa Rita, Moinho de casca de Gontim, Companhia de Fiação e Tecidos do Ferro Lda.); Vizela (Termas de Vizela, Varela, Pinto & Cia. Lda.); Guimarães (Fornos de olaria da Cruz da Pedra, Fábrica de Curtumes da Ramada, Cutipol, Silva 5); Vila Nova de Famalicão (Sampaio, Ferreira & Cia. e conjunto urbano de Riba d'Ave, Empresa Têxtil Elétrica, Museu de Vila Nova de Famalicão); Santo Tirso (Serra hidráulica de Pereiras - Monte Córdova, Arcotêxteis, Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso - Fábrica Teles); Trofa Estação Ferroviária da Trofa, Paulino Ferreira & Filhos Lda., Máquinas Pinheiro Lda.) (Faro & Cleto, 2002, p. 153; Providência & Baptista, 2002, pp. 188-189).

seria o site da RPI, cuja última atualização havia sido em 29 novembro 2010,[938] quase nove anos antes de ser encerrado, no início de 2019.[939]

Neste sentido, as insuficiências do projeto da RPI não se mostram evidentes apenas no "mundo real", mas também a partir do exame da plataforma virtual da RPI, quando ainda estava em atividade.[940] O site evidencia não apenas a defasagem do projeto virtual em relação às possibilidades tecnológicas disponíveis ao campo do patrimônio, pelo menos, nos últimos 25 anos; como em certa medida evidencia a defasagem conceitual do saber historiográfico sobre a Bacia do Ave.

No menu principal, em *"A Rota",* a página oferecia as opções da RPI pelos Concelhos que estavam envolvidos no projeto, dentre eles Vila Nova de Famalicão, que possui quatro pontos de atração, sendo dois museus e duas fábricas: o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave[941] e o Museu Ferroviário de Lousado;[942] a Regularfama, originada a partir da fábrica de relógios A Boa Reguladora (1892); e a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. (Figura 606).

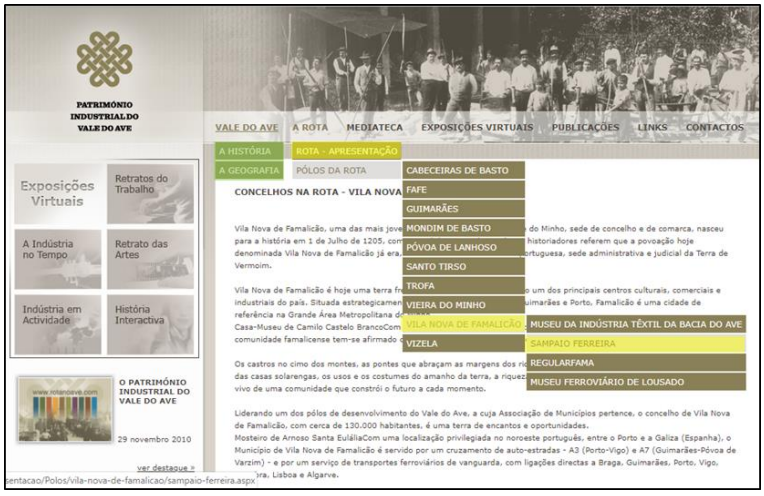


Figura 606: menu principal do site da RPI. (RPI)

Além dos menus com acesso a textos sobre cada polo da rota, disponibilizava-

[938] RPI. http://www.rotanoave.com/pt/Homepage.aspx Acesso em 09 de maio de 2018.

[939] No início de 2019 o site saiu do ar e já não era possível acessá-lo. Segundo a informação dada no link o "domínio" expirou. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

[940] O *site* http://www.rotanoave.com/pt/Homepage.aspx foi desativado entre o fim de 2018 e o início de 2019.

[941] MIT. http://www.museudaindustriatextil.org/

[942] https://www.fmnf.pt/nucleos_museologicos_nucleo_lousado

se, na página inicial, um mapa em *flash*[943] com esses mesmos pontos para serem acessados diretamente no mapa (Figura 607).



Figura 607: "Polos da Rota". (RPI)

No texto do menu *"Polos da Rota"*, que informava sobre a história da Sampaio, Ferreira & Cia., a maior parte das informações se referem à atuação de Narciso Ferreira, às características iniciais da fábrica e dos empreendimentos decorrentes do sucesso empresarial, numa clara reprodução das narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. (Figura 608, em rosa).

O texto possuía um pequeno trecho que falava de como seus filhos deram continuidade à gestão do império industrial e da obra social de Narciso Ferreira. (Figura 608, em amarelo) e, por fim, o texto dedicava três linhas (Figura 608, em verde) a como a fábrica se encontrava *"atualmente"* (em referência ao ano de 2010), em que a salientava como marco da industrialização e da desindustrialização da Bacia do Ave:


Figura 608: site da RPI – "Sampaio, Ferreira". (RPI)

> *Atualmente, esta fábrica é um marco da industrialização, mas também da desindustrialização do Vale do Ave. É um fácil exemplo da apropriação da "energia" natural e operária na criação de uma estrutura económica e social durável e historicamente prolongada, que embora materialmente devoluta, continua a marcar a paisagem social.*[944]

[943] Costuma-se chamar apenas de flash os arquivos gerados pelo Adobe Flash, um software primariamente de gráfico vetorial utilizado geralmente para a criação de animações interativas que podem ser embutidas num navegador web. https://get.adobe.com/br/flashplayer/about/

[944] RPI. http://www.rotanoave.com/pt/rota-apresentacao/Polos/vila-nova-de-famalicao/sampaio-ferreira.aspx

Ainda no menu principal, a aba *"Mediateca"*[945] oferecia *links* para cada um dos Concelhos e, a seguir, para cada um dos polos da RPI. Entretanto, o *link* que se refere à Sampaio, Ferreira & Cia. embora seja diferente, levava o usuário a um texto exatamente igual ao do menu *"Polos da Rota"*.[946] Apesar disso, acrescentava-se um *link* específico[947] dedicado a Narciso Ferreira (Figura 609) que acabava apenas por reforçar as informações já fornecidas pelo texto sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. e que mais uma vez reproduzia o mesmo teor das narrativas memoriais hegemônicas.



Figura 609: "Narciso Ferreira". (RPI)

Tanto no texto sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. quanto no texto sobre Narciso Ferreira, o foco era o fundador e sua obra industrial, empresarial e social. Da fábrica em si, nos *links* específicos com textos repetidos, tratava-se da data de fundação (1896), da designação inicial (Fábrica de Fiação, Tecidos e Tinturaria de Riba de Ave), de sua *"estrutura produtiva verticalizada onde incorporava sectores de fiação, tecelagem e tinturaria"* e do número de teares (200) e trabalhadores *("473 homens e 373 mulheres"),* como forma de evidenciar o vulto da empresa desde a fundação e para mostrar sua responsabilidade no desenvolvimento de empreendimentos posteriores, tenham sido por iniciativa de Narciso Ferreira ou de seus herdeiros.

O texto a respeito de Narciso Ferreira, ao contrário do texto sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., tentava dar um ar mais acadêmico às informações que fornecia, por meio de referências a documentos, como o jornal *Estrela do Minho* em um único parágrafo:

> *Já no início do século XX era o maior industrial do Norte, segundo nos informa o jornal regional «Estrella do Minho». "A importante fábrica de fiação e tecidos dos Srs. Sampaio, Ferreira e Cª, em Riba de Ave, formando honrosamente ao lado das mais esperançosas*

[945] RPI. http://www.rotanoave.com/pt/Mediateca.aspx

[946] RPI. http://www.rotanoave.com/pt/Mediateca/Item.aspx?Id=57

[947] RPI. http://www.rotanoave.com/pt/Mediateca/Item.aspx?Id=68

> *empresas industriais do norte do país, é contudo a mais importante do Rio Ave e do nosso Concelho... Tem cerca de 600 operários".*[948]

Entretanto, embora a citação aparecesse entre aspas no texto, a menção ao jornal não era acompanhada de nenhuma referência bibliográfica, sequer constando sua edição ou arquivo e apenas indicava que se tratava do *"início do século XX".* Outras citações no texto, ainda que também entre aspas, acompanhavam a mesma falta de rigor metodológico e sequer indicavam a documentação primária de onde foram extraídas. Ademais, tanto no texto sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. quanto no texto sobre Narciso Ferreira, não havia nenhuma menção às investigações que porventura tenham sido consultadas para as suas composições.

A falta de referências não seria um problema, necessariamente, pois o texto não tem caráter científico; entretanto, ao se utilizar de informações provenientes de investigações acadêmicas deveria ter feito menção às obras, de modo a permitir que o usuário do *site* pudesse buscar por si mesmo outras informações. Ou seja, outro problema era a redução da autonomia dos usuários para buscar dados sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. ou sobre os outros polos da RPI a partir do *site*.

Além disso, dada a disponibilidade de recursos de interatividade virtual, o simples texto, acompanhado de uma fotografia apenas, sem um *hiperlink* sequer, empobrecia a experiência de quem usava o site da RPI para buscar informações. Essa deficiência tentava, porém, ser sanada pelos recursos na aba de *"Exposições virtuais"*[949] disponibilizadas ao público (Figura 610).

---

[948] RPI. http://www.rotanoave.com/pt/Mediateca/Item.aspx?Id=68

[949] RPI. http://www.rotanoave.com/pt/ExposicoesVirtuais.aspx

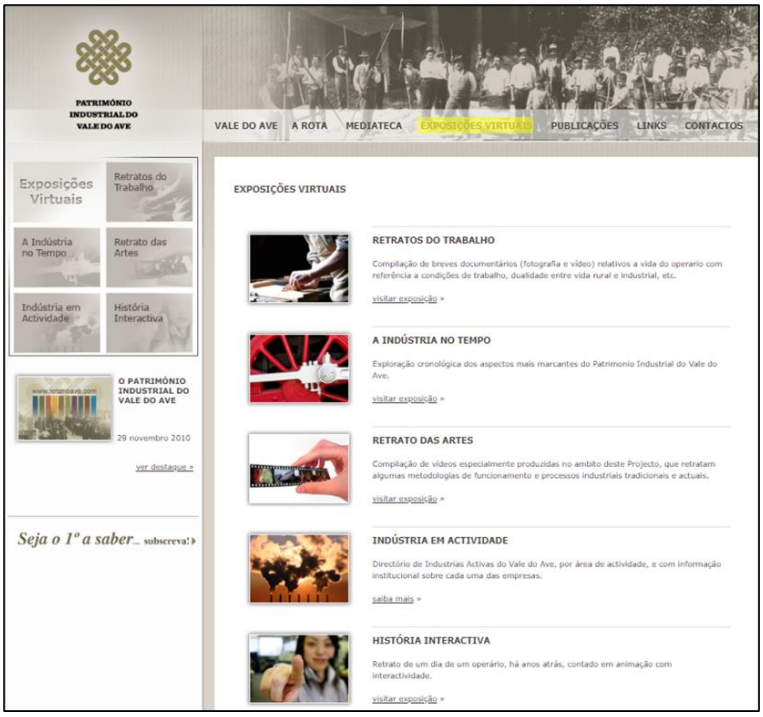


Figura 610: "Exposições Virtuais". (RPI)

A primeira exposição, *"Retratos do Trabalho",* tinha como objetivo a *"compilação de breves documentários (fotografia e vídeo) relativos à vida do operário com referência a condições de trabalho, dualidade entre vida rural e industrial etc.".* Por meio de um pequeno mapa pelo qual o visitante virtual, representado por um ponto vermelho que "circulará" no mapa, poderá visitar a exposição, subdividida em "espaços virtuais" nos quais se apresentam fotografias e reprodução de periódicos (Figura 611).



Figura 611: "Exposições Virtuais" - "Retratos do Trabalho". (RPI)

Os "espaços virtuais" eram os seguintes:

- *"Décadas de 1930/40"*: 10 fotografias, sendo uma delas referente à Boa reguladora (do jornal *Estrela do Minho* de 29 de setembro de 1935) e as outras à Sampaio, Ferreira & Cia. e a Narciso Ferreira e seus filhos.
- *"Década de 1950":* 14 fotografias, das quais 11 tangenciam a história da Sampaio, Ferreira & Cia.: nove reproduções da *Estrela do Minho* de 03 de junho de 1951, em que se congratula Delfim Ferreira pelo recebimento do título de *"Conde de Riba d'Ave";* três reproduções da *Estrela do Minho* de 27 de Março de 1955, dedicadas ao Dia de São José na Boa Reguladora; uma reprodução da *Estrela do Minho* de 17 de junho de 1956, em que se trata do *"Monumento ao Sagrado Coração de Jesus"* erigido por Delfim Ferreira; e uma reprodução de um artigo da *Estrela do Minho*, de 25 de Novembro de 1956, a respeito de uma manifestação organizada pelos operários da Sampaio, Ferreira & Cia. e da Oliveira Ferreira e Cia. entre outras fábricas em *"solidariedade ao povo da Hungria";*
- *"Décadas de 1960/70":* possuía 11 reproduções de jornais, sendo três panfletos de oposição ao Estado Novo datados de 1961; duas reproduções da *Estrela do Minho* de 28 de junho e três reproduções de 5 de julho de 1969 acerca da inauguração do *"Centro Residencial Conde de Riba d'Ave"* no Bairro Quinteiro; além de três outras relacionadas à Boa Reguladora;
- *"História recente":* reprodução de três artigos do periódico *"Entre Vilas";* um de 25 de agosto de 2005 que tratava do fechamento da Sampaio, Ferreira & Cia., um de 07 de maio de 2008, sobre a greve que ocorria na Oliveira Ferreira e o terceiro, de 30 de julho de 2008 sobre o fechamento da mesma fábrica e os 210 desempregados que ela deixou.
- *"Retratos do Trabalho":* reprodução de 21 fotografias do espólio da Associação Muralha de Guimarães, sobre atividades industriais (cinco sobre os curtumes de Guimarães; uma da Fábrica de Vizela; duas sobre as Termas de Vizela; uma sobre produção de barris; três sobre cutelaria, em que aparece uma oficina e uma exposição da produção cuteleira; uma de fábrica de fiação não identificada; uma de um curso da Singer; uma sobre venda de barro; duas sobre a preparação e trabalho do linho de forma artesanal e doméstica), um panorama de uma fábrica não identificada, três fotos do cotidiano (duas sobre uma processão à Penha, em Guimarães, e uma fotografia de uma sala de aula);

- *"Auditório 1":* reprodução de um vídeo em que uma pequena banda toca o hino de Riba d'Ave
- *"Auditório 2":* reprodução de um vídeo sobre produção cuteleira da Cutipol – Cutelarias Portuguesas, LDA., em Guimarães.

Em termos de interatividade, a exposição virtual oferecia recursos limitados. A simulação virtual de uma exposição real efetivamente era enfatizada pela silhueta de uma pessoa como se estivesse observando a exposição e pela "iluminação" de cada fotografia (Figura 612).



Figura 612: "Exposições Virtuais" - recurso de interatividade (1). (RPI)

À medida que se percorriam as imagens, o ponteiro do *rato* se transformava em uma lupa, de modo que sugeria intuitivamente que, ao clicar, haveria uma ampliação (Figura 613).



Figura 613: "Exposições Virtuais" - recurso de interatividade (2). (RPI)

A ampliação funcionava perfeitamente para visualizar as fotografias, entretanto, na imensa maioria das reproduções de periódicos só permitia a leitura das manchetes, pois a resolução das imagens não era suficientemente grande para permitir a leitura dos textos. Notava-se, ainda, que a exposição seguia uma cronologia linear, não tendo havido preocupação com a coerência temática do que se expunha para além de estar relacionado à indústria.

A história do trabalho e da indústria perdia espaço para curiosidades sobre os empreendedores da família Ferreira, como é o caso da seção *"Décadas de 1930/40", "Décadas de 1950";* ou para os embates políticos durante o Estado Novo como na seção *"Décadas de 1960/70"*. O único momento em que a história social e do trabalho recebia destaque, ou seja, *"a vida do operário com referência a condições de trabalho",* era na secção *"Retratos do Trabalho"* e no vídeo sobre produção cuteleira contemporânea reproduzido no *"Auditório 2".* A chamada *"dualidade entre vida rural e industrial",* entretanto, era apenas sugerida pelas imagens, mas não explorada em profundidade.

Pelo volume de informações sobre Riba d'Ave e sobre a família Ferreira (com destaque para Delfim Ferreira), que continha a exposição virtual, verificava-se a importância de ambos para a indústria na Bacia do rio Ave, mas isso não era explorado conceitual ou tematicamente na exposição de maneira clara nem direta.

Desta forma, a falta de maiores informações sobre o que estava "exposto", a ausência de descrições ou análises, a baixa interação virtual com finalidade pedagógica e informativa e, ainda, a baixa qualidade das reproduções de periódicos; fazia com que o visitante virtual fosse apenas ofertado com curiosidades históricas e dados esparsos, ainda que em ordem cronológica.

A segunda exposição, *"A indústria no tempo"* (Figura 614), tinha como objetivo elaborar *"uma cronologia dos principais marcos da história industrial do Vale do Ave e dos fatos econômico-sociais e políticos, nacionais e internacionais, que a enquadram ou condicionam de modo mais ou menos direto"*.[950]

[950] RPI. http://www.rotanoave.com/IndustrianoTempo.html



Figura 614: "Exposições Virtuais" - "A indústria no tempo". (RPI)

Segundo os autores dos textos da exposição virtual, Virgílio Borges Pereira e Sandra Leitão, ela foi realizada

> *no âmbito do projeto "A formação do cotidiano operário: sociedade, economia e cultura num contexto industrializado do Vale do Ave" – ADRAVE / Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto com a colaboração do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.*[951]

Como justificativa para o desenvolvimento da exposição virtual, Pereira & Leitão afirmavam que se verificou junto à *"comunidade científica portuguesa"* a necessidade de um *"instrumento para monitorizar os grandes marcos da gênese e estruturação da atividade industrial na região"* da Bacia do Ave.[952]

Entretanto, a proposta da exposição de apresentar uma *"linha do tempo"* mostrava-se útil sobretudo ao visitante virtual não-especialista, que estava de fora da *"comunidade científica",* uma vez que se apresentavam dados específicos sobre a industrialização em Portugal. Destacavam-se, nesse sentido, as datas de fundação de importantes fábricas portuguesas, onde se assinala a Sampaio, Ferreira & Cia., em 1896; a criação de associações industriais e associações operárias em Portugal; as datas e descrições dos principais decretos e leis regulamentadoras da indústria e do trabalho em Portugal; o surgimento de órgãos econômicos e comerciais internacionais dos quais Portugal passou a fazer parte (EFTA, 1959; OCDE, 1961; GATT, 1962; CEE, 1988); as datas dos principais movimentos grevistas no início do século XX; as datas das principais exposições

[951] RPI. http://www.rotanoave.com/IndustrianoTempo.html

[952] RPI. http://www.rotanoave.com/IndustrianoTempo.html

industriais nacionais e internacionais; o destaque para a criação e expansão das ferrovias; a criação dos museus industriais de Lisboa e do Porto (1863); e as inúmeras falências das fábricas (a primeira assinalada em 1990, com Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso e as outras a partir de 2004, onde se incluía a Sampaio, Ferreira & Cia., em 2005).

Outros dois aspectos positivos da exposição no formato de linha do tempo eram a visão de longa duração sobre a indústria portuguesa (a linha cobre um total de 220 anos de história, de 1789 a 2009) e a inclusão de aspectos políticos importantes da história portuguesa (como a *"Revolução de 1846";* a *"Implantação da República",* em 1910; e a *"Revolução do 25 de abril",* de 1974. A inclusão destes dados sugeria ao visitante virtual que se criassem correlações entre processos históricos de natureza política, social e econômica à industrialização da Bacia do Ave que, em um primeiro momento, poderiam ser ignoradas.

Do ponto de vista pedagógico, uma *"linha do tempo"* pode estimular a aprendizagem de forma lúdica e incentivar a busca por novos conhecimentos, além de estimular a criatividade e desenvolver o senso crítico. Além disso, como método de ensino-aprendizagem ela *"tem como objetivo ampliar a noção de anterioridade e posterioridade, de maneira que o indivíduo reconheça a história como um processo"* (Jaques & Dziekaniak, 2014, p. 195), organizando o saber historiográfico de modo a historicizar o passado e identificar os sujeitos históricos, sejam eles coletivos ou individuais.

Entretanto, o fato de a exposição virtual apresentar os eventos cronologicamente ordenados de forma pronta e acabada e de não oferecer real interatividade para o visitante, fazia com que o estímulo à aprendizagem autônoma, ainda que orientada pelo conteúdo da exposição, perdesse espaço para uma estratégia tradicional de listagem de dados e fatos alinhados numa ordem pré-determinada.

Com isso, a exposição virtual do site da RPI acabava por retomar uma perspectiva positivista de história, eminentemente política, de grandes feitos e grandes fatos com a inclusão pontual de aspectos sociais importantes, como as greves dos trabalhadores. Os sujeitos históricos ou desapareciam, uma vez que os acontecimentos eram *"fundações", "revoluções", "criações";* ou se diluíam, como ocorria com os *"trabalhadores";* e a historicidade dos fatos e eventos mencionados não era problematizada.

A ausência de recursos para busca de novos saberes a partir da própria linha do tempo (*hiperlinks*, vídeos, análises dos documentos iconográficos apresentados, exemplos de outros documentos históricos, referência aos arquivos e bibliotecas de onde provinham as imagens etc.) ou mesmo de recursos que permitissem ao visitante virtual reorganizar a linha do tempo segundo filtros (eventos políticos, aspectos econômicos, fundação e encerramento de empresas etc.) limitava a exposição a uma coletânea de fatos sem estímulo à criticidade, à criatividade ou à reflexão por parte de quem a acessava.

A terceira exposição virtual, *"Retrato das artes",* propunha-se a fazer uma *"compilação de vídeos (...) que retratam algumas metodologias de funcionamento e processos industriais tradicionais e atuais".*[953] Três dos vídeos (sobre a Barragem do Guilhofrei, sobre a Central do Ermal e sobre o Grupo desportivo e cultural Leões do Ferro) nada mais eram do que fotografias alinhadas sob a forma de vídeos, sem quaisquer referências ou informações sobre elas. Os vídeos *"Ourives - Filigrama", "A Boa Reguladora", "Museu da Indústria Têxtil"* (Figura 615) e o *"Rancho lavradeiras da Trofa",* sofriam da mesma carência de detalhes, apresentando, entretanto, filmagens efetivamente.

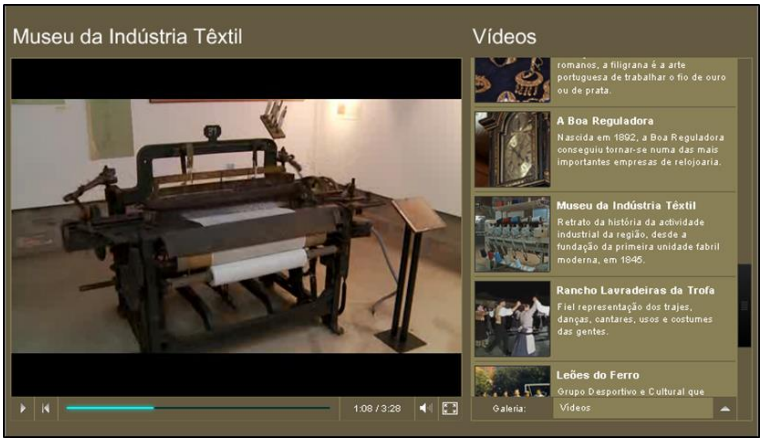


Figura 615: "Exposições Virtuais" - "Museu da Indústria Têxtil". (RPI)

A exposição, porém, não explorava a possibilidade de apresentar entrevistas, depoimentos e documentos fonográficos e videográficos de época, prendendo-se a imagens do presente sem qualquer historicidade. O *"retrato das metodologias de funcionamento e processos industriais tradicionais e atuais"* que propunha a exposição não acontecia, bem como não se desenvolvia o

[953] RPI. http://www.rotanoave.com - "Exposições Virtuais".

confronto das indústrias tradicionais e atuais de forma clara. Podiam servir, no máximo, como vídeos de divulgação e marketing do patrimônio relacionado à RPI.

A quarta exposição virtual, *"Indústria em atividade",* não era uma exposição propriamente dita, mas uma listagem com contatos de Indústrias Ativas do Vale do Ave (até 2010, data da última atualização do site) subdivididos por atividade. Não havia informação, por exemplo, se elas estavam de alguma forma associadas à RPI de modo a permitirem visitação ou investigação científica.

A quinta exposição virtual era denominada *"História interativa"* (Figura 616) e, num exercício de ficção-histórica, propunha-se a *"retratar"* como seria o *"dia de um operário, há anos atrás por meio de uma animação com interatividade".*[954]



Figura 616: "Exposições Virtuais" - "História Interativa" - Introdução. (RPI)

Apresentava-se, assim, Joaquim, um personagem fictício *"com vivências transversais" que a exposição propunha permitir que fossem "experimentadas e conhecidas",* nomeadamente:

> *1º A casa operária, normalmente marcada por dificuldades ao nível da sobreocupação;*
> *2º A experiência escolar curta mas marcante;*
> *3º A rápida entrada no universo fabril e as relações sociais neste;*
> *4º O mundo fora da fábrica, feito de vida na paróquia, no espaço público ou no associativismo local.* [955]

A simulação virtual tinha um caráter lúdico e, embora não estivesse expresso claramente, a exposição voltava-se a um público infantil. A proposta de interatividade era apenas uma navegação por 16 diapositivos monocromáticos (cujas miniaturas apareciam à direita) em que as

[954] RPI. http://www.rotanoave.com - "Exposições Virtuais"

[955] RPI. http://www.rotanoave.com/Historia-Interactiva/Historia_Interactiva_00.html

figuras destacadas em cores (Figura 617) ligavam a outros elementos *"que aparecem ao longo da história"*.[956]



Figura 617: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 01. (RPI)

Os 16 diapositivos estavam relacionados às quatro vivências mencionadas acima: 01. *Pai a trabalhar a terra;* 02. *Mãe a preparar a marmita;* 03. *Azáfama no quarto;* 04. *Caminho para a fábrica atravessando o rio;* 05. *O tempo em que Joaquim andava na escola;* 06. *Interior das salas de aulas;* 07. *Interior da fábrica;* 08. *Refeitório;* 09. *Ouvir a rádio Moscovo;* 10. *O turno da manhã;* 11. *Enquanto ainda existe luz;* 12. *O padre da aldeia;* 13. Existe Sol para trabalhar; 14. *Joaquim entrega o dinheiro aos pais;* 15. *Quarto do Joaquim e dos irmãos;* 16. *Dorme Joaquim, amanhã é dia de trabalho.*

A proposta da *"História interativa"* parecia ser de que a vida de Joaquim servisse de modelo ao que acontecia no cotidiano de localidades fabris na região da Bacia do Ave. Assim, a fábrica em que Joaquim trabalhava deveria exemplificar como era a vida nas fábricas de modo

[956] RPI. http://www.rotanoave.com - "Exposições Virtuais"

geral, como por exemplo, ao mencionar o *"trabalho duro"* a que os operários estavam submetidos (Figura 618) e ao destacar o tear como a principal máquina a ser utilizada.



Figura 618: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 07. (RPI)

No cotidiano fabril assinalava-se a existência de espaços de convivência que fugiam ao controle dos patrões, como o refeitório (Figura 619) e sugeria-se a aproximação dos operários aos ideais socialistas por meio da *"Rádio Moscovo"* que ouviam e o contraste entre esses ideais e os interesses dos proprietários representados pelos *"gerentes e capatazes"* que poderiam não gostar de certas conversas (Figura 620). A inserção do *"mito que circulava antes do 25 de abril"* de quem um copo com água colocado em cima do aparelho de rádio *"impediria a PIDE de saber que rádio se ouvia"*[957] é uma crítica sutil ao controle dos trabalhadores e à violência do Estado Novo.

[957] *Polícia Internacional e de Defesa do Estado* (PIDE) foi a polícia política portuguesa entre 1945 e 1969, responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político vigente.



Figura 619: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 08. (RPI)



Figura 620: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 09. (RPI)

Ainda sobre o cotidiano, um aspecto abordado era o contraste nas concepções de tempo no trabalho agrícola e no trabalho fabril: o pai de Joaquim saía para trabalhar na horta da família *"ao raiar do sol"* (Cf. Figura 617) e, ao final do dia recebia a ajuda de Joaquim (Figura 621).[958] Na fábrica, por sua vez, é o relógio que marca as horas do trabalho (Figura 622) e o hipertexto informa que *"nas indústrias do Vale do Ave, normalmente existiam dois horários: o das 6 da manhã às 2 da tarde e o das 2 da tarde às 10 da noite..."*.



Figura 621: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 13. (RPI)



Figura 622: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 10. (RPI)

De todos os aspectos em torno da vida de Joaquim, as características do rio Ave são as mais detalhadas e que aparecem mais vezes destacadas (Figura 623, Figura 624 e Figura 625):

[958] Observe-se que os diapositivos 01 e 13 são praticamente idênticos, com diferenças em relação à posição do sol, para destacar a passagem do tempo entre o início da manhã e o final da tarde; e de que Joaquim aparece trabalhando ao lado do pai na horta da família.

O Rio Ave nasce na Serra da Cabreira, Concelho de Vieira do Minho, a cerca de 1200 m de altitude, no pau da Bela. Percorre cerca de 85 km até desaguar no Oceano Atlântico, a sul de Vila do Conde. A sua bacia hidrográfica tem uma área de aproximadamente 1390km2, abrangendo 15 municípios. O rio atravessa sucessivamente os Concelhos de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.[959]

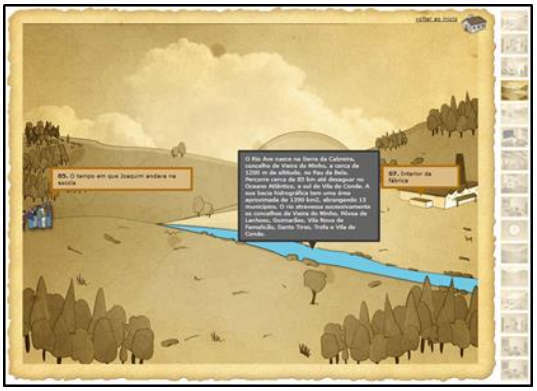


Figura 623: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 04. (RPI)

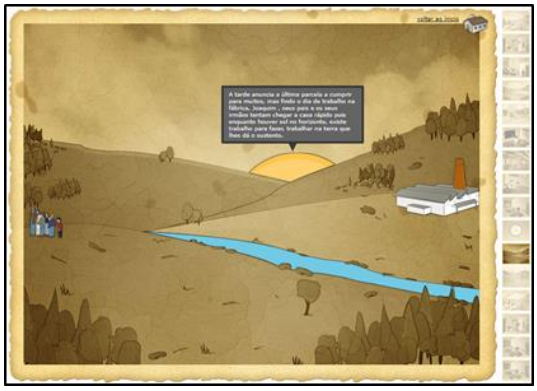


Figura 624: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 11. (RPI)

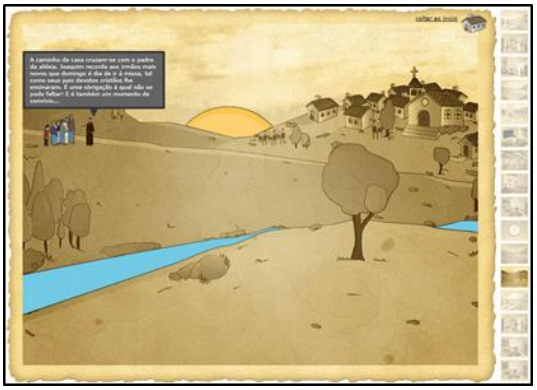


Figura 625: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 12. (RPI)

Tendo em vista que a *"História interativa"* parece ter sido direcionada ao público infantil, os textos sobre o rio Ave destoavam em termos de complexidade das outras informações fornecidas e exigiam do visitante virtual certo conhecimento geográfico e conceitual para compreendê-las. Entretanto, não havia qualquer menção à relação entre o rio Ave e a industrialização da região, não se desenvolviam aspectos referentes aos impactos ambientais das indústrias ou à forma como as indústrias transformaram a paisagem nos locais onde foram instaladas.

[959] RPI. http://www.rotanoave.com/Historia-Interactiva/Historia_Interactiva_00.html, Figura 622, Figura 623 e Figura 624.

Em termos sociais destacavam-se o trabalho infantil e jovem nas fábricas, representado por Joaquim, *"um homem de 15 anos"* que recebia *"8 escudos"* para trabalhar e ajudar no sustento da família (Cf. Figura 618; Figura 632); e salientavam-se as condições simples de moradia a que estavam sujeitas as famílias compostas por operários e pequenos agricultores (Figura 626 e Figura 627).

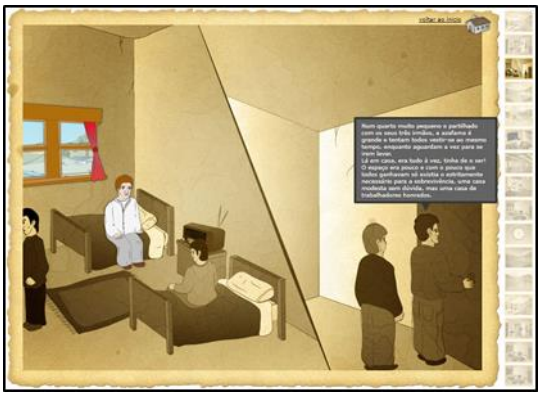


Figura 626: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 03. (RPI)

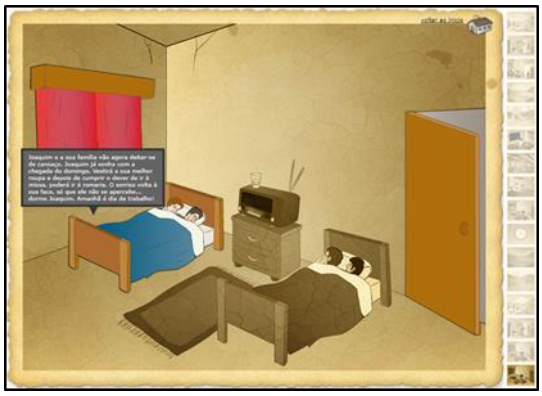


Figura 627: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 16. (RPI)

Mostrava-se Joaquim indo à escola (Figura 628 e Figura 629) e ressaltava-se a disciplina e a dureza das palavras da professora como elementos positivos que teriam ensinado Joaquim a *"ler bem e a escrever sem erros, a ter a tabuada na ponta da língua"*.

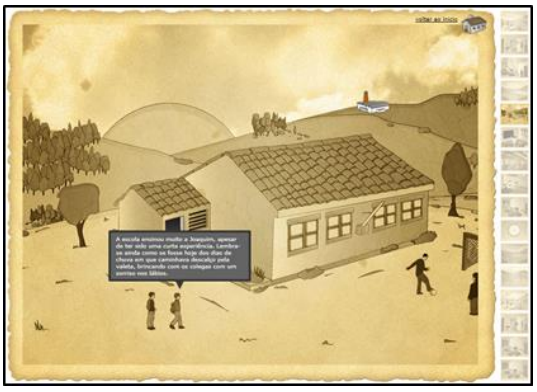


Figura 628: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 05. (RPI)

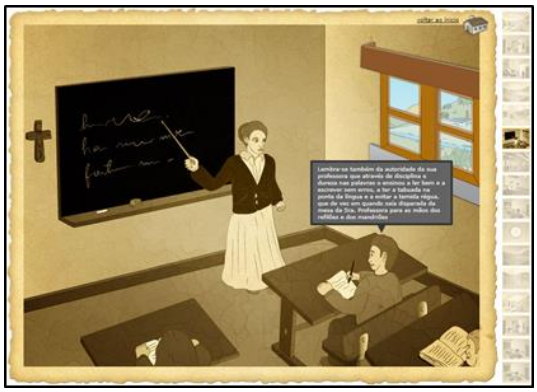


Figura 629: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 06. (RPI)

Na *"História interativa"* os espaços sociais (a fábrica, a casa e a escola), a paisagem (cultural e natural) e o território na Bacia do Ave eram elementos centrais na narrativa da vida cotidiana de Joaquim. Entretanto, embora tivessem suas características mencionadas (no caso do rio e da casa, por exemplo), não foram efetivamente problematizados.

No caso da escola, não havia menção sobre a escola ser pública ou se era uma obra social dos proprietários da fábrica, como era comum na região da Bacia do Ave. No caso da fábrica, ela era representada com um telhado com iluminação zenital do tipo *shed* e com uma chaminé, algo comum na representação simbólica fabril. Porém, não havia explicação ou estímulo ao questionamento sobre como a arquitetura foi impactada pelo processo de industrialização, por exemplo. Ou ainda, não havia problematização ou subsídios para que se problematizasse o entrelaçamento social, simbólico e também arquitetônico entre a fábrica e a escola como dispositivos de poder, disciplina e controle (Foucault, 1987 [1975]) *"sobre os corpos e as almas, agindo no interior do campo econômico sobre as forças produtivas e as relações de produção"* (Deleuze, 2005, p. 36).

Assim, tendo em vista que a exposição virtual se inseria num projeto que tem no patrimônio material industrial grande parte de sua preocupação, o espaço fabril não apenas era ignorado por suas características arquitetônicas, mas também pela maneira como os operários se relacionariam com aquele espaço.

Isso fica ainda mais evidente quando se observa que a fábrica aparecia em 14 dos 16 diapositivos da *"História interativa",* seja vista a partir de seu interior (Figura 618, Figura 619 e Figura 622), inserida na paisagem (Figura 630), ou em detalhe, vista pelas janelas da casa ou da escola de Joaquim (Figura 631).

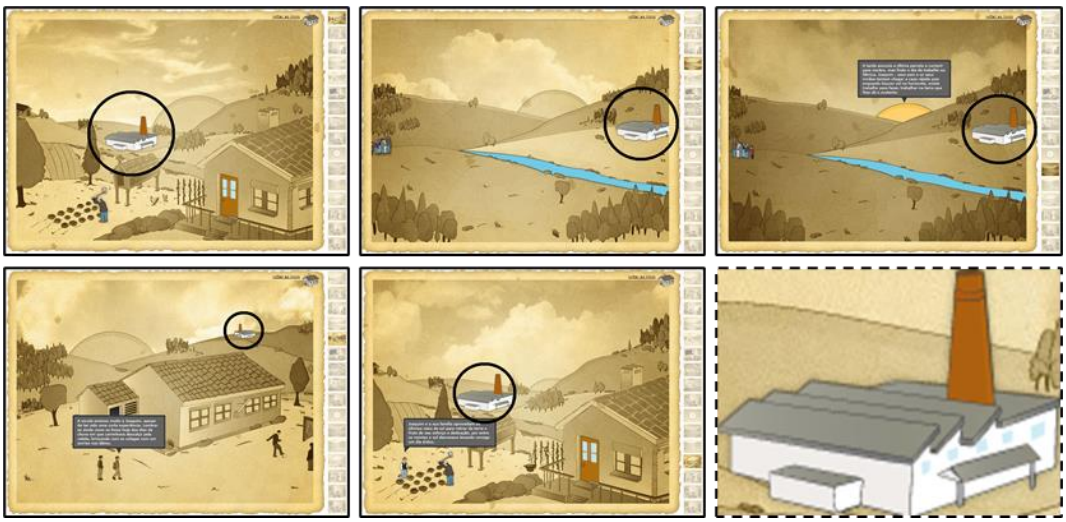


Figura 630: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", fábrica (01, 04, 05, 11 e 13). (RPI)

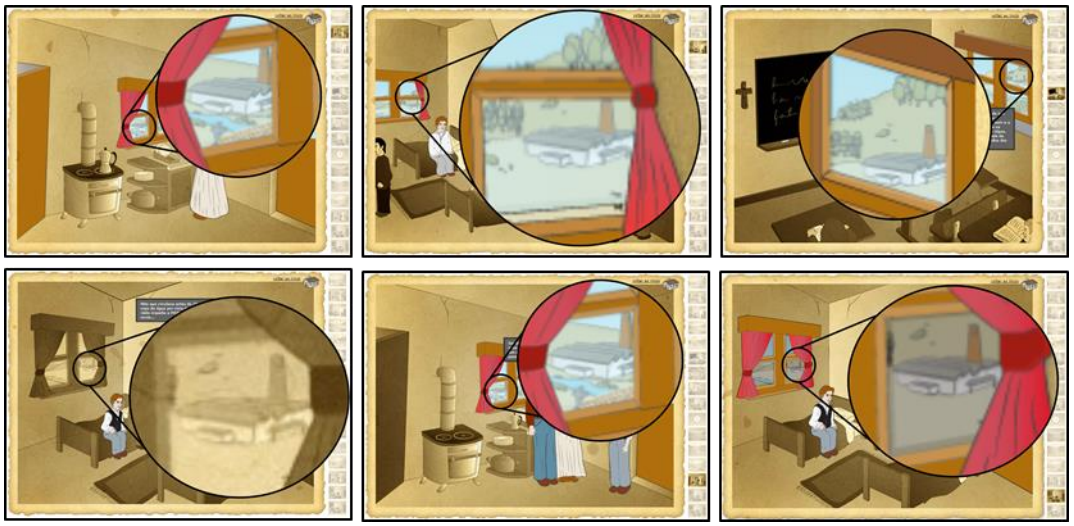


Figura 631: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", fábrica (02, 03, 06, 09, 14 e 15). (RPI)

Na História interativa, as questões de gênero foram abordadas de modo superficial. As mulheres são destacadas em cores nos diapositivos apenas quando aparecem nas funções domésticas, representadas pela figura da mãe de Joaquim, que está sempre em casa (Figura 632 e Figura 633).

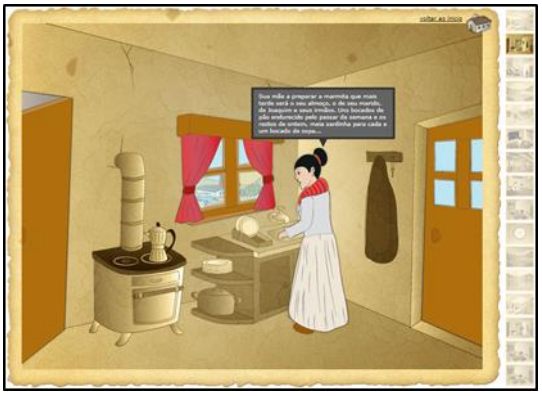


Figura 632: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 02. (RPI)



Figura 633: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", diapositivo 14. (RPI)

Além disso, ao se analisar a construção dos elementos que compunham o diapositivo 14 (Figura 633), quando Joaquim entrega o dinheiro que recebeu pelo trabalho na fábrica, verifica-se que a mãe foi posicionada atrás do pai e é este quem recebe o dinheiro de Joaquim. De forma sutil, portanto, caracterizava-se a posição social da mulher como submissa ao marido e relegada a funções domésticas. O próprio título do diapositivo 02 (Figura 632), *"Mãe a preparar a marmita"*, era sugestivo nesse sentido.

Na fábrica as mulheres foram representadas em tons monocromáticos nos diapositivos (Figura 634), ou seja, sem destaque, sem que se mencionasse claramente sua participação no trabalho fabril e sem que se referisse à importância das mulheres na indústria têxtil da Bacia do Ave.



Figura 634: "Exposições Virtuais" - "História Interativa", recorte da Figura 618. (RPI)

Isso chamava a atenção negativamente para a exposição virtual porque na indústria têxtil da Bacia do Ave a mão de obra feminina foi utilizada extensamente nas fábricas e, muitas vezes, superava numericamente a masculina; diferentemente do que ocorria em outras indústrias, com graus variados conforme a época e o lugar, em que os homens dominavam largamente as atividades industriais e as mulheres estavam empregadas em ocupações auxiliares, embora desempenhassem papel fundamental no estabelecimento e manutenção das associações comunitárias e laços familiares de que suas comunidades dependiam.

Nesse sentido, tendo em conta a historicidade do trabalho na indústria têxtil da região, é grave que o projeto da RPI tenha ignorado as problemáticas de gênero na composição narrativa implícita na *"História interativa".* Afinal, como já enfatizado,[960] as questões de gênero estão intimamente relacionadas ao modo como o patrimônio industrial pode ser experimentado (Remoaldo, Vareiro, Ribeiro, & Santos, 2014; Meng & Uysal, 2008), além do fato de os museus industriais terem potencial para se tornarem agentes de empoderamento feminino (Malt, 2007). Portanto, o projeto da RPI, ao não ter abordado as questões de gênero em torno da produção industrial têxtil da Bacia do Ave, deixou de contribuir para que identidades e memórias fossem apropriadamente reconhecidas nas narrativas construídas em torno do patrimônio industrial que queria promover.

Portanto, se, por um lado, a *"História interativa"* poderia ter servido como ferramenta pedagógica direcionada a um público infantil para introduzir de forma lúdica as características gerais do trabalho industrial na Bacia do Ave; por outro lado, a narrativa histórica implícita, depreendida dessa ferramenta, pode ter servido à consolidação de estereótipos sociais e de

[960] Cf. Parte VII, Capítulo 4. A memória transmitida: o legado memorial de Narciso Ferreira.

gênero, à uma visão superficial sobre o espaço fabril e sobre as relações de poder que nele se processavam e à falta de compreensão sobre as consequências da industrialização na paisagem e no território. Além disso, como recurso didático, os criadores da *"História interativa"* não mostraram preocupação em disponibilizar orientações a possíveis professores-usuários, que refletissem sobre as habilidades e conceitos envolvidos e, inclusive, sobre as lacunas da própria exposição virtual; e tampouco forneciam bibliografia temática ou sugeriam atividades complementares.

O último aspecto a ser analisado no site da RPI é a aba *"Publicações",* a qual, na verdade, disponibilizava apenas uma publicação associada ao *"Património industrial do Vale do Ave"*, o relatório *"Elementos para o Conhecimento Sociológico da Região do Vale do Ave: uma perspectiva de síntese sobre a sociedade, a economia, a educação, a política e a religião".* Coordenado por Virgílio Borges Pereira, o relatório apresenta referências iniciais sobre as *"dinâmicas demográficas, econômicas, classistas, culturais, políticas e religiosas"* da Bacia do Ave entre *"os últimos cinquenta anos do século XX e os primeiros do século XXI"* (Pereira V. B., 2010b, p. 108). Sob a forma de uma animação em *flash* com a qual era possível interagir com o cursor do *rato* (Figura 635), o acesso ao relatório deveria permitir o *download* em formato *pdf*, mas uma mensagem de erro indica que o arquivo não pode ser acessado.



Figura 635: "relatório". Pereira V. B., 2010b. (RPI)

O *site* da RPI era limitado em termos de recursos de interatividade para os usuários e escasso em informações que permitissem aos usuários buscar outras fontes de saber. Nesse sentido, é sintomático que o tenha ficado quase dez anos sem ser atualizado até ser encerrado.

No caso específico da Sampaio, Ferreira & Cia., embora fique nítida a importância dada pelo projeto da RPI à obra de Narciso Ferreira e de seus herdeiros, tendo em vista o volume de informações disponíveis sobre eles e seus empreendimentos, o *site* apenas reproduziu discursos encontrados nas narrativas memoriais hegemônicas e apresentou dados já cristalizados no senso

comum, não tendo apresentando, por exemplo, informações sobre a fábrica hoje em dia e não tendo fornecido nenhuma alternativa de interação com o patrimônio.[961]

Assim, o cuidado para com o patrimônio material que constitui o conjunto edificado da fábrica (mas também de todos os outros polos da RPI) era inversamente proporcional à importância que ela teve historicamente na região e pouco contribuía para a consolidação da Sampaio, Ferreira & Cia. como patrimônio industrial da região. Desta forma, tal como falhou em criar condições para as visitações presenciais, o projeto virtual da RPI mostrou-se insuficiente para atender a necessidade de informações dos potenciais interessados no patrimônio industrial da região da Bacia do Ave.

O fato de o projeto da RPI não ter explorado a imensa maioria das modernas tecnologias digitais/virtuais em seu próprio site para valorizar o patrimônio, mesmo que em um só caso para servir de exemplo, é uma evidência do distanciamento criado entre o projeto e o público. Imagens de satélite, visitas virtuais, mapeio em 3D do espaço urbano e edificado, tecnologia de realidade aumentada, por exemplo, tornaram-se ferramentas de preservação e divulgação do patrimônio cultural utilizadas mundialmente que foram completamente ignoradas pelo projeto.

Um exemplo é o caso das imagens de satélite, sobre as quais estudos indicam que sua disseminação pública via internet potencializaram os efeitos das fotografias aéreas, sua predecessora, e podem ser utilizadas na preservação, na investigação e valorização do patrimônio e da paisagem cultural, no mapeamento do território, como ferramentas de localização e gerenciamento de sítios e monumentos, no mapeio valores socioculturais da paisagem, no registrar e monitoramento do patrimônio cultural contra riscos naturais e antropogênicos (Agapiou, 2017; Garcia-Martin, et al., 2017; Rayne, 2017; Casana & Laugier, 2017; Kisanga, 2017; Cerra, Plank, Lysandrou, & Tian, 2016; Gojda, 2010), além de ter tornado a muitos arqueólogos financeiramente viável realizar pesquisas remotas em áreas de difícil acesso (Myers, 2010).[962] A melhoria significativa da tecnologia de sensoriamento remoto por satélite, juntamente com o maior

[961] Nesse sentido, a outra instituição que poderia fazê-lo seria a Fundação Narciso Ferreira, mas seu site fornece informações sobre Narciso Ferreira e também não traz informações sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., que é apenas citada como uma das realizações de seu fundador.

[962] Desde 2010 o *Global Heritage Fund* (GHF - https://globalheritagefund.org/) desenvolve o *Global Heritage Network* (GHN) um sistema de alerta antecipado e monitoramento de ameaças usando tecnologia de ponta de imagens de satélite para permitir a colaboração entre especialistas internacionais e líderes locais de conservação para identificar e mitigar ameaças criadas pelo homem.

acesso a arquivos de imagens de satélite pela internet, resultou no fato de as imagens de satélite terem se tornado um componente importante ao *"arqueólogo aéreo"* (Fowler, 2010).

Observe-se, ainda, que as ligações entre sensoriamento remoto e o patrimônio cultural estão de acordo com alguns dos princípios estabelecido para a preservação patrimonial (Cuca, s/d, p. 06) como a *Convenção Europeia da Paisagem (Convenção de Florença),* em 2000, evidenciou a necessidade de integrar a paisagem nas suas políticas regionais e urbanísticas e nas suas políticas culturais, ambientais, agrícolas, sociais e econômicas;[963] e a *Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arqueológico (Convenção de Valletta),* publicada pelo *Conselho da Europa*, em 1992, destacou a importância de aplicar, sempre que possível, métodos de investigação não destrutivos para *"preservar o patrimônio arqueológico e garantir o significado científico da investigação arqueológica"*.[964]

Na última década, o desenvolvimento de novos sensores de satélite, tais como *QuickBird*, *IKONOS* e *RapidEye*, tornou acessível publicamente uma variedade de imagens de alta resolução espacial (Hu, et al., 2013). Entretanto, *Google Maps* e *Google Earth*, especificamente, ambos são hoje, sem dúvida, os mais populares programas de imagens de satélite de acesso aberto no mundo e é inegável sua potencialidade como recurso pedagógico, em especial na representação e análise do espaço urbano (Crispim & Albano, 2016; Bueno & Colavite, 2011; Holgado & Rosa, 2011; Panizza & Fonseca, 2011). Além disso, desde que tais ferramentas passaram a estar disponíveis ao público observou-se uma sensível ampliação do interesse pelo patrimônio cultural a que essas ferramentas davam acesso, inicialmente, virtual (Tarlach, 2015).

Entretanto, as limitações do uso do *Google Earth* foram apontadas desde que se passou a tentar utilizá-lo no levantamento e localização de sítios arqueológicos (Madry, 2007). Com o passar do tempo, tanto o *Google Earth* quanto o *Google Maps* foram aprimorados, entretanto, continuam a ser fotografias, ainda que em alta resolução, e, como tal, continuam a possuir limitações sobre o que poderiam revelar. Por esta razão, numa investigação sobre território e paisagem, outras ferramentas foram incorporadas às investigações arqueológicas de paisagens culturais, tais como imagens hiperespectrais, que podem encontrar impressões eletromagnéticas de objetos e elementos terrestres invisíveis a olho nu; ou tecnologia de detecção e alcance de luz

[963] Conselho da Europa. Convenção Europeia da Paisagem. Florença, 20 de Outubro de 2000.

[964] Conselho da Europa. Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arqueológico. Valleta, 16 de janeiro de 1992.

(*Light Detection and Ranging* - LIDAR), que mapeia superfícies sutis variações com extrema precisão (Chen, Teo, Rau, Liu, & Hsu, 2005; Wang & Schenk, 2000).

Por outro lado, a disponibilização pública de imagens de satélite em alta resolução, se não chegou a criar novos problemas, ampliou alguns pré-existentes para a preservação patrimonial, como as intervenções de "arqueólogos amadores" em sítios ainda não investigados com técnicas apropriadas. De acordo com Francis McManamon (do *Center for Digital Antiquity* junto à *Arizona State University*)[965] e com Ben Robinson (do *Historic England*)[966] intervenções amadoras acabam por provocar danos ou impedir a interpretação científica por não contextualizarem os objetos e sítios a serem estudados (Tarlach, 2015).

No período entre o encerramento das atividades da Sampaio, Ferreira & Cia. e o fim da plataforma virtual da RPI viu-se uma disponibilidade cada vez maior de tecnologia que permita a exploração de espaços urbanos por meio de dispositivos com reconhecimento de localização móvel, devido à crescente quantidade de informações georreferenciadas disponíveis e técnicas avançadas de visualização que iam além da simples apresentação de mapas 2D (Baldauf, Fröhlich, Masucha, & Grechenig, 2011).

Para o público em geral, interessado em conhecer e, se possível, visitar sítios de patrimônio, *Google Earth* e *Google Maps* não apenas mostram-se boas ferramentas de geolocalização como podem contribuir significativamente na valorização do patrimônio cultural uma vez que permitem a visualização da paisagem de uma perspectiva antes acessível apenas a uma minoria. Desta forma, o acesso virtual a essas paisagens culturais permite aumentar a consciência de que os sítios de patrimônio não são ilhas isoladas e que há uma interdependência de pessoas, estruturas sociais e a paisagem e os sistemas ecológicos associados (Taylor & Lennon, 2011).

Neste sentido, paralelamente às fotografias de satélite, visitas virtuais e modelos 3D de sítios, monumentos, conjuntos edificados, tecnologia de realidade aumentada e realidade virtual têm permitido novas formas de aproximação com o patrimônio.

---

[965] https://science.asu.edu/center-digital-antiquity

[966] *Historic Buildings and Monuments Commission for England*. https://historicengland.org.uk/

Cada vez mais, tecnologias de realidade virtual e de realidade aumentada têm encontrado aplicações no campo do patrimônio: projeções dinâmicas e interativas, experiência imersiva em ambientes virtuais com propósitos educacionais e pedagógicos nos diversos campos do patrimônio cultural, reconstrução digital em 3D de edificações e obras de arte, além de contribuir para a preservação digital dos valores sociais e culturais do patrimônio (De Paolis & Mongelli, 2016).

Na chamada *"Era Digital",* os processos de aprendizagem e transmissão de saberes foram revolucionados pelo uso de computadores, telemóveis e *pads*. Os recursos disponíveis a essas ferramentas contribuem para a valorização e divulgação do patrimônio. A apresentação de modelos em 3D, ao invés de apenas imagens, contribuiu para compreensão do tema estudado (Bellala, 2016) e alterou a relação de ensino e a aprendizagem no campo da história e estudos sociais (Maloy, Trust, Kommers, Malinowski, & LaRoche, 2017).

No campo do patrimônio arquitetônico, a modelagem 3D faz uso da documentação histórica como plantas e mapas, incluindo plantas baixas, de elevação e cortes transversais (Riedinger, Jordan, & Tabia, 2014). Modelos dinâmicos de geovisualização em 3D refletem mudanças no território urbano e contribuem para a representação espaço-temporal do uso do espaço, de modo a facilitar a compreensão do processo de urbanização (Gadal, Fournier, & Prouteau, 2010).

Na arqueologia a representação 3D detalhada de sítios arqueológicos é de grande importância para necessidades de documentação ou para fins de restauração (Shang, Siang, Zakaria, & Emran, 2017; Ioannidis, Potsiou, Soile, & Badekas, 2000). Além disso, as investigações sobre as transformações no tecido urbano e seu patrimônio ganharam uma nova dimensão com o uso da tecnologia 3D ao permitirem a integração de documentos históricos a modelos 3D das cidades e de seu patrimônio. O software *CityGML*[967] é um claro exemplo disso, pois consiste em um acervo de modelo 3D digitais de cidades e paisagens que integram e permitem a interação entre tais modelos e a documentação histórica preservada digitalmente de modo a permitir a compreensão das alterações espaciais nas áreas urbanas ao longo do tempo. Para além do âmbito acadêmico na compreensão da história urbana por meio da análise das transformações de cidades

[967] https://www.citygml.org/

e paisagens, essa tecnologia é permite orientar o planejamento urbano no presente (Samuel, Périnaud, Servigne, Gay, & Gesquière, 2016).

Como um passo adiante aos modelos em 3D, o campo do patrimônio incorporou também a tecnologia de realidade aumentada como ferramenta de divulgação, ensino e investigação. A tecnologia de realidade aumentada móvel cria possibilidades sem precedentes para proporcionar experiências envolventes e imersivas aos visitantes de locais de patrimônio cultural (Galatis, Gavalas, Kasapakis, Pantziou, & Zaroliagis, 2016).

Com a proliferação e popularização de tablets e telemóveis a realidade aumentada pode ser uma tecnologia ideal para apresentar informações de maneira atraente, abrangente e personalizada aos visitantes de locais de patrimônio cultural (Stricker, Pagani, & Zoellner, 2010) e contribuírem significativamente para a disseminação e reinterpretação desse mesmo patrimônio (Martínez, Casas, Vidal-González, L., & García-Pereira, 2018) e para a promoção, inclusive do patrimônio cultural industrial (Spacca, Dellapiana, & Sanna, 2018).

Em sítios de patrimônio cultural em todo o mundo, a realidade aumentada está sendo utilizada como uma ferramenta para proporcionar aos visitantes melhores experiências, preservando a integridade dos locais. Observações empíricas recentes indicam que o aprimoramento tecnológico levou a um aprimoramento estético mais realista que promoveu aumento da satisfação dos utilizadores. Consequentemente, essa satisfação afetou as intenções comportamentais em relação ao destino do patrimônio, indiretamente por meio da atitude em relação ao destino por meio da realidade aumentada (Chung, Lee, & Kim, 2017).

Desse modo, a realidade aumentada tem se tornado parte do turismo para fornecer informações sobre destinos e atrações, de modo a maximizar a experiência do turista também por meio do uso ativo da tecnologia. Chung, Hanb, & Joun identificam três aspectos que incentivam os turistas a utilizar ativamente a tecnologia de realidade aumentada: o primeiro consiste na prontidão tecnológica, ou seja, estado mental geral do turista para usar uma tecnologia. O segundo é o fator visual, em que o aprimoramento estético da realidade virtual estimula a utilização da tecnologia. O terceiro aspecto é o fator situacional, que diz respeito às condições a que estão submetidos os visitantes nos sítios de patrimônio cultural (eles têm conhecimento da disponibilidade da tecnologia? Eles possuem dispositivos que comportem a tecnologia disponível? Eles têm conhecimento para usar ambos?) (Chung, Hanb, & Joun, 2015).

Um dos pioneiros nesse campo foi o projeto *Archeoguide*, que desenvolveu um guia personalizado e um assistente de turismo para ser utilizado nos locais de visitação. Por meio da realidade aumentada ele reconstrói virtualmente as ruínas, tendo como base a posição e orientação do usuário no sítio em que ele se encontra, renderizando imagens em tempo real. Além disso, permite ao usuário o acesso *online* a um banco de dados multimídia com informações históricas, guias de visitação e informações sobre o atual estado de conservação do sítio e dos possíveis projetos de restauro em desenvolvimento (Vlahakis, et al., 2001).

No mesmo sentido, desenvolveram-se o *iTacitus*,[968] que fornece um sistema móvel de informações sobre o patrimônio cultural aos visitantes nos sítios de patrimônio cultural que utilizem a tecnologia; e o *CityViewAR*,[969] foi desenvolvido em Christchurch (Nova Zelândia) após o terremoto de 2010 que destruiu ou obrigou a demolição de boa parte das edificações históricas locais. Seu propósito era permitir que os cidadãos pudessem ver como era a cidade antes dos terremotos e demolições de edifícios. Para isso um aplicativo móvel usa a tecnologia de realidade aumentada para explicar a história e a arquitetura visualmente em um edifício já inexistente (Haugstvedt & Krogstie, 2012).

Nos últimos anos, muitas cidades e instituições de cultura têm lançado seus próprios programas e aplicativos móveis de realidade aumentada (Haugstvedt & Krogstie, 2012). Museus, por exemplo, já testaram e utilizam para interagir com fotografias e maquetes: o visitante ao apontar o dispositivo utilizado podia interagir com os recursos pedagógicos e com o próprio patrimônio cultural (Zöllner, Keil, Wüst, & Pletinckx, 2009).

Em Sevilha (Espanha), por exemplo, a administração local desenvolveu a *Infraestrutura de Dados Espaciais* (*ide.SEVILLA*)[970] com o objetivo disponibilizar publicamente aos cidadãos, através da internet, dados, metadados, serviços e informações geográficas, históricas e patrimoniais nas suas mais diversas manifestações produzidos pela administração municipal. No âmbito de suas atribuições a *ide.SEVILLA* desenvolveu um projeto de visita virtual[971] à *Real Fábrica de Artillería*.[972]

---

[968] *Intelligent Tourism and Cultural Information through Ubiquitous Services*. http://www.instantreality.org/itacitus/

[969] https://www.hitlabnz.org/index.php/products/cityviewar/

[970] http://sig.urbanismosevilla.org/InicioIDE.aspx

[971] http://sig.urbanismosevilla.org/sevilla.art/Real_Fabrica_Artilleria/Index.html

[972] http://www.iaph.es/patrimonio-inmueble-andalucia/resumen.do?id=i19287&ids=410910211

Catalogada como Bem de Interesse Cultural, na categoria Monumento, desde 1985, hoje em dia a *Fábrica de Artillería* é objeto de projetos de reabilitação, conservação e restauração de danos em alguns de seus edifícios provocados pelo abandono nos últimos anos. O projeto de visita virtual, portanto, permite aproximar o patrimônio industrial dos cidadãos por meio de ferramentas digitais, promovendo sua valorização e preservação.

Observa-se que a tecnologia de realidade aumentada, como forma de interação do visitante com o patrimônio cultural, amplia o valor econômico, social, cultural, histórico e educacional. Tal tecnologia tem sido considerada não só uma forma de preservar a história, mas também de aumentar a satisfação do visitante (Angelopoulou, et al., 2012; Haugstvedt & Krogstie, 2012) e promover a divulgação do patrimônio de modo a atrair novos públicos e contribuir para uma experiência de aprendizagem positiva (Dieck & Jung, 2017).

Entretanto, ainda existe a necessidade de uma pesquisa que explore a eficácia da realidade aumentada como um meio de comunicação nos museus (Hammady, Ma, & Temple, 2016). Apesar da proliferação de protótipos disponíveis, a literatura pertinente ainda carece de estudos investigando a maneira como os usuários interagem com as interfaces móveis de realidade aumentada, bem como identificando os principais problemas de usabilidade e fatores de aceitação de tecnologia (Galatis, Gavalas, Kasapakis, Pantziou, & Zaroliagis, 2016).

Em suma, à época da organização da RPI já eram muitas as possibilidades tecnológicas disponíveis e por explorar ao campo do patrimônio para preservar e disseminar conhecimento sobre o patrimônio cultural material e urbano. Nada disso, porém, existe em relação à Sampaio, Ferreira & Cia. e no projeto da RPI. Ainda que tenha havido a intenção de utilizar a tecnologia digital disponível com fins de divulgar e permitir acesso à informação para um possível público interessado sobre aquele patrimônio industrial, isto não foi feito e não há qualquer registro público destas intenções.

Não seria exagerado afirmar que o abandono em que se encontra o conjunto fabril parece ter sido diretamente proporcional ao desinteresse público e privado no fornecimento de informações que permitissem divulgar o patrimônio, produzir e disseminar conhecimento sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. e sobre Riba d'Ave no âmbito da RPI.

O máximo ao que os interessados têm acesso são imagens de satélite da Sampaio, Ferreira & Cia. nas aplicações do *Google Maps* e *Google Earth* que permitem ver o conjunto

edificado do alto, como algumas das utilizadas nesta investigação; observando-se que não houve qualquer intenção historiográfica ou patrimonialista da parte dos desenvolvedores destas aplicações no que se refere à Sampaio, Ferreira & Cia., por exemplo.

O *Google Earth* possui uma funcionalidade que permite ver imagens de satélites de anos precedentes, no caso da área da Sampaio, Ferreira & Cia., a partir de 2004. Tanto o *Google Maps* quanto o *Google Earth*, possuem o recurso *Street View,* que *"é uma representação virtual do ambiente que nos cerca composta de milhões de imagens panorâmicas".* Criado em 2007, hoje o conteúdo do *Street View* é alimentado pelo próprio *Google*, mas também pelos usuários do sistema. Segundo a empresa, o objetivo é *"oferecer às pessoas a possibilidade de explorar o mundo virtualmente".*[973]

Porém, embora sejam de amplo acesso público e possam ser usadas para investigações acadêmicas, como se fez nesta investigação; as imagens produzidas por aplicações como *Google Earth*, por exemplo, não têm como propósito imediato fortalecer um projeto de preservação patrimonial.

Além disso, em locais de ampla visibilidade pública, sobretudo do ponto de vista turístico, a tecnologia 3D está disponível para aplicações como o *Google Earth*. Mas locais com menor visibilidade não são mapeados, como é o caso de Riba d'Ave e da Sampaio, Ferreira & Cia.

Inclusive, como o conjunto edificado é visto do alto, do exterior e à distância; as imagens podem até escamotear o estado de conservação das edificações. E no caso de se tentar usar a modalidade 3D acaba-se por distorcer a realidade ao ponto de torná-la ininteligível (Figura 636).



Figura 636: SFC em modo 3D, sentido sul-norte. (GE)

Ainda assim, pode-se considerar que as imagens de satélite e fotografias aéreas acabaram por se tornar parte da documentação que pode contribuir para a melhor compreensão do patrimônio industrial a que se referem. Afinal, a visão em panorama, do conjunto, da paisagem, permite adquirir senso de *"perspectiva, isto é, profundidade, tanto física quanto reflexiva"* (Uriarte,

[973] https://www.google.com/streetview/

2013, p. 08). Observar de cima, do alto e de longe, inclui *"refletir, ponderar, considerar e julgar"* (Chauí, 1988, p. 35).

O uso das fotografias aéreas e das imagens de satélite, sobretudo destas, porque poderiam ter sido inseridas na plataforma virtual da RPI; portanto, teriam o potencial de contribuir a um melhor entendimento sobre trajetórias construtivas de conjuntos fabris, porque permitem verificar quais edifícios foram derrubados e quais foram construídos; porque mostram como o conjunto edificado se inseriu na paisagem; porque ajudam a verificar os impactos ambientais e urbanísticos; entre outros propósitos que se possam dar.

De certa forma, o fim da plataforma virtual da RPI no início de 2019 é reflexo do mesmo destino da tentativa de se promover o turismo industrial na região da Bacia do Ave, que, mal implementado, se reduziu paulatinamente até ser completamente desativado, ao menos no que se refere à Sampaio, Ferreira & Cia. sobre a qual não existem registros de que tenha efetivamente recebido visitações no âmbito da RPI.

Por isso, tal como sua contrapartida virtual, o projeto da RPI de aproveitamento turístico do patrimônio industrial de Riba d'Ave e, particularmente, da Sampaio, Ferreira & Cia. também não foi bem-sucedida; o que contrariou a tendência mundial das *"últimas décadas"* nas quais o turismo adquiriu *"importância crescente"* e *"uma dimensão cada vez maior no conjunto das atividades econômicas"* (Cordeiro, 2012, p. 09).

Segundo Abad (2004, p. 09), a profunda crise econômica da década de 1970 promoveu a falência e o fechamento de fábricas e trouxe consigo a atração por aquelas instalações, principalmente aquelas abandonadas no espaço urbano. Segundo o autor, *"superado o primeiro momento de puro conhecimento científico, focado no inventário e na análise de estruturas e territórios industriais"* passou-se a destacar *"o aspecto social e cultural de tudo o que se relaciona a esse patrimônio",* de modo que *"não é de surpreender que uma das abordagens ao tema"* estivesse centrada na reutilização do patrimônio industrial como recurso de atração turística (Abad, 2004, p. 10).

Para Cordeiro, a própria emergência do turismo industrial, a partir do final da década de 1980, como *"produto turístico estruturado",* se deu precisamente *"sob a forma de itinerário ou rota a percorrer pelos turistas"* (Cordeiro, 2012, p. 10).[974]

A *"organização da oferta turística"* dos sítios de patrimônio industrial apresenta *"alguns aspectos particulares, que decorrem de suas próprias características"* (Cordeiro, 2012, p. 12). Nesse sentido, o turismo industrial organiza-se em função do tipo de visitação que se promove e pode englobar visitas a fábricas ainda em funcionamento (Cordeiro, 2012, p. 12; Abad, 2004, p. 29) ou o *"turismo de tipo patrimonial"* (Abad, 2004, p. 29).

Para Frew, no entanto, *"turismo industrial"* se refere a *"empresas em atividade"* em que a atividade principal não está relacionada ao turismo (Frew, 2000, p. 20); e *"turismo de patrimônio industrial"* se relacionaria a empresas desativadas cuja função turística tornou-se razão de sua existência pelo fato de sua função original ter desaparecido (Frew, 2000, p. 37).

Neste último caso, segundo Abad,

> *as visitas se concentram em fábricas abandonadas, com reutilização de museus ou com instalações de algum centro artístico ou interpretativo. Também estão incluídas peças soltas conservadas, como motores a vapor, chaminés ou territórios mais ou menos extensos, caracterizados por atividades em outras fases da industrialização. Neste turismo industrial, o interesse é basicamente cultural.* (Abad, 2004, p. 29)

Dessa maneira, para Abad, além de permitir conhecer o passado fabril e valorizar as sucessivas transformações produtivas e técnicas, o carácter patrimonial do turismo industrial é portador de carga cultural, histórica e simbólica (Abad, 2004, p. 20).

No caso específico das *"rotas e itinerários turísticos",* a oferta é diversificada e pode ser constituída *"por um conjunto de locais – sítios industriais, museus, fábricas em laboração, patrimônio relacionado, em geral, com a temática da indústria –, organizados em forma de rede no âmbito de um determinado território"* (Cordeiro, 2012, p. 14). A organização das rotas, por sua vez, podem seguir *"dois critérios, que por vezes surgem associados no âmbito do mesmo itinerário: o critério temático – tendo por base um determinado setor industrial (...) – e o geográfico*

[974] Cordeiro destaca que "foi no âmbito do turismo cultural que em 1987, ainda que de forma pouco definida, emergiu o conceito de turismo industrial, com o lançamento por parte do Conselho da Europa dos Programas os 'Itinerários Culturais Europeus'", apesar de o "aproveitamento turístico do patrimônio industrial" já se registrar desde "há muito tempo, nomeadamente nos países do centro e do norte da Europa" (Cordeiro, 2012, p. 10).

– ligando vários elementos de patrimônio industrial existentes numa determinada cidade ou região" (Cordeiro, 2012, p. 14), sendo este último, o caso da RPI.

Para Firth, de modo geral, o turismo passou a desempenhar um papel importante na conservação do patrimônio edificado em muitas cidades que se viram diante da pressão por renovações urbanas em função do crescimento populacional ou por mudanças econômicas que afetaram a indústria. Assim, o *"turismo patrimonial"* passou a ser considerado um dos componentes mais significativos das atividades turísticas em muitas economias (Firth, 2011, p. 46; Li, Wu, & Cai, 2008).

Conforme evidencia Cordeiro, no caso específico do patrimônio industrial, *"os resultados econômicos"* derivados do turismo industrial contribuíram para *"minimizar os efeitos que a desindustrialização provocou em muitas região europeias"* em processo de *"declínio econômico e social",* de modo que promoveu a *"revitalização de antigas paisagens e sítios industriais, até então encarados como feios, sujos, poluídos e desmerecedores de qualquer interesse ou atração"* (Cordeiro, 2012, p. 10).

Por sua vez, Rodrigues salienta que

> *o desenvolvimento do turismo industrial depende da necessidade política de identificação cultural regional e da necessidade económica de criação de novas atividades e produtos. O potencial económico do património industrial é um forte incentivo à implementação de diversas atividades como, por exemplo, centros de informação e educação, centros de visitantes, museus, centros comerciais, alojamento turístico e facilidades desportivas.* (Rodrigues J. C., 2019, pp. 989-990)

Para Ebert, em muitas antigas regiões industriais, o sucesso do turismo focado no patrimônio industrial adquiriu grande importância para o futuro das áreas nas quais foi implementado, de modo que a preservação de *"monumentos industriais"* não aparece mais como um *"luxo cultural",* mas como um gasto necessário que promete bons retornos econômicos (Ebert, 2012, p. 178).

Entretanto, conforme salienta Ebert, *"o turismo do patrimônio industrial não deve ser entendido apenas como um ramo comercial das atividades de um sítio patrimonial",* pois pode

"servir como uma ferramenta para contar a história da indústria e das pessoas que a serviram" (Ebert, 2012, p. 181).[975]

Conforme sintetizou Rodrigues, a partir do estudo de Prat e Valiente,

> *o turismo industrial valoriza a cultura e a sociedade, unificando os patrimônios industrial, natural e cultural; reafirmando a identidade da comunidade e a continuidade de seus antecedentes industriais, técnicos, econômicos, sociais e culturais, e configurando o patrimônio industrial como um elemento básico das paisagens e da cultura do território.* (Rodrigues J. C., 2019, pp. 989-990)

Nesse sentido, para Abad, *"a recuperação do passado e o reforço da memória coletiva estão na base de todas as experiências de reutilização turística"* do patrimônio industrial (Abad, 2004, p. 08). Desta maneira, o uso do patrimônio industrial como *"atração turística"* se trata também de *"apresentar as amplas possibilidades oferecidas pelo legado industrial, não apenas de reutilização, mas também de reinterpretação de um passado técnico, econômico e social"* (Abad, 2004, p. 10).

Esta perspectiva não reconhece apenas o valor material do patrimônio industrial, mas também seu valor imaterial. Firth salienta que é precisamente *"a herança imaterial que confere a um lugar seu caráter único e que proporciona o sentimento de pertença que está no cerne da identidade cultural"* (Firth, 2011, p. 59).

Não por acaso, Firth afirma que o turismo patrimonial pode contribuir para o bem-estar das comunidades nas quais se desenvolve,[976] afinal podem contribuir para o fortalecimento da conexão entre o patrimônio e as comunidades. Para isso, entretanto, segundo o autor, deve haver um clima de inclusão em todas as etapas dos projetos turísticos, do planejamento à experiência resultante. Isso não apenas potencializaria o compartilhamento das histórias, mas fortaleceria o interesse ativo por parte dos cidadãos pelo patrimônio e tornaria a comunidade mais receptiva aos turistas, de modo a assumir-se como guardiã dos recursos patrimoniais (Firth, 2011, pp. 59-60). Com isso, como evidencia Fortuna, *"o turismo surge como um poderoso meio da valorização*

[975] Isso não impede o debate sobre os problemas que o estímulo ao turismo pode criar como a massificação e a estandardização (Cordeiro, 2012; Fortuna, 2012; Abad, 2004).

[976] Tal como no caso dos museus. Cf. Parte VII, Capítulo 4. A memória transmitida: o legado memorial de Narciso Ferreira.

emocional do significado patrimonial" de *"objetos, lugares e práticas sociais"* (Fortuna, 2012, p. 23).

Não seria exagero afirmar que as potencialidades do aproveitamento turístico do patrimônio industrial não foram atingidas pela RPI, sobretudo em relação à Sampaio, Ferreira & Cia. e a Riba d'Ave, tal como não foram atingidos os objetivos específicos a que o projeto se propôs.

Ao ser elaborado, o projeto da RPI tinha claramente o objetivo de incentivar o turismo industrial, tendo considerado o *"sucesso de outras rotas já existentes na região (do Vinho Verde, dos Castelos, do Românico, dos solares/turismo de habitação...)".* Desse modo, *"a rota foi condicionada por fatores que se prendem com questões de acessibilidade, permissão de visita, potencialidades lúdicas e pedagógicas dos sítios e monumentos"* (Faro & Cleto, 2002, p. 150). Ou seja, a seleção de um sítio para ser incluído na RPI dependia de que houvesse infraestrutura pré-existente. Não por acaso afirma-se que

> *apesar do incontornável valor arquitetônico de muitos destes testemunhos e, de um modo geral, do valor histórico e patrimonial de que se revestem, grande parte dos espaços visitados encontrava-se bastante degradada, razão pela qual nem sempre foi possível integrá-los na rota.* (Faro & Cleto, 2002, p. 152)

Desse modo, embora reconhecesse a importância deste patrimônio, o projeto não visou sítios que não estivem em condições imediatas de serem utilizados e nem oferecia propostas de recuperação dos mesmos e, muito menos, propôs alternativas de ativação deste patrimônio para incluí-los e aproveitá-los no estado em que se encontravam.

Ao que parece, embora houvesse intenções de optar por *"intervenção museográfica (...) em alguns espaços, tornando possível a penetração no local e convidando a uma visita mais demorada"* (Faro & Cleto, 2002, p. 152), o projeto não parece ter previsto quaisquer investimentos ou parcerias para a conservação do patrimônio já incluídos na rota para evitar a degradação física dos mesmos, como no caso da Sampaio, Ferreira & Cia., cujo abandono após o encerramento das atividades levou-a ao estado de ruína.

Assim, fica clara a ausência de planejamento no projeto da RPI sobre o que fazer com os espaços fabris que fechassem após a implementação do projeto, como ocorreu com a Sampaio, Ferreira & Cia., no sentido de recuperá-las e reutilizá-las. Além disso, fica evidente a ausência de

perspectiva sobre as ruínas industriais no que tange à valorização e mesmo exploração turística a que se propunha, problema este que a abrange o projeto da RPI na região como um todo. Como afirma Sá,

> *apesar da existência de uma rota implementada na região em torno da indústria, uma grande parte dos espaços que a compõem não são visitáveis, permitindo apenas ao visitante a observação exterior e, em muitos casos, distante.* (Sá, 2017, p. 02)

Percebe-se, assim, um nítido contraste entre o discurso sobre a RPI, de que na seleção dos pontos da rota a acessibilidade tenha sido levada em consideração (Faro & Cleto, 2002, p. 150); e a implementação da rota em si, uma vez que, *"para que uma atração turística seja digna desse nome, deverá ser visitável"* (Sá, 2017, p. 04). Nesse sentido, Sá (2017) deixa evidente que a rota não tinha uma proposta coesa sobre como ela pensava a si mesma; se dentro de uma proposta de *"turismo industrial"* ou de *"turismo de património industrial"* (Frew, 2000).

Portanto, a proposta da RPI, embora tenha uma identidade temática em torno do patrimônio industrial da Bacia do Ave, careceu de identidade enquanto rota turística em si mesma. Isso, entretanto, não explica o fracasso da RPI, pois não faltam exemplos de rotas turísticas que exploram o patrimônio industrial em cuja estrutura aproveita-se com sucesso tanto o *"turismo industrial"* quanto *o "turismo de património industrial",* seja em nível nacional, em Portugal, como *Circuitos do Patrimônio Industrial de São João da Madeira*; ou internacional, na Europa, como a *Rota Europeia do Patrimônio Industrial* (ERIH), da qual participam 32 países.

Apesar de ter se inspirado em rotas de turismo cultural de sucesso em Portugal (Faro & Cleto, 2002, p. 150) e de, à época da implementação da RPI, já haver iniciativas e estudos sobre como explorar o potencial turístico do patrimônio industrial (Frew, 2000; Rudd & Davis, 1998; Edwards & Llurdbs i Coit, 1996); fica evidente que o projeto ignorou riscos, *"dificuldades e obstáculos que se apresentam na elaboração de projetos de turismo industrial"*, sobretudo as de ordem econômica e organizativa (Cordeiro, 2012, pp. 10-12).[977]

[977] Cordeiro destaca também as dificuldades *"cognitivas e/ou culturais"* na aceitação do patrimônio industrial como patrimônio cultural (Cordeiro, 2012, p. 11); e *"físicas e de natureza ambiental",* em função da *"localização excêntrica de algumas instalações industriais, assim como as condições ambientais e de conservação com que se apresentam"* (Cordeiro, 2012, p. 12).

No caso da Sampaio, Ferreira & Cia., estas duas dificuldades podem ser identificadas como dois dos principais fatores limitadores do seu sucesso como ponto turístico da RPI, fazendo da fábrica de Riba d'Ave um caso exemplar das dificuldades enfrentadas pelo projeto em si.

Para Cordeiro (2012, pp. 11-12), as dificuldades econômicas para a manutenção, recuperação ou preservação do patrimônio industrial a seu usado turisticamente devem-se, sobretudo, ao fato de se constituir *"propriedade privada de empresas ou particulares".* Por isso, não são raros os casos de que o patrimônio móvel e imóvel fique sob risco em casos de falência, com equipamentos sendo vendidos muitas vezes para sucata e com a tentativa de *"rentabilizar os terrenos"* das indústrias por meio da especulação imobiliária, o que também faz com que o patrimônio industrial fique *"vedado a visitas";* ou ainda, que faltem investimentos para recuperar ou reutilizar os conjuntos edificados industriais.

Do ponto de vista organizativo, o autor salienta que *"o valor patrimonial de um sítio",* como é o caso da Sampaio, Ferreira & Cia., *"não constitui, por si só, a garantia de que o mesmo se irá transformar numa atração turística".* É preciso que se criem as *"condições necessárias à sua transformação num produto turístico",* como *"meios humanos e financeiros, infraestruturas de diverso tipo* [sic.], *assim como uma planificação adequada"* (Cordeiro, 2012, p. 12).

Fica nítida a ausência de um plano de contingência no projeto da RPI que levasse em consideração a conjuntura econômica e as possíveis crises que afetaram empresas da Bacia do Ave vinculadas à rota e que encerraram suas atividades (Sá, 2017, p. 04), como foi o caso da própria Sampaio, Ferreira & Cia.

Não houve, portanto, alternativas à situação em que se encontravam face às novas circunstâncias econômicas e políticas que se apresentaram, o que acabou por deixá-las num limbo patrimonial: estavam na rota, mas não podiam ser acessadas; defendia-se sua preservação, mas nada se fazia contra a degradação; propunha-se sua valorização, mas alheavam-nas dos cidadãos e da comunidade a que pertenciam.

Além disso, as atividades propostas pela RPI em Riba d'Ave ignoraram a inclusão da comunidade na valorização do seu próprio patrimônio. Isso fica evidente ao pela análise da abordagem histórica dada ao patrimônio industrial de Riba d'Ave. Afinal, tanto os textos publicados na plataforma virtual, quanto os discursos perpetuados pela intervenção museológica na Avenida Narciso Ferreira, como se vê nas inscrições-monumentos no passeio; estruturam-se a partir das

narrativas memoriais hegemônicas que se construíram a partir das ações de Narciso Ferreira e sua família como protagonistas da história local. A comunidade de ex-trabalhadores e ex-trabalhadoras, por sua vez, é colocada em segundo plano, como coadjuvantes de sua própria história, como sujeitos passivos que receberam as benesses da família Ferreira, isso quando não estão completamente ausentes das narrativas.

A própria renovação urbana que se quis promover em Riba d'Ave, por meio da musealização da Avenida Narciso Ferreira,[978] quando alinhada à outras etapas da execução do projeto da RPI, contribui para a conclusão de que não ela passou de uma intervenção meramente *"cosmética"* (Firth, 2011). Afinal, se é possível afirmar que ela pouco contribuiu para a preservação dos valores materiais, também é possível dizer que nada parece ter sido concretizado para a inclusão da comunidade no projeto e para a preservação contínua dos valores imateriais que a conectavam ao patrimônio industrial de Riba d'Ave.

Tendo em vista os resultados inserção da Sampaio, Ferreira & Cia. na RPI, cujo projeto em Riba d'Ave pode se dar como encerrado no momento, precisamente pela incapacidade de superar os riscos, dificuldades e obstáculos que se impunham de antemão e por ignorar as potencialidades do patrimônio industrial a RPI fracassou em promover, de forma concreta, o uso da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. como produto turístico industrial e deste como vetor de preservação (Firth, 2011, p. 59) e de significativa reorganização urbana (Ebert, 2012, p. 178).

Além disso, fracassou em mediar o passado e o presente de forma a reinterpretar as narrativas já consolidadas; preocupando-se, ao contrário, em reforça-las, sem concretizar *"uma experiência autêntica e significativa"* (Firth, 2011, p. 45) para os potenciais visitantes e para a comunidade local. Mais do que qualquer coisa, por meio da RPI, a memória sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. e sobre Riba d'Ave foi roteirizada de modo a sustentar narrativas históricas já consolidadas e não para fornecer instrumentos de reflexão e interpretação do passado ao qual aquele patrimônio se relaciona.

Portanto, em Riba d'Ave, a RPI não atingiu vários dos seus *"objetivos centrais",* especialmente *"a divulgação e valorização do rico patrimônio industrial da região"* de modo a contribuir para seu *"desenvolvimento"* estando *"assente na autoestima das suas comunidades e*

[978] Cf. Parte V, Capítulo 2. A memória urbanizada: a produção do espaço urbano em Riba d'Ave.

na potencialização cultural e turística de uma parcela de sua memória histórica" (Faro & Cleto, 2002, p. 152).

De modo geral, pode-se afirmar que a inserção da Sampaio, Ferreira & Cia. na RPI não contribuiu para que se verificasse em Riba d'Ave muitos dos benefícios ou potencialidades que rotas ou itinerários turísticos bem-sucedidos podem trazer às comunidades envolvidas. Ali, a RPI não consolidou *"a cultura produtiva* [no caso, têxtil] *regional";* não dinamizou *"as economias regionais e locais";* não promoveu sensibilização e conscientização *"sobre a importância do patrimônio industrial para a recuperação da identidade das populações";* não favoreceu a ligação com outras rotas turísticas e *"circuitos nacionais";* não foi fator fundamental para a preservação do patrimônio industrial e nem deu *"a conhecer condições de trabalho e processos técnico-produtivos, atuais e passados";* não promoveu *"o desenvolvimento produtivo local de um Plano Estratégico para o patrimônio industrial e sua valorização turística"* (Fernández & Ramos, 2004 *Apud*. Cordeiro, 2012, p. 14).

Além dessas potencialidades sintetizadas por Cordeiro, Mota (2011) esboçou um *"quadro de desenvolvimento (Framework) que permita a intervenção ao nível local (municipal) na área particular do turismo industrial, disponibilizando boas práticas nacionais e internacionais, conhecimento técnico e científico existente, e orientações de caráter mais teórico inerentes à atividade turística"* (Mota, 2011, p. ix).

Tendo em vista o quadro de desindustrialização em Portugal, ao que Mota chama de *"contração"* do *"tecido industrial",* que se manifestou, entre outras coisas, pela *"insolvência e encerramento de unidades fabris e despedimentos coletivos"* (Mota, 2011, p. 01); a autora buscou desenvolver *"linhas orientadoras de atuação e a um procedimento holístico conducentes ao desenvolvimento responsável do turismo industrial"* (Mota, 2011, p. 119).

A partir dos critérios estabelecidos por Mota, ao se analisar os resultados em Riba d'Ave e do uso da Sampaio, Ferreira & Cia. para atividade turística, pode-se afirmar que a RPI não aproveitou com sucesso o patrimônio industrial local nem desenvolveu as potencialidades que ele permite.

Para Mota, o turismo industrial *"prevê o conhecimento da identidade cultural industrial da região, pela inventariação e compreensão de todos os recursos industriais locais, materiais e imateriais"* (Mota, 2011, p. 94). A RPI não utilizou o conhecimento que tinha sobre a história

social, cultural e industrial da Bacia do Ave de forma a torná-lo um ponto forte nos recursos que dispunha. Mesmo a compreensão sobre estes recursos e sobre como utilizá-los na sua potencialidade parece ter sido limitada, pois, como no caso da Sampaio, Ferreira & Cia., ao se alterar a conjuntura econômica da empresa fez com que se deixasse de utilizá-la para atividade turística.

Para a autora, deve se promover *"a proteção, a valorização e a revivescência da cultura e património industrial, bem como de artes e de produtos tradicionais endémicos, incentivando, desse modo, a sua manutenção para o conhecimento e o usufruto por parte das gerações vindouras"* (Mota, 2011, p. 94). Embora proteção, valorização e transmissão estivessem no cerne da proposta da RPI, o projeto não contribuiu efetivamente para tal, principalmente porque com o fechamento da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. não houve plano de contingência para alterar seu aproveitamento na rota.

Assim, se não se pode afirmar categoricamente que a integração da RPI às atividades cotidianas da comunidade local foi nula, ao menos fica evidente que em nada contribuiu para impedir o fim do projeto. Talvez a forma verticalizada da construção social do patrimônio proposta pela RPI, que criava uma certa representação social que se materializou no que era *"oficialmente considerado patrimônio"* (Aguilar, 2017, p. 251) a partir das narrativas memoriais hegemônicas tenha contribuído para o fracasso da RPI. Afinal, o projeto parece ter desconsiderado que as apropriações sociais do patrimônio ocorrem de forma múltipla pelos *"usuários",* que reorganizam as informações e criam sua própria imagem (Aguilar, 2017, p. 251) sobre o patrimônio e, possivelmente, sobre as próprias ações patrimoniais, de modo a se engajarem ou não. Isso porque visitar e engaja-se com o patrimônio é uma declaração política e um ato de rememoração que pode ou não se alinhar com o discurso dominante (Smith, 2006, p. 66).

Por isso, embora a RPI tivesse em mãos um *"produto turístico industrial"* portador de grande *"autenticidade cultural",* ela não soube adquirir e patentear *"vantagens competitivas"* por meio *"do respeito pela unicidade cultural do local"* (Mota, 2011, p. 94); afinal embora estivesse coeso geograficamente e fosse diverso tematicamente, as atividades da rota não se interligavam necessariamente e nem estimulavam umas às outras.

Embora não haja dados concretos, dificilmente se estaria equivocado ao afirmar que a RPI, por si mesma, não fomentou

> *a criação de postos de trabalho, nomeadamente e a título de exemplo, guias turísticos, recepcionistas (emprego direto); artesãos, comerciantes locais, gestores hoteleiros, animadores turísticos, planeadores, marketeers (emprego indireto); nos sectores da construção civil, da engenharia, da arquitetura, da jardinagem, da informática, da banca, do comércio e de serviços gerais (emprego induzido); entre muitos outros* (Mota, 2011, p. 94).

Afinal, o fracasso do projeto fala por si em relação à criação de empregos, mesmo que estivesse em uma área desindustrializada e profundamente afetada pelo desemprego fabril.

Desta forma, a RPI não incentivou *"o empowerment* [empoderamento] *da população local e residente"* para que participassem dos processos *"de tomada de decisão, de serem elementos ativos no desenvolvimento do produto turístico industrial e de terem autonomia e iniciativa empreendedora desenvolvidas em momentos de esclarecimento e formação"* (Mota, 2011, p. 95). Isso porque, a comunidade não foi partícipe ativa do projeto em Riba d'Ave, embora, pela própria situação econômica local, houvesse disponibilidade de mão de obra e *know-how* para contribuir ao projeto da RPI.

Por isso, não seria equivocado afirmar que a RPI não aumentou as *"receitas para as empresas que integram o produto turístico industrial, para o promotor do projeto e para todos os restantes intervenientes, pelo seu efeito multiplicador"* (Mota, 2011, p. 95); pois para uma empresa, como a Sampaio, Ferreira & Cia., que faliu em meio ao projeto, a RPI não foi vista como uma alternativa capaz de promover receitas locais.

Por isso, pode-se afirmar que os investimentos locais que existiram não tiveram relação direta com a atividade da RPI, de modo que ela não promoveu necessariamente, *"a melhoria de infraestruturas, especificamente, ao nível das empresas envolvidas, do Centro de Visitantes e de vias rodoviárias e pistas cicláveis"* (Mota, 2011, p. 95). Ainda que se considere a renovação urbana/musealização da Avenida Narciso Ferreira como uma melhoria na infraestrutura local, não houve qualquer alteração real na circularidade nem sequer se implementou um centro de visitantes. Em Riba d'Ave, esta função ficou do Museu da Indústria Têxtil de Vila Nova de Famalicão, da gerência da fábrica e, posteriormente, informalmente a cargo da Fundação Narciso Ferreira, que já não tinha qualquer relação com a empresa após a falência.

Deste modo, embora tenha se constituído uma proposta para diversificar a *"oferta turística da região",* o fracasso da RPI evidencia que ela não contribuiu para *"o aumento do tempo de*

permanência do turista e da despesa que este realize localmente" ou para *"a diminuição da sazonalidade que caracteriza a atividade turística por se tratar de um produto intemporal e praticável em qualquer altura do ano"* (Mota, 2011, p. 95). Afinal, a RPI não conseguiu promover o interesse turístico de forma suficiente para que se autossustentasse ou para despertar interesse na continuidade do projeto da RPI apesar do fechamento da Sampaio, Ferreira & Cia. em Riba d'Ave.

Talvez o fato de que a Sampaio, Ferreira & Cia. fosse a principal empresa envolvida no projeto em Riba d'Ave, com sua falência a própria RPI entrou em declínio no local. Desse modo, a rota não fomentou *"a inclusão de empresas locais no projeto, bem como o contacto com produtos endémicos, conduzindo, desse modo, ao estímulo da economia da região".* Assim, dificilmente tenha a RPI, por si mesma, contribuído *"à melhoria da qualidade de vida da população"* (Mota, 2011, p. 95).

Portanto, apesar da nítida importância de um projeto como o da RPI para as comunidades que procurou incluir, sua contribuição foi limitada pela falta de continuidade e preparo para a mudança de situação de pontos da rota, como no caso da Sampaio, Ferreira & Cia., cuja falência decretou o fim de qualquer atividade turística da RPI no sítio.

Embora o *site* da RPI reconhecesse que a Sampaio, Ferreira & Cia. era uma referência história tanto da industrialização quanto da desindustrialização da Bacia do Ave,[979] fica nítido que a RPI não estava preparada para enfrentar as reais consequências do segundo fenômeno, como o fechamento das instalações, o abandono das edificações e a ruína das construções.

Isso também poderia ser dito sobre a plataforma virtual criada pela RPI que, além de ter tido claras limitações técnicas, metodológicas e de perspectiva historiográfica; não teve a continuidade necessária para ser um instrumento positivo na defesa do patrimônio industrial.

No caso específico da Sampaio, Ferreira & Cia., o que a RPI produziu virtualmente sobre a fábrica ignorou sua materialidade e não forneceu ferramentas que dessem acesso à sua história de forma plural ou que estimulassem o interesse sobre o patrimônio industrial, apenas reforçou

[979] RPI. http://www.rotanoave.com/pt/rota-apresentacao/Polos/vila-nova-de-famalicao/sampaio-ferreira.aspx

lugares comuns já estabelecidos pelas narrativas memoriais hegemônicas sobre a fábrica e sobre a Bacia do Ave.

Embora um projeto como a RPI, ao ter tentado congregar geograficamente diferentes o patrimônio de diversos setores industriais da Bacia do Ave, mostrasse ter potencial para aproveitar a história industrial da região para estimular o turismo e promover o desenvolvimento das comunidades em contexto de desindustrialização; não se pode negar que a execução do projeto, como evidencia o caso da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. e de Riba d'Ave no âmbito do turismo industrial, não esteve à altura das aspirações que a RPI possuía. Afinal, sobretudo a longo prazo, a contribuição da RPI foi pouco efetiva para a preservação, divulgação, caracterização, ampliação do conhecimento e consolidação da Sampaio, Ferreira & Cia. (e de outros sítios) como patrimônio industrial da região, embora tivesse no cerne de seu discurso esse propósito.

Tendo em vista a desativação da RPI, seus objetivos de *"tornar acessível, a um número crescente de interessados"* (Faro & Cleto, 2002, p. 149) acompanharam simbolicamente o próprio destino da Sampaio, Ferreira & Cia., cuja atividade foi sendo reduzida e ficou, de um lado, desfigurada pelos novos usos e inacessível à maior parte dos cidadãos; e de outro, abandonada e em processo de ruína, alheada completamente da comunidade. No caso da Sampaio, Ferreira & Cia. e de Riba d'Ave, nem a força das narrativas memoriais hegemônicas, da memória sobre a fábrica e da sua importância local, foram suficientes para que impedir o fracasso da RPI.

Entretanto, apesar da quase ausência de resultados positivos duradouros da RPI, sua análise ganha duas dimensões fundamentais para os debates em torno do patrimônio industrial em Portugal. De um lado, o projeto permite refletir sobre como se pensou o patrimônio industrial à época de sua criação, ou seja, a própria RPI torna-se objeto de análise histórica. Nesse sentido, torna-se objeto de estudo da história da preservação do patrimônio industrial e, enquanto objeto de estudo, equipara-se em importância a outras rotas turísticas, inclusive as de sucesso.

Por outro lado, a análise da RPI torna-se indispensável como forma de compreender fatores limitantes para o sucesso de futuras políticas patrimoniais não apenas na Bacia do Ave, especificamente, mas também em Portugal; sejam da ordem de investimentos, organizacionais ou de ordem técnica/tecnológica ou teórica sobre a história da indústria. Sobretudo porque nos últimos dez anos têm se desenvolvido cada vez mais estudos sobre o uso turístico do patrimônio industrial (Rodrigues J. C., 2019; Carneiro, 2015; Ramos C. P., 2015; Vieira & Cordeiro, 2014;

Cordeiro, 2012; Mota, 2011) e porque, em 2017, foi concluída a elaboração da *Norma de Qualidade para o Turismo Industrial*,[980] cuja expectativa é de que *"contribuirá, seguramente, para uma considerável melhoria da qualidade da sua oferta turística"* (Cordeiro, 2017). Ou seja, o projeto da RPI pode se converter em um instrumento de aprendizagem para passos futuros na valorização, investigação e divulgação do patrimônio industrial; e no fortalecimento da identidade, bem-estar e memória coletiva das comunidades envolvidas.[981]

[980] Instituto Português da Qualidade. NP 4556/2017 - Norma de Qualidade do Turismo Industrial em Portugal.

[981] Desde 2014, a Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM-Ave), *"uma associação de municípios de direito público com fins múltiplos criada em 14 de Abril de 2009 que tem por finalidade promover a gestão de projetos intermunicipais";* incluiu a RPI no eixo *"Cultura e Patrimônio"* do *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2014-2020.* (CIM do Ave. Silva, José Marques da; Costa, Ana Pires da, Gonçalves, Filipe; Silva, José Miguel; Sopas, Leonor; Ferreira, Mário Pedro; Sottomayor, Miguel; Pinto, Susana; Rodrigues, Vasco. 19 de dezembro de 2014. Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2014-2020: Relatório Final. Câmaras Municipais do CIM-Ave, Cim-Ave. In https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/programa/EIDT-99-2014-01-007_Ave.pdf Acesso 10 de janeiro de 2019.)

Ao que tudo indica, a CIM-Ave ainda está a desenvolver um de novo projeto de rota turística que aproveitará o patrimônio industrial da região:

> *A CIM do Ave no cumprimento do PEDI do Ave está a estruturar uma Rota de Turismo Industrial no território. Sendo a Industria e o espírito industrioso o pilar fundamental da identidade regional, é imperioso ir além das rotas de património ou de lojas de fábrica e criar condições de visita aos processos de fabrico. Estes processos, quer os mais antigos quer os mais funcionais, despertam muito interesse como recurso turístico complementar porque há um mundo de aprendizagens nesta área que interesse. Para além de constituir a valorização de um recurso endógeno fundamental, na sua articulação com o mercado turístico, uma rota de turismo industrial constitui-se numa oportunidade de marketing do território afirmando uma indústria competente (porque centenária) e vanguardista. Neste último sentido constitui um vetor essencial a ligação ao território do Porto, quer pela ligação umbilical que a indústria de ambos os territórios possui, quer pelo facto do Porto poder constituir-se no grande ponto de publicidade à existência desta realidade industrial. (https://cim-ave.pt/projetos/turismo-e-cultura/, acesso em 10 de janeiro de 2019)*

Capítulo 6. A memória revitalizada: o Concurso de Ideias para revitalizar a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.

Tão certamente como o futuro se torna passado, o passado torna-se futuro.

(Ursula K. Le Guin. "Os despossuídos")

No arquivo do Museu da Indústria Têxtil de Vila Nova de Famalicão (MIT), há algumas cópias da planta de 1978 com anotações relativas à venda da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia., provavelmente, realizadas após a insolvência. Conforme permite inferir a legenda no canto superior esquerdo de uma das versões (Figura 637), ao que tudo indica, na planta original foram realizados contornos para definir os destinos das áreas demarcadas: em *"preto"*, seriam destinadas ao *"BPI* [Banco Português de Investimento]*"*, já que o banco era um dos credores da fábrica;[982] em *"vermelho"*, aos *"promotores projeto",* sem qualquer identificação ou especificação do que se trata; em *"verde"*, o que já teria sido *"vendido"*.

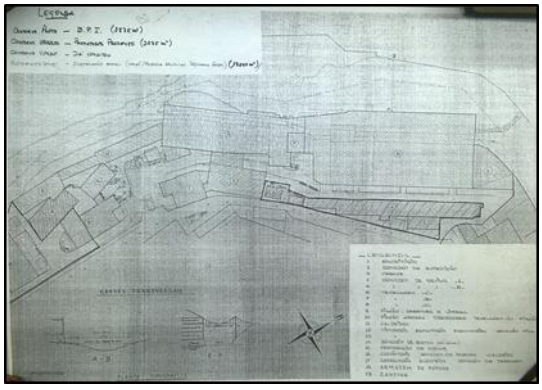


Figura 637: cópia da planta de 1978 (1). (MIT)

As edificações *"remanescentes",* ou seja, as que não haviam sido contornadas, se referiram às *"instalações atuais"* e que estariam comprometidas com a *"dação / propostas* [de] *aquisição* [pela] *Segurança Social".* Uma outra versão, mais completa, porém, sem a legenda, evidencia mais claramente as demarcações realizadas (Figura 638). Entretanto, por serem cópias em preto e branco, não fica claro a quais áreas cada contorno se refere.

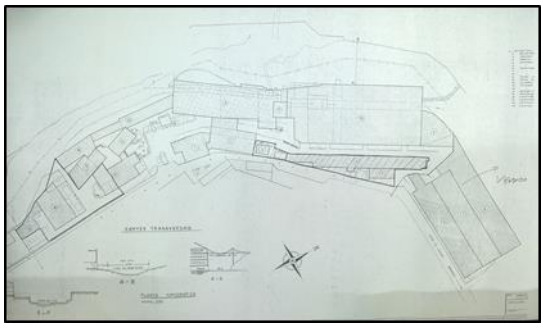


Figura 638: cópia da planta de 1978 (2). (MIT)

[982] ENOS. Relatório Insolvência de "Sampaio, Ferreira & Cª, Lda" Processo nº 1414/05.5TJVNF do 4º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão. 09 de agosto de 2005. Doc. N.º 6 (relato da atividade da Sampaio, Ferreira & Cia.). "Lista provisória de Credores". P. 12.

Essa situação colocava a Sampaio, Ferreira & Cia. e Riba d'Ave alinhadas ao processo de busca de alternativas ao uso dos espaços industriais, agora improdutivos, como forma de superarem os problemas advindos da desindustrialização.

Não por acaso, em 08 julho de julho de 2016, a Câmara de Vila Nova de Famalicão anunciou[983] que iria investir *"cinco milhões de euros para Riba de Ave, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)",* para desenvolver projetos com importância no âmbito patrimonial local com o objetivo de *"devolver aos ribavadenses uma parte importante do seu património histórico, dignificando a vila e o seu passado notável".*[984]

Assim, incluiu-se nos planos a *"reabilitação do Teatro Narciso Ferreira"*, a *"reconversão da Unidade Industrial Sampaio e Ferreira"* e a *"regeneração da frente ribeirinha do Rio Ave".*[985] Das três obras, a Sampaio, Ferreira & Cia. era a que receberia os maiores fundos, *"orçada em mais de 2,5 milhões de euros"* e deveria ser concluída em 2020.[986]

Riba d'Ave já havia sido classificada como Área de Reabilitação Urbana (ARU) por possuir uma importância histórica para a Bacia do Ave, pois *"durante o Século XX foi um dos principais centros industriais do Vale do Ave, fervilhando diariamente com os milhares de trabalhadores têxteis que laboravam sobretudo na Sampaio Ferreira".*[987] Além disso, *"a vila destacava-se pela vida cultural e social que proporcionava através de estruturas como o mercado municipal, o teatro Narciso Ferreira, mas também as escolas, o hospital e o quartel de bombeiros".*[988]

Por sua vez, a própria recuperação da Sampaio, Ferreira & Cia. assentava-se na sua importância para o desenvolvimento industrial e urbano da região, pois foi *"a primeira e a mais*

---

[983] VNF. "Câmara canaliza 5 milhões do PEDU para Riba de Ave". https://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34309 08 de julho de 2016; O Minho. "Câmara de Famalicão canaliza 5ME de fundos para reabilitação em Riba de Ave". 08 de julho de 2016. https://ominho.pt/camara-de-famalicao-canaliza-5me-de-fundos-para-reabilitacao-em-riba-de-ave/; O Povo famalicense. Ano XV. N° 834. "5 milhões para a reabilitação da 'Sampaio Ferreira', zona ribeirinha e Teatro Narciso Ferreira". 12 de julho de 2016. P. 04; Correio do Minho. "Câmara de Famalicão canaliza 5 milhões do PEDU para Riba de Ave". https://correiodominho.pt/noticias/camara-de-famalicao-canaliza-5-milhoes-do-pedu-para-riba-de-ave/95710 08 de julho de 2016.

[984] VNF. "Câmara canaliza 5 milhões do PEDU para Riba de Ave". https://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34309 08 de julho de 2016.

[985] VNF. "Câmara canaliza 5 milhões do PEDU para Riba de Ave". https://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34309 08 de julho de 2016.

[986] O Povo famalicense. Ano XV. N° 834. "5 milhões para a reabilitação da 'Sampaio Ferreira', zona ribeirinha e Teatro Narciso Ferreira". P. 04.

[987] Câmara de Vila Nova de Famalicão. "Câmara canaliza 5 milhões do PEDU para reabilitar a vila". Boletim Municipal. Setembro/2016. P. 34

[988] VNF. "Câmara canaliza 5 milhões do PEDU para Riba de Ave". https://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34309 08 de julho de 2016

completa fábrica têxtil algodoeira da região" e seu *"dinamismo económico permitiu que Riba de Ave fosse uma das primeiras freguesias de Portugal a beneficiar de eletricidade e a possuir iluminação pública"*.[989]

E, embora não se especificasse no comunicado oficial o que significaria a *"reconversão"* da fábrica, a Câmara de Vila Nova de Famalicão evidenciou que se pretendia transformar a *"Unidade Industrial Narciso Ferreira"* para *"criar espaços de larga experimentação e multifuncionalidade, através do envolvimento de vários agentes económicos, culturais e sociais"*.[990]

Desta forma, a recuperação da Sampaio, Ferreira & Cia. enquanto patrimônio histórico local, como o próprio Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Famalicão (PDM) na sua lista do Patrimônio Edificado e Arqueológico (PEA) havia indicado, estava incluída num plano de combate às consequências da desindustrialização pelo qual passou a Bacia do Ave:

> *A crise do têxtil fez encerrar empresas e diminuir fortemente esta dinâmica da vila que ficou a braços com uma unidade industrial devoluta e paisagisticamente pesada. Riba de Ave esmoreceu, mas a população nunca desistiu de recuperar este património histórico e cultural de grande valor.*[991]

E como uma ARU, seria preciso *"congregar um conjunto de intervenções e investimentos integrados"* para assegurar *"a salvaguarda do patrimônio edificado e o desenvolvimento sustentável do respectivo território"*.[992]

Assim, no âmbito do *"2º Programa de Envolvimento e Participação – 'Marcas do Futuro'"*[993] do *"Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014/2025 - 'Famalicão Visão'25'"* (Visão25),[994] a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão deu apoio institucional à promoção de um concurso internacional de ideias (Desafios Urbanos'16) para *"proceder à revitalização da fábrica Sampaio,*

---

[989] VNF. "Câmara canaliza 5 milhões do PEDU para Riba de Ave". https://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34309 08 de julho de 2016.

[990] VNF. "Câmara canaliza 5 milhões do PEDU para Riba de Ave". https://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34309 08 de julho de 2016.

[991] VNF. "Câmara canaliza 5 milhões do PEDU para Riba de Ave". https://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34309 08 de julho de 2016.

[992] VNF. "Câmara canaliza 5 milhões do PEDU para Riba de Ave". https://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34309 08 de julho de 2016.

[993] VNF. Visão'25. Marcas do futuro. 2016.

[994] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014.

Ferreira & Cia.",[995] a ser organizado pelo portal *Espaço de Arquitetura* e com o patrocínio de entidades privadas que forneciam matérias de construção.

Segundo o, então, presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão, Paulo Cunha, *"a reabilitação deste imóvel – pela sua história, localização e dimensão – merece ser alvo de reflexão"* para *"potenciar e reutilizar este tipo de edifícios que ocupam áreas significativas do território do Vale do Ave"*.[996]

A cerimônia de lançamento do concurso foi realizada na edificação nº 16 da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia., junto à base da chaminé de 1911, em 03 de outubro de 2016. Na ocasião, Paulo Cunha afirmou que embora a crise têxtil tenha feito com que *"a indústria abandonasse o edifício, no entanto, o edifício manteve-se, o património está cá, só a atividade deixou de se desenvolver"* e, por esta razão, não se poderia *"continuar assistir ao arruinar deste património"*.[997]

O discurso de Paulo Cunha evidencia que, do ponto de vista do poder público, a situação de abandono e progressiva degradação da fábrica era indigna de sua importância histórica para a região, sobretudo, porque não possuía qualquer utilidade ou funcionalidade para a comunidade. Para o presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a apropriação do espaço da Sampaio, Ferreira & Cia. como patrimônio seria uma forma de tornar *"este património funcional e útil à população, dignificando este legado histórico"*. E por isso, era necessário *"recriar, refazer e reconstruir, olhando para este enorme pedaço da nossa história e da nossa identidade e dar-lhe uma caraterização diferente, respeitando o seu traçado histórico, mas atribuindo-lhe uma nova funcionalidade"*.[998]

Portanto, o discurso patrimonialista em torno da *"reabilitação"* da Sampaio, Ferreira & Cia. e da elaboração do próprio concurso de ideias evidencia que a história e a memória sobre

---

[995] https://espacodearquitetura.com/eventos/concurso-de-ideias-desafios-urbanos16/ As entidades patrocinadoras eram a CS-Telhas, Margres, Love, Alucobond e Sá Castro.

[996] Santo Tirso Digital. "Reabilitação da fábrica Sampaio Ferreira justifica concurso internacional de arquitectura" http://santotirsodigital.pt/reabilitacao-da-fabrica-sampaio-ferreira-justifica-concurso-internacional-de-arquitectura/ 30 de setembro de 2016; Ver Portugal. "Concurso internacional de arquitetura para reabilitar fábrica Sampaio Ferreira". https://www.verportugal.net/vp/pt/092016/ModaDesign/5697/Concurso-internacional-de-arquitetura-para-reabilitar-f%C3%A1brica-Sampaio-Ferreira.htm 30 de setembro de 2016.

[997] VNF. "Procura-se nova vida para Riba de Ave". http://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34571 04 de outubro de 2016.

[998] VNF. "Procura-se nova vida para Riba de Ave". http://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34571 04 de outubro de 2016.

Riba d'Ave e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. formariam a base da reconversão patrimonial do conjunto fabril, cuja preocupação não era apenas preservar a cultura material produzida pelo passado local, mas na ressignificação simbólica e com vistas a um futuro próspero: *"é importante que as pessoas se associem a este projeto e que os privados nos acompanhem para que possamos aqui edificar o futuro",* disse Paulo Cunha.[999]

Ao assumir um papel de protagonista na tentativa de recuperar a Sampaio, Ferreira & Cia., a Câmara fez com que as narrativas memorialistas, históricas e patrimonialistas sobre a localidade e sobre a fábrica adquirissem potencial para se converterem em capital político local.

Não por acaso, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão publicou que

> *o presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Paulo Cunha, está determinado e empenhado em fazer renascer das cinzas o legado industrial devoluto de Riba de Ave devolvendo à vila o fulgor, a prosperidade e a qualidade de vida que se vivia no início do século XX, quando o dinamismo económico era tal que a freguesia se destacava a nível nacional.*[1000]

Esta conversão da história e da memória em capital político local, porém, parece não vir sem uma certa dose de manipulação e seleção do discurso histórico e da memória ou, no mínimo, de uma idealização do passado. Afinal, a qual *"qualidade de vida que se vivia no início do século XX"* se referiu o presidente da Câmara: à de Narciso Ferreira e da elite industrialista ou à dos operários submetidos a condições de trabalho por vezes degradantes, extenuantes e mal pagas?

De certa forma, ao reproduzirem na íntegra o texto produzido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, ou a totalidade de suas ideias,[1001] os veículos de comunicação, inclusive os públicos, tornam-se porta-vozes do discurso oficial do poder político sobre o patrimônio.

Por essa razão, apesar de o comunicado da Câmara afirmar que o evento de lançamento do concurso tenha contado com *"uma audiência vasta e diversificada"* e que *"várias dezenas de pessoas que quiseram participar nesta reflexão conjunta sobre as estratégias a adotar na*

---

[999] VNF. "Procura-se nova vida para Riba de Ave". http://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34571 04 de outubro de 2016.

[1000] VNF. "Procura-se nova vida para Riba de Ave". http://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34571 04 de outubro de 2016.

[1001] Gomes, Carlos. "Famalicão vai eabilitar antiga fábrica Sampaio e Ferreira". In Blogue do Minho. https://bloguedominho.blogs.sapo.pt/famalicao-vai-reabilitar-antiga-fabrica-6436115 04 de outubro de 2016; Pereira, Patrícia. "Concurso de ideias para reabilitar antiga fábrica Sampaio e Ferreira". In Jornal do Ave. De outubro de 2016. P. 06. Famalicão Canal. "Procura-se nova vida para Riba de Ave". https://www.facebook.com/watch/?v=1162230387189677 04 de outubro de 2016; FAMA TV. "Procura-se nova vida para Riba de Ave". https://youtu.be/_OAMqHG2RGM 04 de outubro de 2016.

regeneração urbana dos territórios de Riba de Ave e Oliveira S. Mateus",[1002] as únicas vozes que receberam publicidade foram as do poder público e dos organizadores do concurso, exclusivamente voltado para a classe dos arquitetos.

As palavras do presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão reproduziam, em parte, os próprios objetivos do concurso, conforme constavam no seu regulamento, pois salientava-se que o complexo fabril *"pela sua história, pelo impacto no tecido socioeconômico, pela localização e dimensão merece ser alvo de reflexão".* E acrescentava: *"este tipo de imóveis, que ocupam áreas significativas do território do Vale do Ave e cujo uso está em causa, obriga a uma reflexão e atenção especiais".*[1003]

A expectativa dos promotores do concurso era de que se desenvolvessem propostas para *"a revitalização do tecido urbano, a alteração do posicionamento estratégico da zona envolvente, com efeitos diretos no desenvolvimento das dinâmicas empresariais, comerciais e socioeconômicas".*[1004]

Duas categorias foram criadas para o concurso: na categoria *"Arquiteto"* (cujos prêmios eram de 5000,00 euros para o primeiro colocado; 1000,00 euros para o segundo; e 500,00 euros para o terceiro) poderiam participar do concurso

> *todos os arquitetos em nome individual ou coletivo, habilitados a exercer a atividade, com inscrição válida na Ordem dos Arquitetos ou de outros Estados-Membros da União Europeia, desde que, garantam qualificações profissionais equivalentes às exigíveis em Portugal e com inscrição válida em associação profissional congênere.*[1005]

Na categoria *"Estudante"* (cujos prêmios eram de 700,00 euros para o primeiro colocado e de 300,00 euros para o segundo), permitia-se a participação de

> *arquitetos estagiários, mestres em arquitetura, licenciados em ciências da arquitetura (sem inscrição válida na Ordem dos Arquitetos, na data de entrega do concurso) e*

[1002] VNF. "Procura-se nova vida para Riba de Ave". http://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34571 04 de outubro de 2016.

[1003] EArq. https://espacodearquitetura.com/eventos/concurso-de-ideias-desafios-urbanos16/

[1004] EArq. https://espacodearquitetura.com/eventos/concurso-de-ideias-desafios-urbanos16/

[1005] EArq. https://espacodearquitetura.com/eventos/concurso-de-ideias-desafios-urbanos16/

estudantes de arquitetura, portugueses ou de outros Estados-Membros da União Europeia, em nome individual ou em nome coletivo.[1006]

Assim, tal como o próprio edital deixou claro, portanto, era um concurso exclusivo para a *"classe de arquitetos e estudantes de arquitetura"*.[1007]

Ambos seriam avaliados segundo os seguintes critérios:

1. Visão e conceito geral da proposta (30%)
2. Qualidade geral da intervenção (50%)
a) Originalidade e inovação;
b) Pertinência da proposta;
c) Capacidade de valorização e de atratividade;
d) Respeito pelas condicionantes do local;
e) Sustentabilidade económica da solução;
3. Exequibilidade da solução (20%)
a) Aplicação dos sistemas construtivos das empresas patrocinadoras;[1008]

Apesar de contemplar um programa relativamente livre para as propostas dos candidatos, o regulamento do concurso afirmava que foi necessário selecionar um *"programa obrigatório"* às propostas. Isto se devia à *"dimensão da Fábrica Sampaio, Ferreira e Cia."* e à *"constatação da necessidade de, por um lado, transferir o Museu de Indústria Têxtil – MIT para um local adequado ao desempenho da função, por outro, criar espaços públicos",* que deveriam, necessariamente, incluir: cafetaria/restaurante, uma praça, uma passagem pedonal e ciclável e um parque de estacionamento, além de outros que ficassem *"ao critério dos concorrentes"*.[1009]

A obrigatoriedade de se incluir uma passagem pedonal e ciclável adveio da identificação da carência de alternativas que possibilitassem a conexão entre Riba d'Ave e a freguesia de Oliveira de São Mateus, onde se localiza o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave; e que, historicamente, possuem *"fortes ligações sociais e funcionais"* entre si. Entretanto, segundo os organizadores do concurso, o Rio Ave se tornava uma *"barreira limitadora das suas relações",* pois os acessos realizados pela EN310, por meio da Ponte de Sant'Anna, não apresentavam *"condições para a*

[1006] EArq. https://espacodearquitetura.com/eventos/concurso-de-ideias-desafios-urbanos16/

[1007] EArq. https://espacodearquitetura.com/eventos/concurso-de-ideias-desafios-urbanos16/

[1008] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 06.

[1009] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 03.

circulação pedonal e ciclável, verificando-se a inexistência de passeios nalguns troços". Desta forma, a inclusão de uma *"passagem pedonal e ciclável"* nas propostas tinha como objetivo reforçar esta relação e facilitar *"as relações de proximidade dos dois centros e a complementaridade dos diversos equipamentos e serviços localizados em ambas as margens".*[1010] Ficaria ao critério dos concorrentes a decisão sobre a localização da passagem, desde que *"fora dos limites de intervenção";*[1011] e se seriam incluídas outras propostas e reflexões sobre o *"reforço das mesmas ligações entre os dois núcleos".* [1012]

A praça a ser projetada deveria *"potenciar a convivência e/ou recreação de públicos"* e deveria *"referir o espaço existente de enquadramento ao monumento a Narciso Ferreira".* A inclusão da praça se deveu ao diagnóstico feito pelos organizadores do concurso de que *"um espaço público de encontro, animação, expressão"* era uma *"carência"* em Riba d'Ave.[1013] Contraditoriamente, em resposta a questionamento de um candidato, a organização afirmou que ficava *"ao critério do concorrente" onde se a praça se localizaria "na zona envolvente ao monumento Narciso Ferreira".*[1014]

Quanto à *"cafetaria/restaurante"* e ao *"parque de estacionamento",* eles deveriam ser pensados tendo-se em conta uma *"política de gestão partilhada de recursos"* na qual se buscaria rentabilizar *"o existente auditório do Cineteatro Narciso Ferreira, localizado na envolvente do espaço destinado à intervenção"*[1015] no conjunto fabril da Sampaio, Ferreira & Cia. Deste modo, estas infraestruturas serviriam de apoio ao Teatro, sendo que a *"cafetaria/restaurante"* deveria ser capaz de atender 70 pessoas[1016] e o *"parque de estacionamento"* deveria ter *"250 lugares".*[1017]

[1010] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 04. O regulamento destaca os seguintes equipamentos urbanos: "o espaço da feira semanal, a Loja CTT, farmácia, balcões de instituições bancárias, equipamentos desportivos (Complexo Desportivo Municipal que inclui piscina, campo de ténis, pavilhão gimnodesportivo e salas de desporto), equipamentos escolares (Didaxis - Cooperativa de Ensino) e equipamentos de saúde (Hospital Narciso Ferreira de Riba d'Ave).

[1011] EArq. "Respostas aos pedidos de esclarecimento". Pergunta e Resposta nº 33. P. 04; Pergunta e Resposta nº 44. P. 05

[1012] EArq. "Respostas aos pedidos de esclarecimento". Pergunta e Resposta nº 41. P. 04.

[1013] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 04.

[1014] EArq. "Respostas aos pedidos de esclarecimento". Pergunta e Resposta nº 40. P. 04.

[1015] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 03.

[1016] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 04.

[1017] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 05.

Do programa obrigatório, porém, aquele que exigiria mais reflexão por parte dos candidatos era a implantação do MIT no projeto e que deveria contar, necessariamente, com, ao menos, dez espaços distintos para atender às necessidades do museu.[1018]

Nesse sentido, embora o programa obrigatório definisse um quadro de *"necessidades de espaços/áreas de referência"*, os candidatos poderiam propor alterações nos valores definidos pela organização *"desde que devidamente justificadas, tendo em consideração os objetivos gerais da intervenção e a viabilidade funcional do equipamento".*[1019]

Segundo o regulamento era importante que se implantasse *"o MIT na área mais antiga da antiga fábrica e ainda existente"*,[1020] pois seria necessário

> *preservar os elementos de caráter histórico e cultural mais relevantes e possibilitar a sua integração no percurso expositivo (como por exemplo a chaminé original que é a primeira do Concelho de Vila Nova de Famalicão e uma das mais antigas da Bacia do Ave) permitirá oferecer uma experimentação vivencial de valor acrescentado, na relação do passado histórico com a atualidade.*[1021]

No entanto, o regulamento não mencionava a quais dos edifícios do conjunto fabril se referia, o que provocou dúvidas nos candidatos, conforme fica evidente pelas questões levantadas nas *"respostas aos pedidos de esclarecimento",* e expôs algumas contradições do regulamento.

Afinal, de um lado, o regulamento *"sublinhava"* a importância de implantar o MIT na *"área mais antiga da antiga fábrica";* por outro lado, afirmava que tal localização não era obrigatória[1022] ou que existia *"flexibilidade"* quanto à sua implantação.[1023] De certa forma, fica evidente que mesmo os organizadores do concurso não tinham certeza sobre qual era a *"área mais antiga da*

[1018] Centro de Documentação; Exposição Permanente; Exposição Temporária; Gabinetes Administrativos; Instalações Sanitárias; Loja/Livraria (localização na zona de saída do museu); Recepção (balcão informação/venda de bilhetes e bengaleiro); Sala de Reservas (que não deveria ser iluminada com luz natural) para conter a área visitável, a área de inventário e área de restauro; Sala Multiusos (ex. reuniões, seminários, formações, etc.); e uma área para os Serviços Educativos. EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 04.

[1019] EArq. "Respostas aos pedidos de esclarecimento". Resposta n° 04. P. 01.

[1020] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 03.

[1021] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 03.

[1022] EArq. "Respostas aos pedidos de esclarecimento". Pergunta e Resposta n° 01. P. 01.

[1023] EArq. "Respostas aos pedidos de esclarecimento". Pergunta e Resposta n° 37. P. 04.

antiga fábrica e ainda existente", pois ao serem pedidos para *"indicar que construção é essa exatamente"* afirmaram de forma vaga que seria *"preferencialmente junto à chaminé"*.[1024]

Além disso, o regulamento tampouco definia e/ou delimitava quais edificações do conjunto fabril deveriam ser preservadas total ou parcialmente por seu valor patrimonial, como evidenciam os questionamentos a respeito das possíveis demolições que poderiam constar nas propostas:

> *P10. Existe algum critério quanto a possíveis demolições, se sim, qual?*
> *R10. Não, contudo dever-se-á atender ao valor patrimonial das preexistências.*
> *P11. Deverá a proposta respeitar os elementos estruturais existentes?*
> *R11. Ver resposta à P10.*[1025]
> *(...)*
> *P30. Sendo claro que se preveem demolições de algumas estruturas, existem restrições às demolições?*
> *R30. Ver resposta à P10.*[1026]
> *(...)*
> *P36. Quais são, caso existam, as restrições relativamente à demolição de parte do edificado existente?*
> *R36. Ver resposta à P10.*[1027]

Da mesma maneira, o pequeno enquadramento histórico sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. não fornecia dados históricos concretos sobre o conjunto fabril em si, mas, sim, sobre a importância da fábrica para a região. Ali indicava-se a fábrica como sendo de *"iniciativa do tecelão Narciso Ferreira"*, mas não se caracterizava sua personalidade, especificamente; ainda que se reconhecesse que tanto Narciso Ferreira quanto seus herdeiros geriram a fábrica *"com mão-de-ferro",* cujas *"as ações de tipo paternalista, através da criação de uma importante obra social (hospital, creche, cantina, escolas, bairro operário...)"*[1028] eram sua maior expressão.

Nesse sentido, o enquadramento histórico não hesita em afirmar categoricamente que

---

[1024] EArq. "Respostas aos pedidos de esclarecimento". Pergunta e Resposta nº 03. P. 01; e Pergunta e Resposta nº 83. P. 04.

[1025] EArq. "Respostas aos pedidos de esclarecimento". Pergunta e Resposta nº 10 e nº 11. P. 02.

[1026] EArq. "Respostas aos pedidos de esclarecimento". Pergunta e Resposta nº 30. P. 03; e Pergunta e Resposta nº 83. P. 04.

[1027] EArq. "Respostas aos pedidos de esclarecimento". Pergunta e Resposta nº 36. P. 04; e Pergunta e Resposta nº 83. P. 04.

[1028] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 06.

> *durante décadas Riba d'Ave foi, essencialmente, a expressão de um grupo industrial, desenvolvido em torno das ações do patrono Narciso Ferreira, com os descendentes e as fábricas a continuarem a sua obra e a preservarem o seu nome através da criação da Fundação Narciso Ferreira, em 1945.*[1029]

Ao reconhecer as obras sociais como expressão de poder da família Ferreira, o enquadramento histórico pôde atribuir à Fundação Narciso Ferreira e à Raúl Ferreira o desenvolvimento de *"um dinamismo apreciável, sobretudo pelas ações de urbanização e embelezamento de Riba d'Ave"*,[1030] bem como suas atuações na *"área de apoio social aos mais desprotegidos"* e na *"área cultural, sobretudo no apoio a ações educativas para as crianças e jovens";*[1031] no entanto, sem cair em um discurso ufanista.

O mesmo ocorre com as relações que o enquadramento histórico tece entre a fábrica e Riba d'Ave, sobre a qual afirma ter sido *"provavelmente a localidade do Vale do Ave que sofreu mais profundas reestruturações nos inícios do século XX, muito por força da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia."*.[1032]

Sobre a fábrica em si, entretanto, o enquadramento histórico preocupava-se em listar dados que corroborassem com a ideia já consolidada na historiografia de que Sampaio, Ferreira & Cia. se *"constitui um marco na industrialização da Bacia do Ave"* e de que era *"um símbolo do polo algodoeiro do vale do Ave".* Nesse sentido, reproduzia o fato de que foi a *"primeira unidade industrial moderna do Concelho de Vila Nova de Famalicão";* de que fora fundada *"com 200 teares mecânicos, em 1910 já tinha perto de 900 trabalhadores";* de que fora *"projetada como 'completa', isto é, dotada de sentido verticalizante - com fiação, tecelagem, tinturaria e acabamento";* de que *"ultrapassava os limites demográficos da freguesia, a ela acorrendo operários de outras localidades";* de que, como *"fábrica-mãe",* serviu de *"alavanca para erguer um conjunto de iniciativas empresariais que se derramaram não só localmente mas também noutras zonas do país".*[1033]

[1029] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 02.

[1030] O enquadramento histórico destaca a Avenida das Tílias, a Igreja (e seu parque envolvente), o Teatro Narciso Ferreira, o Quartel dos Bombeiros Voluntários, os CTT, o Café de Riba d'Ave, Estalagem de São Pedro, o Mercado Narciso Ferreira, Posto da GNR.

[1031] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 02.

[1032] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 02.

[1033] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 02.

Com isso, o enquadramento histórico usava dados sobre o passado para elevar a importância da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. e, de certa forma, justificar a iniciativa do concurso; sem ignorar parte da substância que compõe as narrativas memoriais hegemônicas, mas, também, sem se submeter completamente à sua força.

A conexão que o enquadramento histórico traçou com o presente está diretamente relacionada à condição de abandono e degradação em que se encontra o espaço fabril. Ainda que de forma breve, o enquadramento assinalava razões políticas, econômicas e sociais, nacionais e internacionais, para o declínio da Sampaio, Ferreira & Cia.:

> *no que respeita ao quadro fabril, Riba d´Ave sofreu alterações substanciais no campo das relações laborais no pós-25 de abril de 1974. Com efeito, o ordenamento social que estruturava a relação entre a fábrica e os trabalhadores desabou um pouco por todo o lado, fenómeno que se deve conjugar ainda com o fim do mercado colonial e o processo de adaptação que a indústria vinha, paulatinamente, a fazer para o espaço europeu.*
> *Esta situação complexa, subjacente à designada "crise do Vale do Ave", ajuda a explicar as alterações substanciais vividas no último quartel do século passado nas empresas de Riba d'Ave, hoje, praticamente dotadas ao abandono.*[1034]

O enquadramento histórico parece que compreendia a complexidade dos processos e fatores que levaram ao declínio industrial na região e da própria Sampaio, Ferreira & Cia. e não se atinha a uma única explicação. Obviamente, não havia espaço para desenvolver as questões que indicou, mas, de forma sutil, deixa em aberto o campo das explicações.

Em um posicionamento idêntico ao adotado pela RPI,[1035] o enquadramento histórico caracterizava a Sampaio, Ferreira & Cia. como *"um marco indelével da industrialização mas também da desindustrialização da Bacia do Ave"* e concluía que *"é um fácil exemplo da apropriação de energias na criação de uma estrutura económica e social durável que, embora materialmente devoluta, continua a marcar a paisagem social e urbana deste território"*.[1036]

Entretanto, diferentemente das narrativas encontradas na RPI, nas comemorações dos 150 anos de Narciso Ferreira e no Museu da Memória Viva, que reproduziram e, claramente,

---

[1034] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 02.

[1035] Cf. Parte VII, Capítulo 5. A memória fracassada: a Sampaio, Ferreira & Cia. na Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave.

[1036] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 02.

reforçaram as narrativas memoriais hegemônicas; o enquadramento histórico produzido pelos organizadores do concurso era mais sóbrio ao se referir a Narciso Ferreira, seus herdeiros, à fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. e à Riba d'Ave.

Não seria equivocado supor que esse posicionamento, menos adjetivado e mais substancioso, quanto às interpretações sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., Riba d'Ave e, mesmo, sobre Narciso Ferreira e seus herdeiros; teria tido menos a ver com uma tentativa de se contrapor às narrativas memoriais hegemônicas do que com uma tentativa de não influenciar as decisões dos candidatos na elaboração de seus projetos.

No total, foram realizadas 27 propostas:[1037] 19 na categoria *"Arquiteto"* e 8 na categoria *"Estudante"*.[1038] Tendo em vista o programa obrigatório, todos os proponentes acabaram por se deparar com um conjunto de proporções monumentais com muitas edificações em estado de abandono e arruinamento progressivo. Em maior ou menor grau, cada proposta teve de fazer escolhas sobre quais edificações deveriam sofrer intervenções ou serem demolidas para enquadrar o programa obrigatório que o regulamento estabelecia.

Ainda que também sejam resultado dos partidos arquitetônicos[1039] dos proponentes, estas escolhas deveriam estar em acordo com as exigências do concurso. Portanto, não seria equivocado afirmar que as propostas premiadas[1040] (três na categoria *"Arquiteto"* e duas na categoria *"Estudante"*) podem informar sobre a concepção de patrimônio dos envolvidos na organização do concurso e sobre suas visões quanto às práticas de fortalecimento da memória e identidade local por meio da reutilização do conjunto edificado da Sampaio, Ferreira & Cia.

A proposta que ficou em 2º lugar na categoria *"Estudante"* foi a de número CE003 e foi caracterizada pelo júri como uma

> *Proposta facilitadora do usufruto público dos equipamentos. A estratégia adoptada adequa os meios formais à escala do local e à expressão do uso do edifício, cujo objetivo*

[1037] EArq. https://espacodearquitectura.com/biblioteca/du16/propostas/ & https://espacodearquitetura.com/eventos/resultados-do-concurso-de-ideias-desafios-urbanos16/ Acesso em 07 de maio de 2018.

[1038] Na categoria *"Estudante"*, a proposta CE004 foi desclassificada porque *"não apresentou os elementos considerados necessários para a definição da proposta, conforme estabelecido no regulamento do concurso"*, nomeadamente "o ponto 1.1 e 2.1 do artigo '*documentos que materializam as propostas' e ponto 5 do artigo 'modo de entrega das propostas'"*. Cf. EArq. Relatório final do júri. 03 de fevereiro de 2017. P.02.

[1039] Biselli, Mario. Teoria e prática do partido arquitetônico. Arquitextos, São Paulo, ano 12, n. 134.00, Vitruvius, jul. 2011 <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3974>.

[1040] Portanto, excluem-se na análise as propostas que receberam Menção Honrosa no concurso: CA001 e CA002.

é contribuir ativamente para o funcionamento das atividades que alberga por forma a potenciar o desenvolvimento da região do Vale do Ave.[1041]

CE003 defendia uma intervenção *"global";* e que levasse em consideração o *"funcionamento da fábrica, que em certa medida explica a sucessão e consequente implantação dos volumes"* (Figura 639).[1042]



Figura 639: proposta CE003. P. 01. "Marcação do percurso da fábrica" (EArq)

O *"percurso pedonal"* proposto por CE003 (Figura 640) serviria de integração entre o *"percurso da fábrica",* que permitiria aos cidadãos descobrir a *"teia de ligações e relações espaciais e funcionais"* do conjunto fabril; e o *"'percurso da água', entendido como a concretização da implantação da fábrica sobre as margens do rio Ave"*. Dessa forma, para CE003, o *"percurso pedonal"* se tornaria um *"instrumento fundamental para a compreensão e visualização destas lógicas de apropriação e construção da paisagem"*.[1043]

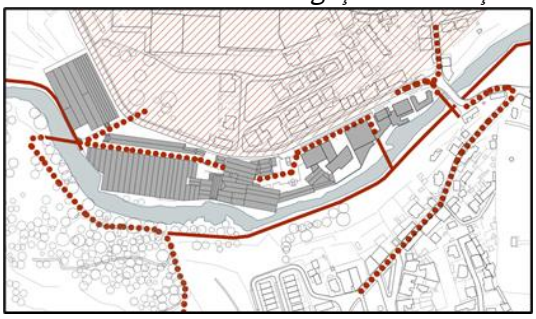


Figura 640: proposta CE003. P. 01. Percurso pedonal. (EArq)

[1041] EArq. Relatório final do júri. 03 de fevereiro de 2017. P.03.

[1042] EArq. Proposta CE003 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1043] EArq. Proposta CE003 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

Em primeiro lugar na categoria *"Estudante"* ficou a proposta CE002, que acabou por se desdobrar em uma dissertação de mestrado de sua autora (Tomaz, 2017) e foi descrita pelo júri como um

> *Projeto exemplar no seu cuidado, descrição, integração na paisagem, inserção na estrutura urbana envolvente e reativação da frente de rio. A proposta respeita o edifício existente e introduz novas riquezas espaciais.*[1044]

CE002 teve como objetivo desenvolver um *"conjunto de ações e estratégias em torno da revitalização e perpetuação da memória do património local"* e das grandes indústrias da Bacia do Ave. Para CE002, ao centrar-se na preservação da memória, um projeto de reabilitação estaria *"reinventando um novo uso – museológico"* – para as instalações da Sampaio, Ferreira & Cia.[1045]

Além da recuperação das edificações da Sampaio, Ferreira & Cia., CE002 propunha a *"reativação da frente de rio e frente urbana, a partir do resgate do lote para o tecido urbano"* com vistas a *"autonomizar e revitalizar o sentido de estância junto à frente ribeirinha e ativar a dinâmica de frente urbana".*[1046]

A demolição dos edifícios nº 01, 02, 03, 12 e 13 (Figura 641) daria lugar a uma praça localizada entre o monumento a Narciso Ferreira e a chaminé de 1899 (Figura 642 e Figura 643), cuja finalidade seria *"criar um ponto de reunião e dinâmica na cidade, sem deixar de evocar o seu passado e identidade".* Nesse sentido, a chaminé de 1899 ganhava destaque no projeto CE002, eleita como *"elemento/imagem símbolo da laboração industrial",* além de revelar *"um papel importante no desenho da proposta e na configuração espacial do espaço público, resultando também como um elemento de identificação nos diversos pontos da intervenção e sendo perceptível e de outros pontos da zona envolvente".*[1047]

[1044] EArq. Relatório final do júri. 03 de fevereiro de 2017. P.03.

[1045] EArq. Proposta CE002 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1046] EArq. Proposta CE002 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1047] EArq. Proposta CE002 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

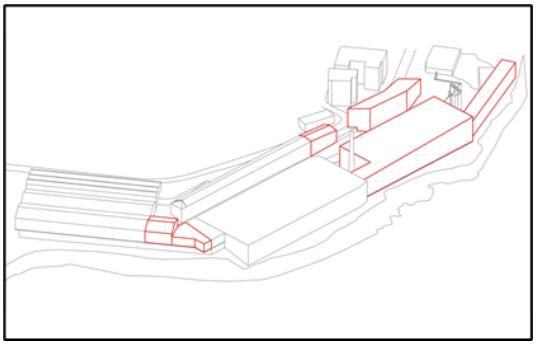


Figura 641: proposta CE002. P. 01. Edifícios a serem demolidos. (EArq)

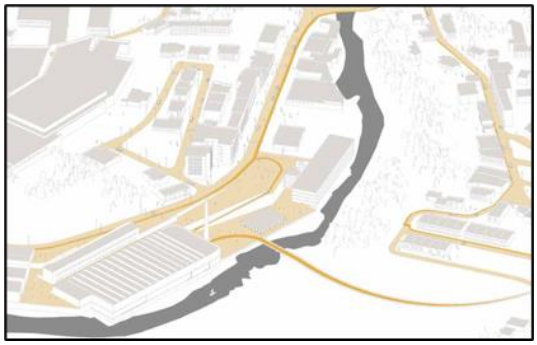


Figura 642: proposta CE002. P. 02 Passagem pedonal e ciclável. (EArq)

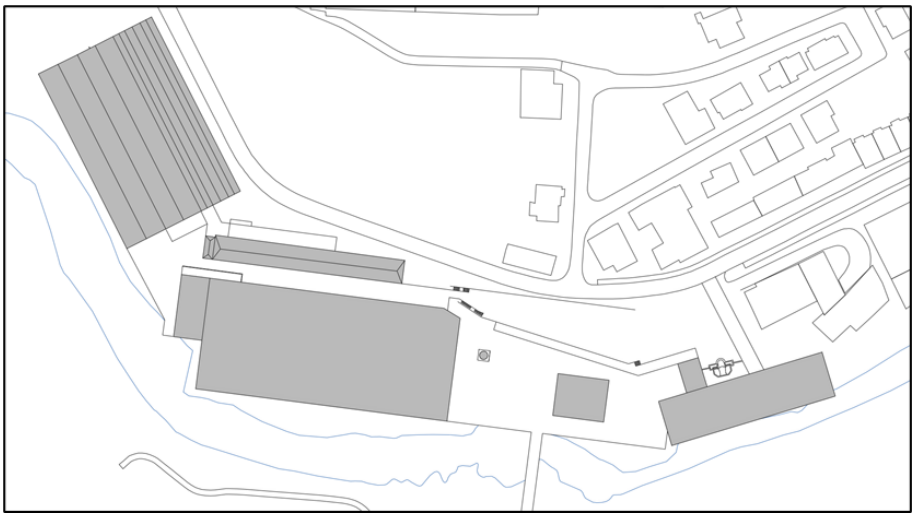


Figura 643: proposta CE002. P. 01. Planta do projeto. (EArq)

Observe-se que se acrescentavam novas edificações na parte sul da área de intervenção

Na categoria *"Arquiteto"* (CA), em terceiro lugar ficou o projeto CA016, cujo título era *"Entre muros",* que foi apreciada pelo júri como sendo uma *"solução"* que

> *apresenta uma visão/conceito geral inédito e original no conjunto das propostas que desenha. Poderá ser entendido como a solução mais polémica, porque a mais "demolidora", o que não lhe retira valor, já que algumas decisões podem ser entendidas numa consciência pragmática da viabilidade económica necessária à operação.*[1048]

O *"conceito"* de CA016 entendia a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. *"como uma sucessão de muros"* que *"apresentam uma dualidade no seu significado e função":*[1049]

[1048] EArq. Relatório final do júri. 03 de fevereiro de 2017. P.04.

[1049] EArq. Proposta CA016 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

Por um lado, permitem, pela sua função estrutural, criar cotas artificiais diferentes, anteriormente inexistentes, pela realização de áreas de aterro, sobre as quais se assenta toda a construção, nova e existente.

Mas, por outro lado, esta sequência de planos irregulares proporciona vários percursos distintos, que serpenteiam entre as construções e que permite fazer a ligação entre todos os edifícios a cotas diferentes, como também estabelecer a ligação entre a vila e o rio.[1050]

CA016 propunha que se demolissem as edificações consideradas *"mais obsoletas, pelo avançado estado de deterioração e pela inexistência de uma lógica de organização e métrica estrutural"* (Figura 644); sem abdicar *"do carácter predominantemente industrial"* do complexo edificado.[1051]

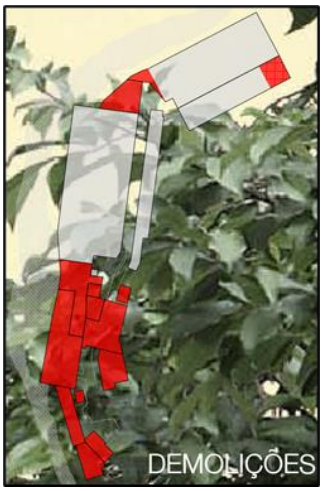


Figura 644: proposta CA016. P. 01. Edifícios a serem demolidos. (EArq)

Assim, CA016 propunha a criação de uma praça (*"Praça do Museu"*), entre o monumento a Narciso Ferreira e a chaminé de 1899, no local das edificações nº 01, 02, 03 e 12; e de um parque (*"Parque do Museu"*), que ocuparia a área das edificações 13 e 14 (Figura 645). Segundo CA016, *"esta proposta valoriza a relação da vila e da população com o rio, incentivando um contacto maior e constante nesta área, pela criação de espaço exteriores dinamizadores, como a praça e o parque"*.[1052]



Figura 645: proposta CA016. P. 01. Planta do projeto (EArq)

[1050] EArq. Proposta CA016 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1051] EArq. Proposta CA016 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1052] EArq. Proposta CA016 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

O segundo lugar do concurso de ideias na categoria *"Arquiteto"* ficou para a proposta CA017, caracterizada pelo júri como mantenedora do *"carácter dos edifícios de forma muito coerente".*[1053] Ela pretendia criar espaços públicos de *"significação coletiva"* e localizados *"entre a Avenida Narciso Ferreira e a encosta de Oliveira de São Mateus"* para permitir *"a apropriação da fábrica e do rio, até aqui vedados à vila"* de Riba d'Ave.[1054]

Estes espaços consistiam em duas praças (*"Praça Central"* e a *"Praça Norte"*) que deveriam complementar a *"praça principal já existente"* (chamada por CA017 de *"Praça Sul"*), em referência ao largo em frente ao monumento a Narciso Ferreira (Figura 646).

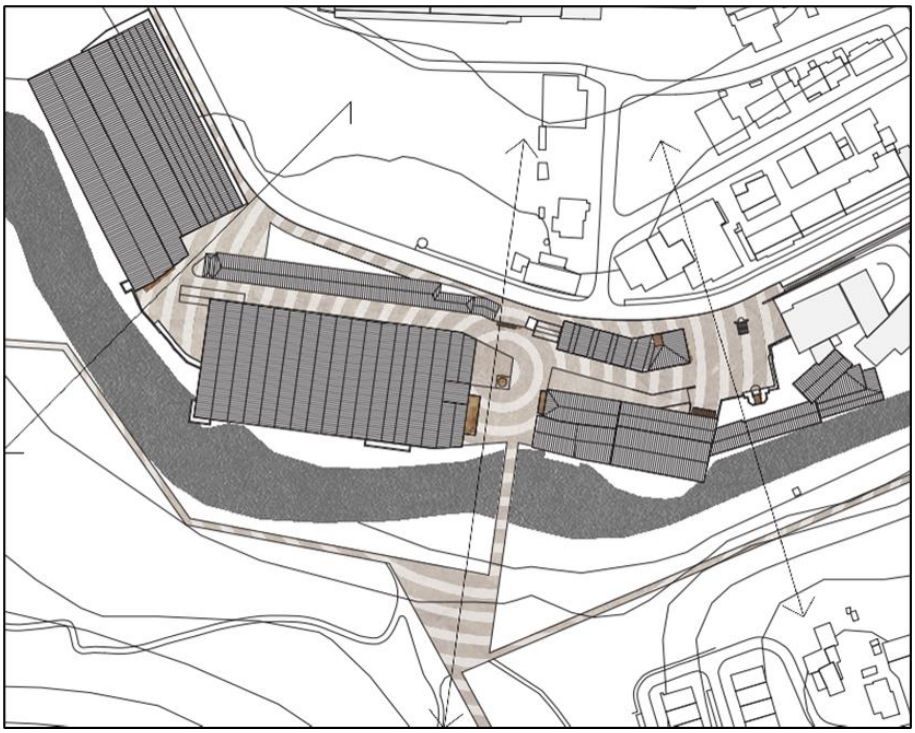


Figura 646: proposta CA017. P. 01. Planta do projeto (EArq)

A *"Praça Central"* seria construída na área da chaminé de 1899, uma vez que se propunha que as edificações ao seu redor fossem demolidas; e serviria de conexão entre Riba d'Ave e Oliveira de São Mateus por meio de um passeio pedonal sobre o rio Ave.[1055] A *"Praça Norte"* seria localizada na área composta pela edificação nº 9 e pela porção mais ao sul da edificação nº 8, onde estes dois edifícios se encontravam; e teria uma dupla função: de um lado, seria um *"espaço de lazer,*

[1053] EArq. Relatório final do júri. 03 de fevereiro de 2017. P.04.

[1054] EArq. Proposta CA017 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1055] EArq. Proposta CA017 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

varanda bucólica sobre o Ave, com vista para o ponto de maior interesse paisagístico, a pequena planície a norte"; onde, na margem direita do rio Ave, por meio do passeio pedonal se teria *"um novo ponto de vista do complexo fabril em toda a sua dimensão".* Por outro lado, a *"Praça Norte"* deveria servir ao *"programa proposto para o pavilhão mais próximo do rio* [edifício nº 8]*, um conjunto de espaços de trabalho sob a forma de Incubadora de Empresas";* o que ajudaria CA017 a *"manter o carácter produtivo da fábrica"* que propunha.[1056]

Por fim, para CA017 a *"Praça Sul"* (Figura 647), onde se localiza o monumento a Narciso Ferreira, seria a área que sofreria a maior intervenção por meio da demolição parcial das edificações nº 1 e 2 e a reconfiguração completa do que restasse que incluía um telhado que lembra os de tipo *shed*, numa referência a um símbolos da atividade fabril:

> *suas dimensões reforçadas através de uma intervenção mais significativa no antigo volume de escritórios, dotando-o de uma linguagem de excepção para o tornar edifício polivalente e sobretudo Recepção de todas as atividades da Fábrica Sampaio Ferreira. Este carácter de forte presença imagética permite atualizar o carácter do conjunto para o de um equipamento cultural contemporâneo, integrando-o não só no espaço urbano como também no espaço identitário de Riba de Ave.*[1057]

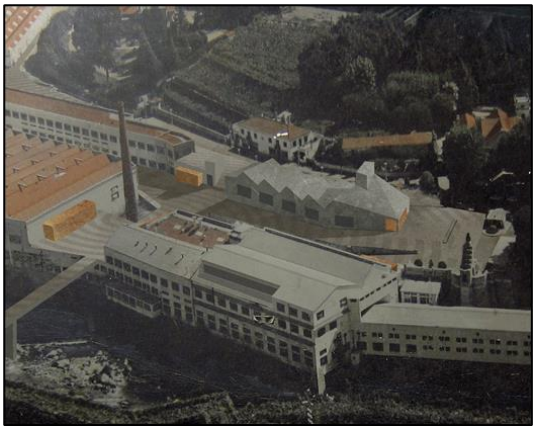


Figura 647: proposta CA017. P. 01. "Praça sul". (EArq)

Ainda que CA017 considerasse a área em frente ao monumento como o *"centro simbólico e institucional do império SPF* [Sampaio, Ferreira & Cia.]*"*[1058] isso não impediu que, na prática, propusesse uma intervenção que tornava as edificações nº 1 e 2 absolutamente irreconhecíveis

[1056] EArq. Proposta CA017 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1057] EArq. Proposta CA017 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1058] EArq. Proposta CA017 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

quando comparadas com sua estrutura pré-existente; mesmo que, aparentemente, propusesse manter o mesmo letreiro da fábrica (Figura 648).



Figura 648: proposta CA017. P. 04. P. 04. Alterações no edifício nº 1. (EArq)

A proposta vencedora do concurso de ideias (CA010) na categoria *"Arquiteto"* intitulava-se *"Memória aberta"* e foi assim descrita pelo júri:

> *Excelente Memória Descritiva e Legenda de articulação programática manifestamente decorrente de um estudo minucioso dos espaços.*
> *Boa qualidade da proposta e o mais propositivo do ponto de vista dos programas, não se limitando a projetar o Museu.*
> *É o trabalho que apresenta maior investimento desenhado, revelador do domínio dos instrumentos fundamentais à realização de um projeto tão ambicioso.*[1059]

CA010 buscava desenvolver *"uma proposta criativa numa arquitetura industrial abandonada que se pretende como um lugar de caráter público onde seja possível conhecer a memória industrial ao mesmo tempo que se experiencia a essência natural do Vale do Ave"*, centrando-se na *"premissa de devolver o Rio e a natureza aos cidadãos e a cidade"*.[1060]

Segundo CA010, sua intervenção deveria *"contribuir para a divulgação do edifício, fabricando um conjunto de relações que se complementam com as atividades propostas"*.[1061] Assim, a proposta pretendia *"converter"* a área da Sampaio, Ferreira & Cia.

> *num espaço único com cerca de 35.000 m2 aberto à cidade e ao uso e encontro dos cidadãos. Espaço de cultura e arte, de passeio para visitantes e encontro para investigadores e criadores onde todos participam no diálogo aberto do lugar.*[1062]

[1059] EArq. Relatório final do júri. 03 de fevereiro de 2017. P.04.

[1060] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1061] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1062] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

Para isso, uma das estratégias adotadas pela proposta seria a realização de demolições pontuais para abrir *"o conjunto da Fábrica a Sul para o Rio e a envolvente natural".* Então, CA010 propunha a demolição parcial da edificação nº 12 e na sua intersecção com a edificação 13; a demolição da porção sul do edifício nº 13 e total do edifício nº 14, onde, aparentemente, se construiria uma outra edificação. Além disso, para criar *"um sistema de circulação através de rampas, passeios, áreas verdes e praças"* que unissem *"o conjunto criando uma atmosfera de caráter público",*[1063] CA010 propunha a ampliação da área em frente ao monumento a Narciso Ferreira por meio da demolição da portaria e das edificações nº 1 e 2; propunha a construção de um passeio pedonal por sobre o rio Ave que chegava à fábrica no lugar de intersecção da edificação nº 10 e 12; além de demolir a edificação nº 9 e a porção mais ao sul da edificação nº 8, no encontro destes dois edifícios (Figura 649 e Figura 650).[1064]

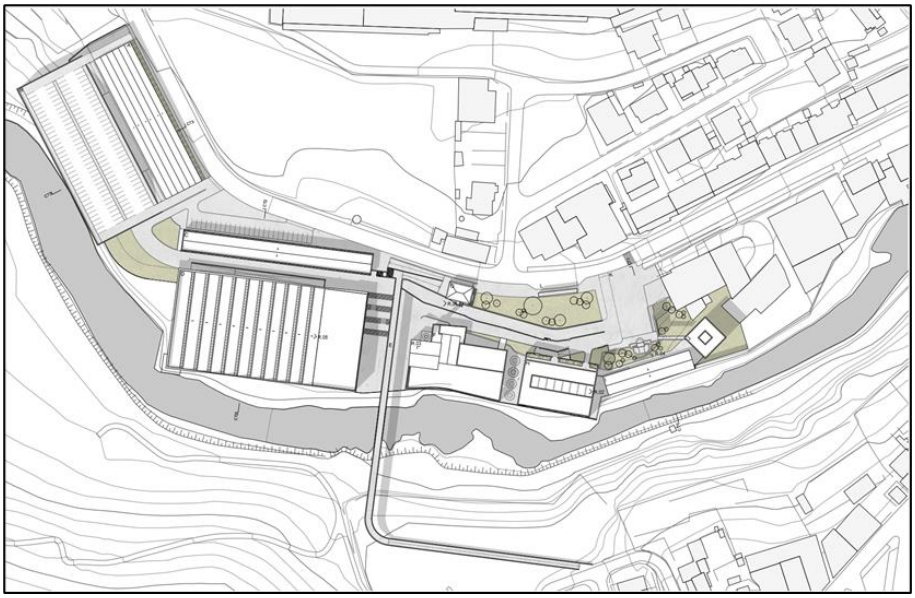


Figura 649: proposta CA010. P. 01. Planta do projeto. (EArq)

[1063] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1064] Além disso, CA010 propunha que as "novas fachadas" fossem compostas por "em painéis Alucobond Natural Reflete o que permite espelhar e elogiar a memória do lugar e das pré-existências; e que se realizasse "pintura e tratamento das paredes exteriores das pré-existências a branco, uniformizando e valorizando a expressividade das construções de origem industrial". In EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

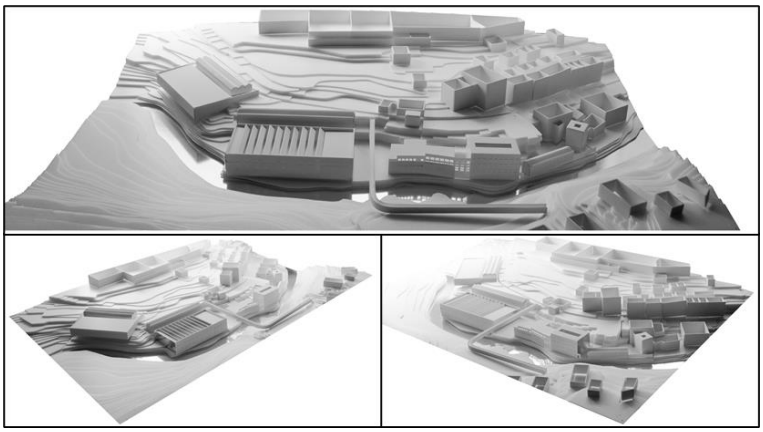


Figura 650: proposta CA010. P. 02. Maquete do projeto. (EArq)

Apesar de afirmar que visava *"fomentar o conhecimento da indústria têxtil, a sua história, assim como possibilidades futuras de criação e investigação de acordo com a identidade do lugar"*;[1065] observa-se uma série de inconsistências entre a perspectiva sobre a história e a identidade de Riba d'Ave e da Bacia do Ave apresentada por CA010 e a perspectiva que o concurso de ideias buscava valorizar na região, embora o júri tenha classificado sua memória descritiva como *"excelente"*.[1066]

Enquanto o concurso buscava contribuir para o fortalecimento da identidade industrial de Riba d'Ave por meio da valorização de suas particularidades, CA010 parece se afastar dessas peculiaridades tomando-as como algo a ser superado.

Isso fica evidente na abordagem de CA010 sobre a paisagem em que se assenta a Sampaio, Ferreira & Cia., especificamente; e sobre a paisagem industrial da Bacia do Ave, de modo geral; à qual reconhece que foi *"um reflexo das profundas reestruturações ocorridas ao longo da primeira metade do século XX",* quando o desenvolvimento da indústria *"marcou para sempre a identidade do território".* Entretanto, para CA010, o resultado da industrialização foi a descaracterização do território: *"antes da Revolução Industrial era predominantemente usado para atividades agrícolas agora é difuso e descaracterizado"* e o *"equipamento industrial"* da Sampaio, Ferreira & Cia. ocupa, portanto, uma *"paisagem com pouca identidade"*.[1067]

[1065] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1066] EArq. Relatório final do júri. 03 de fevereiro de 2017. P.04.

[1067] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

Tal perspectiva sobre as consequências da industrialização na região parece contradizer de forma resoluta aquilo que o próprio concurso de ideias buscava ajudar a recuperar pela Visão25 que originou o concurso; ou seja, a *"forte tradição industrial"* que refletiria parte da identidade de Vila Nova de Famalicão[1068] e da própria Riba d'Ave. Desta forma, CA010 parece desqualificar características como a difusão, a diversidade e a pluriatividade apontadas pela historiografia precisamente como particularidades locais do processo de industrialização da região.

É nítida a incoerência da perspectiva histórica de CA010 e do próprio concurso, portanto, pois a proposta acabava por caracterizar os efeitos da história industrial, que deveria recuperar por meio da reabilitação do patrimônio industrial local, como necessariamente negativos para a paisagem da Bacia do Ave. Ou seja, para o concurso, recuperar a Sampaio, Ferreira & Cia. deveria ser uma forma de combater precisamente uma visão como a de CA010 sobre a história industrial da região; de valorizar a história industrial da Bacia do Ave a partir de suas particularidades; de dignificar o seu *"legado histórico",* ainda que *"atribuindo-lhe uma nova funcionalidade"*.[1069]

Assim, ainda que CA010 tenha assegurado que pretendia contribuir *"para a reflexão sobre o futuro dos territórios esquecidos onde o patrimônio industrial deve voltar a ter um papel central no quotidiano das populações em concordância com a sua história e a sua presença imponente na paisagem urbana";* sua perspectiva acaba por desvalorizar as características particulares da industrialização da Bacia do Ave.

Além disso, ao dar a entender que a paisagem agrícola da Bacia do Ave teria se descaracterizado por ação da industrialização, CA010 acaba por promover uma idealização da história da Bacia do Ave, que teria sido maculada pela chegada da indústria; e da própria industrialização da região ao se referir à *"Revolução Industrial",* ignorando toda a problemática historiográfica que envolve o termo.

Do mesmo modo, CA010 cria uma idealização ao mesmo tempo em que se contradiz quando afirma que *"o aparecimento das grandes indústrias têxteis trouxe consigo trabalho, melhores condições de vida e investimento em infraestruturas de uso público"*;[1070] sem considerar, por exemplo, as especificidades e os impactos do trabalho fabril na vida de trabalhadores e

---

[1068] VNF. Visão'25. Planeamento estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014-2025. 2014. P. 23.

[1069] VNF. "Procura-se nova vida para Riba de Ave". http://www.cm-vnfamalicao.pt/?it=printnew&co=34571 04 de outubro de 2016.

[1070] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

trabalhadoras; ou os usos sociais e políticos que as infraestruturas de uso público a que se refere acabaram por ter em Riba d'Ave.

Nesse sentido, infelizmente, CA010 não aprofunda sua afirmação de que

> *conservar a memória de um lugar não é uma experiência isenta de riscos, existe sempre uma certa incerteza associada ao processo. A memória é sempre muito visível, muito marcada, mas difícil de alcançar, de experienciar, de entender a sua profundidade.* [1071]

Isso porque, não obstante afirme que *"no caso da Fábrica Sampaio Ferreira, a memória do lugar adquire um valor que vai além do conjunto de edifícios existentes, uma memória que corresponde ao Vale e ao Rio";*[1072] CA010 não parece ter em consideração que a perspectiva histórica que apresenta para embasar sua proposta acaba por tentar homogeneizar a pluralidade de sujeitos sociais, relações de poder e diversidade cultural que participaram da história industrial da região.

Não fica claro, portanto, se CA010 tinha ciência de que sua contribuição *"para a revitalização e conservação do património industrial, entendendo os edifícios como parte da memória coletiva do lugar, estabelecendo a envolvente natural do Vale do Ave como parte integrante do projeto"*;[1073] significava também a possibilidade de trazer à tona perspectivas, muitas vezes, conflitantes sobre a memória e a história local.

Isso, entretanto, não era exclusivo da CA010, pois todas as propostas premiadas versavam, em maior ou menor grau, sobre como a reabilitação da Sampaio, Ferreira & Cia. viria potencializar a *"permeabilidade do espaço público"*,[1074] ou transformá-la em *"um lugar de caráter público",* [1075] ou em criar espaços públicos de *"significação coletiva"*,[1076] ou que a fábrica possibilitaria revelar *"um papel importante no desenho da proposta e na configuração espacial do*

[1071] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1072] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1073] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1074] EArq. Proposta CE003 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1075] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1076] EArq. Proposta CA017 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

espaço público";[1077] com vistas a valorizar *"a relação da vila e da população com o rio",*[1078] precisamente para *"devolver o Rio e a natureza aos cidadãos e a cidade"*.[1079]

Apesar de se divulgar que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, representada por seu Presidente, queria que *"a comunidade" tivesse "poder de iniciativa",* que tivesse *"ideias"* e se manifestasse *"interessada"* em partilhar as que fossem *"úteis e identitárias com a região, seja uma indústria, uma área de comércio, de serviços ou até habitacional";*[1080] na realidade o concurso em si não abriu espaço para a comunidade e sequer se mostraram as formas pelas quais os cidadãos poderiam concretizar sua partilha de ideias. Assim, os cidadãos a quem a reabilitação da Sampaio, Ferreira & Cia. deveria servir e a quem as propostas deveriam se dirigir, estavam ausentes do processo, senão excluídos, ainda que o discurso oficial afirmasse o contrário.

Nesse sentido, chama a atenção o fato de que as propostas vencedoras em ambas as categorias (CE002 e CA010) fossem as únicas que textualmente se dirigissem à problemática da preservação da memória por meio de suas intervenções no complexo fabril. CE002 falava em *"perpetuação da memória do património local"*[1081] e CA010 em permitir *"conhecer a memória industrial",* mas ambos deixam de problematizar a que memórias se referiam: seria a memória das narrativas memoriais hegemônicas? A dos trabalhadores e trabalhadoras? Se ambas, como as propostas refletiram sobre a inclusão no projeto de preservação patrimonial a parcela da comunidade que não se via representada nas narrativas memoriais hegemônicas? Quais fases da história da fábrica seriam privilegiadas? As dos cidadãos que viram a fábrica em pleno funcionamento ou às memórias de quem só viu o espaço em declínio, seguido de abandono e ruína? O que seria esquecido?

Em resumo, as propostas não se dirigiram à problemática de como pretendiam incluir os cidadãos de quem falavam e cujas intervenções afetariam e de como ativariam as memórias por meio da reabilitação do complexo fabril. Talvez não seja equivocado inferir que os proponentes supusessem que os administradores do complexo reabilitado viessem a ser os responsáveis por

---

[1077] EArq. Proposta CE002 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1078] EArq. Proposta CA016 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1079] EArq. Proposta CA010 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

[1080] Jornal do Ave. "Memória Aberta" vence concurso para revitalizar a Sampaio Ferreira. 23 de fevereiro de 2017. P.11.

[1081] EArq. Proposta CE002 para o Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16. P. 01.

fazê-lo; e que os serviços que deveriam constar na intervenção, segundo o regulamento, fossem as formas de acessar as diferentes memórias da comunidade em torno da fábrica. No caso do MIT, por exemplo, isso parece dizer mais sobre seu papel como museu em si do que sobre o espaço fabril modificado pelas intervenções arquitetônicas e urbanísticas das propostas, independentemente de onde ele estivesse, fosse no espaço da Sampaio, Ferreira & Cia. ou não.

Porém, mesmo que as propostas não deem respostas diretas a este problema, algumas das intersecções entre os projetos premiados pela comissão julgadora parecem evidenciar quais características objetivas foram observadas pelos avaliadores sobre como a revitalização da Sampaio, Ferreira & Cia. deveria ser conduzida.

Nesse sentido, em todas as propostas premiadas a antiguidade das edificações não parece ter sido um fator limitante para a escolha do que deveria ser demolido numa eventual intervenção. Até porque, embora o regulamento sugerisse que as áreas mais antigas da fábrica fossem preservadas, parecia não haver oposição a demolições de quaisquer das edificações ou mesmo reconstruções descaracterizantes do conjunto (como no caso das edificações nº 1 e 2 em CA017) desde que estivessem em acordo com os critérios de avaliação indicados.

Além disso, é preciso considerar que os proponentes estavam limitados no que diz respeito ao conhecimento sobre a trajetória construtiva do conjunto fabril; pois, apesar de a qualquer observador ficar evidente que os edifícios da Sampaio, Ferreira & Cia. sofreram sucessivos acréscimos ao longo do tempo, até esta investigação, não se tinha qualquer conhecimento sistematizado e mais preciso sobre a ordem cronológica em que estes acréscimos ocorreram.

Assim, à exceção da proposta CE003, cuja intervenção pouco modificaria as edificações; todas as propostas premiadas sugeriram intervenções em que se demoliriam algumas das grandes edificações do conjunto fabril. Entretanto, verifica-se que a face da fábrica voltada para o rio Ave não perderia a monumentalidade evocada pelo conjunto edificado pré-existente, ao mesmo tempo em que a porção voltada para Riba d'Ave fica aberta ao espaço urbano (Figura 651, Figura 652, Figura 653 e Figura 654).



Figura 651: proposta CE017. 2º lugar. p.03. Alçado rio Ave. (EArq)

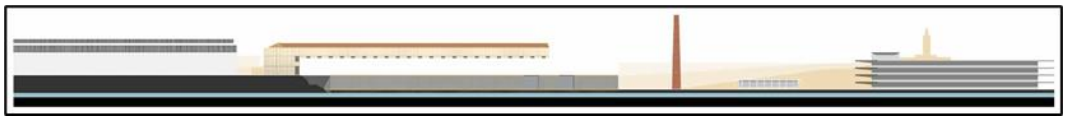


Figura 652: proposta CE002. 1° lugar. p.02. Alçado rio Ave. (EArq)

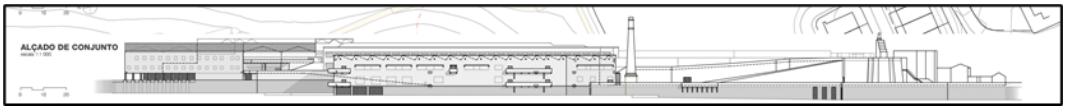


Figura 653: proposta CA016. 3° lugar. p.01. Alçado rio Ave. (EArq)

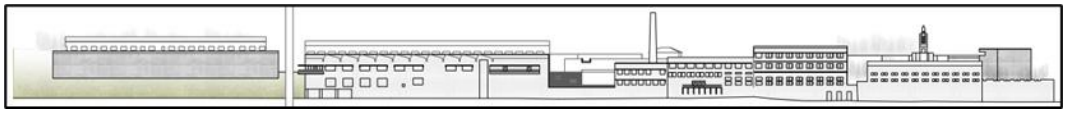


Figura 654: proposta CA010. 1° lugar. p.03. Alçado rio Ave. (EArq)

Então, todas as cinco propostas evidenciavam o papel que a Sampaio, Ferreira & Cia. deveria assumir na promoção da reconexão entre Riba d'Ave e o rio Ave. Afinal, conforme o regulamento do concurso, o rio funcionava como uma *"barreira limitadora"* das relações com a freguesia de Oliveira de São Mateus, desta forma era parte do programa obrigatório incluir nos projetos uma *"passagem pedonal e ciclável"*.[1082]

Por esta razão, todas as propostas premiadas projetaram o passeio pedonal com passagens por sobre o rio Ave. Entretanto, é possível encontrar diferenças e similaridades nos projetos dos passeios pedonais de acordo com as classificações das propostas no concurso.

As propostas mais mal classificadas (CE003, 2° lugar na categoria *"Estudante"*; e CA016, 3° lugar na categoria *"Arquiteto"*), optaram por inserir duas passagens pedonais por sobre o rio Ave, a norte e sul do complexo fabril. A norte, ambas as propostas inseriram a passagem onde se localiza a edificação n° 9 e a porção da edificação n° 8 que se conecta com ela. A sul, CE003 inseriu tal passagem fora da área demarcada pelo concurso, entre as edificações n° 18 e 19 (Figura 639); enquanto CA016 a havia inserido no que corresponde à porção ao sul da edificação n° 12 (Figura 645).

Por sua vez, todas as três propostas mais bem classificadas (CE002, 1° lugar na categoria *"Estudante"*; CA017 e CA010, 2° lugar e 1° lugar, respectivamente, na categoria *"Arquiteto"*) optaram por fazer apenas uma passagem por sobre o rio Ave e no mesmo ponto do complexo

[1082] EArq. "Regulamento do Concurso de Arquitetura Desafios Urbanos'16". P. 03.

fabril, a área da chaminé de 1899; o que implicou, para as três propostas, a demolição parcial ou total de edificações ao seu redor (Figura 641; Figura 646; Figura 649, Figura 650).

Nesse sentido, CE002 demoliria todas as construções em torno da chaminé, isolando-a na praça projetada. CA017 demoliria os pisos superiores das edificações em torno da chaminé de modo a criar uma praça acima do rés do chão da chaminé, à mesma altura do grande corredor central (entre as edificações nº 4 e 10). CA010, a grande vencedora do concurso, preferiu manter parte do entorno da chaminé, em especial a edificação da caldeira (edifício nº 11), à qual estava conectada física e funcionalmente à época de sua atividade.

Por meio destas intervenções, CE002, CA017 e CA010, as propostas mais bem classificadas, acabavam por mudar o centro simbólico da Sampaio, Ferreira & Cia. do monumento a Narciso Ferreira para a chaminé de 1899. Não seria equivocado pensar que isso poderia representar uma mudança na própria apropriação simbólica do espaço da fábrica, pois se diminuiria o caráter personalista centrado em Narciso Ferreira, para ganhar ares de um símbolo da indústria da região como um todo; afinal, as chaminés são comumente associadas a processos de industrialização de maneira geral.

Embora possa ser apenas uma opção estética e funcional, o deslocamento e/ou criação de um novo eixo simbólico na fábrica pode significar um sinal de mudança da percepção sobre a própria significação do patrimônio que se constituía o complexo fabril da Sampaio, Ferreira & Cia., ainda que filtrado pelos olhares e perspectivas dos organizadores do concurso.

Assim, se a memória edificada em torno do monumento a Narciso Ferreira e de uma arquitetura *art déco*[1083] não perdia força, necessariamente; ao menos poderia ter seu protagonismo diminuído face às transformações propostas para a reabilitação da Sampaio, Ferreira & Cia., como se pode inferir pela ampliação dos espaços de circulação e pela criação de praças entre o monumento e a chaminé de 1899.

Apesar de o discurso oficial da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão falar que *"em vez de olharmos para os edifícios e ficarmos com a memória do que aquilo foi há 30, 50 ou 100 anos, começamos a pensar aquilo que pode ser hoje ou daqui por 10 ou 20 anos";*[1084] a

[1083] Cf. Parte III, Capítulo 2. A memória edificada: o monumento a Narciso Ferreira e a nova estética da Sampaio, Ferreira & Cia.

[1084] Jornal do Ave. "Memória Aberta" vence concurso para revitalizar a Sampaio Ferreira. 23 de fevereiro de 2017. P.11.

premiação de propostas que apresentassem essa nova configuração do espaço fabril não parece representar qualquer tentativa de rompimento com o passado evocado pela própria arquitetura da Sampaio, Ferreira & Cia., cuja estrutura material nada mais fez do que fortalecer as narrativas memorias hegemônicas sobre Narciso Ferreira.[1085]

Ao contrário, parece ser o reforço destas narrativas a partir de uma nova configuração do espaço; sem modificar, portanto, sua carga simbólica essencial. Isso porque o enquadramento do monumento a Narciso Ferreira e manutenção de sua escala no complexo edificado parece ter sido decisivo na avaliação das propostas. A respeito de CA017, o júri caracterizou positivamente as escolhas em torno do monumento ao afirmar que fazia

> *um bom enquadramento do monumento sem lhe retirar a escala certa e revelando o mesmo domínio da escala adequada à situação no desenho do corpo novo, quer no que diz respeito à morfologia urbana na qual se insere, quer na ambição do investimento.*[1086]

Já na avaliação de CA016, o júri afirmou que o *"'desamparo' do Monumento, decorrente das demolições propostas à sua volta, resultaria numa desfavorável leitura do mesmo, retirando-lhe "escala" e envolvimento"*.[1087]

Assim, é possível que a reabilitação do complexo fabril e a refuncionalização de seus espaços acabasse por perpetuar simbolicamente as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. ao buscar dar mais visibilidade àquilo que melhor pudesse representar sua obra e de seus herdeiros. Reabilitar o complexo fabril poderia ser também, portanto, uma maneira de posicionar o patrimônio industrial da Sampaio, Ferreira & Cia. na liderança da própria *"revitalização do tecido urbano"* e na *"alteração do posicionamento estratégico da zona envolvente, com efeitos diretos no desenvolvimento das dinâmicas empresariais, comerciais e socioeconômicas do Vale do Ave"*.[1088]

Não por acaso, tanto na divulgação dos resultados na imprensa quanto na cerimônia de entrega dos prêmios, a ênfase foi sobre a possibilidade de a Sampaio, Ferreira & Cia. tornar-se

---

[1085] Cf. Parte III, Capítulo 2. A memória edificada: o monumento a Narciso Ferreira e a nova estética da Sampaio, Ferreira & Cia.

[1086] EArq. Relatório final do júri. 03 de fevereiro de 2017. P.04.

[1087] EArq. Relatório final do júri. 03 de fevereiro de 2017. P.04.

[1088] EArq. Resultados do Concurso de Ideias Desafios Urbanos'16. 23 de fevereiro de 2017. In https://espacodearquitetura.com/eventos/resultados-do-concurso-de-ideias-desafios-urbanos16/

um atrativo para investidores, como afirmou o próprio presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão: *"agora entramos numa nova etapa em que queremos atrair os privados a investir aqui, abrindo este contexto de oportunidade e de dinâmica económica"*.[1089]

O único passado com o qual o concurso de ideias parecia querer romper era o passado recente de falência, desemprego, abandono e arruinamento. Nesse sentido, o passado lembrado pelas propostas premiadas no concurso de ideias, que evocava o teor das narrativas memoriais hegemônicas, parece que teria, na verdade, uma função restauradora da ordem no presente de modo a permitir vislumbrar um futuro mais próspero, ainda que isso pudesse acabar por significar o fortalecimento de uma memória social e culturalmente delimitada e idealizada sobre o passado.

[1089] VNF. Riba de Ave quer atrair investidores. 21 de fevereiro de 2017. https://www.vilanovadefamalicao.org/?it=printnew&co=35076

Capítulo 7. A memória controlada: as narrativas memoriais hegemônicas e os discursos patrimoniais sobre a Sampaio, Ferreira & Cia.

Na Terra da Memória, o tempo é sempre Agora.
(Stephen King, "Canção de Susannah")

Quem controla o passado, controla o futuro.
Quem controla o presente, controla o passado.
(George Orwell. "1984")

As narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. se consolidaram ao longo ao século XX e se perpetuaram a partir de múltiplas manifestações. Crônicas eram escritas periodicamente para lembrar de Narciso Ferreira[1090] e a própria Sampaio, Ferreira & Cia., quando ele ainda era vivo, buscara consolidar simbolicamente uma imagem de progresso que se alinhava com os valores pelos quais seu fundador viria a ser lembrado.[1091]

Desde os primeiros anos de existência da Sampaio, Ferreira & Cia., sua materialidade fabril não foi mera consequência passiva das mudanças na atividade produtiva, mas participou ativamente do fortalecimento político e social da fábrica em si e de Narciso Ferreira em Riba d'Ave, tendo, inclusive, alterado as dinâmicas de poder local.[1092]

Após a morte de Narciso Ferreira, a própria arquitetura da fábrica e o monumento erigido em sua homenagem faziam referências aos valores que a ele deveriam ser associados.[1093] Nesse processo, os valores atribuídos pelas narrativas memoriais a Narciso Ferreira foram incorporados à imagem que se buscava construir sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. e que foram transmitidas,

[1090] Cf. Parte II, Capítulo 2. A memória construída: as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira.

[1091] Cf. Parte II, Capítulo 3. A memória celebrada: a Sampaio, Ferreira & Cia. na dinâmica simbólica da industrialização.

[1092] Cf. Parte II, Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1896-1933).

[1093] Cf. Parte III, Capítulo 2. A memória edificada: o monumento a Narciso Ferreira e a nova estética da Sampaio, Ferreira & Cia.

dentre outras formas, pela fotografia e iconografia produzida sobre ela[1094] e pela própria Riba d'Ave, por meio da urbanização desenvolvida a partir das obras arquitetônicas e urbanísticas ligadas à fábrica e aos herdeiros de Narciso Ferreira.[1095]

Todas estas manifestações das narrativas memoriais hegemônicas fazem referência aos valores atribuídos a Narciso Ferreira e ao impacto dos seus empreendimentos cuja origem estava na Sampaio, Ferreira & Cia. A fábrica, por sua vez, foi lembrada como catalizadora dos impactos sociais em Riba d'Ave a partir dos investimentos infraestruturais na localidade, pois possibilitou a criação da escola, do hospital, do teatro, do mercado etc.; tendo promovido mudanças urbanísticas e paisagísticas na localidade; e obtido importância econômica fundamental na Bacia do Ave como dos pilares da produção têxtil da região.

As múltiplas manifestações que as narrativas memoriais hegemônicas assumiram ao longo do tempo dialogaram entre si e convergiram para uma mesma direção na qual foram destacados apenas aspectos positivos e omitidos quaisquer aspectos negativos da trajetória de Narciso Ferreira e da Sampaio, Ferreira & Cia. Essa seleção memorial, por sua vez, acabou por ser transmitida do fundador-pai aos herdeiros-filhos e da fábrica-mãe à Riba d'Ave por meio das narrativas memoriais hegemônicas.[1096]

As narrativas memoriais hegemônicas homogeneizaram a história em torno do patrimônio vinculado a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia., alheando-a dos conflitos, das subjetividades, das individualidades, das idiossincrasias, da multiplicidade de experiências (físicas, psíquicas e sensoriais) etc. que historicamente suscitam a experiencia do espaço urbanizado e industrial.

Observa-se nesse processo, portanto, o que Ricoeur (2007 [2004]) chamou de abusos da memória e do esquecimento. Afinal, a *"função mediadora da narrativa"*, cujo *"caráter* [é] *inelutavelmente seletivo"* e *"comporta necessariamente uma dimensão seletiva",* permite que *"os abusos de memória"* se tornem *"abusos de esquecimento",* permitindo a *"ideologização da memória".* Isso porque os *"recursos de variação que o trabalho de narrativa oferece"* se

[1094] Cf. Cf. Parte III, Capítulo 2. A memória edificada: o monumento a Narciso Ferreira e a nova estética da Sampaio, Ferreira & Cia.; e Parte IV, Capítulo 2. A memória retratada: as fotografias industriais da Sampaio, Ferreira & Cia. no acervo Domingos Alvão

[1095] Cf. Parte V, Capítulo 2. A memória urbanizada: a produção do espaço urbano em Riba d'Ave.

[1096] Cf. Parte VII, Capítulo 3. A memória transmitida: o legado memorial de Narciso Ferreira.

introduzem precisamente por *"estratégias do esquecimento"* como *"narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela"* (Ricoeur, 2007 [2004], p. 455).

Assim, tal como a memória, o esquecimento pode ter um comportamento passivo e ativo:

> *A falta excessiva de memória, de que se falou em outro lugar, pode ser classificada como esquecimento passivo, na medida em que pode aparecer como um déficit do trabalho de memória. Mas, enquanto estratégia de evitação, de esquiva, de fuga, trata-se de uma forma ambígua, ativa tanto quanto passiva, de esquecimento. Enquanto ativo, esse esquecimento acarreta o mesmo tipo de responsabilidade que a imputada aos atos de negligência, de omissão, de imprudência, de imprevidência (...)* (Ricoeur, 2007 [2004], p. 455)

Portanto, paralelamente à consolidação das narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., houve um processo não apenas de esquecimento passivo, mas também ativo; de silenciamento das narrativas dissonantes[1097] em que se privou ativamente sujeitos históricos *"de seu poder originário de narrarem a si mesmos"* (Ricoeur, 2007 [2004], p. 455).

Em Riba d'Ave, este *"enquadramento da memória"* (Pollak, 1992; Pollak, 1989), entretanto, ocorreu sem *"problemas de disputa política",* sem que se constituísse um *"objeto de disputa importante"* que são *"comuns"* na determinação de eventos, datas e acontecimentos que serão *"gravados na memória de um povo"* (Pollak, 1992, p. 204). Não houve verdadeiramente *"tensões e conflitos"* (Pereiro, 2004, p. 04) nem uma *"guerra das memórias"* (Ansart, 2001, p. 32); e, se houve, o vencedor é evidente.

Ainda que se admita a perspectiva da memória multidirecional de Rothberg (2009), que defende a ideia da memória não competitiva, *"sujeita a constante negociação, referências cruzadas e empréstimos"* (Rothberg, 2009, p. 03); é necessário considerar que *"o reconhecimento dos passados – e sobretudos dos passados de injustiça e sofrimento – depende do poder que os grupos sociais têm ou não para inscrever socialmente as suas narrativas e para desafiar as representações dominantes na sociedade"* (Cardina, 2016, p. 33).

[1097] Cf. Parte III, Capítulo 3. A memória silenciada: Narciso Ferreira e a Sampaio, Ferreira & Cia. na imprensa operária no início do século XX; e Parte VI, Capítulo 2. A memória suprimida: as transgressões da Sampaio, Ferreira & Cia.

Para Rothberg, *"a multidirecionalidade da memória"* permite

> *pensar na esfera pública como um espaço discursivo maleável no qual grupos não simplesmente articulam posições estabelecidas, mas na verdade passam a existir por meio de suas interações dialógicas com outros; tanto os sujeitos quanto os espaços do público estão abertos à reconstrução contínua. (Rothberg, 2009, p. 05)*

Entretanto, pensar que *"a memória não é propriedade exclusiva de grupos particulares, mas, em vez disso, emerge em um processo dinâmico de diálogo, contestação e troca que torna as memórias e os grupos híbridos, abertos e sujeitos a renegociação"* (Rothberg, 2014, p. 126); não exclui a necessidade de questionar em que bases se dão esses diálogos, contestações, trocas e negociações, pois a maleabilidade da esfera pública está sujeita às relações de poder ali existentes de tal modo que *"memória e esquecimento/silenciamento são construções forjadas na relação dialética com a ordem social e política vigente"* (Cardina, 2016, p. 33). Conforme assinala Cardina,

> *Estados, nações e comunidades possuem "políticas de memória", ou seja, mecanismos através dos quais se selecionam marcos históricos e se constituem narrativas, instituições e valorações que as dotam de conteúdo e sentido. E que as "políticas da memória", assim entendidas, não são indissociáveis das "políticas de silêncio", através das quais se constroem e ativam versões seletivas do ocorrido. (Cardina, 2016, p. 33)*

Seja qual for a perspectiva, fica evidente que é no presente que a memória será selecionada, construída e pensada para ser preservada ao futuro. E, se é possível afirmar que *"a elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente"* e que *"é do presente (...) que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar"* (Meneses, 1992, p. 11); não seria equivocado afirmar que as narrativas memoriais hegemônicas foram constantemente reelaboradas (em diferentes presentes ao longo do tempo) a partir de novas manifestações precisamente para reafirmar o poder, mesmo que simbólico, dos que fizeram uso das memórias sobre a Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia.

Nesse sentido, a patrimonialização transformou a cultura material vinculada a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia.[1098] em uma *"síntese simbólica que representa um projeto por meio de uma narrativa histórica que será continuamente reformulada"* (Slavutsky, 2017, p. 38).

[1098] Cf. Parte VII, Capítulo 4. A memória preservada: a patrimonialização da área urbana de Riba d'Ave.

Por sua vez, as ações patrimoniais, como a RPI,[1099] a comemoração dos 150 anos de Narciso Ferreira, o Museu da Memória Viva[1100] e, mais recentemente o concurso de ideias Desafios Urbanos'16 para a revitalização da fábrica;[1101] são parte do processo de reelaboração das formas, manifestações e reafirmações permanentes das narrativas memoriais hegemônicas.

Ao adotar *"critérios de referência"* que orientaram *"a experiência do recordar e do esquecer"* (Tedesco, 2013, p. 349), o patrimônio em Riba d'Ave, portanto, evidencia-se como uma política de memória *"para decidir o que, quando, como, onde... lembrar, das modalidades de representação do passado"* (Tedesco, 2013, p. 347). Dessa forma, serve a *"um discurso legitimado/legitimador que visa impor uma visão do passado/presente"* e *"responde às relações de poder"* (Slavutsky, 2017, p. 38) ali estabelecidas; tendo tido papel fundamental na sua produção e reprodução, bem como na legitimação da própria autoridade política (McDowell, 2008, p. 37; Edkins, 2006, p. 101; Smith, 2006, p. 50). Afinal, *"o passado memorizado como domínio das oligarquias"* é uma forma de *"exercício efetivo do poder político"* que, *"além de periodizar a história, define o lugar onde ela deve ser lida"* (De Decca, 2004 [1981], p. 73).

Em Riba d'Ave, a patrimonialização buscou preservar simbolicamente o *"apogeu industrial"* nas formas e na arquitetura do núcleo urbano, perpetuando-o *"pela preservação"* e transformando *"esses locais em monumentos da memória"* (Dezen-Kempter, 2011, p. 01).

Estes *"lugares de memória"* (Nora, 1993; 2008 [1986]) supõem

> *desde o início, a reunião de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, ora material, ora menos, inscrita no espaço, tempo, linguagem, tradição e uma realidade puramente simbólica, portador de uma história. (...) Um lugar de memória, então: toda unidade significativa, de uma ordem material ou ideal, em que a vontade dos homens ou a obra do tempo transformaram em um elemento simbólico da herança memorial de qualquer comunidade.* (Nora, 2008 [1986], p. 111).

Para Nora *"os lugares de memória são, antes de tudo, restos"* nos quais sua *"consciência comemorativa"* se manifesta por meio de *"museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações";* que estruturam

[1099] Cf. Parte VII, Capítulo 5. A memória fracassada: a Sampaio, Ferreira & Cia. na Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave.

[1100] Cf. Parte VII, Capítulo 3. A memória transmitida: o legado memorial de Narciso Ferreira.

[1101] Cf. Parte VII, Capítulo 6. A memória revitalizada: o Concurso de Ideias para revitalizar a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.

as *"ilusões de eternidade"* que se manifestam por meio dos *"aniversários, (...)* [das] *celebrações, (...)* [dos] *elogios fúnebres"* (Nora, 1993, pp. 12-13).

Ou seja, as *"práticas comemorativas" permitem "pensar sobre a relação entre cultura material e memória"*, na qual a cultura material *"fornece a base para conectar a lembrança individual e coletiva"* e permite a continuidade das tradições (Jones A. , 2007, p. 46). Para Nora, essa *"vigilância comemorativa"* impede que se ameace a força dos lugares de memória e das comemorações que os sustentam. Em contrapartida, só o fazem porque aquilo que *"defendem"* sofre constante ameaça de desaparecer, pois só existem porque a realidade social não vive *"verdadeiramente as lembranças que eles envolvem"* (Nora, 1993, pp. 12-13).

Na verdade, isso acaba por evidenciar que os lugares de memória são *"recursos textuais em torno dos quais narrativas específicas são escritas e negociadas e, assim, tornam-se ferramentas culturais nos processos de recordar"* (Smith, 2006, p. 64). Talvez aí resida a importância da repetição atualizadora das narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., das quais o patrimônio é uma de suas manifestações; pois, uma vez que os cidadãos se engajam ativa e criticamente com o patrimônio, é necessário reforçar a perspectiva hegemônica para se tentar garantir sua reprodução e perpetuação.

Nesse sentido, a patrimonialização e as ações patrimoniais sobre a cultura material associada a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia. funcionaram como ativadores das memórias das narrativas hegemônicas para reforçar seu conteúdo, dando continuidade à prática de encontrarem diferentes manifestações ao longo do tempo com vistas a *"inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado"* (Hobsbawn, 1997, p. 09). Não são apenas, porém, as ações patrimoniais, em si, tradições inventadas, mas também o próprio revestimento periódico das narrativas memoriais hegemônicas em diferentes roupagens, ao longo do tempo, sendo a manifestação da cultura material a que se referem como patrimônio, a mais recente.

No caso específico do patrimônio material, o vínculo a essas narrativas concede a essas memórias *"uma realidade tangível"* que as legitima no *"senso comum"* e as torna *"um poderoso mecanismo de controle e regulação"*, de modo que *"qualquer quebra na tradição material de uma atividade ou ritual, torna as memórias que ela representa separadas do presente e, portanto, relegadas à história - e não mais parte de memória coletiva ou 'viva'"* (Smith, 2006, p. 61).

Portanto, a força das narrativas memoriais hegemônicas recai sobre a capacidade de se atualizar periodicamente por meio de diferentes manifestações, das quais o patrimônio (sobretudo material) faz parte precisamente porque se estruturou sobre elas. A capacidade de perdurar fisicamente faz da cultura material um instrumento de conexão com *"ações e eventos passados"* com a finalidade de evocar memórias e construir significados (Jones A. , 2007, pp. 56-57). Dessa maneira, *"a perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fonte do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias, grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio"* (Canclini, 2000 [1989], p. 160).

Então, embora *"monumentos, memoriais e edifícios que foram investidos em significado"* estejam *"sujeitos a interesses concorrentes"* e *"as mensagens que transmitem estejam abertas a interpretações contestadas"* (McDowell, 2008, p. 43), não é o que parece ter ocorrido quando se trata da cultura material vinculada a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia. em Riba d'Ave, pois a estruturação do patrimônio, dos lugares de memória e das ações patrimoniais, a partir das narrativas memoriais hegemônicas, contribuiu para o silenciamento de contestações e outros significados que pudessem adquirir.

Neste processo, a patrimonialização da cultura material associada a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia. e as ações patrimoniais funcionaram como rituais de legitimação do passado narrado pelas memórias hegemônicas e de atualização do mito fundador de Narciso Ferreira e da Sampaio, Ferreira & Cia.[1102] A patrimonialização, a produção dos lugares de memória e o conjunto de ações patrimoniais podem ser caracterizadas como *"operações de ritualização cultural",* práticas que servem para legitimar *"aqueles que as construíram ou se apropriaram delas".* Afinal, *"o patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado"* e tem seu significado construído visual e cenicamente (Canclini, 2000 [1989], pp. 161-162).

Para Canclini, *"a teatralização do patrimônio é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora"* sobre a qual se atua no presente. É precisamente essa teatralização do que *"já está prescrito"* que sustenta políticas culturais autoritárias; que estreita os vínculos entre cultura e poder; e que confunde realidade e representação (Canclini, 2000 [1989], pp. 162-163):

[1102] Cf. Parte II, Capítulo 3. A memória celebrada: a Sampaio, Ferreira & Cia. na dinâmica simbólica da industrialização.

> *Celebra-se o patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. Os ritos legítimos são os que encenam o desejo de repetição e perpetuação da ordem.* (Canclini, 2000 [1989], p. 163) [Assim,] *"celebrações, festividades, exposições e visitas aos lugares míticos, de todo um sistema de rituais no qual se organiza, rememora e confirma periodicamente a 'naturalidade' da demarcação que fixa o patrimônio originário e 'legitimo'"* (Canclini, 2000 [1989], p. 165).

Os mitos celebrados, como os de Narciso Ferreira e da Sampaio, Ferreira & Cia., não refletem as condições de vida de uma sociedade, mas são o resultado de uma seleção de dados, fatos e características escolhidos *"conforme os projetos de legitimação política"* (Canclini, 2000 [1989], p. 190) daqueles que constroem as narrativas que engendram as celebrações.

Desta maneira, como observa Lowenthal (2009 [1996]), se a memória não for ensaiada ritualisticamente *"o tempo logo a distancia além da retenção"* e *"até os eventos mais marcantes desaparecem à medida que recuam para o passado distante"* (Lowenthal, 2009 [1996], p. 123). Portanto, o patrimônio *"transmite mitos exclusivos de origem e continuidade"* (Lowenthal, 2009 [1996], p. 128) e os lugares de memória assumem seu caráter pedagógico *"ao imprimirem, ou buscarem imprimir, uma continuidade temporal com o passado, a partir (...) dos valores do presente"* (Motta, 2012, pp. 26-27).

Assim, a patrimonialização em si e as ações patrimoniais junto à cultura material edificada, como a RPI; a musealização urbanística na Avenida Narciso Ferreira em Riba d'Ave; as criações de lugares de memória como o Museu da Memória Viva; são mudanças feitas no presente sobre os restos do passado, *"sob forma de reconstruções e reordenamentos"* que acabam por informar *"sobre o trabalho de remodelação da memória coletiva"* (Olivier, 2004, pp. 204-205).

Afinal, a memória é *"um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente"* (Nora, 1993, p. 09) e que *"só se explica pelo presente";* o que explica *"por que a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente"* (Motta, 2012, p. 25).

No entanto, ao serem incorporadas e ritualizadas como patrimônio, as narrativas memoriais hegemônicas não apenas atualizam o mito fundador no presente e legitimam o passado idealizado sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia.; mas também ganharam ares

de *"discurso autorizado"* (Smith, 2006) ao serem legitimadas pelo verniz do método científico que deveriam ter as instituições de preservação do patrimônio.

Afinal, o reconhecimento público que recebem as autoridades do patrimônio, como as *"agências culturais do Estado e sociedades de utilidade pública",* depende também do que elas dizem saber sobre a cultura material (e imaterial) a ser preservada. E este saber é uma forma de reivindicar poder (Smith, 2006, p. 11) sobre a sociedade em que se encontra o patrimônio, afinal elas estruturam também as práticas patrimoniais oficiais com as quais os cidadãos devem se engajar a partir de um significado predeterminado sobre a cultura material e imaterial preservada.

Por outro lado, são também as relações de poder que identificam quem tem *"capacidade ou autoridade para 'falar' sobre ou 'em prol' do patrimônio... e aqueles que não têm".* Isso não apenas reduz ainda mais a *"multivocalidade de muitos valores e significados do patrimônio"* (Smith, 2006, p. 12), como serve para desempoderar *"o presente de reescrever ativamente o significado do passado",* pois dificulta *"o uso do passado para desafiar e reescrever o significado cultural e social no presente"* (Smith, 2006, p. 29) de modo a contribuir para a manutenção das relações de poder existentes.

Em Riba d'Ave, o caráter de discurso autorizado, que assumem as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., decorre exatamente do fato de que elas foram estruturantes do processo de patrimonialização e das ações patrimoniais sobre cultura material associada à Sampaio, Ferreira & Cia.

As ações patrimoniais, como a RPI e a coleção do Museu da Memória Viva, pouco refletiram criticamente sobre quais memórias foram preservadas, sobre as implicações sociais da seleção de algumas e não de outras ou sobre os possíveis impactos que essas memórias podem ter nas políticas preservacionistas e na formação identitária local; tendo se contentado apenas com a reprodução de memórias positivas sobre Narciso Ferreira, seus herdeiros, e as obras sociais e industriais a eles vinculadas, especialmente a Sampaio, Ferreira & Cia.

Na verdade, a própria construção discursiva do patrimônio faz parte dos processos culturais e sociais que compõem o patrimônio (Smith, 2006, p. 13) e, como tal, parece estar sujeita às mesmas pressões que o constituem, assim como as práticas e ações que desenvolvem. Por sua vez, portanto, as diferentes práticas patrimoniais e a cultura material patrimonializada são constituídas pelos discursos que, ao mesmo tempo, refletem e constroem (Smith, 2006, p. 13).

Não é acaso, portanto, que as narrativas que estruturaram a patrimonialização e as ações patrimoniais em torno da Sampaio, Ferreira & Cia. em muito lembram a produção historiográfica do século XIX, cujo caráter positivista centrava-se numa narrativa eminentemente política e vinculada a grandes personalidades e seus grandes feitos. A própria produção do patrimônio reflete e estrutura as relações de poder na sociedade em que foram constituídos e sua materialidade é uma *"declaração física brutal, pelo menos dentro dos limites dos discursos autorizados, do poder, universalidade, objetividade e alcance cultural dos possuidores desse patrimônio"* (Smith, 2006, p. 53).

Afinal, as narrativas memoriais hegemônicas colocavam Narciso Ferreira e seus herdeiros como provedores das benesses que se constituíram as infraestruturas financiadas por seus empreendimentos industriais; enquanto trabalhadores e trabalhadoras fabris eram espectadores e coadjuvantes. Mesmo as referências aos bairros dos operários, o valor histórico que lhes foi atribuído está vinculado aos fundadores e não aos seus habitantes.[1103]

Assim, as entidades envolvidas nas ações preservacionistas, públicas e/ou privadas, ao reproduzirem as narrativas memoriais hegemônicas, acabaram por atuar como herdeiras e fiéis depositárias não apenas dos valores preservados em torno de Narciso Ferreira e da Sampaio, Ferreira & Cia., mas também de seu capital simbólico e político.

Consequentemente, as narrativas memoriais hegemônicas na posição de discurso autorizado acabam por *"obscurecer ativamente as relações de poder que o originam"* (Smith, 2006, p. 17), pois, tal como foram as relações de poder que nortearam o teor e as diferentes manifestações das narrativas memoriais hegemônicas; são relações de poder, escoradas na autoridade do poder público e das instituições privadas, como a Fundação Narciso Ferreira, que orientaram a preservação e direcionaram a patrimonialização das obras industriais e sociais de Narciso Ferreira e seus herdeiros.

Afinal, memória, cultura material e patrimônio possuem caráter político (Carvalho & Funari, 2012, p. 105) e, como tal, fazem com que a patrimonialização seja altamente política; de modo que o patrimônio instrumentaliza a memória na luta pelo poder, podendo ser moldado de

[1103] Cf. Parte V, Capítulo 2. A memória urbanizada: a produção do espaço urbano em Riba d'Ave.

acordo com as necessidades do poder (McDowell, 2008, p. 37). Portanto, o exercício do poder pode

> *influenciar, ditar ou definir o que é lembrado e, consequentemente, o que é esquecido. (...) Sua presença visual muito pública traduz poderosas mensagens ideológicas que nunca são apolíticas e garante que as mensagens que transmitem estejam abertas a interpretações contestadas.* (McDowell, 2008, p. 43)

Desta forma, para McDowell, seriam *"aqueles com mais em jogo em termos políticos, e aqueles com maior capacidade de exercer poder"* que teriam mais *"interesse na produção de locais de patrimônio cultural"* e que, para isso, *"colocam o passado em foco para legitimar uma ordem social presente"*. Não por acaso, o patrimônio é *"frequentemente definido por um grupo dominante dentro de uma sociedade específica"* e os *"lugares de memória como monumentos, placas, museus e espaços arquitetônicos simbólicos"* funcionam como *"lembretes estáticos e permanentes do passado concretizados no presente"* (McDowell, 2008, p. 44).

Por sua vez, esta concretização no presente por meio do patrimônio evidencia a própria força das narrativas memoriais hegemônicas e do seu capital simbólico (Bourdieu, 1989),[1104] pois a patrimonialização e as ações patrimoniais são manifestações rituais de reconhecimento, prestígio e poder que permitem a perpetuação de *"hierarquias sociais"* em que se impõem *"significados sociais e representações da realidade"* a serem *"internalizados (...) como naturais e legítimos"* por outros sujeitos sociais para perpetuar e *"legitimar estruturas de dominação"* (Jackson, 2009, pp. 110-111).

Dessa forma, o mundo social não apenas é constituído pela materialidade, mas a própria materialidade permite constituí-lo (Miller D. , 1998, p. 03) de modo que, em um movimento fluido *"de relações entre as pessoas e o mundo material",* ambos se envolvem em um *"processo de criação mútua"* em que *"é a relação entre cada um que dá às coisas e às pessoas seu caráter"* (Jones A. , 2007, p. 36). Afinal, o patrimônio como *"cultura material representa uma objetificação do passado, mas também é experimentada subjetivamente"* (Jones A. , 2007, p. 53).

Esse potencial relacional do patrimônio fortalece sua capacidade de participar ativamente da construção de identidades ao fazer com que a memória, por ele modelada, evocada e

[1104] Cf. Parte II, Capítulo 2. A memória construída: as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira.

perpetuada; crie e fortaleça relações com o passado (Smith, 2006; Ricoeur, 2007 [2004]; Hobsbawn & Ranger, 1997; Lowenthal, 2009 [1996]; 2002 [1985]; Pollak, 1992; 1989; Le Goff, 1990; 1991 [1977]; Nora, 2008 [1986]; Halbwacks, 1990 [1950]).

A atribuição de significado aos lugares de memória e ao patrimônio permite com que se estimulem práticas relacionais (físicas ou emocionais) capaz de unir as pessoas em termos de pertença de modo a fortalecer o senso de identidade individual e coletiva (McDowell, 2008; Creswell, 2004; Olivier, 2004; Kuusisto, 1999).[1105] Com o patrimônio, o passado deixa de ser algo abstrato e adquire uma realidade material que, por sua vez *"tem consequências materiais para a identidade e o pertencimento da comunidade",* funcionando como uma *"representação simbólica da identidade"* (Smith, 2006, pp. 29-30)

Ao serem alocados e preservados em áreas públicas (ou, ao menos, de acesso público) como *"símbolos da identidade",* o patrimônio é capaz de tornar os lugares de memória espaços cerimoniais que transmitem a ideia de que as memórias ali preservadas dizem respeito à coletividade e que são de *"todos";* ainda que isso se refira a *"um conjunto social claramente delimitado, os que habitam a cidade, o bairro ou a nação"* (Canclini, 2000 [1989], p. 191). Ou seja, pequenas comunidades também usam *"elementos simbólicos para definir e constituir quem são - e quem não são - e para aderir a conjuntos específicos de valores e hábitos de grupo"* (Smith, 2006, p. 49).

Dessa forma, tanto a cultura material preservada quanto os lugares de memória aos quais estão atrelados agem como renovadores da *"solidariedade afetiva"* e *"se justificam como lugares onde se reproduz o sentido que encontramos ao viver juntos"* (Canclini, 2000 [1989], p. 191).

Por outro lado, isto significa que o patrimônio está submetido constantemente a processos de construção e reconstrução de seu significado, de apropriações e reapropriações, significações e ressignificações; a partir dos diferentes sujeitos e grupos, que com ele se relacionam, e das transformações sociais ao longo do tempo (Avrami, Macdonald, Mason, & Myers, 2019; Apaydin, 2018; Moore & Whelan, 2007), de modo que são múltiplas as próprias identidades a serem potencialmente originadas e reforçadas.

[1105] Cf. Parte VII, Capítulo 3. A memória transmitida: o legado memorial de Narciso Ferreira.

Por isso, embora o patrimônio se escore no passado, sua produção diz respeito às reivindicações identitárias do presente, podendo servir tanto à legitimação quanto à refutação do que representam, pois carregam consigo *"narrativas de inclusão e exclusão, continuidade e instabilidade"* (McDowell, 2008, p. 49) e as próprias *"desigualdades em sua formação e apropriação"* fazem com que ele seja um *"espaço de luta material e simbólica"* (Canclini, 2000 [1989], p. 195).

Portanto, se o patrimônio está sempre *"sujeito a contestação e vinculado à construção, reconstrução e desconstrução de memória e identidade"* (McDowell, 2008, p. 43), os espaços onde estão alocados e preservados os bens patrimoniais, sobretudo quando são públicos, tornam-se um campo de disputa de narrativas memoriais e de identidades e *"podem operar como locais dicotômicos de unificação e locais de divisão",* pois *"é improvável (...) que todos em uma comunidade (...) deem apoio igual à lembrança de um aspecto particular do passado"* (McDowell, 2008, p. 45).

Entretanto, o discurso autorizado do patrimônio *"promove explicitamente a experiência e os valores das classes sociais de elite"* (Smith, 2006, p. 30), de modo que a própria ideia de que o patrimônio é coletivo não apenas pode funcionar como um filtro minimizador das diferenças sociais na aparência, mas acaba por reforçá-las efetivamente; como também pode funcionar como um dispositivo de supressão das disputas memoriais e identitárias.

Na verdade, segundo Smith (2006, p. 31), *"tradicionalmente, o patrimônio tem sido concebido no âmbito dos discursos autorizados",* reduzindo seu conceito a locais *"discretos"* e *"administráveis",* a objetos e a edifícios ou outros tipos de estrutura *"com limites identificáveis que podem ser mapeados, pesquisados, registrados e colocados em registros de sites nacionais ou internacionais".* Isso contribuiria para *"reduzir os conflitos sociais, culturais ou históricos sobre o significado, valor ou natureza do patrimônio, ou mais amplamente o passado";* e para *"ofuscar debates culturais e históricos"* pelo estabelecimento de *"limites conceituais e de conhecimento rigorosos em torno dos significados e valores dados a esses locais".* Com essa redução e ofuscamento promovidos pela estruturação patrimonial a partir dos discursos autorizados, os debates e os conflitos sobre o patrimônio se convertem em *"conflitos discretos e específicos sobre locais individuais e / ou problemas técnicos de gerenciamento de sítios"* (Smith, 2006, p. 31).

Em Riba d'Ave, esse processo se verifica por duas razões: em primeiro lugar porque as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., que estruturaram a patrimonialização e as ações patrimoniais, buscaram eliminar a verticalização e hierarquização do ambiente fabril, sem que, no entanto, tivesse havido qualquer rompimento com a estrutura de poder na fábrica ou na própria comunidade.[1106]

Em segundo lugar, porque não houve debate real sobre o significado da preservação daquela cultura material nem sobre como a comunidade poderia participar diretamente desse processo. Afinal mesmo quando a comunidade fora chamada a participar (por meio do *"Programa de Participação e Envolvimento da Comunidade"* vinculado ao *"Famalicão Visão'25 – 25 Ideias de Futuro"*), as atividades foram apenas sensibilizadoras ou para ouvir ideais sobre o que fazer com o patrimônio abandonado; não tendo, portanto um caráter deliberativo.[1107]

Em Riba d'Ave, as ações patrimoniais sempre guiaram a maneira pela qual a comunidade deveria se relacionar com o patrimônio, como no caso da RPI e do Museu da memória Viva; e mesmo lhe seria permitido participar, como no caso do concurso de ideias Desafios Urbanos'16, que era restrito apenas à classe de arquitetos. Dessa forma, como observa Smith, fica evidente que

> *outro aspecto da ofuscação e tentativa de excluir discursos concorrentes dos discursos autorizados é a maneira como ela constrói o patrimônio como algo com o qual se deve engajar passivamente – embora possa ser objeto de "olhar" popular, esse olhar é passivo no qual o público consumirá acriticamente a mensagem do patrimônio construída por especialistas em patrimônio.* (Smith, 2006, p. 31)

Portanto, como afirma Canclini, *"os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, mesmo que formalmente pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem"* (Canclini, 2000 [1989], p. 192).

Assim, tanto o patrimônio em si, quanto os ritos patrimoniais junto à cultura material associada a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia. parecem ter acabado por funcionar como *"dispositivos para neutralizar a heterogeneidade, reproduzir autoritariamente a ordem e as diferenças sociais"* (Canclini, 2000 [1989], p. 192) e podem ter estabelecido uma *"visão*

[1106] Cf. Parte II, Capítulo 2. A memória construída: as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira.

[1107] Cf. Parte VII, Capítulo 3. A memória preservada: a patrimonialização da área urbana de Riba d'Ave.

monocultural da identidade" (Carvalho & Funari, 2012, p. 106) e suprimido *"a identidade de grupos minoritários ou menos poderosos"* (McDowell, 2008, p. 45), mesmo que apenas no plano simbólico.

Afinal, as ações patrimoniais nas edificações e espaços associados a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia., como organizadas, além de verticalizadas, ampararam-se nas narrativas memoriais hegemônicas, colocando em segundo plano a representatividade social da própria comunidade a quem se dirigiam. Com isso, a atualização do mito de Narciso Ferreira e da Sampaio, Ferreira & Cia. ratifica, *"no mundo simbólico, as distinções estabelecidas pela desigualdade social"* e simula, *"através da encenação cultural, que uma organização social arbitrária é assim e não pode ser de outra maneira"* (Canclini, 2000 [1989], p. 193).

Portanto, uma problemática fundamental em Riba d'Ave parece ser que o processo de patrimonialização da cultura material associada a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia. preservou bens que são historicamente uma manifestação material das mesmas narrativas memoriais que sustentaram o discurso patrimonial. Isso faz com que o próprio patrimônio e as ações patrimoniais possam ser analisados como mais uma forma ou manifestação que as memórias hegemônicas assumiram ao longo da história.

Assim, embora as desigualdades e hierarquias sociais tenham sido dissimuladas por meio da ideia de que o patrimônio pertencia à comunidade, a própria comunidade ficou praticamente ausente do processo de patrimonialização;[1108] pouco foi engajada e representada nas ações patrimoniais;[1109] teve papel reduzido a coadjuvante nas narrativas museológicas e comemorativas;[1110] e foi impedida de participar amplamente da coleta de ideias para revitalização da fábrica.[1111] Isso faz com que a comunidade de Riba d'Ave tenha sido, na prática, excluída como sujeito social ativo da construção do patrimônio que deveria compor sua própria identidade; tal como foram excluídos trabalhadores, trabalhadoras e quaisquer vozes dissonantes e perspectivas divergentes daquelas que se consolidaram nas narrativas memoriais hegemônicas e que formaram

[1108] Cf. Parte VII, Capítulo 3. A memória preservada: a patrimonialização da área urbana de Riba d'Ave.

[1109] Cf. Parte VII, Capítulo 5. A memória fracassada: a Sampaio, Ferreira & Cia. na Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave.

[1110] Cf. Parte VII, Capítulo 4. A memória transmitida: o legado memorial de Narciso Ferreira.

[1111] Cf. Parte VII, Capítulo 6. A memória revitalizada: o Concurso de Ideias para revitalizar a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.

os pilares do discurso autorizado sobre patrimônio associado a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia.

Dessa forma, a patrimonialização da cultura material associada a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia. se torna um instrumento de transmissão vertical dos valores presentes nas narrativas memoriais hegemônicas. Ou seja, apesar de se pretender democrática, plural e de fortalecimento do senso de identidade; acabou por impedir a comunidade de ter sido sujeito ativo na construção do patrimônio local.

Entretanto, em absoluto isso significa que a comunidade de Riba d'Ave não desenvolveu laços de identidade que escapassem à lógica das narrativas memoriais hegemônicas. Apenas coloca em evidência o poder destas narrativas e sua adaptabilidade e capacidade de se metamorfosear em novas formas dadas pelos herdeiros de seu capital simbólico (sejam entidades públicas, como a Câmara de Vila Nova de Famalicão; ou privadas, como a Fundação Narciso Ferreira) para atender às demandas que surgiram ao longo do tempo.

Portanto, a manifestação das narrativas memoriais hegemônicas como patrimônio, embora esteja intrinsecamente relacionada às outras formas que adquiriu, possui uma historicidade própria e se desenvolveu também como um instrumento para fazer face à realidade do seu próprio presente, do momento em que se iniciaram os processos de patrimonialização às ações patrimoniais que ainda se desenvolvem. Por isso, não parece ter sido acaso que ambos tenham emergido no mesmo período em que a desindustrialização da Bacia do Ave era uma realidade concreta e em que a Sampaio, Ferreira & Cia. aprofundava sua decadência econômica e produtiva.

A manifestação das narrativas memoriais como patrimônio permitiria tentar apaziguar as tensões do presente, por meio de referências a um passado idealizado; e criar perspectivas positivas de futuro em meio a uma realidade de decadência, desemprego e degradação material que se impôs social e economicamente. Realidade essa que poderia expor a fragilidade tanto do sistema econômico e social quanto das próprias narrativas memoriais hegemônicas que o sustentam e com as quais se alimentou por décadas uma comunidade que passara a ser diretamente afetada pela desindustrialização.

Portanto, o potencial desafiador dos *"discursos"* (DeSilvey & Edensor, 2012, p. 05), das *"versões"* (Edensor, 2005, p. 15) e das *"ideologias"* (Schönle, 2006, p. 653) do progresso[1112] está presente na cultura material abandonada, degradada e arruinada da Sampaio, Ferreira & Cia.; e ameaça tanto a persistência da memória consolidada pelas narrativas hegemônicas quanto o seu *"tempo vazio e homogêneo"* (Benjamin, 1987 [1940], p. 229) preso à idealização do passado.

Neste sentido, por esta razão, as ações patrimoniais, sobretudo nos seus eventos inaugurais e de encerramento, tenham trazido à tona o passado idealizado pelas narrativas memoriais hegemônicas para inspirar e trazer esperança de um futuro melhor para a comunidade de Riba d'Ave. Assim ocorreu nas comemorações dos 150 anos de Narciso Ferreira e na inauguração do Museu da Memória Viva;[1113] no *"Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão 2014/2025 - 'Famalicão Visão'25'"* (Visão25) e no *Relatório do Património Edificado e Arqueológico* (PEA);[1114] e nos atos de abertura e encerramento do concurso de ideias Desafios Urbanos'16 para a revitalização da Sampaio, Ferreira & Cia.[1115]

Para Jones, a cultura material tem a capacidade de funcionar como um *"índice"* do passado o que a torna capaz de conectar *"as pessoas ao mundo físico, aos processos temporais e, por meio de sua fisicalidade, direcioná-las para as ações futuras"* (Jones A. , 2007, p. 46). Ou seja, funcionam como mediadores de diferentes temporalidades (Jones A. , 2007, p. 53); tanto porque perduram fisicamente no tempo, de modo a permitir a coexistência física de diferentes passados no presente (Olivier, 2004, p. 204), quanto porque as práticas sociais que as envolvem se ligam, ainda que implicitamente, *"a ações passadas e futuras"* (Jones A. , 2007, p. 53).

Tal como a memória (Pereiro, 2004; Le Goff, 1991 [1977], p. 183; Nora, 1993, p. 09), o patrimônio também seleciona e organiza o passado para utilizá-lo como um recurso na sua relação com o presente e com o futuro (McDowell, 2008, p. 45). Neste sentido, lembranças e esquecimentos e/ou silêncios funcionam como uma forma de *"ajustar o passado com as intenções/ressentimentos, ainda consequentes, do presente e das perspectivas futuras"* (Tedesco, 2013, p. 346).

[1112] Cf. Parte I, Capítulo 3. A memória explorada: explorações urbanas e ruínas contemporâneas.

[1113] Cf. Parte VII, Capítulo 3. A memória transmitida: o legado memorial de Narciso Ferreira.

[1114] Cf. Parte VII, Capítulo 4. A memória preservada: a patrimonialização da área urbana de Riba d'Ave.

[1115] Cf. Parte VII, Capítulo 6. A memória revitalizada: o Concurso de Ideias para revitalizar a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.

Desta maneira, os discursos autorizados justificam a preservação do patrimônio porque ele deve ser transmitido pelas *"gerações atuais"* às *"nebulosas gerações futuras, para sua 'educação'",* com vistas a *"forjar um senso de identidade comum com base no passado"* (Smith, 2006, p. 29). Essa seleção, porém, fortalece uma memória *"positiva e positivista",* pois reafirma *"um passado de riquezas que antecipa um futuro pleno de potencialidades"* (Motta, 2012, p. 25). Como consequência dessa proclamação do patrimônio como um legado às gerações futuras, mais uma vez os discursos autorizados acabam por reduzir a *"capacidade do presente"* de alterar o *"significado e o valor"* do patrimônio (Smith, 2006, p. 29).

Assim, impõe-se que quaisquer ações ou alterações junto à materialidade patrimonializada devem se processar dentro dos limites estabelecidos pelos discursos autorizados sobre o patrimônio e sobre o passado não apenas para reforçá-los, mas também para evitar que se legitimem perspectivas opostas aos discursos dominantes. Por isso, a patrimonialização e as ações patrimoniais sobre a cultura material associada a Narciso Ferreira e à Sampaio, Ferreira & Cia. assumiram também a função de projetar um futuro mais esperançoso tendo como referência estruturante o mesmo passado idealizado pelas narrativas memorias hegemônicas.

Talvez seja por esta razão que o processo de valorização da cultura material produzida pela obra social e industrial de Narciso Ferreira e seus herdeiros em Riba d'Ave tenha ocorrido paralelamente à decadência da atividade produtiva industrial da Sampaio, Ferreira & Cia.; porque este declínio trouxe consigo uma série de transformações materiais que fugiam aos limites dos discursos autorizados. Afinal, ao declínio se seguiu a falência da empresa e o encerramento de suas atividades[1116] que, por sua vez, foram sucedidos pelo abandono e arruinamento de parte de suas instalações[1117] e por reutilizações desqualificadoras que a manteve, ao menos em parte, isolada socialmente.[1118]

Nessa conjuntura o lançamento de perspectivas positivas para o futuro da fábrica ou da própria freguesia pelas ações patrimoniais surge como um alívio das pressões simbólicas que a decadência econômica e a degradação material traziam consigo, de modo a fazer com que fossem

[1116] Cf. Parte VII, Capítulo 2. A memória entristecida: a Sampaio, Ferreira & Cia. encerra suas atividades.

[1117] Cf. Parte I, Capítulo 2. A memória arruinada: a Sampaio, Ferreira & Cia. a caminho da ruína.

[1118] Cf. Parte I, Capítulo 2, Subitem "De volta à entrada da fábrica: a Sampaio, Ferreira & Cia. entre o abandono, a ruína e a reutilização desqualificadora".

encaradas como fenômenos transitórios e descolados das próprias narrativas memoriais hegemônicas. Paralelamente à salvaguarda das narrativas, que eram tomadas como modelo de superação da decadência e da crise, salvaguardavam-se também as estruturas de poder que fazem uso das memórias evocadas pelo patrimônio preservado.

Se a industrialização em Riba d'Ave, a partir da Sampaio, Ferreira & Cia.,[1119] serviu como vetor dos processos de urbanização e transformou radicalmente a sociedade, a paisagem e o cotidiano; o efeito inverso, a desindustrialização,[1120] também o fez, pois reduziu o número de empregos, criou um imenso vazio urbano na antiga fábrica e produziu um conjunto de edifícios abandonados e em progressivo arruinamento.

Nesse sentido, a deterioração física da fábrica Sampaio, Ferreira & Cia. funciona uma lembrança da decadência e da condição econômica e social a que Riba d'Ave e a Bacia do Ave foram submetidos nas últimas décadas. Preservadas como tal, serviriam como *"símbolos que asseguram a rememoração"* (Jeudy, 2005, p. 58) do processo que gerou o abandono, a degradação e o arruinamento.

Essa memória se contrapõe completamente à narrativa de progresso construída em torno da fábrica e do próprio Narciso Ferreira que foi perpetuada pelas memórias hegemônicas. Isso faz com que se evidenciem os limites e fragilidades não apenas do sistema econômico e social que sustentou a fábrica, mas também da efemeridade do próprio poder que ela representava e que consolidou as narrativas memoriais que, no presente, embasam sua patrimonialização. Além disso, a degradação em curso, decorrente do estado de abandono das instalações fabris da Sampaio, Ferreira & Cia., põe em evidência também a iminência da perda daquela cultura material e, por consequência, do principal dos "espaços sagrados" para as atualizações periódicas das memórias hegemônicas.

Como o patrimônio se define pelas necessidades das sociedades no presente (Apaydin, 2018, p. 492; McDowell, 2008, p. 37), a conjuntura de crise econômica (advinda da desindustrialização e da crise mais recentes, de 2008) impôs a necessidade de se tentar salvaguardar a materialidade por meio da patrimonialização, pois quando uma ruína *"é atual, em*

[1119] Cf. Parte II, Capítulo 1. Trajetória do conjunto edificado (1896-1917).

[1120] Cf. Parte VII, Capítulo 2. A memória entristecida: a Sampaio, Ferreira & Cia. encerra suas atividades.

vias de se transformar sob nossos olhos", o abandono e a degradação podem se converter em *"um testemunho da incapacidade de preservar"* (Jeudy, 2005, p. 69). Ou seja, simbolicamente, *"um arruinamento provocado pela negligência é substancialmente mais pungente pela falta ou ineficiência de ações para preservar um patrimônio da ruína"*, pois *"a evocação do abandono (...) incorre na nulidade das ações, no arrependimento ou na constatação da inoperância do que poderia ter sido feito e não o foi"* (Rodrigues A. R., 2017, p. 154).

Por outro lado, a patrimonialização também significou uma tentativa de garantir a proteção das narrativas memoriais hegemônicas que estruturam a construção da cultura material e que são evocadas pela própria patrimonialização e pelas ações patrimoniais subsequentes; combatendo, portanto, a possibilidade de desaparecimento dessa memória e do seu capital simbólico e político.

Neste sentido, o próprio esquecimento ativo da memória de trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos históricos contribui para a salvaguarda das narrativas memoriais hegemônicas, pois processos de desindustrialização podem fazer com que o passado seja *"ignorado, destruído ou distorcido pelos mais poderosos da sociedade"* e que o papel de agentes sociais, *"especialmente da classe trabalhadora",* seja esquecido nesse processo (Strangleman & Rhodes, 2014, p. 418).

Afinal, a memória serve não apenas à produção de formas de poder, mas também à sua contestação (Edkins, 2006, p. 101). Se a degradação da materialidade da obra social e industrial vinculada a Narciso Ferreira e seus herdeiros poderia colocar em jogo as autoridades políticas e sociais herdeiras no presente deste capital simbólicos e político, combater a degradação ou valorizar aquela cultura material, tendo como referência as próprias narrativas memoriais hegemônicas, significaria controlar o destino dessa materialidade para impedir que se criem percepções sobre o patrimônio conflitantes com os discursos dominantes; evitando na prática o engajamento entre *"elites políticas e comunidades"* que permitem a contestação, o apoiar, a ratificação ou o ignorar dos *"símbolos na paisagem"* (McDowell, 2008, p. 39)

Isso porque os discursos autorizados excluem concepções não tradicionais de patrimônio, como as ruínas industriais e as próprias explorações dos espaços abandonados e arruinados,[1121] ao assumir que os *"visitantes não valorizam sites e lugares que não se encaixam na estética dominante"* (Smith, 2006, p. 31). Talvez por esta razão, quando da realização do concurso de

[1121] Cf. Parte I, Capítulo 3. A memória explorada: explorações urbanas e ruínas contemporâneas.

ideias Desafios Urbanos'16 para revitalizar a Sampaio, Ferreira & Cia., apesar de um discurso plural e em nome da comunidade, na prática, ela estava excluída de participar. Isso não só reduz as possibilidades de se estabelecer relações com o lugar[1122] como faz com que o engajamento com o patrimônio passe, necessariamente, pelos filtros dos especialistas selecionados e dos que controlam o processo de patrimonialização e que representam ou são eles próprios herdeiros do capital simbólico e político das narrativas memoriais hegemônicas.

Talvez por esta razão também, todas as propostas vencedoras perpetuaram simbolicamente as narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. sem promover um rompimento com a idealização do passado; buscando, no máximo, promover um rompimento com o passado recente que levou parte da fábrica a um estado de abandono e degradação.[1123]

Entretanto, embora fale de um futuro mais esperançoso, de renovação e revitalização; ao não se concretizar e ficar apenas no plano das ideias, ao menos até o momento, a proposta de revitalização resulta por dar mais destaque ainda à condição de degradação do antigo espaço fabril e, por consequência, de decadência da própria localidade e do sistema econômico e de poder que sustentaram as narrativas memoriais hegemônicas.

Por essa perspectiva, a ideia de *"revitalização"* da Sampaio, Ferreira & Cia., trazida pelo Concurso Desafios Urbanos'16, ganha uma conotação simbólica que vai além da recuperação/renovação/reutilização da materialidade do conjunto edificado, pois talvez ela nunca venha a se concretizar. Assim, a *"revitalização"* proposta pelo concurso e pelas outras ações patrimoniais pode se referir à revitalização das próprias narrativas memoriais hegemônicas que evocam o espaço fabril e que foram ameaçadas pela conjuntura de decadência e crise.

Desta forma, ao se consolidarem como manifestações das narrativas memoriais hegemônicas para atualizá-las socialmente, as ações patrimoniais acabam por evidenciar que a patrimonialização da Sampaio, Ferreira & Cia. e de outras obras de Narciso Ferreira e seus herdeiros em Riba d'Ave se converteu em mais um instrumento de controle da memória.

[1122] Cf. Parte I, Capítulo 3. A memória explorada: explorações urbanas e ruínas contemporâneas.

[1123] Cf. Parte VII, Capítulo 6. A memória revitalizada: o Concurso de Ideias para revitalizar a fábrica Sampaio, Ferreira & Cia.

Conclusão

Esta investigação evidenciou que a persistência da memória sobre Narciso Ferreira, seus herdeiros e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia. se deu pelas diferentes formas que elas assumiram ao longo do tempo. Estas narrativas memoriais hegemônicas, em suas diversas manifestações, funcionaram como instrumentos de fortalecimento político e controle social por aqueles que as utilizaram, quer tenham sido os herdeiros diretos de Narciso Ferreira ou seus herdeiros simbólicos (instituições públicas e privadas), ainda que, por vezes, apenas simbolicamente.

Estas narrativas se estruturaram pela seleção de memórias positivas e pelo esquecimento ativo dos aspectos negativos no que se referiam a Narciso Ferreira ou à Sampaio, Ferreira & Cia. Deste modo, abrandou-se a realidade das condições de trabalho, do ambiente fabril e das relações sociais intrínsecas ao ambiente fabril, inclusive as relações de Narciso Ferreira com seus funcionários e funcionárias; e colocou-se trabalhadores e trabalhadoras em posição secundária na história industrial em Riba d'Ave, como coadjuvantes de uma história da qual são parte essencial. Da mesma maneira, as relações conflituosas da fábrica com o poder público pelo descumprimento sistemático da legislação sobre a atividade fabril; a poluição que provocou no rio Ave; o descumprimento das normas de segurança de trabalhadores e trabalhadoras e da comunidade em torno da fábrica; sempre foram ocultadas das narrativas memoriais hegemônicas ou, então, minimizadas como parte do processo de desenvolvimento industrial.

As narrativas memoriais hegemônicas se fortaleceram ao mesmo tempo em que Narciso Ferreira, seus herdeiros e a própria Sampaio, Ferreira & Cia. se fortaleciam econômica e socialmente; de tal modo que estes capitais foram convertidos em capital simbólico capaz de ser acumulado, reproduzido e transmitido. A força destas narrativas ficou ainda mais evidente porque elas estruturaram a patrimonialização durante a decadência da fábrica, após o encerramento de suas atividades produtivas e quando ela já estava parcialmente abandonada e arruinada.

Assim, esta memória persistente capacitou a sociedade para reconhecer a Sampaio, Ferreira & Cia. e as obras de infraestrutura urbana em Riba d'Ave, relacionadas a ela e a Narciso Ferreira e seus herdeiros, como símbolos dos valores a eles associados; o que contribuiu para a perpetuação dessas perspectivas na memória social.

Essa perpetuação em longa duração só foi possível pela maleabilidade e adaptabilidade das narrativas memoriais hegemônicas para assumir novas formas ao longo do tempo; todas, em maior ou menor grau, profundamente relacionadas com a própria trajetória da cultura material edificada da Sampaio, Ferreira & Cia.

Quando a fábrica se expandia, no início do século XX, o fortalecimento das narrativas positivas sobre Narciso Ferreira contribuiu para a própria consolidação das narrativas sobre a fábrica no seu processo de inserção na dinâmica simbólica da industrialização da Bacia do Ave, como se verificou por sua participação na Feira de Amostras de Estoril, em 1929, quando ganhou uma medalha de ouro.

Após a morte de Narciso Ferreira, em 1933, as narrativas memoriais hegemônicas se manifestaram na própria materialidade da Sampaio, Ferreira & Cia., pois adotou-se uma nova estética *art déco*, a partir da construção do monumento ao seu fundador (1934), que se coadunava com os valores atribuídos a Narciso Ferreira e que seriam transmitidos simbolicamente pela nova estética material do conjunto fabril.

A estética *art déco* adotada pela fábrica não se resumiu, porém, ao seu complexo edificado, mas foi adotada em quase todas as obras de infraestrutura urbana em Riba d'Ave que, de alguma forma, se relacionavam com Narciso Ferreira e com a Sampaio, Ferreira & Cia.: o Teatro Narciso Ferreira, o Mercado Narciso Ferreira, a Estalagem São Pedro, os CTT, o Café de Riba d'Ave e a sede dos Bombeiros Voluntários de Riba d'Ave. Mesmo obras anteriores, concebidas ainda no tempo de Narciso Ferreira, como a escola, o posto da GNR e o Hospital Narciso Ferreira; ou obras que não assumiam a estética *art déco*, mas que tinham relações intrínsecas com Narciso Ferreira, seus herdeiros e sobre a Sampaio, Ferreira & Cia., como a Igreja de São Pedro e o Bairro do Quinteiro/Centro Residencial Conde de Riba d'Ave; fizerem parte do processo de produção do espaço urbano que se estruturou precisamente sobre as narrativas memoriais hegemônicas.

Todas estas obras sociais foram evidenciadas nas narrativas dominantes como benesses concedidas pelos proprietários da Sampaio, Ferreira & Cia., sem que se considerassem as relações verticalizadas e hierarquizadas que existiam; sem considerá-las como instrumentos de controle social e poder político.

O bairro dos operários e operárias foi mais lembrado em função de quem o construiu do que de quem o habitou. O espaço urbano foi produzido como evidência da atuação dos seus

financiadores: Teatro, Mercado, Hospital, Escola... todos nomeados “Narciso Ferreira”, o fundador da Sampaio, Ferreira & Cia. O espaço fabril foi retratado como asséptico e o maquinário, o monumento ao fundador e a arquitetura serviam como condutores dos valores a serem transmitidos. Trabalhadores e trabalhadoras eram retratados sob controle ou como meras fantasmagorias em meio à monumentalidade edificada. O foco era a fábrica e o que ela significava, como evidencia o acervo Domingos Alvão.

Ou melhor, o que ela deveria significar, sem que houvesse perspectivas divergentes ou vozes dissonantes. Não por acaso, a seleção memorial suprimiu as tensões com o poder público das narrativas hegemônicas. Assim como esqueceu-se ativamente do ponto de vista dos trabalhadores e trabalhadoras e da própria comunidade local, num processo que chegou até o presente quando a desindustrialização da Bacia do Ave se impôs à realidade local e a fábrica declinou até encerrar suas atividades e ser parcialmente abandonada.

A decadência da Sampaio, Ferreira & Cia. gerou progressivamente cada vez menos empregos na região; e quando declarou falência, suas dívidas com seus trabalhadores e trabalhadoras não chegaram a ser pagas integralmente. Ainda assim, a fábrica era objeto de ressignificação simbólica como patrimônio e de ações patrimoniais como sua inclusão na RPI, como as comemorações dos 150 anos do nascimento de Narciso Ferreira, como objeto de um concurso de ideias para sua revitalização ou um dos pilares da exposição do Museu da Memória Viva. Da mesma forma, Riba d’Ave, por sua história têxtil, construída a partir da Sampaio, Ferreira & Cia. fora objeto de obras de musealização e posteriormente de propostas de reabilitação urbana.

Em nenhum desses casos, a comunidade esteve plenamente envolvida: a RPI fracassou, entre outras razões, por não ter se conectado minimamente com a comunidade; as comemorações dos 150 anos de Narciso Ferreira serviram para evidenciar a força do legado memorial do fundador da Sampaio, Ferreira & Cia.; o concurso de ideias para reabilitar o conjunto fabril era exclusivo para arquitetos e sequer se previa efetivamente sua execução; a exposição do Museu da Memória Viva colocava, mais uma vez, trabalhadores e trabalhadoras como coadjuvantes e não como sujeitos históricos.

Ainda assim, todos os discursos em torno da patrimonialização atualizavam as narrativas memoriais hegemônicas e a tornavam um modelo para o enfrentamento das dificuldades do presente e como base para perspectivas positivas de futuro. Afinal, a degradação e a decadência

material da Sampaio, Ferreira & Cia. eram uma ameaça às próprias narrativas memoriais hegemônicas, à sua promessa de progresso e às estruturas de poder simbólico, político e social que elas ajudaram a estruturar.

Portanto, a patrimonialização e as ações patrimoniais, converteram-se elas próprias em manifestações das narrativas memoriais hegemônicas como forma de perpetuá-las e de garantir a sobrevivência de seu capital simbólico e político. Não foi por acaso que as propostas vencedoras do concurso de ideias não promoviam um rompimento com o passado idealizado pelas memórias hegemônicas, tendo apenas promovido a esperança de se romper com o passado recente que levou parte da fábrica ao abandono e degradação. Ainda que parte da Sampaio, Ferreira & Cia. tenha sido reutilizada, ela sofreu tanto com a descaracterização estética quanto com a ausência de um projeto de inclusão da comunidade na determinação sobre sua utilização e preservação.

Esta situação de isolamento do patrimônio faz com que a Sampaio, Ferreira & Cia. não cumpra sua função social e reduz seu potencial como vetor de transformação social e cultural ou como veículo de produção de disseminação de saber da comunidade sobre si mesma, pois não estabelece nem promove efetivamente relações com a comunidade envolvente. O espaço abandonado da fábrica não é vivenciado nem experimentado de forma ampla e capaz de estimular a criação de teias de relações entre o patrimônio e a comunidade a que pertence.

Porém, o abandono permitiu com que a Sampaio, Ferreira & Cia. se tornasse objeto de curiosidade e de usos que desafiam a autoridade dos discursos oficiais do patrimônio ou da propriedade. Afinal, são vários os indícios de explorações urbanas no seu espaço, de desafios às normas de ocupação do espaço e da existência de novas sensibilidades sobre a cultura material abandonada e arruinada.

Portanto, mesmo no estado de abandono, degradação e ruína; a Sampaio, Ferreira & Cia. ecoa a ansiedade por novas formas de definir sua realidade, de se relacionar com seu patrimônio, e contém em si o potencial para pensar sua história para além das idealizações do passado. Neste sentido, seria possível pensar que a palavra *"liberdade",* pichada em uma das paredes do complexo fabril (Cf. Figura 93), sugere a criação de novos laços memoriais e históricos, simbólicos e materiais, que reconciliem a comunidade de Riba d'Ave com seu passado e seu patrimônio.

Post scriptum

Em 27 de maio de 2021 estreou o primeiro ato do espetáculo *Paisagem Efémera — Industrial e Urbana*, pela companhia dramatúrgica *"Teatro Didascália".*

A peça ocupou o pavilhão do edifício nº 10 da Sampaio, Ferreira & Cia., que se tornou um palco e parte da cultura material que ainda ali se encontra fez parte do cenário.

Neste primeiro ato, a companhia teatral deu enfoque à vida dos operários e operárias.

De uma só vez, o espaço abandonado e arruinado da fábrica foi valorizado e experimentado como tal e aqueles que foram sistematicamente esquecidos e silenciados pelas narrativas memoriais hegemônicas sobre Narciso Ferreira e sobre Sampaio, Ferreira & Cia. tiveram sua história lembrada e receberam o devido protagonismo em uma nova narrativa sobre a história fabril.

Assim, ainda que temporariamente e em pequeníssima escala, a arte possibilitou, em perfeita sincronia, dignificar e ressignificar o espaço degradado e valorizar sujeitos históricos ocultados pelas narrativas dominantes.

Portanto, talvez a peça tenha sido também um "primeiro ato" de novas relações memoriais e históricas, simbólicas e materiais, entre a comunidade de Riba d'Ave, seu passado e seu patrimônio.

Sheffield, 29 de maio de 2021.

Bibliografia

Abad, C. J. (2004). La reutilización del patrimonio industrial como recurso turístico. Aproximación geográfica al turismo industrial. *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*(57), pp. 07-32.

Agapiou, A. (oct. de 2017). Remote sensing heritage in a petabyte-scale: satellite data and heritage Earth Engine applications. *International Journal of Digital Earth, 10*(1), pp. 85-102.

Aguiar, Á., & Martins, M. M. (2004). O Crescimento da Produtividade da Indústria Portuguesa no Século XX. *Working Papers CEMPRE – Centros de Estudos Macroeconómicos e Previsão*(145).

Aguilar, R. E. (2017). El patrimonio como construcción social: una propuesta para el estudio del patrimonio arquitectónico y urbano desde las representaciones sociales. *Diálogos: revista electrónica de Historia, 18*(1), pp. 249-262.

Alexander, A. (2016). *City on Fire: Technology, Social Change, and the Hazards of Progress in Mexico City, 1860-1910.* Pittsburg: University of Pittsburg Press.

Almeida, V. d. (2010). A CUF no Barreiro – o eterno baluarte do PCP. Em M. F. Faria, & J. A. Mendes (Edits.), *A industrialização em portugal no século XX: o caso do Barreiro.* Lisboa: EDIUAL.

Alves, J. F. (1994). Fundação Narciso Ferreira - Indústria e Obra Social na Têxtil Nortenha. *O Tripeiro, 7ª série, ano XV*, pp. 242-248.

Alves, J. F. (1999a). *Fiar e tecer: uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave.* Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Alves, J. F. (1999b). *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira.* Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão Museu da indústria Têxtil de Vila Nova de Famalicão .

Alves, J. F. (1999c). Uma nebulosa a nordeste. A indústria algodoeira. *Ler História, 36*, 83-123.

Alves, J. F. (2001). De relance - O Barão da Trovisqueira. Em *Catálogo da Exposição "Barão da Trovisqueira - Reencontro".* Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Museu Bernardino Machado.

Alves, J. F. (2002a). A indústria têxtil no Vale do Ave. Em J. A. Mendes, & I. Fernandes (Edits.), *Património e Industria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 372-389). Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Alves, J. F. (2002b). O trabalho do linho. Em J. A. Mendes, & I. Fernandes (Edits.), *Património e Industria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 293-299). Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Alves, J. F. (2002c). Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave. Em J. A. Mendes, & I. Fernandes (Edits.), *Patrimônio e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 112-124). Vila Nova de Famalicão: ADRAVE.

Alves, J. F. (2004a). Cruzar os fios: a Fábrica Têxtil Riopele no contexto empresarial do Vale do Ave. *Estudos do Século XX*(04), pp. 437-468.

Alves, J. F. (2004b). Património industrial, educação e investigação: a propósito da Rota do Património Industrial do Vale do Ave. *Revista da Faculdade de Letras - História, 05*(03), pp. 251-256.

Alves, J. F. (2005). A indústria em Vila Nova de Famalicão: uma perspectiva histórica. Em J. V. Capela, J. Marques, A. S. Costa, & A. J. Silva (Edits.), *História de Vila Nova de Famalicão.* (pp. 443-486). Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi.

Amaro, R. R. (1982-3). O salazarismo na lógica do capitalismo em Portugal. *Análise Social, XVIII*(72-73-74), pp. 995-1011.

Anderson, S., Tonner, A., & Hamilton, K. (2017). Death of buildings in consumer culture: natural death, architectural murder and cultural rape. *Consumption Markets & Culture, 20*(05), pp. 387-402.

Angelopoulou, A., Economou, D., Bouki, V., Psarrou, A., Jin, L., Pritchard, C., & Kolyda, F. (2012). Mobile Augmented Reality for Cultural Heritage. Em G. V. Venkatasubramanian N. (Ed.), *obile Wireless Middleware, Operating Systems, and Applications. MOBILWARE 2011 Lecture Notes of the Institute for Computer Sciences, Social Informatics and Telecommunications Engineering. 93.* Berlin: Springer, Berlin, Heidelberg.

Anjos, M. C. (2013). *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais (1929-1939):equipamentos, eventos e promoção do destino.* Tese de doutoramento., Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa.

Ansart, P. (2001). História e memória dos ressentimentos. Em M. S. Bresciani, & M. Naxara (Edits.), *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível* (pp. 15-36). Campinas: Ed. Unicamp.

Apaydin, V. (2018). The entanglement of the heritage paradigm: values, meanings and uses. *International Journal of Heritage Studies, 24*(05), pp. 491-507.

Apel, D. (2015). *Beautiful terrible ruins.* New Brunswick, New Jersey, New York: Rutgers University Press.

Araújo, N. C. (2015). A reindustrialização de Portugal num contexto de crise e hegemonia industrial dos países emergentes. *IET Working Papers Series*(3), pp. 01-20.

Arboleda, P. (2016). Heritage views through urban exploration: the case of 'Abandoned Berlin'. *International Journal of Heritage Studies, 22*(05), pp. 368-381.

Arboleda, P. (2017). "Ruins of Modernity": The Critical Implications of Unfinished Public Works in Italy. *International Journal of Urban and Regional Research, 41*(5), pp. 804-820.

Augé, M. (2003). *El tiempo en ruinas.* Barcelona: gedisa.

Augé, M. (2004 [2003]). *¿Por qué vivimos?* Barcelona: Gedisa Editorial.

Augé, M. (2012 [1992]). *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.* Campinas: Papirus.

Austin, D., & Thomas, J. (1986). The "proper study" of medieval archaeology: a case study. Em D. Austin, & L. Alcock (Edits.), *From the Baltic to the Black Sea, studies in medieval archaeology* (pp. 44-78). Londres: Unwin Hyman.

Avrami, E., Macdonald, S., Mason, R., & Myers, D. (Edits.). (2019). *Values in meritage management: emerging approaches and research directions.* Los Angeles: The Getty Conservation Institute.

Bagnato, V. P., & Martinelli, N. (2019). Recycling Heritage Between Planning and Design Interventions. Em M. O. Šćitaroci, B. B. Šćitaroci, & A. Mrđa (Edits.), *Cultural Urban Heritage: Development, Learning and Landscape* (pp. 155-164).

Balandier, G. (1982). *O poder em cena.* Brasília: Universidade de Brasília.

Baldauf, M., Fröhlich, P., Masucha, K., & Grechenig, T. (03 de 2011). Comparing viewing and filtering techniques for mobile urban exploration. *Journal of Location Based Services, 05*(01), pp. 38-57.

Barthes, R. (1984). *A câmara clara: nota sobre a fotografia.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bastos, C. D., Magalhães, F. N., Miranda, G. M., Silva, H., Filho, T., Moura, J. B., . . . Velloso, R. d. (2017). Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 19*(02), pp. 251-266.

Bayer, P. (1999). *Art Deco Architecture: Design, Decoration and Detail from the Twenties and Thirties.* London: Thames and Hudson Ltd.

Bellala, A. (2016). The use of 3D for intelligent higher education of heritage fields. *Smart Learning Conference* (pp. 113-121). Dubai: HBMSU Publishing House.

Bellentani, F., & Panico, M. (2016). The meanings of monuments and memorials: toward a semiotic approach. *Punctum, 02*(01), pp. 28-46.

Bem, S. F. (1998). *Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas.* USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Fau-Usp.

Benevolo, L. (1989). *História da arquitetura moderna.* São Paulo: Perspectiva.

Benjamin, W. (1987 [1940]). Sobre o conceito da história. Em W. Benjamin, *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política* (pp. 222-232). São Paulo: Editora Brasiliense.

Benjamin, W. (1989). O Flâneur. Em W. Benjamin, *Obras escolhidas Vol. III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo* (pp. 185-236). São Paulo: Brasiliense.

Benjamin, W. (2007). On some motifs in Baudelaire. Em W. Benjamin, *Illuminations: essays and reflections* (pp. 155-200). New York: Schockenbooks.

Benjamin, W. (2009). Paris, a capital do século XIX (Exposé de 1935). Em W. Benjamin, *Passagens* (pp. 39-51). Belo Horizonte; São Paulo: Editora UFMG; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Bennett, T. (1998). *Culture: A Reformer's Science.* Sydney: Allen and Unwin.

Berenstein, P. J. (2003). Apresentação. Em P. J. Berenstein (Ed.), *Apologia da deriva* (pp. 13-38). Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Berman, M. (1986 [1982]). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.* Lisboa: Edições 70.

Berrocal Ruiz, P. (1995). Cultura Material. Em P. Berrocal Ruiz (Ed.), *Enciclopédia Valenciana de Arqueologia Industrial* (pp. 233-235). Valencia: Edicions Alfons el Magnànim.

Bezemer, J., & Jewitt, C. (2009). Social Semiotics. Em J.-O. Östman, J. Verschueren, & E. Versluys (Edits.), *Handbook of Pragmatics: 2009 Installment* (pp. 1-13). Amsterdam: John Benjamins.

Bohrer, F. N. (2005). Photography and Archaeology: The Image as Object. Em S. Smiles, & S. Moser (Edits.), *Envisioning the Past: Archaeology and the Image* (pp. 180-191). Oxford: Blackwell Publishing.

Bonnet, A. (2014). Psychogeography. *Oxford Bibliographies*. Oxford: Oxford University Press. Obtido de http://dx.doi.org/10.1093/OBO/9780199874002-0020

Bonnett, A. (1995). Editorial. *Transgressions* , pp. 05-08.

Borges, N. (2012). *Narciso Ferreira: um contemporâneo do seu tempo (1862-1933).* Vila Nova de Famalicão: Fundação Narciso Ferreira.

Bourdieu, P. (1986 [1983]). The forms of capital. Em J. Richardson (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 241-258). Westport: Greenwood.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico.* Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (2003). *Un arte medio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Bourdieu, P. (2013). Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos*(96), pp. 105-115.

Boym, S. (2017). *The OffModern.* New York, Londo, Oxford, New Delhi, Sydney: Bloomsbury.

Bresciani, M. S. (1984). Metrópoles: as faces do monstro urbano. *Revista Brasileira de História, 05*(08/09), pp. 35-67.

Bresciani, M. S. (1991). A sete portas da cidade. *Espaço & Debates*(34), pp. 10-18.

Bresciani, M. S. (1999). Imagens de São Paulo: Estética e Cidadania. Em A. C. Ferreira, T. R. Luca, & Z. G. Iokoi, *Encontros com a História: Percursos Historiográficos e Históricos de São Paulo* (pp. 11-45). São Paulo: Unesp, Fapesp, ANPUH.

Britto, N. D. (2011). *Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS).* Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

Broomer, S. (2012). Mythogeography: A Guide to Walking Sideways. *Journal of Cultural Geography, 29*(1), pp. 129-131.

Brunhammer, Y. (1983). *Art Deco style.* New York: St. Martin's Press.

Bueno, R. H., & Colavite, A. P. (2011). Uso das imagens de satellite do Google Earth na análise urbana: uma proposta para o ensino de geografia. *Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino - GEOMAE, 2*(1), pp. 217-229.

Burke, P. (1992). *A escrita da história.* São Paulo: UNESP.

Calvino, Í. (2003). *As cidades invisíveis.* São Paulo: Folha de São Paulo.

Campbell, J. (1990). *O poder do mito.* São Paulo: Palas Athena.

Canclini, N. G. (2000 [1989]). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Cardina, M. (2016). Memórias amnésicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial. *Configurações - Revista de Sociologia, 17*, pp. 31-42.

Cardoso, Ó. M. (2013). *O ordenamento do território e a estrutura ecológica de Vila Nova de Famalicão.* Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Gestão Ambiental e Ordenamento do Território. Viana do Castelo: Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Carneiro, A. L. (2015). *O potencial turístico do Património Mineiro de Ponte de Lima: um passado com futuro.* Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga.

Carvalho, A. V., & Funari, P. P. (2012). Memoria y patrimonio: diversidades e identidades. *Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología*(14), pp. 99-111.

Casana, J., & Laugier, E. (30 de nov. de 2017). Satellite imagery-based monitoring of archaeological site damage in the Syrian civil war. *PLoS ONE, 12*(11), pp. 1-31.

Castanheira, M. E. (1996). *O Jornal da Associação Industrial Portuense - Contributos para o Estudo do Publicismo tecnológico no Século XIX (1822-1864).* Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Castells, M. (2010 [1996]). *The rise of the network society (Information age - v. 1).* Oxford: Blackwell Publishing.

Castells, M. (2014 [1972]). *La cuestión urbana.* México, DF: Siglo Veintiuno Editores.

Castro, M. I. (1993). *O preço do progresso: a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914).* Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp.

Cerdá, M., & Bonafé, M. G. (1995). Arqueología Industrial. Em P. Berrocal Ruiz (Ed.), *Enciclopédia Valenciana de Arqueologia Industrial* (pp. 94-98). Valencia: Edicions Alfons el Magnànim.

Cerdá, M., & Bonafé, M. G. (1995). Arqueología Industrial. Em P. Berrocal Ruiz (Ed.), *Enciclopédia Valenciana de Arqueologia Industrial* (pp. 94-98). Valencia: Edicions Alfons el Magnànim.

Cerra, D., Plank, S., Lysandrou, V., & Tian, J. (2016). Cultural Heritage Sites in Danger—Towards Automatic Damage Detection from Space. *Remote Sens, 8*.

Certeau, M. d. (1998 [1980]). *A invenção do cotidiano: as artes de fazer.* Petrópolis: Vozes.

Charles, V. (2012). *Art Deco.* New York: Parkstone Press International.

Chartier, R. (2002). *História Cultural: entre práticas e representações.* Algés: Difel.

Chauí, M. (1988). Janela da alma, espelho do mundo. Em O. olhar., *Novaes, Adauto (org).* (pp. 31-61). São Paulo: Companhia das Letras.

Chen, L.-C., Teo, T.-A., Rau, J.-Y., Liu, J.-K., & Hsu, W.-C. (2005). Building Reconstruction from LIDAR Data and Aerial Imagery. *Proceedings 2005 IEEE International Geoscience and Remote Sensing Symposium* (pp. 2846-2849). Seoul: IGARSS '05.

Choay, F. (1999). *A alegoria do Patrimônio.* Lisboa: Edições 70.

Choay, F. (2011). *O patrimônio em questão - antologia para um combate.* Belo Horizonte: Fino Traço.

Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (2007 [1999]). *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis.* Edinburgh: Edinburgh University Press.

Chung, N., Hanb, H., & Joun, Y. (September de 2015). Tourists' intention to visit a destination: The role of augmented reality (AR) application for a heritage site. *Computers in Human Behavior, 50*, pp. 588-599.

Chung, N., Lee, H., & Kim, J.-Y. (2017). The Role of Augmented Reality for Experience-Influenced Environments: The Case of Cultural Heritage Tourism in Korea. *Journal of Travel Research*, pp. 1-17.

Coelho, C. G. (2018). *Têxtil no Vale do Ave e Internacionalização – o caso de Santo Tirso na imprensa local (1885 – 1980).* Universidade do Porto, Hisória, Relações Internacionais e Cooperação. Porto: FLUP.

Cooper, C. L. (2014). *Wellbeing: A Complete Reference Guide. .* Oxford: Wiley-Blackwell.

Cordeiro, J. M. (2001). Indústria e energia na Bacia do Ave (1845-1959). *Cadernos do Noroeste, 15*(01, 02), pp. 57-174.

Cordeiro, J. M. (2006). *A indústria portuense no século XIX.* Universidade do Minho, História Contemporânea. Braga: UMinho.

Cordeiro, J. M. (2008). *A indústria do linho na Bacia do Ave: a Empresa Fabril do Norte e a Central de Maceração da Trofa (1943-1979).* Vila Nova de Famalicão: Museu da Indústria Têxtil de Vila Nova de Famalicão.

Cordeiro, J. M. (2011). Desindustrialização e salvaguarda do patrimônio industrial: problema ou oportunidade? *Oculum Ensaios*(13), pp. 154-165.

Cordeiro, J. M. (2012). Oportunidades e fragilidades do turismo industrial. *Revista Turismo & Desenvolvimento*(01), pp. 09-18.

Cordeiro, J. M. (2017). A Norma de Qualidade e os desafios que se colocam ao turismo industrial. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*(30), pp. 06-17.

Cordeiro, J. M., & Costa, F. (2016). Uma relação conflituosa: indústria e ambiente na bacia do Ave. Em P. E. Guimarães, & J. D. Cebada (Edits.), *Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: o passado e o presente* (pp. 315-330). Évora; Rio de Janeiro: CICP - Centro de Investigação em Ciência Política, Portugal; CETEM - Centro de Tecnologia Mineral, Brasil.

Correia, T. d. (2008). Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940. *Anais do Museu Paulista, 16*(02), pp. 47-104.

Costa, Â. M. (2000). *1890-1914 No tempo das certezas.* São Paulo: Companhia das Letras.

Costa, A., Ornelas, C., Guedes, J. M., & Paupério, E. (2014). Chaminés de alvenaria de tijolo: sistema contrutivo de chaminés para fábricas no Porto entre os séculos XIX e XX. *Anuário do Patrimônio: boas práticas de conservação e reabilitação*(02), p. 216*221.

Costa, F. (2004). Os aproveitamentos hidráulicos e hidroelétricos do Rio Ave no período 1902-1936. *7º Congresso da Água* (pp. 1-15). Lisboa: LNEC.

Costa, F. (2007). *A gestão das águas públicas: o caso da bacia hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973.* Universidade do Minho, Geografia Física e Estudos Ambientais. Braga: Uminho.

Costa, F. (2009). A indústria têxtil na bacia hidrográfica do rio Ave: uma perspectiva segundo as fábricas de fiação e tecidos, numa relação historicamente sustentada pelo domínio público hídrico. *Actas do XXIX Encontro da APHES "Memória social, patrimónios e identidades".* Porto: Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES).

Costa, F. (2010a). O património industrial no vale do Ave: o têxtil como chave de leitura territorial. *II Jornadas Internacionais de Turismo: Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso* (pp. 349-368). Maia: Instituto Superior da Maia (ismai).

Costa, F. (2010b). Geopatrimónio ligado à água: o caso do património industrial na bacia hidrográfica do rio Ave. *VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário*

Ibero-Americano de Geografia Física. Coimbra: Universidade do Minho. Departamento de Geografia.

Costa, F. (2012). O arquivo da administração da Região Hidrográfica do Norte: roteiro metodológico. Em M. Martins, I. V. Freitas, & M. I. Valdivieso (Edits.), *Caminhos da Água. Paisagens e usos na longa duração* (pp. 267-293). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória" (CITCEM).

Costa, F., & Cordeiro, J. M. (2012). O CEDOCAVE - Centro de Documentação sobre Água no Cávado e Ave: um projeto para preservar a memória e divulgar o património e cultura da água. *Actas da VIII Jornadas de Geografia e Planeamento "Cidades, criatividade(s) e sustentabilidade(s)" .* Guimarães.

Costa, F., & Cordeiro, J. M. (2013a). Património hidráulico e arqueologia industrial: o caso do rio Ave no noroeste de Portugal. *Actas do II Congreso Internacional de Ingeniería Civil y Territorio "Agua, Cultura e Sociedad"* (pp. 482-493). Vigo: Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos de Galicia.

Costa, F., & Cordeiro, J. M. (2013b). Património industrial e cultura da água o exemplo de Guimarães, no noroeste de Portugal. *Actas do 1º Encontro Internacional de Geografia & Política, Políticas e Planeamento* (pp. 707-720). Porto: Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT).

Costa, F., & Cordeiro, J. M. (2015). *Archiv-Ave - Património documental da bacia do Ave.* Guimarães: UMinhoDGEO – Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Costa, F., Cordeiro, J. M., Vieira, A., & Silva, C. (2015). Archiv-AVE: um projeto para conservar e divulgar o património documental do rio Ave. Em A. Vieira, & F. Costa (Ed.), *Actas do II Simpósio de Pesquisa em Geografia* (pp. 50-63). Guimarães: UMDGEO – Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Couto, I. S. (2015). *Parque Patrimonial: Conservação, Valorização e Gestão do Castro de São Miguel-o-Anjo de Calendário.* Universidade do Porto, Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território. Porto: FCUP.

Couto, J. T., Correia, P. A., & Matos, R. B. (2010/2011). Reflexão para um itinerário cultural de arquitectura, (made in)dústria Riba d'Ave e Oliveira de S. mateus. *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*(6/7), pp. 489-493.

Coverley, M. (2006). *Psychogeography.* Harpenden: Pocket Essentials.

Cowie, J., & Heathcott, J. (2003). The Meanings of Deindustrialization. Em J. Cowie, & J. Heathcott, *Beyond the ruins: The meanings of deindustrialization* (pp. 01-15). Ithaca; London: ILR Press; Cornell University Press.

Cramer, L., & Witcomb, A. (2018). 'Hidden from view'?: an analysis of the integration of women's history and women's voices into Australia's social history exhibitions. *International Journal of Heritage Studies*. doi:10.1080/13527258.2018.1475409;

Cranstone, D. (1992). Excavation: the Role of Archaeology. *Industrial Archaeology Review*, 119-125.

Crestani, A. M., & Martins de Araújo Klein, R. M. (2017). Espaço, imagem e memória: adensamento dos conteúdos coletivos a materialidade da cidade. *Territorios*(36), pp. 139-157.

Creswell, T. (2004). *Place: A Short Introduction. .* Oxford: Blackwell.

Crispim, L. C., & Albano, A. (2016). O uso das imagens de satélite como recurso didático no ensino de geografia. *Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia., 3*(4), pp. 46-57.

Cuca, B. (s/d). Earth Observation imagery and geoinformation data for Cultural Heritage and Landscapes - regional perspective. *Nereus - Network of European Regions Using Space Technologies*. Milan.

Cunha, C. d. (2010). *As exposições provinciais do Império: a Bahia e as exposições universais (1866-1888).* Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA.

D'Angelo, M. (2006). A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. *Estudos Avançados, 20*(56), pp. 237-251.

Davis, P. (2011). *Ecomuseums: a sense of place.* London; New York: Continuum International Publishing Group.

De Decca, E. S. (2004 [1981]). *O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução.* São Paulo: Brasiliense.

De Paolis, L. T., & Mongelli, A. (2016). *Augmented Reality, Virtual Reality, and Computer Graphics.* Lecce: Springer.

Debary, O. (2004). Deindustrialization and Museumification: From Exhibited Memory to Forgotten History. *Annals of the American Academy of Political and Social Science; Being Here and Being There: Fieldwork Encounters and Ethnographic Discoveries. 595*, pp. 122-133. Sage Publications, Inc.

Debord, G. (1958; 2003). Teoria da Deriva. Em P. J. Berenstein (Ed.), *Apologia da Deriva* (pp. 87-91). Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Debord, G. (2005 [1967]). *A Sociedade do Espectáculo.* Cascais: Edições Antipáticas.

D'Elboux, J. R. (2013). *Tipografia como elemento arquitetônico no Art Déco paulistano: uma investigação acerca do papel da tipografia como elemento ornamental e comunicativo, na arquitetura da cidade de São Paulo entre os anos de 1928 a 1954.* Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAU-USP.

Deleuze, G. (1992). Postscript on the Societies of Control. (59), pp. 03-07.

Deleuze, G. (2005). *Foucault.* São Paulo: Brasiliense.

DeSilvey, C. (05 de december de 2005). Rot in Peace. *Slate*. Obtido em fevereiro de 2018, de http://www.slate.com/articles/health_and_science/science/2005/12/rot_in_peace.html

DeSilvey, C., & Edensor, T. (2012). Reckoning with ruins. *Progress in Human Geography, 37*(4), pp. 465-485.

Dezen-Kempter, E. (2011). O espaço fabril enquanto lugar da memória. *Urbana*(03), pp. 1-17.

Dicks, B. (2000). *Heritage, Place and Community.* Cardiff: University of Wales Press.

Dieck, M., & Jung, T. H. (June de 2017). Value of augmented reality at cultural heritage sites: A stakeholder approach. *Journal of Destination Marketing & Management, 6*(2), pp. 110-117.

Dillon, B. (17 de 02 de 2012). Ruin lust: our love affair with decaying buildings. *The Guardian*. Obtido de http://www.theguardian.com/artanddesign/2012/feb/17/ruinsloveaffair-decayedbuildings

Dimković, D. M. (2016). Memorial Architecture as the Symbol of Remembrance and Memories. *Journal of Architecture and Design, 2016*(10018).

Dobraszczyk, P. (2010). Petrified ruin: Chernobyl, Pripyat and the death of the city. *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, 14*(04), pp. 370-389.

Dobraszczyk, P. (2015). Traversing the fantasies of urban destruction: ruin gazing in Varosha. *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, 19*(1), pp. 44-60.

Dodge, R., Daly, A., Huyton, J., & Sanders, L. (2012). The challenge of defining wellbeing. *International Journal of Wellbeing, 2*(3), pp. 222-235.

Domingues, Á. (2014). Ruinofilia. *Arqa: Arquitetura e Arte*(112), pp. 112-117.

Dosse, F. (2013). O espaço havitado segundo Michel de Certeau. *Art Cultura, 15*(27), pp. 85-96.

Dubois, P. (1993). *O ato fotográfico e outros ensaios.* Campinas: Papirus.

Duncan, A. (2009). *Art Deco Complete: the definitive guide to the decorative arts of the 1920s and 1930s. .* London: Thames & Hudson.

Ebert, W. (2012). ERIH - European Route of Industrial Heritage: a quality tourism brand for europe. *Patrimonio Industriale*(09/10), pp. 178-181.

Eco, U. (1986). *La estrucutura ausente: introducción a la semiótica.* Barcelona: Editorial Lumen, S. A.

Edensor, T. (2005). *Industrial Ruins: Spaces, Aesthetics and Materiality.* Oxford, New York: Berg.

Edensor, T. (2008). Walking through Ruins. Em T. Ingold, & J. L. Vergunst (Edits.), *Ways of Walking: Ethnography and Practice on foot* (pp. 123-141). Farnham: Ashgate.

Edkins, J. (2006). Remembering Relationality: Trauma Time and Politics. (D. Bell, Ed.) *Memory, Trauma and World Politics: Reflections on the Relationship Between Past and Present*, pp. 99-115.

Edwards, J. A., & Llurdbs i Coit, J. C. (1996). Mines and quarries: industrial heritage turism. *Annals of Tourism Research, 23*(02), pp. 341-363.

Eliade, M. (1972). *Mito e realidade.* São Paulo: Editora Perspectiva.

Fadigas, L. (2017). *Território e poder: o uso, as políticas e ordenamento.* Lisboa: Edições Sílabo.

Faro, S., & Cleto, J. (2002). A rota do Patrimônio industrial do Vale do Ave: caracterizações e breves considerações. Em J. A. Mendes, I. M. Fernandes, J. A. Mendes, & I. Fernandes (Edits.), *Patrimônio e indústria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 148-153). Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Featherstone, M. (1998). The FlaÃneur, the City and Virtual Public Life. *Urban Studies, 35*(05-06), pp. 909-925.

Fein, Z. (2011). *The Aesthetic of Decay: Space, Time, and Perception.* Master of Architecture, University of Cincinnati, School of Architecture and Interior Design Of the College of Design, Architecture, Art and Planning, Cincinnati.

Fernández, G., & Ramos, A. G. (2004). Patrimonio industrial, turismo cultural y rutas turísticas para un desarrollo local sustentable. *Caminhos de Geografia, 18*(11), pp. 114-129.

Ferreira, D. V. (2014). *Paisagem industrial do Vale do Ave: da energia hidráulica à energia elétrica.* Universidade de Coimbra, Departamento de Arqutiectura. Coimbra: FCTUC.

Ferreira, J. M. (2011). *Os concelhos industriais em Portugal. Vantagem ou desvantagem?* Dissertação de Mestrado em Economia Local, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Ferreira, N. (2017). *Vazios Urbanos Industriais: a génese, a ascensão, o apogeu e o colapso; paradigma social, económico, patrimonial e ambiental; o caso do Vale do Ave de Famalicão.* Escuela Técnica Superior de Arquitectura - Universidad de Sevilla, Departamento de Historia, Teoría y Composición Arquitectónicas. Sevilla: Universidad de Sevilla.

Ferreira, P. R. (2016). *Os caminhos da estrutura do território do Baixo Ave.* Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo do Porto. Porto: FAUP.

Feucht, K. (2017). Herramientas para un desarrollo sustentable de regiones postmineras: percepción, participación, gestión y diseño. Los casos de Alemania y Austria. (M. Á. Areces, Ed.) *Pensar y Actuar sobre el Patrimonio Industrial en el territorio*, pp. 51-60.

Figueira, J. J. (2002). A importância da energia elétrica para o surto da industrialização no Vale do Ave. Em J. A. Mendes, & I. Fernandes (Edits.), *Património e Industria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 196-217). Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Figueira, J. J. (2012). *O Estado na electrificação portuguesa: Da Lei de Electrificação do País à EDP (1945-1976).* Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia , Coimbra.

Firth, T. M. (2011). Tourism as a means to industrial heritage conservation: Achilles heel or saving grace? *Journal of Heritage Tourism, 06*(01), pp. 45-62.

Flusser, V. (1985). *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia.* São Paulo: Hucitec.

Fonseca, M. M. (2001). *A indústria têxtil algodoeira no norte de Portugal.* Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: FLUP.

Fontes, C. (1999). *Feira Popular de Lisboa: diversão e poder.* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação. Lisboa:: ISCTE.

Fortuna, C. (2012). Património, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*(97), pp. 23-40.

Foucault, M. (1987 [1975]). *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Fowler, M. J. (2010). Satellite imagery and archaeology. Em D. C. Cowley, R. A. Standring, & M. J. Abicht (Edits.), *Landscapes through the lens: aerial photographs and historic environment* (pp. 99-110). Exeter: Short Run Press.

Fraser, E. (2012). *Interrupting Progress: Ruins, rubble and catastrophe in Walter Benjamin's History.* M.A. in Humanities and Social Sciences, University of Technology, Sydney, Sydney.

Freitas, R. (2012). *Identidade, tempo e memória: Reflexão sobre processos de reabilitação em edifcação de valor patrimonial.* Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, Porto.

Frew, E. A. (2000). *Industrial Tourism: A Conceptual and Empirical Analysis.* PhD. thesis, Victoria University, School of Hospitality Tourism and Marketing, Melbourne.

Friedländer, S. (2000). History, Memory, and the Historian: Dilemmas and Responsibilities. *New German Critique*(80), pp. 03-15.

Frisby, D. (2001). *Cityscape of modernity.* Cambridge: Polity.

Frisby, D. (2006). The flâneur in social theory. Em K. Tester (Ed.), *The flâneur* (pp. 81-110). London; New York: Routhledge.

Frow, J. (1995). *Cultural Studies and Cultural Value.* Oxford: Oxford University Pres.

Fujiwara, D. (2013). *Museums and Happiness: the value of participating in museums and arts.* London: Arts Council England.

Fujiwara, D., Kudrna, L., & Dolan, P. (2014). *Quantifying and Valuing the Well-being Impacts of Culture and Sport.* London: Department for Culture Media and Sport.

Gadal, S., Fournier, S., & Prouteau, E. (2010). 3D Dynamic Representation for Urban Sprawl Modelling: Example of India's Delhi-Mumbai corridor. (G. Mainguy, Ed.) *S.A.P.I.EN.S (Surveys and Perspectives Integrating Environment and Society), 2*(2), pp. 01-12.

Galatis, P., Gavalas, D., Kasapakis, V., Pantziou, G., & Zaroliagis, C. (2016). Mobile Augmented Reality Guides in Cultural Heritage. Em F. Kawsar, P. Zhang, & M. Musolesi (Ed.), *Proceedings of the 8th EAI International Conference on Mobile Computing, Applications and Services (MobiCASE'16)* (pp. 11-19). Brussels: ICST (Institute for Computer Sciences, Social-Informatics and Telecommunications Engineering).

Garcia-Martin, M., Fagerholm, N., Bieling, C., Gounaridis, D., Kizos, T., Printsmann, A., . . . Plieninger, T. (2017). Participatory mapping of landscape values in a Pan-European perspective. *Landscape Ecol*, pp. 1-21.

Garrett, B. L. (2011). Assaying history: creating temporal junctions through urban exploration. *Environment and Planning D: Society and Space, 29*, pp. 1048-1067.

Garrido, Á. (2018). A institucionalização do "social" no Estado Novo português: previdência corporativa e seguros sociais voluntários. *Estudos Históricos, 31*(64), pp. 197-218.

Gilles, C. T., Frías, L. G., Ansaldo, S. M., Mocarquer, R. L., & Illanes, V. S. (2018). Arquitectura en silencio, el valor de la ruina industrial. *Universum, 33*(1), pp. 281-301.

Ginzburg, C. (2001). *Wooden eyes: nine reflections on distance.* New York: Columbia University Press.

Glassie, H. (1999). *Material Culture.* Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press.

Gojda, M. (2010). Remote sensing for the integrated study and management of sites and monuments – a Central European perspective and Czech case study. Em D. C. Cowley (Ed.), *Remote Sensing for Archaeological Heritage Management. 5*, pp. 215-227. Brussel: Europae Archaeologia Consilium (EAC), Association Internationale sans But Lucratif (AISBL), Siège social.

Gomes, P. T. (2001). *Património Natural da Bacia do Ave: relatório final do inventário do património natural da bacia hidrográfica do rio Ave.* Relatório de investigação, Iniversidade do Minho, Departamento de Biologia, Braga.

Gonçalves, A. J., & Costa, F. d. (2002). O Vale do Ave: a sua geografia. Em J. A. Mendes, & I. Fernandes (Edits.), *Património e Industria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 40-56). Vila Nova de Famalicão: Adrave.

González, M. d. (2003). Los timbrados corporativos (1900-1950): un ámbito de representación ideal y de proyección utópica del paisaje industrial y comercial. Em M. Á. Areces (Ed.). Gijón: Gráficas Ápel.

Gorelik, A. (1999). O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. Em W. M. Miranda (Ed.), *Narrativas da modernidade.* Belo Horizonte: Autêntica.

Graham, R. (1973). *A Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914).* São Paulo: Brasiliense.

Halbwacks, M. (1990 [1950]). *A memória coletiva.* São Paulo: Editora Reista dos Tribunais LTDA.

Hammady, R., Ma, M., & Temple, N. (2016). Augmented Reality and Gamification in Heritage Museums. (M. M. Marsh T., Ed.) *Joint International Conference on Serious Games, 9894*, pp. 181-187.

Hardman, F. F. (1988). *Trem fantasma: a modernidade na selva.* São Paulo: Companhia das Letras.

Harrison, R. (2004). *Shared Landscapes: Archaeologies of Attachment and the Pastoral Industry in New South Wales.* Sydney: UNSW Press.

Harvey, D. (2003). *Paris: capital of modernity.* New Yor; London: Routledge.

Harvey, D. (2009 [1973]). *Social justice and the city.* Athens: The University of Georgia Press .

Haugstvedt, A., & Krogstie, J. (2012). Mobile augmented reality for cultural heritage: A technology acceptance study. *International Symposium on Mixed and Augmented Reality (ISMAR)* (pp. 247-255). Atlanta, GA: IEEE .

Heynen, N., Kaika, M., Swyngedouw, & Erik. (2006). Urban political ecology: politicizing the production of urban natures. Em N. Heynen, M. Kaika, Swyngedouw, & Erik (Edits.), *In the nature of cities: urban political ecology and the politics of urban metabolism.* London, New York: Routledge.

High, S. (2013). "The Wounds of Class": A Historiographical Reflection on the Study of Deindustrialization, 1973–2013. *History Compass, 11*(11), pp. 994-1007.

High, S., & Lewis, D. W. (2007). *Corporate Wasteland: the landscape and memory of deindustrialization.* Ithaca; London: Cornell University Press.

Hobsbawm, E. J. (1996). *A era do capital. (1848-1875).* São Paulo: Paz e Terra.

Hobsbawn, E. (1997). Introdução: a invenção das tradições. Em E. Hobsbawn, & T. Ranger (Edits.), *A invenção das tradições* (pp. 09-23). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Hobsbawn, E., & Ranger, T. (1997). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Hodder, I. (1986). *Reading the Past: current approaches to interpretation in archaeology.* Cambridge: Cambridge University Press.

Holgado, F. L., & Rosa, K. (set./dez. de 2011). Olhares sobre a paisagem – a utilização de imagens de satélite e fotografias aéreas no ensino de Geografia. *Geografia Ensino & Pesquisa, 15*(3), pp. 129-138.

Holgersson, H. (2014). Challenging the Hegemonic Gaze on Foot: Walk-Alongs as a Useful Method. Em T. Shortell, & E. Brown (Edits.), *Walking in the European City: Quotidian Mobility and Urban Ethnography* (pp. 207-225). Farnham, Burlington: Ashgate.

Hu, Q., Wu, W., Xia, T., Yu, Q., Yang, P., Li, Z., & Song, Q. (2013). Exploring the Use of Google Earth Imagery and Object-Based Methods in Land Use/Cover Mapping. *Remote Sens, 5*, pp. 6026-6042.

Hudson, K. (1966). *Industrial archaeology: an introduction.* London: John Baker.

Hudson, K. (1967). *Handbook for industrial archaeologists: a guide to fieldwork and research.* London: John Baker.

Huyssen, A. (2006). Nostalgia for ruins. *Grey Room*(23), pp. 06-21.

Ingerson, A. (1981). Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão. *Análise Social, vol. XVII (67-68)*, 863-884.

Ingerson, A. (1982). Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave. *Análise Social, XVIII* (72-73-74), pp. 1465-1500.

Ioannidis, C., Potsiou, C., Soile, S., & Badekas, J. (2000). Detailed 3D representation of archaeological sites. *International Archives of Photogrammetry and Remote Sensing*, *XXXIII*, pp. 642-649. Amsterdam.

Jackson, P. (2009). Pierre Bourdieu. Em J. Edkins, & N. Vaughan-Williams (Edits.), *Critical Theorists and International Relations* (pp. 102-113). Abingdon, New York: Routledge.

Jameson, F. (1992). *Postmodernism, or, The cultural logic of late capitalism.* New York, London: Verso.

Jaques, A. C., & Dziekaniak, F. A. (2014). Reflexões sobre os estudos sociais nos anos iniciais do ensino fundamental. Em A. C. Jaques, *Ensino de História e Formação de Professores: discussões temáticas* (pp. 185-197). Rio Grande.

Jenks, C. (1995). Watching your step: the history and practice of the flâneur. Em C. Jenks (Ed.), *Visual Culture* (pp. 142-160). London: Routledge.

Jensen, J. R. (2009). *Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres.* São Paulo: Parêntese.

Jesensky, V. (1998). Systematic continuous heritage recording in the field. *International Journal of Heritage Studies, 4*(3-4), pp. 1987-196.

Jeudy, H.-P. (2005). *Espelho das cidades.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Jones, A. (2007). *Memory and material culture.* Cambridge: Cambridge University Press.

Jones, I. D. (2008). *Urban Exploration and the search for the sublime.* Dissertação de Mestrado, Royal College of Art, London.

Juaristi, J. (2004). El porvenir de las ruinas industriales. *Fabrikart*(04), pp. 184-201.

Khatib, A. (1996). Attempt at a Psychogeographical Description of Les Halles. Em L. Andreotti, & X. Costa (Edits.), *Theory of the Dérive and Other Situationist Writings on the City* (pp. 72-76). Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona.

Kisanga, D. R. (2017). Participatory mapping of socio-cultural values in the landscape: Cases from the Southern Highlands. *African Heritage and the Pillars of Sustainability.* Berlin: Institut Heritage Studies. International Akademie Berlin.

Knauss, P. (1998). *Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói.* Tese de Doutoramento, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Kossoy, B. (2001). *Fotografia e História.* São Paulo: Ateliê.

Kosut, M. (2016). Nature in the Museum. Em R. Hoogland (Ed.), *Gender: Nature* (pp. 283-296). New York: MacMillian.

Krauss, R. (2006). Os espaços discursivos da fotografia. *Arte & Ensaios. Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais EBA/UFRJ*, pp. 155-168.

Kumar, K. (1997). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Kuusisto, A. (1999). Politics of Place and Resistance: The Case of Northern Ireland. *Nordia Geographical Publications, 28*(02), pp. 15-27.

Lapa, J. R. (1996). *A cidade: os cantos e os antros.* São Paulo: EDUSP.

Larsen, J. L. (2014). Lefebvrean vaguenesses: going beyond diversion in the production of new spaces. Em L. Stanek, C. Schmid, & A. Moravanszky (Edits.), *Urban revolution now: Henri lefebvre in social research and architecture* (pp. 319-339). Surrey, Burlington: Ashgate.

Le Gallou, A. (2018). From urban exploration to ruin tourism: a geographical analysis of contemporary ruins as new frontiers for urban tourism. *International Journal of Tourism Cities, 04*(02), pp. 245-260.

Le Goff, J. (1990). *História e Memória.* Campinas: Editora da Unicamp.

Le Goff, J. (1991 [1977]). *El orden de la memoria: el tiempo como imaginario.* Barcelona, Buenos Aires, México: Ediciones Paidos.

Le Goff, J., & Nora, P. (1995). *História: Novas Abordagens.* São Paulo: Francisco Alves.

Lefebvre, H. (1991 [1974]). *The production of space.* Oxford, Cambridge: Blackwell Publishing.

Lefebvre, H. (1995 [1962]). *Introduction to Modernity.* London, New York: Verso.

Lefebvre, H. (2002 [1970]). *A Revolução Urbana.* Belo Horizonte: Editora UFMT.

Lefebvre, H. (2011 [1968]). *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro.

Leitão, M. M., & Saraiva, V. (2012). *Riba d'Ave Industrial: contributo da fábrica Sampio, Ferreira & Cia. LDA. no seu desenvolvimento sócio-econômico e urbano.* Vila Nova de Famalicão: Fundação da Juventude; Ordem dos Arquitectos.

Lessa, S. N. (1993). *Trem de ferro: cosmopolitismo no sertão.* Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp.

Li, M., Wu, B., & Cai, L. (2008). Tourism development of world heritage sites in China: A geographic perspective. *Tourism Management, 29*(02), pp. 308-319.

Lima, E. R. (2013). A cidade caminhada... o espaço narrado. *Revista Redobra*(11), pp. 202-211.

Lima, M. P. (1982). Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-80)- alguns resultados preliminares de uma investigação em curso. *Análise Social, Vol. XVIII (72-73-73)*, pp. 1299-1366.

Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos.* São Paulo: Editora Barcarolla.

Lowenthal, D. (2002 [1985]). *The past is a foreign country.* Cambridge: Cambridge University Press.

Lowenthal, D. (2009 [1996]). *The heritage crusade and the spoils of history.* Cambridge: Cambridge University Press.

Lynch, P. (2016). *Photographer Mirna Pavlovic Captures the Decaying Interiors of Grand European Villas.* Obtido em 18 de 06 de 2017, de Arch Daily: https://www.archdaily.com/794562/photographer-mirna-pavlovic-captures-the-decaying-interiors-of-grand-european-villas

Machado, C. S., & Rebelo, L. (1947). *Vila Nova de Famalicão e as suas indústrias, comércio, profissões liberais e agricultura.* Vila Nova de Famalicão: Oficinas Gráficas Minerva.

Machin, D., & Mayr, A. (2012). *How to do Critical Discourse Analysis: a multimodal introduction.* London: Sage Publications Ltd.

Madry, S. (2007). Evaluation of Google Earth for Archaeological Exploration and Survey. Em J. T. Clark, & E. M. Hagmeister (Edits.), *Digital Discovery. Exploring New Frontiers in Human Heritage* (pp. 329-337). Budapest: Archaeolingua.

Madureira, N. L. (1998). O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957). *Análise Social, XXXIII*(148), pp. 777-822.

Mah, A. (2009). Devastation but also home: place attachment in areas of industrial decline. *Home Cultures, 6*(3), pp. 287-310.

Mah, A. (2012). *Industrial Ruination, Community, and Place: Landscapes and Legacies of Urban Decline.* Toronto: University of Toronto Press.

Malaws, B. A. (1997). Process Recording at Industrial Sites. *Industrial Archaeology Review, 19*(1), pp. 75-98.

Maloy, R., Trust, T., Kommers, S., Malinowski, A., & LaRoche, I. (2017). 3D modeling and printing in history/social studies classrooms: Initial lessons and insights. *Contemporary Issues in Technology and Teacher Education, 17*(2), pp. 229-249.

Malt, C. (2007). Museums, Women and Empowerment in the MENA Countries. *Museum International., 59 (04)*(256), pp. 53-62.

Marques, T. S. (1988). Sistema Produtivo Industrial e Território um estudo da Têxtil em Guimarães. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, IV*, pp. 55-103.

Marques, T. S. (1999). Um território em mudança: padrões territoriais, tipologia urbana e dinâmicas. *Inforgeo*(14), pp. 21-42.

Marques, T. S., & Domingues, Á. (1987). Breve caracterização do "Vale do Médio Ave". *Revista da Faculdade de Letras : Geografia, 03*(I série), pp. 268-271.

Martin, P. E. (2009). Industrial Archaeology. Em T. Majewski, & D. Gaimster (Edits.), *International Handbook of Historical Archaeology* (pp. 285-297). New York: Springer.

Martínez, B., Casas, S., Vidal-González, M. V., L., & García-Pereira, I. (2018). TinajAR: an Edutainment Augmented Reality Mirror for the Dissemination and Reinterpretation of Cultural Heritage. *Multimodal Technologies and Interact, 2*(33), pp. 1-13.

Martins, A. L. (2016). *Parque das frentes ribeirinhas de Riba de Ave, Oliveira São Mateus e Oliveira Santa Maria – Vila Nova de Famalicão.* Dissertação de Mestrado , Universidade do Porto, Departamento Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território, Porto.

Martins, R. d. (2013). O indizível no pensamento indiano: a sabedoria que ultrapassa os conceitos. Em J. M. Santos (Ed.), *Religião, a herança das crenças e as diversidades de crer* (pp. 85-102). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande.

Massagli, S. R. (2008). Homem da multidão e o flâneur no conto "o Homem da multidão" de Edgar Allan Poe. *Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários, 12*, pp. 55-65.

Matos, A. C., & Malveiro, A. (2015). Das Exposições Universais às Exposições de Rádio e Eletricidade: História, Tecnologia e Património. Em I. Malaquias, A. Andrade, V. Bonifácio, & H. Malonek (Edits.), *Perspetivas sobre Construir Ciência* (pp. 261-268). Aveiro: Universidade de Aveiro Editora.

Matos, B. (2012). O património pré-industrial do rio Ave: azenhas e açudes; arquitectura e tecnologia tradicional. Em C. Trigueiros (Ed.), *Palcos da Arquitetura - Vol. 1* (pp. 274-282). Lisboa: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa.

Matos, P. F. (2006). *As "côres" do Império. Representações Raciais no Império Colonial.* Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.

McDowell, S. (2008). Heritage, memory and identity. Em B. Graham, & P. Howard, *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity* (pp. 37-54). Ashgate.

McGarrigle, C. (2013). Forget the flâneur. Em K. Cleland, L. Fisher, & R. Harley (Ed.), *Proceedings of the 19th International Symposium of Electronic Art, ISEA2013*, (pp. 01-04). Sydney.

McLeod, M. (1997). Henri Lefebvre's Critique of Everyday Life: An Introduction. Em D. L. Berke, & S. Harris (Edits.), *Architecture of the Everyday* (pp. 09-29). New York: Princeton Architectural Press; Yala Publications on Architecture.

McNay, L. (2009). Michel de Certeau and the ambivalent everyday. *Social Semiotics, 6*(1), pp. 61-81.

Mendes, J. A. (2002). A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional. Em J. A. Mendes, I. M. Fernandes, J. A. Mendes, & I. Fernandes (Edits.), *Património e indústria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 12-39). Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Mendes, J. A. (2010). Industrialização ou Revolução Industrial em Portugal? Uma interpretação. Em M. F. Faria, & J. A. Mendes (Ed.), *Actas do Colóqui Internacional Industrialização em Portugal: o caso do Barreiro* (pp. 75-92). Lisboa: EDIUAL.

Mendes, J. A., & Fernandes, I. (Edits.). (2002). *Patrimônio e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro.* Vila Nova de Famalicão: ADRAVE.

Meneguello, C. (2013). As Ruínas do Futuro e o Novo Patrimônio Industrial: entrevista com Cristina Meneguello. (A. Silva, & W. d. Rodrigues, Entrevistadores) Revista Contexto, Vol. 4, No 1-2.

Meneses, U. T. (1992). A história cativa da memória? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, pp. 09-24.

Meng, F., & Uysal, M. (2008). Effects of gender differences on perceptions of destination attributes, motivations, and travel values: An examination of a nature-based resort destination. *Journal of Sustainable Tourism, 16*(04), pp. 445-466.

Merrifield, A. (2008). Lefebvre and Debord: a faustian fusion. Em K. Goonewardena (Ed.), *Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre* (pp. 176-189). New York, London: Routledge.

Merrill, S. (2014). Keeping It Real? Subcultural Graffiti, Street Art, Heritage and Authenticity. *International Journal of, 21*(4), pp. 369-389.

Michaelson, J., Mahony, S., & Schifferes, J. (2012). *Measuring Well-being: a guide for practitioners.* London: New Economics Foundation.

Milburn, K. (2009). Following the Flâneur: a Methodological and Textual Critique. *Writing Cities Workshop.* London: London South Bank University. Obtido em 07 de 2017, de http://researchopen.lsbu.ac.uk/2046/

Milgrom, R. (2008). Lucien Kroll: Design, difference, everyday life. Em K. Goonewardena (Ed.), *Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre* (pp. 264-281). New York, London: Routledge.

Miller, D. (1998). Why some things matter. Em D. Miller (Ed.), *Material culture: why some things matter* (pp. 03-21). London: UCL Press.

Miller, J. (2005). *Art Deco.* London: Dorling Kindersley Limited.

Milligan, C., Payne, S., Bingley, A., & Cockshott, Z. (2015). Place and wellbeing: shedding light on activity interventions for older men. *Ageing and Society, 35*(01), pp. 124-149.

Mónica, M. F. (1987). Capitalistas e industriais (1870-1914). *Analise Social*, 819-863.

Monte, L. A. (2016). *Deriva e psicogeografia na cidade contemporânea: experimento situacionista no centro do Recife.* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife.

Monteiro, B. (2012a). Riba d'Ave: paisagem sentimental. Uma investigação das modalidades de perceção e apreciação do mundo social numa comunidade (des)industrializada do Ave. Em V. B. Pereira (Ed.), *Ao cair do pano : sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave* (pp. 447-490). Porto: Afrontamento.

Monteiro, B. (2012b). Lugares da memória operária no Norte de Portugal. *Seminário "Arquivos da memória dos movimentos sociais e difusão electrónica"*. Lisboa: ISCTE-IUL. Obtido em 14 de 03 de 2016, de http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/images/stories/bruno_monteiro_%20arquivos%20norte.pdf

Monteiro, B. (2013). Natureza morta com máquinas: a política de representação do espaço fabril na fotografia industrial nas décadas de 50 e 60 no Porto. Em B. Monteiro, & J. D. Pereira (Edits.), *De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal* (pp. 573-592). Lisboa: IHC e UPP.

Moore, N., & Whelan, Y. (Edits.). (2007). *Heritage, memory and the politics of identity: new perspectives on the cultural landscape.* Aldershot, Burlington: Ashgate.

Morris, B. (2004). What we talk about when we talk about 'walking in the city'. *Cultural Studies, 18*(5), pp. 675-697.

Mota, A. C. (2011). *Turismo Industrial. Nova Força Económica para Municípios. Caso de Águeda.* Dissertação de Mestrado, Aveiro.

Motta, M. M. (2012). História, memória e tempo presente. Em C. F. Cardoso, & R. Vainfas (Edits.), *Novos domínios da História.* Rio de Janeiro: Elsevier.

Moura, D., Guerra, I., Seixas, J., Freitas, M. J., Afonso, J., Almeida, M., & Caleia, N. (2005). *Politicas Publicas de Revitalização: reflexão para formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN.* Lisboa: ISCTE/CET.

Mumford, L. (1961). *The city in history: its origins, its transformations, its prospects.* New York: Harcourt Brace Javanovich, Inc.

Mumford, L. (1970). *The culture of cities.* New York: Harvest Book, Harcourt Brace Jovanovich.

Myers, A. (2010). Camp Delta, Google Earth and the ethics of remote sensing in archaeology. *World Archaeology, 42*(3), pp. 455-467.

Nepomuceno, F. (Realizador). (2010). *Sangue latino* [Filme].

Neves, M. d. (1986). *As Vitrines do Progresso.* Rio de Janeiro: PUC-Rio/FINEP/CNPq.

Nora, P. (1993). Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Proj. História*(10), pp. 07-28.

Nora, P. (2008 [1986]). Em P. Nora, *Pierre Nora en Les lieux de mémoire.*

Olivier, L. (2004). The past of the present. Archaeological memory and time. *Archaeological Dialogues, 10*(2), pp. 204-213.

Orser, C. E. (1999). *Introducción a la Arqueología Histórica.* Buenos Aires: Tridente.

Paiva, T. (2008). *Night vision: The Art of Urban Exploration.* San Francisco: Chronicle Books.

Palmer, M., & Neaverson, P. (2001 [1998]). *Industrial Archaeology: principles and practice.* London, New York: Routledge.

Panizza, A., & Fonseca, F. (2011). Técnicas de interpretação visual de imagens. *Espaço e Tempo, 30*, pp. 30-43.

Panofsky, E. (2007). *Significado nas artes visuais.* São Paulo: Perspectiva.

Pastor, M. B., Vieira, E., & Sanchiz, J. M. (2017). Barons of Trovisqueira's woollen mill at Riba d'Ave - first layer on an oblivion stratigraphy. *Intangibility Matters - International Conference on values of tangible heritage* (pp. 97-105). Lisbon: LNEC .

Pereira, A. C. (1998). Reacções operárias nos concelhos de Famalicão e Santo Tirso. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*(15), pp. 57-58.

Pereira, A. C. (2002). *História da indústria do Vale do Ave (1890-2001).* Santo Tirso: Gráfica Covense.

Pereira, A. C. (2002). O Operariado do Vale do Ave. Em J. A. Mendes, & I. Fernandes (Edits.), *Patrimônio e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 126-139). Vila Nova de Famalicão: ADRAVE.

Pereira, D. (2013). A insuficiência da resposta do Estado: a ausência de assistência pública aos operários durante a primeira República (1910-1926). Em B. Monteiro, & J. D. Pereira (Edits.), *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal.* (pp. 593-605). Lisboa: IHC e UPP.

Pereira, L. (2011). *Arquitectura Portuguesa anos 30-50. Atitude e crise de identidade: elementos para a construção de um percurso.* Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa.

Pereira, V. B. (1997). *Os vincados padrões do tecido: uma perspectiva, dois retratos e uma panorâmica geral sobre as vivências quotidianas de uma freguesia industrializada do Vale do Ave.* Universidade do Porto, Sociologia e Desenvolvimento, Poder Local e Mudança Social. Porto: Universidade do Porto.

Pereira, V. B. (2002). Espaço, ruralidade e industrialização do Vale do Ave: notas para uma defnição estética das respectivas propriedades sociais. Em J. A. Mendes, I. M. Fernandes,

J. A. Mendes, & I. Fernandes (Edits.), *Património e indústria no Vale do Ave: um passado com futuro.* (pp. 58-71). Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Pereira, V. B. (2010a). O verde e a esperança: vivências da crise no Vale do Ave. *Le Monde Diplomatique*. Obtido de https://pt.mondediplo.com/spip.php?article741

Pereira, V. B. (2010b). *Elementos para o Conhecimento Sociológico da Região do Vale do Ave (1950- 2010): uma perspectiva de síntese sobre a sociedade, a economia, a educação, a política e a religião (dos anos 1950 à actualidade).* Porto: Adrave.

Pereira, V. B. (Ed.). (2012). *Ao cair do pano: sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave.* Porto: Edições Afrontamento.

Pereiro, X. (2004). Apuntes de antropologia y memoria. *Revista O Fiadeiro – El Filandar*(15), pp. 01-11.

Pesavento, S. J. (1997). *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX.* São Paulo: Hucitec.

Pinder, D. (2005). Arts of urban exploration. *Cultural Geographies, 12*, pp. 383-411.

Pinheiro, C. d., Laranjeira, M. M., & Bandeira, M. (2018). Especificidades e contradições da urbanização difusa: um retrato do município de Guimarães. Em P. Fidalgo, *A paisagem como problema: conhecer para proteger, gerir e ordenar.* (pp. 84-99). Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Socias e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Pinto, M. I. (2014). *Serralves e o Vale do Ave: contributos para um roteiro de paisagem.* Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Departamento de Geociências e Ordenamento do território, Porto.

Pires, A. d. (1986). Industrialização difusa e modelos de desenvolvimento: um estudo no distrito de Aveiro. *Finisterra, XXI*(42), pp. 239-269.

Plum, W. (1979). *Exposições mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural.* Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung.

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos, 02*(03), pp. 03-15.

Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos, 05*(10), pp. 200-215.

Power, A., & Smyth, K. (2016). Heritage, health and place: The legacies of local community-based heritage conservation on social wellbeing. *Health & Place*(39), pp. 160-167.

Pozo, P. B., & González, P. A. (2012). Industrial Heritage and Place Identity in Spain. *The Geographical Review, 102*(4), pp. 446-464.

Pozzer, G. P. (2007). *A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade (1872-2002).* Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp.

Pozzer, G. P. (2015). A modernidade chega de trem: a inauguração da ferrovia em Campinas, São Paulo, em 1872. *Intellèctus*, pp. 142-167.

Pozzer, G. P. (2016). A documentação sobre a fábrica Sampaio Ferreira & Cia no arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte. Em M. Á. Areces (Ed.), *El legado de la industria: archivos, bibliotecas, fototecas de empresa. Fábricas y memoria.* (pp. 359-365). Gijón: Gráficas Apel.

Prigge, W. (2008). Reading the Urban Revolution: space and representation. Em K. Goonewardena (Ed.), *Space, difference, everyday life : reading Henri Lefebvre* (pp. 46-61). New York, London: Routledge.

Providência, P. (2002). Um olhar sobre o Vale do Ave. Em J. A. Mendes, & I. Fernandes (Edits.), *Patrimônio e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 142-147). Vila Nova de Famalicão: ADRAVE.

Providência, P., & Baptista, L. (2002). Rota do Património industrial do Vale do Ave: projeto de musealização de espaços industriais. Em J. A. Mendes, & I. M. Fernandes, *Patrimônio e indústria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 186-193). Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Queirós, J. (2012). Dinâmicas recentes do desemprego e evolução das "respostas à crise" no Vale do Ave. Em V. B. Pereira (Ed.), *Ao cair do pano : sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave* (pp. 219-256). Porto: Afrontamento.

Queirós, J. R. (2015). *Processo de intervenção no espaço urbano de Braga: espaço coletivo como novo estrato de relações.* Universidade do Minho, Escola de Arquitetura. Guimarães: UMinho.

Raistrick, A. (1973). *Industrial archeology: an historical survey.* Fragmore: Paladin.

Ramos, C. P. (2015). *Perfis e motivações dos visitantes da Casa do Infante – Museu.* Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Letras , Porto.

Ramos, R. (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social, XXIV* (103-104), pp. 1067-1145.

Rayne, L. e. (2017). From Above and on the Ground: Geospatial Methods for Recording Endangered Archaeology in the Middle East and North Africa. *Geosciences, 7*.

Recchia, M. A. (2018). *Portugal, um país "neutro" perante à guerra: a desconstrução da propaganda salazarista em Fantasia Lusitana.* USP, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo: FFLCH.

Rei, M. (2016). *Do operário ao artista: uma etnografia em contexto industrial no Vale do Ave.* Porto: Le Monde Diplomatique/Deriva Editores.

Reis, B. M. (2013). Pensando o espaço, o lugar e o não lugar em Certeau e Augé: perspectivas de análise a partir da interação simbólica no Foursquare. *Contemporânea, 1*(11).

Remoaldo, P. C., Vareiro, L., Ribeiro, J. C., & Santos, J. F. (2014). How does gender affect visiting a World Heritage Site? *Revista Turismo e Desenvolvimento*(21/22), pp. 15-17.

Rémy, J., & Voyé, L. (1994). *A cidade: rumo a uma nova defnição?* Porto: Edições Afrontamento.

Rhodes, J. (2013). Youngstown's 'Ghost'? Memory, Identity, and Deindustrialization. *International Labor and Working-Class History*(84), pp. 55–77.

Ribeiro, C. (2014). História e Império. Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a I Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português. Em M. P. Meneses, Martins, & B. Sena (Ed.), *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos.* Coimbra.

Ribeiro, L. S. (2017). *Os bairros do paternalismo industrial. O caso do Vale do Ave (1900-1974).* Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura . Porto: FAUP.

Richardson, T. (2015). Introduction: a wander through the scene of British rrban walking. Em T. Richardson, *Walking Inside Out: Contemporary British Psychogeography* (pp. 01-27). London: Rowman and Littlefield International.

Ricoeur, P. (2007 [2004]). *A memória, a História, o esquecimento.* Campinas: Editora da Unicamp.

Riedinger, C., Jordan, M., & Tabia, H. (2014). 3D models over the centuries: from old floor plans to 3d representation. *International Conference on 3D Imaging (IC3D).* Liege: IEEE.

Rivera-Orraca, L. (2009). Are museums sites of memory? *The New School Psychology Bulletin, 06*(02), pp. 32-37.

Rocha, E. (1977). Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias. *Análise Social, XIII*(51), pp. 593-617.

Rodrigues, A. R. (2017). *Ruína e patrimônio cultural no Brasil.* São Paulo: FAUUSP.

Rodrigues, D. M. (2014). *Linearidades: limites, continuidades e transições no Vale do Ave.* Universidade do Minho, Faculdade de Arquitetura. Guimarães: UMinho.

Rodrigues, J. C. (2019). A rota do património industrial no vale do ave (norte de portugal) numa nova tendência do turismo. *Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 17*(05), pp. 989-1003.

Rollo, M. F. (Novembro/Dezembro de 2008). Crise, Nacionalismo e Ditadura - Memória da Grande Depressão em Portugal (I). *Revista Ingenium* (108), pp. 79-80.

Ronneberger, K. (2008). Lefebvre and urban everyday life: in search of the possible. Em K. Goonewardena (Ed.), *Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre* (pp. 134-146). New York, London: Routeledge.

Rosas, F. (1986). *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938).* Lisboa: Editorial Estampa.

Rosas, F. (1994). Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social, XXIX*(128), pp. 871-887.

Rothberg, M. (2009). *Multidirectional memory : remembering the Holocaust in the age of decolonization.* Stanford: Stanford university Press.

Rothberg, M. (2014). Multidirectional Memory in Migratory Settings: The Case of Post-Holocaust Germany. Em C. De Cesari, & A. Rigney (Edits.), *Transnational Memory* (pp. 123-145). Berlin/Boston: De Gruyter.

Rouillé, A. (2005). *A fotografia: entre documento e a arte contemporânea.* São Paulo: Senac.

Rudd, M. A., & Davis, J. A. (1998). Industrial Heritage Tourism at the Bingham Canyon Copper Mine. *Journal of Travel Research, 36*, pp. 58-89.

Sá, V. (2017). Turismo industrial no Vale do Ave. Um filão por explorar? *IV Encontro Internacional sobre património industrial e sua museologia.* Guimarães. Obtido em 04 de Maio de 2018, de Research Gate: https://www.researchgate.net/publication/321944883

Saeger, S. S. (1997). Globalization and deindustrialization: Myth and reality in the OECD. *Weltwirtschaftliches Archiv, 133*(4), pp. 580-608.

Salgueiro, A. R. (2012). *A arte em Portugal no século XX (1911-1961): José-Augusto França e a perspectiva sociológica.* Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, História da Arte, Lisboa.

Samuel, J., Périnaud, C., Servigne, S., Gay, G., & Gesquière, G. (2016). Representation and Visualization of Urban Fabric through Historical Documents. Em C. E. Catalano, & L. De Luca (Ed.), *EUROGRAPHICS Workshop on Graphics and Cultural Heritage* (pp. 157-166). The Eurographics Association.

Santos, R. A. (1994). *O design e a decoração em Portugal : exposições e feiras : os anos vinte e trinta.* Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas, Lisboa.

Schivelbusch, W. (2014 [1986]). *The Railway Journey: the industrialization of time and space in the nineteenth century.* Oakland: University of California Press.

Schmid, C. (2008). Henri Lefebvre's theory of the production of space: towards a three-dimensional dialectic. Em d. e. Space, & K. Goonewardena (Ed.). New York, London: Routledge.

Schönle, A. (2006). Ruins and History: Observations on Russian Approaches to Destruction and Decay. *Slavic Review, 65*(4), pp. 649-669.

Seal, G. (2012). Consuming outlaws: the common good and heritage from below. Em I. J. Robertson (Ed.), *Heritage from below* (pp. 75-92). Farnham: Ashgate.

Seixas, P. (25 de 09 de 2019). Auxílio em investigação. [comunicação pessoal via e-mail]]. Portugal.

Seixas, P., & Seabra, D. (2002). Centro residencial Conde de Riba d'Ave: a produção simbólica de um espaço. Em J. A. Mendes, & I. Fernandes, *Patrimônio e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 154-163). Vila Nova de Famalicão: ADRAVE.

Sennet, R. (1978). *El declive del hombre publico.* Barcelona: Ediciones Península.

Serén, M. d. (2002). A indústria, os industriais e os operários através da imagem fotográfica. Em J. A. Mendes, & I. Fernandes (Edits.), *Património e Industria no Vale do Ave: um passado com futuro* (pp. 86-110). Vila Nova de Famalicão: Adrave.

Shang, L. W., Siang, T. G., Zakaria, M. H., & Emran, M. H. (2017). Mobile Augmented Reality Applications for Heritage Preservation in UNESCO World Heritage Sites through Adopting the UTAUT Model. *The 4th International Conference on Mathematical Sciences. 1830*, pp. 1-8. American Institute of Physics (AIP) Publishing.

Shields, R. (1991). *Places on the margin: alternative geographies of modernity.* London, New York: Routledge.

Shields, R. (2006). Fancy footwork: Walter Benjamin's notes on flanerie. Em K. Tester (Ed.), *The flâneur* (pp. 61-80). London; New York: Routledge.

Silva, C. d. (2015). *ARCHIV-AVE: património documental da bacia do Ave. Análise do Sistema de Informação dos serviços hidráulicos do Cávado e Ave.* Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, Porto.

Silva, E. G. (2012). Atividade económica, Emprego e Desemprego. Em V. B. Pereira (Ed.), *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave.* (pp. 103-140). Porto: Afrontamento.

Silva, M. Â. (2012). *Património industrial em Portugal: inclusão do passado em projectos contemporâneos.* Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa.

Simal, J. S. (2012). Estrategias para la protección y activación del patrimonio industrial de Andalucía. *Patrimonio Industriale*(09/10), pp. 154-159.

Simal, J. S. (2015). Fábricas que cierran: la paradoja de lo productivo desocupado. Em M. Pelegrín, & f. Pérez, *Arquitectura dispuesta: Preposiciones Cotidianas.* (pp. 182-197). Sevilla: EUS.

Slavutsky, A. I. (2017). Patrimonio y narrativa histórica. Em J. A. Kulemeyer, & Y. D. Campos (Edits.), *El lado perverso del patrimonio cultural* (pp. 38-46). San Salvador de Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy - EDIUNJU.

Smith, L. (2006). *Uses of Heritage.* London: Routledge.

Solnit, R. (2002). *Wanderlust: a history of walking.* New York, London: Penguin.

Solnit, R. (2005). *A field guide to getting lost.* London: Penguin Books.

Sontag, S. (2006). *Sobre la fotografía.* México: Santillana.

Sørensen, T. F. (2007). Urban exploration as archaeological engagement: a review of http://infiltration. org/ – 'the zine about places you're not supposed to go'. *European Journal of Archaeology, 10*(1), pp. 89-91.

Sousa, F. D. (2017). *Regeneração Cultural – Reabilitação do Teatro Narciso Ferreira, em Riba de Ave.* Universidade do Minho, Escola de Arquitetura. Guimarães: UMinho.

Sousa, J. N. (2013). *O prolongar da tradição na contemporaneidade: espaço em transformação em Riba d'Ave.* Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura, Porto.

Souza, C. B. (2009). A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. *Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia*(5), pp. 01-11.

Spacca, S., Dellapiana, E., & Sanna, A. (30 de April de 2018). Promoting Industrial Cultural Heritage by Augmented Reality: Application and Assessment. *The Open Cybernetics & Systemics Journal, 12*, pp. 61-71.

Stanek, L. (2011). *Henri Lefebvre on Space Architecture, Urban Research, and the Production of Theory.* Minneapolis: University of Minnesota Press.

Stones, S. (2016). The value of heritage: urban exploration and the historic environment. *The Historic Environment: Policy & Practice, 7*(4), pp. 301-320.

Strangleman, T., & Rhodes, J. (2014). The 'New' Sociology of Deindustrialisation? Understanding Industrial Change. *Sociology Compass*(8), pp. 411-421.

Stricker, D., Pagani, A., & Zoellner, M. (May de 2010). In-Situ Visualization for Cultural Heritage Sites using Novel Augmented Reality Technologies. *Virtual Archaeology Review, 1*(2), pp. 37-41.

Tarlach, G. (02 de April de 2015). *How Google Earth Has Revolutionized Archaeology.* Obtido de DiscoverMagazine: http://discovermagazine.com/2015/may/20-playing-the-field

Taylor, K., & Lennon, J. (2011). Cultural landscapes: a bridge between culture and nature? *International Journal of Heritage Studies, 17*(6), pp. 537-554.

Tedesco, J. C. (2013). Ruminantes de memórias: sentimentos, experiências e silêncios deliberados. *História: Debates e Tendências, 13*(02), pp. 343-353.

Tester, K. (2006). Introduction. Em K. Tester (Ed.), *The Flâneur* (pp. 01-20). London; New York: Routledge.

Thomas, J. D. (2014). *Urban and rural decay photography: how to capture the beauty in the blight.* New Yor & London: Focal Press.

Tomaz, J. F. (2017). *Projecto Fábrica Sampaio Ferreira: Resposta ao concurso Desafios Urbanos'16, seguido de uma reflexão sobre intervenções em edifícios industriais.* Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura, Porto.

Torgal, L. R. (2011). *O cinema sob o olhar de Salazar.* Coimbra: Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Tostões, A. (2004). Construção Moderna: as grandes mudanças do Século XX. Em M. Heitor, B. Brito, & F. Rolo (Edits.), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX* (pp. 131-153). Lisboa: Dom Quixote.

Touraine, A. (1971 [1969]). *The post-industrial society: Tomorrow's Social History: Classes, Conflicts and Culture in the Programmed Society.* New York: Random House.

Tregenna, F. (2009). Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*(33), pp. 433-466.

Trigg, D. (2006). *The Aesthetics of Decay: Nothingness, Nostalgia, and the Absence of Reason.* New York: Peter Lang.

Uhle, A. R. (2006). *De casaca ao pe da estação: História do Monumento a Campos Sales.* Universidade Esatdual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp.

Unesco. (2014). *Gender Equality, Heritage and Creativity.* France: United Nations Educational, Scientifc and Cultural Organization.

Uriarte, U. M. (2013). Olhar a Cidade: Contribuições para a Etnografia dos Espaços Urbanos. *Ponto Urbe: Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, 13*. São Paulo, São Paulo, Brasil.

Van Leeuwen, T. (2005). *Introducing social semiotics.* New York: Taylor & Francis e-Library.

Vieira, E., & Cordeiro, J. M. (2014). Património, museus e turismo Industrial: uma oportunidade para o século XXI. *Actas do II Congresso Internacional sobre Património Industrial.* Porto: Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR); Escola das Artes . Universidade Católica Portuguesa; Associação Portuguesa para o Património Industrial (APPI).

Vlahakis, V., Karigiannis, J., Tsotros, M., Gounaris, M., Almeida, L., Stricker, D., . . . Ioannidis, N. (2001). Archeoguide: first results of an augmented reality, mobile computing system in cultural heritage sites. *VAST '01 Proceedings of the 2001 conference on Virtual reality, archeology, and cultural heritage* (pp. 131-140). New York: ACM.

Wallace, M. (1987). Industrial Museums and the History of Deindustrialization. *Public Historian, 09*(01), pp. 09-19.

Wang, Z., & Schenk, T. (2000). Building extraction and reconstruction from lidar data. *International Archives of Photogrammetry and Remote Sensing, XXXIII, Part B3*, pp. 958-964.

Wexler, L. (2009). The Importance of Identity, History, and Culture in the Wellbeing of Indigenous Youth. *The Journal of the History of Childhood and Youth, 2*(2), pp. 267-276.

Whitrow, G. (1998). *Time in History: views of time from prehistory to the present day.* Oxford; New York: Oxford University Press.

Whitrow, G. (2013). *O que é o tempo.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

Zarankin, A. (2002). *Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura escolar capitalista; o caso de Buenos Aires.* Campinas: Centro de História da Arte e Arqueologia (IFCH - Unicamp).

Zevi, B. (1969). *Architectura in Nuce - Uma definição de Arquitectura.* Lisboa: Edições 70.

Zevi, B. (1981 [1948]). *Saber ver la arquitectura.* Buenos Aires: Editorial Poseidon.

Zöllner, M., Keil, J., Wüst, H., & Pletinckx, D. (2009). An Augmented Reality Presentation System for Remote Cultural Heritage Sites. Em K. Debattista, C. Perlingieri, D. Pitzalis, Spina, & S. (Ed.), *The 10th International Symposium on Virtual Reality, Archaeology and Cultural Heritage* (pp. 112-116). VAST.

Arquivos, Acervos e Bibliotecas

Acervo pessoal de Amadeu Gonçalves - http://dopresente.blogspot.com/

Acervo pessoal de Fernando Correia de Oliveira - http://estacaochronographica.blogspot.com

Acervo pessoal de José Manuel Lopes Cordeiro

Archiv-Ave - Casa de Sarmento, Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente - Administração da Região Hidrográfica do Norte - https://www.csarmento.uminho.pt/archivave/

Arquivo online do Administrador da Insolvência da Sampaio, Ferreira & Cia. Escritório Nuno Oliveira da Silva - https://www.nunooliveiradasilva.pt/insolvencia/33

Autoridade para as Condições do Trabalho - https://www.act.gov.pt/

Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira - https://ephemerajpp.com/

Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco de Vila Nova de Famalicão - http://www.bibliotecacamilocastelobranco.org/

Biblioteca Pública Municipal do Porto - https://bmp.cm-porto.pt/bpmp

Blogue das Comemorações dos 150 Anos de Narciso Ferreira – http://fundacaonarcisoferreira.blogspot.com/ (desativado)

Blogue Patridacom - http://patridacom.blogspot.com/

Centro de Informação Geoespacial do Exército - https://www.igeoe.pt/

Centro de Investigação para Tecnologias Interactivas - http://www.citi.pt/

Centro Português de Fotografia - http://cpf.pt/

Cinemateca Portuguesa/Museu do Cinema - https://www.cinemateca.pt/

Diário da República Eletrônico - https://dre.pt/

Direção Geral do Património Cultural - http://www.patrimoniocultural.gov.pt/

Direção-Geral do Território - https://www.dgterritorio.pt/

Famalicão ID – Sistema Integrado de Gestão e Informação de Bens Culturais do Município de Vila Nova de Famalicão - http://www.famalicaoid.org/

Fundação Mário Soares - Casa Comum http://casacomum.org/cc/arquivos

Fundação Narciso Ferreira - http://fnarcisoferreira.org/

Fundação de Serralves - https://www.serralves.pt/

Google Earth - https://earth.google.com/web/

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento - https://www.iapmei.pt/

Instituto Nacional de Estatística - https://www.ine.pt/

Junta de Freguesia de Riba d'Ave - http://www.jf-ribadeave.pt/

Museu da Memória Viva (Riba d'Ave) - https://www.facebook.com/narciso.ferreira.18847 e https://www.facebook.com/Casa-da-Mem%C3%B3ria-Viva-Narciso-Ferreira-104053191047700/?ref=page_internal

Museu de Indústria Têxtil de Vila Nova de Famalicão

Página do Facebook "Famalicão antigo" - https://www.facebook.com/famalicaoantigo/

Portal da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - https://www.cm-vnfamalicao.pt/

Portal Espaço de Arquitectura - https://espacodearquitetura.com/

Rota do Patrimônio Industrial do Vale do Ave - http://www.rotanoave.com/pt/Homepage.aspx (desativado)

Sistemas de Informação para o Patrimônio Arquitetônico - www.monumentos.gov.pt